

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

ABIN

Agente de Inteligência

- Língua Portuguesa
- Atividade de Inteligência e Legislação Correlata
- Direito Administrativo
- Direito Constitucional
- Língua Inglesa
- Língua Espanhola
- Raciocínio Lógico

Conhecimentos Específicos

- Legislação de Interesse da Atividade de Inteligência
- Ciências Humanas



Grátis Conteúdo

**Online da Lei de Improbidade
Administrativa (Lei N. 8.429/92)**



Acesse nosso site e
complemente seus estudos.

NÍVEL MÉDIO

Agência Brasileira de Inteligência

ABIN

Agente de Inteligência

Edital Nº 1 – ABIN, de 02 de Janeiro de 2018

JN018-2017

DADOS DA OBRA

Título da obra: Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Cargo: Agente de Inteligência

(Baseado no Edital Nº 1 – ABIN, de 02 de Janeiro de 2018)

- Língua Portuguesa
- Atividade de Inteligência e Legislação Correlata
 - Direito Administrativo
 - Direito Constitucional
 - Língua Inglesa
 - Língua Espanhola
 - Raciocínio Lógico
- Legislação de Interesse da Atividade de Inteligência
 - Ciências Humanas

Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira
Jaqueline Lima

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Camila Lopes

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Capa

Joel Ferreira dos Santos

Editoração Eletrônica

Marlene Moreno

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: FV054-17



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

Língua Portuguesa

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	01
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	07
3 Domínio da ortografia oficial.	07
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.	11
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequen- ciação textual.	11
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	13
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.	27
5.1 Emprego das classes de palavras.	27
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.	42
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	42
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	53
5.5 Concordância verbal e nominal.	56
5.6 Regência verbal e nominal.	61
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	68
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	73
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.	81
6.1 Significação das palavras.	81
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.	81
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.	81
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	81

Atividade de Inteligência e Legislação Correlata

1 Conceitos de Inteligência: escopo e categorias de Inteligência (Inteligência, Contraineligência e operações de Inteligência); funções da atividade de Inteligência.	01
2 Decreto nº 8.793/2016 (Política Nacional de Inteligência): pressupostos da atividade de Inteligência; o Estado, a sociedade e a Inteligência; os ambientes internacional e nacional; instrumentos da atividade de Inteligência; principais ameaças; objetivos da Inteligência nacional e diretrizes de Inteligência.	02
3 Estratégia Nacional de Inteligência.	08
4 Controle da atividade de Inteligência: Inteligência, democracia e controle; o controle parlamentar da atividade de Inteligência; mecanismos não parlamentares de controle; o controle da atividade de Inteligência no Brasil.	11
5 Lei nº 9.883/1999 e suas alterações (institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências).	13
5.1 Decreto nº 4.376/2002 e suas alterações (dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883/1999, e dá outras providências).	16
5.2 Decreto nº 8.905/2016 (aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Brasileira de Inteligência).	18
5.3 Lei nº 11.776/2008 (dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, cria as Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência e dá outras providências).	29
5.4 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).	52

Direito Administrativo

1 Introdução ao direito administrativo.	01
1.1 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo.	01
1.2 Objeto do direito administrativo.	01
1.3 Fontes do direito administrativo.	02
1.4 Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo.	03
1.5 Princípios da administração pública.	03

SUMÁRIO

2	Administração pública.	06
2.1	Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.	06
2.2	Órgão público: conceito e classificação.	06
2.3	Servidor: cargo e funções.	07
2.4	Atribuições.	07
2.5	Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição.	10
2.6	Avocação e delegação de competência.	10
2.7	Ausência de competência: agente de fato.	11
2.8	Administração direta e indireta.	11
2.9	Autarquias.	14
2.10	Fundações públicas.	15
2.11	Empresas públicas e privadas.	16
2.12	Sociedades de economia mista.	16
2.13	Entidades paraestatais.	17
2.14	Dispositivos pertinentes contidos na Constituição Federal de 1988.	18
3	Atos administrativos.	18
3.1	Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação.	18
3.2	Fato e ato administrativo.	19
3.3	Atos administrativos em espécie.	20
3.4	Parecer: responsabilidade do emissor do parecer.	20
3.5	O silêncio no direito administrativo.	20
3.6	Cassação.	20
3.7	Revogação e anulação.	21
3.8	Processo administrativo.	21
3.9	Lei nº 9.784/1999.	21
3.10	Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos.	30
3.11	Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo.	30
3.12	Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo.	30
3.13	Atos administrativos simples, complexos e compostos.	31
3.14	Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.	31
3.15	Atos administrativos gerais e individuais.	31
3.16	Atos administrativos vinculados e discricionários.	31
3.17	Mérito do ato administrativo, discricionariedade.	31
3.18	Ato administrativo inexistente.	32
3.19	Teoria das nulidades no direito administrativo.	32
3.20	Atos administrativos nulos e anuláveis.	32
3.21	Vícios do ato administrativo.	32
3.22	Teoria dos motivos determinantes.	32
3.23	Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.	33
4	Poderes da administração pública.	33
4.1	Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações.	36
4.2	Poder disciplinar.	36
4.3	Poder de polícia.	36
4.4	Polícia judiciária e polícia administrativa.	37
4.5	Liberdades públicas e poder de polícia.	37
4.6	Principais setores de atuação da polícia administrativa.	38
5	Controle da administração pública.	38
5.1	Conceito, tipos e formas de controle.	38
5.2	Controle interno e externo.	39
5.3	Controle parlamentar.	39
5.4	Controle pelos tribunais de contas.	40
5.5	Controle administrativo.	40
5.6	Recurso de administração.	41
5.7	Reclamação.	42
5.8	Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa).	43
5.9	Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una.	54

SUMÁRIO

5.10 Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro.	54
5.11 Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas.	56
5.12 Tribunal de Contas da União (TCU) e suas atribuições; entendimentos com caráter normativo exarados pelo TCU.....	56
5.13 Sistema de correição do poder executivo federal.	57
5.14 Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio.	70
5.15 Prescrição administrativa.	71
5.16 Representação e reclamação administrativas.	71
6 Agentes públicos e servidores públicos.	71
6.1 Agentes públicos (servidor público e funcionário público).	71
6.2 Natureza jurídica da relação de emprego público.	72
6.3 Preceitos constitucionais.	72
6.4 Servidor efetivo e vitalício: garantias.	80
6.5 Estágio probatório.	80
6.6 Servidor ocupante de cargo em comissão.	81
6.7 Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis.	81
6.8 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações.	81
6.10 Regime disciplinar e processo administrativo-disciplinar.	81
6.11 Improbidade administrativa.	116
6.12 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa).	116
6.13 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	116
6.14 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.	137
6.15 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público.	138
7 Bens públicos.	138
7.1 Requisição da propriedade privada.	139
7.2 Ocupação temporária.	139
8 Responsabilidade civil do Estado.	139
8.1 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos.	139
8.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.	140
8.3 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro.	141
9 Direito administrativo disciplinar.	142
9.1 Fontes; princípios; ilícito de direito administrativo disciplinar; procedimentos disciplinares da administração pública.	142
9.2 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações: regime disciplinar.	142
9.3 Lei nº 9.784/1999.	142
10 Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção).....	142

Direito Constitucional

1 Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988.	01
2 Direitos e garantias fundamentais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos.	06
3 Organização do Estado: União e Administração Pública.	42
4 Poder Executivo.	65
5 Poder Legislativo.	69
6 O controle externo e os sistemas de controle interno.	79
7 Defesa do Estado e das instituições democráticas: estado de defesa, estado de sítio, Forças Armadas e segurança pública.....	81
8 Ordem social: ciência e tecnologia; meio ambiente; e índios.....	85

Língua Inglesa

1 Compreensão de texto escrito em língua espanhola.	01
2 Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.	01

SUMÁRIO

Língua Espanhola

1 Compreensão de texto escrito em língua espanhola.	01
2 Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.	01

Raciocínio Lógico

1 Estruturas lógicas.	01
2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.	01
3 Lógica sentencial (ou proposicional).	06
3.1 Proposições simples e compostas.	06
3.2 Tabelas-verdade.	06
3.3 Equivalências.	06
3.4 Leis de De Morgan.	06
3.5 Diagramas lógicos.	06
4 Lógica de primeira ordem.	23
5 Princípios de contagem e probabilidade.	33
6 Operações com conjuntos.	40
7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.	44

Legislação de Interesse da Atividade de Inteligência

1 Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40) e suas alterações.	01
1.1 Crimes contra a incolumidade pública.	01
1.2 Crimes contra a paz pública.	01
1.3 Crimes contra a fé pública.	01
1.4 Crimes contra a administração pública.	01
2 Direito de representação e processo de responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965).	32
3 Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003).	35

Ciências Humanas

1 O Brasil político: nação e território.	01
1.1 Organização do Estado Brasileiro.	05
1.2 A divisão inter-regional do trabalho e da produção no Brasil.	10
1.3 A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles.	18
2 A evolução da estrutura fundiária e problemas demográficos no campo.	25
3 Os movimentos migratórios internos.	32
4 Integração entre indústria e estrutura urbana, rede de transportes e setor agrícola no Brasil.	37
5 O Brasil e a questão cultural.	41
6 A integração do Brasil ao processo de internacionalização da economia.	43
7 O século XX: urbanização da sociedade e a cultura de massas.	45
8 O mundo contemporâneo e as sociedades atuais (pós-1945).	49
9 Guerra Fria e descolonização.	51
10 Globalização e fragmentação em relação à nova ordem mundial.	60
11 Caracterização geral dos sistemas político-econômicos contemporâneos e suas áreas de influência e disputa.	63
12 Movimentos migratórios internacionais e crescimento demográfico.	66
13 O Oriente Médio e a questão islâmica.	69
14 As sociedades contemporâneas.	73

LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	01
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	07
3 Domínio da ortografia oficial.	07
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.	11
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequência textual.	11
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	13
5 Domínio da estrutura morfosintática do período.	27
5.1 Emprego das classes de palavras.	27
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.	42
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	42
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	53
5.5 Concordância verbal e nominal.	56
5.6 Regência verbal e nominal.	61
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	68
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	73
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.	81
6.1 Significação das palavras.	81
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.	81
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.	81
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	81

1 COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.

É muito comum, entre os candidatos a um cargo público, a preocupação com a interpretação de textos. Por isso, vão aqui alguns detalhes que poderão ajudar no momento de responder às questões relacionadas a textos.

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma certa informação que a faz ligar-se com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de contexto. Nota-se que o relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto – comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se intertexto.

Interpretação de texto – o primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato é convidado a:

- **Identificar** – é reconhecer os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- **Comparar** – é descobrir as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- **Comentar** – é relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, opinando a respeito.
- **Resumir** – é concentrar as ideias centrais e/ou secundárias em um só parágrafo.
- **Parafrasear** – é reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários:

- Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
- Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;

Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem, entre outros.

- Capacidade de observação e de síntese e
- Capacidade de raciocínio.

Interpretar X compreender

Interpretar significa

- *Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.*
- *Através do texto, infere-se que...*
- *É possível deduzir que...*
- *O autor permite concluir que...*
- *Qual é a intenção do autor ao afirmar que...*

Compreender significa

- *intelecção, entendimento, atenção ao que realmente está escrito.*
- *o texto diz que...*
- *é sugerido pelo autor que...*
- *de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...*
- *o narrador afirma...*

Erros de interpretação

É muito comum, mais do que se imagina, a ocorrência de erros de interpretação. Os mais frequentes são:

- **Extrapolação (viagem):** Ocorre quando se sai do contexto, acrescentado ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

- **Redução:** É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto, esquecendo que um texto é um conjunto de ideias, o que pode ser insuficiente para o total do entendimento do tema desenvolvido.

- **Contradição:** Não raro, o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errando a questão.

Observação – Muitos pensam que há a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão – é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

OBSERVAÇÃO – São muitos os erros de coesão no dia-a-dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

- *que (neutro)* - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.
- *qual (neutro)* idem ao anterior.
- *quem (pessoa)*
- *cujo (posse)* - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.
- *como (modo)*
- *onde (lugar)*
- *quando (tempo)*
- *quanto (montante)*

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Ler todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto;
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura;
- Ler, ler bem, ler profundamente, ou seja, ler o texto pelo menos duas vezes;
- Inferir;
- Voltar ao texto quantas vezes precisar;
- Não permitir que prevaleçam suas ideias sobre as do autor;
- Fragmentar o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão;
- Verificar, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão;
- O autor defende ideias e você deve percebê-las.

Fonte: <http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

QUESTÕES

1-) (SABESP/SP – ATENDENTE A CLIENTES 01 – FCC/2014 - ADAPTADA) Atenção: Para responder à questão, considere o texto abaixo.

A marca da solidão

Deitado de bruços, sobre as pedras quentes do chão de paralelepípedos, o menino espia. Tem os braços dobrados e a testa pousada sobre eles, seu rosto formando uma tenda de penumbra na tarde quente.

Observa as ranhuras entre uma pedra e outra. Há, dentro de cada uma delas, um diminuto caminho de terra, com pedrinhas e tufo minúsculos de musgos, formando pequenas plantas, ínfimos bonsaís só visíveis aos olhos de quem é capaz de parar de viver para, apenas, ver. Quando se tem a marca da solidão na alma, o mundo cabe numa fresta.

(SEIXAS, Heloisa. Contos mais que mínimos. Rio de Janeiro: Tinta negra bazar, 2010. p. 47)

No texto, o substantivo usado para ressaltar o universo reduzido no qual o menino detém sua atenção é

- (A) fresta.
- (B) marca.
- (C) alma.
- (D) solidão.
- (E) penumbra.

Texto para a questão 2:

DA DISCRIÇÃO

Mário Quintana

*Não te abras com teu amigo
Que ele um outro amigo tem.*

E o amigo do teu amigo

Possui amigos também...

(http://pensador.uol.com.br/poemas_de_amizade)

2-) (PREFEITURA DE SERTÃOZINHO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – VUNESP/2012) De acordo com o poema, é correto afirmar que

- (A) não se deve ter amigos, pois criar laços de amizade é algo ruim.
- (B) amigo que não guarda segredos não merece respeito.
- (C) o melhor amigo é aquele que não possui outros amigos.
- (D) revelar segredos para o amigo pode ser arriscado.
- (E) entre amigos, não devem existir segredos.

3-) (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – AGENTE PENITENCIÁRIO – VUNESP/2013) Leia o poema para responder à questão.

Casamento

Há mulheres que dizem:

*Meu marido, se quiser pescar, pesque,
mas que limpe os peixes.*

*Eu não. A qualquer hora da noite me levanto,
ajudo a escamar, abrir, retalhar e salgar.*

*É tão bom, só a gente sozinhos na cozinha,
de vez em quando os cotovelos se esbarram,*

ele fala coisas como "este foi difícil"

"prateou no ar dando rabanadas"

e faz o gesto com a mão.

*O silêncio de quando nos vimos a primeira vez
atravessa a cozinha como um rio profundo.*

*Por fim, os peixes na travessa,
vamos dormir.*

*Coisas prateadas espocam:
somos noivo e noiva.*

(Adélia Prado, Poesia Reunida)

A ideia central do poema de Adélia Prado é mostrar que

(A) as mulheres que amam valorizam o cotidiano e não gostam que os maridos frequentemente pescarias, pois acham difícil limpar os peixes.

(B) o eu lírico do poema pertence ao grupo de mulheres que não gostam de limpar os peixes, embora valorizem os esbarrões de cotovelos na cozinha.

(C) há mulheres casadas que não gostam de ficar sozinhas com seus maridos na cozinha, enquanto limpam os peixes.

(D) as mulheres que amam valorizam os momentos mais simples do cotidiano vividos com a pessoa amada.

(E) o casamento exige levantar a qualquer hora da noite, para limpar, abrir e salgar o peixe.

4-) (SABESP/SP – ATENDENTE A CLIENTES 01 – FCC/2014 - ADAPTADA) Atenção: Para responder à questão, considere o texto abaixo.

A marca da solidão

Deitado de braços, sobre as pedras quentes do chão de paralelepípedos, o menino espia. Tem os braços dobrados e a testa pousada sobre eles, seu rosto formando uma tenda de penumbra na tarde quente.

Observa as ranhuras entre uma pedra e outra. Há, dentro de cada uma delas, um diminuto caminho de terra, com pedrinhas e tufo minúsculos de musgos, formando pequenas plantas, ínfimos bonsais só visíveis aos olhos de quem é capaz de parar de viver para, apenas, ver. Quando se tem a marca da solidão na alma, o mundo cabe numa fresta.

(SEIXAS, Heloísa. *Contos mais que mínimos*. Rio de Janeiro: Tinta negra bazar, 2010. p. 47)

No texto, o substantivo usado para ressaltar o universo reduzido no qual o menino detém sua atenção é

(A) fresta.

(B) marca.

(C) alma.

(D) solidão.

(E) penumbra.

5-) (ANCINE – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2012)

O riso é tão universal como a seriedade; ele abarca a totalidade do universo, toda a sociedade, a história, a concepção de mundo. É uma verdade que se diz sobre o mundo, que se estende a todas as coisas e à qual nada escapa. É, de alguma maneira, o aspecto festivo do mundo inteiro, em todos os seus níveis, uma espécie de segunda revelação do mundo.

Mikhail Bakhtin. A cultura popular na Idade Média e o Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 73 (com adaptações).

Na linha 1, o elemento "ele" tem como referente textual "O riso".

(...) CERTO

() ERRADO

6-) (ANEEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE/2010)

Só agora, quase cinco meses depois do apagão que atingiu pelo menos 1.800 cidades em 18 estados do país, surge uma explicação oficial satisfatória para o corte abrupto e generalizado de energia no final de 2009.

Segundo relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a responsabilidade recai sobre a empresa estatal Furnas, cujas linhas de transmissão cruzam os mais de 900 km que separam Itaipu de São Paulo.

Equipamentos obsoletos, falta de manutenção e de investimentos e também erros operacionais conspiraram para produzir a mais séria falha do sistema de geração e distribuição de energia do país desde o traumático racionamento de 2001.

Folha de S.Paulo, Editorial, 30/3/2010 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto acima apresentado, julgue os próximos itens.

A oração "que atingiu pelo menos 1.800 cidades em 18 estados do país" tem, nesse contexto, valor restritivo.

(...) CERTO

() ERRADO

7-) (COLÉGIO PEDRO II/RJ – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO – AOCP/2010) "A carga foi desviada e a viatura, com os vigilantes, abandonada em Pirituba, na zona norte de São Paulo."

Pela leitura do fragmento acima, é correto afirmar que, em sua estrutura sintática, houve supressão da expressão

a) vigilantes.

b) carga.

c) viatura.

d) foi.

e) desviada.

8-) (CORREIOS – CARTEIRO – CESPE/2011)

Um carteiro chega ao portão do hospício e grita:

— Carta para o 9.326!!!

Um louco pega o envelope, abre-o e vê que a carta está em

branco, e um outro pergunta:

— Quem te mandou essa carta?

— Minha irmã.

— Mas por que não está escrito nada?

— Ah, porque nós brigamos e não estamos nos falando!

Internet: <www.humortadela.com.br/piada> (com adaptações).

O efeito surpresa e de humor que se extrai do texto acima decorre

A) da identificação numérica atribuída ao louco.

B) da expressão utilizada pelo carteiro ao entregar a carta no hospício.

C) do fato de outro louco querer saber quem enviou a carta.

D) da explicação dada pelo louco para a carta em branco.

E) do fato de a irmã do louco ter brigado com ele.

9-) (CORREIOS – CARTEIRO – CESPE/2011)

Um homem se dirige à recepcionista de uma clínica:

— Por favor, quero falar com o dr. Pedro.

— O senhor tem hora?

O sujeito olha para o relógio e diz:

— Sim. São duas e meia.

— Não, não... Eu quero saber se o senhor é paciente.

— O que a senhora acha? Faz seis meses que ele não me paga o aluguel do consultório...

Internet: <www.humortadela.com.br/piada> (com adaptações).

No texto acima, a recepcionista dirige-se duas vezes ao homem para saber se ele

A) verificou o horário de chegada e está sob os cuidados do dr. Pedro.

B) pode indicar-lhe as horas e decidiu esperar o pagamento do aluguel.

C) tem relógio e sabe esperar.

D) marcou consulta e está calmo.

E) marcou consulta para aquele dia e está sob os cuidados do dr. Pedro.

(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL – FCC/2010 - ADAPTADA) Atenção: As questões de números 10 a 13 referem-se ao texto abaixo.

Liderança é uma palavra frequentemente associada a feitos e realizações de grandes personagens da história e da vida social ou, então, a uma dimensão mágica, em que algumas poucas pessoas teriam habilidades inatas ou o dom de transformar-se em grandes líderes, capazes de influenciar outras e, assim, obter e manter o poder.

Os estudos sobre o tema, no entanto, mostram que a maioria das pessoas pode tornar-se líder, ou pelo menos desenvolver consideravelmente as suas capacidades de liderança.

Paulo Roberto Motta diz: "líderes são pessoas comuns que aprendem habilidades comuns, mas que, no seu conjunto, formam uma pessoa incomum". De fato, são necessárias algumas habilidades, mas elas podem ser aprendidas tanto através das experiências da vida, quanto da formação voltada para essa finalidade.

O fenômeno da liderança só ocorre na inter-relação; envolve duas ou mais pessoas e a existência de necessidades para serem atendidas ou objetivos para serem alcançados, que requerem a interação cooperativa dos membros envolvidos. Não pressupõe proximidade física ou temporal: pode-se ter a mente e/ou o comportamento influenciado por um escritor ou por um líder religioso que nunca se viu ou que viveu noutra época. [...]

Se a legitimidade da liderança se baseia na aceitação do poder de influência do líder, implica dizer que parte desse poder encontra-se no próprio grupo. É nessa premissa que se fundamenta a maioria das teorias contemporâneas sobre liderança.

Daí definirem liderança como a arte de usar o poder que existe nas pessoas ou a arte de liderar as pessoas para fazerem o que se quer delas, da maneira mais efetiva e humana possível. [...]

(Augusta E.E.H. Barbosa do Amaral e Sandra Souza Pinto. Gestão de pessoas, in Desenvolvimento gerencial na Administração pública do Estado de São Paulo, org. Laís Macedo de Oliveira e Maria Cristina Pinto Galvão, Secretaria de Gestão pública, São Paulo: Fundap, 2. ed., 2009, p. 290 e 292, com adaptações)

10-) (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL – FCC/2010) De acordo com o texto, liderança

(A) é a habilidade de chefiar outras pessoas que não pode ser desenvolvida por aqueles que somente executam tarefas em seu ambiente de trabalho.

(B) é típica de épocas passadas, como qualidades de heróis da história da humanidade, que realizaram grandes feitos e se tornaram poderosos através deles.

(C) vem a ser a capacidade, que pode ser inata ou até mesmo adquirida, de conseguir resultados desejáveis daqueles que constituem a equipe de trabalho.

(D) torna-se legítima se houver consenso em todos os grupos quanto à escolha do líder e ao modo como ele irá mobilizar esses grupos em torno de seus objetivos pessoais.

11-) (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL – FCC/2010) O texto deixa claro que

(A) a importância do líder baseia-se na valorização de todo o grupo em torno da realização de um objetivo comum.

(B) o líder é o elemento essencial dentro de uma organização, pois sem ele não se poderá atingir qualquer meta ou objetivo.

(C) pode não haver condições de liderança em algumas equipes, caso não se estabeleçam atividades específicas para cada um de seus membros.

(D) a liderança é um dom que independe da participação dos componentes de uma equipe em um ambiente de trabalho.

12-) (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL – FCC/2010) O fenômeno da liderança só ocorre na inter-relação ... (4º parágrafo)

No contexto, inter-relação significa

(A) o respeito que os membros de uma equipe devem demonstrar ao acatar as decisões tomadas pelo líder, por resultarem em benefício de todo o grupo.

(B) a igualdade entre os valores dos integrantes de um grupo devidamente orientado pelo líder e aqueles propostos pela organização a que prestam serviço.

(C) o trabalho que deverá sempre ser realizado em equipe, de modo que os mais capacitados colaborem com os de menor capacidade.

(D) a criação de interesses mútuos entre membros de uma equipe e de respeito às metas que devem ser alcançadas por todos.

13-) (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL – FCC/2010) Não pressupõe proximidade física ou temporal ... (4º parágrafo)

A afirmativa acima quer dizer, com outras palavras, que

(A) a presença física de um líder natural é fundamental para que seus ensinamentos possam ser divulgados e aceitos.

(B) um líder verdadeiramente capaz é aquele que sempre se atualiza, adquirindo conhecimentos de fontes e de autores diversos.

(C) o aprendizado da liderança pode ser produtivo, mesmo se houver distância no tempo e no espaço entre aquele que influencia e aquele que é influenciado.

(D) as influências recebidas devem ser bem analisadas e postas em prática em seu devido tempo e na ocasião mais propícia.

14-) (DETRAN/RN – VISTORIADOR/EMPLACADOR – FGV PROJETOS/2010)

Painel do leitor (Carta do leitor)

Resgate no Chile

Assisti ao maior espetáculo da Terra numa operação de salvamento de vidas, após 69 dias de permanência no fundo de uma mina de cobre e ouro no Chile.

Um a um os mineiros soterrados foram içados com sucesso, mostrando muita calma, saúde, sorrindo e cumprimentando seus companheiros de trabalho. Não se pode esquecer a ajuda técnica e material que os Estados Unidos, Canadá e China ofereceram à equipe chilena de salvamento, num gesto humanitário que só enobrece esses países. E, também, dos dois médicos e dois "socorristas" que, demonstrando coragem e desprendimento, desceram na mina para ajudar no salvamento.

(Douglas Jorge; São Paulo, SP; www.folha.com.br – painel do leitor – 17/10/2010)

Considerando o tipo textual apresentado, algumas expressões demonstram o posicionamento pessoal do leitor diante do fato por ele narrado. Tais marcas textuais podem ser encontradas nos trechos a seguir, EXCETO:

- A) "Assisti ao maior espetáculo da Terra..."
- B) "... após 69 dias de permanência no fundo de uma mina de cobre e ouro no Chile."
- C) "Não se pode esquecer a ajuda técnica e material..."
- D) "... gesto humanitário que só enobrece esses países."
- E) "... demonstrando coragem e desprendimento, desceram na mina..."

(DCTA – TÉCNICO 1 – SEGURANÇA DO TRABALHO – VUNESP/2013 - ADAPTADA) Leia o texto para responder às questões de números 15 a 17.

Férias na Ilha do Nanja

Meus amigos estão fazendo as malas, arrumando as malas nos seus carros, olhando o céu para verem que tempo faz, pensando nas suas estradas – barreiras, pedras soltas, fissuras – sem falar em bandidos, milhões de bandidos entre as fissuras, as pedras soltas e as barreiras...*

Meus amigos partem para as suas férias, cansados de tanto trabalho; de tanta luta com os motoristas da contramão; enfim, cansados, cansados de serem obrigados a viver numa grande cidade, isto que já está sendo a negação da própria vida.

E eu vou para a Ilha do Nanja.

Eu vou para a Ilha do Nanja para sair daqui. Passarei as férias lá, onde, à beira das lagoas verdes e azuis, o silêncio cresce como um bosque. Nem preciso fechar os olhos: já estou vendo os pescadores com suas barcas de sardinha, e a moça à janela a namorar um moço na outra janela de outra ilha.

(Cecília Meireles, *O que se diz e o que se entende*. Adaptado)

*fissuras: fendas, rachaduras

15-) (DCTA – TÉCNICO 1 – SEGURANÇA DO TRABALHO – VUNESP/2013) No primeiro parágrafo, ao descrever a maneira como se preparam para suas férias, a autora mostra que seus amigos estão

- (A) serenos.
- (B) descuidados.
- (C) apreensivos.
- (D) indiferentes.
- (E) relaxados.

16-) (DCTA – TÉCNICO 1 – SEGURANÇA DO TRABALHO – VUNESP/2013) De acordo com o texto, pode-se afirmar que, assim como seus amigos, a autora viaja para

- (A) visitar um lugar totalmente desconhecido.
- (B) escapar do lugar em que está.
- (C) reencontrar familiares queridos.
- (D) praticar esportes radicais.
- (E) dedicar-se ao trabalho.

17-) Ao descrever a Ilha do Nanja como um lugar onde, "à beira das lagoas verdes e azuis, o silêncio cresce como um bosque" (último parágrafo), a autora sugere que viajará para um lugar

- (A) repulsivo e populoso.
- (B) sombrio e desabitado.
- (C) comercial e movimentado.
- (D) bucólico e sossegado.
- (E) opressivo e agitado.

18-) (POLÍCIA MILITAR/TO – SOLDADO – CONSULPLAN/2013 - ADAPTADA) Texto para responder à questão.



(Adail et al II. *Antologia brasileira de humor*. Volume 1. Porto Alegre: L&PM, 1976. p. 95.)

A charge anterior é de Luiz Carlos Coutinho, cartunista mineiro mais conhecido como Caulos. É correto afirmar que o tema apresentado é

- (A) a oposição entre o modo de pensar e agir.
- (B) a rapidez da comunicação na Era da Informática.
- (C) a comunicação e sua importância na vida das pessoas.
- (D) a massificação do pensamento na sociedade moderna.

RESOLUÇÃO

1-)

Com palavras do próprio texto responderemos: o mundo cabe numa fresta.

RESPOSTA: "A".

2-)

Pela leitura do poema identifica-se, apenas, a informação contida na alternativa: revelar segredos para o amigo pode ser arriscado.

RESPOSTA: "D".

3-)

Pela leitura do texto percebe-se, claramente, que a autora narra um momento simples, mas que é prazeroso ao casal.

RESPOSTA: "D".

4-)

Com palavras do próprio texto responderemos: o mundo cabe numa fresta.

RESPOSTA: "A".

5-)

Vamos ao texto: O riso é tão universal como a seriedade; ele abarca a totalidade do universo (...). Os termos relacionam-se. O pronome "ele" retoma o sujeito "riso".

RESPOSTA: "CERTO".

6-)

Voltemos ao texto: "depois do apagão que atingiu pelo menos 1.800 cidades". O "que" pode ser substituído por "o qual", portanto, trata-se de um pronome relativo (oração subordinada adjetiva). Quando há presença de vírgula, temos uma adjetiva explicativa (generaliza a informação da oração principal. A construção seria: "do apagão, que atingiu pelo menos 1800 cidades em 18 estados do país"); quando não há, temos uma adjetiva restritiva (restringe, delimita a informação – como no caso do exercício).

RESPOSTA: "CERTO".

7-)

"A carga foi desviada e a viatura, com os vigilantes, abandonada em Pirituba, na zona norte de São Paulo." Trata-se da figura de linguagem (de construção ou sintaxe) "zeugma", que consiste na omissão de um termo já citado anteriormente (diferente da elipse, que o termo não é citado, mas facilmente identificado). No enunciado temos a narração de que a carga foi desviada e de que a viatura foi abandonada.

RESPOSTA: "D".

8-)

Geralmente o efeito de humor desses gêneros textuais aparece no desfecho da história, ao final, como nesse: "Ah, porque nós brigamos e não estamos nos falando".

RESPOSTA: "D".

9-)

"O senhor tem hora? (...) Não, não... Eu quero saber se o senhor é paciente" = a recepcionista quer saber se ele marcou horário e se é paciente do Dr. Pedro.

RESPOSTA: "E".

10-)

Utilizando trechos do próprio texto, podemos chegar à conclusão: O fenômeno da liderança só ocorre na inter-relação; envolve duas ou mais pessoas e a existência de necessidades para serem atendidas ou objetivos para serem alcançados, que requerem a interação cooperativa dos membros envolvidos = equipe

RESPOSTA: "C".

11-)

O texto deixa claro que a importância do líder baseia-se na valorização de todo o grupo em torno da realização de um objetivo comum.

RESPOSTA: "A".

12-)

Pela leitura do texto, dentre as alternativas apresentadas, a que está coerente com o sentido dado à palavra "inter-relação" é: "a criação de interesses mútuos entre membros de uma equipe e de respeito às metas que devem ser alcançadas por todos".

RESPOSTA: "D".

13-)

Não pressupõe proximidade física ou temporal = o aprendizado da liderança pode ser produtivo, mesmo se houver distância no tempo e no espaço entre aquele que influencia e aquele que é influenciado.

RESPOSTA: "C".

14-)

Em todas as alternativas há expressões que representam a opinião do autor: Assisti ao maior espetáculo da Terra / Não se pode esquecer / gesto humanitário que só enobrece / demonstrando coragem e desprendimento.

RESPOSTA: "B".

15-)

"pensando nas suas estradas – barreiras, pedras soltas, fissuras – sem falar em bandidos, milhões de bandidos entre as fissuras, as pedras soltas e as barreiras..." = pensar nessas coisas, certamente, deixa-os apreensivos.

RESPOSTA: "C".

16-)

Eu vou para a Ilha do Nanja para sair daqui = resposta da própria autora!

RESPOSTA: "B".

17-)

Pela descrição realizada, o lugar não tem nada de ruim.

RESPOSTA: "D".

18-)

Questão que envolve interpretação "visual"! Fácil. Basta observar o que as personagens "dizem" e o que "pensam".

RESPOSTA: "A".

2 RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.

A todo o momento nos deparamos com vários textos, sejam eles verbais ou não verbais. Em todos há a presença do discurso, isto é, a ideia intrínseca, a essência daquilo que está sendo transmitido entre os interlocutores. Esses interlocutores são as peças principais em um diálogo ou em um texto escrito, pois nunca escrevemos para nós mesmos, nem mesmo falamos sozinhos.

É de fundamental importância sabermos classificar os textos com os quais travamos convivência no nosso dia a dia. Para isso, precisamos saber que existem **tipos textuais e gêneros textuais**.

Comumente relatamos sobre um acontecimento, um fato presenciado ou ocorrido conosco, expomos nossa opinião sobre determinado assunto, ou descrevemos algum lugar que visitamos, ou fazemos um retrato verbal sobre alguém que acabamos de conhecer ou ver. É exatamente nessas situações corriqueiras que classificamos os nossos textos naquela tradicional **tipologia: Narração, Descrição e Dissertação**.

As tipologias textuais caracterizam-se pelos aspectos de ordem linguística

- **Textos narrativos** – constituem-se de verbos de ação demarcados no tempo do universo narrado, como também de advérbios, como é o caso de *antes, agora, depois*, entre outros:

Ela entrava em seu carro quando ele apareceu. Depois de muita conversa, resolveram...

- **Textos descritivos** – como o próprio nome indica, descrevem características tanto físicas quanto psicológicas acerca de um determinado indivíduo ou objeto. Os tempos verbais aparecem demarcados no presente ou no pretérito imperfeito:

"Tinha os cabelos mais negros como a asa da graúna..."

- **Textos expositivos** – Têm por finalidade explicar um assunto ou uma determinada situação que se almeje desenvolvê-la, enfatizando acerca das razões de ela acontecer, como em:

O cadastramento irá se prorrogar até o dia 02 de dezembro, portanto, não se esqueça de fazê-lo, sob pena de perder o benefício.

- **Textos injuntivos (instrucional)** – Trata-se de uma modalidade na qual as ações são prescritas de forma sequencial, utilizando-se de verbos expressos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente.

Misture todos os ingrediente e bata no liquidificador até criar uma massa homogênea.

- **Textos argumentativos (dissertativo)** – Demarcam-se pelo predomínio de operadores argumentativos, revelados por uma carga ideológica constituída de argumentos e contra-argumentos que justificam a posição assumida acerca de um determinado assunto.

A mulher do mundo contemporâneo luta cada vez mais para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, o que significa que os gêneros estão em complementação, não em disputa.

Em se tratando de **gêneros textuais**, a situação não é diferente, pois se conceituam como gêneros textuais as diversas situações sociocomunicativas que participam da nossa vida em sociedade. Como exemplo, temos: *uma receita culinária, um e-mail, uma reportagem, uma monografia, um poema, um editorial*, e assim por diante.

3 DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.

A **ortografia** é a parte da língua responsável pela grafia correta das palavras. Essa grafia baseia-se no padrão culto da língua.

As palavras podem apresentar igualdade total ou parcial no que se refere a sua grafia e pronúncia, mesmo tendo significados diferentes. Essas palavras são chamadas de *homônimas* (canto, do grego, significa ângulo / canto, do latim, significa música vocal). As palavras homônimas

dividem-se em *homógrafas*, quando têm a mesma grafia (*gosto*, substantivo e *gosto*, 1ª pessoa do singular do verbo gostar) e *homófonas*, quando têm o mesmo som (*paço*, *palácio* ou *passo*, movimento durante o andar).

Quanto à grafia correta em língua portuguesa, devem-se observar as seguintes regras:

O fonema s:

Escreve-se com S e não com C/Ç as palavras substantivadas derivadas de verbos com radicais em nd, rg, rt, pel, corr e sent: *pretender* - *pretensão* / *expandir* - *expansão* / *ascender* - *ascensão* / *inverter* - *inversão* / *aspergir* *aspersão* / *submergir* - *submersão* / *divertir* - *diversão* / *impelir* - *impulsivo* / *compelir* - *compulsório* / *repelir* - *repulsa* / *recorrer* - *recurso* / *discorrer* - *discurso* / *sentir* - *sensível* / *consentir* - *consensual*

Escreve-se com SS e não com C e Ç os nomes derivados dos verbos cujos radicais terminem em gred, ced, prim ou com verbos terminados por tir ou meter: *agredir* - *agressivo* / *imprimir* - *impressão* / *admitir* - *admissão* / *ceder* - *cessão* / *exceder* - *excesso* / *percutir* - *percussão* / *regredir* - *regressão* / *oprimir* - *opressão* / *comprometer* - *compromisso* / *submeter* - *submissão*

*quando o prefixo termina com vogal que se junta com a palavra iniciada por "s". Exemplos: *a* + *simétrico* - *assimétrico* / *re* + *surgir* - *ressurgir*

*no pretérito imperfeito simples do subjuntivo. Exemplos: *ficasse*, *falasse*

Escreve-se com C ou Ç e não com S e SS os vocábulos de origem árabe: *cetim*, *açucena*, *açúcar*

*os vocábulos de origem tupi, africana ou exótica: *cipó*, *Juçara*, *caçula*, *cachaça*, *cacique*

*os sufixos *aça*, *aço*, *ação*, *çar*, *ecer*, *iça*, *nça*, *uça*, *uçu*, *uço*: *barcaça*, *ricaço*, *aguçar*, *empalidecer*, *carniça*, *caniço*, *esperança*, *carapuça*, *dentuço*

*nomes derivados do verbo *ter*: *abster* - *abstenção* / *deter* - *detenção* / *ater* - *atenção* / *reter* - *retenção*

*após ditongos: *foice*, *coice*, *traição*

*palavras derivadas de outras terminadas em *te*, *to(r)*: *mar-te* - *marciano* / *infrator* - *infração* / *absorto* - *absorção*

O fonema z:

Escreve-se com S e não com Z:

*os sufixos: *ês*, *esa*, *esia*, *e isa*, quando o radical é substantivo, ou em gentílicos e títulos nobiliárquicos: *freguês*, *freguesa*, *freguesia*, *poetisa*, *baronesa*, *princesa*, etc.

*os sufixos gregos: *ase*, *ese*, *ise* e *ose*: *catequese*, *metamorfose*.

*as formas verbais *pôr* e *querer*: *pôs*, *pus*, *quisera*, *quis*, *quise*.

*nomes derivados de verbos com radicais terminados em "d": *aludir* - *alusão* / *decidir* - *decisão* / *empreender* - *empresa* / *difundir* - *difusão*

*os diminutivos cujos radicais terminam com "s": *Luís* - *Luisinho* / *Rosa* - *Rosinha* / *lápiz* - *lapisinho*

*após ditongos: *coisa*, *pausa*, *pouso*

*em verbos derivados de nomes cujo radical termina com "s": *anális(e)* + *ar* - *analisar* / *pesquis(a)* + *ar* - *pesquisar*

Escreve-se com Z e não com S:

*os sufixos "ez" e "eza" das palavras derivadas de adjetivo: *macio* - *maciez* / *rico* - *riqueza*

*os sufixos "izar" (desde que o radical da palavra de origem não termine com s): *final* - *finalizar* / *concreto* - *concretizar*

*como consoante de ligação se o radical não terminar com s: *pé* + *inho* - *pezinho* / *café* + *al* - *cafezal* ≠ *lápiz* + *inho* - *lapisinho*

O fonema j:

Escreve-se com G e não com J:

*as palavras de origem grega ou árabe: *tigela*, *girafa*, *gesso*.

*estrangeirismo, cuja letra G é originária: *sargento*, *gim*.

*as terminações: *agem*, *igem*, *ugem*, *ege*, *oge* (com poucas exceções): *imagem*, *vertigem*, *penugem*, *bege*, *foge*.

Observação: Exceção: *pajem*

*as terminações: *ágio*, *égio*, *ígio*, *ógio*, *ugio*: *sortilégio*, *litígio*, *relógio*, *refúgio*.

*os verbos terminados em *ger* e *gir*: *eleger*, *mugir*.

*depois da letra "r" com poucas exceções: *emergir*, *surgir*.

*depois da letra "a", desde que não seja radical terminado com j: *ágil*, *agente*.

Escreve-se com J e não com G:

*as palavras de origem latinas: *jeito*, *majestade*, *hoje*.

*as palavras de origem árabe, africana ou exótica: *ji-boia*, *manjerona*.

*as palavras terminada com *aje*: *aje*, *ultraje*.

O fonema ch:

Escreve-se com X e não com CH:

*as palavras de origem tupi, africana ou exótica: *abacaxi*, *muxoxo*, *xucro*.

*as palavras de origem inglesa (sh) e espanhola (J): *xampu*, *lagartixa*.

*depois de ditongo: *frouxo*, *feixe*.

*depois de "en": *enxurrada*, *enxoval*.

Observação: Exceção: quando a palavra de origem não derive de outra iniciada com *ch* - *Cheio* - (*enchente*)

Escreve-se com CH e não com X:

*as palavras de origem estrangeira: *chave*, *chumbo*, *chassi*, *mochila*, *espadachim*, *chope*, *sanduíche*, *salsicha*.

As letras e e i:

*os ditongos nasais são escritos com "e": *mãe*, *põem*. Com "i", só o ditongo interno *cãibra*.

*os verbos que apresentam infinitivo em -oar, -uar são escritos com "e": *caçoe*, *tumultue*. Escrevemos com "i", os verbos com infinitivo em -air, -oer e -uir: *traí*, *dói*, *possui*.

- atenção para as palavras que mudam de sentido quando substituímos a grafia "e" pela grafia "i": *área* (superfície), *ária* (melodia) / *delatar* (denunciar), *dilatar* (expandir) / *emergir* (vir à tona), *imergir* (mergulhar) / *peão* (de estância, que anda a pé), *pião* (brinquedo).

Fonte: <http://www.pciconcursos.com.br/aulas/portugues/ortografia>

Questões sobre Ortografia

01. (TRE/AP - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011) Entre as frases que seguem, a única correta é:

- a) Ele se esqueceu de que?
- b) Era tão ruim aquele texto, que não deu para distribuí-lo entre os presentes.
- c) Embora devêssemos, não fomos excessivos nas críticas.
- d) O juiz nunca negou-se a atender às reivindicações dos funcionários.
- e) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

02. (Escrevente TJ SP - Vunesp/2013). Assinale a alternativa cujas palavras se apresentam flexionadas de acordo com a norma-padrão.

- (A) Os tabeliões devem preparar o documento.
- (B) Esses cidadãos tinham autorização para portar fuzis.
- (C) Para autenticar as certidões, procure o cartório local.
- (D) Ao descer e subir escadas, segure-se nos corrimãos.
- (E) Cuidado com os degrais, que são perigosos!

03. (Agente de Vigilância e Recepção - VUNESP - 2013). Suponha-se que o cartaz a seguir seja utilizado para informar os usuários sobre o festival Sounderground.

Prezado Usuário

_____ de oferecer lazer e cultura aos passageiros do metrô, _____ desta segunda-feira (25/02), _____ 17h30, começa o Sounderground, festival internacional que prestigia os músicos que tocam em estações do metrô.

Confira o dia e a estação em que os artistas se apresentarão e divirta-se!

Para que o texto atenda à norma-padrão, devem-se preencher as lacunas, correta e respectivamente, com as expressões

- A) A fim ...a partir ... as
- B) A fim ...à partir ... às
- C) A fim ...a partir ... às
- D) Afim ...a partir ... às
- E) Afim ...à partir ... as

04. (TRF - 1ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011) As palavras estão corretamente grafadas na seguinte frase:

- (A) Que eles viagem sempre é muito bom, mas não é boa a ansiedade com que enfrentam o excesso de passageiros nos aeroportos.
- (B) Comete muitos deslises, talvez por sua espontaneidade, mas nada que ponha em cheque sua reputação de pessoa cortês.

(C) Ele era rabugento e tinha ojeriza ao hábito do sócio de descansar após o almoço sob a frondosa árvore do pátio.

(D) Não sei se isso influe, mas a persistência dessa mágoa pode estar sendo o grande impecilho na superação dessa sua crise.

(E) O diretor exitou ao aprovar a retenção dessa alta quantia, mas não quiz ser taxado de conivente na concessão de privilégios ilegítimos.

05. Em qual das alternativas a frase está corretamente escrita?

- A) O mindigo não depositou na cardeneta de poupança.
- B) O mendigo não depositou na caderneta de poupança.
- C) O mindigo não depozitou na cardeneta de poupanssa.
- D) O mendingo não depozitou na caderneta de poupansa.

06. (IAMSPE/SP - ATENDENTE - [PAJEM] - CCI - VUNESP/2011) Assinale a alternativa em que o trecho - *Mas ela cresceu ...* - está corretamente reescrito no plural, com o verbo no tempo futuro.

- (A) Mas elas cresceram...
- (B) Mas elas cresciam...
- (C) Mas elas cresçam...
- (D) Mas elas crescem...
- (E) Mas elas crescerão...

07. (IAMSPE/SP - ATENDENTE - [PAJEM - CCI] - VUNESP/2011 - ADAPTADA) Assinale a alternativa em que o trecho - *O teste decisivo e derradeiro para ele, cidadão ansioso e sofredor...* - está escrito corretamente no plural.

- (A) Os testes decisivo e derradeiros para eles, cidadãos ansioso e sofredores...
- (B) Os testes decisivos e derradeiros para eles, cidadãos ansioso e sofredores...
- (C) Os testes decisivos e derradeiros para eles, cidadãos ansiosos e sofredores...
- (D) Os testes decisivo e derradeiros para eles, cidadãos ansioso e sofredores...
- (E) Os testes decisivos e derradeiros para eles, cidadãos ansiosos e sofredores...

08. (MPE/RJ - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - FUJB/2011) Assinale a alternativa em que a frase NÃO contraria a norma culta:

- A) Entre eu e a vida sempre houve muitos infortúnios, por isso posso me queixar com razão.
- B) Sempre houveram várias formas eficazes para ultrapassarmos os infortúnios da vida.
- C) Devemos controlar nossas emoções todas as vezes que vermos a pobreza e a miséria fazerem parte de nossa vida.
- D) É difícil entender o porquê de tanto sofrimento, principalmente daqueles que procuram viver com dignidade e simplicidade.
- E) As dificuldades por que passamos certamente nos fazem mais fortes e preparados para os infortúnios da vida.

09. Assinale a alternativa cuja frase esteja incorreta:

- A) Porque essa cara?
- B) Não vou porque não quero.
- C) Mas por quê?
- D) Você saiu por quê?

10-) (GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS – TÉCNICO FORENSE - CESPE/2013 - adaptada) Uma variante igualmente correta do termo "autópsia" é autopsia.

- () Certo
- () Errado

GABARITO

01.E 02. D 03. C 04. A 05. B
06. E 07. C 08. E 09. A 10. C

RESOLUÇÃO

1-)

- (A) Ele se esqueceu de que? = quê?
- (B) Era tão ruim (ruim) aquele texto, que não deu para distribuí-lo (distribuí-lo) entre os presentes.
- (C) Embora devêssemos (devêssemos), não fomos excessivos nas críticas.
- (D) O juiz (juiz) nunca (se) negou a atender às reivindicações dos funcionários.
- (E) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

2-)

- (A) Os tabeliões devem preparar o documento. = tabeliões
- (B) Esses cidadãos tinham autorização para portar fuzis. = cidadãos
- (C) Para autenticar as certidões, procure o cartório local. = certidões
- (E) Cuidado com os degrais, que são perigosos = degraus

3-) *Prezado Usuário*

A fim de oferecer lazer e cultura aos passageiros do metrô, a partir desta segunda-feira (25/02), às 17h30, começa o Sounderground, festival internacional que prestigia os músicos que tocam em estações do metrô.

Confira o dia e a estação em que os artistas se apresentarão e divirta-se!

A fim = indica finalidade; a partir: sempre separado; antes de horas: há crase

4-) Fiz a correção entre parênteses:

- (A) Que eles viajem sempre é muito bom, mas não é boa a ansiedade com que enfrentam o excesso de passageiros nos aeroportos.
- (B) Comete muitos deslises (deslizes), talvez por sua espontaneidade, mas nada que ponha em cheque (xeque) sua reputação de pessoa cortês.

(C) Ele era rabugento e tinha ojeriza ao hábito do sócio de descansar (descansar) após o almoço sob a frondosa (frondosa) árvore do pátio.

(D) Não sei se isso influe (influi), mas a persistência dessa mágoa pode estar sendo o grande impedimento (impedimento) na superação dessa sua crise.

(E) O diretor exitou (hesitou) ao aprovar a retenção dessa alta quantia, mas não quis (quis) ser taxado de conivente na concessão de privilégios ilegítimos.

5-)

- A) O mindigo não depositou na cardeneta de poupança. = mendigo/caderneta/poupança
- C) O mindigo não depositou na cardeneta de poupança. = mendigo/caderneta/poupança
- D) O mendingo não depositou na cardeneta de poupança. = mendigo/depositou/caderneta/poupança

6-) Futuro do verbo "crescer": crescerão. Teremos: mas elas crescerão...

7-) Como os itens apresentam o mesmo texto, a alternativa correta já indica onde estão as inadequações nos demais itens.

8-) Fiz as correções entre parênteses:

- A) Entre eu (mim) e a vida sempre houve muitos infortúnios, por isso posso me queixar com razão.
- B) Sempre houveram (houve) várias formas eficazes para ultrapassarmos os infortúnios da vida.
- C) Devemos controlar nossas emoções todas as vezes que vermos (virmos) a pobreza e a miséria fazerem parte de nossa vida.
- D) É difícil entender o por quê (o porquê) de tanto sofrimento, principalmente daqueles que procuram viver com dignidade e simplicidade.
- E) As dificuldades por que (= pelas quais; correto) passamos certamente nos fazem mais fortes e preparados para os infortúnios da vida.

9-) Por que essa cara? = é uma pergunta e o pronome está longe do ponto de interrogação.

10-) autopsia s.f., autópsia s.f.; cf. autopsia (fonte: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>)
RESPOSTA: "CERTO".

4 DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL.

4.1 EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL.

Primeiramente, o que nos faz produzir um texto é a capacidade que temos de pensar. Por meio do pensamento, elaboramos todas as informações que recebemos e orientamos as ações que interferem na realidade e organização de nossos escritos. O que lemos é produto de um pensamento transformado em texto.

Logo, como cada um de nós tem seu modo de pensar, quando escrevemos sempre procuramos uma maneira organizada do leitor compreender as nossas ideias. A finalidade da escrita é direcionar totalmente o que você quer dizer, por meio da comunicação.

Para isso, os elementos que compõem o texto se dividem em: introdução, desenvolvimento e conclusão. Todos eles devem ser organizados de maneira equilibrada.

Introdução

Caracterizada pela entrada no assunto e a argumentação inicial. A ideia central do texto é apresentada nessa etapa. Entretanto, essa apresentação deve ser direta, sem rodeios. O seu tamanho raramente excede a 1/5 de todo o texto. Porém, em textos mais curtos, essa proporção não é equivalente. Neles, a introdução pode ser o próprio título. Já nos textos mais longos, em que o assunto é exposto em várias páginas, ela pode ter o tamanho de um capítulo ou de uma parte precedida por subtítulo. Nessa situação, pode ter vários parágrafos. Em redações mais comuns, que em média têm de 25 a 80 linhas, a introdução será o primeiro parágrafo.

Desenvolvimento

A maior parte do texto está inserida no desenvolvimento. Ele é responsável por estabelecer uma ligação entre a introdução e a conclusão. É nessa etapa que são elaboradas as ideias, os dados e os argumentos que sustentam e dão base às explicações e posições do autor. É caracterizado por uma "ponte" formada pela organização das ideias em uma sequência que permite formar uma relação equilibrada entre os dois lados.

O autor do texto revela sua capacidade de discutir um determinado tema no desenvolvimento. Nessa parte, ele se torna capaz de defender seus pontos de vista, além de dirigir a atenção do leitor para a conclusão. As conclusões são fundamentadas a partir daqui.

Para que o desenvolvimento cumpra seu objetivo, o escritor já deve ter uma ideia clara de como vai ser a conclusão. Por isso a importância do planejamento de texto.

Em média, ocupa 3/5 do texto, no mínimo. Já nos textos mais longos, pode estar inserido em capítulos ou trechos destacados por subtítulos. Deverá se apresentar no formato de parágrafos medianos e curtos.

Os principais erros cometidos no desenvolvimento são o desvio e a desconexão da argumentação. O primeiro está relacionado ao autor tomar um argumento secundário que se distancia da discussão inicial, ou quando se concentra em apenas um aspecto do tema e esquece o seu todo. O segundo caso acontece quando quem redige tem muitas ideias ou informações sobre o que está sendo discutido, não conseguindo estruturá-las. Surge também a dificuldade de organizar seus pensamentos e definir uma linha lógica de raciocínio.

Conclusão

Considerada como a parte mais importante do texto, é o ponto de chegada de todas as argumentações elaboradas. As ideias e os dados utilizados convergem para essa parte, em que a exposição ou discussão se fecha.

Em uma estrutura normal, ela não deve deixar uma brecha para uma possível continuidade do assunto; ou seja, possui atributos de síntese. A discussão não deve ser encerrada com argumentos repetitivos, sendo evitados na medida do possível. Alguns exemplos: "*Portanto, como já dissemos antes...*", "*Concluindo...*", "*Em conclusão...*".

Sua proporção em relação à totalidade do texto deve ser equivalente ao da introdução: de 1/5. Essa é uma das características de textos bem redigidos.

Os seguintes erros aparecem quando as conclusões ficam muito longas:

→ O problema aparece quando não ocorre uma exploração devida do desenvolvimento. Logo, acontece uma invasão das ideias de desenvolvimento na conclusão.

→ Outro fator consequente da insuficiência de fundamentação do desenvolvimento está na conclusão precisar de maiores explicações, ficando bastante vazia.

→ Enrolar e "encher linguiça" são muito comuns no texto em que o autor fica girando em torno de ideias redundantes ou paralelas.

→ Uso de frases vazias que, por vezes, são perfeitamente dispensáveis.

→ Quando não tem clareza de qual é a melhor conclusão, o autor acaba se perdendo na argumentação final.

Em relação à abertura para novas discussões, a conclusão não pode ter esse formato, exceto pelos seguintes fatores:

→ Para não influenciar a conclusão do leitor sobre temas polêmicos, o autor deixa a conclusão em aberto.

→ Para estimular o leitor a ler uma possível continuidade do texto, ou autor não fecha a discussão de propósito.

→ Por apenas apresentar dados e informações sobre o tema a ser desenvolvido, o autor não deseja concluir o assunto.

→ Para que o leitor tire suas próprias conclusões, o autor enumera algumas perguntas no final do texto.

A maioria dessas falhas pode ser evitada se antes o autor fizer um esboço de todas as suas ideias. Essa técnica é um roteiro, em que estão presentes os planejamentos. Nele devem estar indicadas as melhores sequências a serem utilizadas na redação. O roteiro deve ser o mais enxuto possível.

Fonte: http://producao-de-textos.info/mos/view/Caracter%C3%ADsticas_e_Estruturas_do_Texto/

Não basta conhecer o conteúdo das partes de um trabalho: introdução, desenvolvimento e conclusão. Além de saber o que se deve (e o que não se deve) escrever em cada parte constituinte do texto, é preciso saber escrever obedecendo às normas de coerência e coesão. Antes de mais nada, é necessário definir os termos: *coerência* diz respeito à articulação do texto, à compatibilidade das ideias, à lógica do raciocínio, a seu conteúdo. *Coesão* refere-se à expressão linguística, ao nível gramatical, às estruturas frasais e ao emprego do vocabulário.

Coerência e coesão relacionam-se com o processo de produção e compreensão do texto. A coesão contribui para a coerência, mas nem sempre um texto coerente apresenta coesão. Pode ocorrer que o texto sem coerência apresente coesão, ou que um texto tenha coesão sem coerência. Em outras palavras: um texto pode ser gramaticalmente bem construído, com frases bem estruturadas, vocabulário correto, mas apresentar ideias sem nexo, sem uma sequência lógica: há coesão, mas não coerência. Por outro lado, um texto pode apresentar ideias coerentes e bem encadeadas, sem que no plano da expressão as estruturas frasais sejam gramaticalmente aceitáveis: há coerência, mas não coesão.

A coerência textual subjaz ao texto e é responsável pela hierarquização dos elementos textuais, ou seja, ela tem origem nas estruturas profundas, no conhecimento do mundo de cada pessoa, aliada à competência linguística. Deduz-se que é difícil ensinar coerência textual, intimamente ligada à visão de mundo, à origem das ideias no pensamento. A coesão, porém, refere-se à expressão linguística, aos processos sintáticos e gramaticais do texto.

O seguinte resumo caracteriza coerência e coesão:

Coerência: rede de sintonia entre as partes e o todo de um texto. Conjunto de unidades sistematizadas numa adequada relação semântica, que se manifesta na compatibilidade entre as ideias. (Na linguagem popular: “dizer coisa com coisa” ou “uma coisa bate com outra”).

Coesão: conjunto de elementos posicionados ao longo do texto, numa linha de sequência e com os quais se estabelece um vínculo ou conexão sequencial. Se o vínculo coesivo faz-se via gramática, fala-se em coesão gramatical. Se se faz por meio do vocabulário, tem-se a coesão lexical.

Coerência

- assenta-se no plano cognitivo, da inteligibilidade do texto;
- situa-se na subjacência do texto; estabelece conexão conceitual;
- relaciona-se com a macroestrutura; trabalha com o todo, com o aspecto global do texto;
- estabelece relações de conteúdo entre palavras e frases.

Coesão

- assenta-se no plano gramatical e no nível frasal;
- situa-se na superfície do texto, estabelece conexão sequencial;
- relaciona-se com a microestrutura, trabalha com as partes componentes do texto;
- Estabelece relações entre os vocábulos no interior das frases.

Coerência e coesão são responsáveis pela inteligibilidade ou compreensão do texto. Um texto bem redigido tem parágrafos bem estruturados e articulados pelo encadeamento das ideias neles contidas. As estruturas frasais devem ser coerentes e gramaticalmente corretas, no que diz respeito à sintaxe. O vocabulário precisa ser adequado e essa adequação só se consegue pelo conhecimento dos significados possíveis de cada palavra. Talvez os erros mais comuns de redação sejam devidos à impropriedade do vocabulário e ao mau emprego dos conectivos (conjunções, que têm por função ligar uma frase ou período a outro). Eis alguns exemplos de impropriedade do vocabulário, colhidos em redações sobre censura e os meios de comunicação e outras.

“Nosso direito é frisado na Constituição.”

Nosso direito é assegurado pela Constituição. = correta

“Estabelecer os limites as quais a programação deveria estar exposta.”

Estabelecer os limites aos quais a programação deveria estar sujeita. = correta

“A censura deveria punir as notícias sensacionalistas.”

A censura deveria proibir (ou coibir) as notícias sensacionalistas ou punir os meios de comunicação que veiculam tais notícias. = correta

“Retomada das rédeas da programação.”

Retomada das rédeas dos meios de comunicação, no que diz respeito à programação. = correta

O emprego de vocabulário inadequado prejudica muitas vezes a compreensão das ideias. É importante, ao redigir, empregar palavras cujo significado seja conhecido pelo enunciador, e cujo emprego faça parte de seus conhecimentos linguísticos. Muitas vezes, quem redige conhece o significado de determinada palavra, mas não sabe empregá-la adequadamente, isso ocorre frequentemente com o emprego dos conectivos (preposições e conjunções). Não basta saber que as preposições ligam nomes ou sintagmas nominais no interior das frases e que as conjunções ligam frases dentro do período; é necessário empregar adequadamente tanto umas como outras. É bem verdade que, na maioria das vezes, o emprego inadequado dos conectivos remete aos problemas de regência verbal e nominal.

Exemplos:

“Estar inteirada com os fatos” significa participação, interação.

“Estar inteirada dos fatos” significa ter conhecimento dos fatos, estar informada.

"Ir de encontro" significa divergir, não concordar.
 "Ir ao encontro" quer dizer concordar.

"Ameaça de liberdade de expressão e transmissão de ideias" significa a liberdade não é ameaça;

"Ameaça à liberdade de expressão e transmissão de ideias", isto é, a liberdade fica ameaçada.

Quanto à regência verbal, convém sempre consultar um dicionário de verbos, pois muitos deles admitem duas ou três regências diferentes; cada uma, porém, tem um significado específico. Lembre-se, a propósito, de que as dúvidas sobre o emprego da crase decorrem do fato de considerar-se crase como sinal de acentuação apenas, quando o problema refere-se à regência nominal e verbal.

Exemplos:

O verbo assistir admite duas regências:

assistir o/a (transitivo direto) significa dar ou prestar assistência (O médico assiste o doente):

Assistir ao (transitivo indireto): ser espectador (Assisti ao jogo da seleção).

Pedir o =n(transitivo direto) significa solicitar, pleitear (Pedi o jornal do dia).

Pedir que =, contém uma ordem (A professora pediu que fizessem silêncio).

Pedir para = pedir permissão (Pedi para sair da classe); significa também pedir em favor de alguém (A Diretora pediu ajuda para os alunos carentes) em favor dos alunos, pedir algo a alguém (para si): (Pedi ao colega para ajudá-lo); pode significar ainda exigir, reclamar (Os professores pedem aumento de salário).

O mau emprego dos pronomes relativos também pode levar à falta de coesão gramatical. Frequentemente, emprega-se *no qual* ou *ao qual* em lugar do *que*, com prejuízo da clareza do texto; outras vezes, o emprego é desnecessário ou inadequado.

"Pela manhã o carteiro chegou com um envelope para mim no qual estava sem remetente". (Chegou com um envelope que (o qual) estava sem remetente).

"Encontrei apenas belas palavras o qual não duvido da sensibilidade..."

Encontrei belas palavras e não duvido da sensibilidade delas (palavras cheias de sensibilidade).

Para evitar a falta de coerência e coesão na articulação das frases, aconselha-se levar em conta as seguintes sugestões para o emprego correto dos **articuladores sintáticos** (conjunções, preposições, locuções prepositivas e locuções conjuntivas).

- Para dar ideia de oposição ou contradição, a articulação sintática faz-se por meio de conjunções adversativas: *mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto*. Podem também ser empregadas as conjunções concessivas e locuções prepositivas para introduzir a ideia de oposição aliada à concessão: *embora, ou muito embora, apesar de, ainda que, conquanto, posto que, a despeito de, não obstante*.

- A articulação sintática de causa pode ser feita por meio de conjunções e locuções conjuntivas: *pois, porque, como, por isso que, visto que, uma vez que, já que*. Também podem ser empregadas as preposições e locuções prepositivas: *por, por causa de, em vista de, em virtude de, devido a, em consequência de, por motivo de, por razões de*.

- O principal articulador sintático de condição é o "se": *Se o time ganhar esse jogo, será campeão*. Pode-se também expressar condição pelo emprego dos conectivos: *caso, contanto que, desde que, a menos que, a não ser que*.

- O emprego da preposição "para" é a maneira mais comum de expressar finalidade. "*É necessário baixar as taxas de juros para que a economia se estabilize*" ou para a economia estabilizar-se. "*Teresa vai estudar bastante para fazer boa prova*." Há outros articuladores que expressam finalidade: *a fim de, com o propósito de, na finalidade de, com a intenção de, com o objetivo de, com o fito de, com o intuito de*.

- A ideia de conclusão pode ser introduzida por meio dos articuladores: *assim, desse modo, então, logo, portanto, pois, por isso, por conseguinte, de modo que, em vista disso*. Para introduzir mais um argumento a favor de determinada conclusão emprega-

-se *ainda*. Os articuladores *aliás, além do mais, além disso, além de tudo*, introduzem um argumento decisivo, cabal, apresentado como um acréscimo, para justificar de forma incontestável o argumento contrário.

- Para introduzir esclarecimentos, retificações ou desenvolvimento do que foi dito empregam-se os **articuladores**: *isto é, quer dizer, ou seja, em outras palavras*. A conjunção aditiva "e" anuncia não a repetição, mas o desenvolvimento do discurso, pois acrescenta uma informação nova, um dado novo, e se não acrescentar nada, é pura repetição e deve ser evitada.

- Alguns articuladores servem para estabelecer uma gradação entre os correspondentes de determinada escala. No alto dessa escala acham-se: *mesmo, até, até mesmo*; no plano mais baixo: *ao menos, pelo menos, no mínimo*.

4.2 EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS.

Verbo é a classe de palavras que se flexiona em pessoa, número, tempo, modo e voz. Pode indicar, entre outros processos: ação (correr); estado (ficar); fenômeno (chover); ocorrência (nascer); desejo (querer).

O que caracteriza o verbo são as suas flexões, e não os seus possíveis significados. Observe que palavras como *corrida, chuva e nascimento* têm conteúdo muito próximo ao de alguns verbos mencionados acima; não apresentam, porém, todas as possibilidades de flexão que esses verbos possuem.

Estrutura das Formas Verbais

Do ponto de vista estrutural, uma forma verbal pode apresentar os seguintes elementos:

- **Radical:** é a parte invariável, que expressa o significado essencial do verbo. Por exemplo: *fal-ei; fal-ava; fal-am*. (radical *fal-*)

- **Tema:** é o radical seguido da vogal temática que indica a conjugação a que pertence o verbo. Por exemplo: *fala-r*
São três as conjugações: 1ª - Vogal Temática - A - (*falar*), 2ª - Vogal Temática - E - (*vender*), 3ª - Vogal Temática - I - (*partir*).

- **Desinência modo-temporal:** é o elemento que designa o tempo e o modo do verbo. Por exemplo:
falávamos (indica o pretérito imperfeito do indicativo.)
falasse (indica o pretérito imperfeito do subjuntivo.)

- **Desinência número-pessoal:** é o elemento que designa a pessoa do discurso (1ª, 2ª ou 3ª) e o número (singular ou plural):
falamos (indica a 1ª pessoa do plural.)
falavam (indica a 3ª pessoa do plural.)

Observação: o verbo *pôr*, assim como seus derivados (*compor, repor, depor*, etc.), pertencem à 2ª conjugação, pois a forma arcaica do verbo *pôr* era *poer*. A vogal "e", apesar de haver desaparecido do infinitivo, revela-se em algumas formas do verbo: *põe, pões, põem*, etc.

Formas Rizotônicas e Arrizotônicas

Ao combinarmos os conhecimentos sobre a estrutura dos verbos com o conceito de acentuação tônica, perceberemos com facilidade que nas formas rizotônicas o acento tônico cai no radical do verbo: *opino, aprendam, nutro*, por exemplo. Nas formas arrizotônicas, o acento tônico não cai no radical, mas sim na terminação verbal: *opinei, aprende-rão, nutriríamos*.

Classificação dos Verbos

Classificam-se em:

- **Regulares:** são aqueles que possuem as desinências normais de sua conjugação e cuja flexão não provoca alterações no radical: *canto cantei cantarei cantava cantasse*.

- **Irregulares:** são aqueles cuja flexão provoca alterações no radical ou nas desinências: *faço fiz farei fizesse*.

- **Defectivos:** são aqueles que não apresentam conjugação completa. Classificam-se em impessoais, unipessoais e pessoais:

* **Impessoais:** são os verbos que não têm sujeito. Normalmente, são usados na terceira pessoa do singular. Os principais verbos impessoais são:

** **haver**, quando sinônimo de existir, acontecer, realizar-se ou fazer (em orações temporais).

Havia poucos ingressos à venda. (Havia = Existiam)
Houve duas guerras mundiais. (Houve = Aconteceram)
Haverá reuniões aqui. (Haverá = Realizar-se-ão)
Deixei de fumar há muitos anos. (há = faz)

** **fazer, ser e estar** (quando indicam tempo)

Faz invernos rigorosos no Sul do Brasil.
Era primavera quando a conheci.
Estava frio naquele dia.

** Todos os verbos que indicam fenômenos da natureza são impessoais: *chover, ventar, nevar, gear, trovejar, amanhecer, escurecer*, etc. Quando, porém, se constrói, "*Amanheci mal-humorado*", usa-se o verbo "*amanhecer*" em sentido figurado. Qualquer verbo impessoal, empregado em sentido figurado, deixa de ser impessoal para ser pessoal.

Amanheci mal-humorado. (Sujeito desinencial: eu)
Choveram candidatos ao cargo. (Sujeito: candidatos)
Fiz quinze anos ontem. (Sujeito desinencial: eu)

** São impessoais, ainda:

1. o verbo *passar* (seguido de preposição), indicando tempo: *Já passa das seis*.

2. os verbos *bastar* e *chegar*, seguidos da preposição *de*, indicando suficiência: *Basta de tolices. Chega de blasfêmias*.

3. os verbos *estar* e *ficar* em orações tais como *Está bem, Está muito bem assim, Não fica bem, Fica mal*, sem referência a sujeito expresso anteriormente. Podemos, ainda, nesse caso, classificar o sujeito como hipotético, tornando-se, tais verbos, então, pessoais.

4. o verbo *deu + para* da língua popular, equivalente de "ser possível". Por exemplo:

Não deu para chegar mais cedo.
Dá para me arrumar uns trocados?

* **Unipessoais:** são aqueles que, tendo sujeito, conjugam-se apenas nas terceiras pessoas, do singular e do plural.
A fruta amadureceu.
As frutas amadureceram.

Obs.: os verbos unipessoais podem ser usados como verbos pessoais na linguagem figurada: *Teu irmão amadureceu bastante*.

Entre os unipessoais estão os verbos que significam vozes de animais; eis alguns: *bramar: tigre, bramir: crocodilo, cacarejar: galinha, coaxar: sapo, cricilar: grilo*

Os principais verbos unipessoais são:

1. *cumprir, importar, convir, doer, aprazer, parecer, ser* (preciso, necessário, etc.):

Cumpe trabalharmos bastante. (Sujeito: trabalharmos bastante.)

Parece que vai chover. (Sujeito: que vai chover.)

É preciso que chova. (Sujeito: que chova.)

2. *fazer e ir*, em orações que dão ideia de tempo, seguidos da conjunção *que*.

Faz dez anos que deixei de fumar. (Sujeito: que deixei de fumar.)

Vai para (ou Vai em ou Vai por) dez anos que não vejo Cláudia. (Sujeito: que não vejo Cláudia)

Obs.: todos os sujeitos apontados são oracionais.

* **Pessoais:** não apresentam algumas flexões por motivos morfológicos ou eufônicos. Por exemplo:

- verbo *falir*. Este verbo teria como formas do presente do indicativo *falo, fales, fale*, idênticas às do verbo *falar* - o que provavelmente causaria problemas de interpretação em certos contextos.

- verbo *computar*. Este verbo teria como formas do presente do indicativo *computo, computas, computa* - formas de sonoridade considerada ofensiva por alguns ouvidos gramaticais. Essas razões muitas vezes não impedem o uso efetivo de formas verbais repudiadas por alguns gramáticos: exemplo disso é o próprio verbo *computar*, que, com o desenvolvimento e a popularização da informática, tem sido conjugado em todos os tempos, modos e pessoas.

- **Abundantes:** são aqueles que possuem mais de uma forma com o mesmo valor. Geralmente, esse fenômeno costuma ocorrer no particípio, em que, além das formas regulares terminadas em *-ado* ou *-ido*, surgem as chamadas formas curtas (particípio irregular). Observe:

INFINITIVO	PARTICÍPIO REGULAR	PARTICÍPIO IRREGULAR
<i>Anexar</i>	<i>Anexado</i>	<i>Anexo</i>
<i>Dispersar</i>	<i>Dispersado</i>	<i>Disperso</i>
<i>Eleger</i>	<i>Elegido</i>	<i>Eleito</i>
<i>Envolver</i>	<i>Envolvido</i>	<i>Envolto</i>
<i>Imprimir</i>	<i>Imprimido</i>	<i>Impresso</i>
<i>Matar</i>	<i>Matado</i>	<i>Morto</i>
<i>Morrer</i>	<i>Morrido</i>	<i>Morto</i>
<i>Pegar</i>	<i>Pegado</i>	<i>Pego</i>
<i>Soltar</i>	<i>Soltado</i>	<i>Solto</i>

- **Anômalos:** são aqueles que incluem mais de um radical em sua conjugação. Por exemplo: *Ir, Pôr, Ser, Saber* (*vou, vais, ides, fui, foste, pus, pôs, punha, sou, és, fui, foste, seja*).

- **Auxiliares:** São aqueles que entram na formação dos tempos compostos e das locuções verbais. O verbo principal, quando acompanhado de verbo auxiliar, é expresso numa das formas nominais: infinitivo, gerúndio ou particípio.

Vou *espantar* *as* *moscas.*
 (verbo auxiliar) (verbo principal no infinitivo)

Está *chegando* *a* *hora* *do* *debate.*
 (verbo auxiliar) (verbo principal no gerúndio)

Os *noivos* *foram* *cumprimentados* *por* *todos* *os* *presentes.*
 (verbo auxiliar) (verbo principal no particípio)

Obs.: os verbos auxiliares mais usados são: *ser, estar, ter e haver*.

Conjugação dos Verbos Auxiliares

SER - Modo Indicativo

Presente	Pret.Perfeito	Pretérito Imp.	Pret.Mais-Que-Perf.	Fut.do Pres.	Fut. Do Pretérito
sou	fui	era	fora	serei	seria
és	foste	eras	foras	serás	serias
é	foi	era	fora	será	seria
somos	fomos	éramos	fôramos	seremos	seríamos
sois	fostes	éreis	fôreis	sereis	seríeis
são	foram	eram	foram	serão	seriam

LÍNGUA PORTUGUESA

SER - Modo Subjuntivo

Presente

que eu seja
que tu sejas
que ele seja
que nós sejamos
que vós sejais
que eles sejam

Pretérito Imperfeito

se eu fosse
se tu fosses
se ele fosse
se nós fôssemos
se vós fôsseis
se eles fossem

Futuro

quando eu for
quando tu fores
quando ele for
quando nós formos
quando vós fordes
quando eles forem

SER - Modo Imperativo

Afirmativo

sê tu
seja você
sejamos nós
sede vós
sejam vocês

Negativo

não sejas tu
não seja você
não sejamos nós
não sejais vós
não sejam vocês

SER - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal

ser

Infinitivo Pessoal

ser eu
seres tu
ser ele
sermos nós
serdes vós
serem eles

Gerúndio

sendo

Particípio

sido

ESTAR - Modo Indicativo

Presente

estou
estás
está
estamos
estais
estão

Pret. perf.

estive
estiveste
estive
estivemos
estivestes
estiveram

Pret. Imperf.

estava
estavas
estava
estávamos
estáveis
estavam

Pret. Mais-Que-Perf.

estivera
estiveras
estivera
estivéramos
estivéreis
estiveram

Fut.do Pres.

estarei
estarás
estará
estaremos
estareis
estarão

Fut.do Preté.

estaria
estarias
estaria
estaríamos
estaríaes
estariam

ESTAR - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente

esteja
estejas
esteja
estejamos
estejais
estejam

Pretérito Imperfeito

estivesse
estivesses
estivesse
estivéssemos
estivésseis
estivessem

Futuro

estiver
estiveres
estiver
estivermos
estiverdes
estiverem

Afirmativo

está
esteja
estejamos
estai
estejam

Negativo

estejas
esteja
estejamos
estejais
estejam

ESTAR - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal

estar

Infinitivo Pessoal

estar
estares
estar
estarmos
estardes
estarem

Gerúndio

estando

Particípio

estado

LÍNGUA PORTUGUESA

HAVER - Modo Indicativo

Presente	Pret. Perf.	Pret. Imper.	Pret. Mais-Que-Perf.	Fut. Do Pres.	Fut. Do Preté.
hei	houve	havia	houvera	haverei	haveria
hás	houveste	havas	houveras	haverás	haverias
há	houve	havia	houvera	haverá	haveria
havemos	houvemos	havíamos	houvéramos	havermos	haveríamos
haveis	houvestes	havíeis	houvéreis	haveis	haveríeis
hão	houveram	havam	houveram	haverão	haveriam

HAVER - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
haja	houvesse	houver		
hajas	houvesse	houveres	há	hajas
haja	houvesse	houver	haja	haja
hajamos	houvéssemos	houvermos	hajamos	hajamos
hajais	houvésseis	houverdes	havei	hajais
hajam	houvessem	houverem	hajam	hajam

HAVER - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal	Infinitivo Pessoal	Gerúndio	Particípio
haver	haver haveres haver havermos haverdes haverem	havendo	havido

TER - Modo Indicativo

Presente	Pret. Perf.	Pret. Imper.	Preté. Mais-Que-Perf.	Fut. Do Pres.	Fut. Do Preté.
Tenho	tive	tinha	tivera	terei	teria
tens	tiveste	tinhas	tiveras	terás	terias
tem	teve	tinha	tivera	terá	teria
temos	tivemos	tinhamos	tivéramos	teremos	teríamos
tendes	tivestes	tínheis	tivéreis	tereis	teríeis
têm	tiveram	tinham	tiveram	terão	teriam

TER - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
Tenha	tivesse	tiver		
tenhas	tivesses	tiveres	tem	tenhas
tenha	tivesse	tiver	tenha	tenha
tenhamos	tivéssemos	tivermos	tenhamos	tenhamos
tenhais	tivésseis	tiverdes	tende	tenhais
tenham	tivessem	tiverem	tenham	tenham

- **Pronominais:** São aqueles verbos que se conjugam com os pronomes oblíquos átonos *me, te, se, nos, vos, se*, na mesma pessoa do sujeito, expressando reflexibilidade (pronominais acidentais) ou apenas reforçando a ideia já implícita no próprio sentido do verbo (reflexivos essenciais). Veja:

- 1. **Essenciais:** são aqueles que sempre se conjugam com os pronomes oblíquos *me, te, se, nos, vos, se*. São poucos: *abs-ter-se, ater-se, apiedar-se, atrever-se, dignar-se, arrepender-se*, etc. Nos verbos pronominais essenciais a reflexibilidade já está implícita no radical do verbo. Por exemplo: *Arrependi-me de ter estado lá*.

A ideia é de que a pessoa representada pelo sujeito (eu) tem um sentimento (arrependimento) que recai sobre ela mesma, pois não recebe ação transitiva nenhuma vinda do verbo; o pronome oblíquo átono é apenas uma partícula integrante do verbo, já que, pelo uso, sempre é conjugada com o verbo. Diz-se que o pronome apenas serve de reforço da ideia reflexiva expressa pelo radical do próprio verbo.

Veja uma conjugação pronominal essencial (verbo e respectivos pronomes):

Eu me arrependo
Tu te arrependes
Ele se arrepende
Nós nos arrependemos
Vós vos arrependeis
Eles se arrependem

- 2. **Acidentais:** são aqueles verbos transitivos diretos em que a ação exercida pelo sujeito recai sobre o objeto representado por pronome oblíquo da mesma pessoa do sujeito; assim, o sujeito faz uma ação que recai sobre ele mesmo. Em geral, os verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos podem ser conjugados com os pronomes mencionados, formando o que se chama voz reflexiva. Por exemplo: *Maria se penteava*.

A reflexibilidade é acidental, pois a ação reflexiva pode ser exercida também sobre outra pessoa. Por exemplo:

Maria penteou-me.

Observações:

- Por fazerem parte integrante do verbo, os pronomes oblíquos átonos dos verbos pronominais não possuem função sintática.

- Há verbos que também são acompanhados de pronomes oblíquos átonos, mas que não são essencialmente pronominais, são os verbos reflexivos. Nos verbos reflexivos, os pronomes, apesar de se encontrarem na pessoa idêntica à do sujeito, exercem funções sintáticas. Por exemplo:

Eu me feri. = Eu(sujeito) - 1ª pessoa do singular me (objeto direto) - 1ª pessoa do singular

Modos Verbais

Dá-se o nome de modo às várias formas assumidas pelo verbo na expressão de um fato. Em Português, existem três modos:

Indicativo - indica uma certeza, uma realidade: *Eu sempre estudo.*

Subjuntivo - indica uma dúvida, uma possibilidade: *Talvez eu estude amanhã.*

Imperativo - indica uma ordem, um pedido: *Estuda agora, menino.*

Formas Nominais

Além desses três modos, o verbo apresenta ainda formas que podem exercer funções de nomes (substantivo, adjetivo, advérbio), sendo por isso denominadas formas nominais. Observe:

- **Infinitivo Impessoal:** exprime a significação do verbo de modo vago e indefinido, podendo ter valor e função de substantivo. Por exemplo:

Viver é lutar. (= vida é luta)

É indispensável combater a corrupção. (= combate à)

O infinitivo impessoal pode apresentar-se no presente (forma simples) ou no passado (forma composta). Por exemplo:

É preciso ler este livro.

Era preciso ter lido este livro.

- **Infinitivo Pessoal:** é o infinitivo relacionado às três pessoas do discurso. Na 1ª e 3ª pessoas do singular, não apresenta desinências, assumindo a mesma forma do impessoal; nas demais, flexiona-se da seguinte maneira:

2ª pessoa do singular: Radical + ES Ex.: *teres*(tu)

1ª pessoa do plural: Radical + MOS Ex.: *termos* (nós)

2ª pessoa do plural: Radical + DES Ex.: *terdes* (vós)

3ª pessoa do plural: Radical + EM Ex.: *terem* (eles)

Por exemplo: *Foste elogiado por teres alcançado uma boa colocação.*

- **Gerúndio:** o gerúndio pode funcionar como adjetivo ou advérbio. Por exemplo:

Saindo de casa, encontrei alguns amigos. (função de advérbio)

Nas ruas, havia crianças vendendo doces. (função de adjetivo)

Na forma simples, o gerúndio expressa uma ação em curso; na forma composta, uma ação concluída. Por exemplo:

Trabalhando, aprenderás o valor do dinheiro.

Tendo trabalhado, aprendeu o valor do dinheiro.

- **Particípio:** quando não é empregado na formação dos tempos compostos, o particípio indica geralmente o resultado de uma ação terminada, flexionando-se em gênero, número e grau. Por exemplo:

Terminados os exames, os candidatos saíram.

Quando o particípio exprime somente estado, sem nenhuma relação temporal, assume verdadeiramente a função de adjetivo (adjetivo verbal). Por exemplo: *Ela foi a aluna escolhida para representar a escola.*

Tempos Verbais

Tomando-se como referência o momento em que se fala, a ação expressa pelo verbo pode ocorrer em diversos tempos. Veja:

1. Tempos do Indicativo

- **Presente** - Expressa um fato atual: *Eu estudo neste colégio.*

- **Pretérito Imperfeito** - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual, mas que não foi completamente terminado: *Ele estudava as lições quando foi interrompido.*

LÍNGUA PORTUGUESA

- **Pretérito Perfeito** - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual e que foi totalmente terminado: *Ele estudou as lições ontem à noite.*

- **Pretérito-Mais-Que-Perfeito** - Expressa um fato ocorrido antes de outro fato já terminado: *Ele já tinha estudado as lições quando os amigos chegaram. (forma composta) Ele já estudara as lições quando os amigos chegaram. (forma simples).*

- **Futuro do Presente** - Enuncia um fato que deve ocorrer num tempo vindouro com relação ao momento atual: *Ele estudará as lições amanhã.*

- **Futuro do Pretérito** - Enuncia um fato que pode ocorrer posteriormente a um determinado fato passado: *Se eu tivesse dinheiro, viajaria nas férias.*

2. Tempos do Subjuntivo

- **Presente** - Enuncia um fato que pode ocorrer no momento atual: *É conveniente que estudes para o exame.*

- **Pretérito Imperfeito** - Expressa um fato passado, mas posterior a outro já ocorrido: *Eu esperava que ele vencesse o jogo.*

Obs.: o pretérito imperfeito é também usado nas construções em que se expressa a ideia de condição ou desejo. Por exemplo: *Se ele viesse ao clube, participaria do campeonato.*

- **Futuro do Presente** - Enuncia um fato que pode ocorrer num momento futuro em relação ao atual: *Quando ele vier à loja, levará as encomendas.*

Obs.: o futuro do presente é também usado em frases que indicam possibilidade ou desejo. Por exemplo: *Se ele vier à loja, levará as encomendas.*

Presente do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER PARTIR		
cantO	vendO	partO	O
cantaS	vendeS	parteS	S
canta	vende	parte	-
cantaMOS	vendeMOS	partiMOS	MOS
cantaIS	vendeIS	partiIS	IS
cantaM	vendeM	parteM	M

Pretérito Perfeito do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR	
cantel	vendl	partl	I
cantaSTE	vendeSTE	partISTE	STE
cantoU	vendeU	partiU	U
cantaMOS	vendeMOS	partiMOS	MOS
cantaSTES	vendeSTES	partiSTES	STES
cantaRAM	vendeRAM	partiRAM	RAM

Pretérito mais-que-perfeito

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação 1ª/2ª e 3ª conj.	Des. temporal	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER PARTIR			
cantaRA	vendeRA	partiRA	RA	Ø
cantaRAS	vendeRAS	partiRAS	RA	S
cantaRA	vendeRA	partiRA	RA	Ø
cantáRAMOS	vendêRAMOS	partiRAMOS	RA	MOS
cantáREIS	vendêREIS	partiREIS	RE	IS
cantaRAM	vendeRAM	partiRAM	RA	M

LÍNGUA PORTUGUESA

Pretérito Imperfeito do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantAVA	vendIA	partIA
cantAVAS	vendIAS	partAS
CantAVA	vendIA	partIA
cantÁVAMOS	vendÍAMOS	partÍAMOS
cantÁVEIS	vendÍEIS	partÍEIS
cantAVAM	vendIAM	partIAM

Futuro do Presente do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantar ei	vender ei	partir ei
cantar ás	vender ás	partir ás
cantar á	vender á	partir á
cantar emos	vender emos	partir emos
cantar eis	vender eis	partir eis
cantar ão	vender ão	partir ão

Futuro do Pretérito do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantariA	venderIA	partirIA
cantariAS	venderIAS	partirIAS
cantariA	venderIA	partirIA
cantaráAMOS	venderíAMOS	partiríAMOS
cantaráEIS	venderíEIS	partiríEIS
cantariAM	venderIAM	partirIAM

Presente do Subjuntivo

Para se formar o presente do subjuntivo, substitui-se a desinência -o da primeira pessoa do singular do presente do indicativo pela desinência -E (nos verbos de 1ª conjugação) ou pela desinência -A (nos verbos de 2ª e 3ª conjugação).

1ª conjug.	2ª conjug.	3ª conj.	Des. temporal 1ª conj.	Des. temporal 2ª/3ª conj.	Desinên. pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR			
cantE	vendA	partA	E	A	Ø
cantES	vendAS	partAS	E	A	S
cantE	vendA	partA	E	A	Ø
cantEMOS	vendAMOS	partAMOS	E	A	MOS
cantEIS	vendAIS	partAIS	E	A	IS
cantEM	vendAM	partAM	E	A	M

LÍNGUA PORTUGUESA

Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

Para formar o imperfeito do subjuntivo, elimina-se a desinência -STE da 2ª pessoa do singular do pretérito perfeito, obtendo-se, assim, o tema desse tempo. Acrescenta-se a esse tema a desinência temporal -SSE mais a desinência de número e pessoa correspondente.

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Des. temporal 1ª /2ª e 3ª conj.	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaSSE	vendeSSE	partiSSE	SSE	Ø
cantaSSES	vendeSSES	partiSSES	SSE	S
cantaSSE	vendeSSE	partiSSE	SSE	Ø
cantâSSEMOS	vendêSSEMOS	partîSSEMOS	SSE	MOS
cantâSSEIS	vendêSSEIS	partîSSEIS	SSE	IS
cantaSSEM	vendeSSEM	partiSSEM	SSE	M

Futuro do Subjuntivo

Para formar o futuro do subjuntivo elimina-se a desinência -STE da 2ª pessoa do singular do pretérito perfeito, obtendo-se, assim, o tema desse tempo. Acrescenta-se a esse tema a desinência temporal -R mais a desinência de número e pessoa correspondente.

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Des. temporal 1ª /2ª e 3ª conj.	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaR	vendeR	partiR	Ø	
cantaRES	vendeRES	partiRES	R	ES
cantaR	vendeR	partiR	R	Ø
cantaRMOS	vendeRMOS	partiRMOS	R	MOS
cantaRDES	vendeRDES	partiRDES	R	DES
cantaREM	vendeREM	PartiREM	R	EM

Modo Imperativo

Imperativo Afirmativo

Para se formar o imperativo afirmativo, toma-se do presente do indicativo a 2ª pessoa do singular (tu) e a segunda pessoa do plural (vós) eliminando-se o "S" final. As demais pessoas vêm, sem alteração, do presente do subjuntivo. Veja:

Presente do Indicativo	Imperativo Afirmativo	Presente do Subjuntivo
Eu canto	---	Que eu cante
Tu cantas	Canta tu	Que tu cantes
Ele canta	Cante você	Que ele cante
Nós cantamos	Cantemos nós	Que nós cantemos
Vós cantais	Cantai vós	Que vós canteis
Eles cantam	Cantem vocês	Que eles cantem

Imperativo Negativo

Para se formar o imperativo negativo, basta antecipar a negação às formas do presente do subjuntivo.

Presente do Subjuntivo	Imperativo Negativo
Que eu cante	---
Que tu cantes	Não cantes tu
Que ele cante	Não cante você
Que nós cantemos	Não cantemos nós
Que vós canteis	Não canteis vós
Que eles cantem	Não cantem eles

Observações:

- No modo imperativo não faz sentido usar na 3ª pessoa (singular e plural) as formas ele/eles, pois uma ordem, pedido ou conselho só se aplicam diretamente à pessoa com quem se fala. Por essa razão, utiliza-se você/vocês.
- O verbo SER, no imperativo, faz excepcionalmente: *sê (tu), sede (vós)*.

Infinitivo Pessoal

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantar	vender	partir
cantarES	venderES	partirES
cantar	vender	partir
cantarMOS	venderMOS	partirMOS
cantarDES	venderDES	partirDES
cantarEM	venderEM	partirEM

Questões sobre Verbo

01. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO - VUNESP/2012) Assinale a alternativa em que todos os verbos estão conjugados segundo a norma-padrão.

- (A) Absteu-se do álcool durante anos; agora, voltou ao vício.
- (B) Perderam seus documentos durante a viagem, mas já os reaveram.
- (C) Avisem-me, se vocês verem que estão ocorrendo conflitos.
- (D) Só haverá acordo se nós propormos uma boa indenização.
- (E) Antes do jantar, a criança se entretinha com jogos eletrônicos.

02. (TRT/AL - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014)

... e então **percorriam** as pouco povoadas estepes da Ásia Central até o mar Cáspio e além.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) ... e de lá por navios que contornam a Índia...
- (B) ... era a capital da China.
- (C) A Rota da Seda nunca foi uma rota única...
- (D) ... dispararam na última década.
- (E) ... que acompanham as fronteiras ocidentais chinesas...

03. (TRF - 2ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2012) O emprego, a grafia e a flexão dos verbos estão corretos em:

- (A) A revalorização e a nova proeminência de Paraty não prescindiram e não requiseram mais do que o esquecimento e a passagem do tempo.
- (B) Quando se imaginou que Paraty havia sido para sempre renegada a um segundo plano, eis que ela imerge do esquecimento, em 1974.
- (C) A cada novo ciclo econômico retificava-se a importância estratégica de Paraty, até que, a partir de 1855, sobreviram longos anos de esquecimento.
- (D) A Casa Azul envidará todos os esforços, refreando as ações predatórias, para que a cidade não sucumba aos atropelos do turismo selvagem.
- (E) Paraty imbuíu da sorte e do destino os meios para que obtesse, agora em definitivo, o prestígio de um polo turístico de inegável valor histórico.

04. (TRF - 3ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC/2014) **Tinham** seus prediletos ...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) Dumas consentiu.
- (B) ... levaram com eles a instituição do "lector".
- (C) ... enquanto uma fileira de trabalhadores enrolam charutos...
- (D) Despontava a nova capital mundial do Havana.
- (E) ... que cedesse o nome de seu herói...

05. (Analista – Arquitetura – FCC – 2013-adap.). Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

A) Os que levariam a vida pensando apenas nos valores absolutos talvez façam melhor se pensassem no encanto dos pequenos bons momentos.

B) Há até quem queira saber quem fosse o maior bandido entre os que recebessem destaque nos popularescos programas da TV.

C) Não admira que os leitores de Manuel Bandeira gostam tanto de sua poesia, sobretudo porque ela não tenha aspirações a ser metafísica.

D) Se os adeptos da fama a qualquer custo levarem em conta nossa condição de mortais, não precisariam preocupar-se com os degraus da notoriedade.

E) Quanto mais aproveitássemos o que houvesse de grande nos momentos felizes, menos precisaríamos nos preocupar com conquistas superlativas.

06. (TRF - 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) ...Ou **pretendia**.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- a) ... ao que der ...
- b) ... virava a palavra pelo avesso ...
- c) Não teria graça ...
- d) ... um conto que sai de um palíndromo ...
- e) ... como decidiu o seu destino de escritor.

07. (SABESP – TECNÓLOGO – FCC/2014) *É importante que a inserção da perspectiva da sustentabilidade na cultura empresarial, por meio das ações e projetos de Educação Ambiental, **esteja** alinhada a esses conceitos.*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado na frase acima está em:

- (A) ... a Empresa desenvolve todas as suas ações, políticas...
- (B) ... as definições de Educação Ambiental são abrangentes...
- (C) ... também se associa o Desenvolvimento Sustentável...
- (D) ... e incorporou [...] também aspectos de desenvolvimento humano.
- (E) ... e reforça a identidade das comunidades.

08. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO EM BIBLIOTECONOMIA – FGV PROJETOS /2014) Na frase “se você *quiser ir mais longe*”, a forma verbal empregada tem sua forma corretamente conjugada. A frase abaixo em que a forma verbal está ERRADA é

- (A) se você se opuser a esse desejo.
- (B) se você requerer este documento.
- (C) se você ver esse quadro.
- (D) se você provier da China.
- (E) se você se entreter com o jogo.

09. (PREFEITURA DE SÃO CARLOS/SP – ENGENHEIRO – ÁREA CIVIL – VUNESP/2011) Considere as frases:

I. *Há diversos projetos de lei em tramitação na Câmara.*

II. *Caso a bondade seja aprovada, haverá custo adicional de 5,4 bilhões de reais por ano.*

Assinale a alternativa que, respectivamente, substitui o verbo haver pelo verbo existir, conservando o tempo e o modo.

- (A) Existe – existe
- (B) Existem – existirão
- (C) Existirão – existirá
- (D) Existem – existirá
- (E) Existiriam – existiria

10. (MPE/PE – ANALISTA MINISTERIAL – FCC/2012)

... pois assim se via transportado de volta “à glória que foi a Grécia e à grandeza que **foi** Roma”.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- a) Poe certamente acreditava nisso...
- b) Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa...
- c) ... ainda seja por nós obscuramente sentido como verdadeiro, embora não de modo consciente.
- d) ... como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades.
- e) Seria ela efetivamente, para o poeta, uma encarnação da princesa homérica?

GABARITO

01.E 02. B 03. D 04. D 05. E
06.B 07. E 08. C 09. D 10.B

RESOLUÇÃO

1-) Correção à frente:

- (A) Absteu-se = absteve-se
- (B) mas já os reaveram = reouveram
- (C) se vocês verem = virem
- (D) Só haverá acordo se nós propormos = propusermos
- (E) Antes do jantar, a criançada se entretinha com jogos eletrônicos.

2-) Percorriam = Pretérito Imperfeito do Indicativo

- A = contornam – presente do Indicativo
- B = era = pretérito imperfeito do Indicativo
- C = foi = pretérito perfeito do Indicativo
- D = dispararam = pretérito mais-que-perfeito do Indicativo
- E = acompanham = presente do Indicativo

3-) Acrescentei as formas verbais adequadas nas orações analisadas:

(A) A revalorização e a nova proeminência de Paraty não prescindiram e não requisaram (requereram) mais do que o esquecimento e a passagem do tempo.

(B) Quando se imaginou que Paraty havia sido para sempre renegada a um segundo plano, eis que ela imerge (emerge) do esquecimento, em 1974.

(C) A cada novo ciclo econômico retificava-se a importância estratégica de Paraty, até que, a partir de 1855, sobrevieram (sobrevieram) longos anos de esquecimento.

(D) A Casa Azul envidará todos os esforços, refreando as ações predatórias, para que a cidade não sucumba aos atropelos do turismo selvagem.

(E) Paraty imbuíu da sorte e do destino os meios para que obtesse, (obtivesse) agora em definitivo, o prestígio de um polo turístico de inegável valor histórico.

4-) Tinham = pretérito imperfeito do Indicativo. Vamos às alternativas:

Consentiu = pretérito perfeito / levaram = pretérito perfeito (e mais-que-perfeito) do Indicativo

Despontava = pretérito imperfeito do Indicativo

Cedesse = pretérito do Subjuntivo

5-)

A) Os que levam a vida pensando apenas nos valores absolutos talvez fariam melhor se pensassem no encanto dos pequenos bons momentos.

B) Há até quem queira saber quem é o maior bandido entre os que recebem destaque nos popularescos programas da TV.

C) Não admira que os leitores de Manuel Bandeira gostem tanto de sua poesia, sobretudo porque ela não tem aspirações a ser metafísica.

D) Se os adeptos da fama a qualquer custo levassem em conta nossa condição de mortais, não precisariam preocupar-se com os degraus da notoriedade.

6-) Pretendia = pretérito imperfeito do Indicativo

a) ... ao que der ... = futuro do Subjuntivo

b) ... virava = pretérito imperfeito do Indicativo

c) Não teria = futuro do pretérito do Indicativo

d) ... um conto que sai = presente do Indicativo

e) ... como decidiu = pretérito perfeito do Indicativo

7-) O verbo "esteja" está no presente do Subjuntivo.

(A) ... a Empresa desenvolve = presente do Indicativo

(B) ... as definições de Educação Ambiental são = presente do Indicativo

(C) ... também se associa o Desenvolvimento Sustentável... = presente do Indicativo

(D) ... e incorporou [...] = pretérito perfeito do Indicativo

(E) ... e reforce a identidade das comunidades. = presente do Subjuntivo.

8-)

(A) se você se opuser a esse desejo.

(B) se você requerer este documento.

(C) se você ver esse quadro. = se você vir

(D) se você provier da China.

(E) se você se entreter com o jogo.

9-) Há = presente do Indicativo / haverá = futuro do presente do indicativo.

Ao substituímos pelo verbo "existir", lembremo-nos de que esse sofrerá flexão de número (irá para o plural, caso seja necessário):

I. Existem diversos projetos de lei em tramitação na Câmara.

II. Caso a bondade seja aprovada, existirá custo adicional de 5,4 bilhões de reais por ano.

Existem / existirá.

10-) Foi = pretérito perfeito do Indicativo

a) Poe certamente acreditava = pretérito imperfeito do Indicativo

b) Se Grécia e Roma foram = pretérito perfeito do Indicativo

c) ... ainda seja = presente do Subjuntivo

d) ... como um legado que provê = presente do Indicativo

e) Seria = futuro do pretérito do Indicativo

Vozes do Verbo

Dá-se o nome de voz à forma assumida pelo verbo para indicar se o sujeito gramatical é agente ou paciente da ação. São três as vozes verbais:

- **Ativa:** quando o sujeito é agente, isto é, pratica a ação expressa pelo verbo. Por exemplo:

<i>Ele</i>	<i>fez</i>	<i>o trabalho.</i>
sujeito agente	ação	objeto (paciente)

- **Passiva:** quando o sujeito é paciente, recebendo a ação expressa pelo verbo. Por exemplo:

<i>O trabalho</i>	<i>foi feito</i>	<i>por ele.</i>
sujeito paciente	ação	agente da passiva

- **Reflexiva:** quando o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente, isto é, pratica e recebe a ação. Por exemplo:
O menino feriu-se.

Obs.: não confundir o emprego reflexivo do verbo com a noção de reciprocidade: *Os lutadores feriram-se.* (um ao outro)

Formação da Voz Passiva

A voz passiva pode ser formada por dois processos: analítico e sintético.

1- Voz Passiva Analítica

Constrói-se da seguinte maneira: Verbo SER + participio do verbo principal. Por exemplo:

A escola será pintada.

O trabalho é feito por ele.

Obs.: o agente da passiva geralmente é acompanhado da preposição *por*, mas pode ocorrer a construção com a preposição *de*. Por exemplo: *A casa ficou cercada de soldados.*

- Pode acontecer ainda que o agente da passiva não esteja explícito na frase: *A exposição será aberta amanhã.*

- A variação temporal é indicada pelo verbo auxiliar (SER), pois o particípio é invariável. Observe a transformação das frases seguintes:

a) *Ele fez o trabalho.* (pretérito perfeito do indicativo)
O trabalho foi feito por ele. (pretérito perfeito do indicativo)

b) *Ele faz o trabalho.* (presente do indicativo)
O trabalho é feito por ele. (presente do indicativo)

c) *Ele fará o trabalho.* (futuro do presente)
O trabalho será feito por ele. (futuro do presente)

- Nas frases com locuções verbais, o verbo SER assume o mesmo tempo e modo do verbo principal da voz ativa. Observe a transformação da frase seguinte:
O vento ia levando as folhas. (gerúndio)
As folhas iam sendo levadas pelo vento. (gerúndio)

Obs.: é menos frequente a construção da voz passiva analítica com outros verbos que podem eventualmente funcionar como auxiliares. Por exemplo: *A moça ficou marcada pela doença.*

2- Voz Passiva Sintética

A voz passiva sintética ou pronominal constrói-se com o verbo na 3ª pessoa, seguido do pronome apassivador SE. Por exemplo:

Abriram-se as inscrições para o concurso.
Destruiu-se o velho prédio da escola.

Obs.: o agente não costuma vir expresso na voz passiva sintética.

Curiosidade: A palavra *passivo* possui a mesma raiz latina de paixão (latim *passio, passionis*) e ambas se relacionam com o significado sofrimento, padecimento. Daí vem o significado de voz passiva como sendo a voz que expressa a ação sofrida pelo sujeito. Na voz passiva temos dois elementos que nem sempre aparecem: SUJEITO PACIENTE e AGENTE DA PASSIVA.

Conversão da Voz Ativa na Voz Passiva

Pode-se mudar a voz ativa na passiva sem alterar substancialmente o sentido da frase.

Gutenberg inventou a imprensa (Voz Ativa)
 Sujeito da Ativa objeto Direto

A imprensa foi inventada por Gutenberg (Voz Passiva)
 Sujeito da Passiva Agente da Passiva

Observe que o objeto direto será o sujeito da passiva, o sujeito da ativa passará a agente da passiva e o verbo ativo assumirá a forma passiva, conservando o mesmo tempo. Observe mais exemplos:

- *Os mestres têm constantemente aconselhado os alunos.*
Os alunos têm sido constantemente aconselhados pelos mestres.

- *Eu o acompanharei.*
Ele será acompanhado por mim.

Obs.: quando o sujeito da voz ativa for indeterminado, não haverá complemento agente na passiva. Por exemplo: *Prejudicaram-me. / Fui prejudicado.*

Saiba que:

- Aos verbos que não são ativos nem passivos ou reflexivos, são chamados neutros.
O vinho é bom.
Aqui chove muito.

- Há formas passivas com sentido ativo:
É chegada a hora. (= *Chegou a hora.*)
Eu ainda não era nascido. (= *Eu ainda não tinha nascido.*)
És um homem lido e viajado. (= *que leu e viajou*)

- Inversamente, usamos formas ativas com sentido passivo:
Há coisas difíceis de entender. (= *serem entendidas*)
Mandou-o lançar na prisão. (= *ser lançado*)

- Os verbos *chamar-se*, *batizar-se*, *operar-se* (no sentido cirúrgico) e *vacinar-se* são considerados passivos, logo o sujeito é paciente.
Chamo-me Luís.
Batizei-me na Igreja do Carmo.
Operou-se de hérnia.
Vacinaram-se contra a gripe.

Fonte: <http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf54.php>

Questões sobre Vozes dos Verbos

01. (TRE/AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2010) A frase que admite transposição para a voz passiva é:

- (A) O cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado.
 (B) O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos.
 (C) O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação.
 (D) As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida (...).
 (E) Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência.

02. (TRE/RS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2010) ... a Coreia do Norte interrompeu comunicações com o vizinho ...
 Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:

- a) tinha interrompido.
 b) foram interrompidas.
 c) fora interrompido.
 d) haviam sido interrompidas.
 e) haveriam de ser interrompidas.

03. (FCC-TRE-Analista Judiciário – 2011) Transpondo-se para a voz passiva a frase *Hoje a autoria institucional enfrenta séria concorrência dos autores anônimos*, obter-se-á a seguinte forma verbal:

- (A) são enfrentados.
- (B) tem enfrentado.
- (C) tem sido enfrentado.
- (D) têm sido enfrentados.
- (E) é enfrentada.

04. (TRF - 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, **a comunidade internacional [...] observe outro preceito ...**

Transpondo-se o segmento grifado acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) é observado.
- b) seja observado.
- c) ser observado.
- d) é observada.
- e) for observado.

05. (Analista de Procuradoria – FCC – 2013-adap) Transpondo-se para a voz passiva a frase *O poeta teria aberto um diálogo entre as duas partes*, a forma verbal resultante será:

- A) fora aberto.
- B) abriria.
- C) teria sido aberto.
- D) teriam sido abertas.
- E) foi aberto.

06. (SEE/SP – PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA II E PROFESSOR II – LÍNGUA PORTUGUESA - FCC/2011) ...permite que os criadores tomem atitudes **quando a proliferação de algas tóxicas ameaça os peixes.**

A transposição para a voz passiva da oração grifada acima teria, de acordo com a norma culta, como forma verbal resultante:

- (A) ameaçavam.
- (B) foram ameaçadas.
- (C) ameacem.
- (D) estiver sendo ameaçada.
- (E) forem ameaçados.

07. (INFRAERO – ENGENHEIRO SANITARISTA – FCC/2011) Transpondo-se para a voz passiva a frase *Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista*, a forma verbal obtida será:

- (A) pode ser obscurecido.
- (B) obscurecerá.
- (C) pode ter obscurecido.
- (D) pode ser obscurecida.
- (E) será obscurecida.

08. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCON – ADVOGADO – CEPERJ/2012) *“todos que são impactados pelas mídias de massa”*

O fragmento transcrito acima apresenta uma construção na voz passiva do verbo. Outro exemplo de voz passiva encontra-se em:

- A) “As crianças brasileiras influenciam 80% das decisões de compra de uma família”
- B) “A publicidade na TV é a principal ferramenta do mercado para a persuasão do público infantil”
- C) “evidenciaram outros fatores que influenciam as crianças brasileiras nas práticas de consumo.”
- D) “Elas são assediadas pelo mercado”
- E) “valores distorcidos são de fato um problema de ordem ética”

09. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CASA CIVIL – EXECUTIVO PÚBLICO – FCC/2010) Transpondo a frase *o diretor estava promovendo seu filme* para a voz passiva, obtém-se corretamente o seguinte segmento:

- (A) tinha recebido promoção.
- (B) estaria sendo promovido.
- (C) fizera a promoção.
- (D) estava sendo promovido.
- (E) havia sido promovido.

10. -) (MPE/PE – ANALISTA MINISTERIAL – FCC/2012) *Da sede do poder no Brasil holandês, Marcgrave acompanhou e anotou, sempre sozinho, alguns fenômenos celestes, sobretudo eclipses lunares e solares.*

Ao transpor-se a frase acima para a voz passiva, as formas verbais resultantes serão:

- a) eram anotados e acompanhados.
- b) fora anotado e acompanhado.
- c) foram anotados e acompanhados.
- d) anota-se e acompanha-se.
- e) foi anotado e acompanhado.

GABARITO

01. B 02. B 03. E 04. B 05. C
06. E 07. D 08. D 09. D 10. C

RESOLUÇÃO

1-)

- (A) O cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado.
- (B) O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos.
- Uma grande diversidade de fenômenos é unificada e explicada pelo conceito...
- (C) O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação.
- (D) As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida (...).
- (E) Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência.

2-) ... a Coreia do Norte interrompeu comunicações com o vizinho = voz ativa com um verbo, então a passiva terá dois: comunicações com o vizinho foram interrompidas pela Coreia...

3-) Hoje a autoria institucional enfrenta séria concorrência dos autores anônimos = Séria concorrência é enfrentada pela autoria...

4-) a comunidade internacional [...] observe outro preceito = se na voz ativa temos um verbo, na passiva teremos dois: outro preceito seja observado.

5-) O poeta teria aberto um diálogo entre as duas partes = Um diálogo teria sido aberto...

6-) Quando a proliferação ameaça os peixes = voz ativa
Quando os peixes forem ameaçados pela proliferação... = voz passiva

7-) Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista.

Se na voz ativa temos um verbo, na passiva teremos dois; se na ativa temos dois, na passiva teremos três. Então: A atuação de um protagonista pode ser obscurecida por um figurante.

8-)

A) "As crianças brasileiras influenciam 80% das decisões de compra de uma família" = voz ativa

B) "A publicidade na TV é a principal ferramenta do mercado para a persuasão do público infantil" = ativa (verbo de ligação); não dá para passar para a passiva

C) "evidenciaram outros fatores que influenciam as crianças brasileiras nas práticas de consumo." = ativa

D) "Elas são assediadas pelo mercado" = voz passiva

E) "valores distorcidos são de fato um problema de ordem ética" = ativa (verbo de ligação); não dá para passar para a passiva

9-) o diretor estava promovendo seu filme = dois verbos na voz ativa, três na passiva: seu filme estava sendo produzido.

10-) Marcgrave acompanhou e anotou alguns fenômenos celestes = voz ativa com um verbo (sem auxiliar!), então na passiva teremos dois: alguns fenômenos foram acompanhados e anotados por Marcgrave.

5 DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO.

5.1 EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS.

Adjetivo

Adjetivo é a palavra que expressa uma qualidade ou característica do ser e se relaciona com o substantivo.

Ao analisarmos a palavra *bondoso*, por exemplo, percebemos que, além de expressar uma qualidade, ela pode ser colocada ao lado de um substantivo: homem *bondoso*, moça *bondosa*, pessoa *bondosa*.

Já com a palavra *bondade*, embora expresse uma qualidade, não acontece o mesmo; não faz sentido dizer: homem *bondade*, moça *bondade*, pessoa *bondade*. *Bondade*, portanto, não é adjetivo, mas substantivo.

Morfossintaxe do Adjetivo:

O adjetivo exerce sempre funções sintáticas (função dentro de uma oração) relativas aos substantivos, atuando como adjunto adnominal ou como predicativo (do sujeito ou do objeto).

Adjetivo Pátrio (ou gentílico)

Indica a nacionalidade ou o lugar de origem do ser. Observe alguns deles:

Estados e cidades brasileiros:

Alagoas	alagoano
Amapá	amapaense
Aracaju	aracajuano ou aracajuense
Amazonas	amazonense ou baré
Belo Horizonte	belo-horizontino
Brasília	brasiliense
Cabo Frio	cabo-friense
Campinas	campineiro ou campinense

Adjetivo Pátrio Composto

Na formação do adjetivo pátrio composto, o primeiro elemento aparece na forma reduzida e, normalmente, erudita. Observe alguns exemplos:

África	afro- / Cultura afro-americana
Alemanha	germano- ou teuto- / Competições teuto-inglesas
América	américo- / Companhia américo-africana
Bélgica	belgo- / Acampamentos belgo-franceses
China	sino- / Acordos sino-japoneses
Espanha	hispano- / Mercado hispano-português
Europa	euro- / Negociações euro-americanas
França	franco- ou galo- / Reuniões franco-italianas
Grécia	greco- / Filmes greco-romanos
Inglaterra	anglo- / Letras anglo-portuguesas
Itália	italo- / Sociedade italo-portuguesa
Japão	nipo- / Associações nipo-brasileiras
Portugal	luso- / Acordos luso-brasileiros

Flexão dos adjetivos

O adjetivo varia em gênero, número e grau.

Gênero dos Adjetivos

Os adjetivos concordam com o substantivo a que se referem (masculino e feminino). De forma semelhante aos substantivos, classificam-se em:

Biformes - têm duas formas, sendo uma para o masculino e outra para o feminino. Por exemplo: *ativo e ativa, mau e má, judeu e judia*.

Se o adjetivo é composto e biforme, ele flexiona no feminino somente o último elemento. Por exemplo: *o moço norte-americano, a moça norte-americana*.

Exceção: *surdo-mudo e surda-muda*.

Uniformes - têm uma só forma tanto para o masculino como para o feminino. Por exemplo: *homem feliz e mulher feliz*.

Se o adjetivo é composto e uniforme, fica invariável no feminino. Por exemplo: *conflito político-social e desavença político-social*.

Número dos Adjetivos**Plural dos adjetivos simples**

Os adjetivos simples flexionam-se no plural de acordo com as regras estabelecidas para a flexão numérica dos substantivos simples. Por exemplo: *mau e maus, feliz e felizes, ruim e ruins boa e boas*

Caso o adjetivo seja uma palavra que também exerça função de substantivo, ficará invariável, ou seja, se a palavra que estiver qualificando um elemento for, originalmente, um substantivo, ela manterá sua forma primitiva. Exemplo: a palavra *cinza* é originalmente um substantivo; porém, se estiver qualificando um elemento, funcionará como adjetivo. Ficará, então, invariável. Logo: *camisas cinza, ternos cinza*.

Veja outros exemplos:

Motos vinho (mas: *motos verdes*)

Paredes musgo (mas: *paredes brancas*).

Comícios monstro (mas: *comícios grandiosos*).

Adjetivo Composto

É aquele formado por dois ou mais elementos. Normalmente, esses elementos são ligados por hífen. Apenas o último elemento concorda com o substantivo a que se refere; os demais ficam na forma masculina, singular. Caso um dos elementos que formam o adjetivo composto seja um substantivo adjetivado, todo o adjetivo composto ficará invariável. Por exemplo: a palavra *rosa* é originalmente um substantivo, porém, se estiver qualificando um elemento, funcionará como adjetivo. Caso se ligue a outra palavra por hífen, formará um adjetivo composto; como é um substantivo adjetivado, o adjetivo composto inteiro ficará invariável. Por exemplo:

Camisas rosa-claro.

Ternos rosa-claro.

Olhos verde-claros.

Calças azul-escuras e camisas verde-mar.

Telhados marrom-café e paredes verde-claras.

Obs.: - *Azul-marinho, azul-celeste, ultravioleta* e qualquer adjetivo composto iniciado por *cor-de-...* são sempre invariáveis.

- Os adjetivos compostos *surdo-mudo* e *pele-vermelha* têm os dois elementos flexionados.

Grau do Adjetivo

Os adjetivos flexionam-se em grau para indicar a intensidade da qualidade do ser. São dois os graus do adjetivo: o **comparativo** e o **superlativo**.

Comparativo

Nesse grau, comparam-se a mesma característica atribuída a dois ou mais seres ou duas ou mais características atribuídas ao mesmo ser. O comparativo pode ser de igualdade, de superioridade ou de inferioridade. Observe os exemplos abaixo:

Sou tão alto como você. = Comparativo de Igualdade

No comparativo de igualdade, o segundo termo da comparação é introduzido pelas palavras *como, quanto* ou *quão*.

Sou mais alto (do) que você. = Comparativo de Superioridade Analítico

No comparativo de superioridade analítico, entre os dois substantivos comparados, um tem qualidade superior. A forma é analítica porque pedimos auxílio a "*mais...do que*" ou "*mais...que*".

O Sol é maior (do) que a Terra. = Comparativo de Superioridade Sintético

Alguns adjetivos possuem, para o comparativo de superioridade, formas sintéticas, herdadas do latim. São eles: *bom /melhor, pequeno/menor, mau/pior, alto/superior, grande/maior, baixo/inferior*.

Observe que:

a) As formas *menor* e *pior* são comparativos de superioridade, pois equivalem a *mais pequeno* e *mais mau*, respectivamente.

b) *Bom, mau, grande* e *pequeno* têm formas sintéticas (*melhor, pior, maior* e *menor*), porém, em comparações feitas entre duas qualidades de um mesmo elemento, deve-se usar as formas analíticas *mais bom, mais mau, mais grande* e *mais pequeno*. Por exemplo:

Pedro é maior do que Paulo - Comparação de dois elementos.

Pedro é mais grande que pequeno - comparação de duas qualidades de um mesmo elemento.

Sou menos alto (do) que você. = Comparativo de Inferioridade

Sou menos passivo (do) que tolerante.

Superlativo

O superlativo expressa qualidades num grau muito elevado ou em grau máximo. O grau superlativo pode ser absoluto ou relativo e apresenta as seguintes modalidades:

Superlativo Absoluto: ocorre quando a qualidade de um ser é intensificada, sem relação com outros seres. Apresenta-se nas formas:

Analítica: a intensificação se faz com o auxílio de palavras que dão ideia de intensidade (advérbios). Por exemplo: *O secretário é muito inteligente.*

Sintética: a intensificação se faz por meio do acréscimo de sufixos. Por exemplo: *O secretário é inteligentíssimo.*

Observe alguns superlativos sintéticos:

benéfico	beneficentíssimo
bom	boníssimo ou ótimo
comum	comuníssimo
cruel	crudelíssimo
difícil	difícilíssimo
doce	dulcíssimo
fácil	facílimo
fiel	fidelíssimo

Superlativo Relativo: ocorre quando a qualidade de um ser é intensificada em relação a um conjunto de seres. Essa relação pode ser:

De Superioridade: *Clara é a mais bela da sala.*

De Inferioridade: *Clara é a menos bela da sala.*

Note bem:

1) O superlativo absoluto analítico é expresso por meio dos advérbios *muito, extremamente, excepcionalmente*, etc., antepostos ao adjetivo.

2) O superlativo absoluto sintético apresenta-se sob duas formas: uma erudita, de origem latina, outra popular, de origem vernácula. A forma erudita é constituída pelo radical do adjetivo latino + um dos sufixos *-íssimo, -imo ou -érrimo*. Por exemplo: *fidelíssimo, facílimo, paupérrimo*. A forma popular é constituída do radical do adjetivo português + o sufixo *-íssimo*: *pobríssimo, agilíssimo*.

3) Em vez dos superlativos normais *seríssimo, precaríssimo, necessaríssimo*, preferem-se, na linguagem atual, as formas *seríssimo, precaríssimo, necessaríssimo*, sem o desagradável hiato i-i.

Advérbio

O **advérbio**, assim como muitas outras palavras existentes na Língua Portuguesa, advém de outras línguas. Assim sendo, tal qual o adjetivo, o prefixo *"ad-"* indica a ideia de proximidade, contiguidade. Essa proximidade faz referência ao processo verbal, no sentido de caracterizá-lo, ou seja, indicando as circunstâncias em que esse processo se desenvolve.

O advérbio relaciona-se aos verbos da língua, no sentido de caracterizar os processos expressos por ele. Contudo, ele não é modificador exclusivo desta classe (verbos), pois também modifica o adjetivo e até outro advérbio. Seguem alguns exemplos:

Para quem se diz distantemente alheio a esse assunto, você está até bem informado.

Temos o advérbio "distantemente" que modifica o adjetivo alheio, representando uma qualidade, característica.

O artista canta muito mal.

Nesse caso, o advérbio de intensidade "muito" modifica outro advérbio de modo – "mal". Em ambos os exemplos podemos verificar que se tratava de somente uma palavra funcionando como advérbio. No entanto, ele pode estar demarcado por mais de uma palavra, que mesmo assim não deixará de ocupar tal função. Temos aí o que chamamos de locução adverbial, representada por algumas expressões, tais como: *às vezes, sem dúvida, frente a frente, de modo algum*, entre outras.

Dependendo das circunstâncias expressas pelos advérbios, eles se classificam em distintas categorias, uma vez expressas por:

de modo: *Bem, mal, assim, depressa, devagar, às pressas, às claras, às cegas, à toa, à vontade, às escondidas, aos poucos, desse jeito, desse modo, dessa maneira, em geral, frente a frente, lado a lado, a pé, de cor, em vão, e a maior parte dos que terminam em "-mente": calmamente, tristemente, propositadamente, pacientemente, amorosamente, docemente, escandalosamente, bondosamente, generosamente*

de intensidade: *Muito, demais, pouco, tão, menos, em excesso, bastante, pouco, mais, menos, demasiado, quanto, quão, tanto, que (equivale a quão), tudo, nada, todo, quase, de todo, de muito, por completo.*

de tempo: *Hoje, logo, primeiro, ontem, tarde outrora, amanhã, cedo, dantes, depois, ainda, antigamente, antes, doravante, nunca, então, ora, jamais, agora, sempre, já, enfim, afinal, breve, constantemente, entretimentos, imediatamente, primeiramente, provisoriamente, sucessivamente, às vezes, à tarde, à noite, de manhã, de repente, de vez em quando, de quando em quando, a qualquer momento, de tempos em tempos, em breve, hoje em dia*

de lugar: *Aqui, antes, dentro, ali, adiante, fora, acolá, atrás, além, lá, detrás, aquém, cá, acima, onde, perto, aí, abaixo, aonde, longe, debaixo, algures, defronte, nenhures, adentro, afora, alhures, nenhures, aquém, embaixo, externamente, a distância, à distancia de, de longe, de perto, em cima, à direita, à esquerda, ao lado, em volta*

de negação: *Não, nem, nunca, jamais, de modo algum, de forma nenhuma, tampouco, de jeito nenhum*

de dúvida: *Acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, quiçá, talvez, casualmente, por certo, quem sabe*

de afirmação: *Sim, certamente, realmente, decerto, efetivamente, certo, decididamente, realmente, deveras, indubitavelmente (=sem dúvida).*

de exclusão: *Apenas, exclusivamente, salvo, senão, somente, simplesmente, só, unicamente*

de inclusão: *Ainda, até, mesmo, inclusivamente, também*

de ordem: *Depois, primeiramente, ultimamente*

de designação: *Eis*

de interrogação: *onde? (lugar), como? (modo), quando? (tempo), por quê? (causa), quanto? (preço e intensidade), para quê? (finalidade)*

Locução adverbial

É reunião de duas ou mais palavras com valor de advérbio. Exemplo:

Carlos saiu às pressas. (indicando modo)

Maria saiu à tarde. (indicando tempo)

Há locuções adverbiais que possuem advérbios correspondentes. Exemplo: *Carlos saiu às pressas.* = *Carlos saiu apressadamente.*

Apenas os advérbios de intensidade, de lugar e de modo são flexionados, sendo que os demais são todos invariáveis. A única flexão propriamente dita que existe na categoria dos advérbios é a de grau:

Superlativo: aumenta a intensidade. Exemplos: *longe* - *longíssimo*, *pouco* - *pouquíssimo*, *inconstitucionalmente* - *inconstitucionalíssimamente*, etc.;

Diminutivo: diminui a intensidade. Exemplos: *perto* - *pertinho*, *pouco* - *pouquinho*, *devagar* - *devagarinho*.

Artigo

Artigo é a palavra que, vindo antes de um substantivo, indica se ele está sendo empregado de maneira definida ou indefinida. Além disso, o artigo indica, ao mesmo tempo, o gênero e o número dos substantivos.

Classificação dos Artigos

Artigos Definidos: determinam os substantivos de maneira precisa: *o, a, os, as*. Por exemplo: *Eu matei o animal.*

Artigos Indefinidos: determinam os substantivos de maneira vaga: *um, uma, uns, umas*. Por exemplo: *Eu matei um animal.*

Combinação dos Artigos

É muito presente a combinação dos artigos definidos e indefinidos com preposições. Veja a forma assumida por essas combinações:

Preposições Artigos

	o, os	
a	ao, aos	
de	do, dos	
em	no, nos	
por (per)	pelo, pelos	
a, as	um, uns	uma, umas
à, às	-	-
da, das	dum, duns	duma, dumas
na, nas	num, nuns	numa, numas
pela, pelas	-	-

- As formas *à* e *às* indicam a fusão da preposição *a* com o artigo definido *a*. Essa fusão de vogais idênticas é conhecida por crase.

Constatemos as circunstância os em que os artigos se manifestam:

- Considera-se obrigatório o uso do artigo depois do numeral "ambos": *Ambos os garotos decidiram participar das olimpíadas.*

- Nomes próprios indicativos de lugar admitem o uso do artigo, outros não: *São Paulo, O Rio de Janeiro, Veneza, A Bahia...*

- Quando indicado no singular, o artigo definido pode indicar toda uma espécie: *O trabalho dignifica o homem.*

- No caso de nomes próprios personativos, denotando a ideia de familiaridade ou afetividade, é facultativo o uso do artigo: *O Pedro é o xodó da família.*

- No caso de os nomes próprios personativos estarem no plural, são determinados pelo uso do artigo: *Os Maías, os Incas, Os Astecas...*

- Usa-se o artigo depois do pronome indefinido *todo(a)* para conferir uma ideia de totalidade. Sem o uso dele (o artigo), o pronome assume a noção de qualquer.

Toda a classe parabenizou o professor. (a sala toda)

Toda classe possui alunos interessados e desinteressados. (qualquer classe)

- Antes de pronomes possessivos, o uso do artigo é facultativo:

Adoro o meu vestido longo. Adoro meu vestido longo.

- A utilização do artigo indefinido pode indicar uma ideia de aproximação numérica: *O máximo que ele deve ter é uns vinte anos.*

- O artigo também é usado para substantivar palavras oriundas de outras classes gramaticais: *Não sei o porquê de tudo isso.*

- Nunca deve ser usado artigo depois do pronome relativo *cujo* (e flexões).

Este é o homem cujo amigo desapareceu.

Este é o autor cuja obra conheço.

- Não se deve usar artigo antes das palavras casa (no sentido de lar, moradia) e terra (no sentido de chão firme), a menos que venham especificadas.

Eles estavam em casa.

Eles estavam na casa dos amigos.

Os marinheiros permaneceram em terra.

Os marinheiros permanecem na terra dos anões.

- Não se emprega artigo antes dos pronomes de tratamento, com exceção de senhor(a), senhorita e dona: *Vossa excelência resolverá os problemas de Sua Senhoria.*

- Não se une com preposição o artigo que faz parte do nome de revistas, jornais, obras literárias: *Li a notícia em O Estado de S. Paulo.*

Morfossintaxe

Para definir o que é artigo é preciso mencionar suas relações com o substantivo. Assim, nas orações da língua portuguesa, o artigo exerce a função de adjunto adnominal do substantivo a que se refere. Tal função independe da função exercida pelo substantivo:

A existência é uma poesia.

Uma existência é a poesia.

Conjunção

Conjunção é a palavra invariável que liga duas orações ou dois termos semelhantes de uma mesma oração. Por exemplo:

A menina segurou a boneca e mostrou quando viu as amiguinhas.

Deste exemplo podem ser retiradas três informações:

1-) *segurou a boneca* 2-) *a menina mostrou* 3-) *viu as amiguinhas*

Cada informação está estruturada em torno de um verbo: *segurou, mostrou, viu*. Assim, há nessa frase três orações:

1ª oração: *A menina segurou a boneca* 2ª oração: *e mostrou* 3ª oração: *quando viu as amiguinhas*.

A segunda oração liga-se à primeira por meio do "e", e a terceira oração liga-se à segunda por meio do "quando". As palavras "e" e "quando" ligam, portanto, orações.

Observe: *Gosto de natação e de futebol.*

Nessa frase as expressões de natação, de futebol são partes ou termos de uma mesma oração. Logo, a palavra "e" está ligando termos de uma mesma oração.

Morfossintaxe da Conjunção

As conjunções, a exemplo das preposições, não exercem propriamente uma função sintática: são conectivos.

Classificação

- *Conjunções Coordenativas*

- *Conjunções Subordinativas*

Conjunções coordenativas

Dividem-se em:

- **ADITIVAS:** expressam a ideia de adição, soma. Ex. *Gosto de cantar e de dançar.*

Principais conjunções aditivas: *e, nem, não só...mas também, não só...como também.*

- **ADVERSATIVAS:** Expressam ideias contrárias, de oposição, de compensação. Ex. *Estudei, mas não entendi nada.*

Principais conjunções adversativas: *mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto.*

- **ALTERNATIVAS:** Expressam ideia de alternância.

Ou você sai do telefone ou eu vendo o aparelho.

Principais conjunções alternativas: *Ou...ou, ora...ora, quer...quer, já...já.*

- **CONCLUSIVAS:** Servem para dar conclusões às orações. Ex. *Estudei muito, por isso mereço passar.*

Principais conjunções conclusivas: *logo, por isso, pois (depois do verbo), portanto, por conseguinte, assim.*

- **EXPLICATIVAS:** Explicam, dão um motivo ou razão. Ex. *É melhor colocar o casaco porque está fazendo muito frio lá fora.*

Principais conjunções explicativas: *que, porque, pois (antes do verbo), porquanto.*

Conjunções subordinativas

- **CAUSAIS**

Principais conjunções causais: *porque, visto que, já que, uma vez que, como (= porque).*

Ele não fez o trabalho porque não tem livro.

- **COMPARATIVAS**

Principais conjunções comparativas: *que, do que, tão... como, mais...do que, menos...do que.*

Ela fala mais que um papagaio.

- **CONCESSIVAS**

Principais conjunções concessivas: *embora, ainda que, mesmo que, apesar de, se bem que.*

Indicam uma concessão, admitem uma contradição, um fato inesperado. Traz em si uma ideia de "apesar de".

Embora estivesse cansada, fui ao shopping. (= apesar de estar cansada)

Apesar de ter chovido fui ao cinema.

- **CONFORMATIVAS**

Principais conjunções conformativas: *como, segundo, conforme, consoante*

Cada um colhe conforme semeia.

Expressam uma ideia de acordo, concordância, conformidade.

- **CONSECUTIVAS**

Expressam uma ideia de consequência.

Principais conjunções consecutivas: *que (após "tal", "tanto", "tão", "tamanho").*

Falou tanto que ficou rouco.

- FINAIS

Expressam ideia de finalidade, objetivo.

Todos trabalham para que possam sobreviver.

Principais conjunções finais: *para que, a fim de que, por que* (=para que),

- PROPORCIONAIS

Principais conjunções proporcionais: *à medida que, quanto mais, ao passo que, à proporção que.*

À medida que as horas passavam, mais sono ele tinha.

- TEMPORAIS

Principais conjunções temporais: *quando, enquanto, logo que.*

Quando eu sair, vou passar na locadora.

Diferença entre orações causais e explicativas

Quando estudamos Orações Subordinadas Adverbiais (OSA) e Coordenadas Sindéticas (CS), geralmente nos deparamos com a dúvida de como distinguir uma oração causal de uma explicativa. Veja os exemplos:

1º) Na frase "*Não atravesse a rua, porque você pode ser atropelado*":

a) Temos uma CS Explicativa, que indica uma justificativa ou uma explicação do fato expresso na oração anterior.

b) As orações são coordenadas e, por isso, independentes uma da outra. Neste caso, há uma pausa entre as orações que vêm marcadas por vírgula.

Não atravesse a rua. Você pode ser atropelado.

Outra dica é, quando a oração que antecede a OC (Oração Coordenada) vier com verbo no modo imperativo, ela será explicativa.

Façam silêncio, que estou falando. (façam= verbo imperativo)

2º) Na frase "*Precisavam enterrar os mortos em outra cidade porque não havia cemitério no local*."

a) Temos uma OSA Causal, já que a oração subordinada (parte destacada) mostra a causa da ação expressa pelo verbo da oração principal. Outra forma de reconhecê-la é colocá-la no início do período, introduzida pela conjunção como - o que não ocorre com a CS Explicativa.

Como não havia cemitério no local, precisavam enterrar os mortos em outra cidade.

b) As orações são subordinadas e, por isso, totalmente dependentes uma da outra.

Interjeição

Interjeição é a palavra invariável que exprime emoções, sensações, estados de espírito, ou que procura agir sobre o interlocutor, levando-o a adotar certo comportamento sem que, para isso, seja necessário fazer uso de estruturas linguísticas mais elaboradas. Observe o exemplo:

Droga! Preste atenção quando eu estou falando!

No exemplo acima, o interlocutor está muito bravo. Toda sua raiva se traduz numa palavra: *Droga!* Ele poderia ter dito: - *Estou com muita raiva de você!* Mas usou simplesmente uma palavra. Ele empregou a interjeição *Droga!*

As sentenças da língua costumam se organizar de forma lógica: há uma sintaxe que estrutura seus elementos e os distribui em posições adequadas a cada um deles. As interjeições, por outro lado, são uma espécie de "palavra-frase", ou seja, há uma ideia expressa por uma palavra (ou um conjunto de palavras - locução interjetiva) que poderia ser colocada em termos de uma sentença. Veja os exemplos:

Bravo! Bis!

bravo e bis: interjeição = sentença (sugestão): "*Foi muito bom! Repitam!*"

Ai! Ai! Ai! Machuquei meu pé... ai: interjeição = sentença (sugestão): "*Isso está doendo!*" ou "*Estou com dor!*"

A interjeição é um recurso da linguagem afetiva, em que não há uma ideia organizada de maneira lógica, como são as sentenças da língua, mas sim a manifestação de um suspiro, um estado da alma decorrente de uma situação particular, um momento ou um contexto específico. Exemplos:

Ah, como eu queria voltar a ser criança!

ah: expressão de um estado emotivo = interjeição

Hum! Esse pudim estava maravilhoso!

hum: expressão de um pensamento súbito = interjeição

O significado das interjeições está vinculado à maneira como elas são proferidas. Desse modo, o tom da fala é que dita o sentido que a expressão vai adquirir em cada contexto de enunciação. Exemplos:

Psiu! = contexto: alguém pronunciando essa expressão na rua; significado da interjeição (sugestão): "*Estou te chamando! Ei, espere!*"

Psiu! = contexto: alguém pronunciando essa expressão em um hospital; significado da interjeição (sugestão): "*Por favor, faça silêncio!*"

Puxa! Ganhei o maior prêmio do sorteio!

puxa: interjeição; tom da fala: euforia

Puxa! Hoje não foi meu dia de sorte!

puxa: interjeição; tom da fala: decepção

As interjeições cumprem, normalmente, duas funções:

1) Sintetizar uma frase exclamativa, exprimindo alegria, tristeza, dor, etc.

Você faz o que no Brasil?

Eu? Eu negocio com madeiras.

Ah, deve ser muito interessante.

2) Sintetizar uma frase apelativa

Cuidado! Saia da minha frente.

As interjeições podem ser formadas por:

- simples sons vocálicos: *Oh!, Ah!, Ó, Ô.*

- palavras: *Oba!, Olá!, Claro!*

- grupos de palavras (locuções interjetivas): *Meu Deus!, Ora bolas!*

A ideia expressa pela interjeição depende muitas vezes da entonação com que é pronunciada; por isso, pode ocorrer que uma interjeição tenha mais de um sentido. Por exemplo:

Oh! Que surpresa desagradável! (ideia de contrariedade)

Oh! Que bom te encontrar. (ideia de alegria)

Classificação das Interjeições

Comumente, as interjeições expressam sentido de:

- Advertência: *Cuidado!, Devagar!, Calma!, Sentido!, Atenção!, Olha!, Alerta!*
- Afugentamento: *Fora!, Passa!, Rua!, Xô!*
- Alegria ou Satisfação: *Oh!, Ah!, Eh!, Oba!, Viva!*
- Alívio: *Arre!, Uf!, Ufa! Ah!*
- Animação ou Estímulo: *Vamos!, Força!, Coragem!, Eia!, Ânimo!, Adiante!, Firme!, Toca!*
- Aplauso ou Aprovação: *Bravo!, Bis!, Apoiado!, Viva!, Boa!*
- Concordância: *Claro!, Sim!, Pois não!, Tá!, Hã-hã!*
- Repulsa ou Desaprovação: *Credo!, Irra!, Ih!, Livra!, Safa!, Fora!, Abaixo!, Francamente!, Xi!, Chega!, Basta!, Ora!*
- Desejo ou Intenção: *Oh!, Pudera!, Tomara!, Oxalá!*
- Desculpa: *Perdão!*
- Dor ou Tristeza: *Ai!, Ui!, Ai de mim!, Que pena!, Ah!, Oh!, Eh!*
- Dúvida ou Incredulidade: *Qual!, Qual o quê!, Hum!, Epa!, Ora!*
- Espanto ou Admiração: *Oh!, Ah!, Uai!, Puxa!, Céus!, Quê!, Caramba!, Opa!, Virgem!, Vixe!, Nossa!, Hem?!, Hein?, Cruz!, Putz!*
- Impaciência ou Contrariedade: *Hum!, Hem!, Irra!, Raios!, Diabo!, Puxa!, Pô!, Ora!*
- Pedido de Auxílio: *Socorro!, Aqui!, Piedade!*
- Saudação, Chamamento ou Invocação: *Salve!, Viva!, Adeus!, Olá!, Alô!, Ei!, Tchau!, Ô, Ó, Psiu!, Socorro!, Valha-me, Deus!*
- Silêncio: *Psiu!, Bico!, Silêncio!*
- Terror ou Medo: *Credo!, Cruzes!, Uh!, Ui!, Oh!*

Saiba que: As interjeições são palavras invariáveis, isto é, não sofrem variação em gênero, número e grau como os nomes, nem de número, pessoa, tempo, modo, aspecto e voz como os verbos. No entanto, em uso específico, algumas interjeições sofrem variação em grau. Deve-se ter claro, neste caso, que não se trata de um processo natural dessa classe de palavra, mas tão só uma variação que a linguagem afetiva permite. Exemplos: *oizinho, bravíssimo, até loguinho*.

Locução Interjetiva

Ocorre quando duas ou mais palavras formam uma expressão com sentido de interjeição. Por exemplo: *Ora bolas! Quem me dera! Virgem Maria! Meu Deus! Ó de casa! Ai de mim! Valha-me Deus! Graças a Deus! Alto lá! Muito bem!*

Observações:

- As interjeições são como frases resumidas, sintéticas. Por exemplo: *Ué!* = *Eu não esperava por essa!*, *Perdão!* = *Peço-lhe que me desculpe*.

- Além do contexto, o que caracteriza a interjeição é o seu tom exclamativo; por isso, palavras de outras classes gramaticais podem aparecer como interjeições.

Viva! Basta! (Verbos)

Fora! Francamente! (Advérbios)

- A interjeição pode ser considerada uma "palavra-frase" porque sozinha pode constituir uma mensagem. Ex.: *Socorro!, Ajudem-me!, Silêncio!, Fique quieto!*

- Há, também, as interjeições onomatopaicas ou imitativas, que exprimem ruídos e vozes. Ex.: *Pum! Miau! Bumba! Zás! Ploft! Pof! Catapimba! Tique-taque! Quá-quá-quá!*, etc.

- Não se deve confundir a interjeição de apelo "ó" com a sua homônima "oh!", que exprime admiração, alegria, tristeza, etc. Faz-se uma pausa depois do "oh!" exclamativo e não a fazemos depois do "ó" vocativo.

"Ó natureza! ó mãe piedosa e pura!" (Olavo Bilac)

Oh! a jornada negra!" (Olavo Bilac)

- Na linguagem afetiva, certas interjeições, originadas de palavras de outras classes, podem aparecer flexionadas no diminutivo ou no superlativo: *Calminha! Adeusinho! Obrigadinho!*

Interjeições, leitura e produção de textos

Usadas com muita frequência na língua falada informal, quando empregadas na língua escrita, as interjeições costumam conferir-lhe certo tom inconfundível de coloquialidade. Além disso, elas podem muitas vezes indicar traços pessoais do falante - como a escassez de vocabulário, o temperamento agressivo ou dócil, até mesmo a origem geográfica. É nos textos narrativos - particularmente nos diálogos - que comumente se faz uso das interjeições com o objetivo de caracterizar personagens e, também, graças à sua natureza sintética, agilizar as falas. Natureza sintética e conteúdo mais emocional do que racional fazem das interjeições presença constante nos textos publicitários.

Fonte: <http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf89.php>

Numeral

Numeral é a palavra que indica os seres em termos numéricos, isto é, que atribui quantidade aos seres ou os situa em determinada sequência.

Os quatro últimos ingressos foram vendidos há pouco.

[quatro: numeral = atributo numérico de "ingresso"]

Eu quero café duplo, e você?

...[duplo: numeral = atributo numérico de "café"]

A primeira pessoa da fila pode entrar, por favor!

...[primeira: numeral = situa o ser "pessoa" na sequência de "fila"]

Note bem: os numerais traduzem, em palavras, o que os números indicam em relação aos seres. Assim, quando a expressão é colocada em números (1, 1°, 1/3, etc.) não se trata de numerais, mas sim de algarismos.

Além dos numerais mais conhecidos, já que refletem a ideia expressa pelos números, existem mais algumas palavras consideradas numerais porque denotam quantidade, proporção ou ordenação. São alguns exemplos: *década, dúzia, par, ambos(as), novena*.

Classificação dos Numerais

Cardinais: indicam contagem, medida. É o número básico: *um, dois, cem mil*, etc.

Ordinais: indicam a ordem ou lugar do ser numa série dada: *primeiro, segundo, centésimo*, etc.

Fracionários: indicam parte de um inteiro, ou seja, a divisão dos seres: *meio, terço, dois quintos*, etc.

Multiplicativos: expressam ideia de multiplicação dos seres, indicando quantas vezes a quantidade foi aumentada: *dobro, triplo, quádruplo*, etc.

Leitura dos Numerais

Separando os números em centenas, de trás para frente, obtêm-se conjuntos numéricos, em forma de centenas e, no início, também de dezenas ou unidades. Entre esses conjuntos usa-se vírgula; as unidades ligam-se pela conjunção "e".

1.203.726 = *um milhão, duzentos e três mil, setecentos e vinte e seis*.

45.520 = *quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte*.

Flexão dos numerais

Os numerais cardinais que variam em gênero são *um/uma, dois/duas* e os que indicam centenas de *duzentos/duzentas* em diante: *trezentos/trezentas; quatrocentos/quatrocentas*, etc. Cardinais como milhão, bilhão, trilhão, variam em número: *milhões, bilhões, trilhões*. Os demais cardinais são invariáveis.

Os numerais ordinais variam em gênero e número:

<i>primeiro</i>	<i>segundo</i>	<i>milésimo</i>
<i>primeira</i>	<i>segunda</i>	<i>milésima</i>
<i>primeiros</i>	<i>segundos</i>	<i>milésimos</i>
<i>primeiras</i>	<i>segundas</i>	<i>milésimas</i>

Os numerais multiplicativos são invariáveis quando atuam em funções substantivas: *Fizeram o dobro do esforço e conseguiram o triplo de produção*.

Quando atuam em funções adjetivas, esses numerais flexionam-se em gênero e número: *Teve de tomar doses triplas do medicamento*.

Os numerais fracionários flexionam-se em gênero e número. Observe: *um terço/dois terços, uma terça parte/duas terças partes*

Os numerais coletivos flexionam-se em número: *uma dúzia, um milheiro, duas dúzias, dois milheiros*.

É comum na linguagem coloquial a indicação de grau nos numerais, traduzindo afetividade ou especialização de sentido. É o que ocorre em frases como:

"Me empresta duzentinho..."

É artigo de primeiríssima qualidade!

O time está arriscado por ter caído na segundona. (= segunda divisão de futebol)

Emprego dos Numerais

*Para designar papas, reis, imperadores, séculos e partes em que se divide uma obra, utilizam-se os ordinais até décimo e a partir daí os cardinais, desde que o numeral venha depois do substantivo:

Ordinais

João Paulo II (segundo)

D. Pedro II (segundo)

Ato II (segundo)

Século VIII (oitavo)

Canto IX (nono)

Cardinais

Tomo XV (quinze)

Luís XVI (dezesseis)

Capítulo XX (vinte)

Século XX (vinte)

João XXIII (vinte e três)

*Para designar leis, decretos e portarias, utiliza-se o ordinal até nono e o cardinal de dez em diante:

Artigo 1.º (primeiro)

Artigo 9.º (nono)

Artigo 10 (dez)

Artigo 21 (vinte e um)

*Ambos/ambas são considerados numerais. Significam “um e outro”, “os dois” (ou “uma e outra”, “as duas”) e são largamente empregados para retomar pares de seres aos quais já se fez referência.

Pedro e João parecem ter finalmente percebido a importância da solidariedade. Ambos agora participam das atividades comunitárias de seu bairro.

Obs.: a forma “ambos os dois” é considerada enfática. Atualmente, seu uso indica afetação, artificialismo.

Cardinais	Ordinais	Multiplicativos	Fracionários
um	primeiro	-	-
dois	segundo	dobro, duplo	meio
três	terceiro	triplo, triplice	terço
quatro	quarto	quádruplo	quarto
cinco	quinto	quíntuplo	quinto
seis	sexto	sêxtuplo	sexto
sete	sétimo	sétuplo	sétimo
oito	oitavo	óctuplo	oitavo
nove	nono	nônuplo	nono
dez	décimo	décuplo	décimo
onze	décimo primeiro	-	onze avos
doze	décimo segundo	-	doze avos
treze	décimo terceiro	-	treze avos
catorze	décimo quarto	-	catorze avos
quinze	décimo quinto	-	quinze avos
dezesesseis	décimo sexto	-	dezesesseis avos
dezesesete	décimo sétimo	-	dezesesete avos
dezoito	décimo oitavo	-	dezoito avos
dezenove	décimo nono	-	dezenove avos
vinte	vigésimo	-	vinte avos
trinta	trigésimo	-	trinta avos
quarenta	quadragésimo	-	quarenta avos
cinquenta	quinquagésimo	-	cinquenta avos
sessenta	sexagésimo	-	sessenta avos
setenta	septuagésimo	-	setenta avos
oitenta	octogésimo	-	oitenta avos
noventa	nonagésimo	-	noventa avos
cem	centésimo	cêntuplo	centésimo
duzentos	ducentésimo	-	ducentésimo
trezentos	trecentésimo	-	trecentésimo
quatrocentos	quadringentésimo	-	quadringentésimo
quinhentos	quingentésimo	-	quingentésimo
seiscentos	sexcentésimo	-	sexcentésimo
setecentos	septingentésimo	-	septingentésimo
oitocentos	octingentésimo	-	octingentésimo
novecentos	nongentésimo ou noningentésimo	-	nongentésimo
mil	milésimo	-	milésimo
milhão	millionésimo	-	millionésimo
bilhão	bilionésimo	-	bilionésimo

Preposição

Preposição é uma palavra invariável que serve para ligar termos ou orações. Quando esta ligação acontece, normalmente há uma subordinação do segundo termo em relação ao primeiro. As preposições são muito importantes na estrutura da língua, pois estabelecem a coesão textual e possuem valores semânticos indispensáveis para a compreensão do texto.

Tipos de Preposição

1. Preposições essenciais: palavras que atuam exclusivamente como preposições: *a, ante, perante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, por, sem, sob, sobre, trás, atrás de, dentro de, para com*.
2. Preposições acidentais: palavras de outras classes gramaticais que podem atuar como preposições: *como, durante, exceto, fora, mediante, salvo, segundo, senão, visto*.

3. Locuções prepositivas: duas ou mais palavras valendo como uma preposição, sendo que a última palavra é uma delas: *abaixo de, acerca de, acima de, ao lado de, a respeito de, de acordo com, em cima de, embaixo de, em frente a, ao redor de, graças a, junto a, com, perto de, por causa de, por cima de, por trás de.*

A preposição, como já foi dito, é invariável. No entanto pode unir-se a outras palavras e assim estabelecer concordância em gênero ou em número. Ex: *por + o = pelo por + a = pela.*

Vale ressaltar que essa concordância não é característica da preposição, mas das palavras às quais ela se une.

Esse processo de junção de uma preposição com outra palavra pode se dar a partir de dois processos:

1. Combinação: A preposição não sofre alteração. preposição a + artigos definidos o, os

a + o = ao

preposição a + advérbio onde

a + onde = aonde

2. Contração: Quando a preposição sofre alteração.

Preposição + Artigos

De + o(s) = do(s)

De + a(s) = da(s)

De + um = dum

De + uns = duns

De + uma = duma

De + umas = dumas

Em + o(s) = no(s)

Em + a(s) = na(s)

Em + um = num

Em + uma = numa

Em + uns = nuns

Em + umas = numas

A + à(s) = à(s)

Por + o = pelo(s)

Por + a = pela(s)

Preposição + Pronomes

De + ele(s) = dele(s)

De + ela(s) = dela(s)

De + este(s) = deste(s)

De + esta(s) = desta(s)

De + esse(s) = desse(s)

De + essa(s) = dessa(s)

De + aquele(s) = daquele(s)

De + aquela(s) = daquela(s)

De + isto = disto

De + isso = disso

De + aquilo = daquilo

De + aqui = daqui

De + aí = daí

De + ali = dali

De + outro = doutro(s)

De + outra = doutra(s)

Em + este(s) = neste(s)

Em + esta(s) = nesta(s)

Em + esse(s) = nesse(s)

Em + aquele(s) = naquele(s)

Em + aquela(s) = naquela(s)

Em + isto = nisto

Em + isso = nisso

Em + aquilo = naquilo

A + aquele(s) = àquele(s)

A + aquela(s) = àquela(s)

A + aquilo = àquilo

Dicas sobre preposição

1. O "a" pode funcionar como preposição, pronome pessoal oblíquo e artigo. Como distingui-los? Caso o "a" seja um artigo, virá precedendo um substantivo. Ele servirá para determiná-lo como um substantivo singular e feminino.

A dona da casa não quis nos atender.

Como posso fazer a Joana concordar comigo?

- Quando é preposição, além de ser invariável, liga dois termos e estabelece relação de subordinação entre eles.

Cheguei a sua casa ontem pela manhã.

Não queria, mas vou ter que ir à outra cidade para procurar um tratamento adequado.

- Se for pronome pessoal oblíquo estará ocupando o lugar e/ou a função de um substantivo.

Temos Maria como parte da família. / Nós a temos como parte da família

Creio que conhecemos nossa mãe melhor que ninguém. / Creio que a conhecemos melhor que ninguém.

2. Algumas relações semânticas estabelecidas por meio das preposições:

Destino = *Irei para casa.*

Modo = *Chegou em casa aos gritos.*

Lugar = *Vou ficar em casa;*

Assunto = *Escrevi um artigo sobre adolescência.*

Tempo = *A prova vai começar em dois minutos.*

Causa = *Ela faleceu de derrame cerebral.*

Fim ou finalidade = *Vou ao médico para começar o tratamento.*

Instrumento = *Escreveu a lápis.*

Posse = *Não posso doar as roupas da mamãe.*

Autoria = *Esse livro de Machado de Assis é muito bom.*

Companhia = *Estarei com ele amanhã.*

Matéria = *Farei um cartão de papel reciclado.*

Meio = *Nós vamos fazer um passeio de barco.*

Origem = *Nós somos do Nordeste, e você?*

Conteúdo = *Quebrei dois frascos de perfume.*

Oposição = *Esse movimento é contra o que eu penso.*

Preço = *Essa roupa sai por R\$ 50 à vista.*

Fonte:

<http://www.infoescola.com/portugues/preposicao/>

Substantivo

Tudo o que existe é ser e cada ser tem um nome. **Substantivo** é a classe gramatical de palavras variáveis, as quais denominam os seres. Além de objetos, pessoas e fenômenos, os substantivos também nomeiam:

- lugares: *Alemanha, Porto Alegre...*
- sentimentos: *raiva, amor...*
- estados: *alegria, tristeza...*
- qualidades: *honestidade, sinceridade...*
- ações: *corrida, pescaria...*

Morfossintaxe do substantivo

Nas orações de língua portuguesa, o substantivo em geral exerce funções diretamente relacionadas com o verbo: atua como núcleo do sujeito, dos complementos verbais (objeto direto ou indireto) e do agente da passiva. Pode ainda funcionar como núcleo do complemento nominal ou do aposto, como núcleo do predicativo do sujeito, do objeto ou como núcleo do vocativo. Também encontramos substantivos como núcleos de adjuntos adnominais e de adjuntos adverbiais - quando essas funções são desempenhadas por grupos de palavras.

Classificação dos Substantivos

1- Substantivos Comuns e Próprios

Observe a definição: s.f. 1: *Povoação maior que vila, com muitas casas e edifícios, dispostos em ruas e avenidas (no Brasil, toda a sede de município é cidade).* 2. *O centro de uma cidade (em oposição aos bairros).*

Qualquer "povoação maior que vila, com muitas casas e edifícios, dispostos em ruas e avenidas" será chamada cidade. Isso significa que a palavra cidade é um substantivo comum.

Substantivo Comum é aquele que designa os seres de uma mesma espécie de forma genérica: *cidade, menino, homem, mulher, país, cachorro.*

Estamos voando para Barcelona.

O substantivo Barcelona designa apenas um ser da espécie cidade. Esse substantivo é próprio. Substantivo Próprio: é aquele que designa os seres de uma mesma espécie de forma particular: *Londres, Paulinho, Pedro, Tietê, Brasil.*

2 - Substantivos Concretos e Abstratos

LÂMPADA

MALA

Os substantivos lâmpada e mala designam seres com existência própria, que são independentes de outros seres. São substantivos concretos.

Substantivo Concreto: é aquele que designa o ser que existe, independentemente de outros seres.

Obs.: os substantivos concretos designam seres do mundo real e do mundo imaginário.

Seres do mundo real: *homem, mulher, cadeira, cobra, Brasília, etc.*

Seres do mundo imaginário: *saci, mãe-d'água, fantasma, etc.*

Observe agora:

Beleza exposta

Jovens atrizes veteranas destacam-se pelo visual.

O substantivo beleza designa uma qualidade.

Substantivo Abstrato: é aquele que designa seres que dependem de outros para se manifestar ou existir.

Pense bem: a beleza não existe por si só, não pode ser observada. Só podemos observar a beleza numa pessoa ou coisa que seja bela. A beleza depende de outro ser para se manifestar. Portanto, a palavra beleza é um substantivo abstrato.

Os substantivos abstratos designam estados, qualidades, ações e sentimentos dos seres, dos quais podem ser abstraídos, e sem os quais não podem existir: *vida (estado), rapidez (qualidade), viagem (ação), saudade (sentimento).*

3 - Substantivos Coletivos

Ele vinha pela estrada e foi picado por uma abelha, outra abelha, mais outra abelha.

Ele vinha pela estrada e foi picado por várias abelhas.

Ele vinha pela estrada e foi picado por um enxame.

Note que, no primeiro caso, para indicar plural, foi necessário repetir o substantivo: uma abelha, outra abelha, mais outra abelha...

No segundo caso, utilizaram-se duas palavras no plural.

No terceiro caso, empregou-se um substantivo no singular (enxame) para designar um conjunto de seres da mesma espécie (abelhas).

O substantivo enxame é um substantivo coletivo.

Substantivo Coletivo: é o substantivo comum que, mesmo estando no singular, designa um conjunto de seres da mesma espécie.

Substantivo coletivo Conjunto de:

<i>assembleia</i>	<i>pessoas reunidas</i>
<i>alcateia</i>	<i>lobos</i>
<i>acervo</i>	<i>livros</i>
<i>antologia</i>	<i>trechos literários selecionados</i>
<i>arquipélago</i>	<i>ilhas</i>
<i>banda</i>	<i>músicos</i>
<i>bando</i>	<i>desordeiros ou malfeitores</i>
<i>banca</i>	<i>examinadores</i>
<i>batalhão</i>	<i>soldados</i>
<i>cardume</i>	<i>peixes</i>
<i>caravana</i>	<i>viajantes peregrinos</i>
<i>cacho</i>	<i>frutas</i>
<i>cáfila</i>	<i>camelos</i>
<i>cancioneiro</i>	<i>canções, poesias líricas</i>
<i>colmeia</i>	<i>abelhas</i>
<i>chusma</i>	<i>gente, pessoas</i>
<i>concílio</i>	<i>bispos</i>

congresso	parlamentares, cientistas.
elenco	atores de uma peça ou filme
esquadra	navios de guerra
enxoval	roupas
falange	soldados, anjos
fauna	animais de uma região
feixe	lenha, capim
flora	vegetais de uma região
frota	navios mercantes, ônibus
girândola	fogos de artifício
horda	bandidos, invasores
junta	médicos, bois, credores, examinadores
júri	jurados
legião	soldados, anjos, demônios
leva	presos, recrutas
malta	malfeitores ou desordeiros
manada	búfalos, bois, elefantes,
matilha	cães de raça
molho	chaves, verduras
multidão	pessoas em geral
ninhada	pintos
nuvem	insetos (gafanhotos, mosquitos, etc.)
penca	bananas, chaves
pinacoteca	pinturas, quadros
quadrilha	ladrões, bandidos
ramalhete	flores
rebanho	ovelhas
rédua	bestas de carga, cavalgadura
repertório	peças teatrais, obras musicais
réstia	alhos ou cebolas
romanceiro	poesias narrativas
revoada	pássaros
sínodo	párocos
talha	lenha
tropa	muas, soldados
turma	estudantes, trabalhadores
vara	porcos

Formação dos Substantivos

Substantivos Simples e Compostos

Chuva - subst. Fem. 1 - água caindo em gotas sobre a terra. O substantivo chuva é formado por um único elemento ou radical. É um substantivo simples.

Substantivo Simples: é aquele formado por um único elemento.

Outros substantivos simples: *tempo, sol, sofá*, etc. Veja agora: O substantivo guarda-chuva é formado por dois elementos (guarda + chuva). Esse substantivo é composto.

Substantivo Composto: é aquele formado por dois ou mais elementos. Outros exemplos: **beija-flor, passatempo.**

Substantivos Primitivos e Derivados

*Meu limão meu limoeiro,
meu pé de jacarandá...*

O substantivo limão é primitivo, pois não se originou de nenhum outro dentro de língua portuguesa.

Substantivo Primitivo: é aquele que não deriva de nenhuma outra palavra da própria língua portuguesa. O substantivo limoeiro é derivado, pois se originou a partir da palavra limão.

Substantivo Derivado: é aquele que se origina de outra palavra.

Flexão dos substantivos

O substantivo é uma classe variável. A palavra é variável quando sofre flexão (variação). A palavra menino, por exemplo, pode sofrer variações para indicar:

Plural: *meninos* Feminino: *menina*
Aumentativo: *meninão* Diminutivo: *menininho*

Flexão de Gênero

Gênero é a propriedade que as palavras têm de indicar sexo real ou fictício dos seres. Na língua portuguesa, há dois gêneros: **masculino e feminino**. Pertencem ao gênero masculino os substantivos que podem vir precedidos dos artigos *o, os, um, uns*. Veja estes títulos de filmes:

O velho e o mar
Um Natal inesquecível
Os reis da praia

Pertencem ao gênero feminino os substantivos que podem vir precedidos dos artigos *a, as, uma, umas*:

A história sem fim
Uma cidade sem passado
As tartarugas ninjas

Substantivos Biformes e Substantivos Uniformes

Substantivos Biformes (= duas formas): ao indicar nomes de seres vivos, geralmente o gênero da palavra está relacionado ao sexo do ser, havendo, portanto, duas formas, uma para o masculino e outra para o feminino. Observe: *gato – gata, homem – mulher, poeta – poetisa, prefeito – prefeita*

Substantivos Uniformes: são aqueles que apresentam uma única forma, que serve tanto para o masculino quanto para o feminino. Classificam-se em:

- **Epíctenos:** têm um só gênero e nomeiam bichos: *a cobra macho e a cobra fêmea, o jacaré macho e o jacaré fêmea.*

- **Sobrecomuns:** têm um só gênero e nomeiam pessoas: *a criança, a testemunha, a vítima, o cônjuge, o gênio, o ídolo, o indivíduo.*

- **Comuns de Dois Gêneros:** indicam o sexo das pessoas por meio do artigo: *o colega e a colega, o doente e a doente, o artista e a artista.*

Saiba que: Substantivos de origem grega terminados em *ema* ou *oma*, são masculinos: *o fonema, o poema, o sistema, o sintoma, o teorema*.

- Existem certos substantivos que, variando de gênero, variam em seu significado: *o rádio (aparelho receptor) e a rádio (estação emissora) o capital (dinheiro) e a capital (cidade)*

Formação do Feminino dos Substantivos Biformes

- Regra geral: troca-se a terminação -o por -a: *aluno - aluna*.

- Substantivos terminados em -ês: acrescenta-se -a ao masculino: *freguês - freguesa*

- Substantivos terminados em -ão: fazem o feminino de três formas:

- troca-se -ão por -oa. = *patrão - patroa*

- troca-se -ão por -ã. = *campeão - campeã*

- troca-se -ão por ona. = *solteirão - solteirona*

Exceções: *barão - baronesa ladrão- ladra sultão - sultana*

- Substantivos terminados em -or:

- acrescenta-se -a ao masculino = *doutor - doutora*

- troca-se -or por -triz: = *imperador - imperatriz*

- Substantivos com feminino em -esa, -essa, -isa: *cônsul - consulesa / abade - abadessa / poeta - poetisa / duque - duquesa / conde - condessa / profeta - profetisa*

- Substantivos que formam o feminino trocando o -e final por -a: *elefante - elefanta*

- Substantivos que têm radicais diferentes no masculino e no feminino: *bode - cabra / boi - vaca*

- Substantivos que formam o feminino de maneira especial, isto é, não seguem nenhuma das regras anteriores: *czar - czarina réu - ré*

Formação do Feminino dos Substantivos Uniformes

Epícenos:

Novo jacaré escapa de policiais no rio Pinheiros.

Não é possível saber o sexo do jacaré em questão. Isso ocorre porque o substantivo jacaré tem apenas uma forma para indicar o masculino e o feminino.

Alguns nomes de animais apresentam uma só forma para designar os dois sexos. Esses substantivos são chamados de epícenos. No caso dos epícenos, quando houver a necessidade de especificar o sexo, utilizam-se palavras macho e fêmea.

A cobra macho picou o marinheiro.

A cobra fêmea escondeu-se na bananeira.

Sobrecomuns:

Entregue as crianças à natureza.

A palavra *crianças* refere-se tanto a seres do sexo masculino, quanto a seres do sexo feminino. Nesse caso, nem o artigo nem um possível adjetivo permitem identificar o sexo dos seres a que se refere a palavra. Veja:

A criança chorona chamava-se João.

A criança chorona chamava-se Maria.

Outros substantivos sobrecomuns:

a criatura = *João é uma boa criatura. Maria é uma boa criatura.*

o cônjuge = *O cônjuge de João faleceu. O cônjuge de Marcela faleceu*

Comuns de Dois Gêneros:

Motorista tem acidente idêntico 23 anos depois.

Quem sofreu o acidente: um homem ou uma mulher?

É impossível saber apenas pelo título da notícia, uma vez que a palavra *motorista* é um substantivo uniforme.

A distinção de gênero pode ser feita através da análise do artigo ou adjetivo, quando acompanharem o substantivo: *o colega - a colega; o imigrante - a imigrante; um jovem - uma jovem; artista famoso - artista famosa; repórter francês - repórter francesa*

- A palavra *personagem* é usada indistintamente nos dois gêneros.

a) Entre os escritores modernos nota-se acentuada preferência pelo masculino: *O menino descobriu nas nuvens os personagens dos contos de carochinha.*

b) Com referência a mulher, deve-se preferir o feminino: *O problema está nas mulheres de mais idade, que não aceitam a personagem.*

- Diz-se: *o (ou a) manequim Marcela, o (ou a) modelo fotográfico Ana Belmonte.*

Observe o gênero dos substantivos seguintes:

Masculinos: *o tapa, o eclipse, o lança-perfume, o dó (pena), o sanduíche, o clarinete, o champanha, o sósia, o maracajá, o clã, o hosana, o herpes, o pijama, o suéter, o soprano, o proclama, o pernoite, o púbis.*

Femininos: *a dinamite, a derme, a hélice, a omoplata, a cataplasma, a pane, a mascote, a gênese, a entorse, a libido, a cal, a faringe, a cólera (doença), a ubá (canoa).*

- São geralmente masculinos os substantivos de origem grega terminados em -ma: *o grama (peso), o quilograma, o plasma, o apostema, o diagrama, o epigrama, o telefonema, o estratagema, o dilema, o teorema, o trema, o eczema, o edema, o magma, o estigma, o axioma, o tracoma, o hematoma.*

Exceções: *a cataplasma, a celeuma, a fleuma, etc.*

Gênero dos Nomes de Cidades:

Com raras exceções, nomes de cidades são femininos.

A histórica Ouro Preto.

A dinâmica São Paulo.

A acolhedora Porto Alegre.

Uma Londres imensa e triste.

Exceções: o Rio de Janeiro, o Cairo, o Porto, o Havre.

Gênero e Significação:

Muitos substantivos têm uma significação no masculino e outra no feminino. Observe: o *baliza* (soldado que, que à frente da tropa, indica os movimentos que se deve realizar em conjunto; o que vai à frente de um bloco carnavalesco, manejando um bastão), a *baliza* (marco, estaca; sinal que marca um limite ou proibição de trânsito), o *cabeça* (chefe), a *cabeça* (parte do corpo), o *cisma* (separação religiosa, dissidência), a *cisma* (ato de cismar, desconfiança), o *cinza* (a cor cinzenta), a *cinza* (resíduos de combustão), o *capital* (dinheiro), a *capital* (cidade), o *coma* (perda dos sentidos), a *coma* (cabeleira), o *coral* (pólipos, a cor vermelha, canto em coro), a *coral* (cobra venenosa), o *crisma* (óleo sagrado, usado na administração da crisma e de outros sacramentos), a *crisma* (sacramento da confirmação), o *cura* (pároco), a *cura* (ato de curar), o *estepe* (pneu sobressalente), a *estepe* (vasta planície de vegetação), o *guia* (pessoa que guia outras), a *guia* (documento, pena grande das asas das aves), o *grama* (unidade de peso), a *grama* (relva), o *caixa* (funcionário da caixa), a *caixa* (recipiente, setor de pagamentos), o *lente* (professor), a *lente* (vidro de aumento), o *moral* (ânimo), a *moral* (honestidade, bons costumes, ética), o *nascente* (lado onde nasce o Sol), a *nascente* (a fonte), o *maria-fumaça* (trem como locomotiva a vapor), a *maria-fumaça* (locomotiva movida a vapor), o *pala* (poncho), a *pala* (parte anterior do boné ou quepe, antepara), o *rádio* (aparelho receptor), a *rádio* (estação emissora), o *voga* (remador), a *voga* (moda, popularidade).

Flexão de Número do Substantivo

Em português, há dois números gramaticais: o singular, que indica um ser ou um grupo de seres, e o plural, que indica mais de um ser ou grupo de seres. A característica do plural é o "s" final.

Plural dos Substantivos Simples

- Os substantivos terminados em vogal, ditongo oral e "n" fazem o plural pelo acréscimo de "s": *pai* – *pais*; *irmã* – *irmãs*; *hífen* – *hifens* (sem acento, no plural). Exceção: *cânon* – *cânones*.

- Os substantivos terminados em "m" fazem o plural em "ns": *homem* – *homens*.

- Os substantivos terminados em "r" e "z" fazem o plural pelo acréscimo de "es": *revólver* – *revólveres*; *raiz* – *raízes*.

Atenção: O plural de caráter é caracteres.

- Os substantivos terminados em al, el, ol, ul flexionam-se no plural, trocando o "l" por "is": *quintal* – *quintais*; *caracol* – *caracóis*; *hotel* – *hotéis*. Exceções: *mal* e *males*, *cônsul* e *cônsules*.

- Os substantivos terminados em "il" fazem o plural de duas maneiras:

- Quando oxítonos, em "is": *canil* – *canis*

- Quando paroxítonos, em "eis": *míssil* – *mísseis*.

Obs.: a palavra réptil pode formar seu plural de duas maneiras: *répteis* ou *reptis* (pouco usada).

- Os substantivos terminados em "s" fazem o plural de duas maneiras:

- Quando monossilábicos ou oxítonos, mediante o acréscimo de "es": *ás* – *ases* / *retrós* – *retroses*

- Quando paroxítonos ou proparoxítonos, ficam invariáveis: o *lápiz* – os *lápiz* / o *ônibus* – os *ônibus*.

- Os substantivos terminados em "ão" fazem o plural de três maneiras.

- substituindo o -ão por -ões: *ação* – *ações*

- substituindo o -ão por -ães: *cão* – *cães*

- substituindo o -ão por -ãos: *grão* – *grãos*

- Os substantivos terminados em "x" ficam invariáveis: o *látex* – os *látex*.

Plural dos Substantivos Compostos

-A formação do plural dos substantivos compostos depende da forma como são grafados, do tipo de palavras que formam o composto e da relação que estabelecem entre si. Aqueles que são grafados sem hífen comportam-se como os substantivos simples: *aguardente/aguardentes*, *girassol/girassóis*, *pontapé/pontapés*, *malmequer/malmequeres*.

O plural dos substantivos compostos cujos elementos são ligados por hífen costuma provocar muitas dúvidas e discussões. Algumas orientações são dadas a seguir:

- **Flexionam-se os dois elementos**, quando formados de:

substantivo + substantivo = *couve-flor* e *couves-flores*

substantivo + adjetivo = *amor-perfeito* e *amores-perfeitos*

adjetivo + substantivo = *gentil-homem* e *gentis-homens*

numeral + substantivo = *quinta-feira* e *quintas-feiras*

- **Flexiona-se somente o segundo elemento**, quando formados de:

verbo + substantivo = *guarda-roupa* e *guarda-roupas*

palavra invariável + palavra variável = *alto-falante* e

alto-falantes

palavras repetidas ou imitativas = *reco-reco* e *reco-recos*

- **Flexiona-se somente o primeiro elemento**, quando formados de:

substantivo + preposição clara + substantivo = *água-de-colônia* e *águas-de-colônia*

substantivo + preposição oculta + substantivo = *cava-lo-vapor* e *cavalos-vapor*

substantivo + substantivo que funciona como determinante do primeiro, ou seja, especifica a função ou o tipo do termo anterior: *palavra-chave* - *palavras-chave*, *bomba-relógio* - *bombas-relógio*, *notícia-bomba* - *notícias-bomba*, *homem-rã* - *homens-rã*, *peixe-espada* - *peixes-espada*.

- **Permanecem invariáveis**, quando formados de:
verbo + advérbio = *o bota-fora* e *os bota-fora*
verbo + substantivo no plural = *o saca-rolhas* e *os saca-rolhas*

- Casos Especiais

o louva-a-deus e *os louva-a-deus*

o bem-te-vi e *os bem-te-vis*

o bem-me-quer e *os bem-me-queres*

o João-ninguém e *os Joões-ninguém*.

Plural das Palavras Substantivadas

As palavras substantivadas, isto é, palavras de outras classes gramaticais usadas como substantivo, apresentam, no plural, as flexões próprias dos substantivos.

Pese bem os prós e os contras.

O aluno errou na prova dos nove.

Ouça com a mesma serenidade os sims e os não.

Obs.: numerais substantivados terminados em "s" ou "z" não variam no plural: *Nas provas mensais consegui muitos seis e alguns dez.*

Plural dos Diminutivos

Flexiona-se o substantivo no plural, retira-se o "s" final e acrescenta-se o sufixo diminutivo.

pão(s) + zinhos = pãezinhos

animai(s) + zinhos = animaizinhos

botão(s) + zinhos = botõezinhos

chapéu(s) + zinhos = chapeuzinhos

farói(s) + zinhos = faroizinhos

tren(s) + zinhos = trenzinhos

colhere(s) + zinhas = colherezinhas

flore(s) + zinhas = florezinhas

mão(s) + zinhas = mãozinhas

papêi(s) + zinhos = papeizinhos

nuvem(s) + zinhas = nuvenzinhas

funi(s) + zinhos = funizinhos

túnei(s) + zinhos = tuneizinhos

pai(s) + zinhos = paizinhos

pé(s) + zinhos = pezinhos

pé(s) + zitos = pezeitos

Plural dos Nomes Próprios Personativos

Devem-se pluralizar os nomes próprios de pessoas sempre que a terminação preste-se à flexão.

Os Napoleões também são derrotados.

As Raquéis e Esteres.

Plural dos Substantivos Estrangeiros

Substantivos ainda não aportuguesados devem ser escritos como na língua original, acrescentando-se "s" (exceto quando terminam em "s" ou "z"): *os shows*, *os shorts*, *os jazz*.

Substantivos já aportuguesados flexionam-se de acordo com as regras de nossa língua: *os clubes*, *os chopes*, *os jipes*, *os esportes*, *as toaletes*, *os bibelôs*, *os garçons*, *os réquiens*.

Observe o exemplo:

Este jogador faz gols toda vez que joga.

O plural correto seria *gois* (ô), mas não se usa.

Plural com Mudança de Timbre

Certos substantivos formam o plural com mudança de timbre da vogal tônica (o fechado / o aberto). É um fato fonético chamado metáfora (plural metafônico).

Singular	Plural
<i>corpo (ô)</i>	<i>corpos (ó)</i>
<i>esforço</i>	<i>esforços</i>
<i>fogo</i>	<i>fogos</i>
<i>forno</i>	<i>fornos</i>
<i>fosso</i>	<i>fossos</i>
<i>imposto</i>	<i>impostos</i>
<i>olho</i>	<i>olhos</i>
<i>osso (ô)</i>	<i>ossos (ó)</i>
<i>ovo</i>	<i>ovos</i>
<i>poço</i>	<i>poços</i>
<i>portopostos</i>	
<i>postopostos</i>	
<i>tijolo</i>	<i>tijolos</i>

Têm a vogal tônica fechada (ô): *adornos*, *almoços*, *bolsos*, *esposos*, *estojos*, *globos*, *gostos*, *polvos*, *rolos*, *soros*, etc.

Obs.: distinga-se *molho (ô)* = caldo (molho de carne), de *molho (ó)* = feixe (molho de lenha).

Particularidades sobre o Número dos Substantivos

- Há substantivos que só se usam no singular: *o sul*, *o norte*, *o leste*, *o oeste*, *a fé*, etc.

- Outros só no plural: *as núpcias*, *os víveres*, *os pêsames*, *as espadas/os paus* (naipes de baralho), *as fezes*.

- Outros, enfim, têm, no plural, sentido diferente do singular: *bem* (virtude) e *bens* (riquezas), *honra* (proibidade, bom nome) e *honras* (homenagem, títulos).

- Usamos às vezes, os substantivos no singular, mas com sentido de plural:

Aqui morreu muito negro.

Celebraram o sacrifício divino muitas vezes em capelas improvisadas.

Flexão de Grau do Substantivo

Grau é a propriedade que as palavras têm de exprimir as variações de tamanho dos seres. Classifica-se em:

- **Grau Normal** - Indica um ser de tamanho considerado normal. Por exemplo: *casa*

- **Grau Aumentativo** - Indica o aumento do tamanho do ser. Classifica-se em:

Analítico = o substantivo é acompanhado de um adjetivo que indica grandeza. Por exemplo: *casa grande*.

Sintético = é acrescido ao substantivo um sufixo indicador de aumento. Por exemplo: *casarão*.

- **Grau Diminutivo** - Indica a diminuição do tamanho do ser. Pode ser:

Analítico = substantivo acompanhado de um adjetivo que indica pequenez. Por exemplo: *casa pequena*.

Sintético = é acrescido ao substantivo um sufixo indicador de diminuição. Por exemplo: *casinha*.

5.2 RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.
5.3 RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.

SINTAXE

O princípio é o verbo.

Essa é a premissa fundamental da *Sintaxe*, que é a parte da gramática que estuda as *palavras enquanto elementos de uma frase, as suas relações de concordância, de subordinação e de ordem*. Significa que, ao se realizar a análise sintática de uma oração, sempre se inicia pelo verbo. É a partir dele que se descobre qual o sujeito da oração, se há a indicação de qualidade, estado ou modo de ser do sujeito, se ele pratica uma ação ou se a sofre, se há complemento verbal, se há circunstância (adjunto adverbial), etc.

Nem sempre o verbo se apresenta sozinho em uma oração. Em muitos casos, surgem dois ou mais verbos juntos, para indicar que se pratica ou se sofre uma ação, ou que o sujeito possui uma qualidade. A essa junção, dá-se o nome de *locução verbal*. Toda locução verbal é formada por um verbo auxiliar (ou mais de um) e um verbo principal (somente um).

O verbo auxiliar é o que se relaciona com o sujeito, por isso concorda com este, ou seja, se o sujeito estiver no singular, o verbo auxiliar também ficará no singular; se o sujeito estiver no plural, o verbo auxiliar também ficará no plural. Na Língua Portuguesa os verbos auxiliares são os seguintes: *ser, estar, ter, haver, dever, poder, ir*, dentre outros.

O verbo principal é o que indica se o sujeito possui uma qualidade, se ele pratica uma ação ou se a sofre. É o mais importante da locução. Na Língua Portuguesa, o verbo principal surge sempre no infinitivo (terminado em *-ar, -er, -ir*), no gerúndio (terminado em *-ndo*) ou no particípio (terminado em *-ado* ou *-ido*, dentre outras terminações).

Veja alguns exemplos de locuções verbais:

Os funcionários FORAM CONVOCADOS pelo diretor. (aux.: SER; princ.: CONVOCAR)

Os estudantes ESTÃO RESPONDENDO às questões. (aux.: ESTAR; princ.: RESPONDER)

Os trabalhadores TÊM ENFRENTADO muitos problemas. (aux.: TER; princ.: ENFRENTAR)

O vereador HAVIA DENUNCIADO seus companheiros. (aux.: HAVER; princ.: DENUNCIAR)

Os alunos DEVEM ESTUDAR todos os dias. (aux.: DEVER; princ.: ESTUDAR)

Sujeito:

Para se descobrir qual o sujeito do verbo (ou da locução verbal), deve-se perguntar a ele (ou a ela) o seguinte: *Que(m) é que?* A resposta será o sujeito. Por exemplo, analisemos a primeira frase dentre as apresentadas acima:

Os funcionários foram convocados pelo diretor.

O princípio é o verbo. Procura-se, portanto, o verbo: é a locução verbal *foram convocados*. - Pergunta-se a ela: *Que(m) é que foi convocado?*

- Resposta: *Os funcionários*.

- O sujeito da oração, então, é o seguinte: *os funcionários*.

Encontrado o sujeito, parte-se para a análise do verbo:

Se ele indicar que o sujeito possui uma qualidade, um estado ou um modo de ser, sem praticar ação alguma, será denominado de VERBO DE LIGAÇÃO. Os verbos de ligação mais comuns são os seguintes: *ser, estar, parecer, ficar, permanecer e continuar*. Não se esqueça, porém, de que só será verbo de ligação o que indicar qualidade, estado ou modo de ser do sujeito, sem praticar ação alguma. Observe as seguintes frases:

O político continuou seu discurso mesmo com todas as vaias recebidas.

Continuar, nesta frase, não é de ligação já que não indica qualidade do sujeito, e sim ação.

A professora estava na sala de aula.

Estar, nesta frase, não é de ligação já que não indica qualidade do sujeito, e sim fato.

A garota estava muito alegre.

Estar é verbo de ligação porque indica qualidade do sujeito.

Se o verbo indicar que o sujeito pratica uma ação, ou que participa ativamente de um fato, será denominado de VERBO INTRANSITIVO ou VERBO TRANSITIVO, de acordo com o seguinte:

- *Quem* : Todo verbo que se encaixar nessa frase será INTRANSITIVO. Por exemplo, o verbo *correr*: Quem corre, corre.

- *Quem* *algo/alguém*: Todo verbo que se encaixar nessa frase será TRANSITIVO DIRETO. Por exemplo, o verbo *comer*: Quem come, come algo; ou o verbo *amar*: Quem ama, ama alguém.

- *Quem* + *prep.* + *algo/alguém*: Todo verbo que se encaixar nessa frase será TRANSITIVO INDIRETO. Por exemplo, o verbo *gostar*: Quem gosta, gosta de algo ou de alguém. As preposições mais comuns são as seguintes: *a, de, em, por, para, sem* e *com*.

- *Quem* *algo/alguém* + *prep.* + *algo/alguém*: Todo verbo que se encaixar nessa frase será TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO - também denominado de BITRANSITIVO. Por exemplo, o verbo *mostrar*: Quem mostra, mostra algo a alguém; ou o verbo *informar*: Quem informa, informa alguém de algo ou Quem informa, informa algo a alguém.

É importante salientar que um verbo só será TRANSITIVO se houver complemento (objeto direto ou objeto indireto). A análise de um verbo depende, portanto, do ambiente sintático em que ele se encontra. Um verbo que aparentemente seja transitivo direto pode ser, na realidade, intransitivo, caso não haja complemento. Por exemplo, observe a seguinte frase:

O pior cego é aquele que não quer ver.

O verbo "ver" é, aparentemente, transitivo direto, uma vez que se encaixa na frase *Quem vê, vê algo*. Ocorre, porém, que não há o "algo". O pior cego é aquele que não quer ver o quê? Não aparece na oração; não há, portanto, o objeto direto. Como não o há, o verbo não pode ser transitivo direto, e sim intransitivo.

Observe, agora, esta frase: *Quem dá aos pobres, empresta a Deus.*

Os verbos "dar" e "emprestar" são, aparentemente, transitivos diretos e indiretos, uma vez que se encaixam nas frases *Quem dá, dá algo a alguém* e *Quem empresta, empresta algo a alguém*. Ocorre, porém, que não há o "algo". Quem dá o que aos pobres empresta o que a Deus? Não aparece na oração; não há, portanto, o objeto direto. Como não o há, os verbos não podem ser transitivos diretos e indiretos, e sim somente transitivos indiretos.

FONTE: <http://www.gramaticaonline.com.br/texto/1231>

Questões sobre Análise Sintática

01. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013). **Os trabalhadores passaram mais tempo na escola...**

O segmento grifado acima possui a mesma função sintática que o destacado em:

- A) ...o que reduz **a média de ganho** da categoria.
- B) ...houve **mais ofertas de trabalhadores** dessa classe.
- C) **O crescimento da escolaridade** também foi impulsionado...
- D) ...elevando **a fatia dos brasileiros** com ensino médio...
- E) ...impulsionado **pelo aumento do número de universidades...**

02. (Agente de Defensoria Pública – FCC – 2013). *Donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens [...], sabiam **os paulistas** como...*

O segmento em destaque na frase acima exerce a mesma função sintática que o elemento grifado em:

- A) **Nas expedições breves** serviam de balizas ou mostradores para a volta.
- B) Às estreitas veredas e atalhos [...], **nada** acrescentariam aqueles de considerável...
- C) Só a um olhar muito exercitado seria **perceptível** o sinal.
- D) **Uma sequência de tais galhos**, em qualquer floresta, podia significar uma pista.
- E) Alguns mapas e textos do século XVII apresentamos **a vila de São Paulo** como centro...

03. Há complemento nominal em:

- A) Você devia vir cá fora receber o beijo da madrugada.
- B) ... embora fosse quase certa a sua possibilidade de ganhar a vida.
- C) Ela estava na janela do edifício.
- D) ... sem saber ao certo se gostávamos dele.
- E) Pouco depois começaram a brincar de bandido e mocinho de cinema.

04. (ESPM-SP) Em "*esta **lhe** deu cem mil contos*", o termo destacado é:

- A) pronome possessivo
- B) complemento nominal
- C) objeto indireto
- D) adjunto adnominal
- E) objeto direto

05. Assinale a alternativa correta e identifique o sujeito das seguintes orações em relação aos verbos destacados:

- Amanhã **teremos** uma palestra sobre qualidade de vida.
- Neste ano, **quero** prestar serviço voluntário.

- A) Tu – vós
- B) Nós – eu
- C) Vós – nós
- D) Ele – tu

06. Classifique o sujeito das orações destacadas no texto seguinte e, a seguir, assinale a sequência correta.

É notável, nos textos épicos, a participação do sobrenatural. É frequente a mistura de assuntos relativos ao nacionalismo com o caráter maravilhoso. **Nas epopeias, os deuses tomam partido e interferem nas aventuras dos heróis, ajudando-os ou atrapalhando-os.**

- A) simples, composto
- B) indeterminado, composto
- C) simples, simples
- D) oculto, indeterminado

07. (ESPM-SP) "Surgiram **fotógrafos e repórteres**". Identifique a alternativa que classifica corretamente a função sintática e a classe morfológica dos termos destacados:

- A) objeto indireto – substantivo
- B) objeto direto - substantivo
- C) sujeito – adjetivo
- D) objeto direto – adjetivo
- E) sujeito - substantivo

GABARITO

01. C 02. D 03. B 04. C 05. B 06. C 07. E

RESOLUÇÃO

1-) Os trabalhadores passaram mais tempo na escola = SUJEITO

A) ...o que reduz a média de ganho da categoria. = objeto direto

B) ...houve mais ofertas de trabalhadores dessa classe. = objeto direto

C) O crescimento da escolaridade também foi impulsionado... = sujeito paciente

D) ...elevando a fatia dos brasileiros com ensino médio... = objeto direto

E) ...impulsionado pelo aumento do número de universidades... = agente da passiva

2-) Donos de uma capacidade de orientação nas brehas selvagens [...], sabiam os paulistas como... = SUJEITO

A) Nas expedições breves = ADJUNTO ADVERBIAL

B) nada acrescentariam aqueles de considerável... = adjunto adverbial

C) seria perceptível o sinal. = predicativo

D) Uma sequência de tais galhos = sujeito

E) apresentam-nos a vila de São Paulo como = objeto direto

3-) A) o beijo da madrugada. = adjunto adnominal

B) a sua possibilidade de ganhar a vida. = complemento nominal (possibilidade de quê?)

C) na janela do edifício. = adjunto adnominal

D) ... sem saber ao certo se gostávamos dele. = objeto indireto

E) a brincar de bandido e mocinho de cinema = objeto indireto

4-) esta lhe deu cem mil contos = o verbo DAR é bitransitivo, ou seja, transitivo direto e indireto, portanto precisa de dois complementos – dois objetos: direto e indireto.

Deu o quê? = cem mil contos (direto)

Deu a quem? lhe (=a ele, a ela) = indireto

5-) Amanhã (nós) teremos uma palestra sobre qualidade de vida.

- Neste ano, (eu) quero prestar serviço voluntário.

6-) É notável, nos textos épicos, a participação do sobrenatural. É frequente a mistura de assuntos relativos ao nacionalismo com o caráter maravilhoso. Nas epopeias, os deuses tomam partido e interferem nas aventuras dos heróis, ajudando-os ou atrapalhando-os.

Ambos os termos apresentam sujeito simples

7-) Surgiram fotógrafos e repórteres.

O sujeito está deslocado, colocado na ordem indireta (final da oração). Portanto: função sintática: sujeito (composto); classe morfológica (classe de palavras): substantivos.

Períodos Compostos

O **período composto** caracteriza-se por possuir mais de uma oração em sua composição. Sendo Assim:

- Eu irei à praia. (Período Simples = um verbo, uma oração)

- Estou comprando um protetor solar, depois irei à praia. (Período Composto = locução verbal, verbo, duas orações)

- Já me decidi: só irei à praia, se antes eu comprar um protetor solar. (Período Composto = três verbos, três orações).

Cada verbo ou locução verbal sublinhada acima corresponde a uma oração. Isso implica que o primeiro exemplo é um período simples, pois tem apenas uma oração, os dois outros exemplos são períodos compostos, pois têm mais de uma oração.

Há dois tipos de relações que podem se estabelecer entre as orações de um período composto: uma relação de coordenação ou uma relação de subordinação.

Duas orações são coordenadas quando estão juntas em um mesmo período (ou seja, em um mesmo bloco de informações, marcado pela pontuação final), mas têm, ambas, estruturas individuais, como é o exemplo de:

- Estou comprando um protetor solar, depois irei à praia. (Período Composto)

Podemos dizer:

1. Estou comprando um protetor solar.

2. Irei à praia.

Separando as duas, vemos que elas são independentes. É esse tipo de período que veremos: o Período Composto por Coordenação.

Quanto à classificação das orações coordenadas, temos dois tipos: Coordenadas Assindéticas e Coordenadas Sindéticas.

Coordenadas Assindéticas

São orações coordenadas entre si e que não são ligadas através de nenhum conectivo. Estão apenas justapostas.

Coordenadas Sindéticas

Ao contrário da anterior, são orações coordenadas entre si, mas que são ligadas através de uma conjunção coordenativa. Esse caráter vai trazer para esse tipo de oração uma classificação. As orações coordenadas sindéticas são classificadas em cinco tipos: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas.

Orações Coordenadas Sindéticas Aditivas: suas principais conjunções são: *e, nem, não só... mas também, não só... como, assim... como.*

- Não só cantei como também dancei.
- Nem comprei o protetor solar, nem fui à praia.
- Comprei o protetor solar e fui à praia.

Orações Coordenadas Sindéticas Adversativas: suas principais conjunções são: *mas, contudo, todavia, entretanto, porém, no entanto, ainda, assim, senão.*

- Fiquei muito cansada, contudo me diverti bastante.
- Ainda que a noite acabasse, nós continuaríamos dançando.
- Não comprei o protetor solar, mas mesmo assim fui à praia.

Orações Coordenadas Sindéticas Alternativas: suas principais conjunções são: *ou... ou; ora...ora; quer...quer; seja...seja.*

- Ou uso o protetor solar, ou uso o óleo bronzeador.
- Ora sei que carreira seguir, ora penso em várias carreiras diferentes.
- Quer eu durma quer eu fique acordado, ficarei no quarto.

Orações Coordenadas Sindéticas Conclusivas: suas principais conjunções são: *logo, portanto, por fim, por conseguinte, consequentemente, pois (posposto ao verbo)*

- Passei no vestibular, portanto irei comemorar.
- Conclui o meu projeto, logo posso descansar.
- Tomou muito sol, consequentemente ficou adoentada.
- A situação é delicada; devemos, pois, agir

Orações Coordenadas Sindéticas Explicativas: suas principais conjunções são: *isto é, ou seja, a saber, na verdade, pois (anteposto ao verbo).*

- Só passei na prova porque me esforcei por muito tempo.
- Só fiquei triste por você não ter viajado comigo.
- Não fui à praia, pois queria descansar durante o Domingo.

Fonte: <http://www.infoescola.com/portugues/oracoes-coordenadas-assindeticas-e-sindeticas/>

Questões sobre Orações Coordenadas

01. A oração "*Não se verificou, todavia, uma transplantação integral de gosto e de estilo*" tem valor:

- A) conclusivo
- B) adversativo
- C) concessivo
- D) explicativo
- E) alternativo

02. "**Estudamos**, logo deveremos passar nos exames". A oração em destaque é:

- a) coordenada explicativa
- b) coordenada adversativa
- c) coordenada aditiva
- d) coordenada conclusiva
- e) coordenada assindética

03. (Agente Educacional – VUNESP – 2013-adap.) Releia o seguinte trecho:

*Joyce e Mozart são ótimos, **mas** eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.*

Sem que haja alteração de sentido, e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, ao se substituir o termo em destaque, o trecho estará corretamente reescrito em:

- A) Joyce e Mozart são ótimos, portanto eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.
- B) Joyce e Mozart são ótimos, conforme eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.
- C) Joyce e Mozart são ótimos, assim eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.
- D) Joyce e Mozart são ótimos, todavia eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.
- E) Joyce e Mozart são ótimos, pois eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática.

04. (Analista Administrativo – VUNESP – 2013-adap.) Em – ...fruto **não só** do novo acesso da população ao automóvel **mas também** da necessidade de maior número de viagens... –, os termos em destaque estabelecem relação de

- A) explicação.
- B) oposição.
- C) alternância.
- D) conclusão.
- E) adição.

05. Analise a oração destacada: Não se desespere, **que estaremos a seu lado sempre**.

- Marque a opção correta quanto à sua classificação:
- A) Coordenada sindética aditiva.
- B) Coordenada sindética alternativa.
- C) Coordenada sindética conclusiva.
- D) Coordenada sindética explicativa.

RESOLUÇÃO

06. A frase abaixo em que o conectivo *E* tem valor adversativo é:

- A) "O gesto é fácil *E* não ajuda em nada".
 B) "O que vemos na esquina *E* nos sinais de trânsito...".
 C) "...adultos submetem crianças *E* adolescentes à tarefa de pedir esmola".
 D) "Quem dá esmola nas ruas contribui para a manutenção da miséria *E* prejudica o desenvolvimento da sociedade".
 E) "A vida dessas pessoas é marcada pela falta de dinheiro, de moradia digna, emprego, segurança, lazer, cultura, acesso à saúde *E* à educação".

07. Assinale a alternativa em que o sentido da conjunção sublinhada está corretamente indicado entre parênteses.

- A) Meu primo formou-se em Direito, porém não pretende trabalhar como advogado. (explicação)
 B) Não fui ao cinema nem assisti ao jogo. (adição)
 C) Você está preparado para a prova; por isso, não se preocupe. (oposição)
 D) Vá dormir mais cedo, pois o vestibular será amanhã. (alternância)
 E) Os meninos deviam correr para casa ou apanhariam toda a chuva. (conclusão)

08. Analise sintaticamente as duas orações destacadas no texto "*O assaltante pulou o muro, mas não penetrou na casa, nem assustou seus habitantes.*" A seguir, classifique-as, respectivamente, como coordenadas:

- A) adversativa e aditiva.
 B) explicativa e aditiva.
 C) adversativa e alternativa.
 D) aditiva e alternativa.

09. Um livro de receita é um bom presente porque ajuda as pessoas que não sabem cozinhar. A palavra "porque" pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

- A) entretanto.
 B) então.
 C) assim.
 D) pois.
 E) porém.

10- Na oração "Pedro não joga ***E NEM ASSISTE***", temos a presença de uma oração coordenada que pode ser classificada em:

- A) Coordenada assindética;
 B) Coordenada assindética aditiva;
 C) Coordenada sindética alternativa;
 D) Coordenada sindética aditiva.

GABARITO

01. B 02. E 03. D 04. E 05. D
 06. A 07. B 08. A 09. D 10. D

1-) "Não se verificou, todavia, uma transplantação integral de gosto e de estilo" = conjunção adversativa, portanto: oração coordenada sindética adversativa

2-) *Estudamos*, logo deveremos passar nos exames = a oração em destaque não é introduzida por conjunção, então: coordenada assindética

3-) Joyce e Mozart são ótimos, mas eles... = conjunção (e ideia) adversativa

A) Joyce e Mozart são ótimos, portanto eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática. = conclusiva

B) Joyce e Mozart são ótimos, conforme eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática. = conformativa

C) Joyce e Mozart são ótimos, assim eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática. = conclusiva

E) Joyce e Mozart são ótimos, pois eles, como quase toda a cultura humanística, têm pouca relevância para nossa vida prática. = explicativa

Dica: conjunção *pois* como explicativa = dá para eu substituir por *porque*; como conclusiva: substituo por *portanto*.

4-) fruto não só do novo acesso da população ao automóvel mas também da necessidade de maior número de viagens... estabelecem relação de adição de ideias, de fatos

5-) Não se desespere, que estaremos a seu lado sempre. = conjunção explicativa (= porque) - coordenada sindética explicativa

6-)

A) "O gesto é fácil *E* não ajuda em nada". = mas não ajuda (ideia contrária)

B) "O que vemos na esquina *E* nos sinais de trânsito...". = adição

C) "...adultos submetem crianças *E* adolescentes à tarefa de pedir esmola". = adição

D) "Quem dá esmola nas ruas contribui para a manutenção da miséria *E* prejudica o desenvolvimento da sociedade". = adição

E) "A vida dessas pessoas é marcada pela falta de dinheiro, de moradia digna, emprego, segurança, lazer, cultura, acesso à saúde *E* à educação". = adição

7-)

A) Meu primo formou-se em Direito, porém não pretende trabalhar como advogado. = adversativa

C) Você está preparado para a prova; por isso, não se preocupe. = conclusão

D) Vá dormir mais cedo, pois o vestibular será amanhã. = explicativa

E) Os meninos deviam correr para casa ou apanhariam toda a chuva. = alternativa

8-) - mas não penetrou na casa = conjunção adversativa
- nem assustou seus habitantes = conjunção aditiva

9-) Um livro de receita é um bom presente porque ajuda as pessoas que não sabem cozinhar.
= conjunção explicativa: pois

10-) E NEM ASSISTE = conjunção aditiva (ideia de adição, soma de fatos) = Coordenada sindética aditiva.

Observe o exemplo abaixo de Vinícius de Moraes:

"Eu sinto que em meu gesto existe o teu gesto."

Oração Principal Oração Subordinada

Observe que na oração subordinada temos o verbo "existe", que está conjugado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. As orações subordinadas que apresentam verbo em qualquer dos tempos finitos (tempos do modo do indicativo, subjuntivo e imperativo), são chamadas de **orações desenvolvidas** ou explícitas. Podemos modificar o período acima. Veja:

Eu sinto existir em meu gesto o teu gesto.

Oração Principal Oração Subordinada

A análise das orações continua sendo a mesma: "Eu sinto" é a oração principal, cujo objeto direto é a oração subordinada "existir em meu gesto o teu gesto". Note que a oração subordinada apresenta agora verbo no infinitivo. Além disso, a conjunção "que", conectivo que unia as duas orações, desapareceu. As orações subordinadas cujo verbo surge numa das formas nominais (infinitivo - flexionado ou não -, gerúndio ou particípio) chamamos **orações reduzidas** ou implícitas.

Obs.: as orações reduzidas não são introduzidas por conjunções nem pronomes relativos. Podem ser, eventualmente, introduzidas por preposição.

1) ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS

A oração subordinada substantiva tem valor de substantivo e vem introduzida, geralmente, por conjunção integrante (*que, se*).

Suponho que você foi à biblioteca hoje.
Oração Subordinada Substantiva

Você sabe se o presidente já chegou?
Oração Subordinada Substantiva

Os pronomes interrogativos (*que, quem, qual*) também introduzem as orações subordinadas substantivas, bem como os advérbios interrogativos (*por que, quando, onde, como*). Veja os exemplos:

O garoto perguntou qual era o telefone da moça.

Oração Subordinada Substantiva

Não sabemos por que a vizinha se mudou.
Oração Subordinada Substantiva

Classificação das Orações Subordinadas Substantivas

De acordo com a função que exerce no período, a oração subordinada substantiva pode ser:

a) Subjetiva

É subjetiva quando exerce a função sintática de sujeito do verbo da oração principal. Observe:

É fundamental o seu comparecimento à reunião.
Sujeito

É fundamental que você compareça à reunião.
Oração Principal Oração Subordinada Substantiva Subjetiva

Atenção: Observe que a oração subordinada substantiva pode ser substituída pelo pronome "isso". Assim, temos um período simples:

É fundamental isso. ou Isso é fundamental.

Dessa forma, a oração correspondente a "isso" exercerá a função de sujeito

Veja algumas estruturas típicas que ocorrem na oração principal:

1- Verbos de ligação + predicativo, em construções do tipo: *É bom - É útil - É conveniente - É certo - Parece certo - É claro - Está evidente - Está comprovado*
É bom que você compareça à minha festa.

2- Expressões na voz passiva, como: *Sabe-se - Soube-se - Conta-se - Diz-se - Comenta-se - É sabido - Foi anunciado - Ficou provado*
Sabe-se que Aline não gosta de Pedro.

3- Verbos como: *convir - cumprir - constar - admirar - importar - ocorrer - acontecer*
Convém que não se atrase na entrevista.

Obs.: quando a oração subordinada substantiva é subjetiva, o verbo da oração principal está sempre na 3ª. pessoa do singular.

b) Objetiva Direta

A oração subordinada substantiva objetiva direta exerce função de objeto direto do verbo da oração principal.

Todos querem sua aprovação no concurso.
Objeto Direto

Todos querem que você seja aprovado. (= Todos querem isso)
Oração Principal oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta

As orações subordinadas substantivas objetivas diretas desenvolvidas são iniciadas por:

- **Conjunções integrantes** "que" (às vezes elíptica) e "se":
A professora verificou se todos alunos estavam presentes.

- **Pronomes indefinidos** que, quem, qual, quanto (às vezes regidos de preposição), nas interrogações indiretas:
O pessoal queria saber quem era o dono do carro importado.

- **Advérbios** como, quando, onde, por que, quão (às vezes regidos de preposição), nas interrogações indiretas:
Eu não sei por que ela fez isso.

c) Objetiva Indireta

A oração subordinada substantiva objetiva indireta atua como objeto indireto do verbo da oração principal. Vem precedida de preposição.

Meu pai insiste em meu estudo.
Objeto Indireto

Meu pai insiste em que eu estude. (= Meu pai insiste nisso)

Oração Subordinada Substantiva Objetiva Indireta

Obs.: em alguns casos, a preposição pode estar elíptica na oração.

Marta não gosta (de) que a chamem de senhora.
Oração Subordinada Substantiva Objetiva Indireta

d) Completiva Nominal

A oração subordinada substantiva completiva nominal completa um nome que pertence à oração principal e também vem marcada por preposição.

Sentimos orgulho de seu comportamento.
Complemento Nominal

Sentimos orgulho de que você se comportou. (= Sentimos orgulho disso.)

Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal

Lembre-se: as orações subordinadas substantivas objetivas indiretas integram o sentido de um verbo, enquanto que orações subordinadas substantivas completivas nominais integram o sentido de um nome. Para distinguir uma da outra, é necessário levar em conta o termo complementado. Essa é, aliás, a diferença entre o objeto indireto e o complemento nominal: o primeiro complementa um verbo, o segundo, um nome.

e) Predicativa

A oração subordinada substantiva predicativa exerce papel de predicativo do sujeito do verbo da oração principal e vem sempre depois do verbo ser.

Nosso desejo era sua desistência.
Predicativo do Sujeito

Nosso desejo era que ele desistisse. (= Nosso desejo era isso)

Oração Subordinada Substantiva Predicativa

Obs.: em certos casos, usa-se a preposição expletiva "de" para realce. Veja o exemplo: A impressão é de que não fui bem na prova.

f) Apositiva

A oração subordinada substantiva apositiva exerce função de aposto de algum termo da oração principal.

Fernanda tinha um grande sonho: a chegada do dia de seu casamento.
Aposto

(Fernanda tinha um grande sonho: isso.)

Fernanda tinha um grande sonho: que o dia do seu casamento chegasse.

Oração Subordinada Substantiva Apositiva

2) ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS

Uma oração subordinada adjetiva é aquela que possui valor e função de adjetivo, ou seja, que a ele equivale. As orações vêm introduzidas por pronome relativo e exercem a função de adjunto adnominal do antecedente. Observe o exemplo:

Esta foi uma redação bem-sucedida.
Substantivo Adjetivo (Adjunto Adnominal)

Note que o substantivo redação foi caracterizado pelo adjetivo bem-sucedida. Nesse caso, é possível formarmos outra construção, a qual exerce exatamente o mesmo papel. Veja:

Esta foi uma redação que fez sucesso.
Oração Principal Oração Subordinada Adjetiva

Perceba que a conexão entre a oração subordinada adjetiva e o termo da oração principal que ela modifica é feita pelo pronome relativo "que". Além de conectar (ou relacionar) duas orações, o pronome relativo desempenha uma função sintática na oração subordinada: ocupa o papel que seria exercido pelo termo que o antecede.

Obs.: para que dois períodos se unam num período composto, altera-se o modo verbal da segunda oração.

Atenção: Vale lembrar um recurso didático para reconhecer o pronome relativo "que": ele sempre pode ser substituído por: o qual - a qual - os quais - as quais

Refiro-me ao aluno que é estudioso.

Essa oração é equivalente a:

Refiro-me ao aluno o qual estuda.

Forma das Orações Subordinadas Adjetivas

Quando são introduzidas por um pronome relativo e apresentam verbo no modo indicativo ou subjuntivo, as orações subordinadas adjetivas são chamadas desenvolvidas. Além delas, existem as orações subordinadas adjetivas

reduzidas, que não são introduzidas por pronome relativo (podem ser introduzidas por preposição) e apresentam o verbo numa das formas nominais (infinitivo, gerúndio ou participio).

Ele foi o primeiro aluno que se apresentou.

Ele foi o primeiro aluno a se apresentar.

No primeiro período, há uma oração subordinada adjetiva desenvolvida, já que é introduzida pelo pronome relativo “que” e apresenta verbo conjugado no pretérito perfeito do indicativo. No segundo, há uma oração subordinada adjetiva reduzida de infinitivo: não há pronome relativo e seu verbo está no infinitivo.

Classificação das Orações Subordinadas Adjetivas

Na relação que estabelecem com o termo que caracterizam, as orações subordinadas adjetivas podem atuar de duas maneiras diferentes. Há aquelas que restringem ou especificam o sentido do termo a que se referem, individualizando-o. Nessas orações não há marcação de pausa, sendo chamadas subordinadas adjetivas restritivas. Existem também orações que realçam um detalhe ou amplificam dados sobre o antecedente, que já se encontra suficientemente definido, as quais denominam-se subordinadas adjetivas explicativas.

Exemplo 1:

Jamais teria chegado aqui, não fosse a gentileza de um homem **que passava naquele momento**.

Oração Subordinada Adjetiva Restritiva

Nesse período, observe que a oração em destaque restringe e particulariza o sentido da palavra “homem”: trata-se de um homem específico, único. A oração limita o universo de homens, isto é, não se refere a todos os homens, mas sim àquele que estava passando naquele momento.

Exemplo 2:

O homem, **que se considera racional**, muitas vezes age animallescamente.

Oração Subordinada Adjetiva Explicativa

Nesse período, a oração em destaque não tem sentido restritivo em relação à palavra “homem”; na verdade, essa oração apenas explicita uma ideia que já sabemos estar contida no conceito de “homem”.

Saiba que:

A oração subordinada adjetiva explicativa é separada da oração principal por uma pausa, que, na escrita, é representada pela vírgula. É comum, por isso, que a pontuação seja indicada como forma de diferenciar as orações explicativas das restritivas; de fato, **as explicativas vêm sempre isoladas por vírgulas; as restritivas, não.**

3) ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS

Uma oração subordinada adverbial é aquela que exerce a função de adjunto adverbial do verbo da oração principal. Dessa forma, pode exprimir circunstância de tempo, modo, fim, causa, condição, hipótese, etc. Quando desenvolvida, vem introduzida por uma das conjunções subordinativas (com exclusão das integrantes). Classifica-se de acordo com a conjunção ou locução conjuntiva que a introduz.

Durante a madrugada, eu olhei você dormindo.

Oração Subordinada Adverbial

Observe que a oração em destaque agrega uma circunstância de tempo. É, portanto, chamada de oração subordinada adverbial temporal. Os adjuntos adverbiais são termos acessórios que indicam uma circunstância referente, via de regra, a um verbo. A classificação do adjunto adverbial depende da exata compreensão da circunstância que exprime. Observe os exemplos abaixo:

Naquele momento, senti uma das maiores emoções de minha vida.

Quando vi a estátua, senti uma das maiores emoções de minha vida.

No primeiro período, “naquele momento” é um adjunto adverbial de tempo, que modifica a forma verbal “senti”. No segundo período, esse papel é exercido pela oração “Quando vi a estátua”, que é, portanto, uma oração subordinada adverbial temporal. Essa oração é desenvolvida, pois é introduzida por uma conjunção subordinativa (quando) e apresenta uma forma verbal do modo indicativo (“vi”, do pretérito perfeito do indicativo). Seria possível reduzi-la, obtendo-se:

Ao ver a estátua, senti uma das maiores emoções de minha vida.

A oração em destaque é reduzida, pois apresenta uma das formas nominais do verbo (“ver” no infinitivo) e não é introduzida por conjunção subordinativa, mas sim por uma preposição (“a”, combinada com o artigo “o”).

Obs.: a classificação das orações subordinadas adverbiais é feita do mesmo modo que a classificação dos adjuntos adverbiais. Baseia-se na circunstância expressa pela oração.

Circunstâncias Expressas pelas Orações Subordinadas Adverbiais

a) Causa

A ideia de causa está diretamente ligada àquilo que provoca um determinado fato, ao motivo do que se declara na oração principal. “É aquilo ou aquele que determina um acontecimento”.

Principal conjunção subordinativa causal: PORQUE

Outras conjunções e locuções causais: *como (sempre introduzido na oração anteposta à oração principal), pois, pois que, já que, uma vez que, visto que.*

As ruas ficaram alagadas porque a chuva foi muito forte.

Como ninguém se interessou pelo projeto, não houve alternativa a não ser cancelá-lo.

Já que você não vai, eu também não vou.

b) Consequência

As orações subordinadas adverbiais consecutivas exprimem um fato que é consequência, que é efeito do que se declara na oração principal. São introduzidas pelas conjunções e locuções: *que, de forma que, de sorte que, tanto que, etc.*, e pelas estruturas *tão...que, tanto...que, tamanho...que*.

Principal conjunção subordinativa consecutiva: QUE (precedido de *tal, tanto, tão, tamanho*)

É feio que dói. (É tão feio que, em consequência, causa dor.)

Nunca abandonou seus ideais, de sorte que acabou concretizando-os.

Não consigo ver televisão sem bocejar. (Oração Reduzida de Infinitivo)

c) Condição

Condição é aquilo que se impõe como necessário para a realização ou não de um fato. As orações subordinadas adverbiais condicionais exprimem o que deve ou não ocorrer para que se realize ou deixe de se realizar o fato expresso na oração principal.

Principal conjunção subordinativa condicional: SE

Outras conjunções condicionais: *caso, contanto que, desde que, salvo se, exceto se, a não ser que, a menos que, sem que, uma vez que* (seguida de verbo no subjuntivo).

Se o regulamento do campeonato for bem elaborado, certamente o melhor time será campeão.

Uma vez que todos aceitem a proposta, assinaremos o contrato.

Caso você se case, convide-me para a festa.

d) Concessão

As orações subordinadas adverbiais concessivas indicam concessão às ações do verbo da oração principal, isto é, admitem uma contradição ou um fato inesperado. A ideia de concessão está diretamente ligada ao contraste, à quebra de expectativa.

Principal conjunção subordinativa concessiva: EMBORA

Utiliza-se também a conjunção: *conquanto* e as locuções *ainda que, ainda quando, mesmo que, se bem que, posto que, apesar de que*.

Só irei se ele for.

A oração acima expressa uma condição: o fato de "eu" ir só se realizará caso essa condição seja satisfeita. Compare agora com:

*Irei **mesmo que ele não vá**.*

A distinção fica nítida; temos agora uma concessão: irei de qualquer maneira, independentemente de sua ida. A oração destacada é, portanto, subordinada adverbial concessiva. Observe outros exemplos:

Embora fizesse calor, levei agasalho.

Conquanto a economia tenha crescido, pelo menos metade da população continua à margem do mercado de consumo.

Foi aprovado sem estudar (= sem que estudasse / embora não estudasse). (reduzida de infinitivo)

e) Comparação

As orações subordinadas adverbiais comparativas estabelecem uma comparação com a ação indicada pelo verbo da oração principal.

Principal conjunção subordinativa comparativa: COMO
Ele dorme como um urso.

Saiba que: É comum a omissão do verbo nas orações subordinadas adverbiais comparativas. Por exemplo:

Agem como crianças. (agem)

Oração Subordinada Adverbial Comparativa

No entanto, quando se comparam ações diferentes, isso não ocorre. Por exemplo: *Ela fala mais do que faz.* (comparação do verbo falar e do verbo fazer).

f) Conformidade

As orações subordinadas adverbiais conformativas indicam ideia de conformidade, ou seja, exprimem uma regra, um modelo adotado para a execução do que se declara na oração principal.

Principal conjunção subordinativa conformativa: CONFORME

Outras conjunções conformativas: *como, consoante e segundo* (todas com o mesmo valor de conforme).

Fiz o bolo conforme ensina a receita.

Consoante reza a Constituição, todos os cidadãos têm direitos iguais.

g) Finalidade

As orações subordinadas adverbiais finais indicam a intenção, a finalidade daquilo que se declara na oração principal.

Principal conjunção subordinativa final: A FIM DE QUE

Outras conjunções finais: *que, porque* (= *para que*) e a locução conjuntiva *para que*.

Aproximei-me dela a fim de que ficássemos amigos.

Felipe abriu a porta do carro para que sua namorada entrasse.

h) Proporção

As orações subordinadas adverbiais proporcionais exprimem ideia de proporção, ou seja, um fato simultâneo ao expresso na oração principal.

Principal locução conjuntiva subordinativa proporcional: À PROPORÇÃO QUE

Outras locuções conjuntivas proporcionais: *à medida que, ao passo que*. Há ainda as estruturas: *quanto maior... (maior), quanto maior...(menor), quanto menor...(maior), quanto menor...(menor), quanto mais...(mais), quanto mais...(menos), quanto menos...(mais), quanto menos...(menos)*.

À proporção que estudávamos, acertávamos mais questões.

Visito meus amigos à medida que eles me convidam.

Quanto maior for a altura, maior será o tombo.

i) Tempo

As orações subordinadas adverbiais temporais acrescentam uma ideia de tempo ao fato expresso na oração principal, podendo exprimir noções de simultaneidade, anterioridade ou posterioridade.

Principal conjunção subordinativa temporal: QUANDO
Outras conjunções subordinativas temporais: *enquanto, mal e locuções conjuntivas: assim que, logo que, todas as vezes que, antes que, depois que, sempre que, desde que*, etc.

Quando você foi embora, chegaram outros convidados. Sempre que ele vem, ocorrem problemas. Mal você saiu, ela chegou.

Terminada a festa, todos se retiraram. (= Quando terminou a festa) (Oração Reduzida de Particípio)

Fonte: <http://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint29.php>

Questões sobre Orações Subordinadas

01. (Papiloscopista Policial – Vunesp/2013).
Mais denso, menos trânsito

As grandes cidades brasileiras estão congestionadas e em processo de deterioração agudizado pelo crescimento econômico da última década. Existem deficiências evidentes em infraestrutura, mas é importante também considerar o planejamento urbano.

Muitas grandes cidades adotaram uma abordagem de desconcentração, incentivando a criação de diversos centros urbanos, na visão de que isso levaria a uma maior facilidade de deslocamento.

Mas o efeito tem sido o inverso. A criação de diversos centros e o aumento das distâncias multiplicam o número de viagens, dificultando o investimento em transporte coletivo e aumentando a necessidade do transporte individual.

Se olharmos Los Angeles como a região que levou a desconcentração ao extremo, ficam claras as consequências. Numa região rica como a Califórnia, com enorme investimento viário, temos engarrafamentos gigantescos que viraram característica da cidade.

Os modelos urbanos bem-sucedidos são aqueles com elevado adensamento e predominância do transporte coletivo, como mostram Manhattan e Tóquio.

O centro histórico de São Paulo é a região da cidade mais bem servida de transporte coletivo, com infraestrutura de telecomunicação, água, eletricidade etc. Como em outras grandes cidades, essa deveria ser a região mais adensada da metrópole. Mas não é o caso. Temos, hoje, um esvaziamento gradual do centro, com deslocamento das atividades para diversas regiões da cidade.

A visão de adensamento com uso abundante de transporte coletivo precisa ser recuperada. Desse modo, será possível reverter esse processo de uso cada vez mais intenso do transporte individual, fruto não só do novo acesso da população ao automóvel, mas também da necessidade de maior número de viagens em função da distância cada vez maior entre os destinos da população.

(Henrique Meirelles, Folha de S.Paulo, 13.01.2013. Adaptado)

As expressões *mais denso e menos trânsito*, no título, estabelecem entre si uma relação de

- (A) comparação e adição.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e negação.
- (D) hipótese e concessão.
- (E) alternância e explicação

02. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013). No trecho – Tem surtido um efeito positivo por eles se tornarem uma referência positiva dentro da unidade, *já que* cumprem melhor as regras, respeitam o próximo e pensam melhor nas suas ações, refletem antes de tomar uma atitude. – o termo em destaque estabelece entre as orações uma relação de

- A) condição.
- B) causa.
- C) comparação.
- D) tempo.
- E) concessão.

03. (UFV-MG) As orações subordinadas substantivas que aparecem nos períodos abaixo são todas subjetivas, exceto:

- A) Decidiu-se que o petróleo subiria de preço.
- B) É muito bom que o homem, vez por outra, reflita sobre sua vida.
- C) Ignoras quanto custou meu relógio?
- D) Perguntou-se ao diretor quando seríamos recebidos.
- E) Convinha-nos que você estivesse presente à reunião

04. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013). Considere a tirinha em que se vê Honi conversando com seu Namorado Lute.



(Dik Browne, Folha de S. Paulo, 26.01.2013)

É correto afirmar que a expressão **contanto que** estabelece entre as orações relação de

A) causa, pois Honi quer ter filhos e não deseja trabalhar depois de casada.

B) comparação, pois o namorado espera ter sucesso como cantor romântico.

C) tempo, pois ambos ainda são adolescentes, mas já pensam em casamento.

D) condição, pois Lute sabe que exercendo a profissão de músico provavelmente ganhará pouco.

E) finalidade, pois Honi espera que seu futuro marido torne-se um artista famoso.

05. (Analista Administrativo – VUNESP – 2013). Em – **Apesar da desconcentração e do aumento da extensão urbana verificados no Brasil**, é importante desenvolver e adensar ainda mais os diversos centros já existentes... –, sem que tenha seu sentido alterado, o trecho em destaque está corretamente reescrito em:

A) Mesmo com a desconcentração e o aumento da Extensão urbana verificados no Brasil, é importante desenvolver e adensar ainda mais os diversos centros já existentes...

B) Uma vez que se verifica a desconcentração e o aumento da extensão urbana no Brasil, é importante desenvolver e adensar ainda mais os diversos centros já existentes...

C) Assim como são verificados a desconcentração e o aumento da extensão urbana no Brasil, é importante desenvolver e adensar ainda mais os diversos centros já existentes...

D) Visto que com a desconcentração e o aumento da extensão urbana verificados no Brasil, é importante desenvolver e adensar ainda mais os diversos centros já existentes...

E) De maneira que, com a desconcentração e o aumento da extensão urbana verificados no Brasil, é importante desenvolver e adensar ainda mais os diversos centros já existentes...

06. (Analista Administrativo – VUNESP – 2013). Em – É fundamental que essa visão de adensamento com uso abundante de transporte coletivo seja recuperada **para que** possamos reverter esse processo de uso... –, a expressão em destaque estabelece entre as orações relação de

A) consequência.

B) condição.

C) finalidade.

D) causa.

E) concessão.

07. (Analista de Sistemas – VUNESP – 2013 – adap.). Considere o trecho: **Como** as músicas eram de protesto, naquele mesmo ano foi enquadrado na lei de segurança nacional pela ditadura militar e exilado." O termo *Como*, em destaque na primeira parte do enunciado, expressa ideia de

A) contraste e tem sentido equivalente a porém.

B) concessão e tem sentido equivalente a mesmo que.

C) conformidade e tem sentido equivalente a conforme.

D) causa e tem sentido equivalente a visto que.

E) finalidade e tem sentido equivalente a para que.

08. (Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – VUNESP – 2013-adap.) No trecho – *"Fio, disjuntor, tomada, tudo!", insiste o motorista, com tanto orgulho que chega a contaminar-me.* –, a construção *tanto ... que* estabelece entre as construções [com tanto orgulho] e [que chega a contaminar-me] uma relação de

A) condição e finalidade.

B) conformidade e proporção.

C) finalidade e concessão.

D) proporção e comparação.

E) causa e consequência.

09. "Os Estados Unidos são considerados hoje um país bem mais fechado – **embora** em doze dias recebam o mesmo número de imigrantes que o Brasil em um ano." A alternativa que substitui a expressão em negrito, sem prejuízo ao conteúdo, é:

A) já que.

B) todavia.

C) ainda que.

D) entretanto.

E) talvez.

10. (Escrevente TJ SP – Vunesp – 2013) Assinale a alternativa que substitui o trecho em destaque na frase – Assinarei o documento, **contanto que garantam sua autenticidade**. – sem que haja prejuízo de sentido.

(A) desde que garantam sua autenticidade.

(B) no entanto garantam sua autenticidade.

(C) embora garantam sua autenticidade.

(D) portanto garantam sua autenticidade.

(E) a menos que garantam sua autenticidade.

GABARITO

01. B 02. B 03. C 04. D 05. A

06. C 07. D 08. E 09. C 10. A

RESOLUÇÃO

1-) mais denso e menos trânsito = mais denso, consequentemente, menos trânsito, então: causa e consequência

2-) já que cumprem melhor as regras = estabelece entre as orações uma relação de causa com a consequência de "tem um efeito positivo".

3-) Ignoras quanto custou meu relógio? = oração subordinada substantiva objetiva direta

A oração não atende aos requisitos de tais orações, ou seja, não se inicia com verbo de ligação, tampouco pelos verbos "convir", "parecer", "importar", "constar" etc., e também não inicia com as conjunções integrantes "que" e "se".

4-) a expressão *contanto que* estabelece uma relação de condição (condicional)

5-) Apesar da desconcentração e do aumento da extensão urbana verificados no Brasil = conjunção concessiva

B) Uma vez que se verifica a desconcentração e o aumento da extensão urbana no Brasil, = causal

C) Assim como são verificados a desconcentração e o aumento da extensão urbana no Brasil = comparativa

D) Visto que com a desconcentração e o aumento da extensão urbana verificados no Brasil = causal

E) De maneira que, com a desconcentração e o aumento da extensão urbana verificados no Brasil = consecutivas

6-) para que possamos = conjunção final (finalidade)

7-) "Como as músicas eram de protesto = expressa ideia de causa da consequência "foi enquadrado" = causa e tem sentido equivalente a *visto que*.

8-) com tanto orgulho que chega a contaminar-me. – a construção estabelece uma relação de causa e consequência. (a causa da "contaminação" – consequência)

9-) Os Estados Unidos são considerados hoje um país bem mais fechado – embora em doze dias recebam o mesmo número de imigrantes que o Brasil em um ano." = conjunção concessiva: *ainda que*

10-) contanto que garantam sua autenticidade. = conjunção condicional = *desde que*

5.4 EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO.

Os **sinais de pontuação** são marcações gráficas que servem para compor a coesão e a coerência textual, além de ressaltar especificidades semânticas e pragmáticas. Vejamos as principais funções dos sinais de pontuação conhecidos pelo uso da língua portuguesa.

Ponto

1- Indica o término do discurso ou de parte dele.

- *Façamos o que for preciso para tirá-la da situação em que se encontra.*

- *Gostaria de comprar pão, queijo, manteiga e leite.*

- *Acordei. Olhei em volta. Não reconheci onde estava.*

2- Usa-se nas abreviações - V. Ex^a. - Sr.

Ponto e Vírgula (;)

1- Separa várias partes do discurso, que têm a mesma importância.

- *"Os pobres dão pelo pão o trabalho; os ricos dão pelo pão a fazenda; os de espíritos generosos dão pelo pão a vida; os de nenhum espírito dão pelo pão a alma..." (VIEIRA)*

2- Separa partes de frases que já estão separadas por vírgulas.

- *Alguns quiseram verão, praia e calor; outros, montanhas, frio e cobertor.*

3- Separa itens de uma enumeração, exposição de motivos, decreto de lei, etc.

- *Ir ao supermercado;*

- *Pegar as crianças na escola;*

- *Caminhada na praia;*

- *Reunião com amigos.*

Dois pontos

1- Antes de uma citação

- *Vejamos como Afrânio Coutinho trata este assunto:*

2- Antes de um aposto

- *Três coisas não me agradam: chuva pela manhã, frio à tarde e calor à noite.*

3- Antes de uma explicação ou esclarecimento

- *Lá estava a deplorável família: triste, cabisbaixa, vivendo a rotina de sempre.*

4- Em frases de estilo direto

Maria perguntou:

- *Por que você não toma uma decisão?*

Ponto de Exclamação

1- Usa-se para indicar entonação de surpresa, cólera, susto, súplica, etc.

- *Sim! Claro que eu quero me casar com você!*

2- Depois de interjeições ou vocativos

- *Ai! Que susto!*

- *João! Há quanto tempo!*

Ponto de Interrogação

Usa-se nas interrogações diretas e indiretas livres.

- *"Então? Que é isso? Desertaram ambos?" (Artur Azevedo)*

Reticências

1- Indica que palavras foram suprimidas.

- *Comprei lápis, canetas, cadernos...*

2- Indica interrupção violenta da frase.

- *"Não... quero dizer... é verdade... Ah!"*

3- Indica interrupções de hesitação ou dúvida

- *Este mal... pega doutor?*

4- Indica que o sentido vai além do que foi dito

- *Deixa, depois, o coração falar...*

Vírgula

Não se usa vírgula

*separando termos que, do ponto de vista sintático, ligam-se diretamente entre si:

- entre sujeito e predicado.

Todos os alunos da sala foram advertidos.
Sujeito predicado

- entre o verbo e seus objetos.

O trabalho custou sacrifício aos realizadores.
V.T.D.I. O.D. O.I.

Usa-se a vírgula:

- Para marcar intercalação:
 - a) do adjunto adverbial: *O café, em razão da sua abundância, vem caindo de preço.*
 - b) da conjunção: *Os cerrados são secos e áridos. Estão produzindo, todavia, altas quantidades de alimentos.*
 - c) das expressões explicativas ou corretivas: *As indústrias não querem abrir mão de suas vantagens, isto é, não querem abrir mão dos lucros altos.*
- Para marcar inversão:
 - a) do adjunto adverbial (colocado no início da oração): *Depois das sete horas, todo o comércio está de portas fechadas.*
 - b) dos objetos pleonásticos antepostos ao verbo: *Aos pesquisadores, não lhes destinaram verba alguma.*
 - c) do nome de lugar anteposto às datas: *Recife, 15 de maio de 1982.*
- Para separar entre si elementos coordenados (dispostos em enumeração):

Era um garoto de 15 anos, alto, magro.
A ventania levou árvores, e telhados, e pontes, e animais.
- Para marcar elipse (omissão) do verbo:

Nós queremos comer pizza; e vocês, churrasco.
- Para isolar:
 - o apostro: *São Paulo, considerada a metrópole brasileira, possui um trânsito caótico.*
 - o vocativo: *Ora, Thiago, não diga bobagem.*

Fontes: <http://www.infoescola.com/portugues/pontuacao/>
<http://www.brasile escola.com/gramatica/uso-da-virgula.htm>

Questões sobre Pontuação

01. (Agente Policial – Vunesp – 2013). Assinale a alternativa em que a pontuação está corretamente empregada, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, experimentasse, a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.
 - (B) Diante, da testemunha o homem abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação, de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.
 - (C) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.
 - (D) Diante da testemunha, o homem, abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.
 - (E) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando, encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

02. (CNJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2013 - ADAPTADA) *Jogadores de futebol de diversos times entraram em campo em prol do programa "Pai Presente", nos jogos do Campeonato Nacional em apoio à campanha que visa 4 reduzir o número de pessoas que não possuem o nome do pai em sua certidão de nascimento. (...)*

A oração subordinada "que não possuem o nome do pai em sua certidão de nascimento" não é antecedida por vírgula porque tem natureza restritiva.

() Certo () Errado

03. (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – BNDES/2012) Em que período a vírgula pode ser retirada, mantendo-se o sentido e a obediência à norma-padrão?

- (A) Quando o técnico chegou, a equipe começou o treino.
- (B) Antônio, quer saber as últimas novidades dos esportes?
- (C) As Olimpíadas de 2016 ocorrerão no Rio, que se prepara para o evento.
- (D) Atualmente, várias áreas contribuem para o aprimoramento do desportista.
- (E) Eis alguns esportes que a Ciência do Esporte ajuda: judô, natação e canoagem.

04. (BANPARÁ/PA – TÉCNICO BANCÁRIO – ESPP/2012) Assinale a alternativa em que a pontuação está correta.

- a) Meu grande amigo Pedro, esteve aqui ontem!
- b) Foi solicitado, pelo diretor o comprovante da transação.
- c) Maria, você trouxe os documentos?
- d) O garoto de óculos leu, em voz alta o poema.
- e) Na noite de ontem o vigia percebeu, uma movimentação estranha.

05. (Papiloscopista Policial – Vunesp – 2013 – adap.). Assinale a alternativa em que a frase mantém-se correta após o acréscimo das vírgulas.

- (A) Se a criança se perder, quem encontrá-la, verá na pulseira instruções para que envie, uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.
- (B) Um geolocalizador também, avisará, os pais de onde o código foi acionado.
- (C) Assim que o código é digitado, familiares cadastrados, recebem automaticamente, uma mensagem dizendo que a criança foi encontrada.
- (D) De fabricação chinesa, a nova pulseirinha, chega primeiro às, areias do Guarujá.
- (E) O sistema permite, ainda, cadastrar o nome e o telefone de quem a encontrou e informar um ponto de referência

06. (DNIT – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESAF/2013) Para que o fragmento abaixo seja coerente e gramaticalmente correto, é necessário inserir sinais de pontuação. Assinale a posição em que não deve ser usado o sinal de ponto, e sim a vírgula, para que sejam respeitadas as regras gramaticais. Desconsidere os ajustes nas letras iniciais minúsculas.

O projeto Escola de Bicicleta está distribuindo bicicletas de bambu para 4600 alunos da rede pública de São Paulo(A) o programa desenvolve ainda oficinas e cursos para as crianças utilizarem a bicicleta de forma segura e correta(B) os alunos ajudam a traçar ciclorrotas e participam de atividades sobre cidadania e reciclagem(C) as escolas participantes se tornam também centros de descarte de garrafas PET(D) destinadas depois para reciclagem(E) o programa possibilitará o retorno das bicicletas pela saúde das crianças e transformação das comunidades em lugares melhores para se viver.

(Adaptado de Vida Simples, abril de 2012, edição 117)

- a) A
- b) B
- c) C
- d) D
- e) E

07. (DETRAN - OFICIAL ESTADUAL DE TRÂNSITO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta quanto ao uso da pontuação.

(A) Segundo alguns psicólogos, é possível, em certas circunstâncias, ceder à frustração para que a raiva seja aliviada.

(B) Dirigir pode aumentar, nosso nível de estresse, porque você está junto; com os outros motoristas cujos comportamentos, são desconhecidos.

(C) Os motoristas, devem saber, que os carros podem ser uma extensão de nossa personalidade.

(D) A ira de trânsito pode ocasionar, acidentes e; aumentar os níveis de estresse em alguns motoristas.

(E) Os congestionamentos e o número de motoristas na rua, são as principais causas da ira de trânsito.

08. (ACADEMIA DE POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL - FUMARC/2013) *"Paciência, minha filha, este é apenas um ciclo econômico e a nossa geração foi escolhida para este vexame, você aí desse tamanho pedindo esmola e eu aqui sem nada para te dizer, agora afasta que abriu o sinal."*

No período acima, as vírgulas foram empregadas em *"Paciência, **minha filha**, este é [...]"*, para separar

- (A) aposto.
- (B) vocativo.
- (C) adjunto adverbial.
- (D) expressão explicativa.

09. (INFRAERO - CADASTRO RESERVA OPERACIONAL PROFISSIONAL DE TRÁFEGO AÉREO - FCC/2011) O período corretamente pontuado é:

(A) Os filmes que, mostram a luta pela sobrevivência em condições hostis nem sempre conseguem agradar, aos espectadores.

(B) Várias experiências de prisioneiros, semelhantes entre si, podem ser reunidas e fazer parte de uma mesma história ficcional.

(C) A história de heroísmo e de determinação que nem sempre, é convincente, se passa em um cenário marcado, pelo frio.

(D) Caminhar por um extenso território gelado, é correr riscos iminentes que comprometem, a sobrevivência.

(E) Para os fugitivos que se propunham, a alcançar a liberdade, nada poderia parecer, realmente intransponível.

GABARITO

01. C 02. C 03. D 04. C 05. E
06. D 07. A 08. B 09. B

RESOLUÇÃO

1- Assinalei com um (X) as pontuações inadequadas

(A) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, (X) experimentasse, (X) a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(B) Diante, (X) da testemunha o homem abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação, (X) de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(D) Diante da testemunha, o homem, (X) abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando, (X) encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(E) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, (X) experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando, (X) encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

2-) A oração restringe o grupo que participará da campanha (apenas os que não têm o nome do pai na certidão de nascimento). Se colocarmos uma vírgula, a oração tornar-se-á "explicativa", generalizando a informação, o que dará a entender que TODAS as pessoas não têm o nome do pai na certidão.

RESPOSTA: "CERTO".

3-)

(A) Quando o técnico chegou, a equipe começou o treino. = mantê-la (termo deslocado)

(B) Antônio, quer saber as últimas novidades dos esportes? = mantê-la (vocativo)

(C) As Olimpíadas de 2016 ocorrerão no Rio, que se prepara para o evento.

= mantê-la (explicação)

(D) Atualmente, várias áreas contribuem para o aprimoramento do desportista.

= pode retirá-la (advérbio de tempo)

(E) Eis alguns esportes que a Ciência do Esporte ajuda: judô, natação e canoagem.

= mantê-la (enumeração)

4-) Assinalei com (X) a pontuação inadequada ou faltante:

a) Meu grande amigo Pedro, (X) esteve aqui ontem!

b) Foi solicitado, (X) pelo diretor o comprovante da transação.

c) Maria, você trouxe os documentos?

d) O garoto de óculos leu, em voz alta (X) o poema.

e) Na noite de ontem (X) o vigia percebeu, (X) uma movimentação estranha.

5-) Assinalei com (X) onde estão as pontuações inadequadas

(A) Se a criança se perder, quem encontrá-la, (X) verá na pulseira instruções para que envie, (X) uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.

(B) Um geolocalizador também, (X) avisará, (X) os pais de onde o código foi acionado.

(C) Assim que o código é digitado, familiares cadastrados, (X) recebem, (X) automaticamente, uma mensagem dizendo que a criança foi encontrada.

(D) De fabricação chinesa, a nova pulseirinha, (X) chega primeiro às, (X) areias do Guarujá.

6-)

O projeto Escola de Bicicleta está distribuindo bicicletas de bambu para 4600 alunos da rede pública de São Paulo(A). O programa desenvolve ainda oficinas e cursos para as crianças utilizarem a bicicleta de forma segura e correta(B). Os alunos ajudam a traçar ciclorrotas e participam de atividades sobre cidadania e reciclagem(C). As escolas participantes se tornam também centros de descarte de garrafas PET(D), destinadas depois para reciclagem(E). O programa possibilitará o retorno das bicicletas pela saúde das crianças e transformação das comunidades em lugares melhores para se viver.

A vírgula deve ser colocada após a palavra "PET", posição (D), pois antecipa um termo explicativo.

7-) Fiz as indicações (X) das pontuações inadequadas:

(A) Segundo alguns psicólogos, é possível, em certas circunstâncias, ceder à frustração para que a raiva seja aliviada.

(B) Dirigir pode aumentar, (X) nosso nível de estresse, porque você está junto; (X) com os outros motoristas cujos comportamentos, (X) são desconhecidos.

(C) Os motoristas, (X) devem saber, (X) que os carros podem ser uma extensão de nossa personalidade.

(D) A ira de trânsito pode ocasionar, (X) acidentes e; (X) aumentar os níveis de estresse em alguns motoristas.

(E) Os congestionamentos e o número de motoristas na rua, (X) são as principais causas da ira de trânsito.

8-) Paciência, minha filha, este é... = é o termo usado para se dirigir ao interlocutor, ou seja, é um vocativo.

9-) Fiz as marcações (X) onde as pontuações estão inadequadas ou faltantes:

(A) Os filmes que,(X) mostram a luta pela sobrevivência em condições hostis nem sempre conseguem agradar, (X) aos espectadores.

(B) Várias experiências de prisioneiros, semelhantes entre si, podem ser reunidas e fazer parte de uma mesma história ficcional.

(C) A história de heroísmo e de determinação (X) que nem sempre, (X) é convincente, se passa em um cenário marcado, (X) pelo frio.

(D) Caminhar por um extenso território gelado, (X) é correr riscos iminentes (X) que comprometem, (X) a sobrevivência.

(E) Para os fugitivos que se propunham, (X) a alcançar a liberdade, nada poderia parecer, (X) realmente intransponível.

5.5 CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.

Ao falarmos sobre a **concordância verbal**, estamos nos referindo à relação de dependência estabelecida entre um termo e outro mediante um contexto oracional. Desta feita, os agentes principais desse processo são representados pelo sujeito, que no caso funciona como subordinante; e o verbo, o qual desempenha a função de subordinado.

Dessa forma, temos que a concordância verbal caracteriza-se pela adaptação do verbo, tendo em vista os quesitos "número e pessoa" em relação ao sujeito. Exemplificando, temos: *O aluno chegou atrasado*. Temos que o verbo apresenta-se na terceira pessoa do singular, pois faz referência a um sujeito, assim também expresso (ele). Como poderíamos também dizer: *os alunos chegaram atrasados*.

Casos referentes a sujeito simples

1) Em caso de sujeito simples, o verbo concorda com o núcleo em número e pessoa: *O aluno chegou atrasado*.

2) Nos casos referentes a sujeito representado por substantivo coletivo, o verbo permanece na terceira pessoa do singular: *A multidão, apavorada, saiu aos gritos*.

Observação:

- No caso de o coletivo aparecer seguido de adjunto adnominal no plural, o verbo permanecerá no singular ou poderá ir para o plural:

Uma multidão de pessoas saiu aos gritos.

Uma multidão de pessoas saíram aos gritos.

3) Quando o sujeito é representado por expressões partitivas, representadas por "*a maioria de, a maior parte de, a metade de, uma porção de*" entre outras, o verbo tanto pode concordar com o núcleo dessas expressões quanto com o substantivo que a segue: *A maioria dos alunos resolveu ficar. A maioria dos alunos resolveram ficar*.

4) No caso de o sujeito ser representado por expressões aproximativas, representadas por "*cerca de, perto de*", o verbo concorda com o substantivo determinado por elas: *Cerca de mil candidatos se inscreveram no concurso*.

5) Em casos em que o sujeito é representado pela expressão "*mais de um*", o verbo permanece no singular: *Mais de um candidato se inscreveu no concurso de piadas*.

Observação:

- No caso da referida expressão aparecer repetida ou associada a um verbo que exprime reciprocidade, o verbo, necessariamente, deverá permanecer no plural:

Mais de um aluno, mais de um professor contribuíram na campanha de doação de alimentos.

Mais de um formando se abraçaram durante as solenidades de formatura.

6) Quando o sujeito for composto da expressão "*um dos que*", o verbo permanecerá no plural: *Esse jogador foi um dos que atuaram na Copa América*.

7) Em casos relativos à concordância com locuções pronominais, representadas por *"algum de nós, qual de vós, quais de vós, alguns de nós"*, entre outras, faz-se necessário nos atermos a duas questões básicas:

- No caso de o primeiro pronome estar expresso no plural, o verbo poderá com ele concordar, como poderá também concordar com o pronome pessoal: *Alguns de nós o receberemos.* / *Alguns de nós o receberão.*

- Quando o primeiro pronome da locução estiver expresso no singular, o verbo permanecerá, também, no singular: *Algum de nós o receberá.*

8) No caso de o sujeito aparecer representado pelo pronome *"quem"*, o verbo permanecerá na terceira pessoa do singular ou poderá concordar com o antecedente desse pronome: *Fomos nós quem contou toda a verdade para ela.* / *Fomos nós quem contamos toda a verdade para ela.*

9) Em casos nos quais o sujeito aparece realçado pela palavra *"que"*, o verbo deverá concordar com o termo que antecede essa palavra: *Nesta empresa somos nós que tomamos as decisões.* / *Em casa sou eu que decido tudo.*

10) No caso de o sujeito aparecer representado por expressões que indicam porcentagens, o verbo concordará com o numeral ou com o substantivo a que se refere essa porcentagem: *50% dos funcionários aprovaram a decisão da diretoria.* / *50% do eleitorado apoiou a decisão.*

Observações:

- Caso o verbo apareça anteposto à expressão de porcentagem, esse deverá concordar com o numeral: *Aprovaram a decisão da diretoria 50% dos funcionários.*

- Em casos relativos a 1%, o verbo permanecerá no singular: *1% dos funcionários não aprovou a decisão da diretoria.*

- Em casos em que o numeral estiver acompanhado de determinantes no plural, o verbo permanecerá no plural: *Os 50% dos funcionários apoiaram a decisão da diretoria.*

11) Nos casos em que o sujeito estiver representado por pronomes de tratamento, o verbo deverá ser empregado na terceira pessoa do singular ou do plural: *Vossas Majestades gostaram das homenagens. Vossa Majestade agradeceu o convite.*

12) Casos relativos a sujeito representado por substantivo próprio no plural se encontram relacionados a alguns aspectos que os determinam:

- Diante de nomes de obras no plural, seguidos do verbo *ser*, este permanece no singular, contanto que o predicativo também esteja no singular: *Memórias póstumas de Brás Cubas é uma criação de Machado de Assis.*

- Nos casos de artigo expresso no plural, o verbo também permanece no plural: *Os Estados Unidos são uma potência mundial.*

- Casos em que o artigo figura no singular ou em que ele nem aparece, o verbo permanece no singular: *Estados Unidos é uma potência mundial.*

Casos referentes a sujeito composto

1) Nos casos relativos a sujeito composto de pessoas gramaticais diferentes, o verbo deverá ir para o plural, estando relacionado a dois pressupostos básicos:

- Quando houver a 1ª pessoa, esta prevalecerá sobre as demais: *Eu, tu e ele faremos um lindo passeio.*

- Quando houver a 2ª pessoa, o verbo poderá flexionar na 2ª ou na 3ª pessoa: *Tu e ele sois primos. Tu e ele são primos.*

2) Nos casos em que o sujeito composto aparecer anteposto ao verbo, este permanecerá no plural: *O pai e seus dois filhos compareceram ao evento.*

3) No caso em que o sujeito aparecer posposto ao verbo, este poderá concordar com o núcleo mais próximo ou permanecer no plural: *Compareceram ao evento o pai e seus dois filhos. Compareceu ao evento o pai e seus dois filhos.*

4) Nos casos relacionados a sujeito simples, porém com mais de um núcleo, o verbo deverá permanecer no singular: *Meu esposo e grande companheiro merece toda a felicidade do mundo.*

5) Casos relativos a sujeito composto de palavras sinônimas ou ordenado por elementos em gradação, o verbo poderá permanecer no singular ou ir para o plural: *Minha vitória, minha conquista, minha premiação são frutos de meu esforço.* / *Minha vitória, minha conquista, minha premiação é fruto de meu esforço.*

Concordância nominal é o ajuste que fazemos aos demais termos da oração para que concordem em gênero e número com o substantivo. Teremos que alterar, portanto, o artigo, o adjetivo, o numeral e o pronome. Além disso, temos também o verbo, que se flexionará à sua maneira.

Regra geral: O artigo, o adjetivo, o numeral e o pronome concordam em gênero e número com o substantivo.

- *A pequena criança é uma gracinha.*

- *O garoto que encontrei era muito gentil e simpático.*

Casos especiais: Veremos alguns casos que fogem à regra geral mostrada acima.

a) **Um adjetivo após vários substantivos**

- Substantivos de mesmo gênero: adjetivo vai para o plural ou concorda com o substantivo mais próximo.

- *Irmão e primo recém-chegado estiveram aqui.*

- *Irmão e primo recém-chegados estiveram aqui.*

- Substantivos de gêneros diferentes: vai para o plural masculino ou concorda com o substantivo mais próximo.

- *Ela tem pai e mãe louros.*

- *Ela tem pai e mãe loura.*

- Adjetivo funciona como predicativo: vai obrigatoriamente para o plural.

- *O homem e o menino estavam perdidos.*

- *O homem e sua esposa estiveram hospedados aqui.*

b) **Um adjetivo anteposto a vários substantivos**

- Adjetivo anteposto normalmente concorda com o mais próximo.

Comi delicioso almoço e sobremesa.

Provei deliciosa fruta e suco.

- Adjetivo anteposto funcionando como predicativo: concorda com o mais próximo ou vai para o plural.

Estavam feridos o pai e os filhos.

Estava ferido o pai e os filhos.

c) **Um substantivo e mais de um adjetivo**

- antecede todos os adjetivos com um artigo.

Falava fluentemente a língua inglesa e a espanhola.

- coloca o substantivo no plural.

Falava fluentemente as línguas inglesa e espanhola.

d) **Pronomes de tratamento**

- sempre concordam com a 3ª pessoa.

Vossa Santidade esteve no Brasil.

e) **Anexo, incluso, próprio, obrigado**

- Concordam com o substantivo a que se referem.

As cartas estão anexas.

A bebida está inclusa.

Precisamos de nomes próprios.

Obrigado, disse o rapaz.

f) **Um(a) e outro(a), num(a) e noutro(a)**

- Após essas expressões o substantivo fica sempre no singular e o adjetivo no plural.

Renato advogou um e outro caso fáceis.

Pusemos numa e noutra bandeja rasas o peixe.

g) **É bom, é necessário, é proibido**

- Essas expressões não variam se o sujeito não vier precedido de artigo ou outro determinante.

Canja é bom. / A canja é boa.

É necessário sua presença. / É necessária a sua presença.

É proibido entrada de pessoas não autorizadas. / A entrada é proibida.

h) **Muito, pouco, caro**

- Como adjetivos: seguem a regra geral.

Comi muitas frutas durante a viagem.

Pouco arroz é suficiente para mim.

Os sapatos estavam caros.

- Como advérbios: são invariáveis.

Comi muito durante a viagem.

Pouco lutei, por isso perdi a batalha.

Comprei caro os sapatos.

i) **Mesmo, bastante**

- Como advérbios: invariáveis

Preciso mesmo da sua ajuda.

Fiquei bastante contente com a proposta de emprego.

- Como pronomes: seguem a regra geral.

Seus argumentos foram bastantes para me convencer.

Os mesmos argumentos que eu usei, você copiou.

j) **Menos, alerta**

- Em todas as ocasiões são invariáveis.

Preciso de menos comida para perder peso.

Estamos alerta para com suas chamadas.

k) **Tal Qual**

- "Tal" concorda com o antecedente, "qual" concorda com o consequente.

As garotas são vaidosas tais qual a tia.

Os pais vieram fantasiados tais quais os filhos.

l) **Possível**

- Quando vem acompanhado de "mais", "menos", "melhor" ou "pior", acompanha o artigo que precede as expressões.

A mais possível das alternativas é a que você expôs.

Os melhores cargos possíveis estão neste setor da empresa.

As piores situações possíveis são encontradas nas favelas da cidade.

m) **Meio**

- Como advérbio: invariável.

Estou meio (um pouco) insegura.

- Como numeral: segue a regra geral.

Comi meia (metade) laranja pela manhã.

n) **Só**

- apenas, somente (advérbio): invariável.

Só consegui comprar uma passagem.

- sozinho (adjetivo): variável.

Estiveram sós durante horas.

Fonte: <http://www.brasilecola.com/gramatica/concordancia-verbal.htm>

Questões sobre Concordância Nominal e Verbal

01.(TRE/AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

(A) A sociedade deve reconhecer os princípios e valores que determinam as escolhas dos governantes, para conferir legitimidade a suas decisões.

(B) A confiança dos cidadãos em seus dirigentes devem ser embasados na percepção dos valores e princípios que regem a prática política.

(C) Eleições livres e diretas é garantia de um verdadeiro regime democrático, em que se respeita tanto as liberdades individuais quanto as coletivas.

(D) As instituições fundamentais de um regime democrático não pode estar subordinado às ordens indiscriminadas de um único poder central.

(E) O interesse de todos os cidadãos estão voltados para o momento eleitoral, que expõem as diferentes opiniões existentes na sociedade.

02. (Agente Técnico – FCC – 2013). As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas em:

A) Alguns dos aspectos mais desejáveis de uma boa leitura, que satisfaça aos leitores e seja veículo de aprimoramento intelectual, estão na capacidade de criação do autor, mediante palavras, sua matéria-prima.

B) Obras que se considera clássicas na literatura sempre delinea novos caminhos, pois é capaz de encantar o leitor ao ultrapassar os limites da época em que vivem seus autores, gênios no domínio das palavras, sua matéria-prima.

C) A palavra, matéria-prima de poetas e romancistas, lhe permitem criar todo um mundo de ficção, em que personagens se transformam em seres vivos a acompanhar os leitores, numa verdadeira interação com a realidade.

D) As possibilidades de comunicação entre autor e leitor somente se realiza plenamente caso haja afinidade de ideias entre ambos, o que permite, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual deste último e o prazer da leitura.

E) Consta, na literatura mundial, obras-primas que constitui leitura obrigatória e se tornam referências por seu conteúdo que ultrapassa os limites de tempo e de época.

03. (Escrevente TJ-SP – Vunesp/2012) Leia o texto para responder à questão.

_____ dúvidas sobre o crescimento verde. Primeiro, não está claro até onde pode realmente chegar uma política baseada em melhorar a eficiência sem preços adequados para o carbono, a água e (na maioria dos países pobres) a terra. É verdade que mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água em si _____ diferença, as companhias não podem suportar ter de pagar, de repente, digamos, 40 dólares por tonelada de carbono, sem qualquer preparação. Portanto, elas começam a usar preços-_____sombra. Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente os insumos básicos. E sem eles a maioria das políticas de crescimento verde sempre _____ a segunda opção.

(Carta Capital, 27.06.2012. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) Restam... faça... será
- (B) Resta... faz... será
- (C) Restam... faz... serão
- (D) Restam... façam... serão
- (E) Resta... fazem... será

04 (Escrevente TJ SP – Vunesp/2012) Assinale a alternativa em que o trecho

– Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente os insumos básicos.– está corretamente reescrito, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Ainda assim, temos certeza que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificar os insumos básicos.

(B) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de os insumos básicos ser quantificados.

(C) Ainda assim, temos certeza que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos sejam quantificado.

(D) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos seja quantificado.

(E) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificarem os insumos básicos.

05. (FUNDAÇÃO CASA/SP - AGENTE ADMINISTRATIVO - VUNESP/2011 - ADAPTADA) Observe as frases do texto:

I. Cerca de 75 por cento dos países obtêm nota negativa...

II. ... à Venezuela, de Chávez, que obtém a pior classificação do continente americano (2,0)...

Assim como ocorre com o verbo "obter" nas frases I e II, a concordância segue as mesmas regras, na ordem dos exemplos, em:

(A) Todas as pessoas têm boas perspectivas para o próximo ano. Será que alguém tem opinião diferente da maioria?

(B) Vem muita gente prestigiar as nossas festas juninas. Vêm pessoas de muito longe para brincar de quadrilha.

(C) Pouca gente quis voltar mais cedo para casa. Quase todos quiseram ficar até o nascer do sol na praia.

(D) Existem pessoas bem intencionadas por aqui, mas também existem umas que não merecem nossa atenção.

(E) Aqueles que não atrapalham muito ajudam.

06. (TRF - 5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Os folheteiros vivem em feiras, mercados, praças e locais de peregrinação.

O verbo da frase acima NÃO pode ser mantido no plural caso o segmento grifado seja substituído por:

- (A) Há folheteiros que
- (B) A maior parte dos folheteiros
- (C) O folheteiro e sua família
- (D) O grosso dos folheteiros
- (E) Cada um dos folheteiros

07. (TRF - 5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas em:

(A) Enquanto não se disporem a considerar o cordel sem preconceitos, as pessoas não serão capazes de fruir dessas criações poéticas tão originais.

(B) Ainda que nem sempre detenha o mesmo status atribuído à arte erudita, o cordel vem sendo estudado hoje nas melhores universidades do país.

(C) Rodolfo Coelho Cavalcante deve ter percebido que a situação dos cordelistas não mudaria a não ser que eles mesmos requizessem o respeito que faziam por merecer.

(D) Se não proveem do preconceito, a desvalorização e a pouca visibilidade dessa arte popular tão rica só pode ser resultado do puro e simples desconhecimento.

(E) Rodolfo Coelho Cavalcante entreveu que os problemas dos cordelistas estavam diretamente ligados à falta de representatividade.

RESOLUÇÃO

08. (TRF - 4ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) Observam-se corretamente as regras de concordância verbal e nominal em:

a) O desenraizamento, não só entre intelectuais como entre os mais diversos tipos de pessoas, das mais sofisticadas às mais humildes, são cada vez mais comuns nos dias de hoje.

b) A importância de intelectuais como Edward Said e Tony Judt, que não se furtaram ao debate sobre questões polêmicas de seu tempo, não estão apenas nos livros que escreveram.

c) Nada indica que o conflito no Oriente Médio entre árabes e judeus, responsável por tantas mortes e tanto sofrimento, estejam próximos de serem resolvidos ou pelo menos de terem alguma trégua.

d) Intelectuais que têm compromisso apenas com a verdade, ainda que conscientes de que esta é até certo ponto relativa, costumam encontrar muito mais detratores que admiradores.

e) No final do século XX já não se via muitos intelectuais e escritores como Edward Said, que não apenas era notícia pelos livros que publicavam como pelas posições que corajosamente assumiam.

09. (TRF - 2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) O verbo que, dadas as alterações entre parênteses propostas para o segmento grifado, deverá ser colocado no plural, está em:

(A) Não há dúvida de que o estilo de vida... (dúvidas)

(B) O que não se sabe... (ninguém nas regiões do planeta)

(C) O consumo mundial não dá sinal de trégua... (O consumo mundial de barris de petróleo)

(D) Um aumento elevado no preço do óleo reflete-se no custo da matéria-prima... (Constantes aumentos)

(E) o tema das mudanças climáticas pressiona os esforços mundiais... (a preocupação em torno das mudanças climáticas)

10. (CETESB/SP – ESCRITURÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que a concordância das formas verbais destacadas está de acordo com a norma-padrão da língua.

(A) Fazem dez anos que deixei de trabalhar em higienização subterrânea.

(B) Ainda existe muitas pessoas que discriminam os trabalhadores da área de limpeza.

(C) No trabalho em meio a tanta sujeira, havia altos riscos de se contrair alguma doença.

(D) Eu passava a manhã no subterrâneo: quando era sete da manhã, eu já estava fazendo meu serviço.

(E) As companhias de limpeza, apenas recentemente, começou a adotar medidas mais rigorosas para a proteção de seus funcionários.

GABARITO

01. A 02. A 03. A 04. E 05. A
06. E 07. B 08. D 09. D 10. C

1-) Fiz os acertos entre parênteses:

(A) A sociedade deve reconhecer os princípios e valores que determinam as escolhas dos governantes, para conferir legitimidade a suas decisões.

(B) A confiança dos cidadãos em seus dirigentes devem (deve) ser embasados (embasada) na percepção dos valores e princípios que regem a prática política.

(C) Eleições livres e diretas é (são) garantia de um verdadeiro regime democrático, em que se respeita (respeitam) tanto as liberdades individuais quanto as coletivas.

(D) As instituições fundamentais de um regime democrático não pode (podem) estar subordinado (subordinadas) às ordens indiscriminadas de um único poder central.

(E) O interesse de todos os cidadãos estão (está) voltados (voltado) para o momento eleitoral, que expõem (expõe) as diferentes opiniões existentes na sociedade.

2-)

A) Alguns dos aspectos mais desejáveis de uma boa leitura, que satisfaça aos leitores e seja veículo de aprimoramento intelectual, estão na capacidade de criação do autor, mediante palavras, sua matéria-prima. = correta

B) Obras que se consideram clássicas na literatura sempre delineiam novos caminhos, pois são capazes de encantar o leitor ao ultrapassarem os limites da época em que vivem seus autores, gênios no domínio das palavras, sua matéria-prima.

C) A palavra, matéria-prima de poetas e romancistas, lhes permite criar todo um mundo de ficção, em que personagens se transformam em seres vivos a acompanhar os leitores, numa verdadeira interação com a realidade.

D) As possibilidades de comunicação entre autor e leitor somente se realizam plenamente caso haja afinidade de ideias entre ambos, o que permite, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual deste último e o prazer da leitura.

E) Constam, na literatura mundial, obras-primas que constituem leitura obrigatória e se tornam referências por seu conteúdo que ultrapassa os limites de tempo e de época.

3-) _Restam__dúvidas

mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água em si _faça _diferença

a maioria das políticas de crescimento verde sempre ____ será ____ a segunda opção.

Em "a maioria de", a concordância pode ser dupla: tanto no plural quanto no singular. Nas alternativas não há "restam/ faça/serão", portanto a A é que apresenta as opções adequadas.

4-)

(A) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificar os insumos básicos.

(B) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de os insumos básicos serem quantificados.

(C) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos sejam quantificados.

(D) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos sejam quantificados.

(E) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificarem os insumos básicos. = correta

5-) Em I, obtêm está no plural; em II, no singular. Vamos aos itens:

(A) Todas as pessoas têm (plural) ... Será que alguém tem (singular)

(B) Vem (singular) muita gente... Vêm pessoas (plural)

(C) Pouca gente quis (singular)... Quase todos quiseram (plural)

(D) Existem (plural) pessoas ... mas também existem umas (plural)

(E) Aqueles que não atrapalham muito ajudam (ambas as formas estão no plural)

6-)

A - Há folheteiros que vivem (concorda com o objeto "folheteiros")

B - A maior parte dos folheteiros vivem/vive (opcional)

C - O folheteiro e sua família vivem (sujeito composto)

D - O grosso dos folheteiros vive/vivem (opcional)

E - Cada um dos folheteiros vive = somente no singular

7-) Coloquei entre parênteses a forma verbal correta:

(A) Enquanto não se disporem (dispuserem) a considerar o cordel sem preconceitos, as pessoas não serão capazes de fruir dessas criações poéticas tão originais.

(B) Ainda que nem sempre detenha o mesmo status atribuído à arte erudita, o cordel vem sendo estudado hoje nas melhores universidades do país.

(C) Rodolfo Coelho Cavalcante deve ter percebido que a situação dos cordelistas não mudaria a não ser que eles mesmos requizessem (requeresses) o respeito que faziam por merecer.

(D) Se não proveem (provêm) do preconceito, a desvalorização e a pouca visibilidade dessa arte popular tão rica só pode (podem) ser resultado do puro e simples desconhecimento.

(E) Rodolfo Coelho Cavalcante entrevistou (entreviu) que os problemas dos cordelistas estavam diretamente ligados à falta de representatividade.

8-) Fiz as correções entre parênteses:

a) O desenraizamento, não só entre intelectuais como entre os mais diversos tipos de pessoas, das mais sofisticadas às mais humildes, são (é) cada vez mais comuns (comum) nos dias de hoje.

b) A importância de intelectuais como Edward Said e Tony Judt, que não se furtaram ao debate sobre questões polêmicas de seu tempo, não estão (está) apenas nos livros que escreveram.

c) Nada indica que o conflito no Oriente Médio entre árabes e judeus, responsável por tantas mortes e tanto sofrimento, estejam (esteja) próximos (próximo) de serem (ser) resolvidos (resolvido) ou pelo menos de terem (ter) alguma trégua.

d) Intelectuais que têm compromisso apenas com a verdade, ainda que conscientes de que esta é até certo ponto relativa, costumam encontrar muito mais detratores que admiradores.

e) No final do século XX já não se via (viam) muitos intelectuais e escritores como Edward Said, que não apenas era (eram) notícia pelos livros que publicavam como pelas posições que corajosamente assumiam.

9-)

(A) Não há dúvida de que o estilo de vida... (dúvidas) = "há" permaneceria no singular

(B) O que não se sabe ... (ninguém nas regiões do planeta) = "sabe" permaneceria no singular

(C) O consumo mundial não dá sinal de trégua ... (O consumo mundial de barris de petróleo) = "dá" permaneceria no singular

(D) Um aumento elevado no preço do óleo reflete-se no custo da matéria-prima... Constantes aumentos) = "reflete" passaria para "refletem-se"

(E) o tema das mudanças climáticas pressiona os esforços mundiais... (a preocupação em torno das mudanças climáticas) = "pressiona" permaneceria no singular

10-) Fiz as correções:

(A) Fazem dez anos = faz (sentido de tempo = singular)

(B) Ainda existe muitas pessoas = existem

(C) No trabalho em meio a tanta sujeira, havia altos riscos

(D) Eu passava a manhã no subterrâneo: quando era sete da manhã = eram

(E) As companhias de limpeza, apenas recentemente, começou = começaram

5.6 REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.

Dá-se o nome de **regência** à relação de subordinação que ocorre entre um verbo (ou um nome) e seus complementos. Ocupa-se em estabelecer relações entre as palavras, criando frases não ambíguas, que expressem efetivamente o sentido desejado, que sejam corretas e claras.

Regência Verbal

Termo Regente: VERBO

A regência verbal estuda a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais).

O estudo da regência verbal permite-nos ampliar nossa capacidade expressiva, pois oferece oportunidade de conhecermos as diversas significações que um verbo pode assumir com a simples mudança ou retirada de uma preposição. Observe:

A mãe agrada o filho. -> agradar significa acariciar, contentar.

A mãe agrada ao filho. -> agradar significa "causar agrado ou prazer", satisfazer.

Logo, conclui-se que "agradar alguém" é diferente de "agradar a alguém".

Saiba que:

O conhecimento do uso adequado das preposições é um dos aspectos fundamentais do estudo da regência verbal (e também nominal). As preposições são capazes de modificar completamente o sentido do que se está sendo dito. Veja os exemplos:

Ceguei ao metrô.

Ceguei no metrô.

No primeiro caso, o metrô é o lugar a que vou; no segundo caso, é o meio de transporte por mim utilizado. A oração "Ceguei no metrô", popularmente usada a fim de indicar o lugar a que se vai, possui, no padrão culto da língua, sentido diferente. Aliás, é muito comum existirem divergências entre a regência coloquial, cotidiana de alguns verbos, e a regência culta.

Para estudar a regência verbal, agruparemos os verbos de acordo com sua transitividade. A transitividade, porém, não é um fato absoluto: um mesmo verbo pode atuar de diferentes formas em frases distintas.

Verbos Intransitivos

Os verbos intransitivos não possuem complemento. É importante, no entanto, destacar alguns detalhes relativos aos adjuntos adverbiais que costumam acompanhá-los.

- Chegar, Ir

Normalmente vêm acompanhados de adjuntos adverbiais de lugar. Na língua culta, as preposições usadas para indicar destino ou direção são: *a, para*.

Fui ao teatro.

Adjunto Adverbial de Lugar

Ricardo foi para a Espanha.

Adjunto Adverbial de Lugar

- Comparecer

O adjunto adverbial de lugar pode ser introduzido por *em* ou *a*.

Comparecemos ao estádio (ou no estádio) para ver o último jogo.

Verbos Transitivos Diretos

Os verbos transitivos diretos são complementados por objetos diretos. Isso significa que não exigem preposição para o estabelecimento da relação de regência. Ao empregar esses verbos, devemos lembrar que os pronomes oblíquos *o, a, os, as* atuam como objetos diretos. Esses pronomes podem assumir as formas *lo, los, la, las* (após formas verbais terminadas em -r, -s ou -z) ou *no, na, nos, nas* (após formas verbais terminadas em sons nasais), enquanto *lhe* e *lhes* são, quando complementos verbais, objetos indiretos.

São verbos transitivos diretos, dentre outros: *abandonar, abençoar, aborrecer, abraçar, acompanhar, acusar, admirar, adorar, alegrar, ameaçar, amolar, amparar, auxiliar, castigar, condenar, conhecer, conservar, convidar, defender, eleger, estimar, humilhar, namorar, ouvir, prejudicar, prezar, proteger, respeitar, socorrer, suportar, ver, visitar*.

Na língua culta, esses verbos funcionam exatamente como o verbo amar:

Amo aquele rapaz. / Amo-o.

Amo aquela moça. / Amo-a.

Amam aquele rapaz. / Amam-no.

Ele deve amar aquela mulher. / Ele deve amá-la.

Obs.: os pronomes *lhe, lhes* só acompanham esses verbos para indicar posse (caso em que atuam como adjuntos adnominais).

Quero beijar-lhe o rosto. (= beijar seu rosto)

Prejudicaram-lhe a carreira. (= prejudicaram sua carreira)

Conheço-lhe o mau humor! (= conheço seu mau humor)

Verbos Transitivos Indiretos

Os verbos transitivos indiretos são complementados por objetos indiretos. Isso significa que esses verbos exigem uma preposição para o estabelecimento da relação de regência. Os pronomes pessoais do caso oblíquo de terceira pessoa que podem atuar como objetos indiretos são o "*lhe*", o "*lhes*", para substituir pessoas. Não se utilizam os pronomes *o, os, a, as* como complementos de verbos transitivos indiretos. Com os objetos indiretos que não representam pessoas, usam-se pronomes oblíquos tônicos de terceira pessoa (*ele, ela*) em lugar dos pronomes átonos *lhe, lhes*.

Os verbos transitivos indiretos são os seguintes:

- Consistir - Tem complemento introduzido pela preposição "*em*": *A modernidade verdadeira consiste em direitos iguais para todos.*

- Obedecer e Desobedecer - Possuem seus complementos introduzidos pela preposição "*a*":

Devemos obedecer aos nossos princípios e ideais.

Eles desobedeceram às leis do trânsito.

- Responder - Tem complemento introduzido pela preposição "*a*". Esse verbo pede objeto indireto para indicar "*a quem*" ou "*ao que*" se responde.

Respondi ao meu patrão.

Respondemos às perguntas.

Respondeu-lhe à altura.

Obs.: o verbo responder, apesar de transitivo indireto quando exprime aquilo a que se responde, admite voz passiva analítica. Veja:

O questionário foi respondido corretamente.

Todas as perguntas foram respondidas satisfatoriamente.

- Simpatizar e Antipatizar - Possuem seus complementos introduzidos pela preposição "*com*".

Antipatizo com aquela apresentadora.

Simpatizo com os que condenam os políticos que governam para uma minoria privilegiada.

Verbos Transitivos Diretos e Indiretos

Os verbos transitivos diretos e indiretos são acompanhados de um objeto direto e um indireto. Merecem destaque, nesse grupo: **Agradecer, Perdoar e Pagar**. São verbos que apresentam objeto direto relacionado a coisas e objeto indireto relacionado a pessoas. Veja os exemplos:

Agradeço aos ouvintes a audiência.
Objeto Indireto Objeto Direto

Paguei o débito ao cobrador.
Objeto Direto Objeto Indireto

- O uso dos pronomes oblíquos átonos deve ser feito com particular cuidado. Observe:

Agradei o presente. / Agradei-o.
Agradeço a você. / Agradeço-lhe.
Perdoei a ofensa. / Perdoei-a.
Perdoei ao agressor. / Perdoei-lhe.
Paguei minhas contas. / Paguei-as.
Paguei aos meus credores. / Paguei-lhes.

Informar

- Apresenta objeto direto ao se referir a coisas e objeto indireto ao se referir a pessoas, ou vice-versa.

Informe os novos preços aos clientes.

Informe os clientes dos novos preços. (ou sobre os novos preços)

- Na utilização de pronomes como complementos, veja as construções:

Informei-os aos clientes. / Informei-lhes os novos preços.

Informe-os dos novos preços. / Informe-os deles. (ou sobre eles)

Obs.: a mesma regência do verbo *informar* é usada para os seguintes: *avisar, certificar, notificar, cientificar, prevenir*.

Comparar

Quando seguido de dois objetos, esse verbo admite as preposições "a" ou "com" para introduzir o complemento indireto.

Comparei seu comportamento ao (ou com o) de uma criança.

Pedir

Esse verbo pede objeto direto de coisa (geralmente na forma de oração subordinada substantiva) e indireto de pessoa.

Pedi-lhe favores.
Objeto Indireto Objeto Direto

Pedi-lhe que se mantivesse em silêncio.
Objeto Indireto Oração Subordinada Substantiva
Objetiva Direta

Saiba que:

- A construção "pedir para", muito comum na linguagem cotidiana, deve ter emprego muito limitado na língua culta. No entanto, é considerada correta quando a palavra *licença* estiver subentendida.

Peço (licença) para ir entregar-lhe os catálogos em casa.

Observe que, nesse caso, a preposição "para" introduz uma oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo (para ir entregar-lhe os catálogos em casa).

- A construção "dizer para", também muito usada popularmente, é igualmente considerada incorreta.

Preferir

Na língua culta, esse verbo deve apresentar objeto indireto introduzido pela preposição "a". Por Exemplo:

Prefiro qualquer coisa a abrir mão de meus ideais.

Prefiro trem a ônibus.

Obs.: na língua culta, o verbo "preferir" deve ser usado sem termos intensificadores, tais como: *muito, antes, mil vezes, um milhão de vezes, mais*. A ênfase já é dada pelo prefixo existente no próprio verbo (pre).

Mudança de Transitividade X Mudança de Significação

Há verbos que, de acordo com a mudança de transitividade, apresentam mudança de significado. O conhecimento das diferentes regências desses verbos é um recurso linguístico muito importante, pois além de permitir a correta interpretação de passagens escritas, oferece possibilidades expressivas a quem fala ou escreve. Dentre os principais, estão:

AGRADAR

- Agradar é transitivo direto no sentido de fazer carinhos, acariciar.

Sempre agrada o filho quando o revê. / Sempre o agrada quando o revê.

Cláudia não perde oportunidade de agradar o gato. / Cláudia não perde oportunidade de agradá-lo.

- Agradar é transitivo indireto no sentido de causar agrado a, satisfazer, ser agradável a. Rege complemento introduzido pela preposição "a".

O cantor não agradou aos presentes.

O cantor não lhes agradou.

ASPIRAR

- Aspirar é transitivo direto no sentido de sorver, inspirar (o ar), inalar: *Aspirava o suave aroma. (Aspirava-o)*

- Aspirar é transitivo indireto no sentido de desejar, ter como ambição: *Aspirávamos a melhores condições de vida. (Aspirávamos a elas)*

Obs.: como o objeto direto do verbo "aspirar" não é pessoa, mas coisa, não se usam as formas pronominais átonas "lhe" e "lhes" e sim as formas tônicas "a ele (s)", "a ela (s)". Veja o exemplo: *Aspiravam a uma existência melhor. (= Aspiravam a ela)*

ASSISTIR

- Assistir é transitivo direto no sentido de ajudar, prestar assistência a, auxiliar. Por exemplo:

As empresas de saúde negam-se a assistir os idosos.

As empresas de saúde negam-se a assisti-los.

- Assistir é transitivo indireto no sentido de ver, apresentar, estar presente, caber, pertencer. Exemplos:

Assistimos ao documentário.

Não assisti às últimas sessões.

Essa lei assiste ao inquilino.

Obs.: no sentido de morar, residir, o verbo "assistir" é intransitivo, sendo acompanhado de adjunto adverbial de lugar introduzido pela preposição "em": *Assistimos numa conturbada cidade.*

CHAMAR

- Chamar é transitivo direto no sentido de convocar, solicitar a atenção ou a presença de.

Por gentileza, vá chamar sua prima. / Por favor, vá chamá-la.

Chamei você várias vezes. / Chamei-o várias vezes.

- Chamar no sentido de denominar, apelidar pode apresentar objeto direto e indireto, ao qual se refere predicativo preposicionado ou não.

A torcida chamou o jogador mercenário.

A torcida chamou ao jogador mercenário.

A torcida chamou o jogador de mercenário.

A torcida chamou ao jogador de mercenário.

CUSTAR

- Custar é intransitivo no sentido de ter determinado valor ou preço, sendo acompanhado de adjunto adverbial: *Frutas e verduras não deveriam custar muito.*

- No sentido de ser difícil, penoso, pode ser intransitivo ou transitivo indireto.

Muito custa viver tão longe da família.

Verbo Oração Subordinada Substantiva Subjetiva

Intransitivo Reduzida de Infinitivo

Custa-me (a mim) crer que tomou realmente aquela atitude.

Objeto Oração Subordinada Substantiva Subjetiva

Indireto Reduzida de Infinitivo

Obs.: a Gramática Normativa condena as construções que atribuem ao verbo "custar" um sujeito representado por pessoa. Observe:

Custei para entender o problema.

Forma correta: *Custou-me entender o problema.*

IMPLICAR

- Como transitivo direto, esse verbo tem dois sentidos:

a) dar a entender, fazer supor, pressupor: *Suas atitudes implicavam um firme propósito.*

b) Ter como consequência, trazer como consequência, acarretar, provocar: *Liberdade de escolha implica amadurecimento político de um povo.*

- Como transitivo direto e indireto, significa comprometer, envolver: *Implicaram aquele jornalista em questões econômicas.*

Obs.: no sentido de antipatizar, ter implicância, é transitivo indireto e rege com preposição "com": *Implicava com quem não trabalhasse arduamente.*

PROCEDER

- Proceder é intransitivo no sentido de ser decisivo, ter cabimento, ter fundamento ou portar-se, comportar-se, agir. Nessa segunda acepção, vem sempre acompanhado de adjunto adverbial de modo.

As afirmações da testemunha procediam, não havia como refutá-las.

Você procede muito mal.

- Nos sentidos de ter origem, derivar-se (rege a preposição "de") e fazer, executar (rege complemento introduzido pela preposição "a") é transitivo indireto.

O avião procede de Maceió.

Procedeu-se aos exames.

O delegado procederá ao inquérito.

QUERER

- Querer é transitivo direto no sentido de desejar, ter vontade de, cobiçar.

Querem melhor atendimento.

Queremos um país melhor.

- Querer é transitivo indireto no sentido de ter afeição, estimar, amar.

Quero muito aos meus amigos.

Ele quer bem à linda menina.

Despede-se o filho que muito lhe quer.

VISAR

- Como transitivo direto, apresenta os sentidos de mirar, fazer pontaria e de pôr visto, rubricar.

O homem visou o alvo.

O gerente não quis visar o cheque.

- No sentido de ter em vista, ter como meta, ter como objetivo, é transitivo indireto e rege a preposição "a".

O ensino deve sempre visar ao progresso social.

Prometeram tomar medidas que visassem ao bem-estar público.

ESQUECER – LEMBRAR

- Lembrar algo – esquecer algo

- Lembrar-se de algo – esquecer-se de algo (pronominal)

No 1º caso, os verbos são transitivos diretos, ou seja, exigem complemento sem preposição: *Ele esqueceu o livro.*

No 2º caso, os verbos são pronominais (-se, -me, etc) e exigem complemento com a preposição "de". São, portanto, transitivos indiretos:

- Ele se esqueceu do caderno.

- Eu me esqueci da chave.

- Eles se esqueceram da prova.

- Nós nos lembramos de tudo o que aconteceu.

Há uma construção em que a coisa esquecida ou lembrada passa a funcionar como sujeito e o verbo sofre leve alteração de sentido. É uma construção muito rara na língua contemporânea, porém, é fácil encontrá-la em textos clássicos tanto brasileiros como portugueses. Machado de Assis, por exemplo, fez uso dessa construção várias vezes.

- *Esqueceu-me a tragédia.* (cair no esquecimento)
- *Lembrou-me a festa.* (vir à lembrança)

O verbo lembrar também pode ser transitivo direto e indireto (lembrar alguma coisa a alguém ou alguém de alguma coisa).

SIMPATIZAR

Transitivo indireto e exige a preposição "com": *Não simpatizei com os jurados.*

NAMORAR

É transitivo direto, ou seja, não admite preposição: *Maria namora João.*

Obs: Não é correto dizer: "*Maria namora com João*".

OBEDECER

É transitivo indireto, ou seja, exige complemento com a preposição "a" (obedecer a): *Devemos obedecer aos pais.*

Obs: embora seja transitivo indireto, esse verbo pode ser usado na voz passiva: *A fila não foi obedecida.*

VER

É transitivo direto, ou seja, não exige preposição: *Ele viu o filme.*

Regência Nominal

É o nome da relação existente entre um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio) e os termos regidos por esse nome. Essa relação é sempre intermediada por uma preposição. No estudo da regência nominal, é preciso levar em conta que vários nomes apresentam exatamente o mesmo regime dos verbos de que derivam. Conhecer o regime de um verbo significa, nesses casos, conhecer o regime dos nomes cognatos. Observe o exemplo: Verbo obedecer e os nomes correspondentes: todos regem complementos introduzidos pela preposição **a**. Veja:

Obedecer a algo/ a alguém.

Obediente a algo/ a alguém.

Apresentamos a seguir vários nomes acompanhados da preposição ou preposições que os regem. Observe-os atentamente e procure, sempre que possível, associar esses nomes entre si ou a algum verbo cuja regência você conhece.

Substantivos

Admiração a, por
Aversão a, para, por
Atentado a, contra
Bacharel em
Capacidade de, para

Devoção a, para, com, por
Doutor em
Dúvida acerca de, em, sobre
Horror a
Impaciência com

Medo a, de
Obediência a
Ojeriza a, por
Proeminência sobre
Respeito a, com, para com, por

Adjetivos

Acessível a
Acostumado a, com
Afável com, para com
Agradável a
Alheio a, de
Análogo a
Ansioso de, para, por
Apto a, para
Ávido de
Benéfico a
Capaz de, para
Compatível com
Contemporâneo a, de
Contíguo a
Contrário a
Curioso de, por
Descontente com
Desejoso de

Diferente de
Entendido em
Equivalente a
Escasso de
Essencial a, para
Fácil de
Fanático por
Favorável a
Generoso com
Grato a, por
Hábil em
Habitado a
Idêntico a
Impróprio para
Indeciso em
Insensível a
Liberal com
Natural de

Necessário a
Nocivo a
Paralelo a
Parco em, de
Passível de
Preferível a
Prejudicial a
Prestes a
Propício a
Próximo a
Relacionado com
Relativo a
Satisfeito com, de, em, por
Semelhante a
Sensível a
Sito em
Suspeito de
Vazio de

Advérbios*Longe de**Perto de*

Obs.: os advérbios terminados em -mente tendem a seguir o regime dos adjetivos de que são formados: paralela a; paralelamente a; relativa a; relativamente a.

Fonte: <http://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint61.php>

Questões sobre Regência Nominal e Verbal

01. (Administrador – FCC – 2013-adap.).
... a que ponto a astronomia **facilitou** a obra das outras ciências ...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- A) ...astros que ficam tão distantes ...
- B) ...que a astronomia é uma das ciências ...
- C) ...que nos proporcionou um espírito ...
- D) ...cuja importância ninguém ignora ...
- E) ...onde seu corpo não passa de um ponto obscuro ...

02. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013-adap.).

... **pediu** ao delegado do bairro que desse um jeito nos filhos do sueco.

O verbo que exige, no contexto, o mesmo tipo de complementos que o grifado acima está empregado em:

- A) ...que existe uma coisa chamada exército...
- B) ...como se isso aqui fosse casa da sogra?
- C) ...compareceu em companhia da mulher à delegacia...
- D) Eu ensino o senhor a cumprir a lei, ali no duro...
- E) O delegado apenas olhou-a espantado com o atrevimento.

03. (Agente de Defensoria Pública – FCC – 2013-adap.).
... **constava** simplesmente de uma vareta quebrada em partes desiguais...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- A) Em campos extensos, chegavam em alguns casos a extremos de sutileza.
- B) ...eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos.
- C) Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem...
- D) Koch-Grünberg viu uma dessas marcas de caminho na serra de Tunuí...
- E) ...em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador...

04. (Agente Técnico – FCC – 2013-adap.).

... para **lidar** com as múltiplas vertentes da justiça...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o da frase acima se encontra em:

- A) A palavra direito, em português, vem de directum, do verbo latino dirigere...
- B) ...o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades...

C) ...o de que o Direito [...] esteja permeado e regulado pela justiça.

D) Essa problematização não afasta a força das aspirações da justiça...

E) Na dinâmica dessa tensão tem papel relevante o sentimento de justiça.

05. (Escrevente TJ SP – Vunesp 2012) Assinale a alternativa em que o período, adaptado da revista Pesquisa Fapesp de junho de 2012, está correto quanto à regência nominal e à pontuação.

(A) Não há dúvida que as mulheres ampliam, rapidamente, seu espaço na carreira científica ainda que o avanço seja mais notável em alguns países, o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(B) Não há dúvida de que, as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica; ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países, o Brasil é um exemplo!, do que em outros.

(C) Não há dúvida de que as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço, na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países: o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(D) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável em alguns países – o Brasil é um exemplo – do que em outros.

(E) Não há dúvida que as mulheres ampliam rapidamente, seu espaço na carreira científica, ainda que, o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

06. (Papiloscopista Policial – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa correta quanto à regência dos termos em destaque.

(A) Ele tentava convencer duas senhoras a assumir a **responsabilidade** pelo problema.

(B) A menina tinha o **receio** a levar uma bronca por ter se perdido.

(C) A garota tinha apenas a **lembrança** pelo desenho de um índio na porta do prédio.

(D) A menina não tinha **orgulho** sob o fato de ter se perdido de sua família.

(E) A família toda se organizou para realizar a **procura** à garotinha.

07. (Analista de Sistemas – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com as regras de regência.

Os estudos _____ quais a pesquisadora se reportou já assinalavam uma relação entre os distúrbios da imagem corporal e a exposição a imagens idealizadas pela mídia.

A pesquisa faz um alerta _____ influência negativa que a mídia pode exercer sobre os jovens.

- A) dos ... na
- B) nos ... entre a
- C) aos ... para a
- D) sobre os ... pela
- E) pelos ... sob a

08. (Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – VUNESP – 2013). Considerando a norma-padrão da língua, assinale a alternativa em que os trechos destacados estão corretos quanto à regência, verbal ou nominal.

- A) O prédio que o taxista mostrou **dispunha de** mais de dez mil tomadas.
- B) O autor fez **conjecturas sob** a possibilidade de haver um homem que estaria ouvindo as notas de um oboé.
- C) Centenas de trabalhadores estão **empenhados de** criar logotipos e negociar.
- D) O taxista levou o autor a **indagar no** número de tomadas do edifício.
- E) A corrida com o taxista possibilitou que o autor **reparasse a** um prédio na marginal.

09. (Assistente de Informática II – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que substitui a expressão destacada na frase, conforme as regras de regência da norma-padrão da língua e sem alteração de sentido.

Muitas organizações lutaram **a favor da** igualdade de direitos dos trabalhadores domésticos.

- A) da
- B) na
- C) pela
- D) sob a
- E) sobre a

GABARITO

01. D 02. D 03. A 04. A 05. D
06. A 07. C 08. A 09. C

RESOLUÇÃO

1-) ... a que ponto a astronomia facilitou a obra das outras ciências ...

Facilitar – verbo transitivo direto

- A) ...astros que **ficam** tão distantes ... = verbo de ligação
- B) ...que a astronomia é uma das ciências ... = verbo de ligação
- C) ...que nos **proporcionou** um espírito ... = verbo transitivo direto e indireto
- E) ...onde seu corpo não **passa** de um ponto obscuro = verbo transitivo indireto

2-) ... pediu ao delegado do bairro que desse um jeito nos filhos do sueco.

Pedir = verbo transitivo direto e indireto

- A) ...que **existe** uma coisa chamada EXÉRCITO... = transitivo direto
- B) ...como se isso aqui **fosse** casa da sogra? = verbo de ligação
- C) ...**compareceu** em companhia da mulher à delegacia... = verbo intransitivo
- E) O delegado apenas **olhou-a** espantado com o atrevimento. = transitivo direto

3-) ... constava simplesmente de uma vareta quebrada em partes desiguais...

Constar = verbo intransitivo

- B) ...eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos. = ligação

C) Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem... = transitivo direto

D) Koch-Grünberg viu uma dessas marcas de caminho na serra de Tunuí... = transitivo direto

E) ...em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador...=transitivo direto

4-) ... para lidar com as múltiplas vertentes da justiça...

Lidar = transitivo indireto

B) ...o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades... =transitivo direto

C) ...o de que o Direito [...] esteja permeado e regulado pela justiça. =ligação

D) Essa problemática não afasta a força das aspirações da justiça... =transitivo direto e indireto

E) Na dinâmica dessa tensão tem papel relevante o sentimento de justiça. =transitivo direto

5-) A correção do item deve respeitar as regras de pontuação também. Assinalei apenas os desvios quanto à regência (pontuação encontra-se em tópico específico)

- (A) Não há dúvida de que as mulheres ampliam,
- (B) Não há dúvida de que (erros quanto à pontuação)
- (C) Não há dúvida de que as mulheres, (erros quanto à pontuação)
- (E) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente, seu espaço na carreira científica, ainda que, o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

6-)

(B) A menina tinha o receio de levar uma bronca por ter se perdido.

(C) A garota tinha apenas a lembrança do desenho de um índio na porta do prédio.

(D) A menina não tinha orgulho do fato de ter se perdido de sua família.

(E) A família toda se organizou para realizar a procura pela garotinha.

7-) Os estudos aos quais a pesquisadora se reportou já assinalavam uma relação entre os distúrbios da imagem corporal e a exposição a imagens idealizadas pela mídia.

A pesquisa faz um alerta para a influência negativa que a mídia pode exercer sobre os jovens.

8-)

B) O autor fez conjecturas sobre a possibilidade de haver um homem que estaria ouvindo as notas de um oboé.

C) Centenas de trabalhadores estão empenhados em criar logotipos e negociar.

D) O taxista levou o autor a indagar sobre o número de tomadas do edifício.

E) A corrida com o taxista possibilitou que o autor reparasse em um prédio na marginal.

9-) Muitas organizações lutaram pela igualdade de direitos dos trabalhadores domésticos.

5.7 EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE.

A palavra **crase** é de origem grega e significa “fusão”, “mistura”. Na língua portuguesa, é o nome que se dá à “junção” de duas vogais idênticas. É de grande importância a crase da preposição “a” com o artigo feminino “a” (s), com o “a” inicial dos pronomes aquele(s), aquela (s), aquilo e com o “a” do relativo a qual (as quais). Na escrita, utilizamos o acento grave (`) para indicar a crase. O uso apropriado do acento grave depende da compreensão da fusão das duas vogais. É fundamental também, para o entendimento da crase, dominar a regência dos verbos e nomes que exigem a preposição “a”. Aprender a usar a crase, portanto, consiste em aprender a verificar a ocorrência simultânea de uma preposição e um artigo ou pronome. Observe:

Vou a + a igreja.
 Vou à igreja.

No exemplo acima, temos a ocorrência da preposição “a”, exigida pelo verbo ir (ir a algum lugar) e a ocorrência do artigo “a” que está determinando o substantivo feminino igreja. Quando ocorre esse encontro das duas vogais e elas se unem, a união delas é indicada pelo acento grave. Observe os outros exemplos:

Conheço a aluna.
 Refiro-me à aluna.

No primeiro exemplo, o verbo é transitivo direto (conhecer algo ou alguém), logo não exige preposição e a crase não pode ocorrer. No segundo exemplo, o verbo é transitivo indireto (referir--se a algo ou a alguém) e exige a preposição “a”. Portanto, a crase é possível, desde que o termo seguinte seja feminino e admita o artigo feminino “a” ou um dos pronomes já especificados.

Casos em que a crase NÃO ocorre:

- diante de substantivos masculinos:

Andamos a cavalo.
 Fomos a pé.
 Passou a camisa a ferro.
 Fazer o exercício a lápis.
 Compramos os móveis a prazo.

- diante de verbos no infinitivo:

A criança começou a falar.
 Ela não tem nada a dizer.

Obs.: como os verbos não admitem artigos, o “a” dos exemplos acima é apenas preposição, logo não ocorrerá crase.

- diante da maioria dos pronomes e das expressões de tratamento, com exceção das formas senhora, senhorita e dona:

Diga a ela que não estarei em casa amanhã.
 Entreguei a todos os documentos necessários.
 Ele fez referência a Vossa Excelência no discurso de ontem.
 Peço a Vossa Senhoria que aguarde alguns minutos.

Os poucos casos em que ocorre crase diante dos pronomes podem ser identificados pelo método: troque a palavra feminina por uma masculina, caso na nova construção surgir a forma ao, ocorrerá crase. Por exemplo:

Refiro-me à mesma pessoa. (Refiro-me ao mesmo indivíduo.)
 Informe-me o ocorrido à senhora. (Informe-me o ocorrido ao senhor.)
 Peça à própria Cláudia para sair mais cedo. (Peça ao próprio Cláudio para sair mais cedo.)

- diante de numerais cardinais:

Chegou a duzentos o número de feridos.
 Daqui a uma semana começa o campeonato.

Casos em que a crase SEMPRE ocorre:

- diante de palavras femininas:

*Amanhã iremos à festa de aniversário de minha colega.
Sempre vamos à praia no verão.
Ela disse à irmã o que havia escutado pelos corredores.
Sou grata à população.
Fumar é prejudicial à saúde.
Este aparelho é posterior à invenção do telefone.*

- diante da palavra "moda", com o sentido de "à moda de" (mesmo que a expressão moda de fique subentendida):

*O jogador fez um gol à (moda de) Pelé.
Usava sapatos à (moda de) Luís XV.
Estava com vontade de comer frango à (moda de) passarinho.
O menino resolveu vestir-se à (moda de) Fidel Castro.*

- na indicação de horas:

*Acordei às sete horas da manhã.
Elas chegaram às dez horas.
Foram dormir à meia-noite.*

- em locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas de que participam palavras femininas. Por exemplo:

à tarde	às ocultas	às pressas	à medida que
à noite	às claras	às escondidas	à força
à vontade	à beça	à larga	à escuta
às avessas	à revelia	à exceção de	à imitação de
à esquerda	às turras	às vezes	à chave
à direita	à procura	à deriva	à toa
à luz	à sombra de	à frente de	à proporção que
à semelhança de	às ordens	à beira de	

Crase diante de Nomes de Lugar

Alguns nomes de lugar não admitem a anteposição do artigo "a". Outros, entretanto, admitem o artigo, de modo que diante deles haverá crase, desde que o termo regente exija a preposição "a". Para saber se um nome de lugar admite ou não a anteposição do artigo feminino "a", deve-se substituir o termo regente por um verbo que peça a preposição "de" ou "em". A ocorrência da contração "da" ou "na" prova que esse nome de lugar aceita o artigo e, por isso, haverá crase. Por exemplo:

Vou à França. (Vim da [de+a] França. Estou na [em+a] França.)
Cheguei à Grécia. (Vim da Grécia. Estou na Grécia.)
Retornarei à Itália. (Vim da Itália. Estou na Itália)
Vou a Porto Alegre. (Vim de Porto Alegre. Estou em Porto Alegre.)

*- **Dica da Zê!**: use a regrinha "Vou A volto DA, crase HÁ; vou A volto DE, crase PRA QUÊ?"

Ex: *Vou a Campinas.* = *Volto de Campinas.*

Vou à praia. = *Volto da praia.*

- **ATENÇÃO:** quando o nome de lugar estiver especificado, ocorrerá crase. Veja:

Retornarei à São Paulo dos bandeirantes. = mesmo que, pela regrinha acima, seja a do "VOLTO DE"
Irei à Salvador de Jorge Amado.

Crase diante dos Pronomes Demonstrativos Aquele (s), Aquela (s), Aquilo

Haverá crase diante desses pronomes sempre que o termo regente exigir a preposição "a". Por exemplo:

Refiro-me a + aquele atentado.
Preposição Pronome
Refiro-me àquele atentado.

O termo regente do exemplo acima é o verbo transitivo indireto referir (referir-se a algo ou alguém) e exige preposição, portanto, ocorre a crase. Observe este outro exemplo:

Aluguei aquela casa.

O verbo "alugar" é transitivo direto (alugar algo) e não exige preposição. Logo, a crase não ocorre nesse caso. Veja outros exemplos:

Dediquei àquela senhora todo o meu trabalho.

Quero agradecer àqueles que me socorreram.

Refiro-me àquilo que aconteceu com seu pai.

Não obedecerei àquele sujeito.

Assisti àquele filme três vezes.

Espero aquele rapaz.

Fiz aquilo que você disse.

Comprei aquela caneta.

Crase com os Pronomes Relativos A Qual, As Quais

A ocorrência da crase com os pronomes relativos *a qual* e *as quais* depende do verbo. Se o verbo que rege esses pronomes exigir a preposição "a", haverá crase. É possível detectar a ocorrência da crase nesses casos utilizando a substituição do termo regido feminino por um termo regido masculino. Por exemplo:

A igreja à qual me refiro fica no centro da cidade.

O monumento ao qual me refiro fica no centro da cidade.

Caso surja a forma ao com a troca do termo, ocorrerá a crase. Veja outros exemplos:

São normas às quais todos os alunos devem obedecer.

Esta foi a conclusão à qual ele chegou.

Várias alunas às quais ele fez perguntas não souberam responder nenhuma das questões.

A sessão à qual assisti estava vazia.

Crase com o Pronome Demonstrativo "a"

A ocorrência da crase com o pronome demonstrativo "a" também pode ser detectada através da substituição do termo regente feminino por um termo regido masculino. Veja:

Minha revolta é ligada à do meu país.

Meu luto é ligado ao do meu país.

As orações são semelhantes às de antes.

Os exemplos são semelhantes aos de antes.

Suas perguntas são superiores às dele.

Seus argumentos são superiores aos dele.

Sua blusa é idêntica à de minha colega.

Seu casaco é idêntico ao de minha colega.

A Palavra Distância

Se a palavra distância estiver especificada, determinada, a crase deve ocorrer. Por exemplo: *Sua casa fica à distância de 100km daqui.* (A palavra está determinada)

Todos devem ficar à distância de 50 metros do palco. (A palavra está especificada.)

Se a palavra distância não estiver especificada, a crase não pode ocorrer. Por exemplo:

Os militares ficaram a distância.

Gostava de fotografar a distância.

Ensinou a distância.

Dizem que aquele médico cura a distância.

Reconheci o menino a distância.

Observação: por motivo de clareza, para evitar ambiguidade, pode-se usar a crase. Veja:

Gostava de fotografar à distância.

Ensinou à distância.

Dizem que aquele médico cura à distância.

Casos em que a ocorrência da crase é FACULTATIVA

- diante de nomes próprios femininos:

Observação: é facultativo o uso da crase diante de nomes próprios femininos porque é facultativo o uso do artigo. Observe:

Paula é muito bonita. Laura é minha amiga.

A Paula é muito bonita. A Laura é minha amiga.

Como podemos constatar, é facultativo o uso do artigo feminino diante de nomes próprios femininos, então podemos escrever as frases abaixo das seguintes formas:

Entreguei o cartão a Paula. Entreguei o cartão a Roberto.

Entreguei o cartão à Paula. Entreguei o cartão ao Roberto.

- diante de pronome possessivo feminino:

Observação: é facultativo o uso da crase diante de pronomes possessivos femininos porque é facultativo o uso do artigo. Observe:

Minha avó tem setenta anos. Minha irmã está esperando por você.

A minha avó tem setenta anos. A minha irmã está esperando por você.

Sendo facultativo o uso do artigo feminino diante de pronomes possessivos femininos, então podemos escrever as frases abaixo das seguintes formas:

Cedi o lugar a minha avó. Cedi o lugar a meu avô.

Cedi o lugar à minha avó. Cedi o lugar ao meu avô.

- depois da preposição até:

Fui até a praia. ou Fui até à praia.

Acompanhe-o até a porta. ou Acompanhe-o até à porta.

A palestra vai até as cinco horas da tarde. ou A palestra vai até às cinco horas da tarde.

Questões sobre Crase

01. (Escrevente TJ SP – Vunesp/2012) *No Brasil, as discussões sobre drogas parecem limitar-se _____ aspectos jurídicos ou policiais. É como se suas únicas consequências estivessem em legalismos, tecnicidades e estatísticas criminais. Raro ler _____ respeito envolvendo questões de saúde pública como programas de esclarecimento e prevenção, de tratamento para dependentes e de reintegração desses _____ vida. Quantos de nós sabemos o nome de um médico ou clínica _____ quem tentar encaminhar um drogado da nossa própria família?*

(Ruy Castro, Da nossa própria família. Folha de S.Paulo, 17.09.2012. Adaptado)

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) aos ... à ... a ... a
- (B) aos ... a ... à ... a
- (C) a ... a ... à ... à
- (D) à ... à ... à ... à
- (E) a ... a ... a ... a

02. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013). Leia o texto a seguir.

Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu _____ cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que _____ cartomante restituiu--lhe _____ confiança, e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez.

(Machado de Assis. A cartomante. In: Várias histórias. Rio de Janeiro: Globo, 1997, p. 6)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- A) à – a – a
- B) a – a – à
- C) à – a – à
- D) à – à – a
- E) a – à – à

03 (POLÍCIA CIVIL/SP – AGENTE POLICIAL - VUNESP/2013) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

- (A) A população, de um modo geral, está à espera de que, com o novo texto, a lei seca possa coibir os acidentes.
- (B) A nova lei chega para obrigar os motoristas à repensarem a sua postura.
- (C) A partir de agora os motoristas estarão sujeitos à punições muito mais severas.
- (D) À ninguém é dado o direito de colocar em risco a vida dos demais motoristas e de pedestres.
- (E) Cabe à todos na sociedade zelar pelo cumprimento da nova lei para que ela possa funcionar.

04. (Agente Técnico – FCC – 2013-adap.) *Claro que não me estou referindo a essa vulgar comunicação festiva e efervescente.*

O vocábulo a deverá receber o sinal indicativo de crase se o segmento grifado for substituído por:

- A) leitura apressada e sem profundidade.
- B) cada um de nós neste formigueiro.
- C) exemplo de obras publicadas recentemente.
- D) uma comunicação festiva e virtual.
- E) respeito de autores reconhecidos pelo público.

05. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013).

O Instituto Nacional de Administração Prisional (INAP) também desenvolve atividades lúdicas de apoio _____ ressocialização do indivíduo preso, com o objetivo de prepará-lo para o retorno _____ sociedade. Dessa forma, quando em liberdade, ele estará capacitado _____ ter uma profissão e uma vida digna.

(Disponível em: www.metropolitana.com.br/blog/qual_e_a_importancia_da_ressocializacao_de_presos. Acesso em: 18.08.2012. Adaptado)

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- A) à ... à ... à
- B) a ... a ... à
- C) a ... à ... à
- D) à ... à ... a
- E) a ... à ... a

06. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP/2013) Assinale a alternativa que completa as lacunas do trecho a seguir, empregando o sinal indicativo de crase de acordo com a norma-padrão.

Não nos sujeitamos _____ corrupção; tampouco cederemos espaço _____ nenhuma ação que se proponha _____ prejudicar nossas instituições.

- (A) à ... à ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... a ... a
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... a ... à

07. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap) O acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

- A) Tendências agressivas começam à ser relacionadas com as dificuldades para lidar com as frustrações de seus desejos.
- B) A agressividade impulsiva deve-se à perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional.
- C) A violência urbana é comparada à uma enfermidade.
- D) Condições de risco aliadas à exemplo de impunidade alimentam a violência crescente nas cidades.
- E) Um ambiente desfavorável à formação da personalidade atinge os mais vulneráveis.

08. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013).
O sinal indicativo de crase está correto em:

- A) Este cientista tem se dedicado à uma pesquisa na área de biotecnologia.
- B) Os pais não podem ser omissos e devem se dedicar à educação dos filhos.
- C) Nossa síndica dedica-se integralmente à conservar as instalações do prédio.
- D) O bombeiro deve dedicar sua atenção à qualquer detalhe que envolva a segurança das pessoas.
- E) É função da política é dedicar-se à todo problema que comprometa o bem-estar do cidadão.

09. (TRF - 5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012)
O detetive Gervase Fen, que apareceu em 1944, é um homem de face corada, muito afeito frases inteligentes e citações dos clássicos; sua esposa, Dolly, uma dama meiga e sossegada, fica sentada tricotando tranquilamente, impassível propensão de seu marido investigar assassinatos.
(Adaptado de P.D.James, op.cit.)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) à - à - a
- (B) a - à - a
- (C) à - a - à
- (D) a - à - à
- (E) à - a - a

10. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – ALUNO SOLDADO COMBATENTE – FUNCAB/2012) Em qual das opções abaixo o acento indicativo de crase foi corretamente indicado?

- A) O dia fora quente, mas à noite estava fria e escura.
- B) Ninguém se referira à essa ideia antes.
- C) Esta era à medida certa do quarto.
- D) Ela fechou a porta e saiu às pressas.
- E) Os rapazes sempre gostaram de andar à cavalo.

GABARITO

01. B 02. A 03. A 04. A 05. D
06. C 07. E 08. B 09. B 10. D

RESOLUÇÃO

1-) limitar-se _aos_ aspectos jurídicos ou policiais.
Raro ler _a_ respeito (antes de palavra masculina não há crase)

de reintegração desses _à_ vida. (reintegrar a + a vida = à)

o nome de um médico ou clínica _a_ quem tentar encaminhar um drogado da nossa própria família? (antes de pronome indefinido/relativo)

2-) correu _à_ (= para a) cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que _a_ cartomante (objeto direto) restituiu-lhe _a_ confiança (objeto direto), e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez.

3-)

(A) A população, de um modo geral, está à espera (dá para substituir por "esperando") de que

(B) A nova lei chega para obrigar os motoristas à repensarem (antes de verbo)

(C) A partir de agora os motoristas estarão sujeitos à punições (generalizando, palavra no plural)

(D) À ninguém (pronome indefinido)

(E) Cabe à todos (pronome indefinido)

4-) Claro que não me estou referindo à leitura apressada e sem profundidade.

a cada um de nós neste formigueiro. (antes de pronome indefinido)

a exemplo de obras publicadas recentemente. (palavra masculina)

a uma comunicação festiva e virtual. (artigo indefinido)

a respeito de autores reconhecidos pelo público. (palavra masculina)

5-) *O Instituto Nacional de Administração Prisional (INAP) também desenvolve atividades lúdicas de apoio _à_ ressocialização do indivíduo preso, com o objetivo de prepará-lo para o retorno _à_ sociedade. Dessa forma, quando em liberdade, ele estará capacitado _a_ ter uma profissão e uma vida digna.*

- Apoio a ? Regência nominal pede preposição;
- retorno a? regência nominal pede preposição;
- antes de verbo no infinitivo não há crase.

6-) Vamos por partes!

- Quem se sujeita, sujeita-se A algo ou A alguém, portanto: pede preposição;

- quem cede, cede algo A alguém, então teremos objeto direto e indireto;

- quem se propõe, propõe-se A alguma coisa.

Vejamos:

Não nos sujeitamos À corrupção; tampouco cedemos espaço A nenhuma ação que se proponha A prejudicar nossas instituições.

* Sujeitar A + A corrupção;

* ceder espaço (objeto direto) A nenhuma ação (objeto indireto. Não há acento indicativo de crase, pois "nenhuma" é pronome indefinido);

* que se proponha A prejudicar (objeto indireto, no caso, oração subordinada com função de objeto indireto. Não há acento indicativo de crase porque temos um verbo no infinitivo – "prejudicar").

7-)

A) Tendências agressivas começam à ser relacionadas com as dificuldades para lidar com as frustrações de seus desejos. (antes de verbo no infinitivo não há crase)

B) A agressividade impulsiva deve-se à perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional. (se o "a" está no singular e antecede palavra no plural, não há crase)

C) A violência urbana é comparada à uma enfermidade. (artigo indefinido)

D) Condições de risco aliadas à exemplo de impunidade alimentam a violência crescente nas cidades. (palavra masculina)

E) Um ambiente desfavorável à formação da personalidade atinge os mais vulneráveis. = correta (regência nominal: desfavorável a?)

8-)

A) Este cientista tem se dedicado à uma pesquisa na área de biotecnologia. (artigo indefinido)

B) Os pais não podem ser omissos e devem se dedicar à educação dos filhos. = correta (regência verbal: dedicar a)

C) Nossa síndica dedica-se integralmente à conservar as instalações do prédio. (verbo no infinitivo)

D) O bombeiro deve dedicar sua atenção à qualquer detalhe que envolva a segurança das pessoas. (pronome indefinido)

E) É função da política é dedicar-se à todo problema que comprometa o bem-estar do cidadão. (pronome indefinido)

9-) Afeito a frases (generalizando, já que o "a" está no singular e "frases", no plural)

Impassível à propensão (regência nominal: pede preposição)

A investigar (antes de verbo no infinitivo não há acento indicativo de crase)

Sequência: a / à / a.

10-)

A) O dia fora quente, mas à noite = mas a noite (artigo e substantivo. Diferente de: Estudo à noite = período do dia)

B) Ninguém se referira à essa ideia antes. = a essa (antes de pronome demonstrativo)

C) Esta era à medida certa do quarto. = a medida (artigo e substantivo, no caso. Diferente da conjunção proporcional: À medida que lia, mais aprendia)

D) Ela fechou a porta e saiu às pressas. = correta (advérbio de modo = apressadamente)

E) Os rapazes sempre gostaram de andar à cavalo. = palavra masculina

5.8 COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS.

Pronome

Pronome é a palavra que se usa em lugar do nome, ou a ele se refere, ou que acompanha o nome, qualificando-o de alguma forma.

A moça era mesmo bonita. Ela morava nos meus sonhos!
[substituição do nome]

A moça que morava nos meus sonhos era mesmo bonita!
[referência ao nome]

Essa moça morava nos meus sonhos!
[qualificação do nome]

Grande parte dos pronomes não possuem significados fixos, isto é, essas palavras só adquirem significação dentro de um contexto, o qual nos permite recuperar a referência exata daquilo que está sendo colocado por meio dos pronomes no ato da comunicação. Com exceção dos pronomes interrogativos e indefinidos, os demais pronomes têm por função principal apontar para as pessoas do discurso ou a elas se relacionar, indicando-lhes sua situação no tempo ou no espaço. Em virtude dessa característica, os pronomes apresentam uma forma específica para cada pessoa do discurso.

Minha carteira estava vazia quando eu fui assaltada.

[minha/eu: pronomes de 1ª pessoa = aquele que fala]

Tua carteira estava vazia quando tu foste assaltada?

[tua/tu: pronomes de 2ª pessoa = aquele a quem se fala]

A carteira dela estava vazia quando ela foi assaltada.

[dela/ela: pronomes de 3ª pessoa = aquele de quem se fala]

Em termos morfológicos, os pronomes são palavras variáveis em gênero (masculino ou feminino) e em número (singular ou plural). Assim, espera-se que a referência através do pronome seja coerente em termos de gênero e número (fenômeno da concordância) com o seu objeto, mesmo quando este se apresenta ausente no enunciado.

Fala-se de Roberta. Ele quer participar do desfile da nossa escola neste ano.

[nossa: pronome que qualifica "escola" = concordância adequada]

[neste: pronome que determina "ano" = concordância adequada]

[ele: pronome que faz referência à "Roberta" = concordância inadequada]

Existem seis tipos de pronomes: pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos.

Pronomes Pessoais

São aqueles que substituem os substantivos, indicando diretamente as pessoas do discurso. Quem fala ou escreve assume os pronomes "eu" ou "nós", usa os pronomes "tu", "vós", "você" ou "vocês" para designar a quem se dirige e "ele", "ela", "eles" ou "elas" para fazer referência à pessoa ou às pessoas de quem fala.

Os pronomes pessoais variam de acordo com as funções que exercem nas orações, podendo ser do caso reto ou do caso oblíquo.

Pronome Reto

Pronome pessoal do caso reto é aquele que, na sentença, exerce a função de sujeito ou predicativo do sujeito.
Nós lhe ofertamos flores.

Os pronomes retos apresentam flexão de número, gênero (apenas na 3ª pessoa) e pessoa, sendo essa última a principal flexão, uma vez que marca a pessoa do discurso. Dessa forma, o quadro dos pronomes retos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular: *eu*
- 2ª pessoa do singular: *tu*
- 3ª pessoa do singular: *ele, ela*
- 1ª pessoa do plural: *nós*
- 2ª pessoa do plural: *vós*
- 3ª pessoa do plural: *eles, elas*

Atenção: esses pronomes não costumam ser usados como complementos verbais na língua-padrão. Frases como “*Vi ele na rua*”, “*Encontrei ela na praça*”, “*Trouxeram eu até aqui*”, comuns na língua oral cotidiana, devem ser evitadas na língua formal escrita ou falada. Na língua formal, devem ser usados os pronomes oblíquos correspondentes: “*Vi-o na rua*”, “*Encontrei-a na praça*”, “*Trouxeram-me até aqui*”.

Obs.: frequentemente observamos a omissão do pronome reto em Língua Portuguesa. Isso se dá porque as próprias formas verbais marcam, através de suas desinências, as pessoas do verbo indicadas pelo pronome reto: *Fizemos boa viagem*. (Nós)

Pronome Oblíquo

Pronome pessoal do caso oblíquo é aquele que, na sentença, exerce a função de complemento verbal (objeto direto ou indireto) ou complemento nominal.

Ofertaram-nos flores. (objeto indireto)

Obs.: em verdade, o pronome oblíquo é uma forma variante do pronome pessoal do caso reto. Essa variação indica a função diversa que eles desempenham na oração: pronome reto marca o sujeito da oração; pronome oblíquo marca o complemento da oração.

Os pronomes oblíquos sofrem variação de acordo com a acentuação tônica que possuem, podendo ser átonos ou tônicos.

Pronome Oblíquo Átono

São chamados átonos os pronomes oblíquos que não são precedidos de preposição. Possuem acentuação tônica fraca: *Ele me deu um presente*.

O quadro dos pronomes oblíquos átonos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular (*eu*): *me*
- 2ª pessoa do singular (*tu*): *te*
- 3ª pessoa do singular (*ele, ela*): *o, a, lhe*
- 1ª pessoa do plural (*nós*): *nos*
- 2ª pessoa do plural (*vós*): *vos*
- 3ª pessoa do plural (*eles, elas*): *os, as, lhes*

Observações:

O “*lhe*” é o único pronome oblíquo átono que já se apresenta na forma contraída, ou seja, houve a união entre o pronome “*o*” ou “*a*” e preposição “*a*” ou “*para*”. Por acompanhar diretamente uma preposição, o pronome “*lhe*” exerce sempre a função de objeto indireto na oração.

Os pronomes *me, te, nos* e *vos* podem tanto ser objetos diretos como objetos indiretos.

Os pronomes *o, a, os* e *as* atuam exclusivamente como objetos diretos.

Os pronomes *me, te, lhe, nos, vos* e *lhes* podem combinar-se com os pronomes *o, os, a, as*, dando origem a formas como *mo, mos, ma, mas; to, tos, ta, tas; lho, lhos, lha, lhas; no-lo, no-los, no-la, no-las; vo-lo, vo-los, vo-la, vo-las*. Observe o uso dessas formas nos exemplos que seguem:

- *Trouxeste o pacote?*
- *Sim, entreguei-to ainda há pouco.*
- *Não contaram a novidade a vocês?*
- *Não, no-la contaram.*

No português do Brasil, essas combinações não são usadas; até mesmo na língua literária atual, seu emprego é muito raro.

Atenção: Os pronomes *o, os, a, as* assumem formas especiais depois de certas terminações verbais. Quando o verbo termina em *-z, -s* ou *-r*, o pronome assume a forma *lo, los, la* ou *las*, ao mesmo tempo que a terminação verbal é suprimida. Por exemplo:

- fiz + o = fi-lo*
- fazeis + o = fazei-lo*
- dizer + a = dizê-la*

Quando o verbo termina em som nasal, o pronome assume as formas *no, nos, na, nas*. Por exemplo:

- viram + o: viram-no*
- repõe + os = repõe-nos*
- retém + a: retém-na*
- tem + as = tem-nas*

Pronome Oblíquo Tônico

Os pronomes oblíquos tônicos são sempre precedidos por preposições, em geral as preposições *a, para, de* e *com*. Por esse motivo, os pronomes tônicos exercem a função de objeto indireto da oração. Possuem acentuação tônica forte.

O quadro dos pronomes oblíquos tônicos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular (*eu*): *mim, comigo*
- 2ª pessoa do singular (*tu*): *ti, contigo*
- 3ª pessoa do singular (*ele, ela*): *ele, ela*
- 1ª pessoa do plural (*nós*): *nós, conosco*
- 2ª pessoa do plural (*vós*): *vós, convosco*
- 3ª pessoa do plural (*eles, elas*): *eles, elas*

Observe que as únicas formas próprias do pronome tônico são a primeira pessoa (*mim*) e segunda pessoa (*ti*). As demais repetem a forma do pronome pessoal do caso reto.

- As preposições essenciais introduzem sempre pronomes pessoais do caso oblíquo e nunca pronome do caso reto. Nos contextos interlocutivos que exigem o uso da língua formal, os pronomes costumam ser usados desta forma:

- Não há mais nada entre mim e ti.*
- Não se comprovou qualquer ligação entre ti e ela.*
- Não há nenhuma acusação contra mim.*
- Não vá sem mim.*

Atenção: Há construções em que a preposição, apesar de surgir anteposta a um pronome, serve para introduzir uma oração cujo verbo está no infinitivo. Nesses casos, o verbo pode ter sujeito expresso; se esse sujeito for um pronome, deverá ser do caso reto.

*Trouxeram vários vestidos para eu experimentar.
Não vá sem eu mandar.*

- A combinação da preposição "com" e alguns pronomes originou as formas especiais *comigo*, *contigo*, *consigo*, *conosco* e *convosco*. Tais pronomes oblíquos tônicos frequentemente exercem a função de adjunto adverbial de companhia.

Ele carregava o documento consigo.

- As formas "conosco" e "convosco" são substituídas por "com nós" e "com vós" quando os pronomes pessoais são reforçados por palavras como *outros*, *mesmos*, *próprios*, *todos*, *ambos* ou algum numeral.

Você terá de viajar com nós todos.

Estávamos com vós outros quando chegaram as más notícias.

Ele disse que iria com nós três.

Pronome Reflexivo

São pronomes pessoais oblíquos que, embora funcionem como objetos direto ou indireto, referem-se ao sujeito da oração. Indicam que o sujeito pratica e recebe a ação expressa pelo verbo.

O quadro dos pronomes reflexivos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular (eu): me, mim.

Eu não me vanglorio disso.

Olhei para mim no espelho e não gostei do que vi.

- 2ª pessoa do singular (tu): te, ti.

Assim tu te prejudicas.

Conhece a ti mesmo.

- 3ª pessoa do singular (ele, ela): se, si, consigo.

Guilherme já se preparou.

Ela deu a si um presente.

Antônio conversou consigo mesmo.

- 1ª pessoa do plural (nós): nos.

Lavamo-nos no rio.

- 2ª pessoa do plural (vós): vos.

Vós vos beneficiastes com a esta conquista.

- 3ª pessoa do plural (eles, elas): se, si, consigo.

Eles se conheceram.

Elas deram a si um dia de folga.

A Segunda Pessoa Indireta

A chamada segunda pessoa indireta manifesta-se quando utilizamos pronomes que, apesar de indicarem nosso interlocutor (portanto, a segunda pessoa), utilizam o verbo na terceira pessoa. É o caso dos chamados pronomes de tratamento, que podem ser observados no quadro seguinte:

Pronomes de Tratamento

Vossa Alteza	V. A.	príncipes, duques
Vossa Eminência	V. Ema.(s)	cardeais
Vossa Reverendíssima	V. Revma.(s)	sacerdotes e bispos
Vossa Excelência	V. Ex. ^a (s)	altas autoridades e oficiais-generais
Vossa Magnificência	V. Mag. ^a (s)	reitores de universidades
Vossa Majestade	V. M.	reis e rainhas
Vossa Majestade Imperial	V. M. I.	Imperadores
Vossa Santidade	V. S.	Papa
Vossa Senhoria	V. S. ^a (s)	tratamento cerimonioso
Vossa Onipotência	V. O.	Deus

Também são pronomes de tratamento *o senhor, a senhora e você, vocês*. “O senhor” e “a senhora” são empregados no tratamento cerimonioso; “você” e “vocês”, no tratamento familiar. Você e vocês são largamente empregados no português do Brasil; em algumas regiões, a forma tu é de uso frequente; em outras, pouco empregada. Já a forma vós tem uso restrito à linguagem litúrgica, ultraformal ou literária.

Observações:

a) Vossa Excelência X Sua Excelência : os pronomes de tratamento que possuem “Vossa (s)” são empregados em relação à pessoa com quem falamos: *Espero que V. Ex.^a, Senhor Ministro, compareça a este encontro*.

***Emprega-se “Sua (s)” quando se fala a respeito da pessoa.**

Todos os membros da C.P.I. afirmaram que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, agiu com propriedade.

- Os pronomes de tratamento representam uma forma indireta de nos dirigirmos aos nossos interlocutores. Ao tratarmos um deputado por Vossa Excelência, por exemplo, estamos nos endereçando à excelência que esse deputado supostamente tem para poder ocupar o cargo que ocupa.

- 3ª pessoa: embora os pronomes de tratamento dirijam-se à 2ª pessoa, **toda a concordância deve ser feita com a 3ª pessoa**. Assim, os verbos, os pronomes possessivos e os pronomes oblíquos empregados em relação a eles devem ficar na 3ª pessoa.

Basta que V. Ex.^a cumpra a terça parte das suas promessas, para que seus eleitores lhe fiquem reconhecidos.

- Uniformidade de Tratamento: quando escrevemos ou nos dirigimos a alguém, não é permitido mudar, ao longo do texto, a pessoa do tratamento escolhida inicialmente. Assim, por exemplo, se começamos a chamar alguém de “você”, não poderemos usar “te” ou “teu”. O uso correto exigirá, ainda, verbo na terceira pessoa.

Quando você vier, eu te abraçarei e enrolar-me-ei nos teus cabelos. (errado)

Quando você vier, eu a abraçarei e enrolar-me-ei nos seus cabelos. (correto)

Quando tu vieres, eu te abraçarei e enrolar-me-ei nos teus cabelos. (correto)

Pronomes Possessivos

São palavras que, ao indicarem a pessoa gramatical (possuidor), acrescentam a ela a ideia de posse de algo (coisa possuída).

Este caderno é meu. (meu = possuidor: 1ª pessoa do singular)

NÚMERO	PESSOA	PRONOME
singular	primeira	meu(s), minha(s)
singular	segunda	teu(s), tua(s)
singular	terceira	seu(s), sua(s)
plural	primeira	nosso(s), nossa(s)
plural	segunda	vosso(s), vossa(s)
plural	terceira	seu(s), sua(s)

Note que: A forma do possessivo depende da pessoa gramatical a que se refere; o gênero e o número concordam com o objeto possuído: *Ele trouxe seu apoio e sua contribuição na aquele momento difícil*.

Observações:

1 - A forma “seu” não é um possessivo quando resultar da alteração fonética da palavra senhor: *Muito obrigado, seu José*.

2 - Os pronomes possessivos nem sempre indicam posse. Podem ter outros empregos, como:

a) indicar afetividade: *Não faça isso, minha filha*.

b) indicar cálculo aproximado: *Ele já deve ter seus 40 anos*.

c) atribuir valor indefinido ao substantivo: *Marisa tem lá seus defeitos, mas eu gosto muito dela*.

3- Em frases onde se usam pronomes de tratamento, o pronome possessivo fica na 3ª pessoa: *Vossa Excelência trouxe sua mensagem?*

4- Referindo-se a mais de um substantivo, o possessivo concorda com o mais próximo: *Trouxe-me seus livros e anotações*.

5- Em algumas construções, os pronomes pessoais oblíquos átonos assumem valor de possessivo: *Vou seguir-lhe os passos*. (= Vou seguir seus passos.)

Pronomes Demonstrativos

Os pronomes demonstrativos são utilizados para explicitar a posição de uma certa palavra em relação a outras ou ao contexto. Essa relação pode ocorrer em termos de espaço, no tempo ou discurso.

No espaço:

Compro este carro (aqui). O pronome este indica que o carro está perto da pessoa que fala.

Compro esse carro (ai). O pronome esse indica que o carro está perto da pessoa com quem falo, ou afastado da pessoa que fala.

Compro aquele carro (lá). O pronome aquele diz que o carro está afastado da pessoa que fala e daquela com quem falo.

Atenção: em situações de fala direta (tanto ao vivo quanto por meio de correspondência, que é uma modalidade escrita de fala), são particularmente importantes o *este* e o *esse* - o primeiro localiza os seres em relação ao emissor; o segundo, em relação ao destinatário. Trocá-los pode causar ambiguidade.

Dirijo-me a essa universidade com o objetivo de solicitar informações sobre o concurso vestibular. (trata-se da universidade destinatária).

Reafirmamos a disposição desta universidade em participar no próximo Encontro de Jovens. (trata-se da universidade que envia a mensagem).

No tempo:

Este ano está sendo bom para nós. O pronome este se refere ao ano presente.

Esse ano que passou foi razoável. O pronome esse se refere a um passado próximo.

Aquele ano foi terrível para todos. O pronome aquele está se referindo a um passado distante.

- Os pronomes demonstrativos podem ser variáveis ou invariáveis, observe:

Variáveis: *este(s), esta(s), esse(s), essa(s), aquele(s), aquela(s).*

Invariáveis: *isto, isso, aquilo.*

- Também aparecem como pronomes demonstrativos:

- o(s), a(s): quando estiverem antecedendo o "que" e puderem ser substituídos por *aquele(s), aquela(s), aquilo.*

Não ouvi o que dissesse. (Não ouvi aquilo que dissesse.)

Essa rua não é a que te indiquei. (Esta rua não é aquela que te indiquei.)

- mesmo(s), mesma(s): *Estas são as mesmas pessoas que o procuraram ontem.*

- próprio(s), própria(s): Os próprios alunos resolveram o problema.

- semelhante(s): *Não compre semelhante livro.*

- tal, tais: *Tal era a solução para o problema.*

Note que:

- Não raro os demonstrativos aparecem na frase, em construções redundantes, com finalidade expressiva, para salientar algum termo anterior. Por exemplo: *Manuela, essa é que dera em cheio casando com o José Afonso. Desfrutar das belezas brasileiras, isso é que é sorte!*

- O pronome demonstrativo neutro ou pode representar um termo ou o conteúdo de uma oração inteira, caso em que aparece, geralmente, como objeto direto, predicativo ou aposto: *O casamento seria um desastre. Todos o pressentiam.*

- Para evitar a repetição de um verbo anteriormente expresso, é comum empregar-se, em tais casos, o verbo fazer, chamado, então, verbo vicário (= que substitui, que faz as vezes de): *Ninguém teve coragem de falar antes que ela o fizesse.*

- Em frases como a seguinte, *este* se refere à pessoa mencionada em último lugar; *aquele*, à mencionada em primeiro lugar: *O referido deputado e o Dr. Alcides eram amigos íntimos; aquele casado, solteiro este.* [ou então: *este solteiro, aquele casado*]

- O pronome demonstrativo tal pode ter conotação irônica: *A menina foi a tal que ameaçou o professor?*

- Pode ocorrer a contração das preposições *a, de, em* com pronome demonstrativo: *àquele, àquela, deste, desta, disso, nisso, no*, etc: *Não acreditei no que estava vendo.* (no = naquilo)

Pronomes Indefinidos

São palavras que se referem à terceira pessoa do discurso, dando-lhe sentido vago (impreciso) ou expressando quantidade indeterminada.

Alguém entrou no jardim e destruiu as mudas recém-plantadas.

Não é difícil perceber que "alguém" indica uma pessoa de quem se fala (uma terceira pessoa, portanto) de forma imprecisa, vaga. É uma palavra capaz de indicar um ser humano que seguramente existe, mas cuja identidade é desconhecida ou não se quer revelar. Classificam-se em:

- **Pronomes Indefinidos Substantivos:** assumem o lugar do ser ou da quantidade aproximada de seres na frase. São eles: *algo, alguém, fulano, sicrano, beltrano, nada, ninguém, outrem, quem, tudo.*

Algo o incomoda?

Quem avisa amigo é.

- **Pronomes Indefinidos Adjetivos:** qualificam um ser expresso na frase, conferindo-lhe a noção de quantidade aproximada. São eles: *cada, certo(s), certa(s).*

Cada povo tem seus costumes.

Certas pessoas exercem várias profissões.

Note que: Ora são pronomes indefinidos substantivos, ora pronomes indefinidos adjetivos:

algum, alguns, alguma(s), bastante(s) (= muito, muitos), demais, mais, menos, muito(s), muita(s), nenhum, nenhuns, nenhuma(s), outro(s), outra(s), pouco(s), pouca(s), qualquer, quaisquer, qual, que, quanto(s), quanta(s), tal, tais, tanto(s), tanta(s), todo(s), toda(s), um, uns, uma(s), vários, várias.

Menos palavras e mais ações.

Alguns se contentam pouco.

Os pronomes indefinidos podem ser divididos em variáveis e invariáveis. Observe:

Variáveis = *algum, nenhum, todo, muito, pouco, vários, tanto, outro, quanto, alguma, nenhuma, toda, muita, pouca, várias, tanta, outra, quanta, qualquer, quaisquer, alguns, nenhuns, todos, muitos, poucos, vários, tantos, outros, quantos, algumas, nenhuma, todas, muitas, poucas, várias, tantas, outras, quantas.*

Invariáveis = *alguém, ninguém, outrem, tudo, nada, algo, cada.*

São locuções pronominais indefinidas:

cada qual, cada um, qualquer um, quantos quer (que), quem quer (que), seja quem for, seja qual for, todo aquele (que), tal qual (= certo), tal e qual, tal ou qual, um ou outro, uma ou outra, etc.

Cada um escolheu o vinho desejado.

Indefinidos Sistemáticos

Ao observar atentamente os pronomes indefinidos, percebemos que existem alguns grupos que criam oposição de sentido. É o caso de: *algum/alguém/algo*, que têm sentido afirmativo, e *nenhum/ninguém/nada*, que têm sentido ne-

gativo; todo/tudo, que indicam uma totalidade afirmativa, e nenhum/nada, que indicam uma totalidade negativa; alguém/ninguém, que se referem à pessoa, e algo/nada, que se referem à coisa; certo, que particulariza, e qualquer, que generaliza.

Essas oposições de sentido são muito importantes na construção de frases e textos coerentes, pois delas muitas vezes dependem a solidez e a consistência dos argumentos expostos. Observe nas frases seguintes a força que os pronomes indefinidos destacados imprimem às afirmações de que fazem parte:

Nada do que tem sido feito produziu qualquer resultado prático.

Czrávamos no exterior.

- Podem ser utilizadas como pronomes relativos as palavras:

- como (= pelo qual): *Não me parece correto o modo como você agiu semana passada.*

- quando (= em que): *Bons eram os tempos quando podíamos jogar videogame.*

- Os pronomes relativos permitem reunir duas orações numa só frase.

O futebol é um esporte.

O povo gosta muito deste esporte.

O futebol é um esporte de que o povo gosta muito.

- Numa série de orações adjetivas coordenadas, pode ocorrer a elipse do relativo "que": *A sala estava cheia de gente que conversava, (que) ria, (que) fumava.*

Pronomes Interrogativos

São usados na formulação de perguntas, sejam elas diretas ou indiretas. Assim como os pronomes indefinidos, referem-se à 3ª pessoa do discurso de modo impreciso. São pronomes interrogativos: *que, quem, qual* (e variações), *quanto* (e variações).

Quem fez o almoço? / Diga-me quem fez o almoço.

Qual das bonecas prefere? / Não sei qual das bonecas prefere.

Quantos passageiros desembarcaram? / Pergunte quantos passageiros desembarcaram.

Sobre os pronomes:

O pronome pessoal é do caso reto quando tem função de sujeito na frase. O pronome pessoal é do caso oblíquo quando desempenha função de complemento. Vamos entender, primeiramente, como o pronome pessoal surge na frase e que função exerce. Observe as orações:

1. *Eu não sei essa matéria, mas ele irá me ajudar.*

2. *Maria foi embora para casa, pois não sabia se devia lhe ajudar.*

Na primeira oração os pronomes pessoais "eu" e "ele" exercem função de sujeito, logo, são pertencentes ao caso reto. Já na segunda oração, observamos o pronome "lhe" exercendo função de complemento, e, conseqüentemente, é do caso oblíquo.

Os pronomes pessoais indicam as pessoas do discurso, o pronome oblíquo "lhe", da segunda oração, aponta para a segunda pessoa do singular (tu/você): *Maria não sabia se devia ajudar....* Ajudar quem? Você (lhe).

Importante: Em observação à segunda oração, o emprego do pronome oblíquo "lhe" é justificado antes do verbo intransitivo "ajudar" porque o pronome oblíquo pode estar antes, depois ou entre locução verbal, caso o verbo principal (no caso "ajudar") esteja no infinitivo ou gerúndio.

Eu desejo lhe perguntar algo.

Eu estou perguntando-lhe algo.

Os pronomes pessoais oblíquos podem ser átonos ou tônicos: os primeiros não são precedidos de preposição, diferentemente dos segundos que são sempre precedidos de preposição.

- Pronome oblíquo átono: *Joana me perguntou o que eu estava fazendo.*

- Pronome oblíquo tônico: *Joana perguntou para mim o que eu estava fazendo.*

Colocação Pronominal

A **colocação pronominal** é a posição que os pronomes pessoais oblíquos átonos ocupam na frase em relação ao verbo a que se referem. São pronomes oblíquos átonos: *me, te, se, o, os, a, as, lhe, lhes, nos e vos.*

O pronome oblíquo átono pode assumir três posições na oração em relação ao verbo:

1. *próclise*: pronome antes do verbo
2. *ênclise*: pronome depois do verbo
3. *mesóclise*: pronome no meio do verbo

Próclise

A próclise é aplicada antes do verbo quando temos:

- Palavras com sentido negativo:

Nada me faz querer sair dessa cama.

Não se trata de nenhuma novidade.

- Advérbios:

Nesta casa se fala alemão.

Naquele dia me falaram que a professora não veio.

- Pronomes relativos:

A aluna que me mostrou a tarefa não veio hoje.

Não vou deixar de estudar os conteúdos que me falaram.

- Pronomes indefinidos:

Quem me disse isso?

Todos se comoveram durante o discurso de despedida.

- Pronomes demonstrativos:

Isso me deixa muito feliz!

Aquilo me incentivou a mudar de atitude!

- Preposição seguida de gerúndio:

Em se tratando de qualidade, o Brasil Escola é o site mais indicado à pesquisa escolar.

- Conjunção subordinativa:

Vamos estabelecer critérios, conforme lhe avisaram.

Ênclise

A ênclise é empregada depois do verbo. A norma culta não aceita orações iniciadas com pronomes oblíquos átonos. A ênclise vai acontecer quando:

- O verbo estiver no imperativo afirmativo:

Amem-se uns aos outros.

Sigam-me e não terão derrotas.

- O verbo iniciar a oração:

Diga-lhe que está tudo bem.

Chamaram-me para ser sócio.

- O verbo estiver no infinitivo impessoal regido da preposição "a":

Naquele instante os dois passaram a odiar-se.

Passaram a cumprimentar-se mutuamente.

- O verbo estiver no gerúndio:

Não quis saber o que aconteceu, fazendo-se de despreocupada.

Despediu-se, beijando-me a face.

- Houver vírgula ou pausa antes do verbo:

Se passar no concurso em outra cidade, mudo-me no mesmo instante.

Se não tiver outro jeito, alisto-me nas forças armadas.

Mesóclise

A mesóclise acontece quando o verbo está flexionado no futuro do presente ou no futuro do pretérito:

A prova realizar-se-á neste domingo pela manhã. (= ela se realizará)

Far-lhe-ei uma proposta irrecusável. (= eu farei uma proposta a você)

Questões sobre Pronome

01. (Escrevente TJ SP – Vunesp/2012).

*Restam dúvidas sobre o crescimento verde. Primeiro, não está claro até onde pode realmente chegar uma política baseada em melhorar a eficiência sem preços adequados para o carbono, a água e (na maioria dos países pobres) a terra. É verdade que mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água faça em si diferença, as companhias não podem suportar ter de pagar, de repente, digamos, 40 dólares por tonelada de carbono, sem qualquer preparação. Portanto, **elas** começam a usar preços-sombra. Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente os insumos básicos. E sem **eles** a maioria das políticas de crescimento verde sempre será a segunda opção.*

(Carta Capital, 27.06.2012. Adaptado)

Os pronomes "elas" e "eles", em destaque no texto, referem-se, respectivamente, a

- (A) dúvidas e preços.
- (B) dúvidas e insumos básicos.
- (C) companhias e insumos básicos.
- (D) companhias e preços do carbono e da água.
- (E) políticas de crescimento e preços adequados.

02. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013-adap.). Fazendo-se as alterações necessárias, o trecho grifado está corretamente substituído por um pronome em:

A) ...sei tratar **tipos como o senhor**. – sei tratá-lo

B) ...erguendo **os braços desalentado**. – erguendo-lhes desalentado

C) ...que tem de conhecer **as leis** do país? – que tem de conhecê-lo?

D) ...não parecia ser **um importante industrial**. – não parecia ser-lhe

E) incomodaram **o general**. – incomodaram-no

03. (Agente de Defensoria Pública – FCC – 2013-adap.). A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:

A) mostrando **o rio**= mostrando-o.

B) como escolher **sítio**= como escolhê-lo.

C) transpor [...] **as matas espessas**= transpor-lhes.

D) **As estreitas veredas**[...] nada acrescentariam = nada lhes acrescentariam.

E) viu uma **dessas marcas**= viu uma delas.

04. (Papiloscopista Policial – Vunesp – 2013). Assinale a alternativa em que o pronome destacado está posicionado de acordo com a norma-padrão da língua.

(A) Ela não lembrava-**se** do caminho de volta.

(B) A menina tinha distanciado-**se** muito da família.

(C) A garota disse que perdeu-**se** dos pais.

(D) O pai alegrou-**se** ao encontrar a filha.

(E) Ninguém comprometeu-**se** a ajudar a criança.

05. (Escrevente TJ SP – Vunesp 2011). Assinale a alternativa cujo emprego do pronome está em conformidade com a norma padrão da língua.

(A) Não autorizam-nos a ler os comentários sigilosos.

(B) Nos falaram que a diplomacia americana está abalada.

(C) Ninguém o informou sobre o caso WikiLeaks.

(D) Conformado, se rendeu às punições.

(E) Todos querem que combata-se a corrupção.

06. (Papiloscopista Policial – Vunesp – 2013). Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Para que se evite perder objetos, recomenda-se que eles sejam sempre trazidos junto ao corpo.

(B) O passageiro ao lado jamais imaginou-se na situação de ter de procurar a dona de uma bolsa perdida.

(C) Nos sentimos impotentes quando não conseguimos restituir um objeto à pessoa que o perdeu.

(D) O homem se indignou quando propuseram-lhe que abrisse a bolsa que encontrara.

(E) Em tratando-se de objetos encontrados, há uma tendência natural das pessoas em devolvê-los a seus donos.

RESOLUÇÃO

07. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013).
Há pessoas que, mesmo sem condições, compram produtos _____ não necessitam e _____ tendo de pagar tudo _____ prazo.

Assinale a alternativa que preenche as lacunas, correta e respectivamente, considerando a norma culta da língua.

- A) a que ... acaba ... à
- B) com que ... acabam ... à
- C) de que ... acabam ... a
- D) em que ... acaba ... a
- E) dos quais ... acaba ... à

08. (Agente de Apoio Socioeducativo – VUNESP – 2013-adap.). Assinale a alternativa que substitui, correta e respectivamente, as lacunas do trecho.

_____ alguns anos, num programa de televisão, uma jovem fazia referência _____ violência _____ o brasileiro estava sujeito de forma cômica.

- A) Fazem... a ... de que
- B) Faz ...a ... que
- C) Fazem ...à ... com que
- D) Faz ...à ... que
- E) Faz ...à ... a que

09. (TRF 3ª região- Técnico Judiciário - /2014)

*As sereias então devoravam impiedosamente **os tripulantes**.*

*... ele conseguiu impedir **a tripulação** de perder a cabeça...*

*... e fez de tudo para convencer **os tripulantes**...*

Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos grifados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:

- (A) devoravam-nos – impedi-la – convencê-los
- (B) devoravam-lhe – impedi-las – convencer-lhes
- (C) devoravam-no – impedi-las – convencer-lhes
- (D) devoravam-nos – impedir-lhe – convencê-los
- (E) devoravam-lhes – impedi-la – convencê-los

10. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013-adap.). No trecho, – *Em ambos os casos, as câmeras dos estabelecimentos felizmente comprovam **os acontecimentos**, e testemunhas vão ajudar **a polícia** na investigação.* – de acordo com a norma-padrão, os pronomes que substituam, corretamente, os termos em destaque são:

- A) os comprovam ... ajudá-la.
- B) os comprovam ...ajudar-la.
- C) os comprovam ... ajudar-lhe.
- D) lhes comprovam ... ajudar-lhe.
- E) lhes comprovam ... ajudá-la.

GABARITO

01. C 02. E 03. C 04. D 05. C
 06. A 07. C 08. E 09. A 10. A

1-) Restam dúvidas sobre o crescimento verde. Primeiro, não está claro até onde pode realmente chegar uma política baseada em melhorar a eficiência sem preços adequados para o carbono, a água e (na maioria dos países pobres) a terra. É verdade que mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água faça em si diferença, as **com-panhias** não podem suportar ter de pagar, de repente, digamos, 40 dólares por tonelada de carbono, sem qualquer preparação. Portanto, **elas** começam a usar preços-sombra. Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente **os insumos básicos**. E sem **eles** a maioria das políticas de crescimento verde sempre será a segunda opção.

2-)

A) ...sei tratar tipos como o senhor. – sei tratá-los
 B) ...erguendo os braços desalentado... – erguendo-os desalentado

C) ...que tem de conhecer as leis do país? – que tem de conhecê-las ?

D) ...não parecia ser um importante industrial... – não parecia sê-lo

3-) transpor [...] as matas espessas= transpô-las

4-)

(A) Ela não se lembrava do caminho de volta.

(B) A menina tinha se distanciado muito da família.

(C) A garota disse que se perdeu dos pais.

(E) Ninguém se comprometeu a ajudar a criança

5-)

(A) Não nos autorizam a ler os comentários sigilosos.

(B) Falaram-nos que a diplomacia americana está abalada.

(D) Conformado, rendeu-se às punições.

(E) Todos querem que se combata a corrupção.

6-)

(B) O passageiro ao lado jamais se imaginou na situação de ter de procurar a dona de uma bolsa perdida.

(C) Sentimo-nos impotentes quando não conseguimos restituir um objeto à pessoa que o perdeu.

(D) O homem indignou-se quando lhe propuseram que abrisse a bolsa que encontrara.

(E) Em se tratando de objetos encontrados, há uma tendência natural das pessoas em devolvê-los a seus donos.

7-) Há pessoas que, mesmo sem condições, compram produtos de que não necessitam e acabam tendo de pagar tudo a prazo.

8-) Faz alguns anos, num programa de televisão, uma jovem fazia referência à violência a que o brasileiro estava sujeito de forma cômica.

Faz, no sentido de tempo passado = sempre no singular

9-)
 devoravam - verbo terminado em "m" = pronome oblíquo no/na (fizeram-na, colocaram-no)
 impedir - verbo transitivo direto = pede objeto direto; "lhe" é para objeto indireto
 convencer - verbo transitivo direto = pede objeto direto; "lhe" é para objeto indireto
 (A) devoravam-nos – impedi-la – convencê-los

10-) – Em ambos os casos, as câmeras dos estabelecimentos felizmente comprovam os acontecimentos, e testemunhas vão ajudar a polícia na investigação.
 felizmente os comprovam ... ajudá-la (advérbio)

6 REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO.

6.1 SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.

6.2 SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO.

6.3 REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO.

6.4 REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.

Consideremos as seguintes frases:

Paula tem uma mão para cozinhar que dá inveja!

Vamos! Coloque logo a mão na massa!

As crianças estão com as mãos sujas.

Passaram a mão na minha bolsa e nem percebi.

Chegamos à conclusão de que se trata de palavras idênticas no que se refere à grafia, mas será que possuem o mesmo significado?

Existe uma parte da gramática normativa denominada Semântica. Ela trabalha a questão dos diferentes significados que uma mesma palavra apresenta de acordo com o contexto em que se insere.

Tomando como exemplo as frases já mencionadas, analisaremos os vocábulos de mesma grafia, de acordo com seu sentido denotativo, isto é, aquele retratado pelo dicionário.

Na primeira, a palavra "mão" significa habilidade, eficiência diante do ato praticado. Nas outras que seguem o significado é de: participação, interação mediante a uma tarefa realizada; mão como parte do corpo humano e por último simboliza o roubo, visto de maneira pejorativa.

Reportando-nos ao conceito de Polissemia, logo percebemos que o prefixo "poli" significa multiplicidade de algo. Possibilidades de várias interpretações levando-se em consideração as situações de aplicabilidade.

Há uma infinidade de outros exemplos em que podemos verificar a ocorrência da polissemia, como por exemplo:

O rapaz é um tremendo gato.
O gato do vizinho é peralta.
Precisei fazer um gato para que a energia voltasse.
Pedro costuma fazer alguns "bicos" para garantir sua sobrevivência
O passarinho foi atingido no bico.

Polissemia e homonímia

A confusão entre polissemia e homonímia é bastante comum. Quando a mesma palavra apresenta vários significados, estamos na presença da polissemia. Por outro lado, quando duas ou mais palavras com origens e significados distintos têm a mesma grafia e fonologia, temos uma homonímia.

A palavra "manga" é um caso de homonímia. Ela pode significar uma fruta ou uma parte de uma camisa. Não é polissemia porque os diferentes significados para a palavra manga têm origens diferentes, e por isso alguns estudiosos mencionam que a palavra manga deveria ter mais do que uma entrada no dicionário.

"Letra" é uma palavra polissêmica. Letra pode significar o elemento básico do alfabeto, o texto de uma canção ou a caligrafia de um determinado indivíduo. Neste caso, os diferentes significados estão interligados porque remetem para o mesmo conceito, o da escrita.

Polissemia e ambiguidade

Polissemia e ambiguidade têm um grande impacto na interpretação. Na língua portuguesa, um enunciado pode ser ambíguo, ou seja, apresenta mais de uma interpretação. Essa ambiguidade pode ocorrer devido à colocação específica de uma palavra (por exemplo, um advérbio) em uma frase. Vejamos a seguinte frase: *Pessoas que têm uma alimentação equilibrada frequentemente são felizes*. Neste caso podem existir duas interpretações diferentes. *As pessoas têm alimentação equilibrada porque são felizes ou são felizes porque têm uma alimentação equilibrada*.

De igual forma, quando uma palavra é polissêmica, ela pode induzir uma pessoa a fazer mais do que uma interpretação. Para fazer a interpretação correta é muito importante saber qual o contexto em que a frase é proferida.

Na língua portuguesa, uma PALAVRA (do latim *parabola*, que por sua vez deriva do grego *parabolé*) pode ser definida como sendo um conjunto de letras ou sons de uma língua, juntamente com a ideia associada a este conjunto.

Sentido Próprio e Figurado das Palavras

Pela própria definição acima destacada podemos perceber que a palavra é composta por duas partes, uma delas relacionada a sua forma escrita e os seus sons (denominada significante) e a outra relacionada ao que ela (palavra) expressa, ao conceito que ela traz (denominada significado).

Em relação ao seu SIGNIFICADO as palavras subdividem-se assim:

- **Sentido Próprio** - é o sentido literal, ou seja, o sentido comum que costumamos dar a uma palavra.

- **Sentido Figurado** - é o sentido "simbólico", "figurado", que podemos dar a uma palavra.

Vamos analisar a palavra cobra utilizada em diferentes contextos:

1. A cobra picou o menino. (cobra = réptil peçonhento)

2. A sogra dele é uma cobra. (cobra = pessoa desagradável, que adota condutas pouco apreciáveis)

3. O cara é cobra em Física! (cobra = pessoa que conhece muito sobre alguma coisa, "expert")

No item 1 aplica-se o termo cobra em seu sentido comum (ou literal); nos itens 2 e 3 o termo cobra é aplicado em sentido figurado.

Podemos então concluir que um mesmo significado (parte concreta) pode ter vários significados (conceitos).

Denotação e Conotação

- **Denotação**: verifica-se quando utilizamos a palavra com o seu significado primitivo e original, com o sentido do dicionário; usada de modo automatizado; linguagem comum. Veja este exemplo: *Cortaram as asas da ave para que não voasse mais.*

Aqui a palavra em destaque é utilizada em seu sentido próprio, comum, usual, literal.

MINHA DICA - Procure associar **Denotação** com **Dicionário**: trata-se de definição literal, quando o termo é utilizado em seu sentido dicionarístico.

- **Conotação**: verifica-se quando utilizamos a palavra com o seu significado secundário, com o sentido amplo (ou simbólico); usada de modo criativo, figurado, numa linguagem rica e expressiva. Veja este exemplo:

Seria aconselhável cortar as asas deste menino, antes que seja tarde demais.

Já neste caso o termo (asas) é empregado de forma figurada, fazendo alusão à ideia de restrição e/ou controle de ações; disciplina, limitação de conduta e comportamento.

Fonte:

<http://www.tecnolegis.com/estudo-dirigido/oficial-de-justica-tjm-sp/lingua-portuguesa-sentido-proprio-e-figurado-das-palavras.html>

Questões sobre Denotação e Conotação

1-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013) O sentido de marmóreo (adjetivo) equivale ao da expressão de mármore. Assinale a alternativa contendo as expressões com sentidos equivalentes, respectivamente, aos das palavras ígneo e pético.

- (A) De corda; de plástico.
- (B) De fogo; de madeira.
- (C) De madeira; de pedra.
- (D) De fogo; de pedra.
- (E) De plástico; de cinza.

2-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013 - ADAPTADO) Para responder à questão, considere a seguinte passagem: *Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta "débito ou crédito?"*

Nesse contexto, o verbo estereotipar tem sentido de

- (A) considerar ao acaso, sem premeditação.
- (B) aceitar uma ideia mesmo sem estar convencido dela.
- (C) adotar como referência de qualidade.
- (D) julgar de acordo com normas legais.
- (E) classificar segundo ideias preconcebidas.

3-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013 - ADAPTADA) Para responder a esta questão, considere as palavras destacadas nas seguintes passagens do texto:

Desde o surgimento da ideia de hipertexto...

... informações ligadas **especialmente** à pesquisa acadêmica,

... uma "máquina poética", **algo** que funcionasse por analogia e associação...

Quando o cientista Vannevar Bush [...] concebeu a ideia de hipertexto...

... 20 anos **depois** de seu artigo fundador...

As palavras destacadas que expressam ideia de tempo são:

- (A) algo, especialmente e Quando.
- (B) Desde, especialmente e algo.
- (C) especialmente, Quando e depois.
- (D) Desde, Quando e depois.
- (E) Desde, algo e depois.

4-) (TRF - 5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) A importância de Rodolfo Coelho Cavalcante para o movimento cordelista pode ser **comparada** à de outros dois grandes nomes...

Sem qualquer outra alteração da frase acima e sem prejuízo da correção, o elemento grifado pode ser substituído por:

- (A) contrastada.
- (B) confrontada.
- (C) ombreada.
- (D) rivalizada.
- (E) equiparada.

5-) (PREFEITURA DE SERTÃOZINHO - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - VUNESP/2012) No verso - **Não te abras** com teu amigo - o verbo em destaque foi empregado em sentido figurado.

Assinale a alternativa em que esse mesmo verbo "abrir" continua sendo empregado em sentido figurado.

- (A) Ao abrir a porta, não havia ninguém.
- (B) Ele não pôde abrir a lata porque não tinha um abridor.
- (C) Para aprender, é preciso abrir a mente.
- (D) Pela manhã, quando abri os olhos, já estava em casa.
- (E) Os ladrões abriram o cofre com um maçarico.

6-) (SABESP/SP – ATENDENTE A CLIENTES 01 – FCC/2014 - ADAPTADA) Atenção: Para responder à questão, considere o texto abaixo.

A marca da solidão

Deitado de bruços, sobre as pedras quentes do chão de paralelepípedos, o menino espia. Tem os braços dobrados e a testa pousada sobre eles, seu rosto formando uma tenda de penumbra na tarde quente.

Observa as ranhuras entre uma pedra e outra. Há, dentro de cada uma delas, um diminuto caminho de terra, com pedrinhas e tufo minúsculos de musgos, formando pequenas plantas, ínfimos bonsais só visíveis aos olhos de quem é capaz de parar de viver para, apenas, ver. Quando se tem a marca da solidão na alma, o mundo cabe numa fresta.

(SEIXAS, Heloísa. Contos mais que mínimos. Rio de Janeiro: Tinta negra bazar, 2010. p. 47)

No primeiro parágrafo, a palavra utilizada em sentido figurado é

- (A) menino.
- (B) chão.
- (C) testa.
- (D) penumbra.
- (E) tenda.

7-) (UFTM/MG – AUXILIAR DE BIBLIOTECA – VUNESP/2013 - ADAPTADA) Leia o texto para responder à questão.

RIO DE JANEIRO – A Prefeitura do Rio está lançando a Operação Lixo Zero, que vai multar quem emporcalhar a cidade. Em primeira instância, a campanha é educativa. Equipes da Companhia Municipal de Limpeza Urbana estão percorrendo as ruas para flagrar maus cidadãos jogando coisas onde não devem e alertá-los para o que os espera. Em breve, com guardas municipais, policiais militares e 600 fiscais em ação, as multas começarão a chegar para quem tratar a via pública como a casa da sogra.

Imagina-se que, quando essa lei começar para valer, os recordistas de multas serão os cerca de 300 jovens golpistas que, nas últimas semanas, se habituaram a tomar as ruas, pichar monumentos, vandalizar prédios públicos, quebrar orelhões, arrancar postes, apedrejar vitrines, depredar bancos, saquear lojas e, por uma estranha compulsão, destruir lixeiras, jogar o lixo no asfalto e armar barricadas de fogo com ele.

É verdade que, no seu “bullying” político, eles não estão nem aí para a cidade, que é de todos – e que, por algum motivo, parecem querer levar ao colapso.

Pois, já que a lei não permite prendê-los por vandalismo, saque, formação de quadrilha, desacato à autoridade, resistência à prisão e nem mesmo por ataque aos órgãos públicos, talvez seja possível enquadrá-los por sujar a rua.

(Ruy Castro, Por sujar a rua. Folha de S.Paulo, 21.08.2013. Adaptado)

Na oração – ... parecem querer levar ao **colapso**. – (3.º parágrafo), o termo em destaque é sinônimo de

- (A) progresso.
- (B) descaso.
- (C) vitória.
- (D) tédio.
- (E) ruína.

8-) (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – BNDES/2012) Considere o emprego do verbo levar no trecho: “Uma comissão não dura apenas alguns minutos. Leva anos”. A frase em que esse verbo está usado com o mesmo sentido é:

- (A) O menino leva o material adequado para a escola.
- (B) João levou uma surra da mãe.
- (C) A enchente leva todo o lixo rua abaixo.
- (D) O trabalho feito com empenho leva ao sucesso.
- (E) O atleta levou apenas dez segundos para terminar a prova.

RESOLUÇÃO

1-)

Questão que pode ser resolvida usando a lógica ou associação de palavras! Veja: a ignição do carro lembra-nos fogo, combustão... Pedra, petrificado. Encontrou a resposta?

RESPOSTA: “D”.

2-)

Classificar conforme regras conhecidas, mas não confirmadas se verdadeiras.

RESPOSTA: “E”.

3-)

As palavras que nos dão a noção, ideia de tempo são: desde, quando e depois.

RESPOSTA: “D”.

4-)

Ao participar de um concurso, não temos acesso a dicionários para que verifiquemos o significado das palavras, por isso, caso não saibamos o que significam, devemos analisá-las dentro do contexto em que se encontram. No exercício acima, a que se “encaixa” é “equiparada”.

RESPOSTA: “E”.

5-)

Em todas as alternativas o verbo “abrir” está empregado em seu sentido denotativo. No item C, conotativo (“abrir a mente” = aberto a mudanças, novas ideias).

RESPOSTA: “C”.

6-)

Novamente, responderemos com frase do texto: seu rosto formando uma tenda.

RESPOSTA: “E”.

7-)

Pela leitura do texto, compreende-se que a intenção do autor ao utilizar a expressão "levar ao colapso" refere-se à queda, ao fim, à ruína da cidade.

RESPOSTA: "E".

8-)

No enunciado, o verbo "levar" está empregado com o sentido de "duração/tempo"

(A) O menino leva o material adequado para a escola. = carrega

(B) João levou uma surra da mãe. = apanhou

(C) A enchente leva todo o lixo rua abaixo. = arrasta

(D) O trabalho feito com empenho leva ao sucesso. = direciona

(E) O atleta levou apenas dez segundos para terminar a prova = duração/tempo

RESPOSTA: "E".

- Sinônimos

São palavras de sentido igual ou aproximado: *alfabeto* - *abecedário*; *brado*, *grito* - *clamor*; *extinguir*, *apagar* - *abolir*.

Observação: A contribuição greco-latina é responsável pela existência de numerosos pares de sinônimos: *adversário* e *antagonista*; *translúcido* e *diáfano*; *semicírculo* e *hemicírculo*; *contraveneno* e *antídoto*; *moral* e *ética*; *colóquio* e *diálogo*; *transformação* e *metamorfose*; *oposição* e *antítese*.

- Antônimos

São palavras de significação oposta: *ordem* - *anarquia*; *soberba* - *humildade*; *louvar* - *censurar*; *mal* - *bem*.

Observação: A antonímia pode originar-se de um prefixo de sentido oposto ou negativo: *bendizer* e *maldizer*; *simpático* e *antipático*; *progredir* e *regredir*; *concordia* e *discordia*; *ativo* e *inativo*; *esperar* e *desesperar*; *comunista* e *anticomunista*; *simétrico* e *assimétrico*.

O que são Homônimos e Parônimos:

- Homônimos

a) Homógrafos: são palavras iguais na escrita e diferentes na pronúncia:

rego (subst.) e *rego* (verbo);

colher (verbo) e *colher* (subst.);

jogo (subst.) e *jogo* (verbo);

denúncia (subst.) e *denuncia* (verbo);

providência (subst.) e *providencia* (verbo).

b) Homófonos: são palavras iguais na pronúncia e diferentes na escrita:

acender (atear) e *ascender* (subir);

concertar (harmonizar) e *consertar* (reparar);

cela (compartimento) e *sela* (arreio);

censo (recenseamento) e *senso* (juízo);

paço (palácio) e *passo* (andar).

c) Homógrafos e homófonos simultaneamente: São palavras iguais na escrita e na pronúncia:

caminho (subst.) e *caminho* (verbo);

cedo (verbo) e *cedo* (adv.);

livre (adj.) e *livre* (verbo).

- Parônimos

São palavras parecidas na escrita e na pronúncia: *coro* e *couro*; *cesta* e *sesta*; *eminente* e *iminente*; *osso* e *ouço*; *sede* e *cede*; *comprimento* e *cumprimento*; *tetânico* e *titânico*; *atuar* e *atuar*; *degradar* e *degredar*; *infligir* e *infringir*; *deferir* e *diferir*; *suar* e *soar*.

<http://www.coladaweb.com/portugues/sinonimos,-antonimos,-homonimos-e-paronimos>

Questões sobre Significação das Palavras

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase abaixo:

Da mesma forma que os italianos e japoneses _____ para o Brasil no século passado, hoje os brasileiros _____ para a Europa e para o Japão, à busca de uma vida melhor; internamente, _____ para o Sul, pelo mesmo motivo.

a) imigraram - emigram - migram

b) migraram - imigram - emigram

c) emigraram - migram - imigram.

d) emigraram - imigram - migram.

e) imigraram - migram - emigram

Agente de Apoio – Microinformática – VUNESP – 2013 - Leia o texto para responder às questões de números 02 e 03.

Alunos de colégio fazem robôs com sucata eletrônica

Você comprou um smartphone e acha que aquele seu celular antigo é imprestável? Não se engane: o que é lixo para alguns pode ser matéria-prima para outros. O CMID – Centro Marista de Inclusão Digital –, que funciona junto ao Colégio Marista de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ensina os alunos do colégio a fazer robôs a partir de lixo eletrônico.

Os alunos da turma avançada de robótica, por exemplo, constroem carros com sensores de movimento que respondem à aproximação das pessoas. A fonte de energia vem de baterias de celular. "Tirando alguns sensores, que precisamos comprar, é tudo reciclagem", comentou o instrutor de robótica do CMID, Leandro Schneider. Esses alunos também aprendem a consertar computadores antigos. "O nosso projeto só funciona por causa do lixo eletrônico. Se tivéssemos que comprar tudo, não seria viável", completou.

Em uma época em que celebridades do mundo digital fazem campanha a favor do ensino de programação nas escolas, é inspirador o relato de Dionatan Gabriel, aluno da turma avançada de robótica do CMID que, aos 16 anos, já sabe qual será sua profissão. "Quero ser programador. No início das aulas, eu achava meio chato, mas depois fui me interessando", disse.

(Giordano Tronco, www.techtudo.com.br, 07.07.2013.

Adaptado)

02. A palavra em destaque no trecho – “**Tirando** alguns sensores, que precisamos comprar, é tudo reciclagem”... – pode ser substituída, sem alteração do sentido da mensagem, pela seguinte expressão:

- A) Pelo menos
- B) A contar de
- C) Em substituição a
- D) Com exceção de
- E) No que se refere a

03. Assinale a alternativa que apresenta um antônimo para o termo destacado em – ...“No início das aulas, eu achava meio **chato**, mas depois fui me interessando”, disse.

- A) Estimulante.
- B) Cansativo.
- C) Irritante.
- D) Confuso.
- E) Improdutivo.

04. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VU-NESP – 2013). Analise as afirmações a seguir.

I. Em – **Há** sete anos, Fransley Lapavani Silva está preso por homicídio. – o termo em destaque pode ser substituído, sem alteração do sentido do texto, por “**faz**”.

II. A frase – Todo preso **deseja** a libertação. – pode ser reescrita da seguinte forma – Todo preso **aspira** à libertação.

III. No trecho – ... estou sendo olhado de forma diferente aqui no presídio **devido ao** bom comportamento. – pode-se substituir a expressão em destaque por “**em razão do**”, sem alterar o sentido do texto.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, apenas.
- E) I e II, apenas.

05. Leia as frases abaixo:

1 - Assisti ao _____ do balé Bolshoi;

2 - Daqui _____ pouco vão dizer que _____ vida em Marte.

3 - As _____ da câmara são verdadeiros programas de humor.

4 - _____ dias que não falo com Alfredo.

Escolha a alternativa que oferece a sequência correta de vocábulos para as lacunas existentes:

- a) concerto – há – a – sessões – há;
- b) concerto – a – há – sessões – há;
- c) concerto – a – há – seções – a;
- d) concerto – a – há – sessões – há;
- e) concerto – há – a – sessões – a .

06. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VU-NESP – 2013-adap.). Considere o seguinte trecho para responder à questão.

*Adolescentes vivendo em famílias que não lhes transmitiram valores sociais **altruísticos**, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina.*

O sentido contrário (antônimo) de **altruísticos**, nesse trecho, é:

- A) de desprendimento.
- B) de responsabilidade.
- C) de abnegação.
- D) de amor.
- E) de egoísmo.

07. Assinale o único exemplo cuja lacuna deve ser preenchida com a **primeira** alternativa da série dada nos parênteses:

- A) Estou aqui _____ de ajudar os flagelados das enchentes. (afim- a fim).
- B) A bandeira está _____. (arreada - arriada).
- C) Serão punidos os que _____ o regulamento. (infringirem - infringirem).
- D) São sempre valiosos os _____ dos mais velhos. (concelhos - conselhos).
- E) Moro _____ cem metros da praça principal. (a cerca de - acerca de).

08. Assinale a alternativa correta, considerando que à direita de cada palavra há um sinônimo.

- a) emergir = vir à tona; imergir = mergulhar
- b) emigrar = entrar (no país); imigrar = sair (do país)
- c) delatar = expandir; dilatar = denunciar
- d) deferir = diferenciar; diferir = conceder
- e) dispensa = cômodo; despensa = desobrigação

GABARITO

01. A 02. D 03. A 04. A
05. D 06. E 07. E 08. A

RESOLUÇÃO

1-) Da mesma forma que os italianos e japoneses imigraram para o Brasil no século passado, hoje os brasileiros emigram para a Europa e para o Japão, à busca de uma vida melhor; internamente, migram para o Sul, pelo mesmo motivo.

2-) “Com exceção de alguns sensores, que precisamos comprar, é tudo reciclagem”...

3-) antônimo para o termo destacado : “No início das aulas, eu achava meio chato, mas depois fui me interessando”

“No início das aulas, eu achava meio estimulante, mas depois fui me interessando”

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

1	Conceitos de Inteligência: escopo e categorias de Inteligência (Inteligência, Contraineligência e operações de Inteligência); funções da atividade de Inteligência.	01
2	Decreto nº 8.793/2016 (Política Nacional de Inteligência): pressupostos da atividade de Inteligência; o Estado, a sociedade e a Inteligência; os ambientes internacional e nacional; instrumentos da atividade de Inteligência; principais ameaças; objetivos da Inteligência nacional e diretrizes de Inteligência.	02
3	Estratégia Nacional de Inteligência.	08
4	Controle da atividade de Inteligência: Inteligência, democracia e controle; o controle parlamentar da atividade de Inteligência; mecanismos não parlamentares de controle; o controle da atividade de Inteligência no Brasil.	11
5	Lei nº 9.883/1999 e suas alterações (institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências).	13
5.1	Decreto nº 4.376/2002 e suas alterações (dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883/1999, e dá outras providências).	16
5.2	Decreto nº 8.905/2016 (aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Brasileira de Inteligência).	18
5.3	Lei nº 11.776/2008 (dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, cria as Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência e dá outras providências).	29
5.4	Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).	52

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

PROF. MA. BRUNA PINOTTI GARCIA OLIVEIRA

Advogada e pesquisadora. Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UNB. Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES. Professora de curso preparatório para concursos e universitária da Universidade Federal de Goiás – UFG. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros, notadamente na área do direito eletrônico, dos direitos humanos e do direito constitucional.

1 CONCEITOS DE INTELIGÊNCIA: ESCOPO E CATEGORIAS DE INTELIGÊNCIA (INTELIGÊNCIA, CONTRA INTELIGÊNCIA E OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA); FUNÇÕES DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA.

"A ATIVIDADE

A atividade de Inteligência é o exercício de ações especializadas para obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. Inteligência e Contraineligência são os dois ramos da atividade.

A atividade de Inteligência é fundamental e indispensável à segurança dos Estados, da sociedade e das instituições nacionais. Sua atuação assegura ao poder decisório o conhecimento antecipado e confiável de assuntos relacionados aos interesses nacionais.

ÁREAS DE INTERESSE

A atividade de Inteligência se ocupa de temas do âmbito externo e interno do país. No âmbito externo, tem como missão obter e analisar dados que ofereçam suporte aos objetivos nacionais, tanto na defesa contra as ameaças existentes quanto na identificação de oportunidades. Sob a perspectiva interna, a Inteligência enfoca a proteção do Estado, da sociedade, a estabilidade das instituições democráticas e a eficiência da gestão pública.

A Inteligência pode apresentar natureza estratégica, ligada à formulação de políticas públicas, de diretrizes nacionais ou de elaboração de instrumentos legais. Pode adquirir caráter mais tático, na assessoria ao planejamento de ações policiais, militares ou de fiscalizações. Pode ainda ser mais operacional, no apoio a ações efetivas de combate militar, perseguição e busca por criminosos, enfrentamento e prevenção de ilícitos.

FINALIDADE

A finalidade da atividade de Inteligência resulta das prioridades que cada país elabora como fruto das suas características e interesses políticos e sociais.

A relação de assuntos e temas dos quais a atividade de Inteligência trata no Brasil resulta das orientações da Presidência da República e são fiscalizadas pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso Nacional.

CONTRA-INTELIGÊNCIA: defesa de ações adversas

A Contraineligência tem como atribuições a produção de conhecimentos e a realização de ações voltadas para a proteção de dados, conhecimentos, infraestruturas críticas – comunicações, transportes, tecnologias de informação – e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e da sociedade.

O trabalho desenvolvido pela Contraineligência tem foco na defesa contra ameaças como a espionagem, a sabotagem, o vazamento de informações e o terrorismo, patrocinadas por instituições, grupos ou governos estrangeiros.

A atuação da Contraineligência ultrapassa os limites da ABIN e do SISBIN. Ela contribui para a salvaguarda do patrimônio nacional sob a responsabilidade de instituições das mais diversas áreas, consideradas de interesse estratégico para a segurança e para o desenvolvimento nacional.

METODOLOGIA

A Contraineligência desenvolve ações voltadas para a prevenção, detecção, obstrução e a neutralização de ameaças aos interesses nacionais.

Na área de prevenção, a Contraineligência atua na sensibilização, orientação e capacitação de instituições estratégicas nacionais para a proteção de ativos de interesse do Estado e da sociedade, promovendo a adoção de comportamentos e medidas de segurança. Atua também na avaliação dos riscos de segurança dessas instituições para alertá-las para o perigo a que estão expostas.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Na área de detecção, obstrução e neutralização, a Contraineligência atua no desenvolvimento de ações, inclusive especializadas, fazendo uso de recursos humanos e tecnológicos, com o objetivo de frustrar possíveis ameaças aos interesses nacionais¹.

A Contraineligência realiza a...

proteção dos conhecimentos produzidos pela atividade de Inteligência

salvaguarda de dados e conhecimentos produzidos por entes nacionais, públicos ou privados

prevenção, identificação e neutralização de ações promovidas por grupos de pessoas ou organizações, vinculados ou não a governos, que ameacem o desenvolvimento nacional e a segurança do Estado e da sociedade

**2 DECRETO Nº 8.793/2016 (POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA):
PRESSUPOSTOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA; O ESTADO, A SOCIEDADE E A INTELIGÊNCIA; OS AMBIENTES INTERNACIONAL E NACIONAL; INSTRUMENTOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA; PRINCIPAIS AMEAÇAS; OBJETIVOS DA INTELIGÊNCIA NACIONAL E DIRETRIZES DE INTELIGÊNCIA.**

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, DECRETA:

Art. 1º A Política Nacional de Inteligência - PNI, fixada na forma do Anexo, visa a **definir os parâmetros e os limites de atuação da atividade de inteligência e de seus executores no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência**, nos termos estabelecidos pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

Art. 2º **Compete ao Gabinete de Segurança Institucional** da Presidência da República a **coordenação das atividades de inteligência** no âmbito da administração pública federal.

Art. 3º Os órgãos e as entidades da administração pública federal **deverão considerar**, em seus planejamentos, as **ações que concorram para o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência**.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de junho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Inteligência (PNI), documento de mais alto nível de orientação da atividade de Inteligência no País, foi concebida em função dos valores e princípios fundamentais consagrados pela Constituição Federal, das obrigações decorrentes dos tratados, acordos e demais instrumentos internacionais de que o Brasil é parte, das condições de inserção internacional do País e de sua organização social, política e econômica. É fixada pelo Presidente da República, após exame e sugestões do competente órgão de controle externo da atividade de Inteligência, no âmbito do Congresso Nacional.

¹ <http://www.abin.gov.br/atividadeinteligencia>

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

A PNI define os parâmetros e limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Para efeito da implementação da PNI, adotam-se os seguintes conceitos:

Atividade de Inteligência: exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado. A atividade de Inteligência divide-se, fundamentalmente, em dois grandes ramos:

I – Inteligência: atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado;

II – Contrainteligência: atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado.

2 PRESSUPOSTOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

2.1 Obediência à Constituição Federal e às Leis

A Inteligência desenvolve suas atividades em estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro, pautando-se pela fiel observância aos Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais expressos na Constituição Federal, em prol do bem-comum e na defesa dos interesses da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

2.2 Atividade de Estado

A Inteligência é atividade exclusiva de Estado e constitui instrumento de assessoramento de mais alto nível de seus sucessivos governos, naquilo que diga respeito aos interesses da sociedade brasileira. Deve atender precipuamente ao Estado, não se colocando a serviço de grupos, ideologias e objetivos mutáveis e sujeitos às conjunturas político-partidárias.

2.3 Atividade de assessoramento oportuno

À Inteligência compete contribuir com as autoridades constituídas, fornecendo-lhes informações oportunas, abrangentes e confiáveis, necessárias ao exercício do processo decisório.

Cumprir à Inteligência acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, buscando identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças ou riscos aos interesses da sociedade e do Estado. O trabalho da Inteligência deve permitir que o Estado, de forma antecipada, mobilize os esforços necessários para fazer frente às adversidades futuras e para identificar oportunidades à ação governamental.

2.4 Atividade especializada

A Inteligência é uma atividade especializada e tem o seu exercício alicerçado em um conjunto sólido de valores profissionais e em uma doutrina comum.

A atividade de Inteligência exige o emprego de meios sigilosos, como forma de preservar sua ação, seus métodos e

processos, seus profissionais e suas fontes. Desenvolve ações de caráter sigiloso destinadas à obtenção de dados indispensáveis ao processo decisório, indisponíveis para coleta ordinária em razão do acesso negado por seus detentores. Nesses casos, a atividade de Inteligência executa operações de Inteligência - realizadas sob estrito amparo legal -, que buscam, por meio do emprego de técnicas especializadas, a obtenção do dado negado.

2.5 Conduta Ética

A Inteligência pauta-se pela conduta ética, que pressupõe um conjunto de princípios orientadores do comportamento humano em sociedade. A sua observância é requisito fundamental a profissionais de qualquer campo de atividade humana. No que concerne ao comportamento dos profissionais de Inteligência, representa o cuidado com a preservação dos valores que determinam a primazia da verdade, sem conotações relativas, da honra e da conduta pessoal ilibada, de forma clara e sem subterfúgios.

Na atividade de Inteligência, os valores éticos devem balizar tanto os limites de ação de seus profissionais quanto os de seus usuários. A adesão incondicional a essa premissa é o que a sociedade espera de seus dirigentes e servidores.

2.6 Abrangência

A atividade de Inteligência deve possuir abrangência tal que lhe possibilite identificar ameaças, riscos e oportunidades ao País e à sua população.

É importante que as capacidades individuais e coletivas, disponíveis nas universidades, centros de pesquisa e demais instituições e organizações públicas ou privadas, colaborem com a Inteligência, potencializando sua atuação e contribuindo com a sociedade e o Estado na persecução de seus objetivos.

2.7 Caráter permanente

A Inteligência é uma atividade perene e sua existência confunde-se com a do Estado ao qual serve. A necessidade de assessorar o processo decisório e de salvaguardar os ativos estratégicos da Nação é ditada pelo Estado, em situações de paz, de conflito ou de guerra.

3 O ESTADO, A SOCIEDADE E A INTELIGÊNCIA

No mundo contemporâneo, a gestão dos negócios de Estado ocorre no curso de uma crescente evolução tecnológica, social e gerencial. Em igual medida, as opiniões, interesses e demandas da sociedade evoluem com celeridade. Nessas condições, amplia-se o papel da Inteligência no assessoramento ao processo decisório nacional e, simultaneamente, impõe-se aos profissionais dessa atividade o desafio de reavaliar, de forma ininterrupta, sua contribuição àquele processo no contexto da denominada "era da informação". Em meio a esse cenário, há maior disponibilidade de informações acerca de temas de interesse, exigindo dos órgãos de Inteligência atuação não concorrente, bem como a produção de análises com maior valor agregado.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações impõe a atualização permanente de meios e métodos, obrigando os órgãos de Inteligência - no que se refere à segurança dos sistemas de processamento, armazenamento e proteção de dados sensíveis - a resguardar o patrimônio nacional de ataques cibernéticos e de outras ações

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

adversas, cada vez mais centradas na área econômico-tecnológica. A crescente interdependência dos processos produtivos e dos sistemas de controle da tecnologia da informação e comunicações desperta preocupação quanto à segurança do Estado e da sociedade, em decorrência da vulnerabilidade a ataques eletrônicos, ensejando atenção permanente da Inteligência em sua proteção.

Os atuais cenários internacional e nacional revelam peculiaridades que induzem a atividade de Inteligência a redefinir suas prioridades, dentre as quais adquirem preponderância aquelas relacionadas a questões econômico-comerciais e científico-tecnológicas. Nesse contexto, assumem contornos igualmente preocupantes os aspectos relacionados com a espionagem, propaganda adversa, desinformação, a sabotagem e a cooptação.

Paralelamente, potencializa-se o interesse da Inteligência frente a fenômenos como: violência, em larga medida financiada por organizações criminosas ligadas ao narcotráfico; crimes financeiros internacionais; violações dos direitos humanos; terrorismo e seu financiamento; e atividades ilegais envolvendo o comércio de bens de uso dual e de tecnologias sensíveis, que desafiam os Estados democráticos.

Ao desenvolverem o seu trabalho, os órgãos de Inteligência devem, também, atentar para a identificação de oportunidades que possam surgir para o Estado, indicando-as às autoridades detentoras de poder decisório.

A crescente complexidade das relações entre Estados e desses com as sociedades define o ambiente onde atua a Inteligência. Ameaças à segurança da sociedade e do Estado demandam ações preventivas concertadas entre os organismos de Inteligência de diferentes países, e desses com suas estruturas internas. Esse universo acentua a importância do compartilhamento de informações e do trabalho coordenado e integrado, de forma a evitar a deflagração de crises em áreas de interesse estratégico para o Estado ou, quando inevitável, a oferecer às autoridades o assessoramento capaz de permitir o seu adequado gerenciamento.

4 OS AMBIENTES INTERNACIONAL E NACIONAL

A conjuntura mundial tem alterado a percepção e a conduta dos Estados nacionais, das organizações e dos indivíduos, realçando os chamados temas globais e transnacionais. Alguns deles, já anteriormente citados, encerram desafios e graves ameaças, a exemplo de: criminalidade organizada; narcotráfico; terrorismo e seu financiamento; armas de destruição em massa; e atividades ilegais envolvendo comércio de bens de uso dual e de tecnologias sensíveis. Nenhum dos problemas associados a esses temas globais pode ser evitado ou enfrentado sem efetiva cooperação internacional.

No entanto, as relações internacionais não se resumem ao exame de temas de convergência e a ações cooperativas, e as denominadas ameaças transnacionais não logram unir e congraçar os Estados em torno de interesses e objetivos comuns. O ambiente internacional caracteriza-se, ao contrário, pela contínua competição entre Estados. Cada um busca melhorar seu respectivo posicionamento estratégico.

O Brasil assume crescente relevância no cenário internacional. No campo econômico, integra um bloco de países que apresenta considerável potencial de crescimento e ca-

pacidade de atração de investimentos produtivos. Na área comercial, emerge como destacado exportador de produtos primários e de produtos de alto valor agregado. Conquistada a estabilidade econômica, sua moeda ganha credibilidade, seu sistema bancário goza de sólida reputação e sua estrutura regulatória sobressai entre as mais confiáveis do mundo.

No campo político-militar, o País contribui para a estabilidade regional, a construção de consensos e a conciliação de interesses, por meio de iniciativas de integração sulamericana. Concorre para o êxito das operações de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e dispõe-se a assumir novas responsabilidades no âmbito dessa organização.

Esse cenário projeta benefícios para a população brasileira sob todos os aspectos, especialmente nos campos político, econômico e social. Também torna o País suscetível à perpetração de ações adversas de vários tipos, quer no âmbito interno, quer externo.

Cumprir ressaltar que a complexidade global já não permite clara diferenciação de aspectos internos e externos na identificação da origem das ameaças e aponta, cada vez mais, para a necessidade de que sejam entendidas, analisadas e avaliadas de forma integrada.

Afigura-se, assim, imprescindível o delineamento de uma Política capaz de orientar e balizar a atividade de Inteligência do País, visando ao adequado assessoramento ao processo decisório nacional de forma singular, oportuna e eficaz. Esse instrumento de gestão pública deve guardar perfeita sintonia com os preceitos da Política Externa Brasileira e com os interesses estratégicos definidos pelo Estado, como aqueles consignados na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa.

É necessário, ainda, ampliar o desenvolvimento de ações de proteção dos conhecimentos sensíveis e da infraestrutura crítica nacional, bem como contrapor-se ao surgimento de ameaças representadas tanto por serviços de Inteligência, quanto por grupos de interesse, organizações ou indivíduos que atuem de forma adversa aos interesses estratégicos nacionais.

5 INSTRUMENTOS

Para efeito da presente Política, consideram-se instrumentos da Inteligência os atos normativos, instituições, métodos, processos, ações e recursos necessários à implementação dos seus objetivos.

São instrumentos essenciais da Inteligência nacional:

I – Plano Nacional de Inteligência;

II – Doutrina Nacional de Inteligência;

III – diretrizes e prioridades estabelecidas pelas autoridades competentes;

IV – SISBIN e órgãos de Inteligência que o integram;

V – intercâmbio de dados e conhecimentos no âmbito do SISBIN, nos termos da legislação em vigor;

VI – planejamento integrado do regime de cooperação entre órgãos integrantes do SISBIN;

VII – capacitação, formação e desenvolvimento de pessoas para a atividade de Inteligência;

VIII – pesquisa e desenvolvimento tecnológico para as áreas de Inteligência e Contra-inteligência;

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

IX – ajustes de cooperação mediante instrumentos específicos entre órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal (APF), das Unidades da Federação ou da iniciativa privada;

X – recursos financeiros necessários à consecução das atividades de Inteligência;

XI – controle interno e externo da atividade de Inteligência; e

XII – intercâmbio de Inteligência e cooperação técnica internacionais.

6 PRINCIPAIS AMEAÇAS

Para efeito da presente Política, consideram-se principais ameaças aquelas que apresentam potencial capacidade de pôr em perigo a integridade da sociedade e do Estado e a segurança nacional do Brasil.

A PNI, para o balizamento das atividades dos diversos órgãos que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência (SIS-BIN), prioriza as ameaças a seguir apresentadas.

6.1 Espionagem

É a ação que visa à obtenção de conhecimentos ou dados sensíveis para beneficiar Estados, grupos de países, organizações, facções, grupos de interesse, empresas ou indivíduos.

Ações de espionagem podem afetar o desenvolvimento socioeconômico e comprometer a soberania nacional. Há instituições e empresas brasileiras vulneráveis à espionagem, notadamente aquelas que atuam nas áreas econômico-financeira e científico-tecnológica. O acesso indevido a dados e conhecimentos sensíveis em desenvolvimento, bem como a interceptação ilegal de comunicações entre organizações para a obtenção de informações estratégicas, têm sido recorrentes e causado significativa evasão de divisas.

6.2 Sabotagem

É a ação deliberada, com efeitos físicos, materiais ou psicológicos, que visa a destruir, danificar, comprometer ou inutilizar, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, dados ou conhecimentos; ferramentas; materiais; matérias-primas; equipamentos; cadeias produtivas; instalações ou sistemas logísticos, sobretudo aqueles necessários ao funcionamento da infraestrutura crítica do País, com o objetivo de suspender ou paralisar o trabalho ou a capacidade de satisfação das necessidades gerais, essenciais e impreteríveis do Estado ou da população.

A projeção internacional do País e sua influência em vários temas globais atraem a atenção daqueles cujas pretensões se veem ameaçadas pelo processo de desenvolvimento nacional. A ocorrência de ações de sabotagem pode impedir ou dificultar a consecução de interesses estratégicos brasileiros.

6.3 Interferência Externa

É a atuação deliberada de governos, grupos de interesse, pessoas físicas ou jurídicas que possam influenciar os rumos políticos do País com o objetivo de favorecer interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais.

É prejudicial à sociedade brasileira que ocorra interferência externa no processo decisório ou que autoridades brasileiras sejam levadas a atuar contra os interesses nacionais e em favor de objetivos externos antagônicos. A interferência externa é uma ameaça frontal ao princípio constitucional da soberania.

Deve constituir também motivo de constante atenção e preocupação a eventual presença militar extrarregional na América do Sul, podendo ser caracterizada como ameaça à estabilidade regional.

6.4 Ações contrárias à Soberania Nacional

São ações que atentam contra a autodeterminação, a não-ingência nos assuntos internos e o respeito incondicional à Constituição e às leis.

Deve constituir preocupação constante do Estado e de seus governantes, e requerer a atenção da Inteligência nacional, a violação: dos espaços territorial e aéreo brasileiros; de suas fronteiras marítimas e terrestres; da segurança dos navios e aeronaves de bandeira brasileira, à luz das Convenções em vigor no País; dos direitos exclusivos sobre sua plataforma continental; do seu direito sobre seus recursos naturais; e do seu direito soberano de regular a exploração e de usufruir de sua biodiversidade.

6.5 Ataques cibernéticos

Referem-se a ações deliberadas com o emprego de recursos da tecnologia da informação e comunicações que visem a interromper, penetrar, adulterar ou destruir redes utilizadas por setores públicos e privados essenciais à sociedade e ao Estado, a exemplo daqueles pertencentes à infraestrutura crítica nacional.

Os prejuízos das ações no espaço cibernético não advêm apenas do comprometimento de recursos da tecnologia da informação e comunicações. Decorrem, também, da manipulação de opiniões, mediante ações de propaganda ou de desinformação.

Há países que buscam abertamente desenvolver capacidade de atuação na denominada guerra cibernética, ainda que os ataques dessa natureza possam ser conduzidos não apenas por órgãos governamentais, mas também por grupos e organizações criminosas; por simpatizantes de causas específicas; ou mesmo por nacionais que apoiem ações antagônicas aos interesses de seus países.

6.6 Terrorismo

É uma ameaça à paz e à segurança dos Estados. O Brasil solidariza-se com os países diretamente afetados por este fenômeno, condena enfaticamente as ações terroristas e é signatário de todos os instrumentos internacionais sobre a matéria. Implementa as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. A temática é área de especial interesse e de acompanhamento sistemático por parte da Inteligência em âmbito mundial.

A prevenção e o combate a ações terroristas e a seu financiamento, visando a evitar que ocorram em território nacional ou que este seja utilizado para a prática daquelas ações em outros países, somente serão possíveis se realizados de forma coordenada e compartilhada entre os serviços de Inteligência nacionais e internacionais e, em âmbito interno, em parceria com os demais órgãos envolvidos nas áreas de defesa e segurança.

6.7 Atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis

São ameaças crescentes que atingem países produtores desses bens e detentores dessas tecnologias, em especial nas áreas química, biológica e nuclear. O Brasil insere-se nesse contexto. As redes criminosas e terroristas buscam ter acesso,

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

na maioria das vezes de forma regular, porém dissimulada, a esses bens e tecnologias. Para tanto, utilizam-se, entre outros meios, de empresas ou instituições de fachada criadas legalmente ao redor do mundo para tentar burlar controles executados por órgãos de Inteligência e de repressão em conformidade com a legislação brasileira e com os compromissos internacionais assumidos pelo País.

O trabalho da Inteligência nessa área é identificar essas redes, grupos, empresas ou instituições, seus *modus operandi* e objetivos ao tentar ter acesso a bens de uso dual e tecnologias sensíveis, assim como aos detentores desses conhecimentos.

O controle das tecnologias de uso dual deve dar-se de modo a preservar o direito ao desenvolvimento científico e tecnológico para fins pacíficos, de acordo com os instrumentos internacionais incorporados ao ordenamento jurídico nacional. O País adota legislação avançada de controle de transferência dessas tecnologias.

6.8 Armas de Destruição em Massa

Constituem ameaça que atinge a todos os países. A existência de armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares) é, em si mesma, uma fonte potencial de proliferação, além de representar risco à paz mundial e aos países que abdicaram da opção por essas armas para sua defesa.

Para contrapor-se à ameaça representada pelas armas de destruição em massa, sobressaem dois imperativos: a não-proliferação e a eliminação dos estoques existentes.

A implementação de ações de Inteligência nessa área é fator determinante e contribui para a proteção da população brasileira e das infraestruturas críticas em território nacional contra possíveis efeitos do emprego de armas ou artefatos produzidos a partir desses bens ou tecnologias.

6.9 Criminalidade Organizada

É ameaça a todos os Estados e merece atenção especial dos órgãos de Inteligência e de repressão nacionais e internacionais. A incidência desse fenômeno, notadamente em sua vertente transnacional, reforça a necessidade de aprofundar a cooperação. Apesar dos esforços individuais e coletivos das nações, não se projetam resultados que apontem para a redução desse flagelo global em curto e médio prazo.

A atuação cada vez mais integrada nas vertentes preventiva (Inteligência) e reativa (Policial) mostra ser a forma mais efetiva de enfrentar esse fenômeno, inclusive no que diz respeito a subsidiar os procedimentos de identificação e interrupção dos fluxos financeiros que lhe dão sustentação. Atualmente, a grande maioria dos países desenvolve e aprofunda o intercâmbio de dados e conhecimentos entre os órgãos de Inteligência e de repressão em âmbito nacional e internacional.

6.10 Corrupção

A corrupção é um fenômeno mundial capaz de produzir a erosão das instituições e o descrédito do Estado como agente a serviço do interesse nacional. Pode ter, nos pólos ativo e passivo, agentes públicos e privados.

Cabe à Inteligência cooperar com os órgãos de controle e com os governantes na prevenção, identificação e combate à corrupção em suas diversas manifestações, inclusive quando advindas do campo externo, que colocam em risco o interesse público.

6.11 Ações Contrárias ao Estado Democrático de Direito

Representam ameaça que deve merecer especial atenção de todos os entes governamentais, em particular daqueles com atribuições institucionais de garantir a defesa do Estado Democrático de Direito.

As ações contrárias ao Estado Democrático de Direito são aquelas que atentam contra o pacto federativo; os direitos e garantias fundamentais; a dignidade da pessoa humana; o bem-estar e a saúde da população; o pluralismo político; o meio ambiente e as infraestruturas críticas do País, além de outros atos ou atividades que representem ou possam representar risco aos preceitos constitucionais relacionados à integridade do Estado.

Identificar essas ações e informar às autoridades governamentais competentes é tarefa primordial da atividade de Inteligência, que assim estará proporcionando aos governantes o subsídio adequado e necessário ao processo de tomada de decisão.

7 OBJETIVOS DA INTELIGÊNCIA NACIONAL

Contribuir para a promoção da segurança e dos interesses do Estado e da sociedade brasileira, por meio de atividades e da produção de conhecimentos de Inteligência que possibilitem:

I – acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, assessorando o processo decisório nacional e a ação governamental;

II – identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças, riscos ou oportunidades;

III – neutralizar ações da Inteligência adversa;

IV – proteger áreas e instalações, sistemas, tecnologias e conhecimentos sensíveis, bem como os detentores desses conhecimentos; e

V – conscientizar a sociedade para o permanente aprimoramento da atividade de Inteligência.

8 DIRETRIZES

8.1 Prevenir ações de espionagem no País

O desenvolvimento de ações destinadas à obtenção de dados protegidos é fato usual e consolidado nas relações internacionais.

A diversidade de interesses e iniciativas com impacto regional e global vem aumentando continuamente.

Segredos militares, industriais (inovação e tecnologia) e de política externa são alvos preferenciais da espionagem estrangeira. Faz-se necessário identificar, avaliar e interpretar posturas externas, elencando aquelas que representem ameaças, prejuízos e comprometimento das políticas e planos nacionais.

8.2 Ampliar a capacidade de detectar, acompanhar e informar sobre ações adversas aos interesses do Estado no exterior

O Brasil vem ampliando a sua atuação no cenário internacional e, não raro, ações de interesse estratégico para o País são executadas em regiões com elevado nível de tensão política e social ou em áreas de conflito.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Paralelamente, a cooperação técnico-científica mundial demanda a presença de especialistas brasileiros em vários pontos dos cinco continentes.

Nesse cenário, torna-se imprescindível para a Inteligência conhecer as principais ameaças e vulnerabilidades a que estão sujeitas as posições e os interesses nacionais no exterior, como forma de bem assessorar o chefe de Estado e os órgãos responsáveis pela consecução dos objetivos no exterior.

8.3 Prevenir ações de sabotagem

A posição mais relevante do País no cenário internacional aumenta o risco de se tornar alvo de ações de sabotagem, que visam a impedir ou a dificultar a consecução de seus interesses estratégicos.

As consequências de atos de sabotagem podem situar-se em pontos distintos de uma ampla escala, que vão da suspensão temporária até a paralisação total de atividades e serviços essenciais à população e ao Estado.

Dessa forma, é necessário mapear os alvos potenciais para atos de sabotagem, com o intuito de detectar o planejamento de ações dessa natureza em seus estágios iniciais.

8.4 Expandir a capacidade operacional da Inteligência no espaço cibernético

O funcionamento de um aparato estatal não pode prescindir da utilização de tecnologias da informação e das comunicações. O comprometimento da capacidade operacional do Estado e de sistemas computacionais essenciais ao provimento das necessidades básicas da sociedade deve ser preocupação permanente, exigindo constante aperfeiçoamento técnico dos entes públicos responsáveis pela integridade desses sistemas.

Por sua vez, a rede mundial de computadores, além de canal cada vez mais propício à perpetração de atos protagonizados por agentes do crime organizado ou por organizações terroristas, tem-se constituído, ainda, em espaço privilegiado de discussões, diversas das quais relativas aos interesses do País. Nesse contexto, é primordial acompanhar, avaliar tendências, prevenir e evitar ações prejudiciais à consecução dos objetivos nacionais.

8.5 Compartilhar dados e conhecimentos

O êxito de uma atuação coordenada depende do compartilhamento oportuno de dados e conhecimentos entre os diversos organismos estatais, observadas as características específicas da atividade de Inteligência, em especial quanto aos usuários que a eles devem ter acesso.

As missões e atribuições da Inteligência devem ser realizadas, sempre que possível, com a disponibilidade sistêmica de acesso a dados e conhecimentos entre os órgãos do SISBIN.

8.6 Ampliar a confiabilidade do Sistema Brasileiro de Inteligência

O acesso a conhecimentos de Inteligência é tão valioso quanto a sua confiabilidade, bem como a dos profissionais que integram o SISBIN. A disseminação de um conhecimento de Inteligência falseado ou impreciso pode comprometer a cadeia decisória do Estado que dele faça uso. A divulgação não autorizada de dados e conhecimentos classificados ou originalmente sigilosos também prejudica os órgãos de Inteligência, afetando diretamente a sua credibilidade.

Nesse contexto, a confiabilidade do SISBIN deve ser ampliada continuamente pelo aperfeiçoamento do processo de seleção de recursos humanos para a área de Inteligência, pelo treinamento de servidores públicos encarregados de temas e missões sensíveis e pela implementação efetiva de contramedidas de segurança corporativa indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento da atividade de Inteligência.

8.7 Expandir a capacidade operacional da Inteligência

As ações de obtenção de dados sigilosos, visando a contribuir para a neutralização de ameaças à sociedade e ao Estado brasileiros, exigem equipes operacionais altamente capacitadas. Para o melhor aproveitamento e produção de resultados, é imprescindível que essas equipes disponham de recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros, entre outros, compatíveis com a complexidade das missões que se lhes apresentem.

Desse modo, deve ser estudada a viabilidade de expansão da capacidade operacional da Inteligência, sobretudo no que diz respeito ao adequado efetivo de agentes especializados nessa atividade; aos recursos, capacitações e treinamentos necessários à sua execução; e à inserção, no ordenamento jurídico nacional, dos instrumentos que amparem suas atividades.

8.8 Fortalecer a cultura de proteção de conhecimentos

O acesso não autorizado a técnicas, processos de inovação, pesquisas, planos e estratégias, bem como ao patrimônio genético e a conhecimentos tradicionais a ele associados, pode comprometer a consecução de objetivos nacionais e resultar em prejuízos expressivos no campo socioeconômico. A proteção dos conhecimentos sensíveis nacionais constitui fator essencial para o desenvolvimento do País. Os importantes resultados advindos de pesquisas científicas e tecnológicas requerem contínuo aperfeiçoamento de mecanismos de proteção nos meios acadêmicos e empresariais.

Torna-se, portanto, imprescindível e urgente fortalecer, no âmbito da sociedade, a cultura de proteção, visando ao estabelecimento de práticas para a salvaguarda de conhecimentos por parte daqueles que os detêm. A Inteligência deve concorrer para a disseminação dessa cultura como forma de evitar ou minimizar prejuízos ao País.

8.9 Cooperar na proteção das infraestruturas críticas nacionais

Ameaças como terrorismo, organizações criminosas transnacionais e grupos de diferentes origens e com distintos interesses ligados a atos de sabotagem devem ser monitoradas, como forma de minimizar as possibilidades de sucesso das ações que visem a interromper ou mesmo comprometer o funcionamento das infraestruturas críticas nacionais.

Nesse cenário, a Inteligência deve participar do processo de avaliação de riscos e vulnerabilidades relativos a alvos potenciais daquelas ameaças, visando a concorrer para a proteção das infraestruturas críticas nacionais.

8.10 Cooperar na identificação de oportunidades ou áreas de interesse para o Estado brasileiro

A atividade de Inteligência, pela sua atuação prospectiva e preventiva, auxilia o Estado na identificação de oportunidades e interesses para o desenvolvimento nacional.

Nesse cenário, a Inteligência deve desenvolver a capacidade de assessorar as instâncias decisórias por meio de instrumentos, estruturas e processos que possibilitem essa identificação nas diversas áreas do interesse nacional.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

3 ESTRATÉGIA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA.

“No Brasil, a Inteligência de Estado desenvolveu-se durante o regime republicano, em especial a partir de 1927, e fez parte da história do país, em maior ou menor intensidade, tanto nos períodos democráticos quanto nas fases de exceção.

A atividade de Inteligência caracteriza-se pela identificação de fatos e situações que representem obstáculos ou oportunidades aos interesses nacionais. O levantamento e o processamento de dados e a análise de informações ajudam os decisores governamentais a superar obstáculos ou a aproveitar oportunidades.

Em todos esses momentos históricos a Inteligência esteve envolvida na produção e na proteção de dados, informações e conhecimentos, sempre a serviço do Estado.

Com base na análise da sucessão dos diferentes órgãos de Inteligência da histórica republicana, identifica-se quatro fases da atividade no Brasil.

FASE EMBRIONÁRIA (1927 a 1964)

A atividade esteve inserida, de forma complementar, em conselhos de governo (1927 a 1946) e no Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI – 1946 a 1964). Correspondeu à construção das primeiras estruturas governamentais voltadas para a análise de dados e para a produção de conhecimentos.

FASE DA BIPOLARIDADE (1964 a 1990)

A atividade esteve atrelada, de forma direta, ao contexto da Guerra Fria, de características notoriamente ideológicas. Abrangeu desde a reestruturação do SFICI até a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI).

FASE DE TRANSIÇÃO (1990 a 1999)

Com a redemocratização, a atividade de Inteligência passou por processo de reavaliação e autocritica para se adequar a novos contextos governamentais de atuação. A Inteligência tornou-se vinculada a Secretarias da Presidência da República, primeiro como Departamento de Inteligência (DI) e, posteriormente, como Subsecretaria de Inteligência (SSI).

FASE CONTEMPORÂNEA (1999 até hoje)

Iniciada com a criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), consequência de ampla discussão política com representantes da sociedade no Congresso Nacional. É marcada pelo expressivo avanço da atividade no País – tanto pela consolidação da atuação da ABIN quanto pela expansão do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), também criado em 1999.

Durante a maior parte da Fase Contemporânea da Inteligência Brasileira, a ABIN esteve vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) – órgão com status de ministério.

Reforma administrativa executada pela presidente Dilma Rousseff, em 2015, levou a Agência à estrutura da Secretaria de Governo. Com a entrada em exercício do presidente Michel Temer, o GSI foi recriado e a ABIN foi inserida novamente na hierarquia do GSI.

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é um órgão da Presidência da República, vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional, responsável por fornecer ao presidente da República e a seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao processo de decisão.

Na condição de órgão central de um sistema que reúne 38 integrantes – o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) –, a ABIN tem por missão assegurar que o Executivo Federal tenha acesso a conhecimentos relativos à segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem defesa externa, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento científico-tecnológico.

Para cumprir essa missão institucional, os profissionais de inteligência produzem conhecimentos estratégicos por meio da análise de fatos, eventos ou situações que permitam a identificação de oportunidades e ameaças relacionadas à proteção das fronteiras nacionais, à segurança de infraestruturas críticas, à contraespionagem, ao terrorismo, à proliferação de armas de destruição de massa, a políticas estabelecidas com outros países ou regiões, à segurança das informações e das comunicações, à defesa do meio ambiente, à proteção de conhecimentos sensíveis produzidos por entes públicos ou privados, entre outros assuntos.

A ABIN constitui-se em órgão de Estado permanente, apartidário e apolítico, com atuação nacional e representações no exterior. A Agência foi criada pela lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e, condizente com suas atribuições legais e sua missão institucional, não é responsável pela condução de investigações criminais.

As atividades de inteligência da ABIN são desenvolvidas com irrestrita observância aos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado brasileiro. Tem como fundamentos de sua ação a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana.

Em síntese, a ABIN é o único órgão nacional cujo fim é planejar e executar atividades de inteligência de Estado para subsidiar o processo decisório nacional. Outras instituições que trabalham com inteligência têm na atividade um meio para subsidiar suas específicas atribuições legais.

A sede da Agência está localizada em Brasília/DF, no Setor Policial Sul (SPO). O órgão também conta com superintendências estaduais em cada uma das capitais dos 26 estados brasileiros. Ainda há subunidades em localidades estratégicas, principalmente em regiões fronteiriças.

A ABIN tem representações em quatorze países da América do Sul, América do Norte, África e Europa. Oficiais de Inteligência da Agência atuam nesses países exercendo a função de adidos civis. Eles fazem o intercâmbio de informações e produzem conhecimentos sobre temas de interesse do Estado brasileiro

MISSÃO

Antecipar fatos e situações que possam impactar a segurança da sociedade e do Estado brasileiros, de modo a assessorar o mais alto nível decisório do País, bem como salvaguardar conhecimentos sensíveis e aprimorar a Atividade de Inteligência de Estado

VALORES

Lealdade

Fidelidade ao Estado Democrático de Direito e aos seus fundamentos, bem como aos compromissos assumidos junto à sociedade brasileira, quando do juramento na posse

Imparcialidade

Isenção, no exercício da Atividade de Inteligência, de juízos de valor decorrentes de interesses ou convicções pessoais de caráter filosófico, ideológico, religioso, político, societário ou corporativo

Profissionalismo

Dedicação, compromisso e empenho nas atividades desenvolvidas e no cumprimento da missão institucional, somados à busca contínua de aperfeiçoamento pessoal e profissional

Cooperação

Soma de esforços compartilhados, visando ao alcance dos objetivos institucionais

Segurança

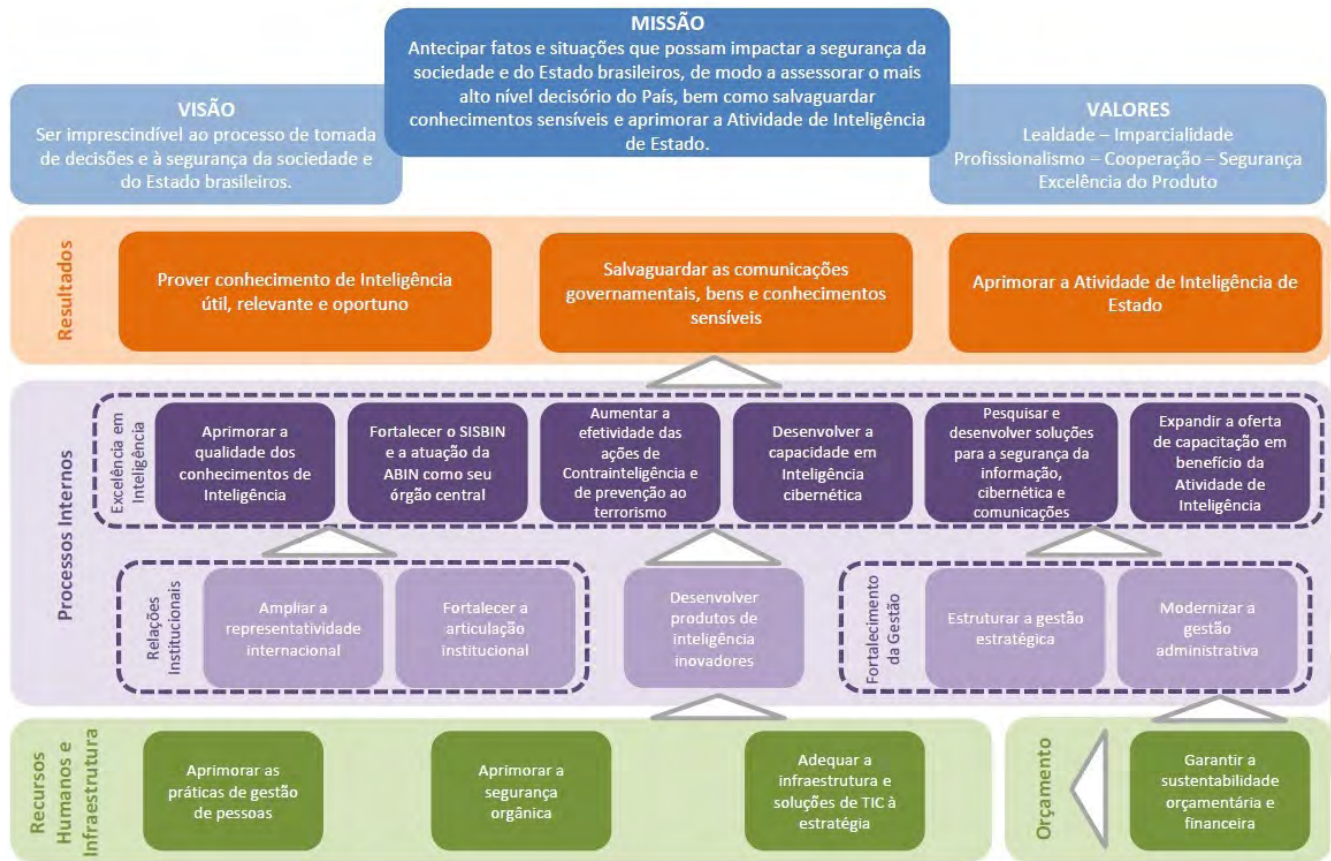
Empenho constante no emprego de medidas que assegurem o tratamento adequado de assuntos sigilosos e a integridade física dos servidores e minimizem riscos no desenvolvimento das ações de Inteligência

Excelência do produto

Esforço para que o produto da Agência seja ímpar e oportuno e para que a Atividade de Inteligência seja determinante para seu conteúdo, de forma que o usuário, ao recebê-lo, possa tomar decisões eficientes

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

MAPA ESTRATEGICO 2017- 2021



Na condição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), a ABIN tem por competência planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas na forma da legislação específica. Cabe a ela:

- Executar a Política Nacional de Inteligência e as ações dela decorrentes, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo;
- Planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;
- Planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;
- Avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional;
- Promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência;
- Realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência;
- Coordenar as atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN.²

2 <http://www.abin.gov.br/institucional/a-abin/>

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

4 CONTROLE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA: INTELIGÊNCIA, DEMOCRACIA E CONTROLE; O CONTROLE PARLAMENTAR DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA; MECANISMOS NÃO PARLAMENTARES DE CONTROLE; O CONTROLE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL.

"A Agência Brasileira de Inteligência está submetida a controle tanto interno quanto externo. Cabe ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo a fiscalização das ações da Agência.



CONTROLE INTERNO

A Câmara de Relações Exteriores (Creden), do Conselho de Governo, é responsável por definir as diretrizes de atuação da ABIN. Também cabe à Câmara a supervisão e a execução da Política Nacional de Inteligência, norma orientadora da atividade.

Já o controle interno sobre a aplicação das verbas orçamentárias da Agência é feito pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CISSET/PR), que avalia os resultados da gestão financeira e patrimonial nos órgãos integrantes e entidades vinculadas à Presidência da República. Os relatórios da CISSET são posteriormente enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

CONTROLE INTERNO DA ABIN

Além dos mecanismos de controle interno exercidos pela Presidência da República, a Agência Brasileira de Inteligência conta com um Assessor de Controle Interno, a quem cabe analisar atos administrativos de forma a asse-

gurar, preventivamente, a legitimidade, a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Ao mesmo tempo, cabe ao Assessor da ABIN acompanhar o atendimento das recomendações e determinações da CISSET e do Tribunal de Contas da União – TCU pelos órgãos centrais e unidades estaduais da ABIN.

CONTROLE EXTERNO

O Poder Legislativo é responsável pelo controle externo da ABIN por intermédio da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso Nacional, faz o controle externo das ações de Inteligência, de Contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, desenvolvidas no Brasil e no exterior. A CCAI se reúne periodicamente e tem autonomia para convocar os dirigentes da ABIN e de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, especialmente os componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), para prestarem informações sobre sua atuação. O objetivo é assegurar que tais atividades estejam em conformidade com a Constituição Federal e com as normas do ordenamento jurídico nacional.

Por sua vez, fica a cargo do Tribunal de Contas da União o controle da gestão dos recursos orçamentários da ABIN. O TCU é órgão auxiliar do Congresso Nacional, que analisa e julga as contas dos administradores de recursos públicos federais.

CCAI

O que é?

Comissão Mista do Congresso Nacional responsável pelo controle da atividade de Inteligência no País. É composta por deputados e senadores e tem caráter permanente. Foi criada pelo artigo 6º da Lei 9.883/1999, que instituiu o SISBIN e criou a ABIN.

Composição

Doze parlamentares, oriundos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal:

- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados;
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal;
- Líder da Maioria na Câmara dos Deputados;
- Líder da Minoria na Câmara dos Deputados;
- Líder da Maioria no Senado Federal;
- Líder da Minoria no Senado Federal;
- Deputado indicado pela Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados;
- Deputado indicado pela Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados;
- Senador indicado pela Liderança da Maioria do Senado Federal;
- Senador indicado pela Liderança da Minoria do Senado Federal;

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

- Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, mediante votação secreta de seus membros;

- Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, mediante votação secreta de seus membros.

Regulamentação

Em novembro de 2013, um Projeto de Resolução regulamentou o funcionamento da CCAI. A aprovação da matéria foi considerada fato histórico pelos congressistas, pois, a partir de então, surgiu norma para regulamentar as ações de controle e de fiscalização com regularidade, abrindo caminho para o aperfeiçoamento da própria comissão.

Entre as atividades da CCAI estão a produção de pareceres sobre matérias relacionadas à atividade de Inteligência e a realização de audiências públicas e reservadas sobre temas vinculados³.

"CREDEN

Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Composição

Formada pelos seguintes Ministros de Estado:

- Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que a preside;
- Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
- da Justiça;
- da Defesa;
- das Relações Exteriores;
- do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- do Meio Ambiente.

São convidados para participar das reuniões, em caráter permanente, os comandantes:

- da Marinha;
- do Exército;
- da Aeronáutica.

Atribuições

Formular políticas públicas e diretrizes de matérias relacionadas com a área das relações exteriores e defesa nacional do Governo Federal, aprovar, promover a articulação e acompanhar a implementação dos programas e ações estabelecidos, no âmbito de ações cujo escopo ultrapasse a competência de um único Ministério, inclusive aquelas pertinentes a cooperação internacional em assuntos de segurança e defesa; integração fronteiriça; populações indígenas; direitos humanos; operações de paz; narcotráfico e a outros delitos de configuração internacional; imigração; e atividade de inteligência. Também cabe à câmara o permanente acompanhamento e estudo de questões e fatos relevantes, com potencial de risco à estabilidade institucional, para prover informações ao Presidente da República⁴.

3 <http://www.abin.gov.br/aceso-a-informacao/controle-e-fiscalizacao/>

4 http://www.casacivil.gov.br/camaras/camaras_set/cam_rel_ext_def_nac

"CISSET

A Secretaria de Controle Interno (Ciset) está vinculada à Secretaria-Geral e integra, como órgão setorial, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Após a edição do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, com a instituição das unidades de ouvidoria e correção, a Ciset passou a espelhar o modelo de atuação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), órgão central dos Sistemas de Controle Interno e Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.

Dessa forma, a Secretaria de Controle Interno ficou responsável pelas atividades de auditoria, consultoria, ouvidoria e correição, relacionadas aos órgãos integrantes da Presidência da República, bem como às suas entidades vinculadas, e à Vice-Presidência da República.

A Secretaria de Controle Interno (Ciset) realiza a fiscalização das ações da administração do Ministério da Defesa e órgãos supervisionados — o Hospital das Forças Armadas (HFA), a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID).

Sua principal atribuição é promover o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, levando em conta legalidade, legitimidade e economicidade dos atos, além da aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

A Ciset integra o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, organizado nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que tem como órgão central a Controladoria-Geral da União (CGU).

A secretaria atua nos órgãos e entidades vinculadas diretamente ao Ministério da Defesa, por meio das respectivas unidades setoriais de controle interno, nos Comandos das Forças Armadas e instituições a esses vinculados⁵.

TCU

A composição do Tribunal de Contas da União está regulamentada no artigo 73 da Constituição Federal, conferindo-se a capacidade de auto-organização e autoadministração assegurada aos órgãos do Poder Judiciário:

*Artigo 73, CF. O Tribunal de Contas da União, integrado por **nove Ministros**, tem sede no Distrito Federal, **quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional**, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.*

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre **brasileiros** que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - **mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;**

II - **idoneidade moral e reputação ilibada;**

III - **notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;**

IV - **mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.**

5 <http://www.secretariageral.gov.br/assuntos/controle-interno> / <http://www.defesa.gov.br/index.php/component/content/article/8528-o-papel-da-secretaria-de-controle-interno-ciset>

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão **escolhidos**:

I - **um terço pelo Presidente da República**, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista triplíce pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II - **dois terços pelo Congresso Nacional**.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas **garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça**, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

§ 4º O **auditor**, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

Por seu turno, as atribuições do Tribunal de Contas da União encontram-se descritas no artigo 71 da Constituição:

Artigo 71, CF. O **controle externo**, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o **auxílio** do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - **apreciar as contas** prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante **parecer** prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - **julgar as contas** dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - **apreciar**, para fins de registro, a **legalidade dos atos de admissão de pessoal**, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - **realizar**, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, **inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial**, nas unidades administrativas dos Poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário**, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as **contas nacionais das empresas supranacionais** de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a **aplicação de quaisquer recursos** repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as **informações solicitadas pelo Congresso Nacional**, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso **de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas**, as **sanções previstas em lei**, que estabelecerá, entre outras cominações, **multa proporcional** ao dano causado ao erário;

IX - assinar **prazo** para que o órgão ou entidade adote as **providências necessárias ao exato cumprimento da lei**, se verificada ilegalidade;

X - **sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal**;

XI - **representar** ao Poder competente sobre **irregularidades ou abusos** apurados.

§ 1º No caso de contrato, o **ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional**, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não **efetivar as medidas** previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte **imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo**.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, **relatório de suas atividades**.

5 LEI Nº 9.883/1999 E SUAS ALTERAÇÕES (INSTITUI O SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA, CRIA A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica **instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência**, que integra as **ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País**, com a **finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional**.

§ 1º O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos **a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana**, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal, os tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ou signatário, e a legislação ordinária.

§ 2º Para os efeitos de aplicação desta Lei, **entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado**.

§ 3º Entende-se como **contra-inteligência a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa**.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

O Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) foi instituído pela Lei 9.883, de 7 de dezembro 1999, com o objetivo de integrar as ações de planejamento e execução das atividades de Inteligência do Brasil. É um espaço que reúne 37 órgãos federais para a troca de informações e conhecimentos de Inteligência.

Sob a coordenação da ABIN, estabelecida por lei como seu órgão central, o SISBIN é responsável pelo processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de Inteligência necessários ao processo decisório do Poder Executivo. Também atua na proteção das informações sensíveis e estratégicas do Estado brasileiro.

Destaque para este artigo 1º é a abordagem de dois conceitos essenciais: inteligência e contra-inteligência.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal **que, direta ou indiretamente, possam produzir conhecimentos de interesse das atividades de inteligência, em especial aqueles responsáveis pela defesa externa, segurança interna e relações exteriores, constituirão o Sistema Brasileiro de Inteligência, na forma de ato do Presidente da República.**

§ 1º O Sistema Brasileiro de Inteligência é **responsável pelo processo de obtenção, análise e disseminação da informação necessária ao processo decisório do Poder Executivo, bem como pela salvaguarda da informação contra o acesso de pessoas ou órgãos não autorizados.**

§ 2º Mediante **ajustes específicos e convênios**, ouvido o competente órgão de controle externo da atividade de inteligência, as **Unidades da Federação poderão compor o Sistema Brasileiro de Inteligência.**

Sistema Brasileiro de Inteligência – obtenção, análise, salvaguarda e disseminação de informações – composto por todos órgãos da Administração Federal que produzam conhecimento de interesse das atividades de inteligência (eventualmente órgãos da Administração Estadual ou Municipal mediante ajustes específicos e convênios, ouvido o órgão de controle).

Art. 3º Fica **criada a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN**, órgão da Presidência da República, que, na posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, terá a seu cargo **planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País, obedecidas à política e às diretrizes superiormente traçadas nos termos desta Lei.**

Parágrafo único. As atividades de inteligência serão desenvolvidas, no que se refere aos **limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos**, com irrestrita observância dos **direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos** que regem os interesses e a segurança do Estado.

ABIN – Cabe planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País.

A atividade deve se limitar por direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e princípios éticos, em que pese a possibilidade de uso de técnicas e meios sigilosos.

Art. 4º À ABIN, além do que lhe prescreve o artigo anterior, **compete:**

I - **planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;**

II - **planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;**

III - **avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional;**

IV - **promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de inteligência, e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de inteligência.**

Parágrafo único. Os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência fornecerão à ABIN, nos termos e condições a serem aprovados mediante ato presidencial, para fins de integração, **dados e conhecimentos específicos** relacionados com a defesa das instituições e dos interesses nacionais.

Como a ABIN é o órgão central do sistema de inteligência, todos os órgãos que compõem tal sistema deverão fornecer a ela dados e conhecimentos específicos que permitam a consecução de suas competências.

Art. 5º A **execução da Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Presidente da República, será levada a efeito pela ABIN, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.**

Parágrafo único. Antes de ser fixada pelo Presidente da República, a Política Nacional de Inteligência será remetida ao **exame e sugestões do competente órgão de controle externo da atividade de inteligência.**

É papel da ABIN executar a Política Nacional de Inteligência, cuja elaboração é objeto de exame pelo controle externo. A ABIN é supervisionada pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo (controle interno).

Art. 6º O **controle e fiscalização externos** da atividade de inteligência serão exercidos pelo **Poder Legislativo na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional.**

§ 1º Integrarão o órgão de controle externo da atividade de inteligência os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como os Presidentes das **Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

§ 2º O ato a que se refere o caput deste artigo definirá o funcionamento do órgão de controle e a forma de desenvolvimento dos seus trabalhos com vistas ao controle e fiscalização dos atos decorrentes da execução da Política Nacional de Inteligência.

O controle externo da ABIN é exercido pelo Poder Legislativo, mediante órgão específico – Ciset – e pelo Tribunal de Contas da União.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Art. 7º A ABIN, observada a legislação e normas pertinentes, e objetivando o desempenho de suas atribuições, **poderá firmar convênios, acordos, contratos e quaisquer outros ajustes.**

A ABIN tem capacidade administrativa de firmar seus próprios convênios, acordos, contratos e outros ajustes.

Art. 8º A ABIN será **dirigida por um Diretor-Geral**, cujas funções serão estabelecidas no decreto que aprovar a sua estrutura organizacional.

§ 1º O **regimento interno** da ABIN disporá sobre **a competência e o funcionamento de suas unidades**, assim como as atribuições dos titulares e demais integrantes destas.

§ 2º A elaboração e edição do regimento interno da ABIN serão de **responsabilidade de seu Diretor-Geral**, que o submeterá à **aprovação do Presidente da República**.

A ABIN tem poder de se regular, mediante regimento interno, cuja elaboração e alteração cabem ao Diretor-Geral. Isso não exclui o controle neste âmbito, por o regimento interno deve ser aprovado pelo Presidente da República.

Art. 9º Os **atos da ABIN**, cuja **publicidade possa comprometer o êxito** de suas atividades sigilosas, **deverão ser publicados em extrato.**

§ 1º **Incluem-se** entre os atos objeto deste artigo os referentes ao seu **peculiar funcionamento**, como às atribuições, à atuação e às especificações dos respectivos cargos, e à movimentação dos seus titulares.

§ 2º A **obrigatoriedade de publicação dos atos em extrato independe de serem de caráter ostensivo ou sigiloso os recursos utilizados**, em cada caso.

A regra geral de publicidade de todos atos aplicada à Administração Pública é minimizada aqui em prol da preservação da eficácia das atividades de inteligência, permitindo-se a publicação de atos em extrato (de forma resumida, com omissão das informações relevantes).

Art. 9º-A **Quaisquer informações ou documentos** sobre as atividades e assuntos de inteligência produzidos, em curso ou sob a custódia da ABIN **somente poderão ser fornecidos, às autoridades que tenham competência legal para solicitá-los**, pelo Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, **observado o respectivo grau de sigilo conferido com base na legislação em vigor**, excluídos aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 1º O fornecimento de documentos ou informações, não abrangidos pelas hipóteses previstas no caput deste artigo, será **regulado em ato próprio do Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**.

§ 2º A autoridade ou qualquer outra pessoa que tiver conhecimento ou acesso aos documentos ou informações referidos no caput deste artigo obriga-se a **manter o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal**, e, em se tratando de procedimento judicial, fica configurado o interesse público de que trata o art. 155, inciso I, do Código de Processo Civil, devendo **qualquer investigação correr, igualmente, sob sigilo**.

A classificação de sigilo está regulamentada na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011. Para ter acesso à informação, a autoridade deve ter competência para solicitá-la e liberação para acessar informação com aquela classificação específica. A desobediência ao dever de preservar sigilo acarretará responsabilidade civil, penal e administrativa do infrator.

Art. 10. A ABIN somente **poderá comunicar-se com os demais órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional**, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o **conhecimento prévio** da autoridade competente de maior hierarquia do respectivo órgão, ou um seu delegado.

Art. 11. Ficam **criados os cargos de Diretor-Geral e de Diretor-Adjunto da ABIN, de natureza especial, e os em comissão**, de que trata o Anexo a esta Lei.

Parágrafo único. São privativas do Presidente da República a escolha e a nomeação do Diretor-Geral da ABIN, após aprovação de seu nome pelo Senado Federal.

O cargo de Diretor-Geral da ABIN é ocupado por quem o Presidente da República escolher, sendo que sua escolha deve ser aprovada pelo Senado Federal.

Art. 12. A **unidade técnica encarregada das ações de inteligência**, hoje vinculada à Casa Militar da Presidência da República, fica **absorvida pela ABIN**.

§ 1º Fica o Poder Executivo **autorizado a transferir para a ABIN, mediante alteração de denominação e especificação, os cargos e funções de confiança** do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, as Funções Gratificadas e as Gratificações de Representação, da unidade técnica encarregada das ações de inteligência, alocados na Casa Militar da Presidência da República.

§ 2º O Poder Executivo disporá sobre a **transferência, para a ABIN, do acervo patrimonial alocado à unidade técnica encarregada das ações de inteligência**.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a **remanejar ou transferir para a ABIN os saldos das dotações orçamentárias** consignadas para as atividades de inteligência nos orçamentos da Secretaria de Assuntos Estratégicos e do Gabinete da Presidência da República.

O dispositivo aborda a reestruturação da ABIN.

Art. 13. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Parágrafo único. O Orçamento Geral da União contemplará, anualmente, em rubrica específica, os recursos necessários ao desenvolvimento das ações de caráter sigiloso a cargo da ABIN.

Art. 14. As atividades de controle interno da ABIN, inclusive as de contabilidade analítica, serão **exercidas pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República**.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

ANEXO CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
NAT. ESP	1	6.400,00	6.400,00
NAT. ESP	1	6.400,00	6.400,00
TOTAL	2		12.800,00

CARGOS EM COMISSÃO

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5	5.200,00	26.000,00
DAS 101.4	18	3.800,00	68.400,00
DAS 102.4	4	3.800,00	15.200,00
DAS 101.3	40	1.027,48	41.099,20
DAS 102.2	32	916,81	29.337,92
DAS 102.1	12	827,89	9.934,68
TOTAL	111		189.971,80

5.1 DECRETO Nº 4.376/2002 E SUAS ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 9.883/1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, DECRETA:

Art. 1º A **organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência**, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, obedecem ao disposto neste Decreto.

§ 1º O Sistema Brasileiro de Inteligência tem por **objetivo integrar as ações de planejamento e execução da atividade de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.**

§ 2º O Sistema Brasileiro de Inteligência é **responsável pelo processo de obtenção e análise de dados e informações e pela produção e difusão de conhecimentos necessários ao processo decisório do Poder Executivo, em especial no tocante à segurança da sociedade e do Estado, bem como pela salvaguarda de assuntos sigilosos de interesse nacional.**

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, entende-se como **inteligência a atividade de obtenção e análise de dados e informações e de produção e difusão de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, relativos a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental, a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.**

Art. 3º Entende-se como **contra-inteligência a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa** e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de **dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem.**

Art. 4º O **Sistema Brasileiro de Inteligência é composto pelos seguintes órgãos:**

I - **Casa Civil da Presidência da República**, por meio de sua Secretaria-Executiva;

II - **Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, órgão de coordenação das atividades de inteligência federal;

III - **Agência Brasileira de Inteligência - ABIN**, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, como órgão central do Sistema;

IV - **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional e do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania;

V - **Ministério da Defesa**, por meio da Subchefia de Inteligência de Defesa, da Divisão de Inteligência Estratégico-Militar da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior da Armada, do Centro de Inteligência da Marinha, do Centro de Inteligência do Exército, do Centro de Inteligência da Aeronáutica e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia;

VI - **Ministério das Relações Exteriores**, por meio da Secretaria-Geral de Relações Exteriores e da Divisão de Combate aos Ilícitos Transnacionais da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte;

VII - **Ministério da Fazenda**, por meio da Secretaria-Executiva do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Banco Central do Brasil;

VIII - **Ministério do Trabalho**, por meio da sua Secretaria-Executiva;

IX - **Ministério da Saúde**, por meio do Gabinete do Ministro de Estado e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

X - (Revogado)

XI - **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, por meio da Secretaria-Executiva;

XII - **Ministério do Meio Ambiente**, por meio da Secretaria-Executiva e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

XIII - **Ministério da Integração Nacional**, por meio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil;

XIV - **Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU**, por meio de sua Secretaria-Executiva;

XV - **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, por meio de sua Secretaria-Executiva;

XVI - (Revogado)

XVII - **Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil**, por meio de sua Secretaria-Executiva, da Secretaria de Aviação Civil, da Agência Nacional de Aviação Civil, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

XVIII - **Ministério de Minas e Energia**, por meio de sua Secretaria-Executiva; e

XIX - **Advocacia-Geral da União**, por meio de sua Secretaria-Executiva.

Parágrafo único. Mediante ajustes específicos e convênios, ouvido o competente órgão de controle externo da atividade de inteligência, as unidades da Federação poderão compor o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Art. 5º O funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência efetivar-se-á mediante **articulação coordenada dos órgãos que o constituem, respeitada a autonomia funcional** de cada um e observadas as normas legais pertinentes a segurança, sigilo profissional e salvaguarda de assuntos sigilosos.

Art. 6º **Cabe aos órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência**, no âmbito de suas competências:

I - **produzir conhecimentos**, em atendimento às prescrições dos planos e programas de inteligência, **decorrentes da Política Nacional de Inteligência**;

II - **planejar e executar ações relativas à obtenção e integração de dados e informações**;

III - **intercambiar informações necessárias à produção de conhecimentos** relacionados com as atividades de inteligência e contra-inteligência;

IV - **fornecer ao órgão central do Sistema**, para fins de integração, **informações e conhecimentos específicos** relacionados com a defesa das instituições e dos interesses nacionais; e

V - **estabelecer os respectivos mecanismos e procedimentos particulares necessários às comunicações e ao intercâmbio de informações e conhecimentos** no âmbito do Sistema, observando medidas e procedimentos de segurança e sigilo, sob coordenação da ABIN, com base na legislação pertinente em vigor.

Art. 6º-A. A **ABIN poderá manter**, em caráter permanente, **representantes dos órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência na Assessoria-Executiva** do Sistema Brasileiro de Inteligência.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, a **ABIN poderá requerer** aos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência a **designação de representantes para atuarem na Assessoria-Executiva do Sistema Brasileiro de Inteligência**.

§ 2º A Assessoria-Executiva do Sistema Brasileiro de Inteligência terá por **atribuição coordenar a articulação do fluxo de dados e informações oportunas e de interesse da atividade de Inteligência de Estado**, com a finalidade de subsidiar o Presidente da República em seu processo decisório.

§ 3º Os **representantes** mencionados no caput **cumprirão expediente na Assessoria-Executiva do Sistema Brasileiro de Inteligência**, ficando **dispensados do exercício das atribuições habituais no órgão de origem** e trabalhando em **regime de disponibilidade permanente**, na forma do disposto no regimento interno da ABIN, a ser proposto pelo seu Diretor-Geral e aprovado pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 4º Os representantes mencionados no caput **poderão acessar, por meio eletrônico, as bases de dados de seus órgãos de origem**, respeitadas as normas e limites de cada instituição e as normas legais pertinentes à segurança, ao sigilo profissional e à salvaguarda de assuntos sigilosos.

Art. 7º Fica **instituído**, vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o **Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência**, ao qual compete:

I - **emitir pareceres** sobre a execução da Política Nacional de Inteligência;

II - **propor normas e procedimentos gerais para o intercâmbio de conhecimentos e as comunicações** entre os órgãos que constituem o Sistema Brasileiro de Inteligência, inclusive no que respeita à segurança da informação;

III - **contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina de inteligência**;

IV - **opinar sobre propostas de integração de novos órgãos e entidades ao Sistema Brasileiro de Inteligência**;

V - **propor a criação e a extinção de grupos de trabalho** para estudar **problemas específicos, com atribuições, composição e funcionamento** regulados no ato que os instituir; e

VI - **propor ao seu Presidente o regimento interno**.

Art. 8º São **membros do Conselho os titulares dos seguintes órgãos**:

I - **Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**;

II - **ABIN**, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III - **Secretaria Nacional de Segurança Pública, Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

IV - **Subchefia de Inteligência de Defesa, Divisão de Inteligência Estratégico-Militar da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior da Armada, Centro de Inteligência da Marinha, Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Aeronáutica, e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia**, do Ministério da Defesa;

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

V - **Divisão de Combate a Ilícitos Transnacionais, da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte**, do Ministério das Relações Exteriores; e

VI - **Conselho de Controle de Atividades Financeiras e Secretaria da Receita Federal do Brasil**, do Ministério da Fazenda.

VII - (Revogado)

§ 1º O Conselho é **presidido pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, que indicará seu substituto eventual.

§ 2º Os membros do Conselho indicarão os respectivos **suplentes**.

§ 3º Aos membros do Conselho serão concedidas **credenciais de segurança no grau "secreto"**.

Art. 9º O Conselho **reunir-se-á, em caráter ordinário, até três vezes por ano, na sede da ABIN, em Brasília, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou a requerimento de um de seus membros**.

§ 1º A critério do presidente do Conselho, as **reuniões extraordinárias poderão ser realizadas fora da sede da ABIN**.

§ 2º O Conselho reunir-se-á com a **presença de, no mínimo, a maioria de seus membros**.

§ 3º **Mediante convite de qualquer membro do Conselho, representantes de outros órgãos ou entidades poderão participar das suas reuniões**, como assessores ou observadores.

§ 4º O presidente do Conselho **poderá convidar para participar das reuniões cidadãos de notório saber ou especialização sobre assuntos constantes da pauta**.

§ 5º As **despesas com deslocamento e estada dos membros do Conselho correrão à custa de recursos dos órgãos que representam**, salvo na hipótese do § 4º ou em casos excepcionais, quando correrão à custa dos recursos da ABIN.

§ 6º A participação no Conselho **não enseja nenhum tipo de remuneração e será considerada serviço de natureza relevante**.

Art. 10. Na condição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, a **ABIN tem a seu cargo**:

I - estabelecer as **necessidades de conhecimentos específicos**, a serem produzidos pelos órgãos que constituem o Sistema Brasileiro de Inteligência, e consolidá-las no Plano Nacional de Inteligência;

II - coordenar a **obtenção de dados e informações e a produção de conhecimentos** sobre temas de competência de mais de um membro do Sistema Brasileiro de Inteligência, promovendo a necessária **interação entre os envolvidos**;

III - acompanhar a **produção de conhecimentos**, por meio de solicitação aos membros do Sistema Brasileiro de Inteligência, para **assegurar o atendimento da finalidade legal do Sistema**;

IV - **analisar os dados, informações e conhecimentos recebidos, com vistas a verificar o atendimento das necessidades de conhecimentos estabelecidas no Plano Nacional de Inteligência**;

V - **integrar as informações e os conhecimentos** fornecidos pelos membros do Sistema Brasileiro de Inteligência;

VI - **solicitar dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal os dados, conhecimentos, informações ou documentos necessários** ao atendimento da finalidade legal do Sistema;

VII - **promover o desenvolvimento de recursos humanos e tecnológicos e da doutrina de inteligência**, realizar **estudos e pesquisas** para o exercício e aprimoramento da atividade de inteligência, em coordenação com os demais órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência;

VIII - **prover suporte técnico e administrativo** às reuniões do Conselho e ao funcionamento dos grupos de trabalho, solicitando, se preciso, aos órgãos que constituem o Sistema colaboração de servidores por tempo determinado, observadas as normas pertinentes; e

IX - **representar o Sistema Brasileiro de Inteligência** perante o órgão de controle externo da atividade de inteligência.

Parágrafo único. Excetua-se das atribuições previstas neste artigo a atividade de inteligência operacional necessária ao planejamento e à condução de campanhas e operações militares das Forças Armadas, no interesse da defesa nacional.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

5.2 DECRETO Nº 8.905/2016 (APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, DECRETA:

Art. 1º Ficam **aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN**, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam **remanejados**, na forma do Anexo III, em decorrência do Decreto nº 8.785, de 10 de junho de 2016, os seguintes **cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS**:

I - da ABIN para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

- a) três DAS 101.3;
- b) dois DAS 102.5;
- c) sete DAS 102.3;
- d) cinco DAS 102.2; e
- e) onze DAS 102.1; e

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a ABIN:

- a) um DAS 101.5;
- b) três DAS 101.4; e
- c) um DAS 101.2.

Art. 3º Ficam **remanejadas, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a ABIN**, na forma do Anexo IV, em cumprimento à Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, **as seguintes Funções Comissionadas** do Poder Executivo - FCPE:

- I - vinte e cinco FCPE 101.4;
- II - sessenta e cinco FCPE 101.3; e
- III - nove FCPE 101.2.

Parágrafo único. Ficam extintos noventa e nove cargos em comissão do Grupo-DAS conforme demonstrado no Anexo IV.

Art. 4º Os **ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir na Estrutura Regimental da ABIN** por força deste Decreto ficam **automaticamente exonerados**.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental da ABIN deverão **ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto**.

Parágrafo único. O Diretor-Geral da ABIN publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação das matrículas dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 6º O **Diretor-Geral da ABIN editará regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental da ABIN, suas competências e as atribuições de seus dirigentes**, no prazo de cento e vinte dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

§ 1º O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da ABIN.

§ 2º Fica delegada ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República a competência para a aprovação do regimento interno da ABIN de que trata o § 2º do art. 8º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

§ 3º A publicação do regimento interno da ABIN no Diário Oficial da União se dará na forma do art. 9º da Lei nº 9.883, de 1999.

Art. 7º O Diretor-Geral da ABIN **poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo DAS com FCPE, desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas na Tabela "a" do Anexo II e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo II, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.**

Parágrafo único. Na hipótese do caput, o extrato do regimento interno publicado no Diário Oficial da União incluirá as alterações realizadas no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da ABIN.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor em 13 de dezembro de 2016.

Art. 9º Fica revogado o Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008.

Brasília, 17 de novembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

ANEXO I ESTRUTURA REGIMENTAL DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º A Agência Brasileira de Inteligência - **ABIN**, órgão integrante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, criada pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, é órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência e tem por competência planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas na forma da legislação específica.

§ 1º **Compete, ainda, à ABIN:**

I - **executar a Política Nacional de Inteligência e as ações dela decorrentes**, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo;

II - **planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e à análise de dados** para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;

III - **planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis** relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;

IV - **avaliar as ameaças internas e externas à ordem constitucional**;

V - **promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência**; e

VI - **realizar estudos e pesquisas** para o exercício e o aprimoramento da Atividade de Inteligência.

§ 2º As atividades de Inteligência serão desenvolvidas, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com **observância dos direitos e das garantias individuais, e com fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado**.

§ 3º Os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência fornecerão à ABIN, nos termos e nas condições previstos no Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, e nos demais dispositivos legais pertinentes, para fins de **integração, dados e conhecimentos específicos relacionados à defesa das instituições e dos interesses nacionais**, sempre que solicitados.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A ABIN tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência:

- a) Gabinete;*
 - b) Assessoria de Relações Institucionais e Comunicação Social;*
 - c) Assessoria de Relações Internacionais;*
 - d) Assessoria Jurídica;*
 - e) Corregedoria-Geral;*
 - f) Assessoria Executiva do Sistema Brasileiro de Inteligência; e*
 - g) Secretaria de Planejamento e Gestão:*
 - 1. Assessoria de Segurança Orgânica;*
 - 2. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações;*
 - 3. Departamento de Administração e Logística;*
 - 4. Departamento de Gestão de Pessoal;*
 - 5. Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica; e*
 - 6. Escola de Inteligência;*
- II - órgãos específicos singulares:*
- a) Departamento de Inteligência Estratégica;*
 - b) Departamento de Contrainteligência;*
 - c) Departamento de Contraterrorismo e Ilícitos Transnacionais; e*
 - d) Departamento de Operações de Inteligência; e*
- III - unidades estaduais.*

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Seção I

Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência

Art. 3º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Diretor-Geral da ABIN em sua representação institucional e ocupar-se do preparo e do despacho de seu expediente;

II - planejar, executar e coordenar as atividades de cerimonial no âmbito da ABIN;

III - providenciar, em articulação com as demais unidades, o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional e aos pedidos de acesso à informação, decorrentes de legislação;

IV - coordenar, no âmbito da ABIN, as atividades relacionadas a ouvidoria; e

V - coordenar, em articulação com as unidades técnicas, a realização e a participação da ABIN em fóruns de inteligência e eventos correlatos, em âmbito nacional e internacional.

Art. 4º À Assessoria de Relações Institucionais e Comunicação Social compete:

I - planejar e gerir ações para o fortalecimento das relações institucionais da ABIN;

II - planejar, coordenar e acompanhar, no Congresso Nacional, os projetos de lei e as iniciativas de interesse da ABIN e assessorar o Diretor-Geral da ABIN e os seus dirigentes quanto a atividades e solicitações do Poder Legislativo;

III - planejar, supervisionar, controlar e orientar as atividades de comunicação social e contatos com a imprensa a fim de atender suas demandas e divulgar assuntos afetos à ABIN, resguardados aqueles considerados de natureza sigilosa;

IV - organizar campanhas educativas e publicitárias para a divulgação da ABIN junto à sociedade brasileira e à comunidade internacional; e

V - desenvolver ações de comunicação voltadas ao público interno da ABIN.

Art. 5º À Assessoria de Relações Internacionais compete:

I - planejar e apoiar as relações internacionais da ABIN e as atividades com os parceiros estrangeiros, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Diretor-Geral e em consonância com as ações executadas pelas unidades da ABIN;

II - supervisionar e acompanhar o trabalho dos adidos civis de Inteligência e de outros postos de servidores da ABIN no exterior; e

III - articular o intercâmbio seguro de dados e conhecimentos de interesse da Atividade de Inteligência entre os parceiros no exterior e as unidades da ABIN.

Art. 6º À Assessoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito da ABIN;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação da ABIN quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

IV - assistir o Diretor-Geral e as demais autoridades da ABIN no controle interno da legalidade dos atos da ABIN; e

V - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito da ABIN:

a) os textos de editais de licitação e os respectivos contratos ou instrumentos congêneres a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação.

Art. 7º À Corregedoria-Geral compete:

I - receber e apurar denúncias e representações sobre irregularidades e infrações disciplinares cometidas por agentes públicos em exercício na ABIN;

II - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de correição da ABIN;

III - articular o intercâmbio de informações relativas à conduta funcional dos agentes públicos em exercício na ABIN com as demais unidades da ABIN, especialmente com a Assessoria de Segurança Orgânica; e

IV - orientar preventivamente os integrantes das unidades da ABIN quanto ao cumprimento da legislação disciplinar.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Art. 8º À Assessoria Executiva do Sistema Brasileiro de Inteligência compete:

I - intercambiar dados e conhecimentos entre os membros do Sistema Brasileiro de Inteligência;

II - planejar, executar, supervisionar e controlar as ações de integração dos órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, em consonância com a Política Nacional de Inteligência; e

III - prover suporte técnico e administrativo às reuniões do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência.

Art. 9º À Secretaria de Planejamento e Gestão compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades de planejamento, orçamento, modernização e governança institucional, de capacitação e gestão de pessoal, de desenvolvimento científico e tecnológico, de Inteligência cibernética, de telecomunicações, de eletrônica, de logística, de serviços gráficos e de administração geral e as ações de segurança orgânica;

II - planejar, coordenar, supervisionar e controlar o desenvolvimento do processo orçamentário anual e da programação financeira, em consonância com as políticas, as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Diretor-Geral da ABIN;

III - articular com as unidades da ABIN a elaboração de planos, projetos anuais e plurianuais, termos de convênios, acordos de cooperação e instrumentos correlatos a serem celebrados com entidades de direito público e privado, nacionais e estrangeiras, e submetê-los à apreciação do Diretor-Geral da ABIN;

IV - desenvolver estudos destinados ao contínuo aperfeiçoamento da ABIN e propor, quando necessário, a reformulação e a padronização de suas estruturas, processos de trabalho, normas, sistemas e métodos; e

V - acompanhar, junto aos órgãos da administração pública federal e a outras entidades e organizações, a alocação de recursos destinados ao cumprimento dos programas, das ações e das atividades da ABIN.

Art. 10. À Assessoria de Segurança Orgânica compete:

I - planejar, coordenar, executar e controlar as ações de segurança de pessoas, das áreas e das instalações, do uso de sistemas de informação e da documentação da ABIN;

II - identificar ameaças ou ocorrências de comprometimento ou violação da segurança orgânica, e adotar medidas necessárias;

III - articular o intercâmbio de informações relativas à segurança de pessoas da ABIN com as demais unidades da ABIN, especialmente com a Corregedoria-Geral;

IV - coordenar, executar e fiscalizar o Sistema de Gerenciamento de Armas da ABIN; e

V - realizar pesquisas em bases de dados para assessoramento nos assuntos de competência da ABIN.

Art. 11. Ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações compete:

I - coordenar e executar pesquisas científicas e tecnológicas a serem aplicadas na implementação de dispositivos, processos, sistemas e soluções para a Atividade de Inteligência;

II - pesquisar, desenvolver e implementar algoritmos criptográficos de Estado em soluções voltadas para a segurança da informação e das comunicações;

III - desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas aplicadas a projetos e soluções de segurança das comunicações e Inteligência cibernética;

IV - planejar e executar atividades vinculadas ao funcionamento de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicações;

V - apoiar a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional nas atividades de caráter científico e tecnológico relacionadas à segurança da informação e à segurança cibernética; e

VI - implementar os planos relacionados a Inteligência cibernética aprovados pela ABIN.

Art. 12. Ao Departamento de Administração e Logística compete:

I - planejar, coordenar e executar a dotação orçamentária anual da ABIN;

II - planejar, executar e controlar as atividades administrativas, patrimoniais, de gestão logística, de protocolo-geral e de arquivo de documentos administrativos; e

III - propor instrumentos normativos nas suas áreas de competência.

Art. 13. Ao Departamento de Gestão de Pessoal compete:

I - executar e coordenar as atividades relacionadas ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;

II - elaborar projetos de normativos e emitir manifestações técnicas acerca de temas relativos à gestão de pessoal;

III - planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao recrutamento e à seleção de candidatos a ingresso na ABIN, bem como à ambientação, ao desenvolvimento profissional, ao acompanhamento e à capacitação dos agentes públicos da ABIN;

IV - realizar ações destinadas à adequação das competências dos agentes públicos às atribuições das unidades da ABIN; e

V - promover políticas permanentes de melhoria da qualidade de vida e saúde dos agentes públicos em exercício na ABIN.

Art. 14. Ao Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica compete:

I - coordenar a elaboração de políticas e diretrizes de gestão estratégica da ABIN;

II - propor e coordenar a elaboração e consolidação dos planos, projetos e programas relativos ao desenvolvimento e à integração institucional;

III - apoiar e monitorar a implementação e a execução de programas e projetos estratégicos e de ações sistêmicas de transformação da gestão voltadas ao fortalecimento institucional;

IV - participar, em articulação com as unidades da ABIN, da elaboração de proposta orçamentária, observada a priorização de atividades de acordo com as diretrizes institucionais; e

V - sistematizar, monitorar e gerenciar a obtenção e a utilização de dados relativos à avaliação gerencial e ao desempenho institucional.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Art. 15. À Escola de Inteligência compete:

I - realizar a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos para a Atividade de Inteligência e para o Sistema Brasileiro de Inteligência e a capacitação de pessoal selecionado por meio de concurso público;

II - coordenar as ações de pesquisa e desenvolvimento da Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência;

III - elaborar planos e estudos e conduzir pesquisas para o exercício e o aprimoramento da Atividade de Inteligência; e

IV - estabelecer intercâmbio com escolas, centros de ensino, bibliotecas e outras organizações congêneres nacionais e estrangeiras.

Seção II

Dos órgãos específicos singulares

Art. 16. **Ao Departamento de Inteligência Estratégica compete:**

I - produzir conhecimentos de Inteligência sobre ameaças e oportunidades, no âmbito nacional e internacional, para fins de assessoramento ao processo decisório do País;

II - planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução das atividades de Inteligência Estratégica do País;

III - processar dados e conhecimentos fornecidos pelos adidos civis brasileiros no exterior, representantes estrangeiros acreditados junto ao Governo brasileiro e pelos serviços estrangeiros congêneres; e

IV - implementar os planos relacionados à Atividade de Inteligência Estratégica aprovados pela ABIN.

Art. 17. **Ao Departamento de ContrainTELigência compete:**

I - desenvolver ações de contraespionagem;

II - prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a atuação deliberada de governos, grupos e pessoas físicas ou jurídicas que possam influenciar o processo decisório do País com o objetivo de favorecer interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais;

III - empreender ações e programas de fortalecimento da cultura de proteção e salvaguarda de conhecimentos sensíveis cujo acesso não autorizado possa resultar em prejuízos aos objetivos estratégicos da sociedade e do Estado brasileiros;

IV - elaborar, em articulação com as demais unidades, avaliações de risco em áreas e instalações críticas e estratégicas;

V - processar dados e conhecimentos fornecidos pelos adidos civis brasileiros no exterior, pelos representantes estrangeiros acreditados junto ao Governo brasileiro e pelos serviços estrangeiros congêneres; e

VI - implementar os planos relacionados à Atividade de ContrainTELigência aprovados pela ABIN.

Art. 18. **Ao Departamento de Contraterrorismo e Ilícitos Transnacionais compete:**

I - planejar e executar as atividades de prevenção às ações terroristas no território nacional e obter informações e produzir conhecimentos sobre organizações terroristas e ilícitos transnacionais;

II - processar dados e conhecimentos fornecidos pelos adidos civis brasileiros no exterior, pelos representantes estrangeiros acreditados junto ao Governo brasileiro e pelos serviços estrangeiros congêneres; e

III - implementar os planos relacionados à atividade de contraterrorismo e de análise de ilícitos transnacionais aprovados pela ABIN.

Art. 19. **Ao Departamento de Operações de Inteligência compete:**

I - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar operações de Inteligência, em consonância com as diretrizes e prioridades institucionais;

II - orientar, supervisionar e apoiar as unidades estaduais em operações de Inteligência; e

III - implementar os planos relacionados a operações de Inteligência aprovados pela ABIN.

Seção III

Das unidades estaduais

Art. 20. Às unidades estaduais compete:

I - planejar, executar, coordenar, supervisionar, controlar e difundir a produção de conhecimentos de interesse da Atividade de Inteligência nas respectivas áreas, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Diretor-Geral da ABIN;

II - coordenar, em articulação com a Assessoria Executiva do Sistema Brasileiro de Inteligência, as ações desse sistema em âmbito estadual; e

III - planejar, executar e controlar, em articulação com o Departamento de Operações de Inteligência, as ações operacionais em nível estadual.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I

Do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência

Art. 21. **Ao Diretor-Geral da ABIN incumbe:**

I - assistir o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República nos assuntos de competência da ABIN;

II - coordenar as atividades de Inteligência no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência;

III - deliberar sobre projetos e atividades da ABIN;

IV - editar atos normativos sobre a organização e o funcionamento da ABIN e aprovar manuais de normas, procedimentos e rotinas;

V - propor a criação ou a extinção das superintendências estaduais, subunidades e postos no exterior, onde se fizer necessário, observados os quantitativos fixados na Estrutura Regimental da ABIN;

VI - fazer indicações para provimento de cargos em comissão, inclusive do Diretor-Adjunto, e propor a exoneração de seus ocupantes e dos substitutos;

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

VII - indicar ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República os servidores que poderão ser designados para prestar serviço no exterior nos termos do art. 10 da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008;

VIII - decidir sobre os recursos impetrados contra indeferimento ou arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares;

IX - aprovar planos de operações da Atividade de Inteligência;

X - aprovar as ações decorrentes da Política Nacional de Inteligência; e

XI - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 22. O **Diretor-Geral da ABIN será substituído, nos seus impedimentos legais, pelo Diretor-Adjunto**, que poderá exercer outras atribuições e competências definidas pelo Diretor-Geral da Agência.

Parágrafo único. Nas hipóteses de afastamentos ou impedimentos legais ou regulamentares e na vacância dos cargos de Diretor-Geral e de Diretor-Adjunto, a Direção-Geral da ABIN será exercida pelo Secretário de Planejamento e Gestão.

Seção II Dos demais dirigentes

Art. 23. Ao **Secretário de Planejamento e Gestão, aos Diretores, ao Chefe de Gabinete e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar e avaliar** a execução das atividades das unidades subordinadas e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. O **provimento de cargos de confiança**, no caso dos militares em exercício na ABIN, observará as seguintes **diretrizes**:

I - os cargos de Assessor Especial Militar, de Assessor Militar e de Assessor Técnico Militar serão ocupados por Oficiais Superiores das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares;

II - os cargos de Assistente Militar serão ocupados, em princípio, por Oficiais Intermediários das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares; e

III - os cargos de Assistente Técnico Militar serão ocupados, em princípio, por Oficiais Subalternos das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares.

Art. 25. O **Corregedor-Geral da ABIN será indicado pelo Diretor-Geral, ouvido o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União**, e nomeado na forma da legislação vigente.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO/CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE/RMP/RGA
	1	Diretor-Geral	NE
	1	Diretor-Adjunto	NE
	1	Assessor de Controle Interno	DAS 102.4
GABINETE	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assessor	DAS 102.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	4	Assistente	DAS 102.2
	4	Assistente Técnico	DAS 102.1
Ouvidoria	1	Ouvidor	DAS 101.3

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1	Chefe de Assessoria	FCPE 101.4
ASSESSORIA JURÍDICA	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
CORREGEDORIA-GERAL	1	Corregedor-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
ASSESSORIA EXECUTIVA DO SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA	1	Chefe de Assessoria	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
ASSESSORIA DE SEGURANÇA ORGÂNICA	1	Chefe	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	8	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	6	Chefe	FCPE 101.2

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	7	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	11	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	4	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	4	Coordenador	DAS 101.3
ESCOLA DE INTELIGÊNCIA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	8	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	4	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE CONTRAINTELIGÊNCIA	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	4	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE CONTRATERRORISMO E ILÍCITOS TRANSNACIONAIS	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	4	Coordenador	FCPE 101.3

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE INTE- LIGÊNCIA	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	5	Coordenador	FCPE 101.3
UNIDADES ESTADUAIS			
Superintendência Esta- dual Tipo "A"	12	Superintendente	FCPE 101.4
Coordenação	24	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	12	Chefe	DAS 101.2
Superintendência Esta- dual Tipo "B"	14	Superintendente	FCPE 101.3
Subunidade	2	Chefe	FCPE 101.2
	4	Assessor Especial Militar	RMP-Grupo 1 (A)
	4	Assessor Militar	RMP-Grupo 2 (B)
	10	Assessor Técnico Militar	RMP-Grupo 3 (C)
	11	Assistente Militar	RMP-Grupo 4 (D)
	16	Assistente Técnico Militar	RMP-Grupo 5 (E)
	45	Supervisor	RGA-5
	94	Assistente	RGA-4
	22	Secretário	RGA-3
	115	Especialista	RGA-2
	157	Auxiliar	RGA-1

**b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA AGÊNCIA
BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN**

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	2	12,82	2	12,82
DAS 101.6	6,27	1	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	8	40,32	9	45,36
DAS 101.4	3,84	35	134,40	13	49,92
DAS 101.3	2,10	99	207,90	31	65,10
DAS 101.2	1,27	44	55,88	36	45,72
DAS 102.5	5,04	2	10,08	-	-

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

DAS 102.4	3,84	3	11,52	3	11,52
DAS 102.3	2,10	9	18,90	2	4,20
DAS 102.2	1,27	10	12,70	5	6,35
DAS 102.1	1,00	15	15,00	4	4,00
SUBTOTAL 1		228	525,79	106	251,26
FCPE 101.4	2,30	-	-	25	57,50
FCPE 101.3	1,26	-	-	65	81,90
FCPE 101.2	0,76	-	-	9	6,84
SUBTOTAL 2		-	-	99	146,24
TOTAL		228	525,79	205	397,50

c) QUADRO RESUMO DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
RMP - Grupo 1 (A)	0,64	4	2,56
RMP - Grupo 2 (B)	0,58	4	2,32
RMP - Grupo 3 (C)	0,53	10	5,30
RMP - Grupo 4 (D)	0,48	11	5,28
RMP - Grupo 5 (E)	0,44	16	7,04
TOTAL		45	22,50

d) QUADRO RESUMO DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
RGA-5	0,43	45	19,35
RGA-4	0,38	94	35,72
RGA-3	0,34	22	7,48
RGA-2	0,29	115	33,35
RGA-1	0,24	157	37,68
TOTAL		433	133,58

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO EM DECORRÊNCIA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016, E SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REDUZIDO DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA ABIN PARA A SEGES/MP (a)		DA SEGES/MP PARA A ABIN (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,04	-	-	1	5,04
DAS 101.4	3,84	-	-	3	11,52
DAS 101.3	2,10	3	6,30	-	-
DAS 101.2	1,27	-	-	1	1,27
DAS 102.5	5,04	2	10,08	-	-
DAS 102.3	2,10	7	14,70	-	-
DAS 102.2	1,27	5	6,35	-	-
DAS 102.1	1,00	11	11,00	-	-
SUBTOTAL		28	48,43	5	17,83
SALDO DO REMANEJAMENTO (a-b=c)				23	30,60
VALOR TOTAL DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN, EM DECORRÊNCIA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016 (d)					31,53
SALDO A SER REMANEJADO DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN, EM DECORRÊNCIA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016 (DAS-UNITÁRIO) (c-d)					0,93

ANEXO IV

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES COMISSONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES-DAS EXTINTOS NA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA EM CUMPRIMENTO À LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) FUNÇÕES COMISSONADAS DO PODER EXECUTIVO REMANEJADAS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA A ABIN	
		QTD	VALOR TOTAL DAS-UNITÁRIO
FCPE 101.4	2,30	25	57,50
FCPE 101.3	1,26	65	81,90
FCPE 101.2	0,76	9	6,84
SALDO DO REMANEJAMENTO		99	146,24

b) DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO EXTINTOS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-4	3,84	25	96,00
DAS-3	2,10	65	136,50
DAS-2	1,27	9	11,43
TOTAL		99	243,93

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

5.3 LEI Nº 11.776/2008 (DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN, CRIA AS CARREIRAS DE OFICIAL DE INTELIGÊNCIA, OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA, AGENTE DE INTELIGÊNCIA E AGENTE TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Âmbito de Abrangência

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a **estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN** e sobre a **criação das Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência**, no âmbito do Quadro de Pessoal da ABIN.

CAPÍTULO II

Carreiras e Cargos da ABIN

Art. 2º Fica estruturado o **Plano de Carreiras e Cargos da ABIN**, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - de **nível superior**:

a) Carreira de Oficial de Inteligência, composta pelo cargo de **Oficial de Inteligência**; e

b) Carreira de Oficial Técnico de Inteligência, composta pelo cargo de **Oficial Técnico de Inteligência**;

II - de **nível intermediário**:

a) Carreira de Agente de Inteligência, composta pelo cargo de **Agente de Inteligência**; e

b) Carreira de Agente Técnico de Inteligência, composta pelo cargo de **Agente Técnico de Inteligência**;

III - cargos de **provimento efetivo**, de níveis superior e intermediário do Grupo Informações, de que trata o inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, do Quadro de Pessoal da ABIN; e

IV - cargos de **provimento efetivo**, de níveis superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio, de que trata o inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, do Quadro de Pessoal da ABIN.

Parágrafo único. Os cargos a que se refere o caput deste artigo são de provimento efetivo e regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 3º Os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN são **agrupados em classes e padrões**, conforme estabelecido no Anexo I desta Lei.

§ 1º Os atuais cargos, ocupados e vagos, de **Analista de Informações**, de que trata a Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, **passam a denominar-se Oficial de Inteligência e a integrar a Carreira** de que trata a alínea a do inciso I do caput do art. 2º desta Lei.

§ 2º Os atuais cargos, ocupados e vagos, de **Assistente de Informações**, de que trata a Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, **passam a denominar-se Agente de Inteligência** e a integrar a Carreira de que trata a alínea a do inciso II do caput do art. 2º desta Lei.

§ 3º A alteração de denominação dos cargos referidos nos §§ 1º e 2º deste artigo **não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições** desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 4º Os **cargos de nível superior** do Grupo Informações do Quadro de Pessoal da ABIN vagos ou que venham a vagar a partir de 5 de junho de 2008 são **transformados em cargos de Oficial Técnico de Inteligência**, e os cargos de **nível intermediário** do Grupo Informações do Quadro de Pessoal da ABIN vagos ou que venham a vagar a partir de 5 de junho de 2008 são **transformados em cargos de Agente Técnico de Inteligência**.

§ 5º Os **cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio do Quadro de Pessoal da ABIN** serão extintos quando vagos.

Art. 3º-A. Os titulares do cargo efetivo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações possuidores do Curso de Informações Categoria "A" da extinta Escola Nacional de Informações - EsNI ou do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência do extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos - CEFARH ou de curso equivalente da Escola de Inteligência, titulado como **Analista de Informações**, em função da formação específica de que é possuidor, ficam **enquadrados em cargos de Oficial de Inteligência**, integrantes da Carreira de que trata a alínea a do inciso I do caput do art. 2º.

§ 1º O enquadramento dos servidores de que trata o caput na Carreira de Oficial de Inteligência fica condicionado à **comprovação** de que:

I - preenchem os **requisitos para ingresso no cargo de Oficial de Inteligência**;

II - suas **atribuições guardam similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade** com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativas relacionadas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência;

III - sua **investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias** anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Atendidas as condições de que tratam os incisos I, II e III do § 1º deste artigo, os servidores de que trata o caput serão **enquadrados nos cargos do Plano de Car-**

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

reiras e Cargos da Abin, observados a similaridade de suas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela de Correlação, nos termos do Anexo VII desta Lei.

§ 3º Ao Diretor-Geral da Abin incumbe efetivar os enquadramentos de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 4º Ficam **criados, no Quadro de Pessoal da ABIN, 240 (duzentos e quarenta) cargos de Oficial Técnico de Inteligência e 200 (duzentos) cargos de Agente Técnico de Inteligência.**

Art. 5º As Carreiras e os cargos do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN destinam-se ao **exercício das respectivas atribuições em diferentes níveis de complexidade e responsabilidade, bem como ao exercício de atividades de natureza técnica, administrativa e de gestão** relativas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos.

Art. 6º É de **40 (quarenta) horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN**, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

§ 1º Aos titulares dos cargos integrantes das Carreiras de que tratam a alínea a do inciso I e a alínea a do inciso II do caput do art. 2º aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários e ausência de conflito de interesses, mediante autorização específica regulamentada em ato do Diretor-Geral da ABIN.

§ 2º Nos casos aos quais se aplique o regime de trabalho por plantões, escala ou regime de turnos alternados por revezamento, é de no máximo 192 (cento e noventa e duas) horas mensais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos referidos no caput deste artigo.

§ 3º O plantão e a escala ou o regime de turnos alternados por revezamento serão regulamentados em ato do Diretor-Geral da ABIN, observada a legislação vigente.

Art. 7º Os servidores da ABIN, no exercício de suas funções, ficam também **submetidos ao conjunto de deveres e responsabilidades previstos em código de ética do profissional de inteligência**, editado pelo Diretor-Geral da ABIN.

Art. 8º São **atribuições do cargo de Oficial de Inteligência:**

I - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar:

a) produção de conhecimentos de inteligência;

b) ações de salvaguarda de assuntos sensíveis;

c) operações de inteligência;

d) atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico direcionadas à obtenção e à análise de dados e à segurança da informação; e

e) o desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência; e

II - desenvolver e operar máquinas, veículos, aparelhos, dispositivos, instrumentos, equipamentos e sistemas necessários à atividade de inteligência.

Art. 9º É **atribuição do cargo de Agente de Inteligência** oferecer **suporte especializado** às atividades decorrentes das atribuições definidas no art. 8º desta Lei.

Art. 10. Os **titulares dos cargos de Oficial de Inteligência e de Agente de Inteligência** poderão ser designados para prestar **serviço no exterior**, nos termos da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, e legislação correlata, conforme dispuser ato do Poder Executivo.

Art. 11. São **atribuições do cargo de Oficial Técnico de Inteligência:**

I - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de gestão técnico-administrativas, suporte e apoio logístico:

a) produção de conhecimentos de inteligência;

b) ações de salvaguarda de assuntos sensíveis;

c) operações de inteligência;

d) atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, direcionadas à obtenção e análise de dados e à segurança da informação; e

e) atividades de construção e manutenção de prédios e outras instalações;

II - desenvolver recursos humanos para a gestão técnico-administrativa e apoio logístico da atividade de inteligência; e

III - desenvolver e operar máquinas, veículos, aparelhos, dispositivos, instrumentos, equipamentos e sistemas necessários às atividades técnico-administrativas e de apoio logístico da atividade de inteligência.

Art. 12. É **atribuição do cargo de Agente Técnico de Inteligência** dar **suporte especializado** às atividades decorrentes das atribuições definidas no art. 11 desta Lei.

CAPÍTULO III Concurso Público

Art. 13. São **requisitos para ingresso na classe inicial** dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN:

I - aprovação em **concurso público de provas ou de provas e títulos;**

II - **diploma de conclusão de ensino superior em nível de graduação**, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, **habilitação legal específica**, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível superior; e

III - **certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e habilitação legal específica**, se for o caso, fornecido por instituição de ensino oficialmente autorizada, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível intermediário.

Parágrafo único. A comprovação do requisito de escolaridade previsto neste artigo será feita por ocasião da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público, sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório na forma da legislação vigente.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Art. 14. O concurso público referido no inciso I do caput do art. 13 desta Lei poderá ser **organizado em etapas**, conforme dispuser o edital de abertura do certame, observado o seguinte:

I - a primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, constituir-se-á de provas objetivas e provas discursivas de conhecimentos gerais e específicos;

II - a segunda etapa, de caráter eliminatório, observadas as exigências do cargo e conforme definido em edital, poderá constituir-se de:

a) procedimento de investigação social e, se necessário, funcional do candidato;

b) avaliação médica, inclusive com a exigência de exames laboratoriais iniciais e, se necessário, complementares;

c) avaliação psicológica; e

d) prova de capacidade física; e

III - a terceira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá na realização de curso de formação, com duração e regras gerais definidas em ato do Diretor-Geral da ABIN.

§ 1º A avaliação de títulos, quando prevista, terá caráter classificatório.

§ 2º Caberá ao Diretor-Geral da ABIN, observada a legislação pertinente, emitir os atos normativos necessários para regulamentar a execução do concurso referido no inciso I do caput do art. 13 desta Lei.

§ 3º A investigação social e, se necessário, funcional, de que trata a alínea a do inciso II do caput deste artigo, poderá ocorrer durante todo o processo seletivo, incluído o período do curso de formação previsto no inciso III do caput deste artigo.

§ 4º Durante a investigação a que se refere o § 3º deste artigo, a ABIN poderá obter elementos informativos de quem os possa fornecer, inclusive convocando o candidato para ser ouvido ou entrevistado, assegurada a tramitação sigilosa e o direito de defesa.

§ 5º Ato do Diretor-Geral da ABIN definirá regimento escolar aplicável ao curso de formação de que trata o inciso III do caput deste artigo, contendo direitos e deveres do aluno, inclusive com normas e critérios sobre avaliação da aprendizagem, regime disciplinar e de conduta, frequência às aulas e situações de desligamento do curso e exclusão do processo seletivo.

§ 6º O Diretor-Geral da ABIN poderá designar o servidor para ter lotação em qualquer parte do território nacional.

Art. 15. A **lotação ideal** da ABIN será fixada **periodicamente** pelo seu Diretor-Geral, inclusive para fins de remoção de pessoal.

CAPÍTULO IV Progressão e Promoções

Art. 16. O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da ABIN ocorrerá mediante **progressão funcional e promoção**.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e **promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior**.

§ 2º Ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o caput deste artigo.

Art. 17. O **desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da ABIN obedecerá às seguintes regras**:

I - interstício mínimo de doze meses entre cada progressão;

II - habilitação em avaliação de desempenho individual correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação das avaliações realizadas no interstício considerado para a progressão; e

III - competência e qualificação profissional.

§ 1º O interstício de doze meses de efetivo exercício para a progressão funcional, conforme estabelecido no inciso I do caput, será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 2º Enquanto não forem regulamentadas, as progressões e as promoções dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, as progressões funcionais e as promoções de que trata o art. 16 desta Lei serão concedidas observando-se as normas vigentes em 4 de junho de 2008.

§ 3º Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão, será aproveitado o tempo computado até 4 de junho de 2008.

Art. 18. São **pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior** de que tratam os incisos I e III do caput do art. 2º desta Lei:

I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos e meio, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas e qualificação profissional com experiência mínima de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambos no campo específico de atuação de cada cargo.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Art. 19. São **pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior** de que trata o inciso IV do caput do art. 2º desta Lei:

I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas e qualificação profissional com experiência mínima de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambos no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 20. São **pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível intermediário** de que tratam os incisos II e III do caput do art. 2º desta Lei:

I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 200 (duzentas) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 280 (duzentas e oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 21. São **pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível intermediário** de que trata o inciso IV do caput do art. 2º desta Lei:

I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 40 (quarenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 22. Cabe à ABIN implementar **programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento**, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes do seu Plano de Carreiras e Cargos.

§ 1º Os eventos de capacitação a que se referem os incisos I, II e III do caput dos arts. 18 a 21 desta Lei poderão ser organizados e realizados no âmbito interno ou mediante treinamento externo, a serem disciplinados em ato do Diretor-Geral da ABIN.

§ 2º Quando realizado em âmbito externo, os eventos de capacitação a que se refere o § 1º deste artigo deverão ser executados por instituição ou estabelecimento de ensino devidamente reconhecido no âmbito da administração pública.

§ 3º A capacitação a que se referem os incisos I, II e III do caput dos arts. 18 a 21 desta Lei deverá ser orientada para o desempenho vinculado às atribuições do cargo.

§ 4º O programa dos cursos e dos demais eventos de capacitação que integrarão o programa a que se refere o caput deste artigo quando ministrados pela ABIN será definido em ato do Diretor-Geral e terá conformidade com as características e necessidades específicas de cada Carreira ou cargo do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, sem prejuízo da possibilidade de turmas mistas em disciplinas comuns.

§ 5º Para fins de promoção, cada evento de capacitação deverá ser computado uma única vez.

§ 6º Ato do Diretor-Geral da ABIN estabelecerá, quando necessário, as equivalências entre cursos realizados pela extinta Escola Nacional de Informações, pelo extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos e pela Escola de Inteligência, incluídos os novos cursos que venham a integrar o programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento referido no caput deste artigo, tendo em vista as disposições desta Lei.

Art. 23. Os titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN ficam **obrigados a ressarcir ao Erário os custos decorrentes da participação em cursos ou estágios** de capacitação realizados no Brasil ou no exterior, nas hipóteses de exoneração a pedido ou demissão antes de decorrido período igual ao de duração do afastamento.

§ 1º Ato do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República fixará os valores das indenizações referidas no caput deste artigo, respeitado o limite de despesas realizadas pelo poder público.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos demais agentes públicos do Quadro de Pessoal da ABIN, inclusive aos servidores titulares de cargos das Carreiras de Ciência

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, integrantes do Quadro de Pessoal da ABIN, em exercício no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC/ABIN.

CAPÍTULO V

Remuneração dos Servidores da ABIN

Art. 24. Os titulares dos cargos integrantes das Carreiras a que se referem os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei passam a ser **remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única**, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo II desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 25. Estão **compreendidas no subsídio** e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se referem os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei, a partir de 5 de junho de 2008, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - **Vencimento Básico**;

II - **Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações** - GDAI, de que trata o art. 11 da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004;

III - **Gratificação de Habilitação e Qualificação** - GHQ, de que trata o § 3º do art. 9º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e

IV - **Vantagem Pecuniária Individual**, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único. Considerando o disposto no art. 24 desta Lei, aos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo não se aplica o disposto no art. 14 da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, além de não fazerem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

I - **Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações Estratégicas** - GDI, de que trata o art. 2º da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998;

II - **Gratificação de Atividade** - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

III - **Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa** - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002;

IV - as referentes à conclusão do **Curso de Formação em Inteligência**, do Curso de Formação Básica em Inteligência I, do Curso de Formação Básica em Inteligência II, do **Curso de Especialização** em Inteligência, do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência e do Curso Avançado de Inteligência, referidos na Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e

V - **Gratificação de Desempenho de Atividades de Informação e Inteligência** - GDAIN e **Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN** - GDACABIN de que trata o inciso II do caput do art. 29 desta Lei.

Art. 26. Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 25 desta Lei, **não são devidas aos titulares dos cargos a que se referem os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei**, a partir de 5 de junho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - **vantagens pessoais e vantagens pessoais nominalmente identificadas** - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - **diferenças individuais e resíduos**, de qualquer origem e natureza;

III - **valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento** ou de cargo de provimento em comissão;

IV - **valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos**;

V - **valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço**;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - **abonos**;

VIII - **valores pagos a título de representação**;

IX - **adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas**;

X - **adicional noturno**;

XI - **adicional pela prestação de serviço extraordinário**; e

XII - **outras gratificações e adicionais**, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 28 desta Lei.

Art. 27. Os servidores integrantes das **Carreiras de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial**, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 28. O **subsídio dos integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei não exclui o direito à percepção**, nos termos da legislação e regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - **gratificação natalina**;

II - **adicional de férias**;

III - **abono de permanência** de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - **retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento**; e

V - **parcelas indenizatórias** previstas em lei.

Art. 29. A **estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de níveis superior e intermediário a que se refere o inciso III do caput do art. 2º desta Lei** e dos titulares dos cargos de **níveis superior, intermediário e auxiliar a que se refere o inciso IV do caput do art. 2º desta Lei**, a partir de 5 de junho de 2008, terá a seguinte composição:

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações e Inteligência - GDAIN ou Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN - GDACABIN, conforme o caso, observado o disposto nos arts. 34 a 41 desta Lei.

§ 1º Os padrões de vencimento básico dos cargos referidos no caput deste artigo são os constantes dos Anexos III e IV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas neles especificadas.

§ 2º Os titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo **não farão jus**, a partir de 2008, à percepção das seguintes gratificações e vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações - GDAI, de que trata o art. 11 da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004;

II - Gratificação de Habilitação e Qualificação - GHQ, de que trata o § 3º do art. 9º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

IV - Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de que trata o art. 2º da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998;

V - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

VI - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002;

VII - as referentes à conclusão do Curso de Formação em Inteligência, do Curso de Formação Básica em Inteligência I, do Curso de Formação Básica em Inteligência II, do Curso de Especialização em Inteligência, do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência e do Curso Avançado de Inteligência, referidos na Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e

VIII - as referentes à aplicação do disposto no art. 14 da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 30. Os **servidores titulares dos cargos de níveis superior e intermediário do Grupo Informações e os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio do Quadro de Pessoal da ABIN** (art. 2º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004), serão **enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN**, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo VII desta Lei.

§ 1º É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2º O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes dos Anexos III, IV, V e VI desta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

Art. 31. A **aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.**

§ 1º Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga:

I - aos servidores integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo II desta Lei; e

II - aos servidores de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 2º desta Lei, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes dos Anexos III, IV, V e VI desta Lei.

§ 2º A parcela complementar de subsídio e a vantagem pessoal nominalmente identificada referidas nos incisos I e II do § 1º deste artigo estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 32. **Aplica-se às aposentadorias** concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN de que trata o **art. 1º** desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 33. Ficam **instituídas**:

I - a Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações e Inteligência - GDAIN, devida exclusivamente aos servidores de níveis superior e intermediário do Grupo Informações, de que trata o inciso III do caput do art. 2º desta Lei, quando em exercício de atividades nas unidades da ABIN; e

II - a Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN - GDACABIN, devida exclusivamente aos ocupantes dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio do Plano Especial de Cargos, de que trata o inciso IV do caput do art. 2º desta Lei, quando em exercício de atividades nas unidades da ABIN.

Art. 34. A GDAIN e a GDACABIN serão **atribuídas em função do alcance de metas de desempenho individual do servidor e de desempenho institucional da ABIN.**

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

§ 1º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais.

§ 3º A GDAIN e a GDACABIN serão pagas com observância dos seguintes limites:

I - máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V desta Lei, para a GDAIN, e no Anexo VI desta Lei, para a GDACABIN.

§ 4º Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, a pontuação referente à GDAIN e à GDACABIN terá a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAIN e da GDACABIN serão estabelecidos em ato do Diretor-Geral da ABIN, observada a legislação vigente.

Art. 35. Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, **todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDAIN e a GDACABIN em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo**, observada a classe e padrão do servidor, conforme estabelecido nos Anexos V e VI desta Lei.

§ 1º O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do primeiro período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2º (Revogado)

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDAIN e à GDACABIN.

Art. 36. A GDAIN e a GDACABIN **não servirão de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.**

Art. 37. O **titular de cargo efetivo de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 2º desta Lei**, em exercício nas unidades da ABIN, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à **GDAIN ou à GDACABIN da seguinte forma:**

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no art. 34 desta Lei; e

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Art. 38. O **titular de cargo efetivo de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 2º desta Lei quando não se encontrar em exercício nas unidades da ABIN somente fará jus à GDAIN ou à GDACABIN, conforme o caso:**

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República ou quando requisitado pela Justiça Eleitoral, situação na qual perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na ABIN; e

II - quando cedido para órgão ou entidade da União distinto dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investido em cargo de natureza especial ou em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) nível 6, 5 ou 4, ou equivalente, situação na qual perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

Parágrafo único. A avaliação institucional do servidor alcançado pelos incisos I e II do caput será:

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo;

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

Art. 39. O **servidor ativo beneficiário da GDAIN ou da GDACABIN que obtiver pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) do seu valor máximo** será imediatamente submetido a processo de **capacitação** ou de **análise da adequação funcional**, conforme o caso, sob responsabilidade da ABIN.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação de desempenho e a servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 40. Ocorrendo **exoneração do cargo em comissão, com manutenção do cargo efetivo, os servidores que façam jus à GDAIN ou à GDACABIN continuarão percebendo** a respectiva gratificação de desempenho correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 41. Em caso de **afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício**, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o **servidor continuará percebendo a respectiva**

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

gratificação correspondente ao último percentual obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

Art. 42. Para fins de **incorporação da GDAIN e da GDACABIN** aos proventos de aposentadoria ou às pensões, **serão adotados os seguintes critérios:**

I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e

II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 42-A. A partir de 1º de julho de 2012, para fins de **incorporação da GDAIN ou da GDACABIN** aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes **critérios:**

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, as gratificações serão correspondentes a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor;

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses;

b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) meses, aos servidores de que trata a alínea a deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e

III - para as aposentadorias e pensões que não se enquadram nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 43. Os **valores devidos ao servidor em razão da estrutura remuneratória proposta pela Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, quanto ao vencimento básico, gratificação de desempenho de qualquer natureza e gratificação de habilitação e qualificação, não podem ser percebidos cumulativamente com os valores de subsídio, vencimento básico e gratificação de desempenho de que tratam os arts. 24 e 29 desta Lei.**

§ 1º Os valores percebidos pelos servidores de que tratam as alíneas a dos incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei a título de remuneração de 1º de abril até 4 de junho de 2008 deverão ser deduzidos do valor devido ao servidor a título de subsídio a partir de 1º de abril de 2008, devendo ser compensados eventuais valores pagos a menor.

§ 2º Os valores percebidos pelos servidores de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 2º desta Lei a título de vencimento básico, gratificação de desempenho de qualquer natureza e gratificação de habilitação e qualificação, de 1º de abril até 4 de junho de 2008, com base na estrutura remuneratória constante da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, deverão ser deduzidos do montante devido ao servidor a título de vencimento básico e gratificação de desempenho, conforme disposto no art. 29 desta Lei, a partir de 1º de abril de 2008, devendo ser compensados eventuais valores pagos a menor.

CAPÍTULO VI Cessão de Servidores

Art. 44. Fica **vedada a cessão dos titulares de cargos integrantes do Quadro de Pessoal da ABIN**, exceto para os casos previstos em legislação específica ou investidura em cargo de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5, 6, ou equivalentes.

Parágrafo único. As cessões em desconformidade com o disposto no caput deste artigo serão regularizadas até 6 de outubro de 2008.

CAPÍTULO VII Avaliação de Desempenho

Art. 45. Os titulares de cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal da ABIN serão **submetidos, periodicamente, a avaliação de desempenho**, conforme disposto na legislação em vigor aplicável aos servidores públicos federais e em normas específicas a serem estabelecidas em ato do Diretor-Geral da ABIN, que permitam avaliar a atuação do servidor no exercício do cargo e no âmbito de sua área de responsabilidade ou especialidade.

CAPÍTULO VIII Propriedade Intelectual

Art. 46. A propriedade intelectual **criada por qualquer agente público em decorrência do exercício de suas atribuições ou na condição de representante da ABIN pertence exclusivamente à União, a quem caberá exercer a eventual proteção ou a divulgação do seu conteúdo**, conforme disposto em ato do Diretor-Geral da ABIN.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se aos alunos de cursos ministrados pela ABIN, inclusive aos do curso de formação integrante do concurso público para ingresso nos cargos de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

CAPÍTULO IX **Disposições finais**

Art. 47. Ficam **revogados**:

- I - os arts. 2º e 16 da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998;
- II - a Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004;
- III - os arts. 12 e 13 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005;
- IV - o art. 7º da Lei nº 11.292, de 26 de abril de 2006; e
- V - a Lei nº 11.362, de 19 de outubro de 2006.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

ANEXO I **ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA ABIN**

Tabela I
Cargos de nível superior e intermediário

Carreiras/Cargos	Classe	Padrão
		III
	Especial	II
		I
		VI
Carreira de Oficial de Inteligência		V
	Primeira	IV
Carreira de Oficial Técnico de Inteligência		III
		II
Carreira de Agente de Inteligência		I
		VI
Carreira de Agente Técnico de Inteligência		V
	Segunda	IV
		III
Cargos de níveis superior e intermediário do Grupo		II
Informações e do Grupo Apoio do Plano de Carreiras e		I
Cargos da ABIN		V
		IV
	Terceira	III
		II
		I

Tabela II
Cargos de nível auxiliar

Cargo	Classe	Padrão
Cargos de nível auxiliar do Grupo		III
Apoio do Plano de Carreiras e	Especial	II
Cargos da ABIN		I

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

ANEXO II

**TABELA DE SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DE OFICIAL DE INTELIGÊNCIA, OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA,
AGENTE DE INTELIGÊNCIA E AGENTE TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA**

a) Subsídio do Cargo de Oficial de Inteligência - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
E S P E - C I A L	III	21.300,28	22.471,80	23.595,39
	II	20.964,85	22.117,92	23.223,81
	I	20.634,69	21.769,60	22.858,08
	VI	19.981,89	21.080,89	22.134,94
	V	19.667,21	20.748,91	21.786,35
P R I M E I - R A	IV	19.357,49	20.422,15	21.443,26
	III	19.052,64	20.100,54	21.105,56
	II	18.752,61	19.784,00	20.773,20
	I	18.457,28	19.472,43	20.446,05
	VI	17.873,37	18.856,41	19.799,23
S E G U N - D A	V	17.591,89	18.559,44	19.487,42
	IV	17.314,86	18.267,18	19.180,54
	III	17.042,18	17.979,50	18.878,47
	II	16.773,80	17.696,36	18.581,18
	I	16.509,64	17.417,67	18.288,55
T E R C E I - R A	V	15.987,34	16.866,64	17.709,98
	IV	15.735,57	16.601,03	17.431,08
	III	15.487,77	16.339,60	17.156,58
	II	15.243,86	16.082,27	16.886,39
	I	15.003,80	15.829,01	16.620,46

b) Subsídio do Cargo de Oficial Técnico de Inteligência - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
E S P E C I A L	III	19.168,12	20.222,37	21.233,48
	II	18.884,85	19.923,52	20.919,69
	I	18.605,76	19.629,08	20.610,53
	VI	18.063,85	19.057,36	20.010,23
	V	17.796,89	18.775,72	19.714,50
P R I M E I R A	IV	17.533,88	18.498,24	19.423,16
	III	17.274,76	18.224,87	19.136,12

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

SEGUNDA	II	17.019,47	17.955,54	18.853,32
	I	16.767,95	17.690,19	18.574,70
	VI	16.279,56	17.174,94	18.033,68
	V	16.038,98	16.921,12	17.767,18
	IV	15.801,95	16.671,06	17.504,61
	III	15.568,42	16.424,68	17.245,92
	II	15.338,36	16.181,97	16.991,07
TERCEIRA	I	15.111,68	15.942,82	16.739,96
	V	14.671,53	15.478,46	16.252,39
	IV	14.454,71	15.249,72	16.012,21
	III	14.241,09	15.024,35	15.775,57
	II	14.030,63	14.802,31	15.542,43
	I	13.823,28	14.583,56	15.312,74

c) Subsídio do Cargo de Agente de Inteligência - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	9.776,93	10.314,66	10.830,39
	II	9.538,47	10.063,09	10.566,24
	I	9.305,83	9.817,65	10.308,53
	VI	8.862,70	9.350,15	9.817,66
PRIMEIRA	V	8.646,54	9.122,10	9.578,20
	IV	8.435,64	8.899,60	9.344,58
	III	8.229,90	8.682,54	9.116,67
	II	8.029,16	8.470,76	8.894,30
	I	7.833,33	8.264,16	8.677,37
	VI	7.460,32	7.870,64	8.264,17
	V	7.278,35	7.678,66	8.062,59
	IV	7.100,83	7.491,38	7.865,94
SEGUNDA	III	6.927,65	7.308,67	7.674,10
	II	6.758,68	7.130,41	7.486,93
	I	6.593,84	6.956,50	7.304,33
	V	6.279,84	6.625,23	6.956,49
TERCEIRA	IV	6.126,68	6.463,65	6.786,83
	III	5.977,24	6.305,99	6.621,29
	II	5.831,46	6.152,19	6.459,80
	I	5.689,22	6.002,13	6.302,23

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

d) Subsídio do Cargo de Agente Técnico de Inteligência - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	8.798,27	9.282,17	9.746,28
	II	8.583,68	9.055,78	9.508,57
	I	8.374,32	8.834,91	9.276,65
PRIMEIRA	VI	7.975,54	8.414,19	8.834,90
	V	7.781,02	8.208,98	8.619,42
	IV	7.591,23	8.008,75	8.409,19
	III	7.406,08	7.813,41	8.204,09
	II	7.225,45	7.622,85	8.003,99
	I	7.049,21	7.436,92	7.808,76
SEGUNDA	VI	6.713,54	7.082,78	7.436,92
	V	6.549,79	6.910,03	7.255,53
	IV	6.390,04	6.741,49	7.078,57
	III	6.234,19	6.577,07	6.905,92
	II	6.082,13	6.416,65	6.737,48
	I	5.933,80	6.260,16	6.573,17
TERCEIRA	V	5.651,23	5.962,05	6.260,15
	IV	5.513,39	5.816,63	6.107,46
	III	5.378,92	5.674,76	5.958,50
	II	5.247,73	5.536,36	5.813,17
	I	5.119,73	5.401,32	5.671,38

ANEXO III

**TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE NÍVEIS SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO
DO GRUPO INFORMAÇÕES**

a) Vencimento básico do cargo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	7.857,22	8.289,37	8.703,84
	II	7.718,29	8.142,80	8.549,94
	I	7.581,81	7.998,81	8.398,75
PRIMEIRA	VI	7.360,99	7.765,84	8.154,14
	V	7.230,83	7.628,53	8.009,95
	IV	7.102,98	7.493,64	7.868,33
	III	6.977,39	7.361,15	7.729,20
	II	6.854,01	7.230,98	7.592,53
	I	6.732,83	7.103,14	7.458,29

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

SEGUNDA	VI	6.536,72	6.896,24	7.241,05
	V	6.421,15	6.774,31	7.113,03
	IV	6.307,61	6.654,53	6.987,25
	III	6.196,07	6.536,85	6.863,70
	II	6.086,52	6.421,28	6.742,34
	I	5.978,90	6.307,74	6.623,13
TERCEIRA	V	5.804,76	6.124,02	6.430,22
	IV	5.702,12	6.015,74	6.316,52
	III	5.601,29	5.909,36	6.204,83
	II	5.502,26	5.804,88	6.095,13
	I	5.404,97	5.702,24	5.987,36

b) Vencimento básico dos demais cargos de nível superior do Grupo Informações - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	7.335,60	7.739,06	8.126,01
	II	7.198,83	7.594,77	7.974,50
	I	7.064,60	7.453,15	7.825,81
	VI	6.858,83	7.236,07	7.597,87
PRIMEIRA	V	6.730,94	7.101,14	7.456,20
	IV	6.605,44	6.968,74	7.317,18
	III	6.482,28	6.838,81	7.180,75
	II	6.361,41	6.711,29	7.046,85
	I	6.242,79	6.586,14	6.915,45
	VI	6.060,96	6.394,31	6.714,03
	V	5.947,96	6.275,10	6.588,85
	IV	5.837,06	6.158,10	6.466,00
	III	5.728,22	6.043,27	6.345,44
	II	5.621,41	5.930,59	6.227,12
	I	5.516,59	5.820,00	6.111,00
	V	5.355,91	5.650,49	5.933,01
TERCEIRA	IV	5.256,06	5.545,14	5.822,40
	III	5.158,05	5.441,74	5.713,83
	II	5.061,88	5.340,28	5.607,30
	I	4.967,50	5.240,71	5.502,75

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

c) Vencimento básico do cargo de nível intermediário de Monitor de Informações do Grupo Informações - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	3.839,16	4.050,31	4.252,83
	II	3.774,98	3.982,60	4.181,73
	I	3.711,88	3.916,03	4.111,84
PRIMEIRA	VI	3.639,10	3.839,25	4.031,21
	V	3.578,26	3.775,06	3.963,82
	IV	3.518,45	3.711,96	3.897,56
	III	3.459,64	3.649,92	3.832,42
	II	3.401,81	3.588,91	3.768,36
	I	3.344,95	3.528,92	3.705,37
	VI	3.279,35	3.459,71	3.632,70
SEGUNDA	V	3.224,54	3.401,89	3.571,98
	IV	3.170,64	3.345,03	3.512,28
	III	3.117,65	3.289,12	3.453,58
	II	3.065,53	3.234,13	3.395,84
	I	3.014,28	3.180,07	3.339,07
	V	2.955,18	3.117,71	3.273,60
	IV	2.905,78	3.065,60	3.218,88
TERCEIRA	III	2.857,21	3.014,36	3.165,07
	II	2.809,45	2.963,97	3.112,17
	I	2.762,49	2.914,43	3.060,15

d) Vencimento básico dos demais cargos de nível intermediário do Grupo Informações - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	3.311,95	3.494,11	3.668,81
	II	3.279,16	3.459,51	3.632,49
	I	3.246,69	3.425,26	3.596,52
PRIMEIRA	VI	3.198,71	3.374,64	3.543,37
	V	3.167,04	3.341,23	3.508,29
	IV	3.135,68	3.308,14	3.473,55
	III	3.104,63	3.275,38	3.439,15
	II	3.073,90	3.242,96	3.405,11
	I	3.043,46	3.210,85	3.371,39
	VI	2.998,48	3.163,40	3.321,57
SEGUNDA	V	2.968,80	3.132,08	3.288,69
	IV	2.939,41	3.101,08	3.256,13

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

	III	2.910,30	3.070,37	3.223,88
	II	2.881,49	3.039,97	3.191,97
	I	2.852,95	3.009,86	3.160,36
	V	2.810,79	2.965,38	3.113,65
	IV	2.782,96	2.936,02	3.082,82
TERCEIRA	III	2.755,41	2.906,96	3.052,31
	II	2.728,13	2.878,18	3.022,09
	I	2.701,12	2.849,68	2.992,17

**ANEXO IV
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO GRUPO APOIO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA
ABIN**

a) Cargos de nível superior - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	5.850,55	6.172,33	6.480,95
	II	5.764,09	6.081,11	6.385,17
	I	5.678,91	5.991,25	6.290,81
	VI	5.513,50	5.816,74	6.107,58
	V	5.432,03	5.730,79	6.017,33
C	IV	5.351,75	5.646,10	5.928,40
	III	5.272,66	5.562,66	5.840,79
	II	5.194,74	5.480,45	5.754,47
	I	5.117,96	5.399,45	5.669,42
	VI	4.968,91	5.242,20	5.504,31
B	V	4.895,47	5.164,72	5.422,96
	IV	4.823,13	5.088,40	5.342,82
	III	4.751,84	5.013,19	5.263,85
	II	4.681,62	4.939,11	5.186,06
	I	4.612,44	4.866,12	5.109,43
A	V	4.478,09	4.724,38	4.960,60
	IV	4.411,92	4.654,58	4.887,30
	III	4.346,71	4.585,78	4.815,07
	II	4.282,47	4.518,01	4.743,91
	I	4.219,18	4.451,23	4.673,80

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

b) Cargos de nível intermediário - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	3.482,53	3.674,07	3.857,77
	II	3.454,90	3.644,92	3.827,17
	I	3.427,47	3.615,98	3.796,78
C	VI	3.376,81	3.562,53	3.740,66
	V	3.350,02	3.534,27	3.710,98
	IV	3.323,44	3.506,23	3.681,54
	III	3.297,05	3.478,39	3.652,31
	II	3.270,89	3.450,79	3.623,33
	I	3.244,93	3.423,40	3.594,57
B	VI	3.196,98	3.372,81	3.541,45
	V	3.171,60	3.346,04	3.513,34
	IV	3.146,44	3.319,49	3.485,47
	III	3.121,45	3.293,13	3.457,79
	II	3.096,68	3.267,00	3.430,35
	I	3.072,10	3.241,07	3.403,12
A	V	3.026,70	3.193,17	3.352,83
	IV	3.002,68	3.167,83	3.326,22
	III	2.978,86	3.142,70	3.299,83
	II	2.955,22	3.117,76	3.273,64
	I	2.931,77	3.093,02	3.247,67

c) Cargos de nível auxiliar - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	2.118,63	2.235,15	2.346,91
	II	2.115,62	2.231,98	2.343,58
	I	2.111,54	2.227,67	2.339,06

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

ANEXO V

**TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA
- GDAIN**

**a) Valor do ponto da GDAIN para o cargo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações
- Em R\$**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	113,06	119,28	125,24
	II	111,50	117,63	123,51
	I	109,97	116,02	121,82
	VI	106,03	111,86	117,45
	V	104,56	110,31	115,83
PRIMEIRA	IV	103,11	108,78	114,22
	III	101,69	107,28	112,64
	II	100,28	105,80	111,09
	I	98,90	104,34	109,56
	VI	95,35	100,59	105,62
SEGUNDA	V	94,03	99,20	104,16
	IV	92,75	97,85	102,74
	III	91,47	96,50	101,33
	II	90,20	95,16	99,92
	I	88,96	93,85	98,54
TERCEIRA	V	85,75	90,47	94,99
	IV	84,58	89,23	93,69
	III	83,41	88,00	92,40
	II	82,27	86,79	91,13
	I	81,12	85,58	89,86

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

b) Valor do ponto da GDAIN para os demais cargos de nível superior do Grupo Informações - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	105,57	111,38	116,95
	II	104,00	109,72	115,21
	I	102,46	108,10	113,51
PRIMEIRA	VI	99,19	104,65	109,88
	V	97,72	103,09	108,24
	IV	96,27	101,56	106,64
	III	94,86	100,08	105,08
	II	93,46	98,60	103,53
	I	92,09	97,15	102,01
	VI	89,13	94,03	98,73
	V	87,81	92,64	97,27
SEGUNDA	IV	86,52	91,28	95,84
	III	85,24	89,93	94,43
	II	83,98	88,60	93,03
	I	82,74	87,29	91,65
	V	80,09	84,49	88,71
	IV	78,91	83,25	87,41
	III	77,74	82,02	86,12
	II	76,60	80,81	84,85
TERCEIRA	I	75,46	79,61	83,59

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

c) Valor do ponto da GDAIN de nível intermediário de Monitor de Informações do Grupo Informações - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1° JAN 2015	1° AGO 2016	1° JAN 2017
ESPECIAL	III	48,15	50,80	53,34
	II	46,57	49,13	51,59
	I	45,03	47,51	49,89
PRIMEIRA	VI	42,17	44,49	46,71
	V	40,78	43,02	45,17
	IV	39,45	41,62	43,70
	III	38,14	40,24	42,25
	II	36,90	38,93	40,88
	I	35,68	37,64	39,52
	VI	33,41	35,25	37,01
	V	32,31	34,09	35,79
SEGUNDA	IV	31,24	32,96	34,61
	III	30,23	31,89	33,48
	II	29,23	30,84	32,38
	I	28,27	29,82	31,31
	V	26,46	27,92	29,32
	IV	25,60	27,01	28,36
	III	24,75	26,11	27,42
	II	23,94	25,26	26,52
TERCEIRA	I	23,15	24,42	25,64

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

d) Valor do ponto da GDAIN para os demais cargos de nível intermediário do Grupo Informações - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	48,44	51,10	53,66
	II	46,58	49,14	51,60
	I	44,78	47,24	49,60
PRIMEIRA	VI	41,66	43,95	46,15
	V	40,06	42,26	44,37
	IV	38,51	40,63	42,66
	III	37,03	39,07	41,02
	II	35,61	37,57	39,45
	I	34,24	36,12	37,93
SEGUNDA	VI	31,86	33,61	35,29
	V	30,64	32,33	33,95
	IV	29,44	31,06	32,61
	III	28,32	29,88	31,37
	II	27,23	28,73	30,17
	I	26,19	27,63	29,01
TERCEIRA	V	24,35	25,69	26,97
	IV	23,42	24,71	25,95
	III	22,51	23,75	24,94
	II	21,64	22,83	23,97
	I	20,82	21,97	23,07

**ANEXO VI
TABELA DE VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES NA
ABIN - GDACABIN**

a) Valor do ponto da GDACABIN para os cargos de nível superior do Grupo Apoio - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDACABIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	37,40	39,46	41,43
	II	36,14	38,13	40,04
	I	34,91	36,83	38,67
PRIMEIRA	VI	32,78	34,58	36,31
	V	31,67	33,41	35,08
	IV	30,62	32,30	33,92
	III	29,58	31,21	32,77
	II	28,57	30,14	31,65
	I	27,60	29,12	30,58
	VI	25,91	27,34	28,71

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E
LEGISLAÇÃO CORRELATA**

SEGUNDA	V	25,03	26,41	27,73
	IV	24,20	25,53	26,81
	III	23,38	24,67	25,90
	II	22,59	23,83	25,02
	I	21,82	23,02	24,17
TERCEIRA	V	20,49	21,62	22,70
	IV	19,79	20,88	21,92
	III	19,13	20,18	21,19
	II	18,49	19,51	20,49
	I	17,86	18,84	19,78

b) Valor dos pontos da GDACABIN para os cargos de nível intermediário do Grupo Apoio - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDACABIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	22,26	23,48	24,65
	II	21,51	22,69	23,82
	I	20,78	21,92	23,02
	VI	19,33	20,39	21,41
PRIMEIRA	V	18,69	19,72	20,71
	IV	18,05	19,04	19,99
	III	17,43	18,39	19,31
	II	16,84	17,77	18,66
	I	16,28	17,18	18,04
	VI	15,14	15,97	16,77
	V	14,64	15,45	16,22
	IV	14,14	14,92	15,67
SEGUNDA	III	13,66	14,41	15,13
	II	13,20	13,93	14,63
	I	12,75	13,45	14,12
	V	11,87	12,52	13,15
TERCEIRA	IV	11,46	12,09	12,69
	III	11,07	11,68	12,26
	II	10,70	11,29	11,85
	I	10,33	10,90	11,45

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

c) Valor dos pontos da GDACABIN para os cargos de nível auxiliar do Grupo Apoio - Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDACABIN		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2015	1º AGO 2016	1º JAN 2017
ESPECIAL	III	7,12	7,51	7,89
	II	7,06	7,45	7,82
	I	6,87	7,25	7,61

ANEXO VII TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA ABIN

a) Cargos de Analista de Informações, de Instrutor de Informações e de Assistente de Informações do Grupo Informações do Plano Especial de Cargos da Abin

Situação Anterior			Carreiras de Inteligência		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Cargos de nível superior de Analista de Informações e de Instrutor de Informações do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência - Abin	Especial	III	III	Especial	Cargos de nível superior de Oficial de Inteligência do Plano de Carreiras e Cargos da Abin
		II	II		
		I	I		
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		VI	VI		
Cargos de Nível Intermediário de Assistente de Informações do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência - Abin	B	V	V	Segunda	Cargos de nível intermediário de Agente de Inteligência do Plano de Carreiras e Cargos da Abin
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	III	III	Terceira	
		II	II		
		I	I		

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

b) Demais cargos de Nível Superior e Intermediário do Grupo Informações do Plano Especial de Cargos da ABIN

Situação Anterior		Carreiras de Inteligência			
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Cargos de nível superior e intermediário do Grupo Informações do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN (art. 2º, I, da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004)	Especial	III	III	Especial	Cargos de níveis superior e intermediário do Grupo Informações do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	Primeira	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	Segunda	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	Terceira	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		I	I		

c) Cargos de nível superior e intermediário do Grupo Apoio do Plano Especial de Cargos da ABIN

Situação Anterior		Carreiras de Inteligência			
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Cargos de níveis superior e intermediário do Grupo Apoio do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN (art. 2º, II, da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004)	Especial	III	III	Especial	Cargos de níveis superior e intermediário do Grupo Apoio do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	Primeira	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	Segunda	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	Terceira	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		I	I		

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

d) Cargos de nível auxiliar do Grupo Apoio do Plano Especial de Cargos da ABIN

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Cargos de provimento efetivo de nível auxiliar do Grupo Apoio do Quadro de Pessoal da ABIN (art. 2º, II, da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004)	Especial	III	III	Especial	Cargos de provimento efetivo de nível auxiliar do Grupo Apoio do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN
		II	II		
		I			
		VI			
		V			
		IV			
	C	III			
		II			
		I			
		VI			
		V			
		IV			
	B	III			
		II			
		I			
		V			
		IV			
		III			
	A	II			
		I			
		V			
		IV			
		III			
		II			
		I			

5.4 LEI Nº 12.527/2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO).

A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da Lei de Acesso a Informações significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e também para o sucesso das ações de prevenção da corrupção no país. Por tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

No Brasil, o direito de acesso à informação pública foi previsto na Constituição Federal, no artigo 5º, inciso XXXIII, do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - que dispõe que: "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

A Constituição também tratou do acesso à informação pública no art. 5º, inciso XIV; art. 37, § 3º, inciso II e no art. 216, § 2º. São estes os dispositivos que a Lei de Acesso a Informações regulamenta, estabelecendo requisitos mínimos para a divulgação de informações públicas e procedimentos para facilitar e agilizar o seu acesso por qualquer pessoa.

Mapa da lei:

Tema	Localização	Palavras-chave
Garantias do direito de acesso	Artigos 3º, 6º, 7º	Princípios do direito de acesso/Compromisso do Estado
Regras sobre a divulgação de rotina ou proativa de informações	Artigos 8º e 9º	Categorias de informação/Serviço de Informações ao Cidadão/Modos de divulgar
Processamento de pedidos de Informação	Artigos 10,11,12,13 e 14	Identificação e pesquisa de documentos/Meios de divulgação/Custos/Prazos de atendimento

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Direito de recurso a recusa de liberação de informação	Artigos 15 ao 20	Pedido de desclassificação/Autoridades responsáveis/Ritos legais
Exceções ao direito de acesso	Artigos 21 ao 30	Níveis de classificação/Regras/Justificativa do não-acesso
Tratamento de informações Pessoais	Artigo 31	Respeito às liberdades e garantias individuais
Responsabilidade dos agentes públicos	Artigos 32, 33, 34	Condutas ilícitas/Princípio do contraditório

Acesso: Quais as exceções?

A informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos e por período de tempo determinado.

A Lei de Acesso a Informações no Brasil prevê como exceções à regra de acesso os dados pessoais e as informações classificadas por autoridades como sigilosas.

Dados Pessoais são aquelas informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável. Seu tratamento deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

As informações pessoais não são públicas e terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção. Elas sempre podem ser acessadas pelos próprios indivíduos e, por terceiros, apenas em casos excepcionais previstos na Lei.

Informações classificadas como sigilosas são aquelas cuja Lei de Acesso a Informações prevê alguma restrição de acesso, mediante classificação por autoridade competente, visto que são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) ou do Estado (soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência).

Conforme a Lei de Acesso a Informações, a informação pública pode ser classificada como:

- **Ultrassegreta** - prazo de segredo: 25 anos (renovável uma única vez)
- **Secreta** - prazo de segredo: 15 anos
- **Reservada** - prazo de segredo: 5 anos⁶

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os **procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações** previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às **entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos** diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

6 <http://www.acessoainformacao.gov.br/>

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a **assegurar o direito fundamental de acesso à informação** e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes **diretrizes**:

I - **observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção**;

II - **divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações**;

III - **utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação**;

IV - **fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública**;

V - **desenvolvimento do controle social da administração pública**.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - **informação**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - **documento**: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - **informação sigilosa**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - **informação pessoal**: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - **tratamento da informação**: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - **disponibilidade**: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - **autenticidade**: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - **integridade**: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - **primariedade**: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, **mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão**.

CAPÍTULO II DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - **gestão transparente da informação**, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - **proteção da informação**, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - **proteção da informação sigilosa e da informação pessoal**, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os **direitos de obter**:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

§ 4º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei.

§ 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 6º Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a **divulgação em local de fácil acesso**, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 9º O acesso a informações públicas será **assegurado** mediante:

I - **criação de serviço de informações ao cidadão**, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:

a) **atender e orientar o público** quanto ao acesso a informações;

b) **informar sobre a tramitação** de documentos nas suas respectivas unidades;

c) **protocolizar** documentos e requerimentos de acesso a informações; e

II - **realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação**.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I Do Pedido de Acesso

Art. 10. **Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações** aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o **acesso imediato** à informação disponível.

§ 1º **Não sendo possível** conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em **prazo não superior a 20 (vinte) dias**:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é **gratuito**, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado **exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados**.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a **consulta de cópia**, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 14. É direito do requerente obter o **inteiro teor de decisão de negativa de acesso**, por certidão ou cópia.

Seção II Dos Recursos

Art. 15. No caso de **indeferimento** de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor **recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias** a contar da sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será **dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada**, que deverá se manifestar no prazo de **5 (cinco) dias**.

Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá **recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias** se:

I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;

III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e

IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35.

Art. 17. No caso de **indeferimento de pedido de desclassificação de informação** protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente **recorrer ao Ministro de Estado da área**, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão impugnada e, no caso das Forças Armadas, ao respectivo Comando.

§ 2º Indeferido o recurso previsto no caput que tenha como objeto a desclassificação de informação secreta ou ultrassecreta, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prevista no art. 35.

Art. 18. Os **procedimentos de revisão de decisões de negatórias** proferidas no recurso previsto no art. 15 e de revisão de classificação de documentos sigilosos serão objeto de **regulamentação própria** dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, em seus respectivos âmbitos, assegurado ao solicitante, em qualquer caso, o direito de ser informado sobre o andamento de seu pedido.

Art. 19. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao **Conselho Nacional de Justiça** e ao **Conselho Nacional do Ministério Público**, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

Art. 20. Aplica-se **subsidiariamente**, no que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

A lei “[...] estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração” (artigo 1º da Lei nº 9.784/99).

CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 21. **Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.**

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos **direitos humanos** praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 22. O disposto nesta Lei **não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial** decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

Seção II Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 23. São consideradas **imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação** as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em **risco a defesa e a soberania** nacionais ou a **integridade do território** nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a **condução de negociações ou as relações internacionais** do País, ou as que tenham sido **fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais**;

III - pôr em **risco a vida, a segurança ou a saúde** da população;

IV - oferecer elevado **risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária** do País;

V - prejudicar ou causar **risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas**;

VI - prejudicar ou causar **risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico**, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de **interesse estratégico nacional**;

VII - pôr em risco a **segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares**; ou

VIII - **comprometer atividades de inteligência**, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, **poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.**

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos.

§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Seção III Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas

Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.

§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as **medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.**

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.

Seção IV **Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação**

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de **competência**:

I - no **grau de ultrassecreto**, das seguintes autoridades:

a) **Presidente da República**;

b) **Vice-Presidente da República**;

c) **Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas**;

d) **Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica**; e

e) **Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior**;

II - no **grau de secreto**, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e

III - no **grau de reservado**, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser **delegada** pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.

§ 2º A classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas nas alíneas "d" e "e" do inciso I deverá ser **ratificada** pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.

§ 3º A autoridade ou outro agente público que classificar informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 28 à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35, no prazo previsto em regulamento.

Art. 28. A **classificação de informação** em qualquer grau de sigilo deverá ser **formalizada em decisão** que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - assunto sobre o qual versa a informação;

II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;

III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e

IV - identificação da autoridade que a classificou.

Parágrafo único. A decisão referida no caput será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.

Art. 29. A classificação das informações será **reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior**, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 24.

§ 1º O regulamento a que se refere o caput deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.

§ 2º Na reavaliação a que se refere o caput, deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.

§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.

Art. 30. A **autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará**, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:

I - rol das **informações que tenham sido desclassificadas** nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de **documentos classificados** em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - **relatório estatístico** contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no caput para consulta pública em suas sedes.

§ 2º Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Seção V **Das Informações Pessoais**

Art. 31. O **tratamento das informações pessoais** deve ser feito de forma **transparente** e com **respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem** das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 32. Constituem **condutas ilícitas** que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - **recusar-se a fornecer informação requerida** nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - **utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente**, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - **agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações** de acesso à informação;

IV - **divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido** à informação sigilosa ou informação pessoal;

V - **impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal** cometido por si ou por outrem;

VI - **ocultar da revisão de autoridade superior** competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - **destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos** por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas:

I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou

II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes **sanções**:

I - **advertência**;

II - **multa**;

III - **rescisão do vínculo com o poder público**;

IV - **suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos**; e

V - **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade**.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 34. Os órgãos e entidades públicas **respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais**, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. (VETADO).

§ 1º É instituída a **Comissão Mista de Reavaliação de Informações**, que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:

I - requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;

II - rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos desta Lei; e

III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

§ 2º O prazo referido no inciso III é limitado a uma única renovação.

§ 3º A revisão de ofício a que se refere o inciso II do § 1º deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, após a reavaliação prevista no art. 39, quando se tratar de documentos ultrassecretos ou secretos.

§ 4º A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações nos prazos previstos no § 3º implicará a desclassificação automática das informações.

§ 5º Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observado o mandato de 2 (dois) anos para seus integrantes e demais disposições desta Lei.

Art. 36. O tratamento de informação sigilosa resultante de **tratados, acordos ou atos internacionais** atenderá às **normas e recomendações constantes desses instrumentos**.

Art. 37. É instituído, **no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC)**, que tem por objetivos:

I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e

II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.

Art. 38. Aplica-se, no que couber, a **Lei nº 9.507**, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Art. 39. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à **reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 2 (dois) anos**, contado do termo inicial de vigência desta Lei.

§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no caput, deverá observar os prazos e condições previstos nesta Lei.

§ 2º No âmbito da administração pública federal, a reavaliação prevista no caput poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os termos desta Lei.

§ 3º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no caput, será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.

§ 4º As informações classificadas como secretas e ultrassecretas não reavaliadas no prazo previsto no caput serão consideradas, automaticamente, de acesso público.

Art. 40. No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, o **dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade** que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;

II - monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e

IV - orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 41. O **Poder Executivo Federal designará órgão da administração** pública federal responsável:

I - pela promoção de campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - pelo monitoramento da aplicação da lei no âmbito da administração pública federal, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 30;

IV - pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual com informações atinentes à implementação desta Lei.

Art. 42. O Poder Executivo **reglamentará o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias** a contar da data de sua publicação.

Art. 43. O inciso VI do art. 116 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 116. [...]”

VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; [...]”

Art. 44. O Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112, de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 126-A:

“Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.”

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III.

Neste sentido, a legislação compilada no próximo tópico.

Art. 46. Revogam-se:

I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e

II - os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

EXERCÍCIOS

1. (SESACRE – FISIOTERAPEUTA - FUNCAB/2013) As informações consideradas ultrassecretas pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) têm prazo máximo de sigilo, contado da data de sua produção, de:

- a) vinte e cinco anos.
- b) dez anos.
- c) quinze anos.
- d) vinte anos.
- e) cinco anos.

R: A. À luz do artigo 24, §1º, I da Lei nº 12527/11, "Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos".

2. (IPSEMG - ANALISTA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FUNDEP/2013) Sobre a pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei nº 12.527/11, que regula o direito constitucional de acesso a informações é CORRETO afirmar que

- a) só poderá ser punida judicialmente.
- b) terá seu vínculo com o poder público necessariamente extinto.
- c) poderá sofrer pena administrativa de multa, entre outras.
- d) não poderá sofrer sanção civil, administrativa ou penal.

R: C. Resposta de acordo com o art. 33 da Lei nº 12527/11: "A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções: I - advertência; II - multa; III - rescisão do vínculo com o poder público; IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedi-

mento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade".

3. (IPSEMG - TÉCNICO – ENFERMAGEM - FUNDEP/2013) Segundo a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações garantido pela Constituição da República, constitui dever dos órgãos e entidades públicas publicar e promover, independentemente de requerimento, a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidos ou custodiadas.

Para tanto, deverão utilizar os meios e instrumentos legítimos de que dispõem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (Internet).

Essa obrigação de divulgar as informações pela internet NÃO se aplica

- a) aos Estados da Região Norte.
- b) aos Estados cuja porcentagem de população de extrema pobreza ultrapasse 25% nos termos da estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- c) aos Estados do Pará, Amazonas, Alagoas, Piauí e Maranhão e seus respectivos municípios.
- d) aos municípios com população de até 10.000 habitantes.

R: D. O art. 8, §2º da Lei nº 12527/11 estabelece: "Os **Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes** ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)".

4. (ANVISA - ANALISTA ADMINISTRATIVO - CONHECIMENTOS GERAIS - TODAS AS ÁREAS - CETRO/2013) Em relação à Lei nº 12.527/2011, sobre o poder regulamentar da administração, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() A informação em poder de órgãos e entidades públicas, em função do teor e imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado pode ser classificada e tem prazo de restrição de acesso na seguinte linha: I. ultrassecreta – 25 anos, II. secreta – 15 anos e III. reservada – 5 anos.

() Em caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, o interessado poderá interpor, no prazo de 10 dias, recurso diretamente ao Ministro responsável pela área.

() Por se tratarem de informações sensíveis, registros de repasses ou transferências financeiras, bem como registro das despesas, somente serão fornecidas àqueles que as solicitarem.

() Para efeitos da lei, considera-se autenticidade a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por indivíduo, equipamento ou sistema.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

- a) V/ F/ V/ V
- b) V/ F/ F/ V
- c) F/ F/ V/ F
- d) F/ V/ F/ V
- e) V/ V/ F/ F

R: B.

(V) Art. 24, §1º, Lei nº 12.527/2011.

(F) Art. 15, parágrafo único, Lei nº 12.527/2011: o recurso será dirigido a autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

(F) Art. 8º, Lei nº 12.527/2011: É direito dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimento, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

(V) Art. 4º, VII, Lei nº 12.527/2011.

5. (MF - TODOS OS CARGOS - CONHECIMENTOS BÁSICOS - ESAF/2013) Considerando as normas de acesso à informação contidas na Lei n. 12.527/2011, assinale a opção correta.

a) Considera-se tratamento de informação a que for submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

b) O próprio requerente pesquisará a informação de que necessite, ante os meios oferecidos pela entidade.

c) As informações podem ser classificadas como sigilosas, restritas e de segurança máxima, nos termos da lei.

d) As informações pessoais relativas à intimidade terão seu acesso vedado pelo prazo máximo de 50 (cinquenta) anos.

e) A pessoa física que detiver informações em virtude de vínculo com o poder público e não observar o disposto na Lei nº 12527/11 estará sujeita à suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de 02 (dois) anos.

R: B. Segundo o artigo 11, §3º da Lei nº 12527/11, "sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar".

Alternativa "A": incorreta: art. 24, III.

Alternativa "C": incorreta: As informações podem ser classificadas como ultrassecreta, secreta e preservada.

Alternativa "D": incorreta porque é pelo prazo de 100 anos (art. 31, §1º, I).

Alternativa "E": incorreta, pois a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública é por prazo não superior a 2 (dois) anos (art. 33, IV).

6. (CESPE/2010 - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - Área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda) De acordo com o que dispõe o Decreto n.º 4.376/2002 sobre a organização e funcionamento do SISBIN, julgue o próximo item.

Exige-se, nas reuniões do conselho consultivo do SISBIN presença de, no mínimo, dois terços de seus membros.

R: Errado. Conforme art. 9º, §2º do Decreto, "o Conselho reunir-se-á com a presença de, no mínimo, a maioria de seus membros".

7. (CESPE/2010 - ABIN - Agente Técnico de Inteligência - Área de Tecnologia da Informação) Com base na Lei nº 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), julgue o item seguinte.

Nas atividades de inteligência, o uso de técnicas e meios sigilosos com potencial suficiente para ferir direitos e garantias individuais só pode ocorrer mediante o conhecimento e a autorização prévia do presidente do Conselho Consultivo do SISBIN e exclusivamente nos casos que envolvam a segurança do Estado.

R: Errado. O art. 3º, par. ún., da Lei nº 9.883/1999 impõe "irrestrita observância das garantias e direitos individuais", sem exceções. Além disso, o Conselho Consultivo do SISBIN é órgão meramente propositivo e não goza de prerrogativas judiciais nem executivas.

8. (CESPE/2010 - ABIN - Agente Técnico de Inteligência - Área de Tecnologia da Informação) A ABIN, mesmo sendo o órgão central do SISBIN, somente pode comunicar-se com os demais órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com o conhecimento prévio da autoridade competente de maior hierarquia do respectivo órgão, ou de um delegado seu.

R: Certo. Neste sentido, o art. 10 da L9883/99: "A ABIN somente poderá comunicar-se com os demais órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o conhecimento prévio da autoridade competente de maior hierarquia do respectivo órgão, ou um seu delegado".

9. (CESPE/2010 - ABIN - Agente Técnico de Inteligência - Área de Tecnologia da Informação) Entre as atribuições da ABIN, incluem-se o desenvolvimento de recursos humanos e tecnológicos e da doutrina de inteligência, bem como a realização de estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento das atividades de inteligência, em coordenação com os demais órgãos do SISBIN.

R: Certo. Prevê o art. 10 do Decreto nº 4.376/2002: "Na condição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, a ABIN tem a seu cargo: [...] VII - promover o desenvolvimento de recursos humanos e tecnológicos e da doutrina de inteligência, realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de inteligência, em coordenação com os demais órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência".

10. (CESPE/2010 - ABIN - Agente Técnico de Inteligência - Área de Tecnologia da Informação) Os servidores da ABIN, no exercício de suas funções, estão sujeitos ao conjunto de deveres e responsabilidades previstos em código de ética do profissional de inteligência, editado pelo diretor-geral da ABIN.

R: Certo. O art. 7º da Lei nº 11.776/2008 prevê: "Os servidores da ABIN, no exercício de suas funções, ficam também submetidos ao conjunto de deveres e responsabilidades previstos em código de ética do profissional de inteligência, editado pelo Diretor-Geral da ABIN".

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Introdução ao direito administrativo.	01
1.1 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo.	01
1.2 Objeto do direito administrativo.	01
1.3 Fontes do direito administrativo.	02
1.4 Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo.	03
1.5 Princípios da administração pública.	03
2 Administração pública.	06
2.1 Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.	06
2.2 Órgão público: conceito e classificação.	06
2.3 Servidor: cargo e funções.	07
2.4 Atribuições.	07
2.5 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição.	10
2.6 Avocação e delegação de competência.	10
2.7 Ausência de competência: agente de fato.	11
2.8 Administração direta e indireta.	11
2.9 Autarquias.	14
2.10 Fundações públicas.	15
2.11 Empresas públicas e privadas.	16
2.12 Sociedades de economia mista.	16
2.13 Entidades paraestatais.	17
2.14 Dispositivos pertinentes contidos na Constituição Federal de 1988.	18
3 Atos administrativos.	18
3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação.	18
3.2 Fato e ato administrativo.	19
3.3 Atos administrativos em espécie.	20
3.4 Parecer: responsabilidade do emissor do parecer.	20
3.5 O silêncio no direito administrativo.	20
3.6 Cassação.	20
3.7 Revogação e anulação.	21
3.8 Processo administrativo.	21
3.9 Lei nº 9.784/1999.	21
3.10 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos.	30
3.11 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo.	30
3.12 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo.	30
3.13 Atos administrativos simples, complexos e compostos.	31
3.14 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.	31
3.15 Atos administrativos gerais e individuais.	31
3.16 Atos administrativos vinculados e discricionários.	31
3.17 Mérito do ato administrativo, discricionariedade.	31
3.18 Ato administrativo inexistente.	32
3.19 Teoria das nulidades no direito administrativo.	32
3.20 Atos administrativos nulos e anuláveis.	32
3.21 Vícios do ato administrativo.	32
3.22 Teoria dos motivos determinantes.	32
3.23 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.	33
4 Poderes da administração pública.	33
4.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações.	36
4.2 Poder disciplinar.	36
4.3 Poder de polícia.	36
4.4 Polícia judiciária e polícia administrativa.	37
4.5 Liberdades públicas e poder de polícia.	37
4.6 Principais setores de atuação da polícia administrativa.	38

DIREITO ADMINISTRATIVO

5 Controle da administração pública.	38
5.1 Conceito, tipos e formas de controle.	38
5.2 Controle interno e externo.	39
5.3 Controle parlamentar.	39
5.4 Controle pelos tribunais de contas.	40
5.5 Controle administrativo.	40
5.6 Recurso de administração.	41
5.7 Reclamação.	42
5.8 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa).	43
5.9 Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una.	54
5.10 Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro.	54
5.11 Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas.	56
5.12 Tribunal de Contas da União (TCU) e suas atribuições; entendimentos com caráter normativo exarados pelo TCU.	56
5.13 Sistema de correção do poder executivo federal.	57
5.14 Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio.	70
5.15 Prescrição administrativa.	71
5.16 Representação e reclamação administrativas.	71
6 Agentes públicos e servidores públicos.	71
6.1 Agentes públicos (servidor público e funcionário público).	71
6.2 Natureza jurídica da relação de emprego público.	72
6.3 Preceitos constitucionais.	72
6.4 Servidor efetivo e vitalício: garantias.	80
6.5 Estágio probatório.	80
6.6 Servidor ocupante de cargo em comissão.	81
6.7 Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis.	81
6.8 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações.	81
6.10 Regime disciplinar e processo administrativo-disciplinar.	81
6.11 Improbidade administrativa.	116
6.12 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa).	116
6.13 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	116
6.14 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.	137
6.15 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público.	138
7 Bens públicos.	138
7.1 Requisição da propriedade privada.	139
7.2 Ocupação temporária.	139
8 Responsabilidade civil do Estado.	139
8.1 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos.	139
8.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.	140
8.3 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro.	141
9 Direito administrativo disciplinar.	142
9.1 Fontes; princípios; ilícito de direito administrativo disciplinar; procedimentos disciplinares da administração pública.	142
9.2 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações: regime disciplinar.	142
9.3 Lei nº 9.784/1999.	142
10 Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção).	142

PROF. MA. BRUNA PINOTTI GARCIA OLIVEIRA

Advogada e pesquisadora. Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UNB. Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES. Professora de curso preparatório para concursos e universitária da Universidade Federal de Goiás – UFG. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros, notadamente na área do direito eletrônico, dos direitos humanos e do direito constitucional.

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO.

Para introduzir a noção de direito administrativo, nada mais relevante do que abordar o conceito de Estado, do qual se depreende a essência do ramo do direito público e, por consequência, do direito administrativo.

“O conceito de Estado varia segundo o ângulo em que é considerado. Do ponto de vista sociológico, é corporação territorial dotada de um poder de mando originário; sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção; sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana; na conceituação do nosso Código Civil, é pessoa jurídica de Direito Público Interno (art. 14, I). Como ente personalizado, o Estado tanto pode atuar no campo do Direito Público como no do Direito Privado, mantendo sempre sua única personalidade de Direito Público, pois a teoria da dupla personalidade do Estado acha-se definitivamente superada. O Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, Território e Governo soberano. Povo é o componente humano do Estado; Território, a sua base física; Governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e auto-organização emanado do Povo. Não há nem pode haver Estado independente sem Soberania, isto é, sem esse poder absoluto, indivisível e incontrastável de organizar-se e de conduzir-se segundo a vontade livre de seu Povo e de fazer cumprir as suas decisões inclusive pela força, se necessário. A vontade estatal apresenta-se e se manifesta através dos denominados Poderes de Estado. Os Poderes de Estado, na clássica tripartição de Montesquieu, até hoje adotada nos Estados de Direito, são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si e com suas funções reciprocamente indelegáveis (CF, art. 2º). A organização do Estado é matéria constitucional no que concerne à divisão política do território nacional, a estruturação dos Poderes, à forma de Governo, ao modo de investidura dos governantes, aos direitos e garantias dos governados. Após as disposições constitucionais que moldam a organização política do Estado soberano, surgem, através da legislação complementar e ordinária, e organização administrativa das entidades estatais, de suas autarquias e entidades

paraestatais instituídas para a execução desconcentrada e descentralizada de serviços públicos e outras atividades de interesse coletivo, objeto do Direito Administrativo e das modernas técnicas de administração”¹.

Com efeito, o Estado é uma organização dotada de personalidade jurídica que é composta por **povo, território e soberania**. Logo, possui homens situados em determinada localização e sobre eles e em nome deles exerce poder. É dotado de personalidade jurídica, isto é, possui a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair deveres. Nestes moldes, o Estado tem natureza de **pessoa jurídica de direito público**.

Trata-se de pessoa jurídica, e não física, porque o Estado não é uma pessoa natural determinada, mas uma estrutura organizada e administrada por pessoas que ocupam cargos, empregos e funções em seu quadro. Logo, pode-se dizer que o Estado é uma ficção, eis que não existe em si, mas sim como uma estrutura organizada pelos próprios homens.

É de direito público porque administra interesses que pertencem a toda sociedade e a ela respondem por desvios na conduta administrativa, de modo que se sujeita a um regime jurídico próprio, que é objeto de estudo do direito administrativo.

1.1 OS DIFERENTES CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A CONCEITUAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO. 1.2 OBJETO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.

Em face da organização do Estado, e pelo fato deste assumir funções primordiais à coletividade, no interesse desta, fez-se necessário criar e aperfeiçoar um sistema jurídico que fosse capaz de reger e viabilizar a execução de tais funções, buscando atingir da melhor maneira possível o interesse público visado. A execução de funções exclusivamente administrativas constitui, assim, o objeto do Direito Administrativo, ramo do Direito Público. A função administrativa é toda atividade desenvolvida pela Administração (Estado) representando os interesses de terceiros, ou seja, os interesses da coletividade.

Devido à natureza desses interesses, são conferidos à Administração direitos e obrigações que não se estendem aos particulares. Logo, a Administração encontra-se numa posição de superioridade em relação a estes.

Se, por um lado, o Estado é uno, até mesmo por se legitimar na soberania popular; por outro lado, é necessária a divisão de funções das atividades estatais de maneira equilibrada, o que se faz pela divisão de Poderes, a qual resta assegurada no artigo 2º da Constituição Federal. A função típica de administrar – gerir a coisa pública e aplicar a lei – é do Poder Executivo; cabendo ao Poder Legislativo a função típica de legislar e ao Poder Judiciário a função típica de julgar. Em situações específicas, será possível que no exercício de funções atípicas o Legislativo e o Judiciário exerçam administração.

1 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

Destaca-se o artigo 41 do Código Civil:

Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

*I - a **União**;*

*II - os **Estados, o Distrito Federal e os Territórios**;*

*III - os **Municípios**;*

*IV - as **autarquias**;*

*V - as demais **entidades de caráter público** criadas por lei.*

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

Nestes moldes, o Estado é pessoa jurídica de direito público interno. Mas há características peculiares distintivas que fazem com que afirmá-lo apenas como pessoa jurídica de direito público interno seja correto, mas não suficiente. Pela peculiaridade da função que desempenha, o Estado é verdadeira **pessoa administrativa**, eis que concentra para si o exercício das atividades de administração pública.

A expressão pessoa administrativa também pode ser colocada em sentido estrito, segundo o qual seriam pessoas administrativas aquelas pessoas jurídicas que integram a administração pública sem dispor de autonomia política (capacidade de auto-organização). Em contraponto, pessoas políticas seriam as pessoas jurídicas de direito público interno – União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

“O Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a lume com a instituição do Estado de Direito, ou seja, quando o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. O fenômeno nasce com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Através do novo sistema, o Estado passava a ter órgãos específicos para o exercício da administração pública e, por via de consequência, foi necessário o desenvolvimento do quadro normativo disciplinador das relações internas da Administração e das relações entre esta e os administrados. Por isso, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para esse novo ramo jurídico, o Direito Administrativo. [...] Com o desenvolvimento do quadro de princípios e normas voltados à atuação do Estado, o Direito Administrativo se tornou ramo autônomo dentre as matérias jurídicas”². Logo, a evolução do Direito Administrativo acompanha a evolução do Estado em si. Conforme a própria noção de limitação de poder ganha forças, surge o Direito Administrativo como área autônoma do Direito apta a regular as relações entre Estado e sociedade.

Neste sentido, “o Direito é tradicionalmente dividido em dois grandes ramos: direito público e direito privado. O direito público tem por objeto principal a regulação dos interesses da sociedade como um todo, a disciplina das relações entre esta e o Estado, e das relações das entidades e órgãos estatais entre si. Tutela ele o interesse público,

só alcançando as condutas individuais de forma indireta ou reflexa. [...] Em suma, nas relações jurídicas de direito público o Estado encontra-se em posição de desigualdade jurídica relativamente ao particular, subordinando os interesses deste aos interesses da coletividade, ao interesse público, representados pelo Estado na relação jurídica”³. Em se tratando de direito administrativo, se está diante de uma noção de submissão ao interesse público.

“O Direito Administrativo, como novo ramo autônomo, propiciou nos países que o adotaram diversos critérios como foco de seu objeto e conceito. Na França, prevaleceu a ideia de que o objeto desse Direito consistia nas leis reguladoras da Administração. No direito italiano, a corrente dominante o limitava aos atos do Poder Executivo. Outros critérios foram ainda apontados como foco do Direito Administrativo, como o critério de regulação dos órgãos inferiores do Estado e o dos serviços públicos. À medida, porém, que esse ramo jurídico se desenvolvia, verificou-se que sua abrangência se irradiava para um âmbito maior, de forma a alcançar o Estado internamente e a coletividade a que se destina. Muitos são os conceitos encontrados nos autores modernos de Direito Administrativo. Alguns levam em conta apenas as atividades administrativas em si mesmas; outros preferem dar relevo aos fins desejados pelo Estado. Em nosso entender, porém, o Direito Administrativo, com a evolução que o vem impulsionando contemporaneamente, há de focar-se em dois tipos fundamentais de relações jurídicas: uma, de caráter interno, que existe entre as pessoas administrativas e entre os órgãos que as compõem; outra, de caráter externo, que se forma entre o Estado e a coletividade em geral. Desse modo, sem abdicar dos conceitos dos estudiosos, parece-nos se possa conceituar o Direito Administrativo como sendo o conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas entre as pessoas e órgãos do Estado e entre este e as coletividades a que devem servir. De fato, tanto é o Direito Administrativo que regula, por exemplo, a relação entre a Administração Direta e as pessoas da respectiva Administração Indireta, como também a ele compete disciplinar a relação entre o Estado e os particulares participantes de uma licitação, ou entre o Estado e a coletividade, quando se concretiza o exercício do poder de polícia”⁴.

1.3 FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.

A expressão fonte do direito corresponde aos elementos de formação da ciência jurídica ou de um de seus campos. Quando se fala em fontes do direito administrativo, refere-se aos elementos que serviram de aparato lógico para a formação do direito administrativo.

3 ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

4 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

2 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

Fontes diretas: são aquelas que primordialmente influenciam na composição do campo jurídico em estudo, no caso, o direito administrativo. Apontam-se como fontes diretas a **Constituição Federal e as leis**. Ambas são normas impostas pelo Estado, de observação coativa.

O direito administrativo não se encontra compilado em um único diploma jurídico, isto é, não existe um Código de Direito Administrativo. O que existe é um conjunto de leis e regulamentos diversos que compõem a área. A base legal do direito administrativo, sem dúvidas, vem da Constituição Federal, que trata de princípios do direito administrativo e estabelece a divisão de competências administrativas, entre outras questões. A partir da Constituição, emanam diversas leis que se inserem no campo do direito administrativo, como a lei de licitações (Lei nº 8.666/1993), a lei do regime jurídico dos servidores públicos civis federais (Lei nº 8.112/1990), a lei do processo administrativo (Lei nº 9.784/1999), a lei dos serviços públicos (Lei nº 8.987/1995), a lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), entre outras.

Fontes indiretas: são aquelas que decorrem das fontes diretas ou que surgem paralelamente a elas. Por exemplo, **a doutrina e a jurisprudência** estabelecem processos de interpretação da norma jurídica, no sentido de que interpretam o que a lei e a Constituição fixam, conferindo rumos para a aplicação das normas do direito administrativo. Já **os costumes e os princípios gerais do Direito** existiam antes mesmo da elaboração da norma, influenciando em sua gênese e irradiando esta influência em todo o processo de aplicação da lei.

1.4 REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO. 1.5 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Regime jurídico-administrativo

Regime jurídico é uma expressão que designa o tratamento normativo que o ordenamento confere a determinado assunto. Com efeito, o regime jurídico administrativo corresponde ao conjunto de regras e princípios que estruturam o Direito Administrativo, atribuindo-lhe autonomia enquanto um ramo autônomo da ciência jurídica. No mais, coloca-se o Estado numa posição verticalizada em relação ao administrado.

Logo, regime jurídico-administrativo é o conjunto de princípios e regras que compõem o Direito Administrativo, conferindo prerrogativas e fixando restrições à Administração Pública peculiares, não presentes no direito privado, bem como a colocando em uma posição de supremacia quanto aos administrados.

Os objetivos do regime jurídico-administrativo são o de proteção dos direitos individuais frente ao Estado e de satisfação de interesses coletivos.

Os princípios e regras que o compõem se encontram espalhados pela Constituição e por legislações infraconstitucionais. A base do regime jurídico administrativo está nos princípios que regem a Administração Pública.

Princípios

Os princípios da Administração Pública são regras que surgem como parâmetros para a interpretação das demais normas jurídicas. Têm a função de oferecer coerência e harmonia para o ordenamento jurídico. Quando houver mais de uma norma, deve-se seguir aquela que mais se compatibiliza com os princípios elencados na Constituição Federal, ou seja, interpreta-se, sempre, consoante os ditames da Constituição.

Princípios constitucionais expressos

São princípios da administração pública, nesta ordem:

Legalidade
Impessoalidade
Moralidade
Publicidade
Eficiência

Para memorizar: veja que as iniciais das palavras formam o vocábulo LIMPE, que remete à limpeza esperada da Administração Pública. É de fundamental importância um olhar atento ao significado de cada um destes princípios, posto que eles estruturam todas as regras éticas prescritas no Código de Ética e na Lei de Improbidade Administrativa, tomando como base os ensinamentos de Carvalho Filho⁵ e Spitzcovsky⁶:

a) **Princípio da legalidade:** Para o particular, legalidade significa a permissão de fazer tudo o que a lei não proíbe. Contudo, como a administração pública representa os interesses da coletividade, ela se sujeita a uma relação de subordinação, pela qual só poderá fazer o que a lei expressamente determina (assim, na esfera estatal, é preciso lei anterior editando a matéria para que seja preservado o princípio da legalidade). A origem deste princípio está na criação do Estado de Direito, no sentido de que o próprio Estado deve respeitar as leis que dita.

b) **Princípio da impessoalidade:** Por força dos interesses que representa, a administração pública está proibida de promover discriminações gratuitas. Discriminar é tratar alguém de forma diferente dos demais, privilegiando ou prejudicando. Segundo este princípio, a administração pública deve tratar igualmente todos aqueles que se encontrem na mesma situação jurídica (princípio da isonomia ou igualdade). Por exemplo, a licitação reflete a impessoalidade no que tange à contratação de serviços. O princípio da impessoalidade correlaciona-se ao princípio da finalidade, pelo qual o alvo a ser alcançado pela administração pública é somente o interesse público. Com efeito, o interesse particular não pode influenciar no tratamento das pessoas, já que deve-se buscar somente a preservação do interesse coletivo.

c) **Princípio da moralidade:** A posição deste princípio no artigo 37 da CF representa o reconhecimento de uma espécie de moralidade administrativa, intimamente relacionada ao poder público. A administração pública não atua como um particular, de modo que enquanto o descumprimento dos preceitos morais por parte deste particular não é pu-

5 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

6 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

nido pelo Direito (*a priori*), o ordenamento jurídico adota tratamento rigoroso do comportamento imoral por parte dos representantes do Estado. O princípio da moralidade deve se fazer presente não só para com os administrados, mas também no âmbito interno. Está indissociavelmente ligado à noção de bom administrador, que não somente deve ser conhecedor da lei, mas também dos princípios éticos regentes da função administrativa. **TODO ATO IMORAL SERÁ DIRETAMENTE ILEGAL OU AO MENOS IMPESSOAL**, daí a intrínseca ligação com os dois princípios anteriores.

d) **Princípio da publicidade:** A administração pública é obrigada a manter transparência em relação a todos seus atos e a todas informações armazenadas nos seus bancos de dados. Daí a publicação em órgãos da imprensa e a afixação de portarias. Por exemplo, a própria expressão concurso público (art. 37, II, CF) remonta ao ideário de que todos devem tomar conhecimento do processo seletivo de servidores do Estado. Diante disso, como será visto, se negar indevidamente a fornecer informações ao administrado caracteriza ato de improbidade administrativa.

No mais, prevê o §1º do artigo 37, CF, evitando que o princípio da publicidade seja deturpado em propaganda político-eleitoral:

*Artigo 37, §1º, CF. A **publicidade** dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter **caráter educativo, informativo ou de orientação social**, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

Somente pela publicidade os indivíduos controlarão a legalidade e a eficiência dos atos administrativos. Os instrumentos para proteção são o direito de petição e as certidões (art. 5º, XXXIV, CF), além do *habeas data* e - residualmente - do mandado de segurança. Neste viés, ainda, prevê o artigo 37, CF em seu §3º:

*Artigo 37, §3º, CF. A lei disciplinará as formas de **participação do usuário na administração pública direta e indireta**, regulando especialmente:*

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

e) **Princípio da eficiência:** A administração pública deve manter o ampliar a qualidade de seus serviços com controle de gastos. Isso envolve eficiência ao contratar pessoas (o concurso público seleciona os mais qualificados ao exercício do cargo), ao manter tais pessoas em seus cargos (pois é possível exonerar um servidor público

por ineficiência) e ao controlar gastos (limitando o teto de remuneração), por exemplo. O núcleo deste princípio é a procura por produtividade e economicidade. Alcança os serviços públicos e os serviços administrativos internos, se referindo diretamente à conduta dos agentes.

Outros princípios administrativos

Além destes cinco princípios administrativo-constitucionais diretamente selecionados pelo constituinte, podem ser apontados como princípios de natureza ética relacionados à função pública a probidade e a motivação:

a) **Princípio da probidade:** um princípio constitucional incluído dentro dos princípios específicos da licitação, é o dever de todo o administrador público, o dever de honestidade e fidelidade com o Estado, com a população, no desempenho de suas funções. Possui contornos mais definidos do que a moralidade. Diógenes Gasparini⁷ alerta que alguns autores tratam veem como distintos os princípios da moralidade e da probidade administrativa, mas não há características que permitam tratar os mesmos como procedimentos distintos, sendo no máximo possível afirmar que a probidade administrativa é um aspecto particular da moralidade administrativa.

b) **Princípio da motivação:** É a obrigação conferida ao administrador de motivar todos os atos que edita, gerais ou de efeitos concretos. É considerado, entre os demais princípios, um dos mais importantes, uma vez que sem a motivação não há o devido processo legal, uma vez que a fundamentação surge como meio interpretativo da decisão que levou à prática do ato impugnado, sendo verdadeiro meio de viabilização do controle da legalidade dos atos da Administração.

Motivar significa mencionar o dispositivo legal aplicável ao caso concreto e relacionar os fatos que concretamente levaram à aplicação daquele dispositivo legal. Todos os atos administrativos devem ser motivados para que o Judiciário possa controlar o mérito do ato administrativo quanto à sua legalidade. Para efetuar esse controle, devem ser observados os motivos dos atos administrativos.

Em relação à necessidade de motivação dos atos administrativos vinculados (aqueles em que a lei aponta um único comportamento possível) e dos atos discricionários (aqueles que a lei, dentro dos limites nela previstos, aponta um ou mais comportamentos possíveis, de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade), a doutrina é uníssona na determinação da obrigatoriedade de motivação com relação aos atos administrativos vinculados; todavia, diverge quanto à referida necessidade quanto aos atos discricionários.

Meirelles⁸ entende que o ato discricionário, editado sob os limites da Lei, confere ao administrador uma margem de liberdade para fazer um juízo de conveniência e oportunidade, não sendo necessária a motivação. No entanto, se houver tal fundamentação, o ato deverá condicionar-se a esta, em razão da necessidade de observância da Teoria

7 GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

8 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

dos Motivos Determinantes. O entendimento majoritário da doutrina, porém, é de que, mesmo no ato discricionário, é necessária a motivação para que se saiba qual o caminho adotado pelo administrador. Gasparini⁹, com respaldo no art. 50 da Lei n. 9.784/98, aponta inclusive a superação de tais discussões doutrinárias, pois o referido artigo exige a motivação para todos os atos nele elencados, compreendendo entre estes, tanto os atos discricionários quanto os vinculados.

c) Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos:

O Estado assumiu a prestação de determinados serviços, por considerar que estes são fundamentais à coletividade. Apesar de os prestar de forma descentralizada ou mesmo delegada, deve a Administração, até por uma questão de coerência, oferecê-los de forma contínua e ininterrupta. Pelo princípio da continuidade dos serviços públicos, o Estado é obrigado a não interromper a prestação dos serviços que disponibiliza. A respeito, tem-se o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

d) Princípios da Tutela e da Autotutela da Administração Pública:

a Administração possui a faculdade de rever os seus atos, de forma a possibilitar a adequação destes à realidade fática em que atua, e declarar nulos os efeitos dos atos eivados de vícios quanto à legalidade. O sistema de controle dos atos da Administração adotado no Brasil é o jurisdicional. Esse sistema possibilita, de forma inexorável, ao Judiciário, a revisão das decisões tomadas no âmbito da Administração, no tocante à sua legalidade. É, portanto, denominado controle finalístico, ou de legalidade.

A Administração, por conseguinte, cabe tanto a anulação dos atos ilegais como a revogação de atos válidos e eficazes, quando considerados inconvenientes ou inoportunos aos fins buscados pela Administração. Essa forma de controle endógeno da Administração denomina-se princípio da autotutela. Ao Poder Judiciário cabe somente a anulação de atos reputados ilegais. O embasamento de tais condutas é pautado nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal.

Súmula 346. A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

9 GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Os atos administrativos podem ser extintos por revogação ou anulação. A Administração tem o poder de rever seus próprios atos, não apenas pela via da anulação, mas também pela da revogação. Aliás, não é possível revogar atos vinculados, mas apenas discricionários. A revogação se aplica nas situações de conveniência e oportunidade, quanto que a anulação serve para as situações de vício de legalidade.

e) Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade:

Razoabilidade e proporcionalidade são fundamentos de caráter instrumental na solução de conflitos que se estabelecem entre direitos, notadamente quando não há legislação infraconstitucional específica abordando a temática objeto de conflito. Neste sentido, quando o poder público toma determinada decisão administrativa deve se utilizar destes vetores para determinar se o ato é correto ou não, se está atingindo indevidamente uma esfera de direitos ou se é regular. Tanto a razoabilidade quanto a proporcionalidade servem para evitar interpretações esdrúxulas manifestamente contrárias às finalidades do texto declaratório.

Razoabilidade e proporcionalidade guardam, assim, a mesma finalidade, mas se distinguem em alguns pontos. Historicamente, a razoabilidade se desenvolveu no direito anglo-saxônico, ao passo que a proporcionalidade se origina do direito germânico (muito mais metódico, objetivo e organizado), muito embora uma tenha buscado inspiração na outra certas vezes. Por conta de sua origem, a proporcionalidade tem parâmetros mais claros nos quais pode ser trabalhada, enquanto a razoabilidade permite um processo interpretativo mais livre. Evidencia-se o maior sentido jurídico e o evidente caráter delimitado da proporcionalidade pela adoção em doutrina de sua divisão clássica em 3 sentidos:

- adequação, pertinência ou idoneidade: significa que o meio escolhido é de fato capaz de atingir o objetivo pretendido;
- necessidade ou exigibilidade: a adoção da medida restritiva de um direito humano ou fundamental somente é legítima se indispensável na situação em concreto e se não for possível outra solução menos gravosa;
- proporcionalidade em sentido estrito: tem o sentido de máxima efetividade e mínima restrição a ser guardado com relação a cada ato jurídico que recaia sobre um direito humano ou fundamental, notadamente verificando se há uma proporção adequada entre os meios utilizados e os fins desejados.

f) Supremacia do interesse público sobre o privado:

Na maioria das vezes, a Administração, para buscar de maneira eficaz tais interesses, necessita ainda de se colocar em um patamar de superioridade em relação aos particulares, numa relação de verticalidade, e para isto se utiliza do princípio da supremacia, conjugado ao princípio da indisponibilidade, pois, tecnicamente, tal prerrogativa é irrenunciável, por não haver faculdade de atuação ou não do Poder Público, mas sim "dever" de atuação.

Sempre que houver conflito entre um interesse individual e um interesse público coletivo, deve prevalecer o interesse público. São as prerrogativas conferidas à Administração Pública, porque esta atua por conta de tal interesse. Com efeito, o exame do princípio é predominantemente feito no caso concreto, analisando a situação de conflito entre o particular e o interesse público e mensurando qual deve prevalecer.

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

2.1 CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB OS ASPECTOS ORGÂNICO, FORMAL E MATERIAL.

Conceito	Sentido amplo	Sentido estrito
Subjetivo, orgânico ou formal	Órgãos governamentais e administrativos	Apenas órgãos administrativos
Objetivo, material ou funcional	Funções políticas e administrativas	Apenas funções administrativas

Conceituando-se administração pública, “em sentido **objetivo**, material ou funcional, a administração pública pode ser definida como a **atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve**, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses coletivos”; ao passo que “em sentido **subjetivo**, formal ou orgânico, pode-se definir Administração Pública, como sendo o **conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas** aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado”¹⁰. Logo, o sentido objetivo volta-se à atividade administrativa em si, ao passo que o sentido subjetivo se concentra nos órgãos que a exercem. Em ambos casos, a distinção do sentido amplo para o restrito está nas espécies de atividades e órgãos que são abrangidos. No sentido amplo, inserem-se as atividades desempenhadas pelos órgãos de alto escalão no âmbito governamental, no exercício de funções essencialmente políticas; além das atividades tipicamente administrativas desempenhadas pelos diversos órgãos que compõem a administração executando seus fins de interesse público. No sentido estrito, excluem-se as atividades políticas, abrangendo-se apenas atividades administrativas.

2.2 ÓRGÃO PÚBLICO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.

Conforme Carvalho Filho¹¹, “a noção de Estado, como visto, não pode abstrair-se da de pessoa jurídica. O Estado, na verdade, é considerado um ente personalizado, seja no âmbito internacional, seja internamente. Quando se trata de Federação, vigora o **pluripersonalismo**, porque além da pessoa jurídica central existem outras internas que compõem o sistema político. Sendo uma pessoa jurídica, o Estado manifesta sua vontade através de seus agentes, ou seja, as pessoas físicas que pertencem a seus quadros. Entre a pessoa jurídica em si e os agentes, compõe o Estado um grande número de repartições internas, necessárias à sua organização, tão grande é a extensão que alcança e tamanha as atividades a seu cargo. Tais repartições é que constituem os órgãos públicos”.

“Várias teorias surgiram para explicar as relações do Estado, pessoa jurídica, com suas agentes: Pela **teoria do mandato**, o agente público é mandatário da pessoa jurídica; a teoria foi criticada por não explicar como o Estado, que não tem vontade própria, pode outorgar o mandato”¹². A origem desta teoria está no direito privado, não tendo como prosperar porque o Estado não pode outorgar mandato a alguém, afinal, não tem vontade própria.

Num momento seguinte, adotou-se a teoria da representação: “Posteriormente houve a substituição dessa concepção pela **teoria da representação**, pela qual a vontade dos agentes, em virtude de lei, exprimiria a vontade do Estado, como ocorre na tutela ou na curatela, figuras jurídicas que apontam para representantes dos incapazes. Ocorre que essa teoria, além de equiparar o Estado, pessoa jurídica, ao incapaz (sendo que o Estado é pessoa jurídica dotada de capacidade plena), não foi suficiente para alicerçar um regime de responsabilização da pessoa jurídica perante terceiros prejudicados nas circunstâncias em que o agente ultrapassasse os poderes da representação”¹³. Criticou-se a teoria porque o Estado estaria sendo visto como um sujeito incapaz, ou seja, uma pessoa que não tem condições plenas de manifestar, de falar, de resolver pendências; bem como porque se o representante estatal exorbitasse seus poderes, o Estado não poderia ser responsabilizado.

Finalmente, adota-se a **teoria do órgão**, de **Otto Giërke**, segundo a qual os órgãos são apenas núcleos administrativos criados e extintos exclusivamente por lei, mas que podem ser organizados por decretos autônomos do Executivo (art. 84, VI, CF), sendo desprovidos de personalidade jurídica própria. Com efeito, o Estado brasileiro responde pelos atos que seus agentes praticam, mesmo se estes atos extrapolam das atribuições estatais conferidas, sendo-lhe assegurado o intocável e assustador direito de regresso.

10 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas editora, 2010.

11 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

12 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas editora, 2010.

13 NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo** – esquematizado, completo, atualizado, temas polêmicos, conteúdo dos principais concursos públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas editora, 2013.

Apresenta-se a **classificação dos órgãos**:

a) Quanto à pessoa federativa: federais, estaduais, distritais e municipais.

b) Quanto à situação estrutural: os diretivos, que são aqueles que detêm condição de comando e de direção, e os subordinados, incumbidos das funções rotineiras de execução.

c) Quanto à composição: singulares, quando integrados em um só agente, e os coletivos, quando compostos por vários agentes.

d) Quanto à esfera de ação: centrais, que exercem atribuições em todo o território nacional, estadual, distrital e municipal, e os locais, que atuam em parte do território.

e) Quanto à posição estatal: são os que representam os poderes do Estado – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

f) Quanto à estrutura: simples ou unitários e compostos. Os órgãos compostos são constituídos por vários outros órgãos.

2.3 SERVIDOR: CARGO E FUNÇÕES.

Agente público é expressão que engloba todas as pessoas lotadas na Administração, isto é, trata-se daqueles que servem ao Poder Público. "A expressão agente público tem sentido amplo, significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público. Como se sabe, o Estado só se faz presente através das pessoas físicas que em seu nome manifestam determinada vontade, e é por isso que essa manifestação volitiva acaba por ser imputada ao próprio Estado. São todas essas pessoas físicas que constituem os agentes públicos"¹⁴.

Neste sentido, o artigo 2º da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa):

Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Quanto às entidades as quais o agente pode estar vinculado, tem-se o artigo 1º da Lei nº 8.429/92:

Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio

14 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Os agentes públicos subdividem-se em:

a) **agentes políticos** – "são os titulares dos cargos estruturais à organização política do País [...], Presidente da República, Governadores, Prefeitos e respectivos vices, os auxiliares imediatos dos chefes de Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas pastas, bem como os Senadores, Deputados Federais e Estaduais e os Vereadores"¹⁵. O agente político é aquele detentor de **cargo eletivo**, eleito por mandatos transitórios.

b) **servidores públicos**, que se dividem em funcionário público, empregado público e contratados em caráter temporário. Os servidores públicos formam a grande massa dos agentes do Estado, desenvolvendo variadas funções. O **funcionário público** é o tipo de servidor público que é titular de um **cargo**, se sujeitando a regime estatutário (previsto em estatuto próprio, não na CLT). O **empregado público** é o tipo de servidor público que é titular de um **emprego**, sujeitando-se ao regime celetista (CLT). Tanto o funcionário público quanto o empregado público somente se vinculam à Administração mediante concurso público, sendo nomeados em caráter efetivo. **Contratados em caráter temporário** são servidores contratados por um período certo e determinado, por força de uma situação de excepcional interesse público, não sendo nomeados em caráter efetivo, ocupando uma **função pública**.

c) **particulares em colaboração com o Estado** – são agentes que, embora sejam particulares, executam **funções públicas especiais** que podem ser qualificadas como públicas. Ex.: mesário, jurado, recrutados para serviço militar.

2.4 ATRIBUIÇÕES.

O artigo 18 da Constituição Federal tem caráter genérico e regulamenta a organização político-administrativa do Estado. Basicamente, define os entes federados que irão compor o Estado brasileiro.

Neste dispositivo se percebe o Pacto Federativo firmado entre os entes autônomos que compõem o Estado brasileiro. Na federação, todos os entes que compõem o Estado têm autonomia, cabendo à União apenas concentrar esforços necessários para a manutenção do Estado uno.

15 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

O pacto federativo brasileiro se afirmou ao inverso do que os Estados federados geralmente se formam. Trata-se de federalismo por desagregação – tinha-se um Estado uno, com a União centralizada em suas competências, e dividiu-se em unidades federadas. Difere-se do denominado federalismo por agregação, no qual unidades federativas autônomas se unem e formam um Poder federal no qual se concentrarão certas atividades, tornando o Estado mais forte (ex.: Estados Unidos da América).

No federalismo por agregação, por já vir tradicionalmente das bases do Estado a questão da autonomia das unidades federadas, percebe-se um federalismo real na prática. Já no federalismo por desagregação nota-se uma persistente tendência centralizadora.

Prova de que nem mesmo o constituinte brasileiro entendeu o federalismo que estava criando é o fato de ter colocado o município como entidade federativa autônoma. No modelo tradicional, o pacto federativo se dá apenas entre União e estados-membros, motivo pelo qual a doutrina afirma que o federalismo brasileiro é atípico.

Além disso, pelo que se desprende do modelo de divisão de competências a ser estudado neste capítulo, acabou-se esvaziando a competência dos estados-membros, mantendo uma concentração de poderes na União e distribuindo vasta gama de poderes aos municípios.

Art. 18, caput, CF. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Ainda assim, inegável, pela redação do *caput* do artigo 18, CF, que o Brasil adota um modelo de Estado Federado no qual são considerados entes federados e, como tais, **autônomos**, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Esta autonomia se reflete tanto numa capacidade de auto-organização (normatização própria) quanto numa capacidade de autogoverno (administrar-se pelos membros eleitos pelo eleitorado da unidade federada).

1) Competência organizacional-administrativa exclusiva da União

A Constituição Federal, quando aborda a competência da União, traz no artigo 21 a expressão “competete à União” e no artigo 22 a expressão “competete privativamente à União”. Neste sentido, questiona-se se a competência no artigo 21 seria privativa. Obviamente, não seria compartilhada, pois os casos que o são estão enumerados no texto constitucional.

Com efeito, entende-se que o artigo 21, CF, enumera competências **exclusivas** da União. Estas expressões que a princípio seriam sinônimas assumem significado diverso. Privativa é a competência da União que pode ser delegada a outras unidades federadas e exclusiva é a competência da União que somente pode ser exercida por ela.

O artigo 21, que traz as competências exclusivas da União, trabalha com questões organizacional-administrativas.

Artigo 21, CF. Compete à União:

*I - manter **relações com Estados estrangeiros** e participar de **organizações internacionais**;*

*II - declarar a **guerra** e celebrar a **paz**;*

*III - assegurar a **defesa nacional**;*

*IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que **forças estrangeiras transitem** pelo território nacional ou nele **permaneçam** temporariamente;*

*V - decretar o **estado de sítio**, o **estado de defesa** e a **intervenção federal**;*

*VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de **material bélico**;*

*VII - emitir **moeda**;*

*VIII - administrar as **reservas cambiais** do País e **fiscalizar as operações** de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;*

*IX - elaborar e executar **planos nacionais e regionais de ordenação do território** e de **desenvolvimento econômico e social**;*

*X - manter o **serviço postal** e o **correio aéreo nacional**;*

*XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de **telecomunicações**, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;*

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

*a) os serviços de **radiodifusão** sonora, e de sons e imagens;*

*b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os **potenciais hidroenergéticos**;*

*c) a **navegação** aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária;*

*d) os serviços de **transporte ferroviário e aquaviário** entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;*

*e) os serviços de **transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros**;*

*f) os portos **marítimos, fluviais e lacustres**;*

*XIII - organizar e manter o **Poder Judiciário**, o **Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios** e a **Defensoria Pública dos Territórios**;*

*XIV - organizar e manter a **polícia civil**, a **polícia militar** e o **corpo de bombeiros militar do Distrito Federal**, bem como prestar **assistência financeira ao Distrito Federal** para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;*

*XV - organizar e manter os serviços oficiais de **estatística, geografia, geologia e cartografia** de âmbito nacional;*
*XVI - exercer a **classificação**, para efeito indicativo, de **diversões públicas e de programas** de rádio e televisão;*

*XVII - conceder **anistia**;*

*XVIII - planejar e **promover** a defesa permanente contra as **calamidades públicas**, especialmente as **secas** e as **inundações**;*

XIX - instituir **sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos** e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX - instituir diretrizes para o **desenvolvimento urbano**, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI - estabelecer princípios e diretrizes para o **sistema nacional de viação**;

XXII - executar os serviços de **polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras**;

XXIII - explorar os **serviços e instalações nucleares** de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de **minérios nucleares** e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda **atividade nuclear** em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante **aprovação do Congresso Nacional**;

b) sob regime de **permissão**, são autorizadas a comercialização e a utilização de **radioisótopos** para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

c) sob regime de **permissão**, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

d) a responsabilidade civil por **danos nucleares** independe da existência de **culpa**;

XXIV - organizar, manter e executar a **inspeção do trabalho**;

XXV - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de **garimpagem**, em forma associativa.

Envolve a competência organizacional-administrativa da União a atuação regionalizada com vistas à redução das desigualdade regionais, descrita no artigo 43 da Constituição Federal:

Artigo 43, CF. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo **complexo geoeconômico e social**, visando a seu **desenvolvimento** e à **redução das desigualdades regionais**.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I - as **condições para integração** de regiões em desenvolvimento;

II - a **composição dos organismos regionais** que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os **incentivos regionais** compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de **tarifas, fretes, seguros e outros itens** de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - juros favorecidos para financiamento de **atividades prioritárias**;

III - **isenções, reduções ou diferimento temporário** de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o **aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água** represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a **recuperação de terras áridas** e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

2) Competência organizacional-administrativa compartilhada

União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios compartilham certas competências organizacional-administrativas. Significa que qualquer dos entes federados poderá atuar, desenvolver políticas públicas, nestas áreas. Todas estas áreas são áreas que necessitam de atuação intensa ou vigilância constantes, de modo que mediante gestão cooperada se torna possível efetivar o máximo possível os direitos fundamentais em casa uma delas.

Artigo 23, CF. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela **guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas** e conservar o **patrimônio público**;

II - cuidar da **saúde e assistência** pública, da proteção e garantia das **pessoas portadoras de deficiência**;

III - **proteger** os documentos, as obras e outros **bens de valor histórico, artístico e cultural**, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - **impedir a evasão, a destruição e a descaracterização** de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de **acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação**;

VI - proteger o **meio ambiente** e **combater a poluição** em qualquer de suas formas;

VII - preservar **as florestas, a fauna e a flora**;

VIII - fomentar a **produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar**;

IX - promover **programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico**;

X - **combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização**, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as **concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais** em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar **política de educação para a segurança do trânsito**.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a **cooperação** entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o **equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional**.

3) Limitações e regras mínimas aplicáveis à competência organizacional-administrativa autônoma dos Estados-membros

Artigo 25, CF. Os Estados **organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem**, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º **São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.**

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

O documento que está no ápice da estrutura normativa de um Estado-membro é a Constituição estadual. Ela deve guardar compatibilidade com a Constituição Federal, notadamente no que tange aos princípios nela estabelecidos, sob pena de ser considerada norma inconstitucional.

A competência do Estado é residual – tudo o que não obrigatoriamente deva ser regulamentado pela União ou pelos Municípios, pode ser legislado pelo Estado-membro, sem prejuízo da já estudada competência legislativa concorrente com a União.

4) Limitações e regras mínimas aplicáveis à competência organizacional-administrativa autônoma dos Municípios

Os Municípios gozam de autonomia no modelo federativo brasileiro e, sendo assim, possuem capacidade de auto-organização, normatização e autogoverno.

Notadamente, mediante lei orgânica, conforme se extrai do artigo 29, *caput*, CF, o Município se normatiza, devendo esta lei guardar compatibilidade tanto com a Constituição Federal quanto com a respectiva Constituição estadual. O dispositivo mencionado traça, ainda, regras mínimas de estruturação do Poder Executivo e do Legislativo municipais.

2.5 COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA: CONCEITO E CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO.

Como vimos no tópico anterior, a Constituição Federal fixa atribuições para as diversas esferas do Poder Executivo. Entretanto, seria impossível impor que um único órgão as exercesse por completo. Por isso, tais atribuições são distribuídas entre os diversos órgãos que compõem a Administração Pública. **Esta divisão das atribuições entre os órgãos da Administração Pública é conhecida como competência.**

Conceitua Carvalho Filho¹⁶ que “competência é o círculo definido por lei dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade”, afirmando ainda que a competência administrativa pode ser colocada em plano diverso da competência legislativa e jurisdicional.

16 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

A competência é pressuposto essencial do ato administrativo, devendo sempre ser **fixada por lei ou pela Constituição Federal**. Vale ressaltar, no entanto, que a lei e a CF fixam as competências primárias, que abrangem o órgão como um todo; podendo existir atos internos de organização que fixam as divisões de competências dentro dos órgãos, em seus diversos segmentos.

A competência se reveste de dois atributos essenciais: **inderrogabilidade**, pois não se transfere de um órgão a outro por mera vontade entre as partes ou por consentimento do agente público; e **improrrogabilidade**, pois um órgão competente não se transmuta em incompetente mesmo diante de alteração da lei superveniente ao fato.

O ato praticado por sujeito incompetente prescinde de pressuposto essencial para o ato administrativo, sendo ele considerado inexistente e incapaz de produzir efeitos.

É possível fixar os critérios de competência nos seguintes moldes:

a) Quanto à matéria: abrange a especificidade da função, por exemplo, entre Ministérios e Secretarias de diversas especialidades.

b) Quanto à hierarquia: abrange a atribuição de atividades mais complexas a agentes/órgãos de graus superiores dentro dos órgãos.

c) Quanto ao lugar: abrange a descentralização territorial de atividades.

d) Quanto ao tempo: abrange a atribuição de competência por tempo determinado, notadamente diante de algum evento específico, como de calamidade pública.

2.6 AVOCACÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA.

Nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.784/1999, “a **competência é irrenunciável** e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de **delegação e avocação legalmente admitidos**”.

Delegar é atribuir uma competência que seria sua a outro órgão/agente (pode ser vertical, quando houver subordinação; ou horizontal, quando não houver subordinação) – A delegação é parcial e temporária e pode ser revogada a qualquer tempo. Não podem ser delegados os seguintes atos: Competência Exclusiva, Edição de Ato de Caráter Normativo, Decisão de Recursos Administrativos.

Avocar é solicitar o que seria de competência de outro para sua esfera de competência. Basicamente, é o oposto de delegar. Na avocação, o chefe/órgão superior pega para si as atribuições do subordinado/órgão inferior. Como exige subordinação, toda avocação é vertical.

2.7 AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA: AGENTE DE FATO.

O agente precisa estar legitimamente investido num cargo para praticar um ato administrativo, isto é, deve ter competência para tanto. Contudo, existe a situação do agente de fato, que é aquele em relação ao qual a investidura está maculada de um defeito.

Di Pietro¹⁷ exemplifica tal situação: “falta de requisito legal para investidura, como certificado de sanidade vencido; inexistência de formação universitária para função que a exige, idade inferior ao mínimo legal; o mesmo ocorre quando o servidor está suspenso do cargo, ou exerce funções depois de vencido o prazo de sua contratação, ou continua em exercício após a idade-limite para aposentadoria compulsória”.

Essa ilegalidade gera efeitos na competência do ato administrativo, mas não pode ser confundida com o crime de usurpação de função (art. 328, CP), no qual o sujeito exerce uma atribuição de cargo, emprego ou função pública, sem ocorrer nenhuma forma de investidura. No caso do agente de fato, há investidura, mas ela se deu sem os devidos requisitos.

Quanto aos atos praticados pelo agente de fato, a doutrina majoritária considera-os válidos, por causa da aparência de conformidade com a lei e em preservação da boa-fé dos administrados. Entretanto, será necessário ponderar no caso concreto, utilizando como vetores a segurança jurídica e a boa-fé da população, bem como observando se a falta de competência não poderia ser facilmente detectada.

2.8 ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

Centralização, descentralização, concentração e desconcentração

Em linhas gerais, *descentralização* significa transferir a execução de um serviço público para terceiros que não se confundem com a Administração direta; *centralização* significa situar na Administração direta atividades que, em tese, poderiam ser exercidas por entidades de fora dela; *desconcentração* significa transferir a execução de um serviço público de um órgão para o outro dentro da própria Administração; *concentração* significa manter a execução central ao chefe do Executivo em vez de atribuí-la a outra autoridade da Administração direta.

Passemos a esmiuçar estes conceitos:

Desconcentração implica no exercício, pelo chefe do Executivo, do poder de delegar certas atribuições que são de sua competência privativa. Neste sentido, o previsto na CF:

17 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas editora, 2010.

Artigo 84, parágrafo único, CF. O Presidente da República **poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte**, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Neste sentido:

Artigo 84, VI, CF. **dispor**, mediante **decreto**, sobre:

a) **organização e funcionamento** da administração federal, quando **não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos** públicos;

b) **extinção de funções ou cargos** públicos, quando vagos;

Artigo 84, XII, CF. conceder **indulto e comutar penas**, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

Artigo 84, XXV, CF. **prover e extinguir os cargos públicos federais**, na forma da lei; (apenas o provimento é delegável, não a extinção)

Com efeito, o chefe do Poder Executivo federal tem opções de delegar parte de suas atribuições privativas para os Ministros de Estado, o Procurador-Geral da República ou o Advogado-Geral da União. O Presidente irá delegar com relação de hierarquia cada uma destas essencialidades dentro da estrutura organizada do Estado. Reforça-se, **desconcentrar significa delegar com hierarquia**, pois há uma relação de subordinação dentro de uma estrutura centralizada, isto é, os Ministros de Estado, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União respondem diretamente ao Presidente da República e, por isso, não possuem plena discricionariedade na prática dos atos administrativos que lhe foram delegados.

Concentrar, ao inverso, significa exercer atribuições privativas da Administração pública direta no âmbito mais central possível, isto é, diretamente pelo chefe do Poder Executivo, seja porque não são atribuições delegáveis, seja porque se optou por não delegar.

Artigo 84, CF. Compete **privativamente** ao Presidente da República:

I - **nomear e exonerar os Ministros de Estado**;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a **direção superior da administração federal**;

III - **iniciar o processo legislativo**, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - **sancionar, promulgar e fazer publicar as leis**, bem como expedir **decretos e regulamentos** para sua fiel execução;

V - **vetar** projetos de lei, total ou parcialmente;

VI - **dispor**, mediante **decreto**, sobre:

a) **organização e funcionamento** da administração federal, quando **não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos** públicos;

b) **extinção de funções ou cargos** públicos, quando vagos;

VII - manter **relações com Estados estrangeiros** e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - **celebrar tratados, convenções e atos internacionais**, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX - decretar o **estado de defesa** e o **estado de sítio**;

X - decretar e executar a **intervenção federal**;

XI - remeter **mensagem e plano de governo** ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII - conceder **indulto e comutar penas**, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII - exercer o **comando supremo das Forças Armadas**, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os **Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores**, os **Governadores de Territórios**, o **Procurador-Geral da República**, o presidente e os diretores do **banco central** e outros servidores, quando determinado em lei;

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os **Ministros do Tribunal de Contas da União**;

XVI - nomear os **magistrados**, nos casos previstos nesta Constituição, e o **Advogado-Geral da União**;

XVII - nomear **membros do Conselho da República**, nos termos do art. 89, VII;

XVIII - **convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional**;

XIX - **declarar guerra**, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX - **celebrar a paz**, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI - conferir **condecorações e distinções honoríficas**;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que **forças estrangeiras transitem** pelo território nacional ou nele **permaneçam** temporariamente;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o **plano plurianual**, o projeto de lei de **diretrizes orçamentárias** e as **propostas de orçamento** previstos nesta Constituição;

XXIV - **prestar**, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, **as contas** referentes ao exercício anterior;

XXV - **prover e extinguir os cargos públicos federais**, na forma da lei;

XXVI - **editar medidas provisórias** com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII - exercer **outras atribuições** previstas nesta Constituição.

Descentralizar envolve a delegação de interesses estatais para fora da estrutura da Administração direta, o que é possível porque não se refere a essencialidades, ou seja, a atos administrativos que somente possam ser praticados pela Administração direta porque se referem a interesses estatais diversos previstos ou não na CF. **Descentralizar é uma delegação sem relação de hierarquia**, pois é uma

delegação de um ente para outro (não há subordinação nem mesmo quanto ao chefe do Executivo, há apenas uma espécie de tutela ou supervisão por parte dos Ministérios – se trata de vínculo e não de subordinação).

Basicamente, se está diante de um conjunto de pessoas jurídicas estatais criadas ou autorizadas por lei para prestarem serviços de interesse do Estado. Possuem patrimônio próprio e são unidades orçamentárias autônomas. Ainda, exercem em nome próprio direitos e obrigações, respondendo pessoalmente por seus atos e danos.

Existem duas formas pelas quais o Estado pode efetuar a descentralização administrativa: **outorga e delegação**.

A outorga se dá quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, através de previsão em lei, determinado serviço público e é conferida, em regra, por prazo indeterminado. Isso é o que acontece quanto às entidades da Administração Indireta prestadoras de serviços públicos. Neste sentido, o Estado descentraliza a prestação dos serviços, outorgando-os a outras entidades criadas para prestá-los, as quais podem tomar a forma de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

A delegação ocorre quando o Estado transfere, por contrato ou ato unilateral, apenas a execução do serviço, para que o ente delegado o preste ao público em seu próprio nome e por sua conta e risco, sob fiscalização do Estado. A delegação é geralmente efetivada por prazo determinado. Ela se dá, por exemplo, nos contratos de concessão ou nos atos de permissão, pelos quais o Estado transfere aos concessionários e aos permissionários apenas a execução temporária de determinado serviço.

Centralizar envolve manter na estrutura da Administração direta o desempenho de funções administrativas de interesses não essenciais do Estado, que poderiam ser atribuídos a entes de fora da Administração por outorga ou delegação.

Administração Pública Direta

Administração Pública direta é aquela formada pelos entes integrantes da federação e seus respectivos órgãos. Os entes políticos são a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. À exceção da União, que é dotada de soberania, todos os demais são dotados de autonomia.

Dispõe o Decreto nº 200/1967:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

A administração direta é formada por um conjunto de núcleos de competências administrativas, os quais já foram tidos como representantes do poder central (teoria da representação) e como mandatários do poder central (teoria do mandato). Hoje, adota-se a **teoria do órgão, de Otto Giërke**, segundo a qual os órgãos são apenas núcleos administrativos criados e extintos exclusivamente por lei, mas que podem ser organizados por decretos autônomos do Executivo (art. 84, VI, CF), sendo desprovidos de personalidade jurídica própria.

Assim, os órgãos da Administração direta não possuem patrimônio próprio; e não assumem obrigações em nome próprio e nem direitos em nome próprio (não podem ser autor nem réu em ações judiciais, exceto para fins de mandado de segurança – tanto como impetrante como quanto impetrado). Já que não possuem personalidade, atuam apenas no cumprimento da lei, não atuando por vontade própria. Logo, órgãos e agentes públicos são impessoais quando agem no estrito cumprimento de seus deveres, não respondendo diretamente por seus atos e danos.

Esta impossibilidade de se imputar diretamente a responsabilidade a agentes públicos ou órgãos públicos que estejam exercendo atribuições da Administração direta é denominada teoria da imputação objetiva, de **Otto Giërke**, que institui o princípio da impessoalidade.

Quanto se faz desconcentração da autoridade central – chefe do Executivo – para os seus órgãos, se depara com diversos níveis de órgãos, que podem ser classificados em **simples ou complexos** (simples se possuem apenas uma estrutura administrativa, complexos se possuem uma rede de estruturas administrativas) e em **unitários ou colegiados** (unitário se o poder de decisão se concentra em uma pessoa, colegiado se as decisões são tomadas em conjunto e prevalece a vontade da maioria):

a) Órgãos independentes – encabeçam o poder ou estrutura do Estado, gozando de independência para agir e não se submetendo a outros órgãos. Cabe a eles definir as políticas que serão implementadas. É o caso da Presidência da República, órgão complexo composto pelo gabinete, pela Advocacia-Geral da União, pelo Conselho da República, pelo Conselho de Defesa, e unitário (pois o Presidente da República é o único que toma as decisões).

b) Órgãos autônomos – estão no primeiro escalão do poder, com autonomia funcional, porém subordinados politicamente aos independentes. É o caso de todos os ministérios de Estado.

c) Órgãos superiores – são desprovidos de autonomia ou independência, sendo plenamente vinculados aos órgãos autônomos. Ex.: Delegacia Regional do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego; Departamento da Polícia Federal, vinculado ao Ministério da Justiça.

d) Órgãos subalternos – são vinculados a todos acima deles com plena subordinação administrativa. Ex.: órgãos que executam trabalho de campo, policiais federais, fiscais do MTE.

ATENÇÃO: O Ministério Público, os Tribunais de Contas e as Defensorias Públicas não se encaixam nesta estrutura, sendo órgãos independentes constitucionais. Em verdade, para Canotilho e outros constitucionalistas, estes órgãos não pertencem nem mesmo aos três poderes.

Conforme Carvalho Filho¹⁸, “a noção de Estado, como visto, não pode abstrair-se da de pessoa jurídica. O Estado, na verdade, é considerado um ente personalizado, seja no âmbito internacional, seja internamente. Quando se trata de Federação, vigora o **pluripersonalismo**, porque além da pessoa jurídica central existem outras internas que compõem o sistema político. Sendo uma pessoa jurídica,

o Estado manifesta sua vontade através de seus agentes, ou seja, as pessoas físicas que pertencem a seus quadros. Entre a pessoa jurídica em si e os agentes, compõe o Estado um grande número de repartições internas, necessárias à sua organização, tão grande é a extensão que alcança e tamanha as atividades a seu cargo. Tais repartições é que constituem os órgãos públicos”.

“Várias teorias surgiram para explicar as relações do Estado, pessoa jurídica, com suas agentes: Pela **teoria do mandato**, o agente público é mandatário da pessoa jurídica; a teoria foi criticada por não explicar como o Estado, que não tem vontade própria, pode outorgar o mandato”¹⁹. A origem desta teoria está no direito privado, não tendo como prosperar porque o Estado não pode outorgar mandato a alguém, afinal, não tem vontade própria.

Num momento seguinte, adotou-se a teoria da representação: “Posteriormente houve a substituição dessa concepção pela **teoria da representação**, pela qual a vontade dos agentes, em virtude de lei, exprimiria a vontade do Estado, como ocorre na tutela ou na curatela, figuras jurídicas que apontam para representantes dos incapazes. Ocorre que essa teoria, além de equiparar o Estado, pessoa jurídica, ao incapaz (sendo que o Estado é pessoa jurídica dotada de capacidade plena), não foi suficiente para alicerçar um regime de responsabilização da pessoa jurídica perante terceiros prejudicados nas circunstâncias em que o agente ultrapassasse os poderes da representação”²⁰. Criticou-se a teoria porque o Estado estaria sendo visto como um sujeito incapaz, ou seja, uma pessoa que não tem condições plenas de manifestar, de falar, de resolver pendências; bem como porque se o representante estatal exorbitasse seus poderes, o Estado não poderia ser responsabilizado.

Finalmente, adota-se a **teoria do órgão, de Otto Giërke**, segundo a qual os órgãos são apenas núcleos administrativos criados e extintos exclusivamente por lei, mas que podem ser organizados por decretos autônomos do Executivo (art. 84, VI, CF), sendo desprovidos de personalidade jurídica própria. Com efeito, o Estado brasileiro responde pelos atos que seus agentes praticam, mesmo se estes atos extrapolam das atribuições estatais conferidas, sendo-lhe assegurado o intocável e assustador direito de regresso.

Apresenta-se a **classificação dos órgãos**:

a) Quanto à pessoa federativa: federais, estaduais, distritais e municipais.

b) Quanto à situação estrutural: os diretivos, que são aqueles que detêm condição de comando e de direção, e os subordinados, incumbidos das funções rotineiras de execução.

c) Quanto à composição: singulares, quando integrados em um só agente, e os coletivos, quando compostos por vários agentes.

d) Quanto à esfera de ação: centrais, que exercem atribuições em todo o território nacional, estadual, distrital e municipal, e os locais, que atuam em parte do território.

19 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas editora, 2010.

20 NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo** – esquemático, completo, atualizado, temas polêmicos, conteúdo dos principais concursos públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas editora, 2013.

18 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

e) Quanto à posição estatal: são os que representam os poderes do Estado – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

f) Quanto à estrutura: simples ou unitários e compostos. Os órgãos compostos são constituídos por vários outros órgãos.

Administração indireta

A Administração Pública indireta pode ser definida como um grupo de pessoas jurídicas de direito público ou privado, criadas ou instituídas a partir de lei específica, que atuam paralelamente à Administração direta na prestação de serviços públicos ou na exploração de atividades econômicas.

"Enquanto a Administração Direta é composta de órgãos internos do Estado, a Administração Indireta se compõe de pessoas jurídicas, também denominadas de entidades"²¹. Em que pese haver entendimento diverso registrado em nossa doutrina, integram a Administração indireta do Estado quatro espécies de pessoa jurídica, a saber: as *Autarquias*, as *Fundações*, as *Sociedades de Economia Mista* e as *Empresas Públicas*.

Dispõe o Decreto nº 200/1967:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) *Autarquias*;
- b) *Empresas Públicas*;
- c) *Sociedades de Economia Mista*.
- d) *fundações públicas*.

Ao lado destas, podemos encontrar ainda entes que prestam serviços públicos por delegação, embora não integrem os quadros da Administração, quais sejam, os permissionários, os concessionários e os autorizados.

Essas quatro pessoas integrantes da Administração indireta serão criadas para a prestação de serviços públicos ou, ainda, para a exploração de atividades econômicas, como no caso das empresas públicas e sociedades de economia mista, e atuam com o objetivo de aumentar o grau de especialidade e eficiência da prestação do serviço público ou, quando exploradoras de atividades econômicas, visando atender a relevante interesse coletivo e imperativos da segurança nacional.

Com efeito, de acordo com as regras constantes do artigo 173 da Constituição Federal, o Poder Público só poderá explorar atividade econômica a título de exceção, em duas situações, conforme se colhe do *caput* do referido artigo, a seguir reproduzido:

Artigo 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

21 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Cumpra esclarecer que, de acordo com as regras constitucionais e em razão dos fins desejados pelo Estado, ao Poder Público não cumpre produzir lucro, tarefa esta deferida ao setor privado. Assim, apenas explora atividades econômicas nas situações indicadas no artigo 173 do Texto Constitucional. Quando atuar na economia, concorre em grau de igualdade com os particulares, e sob o regime do artigo 170 da Constituição, inclusive quanto à livre concorrência, submetendo-se ainda a todas as obrigações constantes do regime jurídico de direito privado, inclusive no tocante às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

2.9 AUTARQUIAS.

Autarquias

Conceitua-se no artigo 5º do Decreto nº 200/1967:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, de natureza administrativa, criadas para a execução de **serviços tipicamente públicos**, antes prestados pelas entidades estatais que as criam. Por serviços tipicamente públicos entenda-se aqueles sem fins lucrativos criados por lei e comum monopólio do Estado.

"O termo autarquia significa autogoverno ou governo próprio, mas no direito positivo perdeu essa noção semântica para ter o sentido de pessoa jurídica administrativa com relativa capacidade de gestão dos interesses a seu cargo, embora sob controle do Estado, de onde se originou. Na verdade, até mesmo em relação a esse sentido, o termo está ultrapassado e não mais reflete uma noção exata do instituto. [...] Pode-se conceituar autarquia como a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado"²².

Logo, as autarquias são regidas integralmente pelo regime jurídico de direito público, podendo, tão-somente, ser prestadoras de serviços públicos, contando com capital oriundo da Administração direta. O Código Civil, em seu artigo 41, IV, as coloca como pessoas jurídicas de direito público, embora exista controvérsia na doutrina.

Carvalho Filho²³ classifica quanto ao regime jurídico: "a) autarquias comuns (ou de regime comum); b) autarquias especiais (ou de regime especial). Segundo a própria termi-

22 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

23 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

nologia, é fácil distingui-las: as primeiras estariam sujeitas a uma disciplina jurídica sem qualquer especificidade, ao passo que as últimas seriam regidas por disciplina específica, cuja característica seria a de atribuir prerrogativas especiais e diferenciadas a certas autarquias". São exemplos de autarquias especiais aquelas criadas para serviços especiais, como autarquias de ensino (ex.: USP) e autarquias de fiscalização (ex.: CRM e CREA).

A título de exemplo, citamos as seguintes autarquias: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-cra), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Banco Central do Brasil (Bacen).

Ainda sobra as autarquias:

Contam com patrimônio próprio, constituído a partir de transferência pela entidade estatal a que se vinculam, portanto, capital exclusivamente público.

São dotadas, ainda, de autonomia financeira, planejando seus gastos e compromissos a cada exercício. A proposta orçamentária é encaminhada anualmente ao chefe do Executivo, que a inclui no orçamento fiscal da lei orçamentária anual. A própria autarquia presta contas diretamente ao Tribunal de Contas.

Podem pagar aos seus credores por meio de precatórios e requisição de pequeno valor, tal como a Administração direta. Podem emitir sozinhas certidão de dívida ativa de seus devedores.

Gozam de imunidade tributária recíproca em relação a todas unidades da federação.

A elas se conferem as mesmas prerrogativas processuais que à Fazenda Pública, inclusive prazo em dobro para contestar e recorrer, além de reexame necessário da causa em situações de condenação acima de certos valores.

Todas autarquias devem ser criadas, organizadas e extintas por lei, que podem ser complementadas por atos do Executivo, notadamente Decretos.

As autarquias podem ser federais, estaduais, distritais e municipais, contudo não podem ser interestaduais ou intermunicipais (não é permitida a associação de unidades federativas para a criação de autarquias).

Devem executar atividades típicas do direito público e, notadamente, serviços públicos de natureza social e atividades administrativas, com a exclusão dos serviços e atividades de cunho econômico e mercantil.

O patrimônio da autarquia é formado por bens públicos, razão pela qual seu patrimônio se sujeita às mesmas regras aplicáveis aos bens públicos em geral, inclusive no que se refere à impenhorabilidade e à impossibilidade de oneração e de usucapião.

Os agentes públicos das autarquias são concursados e estatutários, logo, se sujeitam a estatuto próprio e não à CLT. Já os dirigentes não precisam ser concursados e são nomeados e destituídos livremente pelo chefe do Executivo.

Agências Executivas

Agência executiva é a qualificação conferida a autarquia, fundação pública ou órgão da administração direta que celebra contrato de gestão com o próprio ente político com o qual está vinculado. As agências executivas se distinguem das agências reguladoras por não terem como objetivo principal o de exercer controle sobre particulares que prestam serviços públicos, que é o objetivo fundamental das agências reguladoras. Assim, a expressão "agências executivas" corresponde a um título ou qualificação atribuída à autarquia ou a fundações públicas cujo objetivo seja exercer atividade estatal.

Agências Reguladoras

São figuras muito recentes em nosso ordenamento jurídico. Possuem natureza jurídica de **autarquias de regime especial**, são pessoas jurídicas de Direito Público com capacidade administrativa, aplicando-se a elas todas as regras das autarquias.

O dirigente é nomeado pelo chefe do Executivo, mas a nomeação se sujeita à aprovação do legislativo, que se baseia nos critérios de conhecimento. Uma vez nomeado, o dirigente passa a gozar de mandato com prazo determinado e só pode ser destituído por processo com decisão motivada.

Possuem como objetivo regular e fiscalizar a execução de serviços públicos. Elas não executam o serviço propriamente, elas o fiscalizam. Logo, são entidades com típica função de controle da prestação dos serviços públicos e do exercício de atividades econômicas, evitando a prática de abusos por parte de entidades do setor privado.

São titulares da matéria técnica que regulam, de modo que somente elas podem disciplinar as regras e padrões técnicos desta determinada seara.

No exercício de seus poderes, compete a elas: fiscalizar o cumprimento de contratos de concessões e o atingimento de metas neles fixadas, fiscalizar e controlar o atendimento a consumidores e usuários (inclusive recebendo e processando denúncias e reclamações, aplicando penas administrativas e multas, bem como rescindindo contratos), definir política tarifária e reajustá-la.

Entre as agências reguladoras inseridas no ordenamento brasileiro, destacam-se: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 9.427/1996; a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, pela Lei nº 9.472/1997; e a ANP – Agência Nacional do Petróleo, pela Lei nº 9.478/1997.

2.10 FUNDAÇÕES PÚBLICAS.

Conceitua-se no artigo 5º do Decreto nº 200/1967:

IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou

entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

As Fundações são pessoas jurídicas compostas por um patrimônio personalizado, destacado pelo seu instituidor para atingir uma finalidade específica, denominadas, em latim, *universitas bonorum*. Entre estas finalidades, destacam-se as de escopo religioso, moral, cultural ou de assistência.

Essa definição serve para qualquer fundação, inclusive para aquelas que não integram a Administração indireta (*não-governamentais*). No caso das fundações que integram a Administração indireta (*governamentais*), quando forem dotadas de personalidade de direito público, serão regidas integralmente por regras de direito público. Quando forem dotadas de personalidade de direito privado, serão regidas por regras de direito público e direito privado.

Quando as fundações são criadas pelo Estado são conhecidas como fundações públicas, ou autarquias fundacionais ou fundações autárquicas. O estatuto da fundação, no caso, terá a forma de lei, cujo escopo será criar e organizar a fundação. As fundações públicas são regulamentadas por lei complementar. Sendo fundações públicas que adotam regime jurídico de direito público, se equiparam às autarquias e se sujeitam às mesmas regras que elas.

Obs.: é possível que a lei **autorize** (não crie) uma fundação pública que adote regime jurídico de direito privado, ou então um regime misto, caso em que seus servidores poderão se sujeitar à CLT, seu patrimônio não será exclusivamente oriundo de verbas estatais. A lei autorizadora deve ser expressa neste sentido.

2.11 EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS. 2.12 SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.

Empresas públicas

Conceitua-se no artigo 5º do Decreto nº 200/1967:

II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

Empresas públicas são pessoas jurídicas de Direito Privado, criadas para a prestação de serviços públicos ou para a exploração de atividades econômicas, que contam com capital exclusivamente público, e são constituídas por qualquer modalidade empresarial, após autorização legislativa do ente federativo criador.

Sendo a empresa pública uma prestadora de serviços públicos, estará submetida a regime jurídico público, ainda que constituída segundo o modelo imposto pelo Direito Privado. Se a empresa pública é exploradora de atividade econômica, estará submetida a regime jurídico denominado pela doutrina como semipúblico, ante a necessidade de observância, ao menos em suas relações com os administrados, das regras atinentes ao regime da Administração, a exemplo dos princípios expressos no “caput” do artigo 37 da Constituição Federal.

Podemos citar, a título de exemplo, algumas empresas públicas, nas mais variadas esferas de governo, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); a Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (EMURB); a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); a Caixa Econômica Federal (CEF).

Estas empresas públicas se caracterizam e se diferenciam das sociedades de economia mista por: não possuem fins lucrativos (o capital excedente não se transforma em lucro, é reinvestido na própria empresa), podem adotar perfis empresariais diversos (LTDA, comandita, nome coletivo, S/A), o capital social é formado por recursos públicos e só admite sócios públicos (pode ter apenas um sócio – unipessoalidade originária ou inicial).

Sociedades de economia mista

Conceitua-se no artigo 5º do Decreto nº 200/1967:

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de Direito Privado criadas para a prestação de serviços públicos ou para a exploração de atividade econômica, contando com capital misto e constituídas somente sob a forma empresarial de S/A.

Por capital misto, entenda-se que não é apenas o Estado que participa dela, existem acionistas a ela vinculados. Entretanto, o Estado deve ser o acionista controlador do direito a voto, mesmo que não seja o acionista majoritário (se o Estado for sócio, mas não for controlador, trata-se de empresa comum, não sociedade de economia mista).

Alguns exemplos de sociedade mista:

- *Exploradoras de atividade econômica:* Banco do Brasil e Banespa.

- *Prestadora de serviços públicos:* Petrobrás, Sabesp, Metrô e CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano).

Estas sociedades de economia mista se caracterizam e se diferenciam das empresas públicas por: possuírem fins lucrativos (os lucros são distribuídos entre os acionistas), adotam o perfil de sociedade anônima S/A, o capital social é formado por recursos públicos e privados, os sócios são privados e públicos (Estado).

Empresas públicas e sociedades de economia mista: semelhanças

Embora a Constituição Federal reserve a atividade econômica à iniciativa privada, resguardando ao Estado os papéis de integração (integrar o Brasil na economia global), regulação (definindo regras e limites na exploração da atividade econômica por particulares) e intervenção (fixação de regras e normas para combater o abuso do poder econômico) (conforme artigos 173 e seguintes, CF), autoriza-se **excepcionalmente que o Estado explore diretamente atividades econômicas** se houver um relevante interesse em matérias (serviços públicos em geral) ou atividades de soberania.

Quando está autorizado a fazê-lo, somente atua por meio de **sociedades de economia mista e empresas públicas**. Tais empresas são regidas por regime jurídico de direito privado, o que evita que o próprio Estado possa abusar do poder econômico. Logo, o Estado não pode dar às suas próprias empresas benefícios previdenciários, tributários e trabalhistas. Além disso, em termos processuais, não gozam das prerrogativas que as autarquias gozam.

ATENÇÃO: o impedimento de prerrogativas somente se aplica quando o Estado está explorando atividade econômica propriamente dita, não quando está ofertando serviços públicos. Afinal, se o serviço é público, então o Estado pode sobre ele exercer monopólio, o que afasta a necessidade de regras que impeçam o abuso do poder econômico. Por exemplo, os Correios são uma empresa pública e possuem isenção fiscal e impenhorabilidade de bens.

Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista são criadas por lei e a existência delas deve ser fundada em contrato ou estatuto. Ambas se sujeitam, ainda, ao regime jurídico de direito privado. Inclusive, seus bens são, a princípio, penhoráveis (exceto se for prestadora de serviço público e não exploradora de atividade econômica). No entanto, não se sujeitam à falência ou à recuperação judicial (art. 2º, Lei nº 11.101/2005).

Contudo, devem obedecer ao **núcleo obrigatório mínimo**: licitar (exceto no que tange à prestação da atividade-fim), concursar (os agentes se sujeitam ao regime da CLT, são celetistas e não estatutários, mas são contratados mediante concurso público de provas ou provas e títulos), prestar contas ao Tribunal de Contas e obedecer ao teto de remuneração (exceto no caso de sociedade de economia mista que subsista sem qualquer auxílio do governo, apenas com seus lucros).

2.13 ENTIDADES PARAESTATAIS.

Desde a última década do século passado vêm sendo promovidas no Brasil reformas constitucionais e legais para implantar um modelo de **administração gerencial**, que se concentra num Estado mínimo, isto é, que interfira o mínimo possível na sociedade, em consonância com o defendido pela doutrina neoliberalista. Entre as providên-

cias tomadas, colocam-se: reforço à autonomia das agências reguladoras, privatizações, parcerias público-privadas, incentivo à iniciativa privada²⁴ – inclusive às denominadas entidades paraestatais.

Alexandrino e Paulo²⁵ afirmam: “no conceito de entidades paraestatais que adotamos estão enquadrados: a) os serviços sociais autônomos; b) as organizações sociais; c) as organizações da sociedade civil de interesse coletivo (OSCIP); d) as ‘entidades de apoio’”. Para os autores, com as reformas, ocorreu uma ampliação do conceito clássico de Meirelles, para o qual apenas eram entidades paraestatais as pessoas jurídicas de direito privado da Administração Indireta (empresas públicas e sociedades de economia mista) e os serviços sociais autônomos (SESC, SENAI, SESI, etc.).

Em detalhes sobre a controvérsia, entidades paraestatais “são aquelas pessoas jurídicas que atuam ao lado e em colaboração com o Estado. [...] Há juristas que entendem serem entidades paraestatais aquelas que, tendo **personalidade jurídica de direito privado** (não incluídas, pois, as autarquias), recebem amparo oficial do Poder Público, como as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as fundações públicas e as entidades de cooperação governamental (ou serviços sociais autônomos), como o SESI, SENAI, SESC, SENAC etc. Outros pensam exatamente o contrário: entidades paraestatais seriam as autarquias. Alguns, a seu turno, só enquadram nessa categoria as pessoas colaboradoras que não se preordena a fins lucrativos, estando excluídas, assim, as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Para outros, ainda, paraestatais seriam as pessoas de direito privado integrantes da Administração Indireta, excluindo-se, por conseguinte, as autarquias, as fundações de direito público e os serviços sociais autônomos. Por fim, já se considerou que na categoria se incluem além dos serviços sociais autônomos até mesmo as escolas oficializadas, os partidos políticos e os sindicatos, excluindo-se a administração indireta. Na prática, tem-se encontrado, com frequência, o emprego da expressão empresas estatais, sendo nelas enquadradas as sociedades de economia mista e as empresas públicas. Há também autores que adotam o referido sentido”²⁶. Para Carvalho Filho, “deveria abranger toda pessoa jurídica que tivesse vínculo institucional com a pessoa federativa, de forma a receber desta os mecanismos estatais de controle. Estariam, pois, enquadradas como entidades paraestatais as pessoas da administração indireta e os serviços sociais autônomos”²⁷.

Com efeito, o conceito de Alexandrino e Paulo é mais amplo, abrangendo como entidades paraestatais também as OSCIPs e entidades de apoio. A doutrina mais clássica, de Meirelles e Carvalho Filho, coloca as organizações civis e as entidades de apoio como pertencentes ao **terceiro**

24 ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

25 ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

26 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

27 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

setor, sendo que as entidades paraestatais juntamente o compõem. Basicamente, o terceiro setor é constituído por **organizações sem fins lucrativos e organizações não governamentais – ONG**, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público:

a) Serviços sociais autônomos: Serviços sociais autônomos são as típicas entidades paraestatais, assim como Sesi, Senai, entre outras, conforme conceito do tópico anterior.

b) Entidades de apoio: Entidades de apoio são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e compostas por servidores públicos que atuam em nome próprio, adotando a forma de fundação, associação ou cooperativa, prestando serviços sociais que não são exclusivos do Estado e firmando com este convênio. Ex.: fundações de amparo à pesquisa.

c) Organizações sociais: Organizações sociais (OS) são reguladas pela Lei nº 9.637/1998, são entidades privadas que se associam ao Estado, exercendo atividades privadas, em seu próprio nome, com incentivos do Poder Público. Para atuarem, é imprescindível que firmem contrato de gestão com o Estado. Para uma entidade privada assumir a posição de organização social deve receber autorização do ministro atuante na específica área de atuação da entidade (ex.: se pretende ser uma organização social que atue na saúde, o ministro da saúde deve autorizar), sendo que há **discricionariedade** deste em conceder o título.

d) Organizações da sociedade civil de interesse público: Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) criadas pela Lei 9.790/1999, posteriormente regulamentada pelo Decreto 3.100/1999, são entidades privadas que se associam ao Estado e recebem dele incentivos, atuando em nome próprio em atividades que não são exclusivas do Estado, mas que são de interesse social e coletivo. Recebem um título por parte do Poder Público, sendo que este ato de concessão é **vinculado**. Firmam termo de compromisso.

ATENÇÃO: as principais distinções entre OS e OSCIP são: nas OS é exigida a presença de um conselho de administração no qual o Estado participe, o que nas OSCIP é dispensado; as OS celebram contrato de gestão, as OSCIP termo de parceria; as exigências contábeis com relação à OSCIP são mais amplas (deve apresentar balanço contábil, demonstrativo de resultados e declaração de isenção de imposto de renda); as OS recebem delegação de serviço público e as OSCIP exercem atividade de direito privado com apoio do Estado.

2.14 DISPOSITIVOS PERTINENTES CONTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Os dispositivos já foram mencionados no curso da explicação.

3 ATOS ADMINISTRATIVOS. 3.1 CONCEITOS, REQUISITOS, ELEMENTOS, PRESSUPOSTOS E CLASSIFICAÇÃO.

O ato administrativo é uma espécie de fato administrativo e é em torno dele que se estrutura a base teórica do direito administrativo.

Por seu turno, “a expressão **atos da Administração** traz sentido amplo e indica todo e qualquer ato que se origine dos inúmeros órgãos que compõem o sistema administrativo em qualquer dos Poderes. [...] Na verdade, **entre os atos da Administração se enquadram atos que não se caracterizam propriamente como atos administrativos**, como é o caso dos atos privados da Administração. Exemplo: os contratos regidos pelo direito privado, como a compra e venda, a locação etc. No mesmo plano estão os atos materiais, que correspondem aos fatos administrativos, noção vista acima: são eles atos da Administração, mas não configuram atos administrativos típicos. Alguns autores aludem também aos atos políticos ou de governo”²⁸.

Com efeito, a expressão atos da Administração é mais ampla. Envolve, também, os atos privados da Administração, referentes às ações da Administração no atendimento de seus interesses e necessidades operacionais e instrumentais agindo no mesmo plano de direitos e obrigações que os particulares. O regime jurídico será o de direito privado. Ex.: contrato de aluguel de imóveis, compra de bens de consumo, contratação de água/luz/internet. Basicamente, envolve os interesses particulares da Administração, que são secundários, para que ela possa atender aos interesses primários – no âmbito destes interesses primários (interesses públicos, difusos e coletivos) é que surgem os atos administrativos, que são atos públicos da Administração, sujeitos a regime jurídico de direito público.

Atos da Administração ≠ Atos administrativos.

Atos privados da Administração = atos da Administração → regime jurídico de direito privado.

Atos públicos da Administração = atos administrativos → regime jurídico de direito público.

Os atos administrativos se situam num plano superior de direitos e obrigações, eis que visam atender aos interesses públicos primários, denominados difusos e coletivos. Logo, são atos de regime público, sujeitos a pressupostos de existência e validade diversos dos estabelecidos para os atos jurídicos no Código Civil, e sim previstos na Lei de Ação Popular e na Lei de Processo Administrativo Federal. Ao invés de autonomia da vontade, haverá a obrigatoriedade do cumprimento da lei e, portanto, a administração só poderá agir nestas hipóteses desde que esteja expressa e previamente autorizada por lei²⁹.

²⁸ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

²⁹ BALDACCI, Roberto Geists. **Direito administrativo**. São Paulo: Prima Cursos Preparatórios, 2004.

Requisitos ou elementos

1) Competência: é o poder-dever atribuído a determinado agente público para praticar certo ato administrativo. A pessoa jurídica, o órgão e o agente público devem estar revestidos de competência. A competência é sempre fixada por lei.

2) Finalidade: é a razão jurídica pela qual um ato administrativo foi abstratamente criado pela ordem jurídica. A lei estabelece que os atos administrativos devem ser praticados visando a um fim, notadamente, a satisfação do interesse público. Contudo, embora os atos administrativos sempre tenham por objeto a satisfação do interesse público, esse interesse é variável de acordo com a situação. Se a autoridade administrativa praticar um ato fora da finalidade genérica ou fora da finalidade específica, estará praticando um ato viciado que é chamado “desvio de poder ou desvio de finalidade”.

3) Forma: é a maneira pela qual o ato se revela no mundo jurídico. Usualmente, adota-se a forma escrita. Eventualmente, pode ser praticado por sinais ou gestos (ex: trânsito). A forma é sempre fixada por lei.

4) Motivo (vontade): vontade é o querer do ato administrativo e dela se extrai o motivo, que é o acontecimento real que autoriza/determina a prática do ato administrativo. É o ato baseado em fatos e circunstâncias, que o administrador por escolher, mas deve respeitar os limites e intenções da lei. Nem sempre os atos administrativos possuem motivo legal. Nos casos em que o motivo legal não está descrito na norma, a lei deu competência discricionária para que o sujeito escolha o motivo legal (o motivo deve ser oportuno e conveniente). A teoria dos Motivos Determinantes afirma que os motivos alegados para a prática de um ato administrativo ficam a ele vinculados de tal modo que a prática de um ato administrativo mediante alegação de motivos falsos ou inexistentes determina a sua invalidade.

5) Objeto (conteúdo): é o que o ato afirma ou declara, manifestando a vontade do Estado. A lei não fixa qual deve ser o conteúdo ou objeto de um ato administrativo, restando ao administrador preencher o vazio nestas situações. O ato é branco/indefinido. No entanto, deve se demonstrar que a prática do ato é oportuna e conveniente.

Obs.: Quando se diz que a escolha do motivo e do objeto do ato é discricionária não significa que seja arbitrária, pois deve se demonstrar a oportunidade e a conveniência.

Mérito = oportunidade + conveniência

Classificação**a) Quanto ao seu alcance:**

1) Atos internos: praticados no âmbito interno da Administração, incidindo sobre órgãos e agentes administrativos.

2) Atos externos: praticados no âmbito externo da Administração, atingindo administrados e contratados. São obrigatórios a partir da publicação.

b) Quanto ao seu objeto:

1) Atos de império: praticados com supremacia em relação ao particular e servidor, impondo o seu obrigatório cumprimento.

2) Atos de gestão: praticados em igualdade de condição com o particular, ou seja, sem usar de suas prerrogativas sobre o destinatário.

3) Atos de expediente: praticados para dar andamento a processos e papéis que tramitam internamente na administração pública. São atos de rotina administrativa.

Obs.: Demais classificações do tópico 3.13 ao 3.16.

Atributos

1) Imperatividade: em regra, a Administração decreta e executa unilateralmente seus atos, não dependendo da participação e nem da concordância do particular. Do poder de império ou extroverso, que regula a forma unilateral e coercitiva de agir da Administração, se extrai a imperatividade dos atos administrativos.

2) Autoexecutoriedade: em regra, a Administração pode concretamente executar seus atos independente da manifestação do Poder Judiciário, mesmo quando estes afetam diretamente a esfera jurídica de particulares.

3) Presunção de veracidade: todo ato editado ou publicado pela Administração é presumivelmente verdadeiro, seja na forma, seja no conteúdo, o que se denomina “fé pública”. Evidente que tal presunção é relativa (*juris tantum*), mas é muito difícil de ser ilidida. Só pode ser quebrada mediante ação declaratória de falsidade, que irá argumentar que houve uma falsidade material (violação física do documento que traz o ato) ou uma falsidade ideológica (documento que expressa uma inverdade).

4) Presunção de legitimidade: Sempre que a Administração agir se presume que o fez conforme a lei. Tal presunção é relativa (*juris tantum*), podendo contudo ser ilidida por qualquer meio de prova.

Obs.: Todo ato administrativo tem presunção de veracidade e de legitimidade, mas nem todo ato administrativo é imperativo (pode precisar da concordância do particular, a exemplo dos atos negociais).

3.2 FATO E ATO ADMINISTRATIVO.

Fato administrativo é a “atividade material no exercício da função administrativa, que visa a efeitos de ordem prática para a Administração. [...] Os fatos administrativos podem ser voluntários e naturais. Os fatos administrativos voluntários se materializam de duas maneiras: 1ª) por **atos administrativos, que formalizam a providência desejada pelo administrador através da manifestação da vontade**; 2ª) por condutas administrativas, que refletem os comportamentos e as ações administrativas, sejam ou não precedidas de ato administrativo formal. Já os fatos

administrativos naturais são aqueles que se originam de fenômenos da natureza, cujos efeitos se refletem na órbita administrativa. Assim, quando se fizer referência a fato administrativo, deverá estar presente unicamente a noção de que ocorreu um evento dinâmico da Administração³⁰.

3.3 ATOS ADMINISTRATIVOS EM ESPÉCIE.

a) Atos normativos: são atos gerais e abstratos visando a correta aplicação da lei. É o caso dos decretos, regulamentos, regimentos, resoluções, deliberações.

b) Atos ordinatórios: disciplinam o funcionamento da Administração e a conduta de seus agentes. É o caso de instruções, circulares, avisos, portarias, ofícios, despachos administrativos, decisões administrativas.

c) Atos negociais: são aqueles estabelecidos entre Administração e administrado em consenso. É o caso de licenças, autorizações, permissões, aprovações, vistos, dispensa, homologação, renúncia.

d) Atos enunciativos: são aqueles em que a Administração certifica ou atesta um fato sem vincular ao seu conteúdo. É o caso de atestados, certidões, pareceres.

e) Atos punitivos: são aqueles que emanam punições aos particulares e servidores.

3.4 PARECER: RESPONSABILIDADE DO EMISSOR DO PARECER.

Para entender a controvérsia, basta pensar que se, por um lado, se os atos administrativos são apenas aqueles que exteriorizam uma declaração de vontade do Estado, estariam em regra excluídos os atos de juízo, conhecimento e opinião; por outro lado, se os atos administrativos abrangem toda declaração do Estado, teoricamente poderiam ser englobados os atos de juízo, conhecimento e opinião. Os pareceres nada mais são do que atos que exteriorizam juízos, conhecimentos ou opiniões.

É possível classificar os pareceres em: parecer facultativo, quando faculta algo a alguém (geralmente autoridade superior a inferior), não sendo obrigatória nem a sua solicitação e nem que se siga a opinião emanada; parecer técnico, que se diferencia do facultativo apenas no aspecto de emanar de um agente especializado, com habilidade técnica específica, sem relação de hierarquia; parecer obrigatório, cuja lei obriga a sua solicitação, mas não há obrigação em se seguir a opinião emanada; parecer normativo, cujo caráter se torna genérico e abstrato como uma lei; parecer vinculante, que nada mais é do que um parecer de solicitação obrigatória e cuja opinião necessariamente deve ser seguida.

30 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

Quanto à responsabilização daquele que emitiu o parecer, deverá ser considerada a natureza do parecer para determinar se há ou não responsabilidade solidária. No caso em que o parecer não vincula o administrador, podendo este praticar o ato seguindo ou não o posicionamento defendido e sugerido por quem emitiu o parecer, este não pode ser considerado responsável solidariamente com o agente que possui a competência e atribuição para o ato administrativo decisório. Contudo, no caso de parecer vinculante, há responsabilidade solidária³¹.

3.5 O SILÊNCIO NO DIREITO ADMINISTRATIVO.

“Uma questão interessante que merece ser analisada no tocante ao ato administrativo é a omissão da Administração Pública ou, o chamado silêncio administrativo. Essa omissão é verificada quando a administração deveria expressar uma pronúncia quando provocada por administrado, ou para fins de controle de outro órgão e, não o faz. Para Celso Antônio Bandeira de Mello, o silêncio da administração não é um ato jurídico, mas quando produz efeitos jurídicos, pode ser um fato jurídico administrativo. [...] Denota-se que o silêncio pode consistir em omissão, ausência de manifestação de vontade, ou não. Em determinadas situações poderá a lei determinar a Administração Pública manifestar-se obrigatoriamente, qualificando o silêncio como manifestação de vontade. Nesses casos, é possível afirmar que estaremos diante de um ato administrativo. [...] Desta forma, quando o silêncio é uma forma de manifestação de vontade, produz efeitos de ato administrativo. Isto porque a lei pode atribuir ao silêncio determinado efeito jurídico, após o decurso de certo prazo. Entretanto, na ausência de lei que atribua determinado efeito jurídico ao silêncio, estaremos diante de um fato jurídico administrativo”³².

3.6 CASSAÇÃO.

Cassação é a retirada do ato administrativo em decorrência do beneficiário ter descumprido condição tida como indispensável para a manutenção do ato. Embora legítimo na sua origem e na sua formação, o ato se torna ilegal na sua execução a partir do momento em que o destinatário descumpre condições pré-estabelecidas. Por exemplo, uma pessoa obteve permissão para explorar o serviço público, porém descumpriu uma das condições para a prestação desse serviço. Vem o Poder Público e, a título de penalidade, procede a cassação da permissão.

31 CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; MICHELS, Charliane. O parecer jurídico e a atividade administrativa: Aspectos destacados acerca da natureza jurídica, espécies e responsabilidade do parecerista. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 101, jun. 2012.

32 SCHUTA, Andréia. Breves considerações acerca do silêncio administrativo. **Migalhas**, 24 jul. 2008.

3.7 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.

A anulação é a retirada do ato administrativo em decorrência de sua invalidade, reconhecida judicial ou administrativamente, preservando-se os direitos dos terceiros de boa-fé. Trata-se da supressão do ato administrativo, com efeito retroativo, por razões de ilegalidade e ilegitimidade. Cabe o exame pelo Poder Judiciário (razões de legalidade e legitimidade) e pela Administração Pública (aspectos legais e no mérito). Gera efeitos retroativos (*ex tunc*), invalida as consequências passadas, presentes e futuras.

A revogação é a retirada do ato administrativo em decorrência da sua inconveniência ou inoportunidade em face dos interesses públicos, sendo o ato válido e praticado dentro da Lei, efetuando-se a revogação na via administrativa. Trata-se da extinção de um ato administrativo legal e perfeito, por razões de conveniência e oportunidade, pela Administração, no exercício do poder discricionário. O ato revogado conserva os efeitos produzidos durante o tempo em que operou. A partir da data da revogação é que cessa a produção de efeitos do ato até então perfeito e legal. Só pode ser praticado pela Administração Pública por razões de oportunidade e conveniência, não cabendo a intervenção do Poder Judiciário. A revogação não pode atingir os direitos adquiridos, logo, produz efeitos *ex nunc*, não retroage.

3.8 PROCESSO ADMINISTRATIVO.

O processo administrativo é instrumento para a prática de atos administrativos. "No processo administrativo os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: a) neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses; b) imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções; c) decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública; d) dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório; e) decidam recursos administrativos; f) decorram de reexame de ofício; g) deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; h) importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato"³³.

33 <http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/processo-administrativo-administracao-publica-parte3.htm>

3.9 LEI Nº 9.784/1999.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

Processo é "a relação jurídica integrada por algumas pessoas, que nela exercem várias atividades direcionadas para determinado fim". Tratando-se de uma relação administrativa, a relação jurídica traduzirá um processo administrativo. Logo, processo administrativo é "o instrumento que formaliza a sequência ordenada de atos e de atividades do Estado e dos particulares a fim de ser produzida uma vontade final da Administração"³⁴.

Processo administrativo não se confunde com procedimento administrativo. O primeiro pressupõe a sucessão ordenada de atos concatenados visando à edição de um ato final, ou seja, é o conjunto de atos que visa à obtenção de decisão sobre uma controvérsia no âmbito administrativo; o segundo corresponde ao rito, conjunto de formalidades que deve ser observado para a prática de determinados atos, e é realizado no interior do processo, para viabilizá-lo.

A Lei nº 9.784/99 estabelece as regras para o processo administrativo e institui um sistema normativo que fornece uniformidade aos diversos procedimentos administrativos em trâmite.

§ 1º Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes **Legislativo e Judiciário** da União, quando no desempenho de função administrativa.

Vale para as três esferas de poder.

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - órgão - a **unidade** de atuação integrante da estrutura da Administração **direta** e da estrutura da Administração **indireta**;

II - **entidade** - a unidade de atuação dotada de **personalidade jurídica**;

III - **autoridade** - o servidor ou agente público dotado de **poder de decisão**.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Legalidade é o respeito estrito da lei; finalidade é a prática de todo e qualquer ato visando um único fim, o interesse público; motivação é a necessidade de fundamentação de todas as decisões; razoabilidade é a tomada de decisões racionais e corretas; proporcionalidade é o equi-

34 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

líbrio que deve se fazer presente na tomada de decisões; moralidade é o conhecimento das leis éticas que repousam no seio social; ampla defesa é a necessidade de se garantir meios para a pessoa responder acusações e buscar as reformas previstas em lei para decisões que a prejudiquem; contraditório é a oitiva da outra pessoa sempre que a que se encontra no outro polo da relação se manifestar; segurança jurídica é a garantia social de que as leis serão respeitadas e cobrirão o mais vasto rol de relações socialmente relevantes possível; interesse público é o interesse de toda a coletividade; eficiência é a junção da economicidade com a produtividade, aliando gastos sem que se perca em qualidade da atividade desempenhada.

Há, ainda, princípios implícitos no decorrer da lei: publicidade; oficialidade; informalismo ou formalismo moderado; gratuidade (a atuação na esfera administrativa é gratuita); pluralidade de instâncias; economia processual; participação popular.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

*I - atuação conforme a lei e o **Direito**;*

*II - atendimento a fins de **interesse geral**, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;*

O interesse coletivo deve sempre predominar.

*III - **objetividade** no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;*

*IV - atuação segundo padrões éticos de **probidade, decoro e boa-fé**;*

*V - **divulgação** oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de **sigilo** previstas na Constituição;*

Neste sentido, o art. 5º, XXXIII, CF: "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

*VI - adequação entre **meios e fins**, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do **interesse público**;*

A única razão para o Estado interferir é em razão do interesse da coletividade.

*VII - indicação dos pressupostos **de fato e de direito** que determinarem a decisão;*

Não basta que a decisão indique os fundamentos jurídicos, devendo também associá-los aos fatos apurados.

*VIII - observância das **formalidades** essenciais à garantia dos direitos dos administrados;*

*IX - adoção de **formassimples**, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;*

Respeito às formalidades não significa excesso de formalismo.

*X - garantia dos direitos à **comunicação**, à apresentação de **alegações finais**, à produção de **provas** e à interposição de **recursos**, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;*

*XI - proibição de cobrança de **despesas processuais**, ressalvadas as previstas em lei;*

*XII - **impulsão**, de **ofício**, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;*

*XIII - **interpretação** da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.*

Se o entendimento mudar, não atinge casos passados.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS

Art. 3º O **administrado** tem os seguintes **direitos** perante a **Administração**, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

*I - ser tratado com **respeito** pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;*

*II - ter **ciência** da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;*

*III - formular **alegações** e apresentar **documentos** antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;*

*IV - fazer-se assistir, **facultativamente**, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.*

Quando for parte num processo administrativo a pessoa tem direito a ser tratada com respeito, a obter informações sobre o trâmite, a nele se manifestar e juntar documentos e, apenas se quiser, ser assistida por advogado. Logo, é opcional a presença de advogado.

CAPÍTULO III DOS DEVERES DO ADMINISTRADO

Art. 4º São **deveres** do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

*I - expor os fatos conforme a **verdade**;*

*II - proceder com **lealdade, urbanidade e boa-fé**;*

*III - não agir de modo **temerário**;*

*IV - prestar as **informações** que lhe forem solicitadas e colaborar para o **esclarecimento** dos fatos.*

O administrado não pode tentar se aproveitar da Administração, trazendo fatos irreais, tumultuando e confundindo o processo. Deve sempre proceder para esclarecer os fatos de maneira verdadeira.

CAPÍTULO IV DO INÍCIO DO PROCESSO

A partir deste ponto, são visíveis as **fases do processo administrativo**: a) **instauração**, com apresentação escrita dos fatos e indicação do direito que ensejam o processo, ou seja, é preciso descrever os fatos e delimitar o objeto da controvérsia, sem o que não há plenitude de defesa; b) **instrução**, fase de elucidação dos fatos, na qual são produzidas as provas, com a participação do interessado; c)

defesa, que deve ser ampla; d) **relatório**, que é elaborado pelo presidente do processo, sendo uma peça opinativa, que não vincula a autoridade competente; e) **julgamento**, quando a decisão é proferida pela autoridade ou órgão competente sobre o objeto do processo.

No entendimento de Hely Lopes Meirelles³⁵, os processos administrativos são divididos em **quatro modalidades**, da seguinte maneira:

a) Processo de **expediente**: denominação imprópria conferida a toda autuação que tramita pelas repartições públicas por provocação do interessado ou por determinação interna da Administração, para receber solução conveniente. Não tem procedimento próprio ou rito sacramental, seguindo pelos canais rotineiros para informações, pareceres, despacho final da chefia competente e subsequente arquivamento. Tais expedientes, que a rotina chama indevidamente de “processo”, não geram, nem alteram, nem suprimem direitos dos administrados, da Administração ou de seus servidores, apenas encerram papéis, registram situações administrativas, recebem pareceres e despachos de tramitação ou meramente enunciativos de situações pré-existentes, a exemplo dos pedidos de certidões, das apresentações de documentos para certos registros internos e outros da rotina burocrática.

b) Processo de **outorga**: todo aquele em que se pleiteia algum direito ou situação individual perante a Administração. Em regra, tem rito especial, mas não contraditório, a não ser quando há oposição de terceiros ou impugnação da própria Administração. Nestes casos, é preciso dar oportunidade de defesa ao interessado, sob pena de nulidade da decisão final. São exemplos desse tipo os processos de licenciamento de edificações, de licença de habite-se, de alvará de funcionamento, de isenção tributária e outros que consubstanciam pretensões de natureza comercial entre o particular e a Administração ou envolvam atividades sujeitas à fiscalização do Poder Público. As decisões finais proferidas nesses processos tornam-se vinculantes e irrevogáveis pela Administração porque, geralmente, geram direito subjetivo para o beneficiário, salvo quando aos atos precários, que, por sua natureza, admitam modificação ou supressão sumária a qualquer tempo. Nos demais casos a decisão é definitiva e só modificável quando eivada de nulidade originária, ou por infração das normas legais no decorrer da execução, ou, ainda, por interesse público superveniente que justifique a revogação da outorga com a devida indenização, que pode chegar ao caso de prévia desapropriação.

c) Processo de **controle**: todo aquele em que a Administração realiza verificações e declara situações, direitos ou condutas do administrado ou de servidor, com caráter vinculante para as partes. Tais processos, normalmente, têm rito próprio e, quando neles se deparam irregularidades puníveis, exigem oportunidade de defesa ao interessado, antes do seu encerramento, sob pena de invalidade do resultado da apuração. O processo de controle, também chamado de determinação ou de declaração, não se confunde com o processo punitivo, porque, enquanto neste

se apura a falta e se aplica a penalidade cabível, naquele apenas se verifica a situação ou a conduta do agente e se proclama o resultado para efeitos futuros. São exemplos de processos administrativos de controle os de prestação de contas perante órgãos públicos, os de verificação de atividades sujeitas à fiscalização, o de lançamento tributário e o de consulta fiscal. Nesses processos a decisão final é vinculante para a Administração e para o interessado, embora nem sempre seja autoexecutável, dependendo da instauração de outro processo administrativo, de caráter punitivo ou disciplinar, ou, mesmo, de ação civil ou criminal, ou, ainda, do pronunciamento executório de outro Poder.

d) Processo **punitivo**: todo aquele promovido pela Administração para imposição de penalidade por infração à lei, regulamento ou contrato. Esses processos devem ser necessariamente contraditórios, com oportunidade de defesa e estrita observância do devido processo legal, sob pena de nulidade da sanção imposta. A sua instauração deve ser baseada em auto de infração, representação ou peça equivalente, iniciando-se com a exposição minuciosa dos atos ou fatos ilegais ou administrativamente ilícitos, atribuídos ao indiciado e indicação da norma ou convenção infringida. O processo punitivo poderá ser realizado por um só representante da Administração ou por comissão. O essencial é que se desenvolva com regularidade formal em todas as suas fases, para legitimar a sanção imposta a final. Nesses procedimentos são adotáveis, subsidiariamente, os preceitos do processo penal comum, quando não conflitantes com as normas administrativas pertinentes. Embora a graduação das sanções administrativas – demissão, multa, embargo de obra, destruição de coisas, interdição de atividade e outras – seja discricionária, não é arbitrária e, por isso, deve guardar correspondência e proporcionalidade com a infração apurada no respectivo processo, além de estar expressamente prevista em norma administrativa, pois não é dado à Administração aplicar penalidade não estabelecida em lei, decreto ou contrato, como não o é sem o devido processo legal, que se erige em garantia individual de nível constitucional.

Art. 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

A autoridade responsável pelo processamento pode iniciar o processo administrativo, mas um interessado também pode pedir que o faça.

Art. 6º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;*
- II - identificação do interessado ou de quem o representante;**
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;**
- IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;**
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.**

35 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 7º Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar **modelos ou formulários padronizados** para assuntos que importem pretensões equivalentes.

Art. 8º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem **conteúdo e fundamentos idênticos**, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

As regras a respeito do início do processo administrativo mostram que a Administração tem interesse de que o administrado tenha acesso à via decisória administrativa. Por isso, embora exija formalidades, se coloca numa posição de esclarecedora de falhas e de responsável por direcionamentos quanto ao conteúdo dos requerimentos. Não obstante, aceita requerimento coletivo se o conteúdo e o fundamento dele for idêntico.

CAPÍTULO V DOS INTERESSADOS

Art. 9º São **legitimados como interessados** no processo administrativo:

I - **pessoas** físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de **direitos ou interesses individuais** ou no exercício do direito de **representação**;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser **afetados** pela decisão a ser adotada;

III - as **organizações e associações representativas**, no tocante a direitos e interesses **coletivos**;

IV - as pessoas ou as associações **legalmente constituídas** quanto a **direitos ou interesses difusos**.

Art. 10. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de **dezoito anos**, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

"Além das pessoas físicas ou jurídicas titulares de direitos e interesses diretos, podem ser interessadas pessoas que possam ter direitos ameaçados em decorrência da decisão do processo; também as organizações e associações representativas podem defender interesses coletivos e as pessoas ou associações legítimas podem invocar a tutela de interesses difusos"³⁶.

Interesses coletivos são os que pertencem a um grupo que não se sabe o número total mas cujo número total é possível ser definido pois os critérios para definir quem faz parte dele são claros, sendo necessário que o número de atingidos seja relevante (sob pena de se caracterizar apenas interesse individual homogêneo). O interesse **coletivo** se difere do interesse **difuso** porque no interesse difuso não é possível estabelecer com clareza quem faz parte do grupo e quem não faz.

36 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

CAPÍTULO VI DA COMPETÊNCIA

Art. 11. A **competência** é **irrenunciável** e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Se a um órgão administrativo foi atribuído o dever de apurar determinadas matérias por processo administrativo, ele não pode se omitir.

Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, **delegar** parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 13. **Não** podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser **publicados** no meio oficial.

§ 1º O ato de delegação especificará as **matérias e poderes transferidos**, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2º O ato de delegação é **revogável** a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.

Delegação é a transferência da competência para decidir, não havendo lei que a proíba. O ato de delegação não pode ser genérico, devendo delimitar qual a abrangência da transferência (matérias e poderes). Tal delegação pode ser cancelada a qualquer tempo.

Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a **avocação temporária de competência** atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Avocar é trazer de volta para si aquilo que delegou a outrem, o que poderá ocorrer por um período de tempo.

Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas **sedes** e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.

Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a **autoridade de menor grau hierárquico para decidir**.

CAPÍTULO VII DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 18. É **impedido** de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha **interesse direto ou indireto** na matéria;

II - tenha **participado ou venha a participar** como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrerem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve **comunicar** o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui **falta grave**, para efeitos disciplinares.

Art. 20. Pode ser arguida a **suspeição** de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

No impedimento é vedada a participação porque intensa a possibilidade de que não se permaneça isento na condução do processo, na suspeição o risco é menor mas - ainda assim - o afastamento é conveniente³⁷ (por isso o processo continua em andamento se a alegação de suspeição for afastada e dela se recorrer).

CAPÍTULO VIII DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 22. Os atos do processo administrativo **não dependem de forma determinada** senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por **escrito**, em **vernáculo**, com a **data** e o **local** de sua realização e a **assinatura** da autoridade responsável.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de **firma** somente será exigido quando houver **dúvida de autenticidade**.

§ 3º A **autenticação** de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas **numeradas** sequencialmente e **rubricadas**.

Art. 23. Os atos do processo devem realizar-se em **dias úteis**, no **horário normal** de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos **já iniciados**, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de **cinco dias**, salvo motivo de **força maior**.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o **dobro**, mediante comprovada justificação.

Art. 25. Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na **sede** do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

Não existem muitas formalidades que cercam os atos do processo administrativo, mas é preciso que eles sejam escritos em vocabulário adequado com data, local e assinatura. Diante da dispensa de formalidades, não seria razoável sempre exigir reconhecimento da assinatura. Os atos são praticados em dias úteis (segunda a sábado), no horário regular de funcionamento da repartição. O prazo para a prática dos atos é de cinco dias, prorrogáveis para 10 mediante justificação (na prática, não é o que acontece porque a Administração é sobrecarregada de processos e não há sanção pelo descumprimento do prazo).

CAPÍTULO IX DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a **intimação** do interessado para **ciência de decisão** ou a **efetivação de diligências**.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - **identificação** do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - **finalidade** da intimação;

III - **data, hora e local** em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer **pessoalmente**, ou fazer-se **representar**;

V - **informação** da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos **fatos e fundamentos legais** pertinentes.

§ 2º A intimação observará a **antecedência mínima de três dias úteis** quanto à **data de comparecimento**.

§ 3º A intimação pode ser efetuada por **ciência no processo**, por via postal com **aviso de recebimento**, por **telegrama** ou outro **meio que assegure a certeza** da ciência do interessado.

§ 4º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de **publicação oficial**.

§ 5º As intimações serão **nulas** quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado **supre sua falta ou irregularidade**.

Art. 27. O **desatendimento** da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de **ampla defesa** ao interessado.

37 GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1.

*Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de **deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.***

Intimação é o ato pelo qual se dá ciência ao interessado de alguma decisão ou do dever de comparecer para prestar informações. Ela possui um conteúdo específico e deve ser feita pessoalmente, a não ser quando o interessado for indeterminado, desconhecido ou com domicílio desconhecido, caso em que se aceitará intimação por edital. Não obedecidas as formalidades, a intimação é nula, de forma que é como se os atos do processo que deveriam ser científicos não o tivessem sido, fazendo com que ele volte ao estágio em que a pessoa deveria ter sido intimada. O desatendimento de uma intimação não faz com que se presuma que o intimado estava errado. Destaque para o art. 28, que delimita as espécies de situações em que cabe intimação.

CAPÍTULO X DA INSTRUÇÃO

*Art. 29. As **atividades de instrução** destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se **de ofício** ou mediante **impulsão** do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.*

§ 1º O órgão competente para a instrução fará constar dos autos os **dados necessários à decisão do processo**.

§ 2º Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo **menos oneroso** para estes.

Atividades de instrução são as atividades de produção de provas no processo. Sob o aspecto objeto, prova é "o conjunto de meios produtores da certeza jurídica ou o conjunto de meios utilizados para demonstrar a existência de fatos relevantes para o processo"; sob o aspecto subjetivo, prova "é a própria convicção que se forma no espírito do julgador a respeito da existência ou inexistência de fatos alegados no processo"³⁸.

*Art. 30. São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por **meios ilícitos**.*

*Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante **despacho motivado**, abrir período de **consulta pública** para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.*

§ 1º A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2º O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações **substancialmente iguais**.

38 LOPES, João Batista. **A prova no Direito Processual Civil**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Consulta Pública é um sistema criado com o objetivo de auxiliar na elaboração e coleta de opiniões da sociedade sobre temas de importância. Esse sistema permite intensificar a articulação entre a representatividade e a sociedade, permitindo que a sociedade participe da formulação e definição de políticas públicas. O IBAMA costuma utilizar deste recurso na tomada de suas decisões³⁹.

*Art. 32. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada **audiência pública** para debates sobre a matéria do processo.*

"Audiência pública é um instrumento que leva a uma decisão política ou legal com legitimidade e transparência. Cuida-se de uma instância no processo de tomada da decisão administrativa ou legislativa, através da qual a autoridade competente abre espaço para que todas as pessoas que possam sofrer os reflexos dessa decisão tenham oportunidade de se manifestar antes do desfecho do processo. É através dela que o responsável pela decisão tem acesso, simultaneamente e em condições de igualdade, às mais variadas opiniões sobre a matéria debatida, em contato direto com os interessados"⁴⁰.

*Art. 33. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer **outros meios** de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.*

*Art. 34. Os **resultados** da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado.*

*Art. 35. Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em **reunião conjunta**, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.*

*Art. 36. **Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado**, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.*

*Art. 37. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão **registrados em documentos existentes na própria Administração** responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução **proverá, de ofício, à obtenção dos documentos** ou das respectivas cópias.*

O interessado deve provar o que alegou, salvo quando a prova estiver em documento que esteja em poder da Administração, caso em que ela deverá de ofício provê-los (ou cópias).

39 <http://www.ibama.gov.br/servicos/consulta-publica>

40 SOARES, Evanna. A audiência pública no processo administrativo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 58, 1 ago. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/3145>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, **juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias**, bem como **aduzir alegações** referentes à matéria objeto do processo.

§ 1º Os elementos probatórios deverão ser considerados na **motivação** do relatório e da decisão.

§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam **ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias**.

O interessado tem direito à prova, juntando documentos e requerendo diligências e perícias, mas não pode abusar deste direito, requerendo provas não autorizadas pelo direito, que não tenham a ver com o caso ou que apenas visem prorrogar o processo.

Art. 39. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas **intimações** para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, se entender relevante a matéria, **suprir de ofício** a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.

Art. 40. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o **não atendimento** no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará **arquivamento do processo**.

O interessado deve ser intimado quando for necessária a apresentação de informações ou provas e, não comparecendo perante a Administração, embora não se presume que ela esteja correta, será feito o arquivamento do processo. Diante disso, o interessado poderá, no futuro, abri-lo novamente.

Art. 41. Os interessados serão **intimados de prova ou diligência ordenada**, com antecedência mínima de **três dias úteis**, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o **parecer** deverá ser emitido no prazo máximo de **quinze dias**, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

§ 1º Se um parecer **obrigatório e vinculante** deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

§ 2º Se um parecer **obrigatório e não vinculante** deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

As situações são diferentes conforme o parecer obrigatório que a decisão seja tomada num determinado sentido (vinculante) ou não.

Art. 43. Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos **laudos técnicos** de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá **solicitar** laudo técnico de **outro órgão** dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

Art. 44. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de **dez dias**, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

Produzidas as provas, antes da decisão, o interessado poderá se manifestar.

Art. 45. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências **acauteladoras** sem a prévia manifestação do interessado.

Providências acautelatórias são aquelas que deveriam ser tomadas num determinado momento do processo mas, para evitar que ela se torne impossível posteriormente, ela é antecipada. Por exemplo, oitiva de uma testemunha que está no leito de morte.

Art. 46. Os interessados têm direito à **vista** do processo e a obter **certidões ou cópias reprográficas** dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Art. 47. O órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final elaborará **relatório** indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará **proposta de decisão**, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade competente.

CAPÍTULO XI DO DEVER DE DECIDIR

Art. 48. A Administração **tem o dever de explicitamente emitir decisão** nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de **até trinta dias** para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

A autoridade competente não pode se eximir de decidir, possuindo um prazo de 30 dias após o fim do processo administrativo para tanto.

CAPÍTULO XII DA MOTIVAÇÃO

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser **motivados**, com indicação dos **fatos e dos fundamentos jurídicos**, quando:

- I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
- II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;
- III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

§ 1º A motivação deve ser **explícita, clara e congruente**, podendo consistir em declaração de **concordância** com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado **meio mecânico** que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.

§ 3º A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões **orais** constará da respectiva **ata ou de termo escrito**.

A Administração não pode impor arbitrariamente suas decisões, devendo justificá-las. Quando da decisão de um processo administrativo deverá explicar em que normas jurídicas se baseou e como elas se interligam aos fatos apurados. É possível fazer remissões a pareceres, informações, decisões ou propostas, mas é preciso fazê-lo de forma explícita, clara e congruente. O uso de tecnologias otimiza os serviços, mas é preciso atenção a cada caso, não prejudicando direito ou garantia do interessado. Toda decisão deverá ser transcrita, caso seja proferida oralmente.

CAPÍTULO XIII

DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, **desistir total ou parcialmente do pedido formulado** ou, ainda, **renunciar** a direitos disponíveis.

§ 1º Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia **atinge somente quem a tenha formulado**.

§ 2º A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, **não prejudica o prosseguimento do processo**, se a Administração considerar que o **interesse público** assim o exige.

Art. 52. O órgão competente poderá declarar **extinto** o processo quando **exaurida sua finalidade** ou o **objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado** por fato superveniente.

Caso o interessado não queira prosseguir com o processo poderá desistir dele por completo ou de parte dele, mas se o interesse público for maior a Administração poderá continuar (por exemplo, indícios de que o interessado praticou um ilícito contra a Administração). Se existir mais de um interessado, a desistência só atinge o que desistiu.

Extinção é o término do processo, que se dará quando sua finalidade tiver acabado ou quando seu objeto se tornar impossível inútil ou prejudicado.

CAPÍTULO XIV

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 53. A Administração **deve anular** seus próprios atos, quando **eivados de vício de legalidade**, e pode revogá-los por motivo de **conveniência ou oportunidade**, respeitados os **direitos adquiridos**.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em **cinco anos**, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Os atos viciados, ou seja, que tenham sido praticados contrários às formalidades legais, deverão ser anulados. Poderão também ser anulados atos não viciados no exercício da discricionariedade administrativa, mas para tanto é preciso respeitar os direitos adquiridos dos interessados.

CAPÍTULO XV

DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO

Art. 56. Das decisões administrativas cabe **recurso**, em face de razões de **legalidade** e de **mérito**.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a **reconsiderar** no prazo de **cinco dias**, o encaminhará à autoridade **superior**.

§ 2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo **independe de caução**.

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da **súmula vinculante**, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, **explicitar, antes de encaminhar o recurso** à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

O recurso poderá questionar se houve correta aplicação da lei ou se houve correta interpretação dos fatos. Ele será interposto para a autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderar em 5 dias e, caso não o faça, encaminhará à autoridade superior.

Súmula vinculante é uma espécie de orientação proferida pelo Supremo Tribunal Federal de observância obrigatória em todas instâncias de julgamento, judiciais ou administrativas.

Art. 57. O recurso administrativo tramitará no máximo por **três instâncias** administrativas, salvo disposição legal diversa.

Art. 58. Têm **legitimidade** para interpor recurso administrativo:

I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;

II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

Para recorrer a parte tem que ter interesse, de forma que algum direito ou garantia que ela estava defendendo no processo tenha obtido uma decisão contrária.

Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de **dez dias** o prazo para interposição de **recurso administrativo**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser **decidido** no prazo máximo de **trinta dias**, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser **prorrogado** por igual período, ante justificativa explícita.

Se a lei não dispuser de modo diverso, a parte tem até 10 dias para recorrer e, do recebimento dos autos, a autoridade tem até 30 dias para julgar, os quais podem ser prorrogados por mais 30.

Art. 60. O recurso interpõe-se por meio de **requerimento** no qual o recorrente deverá expor os **fundamentos** do pedido de reexame, podendo juntar os **documentos** que julgar convenientes.

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso **não tem efeito suspensivo**.

Parágrafo único. Havendo justo **receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação** decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Significa que a decisão recorrida será cumprida, independentemente de haver recurso pendente. No entanto, tal efeito suspensivo pode ser concedido, conforme a exceção do parágrafo único.

Art. 62. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de **cinco dias úteis**, apresentem alegações.

Antes de decidir se irá apreciar o recurso, ou seja, dar início ao seu processamento, as partes devem ser ouvidas no prazo de 5 dias.

Art. 63. O recurso **não será conhecido** quando interposto:

I - fora do **prazo**;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja **legitimado**;

IV - após **exaurida** a esfera administrativa.

§ 1º Na hipótese do inciso II, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.

§ 2º O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Por não conhecimento entende-se a não apreciação do mérito do recurso porque ele não preencheu alguma das formalidades legais.

Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá **confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente**, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer **gravame** à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

Se a situação do recorrente puder piorar, deverá ele ser cientificado para se manifestar.

Art. 64-A. Se o recorrente alegar **violação de enunciado da súmula vinculante**, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

Art. 64-B. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a **reclamação** fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.

Ao julgar procedente a reclamação, o STF anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial impugnada, determinando que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso. Também se dará ciência à autoridade prolatora para que passe a decidir conforme a Súmula Vinculante violada.

Art. 65. Os processos administrativos de que resultem **sanções** poderão ser **revistos**, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem **fatos novos ou circunstâncias relevantes** suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo **não poderá resultar agravamento da sanção**.

Se surgirem novos fatos ou circunstâncias um processo já encerrado pode ser revisto, mas eventual sanção aplicada não poderá ser agravada.

CAPÍTULO XVI DOS PRAZOS

Art. 66. Os prazos começam a correr **a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento**.

§ 1º Considera-se **prorrogado** o prazo até o **primeiro dia útil seguinte** se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em **dias** contam-se de modo **contínuo**.

§ 3º Os prazos fixados em **meses ou anos** contam-se de **data a data**. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 67. Salvo motivo de **força maior** devidamente comprovado, os prazos processuais **não se suspendem**.

Publicados oficialmente os atos, o prazo começa a correr, excluído o dia da publicação e incluído o dia do vencimento. Ex: prazo de 10 dias - decisão proferida dia 1º, começa a contar do dia 2º, indo até o dia 11, dia do vencimento, que é incluído. Se dia 2º não fosse dia útil, começaria a se contar do 1º dia útil que o seguisse, assim como se dia 11 não o fosse somente haveria vencimento no 1º dia útil que o seguisse.

Somente se suspende um prazo por motivo de força maior.

CAPÍTULO XVII DAS SANÇÕES

Art. 68. As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão **natureza pecuniária** ou consistirão em **obrigação de fazer ou de não fazer**, assegurado sempre o direito de defesa.

As sanções aplicadas serão: pagamento de quantia certa, ou seja, de valor em dinheiro; ou então obrigação de fazer ou não fazer algo.

CAPÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas **subsidiariamente** os preceitos desta Lei.

Art. 69-A. Terão **prioridade na tramitação**, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I - pessoa com idade igual ou superior a **60** (sessenta) anos;

II - pessoa portadora de **deficiência**, física ou mental;

III - (VETADO)

IV - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra **doença grave**, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

§ 1º A pessoa **interessada** na obtenção do benefício, juntando **prova** de sua condição, deverá **requerê-lo** à autoridade administrativa competente, que determinará as **providências** a serem cumpridas.

§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão **identificação** própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 3º (VETADO)

§ 4º (VETADO)

Art. 70. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Lei nº 9.784/99 é apenas subsidiária às demais leis que de alguma forma abordem os procedimentos administrativos. Ou seja, será usada quando não houver regulamentação específica.

Brasília 29 de janeiro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

3.10 FATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FATOS ADMINISTRATIVOS.

Vide tópico 3.2.

3.11 FORMAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: ELEMENTOS, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

Vide tópicos 3.1 e 3.9.

3.12 VALIDADE, EFICÁCIA E AUTOEXECUTORIEDADE DO ATO ADMINISTRATIVO.

Destaca-se esquemática trazida por Baldacci⁴¹:

- Quando todos os pressupostos especiais exigidos por lei estiverem presentes, falamos que o ato é perfeito (P).

- Quanto estes pressupostos preenchidos respeitarem o que a lei exige, falamos que é válido (V).

- Quanto está apto a surtir seus efeitos próprios falamos que é eficaz (E).

1) P + V = E. Os atos perfeitos e válidos são eficazes em regra.

2) P + V = ineficaz. Os atos perfeitos e válidos podem não ser eficazes se estiver pendente o implemento de condição.

41 BALDACCI, Roberto Geists. **Direito administrativo**. São Paulo: Prima Cursos Preparatórios, 2004.

3) P + inválido = ineficaz. O ato perfeito e inválido é, em regra, ineficaz.

4) P + inválido = eficaz. O ato perfeito e inválido pode ser eficaz se já tiver gerado efeitos próprios e for relevante para a segurança jurídica manter tais efeitos.

5) Imperfeito = inválido + ineficaz. O ato imperfeito não é válido e nem eficaz.

6) Imperfeito = inválido + eficaz. O ato imperfeito pode gerar efeitos impróprios, que não dependem da execução do ato, como o efeito impróprio reflexo (repercussão em outros atos ou situações jurídicas) e o efeito impróprio prodrômico (efeito de natureza procedimental que implica numa providência ou etapa necessária para aperfeiçoamento do ato, como a manifestação de um segundo agente ou órgão).

7) Imperfeito = válido + ineficaz. O ato imperfeito pode preencher os requisitos de validade, mas se lhe faltar um pressuposto especial será imperfeito e, logo, ineficaz.

Quanto à **autoexecutoriedade**, atributo do ato administrativo, em regra, a Administração pode concretamente executar seus atos independente da manifestação do Poder Judiciário, mesmo quando estes afetam diretamente a esfera jurídica de particulares.

3.13 ATOS ADMINISTRATIVOS SIMPLES, COMPLEXOS E COMPOSTOS.

Classificação dos atos quanto à formação (processo de elaboração):

1) Ato simples: nasce por meio da manifestação de vontade de um órgão (unipessoal ou colegiado) ou agente da Administração.

2) Ato complexo: nasce da manifestação de vontade de mais de um órgão ou agente administrativo.

3) Ato composto: nasce da manifestação de vontade de um órgão ou agente, mas depende de outra vontade que o ratifique para produzir efeitos e tornar-se exequível.

3.14 ATOS ADMINISTRATIVOS UNILATERAIS, BILATERAIS E MULTILATERAIS.

Atos unilaterais: São aqueles formados pela manifestação de vontade de uma única pessoa. Ex.: Demissão - Para Hely Lopes Meirelles, só existem os atos administrativos unilaterais.

Atos bilaterais: São aqueles formados pela manifestação de vontade de duas pessoas.

Atos multilaterais: São aqueles formados pela vontade de mais de duas pessoas.

Ex.: Contrato administrativo.

3.15 ATOS ADMINISTRATIVOS GERAIS E INDIVIDUAIS.

Classificação quanto ao destinatário:

1) Atos gerais: dirigidos à coletividade em geral, com finalidade normativa, atingindo uma gama de pessoas que estejam na mesma situação jurídica nele estabelecida. O particular não pode impugnar, pois os efeitos são para todos.

2) Atos individuais: dirigidos a pessoa certa e determinada, criando situações jurídicas individuais. O particular atingido pode impugnar.

3.16 ATOS ADMINISTRATIVOS VINCULADOS E DISCRICIONÁRIOS.

3.17 MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO, DISCRICIONARIEDADE.

Classificação quanto ao seu regramento:

1) Atos vinculados: são os que possuem todos os pressupostos e elementos necessários para sua prática e perfeição previamente estabelecidos em lei que autoriza a prática daquele ato. O administrador é um "mero cumpridor de leis". Também se denomina ato de exercício obrigatório.

2) Atos discricionários: são os atos que possuem parte de seus pressupostos e elementos previamente fixados pela lei autorizadora. No mínimo, a competência, a finalidade e a forma estão previamente fixados na lei – são os pressupostos vinculados. Aquilo que está em branco ou indefinido na lei será preenchido pelo administrador. Tal preenchimento deve ser feito motivadamente com base em fatos e circunstâncias que somente o administrador pode escolher. Contudo, tal escolha não é livre, os fatos e circunstâncias devem ser adequados (razoáveis e proporcionais) aos limites e intenções da lei.

Quanto ao grau de subordinação à norma, os atos administrativos se classificam em vinculados ou discricionários. "Os atos vinculados são aqueles que tem o procedimento quase que plenamente delineados em lei, enquanto os discricionários são aqueles em que o dispositivo normativo permite certa margem de liberdade para a atividade pessoal do agente público, especialmente no que tange à conveniência e oportunidade, elementos do chamado mérito administrativo. A discricionariedade como poder da Administração deve ser exercida consoante determinados limites, não se constituindo em opção arbitrária para o gestor público, razão porque, desde há muito, doutrina e jurisprudência repetem que os atos de tal espécie são vinculados em vários de seus aspectos, tais como a competência, forma e fim"⁴².

42

http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3741

3.18 ATO ADMINISTRATIVO INEXISTENTE.

"Ato nulo é aquele que nasce com vício insanável, normalmente resultante da ausência de um de seus elementos constitutivos, ou de defeito substancial em algum deles (por exemplo, o ato com motivo inexistente, o ato com objeto não previsto em lei e o ato praticado com desvio de finalidade). O ato nulo está em desconformidade com a lei ou com os princípios jurídicos (é um ato ilegal e ilegítimo) e seu defeito não pode ser convalidado (corrigido). O ato nulo não pode produzir efeitos válidos entre as partes. [...] Ato inexistente é aquele que possui apenas aparência de manifestação de vontade da administração pública, mas, em verdade, não se origina de um agente público, mas de alguém que se passa por tal condição, como o usurpador de função. [...] Ato anulável é o que apresenta defeito sanável, ou seja, passível de convalidação pela própria administração que o praticou, desde que ele não seja lesivo ao interesse público, nem cause prejuízo a terceiros. São sanáveis o vício de competência quanto à pessoa, exceto se se tratar de competência exclusiva, e o vício de forma, a menos que se trate de forma exigida pela lei como condição essencial à validade do ato"⁴³.

3.19 TEORIA DAS NULIDADES NO DIREITO ADMINISTRATIVO. 3.20 ATOS ADMINISTRATIVOS NULOS E ANULÁVEIS.

Os vícios dos atos administrativos podem se referir a sujeitos, notadamente: a) Vícios de incompetência do sujeito – pode restar caracterizado o crime de usurpação de função (artigo 328, CP), gerando ato inexistente; pode caracterizar excesso de poder, quando excede os limites da competência que tem, o sujeito pode incidir no crime de abuso de autoridade; pode se detectar função de fato, quando quem pratica o ato está irregularmente investido no cargo, emprego ou função – situação com aparência de legalidade – ato considerado válido; b) Vícios de incapacidade do sujeito – pode haver impedimento ou suspeição, ambos casos de anulabilidade.

Os vícios dos atos administrativos também podem se referir ao objeto, quando ele for proibido por lei – ato ilegal = nulo; diverso do previsto legalmente para o caso concreto; impossível (exemplo: a nomeação para cargo que não existe); imoral; indeterminado (desapropriação de bem não definido com precisão).

Os vícios podem atingir a forma, quando a lei expressamente exige e não é respeitada, e ainda o motivo, quando pressupostos de fato e/ou de direito não existem e/ou são falsos.

Por fim, tem-se os vícios relativos à finalidade, que são desvio de poder ou desvio de finalidade, quando o agente pratica ato administrativo sem observar o interesse público e/ou o objetivo (finalidade) previsto em lei.

43 ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

3.21 VÍCIOS DO ATO ADMINISTRATIVO.

Os vícios dos atos administrativos podem se referir a sujeitos, notadamente: a) Vícios de incompetência do sujeito – pode restar caracterizado o crime de usurpação de função (artigo 328, CP), gerando ato inexistente; pode caracterizar excesso de poder, quando excede os limites da competência que tem, o sujeito pode incidir no crime de abuso de autoridade; pode se detectar função de fato, quando quem pratica o ato está irregularmente investido no cargo, emprego ou função – situação com aparência de legalidade – ato considerado válido; b) Vícios de incapacidade do sujeito – pode haver impedimento ou suspeição, ambos casos de anulabilidade.

Os vícios dos atos administrativos também podem se referir ao objeto, quando ele for proibido por lei – ato ilegal = nulo; diverso do previsto legalmente para o caso concreto; impossível (exemplo: a nomeação para cargo que não existe); imoral; indeterminado (desapropriação de bem não definido com precisão).

Os vícios podem atingir a forma, quando a lei expressamente exige e não é respeitada, e ainda o motivo, quando pressupostos de fato e/ou de direito não existem e/ou são falsos.

Por fim, tem-se os vícios relativos à finalidade, que são desvio de poder ou desvio de finalidade, quando o agente pratica ato administrativo sem observar o interesse público e/ou o objetivo (finalidade) previsto em lei.

3.22 TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES.

"A teoria dos motivos determinantes está relacionada a prática de atos administrativos e impõe que, uma vez declarado o motivo do ato, este deve ser respeitado. Esta teoria vincula o administrador ao motivo declarado. Para que haja obediência ao que prescreve a teoria, no entanto, o motivo há de ser legal, verdadeiro e compatível com o resultado. Vale dizer, a teoria dos motivos determinantes não condiciona a existência do ato, mas sim sua validade"⁴⁴.

44 <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2605114/em-que-consiste-a-teoria-dos-motivos-determinantes-aurea-maria-ferraz-de-sousa>

3.23 REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.

Vide tópico 3.7 sobre anulação e revogação.

Convalidação é o ato administrativo que, com efeitos retroativos, sana vício de ato antecedente, de modo a torná-lo válido desde o seu nascimento, ou seja, é um ato posterior que sana um vício de um ato anterior, transformando-o em válido desde o momento em que foi praticado.

Há alguns autores que não aceitam a convalidação dos atos, sustentando que os atos administrativos somente podem ser nulos. Os únicos atos que se ajustariam à convalidação seriam os atos anuláveis.

Existem três formas de convalidação:

- Ratificação: é a convalidação feita pela própria autoridade que praticou o ato;
- Confirmação: é a convalidação feita por autoridade superior àquela que praticou o ato;
- Saneamento: é a convalidação feita por ato de terceiro, ou seja, não é feita nem por quem praticou o ato nem por autoridade superior.

Não se deve confundir a convalidação com a conversão do ato administrativo. Há um ato viciado e, para regularizar a situação, ele é transformado em outro, de diferente tipologia. O ato nulo, embora não possa ser convalidado, poderá ser convertido, transformando-se em ato válido.

Extinção dos atos administrativos: revogação, anulação e cassação

Pode se dar nas seguintes situações:

1) Cumprimento dos seus Efeitos: Cumprindo todos os seus efeitos, não terá mais razão de existir sob o ponto de vista jurídico.

2) Desaparecimento do Sujeito ou do Objeto do Ato: Se o sujeito ou o objeto perecer, o ato será considerado extinto.

3) Retirada: Ocorre a edição de outro ato jurídico que elimina o ato. Pode se dar por **anulação**, que é a retirada do ato administrativo em decorrência de sua invalidade, reconhecida judicial ou administrativamente, preservando-se os direitos dos terceiros de boa-fé; por **revogação**, que é a retirada do ato administrativo em decorrência da sua inconveniência ou inoportunidade em face dos interesses públicos, sendo o ato válido e praticado dentro da Lei, efetuando-se a revogação na via administrativa; **cassação**, que é a retirada do ato administrativo em decorrência do beneficiário ter descumprido condição tida como indispensável para a manutenção do ato; **contraposição ou derrubada**, que é a retirada do ato administrativo em decorrência de ser expedido outro ato fundado em competência diversa da do primeiro, mas que projeta efeitos antagônicos ao daquele, de modo a inibir a continuidade da sua eficácia; **caducidade**, que é a retirada do ato administrativo em decorrência de ter sobrevivido norma superior que torna incompatível a manutenção do ato com a nova realidade jurídica instaurada.

4) Renúncia: É a extinção do ato administrativo eficaz em virtude de seu beneficiário não mais desejar a sua continuidade. A renúncia só tem cabimento em atos que concedem privilégios e prerrogativas.

5) Recusa: É a extinção do ato administrativo ineficaz em decorrência do seu futuro beneficiário não manifestar concordância, tida como indispensável para que o ato pudesse projetar regularmente seus efeitos. Se o futuro beneficiário recusa a possibilidade da eficácia do ato, esse será extinto.

4 PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

O Estado possui papel central de disciplinar a sociedade. Como não pode fazê-lo sozinho, constitui agentes que exercerão tal papel. No exercício de suas atribuições, são conferidas prerrogativas aos agentes, indispensáveis à consecução dos fins públicos, que são os **poderes administrativos**. Em contrapartida, surgirão deveres específicos, que são **deveres administrativos**.

Os poderes conferidos à administração surgem como instrumentos para a preservação dos interesses da coletividade. Caso a administração se utilize destes poderes para fins diversos de preservação dos interesses da sociedade, estará cometendo abuso de poder, ou seja, incidindo em ilegalidade. Neste caso, o Poder Judiciário poderá efetuar controle dos atos administrativos que impliquem em excesso ou abuso de poder.

Quanto aos poderes administrativos, eles podem ser colocados como prerrogativas de direito público conferidas aos agentes públicos, com vistas a permitir que o Estado alcance os seus fins. Evidentemente, em contrapartida a estes poderes, surgem deveres ao administrador.

"O poder administrativo representa uma prerrogativa especial de direito público

outorgada aos agentes do Estado. Cada um desses terá a seu cargo a execução de certas

funções. Ora, se tais funções foram por lei cometidas aos agentes, devem eles exercê-las, pois que seu exercício é voltado para beneficiar a coletividade. Ao fazê-lo, dentro dos limites que a lei traçou, pode dizer-se que usaram normalmente os seus poderes.

Uso do poder, portanto, é a utilização normal, pelos agentes públicos, das prerrogativas que a lei lhes confere⁴⁵.

Neste sentido, "os poderes administrativos são outorgados aos agentes do Poder Público para lhes permitir atuação voltada aos interesses da coletividade. Sendo assim, deles emanam duas ordens de consequência: **1ª) são eles irrenunciáveis; e 2ª) devem ser obrigatoriamente exercidos pelos titulares**. Desse modo, as prerrogativas públicas, ao mesmo tempo em que constituem poderes para o administrador público, impõem-lhe o seu exercício e lhe vedam a inércia, porque o reflexo desta atinge, em última instância, a coletividade, esta a real destinatária de tais

45 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

poderes. Esse **aspecto dúplice do poder administrativo é que se denomina de poder-dever de agir**⁴⁶. Percebe-se que, diferentemente dos particulares aos quais, quando conferido um poder, podem optar por exercê-lo ou não, a Administração não tem faculdade de agir, afinal, sua atuação se dá dentro de objetos de interesse público. Logo, a abstenção não pode ser aceita, o que transforma o poder de agir também num dever de fazê-lo: daí se afirmar um poder-dever. Com efeito, o agente omissor poderá ser responsabilizado.

Os poderes da Administração se dividem em: **vinculados, discricionários, hierárquicos, disciplinares, regulamentares e de polícia**.

Poder vinculado

No poder vinculado não há qualquer liberdade quanto à atividade que deva ser praticada, cabendo ao administrador se sujeitar por completo ao mandamento da lei. Nos atos vinculados, o agente apenas reproduz os elementos da lei. Afinal, o administrador se encontra diante de situações que comportam solução única anteriormente prevista por lei. Portanto, não há espaço para que o administrador faça um juízo discricionário, de conveniência e oportunidade. Ele é obrigado a praticar o ato daquela forma, porque a lei assim prevê. Ex.: pedido de aposentadoria compulsória por servidor que já completou 70 anos; pedido de licença para prestar serviço militar obrigatório.

Poder discricionário

Existem situações em que o próprio agente tem a possibilidade de valorar a sua conduta. Logo, no poder discricionário o administrador não está diante de situações que comportam solução única. Possui, assim, um espaço para exercer um juízo de valores de conveniência e oportunidade.

Conveniência = condições em que irá agir

Oportunidade = momento em que irá agir

Discricionariedade = oportunidade + conveniência

A discricionariedade pode ser exercida tanto quando o ato é praticado quanto, num momento futuro, na circunstância de sua revogação.

Uma das principais limitações ao poder discricionário é a adequação, correspondente à adequação da conduta escolhida pelo agente à finalidade expressa em lei. O segundo limite é o da verificação dos motivos⁴⁷. Neste sentido, discricionariedade não pode se confundir com arbitrariedade – a última é uma conduta ilegítima e quanto a ela caberá controle de legalidade perante o Poder Judiciário.

“O controle judicial, entretanto, não pode ir ao extremo de admitir que o juiz se substitua ao administrador. Vale dizer: não pode o juiz entrar no terreno que a lei reservou aos agentes da Administração, perquirindo os critérios de conveniência e oportunidade que lhe inspiraram a conduta.

46 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

47 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

A razão é simples: se o juiz se atém ao exame da legalidade dos atos, não poderá questionar critérios que a própria lei defere ao administrador. [...] Modernamente, os doutrinadores têm considerado os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade como valores que podem ensejar o controle da discricionariedade, enfrentando situações que, embora com aparência de legalidade, retratam verdadeiro abuso de poder. [...] A exacerbação ilegítima desse tipo de controle reflete ofensa ao princípio republicano da separação dos poderes”⁴⁸.

Há quem diga que, por haver tal liberdade, não existe o dever de motivação, mas isso não está correto: aqui, mais que nunca, o dever de motivar se faz presente, demonstrando que não houve arbítrio na decisão tomada pelo administrador. Basicamente, não é porque o administrador tem liberdade para decidir de outra forma que o fará sem cometer arbitrariedades e, caso o faça, incidirá em ilicitude. O ato discricionário que ofenda os parâmetros da razoabilidade é atentatório à lei. Afinal, não obstante a discricionariedade seja uma prerrogativa da administração, o seu maior objetivo é o atendimento aos interesses da coletividade.

Poder regulamentar

Em linhas gerais, poder regulamentar é o **poder conferido à administração de elaborar decretos e regulamentos**. Percebe-se que o Poder Executivo, nestas situações, exerce força normativa, expedindo normas que se revestem, como qualquer outra, de abstração e generalidade.

Quando o Poder Legislativo edita suas leis nem sempre possibilita que elas sejam executadas. A aplicação prática fica a cargo do Poder Executivo, que irá editar decretos e regulamentos com capacidade de dar execução às leis editadas pelo Poder Legislativo. Trata-se de prerrogativa **complementar** à lei, não podendo em hipótese alguma o Executivo alterar o seu conteúdo. Entretanto, poderá o Executivo criar **obrigações subsidiárias**, que se impõem ao administrado ao lado das obrigações primárias fixadas na própria lei.

Caso ocorra **abuso ao poder regulamentar**, caberá ao Congresso Nacional sustar o ato: “Art. 49, CF. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...] V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”.

Segundo entendimento majoritário, tanto os decretos quanto os regulamentos podem ser **autônomos** (atos de natureza originária ou primária) ou **de execução** (atos de natureza derivada ou secundária), embora a essência do poder regulamentar seja composta pelos decretos e regulamentos de execução. O regulamento autônomo pode ser editado independentemente da existência de lei anterior, se encontrando no mesmo patamar hierárquico que a lei – por isso, é passível de controle de constitucionalidade. Os regulamentos de execução dependem da existência de lei anterior para que possam ser editados e devem obedecer aos seus limites, sob pena de ilegalidade – deste modo, se **sujeitam a controle de legalidade**.

48 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Nos termos do artigo 84, IV, CF, compete privativamente ao Presidente da República expedir decretos e regulamentos para a fiel execução da lei, atividade que não pode ser delegada, nos termos do parágrafo único. Em que pese o teor do dispositivo que poderia dar a entender que a existência de decretos autônomos é impedida, o próprio STF já reconheceu decretos autônomos como válidos em situações excepcionais. Carvalho Filho⁴⁹, a respeito, afirma que somente são decretos e regulamentos que tipicamente caracterizam o poder regulamentar aqueles que são de natureza derivada – o autor admite que existem decretos e regulamentos autônomos, mas diz que não são atos do poder regulamentar.

A classificação dos decretos e regulamentos em autônomos e de execução é bastante relevante para fins de controle judicial. Em se tratando de decreto de execução, o parâmetro de controle será a lei a qual o decreto está vinculado, ocorrendo mero **controle de legalidade** como regra – não caberá controle de constitucionalidade por ações diretas de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade, mas caberá por arguição de descumprimento de preceito fundamental – **ADPF**, cujo caráter é mais amplo e permite o controle sobre atos regulamentares derivados de lei, tal como será cabível **mandado de injunção**. Em se tratando de decreto autônomo, o parâmetro de controle sempre será a Constituição Federal, possuindo o decreto a mesma posição hierárquica das demais leis infraconstitucionais, ocorrendo genuíno **controle de constitucionalidade** no caso concreto, por qualquer das vias.

Outra observação que merece ser feita se refere ao conceito de **deslegalização**. O fenômeno tem origem na França e corresponde à transferência de certas matérias de caráter estritamente técnico da lei ou ato congênere para outras fontes normativas, com autorização do próprio legislador. Na verdade, o legislador efetuará uma espécie de delegação, que não será completa e integral, pois ainda caberá ao Legislativo elaborar o regramento básico, ocorrendo a transferência estritamente do aspecto técnico (denomina-se **delegação com parâmetros**). Há quem diga que nestes casos não há poder regulamentar, mas sim poder regulador. É exemplo do que ocorre com as agências reguladoras, como ANATEL, ANEEL, entre outras.

Abuso de poder

Havendo poderes, naturalmente será possível o abuso deles. Abuso de poder é a utilização inadequada por parte dos administradores das prerrogativas a eles conferidas no âmbito dos poderes da administração, por violação expressa ou tácita da lei.

“A conduta abusiva dos administradores pode decorrer de duas causas: 1ª) o agente atua fora dos limites de sua competência; e 2ª) o agente, embora dentro de sua competência, afasta-se do interesse público que deve nortear todo o desempenho administrativo. No primeiro caso, diz-se que o agente atuou com ‘excesso de poder’ e no segundo, com ‘desvio de poder’”⁵⁰. Basicamente, havendo

abuso de poder é possível que se caracterize excesso de poder ou desvio de poder. **No excesso de poder, o agente nem teria competência para agir naquela questão e o faz. No abuso de poder, o agente possui competência para agir naquela questão, mas não o faz em respeito ao interesse público**, ou seja, desvirtua-se do fim que deveria atingir o seu ato, por isso o desvio de poder também é denominado **desvio de finalidade**. A conduta abusiva é passível de controle, inclusive judicial.

EXCESSO DE PODER = INCOMPETÊNCIA
ABUSO DE PODER = COMPETÊNCIA = DESVIO DE FINALIDADE

“Pela própria natureza do fato em si, todo abuso de poder se configura como ilegalidade. Não se pode conceber que a conduta de um agente, fora dos limites de sua competência ou despida da finalidade da lei, possa compatibilizar-se com a legalidade. É certo que nem toda ilegalidade decorre de conduta abusiva; mas todo abuso se reveste de ilegalidade e, como tal, sujeita-se à revisão administrativa ou judicial”⁵¹.

Se é possível o excesso ou o abuso de poder, é claro que a legislação não apenas confere poderes ao administrador, mas também estabelece deveres.

Uso do poder e deveres da administração

Conforme Carvalho Filho, uso do poder “é a utilização normal, pelos agentes públicos, das prerrogativas que a lei lhes confere”⁵². Significa que se um agente toma suas atitudes dentro dos limites dos poderes administrativos, está agindo conforme a lei. Um dos principais guias para determinar se a ação está ou não em conformidade é o dos deveres administrativos.

Assim, além de poderes, os agentes administrativos, obviamente, detêm deveres, em razão das atribuições que exercem. Dentre os principais, podem ser citados os seguintes, conforme aponta doutrina a respeito do assunto:

- **Dever de probidade**: trata-se de um dos deveres mais relevantes, correspondendo à obrigação do agente público de agir de forma honesta e reta, respeitando a moralidade administrativa e o interesse público. A violação deste dever caracteriza ato de improbidade, punível, conforme artigo 37, §4º, CF e Lei nº 8.429/92, que se sujeita a diversas penas, como suspensão de direitos políticos, perda da função pública, proibição de contratar com o poder público, multa, além de restituição ao erário por enriquecimento ilícito e/ou reparação de danos causados ao erário.

- **Dever de prestar contas**: como o que é gerido pelo administrador não lhe pertence, é seu dever prestar contas do que realizou à coletividade, isto é, informar em detalhes qual o destino dado às verbas e aos bens sob sua gestão. Este dever abrange não só aqueles que são agentes públicos, mas a todos que tenham sob sua responsabilidade dinheiros, bens ou interesses públicos, independentemente de serem ou não administradores públicos.

49 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

50 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

51 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

52 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

"A prestação de contas de administradores pode ser realizada internamente através dos órgãos escalonados em graus hierárquicos, ou externamente. Neste caso, o controle de contas é feito pelo Poder Legislativo por ser ele o órgão de representação popular. No Legislativo se situa, organicamente, o Tribunal de Contas, que, por sua especialização, auxilia o Congresso Nacional na verificação de contas dos administradores"⁵³.

- **Dever de eficiência:** a atividade administrativa deve ser célere e técnica, mesclando qualidade e quantidade. Para tanto, é necessário atribuir competências aos cargos conforme a qualificação exigida para ocupá-los; bem como desempenhar atividades com perfeição, coordenação, celeridade e técnica. Não significa que perfeccionismo em excesso seja valorizado, pois ele afeta o elemento quantitativo do serviço, que também é essencial para que ele seja eficiente.

- **Dever de agir:** o administrador possui um poder-dever de agir. Não se trata de mero poder, porque priorizam atender ao interesse da coletividade e, em razão disso, o poder de agir é também um dever, que é **irrenunciável e obrigatório**. Ao administrador é vedada a inércia. Logo, poderá ser responsabilizado por omissão ou silêncio, abrindo possibilidade de obter o ato não realizado: pela via extrajudicial, notadamente ao exercer o direito de petição; ou por via judicial, por intermédio de mandado de segurança, quando ferir direito líquido e certo do interessado comprovado de plano, ou por ação de obrigação de fazer.

ATENÇÃO: nem toda omissão do poder público é ilegal. As denominadas **omissões genéricas**, que envolvem prerrogativas de ação do administrador de caráter geral e sem prazo determinado para atendimento, inseridas em seu poder discricionário, não autorizam a alegação de ilegalidade por violação do poder-dever de agir. Insere-se aqui a denominada reserva do possível – por óbvio sempre existirão algumas omissões tendo em vista a escassez de recursos financeiros. Ex.: deixar de reformar a entrada de um edifício, não construir um estabelecimento de ensino. São ilegais, com efeito, as **omissões específicas**, que são omissões do poder público mesmo diante de imposição expressa legal e prazo fixado em lei para atendimento. Nestas situações, caberá até mesmo responsabilização civil, penal ou administrativa do agente omissor.

4.1 HIERARQUIA: PODER HIERÁRQUICO E SUAS MANIFESTAÇÕES.

"Hierarquia é o escalonamento em plano vertical dos órgãos e agentes da Administração que tem como objetivo a organização da função administrativa. E não poderia ser de outro modo. Tantas são as atividades a cargo da Administração Pública que não se poderia conceber sua normal realização sem a organização, em escalas, dos agentes e dos órgãos públicos. Em razão desse escalonamento firma-

⁵³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

se uma relação jurídica entre os agentes, que se denomina relação hierárquica"⁵⁴. Nesta relação hierárquica, surge para a autoridade superior o **poder de comando** e para o seu subalterno o **dever de obediência**.

Com efeito, poder hierárquico é o poder conferido à administração de fixar campos de competência quanto às figuras que compõem sua estrutura. É um poder de auto-organização. É exercido tanto na distribuição de competências entre os órgãos quanto na divisão de deveres entre os servidores que o compõem. Se o ato for praticado por órgão incompetente, é inválido. Da mesma forma, se o for praticado por servidor que não tinha tal atribuição.

Por fim, ressalta-se que **do poder hierárquico deriva o poder de revisão**, consistente no poder das autoridades superiores de revisar os atos praticados por seus subordinados.

4.2 PODER DISCIPLINAR.

Trata-se de decorrência do poder hierárquico, pois é a hierarquia que permite aos agentes de nível superior fiscalizar as ações dos subordinados. Assim, poder disciplinar é o poder conferido à administração para aplicar sanções aos seus servidores que pratiquem infrações disciplinares.

Estas sanções aplicadas são apenas as que possuem **natureza administrativa**, não envolvendo sanções civis ou penais. Entre as penas que podem ser aplicadas, destacam-se a de advertência, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria.

Evidentemente que tais punições não podem ser aplicadas sem alguns requisitos, como a abertura de sindicância ou processo disciplinar em que se garanta o contraditório e a ampla defesa (obs.: existem cargos que somente são passíveis de demissão por sentença judicial, que são os vitalícios, como os de magistrado e promotor de justiça).

4.3 PODER DE POLÍCIA.

É o poder conferido à administração para **limitar, disciplinar, restringir e condicionar direitos e atividades particulares** para a preservação dos interesses da coletividade. É ainda, fato gerador de tributo, notadamente, a taxa (artigo 145, II, CF), não podendo ser gerador de tarifa que se caracteriza como preço público e não podendo ser cobrada sem o exercício efetivo do poder de polícia.

"A expressão poder de polícia comporta dois sentidos, um amplo e um estrito. Em sentido amplo, poder de polícia significa **toda e qualquer ação restritiva** do Estado em relação aos direitos individuais. [...] Em sentido estrito, o poder de polícia se configura como **atividade administra-**

⁵⁴ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

tiva, que consubstancia, como vimos, verdadeira prerrogativa conferida aos agentes da Administração, consistente no poder de restringir e condicionar a liberdade e a propriedade”⁵⁵.

No sentido amplo, é possível incluir até mesmo a atividade do Poder Legislativo, considerando que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo se a lei não impuser (artigo 5º, II, CF). No sentido estrito, tem-se a atividade da **polícia administrativa**, envolvendo apenas as prerrogativas dos agentes da Administração.

Em destaque, coloca-se o conceito que o próprio legislador estabelece no Código Tributário Nacional: “Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando o disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público [...]” (art. 78, primeira parte, CTN). A atividade de polícia é tipicamente administrativa, razão pela qual é estudada no ramo do direito administrativo.

Vale ressaltar, por fim, um dos principais atributos do poder de polícia: a **autoexecutoriedade**. Neste sentido, a administração não precisa de manifestação do Poder Judiciário para colocar seus atos em prática, efetivando-os.

Polícia-função e polícia-corporação

“Apenas com o intuito de evitar possíveis dúvidas em decorrência da identidade de vocábulos, vale a pena realçar que **não há como confundir polícia-função com polícia-corporação**: aquela é a função estatal propriamente dita e deve ser interpretada sob o aspecto material, indicando atividade administrativa; esta, contudo, corresponde à ideia de órgão administrativo, integrado nos sistemas de segurança pública e incumbido de prevenir os delitos e as condutas ofensivas à ordem pública, razão por que deve ser vista sob o aspecto subjetivo (ou formal). A polícia-corporação executa frequentemente funções de polícia administrativa, mas a polícia-função, ou seja, a atividade oriunda do poder de polícia, é exercida por outros órgãos administrativos além da corporação policial”⁵⁶.

Competência

A **competência** para exercer o poder de polícia é, a princípio, da pessoa administrativa que foi dotada de competência no âmbito do poder regulamentar. Se a competência for **concorrente**, também o poder de polícia será exercido de forma concorrente.

Delegação e transferência

O poder de polícia pode ser exercido de **forma originária**, pelo próprio órgão ao qual se confere a competência de atuação, ou de **forma delegada**, mediante lei que transfira a mera prática de atos de natureza fiscalizatória (poder de polícia seria de caráter executivo, não inovador) a pessoas jurídicas que tenham vinculação oficial com entes públicos.

Obs.: A transferência de tarefas de operacionalização, no âmbito de simples constatação, não é considerada delegação do poder de polícia. Delegação ocorre quando a atividade fiscalizatória em si é transferida. Por exemplo, uma empresa contratada para operar radares não recebeu delegação do poder de polícia, mas uma guarda municipal instituída na forma de empresa pública com poder de aplicar multas recebeu tal delegação.

4.4 POLÍCIA JUDICIÁRIA E POLÍCIA ADMINISTRATIVA.

Uma das mais importantes classificações doutrinárias corresponde à distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária, assim explanada por Carvalho Filho: “ambos se enquadram no âmbito da função administrativa, vale dizer, representam atividades de gestão de interesses públicos. A **Polícia Administrativa é atividade da Administração que se exaure em si mesma**, ou seja, inicia e se completa no âmbito da função administrativa. O mesmo não ocorre com a **Polícia Judiciária**, que, embora seja atividade administrativa, **prepara a atuação da função jurisdicional penal**, o que a faz regulada pelo Código de Processo Penal (arts. 4º ss) e executada por órgãos de segurança (polícia civil ou militar), ao passo que a Polícia Administrativa o é por órgãos administrativos de caráter mais fiscalizador. Outra diferença reside na circunstância de que a **Polícia Administrativa** incide basicamente sobre **atividades dos indivíduos**, enquanto a **Polícia Judiciária** preordena-se ao **indivíduo em si**, ou seja, aquele a quem se atribui o cometimento de ilícito penal”⁵⁷. Além disso, essencialmente, a **Polícia Administrativa** tem caráter **preventivo** (busca evitar o dano social), enquanto que a **Polícia Judiciária** tem caráter **repressivo** (busca a punição daquele que causou o dano social).

4.5 LIBERDADES PÚBLICAS E PODER DE POLÍCIA.

Evidentemente, abusos no exercício do poder de polícia não podem ser tolerados. Por mais que todo direito individual seja relativo perante o interesse público, existem núcleos mínimos de direitos que devem ser preservados, mesmo no exercício do poder de polícia. Neste sentido, a faculdade repressiva deve respeitar **os direitos do cidadão, as prerrogativas individuais e as liberdades públicas** que são consagrados no texto constitucional.

Para compreender a questão, interessante suscitar qual o caráter do poder de polícia, se discricionário ou vinculado. A doutrina de Meirelles⁵⁸ e Carvalho Filho⁵⁹ recomenda que

55 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

56 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

57 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

58 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

59 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito ad-**

quando o poder de polícia vai ter os seus limites fixados há discricionariedade (por exemplo, quando o poder público vai decidir se pode ou não ocorrer pesca num determinado rio), mas quando já existem os limites o ato se torna vinculado (no mesmo exemplo, não se pode decidir por multar um pescador e não multar o outro por pescarem no rio em que a pesca é proibida, devendo ambos serem multados). Tal raciocínio é relevante para verificar, num caso concreto, se houve ou não abuso do poder de polícia. Vamos supor que a lei fixe os limites para o ato, mas que na prática tais limites tenham sido ignorados: não haverá discricionariedade, então.

Com efeito, os principais limites do Poder de Polícia são:

- Necessidade – a medida de polícia só deve ser adotada para evitar ameaças reais ou prováveis de perturbações ao interesse público;

- Proporcionalidade/razoabilidade – é a relação entre a limitação ao direito individual e o prejuízo a ser evitado;

- Eficácia – a medida deve ser adequada para impedir o dano ao interesse público. Para ser eficaz a Administração não precisa recorrer ao Poder Judiciário para executar as suas decisões, é o que se chama de autoexecutoriedade⁶⁰.

Importante colocar, como limite, ainda, a necessidade de garantia de contraditório e ampla defesa ao administrado. Neste sentido, a súmula nº 312, STJ: “no processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da atuação e da aplicação da pena decorrentes da infração”.

4.6 PRINCIPAIS SETORES DE ATUAÇÃO DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA.

Considerando que todos os direitos individuais são limitados pelo interesse da coletividade, já se pode deduzir que o âmbito de atuação do poder de polícia é o mais amplo possível. Entre eles, cabe mencionar, polícia sanitária, polícia ambiental, polícia de trânsito e tráfego, polícia de profissões (OAB, CRM, etc.), polícia de construções, etc.

Neste sentido, será possível atuar tanto por atos normativos (atos genéricos, abstratos e impessoais, como decretos, regulamentos, portarias, instruções, resoluções, entre outros) e por atos concretos (voltados a um indivíduo específico e isolado, que podem ser **determinações**, como a multa, ou atos de **consentimento**, como a concessão ou revogação de licença ou autorização por alvará).

ministrativo. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

60 <http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/direito-administrativo/conceito-de-direito-administrativo>

5 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 5.1 CONCEITO, TIPOS E FORMAS DE CONTROLE.

Controle da Administração Pública é o exercício de vigilância, orientação e revisão sobre a conduta funcional, exercido por um poder, órgão ou autoridade pública com relação a outro.

“O controle do Estado pode ser exercido através de duas formas distintas, que merecem ser desde logo diferenciadas. De um lado, temos o controle político, aquele que tem por base a necessidade de equilíbrio entre os Poderes estruturais da República – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Nesse controle, cujo delineamento se encontra na Constituição, pontifica o sistema de freios e contrapesos, nele se estabelecendo normas que inibem o crescimento de qualquer um deles em detrimento de outro e que permitem a compensação de eventuais pontos de debilidade de um para não deixá-lo sucumbir à força de outro. São realmente freios e contrapesos dos Poderes políticos. [...] O que ressalta de todos esses casos é a demonstração do caráter que tem o controle político: seu objetivo é a preservação e o equilíbrio das instituições democráticas do país. **O controle administrativo tem linhas diversas.** Nele não se procede a nenhuma medida para estabilizar poderes políticos, mas, ao contrário, se pretende alvejar os órgãos incumbidos de exercer uma das funções do Estado – a função administrativa. Enquanto o controle político se relaciona com as instituições políticas, o controle administrativo é direcionado às instituições administrativas. [...] Podemos denominar de controle da Administração Pública o **conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder**”⁶¹.

O princípio da legalidade e o princípio das políticas administrativas, juntos, fundamentam o Controle da Administração Pública. Neste sentido, “mais precisamente, a ideia central, quando se fala em controle da Administração Pública, reside no fato de que o titular do patrimônio público (material e imaterial) é o povo, e não a Administração, razão pela qual ela se sujeita, em toda a sua atuação, sem qualquer exceção, ao princípio da indisponibilidade do interesse público”⁶².

Elementos e natureza jurídica do controle

Segundo Carvalho Filho⁶³, dois são os elementos básicos do controle: a fiscalização e a revisão. “A fiscalização e a revisão são os elementos básicos do controle. A fiscalização consiste no poder de verificação que se faz so-

61 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

62 ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

63 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

bre a atividade dos órgãos e dos agentes administrativos, bem como em relação à finalidade pública que deve servir de objetivo para a Administração. A revisão é o poder de corrigir as condutas administrativas, seja porque tenham vulnerado normas legais, seja porque haja necessidade de alterar alguma linha das políticas administrativas para que melhor seja atendido o interesse coletivo”.

Para o autor, a natureza jurídica do controle é de **princípio fundamental** da administração pública, conforme teor do próprio Decreto-lei nº 200/1967, que assegura também que o controle deve ser exercido em todos níveis e em todos órgãos. .

5.2 CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

“O poder-dever de controle é exercitável por todos os Poderes da República, estendendo-se a toda a atividade administrativa (vale lembrar, há atividade administrativa em todos os Poderes) e abrangendo todos os seus agentes. Por esse motivo, diversas são as formas pelas quais o controle se exercita, sendo, destarte, inúmeras as denominações adotadas”⁶⁴.

Conforme a origem ou a extensão do controle

a) Controle interno: é aquele realizado pelas autoridades no âmbito do próprio órgão ou entidade em que atuam no âmbito da administração. Exemplo: chefe que na repartição controla os seus subordinados; corregedoria que faz inspeção em um fórum.

Basicamente, sempre se está diante de controle interno quando um Poder exerce controle sobre ele mesmo, isto é, Judiciário fiscalizando Judiciário, Legislativo fiscalizando Legislativo e Executivo fiscalizando Executivo.

Quando, no exercício do controle interno, uma autoridade oculta uma irregularidade ou ilegalidade da entidade responsável pelo controle externo, notadamente um Tribunal de Contas, haverá responsabilidade solidária entre a autoridade que praticou a ocultação e a autoridade que praticou o ilícito.

b) Controle externo: é aquele realizado por um Poder que é diferente do Poder fiscalizado, exteriorizando um sistema de freios e contrapesos. É o caso do controle de atos do Executivo por decisões do Poder Judiciário, ou mesmo da sustação de ato normativo do Executivo pelo Legislativo, além do julgamento de contas do Presidente da República pelo Congresso Nacional, e de auditorias do Tribunal de Contas da União quanto ao Executivo federal.

c) Controle externo popular: realizado pelo contribuinte pelo acesso das contas públicas (artigo 31, §3º, CF; artigo 74, §2º, CF).

Conforme o momento a ser exercido

a) Controle prévio ou preventivo: exercido antes do início da prática ou antes da conclusão do ato administrativo.

b) Controle concomitante: exercido durante a realização do ato, verificando a sua validade enquanto ele é praticado.

c) Controle posterior ou corretivo: busca rever os atos já praticados, corrigindo, desfazendo ou confirmando. Envolve atos como os de aprovação, homologação, anulação, revogação ou convalidação.

Conforme a amplitude ou a natureza do controle

a) Controle de legalidade: verifica se o ato foi praticado em conformidade com a lei. O controle pode ser interno ou externo. O resultado final é a confirmação ou a rejeição do ato, anulando-o.

b) Controle de mérito: visa verificar a oportunidade e a conveniência administrativas do ato controlado. Trata-se do controle sobre a atuação discricionária da Administração Pública, mantendo-o ou revogando-o. Diz-se que o Judiciário não pode fazer este controle, o que é verdade, em termos: o Judiciário não pode controlar a atividade discricionária que é legítima, mas se ela exceder parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade pode fazê-lo. Nesta questão se insere a polêmica sobre o controle judicial de políticas públicas.

Conforme o âmbito da administração

a) Por subordinação: exercido por meio dos patamares de hierarquia dentro da mesma Administração. Trata-se de controle tipicamente interno.

b) Por vinculação: exercido por uma pessoa a qual são atribuídos poderes de fiscalização e revisão em relação a pessoa diversa. Trata-se de controle tipicamente externo.

Conforme a iniciativa

a) De ofício: executado pela própria Administração quando está regularmente exercendo as suas funções. Afinal, a Administração tem a prerrogativa da autotutela, que a permite invalidar ou revogar suas condutas de ofício (súmulas 346 e 473, STF).

b) Provocado: ocorre mediante provocação de terceiro, postulando a revisão do ato administrativo dito ilegal ou inconveniente.

5.3 CONTROLE PARLAMENTAR.

Controle parlamentar ou legislativo é a prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar a Administração Pública sob os critérios político e financeiro. Deve se ater às hipóteses previstas na Constituição. Pode ser exercido quanto ao Executivo e ao Judiciário.

Entre os meios de controle, destacam-se:

- **Controle Político:** tem por base a possibilidade de fiscalização sobre atos ligados à função administrativa e organizacional. Conforme artigo 49, X, CF, compete exclusivamente ao Congresso Nacional “**fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executi-**

64 ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

vo, incluídos os da administração indireta". Do poder genérico de controle podem ser depreendidos outros poderes, como o **poder convocatório**, que permite à Câmara ou Senado convocar Ministro de Estado ou autoridade relacionada ao Presidente (artigo 50, CF); o **poder de sustação**, que permite ao Congresso Nacional "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa" (artigo 49, V, CF); e o controle das Comissões Parlamentares de Inquérito – **CPI** (artigo 58, §3º, CF).

- **Controle Financeiro**: a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Quanto às áreas fiscalizadas, enquadram-se: contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial no que se refere a legalidade, legitimidade, economicidade, subvenções e renúncia de receitas.

5.4 CONTROLE PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS.

O Tribunal de Contas da União é órgão integrante do Congresso Nacional que tem a função de auxiliá-lo no controle financeiro externo da Administração Pública. No âmbito estadual e municipal, aplicam-se, no que couber, aos respectivos Tribunais e Conselhos de Contas, as normas sobre fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

As atribuições de controle do Tribunal de Contas da União encontram-se descritas no artigo 71 da Constituição, envolvendo notadamente o auxílio ao Congresso Nacional no controle externo (tanto é assim que o Tribunal não susta diretamente os atos ilegais, mas solicita ao Congresso Nacional que o faça):

Artigo 71, CF. O **controle externo**, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o **auxílio** do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - **apreciar as contas** prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante **parecer** prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - **julgar as contas** dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - **apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal**, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - **realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial**, nas unidades administrativas dos Poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário**, e demais entidades referidas no inciso II;

V - **fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais** de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - **fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos** repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - **prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional**, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - **aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei**, que estabelecerá, entre outras cominações, **multa proporcional** ao dano causado ao erário;

IX - **assinar prazo** para que o órgão ou entidade adote as **providências necessárias ao exato cumprimento da lei**, se verificada ilegalidade;

X - **sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal**;

XI - **representar** ao Poder competente sobre **irregularidades ou abusos** apurados.

§ 1º No caso de contrato, o **ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional**, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não **efetivar as medidas** previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte **imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo**.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, **relatório de suas atividades**.

5.5 CONTROLE ADMINISTRATIVO.

É o controle exercido pela Administração quanto aos seus próprios atos. Ou seja, é o exercido pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário quanto aos seus próprios atos, tanto no que tange à legalidade quanto em relação à conveniência. É sempre um controle interno, que deriva do poder-dever de autotutela.

Entre os meios de controle, destacam-se:

- **Fiscalização Hierárquica**: esse meio de controle é inerente ao poder hierárquico, ocorrendo o exercício dos órgãos superiores em relação aos inferiores;

- **Controle ou Supervisão Ministerial**: aplicável nas entidades de administração indireta vinculadas a um Ministério, não havendo subordinação;

- Recursos Administrativos: serve para provocar o reexame do ato administrativo pela própria Administração Pública.

- Direito de petição: é um direito fundamental conferido a toda pessoa de defender seus direitos e noticiar ilegalidades e abusos (artigo 5º, XXXIV, CF). Pode ser exercido por diversas vias, como representação (denúncia de irregularidade perante a Administração, Tribunal de Contas ou outro órgão de controle), reclamação administrativa (oposição expressa a ato administrativo que ofenda direito ou interesse legítimo, podendo ser interposta perante o Supremo Tribunal Federal se o ato administrativo contrariar súmula vinculante), pedido de reconsideração (solicitação de mudança da decisão pela própria autoridade que praticou um ato), recurso hierárquico próprio (solicitação de mudança da decisão por autoridade hierarquicamente superior àquela que praticou o ato), recurso hierárquico impróprio (solicitação de mudança da decisão por autoridade diversa, com competência especificada em lei, porém não hierarquicamente superior àquela que praticou o ato), revisão (solicitação de alteração em punição aplicada pela Administração no exercício do poder disciplinar diante do surgimento de fatos novos).

- Controle social: é aquele exercido pela própria sociedade, em demanda emanada de grupos sociais, no exercício da atividade democrática que tem amparo constitucional notadamente na garantia pelo artigo 37, §3º, CF de edição de lei que regule formas de participação do usuário na administração direta e indireta. Entre as formas que já são trazidas por algumas leis, como a Lei nº 9.784/1999 sobre o processo administrativo federal, estão as audiências e consultas públicas. Neste âmbito do controle social, é possível fixar uma divisão entre controle natural, feito pela população em si, e controle institucional, feito por órgãos em atuação por legitimidade extraordinária, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

5.6 RECURSO DE ADMINISTRAÇÃO.

Recursos administrativos são meios hábeis que podem ser utilizados para provocar o reexame do ato administrativo, pela PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Conforme conceitua Carvalho Filho⁶⁵, "são os **meios formais** de controle administrativo, através dos quais o interessado postula, junto a órgãos da Administração, a revisão de determinado ato administrativo". É necessário, para recorrer, que o interessado tenha tido a sua pretensão contrariada pela administração, logo, é da essência do recurso a manifestação de **inconformismo**, retratando ilegalidade ou abuso do poder público.

Os principais recursos de administração são os seguintes: **representação**, em que se faz denúncia de irregularidades feita perante o poder público; **reclamação**, em que há oposição expressa a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado; **pedido de**

reconsideração, em que se solicita reexame à mesma autoridade que praticou o ato; **recurso hierárquico próprio**, que se dirige à autoridade ou instância superior do mesmo órgão administrativo em que foi praticado o ato; **recurso hierárquico impróprio**, que se dirige à autoridade ou órgão estranho à repartição que expediu o ato recorrido, mas com competência julgadora expressa; e **revisão**, em que se busca a alteração de punição aplicada pela Administração no exercício do poder disciplinar diante do surgimento de fatos novos, abrindo-se novo processo.

Outra classificação relevante é a que separa os recursos mencionados em duas categorias: **recursos incidentais**, que são interpostos quando o processo administrativo está em curso e o inconformismo é contra um ato nele praticado (enquadram-se aqui o pedido de reconsideração, o recurso hierárquico próprio e o recurso hierárquico impróprio); **recursos deflagradores ou autônomos**, que são aqueles que formalizam a própria abertura de processo (enquadram-se aqui a reclamação, a representação e a revisão).

Vale apontar sobre os efeitos dos recursos administrativos: **em regra, terão apenas efeito devolutivo**, pois os atos administrativos têm em seu favor a presunção de legitimidade; excepcionalmente, caso concedido pela autoridade competente, terá efeito suspensivo. Vale destacar que caso o recurso tenha efeito suspensivo, também o prazo prescricional ficará suspenso, enquanto que se o efeito for apenas devolutivo irá continuar correndo.

*Súmula 429, STF. A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo **não impede o uso do mandado de segurança** contra omissão da autoridade.*

Ressalta-se, complementando o teor da súmula, que nada impede o uso simultâneo das esferas administrativa e judicial, considerando que são independentes entre si. Aliás, apenas existem duas hipóteses em que o **esgotamento dos recursos administrativos** é imposto: trata-se de demanda perante a **justiça desportiva**, conforme o artigo 217, §1º, CF; se ocorre contrariedade de súmula vinculante na via administrativa e o administrado pretende invocá-la mediante reclamação, conforme artigo 7º, §1º, Lei nº 11.417/2006. Em todos os demais casos, tal exigência é proibida.

Outra questão que merece ser abordada no campo dos recursos administrativos é a da **reformatio in pejus**, ou seja, da reforma da decisão tomada pela administração de modo a agravar a situação do administrado. Devido a previsão expressa na **Lei nº 9.784/1999**, a **reformatio in pejus** em **recurso administrativo** modificando a decisão recorrida é permitida, mas o recorrente deverá ter oportunidade de manifestar-se antes dele ocorrer; já em se tratando de **reformatio in pejus** em processo de **revisão**, há **vedação**. Quanto à possibilidade de gravame na primeira hipótese, a doutrina afirma que apenas é permitida a **reformatio in pejus** caso o ato inferior tenha sido praticado em desconformidade com a lei, considerados critérios objetivos, sendo assim proibida a **reformatio in pejus** caso seja feita apenas nova avaliação subjetiva.

65 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Último ponto que se coloca tange à **coisa julgada administrativa**, que basicamente é uma "situação jurídica pela qual determinada decisão firmada pela Administração não mais pode ser modificada na via administrativa"⁶⁶, embora o possa na via judicial; diferenciando-se da coisa julgada jurisdicional, cujo caráter definitivo impede a rediscussão da matéria em qualquer via.

5.7 RECLAMAÇÃO.

Segundo Di Pietro⁶⁷, "a reclamação administrativa é o ato pelo qual o administrado, seja particular ou servidor público, deduz uma pretensão perante a Administração Pública, visando obter o reconhecimento de um direito ou a correção de um erro que lhe cause lesão ou ameaça de lesão".

A primeira referência à reclamação no ordenamento está no Decreto nº 20.910/1932, que fixa o **prazo de 1 ano** para que ocorra a prescrição:

*Art. 5º Não tem efeito de suspender a prescrição a demora do titular do direito ou do crédito ou do seu representante em prestar os esclarecimentos que lhe forem reclamados ou o fato de não promover o andamento do feito judicial ou do processo administrativo durante os prazos respectivamente estabelecidos para extinção do seu **direito à ação ou reclamação**.*

*Art. 6º O **direito à reclamação administrativa**, que não tiver prazo fixado em disposição de lei para ser formulada, **prescreve em um ano** a contar da data do ato ou fato do qual a mesma se originar.*

Entretanto, a reclamação se torna um instrumento mais usual com a fixação em lei da possibilidade de sua apresentação ao Supremo Tribunal Federal se o ato administrativo contrariar súmula vinculante. As hipóteses de reclamação são ampliadas pelo Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

- I - preservar a competência do tribunal;*
- II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;*
- III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;*
- IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;*

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

⁶⁶ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

⁶⁷ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas editora, 2010.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I - proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;

II - proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

§ 6º A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação.

Art. 989. Ao despachar a reclamação, o relator:

I - requisitará informações da autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias;

II - se necessário, ordenará a suspensão do processo ou do ato impugnado para evitar dano irreparável;

III - determinará a citação do beneficiário da decisão impugnada, que terá prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a sua contestação.

Art. 990. Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.

Art. 991. Na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 5 (cinco) dias, após o decurso do prazo para informações e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado.

Art. 992. Julgando procedente a reclamação, o tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia.

Art. 993. O presidente do tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente.

Logo, a reclamação é uma forma bastante diferenciada de controle da administração porque é exercido tipicamente por órgão externo sem superioridade hierárquica, notadamente, tribunal que componha o Poder Judiciário. Por isso, autores como Carvalho Filho⁶⁸ afirmam que se trata mais de controle jurisdicional do que de controle administrativo.

⁶⁸ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

5.8 LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).

A Lei nº 8.429/92 trata da improbidade administrativa, que é uma espécie qualificada de imoralidade, sinônimo de desonestidade administrativa. A improbidade é uma lesão ao princípio da moralidade, que deve ser respeitado estritamente pelo servidor público. O agente ímprobo sempre será um violador do princípio da moralidade, pelo qual "a Administração Pública deve agir com boa-fé, sinceridade, probidade, lhanza, lealdade e ética"⁶⁹.

A atual Lei de Improbidade Administrativa foi criada devido ao amplo apelo popular contra certas vicissitudes do serviço público que se intensificavam com a ineficácia do diploma então vigente, o Decreto-Lei nº 3240/41. Decorreu, assim, da necessidade de acabar com os atos atentatórios à moralidade administrativa e causadores de prejuízo ao erário público ou ensejadores de enriquecimento ilícito, infelizmente tão comuns no Brasil.

Com o advento da Lei nº 8.429/92, os agentes públicos passaram a ser responsabilizados na esfera civil pelos atos de improbidade administrativa descritos nos artigos 9º, 10 e 11, ficando sujeitos às penas do art. 12. A existência de esferas distintas de responsabilidade (civil, penal e administrativa) impede falar-se em *bis in idem*, já que, ontologicamente, não se trata de punições idênticas, embora baseadas no mesmo fato, mas de responsabilização em esferas distintas do Direito.

A legislação em estudo, por sua vez, divide os atos de improbidade administrativa em três categorias:

a) Ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito;

b) Ato de improbidade administrativa que importe lesão ao erário;

c) Ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública.

ATENÇÃO: os atos de improbidade administrativa **não são crimes de responsabilidade**. Trata-se de punição na esfera cível, não criminal. Por isso, caso o ato configure simultaneamente um ato de improbidade administrativa desta lei e um crime previsto na legislação penal, o que é comum no caso do artigo 9º, responderá o agente por ambos, nas duas esferas.

Em suma, a lei encontra-se estruturada da seguinte forma: inicialmente, trata das vítimas possíveis (sujeito passivo) e daqueles que podem praticar os atos de improbidade administrativa (sujeito ativo); ainda, aborda a reparação do dano ao lesionado e o ressarcimento ao patrimônio público; após, traz a tipologia dos atos de improbidade administrativa, isto é, enumera condutas de tal natureza; seguindo-se à definição das sanções aplicáveis; e, finalmente, descreve os procedimentos administrativo e judicial.

LEI Nº 8.429 DE 2 DE JUNHO DE 1992

*Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos **agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional** e dá outras providências.*

O preâmbulo da lei em estudo já traz alguns elementos importantes para a sua boa compreensão:

a) o agente público pode estar exercendo **mandato**, quando for **eleito** para tanto; **cargo**, no caso de um conjunto de atribuições e responsabilidades conferido a um servidor submetido a regime **estatutário** (é o caso do ingresso por concurso); **emprego** público, se o servidor se submeter a regime **celetista** (CLT); **função pública**, que corresponde à categoria **residual**, valendo para o servidor que tenha tais atribuições e responsabilidades mas não exerça cargo ou emprego público. Percebe-se que o conceito de agente público que se sujeita à lei é o mais amplo possível.

b) o exercício pode se dar na administração **direta, indireta ou fundacional**. A administração pública apresenta uma estrutura direta e outra indireta, com seus respectivos órgãos. Por exemplo, são órgãos da administração direta os ministérios e secretarias, isto é, os órgãos que compõem a estrutura do Executivo, Legislativo ou Judiciário; são integrantes da administração indireta as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer **agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.**

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba **subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício**, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

"Sujeito passivo é a pessoa que a lei indica como vítima do ato de improbidade administrativa". A lei adota uma noção ampla, pela qual são abrangidas entidades que, sem integrarem a Administração, possuem alguma espécie de conexão com ela.⁷⁰

69 LENZA, Pedro. **Curso de direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

70 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

O agente público pode ser ou não um servidor público. O conceito de agente público é melhor delimitado no artigo seguinte.

Ele poderá estar vinculado a qualquer instituição ou órgão que desempenhe diretamente o interesse do Estado. Assim, estão incluídos todos os integrantes da administração direta, indireta e fundacional, conforme o preâmbulo da legislação. Pode até mesmo ser uma entidade privada que desempenhe tais fins, desde que a verba de **criação** ou **custeio** tenha sido ou seja pública em **mais de 50%** do patrimônio ou receita **anual**.

Caso a verba pública que tenha auxiliado uma entidade privada a qual o Estado **não tenha concorrido para criação ou custeio**, também haverá sujeição às penalidades da lei. Em caso de **custeio/criação** pelo Estado que seja **inferior a 50%** do patrimônio ou receita anual, a legislação ainda se aplica. Entretanto, nestes dois casos, **a sanção patrimonial se limitará** ao que o ilícito repercutiu sobre a contribuição dos cofres públicos. Significa que se o prejuízo causado for maior que a efetiva contribuição por parte do poder público, o ressarcimento terá que ser buscado por **outra via** que não a ação de improbidade administrativa.

Basicamente, o dispositivo enumera os principais sujeitos passivos do ato de improbidade administrativa, dividindo-os em três grupos: a) pessoas da administração direta, diretamente vinculados a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; b) pessoas da administração indireta, isto é, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista; c) pessoa cuja criação ou custeio o erário tenha contribuído com mais de 50% do patrimônio ou receita naquele ano.

No parágrafo único, a lei enumera os sujeitos passivos secundários, que são: a) entidades que recebam subvenção, benefício ou incentivo creditício pelo Estado; b) pessoa cuja criação ou custeio o erário tenha contribuído com menos de 50% do patrimônio ou receita naquele ano.

*Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que **transitoriamente ou sem remuneração**, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de **investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função** nas entidades mencionadas no artigo anterior.*

*Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, **induzu ou concorreu** para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.*

Os sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa se dividem em duas categorias: os agentes públicos, definidos no art. 2º, e os terceiros, enumerados no art. 3º.

"Denomina-se sujeito ativo aquele que pratica o ato de improbidade, concorre para sua prática ou dele extrai vantagens indevidas. É o autor ímprobo da conduta. Em alguns casos, não pratica o ato em si, mas oferece sua colaboração, ciente da desonestidade do comportamento. Em outros, obtém benefícios do ato de improbidade, muito embora sabedor de sua origem escusa"⁷¹.

71 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

A ampla denominação de agentes públicos conferida pela lei de improbidade administrativa apenas tem efeito para os fins desta lei, ou seja, visando a imputação dos atos de improbidade administrativa. Percebe-se a amplitude pelos elementos do conceito:

- a) Tempo: exercício transitório ou definitivo;
- b) Remuneração: existente ou não;
- c) Espécie de vínculo: por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função;
- d) Local do exercício: em qualquer entidade que possa ser sujeito passivo. Por exemplo, o funcionário de uma ONG criada pelo Estado é considerado agente público para os efeitos desta lei.

O terceiro, por sua vez, é aquele que pratica as condutas de induzir ou concorrer em relação ao agente público, ou seja, incentivando-o ou mesmo participando diretamente do ilícito. Este terceiro jamais será pessoa jurídica, deve necessariamente ser pessoa física.

*Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade** no trato dos assuntos que lhe são afetos.*

Trata-se de referência expressa aos princípios do art. 37, caput, CF. Não se menciona apenas o princípio da eficiência, o que não significa que possa ser desrespeitado, afinal, ele é abrangido indiretamente.

*Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o **integral ressarcimento do dano**.*

Integral ressarcimento do dano é a devolução corrigida monetariamente de todos os valores que foram retirados do patrimônio público. No entanto, destaca-se que a lei garante não só o integral ressarcimento, mas também a devolução do enriquecimento ilícito: mesmo que a pessoa não cause prejuízo direto ao erário, mas lucre com um ato de improbidade administrativa, os valores devem ir para os cofres públicos.

*Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito, **perderá** o agente público ou terceiro beneficiário os **bens ou valores acrescidos** ao seu patrimônio.*

Estabelece o artigo 186 do Código Civil: "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". Este é o artigo central do instituto denominado responsabilidade civil, que tem como elementos: ação ou omissão voluntária (agir como não se deve ou deixar de agir como se deve), culpa ou dolo do agente (dolo é a vontade de cometer uma violação de direito e culpa é a falta de diligência), nexo causal (relação de causa e efeito entre a ação/omissão e o dano causado) e dano (dano é o prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico). É a este instituto que se relacionam as sanções da perda de bens e valores e de ressarcimento integral do dano.

O tipo de dano que é causado pelo agente ao Estado é o material. No caso, há um correspondente financeiro direto, de modo que a condenação será no sentido de pagar ao Estado o equivalente ao prejuízo causado.

O agente público e o terceiro que com ele concorra responderão pelos danos causados ao erário público com seu patrimônio. Inclusive, perderão os valores patrimoniais acrescidos devido à prática do ato ilícito. O dano causado deverá ser ressarcido em sua totalidade.

*Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito **representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.***

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Será oferecida representação ao Ministério Público para que ele postule a indisponibilidade dos bens do indiciado, de modo a garantir que ele não aliene seu patrimônio para não reparar o ilícito. Por indisponibilidade entende-se bloquear os bens para que não sejam vendidos ou deteriorados, garantindo que o dano possa ser reparado quando da condenação judicial.

A indisponibilidade será suficiente para dar integral ressarcimento ao dano ou retirar todo o acréscimo patrimonial resultante do ilícito.

*Art. 8º O **sucessor** daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.*

Caso o sujeito ativo faleça no curso da ação de improbidade administrativa, os herdeiros arcarão com o dever de ressarcir o dano, claro, nos limites dos bens que ele deixar como herança.

CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

Como não é possível ser desonesto sem saber que se está agindo desta forma, o elemento comum a todas as hipóteses de improbidade administrativa é o dolo, que consiste na intenção do agente em praticar o ato desonesto (alguns entendem como inconstitucionais todas as referências a condutas culposas - inclusive parte do STJ).

Os atos de improbidade administrativa foram divididos em três grupos, nos artigos 9º, 10 e 11, conforme a gravidade do ato, indo do grupo mais grave ao menos grave. A cada grupo é aplicada uma espécie diferente de sanção no caso de confirmação da prática do ato apurada na esfera administrativa.

Nos três artigos do capítulo II, enquanto o *caput* traz as condutas genéricas, os incisos delimitam condutas específicas, que nada mais são do que exemplos de situações do *caput*, logo, os incisos são uma relação meramente exemplificativa⁷², sendo suficiente bem compreender como encontrar os requisitos genéricos para fins de provas.

⁷² CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Seção I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

O grupo mais grave de atos de improbidade administrativa se caracteriza pelos elementos: **enriquecimento + ilícito** + resultante de uma **vantagem patrimonial indevida** + em razão do **exercício** de cargo, mandato, emprego, função ou outra **atividade** nas **entidades do artigo 1º**:

a) O enriquecimento deve ser ilícito, afinal, o Estado não se opõe que o indivíduo enriqueça, desde que obedeça aos ditames morais, notadamente no desempenho de função de interesse estatal.

b) Exige-se que o sujeito obtenha vantagem patrimonial ilícita. Contudo, é dispensável que efetivamente tenha ocorrido dano aos cofres públicos (por exemplo, quando um policial recebe propina praticando ato de improbidade administrativa, mas não atinge diretamente os cofres públicos).

c) É preciso que a conduta se consume, ou seja, que realmente exista o enriquecimento ilícito decorrente de uma vantagem patrimonial indevida.

d) Como fica difícil imaginar que alguém possa se enriquecer ilícitamente por negligência, imprudência ou imperícia, todas as condutas configuram atos dolosos (com intenção).

e) Não cabe prática por omissão.⁷³

Entende Carvalho Filho⁷⁴ que no caso do art. 9º o requisito é o enriquecimento ilícito, ao passo que "o pressuposto exigível do tipo é a percepção de vantagem patrimonial ilícita obtida pelo exercício da função pública em geral. Pressuposto dispensável é o dano ao erário". O elemento subjetivo é o dolo, pois fica difícil imaginar que um servidor obtenha vantagem indevida por negligência, imprudência ou imperícia (culpa). Da mesma forma, é incompatível com a conduta omissiva, aceitando apenas a comissiva (ação).

ATENÇÃO: todas as condutas descritas abaixo são meros exemplos de condutas compostas pelos elementos genéricos da cabeça do artigo. Com efeito, estando eles presentes, não importa a ausência de dispositivo expresso no rol abaixo.

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

⁷³ SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

⁷⁴ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Significa receber qualquer vantagem econômica, inclusive presentes, de pessoas que tenham interesse direto ou indireto em que o agente público faça ou deixe de fazer alguma coisa.

II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

Tratam-se de espécies da conduta do inciso anterior, na qual o fim visado é permitir a aquisição, alienação, troca ou locação de bem móvel ou imóvel por preço diverso ao de mercado. Percebe-se um ato de improbidade que causa prejuízo direto ao erário.

No inciso II, o Estado que compra, troca ou aluga bem móvel ou imóvel para sua utilização acima do preço de mercado; no inciso III, um bem móvel ou imóvel pertencente ao Estado é vendido, trocado ou alugado em preço inferior ao de mercado.

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

Todo aparato dos órgãos públicos serve para atender ao Estado e, conseqüentemente, à preservação do bem comum na sociedade. Logo, quando um servidor público utiliza esta estrutura material ou pessoal para atender aos seus próprios interesses, causa prejuízo direto aos cofres públicos e obtém uma vantagem indevida (a natural vantagem decorrente do uso de algo que não lhe pertence).

V - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita,

Nenhum ato administrativo pode ser praticado ou omitido para facilitar condutas como lenocínio (explorar, estimular ou facilitar a prostituição), narcotráfico (envolver-se em atividades no mundo das drogas, como venda e distribuição), contrabando (importar ou exportar mercadoria proibida), usura (agiotagem, fornecer dinheiro a juros absurdos) ou qualquer outra atividade ilícita. Se, ainda por cima, se obter vantagem indevida pela tolerância da prática do ilícito, resta caracterizado um ato de improbidade administrativa da espécie mais grave, ora descrita neste art. 9º em estudo.

VI - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

Da mesma forma, é vedado o recebimento de vantagens para fazer declarações falsas na avaliação de obras e serviços em geral.

VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

A desproporção entre o rendimento percebido no exercício das funções e o patrimônio acumulado é um forte indicio da percepção indevida de vantagens. Claro, se comprovada que a desproporção se deu por outros motivos lícitos, não há ato de improbidade administrativa (por exemplo, ganhar na loteria ou receber uma boa herança).

VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

O agente público não pode trabalhar em funções incompatíveis com as que desempenha para o Estado, notadamente quando isso influenciar nas atitudes por ele tomadas no exercício das funções públicas. Afinal, aceitando uma posição que comprometa sua imparcialidade, o agente prejudicará o interesse público.

IX - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

Para que as verbas públicas sejam liberadas ou aplicadas há todo um procedimento estabelecido em lei, não cabendo ao servidor violá-lo e muito menos receber vantagem por tal violação. Há improbidade, por exemplo, na fraude em licitação.

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

A percepção de vantagem econômica para omitir qualquer ato que seja obrigado a praticar caracteriza ato de improbidade administrativa.

XI - incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

Como visto, todo o aparato material e financeiro propiciado para o desempenho das funções públicas pertencem à máquina estatal e devem servir ao bem comum, não cabendo a utilização em proveito próprio, o que gera uma natural vantagem econômica, sob pena de incidir em improbidade administrativa.

Seção II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

O grupo intermediário de atos de improbidade administrativa se caracteriza pelos elementos: causar **dano** ao erário ou aos cofres públicos + gerando **perda patrimonial ou dilapidação** do patrimônio público. Assim como o artigo anterior, o *caput* descreve a fórmula genérica e os incisos algumas atitudes específicas que exemplificam o seu conteúdo.⁷⁵

a) Perda patrimonial é o gênero, do qual são espécies: desvio, que é o direcionamento indevido; apropriação, que é a transferência indevida para a própria propriedade; malbaratamento, que significa desperdício; e dilapidação, que se refere a destruição.⁷⁶

b) É preciso que seja causado dano a uma das pessoas do art. 1º da lei. No entanto, o enriquecimento ilícito é dispensável.

c) O crime pode ser praticado por ação ou omissão.

O objeto da tutela é a preservação do patrimônio público, em todos seus bens e valores. O pressuposto exigível é a ocorrência de dano ao patrimônio dos sujeitos passivos.

Este artigo admite expressamente a variante culposa, o que muitos entendem ser inconstitucional. O STJ, no REsp nº 939.142/RJ, apontou alguns aspectos da inconstitucionalidade do artigo. Contudo, «a jurisprudência do STJ consolidou a tese de que é indispensável a existência de dolo nas condutas descritas nos artigos 9º e 11 e ao menos de culpa nas hipóteses do artigo 10, nas quais o dano ao erário precisa ser comprovado. De acordo com o ministro Castro Meira, a conduta culposa ocorre quando o agente não pretende atingir o resultado danoso, mas atua com negligência, imprudência ou imperícia (REsp nº 1.127.143)»⁷⁷. Para Carvalho Filho⁷⁸, não há inconstitucionalidade na modalidade culposa, lembrando que é possível dosar a pena conforme o agente aja com dolo ou culpa.

O ponto central é lembrar que neste artigo não se exige que o sujeito ativo tenha percebido vantagens indevidas, **basta o dano ao erário**. Se tiver recebido vantagem indevida, incide no artigo anterior. Exceto pela não percepção da vantagem indevida, os tipos exemplificados se aproximam muito dos previstos nos incisos do art. 9º.

75 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

76 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

77 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Improbidade administrativa**: desonestidade na gestão dos recursos públicos. Disponível em: <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=103422>. Acesso em: 26 mar. 2013.

78 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III - doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

Todos os bens, rendas, verbas e valores que integram a estrutura da administração pública somente devem ser utilizados por ela. Por isso, não cabe a incorporação de seu patrimônio ao acervo de qualquer pessoa física ou jurídica e mesmo a simples utilização deve obedecer aos ditames legais. Quem agir, aproveitando da função pública, de modo a permitir tais situações, incide em ato de improbidade administrativa, ainda que não receba nenhuma vantagem por seu ato (havendo enriquecimento ilícito, está presente um ato do art. 9º, categoria mais grave).

Aliás, nem ao menos importa se o ato é benéfico, por exemplo, uma doação. O patrimônio público deve ser preservado e sua transmissão/utilização deve obedecer a legislação vigente.

IV - permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

Incisos diretamente correlatos aos incisos II e III do artigo anterior, exceto pelo fato do sujeito ativo não perceber vantagem indevida pela sua conduta. Aliás, é exatamente pela falta deste elemento que o ato se enquadra na categoria intermediária, e não mais grave, dentro da classificação das improbidades.

VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

VII - conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

A realização de operações financeiras, como a liberação de verbas e o investimento destas, e a concessão de benefícios são papéis muito importantes desempenhados pelo agente público, que deverá cumprir estritamente a lei.

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente; (Alterado pela Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014)

Processo licitatório é aquele em que se realiza a licitação, procedimento detalhado prescrito em lei pelo qual o Estado contrata serviços, adquire produtos, aliena bens,

etc. A finalidade de cumprir o procedimento legal de forma estrita é garantir a preservação do interesse da sociedade, não cabendo ao agente público passar por cima destas regras (Lei nº 8.666/93).

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

Todas as despesas que podem ser assumidas pelo Poder Público encontram respectiva previsão em alguma lei ou diretriz orçamentária.

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

A arrecadação de tributos é essencial para a manutenção da máquina estatal, não podendo o agente público ser negligente (se omitir, deixar de ser zeloso) no que tange ao levantamento desta renda.

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

Para que as verbas públicas sejam aplicadas é preciso obedecer o procedimento previsto em lei, preservando o interesse estatal.

Dos incisos VI a XI resta clara a marca desta categoria intermediária de atos de improbidade administrativa: que seja causado prejuízo ao erário, sem que o agente responsável pelo dano receba vantagem indevida. A questão é preservar o interesse estatal, garantindo que os bens e verbas públicas sejam corretamente utilizados, arrecadados e investidos.

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

Como visto, quanto o agente público obtém vantagem própria, direta ou indireta, incide nas hipóteses mais graves do artigo anterior. Caso concorde com o enriquecimento ilícito de terceiro, por exemplo, seu superior hierárquico, ou colabore para que ele ocorra, também cometerá ato de improbidade administrativa, embora de menor gravidade.

XIII - permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

Não se deve permitir que terceiros utilizem do aparato da máquina estatal, tanto material quanto pessoal, mesmo que não se obtenha vantagem alguma com tal concessão.

XIV - celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei;

XV - celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

A celebração de contratos de qualquer natureza compromete diretamente o orçamento público, causando prejuízo ao erário. Por isso, deve-se obedecer as prescrições legais que disciplinam a celebração de contratos administrativos, deliberando com responsabilidade a respeito das contratações necessárias e úteis ao bem comum.

XVI - facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; (Incluído pela Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014)

XVII - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; (Incluído pela Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014)

XVIII - celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; (Incluído pela Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014)

XIX - frustrar a licitude de processo seletivo para celebração de parcerias da administração pública com entidades privadas ou dispensá-lo indevidamente; (Incluído pela Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014)

XX - agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas; (Incluído pela Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014)

XXI - liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular. (Incluído pela Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014)

Seção II-A

Dos Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário

(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

Art. 10-A. Constitui ato de improbidade administrativa **qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário** contrário ao que dispõem o **caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116**, de 31 de julho de 2003.

Art. 8º-A. A **alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2%** (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou

outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

Uma das alterações recentes à disciplina do ISS visou evitar a continuidade da guerra fiscal entre os municípios, fixando-se a alíquota mínima em 2%.

Com efeito, os municípios não poderão fixar dentro de sua competência constitucional alíquotas inferiores a 2% para atrair e fomentar investimentos novos (incentivo fiscal), prejudicando os municípios vizinhos.

Em razão disso, tipifica-se como ato de improbidade administrativa a eventual concessão do benefício abaixo da alíquota mínima.

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

O grupo mais ameno de atos de improbidade administrativa se caracteriza pela **simples violação a princípios da administração pública**, ou seja, aplica-se a qualquer atitude do sujeito ativo que viole os ditames éticos do serviço público. Isto é, o legislador pretende a preservação dos princípios gerais da administração pública.⁷⁹

- a) O objeto de tutela são os princípios constitucionais;
- b) Basta a vulneração em si dos princípios, sendo dispensáveis o enriquecimento ilícito e o dano ao erário;
- c) Somente é possível a prática de algum destes atos com **dolo** (intenção);
- d) Cabe a prática por ação ou omissão.

Será preciso utilizar razoabilidade e proporcionalidade para não permitir a caracterização de abuso de poder, diante do **conteúdo aberto** do dispositivo.

Na verdade, trata-se de tipo subsidiário, ou seja, que se aplica quando o ato de improbidade administrativa não tiver gerado obtenção de vantagem indevida ou dano ao erário.

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV - negar publicidade aos atos oficiais;

V - frustrar a licitude de concurso público;

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

IX - deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

É possível perceber, no rol exemplificativo de condutas do artigo 11, que o agente público que pratique qualquer ato contrário aos ditames da ética, notadamente os originários nos princípios administrativos constitucionais, pratica ato de improbidade administrativa.

Com efeito, são deveres funcionais: praticar atos visando o bem comum, agir com efetividade e rapidez, manter sigilo a respeito dos fatos que tenha conhecimento devido a sua função, tornar públicos os atos oficiais, zelar pela boa realização de atos administrativos em geral (como a realização de concurso público), prestar contas, entre outros.

CAPÍTULO III

Das Penas

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

*I - na hipótese do art. 9º, **perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;***

*II - na hipótese do art. 10, **ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;***

*III - na hipótese do art. 11, **ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.***

*IV - na hipótese prevista no art. 10-A, **perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)***

79 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

As sanções da Lei de Improbidade Administrativa são de natureza extrapenal e, portanto, têm caráter civil.

Como visto, no caso do art. 9º, categoria mais grave, o agente obtém um enriquecimento ilícito (vantagem econômica indevida) e pode ainda causar dano ao erário, por isso, deverá não só reparar eventual dano causado mas também colocar nos cofres públicos tudo o que adquiriu indevidamente. Ou seja, poderá pagar somente o que enriqueceu indevidamente ou este valor acrescido do valor do prejuízo causado aos cofres públicos (quanto o Estado perdeu ou deixou de ganhar). No caso do artigo 10, não haverá enriquecimento ilícito, mas sempre existirá dano ao erário, o qual será reparado (eventualmente, ocorrerá o enriquecimento ilícito, devendo o valor adquirido ser tomado pelo Estado). Já no artigo 11, o máximo que pode ocorrer é o dano ao erário, com o devido ressarcimento. Na hipótese do artigo 10-A, não se denota nem enriquecimento ilícito e nem dano ao erário, pois no máximo a prática de guerra fiscal pode gerar

Em todos os casos há **perda da função pública**.

Nas três categorias iniciais, são estabelecidas sanções de suspensão dos direitos políticos, multa e vedação de contratação ou percepção de vantagem, graduadas conforme a gravidade do ato, enquanto que na quarta categoria apenas se prevê a suspensão de direitos políticos e a multa:

	Artigo 9º	Artigo 10	Artigo 10-A	Artigo 11
Suspensão de direitos políticos	8 a 9 anos	5 a 8 anos	5 a 8 anos	3 a 5 anos
Multa	Até 3X o enriquecimento experimentado	Até 2X o dano causado.	Até 3X o valor do benefício financeiro ou tributário concedido	Até 100X o valor da remuneração do agente
Vedação de contratação ou vantagem	10 anos	5 anos	–	3 anos

Vale lembrar a disciplina constitucional das sanções por atos de improbidade administrativa, que se encontra no art. 37, § 4º, CF:

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

ATENÇÃO: a única sanção que se encontra prevista na LIA mas não na CF é a de **multa**. (art. 37, §4º, CF). Não há nenhuma inconstitucionalidade disto, pois nada impediria de o legislador infraconstitucional ampliasse a relação mínima de penalidades da Constituição, pois esta não limitou tal possibilidade e porque a lei é o instrumento adequado para tanto⁸⁰.

Carvalho Filho⁸¹ tece considerações a respeito de algumas das sanções:

a) Perda de bens e valores: "tal punição só incide sobre os bens acrescidos após a prática do ato de improbidade. Se alcançasse anteriores, ocorreria confisco, o que restaria sem escora constitucional. Além disso, o acréscimo deve derivar de origem ilícita".

b) Ressarcimento integral do dano: há quem entenda que engloba dano moral. Cabe acréscimo de correção monetária e juros de mora.

c) Perda de função pública: "se o agente é titular de mandato, a perda se processa pelo instrumento de cassação. Sendo servidor estatutário, sujeitar-se-á à demissão do serviço público. Havendo contrato de trabalho (servidores trabalhistas e temporários), a perda da função pública se consubstancia pela rescisão do contrato com culpa do empregado. No caso de exercer apenas uma função pública, fora de tais situações, a perda se dará pela revogação da designação". Lembra-se que determinadas autoridades se sujeitam a procedimento especial para perda da função pública, ponto em que não se aplica a Lei de Improbidade Administrativa.

d) Multa: a lei indica inflexibilidade no limite máximo, mas flexibilidade dentro deste limite, podendo os julgados nesta margem optar pela mais adequada. Há ainda variabilidade na base de cálculo, conforme o tipo de ato de improbidade (a base será o valor do enriquecimento ou o valor do dano ou o valor da remuneração do agente). A natureza da multa é de sanção civil, não possuindo caráter indenizatório, mas punitivo.

e) Proibição de receber benefícios: não se incluem as imunidades genéricas e o agente punido deve ser ao menos sócio majoritário da instituição vitimada.

f) Proibição de contratar: o agente punido não pode participar de processos licitatórios.

80 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

81 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

CAPÍTULO IV **Da Declaração de Bens**

Art. 13. *A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.*

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2º deste artigo.

Para que uma pessoa tome posse e exerça o cargo de agente público deve apresentar declaração de bens que deverá ser renovada anualmente (§2º) sob pena de demissão (§3º). Assim, trata-se de condição para o exercício das atribuições de agente público.

A finalidade é a de assegurar que o agente público não receba vantagens indevidas, possuindo instrumento para fiscalizá-lo caso o faça.

Os bens abrangidos pela declaração não são apenas os do agente público, mas também os de seus dependentes. Por isso, não adiantará nada o agente colocar os bens decorrentes do enriquecimento ilícito em nome de pessoas que dele dependam, e não em seu nome.

CAPÍTULO V **Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial**

Desde logo, destaca-se que o procedimento na via administrativa não tem idoneidade para ensejar a aplicação de sanções de improbidade. Após o encerramento do processo administrativo, deverá ser ajuizada ação de improbidade administrativa. Na sentença judicial será possível aplicar as sanções da lei de improbidade administrativa.⁸²

Art. 14. *Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.*

82 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

O artigo 14 repete um direito assegurado na Constituição Federal, qual seja o direito de representação, previsto no art. 5º, XXXIV, a: "são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; [...]". Logo, se o art. 14 não existisse, ainda seria possível que o particular representasse o agente público.

§ 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

O §1º delimita o conteúdo da representação que, se não respeitado, será rejeitado pela autoridade administrativa (§2º). Ainda assim, em caso de rejeição, será possível representar ao Ministério Público. Supondo, por exemplo, que a pessoa não queira se identificar - a representação será rejeitada, mas o Ministério Público poderá apurar o fato.

As exigências do §1º servem para evitar denúncias irresponsáveis e coibir acusações levianas. Somente o Ministério Público poderá instaurar procedimento para apurar uma denúncia anônima.

§ 3º Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.

O §3º remete à existência de regras próprias do processo administrativo disciplinar para as diferentes categorias de servidores. Por exemplo, aos servidores públicos federais será aplicada a Lei nº 8.112/90.

Art. 15. *A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.*

Parágrafo único. *O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.*

A lei fala em comissão processante, mas o órgão encarregado do processo de investigação pode receber outra nomenclatura conforme o sistema funcional de cada entidade⁸³.

O importante é saber que este órgão terá que informar ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas a existência do procedimento administrativo apurando o ato de improbidade, que poderão designar representante para acompanhá-lo. O objetivo da lei foi contribuir para a formação da convicção dos representantes destes órgãos desde logo.

83 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

Se existirem indício veementes da prática do ato de improbidade administrativa, a comissão processante poderá representar ao Ministério Público ou ao órgão jurídico da pessoa lesada para que estes postulem o sequestro/arresto de bens do terceiro ou agente que tenham enriquecido ilícitamente.

O arresto parece ser uma medida mais adequada (arts. 813 a 821, CPC), por ser uma garantia geral dos credores, ou seja, por ser mais abrangente.

Vale lembrar a possibilidade prevista no art. 7º desta lei no sentido de representar ao Ministério Público para postular a indisponibilidade de bens.

Este artigo e o artigo 7º abrem possibilidade para que seja tomada qualquer medida cautelar que vise impedir a deterioração e a dilapidação do patrimônio do causador do dano, assegurando sua reparação futura.

O procedimento administrativo se encontra disciplinado dos artigos 14 a 16, encerrando-se neste ponto. A partir daqui, trata-se da ação de improbidade administrativa que deve tramitar na via judicial (artigos 17 e 18).

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

"Ação de improbidade administrativa é aquela que pretende o reconhecimento judicial de condutas de improbidade da Administração, perpetradas por administradores públicos e terceiros, e a consequente aplicação das sanções legais, com o escopo de preservar o princípio da moralidade administrativa. Sem dúvida, cuida-se de poderoso instrumentos de controle judicial sobre atos que a lei caracteriza como de improbidade"⁸⁴.

Caso tenha sido postulada alguma medida cautelar, o prazo para que seja ajuizada a ação de improbidade administrativa é de 30 dias, sob pena de perda da eficácia da medida (bens e verbas são desbloqueados).

A legitimidade ativa é concorrente, porque a ação pode ser proposta tanto pelo Ministério Público quanto pela pessoa jurídica interessada.

A legitimidade passiva é daquele que cometeu o ato de improbidade.

No pedido, se postulará, primeiro, o reconhecimento do ato de improbidade administrativa, depois, a aplicação das sanções cabíveis.

84 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.

Não é permitido fazer acordos porque a apuração do ato de improbidade administrativa é de interesse público, sobre o qual não se pode transacionar. Seria absurdo alguém prejudicar o erário e se livrar da condenação judicial apenas por ter aceitado um acordo quando descoberto seu ato.

§ 2º A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

Caso não tenha sido totalmente recomposto o patrimônio com a ação de improbidade, a Fazenda Pública ajuizará ação própria.

§ 3º No caso de a ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, aplica-se, no que couber, o disposto no § 3º do art. 6º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.

Dispõe o art. 6º, §3º da Lei nº 4.717/65:

A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

Significa que é possível inverter a legitimidade, sendo que a pessoa jurídica inicia o processo como legitimado passivo, mas, como é invertido o interesse processual, passa para o polo ativo. No entanto, como pessoa jurídica não figura como ré de ação de improbidade administrativa, somente cabe a aplicação do dispositivo no sentido de autorizar que a pessoa jurídica reforce o pedido de reconhecimento de improbidade e de aplicação de sanções ao lado do Ministério Público.

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

A atuação do Ministério Público nos processos judiciais pode ser como parte, quando ajuizar a ação, e como fiscal da lei, quando outro legitimado o fizer. No caso, como também a pessoa jurídica de direito público prejudicada pode ajuizar a ação, se o fizer, o Ministério Público atuará como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

§ 5º A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

Tornar o juízo preventivo é assegurar que todas as ações que sejam propostas com mesma causa de pedir (fatos e fundamentos jurídicos) ou mesmo objeto sejam julgadas pelo mesmo juízo. Será preventivo o juízo em que primeiro for proposta a ação.

§ 6º A ação será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições inscritas nos arts. 16 a 18 do Código de Processo Civil.

A ação de improbidade administrativa será instruída com provas do ato de improbidade administrativa praticado, geralmente o processo administrativo que tramitou anteriormente. Todas estas provas serão explicadas, fundamentando porque restou caracterizado o ato de improbidade.

§ 7º Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.

Se a petição inicial preencher os requisitos do parágrafo anterior e os demais requisitos processuais civis, o requerido será notificado para se manifestar por escrito e, se quiser, apresentar documentos.

§ 8º Recebida a manifestação, o juiz, no prazo de trinta dias, em decisão fundamentada, rejeitará a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da impropriedade da ação ou da inadequação da via eleita.

§ 9º Recebida a petição inicial, será o réu citado para apresentar contestação.

Se o juiz se convencer com as informações da manifestação do requerido, rejeitará a ação; se não, receberá definitivamente a petição inicial e determinará a citação do réu para contestar a ação.

§ 10 Da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento.

Agravo de instrumento é o recurso interposto contra decisões que não colocam fim no processo.

§ 11 Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.

Durante o processo o juiz pode perceber que a ação de improbidade administrativa não deveria ter sido aceita, caso em que a extinguirá.

§ 12. Aplica-se aos depoimentos ou inquirições realizadas nos processos regidos por esta Lei o disposto no art. 221, *caput* e § 1º, do Código de Processo Penal.

Dispõem o artigo 221, *caput* e §1º do CPP:

O Presidente e o Vice-Presidente da República, os senadores e deputados federais, os ministros de Estado, os governadores de Estados e Territórios, os secretários de Estado, os prefeitos do Distrito Federal e dos Municípios, os deputados às Assembleias Legislativas Estaduais, os membros do Poder Judiciário, os ministros e juizes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, bem como os do Tribunal Marítimo serão inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o juiz.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente da República, os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal poderão optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhes serão transmitidas por ofício.

Percebe-se que os dispositivos tratam da tomada de depoimentos de determinados agentes públicos.

§ 13. Para os efeitos deste artigo, também se considera pessoa jurídica interessada o ente tributante que figurar no **polo ativo da obrigação tributária de que tratam o § 4º do art. 3º e o art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**

O §4º do artigo 3º mencionado foi vetado. Interpretando o artigo 8º-A, entende-se ser legitimada para propositura da ação a pessoa jurídica de direito público que seria beneficiada pela alíquota que deveria ter sido recolhida na esfera de seu município pois nele que o prestador se encontrava.

Art. 18. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

Na verdade, este dispositivo apenas lembra algumas das sanções que poderão ser aplicadas na sentença da ação de improbidade administrativa. Não significa que as demais sanções previstas nesta lei não sejam aplicáveis.

CAPÍTULO VI **Das Disposições Penais**

Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

A legislação pretende que as denúncias de atos de improbidade administrativas sejam sérias e fundamentadas, não levianas. O art. 19 introduz um tipo penal, ele não faz parte exatamente das outras penalidades da lei, por isso exatamente que está apartado das demais.

Este crime será denunciado e apurado perante um juízo criminal, fora da ação de improbidade administrativa. O artigo 19 é um crime a ser denunciado em ação penal pública proposta pelo Ministério Público, único legitimado.

Na verdade, ele não passa de uma forma específica da denúncia caluniosa do Código Penal.

Art. 339, CP. Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente. Pena - reclusão de 2 a 8 anos e multa.

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

Não cabe, em regra, tomar medida cautelar para suspender direitos políticos e determinar a perda da função pública. O máximo que é possível, visando garantir a instrução processual, é afastar o agente público do exercício do cargo sem prejuízo da remuneração enquanto tramita a ação de improbidade administrativa.

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I - da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento;

II - da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

Não importa se o ato praticado pelo agente não causou dano ao erário, tanto que existem os atos da categoria mais leve (artigo 11).

Também é irrelevante se o Tribunal de Contas aprovou ou rejeitou as contas prestadas pelo agente, embora isto sirva de elemento de prova.

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.

O Ministério Público poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo de ofício, a pedido da autoridade administrativa ou mediante representação.

CAPÍTULO VII **Da Prescrição**

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

Prescrição é um instituto que visa regular a perda do direito de acionar judicialmente.

A ação de improbidade administrativa não poderá ser proposta se: a) prescrição no caso de cargo provisório - passados 5 anos após o término do exercício de mandato, cargo em comissão ou função de confiança pelo réu; b) prescrição no caso de cargo definitivo - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público (por exemplo, na esfera federal, o prazo é de 5 anos a contar da data em que o fato se tornou conhecido).

CAPÍTULO VIII **Das Disposições Finais**

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as Leis n.ºs 3.164, de 1º de junho de 1957, e 3.502, de 21 de dezembro de 1958 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

5.9 SISTEMAS DE CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E SISTEMA DA JURISDIÇÃO UNA.

Sistema administrativo é o regime que um Estado adota para controlar os atos administrativos ilegais ou ilegítimos praticados pela Administração em seus diversos níveis, podendo ser de duas espécies: francês, também conhecido como sistema do **contencioso administrativo**; e inglês, também denominado sistema do controle judicial, judiciário ou da **jurisdição una**.

O **sistema francês** se caracteriza por excluir os atos administrativos da apreciação judicial, sujeitando-os a uma jurisdição especial do contencioso administrativo que é composta por tribunais de caráter administrativo. Neste sistema, se evidencia a **dualidade de jurisdição**, havendo a jurisdição comum composta pelos órgãos do Poder Judiciário que resolve os litígios não abrangidos pelo contencioso administrativo e a jurisdição especial composta apenas por tribunais de natureza administrativa.

Já o **sistema inglês** se caracteriza pela intervenção do Poder Judiciário no controle dos atos administrativos. Desse modo, **a jurisdição é una e apenas o Judiciário possui competência** para resolver todos os litígios, tanto os administrativos quanto os estritamente privados. As decisões do Judiciário, por sua vez, são protegidas pela força da coisa julgada, que impede a rediscussão de matérias já decididas em juízo em seu mérito.

No Brasil adota-se o sistema inglês.

5.10 CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO BRASILEIRO.

O controle judicial é **exercido pelo Judiciário** sobre os atos administrativos praticados pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo ou pelo próprio Poder Judiciário, quando realiza atividades administrativas. Por ele, é possível se decretar a anulação de um ato. Não cabe a revogação, porque significaria análise de mérito, que o Judiciário não pode fazer.

"O controle judicial sobre atos da Administração é **exclusivamente de legalidade**. Significa dizer que o Judiciário tem o poder de confrontar qualquer ato administrativo com a lei ou com a Constituição e verificar se há ou não compatibilidade normativa. Se o ato for contrário à lei ou à Constituição, o Judiciário declarará a sua invalidação de modo a não permitir que continue produzindo efeitos ilícitos. [...] O que é vedado ao Judiciário, como correntemente têm decidido os Tribunais, é apreciar o que se denomina normalmente de mérito administrativo, vale dizer, a **ele é interdito o poder de reavaliar os critérios de conveniência e oportunidade** dos atos, que são privativos do administrador público", sob pena de se violar a cláusula fundamental da separação dos Poderes⁸⁵.

Quanto ao **momento** em que o controle judicial deverá ocorrer, a regra impõe que seja feito de forma **posterior**, quando os atos administrativos já estão produzindo efeitos no mundo jurídico. Em situações **excepcionais** o controle pode ser **prévio**, por exemplo, quando a lei autoriza a concessão de liminar diante de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

Existem **atos que se sujeitam a controle especial**, são eles:

a) **Atos políticos**: não são atos tipicamente administrativos, mas verdadeiros atos de governo, emanados da cúpula política do país, no exercício de competências organizacionais-administrativas constitucionais. A peculiaridade é que o Judiciário não pode controlar os critérios governamentais que direcionam a edição de atos políticos. Contudo, o controle de legalidade e o controle de constitucionalidade são possíveis.

b) **Atos legislativos típicos**: todos os atos que emanam do Poder Legislativo com caráter genérico, abstrato e geral são passíveis de controle. Entretanto, se trata de controle de constitucionalidade, que se sujeita a regras específicas. O sistema brasileiro adota duas vias de realização de tal controle, a via da exceção, com caráter difuso, exercida incidentalmente sem ação específica; e a via da ação, com caráter concentrado, exercida por meio de ações específicas – ação direta de inconstitucionalidade, ação direta de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental.

c) **Atos interna corporis**: são os atos praticados dentro da competência interna e exclusiva dos diversos órgãos do Legislativo e do Judiciário; por exemplo, as competências de elaboração de regimentos internos. Como os atos são internos e exclusivos, não é possível fazer o controle sobre as razões que levaram à elaboração. Contudo, o controle de vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade é plenamente válido.

Conforme prevê o próprio artigo 5º, XXXV, CF, "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Logo, toda ofensa ou ameaça de ofensa a direitos dos administrados é passível de controle judicial. Ciente disso, o legislador cria inúmeros mecanismos específicos para que tal controle seja realizado, como mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de

injunção, *habeas data*, *habeas corpus* e as próprias ações do controle de constitucionalidade. Entretanto, não se trata de rol taxativo de formas pelas quais é possível exercer tais pretensões contra a Administração, porque em tese é possível utilizar qualquer tipo de ação judicial que venha a socorrer adequadamente à inibição de violação ou ameaça a direito pela Administração. Sobre os meios específicos, aponta-se:

a) **Ação popular** (artigo 5º, LXXIII, CF): é instrumento de exercício direto da democracia, permitindo ao cidadão que busque a proteção da coisa pública, ou seja, que vise assegurar a preservação dos interesses transindividuais. Trata-se de ação constitucional, que visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. O legitimado ativo deve ser cidadão, ou seja, aquele nacional que esteja no pleno gozo dos direitos políticos. O legitimado passivo é o ente da Administração Pública, direta ou indireta, ou então a pessoa jurídica que de algum modo lide com a coisa pública. A regulação está na Lei nº 4.717/65.

b) **Ação civil pública** (artigo 129, III, CF): Busca proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros direitos difusos e coletivos. A legitimidade ativa é do Ministério Público, da Defensoria Pública, das pessoas jurídicas da administração direta e indireta e de associação constituída há pelo menos 1 ano em área de pertinência temática. A legitimidade passiva é de qualquer pessoa, física ou jurídica, que tenha cometido dano ou tenha colocado sob ameaça o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros direitos difusos e coletivos. A regulação está na Lei nº 7.437/85.

c) **Habeas corpus** (artigo 5º, LXXVII, CF): ação que serve para proteger a liberdade de locomoção. Apenas serve à lesão ou ameaça de lesão ao direito de ir e vir. Trata-se de ação constitucional de cunho predominantemente penal, pois protege o direito de ir e vir e vai contra a restrição arbitrária da liberdade. Pode ser preventivo, para os casos de ameaça de violação ao direito de ir e vir, conferindo-se um "salvo conduto", ou repressivo, para quando ameaça já tiver se materializado. Legitimado ativo é qualquer pessoa que manejá-lo, em próprio nome ou de terceiro, bem como o Ministério Público (artigo 654, CPP). Impetrante é o que ingressa com a ação e paciente é aquele que está sendo vítima da restrição à liberdade de locomoção. As duas figuras podem se concentrar numa mesma pessoa. Legitimado passivo é pessoa física, agente público ou privado. Está regulamentado nos artigos 647 a 667 do Código de Processo Penal.

d) **Habeas data** (artigo 5º, LXXII, CF): serve para proteção do acesso a informações pessoais constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, para o conhecimento ou retificação (correção). Trata-se de ação constitucional que tutela o acesso a informações pessoais. Legitimado ativo é pessoa física, brasileira ou estrangeira, ou por pessoa jurídica, de direito público ou privado, tratando-se de ação personalíssima – os dados devem ser a respeito da pessoa que a propõe. Legitimados passivos são entidades governamentais

85 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

da Administração Pública Direta e Indireta nas três esferas, bem como instituições, órgãos, entidades e pessoas jurídicas privadas prestadores de serviços de interesse público que possuam dados relativos à pessoa do impetrante. Está regulado pela Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.

e) **Mandado de segurança individual** (artigo 5º, LXIX, CF): Trata-se de remédio constitucional com natureza subsidiária pelo qual se busca a invalidação de atos de autoridade ou a suspensão dos efeitos da omissão administrativa, geradores de lesão a direito líquido e certo, por ilegalidade ou abuso de poder. São protegidos todos os direitos líquidos e certos à exceção da proteção de direitos humanos à liberdade de locomoção e ao acesso ou retificação de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ambos sujeitos a instrumentos específicos. A natureza é de ação constitucional de natureza civil, independente da natureza do ato impugnado (administrativo, jurisdicional, eleitoral, criminal, trabalhista). Pode ser preventivo, quando se estiver na iminência de violação a direito líquido e certo, ou reparatório, quando já consumado o abuso/ilegalidade. Fundamenta-se na existência de direito líquido e certo, que é aquele que pode ser demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória, isto devido à natureza célere e sumária do procedimento. A legitimidade ativa é a mais ampla possível, abrangendo não só a pessoa física como a jurídica, nacional ou estrangeira, residente ou não no Brasil, bem como órgãos públicos despersonalizados e universalidades/pessoas formais reconhecidas por lei. Legitimado passivo é a autoridade coatora deve ser autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Neste viés, o art. 6º, §3º, Lei nº 12.016/09, preceitua que “considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática”. Encontra-se regulamentada pela Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009.

f) **Mandado de segurança coletivo** (artigo 5º, LXX, CF): Visa a preservação ou reparação de direito líquido e certo relacionado a interesses transindividuais (individuais homogêneos ou coletivos), e devido à questão da legitimidade ativa, pertencente a partidos políticos e determinadas associações. Trata-se de ação constitucional de natureza civil, independente da natureza do ato, de caráter coletivo. A legitimidade ativa é de partido político com representação no Congresso Nacional, bem como de organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos que atinjam diretamente seus interesses ou de seus membros. Encontra-se regulamentado pelo artigo 22 da Lei nº 12.016/09, que regulamenta o mandado de segurança individual.

g) **Mandado de injunção** (artigo 5º, LXXI, CF): os dois requisitos constitucionais para que seja proposto o mandado de injunção são a existência de norma constitucional de eficácia limitada que prescreva direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à sobe-

rania e à cidadania; além da falta de norma regulamentadores, impossibilitando o exercício dos direitos, liberdades e prerrogativas em questão. Assim, visa curar o hábito que se incutiu no legislador brasileiro de não regulamentar as normas de eficácia limitada para que elas não sejam aplicáveis. Trata-se de ação constitucional que objetiva a regulamentação de normas constitucionais de eficácia limitada. Legitimado ativo é qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, física ou jurídica, capaz ou incapaz, que titularize direito fundamental não materializável por omissão legislativa do Poder público, bem como o Ministério Público na defesa de seus interesses institucionais. Não se aceita a legitimidade ativa de pessoas jurídicas de direito público. Regulamentado pela Lei nº 13.300/2016.

5.11 CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO: ESPÉCIES E SISTEMAS.

O controle financeiro é uma das espécies de controle parlamentar ou legislativo, ao lado do controle político. No controle financeiro o objeto se relaciona às receitas, às despesas e à gestão dos recursos públicos, enfim, toda matéria que abranja finanças públicas.

Quanto às formas de controle, pode se dar em **controle interno**, sendo que cada Poder possui órgãos internos destinados à verificação dos recursos do erário; ou em **controle externo**, sendo o tipo de controle no âmbito federal feito pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal de Contas da União.

As áreas fiscalizadas são: contábil (registro de receitas e despesas), financeira (depósitos bancários, empenhos, pagamentos e recebimento de valores), orçamentário (orçamento e fiscalização dos registros), operacional (atividades administrativas em geral) e patrimonial (bens públicos).

Em relação à **natureza do controle**, cabe fixar:

- a) Quanto à **legalidade**: verificação do cumprimento da lei;
- b) Quanto à **legitimidade**: trata-se de controle externo de mérito, consistente em verificação ao respeito aos princípios jurídicos da boa administração;
- c) Quanto à **economicidade**: verificação do custo-benefício dos gastos da administração;
- d) Quanto à aplicação de **subvenções**: verificação sobre a correta destinação das verbas previstas no orçamento;
- e) Quanto à renúncia de **receitas**: verificação da validade da postura de renúncia a receitas que o governo deveria receber, devendo sempre ser justificada.

5.12 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E SUAS ATRIBUIÇÕES; ENTENDIMENTOS COM CARÁTER NORMATIVO EXARADOS PELO TCU.

Vide tópico 5.4.

5.13 SISTEMA DE CORREIÇÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL.

DECRETO Nº 5.480, DE 30 DE JUNHO DE 2005.

Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 47 e 50 da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e no art. 30 do Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967,

DECRETA:

Art. 1º São organizadas sob a forma de sistema as atividades de correição do Poder Executivo Federal, a fim de promover sua coordenação e harmonização.

§ 1º O Sistema de Correição do Poder Executivo Federal compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais.

§ 2º A atividade de correição utilizará como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral e o processo administrativo disciplinar.

Art. 2º Integram o Sistema de Correição:

I - a Controladoria-Geral da União, como Órgão Central do Sistema;

II - as unidades específicas de correição para atuação junto aos Ministérios, como unidades setoriais;

III - as unidades específicas de correição nos órgãos que compõem a estrutura dos Ministérios, bem como de suas autarquias e fundações públicas, como unidades seccionais; e

IV - a Comissão de Coordenação de Correição de que trata o art. 3º.

§ 1º As unidades setoriais integram a estrutura da Controladoria-Geral da União e estão a ela subordinadas.

§ 2º As unidades seccionais ficam sujeitas à orientação normativa do Órgão Central do Sistema e à supervisão técnica das respectivas unidades setoriais.

§ 3º Caberá à Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República exercer as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, com exceção da Controladoria-Geral da União e da Agência Brasileira de Inteligência.

§ 4º A unidade de correição da Advocacia-Geral da União vincula-se tecnicamente ao Sistema de Correição.

Art. 3º A Comissão de Coordenação de Correição, instância colegiada com funções consultivas, com o objetivo de fomentar a integração e uniformizar entendimentos dos órgãos e unidades que integram o Sistema de Correição, é composta:

I - pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que a presidirá;

II - pelo Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União;

III - pelo Corregedor-Geral e pelos Corregedores-Gerais Adjuntos do Órgão Central do Sistema;

IV - por três titulares das unidades setoriais; e

V - por três titulares das unidades seccionais.

Parágrafo único. Os membros referidos nos incisos IV e V serão designados pelo titular do Órgão Central do Sistema.

Art. 4º Compete ao Órgão Central do Sistema:

I - definir, padronizar, sistematizar e normatizar, mediante a edição de enunciados e instruções, os procedimentos atinentes às atividades de correição;

II - aprimorar os procedimentos relativos aos processos administrativos disciplinares e sindicâncias;

III - gerir e exercer o controle técnico das atividades correccionais desempenhadas no âmbito do Poder Executivo Federal;

IV - coordenar as atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição;

V - avaliar a execução dos procedimentos relativos às atividades de correição;

VI - definir procedimentos de integração de dados, especialmente no que se refere aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como às penalidades aplicadas;

VII - propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público;

VIII - instaurar sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares, em razão:

a) da inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão ou entidade de origem;

b) da complexidade e relevância da matéria;

c) da autoridade envolvida; ou

d) do envolvimento de servidores de mais de um órgão ou entidade;

IX - requisitar, em caráter irrecusável, servidores para compor comissões disciplinares;

X - realizar inspeções nas unidades de correição;

XI - recomendar a instauração de sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares;

XII - avocar sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares em curso em órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, quando verificada qualquer das hipóteses previstas no inciso VIII, inclusive promovendo a aplicação da penalidade cabível;

XIII - requisitar as sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares julgados há menos de cinco anos por órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, para reexame; e

XIV - representar ao superior hierárquico, para apurar a omissão da autoridade responsável por instauração de sindicância, procedimento ou processo administrativo disciplinar.

§ 1º e § 2º (Revogados).

§ 3º Incluem-se dentre os procedimentos e processos administrativos de instauração e avocação facultadas à Controladoria-Geral da União aqueles objeto do Título V da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Capítulo V

da Lei nº 8.429, de 2 junho de 1992, assim como outros a ser desenvolvidos, ou já em curso, em órgão ou entidade da administração pública federal, desde que relacionados a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público.

§ 4º O julgamento dos processos, procedimentos e sindicâncias resultantes da instauração, avocação ou requisição previstas neste artigo compete:

I - ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, nas hipóteses de aplicação das penas de demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função comissionada;

II - ao Corregedor-Geral, na hipótese de aplicação da pena de suspensão de até trinta dias; e

III - aos Corregedores-Gerais Adjuntos, na hipótese de aplicação da pena de advertência.

Art. 5º Compete às unidades setoriais e seccionais do Sistema de Correição:

I - propor ao Órgão Central do Sistema medidas que visem a definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição;

II - participar de atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;

III - sugerir ao Órgão Central do Sistema procedimentos relativos ao aprimoramento das atividades relacionadas às sindicâncias e aos processos administrativos disciplinares;

IV - instaurar ou determinar a instauração de procedimentos e processos disciplinares, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere o art. 143 da Lei nº 8.112, de 1990;

V - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso;

VI - encaminhar ao Órgão Central do Sistema dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas;

VII - supervisionar as atividades de correição desempenhadas pelos órgãos e entidades submetidos à sua esfera de competência;

VIII - prestar apoio ao Órgão Central do Sistema na instituição e manutenção de informações, para o exercício das atividades de correição; e

IX - propor medidas ao Órgão Central do Sistema visando à criação de condições melhores e mais eficientes para o exercício da atividade de correição.

Art. 6º Compete à Comissão de Coordenação de Correição:

I - realizar estudos e propor medidas que visem à promoção da integração operacional do Sistema de Correição, para atuação de forma harmônica, cooperativa, ágil e livre de vícios burocráticos e obstáculos operacionais;

II - sugerir procedimentos para promover a integração com outros órgãos de fiscalização e auditoria;

III - propor metodologias para uniformização e aperfeiçoamento de procedimentos relativos às atividades do Sistema de Correição;

IV - realizar análise e estudo de casos propostos pelo titular do Órgão Central do Sistema, com vistas à solução de problemas relacionados à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público; e

V - outras atividades demandadas pelo titular do Órgão Central do Sistema.

Art. 7º Para fins do disposto neste Decreto, os Ministros de Estado encaminharão, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo de trinta dias, a contar da publicação deste Decreto, proposta de adequação de suas estruturas regimentais, sem aumento de despesas, com vistas a destinar um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 4, para as respectivas unidades integrantes do Sistema de Correição.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades referidos neste Decreto darão o suporte administrativo necessário à instalação e ao funcionamento das unidades integrantes do Sistema de Correição.

Art. 8º Os cargos dos titulares das unidades setoriais e seccionais de correição são privativos de servidores públicos efetivos, que possuam nível de escolaridade superior e sejam, preferencialmente:

I - graduados em Direito; ou

II - integrantes da carreira de Finanças e Controle.

§ 1º A indicação dos titulares das unidades seccionais será submetida previamente à apreciação do Órgão Central do Sistema de Correição.

§ 2º Ao servidor da administração pública federal em exercício em cargo ou função de corregedoria ou correição são assegurados todos os direitos e vantagens a que faça jus na respectiva carreira, considerando-se o período de desempenho das atividades de que trata este Decreto, para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou emprego que ocupe no órgão ou entidade de origem.

§ 3º A exigência contida no caput deste artigo não se aplica aos titulares das unidades de correição em exercício na data de publicação deste Decreto.

§ 4º Os titulares das unidades seccionais serão nomeados para mandato de dois anos, salvo disposição em contrário na legislação.

Art. 9º O regimento interno da Comissão de Coordenação de Correição será aprovado pelo titular do Órgão Central do Sistema, por proposta do colegiado.

Art. 10. O Órgão Central do Sistema expedirá as normas regulamentares que se fizerem necessárias ao funcionamento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de junho de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

Obs.: O Decreto nº 5.683/2006 foi revogado pelo Decreto nº 8.109/2013, que por sua vez foi revogado pelo Decreto nº 8.910/2016, cujo teor segue abaixo.

DECRETO Nº 8.910, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, em cumprimento à Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG:

I - da extinta Controladoria-Geral da União para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

- a) quatro DAS 101.6;
- b) dezenove DAS 101.5;
- c) oitenta e nove DAS 101.4;
- d) dez DAS 101.3;
- e) cento e setenta DAS 101.2;
- f) quarenta DAS 101.1;
- g) três DAS 102.5;
- h) oito DAS 102.4;
- i) onze DAS 102.3;
- j) doze DAS 102.2;
- k) quarenta e dois DAS 102.1;
- l) vinte e uma FG-1; e
- m) quatorze FG-3; e

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU:

- a) quatro DAS 101.6;
- b) dezenove DAS 101.5;
- c) oitenta e nove DAS 101.4;
- d) dez DAS 101.3;
- e) cento e setenta DAS 101.2;
- f) quarenta DAS 101.1;
- g) três DAS 102.5;
- h) oito DAS 102.4;
- i) onze DAS 102.3;

- j) doze DAS 102.2;
- k) quarenta e dois DAS 102.1;
- l) vinte e uma FG-1; e
- m) quatorze FG-3.

Art. 3º Ficam remanejados, na forma do Anexo IV, em decorrência do disposto no Decreto nº 8.785, de 10 de junho de 2016, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG:

I - do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

- a) noventa e dois DAS 101.2;
- b) um DAS 102.4; e
- c) trinta e sete DAS 102.1; e

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU:

- a) um DAS 101.5;
- b) cinco DAS 101.4;
- c) treze DAS 101.3;
- d) cinquenta e seis DAS 101.1;
- e) três DAS 102.2;
- f) quarenta e três FG-1;
- g) quatro FG-2; e
- h) doze FG-3.

Art. 4º Ficam remanejadas, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, na forma do Anexo V, em cumprimento à Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

- I - oitenta e sete FCPE 101.4;
- II - vinte e duas FCPE 101.3;
- III - setenta e oito FCPE 101.2;
- IV - noventa e seis FCPE 101.1;
- V - dez FCPE 102.3;
- VI - onze FCPE 102.2; e
- VII - três FCPE 102.1.

Parágrafo único. Ficam extintos trezentos e sete cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo V.

Art. 5º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança da Controladoria-Geral da União que passarão não a integrar a Estrutura Regimental do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 6º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação

nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 7º O Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU editará regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de noventa dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU.

Art. 8º O Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE, desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas na Tabela "a" do Anexo II e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo II, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 9º O Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU é responsável pelas seguintes medidas em relação à extinta Controladoria-Geral da União:

- I - a elaboração dos relatórios de gestão;*
- II - o remanejamento dos recursos orçamentários e financeiros, de acordo com as orientações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;*
- III - as transferências de bens patrimoniais; e*
- IV - os atos decorrentes de contratos, convênios e instrumentos congêneres.*

Art. 10. Este Decreto entra em vigor em 13 de dezembro de 2016.

Art. 11. Fica revogado o Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013.

Brasília, 22 de novembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, órgão central do Sistema de Controle Interno, do Sistema de Correição e das unidades de Ouvidoria do Poder Executivo federal, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - adoção das providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública federal;

II - decisão preliminar acerca de representações ou denúncias fundamentadas que receber, indicando as providências cabíveis;

III - instauração de procedimentos e processos administrativos a seu cargo, constituindo comissões, e requisição de instauração daqueles injustificadamente retardados pela autoridade responsável;

IV - acompanhamento de procedimentos e processos administrativos em curso em órgãos ou entidades da administração pública federal;

V - realização de inspeções e advocação de procedimentos e processos em curso na administração pública federal, para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências ou a correção de falhas;

VI - efetivação ou promoção da declaração da nulidade de procedimento ou processo administrativo e, se for o caso, da imediata e regular apuração dos fatos envolvidos nos autos e na nulidade declarada;

VII - requisição de dados, informações e documentos relativos a procedimentos e processos administrativos já arquivados por autoridade da administração pública federal;

VIII - requisição a órgão ou entidade da administração pública federal de informações e documentos necessários a seus trabalhos ou atividades;

IX - requisição a órgãos ou entidades da administração pública federal de servidores ou empregados necessários à constituição de comissões, inclusive as que são objeto do disposto no inciso III, e de qualquer servidor ou empregado indispensável à instrução de processo ou procedimento;

X - proposição de medidas legislativas ou administrativas e sugestão de ações necessárias a evitar a repetição de irregularidades constatadas;

XI - recebimento de reclamações relativas à prestação de serviços públicos, em geral, e apuração do exercício negligente de cargo, emprego ou função na administração pública federal, quando não houver disposição legal que atribua competências específicas a outros órgãos; e

XII - execução das atividades de controladoria no âmbito do Poder Executivo federal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU:

- a) Gabinete;*
- b) Consultoria Jurídica;*
- c) Secretaria-Executiva;*

1. *Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;*

2. *Diretoria de Gestão Interna; e*

3. *Diretoria de Tecnologia da Informação; e*

d) *Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas;*

II - *órgãos específicos singulares:*

a) *Secretaria Federal de Controle Interno:*

1. *Diretoria de Auditoria de Políticas Econômicas e de Produção;*

2. *Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais I;*

3. *Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais II;*

4. *Diretoria de Auditoria de Políticas de Infraestrutura;*

5. *Diretoria de Auditoria de Governança e Gestão;*

6. *Diretoria de Auditoria de Estatais; e*

7. *Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle;*

b) *Ouvidoria-Geral da União;*

c) *Corregedoria-Geral da União:*

1. *Corregedoria-Adjunta da Área Econômica;*

2. *Corregedoria-Adjunta da Área de Infraestrutura; e*

3. *Corregedoria-Adjunta da Área Social; e*

d) *Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção:*

1. *Diretoria de Transparência e Controle Social; e*

2. *Diretoria de Promoção da Integridade e Cooperação Internacional;*

III - *unidades descentralizadas: Controladorias Regionais da União nos Estados; e*

IV - *órgãos colegiados:*

a) *Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção;*

b) *Comissão de Coordenação de Controle Interno; e*

c) *Comissão de Coordenação de Correição.*

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I

Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU

Art. 3º Ao Gabinete compete:

I - *assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, nas relações públicas e no preparo e despacho de seu expediente pessoal e de sua pauta de audiências;*

II - *apoiar a realização de eventos dos quais o Ministro de Estado participe com representações e autoridades nacionais e estrangeiras;*

III - *planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social e publicidade institucional do Ministério;*

IV - *acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério em tramitação no Congresso Nacional e coordenar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados;*

V - *assistir o Ministro de Estado nos temas relacionados à área internacional de interesse do Ministério; e*

VI - *exercer outras atribuições cometidas pelo Ministro de Estado.*

Art. 4º À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:

I - *prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;*

II - *fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;*

III - *atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;*

IV - *realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;*

V - *assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério;*

VI - *examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:*

a) *os textos de editais de licitação e de contratos ou instrumentos congêneres; e*

b) *os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida a dispensa de licitação.*

Art. 5º À Secretaria-Executiva compete:

I - *assistir o Ministro de Estado na supervisão e na coordenação das atividades das unidades integrantes do Ministério;*

II - *auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações das áreas de competência das unidades do Ministério;*

III - *assistir o Ministro de Estado na coordenação dos processos de planejamento estratégico, organização e avaliação institucional;*

IV - *supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de modernização administrativa e as relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de pessoal civil e de serviços gerais;*

V - *providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público e auxiliar o Gabinete na resposta aos requerimentos do Congresso Nacional;*

VI - *supervisionar e coordenar os estudos atinentes à elaboração de atos normativos relacionados às funções do Ministério;*

VII - *supervisionar e coordenar a atuação das unidades do Ministério nas negociações dos acordos de leniência; e*

VIII - *exercer outras atribuições cometidas pelo Ministro de Estado.*

Art. 6º À Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional compete:

I - *assessorar o Secretário-Executivo no desenvolvimento, na implementação e no acompanhamento de projetos e ações estratégicas para o Ministério;*

II - *formular e implementar estratégias e mecanismos de integração, desenvolvimento e fortalecimento institucional;*

III - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e dos programas anuais e plurianuais do Ministério e acompanhar sua execução;

IV - coordenar, em articulação com a Diretoria de Gestão Interna, a elaboração de relatórios de atividades, inclusive do relatório anual de gestão;

V - planejar, coordenar e supervisionar a sistematização, a padronização e a implementação de técnicas e instrumentos de gestão e melhoria de processos;

VI - disponibilizar informações gerenciais, a fim de oferecer suporte ao processo decisório e à supervisão ministerial;

VII - proceder à articulação institucional para formulação e coordenação de estratégias sobre assuntos específicos, determinados pelo Secretário-Executivo; e

VIII - auxiliar o Secretário-Executivo na promoção da gestão estratégica do Ministério.

Art. 7º À Diretoria de Gestão Interna compete:

I - planejar, coordenar e executar as atividades de gestão de pessoas, materiais, logística e orçamento e finanças do Ministério;

II - promover a elaboração e a consolidação dos planos e dos programas do Ministério e acompanhar sua execução, em articulação com a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;

III - planejar, coordenar e executar as atividades de gestão documental e bibliográfica do Ministério;

IV - elaborar estudos em parceria com as demais unidades do Ministério e propor medidas relacionadas às necessidades de adequação e expansão de seu quadro funcional e de sua infraestrutura física; e

V - coordenar e acompanhar as atividades administrativas das unidades descentralizadas do Ministério.

Art. 8º À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - propor as diretrizes, as normas e os procedimentos para orientar e disciplinar a utilização dos recursos relacionados à tecnologia da informação do Ministério e verificar seu cumprimento;

II - promover, em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Ministério, estudo prévio de viabilidade e de exequibilidade de desenvolvimento, contratação e manutenção das soluções de tecnologia e dos sistemas de informação;

III - disponibilizar e incentivar o uso de soluções de tecnologia e sistemas de informação no âmbito do Ministério;

IV - manter o controle patrimonial do parque de informática do Ministério, em articulação com a Diretoria de Gestão Interna;

V - propor políticas de segurança da informação e verificar a eficiência das ações implementadas do Ministério; e

VI - promover a identificação de novas tecnologias voltadas à área de tecnologia da informação.

Art. 9º À Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas compete:

I - assessorar o Ministro de Estado e as unidades finalísticas do Ministério por meio de coleta, busca e tratamento de informações de natureza estratégica para sua atuação, com emprego intensivo de recursos de tecnologia da informação e de atividades de investigação e inteligência;

II - subsidiar as atividades desenvolvidas pelo Ministério e antecipar, em situações críticas, o encaminhamento preventivo de soluções e o apoio à tomada de decisão;

III - manter intercâmbio com órgãos e entidades do Poder Público e com instituições privadas, inclusive em âmbito internacional, que realizem atividades de investigação e inteligência, a fim de compartilhar técnicas e melhores práticas e de cruzamento de dados e informações;

IV - executar atividades de investigação e inteligência, inclusive com emprego de técnicas operacionais, inspeções e análises, com vistas à coleta e busca de dados que permitam produzir informações estratégicas para subsidiar as atividades do órgão central e das unidades regionais do Ministério;

V - requisitar dados e informações a agentes, órgãos e entidades públicas e privadas que gerenciem recursos públicos federais para subsidiar a produção de informações estratégicas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Ministério;

VI - solicitar às unidades do Ministério dados e informações que subsidiem e complementem atividades de investigação e inteligência;

VII - orientar, capacitar e subsidiar o órgão central e as unidades regionais do Ministério no desenvolvimento das atividades de investigação e inteligência;

VIII - proceder ao exame das declarações de bens e renda dos servidores públicos federais, e instaurar, quando verificados indícios de evolução patrimonial sem causa, procedimento de investigação preliminar para apurar eventual enriquecimento ilícito;

IX - acompanhar e analisar a evolução patrimonial dos agentes públicos do Poder Executivo federal, na forma estabelecida pelo Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005;

X - coordenar, no âmbito do Ministério, o atendimento a demandas provenientes da Casa Civil da Presidência da República, visando a subsidiar a análise prévia das pessoas indicadas para nomeações e designações no âmbito do Poder Executivo federal;

XI - identificar, avaliar e propor soluções de tecnologia para as atividades de pesquisa e investigação na área de produção de informação estratégica;

XII - realizar monitoramento contínuo dos gastos públicos por meio de técnicas e ferramentas de análise aplicadas às bases de dados governamentais; e

XIII - auxiliar no planejamento das atividades finalísticas do Ministério com o fornecimento de informações estratégicas oriundas dos trabalhos de análise de dados, monitoramento dos gastos e investigação.

Seção II

Dos órgãos específicos singulares

Art. 10. À Secretaria Federal de Controle Interno compete:

I - exercer as atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal;

II - propor ao Ministro de Estado a normatização, a sistematização e a padronização dos procedimentos operacionais dos órgãos e das unidades integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal;

III - coordenar as atividades que exijam ações integradas dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal;

IV - auxiliar o Ministro de Estado na supervisão técnica das atividades desempenhadas pelos órgãos e pelas unidades integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal;

V - subsidiar o Ministro de Estado na verificação da consistência dos dados contidos no relatório de gestão fiscal previsto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

VI - auxiliar o Ministro de Estado na elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, conforme disposto no art. 84, caput, inciso XXIV, Constituição;

VII - avaliar o desempenho e supervisionar a consolidação dos planos de trabalho das unidades de auditoria interna das entidades da administração pública federal indireta;

VIII - verificar a observância dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;

IX - verificar o cumprimento dos limites de despesa com pessoal e avaliar a adoção de medidas para a eliminação do percentual excedente, nos termos dos art. 22 e art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - verificar a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata o art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XI - verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, consideradas as restrições constitucionais e aquelas da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XII - avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias;

XIII - avaliar a execução dos orçamentos da União;

XIV - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos da União, quanto ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento;

XV - fornecer informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União;

XVI - realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados e sobre a aplicação de subvenções e renúncia de receitas;

XVII - realizar atividades de auditoria interna e fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, de recursos externos e demais sistemas administrativos e operacionais de órgãos e entidades sob sua jurisdição e propor melhorias e aprimoramentos na gestão de riscos e nos controles internos da gestão;

XVIII - apurar, em articulação com a Corregedoria-Geral da União e com a Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas, atos ou fatos ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais;

XIX - determinar a instauração de tomadas de contas especiais e promover o seu registro para fins de acompanhamento;

XX - zelar pela observância ao disposto no art. 29 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, por meio da supervisão e da coordenação da atualização e da manutenção dos dados e dos registros pertinentes;

XXI - promover capacitação nas áreas de controle, auditoria e fiscalização, sob a orientação da Secretaria-Executiva;

XXII - planejar, coordenar, supervisionar e realizar auditorias e fiscalizações e atuar em conjunto com outros órgãos na defesa do patrimônio público; e

XXIII - apoiar, no âmbito de suas competências, as comissões de negociação de acordos de leniência.

Art. 11. Às Diretorias de Auditoria de Políticas Econômicas e de Produção, de Políticas Sociais I, de Políticas Sociais II, de Políticas de Infraestrutura, de Governança e Gestão e de Estatais compete realizar as atividades de auditoria e fiscalização da execução dos programas e das ações governamentais e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal, nas suas respectivas áreas, e:

I - à Diretoria de Auditoria de Políticas Econômicas e de Produção:

a) verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, previsto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) consolidar as informações que compõem o relatório de atividades do Poder Executivo federal e monitorar o processo de elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, conforme disposto no art. 84, caput, inciso XXIV, da Constituição; e

c) monitorar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União constantes do parecer prévio sobre a prestação de contas anual do Presidente da República;

II - à Diretoria de Auditoria de Governança e Gestão:

a) realizar auditorias e fiscalizações nos processos e sistemas de administração e pagamento de pessoal, de planejamento e orçamento, de transferências voluntárias, de licitações e de serviços gerais;

b) orientar e acompanhar as atividades de verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão e ao desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões na administração pública federal direta, autárquica e fundacional e às admissões e aos desligamentos nas empresas públicas e sociedades de economia mista;

c) verificar, certificar e controlar as tomadas de contas especiais; e

d) executar, orientar e acompanhar auditorias e fiscalizações relacionadas aos temas de recursos externos, obras públicas, tecnologia da informação e logística; e

III - à Diretoria de Auditoria de Estatais: realizar auditorias e fiscalizações em empresas estatais.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput não se aplica aos órgãos e às entidades da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa.

Art. 12. À Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle compete:

I - coordenar as ações relacionadas ao planejamento estratégico e operacional das atividades da Secretaria Federal de Controle Interno;

II - aferir a qualidade e gerenciar a capacitação instrumental dos trabalhos de auditoria e fiscalização;

III - apoiar o Secretário Federal de Controle Interno na coordenação das ações de controle que envolvam mais de uma Diretoria;

IV - apoiar o Secretário Federal de Controle Interno na coordenação das ações de controle que exijam articulação com unidades regionais ou órgãos externos; e

V - coordenar o aprimoramento, a padronização e a instrumentalização dos processos de trabalho da Secretaria Federal de Controle Interno.

Art. 13. À Ouvidoria-Geral da União compete:

I - realizar a coordenação técnica das atividades de ouvidoria no Poder Executivo federal e sugerir a expedição de atos normativos e de orientações;

II - receber e analisar denúncias, reclamações, solicitações, elogios, sugestões e pedidos de acesso à informação direcionados ao Ministério e encaminhá-los, conforme a matéria, ao órgão ou à entidade competente;

III - monitorar, para fins estatísticos, a atuação das ouvidorias federais no tratamento das manifestações recebidas;

IV - assistir o Ministro de Estado na deliberação dos recursos previstos no parágrafo único do art. 21 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

V - apreciar e decidir os recursos de que trata o art. 23 do Decreto nº 7.724, de 2012;

VI - acompanhar, em articulação com as demais unidades do Ministério, o cumprimento das decisões de que trata os art. 23 e art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012;

VII - promover a conciliação e a mediação na resolução de conflitos evidenciados no desempenho das atividades de ouvidoria entre cidadãos e órgãos, entidades ou agentes do Poder Executivo federal;

VIII - receber e analisar as manifestações referentes a serviços públicos prestados pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo federal, propor e monitorar a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões na prestação desses serviços;

IX - promover capacitação relacionada a atividades de ouvidoria no âmbito do Poder Executivo federal;

X - produzir estatísticas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo federal;

XI - promover a articulação com órgãos, entidades e organismos nacionais e internacionais que atuem nas unidades de sua competência; e

XII - promover formas de participação popular no acompanhamento e na fiscalização da prestação dos serviços públicos.

Art. 14. À Corregedoria-Geral da União compete:

I - exercer as atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo federal;

II - fiscalizar a efetividade da aplicação das leis de responsabilização administrativa de servidores, empregados públicos e entes privados;

III - fomentar a implementação e o desenvolvimento da atividade correcional no âmbito do Poder Executivo federal;

IV - propor ações de cooperação técnica com os demais entes federativos, com a sociedade civil e com as empresas estatais;

V - formular, coordenar, fomentar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e normas voltados à atividade correcional e de responsabilização administrativa de entes privados;

VI - promover, coordenar e fomentar a realização de estudos e pesquisas, com vistas à produção e à disseminação do conhecimento nas áreas disciplinar e de responsabilização administrativa de entes privados;

VII - analisar, mediante consulta às demais unidades do Ministério, as representações e as denúncias apresentadas contra servidores, empregados públicos e entes privados;

VIII - instruir procedimentos disciplinares e de responsabilização administrativa de entes privados, com recomendação de adoção das medidas ou sanções pertinentes;

IX - determinar a instauração ou instaurar procedimentos disciplinares ou de responsabilização administrativa de entes privados, de ofício ou em razão de representações e denúncias contra servidores, empregados públicos e entes privados;

X - propor a avocação e revisar, quando necessário, procedimentos disciplinares ou de responsabilização administrativa de entes privados conduzidos por órgãos ou entidades do Poder Executivo federal;

XI - na hipótese de omissão de Ministro de Estado ou de autoridade subordinada diretamente ao Presidente da República, propor ao Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU que represente ao Presidente da República para apurar a responsabilidade;

XII - instaurar, de ofício, procedimento disciplinar nos casos de omissão das autoridades diversas daquelas previstas no inciso XI;

XIII - apurar a responsabilidade de agentes públicos pelo descumprimento injustificado de recomendações do controle interno e das decisões do controle externo;

XIV - realizar inspeções correcionais e visitas técnicas nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo federal;

XV - verificar a regularidade dos procedimentos disciplinares e de responsabilização administrativa de entes privados instaurados no âmbito do Poder Executivo federal;

XVI - propor a requisição de empregados e servidores públicos federais para constituição de comissões de procedimentos disciplinares ou de responsabilização administrativa de entes privados;

XVII - requisitar a órgãos e entidades públicas e solicitar a pessoas naturais e jurídicas de direito privado documentos e informações necessários à instrução de procedimentos em curso no Ministério;

XVIII - requerer perícias a órgãos e entidades da administração pública federal;

XIX - promover capacitação de servidores e empregados públicos em matéria disciplinar e de responsabilização administrativa de entes privados e em outras atividades de correição, sob orientação da Secretaria-Executiva;

XX - gerir cadastros de empresas, entidades e pessoas naturais sancionadas e os demais relacionados à atividade correcional; e

XXI - apoiar, no âmbito de suas competências, as comissões de negociação de acordos de leniência.

Art. 15. *Às Corregedorias Adjuntas das Áreas Econômica, de Infraestrutura e Social, nas suas respectivas áreas, compete apurar irregularidades ocorridas em órgãos e entidades, acompanhar e conduzir procedimentos correccionais e coordenar as atividades das corregedorias setoriais que atuem junto aos Ministérios.*

Art. 16. *À Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção compete:*

I - formular, coordenar, fomentar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e normas voltados à prevenção da corrupção e à promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social na administração pública federal;

II - estimular e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e normas voltados à prevenção da corrupção e ao fortalecimento da transparência, da integridade e da conduta ética no setor privado e na sua relação com o setor público;

III - promover, coordenar e fomentar a realização de estudos e pesquisas, com vistas à produção e à disseminação do conhecimento nas áreas de prevenção da corrupção, promoção da transparência, acesso à informação, conduta ética, integridade e controle social;

IV - promover a articulação com órgãos, entidades e organismos nacionais e internacionais que atuem no campo da prevenção da corrupção, de promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social;

V - participar em fóruns ou organismos nacionais e internacionais relacionados ao enfrentamento e à prevenção da corrupção, à promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social;

VI - gerenciar, acompanhar e avaliar os programas de cooperação internacional e os compromissos e as convenções internacionais assumidos pela União relacionados aos assuntos de sua competência;

VII - promover e monitorar o cumprimento do disposto nos art. 68 e art. 69 do Decreto nº 7.724, de 2012, em articulação com as demais unidades do Ministério; e

VIII - apoiar, no âmbito de suas competências, as comissões de negociação de acordos de leniência.

Parágrafo único. *As ações desenvolvidas pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção relativas à conduta ética devem observar as competências da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.*

Art. 17. *À Diretoria de Transparência e Controle Social compete:*

I - promover a articulação com órgãos e entidades federais com vistas à elaboração e à implementação de políticas de transparência e governo aberto;

II - executar o disposto nos art. 68 e art. 69 do Decreto nº 7.724, de 2012, em articulação com as unidades do Ministério, observadas as competências dos demais órgãos e entidades;

III - apoiar e orientar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na implementação de políticas e programas de prevenção da corrupção, de promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social;

IV - propor e coordenar a realização de ações que estimulem a participação dos cidadãos no controle social;

V - gerir o sistema eletrônico específico para registro de pedidos de acesso à informação estabelecido pelo Decreto nº 7.724, de 2012; e

VI - gerir o Portal da Transparência do Governo Federal.

Art. 18. *À Diretoria de Promoção da Integridade e Cooperação Internacional compete:*

I - desenvolver, apoiar e fomentar iniciativas para incrementar a integridade nos setores público e privado;

II - promover, apoiar e disseminar estudos e pesquisas sobre metodologias e instrumentos voltados ao fortalecimento dos sistemas de integridade da administração pública federal;

III - propor e desenvolver, em articulação com as demais unidades do Ministério, medidas para identificar e prevenir situações que configurem conflito de interesses, na forma da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013; e

IV - gerenciar, acompanhar e avaliar os programas de cooperação internacional e os compromissos e as convenções internacionais assumidos pelo País, inseridos em assuntos do Ministério.

Seção III **Das unidades descentralizadas**

Art. 19. *Às Controladorias Regionais da União nos Estados, subordinadas à Secretaria-Executiva, compete desempenhar, sob a supervisão técnica das unidades centrais, as atribuições estabelecidas em regimento interno.*

Seção IV **Dos órgãos colegiados**

Art. 20. *Ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 4.923, de 18 de dezembro de 2003.*

Art. 21. *À Comissão de Coordenação de Controle Interno cabe exercer as competências estabelecidas no art. 10 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.*

Art. 22. *À Comissão de Coordenação de Correição cabe exercer as competências estabelecidas no art. 6º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.*

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Secretário-Executivo

Art. 23. Ao Secretário-Executivo compete:

I - coordenar e consolidar os planos e projetos do Ministério;

II - planejar, dirigir, orientar, avaliar e controlar a execução dos projetos e das atividades supervisionados pela Secretaria-Executiva;

III - supervisionar e coordenar a articulação das unidades do Ministério com os órgãos da Presidência da República, da Vice-Presidência da República, da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista e das suas subsidiárias ou controladas;

IV - supervisionar o planejamento e a execução das atividades de orçamento e dos assuntos administrativos do Ministério;

V - exercer as atividades de supervisão e coordenação das unidades integrantes da estrutura do Ministério;

VI - determinar a instauração de procedimento correcional e de ações de controle; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Seção II
Dos demais dirigentes

Art. 24. Ao Chefe de Gabinete do Ministro, ao Consultor Jurídico, ao Secretário Federal de Controle Interno, ao Ouvidor-Geral, ao Corregedor-Geral, ao Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, aos Diretores e aos demais dirigentes cabe planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades de suas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. As requisições de pessoal para ter exercício no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU serão feitas pelo Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Parágrafo único. As requisições de que trata o caput são irrecusáveis, por tempo indeterminado, e deverão ser prontamente atendidas, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 26. Aos servidores, aos militares e aos empregados públicos de qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, colocados à disposição do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, são assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou na entidade de origem, inclusive a promoção funcional.

§ 1º O servidor ou o empregado público requisitado continuará contribuindo para a instituição de previdência a que for filiado, sem interrupção da contagem de tempo de serviço no órgão ou na entidade de origem.

§ 2º O período em que o servidor ou o empregado público permanecer à disposição do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU será considerado, para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou no emprego que ocupe no órgão ou na entidade de origem.

Art. 27. O desempenho de cargo em comissão ou de função de confiança no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.

Art. 28. Ficam mantidas no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU as Gratificações de Representação da Presidência da República alocadas à Controladoria-Geral da União da Presidência da República em 30 de setembro de 2016.

O decreto ainda é composto pelos anexos II, III e IV, cujo caráter é meramente numérico, distribuindo os cargos conforme as disposições aqui transcritas. Para acessar as tabelas, caso seja de interesse, coloca-se o link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8910.htm#art11

O Decreto nº 7.128/2010 apenas fez alterações no Decreto nº 5.480/2005, as quais já foram transcritas acima, pois o texto já foi colocado atualizado neste material.

PORTARIA CGU Nº 335, DE 30 DE MAIO DE 2006

Regulamenta o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

O MINISTRO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA, Interino, no uso da competência que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em conta o disposto no art. 10 do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e no Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006, resolve:

Art. 1º O Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, submete-se à regras estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2º O Sistema de Correição do Poder Executivo Federal é composto pela Controladoria-Geral da União, como Órgão Central; unidades específicas de correição para atuação junto aos Ministérios, como unidades setoriais; unidades específicas de correição nos órgãos que compõem a estrutura

ra dos Ministérios, bem como suas autarquias e fundações públicas, como unidades seccionais; e, Comissão de Coordenação e Correição, como instância colegiada com funções consultivas, com o objetivo de fomentar a integração e uniformizar entendimentos dos órgãos e unidades que integram o Sistema.

Art. 3º O Sistema de Correição do Poder Executivo Federal compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correcionais.

Parágrafo único. A atividade de correição utilizará como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral e o processo administrativo disciplinar.

Art. 4º Para os fins desta Portaria, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - investigação preliminar: procedimento sigiloso, instaurado pelo Órgão Central e pelas unidades setoriais, com objetivo de coletar elementos para verificar o cabimento da instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

II - sindicância investigativa ou preparatória: procedimento preliminar sumário, instaurada com o fim de investigação de irregularidades funcionais, que precede ao processo administrativo disciplinar, sendo prescindível de observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III - sindicância acusatória ou punitiva: procedimento preliminar sumário, instaurada com fim de apurar irregularidades de menor gravidade no serviço público, com caráter eminentemente punitivo, respeitados o contraditório, a oportunidade de defesa e a estrita observância do devido processo legal;

IV - processo administrativo disciplinar: instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor público federal por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido;

V - sindicância patrimonial: procedimento investigativo, de caráter sigiloso e não-punitivo, destinado a apurar indícios de enriquecimento ilícito por parte de agente público federal, à vista da verificação de incompatibilidade patrimonial com seus recursos e disponibilidades;

VI - inspeção: procedimento administrativo destinado a obter diretamente informações e documentos, bem como verificar o cumprimento de recomendações ou determinações de instauração de sindicância, inclusive patrimonial, e processos administrativos disciplinares, a fim de aferir a regularidade, a eficiência e a eficácia dos trabalhos.

Art. 5º No âmbito do Órgão Central e das unidades setoriais, a apuração de irregularidades será realizada por meio de investigação preliminar, sindicância, inclusive patrimonial, e processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Nas unidades seccionais, a apuração de irregularidades observará as normas internas acerca da matéria.

Art. 6º A investigação preliminar é procedimento administrativo sigiloso, desenvolvido no âmbito do Órgão Central e das unidades setoriais, com objetivo de coletar elementos para verificar o cabimento da instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, e será iniciada mediante determinação do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, do Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, do Corregedor-Geral ou dos Corregedores-Gerais Adjuntos.

§ 1º A investigação preliminar será realizada de ofício ou com base em denúncia ou representação recebida que deverá ser fundamentada, contendo a narrativa dos fatos em linguagem clara e objetiva, com todas as suas circunstâncias, a individualização do servidor público envolvido, acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade imputada.

§ 2º A denúncia que não observar os requisitos e formalidades prescritas no parágrafo anterior será arquivada de plano, salvo se as circunstâncias sugerirem a apuração de ofício.

§ 3º A denúncia cuja autoria não seja identificada, desde que fundamentada e uma vez que contenha os elementos indicados no § 1º, poderá ensejar a instauração de investigação preliminar.

Art. 7º O titular da unidade setorial assegurará à investigação preliminar o sigilo que se faça necessário à elucidação do fato ou que decorra de exigência do interesse público.

Art. 8º A investigação preliminar deverá ser concluída no prazo de sessenta dias, sendo admitida prorrogação por igual período.

Art. 9º Ao final da investigação preliminar, não sendo caso de arquivamento, o titular da unidade setorial deverá instaurar ou determinar a abertura de sindicância, inclusive patrimonial, ou de processo administrativo disciplinar.

§ 1º O arquivamento de investigação preliminar iniciada no Órgão Central ou nas unidades setoriais será determinado pelo Corregedor-Geral, podendo essa atribuição ser objeto de delegação, vedada a subdelegação. (§1º alterado pela Portaria nº 1.099, de 6 de agosto de 2007)

§ 2º A decisão que determinar o arquivamento da investigação preliminar deverá ser devidamente fundamentada e se fará seguir de comunicação às partes interessadas.

Art. 10. A apuração de responsabilidade, no âmbito do Órgão Central e das unidades setoriais, por falta funcional praticada por servidor público, será realizada mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Nas unidades seccionais, a apuração de responsabilidade deverá observar as normas internas a respeito do regime disciplinar e aplicação de penalidades.

Art. 11. No âmbito do Órgão Central e das unidades setoriais, a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar caberá ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, ao Secretário-Executivo, ao Corregedor-Geral e aos Corregedores Setoriais, conforme o nível do cargo, emprego ou função do servidor ou empregado a ser investigado.

§ 1º A sindicância e o processo administrativo disciplinar poderão ser diretamente instaurados ou avocados, a qualquer tempo, em razão de:

- I - omissão da autoridade responsável;
- II - inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão de origem;
- III - complexidade, relevância da matéria e valor do dano ao patrimônio público;
- IV - autoridade envolvida;
- V - envolvimento de servidores de mais de um órgão ou entidade; ou
- VI - descumprimento injustificado de recomendações ou determinações do Órgão Central do Sistema de Correição, bem como dos órgãos do Sistema de Controle Interno e de decisões do controle externo.

§ 2º O Corregedor-Geral poderá, de ofício ou mediante proposta, a qualquer tempo, avocar sindicância ou processo administrativo disciplinar em curso na Administração Pública Federal, para verificar a sua regularidade ou corrigir-lhe o andamento.

§ 3º Na hipótese de avocação de sindicância ou processo administrativo disciplinar, observar-se-ão, quanto ao julgamento, as atribuições previstas nesta Portaria.

§ 4º Compete ao Corregedor-Geral a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, ou, conforme o caso, propor ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência que represente ao Presidente da República, para apurar a responsabilidade de autoridade que se tenha omitido na instauração de processo disciplinar.

Art. 12. As comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar instauradas pelo Órgão Central e pelas unidades setoriais serão constituídas, de preferência, com servidores estáveis lotados na Corregedoria-Geral da União.

§ 1º No caso de sindicância meramente investigativa ou preparatória, o procedimento poderá ser instaurado com um ou mais servidores.

§ 2º No caso de sindicância acusatória ou punitiva a comissão deverá ser composta por dois ou mais servidores estáveis.

§ 3º A comissão de processo administrativo disciplinar deverá ser constituída por três servidores estáveis, nos termos do art. 149 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 4º O Corregedor-Geral poderá propor ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência a requisição de servidores públicos federais necessários à constituição de comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar.

Art. 13. As unidades setoriais, tão logo instaurem procedimentos disciplinares, remeterão à Corregedoria-Geral cópia da portaria de instauração, sem prejuízo da adoção dos demais controles internos da atividade correcional.

Art. 14. A Corregedoria-Geral deverá acompanhar e avaliar as atividades correcionais das unidades setoriais, notadamente quanto aos prazos e adequação às normas, instruções e orientações técnicas.

Art. 15. As sindicâncias e os processos administrativos disciplinares cujas instaurações decorram de ato da Corregedoria-Geral da União e das unidades setoriais serão julgados:

I - pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, nas hipóteses de aplicação das penas de demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função comissionada;

II - pelo Corregedor-Geral, na hipótese de aplicação da pena de suspensão de até trinta dias;

III - pelos Corregedores-Gerais Adjuntos, na hipótese de aplicação da pena de advertência ou arquivamento.

§ 1º A autoridade julgadora deverá ser de cargo ou função de nível hierárquico equivalente ou superior ao do servidor sob julgamento.

§ 2º Os Corregedores-Gerais Adjuntos, tão logo julguem os procedimentos disciplinares, remeterão à Corregedoria-Geral cópia da decisão proferida.

§ 3º Das decisões dos Corregedores-Gerais Adjuntos e do Corregedor-Geral caberá, nos termos do art. 107 da Lei 8.112, de 1990, recurso, respectivamente, ao Corregedor-Geral e ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência.

§ 4º Sem prejuízo dos eventuais recursos, caberá, ainda, da decisão, pedido de reconsideração à autoridade que a houver expedido, não podendo ser renovado, no prazo de cinco dias e decidido dentro de trinta dias, nos moldes do artigo 106, da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 5º O prazo para conclusão da sindicância não excederá trinta dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade instauradora.

§ 6º O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá sessenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 16. A sindicância patrimonial constitui procedimento investigativo, de caráter sigiloso e não punitivo, destinado a apurar indícios de enriquecimento ilícito por parte de agente público federal, a partir da verificação de incompatibilidade patrimonial com seus recursos e disponibilidades, e será iniciada mediante determinação do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, do Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, do Corregedor-Geral ou dos Corregedores-Gerais Adjuntos;

§ 1º A sindicância patrimonial será realizada de ofício ou com base em denúncia ou representação recebida.

§ 2º A autoridade instauradora da sindicância patrimonial, deverá ser de cargo ou função de nível hierárquico equivalente ou superior ao do servidor ou empregado sob julgamento.

§ 3º Aplica-se à denúncia ou representação o disposto nos § 1º, § 2º e § 3º do art. 6º desta Portaria.

Art. 17. O procedimento de sindicância patrimonial será conduzido por comissão constituída por dois ou mais servidores efetivos ou empregados públicos de órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

Art. 18. Para a instrução do procedimento, a comissão efetuará as diligências necessárias à elucidação do fato, ouvirá o sindicado e as eventuais testemunhas, carreará para os autos a prova documental existente e solicitará, se necessário, o afastamento de sigilos e a realização de perícias.

§ 1º As consultas, requisições de informações e documentos necessários à instrução da sindicância, quando dirigidas à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, deverão ser feitas por intermédio dos Corregedores-Gerais Adjuntos, observado o dever da comissão de, após a transferência, assegurar a preservação do sigilo fiscal.

§ 2º A solicitação de afastamento de sigilo bancário deve ser encaminhada à Advocacia-Geral da União, com as informações e documentos necessários para o exame de seu cabimento.

§ 3º A comissão deverá solicitar do sindicado, sempre que possível, a renúncia expressa aos sigilos fiscal e bancário, com a apresentação das informações e documentos necessários para a instrução do procedimento.

Art. 19. O prazo para a conclusão do procedimento de sindicância patrimonial será de trinta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, podendo ser prorrogado, por igual período ou por período inferior, pela autoridade instauradora, desde que justificada a necessidade.

§ 1º Concluídos os trabalhos da sindicância patrimonial, a comissão responsável por sua condução produzirá relatório sobre os fatos apurados, opinando pelo seu arquivamento ou, se for o caso, pela instauração de processo administrativo disciplinar.

§ 2º Os procedimentos instaurados no Órgão Central e nas unidades setoriais serão encaminhados ao Corregedor-Geral, que proferirá decisão no feito ou, conforme o nível do cargo ou emprego do servidor ou empregado envolvido, encaminhará os autos ao Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União ou Ministro de Estado do Controle e da Transparência, para decisão.

§ 3º A decisão, devidamente fundamentada, deverá, assim que proferida, ser imediatamente encaminhada, para conhecimento e adoção das providências cabíveis, ao Ministério Público Federal, à Advocacia-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União, à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Art. 20. A inspeção constitui procedimento administrativo destinado a obter diretamente informações e documentos, bem como verificar o cumprimento de recomendações ou determinações de instauração de sindicância, inclusive patrimonial, e de processos administrativos disciplinares, a fim de aferir a regularidade, a eficiência e a eficácia dos trabalhos.

Parágrafo único. A inspeção será realizada:

I - pelo Órgão Central, nas unidades setoriais;

II - pela unidade setorial, no Ministério e nas unidades seccionais.

Art. 21. A inspeção realizada pelo Órgão Central terá o objetivo de verificar o cumprimento, pelas unidades setoriais, dos prazos, adequação às normas, instruções e orientações técnicas.

Art. 22. As inspeções realizadas pelas unidades setoriais serão trimestrais, oportunidade em que serão verificados:

I - os processos e expedientes em curso;

II - o cumprimento das recomendações e determinações de instauração de procedimentos disciplinares e sindicâncias, inclusive as patrimoniais;

III - os procedimentos pendentes de instauração, com as respectivas justificativas;

IV - a regularidade dos trabalhos das comissões em andamento;

V - os recursos materiais e humanos efetivamente aplicados ou disponíveis para as ações correcionais;

VI - análise, por amostragem, de procedimentos disciplinares em curso e concluídos;

VII - a omissão injustificada na apuração de responsabilidade administrativa de servidor.

Art. 23. Ao final de cada inspeção será elaborado relatório circunstanciado, com os registros das constatações e recomendações realizadas, que será encaminhado ao Órgão Central do Sistema.

Art. 24. O fornecimento de informações e documentos, referentes a atividades desenvolvidas no âmbito do Órgão Central e das unidades setoriais, a órgãos externos à Controladoria-Geral da União, observará o sigilo necessário à elucidação do fato ou que decorra de exigência do interesse público, ocorrendo nas seguintes hipóteses:

I - quando houver requisição de autoridade judiciária;

II - quando houver requisição do Ministério Público da União, nos termos da legislação pertinente;

III - decorrente de solicitação de outras autoridades administrativas, legalmente fundamentada;

IV - de ofício, quando verificados indícios da prática de crime de ação penal pública incondicionada, ato de improbidade administrativa ou danos ao erário federal.

Art. 25. No fornecimento, a órgãos, entidades e autoridades requisitantes ou solicitantes, de informações protegidas por sigilo fiscal, deverão ser observados os seguintes procedimentos, sem prejuízo dos demais previstos na legislação pertinente:

I - constará, em destaque, na parte superior direita de todas as páginas da correspondência que formalizar a remessa das informações, bem assim dos documentos que a acompanharem, a expressão "INFORMAÇÃO PROTEGIDA PELO SIGILO FISCAL", impressa ou aposta por carimbo;

II - as informações serão enviadas em dois envelopes lacrados:

a) um externo, que conterá apenas o nome ou a função do destinatário e seu endereço, sem qualquer anotação que indique o grau de sigilo do conteúdo;

b) um interno, no qual serão inscritos o nome e a função do destinatário, seu endereço, o número do documento de requisição ou solicitação, o número da correspondência que formaliza a remessa e a expressão "INFORMAÇÃO PROTEGIDA PELO SIGILO FISCAL";

III - envelope interno será lacrado e sua expedição será acompanhada de recibo;

IV - o recibo destinado ao controle da custódia da informação:

a) conterá, necessariamente, indicações sobre o remetente, o destinatário, o número do documento de requisição ou solicitação e o número da correspondência que formaliza a remessa;

b) será arquivado na unidade remetente, após comprovação da entrega do envelope interno ao destinatário ou responsável pelo recebimento.

Art. 26. Relativamente ao sigilo bancário, quando o afastamento for autorizado judicialmente, o fornecimento de informações e documentos pelo Órgão Central ou unidades setoriais deverá ser previamente autorizado pelo Poder Judiciário.

Parágrafo único. Para fins de envio das informações, deverá ser observado o mesmo procedimento do sigilo fiscal, nos moldes da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Art. 27. O atendimento das solicitações e requisições será autorizado pelo Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União ou pelo Corregedor-Geral.

Art. 28. O Corregedor-Geral apresentará ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, na primeira quinzena de fevereiro, relatório anual de atividades, com dados estatísticos, sobre as atividades do Órgão Central, das unidades setoriais e unidades seccionais, relativas ao ano anterior.

Art. 29. As unidades setoriais e seccionais, para atendimento do previsto no artigo 5º, inciso VI, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, enviarão trimestralmente à Corregedoria-Geral da União, por meio de transmissão informatizada, relatório de atividades dos procedimentos instaurados, concluídos e em andamento, de acordo com as normas fixadas pela Controladoria-Geral da União.

Parágrafo único. O relatório a que se refere o caput deste artigo será enviado à Corregedoria-Geral até o dia dez do mês imediatamente subsequente ao trimestre ao qual se refere.

Art. 30. O Órgão Central do Sistema avaliará anualmente a execução dos procedimentos relativos às atividades de correição.

Art. 31. Para implementação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, os órgãos e titulares das respectivas unidades deverão adotar as seguintes providências:

I - o Órgão Central do Sistema:

a) divulgar aos Ministérios as informações relativas à criação, ao objetivo, à estrutura e às competências das unidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

b) encaminhar às unidades do Sistema de Correição modelos para a padronização do envio de dados e informações sigilosos, conforme previsto na alínea 'b', do inciso II, do art. 25 desta Portaria;

II - os titulares das unidades setoriais:

a) divulgar aos órgãos que compõem a estrutura dos Ministérios, bem como das autarquias e fundações públicas vinculadas, de acordo com sua área de competência, as informações relativas à criação, ao objetivo, à estrutura e às competências das unidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

b) realizar inspeção correcional, a fim de levantar as informações e documentos acerca das sindicâncias e processos administrativos instaurados, os pendentes de instauração, bem como dados relativos ao cumprimento das recomendações ou determinações de instauração, encaminhando ao órgão central as informações em meio eletrônico e formulário próprio;

c) realizar levantamento dos servidores ou empregados públicos aptos a compor comissões de processo administrativo disciplinar e comissões de sindicância, propondo ao Órgão Central a sua capacitação;

III - os titulares das unidades seccionais:

a) manter registro da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso;

b) encaminhar ao Órgão Central dados consolidados e sistematizados, relativos aos processos e expedientes em curso, os resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como informações sobre a aplicação das penalidades respectivas.

IV - os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal:

a) prover espaço físico adequado à prática das atividades de correição;

b) oferecer suporte administrativo necessário à instalação e ao funcionamento da unidade de correição integrante do Sistema relacionada à sua área de competência.

V - Comissão de Coordenação de Correição: indicar grupo técnico para análise e uniformização de entendimentos dos órgãos e unidades do Sistema, bem como para apresentar minuta do regimento interno.

Art. 32. Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pelo Corregedor-Geral, observadas as disposições da Lei Complementar nº 105, de 2001, da Lei nº 8.112, de 1990, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, do Decreto nº 5.480 e do Decreto nº 5.483, ambos de 30 de junho de 2005, do Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006, e das demais normas pertinentes à matéria.

Art. 33. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

5.14 PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E RECURSO HIERÁRQUICO PRÓPRIO E IMPRÓPRIO.

Todos são espécies do **gênero direito de petição**, que confere o direito fundamental de toda pessoa buscar perante a administração a alteração de um ato administrativo ou representar a prática de ato ilegal ou abusivo.

Art. 5º, XXXIV, CF. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o **direito de petição** aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de **certidões** em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

O direito de petição deve resultar em uma manifestação do Estado, normalmente dirimindo (resolvendo) uma questão proposta, em um verdadeiro exercício contínuo de delimitação dos direitos e obrigações que regulam a vida social e, desta maneira, quando "dificulta a apreciação de um pedido que um cidadão quer apresentar" (muitas vezes, embaraçando-lhe o acesso à Justiça); "demora para responder aos pedidos formulados" (administrativa e, principalmente, judicialmente) ou "impõe restrições e/ou condições para a formulação de petição", traz a chamada insegurança jurídica, que traz desesperança e faz proliferar as desigualdades e as injustiças.

Dentro do espectro do direito de petição se insere, por exemplo, o direito de solicitar esclarecimentos, de solicitar cópias reprográficas e certidões, bem como de ofertar denúncias de irregularidades. Contudo, o constituinte, talvez na intenção de deixar clara a obrigação dos Poderes Públicos em fornecer certidões, trouxe a letra b) do inciso, o que gera confusões conceituais no sentido do direito de obter certidões ser dissociado do direito de petição.

Nas hipóteses de pedido de reconsideração, recurso hierárquico próprio e recurso hierárquico impróprio denota-se que o processo administrativo ainda está em curso, pois uma autoridade tomou uma decisão administrativa da qual se pretende recorrer (logo, trata-se de **recurso incidental**). A diferença entre as três modalidades está na autoridade que apreciará o pedido de alteração da decisão administrativa.

No **pedido de reconsideração**, será a **própria autoridade** que praticou um ato, reconsiderando nestes moldes a decisão que foi tomada.

No **recurso hierárquico próprio**, será a **autoridade hierarquicamente superior** àquela que praticou o ato, tratando-se de clássico exercício do poder hierárquico inerente à estrutura escalonada da administração. Esta é a forma típica de se recorrer da decisão administrativa.

No **recurso hierárquico impróprio**, será **autoridade diversa**, com **competência especificada em lei**, porém não hierarquicamente superior àquela que praticou o ato. Na verdade, a reclamação administrativa perante o STF pode ser enquadrada nesta categoria.

5.15 PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA.

Significa perda de prazo para apresentar uma pretensão perante a Administração. No caso, o administrado não perde o direito, o que ocorre na decadência, mas sim a pretensão de postulá-lo. Pode ocorrer nos casos de perda de prazo para recorrer de decisão tomada ou revisá-la (pres-

crição correndo contra o administrado e a favor da administração, convalidando seus atos), caso em que se segue a regra da prescrição quinquenal (5 anos) prevista no artigo 1º do Decreto nº 20.910; ou na hipótese de perda do prazo para o exercício do poder punitivo (prescrição correndo a favor do administrado e contra a administração, que não mais poderá aplicar a punição), que é a típica prescrição administrativa, e de perda de prazo para que seja adotada determinada providência administrativa (prescrição correndo a favor do administrado e contra a administração, que não mais poderá anular seus próprios atos dos quais decorram efeitos benéficos aos administrados, salvo prova de má-fé).

- Poder punitivo de polícia – 5 anos (Lei nº 9.873/1999);
- Poder disciplinar funcional – no âmbito federal, 5 anos (infração grave), 2 anos (infração média) ou 180 dias (infração leve), a contar do conhecimento de sua prática (Lei nº 8.112/1990);
- Adoção de providência administrativa – 5 anos (Lei nº 9.784/1999).

5.16 REPRESENTAÇÃO E RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVAS. PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA.

As representações e as reclamações administrativas são ambas formas de se exercer o direito de petição (art. 5º, XXXIV, CF). Em sentido genérico são, ao lado dos recursos hierárquicos e do pedido de representação, espécies de recursos administrativos, mas que se diferenciam daqueles por serem autônomos e não incidentais.

Assim, trata-se de exercício deste direito de forma originária (recurso deflagrador), isto é, o ato administrativo ilegal ou abusivo foi praticado e será denunciado pelo administrado. Será a primeira vez que a ação será levada à administração para a devida apreciação.

Na **representação** é feita uma **denúncia de irregularidade, ilegalidade ou abuso de poder** perante a Administração, Tribunal de Contas ou outro órgão de controle, como o Ministério Público.

Na **reclamação** administrativa se dá uma oposição expressa a ato administrativo que ofenda direito ou interesse legítimo.

6 AGENTES PÚBLICOS E SERVIDORES PÚBLICOS. 6.1 AGENTES PÚBLICOS (SERVIDOR PÚBLICO E FUNCIONÁRIO PÚBLICO).

Agente público é expressão que engloba todas as pessoas lotadas na Administração, isto é, trata-se daqueles que servem ao Poder Público. "A expressão agente público tem sentido amplo, significa o conjunto de pessoas que, qual-

quer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público. Como se sabe, o Estado só se faz presente através das pessoas físicas que em seu nome manifestam determinada vontade, e é por isso que essa manifestação volitiva acaba por ser imputada ao próprio Estado. São todas essas pessoas físicas que constituem os agentes públicos”⁸⁶.

Neste sentido, o artigo 2º da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa):

Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Os agentes públicos podem ser agentes políticos, particulares em colaboração com o Estado e **servidores públicos**. Logo, o **servidor público é uma espécie do gênero agente público**.

Os **servidores públicos** se dividem em funcionário público, empregado público e contratados em caráter temporário. Os servidores públicos formam a grande massa dos agentes do Estado, desenvolvendo variadas funções. O **funcionário público** é o tipo de servidor público que é titular de um **cargo**, se sujeitando a regime estatutário (previsto em estatuto próprio, não na CLT). O **empregado público** é o tipo de servidor público que é titular de um **emprego**, sujeitando-se ao regime celetista (CLT). Tanto o funcionário público quanto o empregado público somente se vinculam à Administração mediante concurso público, sendo nomeados em caráter efetivo. **Contratados em caráter temporário** são servidores contratados por um período certo e determinado, por força de uma situação de excepcional interesse público, não sendo nomeados em caráter efetivo, ocupando uma **função pública**.

Com efeito, **funcionário público é uma espécie do gênero servidor público**, abrangendo apenas os servidores que se sujeitam a **regime estatutário**.

6.2 NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO.

O servidor público de sociedade de economia mista e de empresa pública não se sujeita a Estatuto, mas sim à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Em suma, não são estatutários e sim celetistas. Logo, a natureza jurídica da relação de emprego público é **contratual**, embora o vínculo tenha natureza pública. Inclusive, eventuais conflitos trabalhistas são resolvidos perante a justiça do trabalho.

⁸⁶ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Apesar disso, são contratados mediante concurso público de provas ou provas e títulos, pois mesmo as empresas públicas e as sociedades de economia mista são obrigadas a respeitar um núcleo obrigatório mínimo, que envolve o dever de contratar apenas por concurso.

6.3 PRECEITOS CONSTITUCIONAIS.

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios da administração pública estudados no tópico anterior, aos quais estão sujeitos servidores de quaisquer dos Poderes em qualquer das esferas federativas, e, em seus incisos, regras mínimas sobre o serviço público:

*Artigo 37, I, CF. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos **brasileiros que preencham os requisitos** estabelecidos em lei, assim como aos **estrangeiros, na forma da lei**.*

Aprofundando a questão, tem-se o artigo 5º da Lei nº 8.112/1990, que prevê:

Artigo 5º, Lei nº 8.112/1990. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei. [...]

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

Destaca-se a exceção ao inciso I do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990 e do inciso I do artigo 37, CF, prevista no artigo 207 da Constituição, permitindo que estrangeiros assumam cargos no ramo da pesquisa, ciência e tecnologia.

*Artigo 37, II, CF. A investidura em cargo ou emprego público depende de **aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos**, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para **cargo em comissão** declarado em lei de livre nomeação e exoneração.*

Preconiza o artigo 10 da Lei nº 8.112/1990:

*Artigo 10, Lei nº 8.112/90. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de **prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos**, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.*

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.

No concurso de provas o candidato é avaliado apenas pelo seu desempenho nas provas, ao passo que nos concursos de provas e títulos o seu currículo em toda sua atividade profissional também é considerado. Cargo em comissão é o cargo de confiança, que não exige concurso público, sendo exceção à regra geral.

*Artigo 37, III, CF. O prazo de validade do concurso público será de **até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.***

*Artigo 37, IV, CF. Durante o **prazo improrrogável** previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será **convocado com prioridade** sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.*

Prevê o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990:

Artigo 12, Lei nº 8.112/1990. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

O edital delimita questões como valor da taxa de inscrição, casos de isenção, número de vagas e prazo de validade. Havendo candidatos aprovados na vigência do prazo do concurso, ele deve ser chamado para assumir eventual vaga e não ser realizado novo concurso.

Destaca-se que o §2º do artigo 37, CF, prevê:

*Artigo 37, §2º, CF. A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a **nulidade do ato e a punição da autoridade responsável**, nos termos da lei.*

Com efeito, há tratamento rigoroso da responsabilização daquele que viola as diretrizes mínimas sobre o ingresso no serviço público, que em regra se dá por concurso de provas ou de provas e títulos.

*Artigo 37, V, CF. As **funções de confiança**, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de **cargo efetivo**, e os **cargos em comissão**, a serem preenchidos por servidores de **carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei**, destinam-se apenas às atribuições de **direção, chefia e assessoramento**.*

Observa-se o seguinte quadro comparativo⁸⁷:

Função de Confiança	Cargo em Comissão
Exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.	Qualquer pessoa, observado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Com concurso público, já que somente pode exercê-la o servidor de cargo efetivo, mas a função em si não prescindível de concurso público.	Sem concurso público, ressalvado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Somente são conferidas atribuições e responsabilidade	É atribuído posto (lugar) num dos quadros da Administração Pública, conferida atribuições e responsabilidade àquele que irá ocupá-lo
Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento	Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
De livre nomeação e exoneração no que se refere à função e não em relação ao cargo efetivo.	De livre nomeação e exoneração

87 <http://direitoemquadrinhos.blogspot.com.br/2011/03/quadro-comparativo-funcao-de-confianca.html>

*Artigo 37, VI, CF. É garantido ao servidor público civil o direito à **livre associação sindical**.*

A liberdade de associação é garantida aos servidores públicos tal como é garantida a todos na condição de direito individual e de direito social.

*Artigo 37, VII, CF. O **direito de greve** será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.*

O Supremo Tribunal Federal decidiu que os servidores públicos possuem o direito de greve, devendo se atentar pela preservação da sociedade quando exercê-lo. Enquanto não for elaborada uma legislação específica para os funcionários públicos, deverá ser obedecida a lei geral de greve para os funcionários privados, qual seja a Lei nº 7.783/89 (Mandado de Injunção nº 20).

*Artigo 37, VIII, CF. A lei reservará **percentual** dos cargos e empregos públicos para as **pessoas portadoras de deficiência** e definirá os critérios de sua admissão.*

Neste sentido, o §2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990:

*Artigo 5º, Lei nº 8.112/90. Às **pessoas portadoras de deficiência** é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas **até 20% (vinte por cento)** das vagas oferecidas no concurso.*

Prossegue o artigo 37, CF:

*Artigo 37, IX, CF. A lei estabelecerá os casos de contratação por **tempo determinado** para atender a necessidade temporária de **excepcional interesse público**.*

A Lei nº 8.745/1993 regulamenta este inciso da Constituição, definindo a natureza da relação estabelecida entre o servidor contratado e a Administração Pública, para atender à "necessidade temporária de excepcional interesse público".

"Em se tratando de relação subordinada, isto é, de relação que comporta dependência jurídica do servidor perante o Estado, duas opções se ofereciam: ou a relação seria trabalhista, agindo o Estado *iure gestionis*, sem usar das prerrogativas de Poder Público, ou institucional, estatutária, preponderando o *ius imperii* do Estado. Melhor dizendo: o sistema preconizado pela Carta Política de 1988 é o do contrato, que tanto pode ser trabalhista (inserindo-se na esfera do Direito Privado) quanto administrativo (situando-se no campo do Direito Público). [...] Uma solução intermediária não deixa, entretanto, de ser legítima. Pode-se, com certeza, abonar um sistema híbrido, eclético, no qual coexistam normas trabalhistas e estatutárias, pondo-se em contiguidade os vínculos privado e administrativo, no sentido de atender às exigências do Estado moderno, que procura alcançar os seus objetivos com a mesma eficácia dos empreendimentos não-governamentais"⁸⁸.

88 VOGEL NETO, Gustavo Adolpho. **Contratação de servidores para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_39/Artigos/Art_Gustavo.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

*Artigo 37, X, CF. A **remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39** somente poderão ser **fixados ou alterados por lei específica**, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.*

*Artigo 37, XV, CF. O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos **são irredutíveis**, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.*

*Artigo 37, §10, CF. É vedada a **percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública**, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.*

Sobre a questão, disciplina a Lei nº 8.112/1990 nos artigos 40 e 41:

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

§ 1º A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 62.

§ 2º O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 93.

§ 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 5º Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.

Ainda, o artigo 37 da Constituição:

*Artigo 37, XI, CF. A **remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, **incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza**, não poderão exceder o **subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**, aplicando-se como limite, nos **Municípios**, o subsídio do **Prefeito**, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do **Governador** no âmbito do Poder Executivo, o*

subsídio dos **Deputados Estaduais e Distritais** no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos **Desembargadores do Tribunal de Justiça**, limitado a **noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal**, em espécie, dos **Ministros do Supremo Tribunal Federal**, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do **Ministério Público**, aos **Procuradores** e aos **Defensores Públicos**.

Artigo 37, XII, CF. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário **não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo**.

Prevê a Lei nº 8.112/1990 em seu artigo 42:

Artigo 42, Lei nº 8.112/90. Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal. Parágrafo único. Excluem-se do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 61.

Com efeito, os §§ 11 e 12 do artigo 37, CF tecem aprofundamentos sobre o mencionado inciso XI:

Artigo 37, § 11, CF. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

*Artigo 37, § 12, CF. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como **limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.***

Por seu turno, o artigo 37 quanto à vinculação ou equiparação salarial:

*Artigo 37, XIII, CF. É vedada a **vinculação ou equiparação** de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.*

Os padrões de vencimentos são fixados por conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes (artigo 39, caput e § 1º), sem qualquer garantia constitucional de tratamento igualitário aos cargos que se mostrem similares.

*Artigo 37, XIV, CF. Os **acréscimos pecuniários** percebidos por servidor público **não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.***

A preocupação do constituinte, ao implantar tal preceito, foi de que não eclodisse no sistema remuneratório dos servidores, ou seja, evitar que se utilize uma vantagem como base de cálculo de um outro benefício. Dessa forma, qualquer gratificação que venha a ser concedida ao servidor só pode ter como base de cálculo o próprio vencimento básico. É inaceitável que se leve em consideração outra vantagem até então percebida.

*Artigo 37, XVI, CF. É vedada a **acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários**, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de **dois cargos de professor**; b) a de **um cargo de professor com outro, técnico ou científico**; c) a de **dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.***

*Artigo 37, XVII, CF. A proibição de acumular **estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.***

Segundo Carvalho Filho⁸⁹, "o fundamento da proibição é impedir que o cúmulo de funções públicas faça com que o servidor não execute qualquer delas com a necessária eficiência. Além disso, porém, pode-se observar que o Constituinte quis também impedir a cumulação de ganhos em detrimento da boa execução de tarefas públicas. [...] Nota-se que a vedação se refere à acumulação remunerada. Em consequência, se a acumulação só encerra a percepção de vencimentos por uma das fontes, não incide a regra constitucional proibitiva".

A Lei nº 8.112/1990 regulamenta intensamente a questão:

*Artigo 118, Lei nº 8.112/1990. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é **vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.***

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à **comprovação da compatibilidade de horários.**

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

*Art. 119, Lei nº 8.112/1990. **O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 9º, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.***

⁸⁹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.

Art. 120, Lei nº 8.112/1990. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

“Os artigos 118 a 120 da Lei nº 8.112/90 ao tratarem da acumulação de cargos e funções públicas, regulamentam, no âmbito do serviço público federal a vedação genérica constante do art. 37, incisos VXI e XVII, da Constituição da República. De fato, a acumulação ilícita de cargos públicos constitui uma das infrações mais comuns praticadas por servidores públicos, o que se constata observando o elevado número de processos administrativos instaurados com esse objeto. O sistema adotado pela Lei nº 8.112/90 é relativamente brando, quando cotejado com outros estatutos de alguns Estados, visto que propicia ao servidor incurso nessa ilicitude diversas oportunidades para regularizar sua situação e escapar da pena de demissão. Também prevê a lei em comentário, um processo administrativo simplificado (processo disciplinar de rito sumário) para a apuração dessa infração – art. 133”⁹⁰.

Artigo 37, XVIII, CF. A **administração fazendária e seus servidores** fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, **precedência sobre os demais setores administrativos**, na forma da lei.

Artigo 37, XXII, CF. As **administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão **recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada**, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

“O Estado tem como finalidade essencial a garantia do bem-estar de seus cidadãos, seja através dos serviços públicos que disponibiliza, seja através de investimentos na área social (educação, saúde, segurança pública). Para atingir esses objetivos primários, deve desenvolver uma atividade financeira, com o intuito de obter recursos indispensáveis às necessidades cuja satisfação se comprometeu quando estabeleceu o “pacto” constitucional de 1988. [...] A importância

90 MORGATO, Almir. **O Regime Disciplinar dos Servidores Públicos da União**. Disponível em: <http://www.canaldosconcursos.com.br/artigos/almirmorgado_artigo1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

da Administração Tributária foi reconhecida expressamente pelo constituinte que acrescentou, no artigo 37 da Carta Magna, o inciso XVIII, estabelecendo a sua precedência e de seus servidores sobre os demais setores da Administração Pública, dentro de suas áreas de competência”⁹¹.

Artigo 37, XIX, CF. Somente por **lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação**, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Artigo 37, XX, CF. Depende de **autorização legislativa**, em cada caso, a criação de **subsidiárias** das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

Órgãos da administração indireta somente podem ser criados por lei específica e a criação de subsidiárias destes dependem de autorização legislativa (o Estado cria e controla diretamente determinada empresa pública ou sociedade de economia mista, e estas, por sua vez, passam a gerir uma nova empresa, denominada subsidiária. Ex.: Transpetro, subsidiária da Petrobrás). “Abrimos um parêntese para observar que quase todos os autores que abordam o assunto afirmam categoricamente que, a despeito da referência no texto constitucional a ‘subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior’, somente empresas públicas e sociedades de economia mista podem ter subsidiárias, pois a relação de controle que existe entre a pessoa jurídica matriz e a subsidiária seria própria de pessoas com estrutura empresarial, e inadequada a autarquias e fundações públicas. OUSAMOS DISCORDAR. Parece-nos que, se o legislador de um ente federado pretendesse, por exemplo, autorizar a criação de uma subsidiária de uma fundação pública, NÃO haveria base constitucional para considerar inválida sua autorização”⁹².

Ainda sobre a questão do funcionamento da administração indireta e de suas subsidiárias, destaca-se o previsto nos §§ 8º e 9º do artigo 37, CF:

Artigo 37, §8º, CF. A **autonomia** gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta **podrá ser ampliada mediante contrato**, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

- I - o prazo de duração do contrato;
- II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;
- III - a remuneração do pessoal.

Artigo 37, § 9º, CF. O disposto no inciso XI aplica-se às **empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias**, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

91 http://www.sindsefaz.org.br/parecer_administracao_tributaria_sao_paulo.htm

92 ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. São Paulo: GEN, 2014.

Continua o artigo 37, CF:

*Artigo 37, XXI, CF. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Licitação nada mais é que o conjunto de procedimentos administrativos (administrativos porque parte da administração pública) para as compras ou serviços contratados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, ou seja todos os entes federativos. De forma mais simples, podemos dizer que o governo deve comprar e contratar serviços seguindo regras de lei, assim a licitação é um processo formal onde há a competição entre os interessados.

*Artigo 37, §5º, CF. A lei estabelecerá os **prazos de prescrição** para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.*

A prescrição dos ilícitos praticados por servidor encontra disciplina específica no artigo 142 da Lei nº 8.112/1990:

*Art. 142, Lei nº 8.112/1990. A **ação disciplinar prescreverá**:*

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Prescrição é um instituto que visa regular a perda do direito de acionar judicialmente. No caso, o prazo é de 5 anos para as infrações mais graves, 2 para as de gravidade intermediária (pena de suspensão) e 180 dias para as menos graves (pena de advertência), contados da data em que o fato se tornou conhecido pela administração pública. Se a infração disciplinar for crime, valerão os prazos prescri-

cionais do direito penal, mais longos, logo, menos favoráveis ao servidor. Interrupção da prescrição significa parar a contagem do prazo para que, retornando, comece do zero. Da abertura da sindicância ou processo administrativo disciplinar até a decisão final proferida por autoridade competente não corre a prescrição. Proferida a decisão, o prazo começa a contar do zero. Passado o prazo, não caberá mais propor ação disciplinar.

*Artigo 37, §6º, CF. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos **responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.***

Este dispositivo, que aborda a questão da responsabilidade civil do Estado e dos seus agentes a ser aprofundada adiante, deixa clara a formação de uma relação jurídica autônoma entre o Estado e o agente público que causou o dano no desempenho de suas funções. Nesta relação, a responsabilidade civil será subjetiva, ou seja, caberá ao Estado provar a culpa do agente pelo dano causado, ao qual foi anteriormente condenado a reparar. Direito de regresso é justamente o direito de acionar o causador direto do dano para obter de volta aquilo que pagou à vítima, considerada a existência de uma relação obrigacional que se forma entre a vítima e a instituição que o agente compõe.

Assim, o Estado responde pelos danos que seu agente causar aos membros da sociedade, mas se este agente agiu com dolo ou culpa deverá ressarcir o Estado do que foi pago à vítima. O agente causará danos ao praticar condutas incompatíveis com o comportamento ético dele esperado.⁹³

*Artigo 37, §7º, CF. A lei disporá sobre os **requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego** da administração direta e indireta que possibilite o acesso a **informações privilegiadas**.*

A Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

Neste sentido, conforme seu artigo 1º:

Artigo 1º, Lei nº 12.813/2013. As situações que configuram conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas, os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e as competências para fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses regulam-se pelo disposto nesta Lei.

93 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

Já a questão do exercício de mandato eletivo pelo servidor público encontra previsão constitucional em seu artigo 38, que notadamente estabelece quais tipos de mandatos geram incompatibilidade ao serviço público e regulamentam a questão remuneratória:

Artigo 38, CF. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no **exercício de mandato eletivo**, aplicam-se as seguintes disposições:

*I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará **afastado** de seu cargo, emprego ou função;*

*II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe **facultado optar pela sua remuneração**;*

*III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo **compatibilidade**, será aplicada a norma do inciso anterior;*

*IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu **tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais**, exceto para promoção por merecimento;*

*V - para efeito de **benefício previdenciário**, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.*

Regulamenta-se o regime de remuneração e previdência dos servidores públicos nos artigos 39 e 40 da Constituição Federal:

Artigo 39, CF. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão **conselho de política de administração e remuneração de pessoal**, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998 e aplicação suspensa pela ADIN nº 2.135-4, destacando-se a redação anterior: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas").

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

Artigo 40, CF. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

*I - por **invalidez permanente**, sendo os proventos **proporcionais ao tempo de contribuição**, exceto se decorrente de **acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável**, na forma da lei;*

*II - **compulsoriamente**, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, **aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar**;*

*III - **voluntariamente**, desde que cumprido tempo mínimo de **dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo** em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:*

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

*b) **sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição**.*

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§ 4º É vedada a adoção de **requisitos e critérios diferenciados** para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

- I - **portadores de deficiência;**
- II - **que exerçam atividades de risco;**
- III - **cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.**

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de **efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.**

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos **cargos acumuláveis** na forma desta Constituição, é **vedada a percepção de mais de uma aposentadoria** à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do **benefício de pensão por morte**, que será igual:

I - **ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou**

II - **ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.**

§ 8º É assegurado o **reajustamento** dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º O **tempo de contribuição** federal, estadual ou municipal **será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.**

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de **tempo de contribuição fictício.**

§ 11. Aplica-se o **limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade**, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, **no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.**

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de **cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.**

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o **limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social** de que trata o art. 201.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente **atualizados, na forma da lei.**

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o **limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.**

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para **aposentadoria voluntária** estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

§ 20. Fica **vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal**, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as **parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão** que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

6.4 SERVIDOR EFETIVO E VITALÍCIO: GARANTIAS.

O **servidor público efetivo**, aquele que foi provido em cargo mediante nomeação seguida da aprovação em concurso público, está apto a adquirir **estabilidade**, nos moldes do artigo 41, CF, após **três anos** de efetivo exercício.

Os primeiros 3 anos de serviço correspondem ao estágio probatório, período em que o servidor deverá ser submetido a uma avaliação especial de desempenho.

Nos moldes do artigo 41, §1º, CF, o servidor apenas perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. Logo, é possível a perda do cargo mesmo após adquirir a estabilidade, mas há garantias quanto à forma como isso pode ocorrer.

Além das hipóteses citadas, existe mais uma possibilidade de perda de cargo (sem caráter punitivo), mesmo que o seu detentor seja estável no serviço público. Trata-se da perda de cargo para adequação dos gastos do Estado à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

A Constituição Federal inicialmente impõe que os entes federativos, no caso de extrapolação dos limites de gastos previstos na LRF, reduzam as despesas com servidores públicos comissionados e não estáveis, conforme art. 169, §3º, CF. Mas se as medidas previstas no §3º do art. 169 não forem suficientes para adequar e controlar as despesas públicas, a CF/88 prevê, em seu §4º, a perda do cargo até mesmo na hipótese em que o seu ocupante detenha estabilidade no serviço público. Se ocorrer esta hipótese, o servidor estável que perder o cargo terá direito a indenização correspondente a 1 mês de remuneração por ano de serviço público.

Existem alguns servidores públicos efetivos que não possuem apenas estabilidade, mas sim vitaliciedade. São eles os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público (artigo 95, I, CF; artigo 128, §5º, I, “a”, CF).

O prazo para a aquisição da vitaliciedade é diferente do prazo para aquisição da estabilidade, sendo **adquirida após 2 anos de serviço público**. Durante esse período, também é submetido o servidor a “estágio probatório”, chamado de processo de vitaliciamento.

Um fator importantíssimo a favor dos agentes vitalícios é que eles somente podem perder o cargo em decorrência de decisão judicial transitada em julgado. Então, as várias hipóteses de perda de cargo previstas para servidores estáveis não se aplicam aos servidores vitalícios.

6.5 ESTÁGIO PROBATÓRIO.

Estabelece a Constituição Federal em seu artigo 41, a ser lido em conjunto com o artigo 20 da Lei nº 8.112/1990:

*Artigo 41, CF. São estáveis após **três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.***

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

*I - em virtude de **sentença judicial transitada em julgado**;*

*II - mediante **processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa**;*

*III - mediante **procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.*

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele **reintegrado**, e o eventual ocupante da vaga, se estável, **reconduzido** ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em **disponibilidade**, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a **avaliação especial de desempenho** por comissão instituída para essa finalidade.

*Art. 20, Lei nº 8.112/1990. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de **24 (vinte e quatro) meses**, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguinte fatores:*

*I - **assiduidade**;*

*II - **disciplina**;*

*III - **capacidade de iniciativa**;*

*IV - **produtividade**;*

*V - **responsabilidade**.*

§ 1º 4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

§ 3º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou enti-

dade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

§ 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, *bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal*.

§ 5º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96, *bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento*.

O estágio probatório pode ser definido como um lapso de tempo no qual a aptidão e capacidade do servidor serão avaliadas de acordo com critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado. Não existe vedação para um servidor em estágio probatório exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.

Desde a Emenda Constitucional nº 19 de 1998, a disciplina do estágio probatório mudou, notadamente aumentando o prazo de 2 anos para 3 anos. Tendo em vista que a norma constitucional prevalece sobre a lei federal, mesmo que ela não tenha sido atualizada, deve-se seguir o disposto no artigo 41 da Constituição Federal.

Uma vez adquirida a aprovação no estágio probatório, o servidor público somente poderá ser exonerado nos casos do §1º do artigo 40 da Constituição Federal, notadamente: em virtude de **sentença judicial transitada em julgado**; mediante **processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa**; ou mediante **procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (sendo esta lei complementar ainda inexistente no âmbito federal).

6.6 SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

Os cargos em comissão são de nomeação livre, dispensando concurso público.

O ocupante de cargo em comissão não precisa ser titular de cargo efetivo.

Serve para cargos de chefias, assessoramento e direção, notadamente, cargos de confiança.

Os servidores que ocupam cargo em comissão podem ser exonerados a qualquer tempo, pois não adquirem estabilidade e nem as garantias que dela decorrem (exonerado "ad nutum").

Se sujeita ao regime geral da previdência social.

Quanto ao regime de trabalho, será o mesmo dos demais servidores do órgão em que ocupa o cargo – se for estatutário, seguirá o mesmo estatuto e fará jus aos direitos ali previstos, exceto os de natureza previdenciária; se for celetista, seguirá as normas da CLT e terá os mesmos direitos ali assegurados, inclusive FGTS.

6.7 DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. 6.8 LEI Nº 8.112/1990 E SUAS ALTERAÇÕES. 6.10 REGIME DISCIPLINAR E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO (LEI Nº 8.112/1990 E SUAS ALTERAÇÕES)

Das Disposições Preliminares

Título I **Capítulo Único** **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta Lei institui o **Regime Jurídico dos Servidores** Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a **pessoa legalmente investida em cargo público**.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de **atribuições e responsabilidades** previstas na estrutura organizacional que devem ser **cometidas a um servidor**.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por **lei**, com **denominação** própria e **vencimento** pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter **efetivo ou em comissão**.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços **gratuitos**, salvo os casos previstos em lei.

Por regime jurídico dos servidores deve-se entender o conjunto de regras referentes a todos os aspectos da relação entre o servidor público e a Administração. Envolve tanto questões inerentes à ocupação do cargo quanto direitos e deveres, entre outras.

Aplica-se na esfera federal, tanto para a Administração direta quanto para a indireta.

A lei criará o cargo público, que poderá ser efetivo, caso em que o ingresso se dará mediante concurso, ou em comissão, quando por uma relação de confiança o superior puder nomear seus funcionários enquanto estiver ocupando aquela posição de chefia.

Todo serviço público será remunerado pelos cofres públicos.

Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição

Título II

Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição

Basicamente, provimento é a ocupação do cargo por uma pessoa, transformando-a em servidora pública; enquanto vacância é o que se dá quando um cargo fica livre; remoção é o deslocamento do servidor; redistribuição é o deslocamento de um cargo para outro órgão; substituição é a mudança de uma pessoa que está ocupando cargo de chefia ou direção por outra.

Capítulo I **Do Provimento**

Segundo Hely Lopes Meirelles⁹⁴, provimento “é o ato pelo qual se efetua o preenchimento do cargo público, com a designação de seu titular”, podendo ser originário ou inicial se o agente não possui vinculação anterior com a Administração Pública; ou derivado, que pressupõe a existência de um vínculo com a Administração, o qual pode ser horizontal, sem ascensão na carreira, ou vertical, com ascensão na carreira.

Seção I **Disposições Gerais**

Art. 5º São **requisitos** básicos para investidura em cargo público:

*I - a **nacionalidade** brasileira;*

Nacional é o que possui vínculo político-jurídico com um Estado, fazendo parte de seu povo na qualidade de cidadão.

*II - o gozo dos **direitos políticos**;*

Direitos políticos são os direitos garantidos ao cidadão que envolvem sua participação direta ou indireta nas decisões políticas do Estado. No Brasil, se encontram nos artigos 14 e 15 da Constituição Federal.

*III - a quitação com as obrigações **militares e eleitorais**;*

*IV - o nível de **escolaridade** exigido para o exercício do cargo;*

Ensino fundamental, ensino médio ou ensino superior, conforme a complexidade das funções do cargo.

*V - a idade mínima de **dezoito** anos;*

*VI - **aptidão** física e mental.*

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de **outros requisitos estabelecidos em lei**.

P. ex., 3 anos de atividade jurídica para cargos de membros do Ministério Público ou da Magistratura.

§ 2º Às pessoas **portadoras de deficiência** é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Cotas para deficientes.

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas **estrangeiros**, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

Exceção ao inciso I do art. 5º.

Art. 6º O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante **ato da autoridade competente** de cada Poder.

Art. 7º A **investidura** em cargo público ocorrerá com a **posse**.

Por investidura entende-se a instalação formal em um cargo público, o que se dará quando a pessoa for empossada.

Art. 8º São **formas** de provimento de cargo público:

*I - **nomeação**;*

*II - **promoção**;*

III e IV - (Revogados)

*V - **readaptação**;*

*VI - **reversão**;*

*VII - **aproveitamento**;*

*VIII - **reintegração**;*

*IX - **recondução**.*

Detalhes adiante.

Seção II **Da Nomeação**

Art. 9º A nomeação far-se-á:

*I - em caráter **efetivo**, quando se tratar de **cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira**;*

*II - em **comissão**, inclusive na condição de **interino**, para **cargos de confiança** vagos.*

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá **optar pela remuneração** de um deles durante o período da interinidade.

O cargo em comissão é temporário e não depende de concurso público. Se o servidor for nomeado para outro cargo em comissão poderá exercer ambos de maneira interina (temporária), mas somente poderá receber remuneração por um deles, o que optar.

Art. 10. A nomeação para cargo de **carreira** ou cargo **isolado** de provimento efetivo depende de prévia habilitação em **concurso público** de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

94 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.

Seção III Do Concurso Público

Art. 11. O concurso será de **provas ou de provas e títulos**, podendo ser realizado em **duas** etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do **valor** fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de **isenção** nele expressamente previstas.

Art. 12. O concurso público terá validade de **até 2 (dois) anos**, podendo ser **prorrogado uma única vez**, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em **edital**, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá **novo concurso** enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

No concurso de provas o candidato é avaliado apenas pelo seu desempenho nas provas, ao passo que nos concursos de provas e títulos o seu currículo em toda sua atividade profissional também é considerado.

O edital delimita questões como valor da taxa de inscrição, casos de isenção, número de vagas e prazo de validade.

Seção IV Da Posse e do Exercício

Art. 13. A posse dar-se-á pela **assinatura do respectivo termo**, no qual deverão constar as **atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos** inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de **trinta dias** contados da publicação do ato de provimento.

§ 2º Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas «a», «b», «d», «e» e «f», IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º A posse poderá dar-se mediante **procuração específica**.

§ 4º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por **nomeação**.

§ 5º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

O termo de posse é dotado de conteúdo específico. É possível tomar posse mediante procuração específica. Não há posse nos cargos em comissão. A declaração de bens e valores visa permitir a verificação da situação financeira do servidor, de forma a perceber se ele enriqueceu desproporcionalmente durante o exercício do cargo.

Art. 14. A posse em cargo público dependerá de **prévia inspeção médica oficial**.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto **física e mentalmente** para o exercício do cargo.

Art. 15. **Exercício** é o **efetivo desempenho** das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º É de **quinze dias** o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º O servidor será **exonerado** do cargo ou será **tornado sem efeito** o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18.

§ 3º A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.

§ 4º O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de **publicação do ato de designação**, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.

Nota-se que para as funções em confiança não há prazo de 15 dias da posse, até mesmo porque ela não existe nestas funções. Então, o prazo para exercício será o do dia da publicação do ato de designação.

Art. 16. **O início, a suspensão, a interrupção e o reinício** do exercício serão **registrados** no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 17. A **promoção** não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.

Na promoção não há nova posse. Então, o servidor não tem 15 dias para entrar em exercício, o fazendo no dia da publicação do ato.

Art. 18. O servidor que deva ter exercício em **outro município** em razão de ter sido **removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório** terá, no mínimo, **dez** e, no máximo, **trinta dias** de prazo, contados da publicação do ato, para a **retomada** do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

§ 1º Na hipótese de o servidor encontrar-se em **licença ou afastado** legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do **término do impedimento**.

§ 2º É **facultado** ao servidor **declinar** dos prazos estabelecidos no **caput**.

Se o servidor estava em exercício em outro município e é convocado por publicação para retomar a posição superior tem um prazo entre 10 e 30 dias, dos quais pode desistir, se quiser.

Art. 19. Os servidores cumprirão **jornada de trabalho** fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de **quarenta horas** e observados os limites mínimo e máximo de **seis horas e oito horas** diárias, respectivamente.

§ 1º O ocupante de cargo **em comissão** ou função de confiança submete-se a **regime de integral** dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em **leis especiais**.

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a **estágio probatório** por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

I - **assiduidade**;

II - **disciplina**;

III - **capacidade de iniciativa**;

IV - **produtividade**;

V - **responsabilidade**.

§ 1º **4 (quatro) meses** antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será **exonerado ou**, se estável, **reconduzido ao cargo anteriormente ocupado**, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

§ 3º O servidor em estágio probatório **poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento** no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

§ 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as **licenças** e os **afastamentos** previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

§ 5º O estágio probatório ficará **suspenso** durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

Desde a Emenda Constitucional nº 19 de 1998, a disciplina do estágio probatório mudou, notadamente aumentando o prazo de 2 anos para 3 anos. Tendo em vista que a norma constitucional prevalece sobre a lei federal, mesmo que ela não tenha sido atualizada, deve-se seguir o disposto no artigo 41 da Constituição Federal:

Art. 41, CF. São estáveis após **três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público**.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Seção V Da Estabilidade

Art. 21. O servidor **habilitado em concurso público e empossado** em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público **ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício**.

ATENÇÃO: Vale o prazo de 3 anos, conforme Constituição Federal (artigo 41 retrocitado).

Art. 22. **O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.**

Seção VI Da Transferência

Art. 23. (Execução suspensa)

Seção VII Da Readaptação

Art. 24. Readaptação é a **investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido** em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado **incapaz** para o serviço público, o readaptando será **aposentado**.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições **afins**, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Se o funcionário deixa de ter condições físicas ou psicológicas para ocupar seu cargo, deverá ser readaptado para cargo semelhante que não exija tais aptidões. Ex: funcionário trabalhava como atendente numa repartição, se movimentando o tempo todo e sofre um acidente, ficando paraplégico. Sua capacidade mental não ficou prejudicada, embora seja inconveniente ele ter que fazer tantos movimentos no exercício das funções. Por isso, pode ser reconduzido para outro cargo técnico na repartição que seja mais burocrático e exija menos movimentação física, como o de assistente de um superior.

Seção VIII Da Reversão

Art. 25. Reversão é o **retorno à atividade de servidor aposentado**:

I - por **invalidez**, quando junta médica oficial declarar **insubsistentes os motivos** da aposentadoria; ou

II - no **interesse da administração**, desde que:

- a) tenha **solicitado** a reversão;
- b) a aposentadoria tenha sido **voluntária**;
- c) **estável** quando na atividade;
- d) a aposentadoria tenha ocorrido nos **cinco anos anteriores** à solicitação;
- e) haja cargo **vago**.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para **concessão da aposentadoria**.

§ 3º No caso do inciso I, encontrando-se **provido** o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como **excedente**, até a ocorrência de vaga.

§ 4º O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em **substituição** aos proventos da aposentadoria, **a remuneração do cargo que voltar a exercer**, inclusive com as **vantagens** de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º O servidor de que trata o inciso II somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos cinco anos no cargo.

§ 6º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 26. (Revogado)

Art. 27. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado **70** (setenta) anos de idade.

Merece destaque a impossibilidade de cumulação da aposentadoria com a remuneração caso o servidor retorne às funções.

Seção IX Da Reintegração

Art. 28. A reintegração é a **reinvestidura** do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando **invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial**, com **ressarcimento** de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido **extinto**, o servidor ficará em **disponibilidade**, observado o disposto nos arts. 30 e 31.

§ 2º Encontrando-se **provido** o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

Se um servidor for injustamente demitido e a sua demissão for invalidada, será reinvestido no cargo, sendo totalmente ressarcido (por exemplo, recebendo os salários do período em que foi afastado). Caso o cargo esteja extinto, será posto em disponibilidade; caso o cargo exista e alguém o estiver ocupando, este será retirado do cargo, devolvendo-o ao seu legítimo titular.

Seção X Da Recondução

Art. 29. Recondução é o **retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado** e decorrerá de:

I - **inabilitação em estágio probatório** relativo a outro cargo;

II - **reintegração do anterior ocupante**.

Parágrafo único. Encontrando-se **provido o cargo de origem**, o servidor será **aproveitado** em outro, observado o disposto no art. 30.

Como visto, quando um servidor é promovido ele se sujeita a novo estágio probatório e, caso seja inabilitado, voltará ao cargo que antes ocupava. Ainda, se alguém estiver ocupando o cargo de um servidor que tenha sido injustamente demitido, quando este voltar deverá desocupar o cargo. Se a posição antes ocupada não estiver livre, deverá ser reaproveitado em outro cargo semelhante.

Seção XI Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante **aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado**.

Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3º do art. 37, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade.

Art. 32. Será tornado **sem efeito** o aproveitamento e **cassada** a disponibilidade **se o servidor não entrar em exercício no prazo legal**, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Servidor posto em disponibilidade não é servidor aposentado. É apenas um servidor aguardando que surja um posto adequado para que ocupe. Quando ele surgir, deverá entrar em exercício, sob pena de ter revogada a disponibilidade, deixando de ser servidor público.

Capítulo II Da Vacância

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - **exoneração**;
- II - **demissão**;
- III - **promoção**;
- IV e V - (Revogados)
- VI - **readaptação**;
- VII - **aposentadoria**;
- VIII - **posse em outro cargo inacumulável**;
- IX - **falecimento**.

Art. 34. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a **pedido** do servidor, ou de **ofício**.

Parágrafo único. A exoneração de **ofício** dar-se-á:

- I - quando não satisfeitas as **condições do estágio probatório**;
- II - quando, tendo tomado posse, o servidor **não entrar em exercício no prazo** estabelecido.

Sendo o cargo efetivo, somente será exonerado de ofício se não for habilitado no estágio probatório e se não entrar em exercício no prazo legal.

Art. 35. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

- I - **a juízo da autoridade competente**;
- II - **a pedido** do próprio servidor.

Como o cargo em comissão refere-se a uma relação de confiança para com a autoridade competente, esta poderá exonerar o servidor.

Capítulo III Da Remoção e da Redistribuição

Seção I Da Remoção

Art. 36. **Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.**

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

- I - de ofício, no interesse da Administração;
- II - a pedido, a critério da Administração;
- III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração;

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

Seção II Da Redistribuição

Art. 37. **Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC,** observados os seguintes preceitos:

- I - interesse da administração;
- II - equivalência de vencimentos;
- III - manutenção da essência das atribuições do cargo;
- IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;
- V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;
- VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

§ 1º A redistribuição ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º A redistribuição de cargos efetivos vagos se dará mediante ato conjunto entre o órgão central do SIPEC e os órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos.

§ 3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.

§ 4º O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

Capítulo IV Da Substituição

Art. 38. Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão **substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.**

§ 1º O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

§ 2º O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

Art. 39. O disposto no artigo anterior aplica-se aos titulares de unidades administrativas organizadas em nível de assessoria.

Dos Direitos e Vantagens

Título III

Dos Direitos e Vantagens

Em sete capítulos, o terceiro título da legislação em estudo estabelece os direitos e vantagens do servidor público, para em seguida trazer seus deveres e proibições.

Resume Carvalho Filho⁹⁵: “os direitos sociais constitucionais são objeto da referência do art. 39, §3º, CF, o qual determina que dezesseis dos direitos sociais outorgados aos empregados sejam estendidos aos servidores públicos. Dentre esses direitos estão o do salário mínimo (art. 7º, IV); o décimo terceiro salário (art. 7º, VIII); o repouso semanal remunerado (art. 7º, XV); o salário-família (art. 7º, XII); o de férias anuais (art. 7º, XVII); o de licença à gestante (art. 7º, XVIII) e outros mencionados no dispositivo constitucional. [...] Além disso, há vários direitos de natureza social relacionados nos diversos estatutos funcionais das pessoas federativas. É nas leis estatutárias que se encontram tais direitos, como o direito às licenças, à pensão, aos auxílios pecuniários, como o auxílio-funeral e o auxílio-reclusão, à assistência, à saúde etc.”

Capítulo I

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

§ 1º A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 62.

Cargo em comissão é o cargo de confiança, que não exige concurso público. Ver art. 62 adiante.

§ 2º O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 93.

O funcionário é servidor público, mas foi concursado para cargo diverso, em outro órgão ou entidade, sendo nomeado para outro cargo, que é de comissão.

§ 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

Irredutibilidade de vencimentos: não podem ser diminuídos.

§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Mesmo cargo ou semelhante = mesmo vencimento.

§ 5º Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.

Direito ao salário mínimo.

Art. 42. Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Excluem-se do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 61.

Estabelece o teto de remuneração, ou seja, o máximo que um funcionário pode receber. Neste sentido, o art. 37, XI, CF: “XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos”.

Art. 44. O servidor perderá:

I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 97, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

95 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Somente não geram perda de remuneração as faltas justificadas e devidamente compensadas.

Art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

§ 1º *Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.*

§ 2º *O total de consignações facultativas de que trata o § 1º não excederá a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração mensal, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para: I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou*

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Para descontos em folha, é preciso ordem judicial ou autorização do servidor.

Art. 46. As reposições e indenizações ao erário, atualizadas até 30 de junho de 1994, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 1º *O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.*

§ 2º *Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.*

§ 3º *Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento a decisão liminar, a tutela antecipada ou a sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.*

Art. 47. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Débito com o erário = dívida com o Estado.

Art. 48. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Capítulo II Das Vantagens

Art. 49. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - indenizações;*
- II - gratificações;*
- III - adicionais.*

§ 1º *As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.*

§ 2º *As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.*

Art. 50. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

De acordo com Hely Lopes Meirelles⁹⁶, "o que caracteriza o adicional e o distingue da gratificação é ser aquele que recompensa ao tempo de serviço do servidor, ou uma retribuição pelo desempenho de funções especiais que fogem da rotina burocrática, e esta, uma compensação por serviços comuns executados em condições anormais para o servidor, ou uma ajuda pessoal em face de certas situações que agravam o orçamento do servidor".

Seção I Das Indenizações

Art. 51. Constituem indenizações ao servidor:

I - ajuda de custo;

II - diárias;

III - transporte.

IV - auxílio-moradia.

A leitura da legislação seca permite conceituar e diferenciar cada modalidade de indenização.

Art. 52. Os valores das indenizações estabelecidas nos incisos I a III do art. 51, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

Subseção I Da Ajuda de Custo

Art. 53. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede.

§ 1º *Correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.*

§ 2º *À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.*

§ 3º *Não será concedida ajuda de custo nas hipóteses de remoção previstas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 36.*

96 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

Art. 54. A ajuda de custo corresponderá ao valor de um mês de remuneração do servidor na origem ou, na hipótese do caput do art. 56, ao valor de uma remuneração mensal do cargo em comissão.

Art. 55. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

Art. 56. Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

Parágrafo único. No afastamento previsto no inciso I do art. 93, a ajuda de custo será paga pelo órgão cessionário, quando cabível.

Art. 57. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.

Subseção II Das Diárias

Art. 58. O servidor que, a serviço, **afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório** para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 2º Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

§ 3º Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou em áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, cuja jurisdição e competência dos órgãos, entidades e servidores brasileiros considera-se estendida, salvo se houver pernoite fora da sede, hipóteses em que as diárias pagas serão sempre as fixadas para os afastamentos dentro do território nacional.

Art. 59. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.

Subseção III Da Indenização de Transporte

Art. 60. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar **despesas com a utilização de meio próprio de locomoção** para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Subseção IV Do Auxílio-Moradia

Art. 60-A. O auxílio-moradia consiste no ressarcimento de despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de até dois meses após a comprovação da despesa pelo servidor.

Art. 60-B. Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor se atendidos os seguintes requisitos:

I - não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor;

II - o cônjuge ou companheiro do servidor não ocupe imóvel funcional;

III - o servidor ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município aonde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua nomeação;

IV - nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia;

V - o servidor tenha se mudado do local de residência para ocupar cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6, de Natureza Especial, de Ministro de Estado ou equivalentes;

VI - o Município no qual assuma o cargo em comissão ou função de confiança não se enquadre nas hipóteses do art. 58, § 3º, em relação ao local de residência ou domicílio do servidor;

VII - o servidor não tenha sido domiciliado ou tenha residido no Município, nos últimos doze meses, aonde for exercer o cargo em comissão ou função de confiança, desconsiderando-se prazo inferior a sessenta dias dentro desse período; e

VIII - o deslocamento não tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.

IX - o deslocamento tenha ocorrido após 30 de junho de 2006.

Parágrafo único. Para fins do inciso VII, não será considerado o prazo no qual o servidor estava ocupando outro cargo em comissão relacionado no inciso V.

Art. 60-C. (Revogado).

Art. 60-D. O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a vinte e cinco por cento do valor do cargo em comissão, da função de confiança ou do cargo de Ministro de Estado ocupado.

§ 1º O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.

§ 2º O valor do auxílio-moradia será reduzido em vinte e cinco pontos percentuais a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento, e deixará de ser devido após o quarto ano de recebimento.

§ 3º O prazo de que trata o § 2º não terá sua contagem suspensa ou interrompida na hipótese de exoneração ou mudança de cargo ou função.

§ 4º Transcorrido o prazo de quatro anos após encerrado o pagamento do auxílio-moradia, o pagamento poderá ser retomado se novamente vierem a ser atendidos os requisitos do art. 60-B.

Art. 60-E. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia poderá ser mantido por um mês, limitado ao valor pago no mês anterior.

A subseção IV trabalha com o auxílio-moradia, benefício que é concedido a alguns servidores. Ele serve para ajudar o servidor a arcar com despesas de moradia, seja locando um imóvel, seja ficando em hotéis. O auxílio é pago 1 mês depois que o servidor comprovar a despesa que teve. No entanto, não é qualquer servidor e não é em qualquer situação que se tem o auxílio-moradia.

Nos termos do artigo 60-B, são colacionadas restrições: não haver disponibilidade de imóvel funcional (algum imóvel do poder público com tal finalidade de moradia, dispensando gastos particulares), não se ter tentado vender ou vendido um imóvel na cidade (evitando que tente utilizar o auxílio-moradia como um modo de se obter vantagem patrimonial), um cônjuge ou pessoa com quem more não receber auxílio da mesma natureza (cumulando indevidamente), além do exercício de cargos de determinada natureza (percebase, cargos de relevante direção).

O auxílio-moradia é pago proporcionalmente aos vencimentos, não excedendo 25%. Destaca-se que o artigo 60-C está revogado desde 2013.

Seção II **Das Gratificações e Adicionais**

Art. 61. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais:

I - **retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;**

II - **gratificação natalina;**

IV - **adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;**

V - **adicional pela prestação de serviço extraordinário;**

VI - **adicional noturno;**

VII - **adicional de férias;**

VIII - **outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho.**

IX - **gratificação por encargo de curso ou concurso.**
Gratificações e adicionais descritos em detalhes na própria legislação, conforme se denota abaixo.

Subseção I **Da Retribuição pelo Exercício de Função de Direção, Chefia e Assessoramento**

Art. 62. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício.

Parágrafo único. Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o inciso II do art. 9º.

Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e o art. 3º da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

Parágrafo único. A VPNI de que trata o caput deste artigo somente estará sujeita às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais.

Subseção II **Da Gratificação Natalina**

Art. 63. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 64. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 65. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 66. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção III **Do Adicional por Tempo de Serviço**

Regulamentação na Medida Provisória nº 2.225-45/01.

Subseção IV **Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas**

Art. 68. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 69. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Art. 70. Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

Art. 71. O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.

Art. 72. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses.

Subseção V

Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 73. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 74. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

Subseção VI

Do Adicional Noturno

Art. 75. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 73.

Subseção VII

Do Adicional de Férias

Art. 76. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Subseção VIII

Da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

Art. 76-A. A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso é devida ao servidor que, em caráter eventual:

I - atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da administração pública federal;

II - participar de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos;

III - participar da logística de preparação e de realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes;

IV - participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de exame vestibular ou de concurso público ou supervisionar essas atividades.

§ 1º Os critérios de concessão e os limites da gratificação de que trata este artigo serão fixados em regulamento, observados os seguintes parâmetros:

I - o valor da gratificação será calculado em horas, observadas a natureza e a complexidade da atividade exercida;

II - a retribuição não poderá ser superior ao equivalente a 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais;

III - o valor máximo da hora trabalhada corresponderá aos seguintes percentuais, incidentes sobre o maior vencimento básico da administração pública federal:

a) 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento), em se tratando de atividades previstas nos incisos I e II do caput deste artigo;

b) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), em se tratando de atividade prevista nos incisos III e IV do caput deste artigo.

§ 2º A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso somente será paga se as atividades referidas nos incisos do caput deste artigo forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo de que o servidor for titular, devendo ser objeto de compensação de carga horária quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, na forma do § 4º do art. 98 desta Lei.

§ 3º A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Capítulo III Das Férias

Art. 77. O servidor fará jus a **trinta dias de férias**, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.

É possível impedir que o servidor tire férias por até 2 períodos se o seu serviço for altamente necessário.

Art. 78. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, observando-se o disposto no § 1º deste artigo.

§1º e §2º. Revogados.

§ 3º O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

§ 4º A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

§ 5º Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal quando da utilização do primeiro período.

Art. 79. O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

Manutenção da saúde do servidor.

Art. 80. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Parágrafo único. O restante do período interrompido será gozado de uma só vez, observado o disposto no art. 77.

O direito individual às férias pode ser mitigado pelo direito da coletividade de manutenção da paz e da ordem social.

Capítulo IV Das Licenças

Seção I Disposições Gerais

Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:

I - por motivo de **doença em pessoa da família**;

II - por motivo de **afastamento do cônjuge ou companheiro**;

III - para o **serviço militar**;

IV - para **atividade política**;

V - para **capacitação**;

VI - para tratar de **interesses particulares**;

VII - para desempenho de **mandato classista**.

Atenção aos motivos que autorizam licença, detalhados a seguir na legislação.

§ 1º A licença prevista no inciso I do caput deste artigo bem como cada uma de suas prorrogações serão precedidas de exame por perícia médica oficial, observado o disposto no art. 204 desta Lei.

§ 3º É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste artigo.

Art. 82. A licença concedida dentro de **60 (sessenta) dias** do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

Seção II Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso II do art. 44.

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.

Seção III Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge

Art. 84. Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

§ 2º No deslocamento de servidor cujo cônjuge ou companheiro também seja servidor público, civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios, poderá haver exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.

Seção IV **Da Licença para o Serviço Militar**

Art. 85. *Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.*

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Seção V **Da Licença para Atividade Política**

Art. 86. *O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.*

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

Seção VI **Da Licença para Capacitação**

Art. 87. *Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.*

Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis.

Art. 90. (Vetado)

Seção VII **Da Licença para Tratar de Interesses Particulares**

Art. 91. *A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.*

Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Seção VIII **Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista**

Art. 92. *É assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, observado o disposto na alínea c do inciso VIII do art. 102 desta Lei, conforme disposto em regulamento e observados os seguintes limites:*

I - para entidades com até 5.000 (cinco mil) associados, 2 (dois) servidores;

II - para entidades com 5.001 (cinco mil e um) a 30.000 (trinta mil) associados, 4 (quatro) servidores;

III - para entidades com mais de 30.000 (trinta mil) associados, 8 (oito) servidores.

§ 1º Somente poderão ser licenciados os servidores eleitos para cargos de direção ou de representação nas referidas entidades, desde que cadastradas no órgão competente.

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser renovada, no caso de reeleição.

Capítulo V **Dos Afastamentos**

Seção I **Do Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade**

Art. 93. *O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou em serviço social autônomo instituído pela União que exerça atividades de cooperação com a administração pública federal, nas seguintes hipóteses:*

I - para exercício de cargo em comissão, função de confiança ou, no caso de serviço social autônomo, para o exercício de cargo de direção ou de gerência;

II - em casos previstos em leis específicas.

§ 1º Na hipótese de que trata o inciso I do caput, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para serviço social autônomo, o ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.

§ 2º Na hipótese de o servidor cedido a empresa pública, sociedade de economia mista ou serviço social autônomo, nos termos de suas respectivas normas, optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão, de direção ou de gerência, a entidade cessionária ou o serviço social autônomo efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou pela entidade de origem.

§ 3º A cessão far-se-á mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.

§ 4º Mediante autorização expressa do Presidente da República, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Federal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo.

§ 5º Aplica-se à União, em se tratando de empregado ou servidor por ela requisitado, as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 6º As cessões de empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista, que receba recursos de Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da sua folha de pagamento de pessoal, independem das disposições contidas nos incisos I e II e §§ 1º e 2º deste artigo, ficando o exercício do empregado cedido condicionado a autorização específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, exceto nos casos de ocupação de cargo em comissão ou função gratificada.

§ 7º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de promover a composição da força de trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, poderá determinar a lotação ou o exercício de empregado ou servidor, independentemente da observância do constante no inciso I e nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Seção II

Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo

Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 1º No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

§ 2º O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

Seção III

Do Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior

Art. 95. O servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º A ausência não excederá a 4 (quatro) anos, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

§ 2º Ao servidor beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com seu afastamento.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores da carreira diplomática.

§ 4º As hipóteses, condições e formas para a autorização de que trata este artigo, inclusive no que se refere à remuneração do servidor, serão disciplinadas em regulamento.

Art. 96. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

Seção IV

Do Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País

Art. 96-A. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País.

§ 1º Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.

§ 2º Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório, que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

§ 3º Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou com fundamento neste artigo, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

§ 4º Os servidores beneficiados pelos afastamentos previstos nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

§ 5º Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no § 4º deste artigo, deverá ressarcir o órgão ou entidade, na forma do art. 47 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dos gastos com seu aperfeiçoamento.

§ 6º Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, aplica-se o disposto no § 5º deste artigo, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 7º Aplica-se à participação em programa de pós-graduação no Exterior, autorizado nos termos do art. 95 desta Lei, o disposto nos §§ 1º a 6º deste artigo.

Capítulo VI Das Concessões

Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por **1** (um) dia, para doação de **sangue**;

II - pelo período comprovadamente necessário para **alistamento ou recadastramento eleitoral**, limitado, em qualquer caso, a dois dias; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 632, de 2013)

III - por **8** (oito) dias consecutivos em razão de :

a) **casamento**;

b) **falecimento** do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 98. Será concedido **horário especial ao servidor estudante**, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 3º As disposições constantes do § 2º são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

§ 4º Será igualmente concedido horário especial, vinculado à compensação de horário a ser efetivada no prazo de até 1 (um) ano, ao servidor que desempenhe atividade prevista nos incisos I e II do caput do art. 76-A desta Lei.

Art. 99. Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial.

Capítulo VII Do Tempo de Serviço

Art. 100. É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas.

Art. 101. **A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.**

Art. 102. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, **são considerados** como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

III - exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República;

IV - participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme dispuser o regulamento;

V - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII - missão ou estudo no exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento;

VIII - licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado à União, em cargo de provimento efetivo;

c) para o desempenho de mandato classista ou participação de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores para prestar serviços a seus membros, exceto para efeito de promoção por merecimento;

d) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

e) para capacitação, conforme dispuser o regulamento;

f) por convocação para o serviço militar;

IX - deslocamento para a nova sede de que trata o art. 18;

X - participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica;

XI - afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

Art. 103. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

I - o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal;

II - a licença para tratamento de saúde de pessoal da família do servidor, com remuneração, que exceder a 30 (trinta) dias em período de 12 (doze) meses.

III - a licença para atividade política, no caso do art. 86, § 2º;

IV - o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, anterior ao ingresso no serviço público federal;

V - o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social;

VI - o tempo de serviço relativo a tiro de guerra;

VII - o tempo de licença para tratamento da própria saúde que exceder o prazo a que se refere a alínea "b" do inciso VIII do art. 102.

§ 1º O tempo em que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria.

§ 2º Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.

§ 3º É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

Capítulo VIII Do Direito de Petição

Art. 104. É assegurado ao servidor o **direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo**.

Art. 105. O requerimento será dirigido à **autoridade competente para decidi-lo e encaminhado** por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 106. Cabe **pedido de reconsideração** à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser **despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias**.

Art. 107. Caberá **recurso**:

I - do indeferimento do **pedido de reconsideração**;

II - das decisões sobre os **recursos sucessivamente interpostos**.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 108. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de **30 (trinta) dias**, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 109. O recurso poderá ser recebido com **efeito suspensivo**, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 110. O direito de requerer **prescreve**:

I - em **5 (cinco) anos**, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em **120 (cento e vinte) dias**, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado **da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado**, quando o ato não for publicado.

Art. 111. O **pedido de reconsideração e o recurso**, quando cabíveis, **interrompem** a prescrição.

Art. 112. A **prescrição é de ordem pública**, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 113. Para o exercício do direito de petição, é assegurada **vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador** por ele constituído.

Art. 114. A administração deverá **rever seus atos**, a qualquer tempo, **quando eivados de ilegalidade**.

Art. 115. São **fatais e improrrogáveis os prazos** estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

Estabelece a CF, no art. 5º, XXIV, a) o direito de petição, assegurado a todos: "são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;". Os artigos acima descrevem o direito de petição específico dos servidores públicos.

Do Regime Disciplinar

Título IV Do Regime Disciplinar

O regime disciplinar do servidor público civil federal está estabelecido basicamente de duas maneiras: deveres e proibições. Ontologicamente, são a mesma coisa: ambos deveres e proibições são normas protetivas da boa Administração. Nas duas hipóteses, violado o preceito, cabível é uma punição. Deve-se notar, porém, que os deveres constam da lei como ações, como conduta positiva; as proibições, ao contrário, são descritas como condutas vedadas ao servidor, de modo que ele deve abster-se de praticá-las. Os deveres estão inscritos no artigo 116, não de modo exaustivo, porque o servidor deve obediência a todas as normas legais ou infralegais, e o próprio inciso III do referido dispositivo é, de certa maneira, uma norma disciplinar em branco⁹⁷.

⁹⁷ LIMA, Fábio Lucas de Albuquerque. **O regime disciplinar dos servidores federais**. Disponível em: <http://www.sato.adm.br/artigos/o_regime_disciplinar_dos_servidores_federais.htm>. Acesso em: 11 ago. 2013.

"Estes dispositivos preveem, basicamente, um conjunto de normas de conduta e de proibições impostas pela lei aos servidores por ela abrangidos, tendo em vista a prevenção, a apuração e a possível punição de atos e omissões que possam por em risco o funcionamento adequado da administração pública, do posto de vista ético, do ponto de vista da eficiência e do ponto de vista da legalidade. Decorrem, estes dispositivos, do denominado Poder Disciplinar que é aquele conferido à Administração com o objetivo de manter sua disciplina interna, na medida em que lhe atribui instrumentos para punir seus servidores (e também àqueles que estejam a ela vinculados por um instrumento jurídico determinado - particulares contratados pela Administração). [...] O disposto no Título IV da lei nº 8.112/90 prevê basicamente um conjunto de obrigações impostas aos servidores por ela regidos. Tais obrigações, ora positivas (os denominados Deveres - art. 116), ora negativas (as denominadas Proibições - art. 117) uma vez inadimplidas ensejam sua imediata apuração (art. 143) e uma vez comprovadas importam na responsabilização administrativa, a desafiar, então, a aplicação de uma das sanções administrativas (art. 127). Não é por outra razão que o art. 124 declara que a responsabilidade administrativa resulta da prática de ato omissivo (quando o servidor deixa de cumprir os deveres a ele impostos) ou comissivo (quando viola proibição) praticado no desempenho do cargo ou função"⁹⁸.

Capítulo I Dos Deveres

Art. 116. São *deveres* do servidor:

Os deveres do servidor previstos na Lei nº 8.112/90 são em muito compatíveis com os previstos no Código de Ética profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94). Descrevem algumas das condutas esperadas do servidor público quando do desempenho de suas funções. Em resumo, o servidor público deve desempenhar suas funções com cuidado, rapidez e pontualidade, sendo leal à instituição que compõe, respeitando as ordens de seus superiores que sejam adequadas às funções que desempenhe e buscando conservar o patrimônio do Estado. No tratamento do público, deve ser prestativo e não negar o acesso a informações que não sejam sigilosas. Caso presencie alguma ilegalidade ou abuso de poder, deve denunciar. Tomam-se como base os ensinamentos de Lima⁹⁹ a respeito destes deveres:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

"O primeiro dos deveres insculpidos no regime estatutário é o dever de zelo. O zelo diz respeito às atribuições funcionais e também ao cuidado com a economia do material, os bens da repartição e o patrimônio público. Sob o prisma da disciplina e da conservação dos bens e materiais

da repartição, o servidor deve sempre agir com dedicação no desempenho das funções do cargo que ocupa, e que lhe foram atribuídas desde o termo de posse. O servidor não é o dono do cargo. Dono do cargo é o Estado que o remunera. Se o referido cargo não lhe pertence, o servidor deve exercer suas funções com o máximo de zelo que estiver ao seu alcance. Sua eventual menor capacidade de desempenho, para não configurar desídia ou insuficiência de desempenho, deverá ser compensada com um maior esforço e dedicação de sua parte. Se um servidor altamente preparado e capaz, vem a praticar atos que configurem desídia ou mesmo falta mais grave, poderá vir a ser punido. Porque o que se julgará não é a pessoa do servidor, mas a conduta a ele imputável. O zelo não deve se limitar apenas às atribuições específicas de sua atividade. O servidor deve ter zelo não somente com os bens e interesses imateriais (a imagem, os símbolos, a moralidade, a pontualidade, o sigilo, a hierarquia) como também para com os bens e interesses patrimoniais do Estado".

II - ser leal às instituições a que servir;

"O servidor que cumprir todos os deveres e normas administrativas já positivadas, consequentemente, é leal à instituição que lhe remunera. Sob o prisma constitucional é que devemos entender a norma hoje. Sendo assim, o dever de lealdade está inserido no Estatuto como norma programática, orientadora da conduta dos servidores".

III - observar as normas legais e regulamentares;

"A função desta norma é de não deixar sem resposta qualquer que seja a irregularidade cometida. Daí a necessária correlação nesses casos que temos de fazer do art. 116, inciso III, com a norma violada, e já prevista em outra lei, decreto, instrução, ordem de serviço ou portaria".

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

"O servidor integra a estrutura organizacional do órgão em que presta suas atribuições funcionais. O Estado se movimenta através dos seus diversos órgãos. Dentro dos órgãos públicos, há um escalonamento de cargos e funções que servem ao cumprimento da vontade do ente estatal. Este escalonamento, posto em movimento, é o que vimos até agora chamando de hierarquia. A hierarquia existe para que do alto escalão até a prática dos administrados as coisas funcionem. Disso decorre que quando é emitida uma ordem para o servidor subordinado, este deve dar cumprimento ao comando. Porém quando a ordem é visivelmente ilegal, arbitrária, inconstitucional ou absurda, o servidor não é obrigado a dar seguimento ao que lhe é ordenado. Quando a ordem é manifestamente ilegal? Há uma margem de interpretação, principalmente se o servidor subordinado não tiver nenhuma formação de ordem jurídica. Logo, é o bom senso que irá margear o que é flagrantemente inconstitucional".

98 MORGATO, Almir. **O Regime Disciplinar dos Servidores Públicos da União**. Disponível em: <http://www.canaldosconcursos.com.br/artigos/almirmorgado_artigo1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

99 LIMA, Fábio Lucas de Albuquerque. **O regime disciplinar dos servidores federais**. Disponível em: <http://www.sato.adm.br/artigos/o_regime_disciplinar_dos_servidores_federais.htm>. Acesso em: 11 ago. 2013.

V - atender com **presteza**:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

"Este dever foi insculpido na lei para que o servidor público trabalhe diuturnamente no sentido de desfazer a imagem desagradável que o mesmo possui perante a sociedade. Exige-se que atue com presteza no atendimento a informações solicitadas pela Fazenda Pública. Esta engloba o fisco federal, estadual, municipal e distrital. O servidor público tem que ser expedito, diligente, laborioso. Não há mais lugar para o burocrata que se afasta do administrado, dificultando a vida de quem necessita de atendimento rápido e escoreito. Entretanto, há um longo caminho a ser percorrido até que se atinja um mínimo ideal de atendimento e de funcionamento dos órgãos públicos, o que deve necessariamente passar por critérios de valorização dos servidores bons e de treinamento e qualificação permanente dos quadros de pessoal".

VI - levar as **irregularidades** de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;

"Todo servidor público é obrigado a dar conhecimento ao chefe da repartição acerca das irregularidades de que toma conhecimento no exercício de suas atribuições. Deve levar ao conhecimento da chefia imediata pelo sistema hierárquico. Supõe-se que os titulares das chefias ou divisões detêm um conhecimento maior de como corrigir o erro ou comunicar aos órgãos de controle para a devida apuração. De nada adiantaria o servidor, ciente de um ato irregular, ir comunicar ao público ou a terceiros. Além do dever de sigilo, há assuntos que exigem certas reservas, visando ao bem do serviço público, da segurança nacional e mesmo da sociedade".

VII - zelar pela **economia** do material e a **conservação** do patrimônio público;

"Esse deve é basilar. Se o agente não zelar pela economia e pela conservação dos bens públicos presta um desserviço à nação que lhe remunera. E como se verá adiante poderá ser causa inclusive de demissão, se não cumprir o presente dever, quando por descumprimento dele a gravidade do fato implicar a infração a normas mais graves".

VIII - guardar **sigilo** sobre assunto da repartição;

"O agente público deve guardar sigilo sobre o que se passa na repartição, principalmente quanto aos assuntos oficiais. Pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, hoje está regulamentado o acesso às informações. Porém, o servidor deve ter cuidado, pois até mesmo o fornecimento ou divulgação das informações exigem um procedimento. Maior cuidado há que se ter, quando a informação possa expor a intimidade da pessoa humana. As informações pessoais dos administrados em geral devem ser tratadas

forma transparente e com respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais, segundo o artigo 31, da Lei nº 21.527, 2011. A exceção para o sigilo existe, pois, não devemos tratar a questão em termos de cláusula jurídica de caráter absoluto, podendo ter autorizada a divulgação ou o acesso por terceiros quando haja previsão legal. Outra exceção é quando há o consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem. No caso de cumprimento de ordem judicial, para a defesa de direitos humanos, e quando a proteção do interesse público e geral preponderante o exigir, também devem ser fornecidas as informações. Portanto, o servidor há que ter reserva no seu comportamento e fala, esquivando-se de revelar o conteúdo do que se passa no seu trabalho. Se o assunto pululante é uma irregularidade absurda, deve então reduzir a escrito e representar para que se apure o caso. Deveriam diminuir as conversas de corredor e se efetivar a apuração dos fatos através do processo administrativo disciplinar. Os assuntos objeto do serviço merecem reserva. Devem ficar circunscritos aos servidores designados para o respectivo trabalho interno, não devendo sair da seção ou setor de trabalho, sem o trâmite hierárquico do chefe imediato. Se o assunto ou o trabalho, enfim, merecer divulgação mais ampla, deve ser contatado o órgão de assessoria de comunicação social, que saberá proceder de forma oficial, obedecendo ao bom senso e às leis vigentes".

IX - manter conduta compatível com a **moralidade** administrativa;

"O ato administrativo não se satisfaz somente com o ser legal. Para ser válido o ato administrativo tem que ser compatível com a moralidade administrativa. O agente deve se comportar em seus atos de maneira proba, escoreita, séria, não atuando com intenções escusas e desvirtuadas. Seu poder-dever não pode ser utilizado, por exemplo, para satisfação de interesses menores, como realizar a prática de determinado ato para beneficiar uma amante ou um parente. Se o agente viola o dever de agir com comportamento incompatível com a moralidade administrativa, poderá estar sujeito a sanção disciplinar. Seu ato ímprobo ou imoral configura o chamado desvio de poder, que é totalmente abominável no Direito Administrativo e poderá ser anulado *interna corporis* ou judicialmente através da ação popular, ação de ressarcimento ao erário e ação civil pública se o ato violar direito coletivo ou transindividual".

X - ser **assíduo** e **pontual** ao serviço;

"Dois conceitos diferentes, porém parecidos. Ser assíduo significa ser presente dentro do horário do expediente. O oposto do assíduo é o ausente, o faltoso. Pontual é aquele servidor que não atrasa seus compromissos. É o que comparece no horário para as reuniões de trabalho e demais atividades relacionadas com o exercício do cargo que ocupa. Embora sejam conceitos diferentes, aqui o dever violado, seja por impontualidade, seja por inassiduidade (que ainda não aquela inassiduidade habitual de 60 dias ensejadora de demissão), merece reprimenda de advertência, com fins educativos e de correção do servidor".

*XI - tratar com **urbanidade** as pessoas;*

"No mundo moderno, e máxime em nossa civilização ocidental, o trato tem que ser o mais urbano possível. Urbano, nessa acepção, não quer dizer cidadão ou oriundo da urbe (cidade), mas, sim, educado, civilizado, cordato e que não possa criar embaraços aos usuários dos serviços públicos".

*XII - **representar** contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.*

*Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela **autoridade superior àquela contra a qual é formulada**, assegurando-se ao representando ampla defesa.*

Caso o funcionário público denuncie outro servidor, esta representação será encaminhada a alguém que seja superior hierarquicamente ao denunciado, que terá direito à ampla defesa.

"O servidor tem obrigação legal de dar conhecimento às autoridades de qualquer irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo, principalmente no processo em que está atuando ou quando o fato aconteceu sob as suas vistas. Não é concebível que o servidor se defronte com uma irregularidade administrativa e fique inerte. Deve provocar quem de direito para que a irregularidade seja sanada de imediato. Caso haja indiferença no seu círculo de atuação, i.e., no seu setor ou seção, deverá representar aos órgãos superiores. Assim é que o dever de informar acerca de irregularidades anda de braço dado com o dever de representar. Não surtindo efeito a notícia da irregularidade, não corrigida esta, sobrevém o dever de representar. O dever de representação não deixa de ser uma prerrogativa legal, investindo o servidor de um múnus público importante, constituindo o servidor em um curador legal do ente público. O mais humilde servidor passa a ser um agente promotor de legalidade. É claro o inciso XII do art. 116 quando diz que é dever do servidor "representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder". De modo que também a omissão pode ensejar a representação. A omissão do agente que ilegalmente não pratica ato a que se acha vinculado pode até configurar o ilícito penal de prevaricação. O dever de representação deve ser privilegiado, mas deve ser usado com o devido equilíbrio, não podendo servir a finalidades egoísticas, político-partidárias, induzido por inimizades de cunho pessoal, o que de pronto trespassará o representante de autor a réu por prática de abuso de poder ou denúncia caluniosa".

Capítulo II Das Proibições

*Art. 117. Ao servidor é **proibido**:*

Em contraposição aos deveres do servidor público, existem diversas proibições, que também estão em boa parte abrangidas pelo Decreto nº 1.171/94. A violação dos deveres ou a prática de alguma das violações abaixo descritas caracterizam infração administrativa disciplinar.

"Nas Proibições – art. 117, constata-se, desde logo, sua objetividade e taxatividade, o que veda sua ampliação e o uso de interpretações analógicas ou sistemáticas visto serem condutas restritivas de direitos, sujeitas, portanto, ao princípio da reserva legal. O descumprimento dessas proibições podem inclusive, ensejar o enquadramento penal do servidor, pois muitas das condutas ali descritas, configuram prática de delito penal"¹⁰⁰.

*I - **ausentar-se** do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;*

Violação do dever de assiduidade.

*II - **retirar**, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;*

Violação do dever de zelo com o patrimônio público.

*III - **recusar** fé a documentos públicos;*

É dever do servidor público conferir fé aos documentos públicos, revestindo-lhes da autoridade e confiança que seu cargo possui. Violação do dever de transparência.

*IV - **opor resistência injustificada** ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;*

Não cabe impedir que o trâmite da administração seja alterado por um capricho pessoal. Violação ao dever de celeridade e eficiência, bem como de impessoalidade.

*V - **promover manifestação de apreço ou desapreço** no recinto da repartição;*

Violação do dever de discrição.

*VI - **cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;***

Quem é designado para o desempenho de uma função pública deve desempenhá-la, não podendo designar outra pessoa para prestar seus serviços ou de seu subordinado.

*VII - **coagir ou aliciar subordinados** no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;*

O direito de associação é livre, não podendo um funcionário forçar o seu subordinado a associar-se sindical ou politicamente.

*VIII - **manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;***

É a chamada prática de **nepotismo**. Do latim *nepos*, neto ou descendente, é o termo utilizado para designar o favorecimento de parentes (ou amigos próximos) em detrimento de pessoas mais qualificadas, especialmente no que diz respeito à nomeação ou elevação de cargos. O Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010 dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

¹⁰⁰ MORGATO, Almir. **O Regime Disciplinar dos Servidores Públicos da União**. Disponível em: <http://www.canaldosconcursos.com.br/artigos/almirmorgato_artigo1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

Súmula Vinculante nº 13: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.” Obs.: se o concurso pedir pelo entendimento jurisprudencial, vá pela súmula, mas se não mencionar nada se atenha ao texto da lei, visto que há pequenas variações entre o texto da súmula e o da lei.

IX - valer-se do cargo para lograr *proveito pessoal ou de outrem*, em detrimento da dignidade da função pública;

O cargo público serve apenas aos interesses da administração pública, ou seja, da coletividade, não aos interesses pessoais do servidor.

X - participar de *gerência ou administração* de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

Não cabe ao servidor público administrar sociedade privada, o que pode comprometer sua eficiência e imparcialidade no exercício da função pública. No princípio, ou seja, na redação original do Estatuto era proibida apenas a participação do servidor como sócio gerente ou administrador de empresa privada, exceto na qualidade de mero cotista, acionário ou comanditário. Atualmente, a empresa pode até não estar personificada, por exemplo, não estar devidamente constituída e registrada nos órgãos competentes (Junta Comercial, fisco estadual, municipal, distrital e federal, e órgãos de controle: ambiental, trabalhista etc.). Comprovada detidamente a gerência ou administração da sociedade particular em concomitância com a pretensão carga horária da repartição pública, deve ser aplicada a penalidade de demissão.

XI - atuar, como *procurador ou intermediário*, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

Não cabe atuar como procurador perante repartições públicas de forma profissional. Daí a limitação à atuação como representante de parente até segundo grau (irmãos, ascendentes e descendentes, cônjuges e companheiros).

XII - receber *propina, comissão, presente ou vantagem* de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

A percepção de vantagem indevida gerando enriquecimento ilícito também caracteriza ato de improbidade administrativa de maior gravidade, bem como crime de corrupção passiva.

XIII - aceitar *comissão, emprego ou pensão* de estado estrangeiro;

Trata-se de indício da intenção de praticar atos contrários ao interesse do Estado ao qual esteja vinculado.

XIV - praticar *usura* sob qualquer de suas formas;

Usura significa agiotagem, que é o empréstimo de dinheiro a particulares obtendo juros abusivos em troca. As atividades de empréstimo somente podem ser desempenhadas com fim lucrativo por instituições credenciadas.

XV - proceder de forma *desidiosa*;

Desídia é desleixo, descuido, preguiça, indolência.

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou *atividades particulares*;

O aparato da administração pública pertence ao Estado, não cabendo ao servidor utilizá-lo em atividades particulares.

XVII - cometer a outro servidor *atribuições estranhas* ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

Cada servidor público tem sua atribuição legal, não cabendo designá-lo para desempenhar funções diversas salvo em caso de extrema necessidade.

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam *incompatíveis* com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

O exercício de atividades incompatíveis propicia uma violação ao princípio da imparcialidade.

XIX - recusar-se a *atualizar* seus dados cadastrais quando solicitado.

A atualização de dados cadastrais é necessária para manter a administração ciente da situação de seu servidor.

Parágrafo único. A vedação de que trata o **inciso X** do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos:

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses.

Nestes casos, é possível participar diretamente da administração de sociedade privada, pois o interesse estatal não será comprometido.

Capítulo III Da Acumulação

Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é **vedada a acumulação remunerada** de cargos públicos.

Estabelece o artigo 37, XVI da Constituição Federal:

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.

a) a de **dois cargos de professor**;

b) a de **um cargo de professor com outro técnico ou científico**;

c) a de **dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde**, com profissões regulamentadas;

Segundo Carvalho Filho¹⁰¹, “o fundamento da proibição é impedir que o cúmulo de funções públicas faça com que o servidor não execute qualquer delas com a necessária eficiência. Além disso, porém, pode-se observar que o Constituinte quis também impedir a cumulação de ganhos em detrimento da boa execução de tarefas públicas. [...] Nota-se que a vedação se refere à acumulação remunerada. Em consequência, se a acumulação só encerra a percepção de vencimentos por uma das fontes, não incide a regra constitucional proibitiva”.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

A proibição vale tanto para a administração direta quanto para a indireta.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

Se o Estado pretende que o desempenho de atividade cumulada não gere prejuízo à função pública, correto que exija a comprovação de compatibilidade de horários;

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Exterioriza-se, por exemplo, a proibição de que o agente se aposente do serviço público e continue o exercendo, recebendo aposentadoria e salário.

Art. 119. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 9º, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Cargo em comissão é aquele que não exige aprovação em concurso público, sendo designado para o exercício por possuir um vínculo de confiança com o superior. Somente é possível exercer 1, salvo interinamente. Da mesma forma, não cabe remuneração por participar de órgão de deliberação coletiva.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como

101 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.

O exercício de função em determinados conselhos de administração e fiscais aceita remuneração. Trata-se de exceção ao caput.

Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

Se o servidor já cumular dois cargos efetivos e for investido de um cargo em comissão, ficará afastado dos cargos efetivos a não ser que exista compatibilidade de horários e local com um deles, caso em que se afastará de somente um cargo efetivo.

“Os artigos 118 a 120 da lei nº 8.112/90 ao tratarem da acumulação de cargos e funções públicas, regulamentam, no âmbito do serviço público federal a vedação genérica constante do art. 37, incisos VXI e XVII, da Constituição da República. De fato, a acumulação ilícita de cargos públicos constitui uma das infrações mais comuns praticadas por servidores públicos, o que se constata observando o elevado número de processos administrativos instaurados com esse objeto. O sistema adotado pela lei nº 8.112/90 é relativamente brando, quando cotejado com outros estatutos de alguns Estados, visto que propicia ao servidor incursão nessa ilicitude diversas oportunidades para regularizar sua situação e escapar da pena de demissão. Também prevê a lei em comentário, um processo administrativo simplificado (processo disciplinar de rito sumário) para a apuração dessa infração – art. 133”¹⁰².

Capítulo IV Das Responsabilidades

Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Segundo Carvalho Filho¹⁰³, “a responsabilidade se origina de uma conduta ilícita ou da ocorrência de determinada situação fática prevista em lei e se caracteriza pela natureza do campo jurídico em que se consuma. Desse modo, a responsabilidade pode ser civil, penal e administrativa. Cada responsabilidade é, em princípio, independente da outra”.

É possível que o mesmo fato gere responsabilidade civil, penal e administrativa, mas também é possível que este gere apenas uma ou outra espécie de responsabilidade. Daí o fato das responsabilidades serem independentes: o mesmo fato pode gerar a aplicação de qualquer uma delas, cumulada ou isoladamente.

102 MORGATO, Almir. **O Regime Disciplinar dos Servidores Públicos da União**. Disponível em: <http://www.canaldosconcursos.com.br/artigos/almirmorgado_artigo1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

103 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Art. 122. A responsabilidade **civil** decorre de **ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.**

§ 1º A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 46, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, uma vez que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera para o seu autor de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Afinal, quem pratica um ato ou incorre em omissão que gere dano deve suportar as consequências jurídicas decorrentes, restaurando-se o equilíbrio social.¹⁰⁴

A responsabilidade civil, assim, difere-se da penal, podendo recair sobre os herdeiros do autor do ilícito até os limites da herança, embora existam reflexos na ação que apure a responsabilidade civil conforme o resultado na esfera penal (por exemplo, uma absolvição por negativa de autoria impede a condenação na esfera cível, ao passo que uma absolvição por falta de provas não o faz).

Genericamente, os elementos da responsabilidade civil se encontram no art. 186 do Código Civil: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Este é o artigo central do instituto da responsabilidade civil, que tem como elementos: ação ou omissão voluntária (agir como não se deve ou deixar de agir como se deve), culpa ou dolo do agente (dolo é a vontade de cometer uma violação de direito e culpa é a falta de diligência), nexos causal (relação de causa e efeito entre a ação/omissão e o dano causado) e dano (dano é o prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico).

Prevê o artigo 37, §6º da Constituição Federal:

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Este artigo deixa clara a formação de uma relação jurídica autônoma entre o Estado e o agente público que causou o dano no desempenho de suas funções. Nesta relação, a responsabilidade civil será subjetiva, ou seja, caberá ao Estado provar a culpa do agente pelo dano causado, ao qual foi anteriormente condenado a reparar.

104 GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Direito de regresso é justamente o direito de acionar o causador direto do dano para obter de volta aquilo que pagou à vítima, considerada a existência de uma relação obrigacional que se forma entre a vítima e a instituição que o agente compõe.

Assim, o Estado responde pelos danos que seu agente causar aos membros da sociedade, mas se este agente agiu com dolo ou culpa deverá ressarcir o Estado do que foi pago à vítima. O agente causará danos ao praticar condutas incompatíveis com o comportamento ético dele esperado.¹⁰⁵

A responsabilidade civil do servidor exige prévio processo administrativo disciplinar no qual seja assegurado contraditório e ampla defesa.

Trata-se de **responsabilidade civil subjetiva ou com culpa**. Havendo ação ou omissão com culpa do servidor que gere dano ao erário (Administração) ou a terceiro (administrado), o servidor terá o dever de indenizar.

Art. 123. A responsabilidade **penal** abrange os **crimes e contravenções** imputadas ao servidor, nessa qualidade.

A responsabilidade penal do servidor decorre de uma conduta que a lei penal tipifique como infração penal, ou seja, como crime ou contravenção penal.

O servidor poderá ser responsabilizado apenas penalmente, uma vez que somente caberá responsabilização civil se o ato tiver causado prejuízo ao erário (elemento dano).

Os crimes contra a Administração Pública se encontram nos artigos 312 a 326 do Código Penal, mas existem outros crimes espalhados pela legislação específica.

Art. 124. A responsabilidade **civil-administrativa** resulta de **ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função**.

Quando o servidor pratica um ilícito administrativo, a ele é atribuída responsabilidade administrativa. O ilícito pode verificar-se por conduta comissiva ou omissiva e os fatos que o configuram são os previstos na legislação estatutária. Por exemplo, as sanções aplicadas pela Comissão de Ética por violação ao Decreto nº 1.171/94 são administrativas.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão **cumular-se**, sendo **independentes** entre si.

Se as responsabilidades se cumulem, também as sanções serão cumuladas. Daí afirmar-se que tais responsabilidades são independentes, ou seja, não dependem uma da outra.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será **afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria**.

Determinadas decisões na esfera penal geram exclusão da responsabilidade nas esferas civil e administrativa, quais sejam: absolvição por inexistência do fato ou negativa de autoria. A absolvição criminal por falta de provas não gera exclusão da responsabilidade civil e administrativa.

105 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

A absolvição proferida na ação penal, em regra, nada prejudica a pretensão de reparação civil do dano *ex delicto*, conforme artigos 65, 66 e 386, IV do CPP: “art. 65. Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito” (**excludentes de antijuridicidade**); “art. 66. não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, **reconhecida a inexistência material do fato**”; “art. 386, IV – estar provado que o réu **não concorreu para a infração penal**”.

Entendem Fuller, Junqueira e Machado¹⁰⁶: “a absolvição dubitativa (motivada por juízo de dúvida), ou seja, por falta de provas, (art. 386, II, V e VII, na nova redação conferida ao CPP), não empresta qualquer certeza ao âmbito da jurisdição civil, restando intocada a possibilidade de, na ação civil de conhecimento, ser provada e reconhecida a existência do direito ao ressarcimento, de acordo com o grau de cognição e convicção próprios da seara civil (na esfera penal, a decisão de condenação somente pode ser lastreada em juízo de certeza, tendo em vista o princípio constitucional do estado de inocência)”.

Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

Este dispositivo visa garantir que os servidores públicos denunciem os servidores hierarquicamente superiores. Afinal, todos teriam receio de denunciar se pudessem ser responsabilizados civil, penal ou administrativamente por tal denúncia caso no curso da apuração se verificasse que ela não procedia.

Capítulo V Das Penalidades

Art. 127. São penalidades disciplinares:

*I - **advertência**;*

*II - **suspensão**;*

*III - **demissão**;*

*IV - **cassação de aposentadoria ou disponibilidade**;*

*V - **destituição de cargo em comissão**;*

*VI - **destituição de função comissionada**.*

A advertência é a pena mais leve, um aviso de que o funcionário se portou de forma inadequada e de que isso não deve se repetir. A suspensão é uma sanção intermediária, fazendo com que o funcionário deixe de desempenhar o cargo por certo período. Na demissão, o funcionário não mais exercerá o cargo, sendo assim sanção mais grave. Outras sanções são cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição do cargo em comissão, destituição da função comissionada.

¹⁰⁶ FULLER, Paulo Henrique Aranda; JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; MACHADO, Angela C. Cangiano. **Processo Penal**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Coleção Elementos do Direito)

*Art. 128. Na aplicação das penalidades serão consideradas **a natureza e a gravidade da infração cometida**, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.*

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

De forma fundamentada, justificada, se escolherá por uma ou outra sanção, conforme a gravidade do ato praticado.

*Art. 129. A **advertência** será aplicada **por escrito**, nos casos de violação de proibição constante do **art. 117, incisos I a VIII e XIX**, e de inobservância de **dever funcional** previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.*

Vide comentários aos incisos I a VII e XIX do art. 117. A norma é genérica, envolvendo ainda qualquer outra violação de dever funcional que não exija sanção mais grave.

*Art. 130. A **suspensão** será aplicada em caso de **reincidência das faltas punidas com advertência** e de violação das demais proibições que **não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão**, não podendo exceder de **90 (noventa) dias**.*

A suspensão é uma sanção administrativa intermediária, aplicável se as práticas sujeitas a advertência se repetirem ou em caso de infração grave que ainda assim não gere pena de demissão.

§ 1º Será punido com suspensão de até **15 (quinze) dias** o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a **inspeção médica** determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

Trata-se de hipótese específica em que será aplicada suspensão.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Se for inconveniente para a administração pública abrir mão do servidor, poderá multá-lo em 50% de seu vencimento/remuneração diário pelo número de dias de suspensão. O servidor não poderá se recusar a permanecer em serviço.

*Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus **registros cancelados**, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.*

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

O bom comportamento posterior do servidor faz com que o registro de advertência (após 3 anos) ou suspensão (após 5 anos) seja apagado de seu registro, o que não significa que o servidor poderá requerer, por exemplo, o pagamento referente aos dias que ficou suspenso.

Art. 132. A **demissão** será aplicada nos seguintes casos:
I - **crime** contra a administração pública;
Artigos 312 a 326 do Código Penal.

II - **abandono** de cargo;

III - **inassiduidade** habitual;

Deixar totalmente de exercer o cargo ou faltar em excesso.

IV - **improbidade administrativa**;

Atos descritos na Lei nº 8.429/92.

V - **incontinência** pública e conduta escandalosa, na repartição;

Ausência de descrição no exercício das funções.

VI - **insubordinação** grave em serviço;

Violação grave do dever de obediência hierárquica.

VII - **ofensa física**, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

Ofensa física a servidor ou administrado que não para se defender.

VIII - aplicação irregular de **dinheiros públicos**;

IX - revelação de **segredo** do qual se apropriou em razão do cargo;

X - **lesão aos cofres** públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - **corrupção**;

XII - **acumulação ilegal** de cargos, empregos ou funções públicas;

Na verdade, são atos de improbidade administrativa, então nem precisariam ser mencionados.

XIII - transgressão dos **incisos IX a XVI do art. 117**.

Vide comentários aos incisos IX a XVI do art. 117.

Art. 133. Detectada a qualquer tempo a **acumulação ilegal** de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo **processo administrativo disciplinar** se desenvolverá nas seguintes fases:

I - **instauração**, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - **instrução sumária**, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - **juízo**.

§ 1º A indicação da **autoria** de que trata o inciso I dar-se-á pelo **nome e matrícula do servidor**, e a **materialidade** pela **descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico**.

§ 2º A comissão lavrará, até **três dias** após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe a vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 163 e 164.

§ 3º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º No prazo de **cinco dias**, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no § 3º do art. 167.

§ 5º A **opção** pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

§ 6º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º O **procedimento sumário** rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V desta Lei.

O artigo descreve o procedimento em caso de violação do dever de não acumular cargos ilicitamente. No início, o servidor será notificado para se manifestar optando por um cargo. Se ficar omissa ou se recusar fazer a opção, será instaurado processo administrativo disciplinar. Nele, o servidor poderá apresentar defesa no sentido de ser lícita a acumulação. Mas até o último dia do prazo para defesa o servidor poderá optar por um cargo, caso em que o procedimento se converterá em pedido de exoneração do cargo não escolhido, presumindo-se a boa-fé do servidor.

Art. 134. Será **cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo** que houver praticado, na **atividade**, falta punível com a **demissão**.

Supondo que o servidor tenha praticado ato punível com demissão e, sabendo disso, se demita. Isso não evitará que sua aposentadoria seja cassada, assim como ele seria demitido se no exercício das funções.

Art. 135. A **destituição de cargo em comissão** exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de **infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão**.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 35 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Logo, a destituição do cargo em comissão por quem não ocupe um cargo efetivo é aplicável quando o comissionado aplicar não só os atos sujeitos à pena de demissão, mas também os sujeitos à pena de suspensão.

Art. 136. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 132, implica a **indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário**, sem prejuízo da ação penal cabível.

Nos casos de demissão e destituição do cargo em comissão, os bens ficarão indisponíveis para o ressarcimento do prejuízo sofrido pelo Estado, cabendo ainda ação penal própria.

Art. 137. A **demissão** ou a **destituição** de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, **incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal**, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

O ex-servidor que tenha se valido do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública ou que tenha atuado como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo em hipóteses específicas, não poderá ser investido em cargo público federal pelo prazo de 5 anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Vide incisos I, IV, VIII, X e XI do artigo 132. Nestes casos, não caberá jamais retorno ao serviço público federal, diante da gravidade dos atos praticados.

Art. 138. Configura **abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos**.

Conceito de abandono de cargo: ausência intencional por mais de 30 dias seguidos. Gera pena de demissão.

Art. 139. Entende-se por **inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses**.

Conceito de inassiduidade habitual, que também gera demissão: ausência por 60 dias num período de 12 meses de forma injustificada.

Art. 140. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o **procedimento sumário** a que se refere o art. 133, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias interpoladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Por indicação de materialidade, entenda-se demonstração do fato. É preciso indicar especificamente os dias faltados.

Adota-se o procedimento do art. 133.

Art. 141. As penalidades disciplinares **serão aplicadas:**

I - pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade;

II - pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso anterior quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;

III - pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV - pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.

Presidente da República/Presidentes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal/Presidentes dos Tribunais Federais - TRF, TRE, TRT, TSE, TST, STJ e STF/Procurador-Geral da República - demissão ou cassação de aposentadoria/disponibilidade do servidor vinculado ao órgão (sanções mais graves).

Autoridade administrativa de hierarquia imediatamente inferior às do inciso I - suspensão por mais de 30 dias (sanção de suspensão, de gravidade intermediária, por maior período).

Chefe da repartição e outras autoridades previstas no regulamento - advertência e suspensão inferior a 30 dias (sanção de suspensão, de gravidade intermediária, por menor período).

Autoridade que houver feito a nomeação, em qualquer cargo de comissão, independente da pena.

Art. 142. A **ação disciplinar prescreverá:**

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Prescrição é um instituto que visa regular a perda do direito de acionar judicialmente.

No caso, o prazo é de 5 anos para as infrações mais graves, 2 para as de gravidade intermediária (pena de suspensão) e 180 dias para as menos graves (pena de advertência) - Contados da data em que o fato se tornou conhecido pela administração pública.

Se a infração disciplinar for crime, valerão os prazos prescricionais do direito penal, mais longos, logo, menos favoráveis ao servidor.

Interrupção da prescrição significa parar a contagem do prazo para que, retornando, comece do zero. Da abertura da sindicância ou processo administrativo disciplinar até a decisão final proferida por autoridade competente não corre a prescrição. Proferida a decisão, o prazo começa a contar do zero. Passado o prazo, não caberá mais propor ação disciplinar.

Processo administrativo disciplinar

Título V

Do Processo Administrativo Disciplinar

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado **ampla defesa**.

§§ 1º e 2º (Revogados)

§ 3º A apuração de que trata o caput, por solicitação da autoridade a que se refere, poderá ser promovida por **autoridade de órgão ou entidade diverso daquele em que tenha ocorrido a irregularidade**, mediante competência específica para tal finalidade, **delegada em caráter permanente ou temporário** pelo Presidente da República, pelos presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, no âmbito do respectivo Poder, órgão ou entidade, preservadas as competências para o julgamento que se seguir à apuração.

Art. 144. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por **escrito**, confirmada a **autenticidade**.

Parágrafo único. Quando o fato narrado **não** configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será **arquivada, por falta de objeto**.

Art. 145. Da sindicância poderá resultar:

I - **arquivamento do processo**;

II - aplicação de penalidade de **advertência** ou **suspensão de até 30 (trinta) dias**;

III - instauração de **processo disciplinar**.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da **sindicância** não excederá **30 (trinta) dias**, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 146. **Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.**

A sindicância é uma modalidade mais branda de apuração da infração administrativa porque ou gerará a aplicação de uma sanção mais branda, ou apenas antecederá o processo administrativo disciplinar que aplique a sanção mais grave, entendendo-se por sanções mais graves qualquer uma pior do que suspensão por menos de 30 dias (suspensão por mais de 30 dias, além de todas as outras que geram perda do cargo ou da aposentadoria).

Capítulo II

Do Afastamento Preventivo

Art. 147. Como **medida cautelar** e a fim de que o servidor **não venha a influir na apuração da irregularidade**, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de **até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração**.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser **prorrogado por igual prazo**, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

O afastamento preventivo é uma medida cautelar que impede que o servidor tente influenciar na decisão da apuração de sua infração, podendo ocorrer por no máximo 60 dias, prorrogáveis até 120 dias, sem perda de remuneração (afinal, ainda não foi condenado).

Capítulo III

Do Processo Disciplinar

Art. 148. O **processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor** por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 149. O processo disciplinar será **conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente**, observado o disposto no § 3º do art. 143, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º A Comissão terá como **secretário servidor designado** pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, **cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau**.

Art. 150. A Comissão exercerá suas atividades com **independência e imparcialidade**, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 151. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - **instauração**, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - **inquérito administrativo**, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - **juízo**.

Art. 152. O prazo para a conclusão do processo disciplinar **não excederá 60 (sessenta) dias**, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua **prorrogação por igual prazo**, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º Sempre que necessário, a comissão dedicará **tempo integral** aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º As reuniões da comissão serão **registradas em atas** que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Este capítulo introduz aspectos sobre o processo administrativo que serão aprofundados adiante e na própria lei nº 9.784/99. Em suma, tem-se que o processo administrativo deve garantir a ampla defesa, será conduzido por uma comissão de 3 membros funcionários estáveis que decidirão com independência e imparcialidade, divide-se em 3 fases e possui prazo limite de duração (60, eventualmente +60).

Seção I Do Inquérito

Art. 153. O inquérito administrativo obedecerá ao **princípio do contraditório**, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 154. Os **autos da sindicância integrarão o processo disciplinar**, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como **ilícito penal**, a autoridade competente encaminhará **cópia dos autos ao Ministério Público**, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 155. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a **tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis**, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 156. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo **pessoalmente ou por intermédio de procurador**, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art. 157. As testemunhas serão **intimadas a depor** mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 158. O depoimento será prestado **oralmente e reduzido a termo**, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 159. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o **interrogatório do acusado**, observados os procedimentos previstos nos arts. 157 e 158.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, *facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão*.

Art. 160. Quando houver **dúvida sobre a sanidade mental do acusado**, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 161. **Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor**, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, *assegurando-se-lhe vista do processo na repartição*.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

Art. 162. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a **comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado**.

Art. 163. Achado-se o indiciado em **lugar incerto e não sabido**, será citado por edital, publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 164. Considerar-se-á **revel** o indiciado que, regularmente citado, **não apresentar defesa no prazo legal**.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Art. 165. **Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso**, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 166. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será **remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento**.

O inquérito é uma das fases do processo administrativo disciplinar, obedecendo às regras descritas nesta seção, destacando-se as que tratam da produção de provas.

Seção II Do Julgamento

Art. 167. **No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão**.

§ 1º Se a **penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo**, este será **encaminhado à autoridade competente**, que decidirá em igual prazo.

§ 2º Havendo **mais de um indiciado e diversidade de sanções**, o julgamento caberá à **autoridade competente para a imposição da pena mais grave**.

§ 3º Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 141.

§ 4º Reconhecida pela comissão a **inocência do servidor**, a autoridade instauradora do processo determinará o seu **arquivamento**, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

Art. 168. O julgamento acatará o **relatório da comissão**, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 169. Verificada a ocorrência de **vício insanável**, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 142, § 2º, será responsabilizada na forma do Capítulo IV do Título IV.

Art. 170. **Extinta a punibilidade pela prescrição**, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 171. Quando a infração estiver **capitulada como crime**, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 172. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser **exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade**, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do art. 34, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 173. Serão **assegurados transporte e diárias**:

I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Nesta seção, trata-se do julgamento do processo administrativo disciplinar, que não será feito pela comissão, mas pela autoridade competente para aplicar a sanção. Afinal, a comissão apenas indica qual o ato praticado pelo indiciamento. Se houver mais de um indiciado e as sanções forem diversas, julga a autoridade de maior nível hierárquico. Ex: autoridade que pode aplicar suspensão não pode aplicar demissão, de forma que se a um dos indiciados couber demissão será a autoridade que pode aplicar esta pena que aplicará também a suspensão ao outro indiciado.

Seção III Da Revisão do Processo

Art. 174. O processo disciplinar **poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício**, quando se aduzirem **fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada**.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 175. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 176. A simples **alegação de injustiça da penalidade de não constitui fundamento para a revisão**, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 177. O requerimento de revisão do processo será **dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente**, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 149.

Art. 178. A revisão correrá em **apenso ao processo originário**.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 179. A comissão revisora terá **60 (sessenta) dias** para a conclusão dos trabalhos.

Art. 180. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as **normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar**.

Art. 181. O **julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade**, nos termos do art. 141.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 182. Julgada **procedente a revisão**, será declarada **sem efeito a penalidade aplicada**, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo **não poderá resultar agravamento de penalidade**.

A revisão do processo consiste na possibilidade do servidor condenado requerer que sua condenação seja revista se surgirem novos fatos ou circunstâncias que justifiquem sua absolvição ou a aplicação de uma pena mais leve. Poderá ser requerida ao ministro de Estado ou autoridade de mesma hierarquia e será apensada ao processo administrativo originário. O julgamento será feito pela mesma autoridade que aplicou a pena. Se apurado que na verdade a pena deveria ser maior, não cabe agravar a situação do servidor.

Da Seguridade Social do Servidor

Título VI

Da Seguridade Social do Servidor

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 183. A União manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família.

§ 1º O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde.

§ 2º O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem direito à remuneração, inclusive para servir em organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo ou com o qual coopere, ainda que contribua para regime de previdência social no exterior, terá suspenso o seu vínculo com o regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público enquanto durar o afastamento ou a licença, não lhes assistindo, neste período, os benefícios do mencionado regime de previdência.

§ 3º Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais.

§ 4º O recolhimento de que trata o § 3º deve ser efetuado até o segundo dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos, aplicando-se os procedimentos de cobrança e execução dos tributos federais quando não recolhidas na data de vencimento.

Art. 184. O Plano de Seguridade Social visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam às seguintes finalidades:

I - garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão;

II - proteção à maternidade, à adoção e à paternidade;

III - assistência à saúde.

Parágrafo único. Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidos em regulamento, observadas as disposições desta Lei.

Art. 185. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

I - quanto ao servidor:

a) aposentadoria;

b) auxílio-natalidade;

c) salário-família;

- d) licença para tratamento de saúde;
- e) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade;
- f) licença por acidente em serviço;
- g) assistência à saúde;
- h) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias;

II - quanto ao dependente:

- a) pensão vitalícia e temporária;
- b) auxílio-funeral;
- c) auxílio-reclusão;
- d) assistência à saúde.

§ 1º As aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontram vinculados os servidores, observado o disposto nos arts. 189 e 224.

§ 2º O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução ao erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

Capítulo II Dos Benefícios

Seção I Da Aposentadoria

Art. 186. O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério se professor, e 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais;

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

§ 2º Nos casos de exercício de atividades consideradas insalubres ou perigosas, bem como nas hipóteses previstas no art. 71, a aposentadoria de que trata o inciso III, «a» e «c», observará o disposto em lei específica.

§ 3º Na hipótese do inciso I o servidor será submetido à junta médica oficial, que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou a impossibilidade de se aplicar o disposto no art. 24.

Art. 187. A aposentadoria compulsória será automática, e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

Art. 188. A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 3º O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença.

§ 4º Para os fins do disposto no § 1º deste artigo, serão consideradas apenas as licenças motivadas pela enfermidade ensejadora da invalidez ou doenças correlacionadas.

§ 5º A critério da Administração, o servidor em licença para tratamento de saúde ou aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria.

Art. 189. O provento da aposentadoria será calculado com observância do disposto no § 3º do art. 41, e revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Parágrafo único. São estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 190. O servidor aposentado com provento proporcional ao tempo de serviço se acometido de qualquer das moléstias especificadas no § 1º do art. 186 desta Lei e, por esse motivo, for considerado inválido por junta médica oficial passará a perceber provento integral, calculado com base no fundamento legal de concessão da aposentadoria.

Art. 191. Quando proporcional ao tempo de serviço, o provento não será inferior a 1/3 (um terço) da remuneração da atividade.

Art. 192. (Vetado).

Art. 193. (Revogado).

Art. 194. Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, até o dia vinte do mês de dezembro, em valor equivalente ao respectivo provento, deduzido o adiantamento recebido.

Art. 195. Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas, durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, será concedida aposentadoria com provento integral, aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço efetivo.

Seção II Do Auxílio-Natalidade

Art. 196. O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.

§ 1º Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinquenta por cento), por nascituro.

§ 2º O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

Seção III Do Salário-Família

Art. 197. O salário-família é devido ao servidor ativo ou ao inativo, por dependente econômico.

Parágrafo único. Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família:

I - o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos ou, se inválido, de qualquer idade;

II - o menor de 21 (vinte e um) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo;

III - a mãe e o pai sem economia própria.

Art. 198. Não se configura a dependência econômica quando o beneficiário do salário-família perceber rendimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento da aposentadoria, em valor igual ou superior ao salário-mínimo.

Art. 199. Quando o pai e mãe forem servidores públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a um deles; quando separados, será pago a um e outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Parágrafo único. Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 200. O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para a Previdência Social.

Art. 201. O afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, não acarreta a suspensão do pagamento do salário-família.

Seção IV

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 202. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Art. 203. A licença de que trata o art. 202 desta Lei será concedida com base em perícia oficial.

§ 1º Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

§ 2º Inexistindo médico no órgão ou entidade no local onde se encontra ou tenha exercício em caráter permanente o servidor, e não se configurando as hipóteses previstas nos parágrafos do art. 230, será aceito atestado passado por médico particular.

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, o atestado somente produzirá efeitos depois de recepcionado pela unidade de recursos humanos do órgão ou entidade.

§ 4º A licença que exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento será concedida mediante avaliação por junta médica oficial.

§ 5º A perícia oficial para concessão da licença de que trata o caput deste artigo, bem como nos demais casos de perícia oficial previstos nesta Lei, será efetuada por cirurgiões-dentistas, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia.

Art. 204. A licença para tratamento de saúde inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 1 (um) ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.

Art. 205. O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas no art. 186, § 1º.

Art. 206. O servidor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido a inspeção médica.

Art. 206-A. O servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, a União e suas entidades autárquicas e fundacionais poderão:

I - prestar os exames médicos periódicos diretamente pelo órgão ou entidade à qual se encontra vinculado o servidor;

II - celebrar convênio ou instrumento de cooperação ou parceria com os órgãos e entidades da administração direta, suas autarquias e fundações;

III - celebrar convênios com operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão, que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador, na forma do art. 230; ou

IV - prestar os exames médicos periódicos mediante contrato administrativo, observado o disposto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes.

Seção V**Da Licença à Gestante, à Adotante e da Licença -Paternidade**

Art. 207. Será concedida licença à servidora gestante por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 208. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Art. 209. Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

Art. 210. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada.

Parágrafo único. No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias.

Seção VI**Da Licença por Acidente em Serviço**

Art. 211. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 212. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:
I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 213. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Parágrafo único. O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 214. A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

Seção VII**Da Pensão**

Art. 215. Por morte do servidor, os dependentes, nas hipóteses legais, fazem jus à pensão a partir da data de óbito, observado o limite estabelecido no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 216. (Revogado)

Art. 217. São beneficiários das pensões:

I - o cônjuge;

II - o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente;

III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;

IV - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos:

a) seja menor de 21 (vinte e um) anos;

b) seja inválido;

c)

d) tenha deficiência intelectual ou mental, nos termos do regulamento;

V - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e

VI - o irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do servidor e atenda a um dos requisitos previstos no inciso IV.

§ 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do caput exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI.

§ 2º A concessão de pensão aos beneficiários de que trata o inciso V do caput exclui o beneficiário referido no inciso VI.

§ 3º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do servidor e desde que comprovada dependência econômica, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 218. Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados.

Art. 219. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 220. Perde o direito à pensão por morte:

I - após o trânsito em julgado, o beneficiário condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do servidor;

II - o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 221. Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

I - declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;

II - desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;

III - desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 222. Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

I - o seu falecimento;

II - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;

III - a cessação da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido, o afastamento da deficiência, em se tratando de beneficiário com deficiência, ou o levantamento da interdição, em se tratando de beneficiário com deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "a" e "b" do inciso VII;

IV - o implemento da idade de 21 (vinte e um) anos, pelo filho ou irmão;

V - a acumulação de pensão na forma do art. 225;

VI - a renúncia expressa; e

VII - em relação aos beneficiários de que tratam os incisos I a III do caput do art. 217:

a) o decurso de 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do servidor;

b) o decurso dos seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor, depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 1º A critério da administração, o beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das referidas condições.

§ 2º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida no inciso III ou os prazos previstos na alínea "b" do inciso VII, ambos do caput, se o óbito do servidor decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "b" do inciso VII do caput, em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 4º O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais referidas nas alíneas "a" e "b" do inciso VII do caput.

Art. 223. Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá para os cobeneficiários.

Art. 224. As pensões serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores, aplicando-se o disposto no parágrafo único do art. 189.

Art. 225. Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de pensão deixada por mais de um cônjuge ou companheiro ou companheira e de mais de 2 (duas) pensões.

Seção VIII Do Auxílio-Funeral

Art. 226. O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.

§ 1º No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.

§ 2º (VETADO).

§ 3º O auxílio será pago no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

Art. 227. Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 228. Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos da União, autarquia ou fundação pública.

Seção IX **Do Auxílio-Reclusão**

Art. 229. À família do servidor ativo é devido o auxílio-reclusão, nos seguintes valores:

I - dois terços da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;

II - metade da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda de cargo.

§ 1º Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o servidor terá direito à integralização da remuneração, desde que absolvido.

§ 2º O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

§ 3º Ressalvado o disposto neste artigo, o auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão.

Capítulo III **Da Assistência à Saúde**

Art. 230. A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º Nas hipóteses previstas nesta Lei em que seja exigida perícia, avaliação ou inspeção médica, na ausência de médico ou junta médica oficial, para a sua realização o órgão ou entidade celebrará, preferencialmente, convênio com unidades de atendimento do sistema público de saúde, entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública, ou com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 2º Na impossibilidade, devidamente justificada, da aplicação do disposto no parágrafo anterior, o órgão ou entidade promoverá a contratação da prestação de serviços por pessoa jurídica, que constituirá junta médica especificamente para esses fins, indicando os nomes e especialidades dos seus integrantes, com a comprovação de suas habilitações e de que não estejam respondendo a processo disciplinar junto à entidade fiscalizadora da profissão.

§ 3º Para os fins do disposto no caput deste artigo, ficam a União e suas entidades autárquicas e fundacionais autorizadas a:

I - celebrar convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos, com entidades

de autogestão por elas patrocinadas por meio de instrumentos jurídicos efetivamente celebrados e publicados até 12 de fevereiro de 2006 e que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador, sendo certo que os convênios celebrados depois dessa data somente poderão sê-lo na forma da regulamentação específica sobre patrocínio de autogestões, a ser publicada pelo mesmo órgão regulador, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei, normas essas também aplicáveis aos convênios existentes até 12 de fevereiro de 2006;

II - contratar, mediante licitação, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador;

III - (VETADO)

§ 4º (VETADO)

§ 5º O valor do ressarcimento fica limitado ao total despendido pelo servidor ou pensionista civil com plano ou seguro privado de assistência à saúde.

Capítulo IV **Do Custeio**

Art. 231. (Revogado).

Disposições finais, gerais e transitórias

Título VII

Capítulo Único **Da Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público**

Art. 232. (Revogado).

Art. 233. (Revogado).

Art. 234. (Revogado).

Art. 235. (Revogado).

Título VIII

Capítulo Único **Das Disposições Gerais**

Art. 236. O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 237. Poderão ser instituídos, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de ideias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Art. 238. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 239. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art. 240. Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;

b) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;

c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria.

d) e e) (Revogados).

Art. 241. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 242. Para os fins desta Lei, considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter permanente.

Título IX

Capítulo Único

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 243. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.

§ 1º Os empregos ocupados pelos servidores incluídos no regime instituído por esta Lei ficam transformados em cargos, na data de sua publicação.

§ 2º As funções de confiança exercidas por pessoas não integrantes de tabela permanente do órgão ou entidade onde têm exercício ficam transformadas em cargos em comissão, e mantidas enquanto não for implantado o plano de cargos dos órgãos ou entidades na forma da lei.

§ 3º As Funções de Assessoramento Superior - FAS, exercidas por servidor integrante de quadro ou tabela de pessoal, ficam extintas na data da vigência desta Lei.

§ 4º (VETADO).

§ 5º O regime jurídico desta Lei é extensivo aos servidores da Justiça, remunerados com recursos da União, no que couber.

§ 6º Os empregos dos servidores estrangeiros com estabilidade no serviço público, enquanto não adquirirem a nacionalidade brasileira, passarão a integrar tabela em extinção, do respectivo órgão ou entidade, sem prejuízo dos direitos inerentes aos planos de carreira aos quais se encontrem vinculados os empregos.

§ 7º Os servidores públicos de que trata o caput deste artigo, não amparados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão, no interesse da Administração e conforme critérios estabelecidos em regulamento, ser exonerados mediante indenização de um mês de remuneração por ano de efetivo exercício no serviço público federal.

§ 8º Para fins de incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos, serão considerados como indenizações isentas os pagamentos efetuados a título de indenização prevista no parágrafo anterior.

§ 9º Os cargos vagos em decorrência da aplicação do disposto no § 7º poderão ser extintos pelo Poder Executivo quando considerados desnecessários.

Art. 244. Os adicionais por tempo de serviço, já concedidos aos servidores abrangidos por esta Lei, ficam transformados em anuênio.

Art. 245. A licença especial disciplinada pelo art. 116 da Lei nº 1.711, de 1952, ou por outro diploma legal, fica transformada em licença-prêmio por assiduidade, na forma prevista nos arts. 87 a 90.

Art. 246. (VETADO).

Art. 247. Para efeito do disposto no Título VI desta Lei, haverá ajuste de contas com a Previdência Social, correspondente ao período de contribuição por parte dos servidores celetistas abrangidos pelo art. 243.

Art. 248. As pensões estatutárias, concedidas até a vigência desta Lei, passam a ser mantidas pelo órgão ou entidade de origem do servidor.

Art. 249. Até a edição da lei prevista no § 1º do art. 231, os servidores abrangidos por esta Lei contribuirão na forma e nos percentuais atualmente estabelecidos para o servidor civil da União conforme regulamento próprio.

Art. 250. O servidor que já tiver satisfeito ou vier a satisfazer, dentro de 1 (um) ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos do inciso II do art. 184 do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, aposentar-se-á com a vantagem prevista naquele dispositivo.

Art. 251. (Revogado).

Art. 252. *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente.*

Art. 253. *Ficam revogadas a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e respectiva legislação complementar, bem como as demais disposições em contrário.*

Brasília, 11 de dezembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

**6.11 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
6.12 LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES
(LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).**

O assunto foi abordado no tópico 5.8.

**6.13 LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 (LEI
DE RESPONSABILIDADE FISCAL).**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Trata de como responsabilizar o administrador público pela possível má administração. Relaciona-se, assim, às finanças públicas, notadamente. Insere-se no âmbito da ética na administração pública, mas com aspectos mais pragmáticos.

"A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, veio regulamentar a Constituição Federal, na parte da Tributação e do Orçamento (Título VI), cujo Capítulo II estabelece as normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos três níveis de governo: federal, estadual e municipal"¹⁰⁷. Em destaque, o artigo 163 da Constituição Federal:

Art. 163. *Lei complementar disporá sobre:*

*I - finanças públicas;
II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;*

III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

107 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

"A Lei de Responsabilidade Fiscal enfrenta o déficit limitando as despesas de pessoal, dificultando a geração de novas despesas, sobretudo as obrigatórias e continuadas, requerendo a cobrança de todos os tributos, impondo ajustes de compensação para a renúncia e exigindo mais condições para repasses entre governos e destes para instituições privadas [...]"¹⁰⁸.

"A LC nº 101/2000 visa, antes de tudo, disciplinar o comportamento do gestor público. À luz dos princípios éticos ligados à Administração, como planejamento, equilíbrio financeiro, economicidade, produtividade, transparência, controle e responsabilidade. Seu foco é a gestão fiscal, conceito que ampliou em relação ao uso corrente do termo, pois incluiu nele aspectos relativos ao planejamento, ao orçamento, à programação financeira e ao fluxo de caixa; à receita, inclusive à tributação, e à despesa, à execução orçamentária e financeira; às transferências; ao endividamento; ao patrimônio público e à previdência social. [...] A Carta Magna promulgada em 1988 reforçou significativamente esse interesse coletivo, quando, entre outras determinações, tornou obrigatória a edição anual, em cada esfera de governo, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pode-se afirmar que a LRF veio dar um caráter mais expressivo a essas funções, inclusive criando mecanismos de acompanhamento periódico de resultados, disciplinando as atividades de ajuste entre programado e executado e ratificando a punição dos infratores no exercício da ação governamental"¹⁰⁹.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º *Esta Lei Complementar estabelece **normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal**, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.*

§ 1º *A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a **ação planejada e transparente**, em que se **previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas**, mediante o **cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições** no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.*

O §1º deixa claro o objetivo da lei, que é assegurar o equilíbrio das contas públicas, garantindo a correspondência entre receitas (entradas aos cofres públicos) e despesas (saídas dos cofres públicos), nos termos da respectiva lei

108 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Básico**: A lei de Responsabilidade Fiscal. Imprensa Oficial: São Paulo, 2007.

109 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

orçamentária. Consiste na ação planejada e transparente, na prevenção de riscos e correção dos desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas, na garantia de equilíbrio nas contas e na obediência a limites e condições para a renúncia de receitas e a geração de despesas em geral¹¹⁰.

Para tanto, tem-se os instrumentos voltados ao planejamento do gasto público, que são os mesmos previstos na Constituição Federal, quais sejam: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

"O que a LRF busca, na verdade, é reforçar o papel da atividade de planejamento e, mais especificamente, a vinculação entre as atividades de planejamento e de execução do gasto público [...] Por sua vez, a transparência será alcançada por meio do conhecimento e da participação da sociedade, assim como na ampla publicidade que deve cercar todos os atos e fatos ligados à arrecadação de receitas e à realização de despesas pelo Poder Público"¹¹¹.

"Para tornar o controle mais objetivo, a LRF determina o incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, LDO e orçamentos. Obriga a disponibilidade, durante todo o exercício, das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, no respectivo Poder Legislativo e no órgão responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e pelas instituições da sociedade"¹¹².

§ 2º As disposições desta Lei Complementar **obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios**.

Aplica-se, então, em todos os âmbitos da administração pública – federal, estadual e municipal.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o **Poder Executivo, o Poder Legislativo**, neste abrangidos os **Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público**;

b) as **respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes**;

Abrange, portanto, administração direta e indireta.

II - a Estados entende-se considerado o **Distrito Federal**;

III - a **Tribunais de Contas** estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Percebe-se a amplitude da proteção legal conferida: todas as esferas estatais, da União aos municípios; envolvendo administração direta e indireta; abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público. Em verdade, é necessária tamanha abrangência, pois sem esta não funcionaria adequadamente o orçamento, que é estabelecido de forma escalonada e global.

110 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

111 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

112 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe que a ação governamental seja precedida de propostas planejadas, transcorra dentro dos limites e das condições institucionais e resultem no equilíbrio entre receitas e despesas"¹¹³.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - **ente da Federação**: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

O modelo federativo brasileiro é considerado atípico por incluir os municípios. Pela federação, cada unidade estatal possui relativa autonomia, vinculando-se à União nos aspectos que se mostrem essenciais à manutenção da federação.

II - **empresa controlada**: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

Trata-se aqui das chamadas empresas públicas (ex: Caixa Econômica Federal) e sociedades de economia mista (ex: Banco do Brasil), sendo que nas primeiras a participação estatal é de 100% e nas segundas é de 50% + 1 ação ordinária, no mínimo (maioria do capital social).

III - **empresa estatal dependente**: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

Por isso, no caso das empresas controladas, mesmo que não dependentes financeiramente, há vinculação.

IV - **receita corrente líquida**: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão **computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos** em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º **Não serão considerados na receita corrente líquida** do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso V do § 1º do art. 19.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada **somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores**, excluídas as duplicidades.

113 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

Dentre os conceitos deste artigo, o mais importante é o de receita corrente líquida. O §3º estabelece a metodologia de cálculo, consistente na verificação da RCL correspondente ao período de um ano, não necessariamente o ano civil, logo, a apuração começará no mesmo mês em que estiver calculando a RCL.

CAPÍTULO II DO PLANEJAMENTO

Seção I Do Plano Plurianual

Art. 3º (VETADO)

"O texto da LRF, aprovado no Senado Federal, previa a antecipação, em 120 dias do prazo para remessa da proposta do PPA ao Legislativo (até o final de abril), além da elaboração de um Anexo de Política Fiscal, destinado a demonstrar a compatibilidade dos objetivos e metas plurianuais nele contidos, com as linhas gerais da política econômica nacional e de desenvolvimento social. [...] No entanto, essa parte foi objeto de veto pelo presidente da República, sob o argumento de que a exiguidade do prazo inviabilizaria o aperfeiçoamento metodológico do PPA, bem como a seleção mais criteriosa de programas e ações prioritárias de governo"¹¹⁴.

Seção II Da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias **atenderá o disposto no § 2º** do art. 165 da Constituição e:

Prevê referido dispositivo constitucional:

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

I - disporá **também** sobre:

Com efeito, são conferidas novas competências à LDO.

a) **equilíbrio entre receitas e despesas;**

b) **critérios e forma de limitação de empenho**, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) **normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;**

f) **demaís condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;**

II - (VETADO)

III - (VETADO)

114 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias **Anexo de Metas Fiscais**, em que serão estabelecidas **metas anuais, em valores correntes e constantes**, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O Anexo **conterá, ainda**:

I - **avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;**

II - **demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;**

III - **evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;**

IV - **avaliação da situação financeira e atuarial:**

a) **dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;**

b) **dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;**

V - **demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.**

"A Lei de Responsabilidade Fiscal veio fortalecer a LDO, especialmente a partir do Anexo de Metas Fiscais, em que são estabelecidas metas anuais em valores correntes e constantes para um período de três anos, conforme o modelo neozelandês. Essas metas, resumidamente, correspondem às previsões para: 1. Metas anuais para as receitas; 2. Metas anuais para as despesas; 3. Metas anuais para o resultado nominal; 4. Metas anuais para o resultado primário; 5. Metas anuais para o montante da dívida pública. Todas essas metas são estabelecidas para três anos, isto é, o exercício a que se referir a LDO e os dois seguintes. Nota-se que o legislador imputou ao administrador público um esforço maior para a confecção do seu principal instrumento de planejamento – a LDO"¹¹⁵.

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá **Anexo de Riscos Fiscais**, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

§ 4º A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os **objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial**, bem como **os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis**, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.

"A LDO foi significativamente fortalecida porque, além dessas incumbências, a LRF, em prol do equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, também lhe atribuiu, em diversos dispositivos, competência para disciplinar várias matérias"¹¹⁶.

115 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

116 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

"O AMF constitui uma das inovações da LRF. Na sua elaboração deve-se considerar uma dimensão temporal mínima de seis anos, que abrange, portanto, o exercício em curso, os três precedentes e os dois subsequentes"¹¹⁷.

O ARF é o "anexo que deverá descrever os potenciais eventos capazes de perturbar o equilíbrio das contas, caso ocorram passivos contingentes e outros riscos, isto é, a ocorrência de fatos circunstanciais que provoquem geração de despesas imprevisíveis, redução de receitas ou perdas de bens patrimoniais"¹¹⁸.

Seção III Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, **demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes** do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

Refere-se ao Anexo de Metas Fiscais.

II - será acompanhado do **documento a que se refere o § 6º** do art. 165 da Constituição, bem como das **medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado**;

O documento a que se refere o art. 165, §6º, CF é lei de diretrizes orçamentárias.

III - conterá **reserva de contingência**, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) **atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos**.

"Esta unidade orçamentária será destinada ao atendimento de passivos contingentes, além de outros imprevistos fiscais. Podemos citar como exemplo de imprevistos fiscais as sentenças judiciais, como causas relativas a aumento de remuneração e servidores e desapropriações"¹¹⁹.

§ 1º Todas as **despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atendem, constarão da lei orçamentária anual**.

§ 2º O **refinanciamento da dívida pública constará separadamente** na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A **atualização monetária** do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É **vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada**.

117 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

118 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

119 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

§ 5º A lei orçamentária **não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão**, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do **Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos**.

§ 7º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º O **resultado do Banco Central do Brasil**, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui **receita do Tesouro Nacional**, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O **resultado negativo** constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

§ 2º O **impacto e o custo fiscal** das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão **demonstrados trimestralmente**, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.

§ 3º Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão **notas explicativas** sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

O Banco Central do Brasil produz receita que será transferida à União, que também se responsabiliza por suas despesas (encargos sociais, custeio administrativo e pagamento de pessoal). Se não houver receita, mas prejuízo, forma-se dívida do Tesouro Nacional com o Banco Central do Brasil. Conferindo publicidade às atividades do BACEN, são divulgados balanços trimestrais com notas explicativas.

Seção IV Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas

Art. 8º **Até trinta dias após a publicação dos orçamentos**, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o **Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso**.

Parágrafo único. Os recursos legalmente **vinculados a finalidade específica** serão **utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação**, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

"Na execução orçamentária, os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. Essa determinação impõe a adoção de procedimentos especiais para gerir os recursos vinculados e suas aplicações como movimentação financeira em contas específicas"¹²⁰.

120 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, **limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.**

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, **é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.**

Na ADIN nº 2.238-5 considerou-se o dispositivo inconstitucional porque violaria a independência dos Poderes, determinação da Constituição Federal. "Assim, a partir da manifestação da Corte Suprema, embora os seus repasses não estejam sujeitos a limitações, a juízo do Poder Executivo, continuam os demais Poderes e o Ministério Público obrigados a adotar medidas de contenção de gastos, nos termos definidos pela LDO, sempre que a execução da receita puder comprometer as metas fiscais previamente definidas, conforme determinado no artigo 9º da LRF"¹²¹.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, **o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.**

§ 5º No prazo de **noventa dias** após o encerramento de cada semestre, o **Banco Central do Brasil** apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, **avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial**, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Art. 10. A execução orçamentária e financeira **identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.**

"A condenação judicial de pessoa pública de direito público enseja pagamento na forma de precatório judicial, que nada mais é que a carta de sentença remetida pelo Juiz da Comarca ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que este determine inclusão no orçamento da entidade devedora"¹²². Prevê o artigo 100 da Constituição Federal, que trata dos pagamentos estatais de sentenças judiciais, também conhecidos como **precatórios**.

121 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

122 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Básico: A lei de Responsabilidade Fiscal**. Imprensa Oficial: São Paulo, 2007.

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 6º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de **preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.**

§ 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

§ 8º É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo.

CAPÍTULO III DA RECEITA PÚBLICA

"A LRF, no Capítulo III, visa regular a importância das receitas próprias na realização de projetos e manutenção da máquina pública, em nível local. Estados e municípios possuem legislação tributária própria e devem explorar com eficiência o seu potencial de arrecadação desvinculando-se cada vez mais da dependência e paternalismo do governo federal"¹²⁴.

Seção I Da Previsão e da Arrecadação

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos.

"A determinação para a cobrança de tributos, constante do artigo 11 da LRF, deve ser vista como um estímulo ao administrador para o desenvolvimento do sistema tributário próprio. Na verdade, nos termos da LRF e nos termos da Lei nº 10.028 (Lei de Crimes Fiscais), cobrar impostos, mais que um direito da administração pública, passa a ser uma obrigação. [...] A instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos são ressaltadas pelo texto da LRF como requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal. A omissão do exercício da competência tributária de instituir e cobrar impostos (apenas os impostos) por parte de algum ente terá como consequência a imediata suspensão das transferências voluntárias ao ente público que se mostrar negligente nessa questão, conforme determina o parágrafo único do artigo 11 da LRF"¹²⁵.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

A ADIN 2.238-5 suspendeu a eficácia deste §2º.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo **trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.**

124 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

125 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

§ 9º No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

§ 10. Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º, para os fins nele previstos.

§ 11. É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.

§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitos, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

§ 15. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação.

§ 16. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.

"As determinações da LRF, contidas nos arts. 8º a 10, possuem um objetivo implícito - propiciar um acompanhamento dinâmico e prospectivo da execução orçamentária e do cumprimento das metas, uma das premissas inovadoras da LRF na busca do equilíbrio financeiro. Além disso, obrigam a utilização de novos instrumentos de gestão financeira e, consequentemente, liberam os gestores de possíveis críticas de ordenadores da despesa quando adotam as providências cabíveis para tanto, de estarem agindo de forma discricionária"¹²³.

123 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

"A explicitação relativa à obrigatoriedade de instituir e arrecadar seus tributos derruba a tese de alguns financistas, que consideram voluntária essa competência institucional dos Municípios (isto é, admitem a possibilidade de deixarem de cobrar o IPTU, por exemplo). O desdobramento, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação das medidas acima, reforça o entendimento de que não basta somente efetuar o lançamento dos tributos, mas envidar todos os esforços para que o crédito tributário ingresse, sob a forma de numerário, nos cofres públicos"¹²⁶.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

As metas bimestrais servirão de parâmetro para a limitação de empenho e movimentação financeira a que se refere o art. 9º.

Seção II Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros **benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.**

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando **implementadas as medidas** referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo **não se aplica:**

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

126 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

Aqui, trata-se dos chamados incentivos fiscais, que pode ser positiva à economia, mas altamente danosa se não respeitadas as limitações legais. Cabe atender não só aos requisitos da LDO, mas também aos da LRF. O §1º conceitua renúncia de receita para os fins da lei, entendendo-se: por anistia, o perdão de multas; por remissão, o perdão de dívidas tributárias; por subsídio, uma quantia de subvenção concedida pelo Estado como incentivo favorável ao interesse público; por crédito presumido, o que não acrescenta ao preço final o montante do imposto cobrado na operação anterior; por isenção, o favor legal concedido pelo Estado, dispensando o pagamento de tributo devido¹²⁷.

"Não basta que os objetivos do projeto de lei, concedendo benefício fiscal, sejam os mais nobres. A CF, instrumentalizada com o mandamentos impostos pela LRF, exige que sejam quantificados e medidos os seus impactos nas finanças municipais, para permitir a avaliação da relação custo/benefício e facilitar a tarefa dos membros do Poder Legislativo de realizar a avaliação do mérito"¹²⁸.

CAPÍTULO IV DA DESPESA PÚBLICA

Seção I Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será **acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.**

127 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

128 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a **despesa considerada irrelevante**, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem **condição prévia** para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

"A regra básica da LRF (artigos 15, 16 e 17) para todo e qualquer aumento de despesa pode ser assim traduzida: será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público toda e qualquer despesa que não esteja acompanhada de: 1. Estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos três primeiros exercícios de sua vigência; 2. Sua adequação orçamentária e financeira com a LOA, o PPA e a LDO e, no caso de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (DOCC), deverá vir acompanhada também de suas medidas compensatórias"¹²⁹.

Subseção I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se **obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.**

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a **origem dos recursos para seu custeio**.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será **acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais** previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se **aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição**.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as **premissas e metodologia de cálculo utilizadas**, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo **não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º**, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a **prorrogação daquela criada por prazo determinado**.

129 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Nos termos da lei em estudo, o aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado somente é permitido quando houver aumento permanente de receita (consoante definição do §3º) ou então redução permanente de despesa.

"Criação e preenchimento de cargos públicos, concessão de aumento salarial para o funcionalismo (não confundir com revisão geral anual), implantação do fundo da criança e do adolescente, reestruturação do plano de cargos e salários, exigência de contribuição permanente à Santa Casa de Misericórdia, são todas iniciativas criadas por lei específica, que não somente a do orçamento, obrigando, vinculando, o Poder Público a despesas que se repetirão, continuamente, ao longo dos exercícios"¹³⁰.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Subseção I

Definições e Limites

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como **despesa total com pessoal**: o **somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.**

§ 1º Os valores dos contratos de **terceirização de mão-de-obra** que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como **"Outras Despesas de Pessoal"**.

§ 2º A **despesa total com pessoal** será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

"Enquanto os tributos são o item de maior peso da receita pública, as despesas com pessoal são o item de maior peso da despesa pública. Realmente, os gastos com a folha de pagamento de pessoal representam o principal item de despesas de todo o setor público brasileiro. [...] Se não fosse imposto um limite às despesas de pessoal, elas poderiam continuar a crescer de tal forma que o nível de comprometimento de recursos iria ficar cada vez mais elevado [...]"¹³¹.

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a **despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:**

130 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Básico**: A lei de Responsabilidade Fiscal. Imprensa Oficial: São Paulo, 2007.

131 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Nesta linha, tem-se o caput do artigo 169 da Constituição Federal:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembleia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas *a* e *c* do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

Subseção II

Do Controle da Despesa Total com Pessoal

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Vale mencionar os dispositivos da Constituição Federal referidos no inciso I do artigo 21:

Art. 37, XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Art. 169, § 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas.

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 22. A **verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20** será realizada **ao final de cada quadrimestre**.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a **95%** (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o **percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes**, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela ~~redução dos valores a eles atribuídos~~.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

“O STF, na ADIN nº 2.238-5, deferiu a medida acauteladora para suspender a eficácia da expressão ‘quanto pela redução dos valores a eles atribuídos’ do §1º do artigo 23, pois tal expressão fere o preceito constitucional da irredutibilidade de salários e remuneração. Dessa forma, restou apenas a possibilidade da prática de extinção de cargos e funções, não sendo permitida a redução dos valores a eles atribuídos. Na mesma ADIN, o STF suspendeu, integralmente, a eficácia do §2º do mesmo artigo 23”¹³².

Seção III

Das Despesas com a Seguridade Social

Art. 24. Nenhum **benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total**, nos termos do § 5º do art. 195 da Constituição, atendidas ainda as exigências do art. 17.

§ 1º É dispensada da compensação referida no art. 17 o aumento de despesa decorrente de:

I - concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente;

II - expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados;

III - reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.

CAPÍTULO V

DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por **transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira**, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de **dotação específica**;

II - (VETADO)

III - **observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição**;

IV - **comprovação**, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à **educação e à saúde**;

132 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

"Transferências voluntárias são aquelas realizadas pelo convênio ou acordo congêneres e que constam do Orçamento da União ou do Estado, mas não decorrem de uma determinação constitucional ou legal. As transferências voluntárias destinam-se, com frequência, a obras e, também com frequência, têm origem em emendas parlamentares. [...] A suspensão de transferências voluntárias não atinge as transferências destinadas a áreas de educação, saúde e assistência social"¹³³.

"Os convênios relativos às transferências voluntárias somente poderão ser firmados se, além de atendidas as demais condições acima, o ente beneficiário tiver feito constar, em seu orçamento, a previsão da contrapartida. Esta restrição impede, doravante, a transferência intergovernamental, a 'fundo perdido', sem a conveniente indicação precisa de sua aplicação, porque a mesma terá, sempre, o caráter complementar de um projeto ou de uma atividade"¹³⁴.

CAPÍTULO VI DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR PRIVADO

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser **autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.**

§ 1º O disposto no caput aplica-se a **toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições principais, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.**

§ 2º Compreende-se **incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.**

Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, **os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.**

133 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. *Gestão Pública*. São Paulo: Saraiva, 2006.

134 GUEDES, José Rildo de Medeiros. *Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal*. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

Parágrafo único. Dependem de autorização em lei específica **as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos em desacordo com o caput**, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.

Art. 28. Salvo mediante lei específica, **não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.**

§ 1º A prevenção de insolvência e outros riscos **ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei.**

§ 2º O disposto no caput **não proíbe o Banco Central do Brasil de conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.**

Os artigos 26 a 28 tratam da transferência de recursos públicos a entes privados, que exigem lei específica e a obediência dos demais requisitos legais. Reforça-se a impossibilidade de retirar do patrimônio público valores para recuperar empresas privadas, o que é de incumbência de órgãos do Sistema Financeiro Nacional.

CAPÍTULO VII DA DÍVIDA E DO ENDIVIDAMENTO

Seção I Definições Básicas

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes **definições:**

I - **dívida pública consolidada ou fundada:** montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

II - **dívida pública mobiliária:** dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

III - **operação de crédito:** compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

IV - **concessão de garantia:** compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

V - **refinanciamento da dívida mobiliária:** emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

§ 1º **Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16.**

§ 2º Será **incluída** na dívida pública consolidada da União a relativa à **emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil**.

§ 3º Também integram a dívida pública consolidada as **operações de crédito de prazo inferior a doze meses** cujas receitas tenham constado do orçamento.

§ 4º O **refinanciamento** do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

"A dívida pública é formada por empréstimos captados pelo Poder Público, tendo a natureza de um contrato de empréstimo cuja celebração é condicionada à prévia autorização legislativa. [...] Quanto à sua forma o empréstimo interno pode ser voluntário (a exemplo da contratação de operação de crédito ou da colocação no mercado de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil) ou forçado (empréstimo compulsório). Há, ainda, o denominado empréstimo patriótico, quando mediante apelos emocionais e propagandas sociais são obtidos recursos"¹³⁵.

"A dívida pública consolidada não inclui as obrigações entre cada ente público e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes ou entre estes. Já a dívida pública mobiliária é representada por títulos emitidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Operações de créditos correspondem a compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrecadamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros"¹³⁶.

Seção II

Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

Art. 30. No prazo de **noventa dias** após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao:

I - **Senado Federal**: proposta de **limites globais** para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios, cumprindo o que estabelece o inciso VI do art. 52 da Constituição, bem como de limites e condições relativos aos incisos VII, VIII e IX do mesmo artigo;

II - **Congresso Nacional**: projeto de lei que estabeleça **limites para o montante da dívida mobiliária federal** a que se refere o inciso XIV do art. 48 da Constituição, acompanhado da demonstração de sua adequação aos limites fixados para a dívida consolidada da União, atendido o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

135 CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Tributário**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

136 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

§ 1º As propostas referidas nos incisos I e II do caput e suas alterações conterão:

I - **demonstração** de que os limites e condições guardam **coerência com as normas** estabelecidas nesta Lei Complementar e com os objetivos da política fiscal;

II - **estimativas do impacto** da aplicação dos limites a cada uma das três esferas de governo;

III - **razões** de eventual proposição de **limites diferenciados** por esfera de governo;

IV - **metodologia** de apuração dos resultados primário e nominal.

§ 2º As propostas mencionadas nos incisos I e II do caput também poderão ser apresentadas **em termos de dívida líquida**, evidenciando a forma e a metodologia de sua apuração.

§ 3º Os limites de que tratam os incisos I e II do caput serão **fixados em percentual da receita corrente líquida** para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos.

§ 4º Para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada **ao final de cada quadrimestre**.

§ 5º No prazo previsto no art. 5º, o Presidente da República enviará ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional, conforme o caso, **proposta de manutenção ou alteração dos limites e condições** previstos nos incisos I e II do caput.

§ 6º Sempre que alterados os **fundamentos** das propostas de que trata este artigo, em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial, o Presidente da República poderá encaminhar ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional **solicitação de revisão dos limites**.

§ 7º Os **precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada**, para fins de aplicação dos limites.

"A LRF não determina os limites de endividamento nem a trajetória, ou mesmo o prazo máximo para que os entes atinjam os limites (15 anos), cabendo essas definições ao Senado Federal"¹³⁷.

Seção III

Da Recondução da Dívida aos Limites

Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele **reconduzida até o término dos três subsequentes**, reduzindo o excedente em pelo menos **25%** (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º **Enquanto perdurar o excesso**, o ente que nele houver incorrido:

I - estará **proibido de realizar operação de crédito** interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

137 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

§ 2º **Vencido o prazo** para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, **o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias** da União ou do Estado.

§ 3º As restrições do § 1º aplicam-se imediatamente se o montante da dívida **exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato** do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, a **relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária**.

§ 5º As normas deste artigo serão observadas nos casos de **descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas**.

"A regra permanente (LRF, artigo 31) determina que a recondução aos limites deverá ser efetuada em três quadrimestres. Se em dezembro de 2001 o Estado ou município não estava cumprindo os limites da dívida consolidada líquida, então este ente cumprirá a regra transitória. A regra transitória permite que a recondução aos limites seja efetuada no máximo em até 15 anos"¹³⁸. Atenção às sanções cabíveis em caso de não recondução aos limites.

Seção IV Das Operações de Crédito

Subseção I Da Contratação

Art. 32. O **Ministério da Fazenda** verificará o **cumprimento dos limites e condições** relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em **parecer** de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a **relação custo-benefício**, o **interesse econômico e social da operação** e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de **crédito externo**;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

Isto é, a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

138 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de **processo simplificado** que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, **em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas**, observado o seguinte:

I - não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II - se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III - (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o **Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações**, que incluirão:

I - encargos e condições de contratação;

II - saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo **não** conterão cláusula que importe na **compensação automática** de débitos e créditos.

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá **exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos**.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada **nula**, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a **devolução do principal**, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 2º Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada **reserva específica na lei orçamentária** para o exercício seguinte.

§ 3º Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva, aplicam-se as **sanções previstas nos incisos do § 3º do art. 23**.

§ 4º Também se constituirá **reserva**, no montante equivalente ao excesso, se não atendido o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, consideradas as disposições do § 3º do art. 32.

Subseção II Das Vedações

Art. 34. O **Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação desta Lei Complementar**.

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito **entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.**

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o caput as **operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:**

I - **financiar**, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II - **refinanciar** dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

§ 2º O disposto no caput não impede Estados e Municípios de **comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.**

"Como única exceção, o §1º do art. 35 permite as operações de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusa a administração indireta, desde que não sejam destinadas a financiar as despesas correntes, nem ao refinanciamento de dívidas que não as contraídas com a própria instituição concedente"¹³⁹.

Art. 36. É **proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.**

Parágrafo único. O disposto no caput **não proíbe** instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.

"Dessa forma, estão vedadas as operações envolvendo os bancos estaduais e os respectivos governos, em que proliferaram, durante muito tempo, práticas escusas, que a norma busca abolir definitivamente"¹⁴⁰.

Art. 37. **Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:**

I - **captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;**

II - **recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;**

III - **assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;**

IV - **assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.**

139 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

140 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Ao equiparar estes procedimentos a operações de crédito, a LRF os veda.

"A leitura indica que o objetivo é restringir exclusivamente às instituições integrantes do sistema financeiro a competência para realizar operações de crédito. O provável argumento usado para justificar essa determinação deve ser o de que a mesma facilita o controle dessas operações, que pelo Banco Central, como órgão fiscalizador e dotado da faculdade de impor-lhes restrições do lado da oferta de recursos, quer pelo Ministério da Fazenda, a quem a LRF (art. 32) atribui competência para verificar o cumprimento dos limites e das condições relativos a cada operação de crédito. Ademais, as operações financeiras permitidas são bastante restritas - não financiam, direta ou indiretamente, despesas correntes nem dívidas não contraídas junto à própria instituição"¹⁴¹.

Subseção III

Das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária

Art. 38. **A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:**

I - **realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício;**

II - **deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;**

III - **não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;**

IV - **estará proibida:**

a) **enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;**

b) **no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.**

§ 1º As operações de que trata este artigo não serão computadas para efeito do que dispõe o inciso III do art. 167 da Constituição, desde que liquidadas no prazo definido no inciso II do caput.

§ 2º As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º O Banco Central do Brasil manterá sistema de acompanhamento e controle do saldo do crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicará as sanções cabíveis à instituição credora.

"Antecipação de receita orçamentária é a operação pela qual uma instituição financeira antecipa ao ente público solicitante um valor que tem por lastro a receita prevista para ser arrecadada no futuro, a fim de cobrir insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. Caracteriza-se como um empréstimo de curto prazo, sendo que a vinculação da receita está autorizada pelo §8º do art. 165 da Constituição Federal"¹⁴².

141 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

142 CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Tributário**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

"Todas as operações de AROs serão feitas pela abertura de crédito na instituição financeira que for vencedora de processo licitatório promovido pelo Banco Central, que fará também o seu acompanhamento e controle, aplicando as sanções cabíveis em caso de inobservância de limites, pela instituição credora. As AROs não estão incluídas no saldo devedor que comporá o limite de endividamento dos entes públicos. Trata-se de dívida flutuante, de curto prazo, devendo ser paga dentro do exercício em que for contratada"¹⁴³.

Subseção IV

Das Operações com o Banco Central do Brasil

Art. 39. Nas suas relações com ente da Federação, o Banco Central do Brasil está sujeito às vedações constantes do art. 35 e mais às seguintes:

I - compra de título da dívida, na data de sua colocação no mercado, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo;

II - permuta, ainda que temporária, por intermédio de instituição financeira ou não, de título da dívida de ente da Federação por título da dívida pública federal, bem como a operação de compra e venda, a termo, daquele título, cujo efeito final seja semelhante à permuta;

III - concessão de garantia.

§ 1º O disposto no inciso II, *in fine*, não se aplica ao estoque de Letras do Banco Central do Brasil, Série Especial, existente na carteira das instituições financeiras, que pode ser refinanciado mediante novas operações de venda a termo.

§ 2º O Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinarçar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

§ 3º A operação mencionada no § 2º deverá ser realizada à taxa média e condições alcançadas no dia, em leilão público.

§ 4º É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.

Seção V

Da Garantia e da Contragarantia

Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte:

I - não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

II - a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

§ 2º No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além do disposto no § 1º, as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.

§ 3º (VETADO)

§ 4º (VETADO)

§ 5º É nula a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado Federal.

§ 6º É vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.

§ 7º O disposto no § 6º não se aplica à concessão de garantia por:

I - empresa controlada a subsidiária ou controlada sua, nem à prestação de contragarantia nas mesmas condições;

II - instituição financeira a empresa nacional, nos termos da lei.

§ 8º Excetua-se do disposto neste artigo a garantia prestada:

I - por instituições financeiras estatais, que se submetem às normas aplicáveis às instituições financeiras privadas, de acordo com a legislação pertinente;

II - pela União, na forma de lei federal, a empresas de natureza financeira por ela controladas, direta e indiretamente, quanto às operações de seguro de crédito à exportação.

§ 9º Quando honrarem dívida de outro ente, em razão de garantia prestada, a União e os Estados poderão **condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento** daquele pagamento.

§ 10. O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá **suspensão o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida**.

"A concessão de quaisquer garantias em operações de crédito está sujeita às normas do art. 32, que dispõe sobre os limites e condições das operações de crédito. Como pré-condição, qualquer garantia exige que o seu beneficiário ofereça contragarantia, em valor igual ou superior à garantia a ser recebida, e, adicionalmente, a plena adimplência para com o ente garantidor. Na concessão de garantias pela União aos Estados e municípios, estes poderão vincular as suas receitas tributárias próprias, além das transferências constitucionais. As entidades da administração indireta não poderão conceder garantia, com exceção da que envolva empresa controlada à própria subsidiária, ou por instituição financeira à empresa nacional. Por último, toda dívida de ente público que tiver sido honrada em consequência de garantia prestada, implica a suspensão de novos créditos até a completa liquidação da dívida em causa"¹⁴⁴.

143 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

144 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Seção VI Dos Restos a Pagar

Art. 41. (VETADO)

Art. 42. **É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.**

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Refere-se aos valores das despesas empenhadas e não pagas no mesmo exercício financeiro. O Demonstrativo dos Restos a Pagar é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal e deve ser elaborado somente no último quadrimestre do ano, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Assim, restos a Pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Processadas são as despesas inscritas em restos a pagar, liquidadas e não pagas. Não Processadas, são as despesas empenhadas e não liquidadas.

"A restrição constante do parágrafo único do art. 42 da LRF tem o salutar objetivo de evitar a constituição da dívida pública flutuante, a qual, como demonstra a prática, se torna altamente dispendiosa, vez que os encargos financeiros são embutidos nos preços propostos pelos fornecedores para venda de produtos ou mercadorias ou para a prestação de serviços, de acordo com as expectativas de recebimento dos créditos correspondentes. A questão se torna mais complexa, porque a quantificação desses encargos dificilmente pode ser apurada"¹⁴⁵.

CAPÍTULO VIII DA GESTÃO PATRIMONIAL

Seção I Das Disponibilidades de Caixa

Art. 43. **As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas** conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

§ 1º As disponibilidades de caixa dos **regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos**, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, ficarão **depositadas em conta separada das demais disponibilidades** de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

145 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

§ 2º **É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o § 1º** em:

I - títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.

Estabelece o dispositivo constitucional referido no caput:

As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Ressalta-se que as distinções quanto às disponibilidades da seguridade social se dão porque elas se voltam a fim específico.

Seção II Da Preservação do Patrimônio Público

Art. 44. **É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente**, salvo se destinada por lei aos **regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos**.

Art. 45. **Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público**, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, **relatório** com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

Art. 46. **É nulo de pleno direito ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem o atendimento do disposto no § 3º do art. 182 da Constituição, ou prévio depósito judicial do valor da indenização.**

Nesta seção, aborda-se primeiro a aplicação de receitas oriundas da alienação de bens e direitos; depois, a inclusão de projetos na LOA; e, por fim, a expedição de atos de desapropriação. Quanto ao dispositivo constitucional referido no último aspecto, tem-se:

As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

"A preocupação da LRF objetiva enfatizar a vedação da prática de atos que redundem nos chamados 'esqueletos de obras inacabadas', na medida em que novos projetos somente devam ser iniciados após a conclusão das obras iniciadas ou, se ainda estas estejam em andamento,

os recursos para terminá-las estejam garantidos. Relatórios específicos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, contendo informações sobre o assunto, se inserem no conjunto de medidas em favor da transparência da gestão pública"¹⁴⁶.

Seção III

Das Empresas Controladas pelo Setor Público

Art. 47. A **empresa controlada que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho, na forma da lei, disporá de autonomia gerencial, orçamentária e financeira, sem prejuízo do disposto no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição.**

Parágrafo único. A empresa controlada incluirá em seus **balanços trimestrais nota explicativa** em que informará:

I - fornecimento de bens e serviços ao controlador, com respectivos preços e condições, comparando-os com os praticados no mercado;

II - recursos recebidos do controlador, a qualquer título, especificando valor, fonte e destinação;

III - venda de bens, prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços, taxas, prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado.

"O objetivo visado pela norma é o estabelecimento de relação biunívoca entre, de um lado, a formação de contratos de gestão e, de outro, o gozo de autonomia gerencial, orçamentária e financeira. Dispõem, portanto, dessa autonomia as empresas controladas cujos objetivos e metas de desempenho estejam estabelecidos em contratos de gestão"¹⁴⁷.

CAPÍTULO IX

DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

"Este capítulo reúne todos os comandos normativos necessários à confecção e à divulgação de relatórios e demonstrativos ligados às atividades de condução das finanças públicas, estabelecendo regras e procedimentos de fiscalização, controle e avaliação do grau de sucesso obtido na administração das finanças públicas, particularmente sob o prisma das normas previstas na LRF"¹⁴⁸.

"A publicidade, eleita ao lado da legalidade, da impessoalidade e da moralidade, como um dos mais relevantes princípios a que deve ser submetida a Administração Pública, visa proporcionar maior grau de transparência às ações governamentais. A LRF contribui, de forma incisiva e decisiva, para a efetivação desse princípio, assentada na ampla divulgação, inclusive através de meios eletrônicos de acesso público, de todos os planos, orçamentos, LDO, prestações de contas e respectivos pareceres prévios, relatórios etc."¹⁴⁹

146 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

147 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

148 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

149 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

"A transparência, conforme se depreende, é muito mais do que um objetivo ou um princípio da gestão pública. Na realidade, ela decorre de uma obrigação, imposta aos gestores públicos, no sentido de não somente cumprir eficientemente suas missões, segundo os mandamentos constitucionais e legais, mas também de demonstrar a toda a sociedade, que o fizeram conforme o estabelecido nos orçamentos, nos relatórios gerenciais e nas suas prestações de contas, cujos resultados deverão ser submetidos à aprovação da sociedade"¹⁵⁰.

Seção I

Da Transparência da Gestão Fiscal

Art. 48. São **instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.**

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as **informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32.**

§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 2º e 3º ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51.

§ 5º Nos casos de envio conforme disposto no § 2º, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput.

§ 6º Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

150 GUEDES, José Rildo de Medeiros. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação **disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:**

I – **quanto à despesa:** todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – **quanto à receita:** o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão **disponíveis, durante todo o exercício**, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, **para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.**

Parágrafo único. A prestação de contas da União conterá **demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento**, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

Seção II

Da Escrituração e Consolidação das Contas

Art. 50. Além de obedecer às demais **normas de contabilidade pública**, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – **a disponibilidade de caixa constará de registro próprio**, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II – **a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência**, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III – **as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade** da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV – **as receitas e despesas previdenciárias** serão apresentadas em **demonstrativos financeiros e orçamentários específicos**;

V – **as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros**, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar **o montante e a variação da dívida pública no período**, detalhando, pelo menos, **a natureza e o tipo de credor**;

VI – **a demonstração das variações patrimoniais** dará destaque à **origem e ao destino dos recursos** provenientes da alienação de ativos.

§ 1º No caso das **demonstrações conjuntas**, excluir-se-ão as operações **intragovernamentais**.

§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

§ 3º A Administração Pública manterá **sistema de custos** que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia **trinta de junho**, a **consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação**, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos:

I – **Municípios**, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril;

II – **Estados**, até trinta e um de maio.

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba **transferências voluntárias e contrate operações de crédito**, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

Seção III

Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até **trinta dias após o encerramento de cada bimestre** e composto de:

I – **balanço orçamentário**, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II – **demonstrativos da execução** das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às **sanções previstas no § 2º do art. 51**.

Estabelece referido dispositivo constitucional, qual seja, §3º do artigo 165:

O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, **relatório resumido da execução orçamentária**.

Art. 53. Acompanharão o **Relatório Resumido de demonstrativos** relativos a:

I - **apuração da receita corrente líquida**, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - **receitas e despesas previdenciárias** a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - **resultados nominal e primário**;

IV - **despesas com juros**, na forma do inciso II do art. 4º;

V - **Restos a Pagar**, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas **justificativas**:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

"O relatório resumido da execução orçamentária – RREO é demonstrativo bimestral; um Balanço Orçamentário com maior nível de detalhamento, o qual, muito embora já antes solicitado na Constituição (art. 165, §3º) carecia de definições básicas, supridas, agora, pelos art. 52 e 53 da LRF. Chancelado pelo Chefe do Poder Executivo, o RREO alcança a movimentação orçamentária de todos os Poderes e entidades de um mesmo nível de governo"¹⁵¹.

Seção IV

Do Relatório de Gestão Fiscal

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 **Relatório de Gestão Fiscal**, assinado pelo:

I - **Chefe** do Poder Executivo;

II - **Presidente** e demais membros da Mesa **Diretora** ou órgão **decisório** equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III - **Presidente** de Tribunal e demais membros de **Conselho** de Administração ou órgão **decisório** equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - **Chefe** do Ministério Público, da União e dos Estados.

151 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Básico**: A lei de Responsabilidade Fiscal. Imprensa Oficial: São Paulo, 2007.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas **autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno**, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - **comparativo com os limites** de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II - **indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar**, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - **demonstrativos**, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com **amplo acesso ao público**, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

"O relatório de gestão fiscal – RGF (art. 54 e 55 da LRF), feito por Poder, demonstra a execução de variáveis sujeitas a limite (pessoal, dívida consolidada, ARO, operações de crédito, garantias). O RGF será assinado pelo respectivo Chefe de Poder, Secretário ou Diretor de Finanças e, também, pelo responsável pelo controle interno, podendo-o fazer também o contador. Os números desse Relatório Fiscal perderiam sentido se não pudessem comparar-se com cifras de outro demonstrativo, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária"¹⁵².

152 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Básico**: A lei de Responsabilidade Fiscal. Imprensa Oficial: São Paulo, 2007.

Seção V Das Prestações de Contas

Art. 56. As **contas prestadas** pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão **parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas**.

§ 1º As contas do **Poder Judiciário** serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no **art. 57** pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada **ampla divulgação dos resultados** da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

Art. 57. Os Tribunais de Contas emitirão **parecer prévio conclusivo** sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

§ 1º No caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias.

§ 2º Os Tribunais de Contas não entrarão em recesso enquanto existirem contas de Poder, ou órgão referido no art. 20, pendentes de parecer prévio.

Art. 58. A prestação de contas evidenciará o **desempenho da arrecadação em relação à previsão**, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

Seção VI Da Fiscalização da Gestão Fiscal

Art. 59. O **Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio** dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, **fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar**, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

§ 1º Os **Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20** quando constatarem:

I - a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso II do art. 4º e no art. 9º;

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

IV - que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

§ 2º Compete ainda aos Tribunais de Contas **verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal** de cada Poder e órgão referido no art. 20.

§ 3º O Tribunal de Contas da União acompanhará o **cumprimento do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º** do art. 39.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. Lei estadual ou municipal poderá fixar **limites inferiores àqueles previstos nesta Lei Complementar** para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

Art. 61. Os títulos da dívida pública, desde que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, poderão ser **oferecidos em caução** para garantia de empréstimos, ou em outras transações previstas em lei, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

Art. 62. Os **Municípios** só contribuirão para o **custeio** de despesas de competência de **outros entes da Federação** se houver:

I - **autorização** na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual;

II - **convênio**, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

Art. 63. É **facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil** habitantes optar por:

I - aplicar o disposto no art. 22 e no § 4º do art. 30 ao final do semestre;

II - divulgar semestralmente:

a) (VETADO)

b) o Relatório de Gestão Fiscal;

c) os demonstrativos de que trata o art. 53;

III - elaborar o Anexo de Política Fiscal do plano plurianual, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias e o anexo de que trata o inciso I do art. 5º a partir do quinto exercício seguinte ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 1º A divulgação dos relatórios e demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do **semestre**.

§ 2º **Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.**

Art. 64. A União prestará **assistência técnica e cooperação financeira** aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei Complementar.

§ 1º A assistência técnica consistirá no **treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia**, bem como no **apoio à divulgação dos instrumentos** de que trata o art. 48 em meio eletrônico de amplo acesso público.

§ 2º A cooperação financeira compreenderá a **doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas**.

Art. 65. Na ocorrência de **calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional**, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - serão **suspensas** a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23, 31 e 70;

II - serão **dispensados** o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput no caso de estado de defesa ou de sítio, decretado na forma da Constituição.

Art. 66. Os **prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 serão duplicados** no caso de **crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional**, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.

§ 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.

§ 2º A taxa de variação será aquela apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que vier a substituí-la, adotada a mesma metodologia para apuração dos PIB nacional, estadual e regional.

§ 3º Na hipótese do caput, **continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.**

§ 4º Na hipótese de se verificarem **mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial**, reconhecidas pelo Senado Federal, o prazo referido no caput do **art. 31 poderá ser ampliado em até quatro quadrimestres**.

Art. 67. O **acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal**, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

I - harmonização e coordenação entre os entes da Federação;

II - disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal;

III - adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

IV - divulgação de análises, estudos e diagnósticos.

§ 1º O conselho a que se refere o caput instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios em suas políticas de desenvolvimento social, conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar.

§ 2º Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do conselho.

Art. 68. Na forma do art. 250 da Constituição, é criado o **Fundo do Regime Geral de Previdência Social**, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 1º O Fundo será **constituído de**:

I - bens móveis e imóveis, valores e rendas do Instituto Nacional do Seguro Social não utilizados na operacionalização deste;

II - bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados ou que lhe vierem a ser vinculados por força de lei;

III - receita das contribuições sociais para a seguridade social, previstas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição;

IV - produto da liquidação de bens e ativos de pessoa física ou jurídica em débito com a Previdência Social;

V - resultado da aplicação financeira de seus ativos;

VI - recursos provenientes do orçamento da União.

§ 2º O Fundo será gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, na forma da lei.

Art. 69. O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir **regime próprio de previdência social** para seus servidores conferirá-lhe **caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária** que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 70. O Poder ou órgão referido no art. 20 cuja despesa total com pessoal no exercício anterior ao da publicação desta Lei Complementar estiver acima dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 deverá enquadrar-se no respectivo

limite em até dois exercícios, eliminando o excesso, gradualmente, à razão de, pelo menos, 50% a.a. (cinquenta por cento ao ano), mediante a adoção, entre outras, das medidas previstas nos arts. 22 e 23.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput, no prazo fixado, sujeita o ente às sanções previstas no § 3º do art. 23.

Art. 71. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar, a **despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento)**, se esta for inferior ao limite definido na forma do art. 20.

Art. 72. A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 **não poderá exceder, em percentual da receita corrente líquida, a do exercício anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar, até o término do terceiro exercício seguinte.**

Art. 73. As **infrações** dos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (**Código Penal**); a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente.

“Paralelamente às sanções institucionais, descritas no próprio texto da LRF, o descumprimento da LRF poderá representar para o administrador público a aplicação de sanções penais e administrativas, de acordo com a Lei nº 10.028, de 10/10/2000, a chamada Lei de Crimes. [...] A sanção penal, nos termos da Lei de Crimes, recairá sobre aquele administrador público que não seguir as regras gerais da LRF, desde a confecção das leis orçamentárias nos termos de LRF (artigo 4º) até a publicação de todos os relatórios exigidos, passando pela observação dos limites para contratação de pessoal, serviços terceirizados e endividamento”¹⁵³.

Art. 73-A. **Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.**

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes **prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:**

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

153 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da **data de publicação da lei complementar** que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.

Art. 73-C. O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos **no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23.**

Art. 74. Esta Lei Complementar entra em vigor na **data da sua publicação**.

Art. 75. Revoga-se a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.

Brasília, 4 de maio de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

6.14 FORMAS DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS.

Provimento é o preenchimento do cargo público; ao passo que vacância é a sua desocupação.

O provimento pode se dar de forma originária ou derivada.

De forma **originária**, o provimento pressupõe que **não exista uma relação jurídica anterior** entre servidor público e Administração.

A única forma de provimento originário é a **nomeação**, que pode ser em caráter efetivo (mediante aprovação em concurso) ou em comissão (tratando-se de cargo de confiança).

De forma **derivada**, o provimento pressupõe que **exista uma relação jurídica anterior** entre servidor público e Administração.

Pode se dar de diversas formas: promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.

Promoção é a elevação de um servidor de uma classe para outra dentro de uma mesma carreira.

Readaptação é a passagem do servidor para outro cargo compatível com a deficiência física que ele venha a apresentar.

Reversão é o retorno ao serviço ativo do servidor aposentado por invalidez quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Aproveitamento é o retorno ao serviço ativo do servidor que se encontrava em disponibilidade e foi aproveitado em cargo semelhante àquele anteriormente ocupado.

Reintegração é o retorno ao serviço ativo do servidor que fora demitido, quando a demissão for anulada administrativamente ou judicialmente, voltando para o mesmo cargo que ocupava anteriormente.

Recondução é o retorno ao cargo anteriormente ocupado, do servidor que não logrou êxito no estágio probatório de outro cargo para o qual foi nomeado decorrente de outro concurso.

Obs.: São consideradas formas inconstitucionais de provimento a transferência, que era a passagem de um servidor de um quadro para outro dentro de um mesmo poder, e a ascensão, que significava a passagem de uma carreira para outra.

Em relação às formas de **vacância**, que ocorre quando o cargo público anteriormente ocupado fica livre, colocam-se: falecimento, aposentadoria, promoção, demissão, exoneração, readaptação, posse em outro cargo cuja acumulação seja vedada.

6.15 EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA INVESTIDURA EM CARGO OU EMPREGO PÚBLICO.

*Artigo 37, II, CF. A investidura em cargo ou emprego público depende de **aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos**, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para **cargo em comissão** declarado em lei de livre nomeação e exoneração.*

Neste sentido, preconiza o artigo 10 da Lei nº 8.112/1990:

*Artigo 10, Lei nº 8.112/90. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de **prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos**, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.*

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.

No concurso de provas o candidato é avaliado apenas pelo seu desempenho nas provas, ao passo que nos concursos de provas e títulos o seu currículo em toda sua atividade profissional também é considerado.

Cargo em comissão é o cargo de confiança, que não exige concurso público, sendo exceção à regra geral.

Em todas outras situações, a administração direta e indireta é obrigada a prover seus cargos, empregos e funções por meio de concursos públicos. Inclusive, por mais que empresas públicas e sociedades de economia mista sejam pessoas jurídicas de direito privado, devem respeitar o núcleo mínimo de imposições ao poder público, inclusive a obrigação de prover seus empregos por meio de concurso público.

7 BENS PÚBLICOS.

Bens públicos são todos aqueles pertencentes ao patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, que podem ser móveis, imóveis ou semoventes (art. 65 do CC).

Classificação dos bens públicos quanto à destinação

- Bens de uso comum: são os destinados ao uso da coletividade como um todo. Geralmente são de utilização gratuita, como, por exemplo, ruas, praças, parques, estradas, mares; a exceção à gratuidade é o pedágio cobrado nas estradas.

- Bens de uso especial: são aqueles destinados a atividades especiais relacionadas a um serviço ou a estabelecimentos públicos, como teatros, escolas, museus, quartéis, prédios de academia de polícia, aeroportos, cemitérios, entre outros.

- Bens dominiais ou dominicais: não possuem destinação específica, como por exemplo, as terras devolutas (áreas pertencentes ao Poder Público não destinadas a fins administrativos específicos).

Os bens de uso comum e os de uso especial formam o conjunto de bens do domínio público, submetendo-se ao regime jurídico de direito público.

Os bens dominicais compõem o chamado patrimônio disponível do Estado – este exerce os direitos de proprietário, o que não acontece com as categorias anteriores. Submetem-se ao regime jurídico de direito público, mas não em sua totalidade.

Inalienabilidade dos bens públicos

Em regra, os bens públicos não podem ser alienados, pois são bens fora do comércio. A alienação se verifica quando surge o interesse público. Requisitos:

- interesse público caracterizado;
- desafetação (uso comum e especial);
- avaliação prévia;
- licitação (concorrência ou leilão, art. 17 da Lei n. 8.666/93);
- imóvel (autorização legislativa).

Afetar é atribuir a um bem público uma finalidade específica. Desafetar é retirar do bem a finalidade que possuía.

Precisam ser desafetados os bens de uso comum e os especiais, os dominiais não precisam.

A avaliação prévia do bem é necessária para evitar que o bem público seja alienado a preço fora de mercado. A Lei nº 4.767/65 (que rege a Ação Popular) relaciona hipóteses de lesão a bens públicos, e o baixo valor da alienação é um deles.

É possível a privatização de bens públicos.

Impenhorabilidade dos bens públicos

Os bens públicos não podem ser dados em garantia para o cumprimento das obrigações contraídas pelo Poder Público.

Os débitos deverão ser saldados na forma do art. 100 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n. 30/2000. As modificações efetuadas foram:

- acrescentou o § 5º ao art. 100 o responsável pela quebra da ordem cronológica de pagamento dos precatórios incorre em crime de responsabilidade;

- inseriu o art. 78 às Disposições Transitórias, dispondo que o pagamento dos precatórios deve ocorrer em até 10 anos, ressalvados os créditos alimentares e de pequeno valor.

Créditos alimentares e de pequeno valor ficam fora da relação geral, formando uma lista à parte. Os créditos serão fixados pelas pessoas políticas respectivas.

Precatório é o título emitido a partir do trânsito em julgado de uma sentença que legitima os credores da Administração Pública. Devem ser apresentados até 1º de julho de cada ano para que entrem no orçamento do ano seguinte.

O não-pagamento dos títulos enseja crime de responsabilidade, em face do Governador e do Prefeito, e intervenção federal.

Imprescritibilidade

Imprescritibilidade é a impossibilidade de os bens públicos serem adquiridos por usucapião – Súmula nº 340 do Supremo Tribunal Federal, consolidada pelos arts. 183, § 3.º, e 191, par. ún., da Constituição Federal.

Formas de aquisição

As formas de aquisição de bens públicos são:

- Desapropriação;
- Confisco;
- Doação;
- Dação;
- Compra (precedida de licitação).

7.1 REQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA.

A requisição administrativa é uma intervenção do Estado para atender a necessidades urgentes. Tem escopo constitucional:

Artigo 5º, CF. [...]

*XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá **usar de propriedade particular**, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano; [...].*

O que justifica a requisição administrativa é o perigo público iminente. Cessado o perigo, a coisa ocupada é devolvida ao proprietário, cabendo indenização caso ocorra algum dano a ela.

7.2 OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA.

Trata-se de restrição que atinge transitoriamente a exclusividade de uma propriedade particular, de forma gratuita ou remunerada, em benefício do interesse coletivo. Em caso de dano, há direito à indenização.

Hipóteses: artigo 36, Decreto nº 3.365/1941 – uso de terrenos contíguos a estrada em construção para posicionar máquinas e equipamentos; artigo 80, §1º, Lei nº 8.666/1993 – rescisão de contratos administrativos que versem sobre serviços essenciais; artigo 35, §3º, Lei nº 8.987/1995 – extinção de concessão.

8 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. 8.1 RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO POR ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

A responsabilidade civil do Estado acompanha o raciocínio de que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera para o seu auto de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Afinal, quem pratica um ato ou incorre em omissão que gere dano deve suportar as consequências jurídicas decorrentes, restaurando-se o equilíbrio social. Todos os cidadãos se sujeitam às regras da responsabilidade civil, tanto podendo buscar o ressarcimento do dano que sofreu quanto respondendo por aqueles danos que causar. Da mesma forma, o Estado tem o dever de indenizar os membros da sociedade pelos danos que seus agentes causem durante a prestação do serviço, inclusive se tais danos caracterizarem uma violação aos direitos humanos reconhecidos.

“Na metade do século XIX, a ideia que prevaleceu no mundo ocidental era a de que o Estado não tinha qualquer responsabilidade pelos atos praticados por seus agentes. A solução era muito rigorosa para com os particulares em geral, mas obedecia às reais condições políticas da época. O denominado Estado Liberal tinha limitada atuação, raramente intervindo nas relações entre particulares, de modo que a doutrina de sua irresponsabilidade constituía mero corolário da figuração política de afastamento e da equivocada isenção que o Poder Público assumia àquela época. A ideia anterior, da intangibilidade do Estado, decorria da irresponsabilidade do monarca, traduzida nos postulados ‘the king can do no wrong’ e ‘le roi ne peut mal faire’”¹⁵⁴.

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, uma vez que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera

154 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

para o seu auto de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Afinal, quem pratica um ato ou incorre em omissão que gere dano deve suportar as consequências jurídicas decorrentes, restaurando-se o equilíbrio social.¹⁵⁵

A responsabilidade civil, assim, difere-se da penal, podendo recair sobre os herdeiros do autor do ilícito até os limites da herança, embora existam reflexos na ação que apure a responsabilidade civil conforme o resultado na esfera penal (por exemplo, uma absolvição por negativa de autoria impede a condenação na esfera cível, ao passo que uma absolvição por falta de provas não o faz).

A responsabilidade civil do Estado acompanha o raciocínio de que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera para o seu auto de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Todos os cidadãos se sujeitam às regras da responsabilidade civil, tanto podendo buscar o ressarcimento do dano que sofreu quanto respondendo por aqueles danos que causar. Da mesma forma, o Estado tem o dever de indenizar os membros da sociedade pelos danos que seus agentes causem durante a prestação do serviço, inclusive se tais danos caracterizarem uma violação aos direitos humanos reconhecidos.

Trata-se de responsabilidade extracontratual porque não depende de ajuste prévio, basta a caracterização de elementos genéricos pré-determinados, que perpassam pela leitura concomitante do Código Civil (artigos 186, 187 e 927) com a Constituição Federal (artigo 37, §6º).

É preciso lembrar que não é o Estado em si que viola os direitos, porque o Estado é uma ficção formada por um grupo de pessoas que desempenham as atividades estatais diversas. Assim, viola direitos o agente que o representa, fazendo com que o próprio Estado seja responsabilizado por isso civilmente, pagando pela indenização (reparação dos danos materiais e morais). Sem prejuízo, com relação a eles, caberá ação de regresso se agiram com dolo ou culpa.

Prevê o artigo 37, §6º da Constituição Federal:

Artigo 37, §6º, CF. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Este artigo deixa clara a formação de uma relação jurídica autônoma entre o Estado e o agente público que causou o dano no desempenho de suas funções. Nesta relação, a responsabilidade civil será subjetiva, ou seja, caberá ao Estado provar a culpa do agente pelo dano causado, ao qual foi anteriormente condenado a reparar. **Direito de regresso** é justamente o direito de acionar o causador direto do dano para obter de volta aquilo que pagou à vítima, considerada a existência de uma relação obrigacional que se forma entre a vítima e a instituição que o agente compõe.

155 GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Assim, o Estado responde pelos danos que seu agente causar aos membros da sociedade, mas se este agente agiu com dolo ou culpa deverá ressarcir o Estado do que foi pago à vítima. O agente causará danos ao praticar condutas incompatíveis com o comportamento ético dele esperado.¹⁵⁶

A responsabilidade civil do servidor exige prévio processo administrativo disciplinar no qual seja assegurado contraditório e ampla defesa. Trata-se de **responsabilidade de civil subjetiva ou com culpa**. Havendo ação ou omissão com culpa do servidor que gere dano ao erário (Administração) ou a terceiro (administrado), o servidor terá o dever de indenizar. Não obstante, agentes públicos que pratiquem atos violadores de direitos humanos se sujeitam à **responsabilidade penal** e à **responsabilidade administrativa**, todas autônomas uma com relação à outra e à já mencionada responsabilidade civil. Neste sentido, o artigo 125 da Lei nº 8.112/90:

Artigo 125, Lei nº 8.112/1990. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Com efeito, no caso da responsabilidade civil, o Estado é diretamente acionado e responde pelos atos de seus servidores que violem direitos, cabendo eventualmente ação de regresso contra ele. Contudo, nos casos da responsabilidade penal e da responsabilidade administrativa aciona-se o agente público que praticou o ato. Destaca-se a independência entre as esferas civil, penal e administrativa no que tange à responsabilização do agente público que cometa ato ilícito.

8.2 TEORIAS SUBJETIVAS E OBJETIVAS DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO.

Genericamente, os elementos da responsabilidade civil se encontram no art. 186 do Código Civil:

Artigo 186, CC. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Este é o artigo central do instituto da responsabilidade civil, que tem como elementos: ação ou omissão voluntária (agir como não se deve ou deixar de agir como se deve), culpa ou dolo do agente (dolo é a vontade de cometer uma violação de direito e culpa é a falta de diligência), nexo causal (relação de causa e efeito entre a ação/omissão e o dano causado) e dano (dano é o prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico).

156 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

Conforme o caso, a culpa será ou não considerada necessária para reparar o dano. Pela teoria clássica, a culpa é fundamento da responsabilidade, tanto que a teoria é conhecida como teoria da culpa ou subjetiva, pela qual não havendo culpa, não há responsabilidade.

A lei impõe, no entanto, a certas pessoas, em determinadas situações, a reparação de um dano cometido sem culpa. Sempre que isso acontece, entende-se que a responsabilidade é legal ou objetiva, não dependendo de culpa, bastando o dano e o nexo de causalidade (a culpa pode ou não existir, mas nem é avaliada).

Na responsabilidade subjetiva, provar a culpa é pressuposto do dano indenizável; enquanto que na responsabilidade objetiva o elemento culpa é excluído (restam apenas ação ou omissão, dano e nexo causal), sendo substituído pelo risco.

Mesmo na responsabilidade objetiva, não se pode responsabilizar quem não tenha dado causa ao evento, sendo imprescindível a demonstração do nexo causal.

Teorias da responsabilidade objetiva surgem por se entender que a culpa é insuficiente para regular todas as situações de responsabilidade civil. A responsabilidade objetiva não substitui a responsabilidade subjetiva, mas fica circunscrita aos seus próprios limites, notadamente, quando a atividade – por sua natureza – representar risco para os direitos de outrem.

Logo, uma das teorias que justificam a responsabilidade objetiva é a teoria do risco, pela qual toda pessoa que exerce alguma atividade cria um risco de dano para terceiros e deve repará-lo caso ocorra (desloca-se a noção de culpa para a noção de risco).

O Código Civil brasileiro filia-se à teoria subjetiva:

Art. 186, CC. Aquele que, por ação ou omissão **voluntária, negligência ou imprudência**, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". Coloca-se no artigo a culpa *lato sensu* (sentido amplo), que envolve tanto o dolo quando a culpa *stricto sensu* (sentido estrito, de negligência, imprudência ou imperícia).

Entretanto, em diversos dispositivos esparsos e legislações específicas estabelecem casos em que não se aplicará a responsabilidade subjetiva, mas a objetiva:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, **independentemente de culpa**, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

No caso da responsabilidade civil do Estado, o constituinte viu por bem adotar como regra geral a teoria da responsabilidade objetiva:

Artigo 37, §6º, CF. As **pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.**

Logo, **para que se caracterize a responsabilidade do Estado basta a comprovação dos elementos ação, nexo causal e dano, como regra geral.** Contudo, tomadas as exigências de características dos danos acima colocadas, notadamente a anormalidade, considera-se que para **o Estado ser responsabilizado por um dano, ele deve exceder expectativas cotidianas**, isto é, não cabe exigir do Estado uma excepcional vigilância da sociedade e a plena cobertura de todas as fatalidades que possam acontecer em território nacional.

Diante de tal premissa, entende-se que a responsabilidade civil do Estado será **objetiva apenas no caso de ações, mas subjetiva no caso de omissões**. Em outras palavras, verifica-se se o Estado se omitiu tendo plenas condições de não ter se omitido, isto é, ter deixado de agir quando tinha plenas condições de fazê-lo, acarretando em prejuízo dentro de sua previsibilidade.

São casos nos quais se reconheceu a responsabilidade omissiva do Estado: morte de filho menor em creche municipal, buracos não sinalizados na via pública, tentativa de assalto a um usuário do metrô resultando em morte, danos provocados por enchentes e escoamento de águas pluviais quando o Estado sabia da problemática e não tomou providência para evitá-las, morte de detento em prisão, incêndio em casa de shows fiscalizada com negligência, etc.

8.3 RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO POR ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO BRASILEIRO.

Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado

1) Dano - somente é indenizável o dano certo, especial e anormal. Certo é o dano real, existente. Especial é o dano específico, individualizado, que atinge determinada ou determinadas pessoas. Anormal é o dano que ultrapassa os problemas comuns da vida em sociedade (por exemplo, infelizmente os assaltos são comuns e o Estado não responde por todo assalto que ocorra, a não ser que na circunstância específica possuía o dever de impedir o assalto, como no caso de uma viatura presente no local - muito embora o direito à segurança pessoal seja um direito humano reconhecido).

2) Agentes públicos - é toda pessoa que trabalhe dentro da administração pública, tenha ingressado ou não por concurso, possua cargo, emprego ou função. Envolve os agentes políticos, os servidores públicos em geral (funcionários, empregados ou temporários) e os particulares em colaboração (por exemplo, jurado ou mesário).

3) Dano causado quando o agente estava agindo nesta qualidade - é preciso que o agente esteja lançando mão das prerrogativas do cargo, não agindo como um particular.

Sem estes três requisitos, não será possível acionar o Estado para responsabilizá-lo civilmente pelo dano, por mais relevante que tenha sido a esfera de direitos atingida. Assim, não é qualquer dano que permite a responsabilização civil do Estado, mas somente aquele que é causado por um agente público no exercício de suas funções e que exceda as expectativas do lesado quanto à atuação do Estado.

Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado

Não é sempre que o Estado será responsabilizado. Há **excludentes da responsabilidade estatal**, aprofundadas abaixo, notadamente: a) caso fortuito (fato de terceiro) ou força maior (fato da natureza) fora dos alcances da previsibilidade do dano; b) culpa exclusiva da vítima.

Todas estas excludentes geram a **exclusão do elemento nexa causal**, que é o liame subjetivo entre a ação/omissão e o dano, não do elemento culpa, que envolve o aspecto volitivo da ação/omissão. Afinal, em regra, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, de modo que a ausência de culpa ainda caracteriza a responsabilidade. Logo, caso se esteja diante de uma hipótese de responsabilidade civil do Estado subjetiva por omissão, também a ausência de culpa excluirá o dever de indenizar.

a) Fortuito

Hoje, fortuito e força maior são sinônimos. Trata-se de fato externo à conduta do agente de natureza inevitável (externabilidade + inevitabilidade), conforme artigo 393, parágrafo único, CC. Imprevisibilidade não é atributo de caso fortuito (ex.: terremoto no Japão é previsível, mas é externo e inevitável, logo, o caso é fortuito).

Fortuito interno é diferente de fortuito externo. Fortuito interno se relaciona com a atividade ordinária do causador do dano - há responsabilidade, por exemplo, falha dos freios gerando acidente de ônibus. O fortuito externo não é introduzido pelo agente, por exemplo, assalto, infarto, chuva forte. No fortuito interno o risco é de dentro pra fora, no fortuito externo é de fora pra dentro. Apenas no primeiro há dever de indenizar, isto é, mostra-se necessário o vínculo com a atividade.

Ex.: Para o STF, o banco tem o dever de dar segurança, tudo o que ocorre nele é fortuito interno. Inclusive, o STJ diz que fazem parte do risco da instituição financeira os golpes que possa sofrer, por exemplo, subtração fraudulenta dos cofres em sua guarda (Informativo nº 468, STJ).

b) Fato exclusivo da vítima

Quem provocou o dano foi a própria vítima.

Fato concorrente - Fenômeno da causalidade múltipla ou autoria plural - 2 condutas concorrentes para produzir um único dano. Somente reduz o montante de danos.

c) Fato de terceiro

São casos em que a causa necessária para o dano não foi nem o comportamento do agente e nem o da vítima. O agente, na contestação, fará nomeação à autoria - gerando exclusão, não o futuro regresso da denúncia da lide.

Terceiro não identificado - o agente não se responsabiliza, pois não teve um comportamento - *act of God* (do inglês, ato de Deus) - fortuito externo.

9 DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. 9.1 FONTES; PRINCÍPIOS; ILÍCITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR; PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

O tópico 4.2 aborda aspectos conceituais do poder disciplinar.

As legislações colacionadas neste tópico, por sua vez, deixam claro que quando a Administração exerce o poder disciplinar com relação aos seus servidores está aplicando punições de natureza administrativa, o que não excluirá a apreciação do Judiciário nas esferas cível e penal.

Evidentemente, será necessário resguardar o contraditório e a ampla defesa, permitindo que o servidor acusado de praticar infração disciplinar se defenda das acusações, razão pela qual deve ser adotado um processo administrativo próprio.

9.2 LEI Nº 8.112/1990 E SUAS ALTERAÇÕES: REGIME DISCIPLINAR.

A legislação foi abordada no tópico 6.8.

9.3 LEI Nº 9.784/1999.

A legislação foi abordada no tópico 3.9.

10 LEI Nº 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO).

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. *Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.*

Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.

§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

§ 1º Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

§ 2º As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

**CAPÍTULO II
DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NACIONAL OU ESTRANGEIRA**

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no pa-

rágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

**CAPÍTULO III
DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:

I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - publicação extraordinária da decisão condenatória.

§ 1º As sanções serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

§ 2º A aplicação das sanções previstas neste artigo será precedida da manifestação jurídica elaborada pela Advocacia Pública ou pelo órgão de assistência jurídica, ou equivalente, do ente público.

§ 3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

§ 4º Na hipótese do inciso I do caput, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

§ 5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores.

§ 6º (VETADO).

Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I - a gravidade da infração;

II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

III - a consumação ou não da infração;

IV - o grau de lesão ou perigo de lesão;

V - o efeito negativo produzido pela infração;

VI - a situação econômica do infrator;

VII - a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;

VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;

IX - o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados; e

X - (VETADO).

Parágrafo único. Os parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos previstos no inciso VIII do caput serão estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

§ 2º No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.

Art. 9º Competem à Controladoria-Geral da União - CGU a apuração, o processo e o julgamento dos atos ilícitos previstos nesta Lei, praticados contra a administração pública estrangeira, observado o disposto no Artigo 4 da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000.

Art. 10. O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

§ 1º O ente público, por meio do seu órgão de representação judicial, ou equivalente, a pedido da comissão a que se refere o caput, poderá requerer as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, inclusive de busca e apreensão.

§ 2º A comissão poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

§ 3º A comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

§ 4º O prazo previsto no § 3º poderá ser prorrogado, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora.

Art. 11. No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 30 (trinta) dias para defesa, contados a partir da intimação.

Art. 12. O processo administrativo, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade instauradora, na forma do art. 10, para julgamento.

Art. 13. A instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano não prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Concluído o processo e não havendo pagamento, o crédito apurado será inscrito em dívida ativa da fazenda pública.

Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 15. A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a instauração do processo administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

CAPÍTULO V DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, no âmbito de suas competências, por meio de seus órgãos de controle interno, de forma isolada ou em conjunto com o Ministério Público ou com a Advocacia Pública, celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos e pelos fatos investigados e previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e com o processo administrativo, de forma que dessa colaboração resulte:

I - a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber;

II - a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação;

III - a cooperação da pessoa jurídica com as investigações, em face de sua responsabilidade objetiva; e

IV - o comprometimento da pessoa jurídica na implementação ou na melhoria de mecanismos internos de integridade.

§ 1º O acordo de que trata o caput somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - (Revogado)

II - a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de proposição do acordo;

III - a pessoa jurídica, em face de sua responsabilidade objetiva, coopere com as investigações e com o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento; e

IV - a pessoa jurídica se comprometa a implementar ou a melhorar os mecanismos internos de integridade, auditoria, incentivo às denúncias de irregularidades e à aplicação efetiva de código de ética e de conduta.

§ 2º O acordo de leniência celebrado pela autoridade administrativa:

I - isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do caput do art. 6º e das sanções restritivas ao direito de licitar e contratar previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e em outras normas que tratam de licitações e contratos;

II - poderá reduzir a multa prevista no inciso I do caput do art. 6º em até dois terços, não sendo aplicável à pessoa jurídica qualquer outra sanção de natureza pecuniária decorrente das infrações especificadas no acordo; e

III - no caso de a pessoa jurídica ser a primeira a firmar o acordo de leniência sobre os atos e fatos investigados, a redução poderá chegar até a sua completa remissão, não sendo aplicável à pessoa jurídica qualquer outra sanção de natureza pecuniária decorrente das infrações especificadas no acordo.

§ 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

§ 4º O acordo de leniência estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo administrativo e quando estipular a obrigatoriedade de reparação do dano poderá conter cláusulas sobre a forma de amortização, que considerem a capacidade econômica da pessoa jurídica.

§ 5º Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

§ 6º A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

§ 7º Não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.

§ 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

§ 9º A formalização da proposta de acordo de leniência suspende o prazo prescricional em relação aos atos e fatos objetos de apuração previstos nesta Lei e sua celebração o interrompe.

§ 10. A Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

§ 11. O acordo de leniência celebrado com a participação das respectivas Advocacias Públicas impede que os entes celebrantes ajuizem ou prossigam com as ações de que tratam o art. 19 desta Lei e o art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, ou de ações de natureza civil.

§ 12. O acordo de leniência celebrado com a participação da Advocacia Pública e em conjunto com o Ministério Público impede o ajuizamento ou o prosseguimento da ação já ajuizada por qualquer dos legitimados às ações mencionadas no § 11.

§ 13. Na ausência de órgão de controle interno no Estado, no Distrito Federal ou no Município, o acordo de leniência previsto no *caput* somente será celebrado pelo chefe do respectivo Poder em conjunto com o Ministério Público.

§ 14. O acordo de leniência depois de assinado será encaminhado ao respectivo Tribunal de Contas, que poderá, nos termos do inciso II do art. 71 da Constituição Federal, instaurar procedimento administrativo contra a pessoa jurídica celebrante, para apurar prejuízo ao erário, quando entender que o valor constante do acordo não atende o disposto no § 3º.

Art. 17. A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável por atos e fatos investigados previstos em normas de licitações e contratos administrativos com vistas à isenção ou à atenuação das sanções restritivas ou impeditivas ao direito de licitar e contratar.

Art. 17-A. Os processos administrativos referentes a licitações e contratos em curso em outros órgãos ou entidades que versem sobre o mesmo objeto do acordo de leniência deverão, com a celebração deste, ser sobrestados e, posteriormente, arquivados, em caso de cumprimento integral do acordo pela pessoa jurídica.

Art. 17-B. Os documentos porventura juntados durante o processo para elaboração do acordo de leniência deverão ser devolvidos à pessoa jurídica quando não ocorrer a celebração do acordo, não permanecendo cópias em poder dos órgãos celebrantes.

CAPÍTULO VI DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial, exceto quando expressamente previsto na celebração de acordo de leniência, observado o disposto no § 11, no § 12 e no § 13 do art. 16.

Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:

I - perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;

II - suspensão ou interdição parcial de suas atividades;

III - dissolução compulsória da pessoa jurídica;

IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

§ 1º A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado:

I - ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos; ou

II - ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

§ 2º (VETADO).

§ 3º As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

§ 4º O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado, conforme previsto no art. 7º, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé.

Art. 20. Nas ações ajuizadas pelo Ministério Público, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 6º, sem prejuízo daquelas previstas neste Capítulo, desde que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.

Parágrafo único. A proposta do acordo de leniência poderá ser feita mesmo após eventual ajuizamento das ações cabíveis.

Art. 21. Nas ações de responsabilização judicial, será adotado o rito previsto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parágrafo único. A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Fica criado no âmbito do Poder Executivo federal o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base nesta Lei.

§ 1º Os órgãos e entidades referidos no *caput* deverão informar e manter atualizados, no Cnep, os dados relativos às sanções por eles aplicadas.

§ 2º O Cnep conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das sanções aplicadas:

I - razão social e número de inscrição da pessoa jurídica ou entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - tipo de sanção; e

III - data de aplicação e data final da vigência do efeito limitador ou impeditivo da sanção, quando for o caso.

§ 3º As autoridades competentes, para celebrarem acordos de leniência previstos nesta Lei, também deverão prestar e manter atualizadas no Cnep, após a efetivação do respectivo acordo, as informações acerca do acordo de leniência celebrado, salvo se esse procedimento vier a causar prejuízo às investigações e ao processo administrativo.

§ 4º Caso a pessoa jurídica não cumpra os termos do acordo de leniência, além das informações previstas no § 3º, *deverá ser incluída no Cnep referência ao respectivo descumprimento.*

§ 5º Os registros das sanções e acordos de leniência serão excluídos depois de decorrido o prazo previamente estabelecido no ato sancionador ou do cumprimento integral do acordo de leniência e da reparação do eventual dano causado, mediante solicitação do órgão ou entidade sancionadora.

Art. 23. Os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo deverão informar e manter atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, instituído no âmbito do Poder Executivo federal, os dados relativos às sanções por eles aplicadas, nos termos do disposto nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 24. A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados preferencialmente aos órgãos ou entidades públicas lesadas.

Art. 25. Prescrevem em 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1º Na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração.

§ 2º Aplica-se o disposto no *caput* e no § 1º aos ilícitos previstos em normas de licitações e contratos administrativos.

Art. 26. A pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.

§ 1º As sociedades sem personalidade jurídica serão representadas pela pessoa a quem couber a administração de seus bens.

§ 2º A pessoa jurídica estrangeira será representada pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil.

Art. 27. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

Art. 28. Esta Lei aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

Art. 29. O disposto nesta Lei não exclui as competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda para processar e julgar fato que constitua infração à ordem econômica.

§ 1º Os acordos de leniência celebrados pelos órgãos de controle interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios contarão com a colaboração dos órgãos a que se refere o *caput* quando os atos e fatos apurados acarretarem simultaneamente a infração ali prevista.

§ 2º Se não houver concurso material entre a infração prevista no *caput* e os ilícitos contemplados nesta Lei, a competência e o procedimento para celebração de acordos de leniência observarão o previsto na Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e a referida celebração contará com a participação do Ministério Público.

Art. 30. Ressalvada a hipótese de acordo de leniência que expressamente as inclua, a aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:

I - ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429, de 1992;

II - atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 1993, ou por outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no que se refere ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 2011; e

III - infrações contra a ordem econômica nos termos da Lei nº 12.529, de 2011.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 1º de agosto de 2013; 192ª da Independência e 125ª da República.

EXERCÍCIOS

01. (TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - JUIZ SUBSTITUTO - FCC/2013) Na atuação da Administração Pública Federal, a segurança jurídica é princípio que;

a) justifica a manutenção de atos administrativos inválidos, desde que ampliativos de direitos, independentemente da boa-fé dos beneficiários.

b) não impede a anulação a qualquer tempo dos atos administrativos inválidos, visto que não há prazos prescricionais ou decadenciais para o exercício de autotutela em caso de ilegalidade.

c) justifica o usucapião de imóveis públicos urbanos de até duzentos e cinquenta metros quadrados, em favor daquele que, não sendo proprietário de outro imóvel urbano ou rural, exerça a posse sobre tal imóvel por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-o para sua moradia ou de sua família.

d) impede que haja aplicação retroativa de nova interpretação jurídica, em desfavor dos administrados.

e) impede que a Administração anule ou revogue atos que geraram situações favoráveis para o particular, pois tal desfazimento afetaria direitos adquiridos.

02. (SMA-RJ – CONTADOR - FJG-RIO/2013) Segundo exposição doutrinária, o princípio da impessoalidade não raramente é chamado de princípio da:

- a) igualdade legal
- b) razoabilidade dos meios
- c) finalidade administrativa
- d) subjetividade coletiva

03. (TRT - 15ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013)

Os princípios que regem a Administração pública podem ser expressos ou implícitos. A propósito deles é possível afirmar que:

a) moralidade, legalidade, publicidade e impessoalidade são princípios expressos, assim como a eficiência, hierarquicamente superior aos demais.

b) supremacia do interesse público não consta como princípio expresso, mas informa a atuação da Administração pública assim como os demais princípios, tais como eficiência, legalidade e moralidade.

c) os princípios da moralidade, legalidade, supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público são expressos e, como tal, hierarquicamente superiores aos implícitos.

d) eficiência, moralidade, legalidade, impessoalidade e indisponibilidade do interesse público são princípios expressos e, como tal, hierarquicamente superiores aos implícitos.

e) impessoalidade, eficiência, indisponibilidade do interesse público e supremacia do interesse público são princípios implícitos, mas de igual hierarquia aos princípios expressos.

04. (SESACRE – FISIOTERAPEUTA - FUNCAB/2013)

O princípio administrativo que impõe o controle de resultados da Administração Pública, a redução do desperdício e a execução do serviço público com rendimento funcional é denominado princípio da:

- a) legalidade.
- b) impessoalidade.
- c) eficiência.
- d) publicidade.
- e) moralidade.

05. (PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO - IBFC/2013)

A Constituição Federal e o ordenamento jurídico em geral consagram explicitamente alguns princípios orientadores de toda a atividade da Administração Pública. Assinale a alternativa em que os dois princípios citados decorrem implicitamente do ordenamento jurídico:

- a) Proporcionalidade e razoabilidade.
- b) Finalidade e motivação.
- c) Ampla defesa e contraditório.
- d) Segurança jurídica e interesse público.
- e) Autotutela e continuidade dos serviços públicos.

06. (SEPLAG-MG – DIREITO - IBFC/2013)

“O interesse público, sendo qualificado como próprio da coletividade, não se encontra à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. Ao próprio órgão administrativo que o representa incumbe apenas guardá-lo e realizá-lo”. O texto refere-se ao:

- a) Princípio da Legalidade.
- b) Princípio da Eficiência.
- c) Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.
- d) Princípio da Impessoalidade.

07. (MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA II - IBFC/2013) O princípio da especialidade decorre dos princípios da:

- a) Legalidade e da impessoalidade.
- b) Publicidade e da eficiência.
- c) Moralidade e da publicidade.
- d) Isonomia e da impessoalidade.
- e) Legalidade e da indisponibilidade do interesse público.

08. (TRT - 5ª REGIÃO (BA) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013)

O artigo 37 da Constituição Federal dispõe que a Administração pública deve obediência a uma série de princípios básicos, dentre eles o da legalidade. É correto afirmar que a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público, em sua atividade funcional,

a) pode fazer tudo que a lei não proíba, porque a Constituição Federal garante que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

b) está vinculado à lei, não aos princípios administrativos.

c) deve atuar conforme a lei e o direito, observando, inclusive, os princípios administrativos.

d) está adstrito à lei, mas dela poderá afastar-se desde que autorizado a assim agir por norma regulamentar.

e) está adstrito à lei, mas poderá preterir-la desde que o faça autorizado por acordo de vontades, porque na Administração pública vigora o princípio da autonomia da vontade.

09. (TJ-SP – JUIZ – VUNESP/2013) O princípio da autotutela administrativa, consagrado no Enunciado nº 473 das Súmulas do STF ("473 – a Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"), fundamento invocado pela Administração para desfazer ato administrativo que afete interesse do administrado, desfavorecendo sua posição jurídica,

a) confunde-se com a chamada tutela administrativa.

b) prescinde da instauração de prévio procedimento administrativo, pois tem como objetivo a restauração da ordem jurídica, em respeito ao princípio da legalidade que rege a Administração Pública.

c) exige prévia instauração de processo administrativo, para assegurar o devido processo legal.

d) pode ser invocado apenas em relação aos atos administrativos ilegais.

10. (TRT – 1ª REGIÃO (RJ) – JUIZ SUBSTITUTO – FCC/2013) No tocante ao regime jurídico aplicável às sociedades de economia mista, que explorem atividade econômica em sentido estrito, é correto afirmar que;

a) dependem de autorização legislativa para alienação de bens de seu patrimônio

b) gozam de privilégios processuais como o prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

c) não estão sujeitas à fiscalização pela Comissão de Valores Mobiliários.

d) necessitam de autorização legislativa específica para criação de cada subsidiária.

e) são obrigadas a ter em sua estrutura um Conselho de Administração, assegurada participação aos acionistas minoritários.

11. (SMA-RJ – CONTADOR – FJG-RIO/2013) A pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legal, sob qualquer forma jurídica, para que o Governo exerça atividades gerais de caráter econômico, corresponde à:

a) sociedade de economia mista

b) agência reguladora

c) autarquia

d) empresa pública

12. (SMA-RJ – CONTADOR – FJG-RIO/2013) Constitui pessoa jurídica de Direito Público Interno:

a) o Estado Federal

b) a União

c) a Presidência da República

d) o Governo Federal

13. (OAB – EXAME DE ORDEM UNIFICADO – XII – PRIMEIRA FASE – FGV/2013) O Estado ABCD, com vistas à interiorização e ao incremento das atividades econômicas, constituiu empresa pública para implantar distritos industriais, elaborar planos de ocupação e auxiliar empresas interessadas na aquisição dessas áreas. Considerando que esse objeto significa a exploração de atividade econômica pelo Estado, assinale a afirmativa correta.

a) Não é possível a exploração de atividade econômica por pessoa jurídica integrante da Administração direta ou indireta.

b) As pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta não podem explorar atividade econômica.

c) Dentre as figuras da Administração Pública indireta, apenas a autarquia pode desempenhar atividade econômica, na qualidade de agência reguladora.

d) A constituição de empresa pública para exercer atividade econômica é permitida quando necessária ao atendimento de relevante interesse coletivo.

14. (TRT – 15ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC/2013) Determinado ente integrante da Administração indireta federal teve sua criação autorizada por lei, presta serviço público regularmente, embora não tenha participado de licitação para outorga de concessão, sujeita-se ao regime jurídico de direito privado, embora com derrogações do regime jurídico de direito público. A descrição proposta é compatível com uma

a) autarquia.

b) fundação.

c) empresa pública reguladora.

d) sociedade de economia mista.

e) agência executiva.

15. (SEAP-DF – PROFESSOR – SOCIOLOGIA – IBFC/2013) Segundo a Constituição da República, as áreas de atuação de uma fundação serão definidas através _____. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

a) Do seu estatuto social.

b) De decreto do Poder Executivo

c) De lei complementar

d) Do seu regimento interno

16. (SEAP-DF – PROFESSOR – MATEMÁTICA – IBFC/2013) Segundo a Constituição da República, as áreas de atuação de uma fundação serão definidas através _____. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

a) Do seu estatuto social.

b) De decreto do Poder Executivo.

c) De lei complementar.

d) Do seu regimento interno.

17. (AL-MT – PROCURADOR – FGV/2013) Acerca das entidades paraestatais, com base no Direito Administrativo brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

I. A expressão abrange todos os entes da Administração Indireta, além das pessoas jurídicas de direito privado autorizadas a realizar atividades de interesse coletivo ou público.

II. Os serviços sociais autônomos, por arrecadarem contribuições parafiscais, estão sujeitos à jurisdição da Justiça Federal.

III. O Termo de Parceria é o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa II estiver correta.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se as afirmativas II e III estiverem corretas.

18. (TRE-RO - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - FCC/2013) Os Órgãos Públicos, quanto à esfera de ação, classificam-se em centrais e em locais. Constituem exemplos de órgãos públicos locais:

- a) Secretarias de Estado.
- b) Ministérios.
- c) Delegacias de Polícia.
- d) Secretarias de Município.
- e) Casas Legislativas.

19. (TRT - 5ª REGIÃO (BA) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - FCC/2013) A Administração pública organiza-se também de forma descentralizada, do que é exemplo a

a) instituição, por lei, de autarquias, pessoas jurídicas de direito público às quais pode ser transferida a titularidade de serviços públicos para execução em substituição ao ente federado que as criou.

b) instituição, por decreto regulamentar autônomo, de autarquias e fundações públicas, que se submetem integralmente ao regime jurídico de direito público.

c) autorização, por lei, para a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista, que se submetem ao regime jurídico de direito público, com exceção da norma constitucional que exige a realização de concurso público.

d) criação, por lei, de empresas públicas e sociedades de economia mista, esta última que, embora admita a participação privada, exige que o controle do capital votante seja de titularidade de ente público.

e) criação, por lei, de fundações de direito privado, as quais, não obstante a natureza jurídica, submetem-se integralmente ao regime jurídico de direito público.

20. (TRT - 5ª REGIÃO (BA) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013) No que pertine à natureza dos entes que integram a Administração pública e o regime jurídico a eles aplicável, é correto afirmar que:

a) As autarquias compõem a Administração pública direta, porque se constituem em pessoas jurídicas de direito público sujeitas aos princípios informadores da Administração pública.

b) As sociedades de economia mista não integram a Administração pública descentralizada, porque se constituem em pessoas jurídicas de direito privado, enquanto às empresas públicas se aplicam as normas que compõem o regime jurídico de direito público.

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a Administração pública indireta e se sujeitam ao regime típico das empresas privadas; as autarquias e fundações compõem a Administração pública direta.

d) As autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista integram a Administração pública indireta ou descentralizada, porque referidas pessoas jurídicas têm personalidade de direito privado, sendo instituídos pelas formas previstas na legislação civil.

e) As autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista integram a Administração pública indireta ou descentralizada do Estado, sujeitas a princípios informadores da Administração, tal como o que exige a realização de concurso público para a investidura de servidores em cargo ou emprego público.

21. (TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - JUIZ SUBSTITUTO - FCC/2013) O exercício do poder de polícia administrativo, no âmbito da Administração Pública Federal,

a) no que tange à aplicação de punições, está sujeito a prazo prescricional de 5 anos, exceto se a conduta a ser sancionada constituir crime, aplicando-se nesse caso a prescrição da legislação penal.

b) independe de previsão legal, haja vista a existência do poder regulamentar autônomo da Administração nesta matéria.

c) pode ser delegado a entidade privada sem fins lucrativos instituída por particulares, desde que seja celebrado instrumento convenial, após prévia autorização legislativa.

d) é atributo exclusivo de órgãos do Poder Executivo.

e) é sempre dotado dos atributos de imperatividade, discricionariedade e autoexecutoriedade.

22. (TRT - 15ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013) Caracteriza-se o poder de polícia administrativa, de forma não exaustiva, pela prática de atos.

a) concretos e específicos, que envolvem fiscalização e repressão, tal como a apreensão de mercadorias farmacêuticas armazenadas irregularmente.

b) impositivos de obrigações de não fazer, jamais impondo obrigações positivas.

c) preventivos, no sentido de conformar a conduta dos administrados à lei, ficando os atos repressivos na esfera da polícia judiciária.

d) normativos gerais inovados, cuja finalidade é sempre estabelecer as condutas esperadas dos administrados e aquelas passíveis de reprimenda.

e) repressivos, mediante provocação de administrados diante de danos verificados, não havendo espaço para a prática de atos de fiscalização preventiva.

23. (TRT - 15ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013) A possibilidade de autoridade superior de órgão da Administração direta revogar ou anular atos praticados por seus subordinados, nos termos da lei, é exteriorização do poder.

- a) de Tutela.
- b) Hierárquico.
- c) Disciplinar.
- d) Regulamentar.
- e) Normativo.

24. (RIOPREVIDÊNCIA - ESPECIALISTA EM PREVIDÊNCIA SOCIAL - CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CEPERJ/2013)

O Governo do Estado, apoiando o programa de criação das Unidades de Polícia Pacificadora, realiza várias outras intervenções. Em relação aos pequenos comerciantes locais, atua na sua regularização para efeito de futuro recolhimento de impostos, bem como da regularidade dos alimentos comercializados. Nesse caso, os agentes estaduais atuam em decorrência do seguinte tipo de poder:

- a) político
- b) executivo
- c) alimentar
- d) de polícia
- e) interventivo

25. (PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO - IBFC/2013)

Conforme tradicional classificação doutrinária, consideram-se atributos do poder de polícia:

- a) Legalidade, moralidade e impessoalidade.
- b) Presunção da legitimidade, autoexecutoriedade e imperatividade.
- c) Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
- d) Necessidade, proporcionalidade e adequação.
- e) Presunção de legitimidade, discricionariedade e imperatividade.

26. (AL-MT - PROCURADOR - FGV/2013) Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo, regulamentando e estabelecendo limites à emissão de ruídos por casas noturnas, consubstancia manifestação de

- a) Poder Disciplinar.
- b) Poder de Polícia.
- c) Autotutela.
- d) Ato Administrativo Complexo.
- e) Poder Hierárquico.

27. (SEPLAG-MG - DIREITO - IBFC/2013) Com relação aos Poderes da Administração Pública, analise as assertivas abaixo.

I. Poder Hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.

II. Poder Disciplinar é aquele de que dispõe a Administração Pública para controlar o desempenho das funções e das condutas internas de seus servidores, responsabilizando-os pelas infrações que cometer.

III. Poder Regulamentar é a faculdade que permite ao Chefe do Executivo de aclarar a lei para sua correta execução.

IV. Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e IV, apenas
- c) II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas

28. (MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA II - IBFC/2013) O desvio de finalidade caracteriza-se por intermédio das seguintes condutas, EXCETO:

- a) Irracionalidade do procedimento, acompanhada da edição do ato.
- b) Motivação contraditória.
- c) Incerteza em relação aos destinatários.
- d) Camuflagem dos atos.
- e) Inadequação entre os motivos e os efeitos.

29. (ANS - ATIVIDADE TÉC. DE SUPORTE - DIREITO - FUNCAB/2013) Um superior hierárquico aplica uma pena de suspensão ao servidor público que cometeu uma infração. Isso é a expressão do poder:

- a) vinculado
- b) de polícia.
- c) discricionário.
- d) regulamentar.
- e) disciplinar.

30. (ANS - ATIVIDADE TÉC. DE SUPORTE - DIREITO - FUNCAB/2013) No que tange ao poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- a) O poder de polícia é exercido com exclusividade pelos órgãos de segurança pública elencados na Constituição Federal.
- b) O consentimento de polícia é uma das fases do poder de polícia.
- c) O fechamento de estabelecimentos pelo Poder Público não é manifestação do poder de polícia, ao contrário da fiscalização que é eminentemente uma manifestação desse poder.
- d) Atualmente, a delegação do poder de polícia pode ser livremente realizada, ao contrário do que dispunha a doutrina clássica.
- e) A medida de salvaguarda contra o poder de polícia é o habeas libertatis

31. (MPE-SE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - FCC/2013) O ato de delegação fruto do poder hierárquico, poderá transferir atribuições

- a) relacionadas à edição de atos de competência exclusiva atribuída ao delegante.
- b) específicas, mediante prazo determinado e publicação do ato de delegação por meio oficial.
- c) correspondentes à totalidade das competências atribuídas ao delegante pela lei.

d) cometidas a qualquer órgão singular, uma vez que não são passíveis de delegação as competências imputadas a órgãos colegiados.

e) específicas e, mesmo quando praticadas pelo agente delegado, considerar-se-ão editadas pelo delegante.

32. (TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - JUIZ SUBSTITUTO - FCC/2013) Empresa privada obtém autorização de importação de material bélico. Posteriormente, alegando relevante interesse nacional, no tocante ao desenvolvimento da indústria bélica nacional, o órgão competente da Administração Pública Federal revoga referida autorização.

O ato revocatório em questão deve ser qualificado como:

a) concreto; composto; autoexecutório; emanado no exercício de poder hierárquico.

b) individual; constitutivo; restritivo; emanado no exercício de poder discricionário.

c) coercitivo; vinculado; declaratório; emanado no exercício do poder de autotutela.

d) ato de gestão; complexo; vinculado; emanado no exercício de poder de polícia.

e) ato de império; enunciativo; abstrato; emanado no exercício de poder disciplinar.

33. (OAB - EXAME DE ORDEM UNIFICADO - XII - PRIMEIRA FASE - FGV/2013) O Estado X concedeu a Fulano autorização para a prática de determinada atividade. Posteriormente, é editada lei vedando a realização daquela atividade. Diante do exposto, e considerando as formas de extinção dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

a) Deve ser declarada a nulidade do ato em questão.

b) Deve ser declarada a caducidade do ato em questão.

c) O ato em questão deve ser cassado.

d) O ato em questão deve ser revogado.

34. (TRT - 15ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013) Os atos administrativos gozam de atributos específicos, dos quais não dispõem os atos praticados sob a égide do regime jurídico de direito privado. Dentre eles, a:

a) presunção de exigibilidade, que possibilita a coação material dos atos administrativos mediante autorização superior.

b) presunção de validade entre as partes, somente podendo haver descumprimento mediante desconstituição do ato no âmbito judicial.

c) presunção de validade, que se consubstancia na consideração de que os atos administrativos, enquanto existentes, são válidos e gozam de autoexecutoriedade.

d) exigibilidade, que garante a execução material dos atos administrativos, independentemente de intervenção judicial.

e) imperatividade, que atribui aos atos administrativos a capacidade de imposição a terceiros, com ou sem sua concordância.

35. (TRT - 15ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013)

A discricionariedade pode ser qualificada como atributo dos atos administrativos em geral. Quando se fala que determinado ato tem essa característica significa que:

a) é manifestação de vontade legítima do administrador, prevista ou não em lei, cuja edição configura direito subjetivo do interessado.

b) foi editado levando em conta fatores externos e internos do processo, sendo assim considerado ainda que fosse a única decisão passível de ser tomada, nos termos da lei.

c) é o resultado de opção do administrador, dentre algumas alternativas, que a legislação lhe confere, proferida no âmbito do exercício de seu juízo de oportunidade e conveniência.

d) foi proferido como manifestação do juízo de oportunidade e conveniência, inovando a ordem jurídica e possibilitando a autoexecutoriedade de seu conteúdo.

e) foi proferido em estrito cumprimento de disposição legal, exteriorizando direito subjetivo do interessado.

36. (SEAP-DF - PROFESSOR - SOCIOLOGIA - IBFC/2013) Visando a execução de determinado decreto, o Ministro de Estado, no âmbito das suas competências, poderá editar o seguinte ato:

a) Circular

b) Portaria.

c) Resolução.

d) Instrução.

37. (SEPLAG-MG - DIREITO - IBFC/2013) "É o atributo do ato administrativo que autoriza sua imediata execução, ainda que arguido de vícios ou defeitos que possam levar a sua invalidade." O texto refere-se ao atributo da:

a) Autoexecutoriedade.

b) Imperatividade.

c) Eficiência.

d) Presunção de legitimidade.

38. (CAU-BR - ADVOGADO - IADES/2013) Assinale a alternativa correta quanto aos requisitos dos atos administrativos que podem estar no âmbito do poder discricionário da Administração Pública.

a) Competência e Objeto.

b) Motivo e Objeto.

c) Finalidade e Competência.

d) Forma e Motivo.

e) Objeto e Finalidade.

39. (TRE-RO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013) Considere as seguintes assertivas:

I. A Administração pública ao revogar um ato administrativo assim o faz com efeitos ex tunc.

II. Mesmo anulado um ato administrativo, o princípio da boa-fé e a teoria da aparência resguardam os efeitos já produzidos em relação aos terceiros de boa-fé.

III. A Administração pública ao convalidar um ato administrativo assim o faz com efeitos ex nunc.

Está correto o que consta em

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

40. (TRE-RO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013) A imperatividade dos atos administrativos

- a) é característica pela qual os atos administrativos impõem-se a terceiros independentemente de sua concordância.
- b) é característica presente também nos atos de direito privado
- c) significa o poder de executar os atos administrativos de forma autônoma pela Administração pública, isto é, sem necessidade de intervenção do Judiciário.
- d) não é considerada atributo de tais atos.
- e) existe em todos os atos administrativos.

41. (TCE-BA - AGENTE PÚBLICO - FGV/2013) Tendo em vista as hipóteses de extinção do ato administrativo, assinale a alternativa que apresenta apenas hipóteses de extinção volitiva dos atos administrativos.

- a) Invalidação e extinção subjetiva.
- b) Revogação e cassação.
- c) Extinção subjetiva e objetiva.
- d) Anulação e execução material
- e) Extinção objetiva e execução material.

42. (TCE-BA - AGENTE PÚBLICO - FGV/2013) No que concerne à classificação dos atos administrativos, a respeito do ato modificativo assinale a afirmativa correta.

- a) Altera situações jurídicas preexistentes podendo extinguir essa situação jurídica.
- b) Reconhece apenas a existência de um fato ou de uma situação jurídica anterior a ele.
- c) Tem o condão de criar uma nova situação jurídica
- d) Altera situações jurídicas preexistentes, mas nunca provoca sua extinção.
- e) Reconhece situação jurídica futura.

43. (SEPLAG-MG - GESTOR GOVERNAMENTAL - CONTADOR - IESES/2013) Referente à classificação dos atos administrativos, quanto ao objeto, quando o Poder Público atua com supremacia sobre o administrado, coercitivamente e unilateralmente, temos descrito o ato de:

- a) Gestão.
- b) Expediente.
- c) Vinculação.
- d) Império.

44. (SEPLAG-MG - GESTOR GOVERNAMENTAL - CONTADOR - IESES/2013) Qual das alternativas abaixo NÃO se trata de um ato negocial?

- a) Atestado.
- b) Licença.
- c) Admissão.
- d) Dispensa.

45. (TRE-RO - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - FCC/2013) Sebastião, servidor público, pratica ato administrativo discricionário. No entanto, após a prática do ato, que, ressalte-se, é válido e em total consonância com o ordenamento jurídico, decide revogá-lo por razões de conveniência e oportunidade. Está correto afirmar que

- a) Sebastião deveria ter anulado o ato e não se utilizando do instituto da revogação.
- b) A revogação não se dá por razões de conveniência e oportunidade, mas sim, por vício contido no ato.
- c) Inexiste ato administrativo discricionário, sob pena de uma atuação arbitrária da Administração pública.
- d) O ato administrativo discricionário comporta tanto revogação quanto anulação, esta última desde que haja ilegalidade no mesmo.
- e) O ato administrativo discricionário não admite ser retirado do mundo jurídico, isto é, não comporta revogação, nem anulação.

46. (TRT - 5ª REGIÃO (BA) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC/2013) A presunção de legitimidade ou de veracidade é um dos atributos do ato administrativo. Desta presunção decorrem alguns efeitos, dentre eles a

- a) impossibilidade do Judiciário decretar a nulidade do ato administrativo.
- b) capacidade de imposição do ato administrativo a terceiros, independentemente de sua concordância.
- c) capacidade da Administração criar obrigações para o particular sem a necessidade de intervenção judicial.
- d) capacidade da Administração empregar meios diretos de coerção, compelindo materialmente o administrado a fazer alguma coisa, utilizando-se inclusive da força.
- e) capacidade de produção de efeitos do ato administrativo enquanto não decretada a sua invalidade pela própria Administração ou pelo Judiciário.

47. (TJ-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRAÇÃO - FGV/2013) Ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeito ao controle pelo Poder Público.

Assinale a alternativa que relaciona os elementos ou requisitos do ato administrativo.

- a) Legalidade, finalidade, forma, motivo e objeto ou conteúdo.
- b) Competência, impessoalidade, forma, motivo e objeto ou conteúdo.
- c) Finalidade, competência, moralidade, motivo e eficiência.
- d) Competência, finalidade, forma, motivo, objeto ou conteúdo.
- e) Forma, competência, finalidade, motivo e eficiência.

48. (TJ-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRAÇÃO - FGV/2013) O atributo do ato administrativo, considerado uma garantia para o particular porque impede a Administração de agir de forma discricionária, é denominado

- a) Presunção de legitimidade e veracidade.
- b) Autoexecutoriedade.
- c) Discricionariedade.
- d) Imperatividade.
- e) Tipicidade.

49. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - PROVA ANULADA - CETRO/2013) No que se refere ao Ato Administrativo, leia o trecho abaixo e assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

Segundo o Professor Hely Lopes Meyrelles:

"O _____ administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração _____ que, agindo nessa qualidade, tenha por fim _____ adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos seus administrados ou a si própria."

- a) ato/ pública/ imediato
- b) ato ou fato/ direta/ imediato
- c) ato ou fato/ direta/ mediato
- d) ato ou fato/ pública/ mediato
- e) ato/ pública/ mediato

50. (MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA II - IBFC/2013) Indique a alternativa CORRETA, de acordo com o texto expresso da Constituição da República:

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em ato regulamentar, assim como aos estrangeiros, na forma da lei complementar.
- c) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo inacessíveis aos estrangeiros.
- d) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos no edital do concurso, assim como aos estrangeiros, na forma da lei complementar.
- e) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos na Constituição Federal, assim como aos brasileiros naturalizados e estrangeiros, na forma da lei.

RESPOSTAS

01. Resposta: "D". Para Dirley da Cunha Júnior, "o valor segurança jurídica é consagrado por vários outros princípios: direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada, irretroatividade da lei entre outros. Este princípio enaltece a ideia de proteger o passado (relações jurídicas já consolidadas) e tornar o futuro previsível, de modo a não infringir surpresas desagradáveis ao administrado. Visa à proteção da confiança e a garantia de certeza e estabilidade das relações e situações jurídicas".

02. Resposta: "C". Para Hely Lopes Meirelles, o princípio da impessoalidade "nada mais é do que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal".

03. Resposta: "B". Os princípios da Supremacia do Interesse Público e da Indisponibilidade do Interesse Público, apesar de implícitos no ordenamento jurídico, são tidos como pilares do regime jurídico-administrativo. Isto se deve ao fato de que todos os demais princípios da administração pública são desdobramentos desses dois princípios em questão, cuja relevância é tanta que são conhecidos como supraprincípios da administração pública.

Letra "A": incorreta. Não há hierarquia entre os princípios, eles se resolvem por ponderação.

Letra "C": incorreta. O princípio da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público não são expressos.

Letra "D": incorreta. O princípio da indisponibilidade do interesse público não é um princípio expresso. Não há hierarquia entre os princípios expressos em relação aos implícitos.

Letra "E": incorreta. Os princípios da impessoalidade e eficiência são princípios expressos.

OBS: Cuidado porque algumas bancas consideram princípios expressos apenas o que estão previstos na Constituição Federal e outras consideram que os princípios administrativos que estiverem escritos em lei são explícitos. Proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público constam expressamente no artigo 2º da Lei nº 9784/99.

04. Resposta: "C". Segundo Alexandre Mazza: "Economicidade, redução de desperdícios, qualidade, rapidez, produtividade e rendimento funcional são valores encarecidos pelo princípio da eficiência".

05. Resposta: "E". Tudo indica que a questão foi retirada da Lei nº 9784/99. Repare o que diz a Lei nº 9784/99, no seu art. 2º: "A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla de-

fesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência". Observe que as letras "A", "B", "C" e "D" estão expressas nesta lei e os que não estão expressos são **auto-tutela e continuidade dos serviços públicos**.

06. Resposta: "C". Alexandre Mazza ensina que "O supraprincípio da indisponibilidade do interesse público enuncia que os agentes públicos não são donos do interesse por eles defendido. Assim, no exercício da função administrativa os agentes públicos estão obrigados a atuar, não segundo sua própria vontade, mas do modo determinado pela legislação. Como decorrência dessa indisponibilidade, não se admite tampouco que os agentes renunciem aos poderes legalmente conferidos ou que transacionem em juízo".

07. Resposta: "E". Maria Sylva Zanela di Pietro leciona: "Dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público, decorrem, dentre outros, o da especialidade, concernente à ideia de descentralização administrativa. Quando o Estado cria pessoas jurídicas públicas administrativas - as autarquias - como forma de descentralizar a prestação de serviços públicos, com vistas à especialização de função, a lei que cria a entidade estabelece com precisão as finalidades que lhe incumbe atender, de tal modo que não cabe aos seus administradores afastar-se dos objetivos definidos na lei; isto precisamente pelo fato de não terem a livre disponibilidade dos interesses públicos".

08. Resposta: "C". O administrador está adstrito tanto ao princípio da legalidade quanto ao da moralidade, não bastando respeitar a lei estrita, sua atitude deve ser guiada pelos demais princípios administrativos.

Letra "A": incorreta. Trata-se da legalidade para o particular.

Letra "B": incorreta. A Administração Pública está, sim, vinculada aos princípios administrativos também.

Letra "D" e "E": incorretas. A Administração não pode afastar-se da lei, o que existe é uma certa margem de discricionariedade que o legislador, às vezes, deixa à Administração para decidir sobre alguns atos, o que não se confunde com arbitrariedade, que é agir com conveniência e oportunidade fora dos limites da lei.

09. Resposta: "C". O art. 5º, LV da Constituição Federal garante o contraditório e ampla defesa aos litigantes em processo judicial ou administrativo ("aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes"). Cuidado com a palavra "prescinde" muito comum em questões de prova que significa "dispensável".

10. Resposta: "E". O amparo da resposta está no art. 239 da Lei nº 6404/76: "As companhias de economia mista terão obrigatoriamente Conselho de Administração, assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo".

11. Resposta: "D". O conceito legislativo tem previsão no art. 5º, II, do Decreto-Lei nº 200/67: "empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criadas por lei para exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência, ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de quaisquer das formas admitidas em direito".

12. Resposta: "B". O art. 41 do Código Civil estabelece que: "São pessoas jurídicas de direito público interno: I - a União; II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; III - os Municípios; IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; V - as demais entidades de caráter público criadas por lei".

13. Resposta: "D". O fundamento da resposta está no art. 173, § 1º da Constituição Federal: "A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços".

14. Resposta: "D". O conceito legal de sociedade de economia mista está previsto no art. 5º, III, do Decreto-Lei nº 200/67: "a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou à entidade da Administração Indireta".

15. Resposta: "C". O fundamento da resposta está no art. 37, XIX, da Constituição Federal: "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à **lei complementar**, neste último caso, definir as áreas de sua atuação".

16. Resposta: "C". De acordo com art. 37, XIX, da Constituição Federal: "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação".

17. Resposta: "B".

Item I: incorreto. Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado que, sem fins lucrativos, realizam projetos de interesse do Estado, prestando serviços não exclusivos e viabilizando o seu desenvolvimento. Por isso, recebe uma ajuda por parte dele, desde que preenchidos determinados requisitos estabelecidos por lei específica para cada modalidade. Não integram a Administração Pública.

Item II: incorreto. Os serviços sociais autônomos, embora compreendidos na expressão entidade paraestatal, são pessoas jurídicas de direito privado, categorizadas como entes de colaboração que não integram a Administração

Pública, mesmo empregando recursos públicos provenientes de contribuições parafiscais. Aplica-se, por analogia, a Súmula 516 do STF: "o Serviço Social da Indústria - Sesi - está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual".

Item III: correto. Termo de Parceria é uma metodologia nova de relacionamento entre o poder público e a sociedade civil, criada pela lei das OSCIPs.

18. Resposta: "C". Órgãos locais são os que atuam sobre uma parte do território, como as Delegacias Regionais da Receita, Delegacias de Polícia e outros. Observe todos os órgãos apontados nas assertivas. Sem dúvidas, a Delegacia de Polícia é o menos abrangente, pois nos municípios maiores são várias e com circunscrições diversas na própria localidade.

19. Resposta: "A". As autarquias são clássico exemplo de descentralização administrativa, notadamente porque possuem uma relevante autonomia no exercício de suas atribuições.

Alternativa "B": incorreta. As autarquias são criadas por lei específica e poderão adotar o regime jurídico público, enquanto que as fundações terão sua criação autorizada por lei e poderão adotar o regime jurídico público ou privado.

Alternativa "C": incorreta, pois empresas públicas e sociedades de economia mista submetem-se ao regime jurídico de direito privado.

Alternativa "D": incorreta. As empresas públicas e sociedades de economia mista não são criadas por lei. A sua instituição que é autorizada por lei.

Alternativa "E": incorreta. As fundações não são criadas por lei. A sua instituição que é autorizada por lei. Além disso, quando são de direito privado adotam o regime jurídico de direito privado e não de direito público.

20. Resposta: "E". A descentralização por serviços, funcional ou técnica é a que se verifica quando o poder público (União, Estados, Distrito Federal ou Município) por meio de uma lei cria uma pessoa jurídica de direito público – autarquia e a ela atribui a titularidade (não a plena, mas a decorrente de lei) e a execução de serviço público descentralizado.

Letra "A": incorreta. As autarquias compõem a Administração Pública indireta.

Letra "B": incorreta. As sociedades de economia mista integram a Administração Pública indireta. As empresas públicas estão sujeitas a regime jurídico de direito privado.

Letra "C": incorreta. As autarquias e fundações compõem a Administração pública indireta.

Letra "D": incorreta. As autarquias tem personalidade jurídica de direito público.

21. Resposta: "A". De acordo com o art. 1º da Lei nº 9873/99: "Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legis-

lação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. §2º Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal".

22. Resposta: "A". Celso Antônio Bandeira de Mello aduz que: "a atividade da Administração Pública, expressa em atos normativos ou concretos, de condicionar, com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e propriedade dos indivíduos, mediante ação ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção a fim de conformar-lhes os comportamentos aos interesses sociais consagrados no sistema normativo".

Alternativa "B": incorreta. O poder de polícia não impõe apenas obrigações de não fazer mas também obrigações de fazer, como se verifica no art. 78 do Código Tributário Nacional.

Alternativa "C" e "E": incorretos. Como já mencionado o poder de polícia instrumentaliza-se ora por ação fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva.

Alternativa "D": Segundo Alexandre Mazza: "normalmente o poder de polícia estabelece deveres negativos aos particulares, estabelecendo obrigações de não fazer. Em casos raros, pode gerar deveres positivos, por exemplo, na obrigação de atendimento da função social da propriedade".

23. Resposta: "B". José dos Santos Carvalho Filho explica: "Decorre também da hierarquia o poder de revisão dos atos praticados por agentes de nível hierárquico mais baixo. Se o ato contiver vício de legalidade, ou não se coadunar com a orientação administrativa, pode o agente superior revê-lo para ajustamento a essa orientação ou para restaurar a legalidade".

24. Resposta: "D". Para Hely Lopes Meirelles, "poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado".

25. Resposta: "C". Segundo os entendimentos de Maria Sylvia Zanela di Pietro e Hely Lopes Meirelles, os atributos do poder de polícia são: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

26. Resposta: "B". Poder de polícia para Celso Antônio Bandeira de Mello é: "a atividade da Administração Pública, expressa em atos normativos ou concretos, de condicionar, com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e propriedade dos indivíduos, mediante ação ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção a fim de conformar-lhes os comportamentos aos interesses sociais consagrados no sistema normativo".

27. Resposta: "A". A título de complementação Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo trazem alguns conceitos importantes: a) defendem que a hierarquia caracteriza-se pela existência de graus de subordinação entre os diversos órgãos e agentes do Executivo. Sendo o Poder Hierárquico que permite à Administração estabelecer tais relações, distribuindo as funções de seus órgãos e agentes conforme o escalonamento hierárquico; b) entendem que o Poder Disciplinar está intimamente relacionado com o Poder Hierárquico e traduz-se no poder-dever que possui a Administração de punir internamente as infrações funcionais de seus servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração; c) defendem que ao Poder Executivo é conferida a prerrogativa de editar atos normativos gerais e abstratos; d) entendem que a Administração exerce o Poder de Polícia sobre todas as atividades que possam, direta ou indiretamente, afetar os interesses da coletividade. O Poder de Polícia é exercido por todas as esferas da Federação, sendo, em princípio, da competência da pessoa política que recebeu da Constituição a atribuição de regular aquela matéria, cujo adequado exercício deve ser pela mesma pessoa fiscalizado.

28. Resposta: "C". O desvio de finalidade ou de poder é a modalidade de abuso em que o agente busca alcançar fim diverso daquele que a lei lhe permitiu, isto é, o interesse público.

29. Resposta: "E". Segundo Alexandre Mazza, "o poder disciplinar consiste na possibilidade de a Administração aplicar punições aos agentes públicos que cometam infrações funcionais. Assim, trata-se de poder interno, não permanente e discricionário. Interno porque somente pode ser exercido sobre agentes público, nunca em relação a particulares, exceto quando estes forem contratados da Administração. É não permanente à medida que é aplicável apenas se e quando o servidor cometer falta funcional". Como se trata de punição de servidor que cometeu falta infracional não resta dúvida de que se trata de poder disciplinar.

30. Resposta: "B". O exercício do poder de polícia sempre deve obedecer à seguinte sequência de atos: norma de polícia (legislação); permissão (consentimento) de polícia; fiscalização; sanção de polícia.

Letra "A": incorreta. O poder de polícia é exercido pela Administração Pública, e não com exclusividade pelos órgãos de segurança pública elencados na Constituição Federal.

Letra "C": incorreta. O fechamento de estabelecimento é, sim manifestação do poder de polícia. Vale lembrar que um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade.

Letra "D": incorreta. A delegação do poder de polícia não é livremente realizada, pois apenas alguns atos materiais de polícia podem ser delegados.

Letra "E": o poder de polícia não oferece perigo ao *status libertatis* do indivíduo, já que não cerceia a liberdade ou direito de ir e vir do cidadão. Não existe mais prisão administrativa. A medida cabível contra ato do poder público, que porventura, viesse a ameaçar o *status libertatis* é o *Habeas corpus*, um remédio constitucional. (José dos Carvalho Filho)

31. Resposta: "B". Nos termos do artigo 14 da Lei nº 9784/99, "o ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial. § 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada".

Alternativa "A": incorreta, com base no art. 13 da Lei nº 9784/99 não pode ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Alternativa "C": incorreta, pois como já mencionado a lei veda a delegação de certas matérias (art. 13 da Lei nº 9784/99).

Alternativa "D": incorreta, visto que o art. 12, § único da Lei nº 9784/99 prevê: "O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes".

Alternativa "E": incorreta, de acordo com o art. 14, § 3º da Lei nº 9784/99, "as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado".

32. Resposta: "B". É ato individual porque possui destinatário certo; é constitutivo pois criou uma nova situação jurídica; é restritivo, uma vez que limita a esfera de interesse do destinatário e é emanado no exercício de poder discricionário, porque envolve avaliação de conveniência e oportunidade da Administração.

33. Resposta: "B". De acordo com Alexandre Mazza, caducidade consiste na extinção do ato em consequência da sobrevinda de norma legal proibindo situação que o ato autorizava. Funciona como uma anulação por causa superveniente.

34. Resposta: "E". Segundo Alexandre Mazza, "o atributo da imperatividade significa que o ato administrativo pode criar unilateralmente obrigações aos particulares, independentemente da anuência destes. É uma capacidade de vincular terceiros a deveres jurídicos derivada do chamado poder extroverso. Ao contrário dos particulares, que só possuem poder de auto-obrigação (introverso), a Administração Pública pode criar deveres para si e também para terceiros".

35. Resposta: "C". José dos Santos Carvalho Filho ensina que "diversamente sucede nos atos discricionários. Nestes é própria a lei que autoriza o agente a proceder a uma avaliação de conduta, obviamente tomando em consideração a inafastável finalidade do ato. A valoração incidirá sobre o motivo e o objeto do ato, de modo que

este, na atividade discricionária, resulta essencialmente da liberdade de escolha entre alternativas igualmente justas, traduzindo, portanto, um certo grau de subjetivismo”.

36. Resposta: “D”. Fernanda Marinela leciona a diferença destes institutos:

“- **Circular:** é fórmula pela qual autoridades superiores transmitem ordens uniformes a funcionários subordinados.

Portaria: são atos administrativos internos pelos quais os chefes de órgãos e repartições públicas expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou designam servidores para funções e cargos secundários.

Resoluções: são atos normativos ou individuais, emanados de autoridades de elevado escalão administrativo como, por exemplo, Ministros e Secretários de Estado ou Municípios, ou pelos Presidentes de Tribunais, órgãos legislativos e colegiados administrativos, para disciplinar matéria de sua competência específica.

Instrução é fórmula de expedição de normas gerais e abstratas de orientação internadas repartições, emanadas de seus chefes, a fim de prescrever o modo pelo qual seus subordinados deverão dar andamento aos seus serviços”.

37. Resposta: “D”. De fato a presunção de legitimidade autoriza a imediata execução do ato administrativo porque o ato é válido até prova em contrário. Trata-se de uma presunção relativa.

38. Resposta: “B”. Segundo Hely Lopes Meirelles, essa margem de liberdade pode residir no motivo ou no objeto do ato discricionário.

39. Resposta: “A”. Alexandre Mazza expõe: “Revogação é a extinção do ato administrativo perfeito e eficaz, com eficácia *ex nunc*, praticada pela Administração Pública e fundada em razões de interesse público (conveniência e oportunidade). Em princípio, a anulação de ato administrativo não gera dever de indenizar o particular prejudicado, exceto se comprovadamente sofreu dano especial para a ocorrência do qual não tenha colaborado. O ato convalidatório tem natureza vinculada (corrente majoritária), constitutiva, secundária e eficácia *ex tunc*”.

40. Resposta: “A”. A imperatividade implica que a imposição do ato independe da anuência do administrado.

41. Resposta: “B”. Anulação, revogação e a cassação são classificadas como formas do chamado desfazimento volitivo.

42. Resposta: “D”. É o que tem por finalidade alterar situações preexistentes, sem provocar sua extinção. O ato modifica uma determinada situação jurídica a ele anterior, mas não suprime direitos ou obrigações (entendimento de Marcelo Alexadrino e Vicente Paulo).

43. Resposta: “D”. Atos de império são praticados pela Administração em posição de superioridade diante do particular. Atos de gestão são os expedidos pela Administração em posição de igualdade perante o particular, sem usar de

sua supremacia e regidos pelo direito privado. Atos de expediente dão andamento a processos administrativos. São atos de rotina interna praticados por agentes subalternos sem competência decisória. (Alexandre Mazza). Na concepção de Hely Lopes Meirelles, “atos vinculados ou regrados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização”.

44. Resposta: “A”. Cumpre lembrar que o atestado é um ato enunciativo que comprova fatos ou situações transitórias que não constem de arquivos públicos.

45. Resposta: “D”. Conforme art. 53 da Lei nº 9.784/99: “a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”. No mesmo sentido o teor da Súmula 473 do STF: “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

46. Resposta: “E”. Maria Sylvia Zanella Di Pietro entende que, “há cinco fundamentos para justificar a presunção de legitimidade: a) o procedimento e as formalidades que antecedem sua edição, constituindo garantia de observância da lei; b) o fato de expressar a soberania do poder estatal, de modo que a autoridade que expede o ato; c) a necessidade de assegurar celeridade no cumprimento das decisões administrativas; d) os mecanismos de controle sobre a legalidade do ato; e) a sujeição da Administração ao princípio da legalidade, presumindo-se que seus atos foram praticados em conformidade com a lei”.

47. Resposta: “D”. Com base no art. 2º da lei de ação popular, os elementos ou requisitos do ato administrativo são competência, finalidade, forma, motivo, objeto ou conteúdo.

48. Resposta: “E”. A tipicidade diz respeito à necessidade de respeitar-se a finalidade específica definida na lei para cada espécie de ato administrativo.

49. Resposta: “A”. Segundo Hely Lopes Meirelles, “ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração **Pública** que, agindo nessa qualidade, tenha por fim **imediato** adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”.

50. Resposta: “A”. Os requisitos para que um brasileiro acesse um cargo público se encontram, notadamente, no artigo 5º da Lei nº 8.112/90. No entanto, o estrangeiro pode ocupar cargo público conforme o §3º do mesmo dispositivo: “As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas **estrangeiros**, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei”.

Exercícios Complementares

01 - (TJ/DF - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – CESPE/2014) Em relação ao regime jurídico-administrativo e aos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a opção correta

A) É obrigatória a observância do princípio da publicidade nos processos administrativos, mediante a divulgação oficial dos atos administrativos, inclusive os relacionados ao direito à intimidade.

B) A presunção de legitimidade dos atos administrativos, que impõe aos particulares o ônus de provar eventuais vícios existentes em tais atos, decorre do regime jurídico-administrativo aplicável à administração pública

C) É obrigatória a observância do princípio da publicidade nos processos administrativos, mediante a divulgação oficial dos atos administrativos, inclusive os relacionados ao direito à intimidade.

D) A violação do princípio da moralidade administrativa não pode ser fundamento exclusivo para o controle judicial realizado por meio de ação popular.

E) Para que determinada conduta seja caracterizada como ato de improbidade administrativa violadora do princípio da impessoalidade, é necessária a comprovação do respectivo dano ao erário.

O regime jurídico-administrativo aplicável à Administração Pública é um regramento de direito público, sendo aplicável aos órgãos e entidades vinculadas e que compõe a administração pública e ainda à atuação dos agentes administrativos em geral.

Tem seu embasamento na concepção de existência de **poderes especiais** passíveis de ser exercidos pela administração pública, por meio de seus órgãos e entidades, e exteriorizados por meio de seus agentes, que por sua vez é controlado ou limitado por imposições também especiais à atuação da administração pública, não existentes nas relações de direito privado.

Justamente pela aplicabilidade do regime jurídico-administrativo com cláusulas e prerrogativas especiais conferidas à Administração Pública decorre a presunção de legitimidade dos atos administrativos, assim entendido como ou atributo ou característica do ato em si.

Assim, uma vez praticado o ato administrativo, ele se presume legítimo e, em princípio, apto para produzir os efeitos que lhe são inerentes, cabendo então ao administrado a prova de eventual vício do ato, caso pretenda ver afastada a sua aplicação, dessa maneira verificamos que o Estado, diante da presunção de legitimidade, não precisa comprovar a regularidade dos seus atos.

Dessa maneira, mesmo quando revestido de vícios, o ato administrativo, até sua futura revogação ou anulação, tem eficácia plena desde o momento de sua edição, produzindo regularmente seus efeitos, podendo inclusive ser executado compulsoriamente, em virtude das consequências do regime jurídico-administrativo.

RESPOSTA: "B".

02 - (TER/PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011 Parte superior do formulário) "Um dos princípios da Administração Pública exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. A função administrativa já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros" (Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro).

O conceito refere-se ao princípio da

- A) impessoalidade.
- B) eficiência.
- C) legalidade.
- D) moralidade.
- E) publicidade.

Diante do enunciado podemos destacar algumas expressões que nos ajudarão a resolver o problema proposto, quais sejam: "*atividade administrativa exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional*" e ainda "*exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório...*"

Pois bem, estamos diante das características do **Princípio da Eficiência**, que em seu conceito temos a imposição exigível à Administração Pública de manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta ou põe a disposição dos administrados, evitando desperdícios e buscando a excelência na prestação dos serviços.

Pelo Princípio da Eficiência, a Administração Pública tem o objetivo principal de atingir as metas, buscando boa prestação de serviço, da maneira mais simples, mais célere e mais econômica, melhorando o custo-benefício da atividade da administração pública, devendo ser prestada com perfeição e satisfação dos usuários.

RESPOSTA "B".

03 - (TRT – 19ª REGIÃO/AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2014) Determinada empresa do ramo farmacêutico, responsável pela importação de importante fármaco necessário ao tratamento de grave doença, formulou pedido de retificação de sua declaração de importação, não obtendo resposta da Administração pública. Em razão disso, ingressou com ação na Justiça, obtendo ganho de causa. Em síntese, considerou o Judiciário que a Administração pública não pode se esquivar de dar um pronto retorno ao particular, sob pena inclusive de danos irreversíveis à própria população. O caso narrado evidencia violação ao princípio da:

- A) publicidade.
- B) eficiência.
- C) impessoalidade.
- D) motivação.
- E) proporcionalidade.

Pelas disposições prevista na Constituição Federal acerca do princípio da eficiência, temos a imposição exigível à Administração Pública de manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta ou põe a disposição dos administrados, evitando desperdícios e buscando a excelência na prestação dos serviços.

O administrador deve procurar a solução que melhor atenda aos interesses da coletividade, aproveitando ao máximo os recursos públicos, evitando dessa forma desperdícios.

Tem o objetivo principal de atingir as metas, buscando boa prestação de serviço, da maneira mais simples, mais célere e mais econômica, melhorando o custo-benefício da atividade da administração pública.

Dessa forma, caso ocorra omissão do Poder Público em atender de forma eficiente os anseios da coletividade, poderá, desde que provocado, ocorrer a intervenção do Poder Judiciário, com fundamento de descumprimento de norma constitucional, com a conseqüente imposição de responsabilidade do Estado por sua omissão.

RESPOSTA: "B".

04 - (UNICAMP – PROCURADOR – VUNESP/2014)
Princípio constitucional de direito administrativo, relacionado à finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa, fazendo com que a Administração Pública não possa atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, é o princípio da

- A) **legalidade.**
- B) **impressoalidade.**
- C) **moralidade.**
- D) **publicidade.**
- E) **eficiência.**

A Administração Pública tem que manter uma posição de neutralidade em relação aos seus administrados, não podendo prejudicar nem mesmo privilegiar quem quer que seja. Dessa forma a Administração pública deve servir a todos, sem distinção ou aversões pessoais ou partidárias, buscando sempre atender ao interesse público.

Impede o princípio da impessoalidade que o ato administrativo seja emanado com o objetivo de atender a interesses pessoais do agente público ou de terceiros, devendo ter a finalidade exclusivamente ao que dispõe a lei, de maneira eficiente e impessoal, com tratamento igualitário a todos os administrados, nos termos que define a Lei e o interesse público.

Ressalta-se ainda que o princípio da impessoalidade possui estreita relação com o também princípio constitucional da isonomia, ou igualdade, sendo dessa forma vedadas perseguições ou benesses pessoais.

RESPOSTA: "B".

05 - (TER/PE - ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011)
No que concerne às fontes do Direito Administrativo, é correto afirmar que:

- A) **o costume não é considerado fonte do Direito Administrativo.**
- B) **uma das características da jurisprudência é o seu universalismo, ou seja, enquanto a doutrina tende a nacionalizar-se, a jurisprudência tende a universalizar-se.**

C) **embora não influa na elaboração das leis, a doutrina exerce papel fundamental apenas nas decisões contenciosas, ordenando, assim, o próprio Direito Administrativo.**

D) **tanto a Constituição Federal como a lei em sentido estrito constituem fontes primárias do Direito Administrativo.**

E) **tendo em vista a relevância jurídica da jurisprudência, ela sempre obriga a Administração Pública.**

Para a resolução de tal questão, é importante ter o conhecimento das fontes do Direito Administrativo, ou seja, o embasamento de sua origem, e assim, encontramos no ordenamento jurídico brasileiro as seguintes fontes:

- Lei
- Doutrina
- Jurisprudência
- Costumes
- Regulamentos Administrativos.

A lei é norma imposta pelo Estado, é a fonte primordial e primária do direito administrativo brasileiro, tem em vista a rigidez de nosso ordenamento jurídico, e a necessidade da codificação de maneira expressa. Importante esclarecer que o direito administrativo brasileiro não se encontra codificado em somente um corpo de lei, como ocorre em outras facetas do direito brasileiro, como o Código Civil, Código Tributário, entre outros, **o que temos sobre regras administrativas estão articuladas, em regra gerais, na Constituição Federal de 1988, e ainda em uma infinidade de leis esparsas, constituindo-se como fontes primárias do Direito Administrativo**, o que, por consequência, resulta em certa dificuldade de uma sistematização deste importante ramo do direito brasileiro.

A doutrina é a lição dos mestres e estudiosos do direito, podendo ser entendida como um conjunto de teses, construções teóricas, opiniões dos doutores e dos estudiosos do Direito Administrativo, resultante de atividade intelectual, formulando princípios norteadores para a continuidade e aprofundamento dos estudos e teorias do Direito Administrativo, constituindo-se como fonte secundária, com a atribuição de influenciar a elaboração de novas leis e também o julgamento das lides de natureza administrativa.

A Jurisprudência é a interpretação da legislação vigente dada pelos Tribunais, verificadas a partir de reiteradas decisões judiciais em um mesmo sentido, solidificando o entendimento majoritário dos tribunais superiores.

Os costumes são o conjunto de regras e comportamentos sociais não escritas, observadas e obedecidas de modo semelhante e uniforme pela sociedade, são as práticas habituais consideradas obrigatórias, que o juiz pode aplicar na falta de lei regulamentando determinado assunto, e os Princípios Gerais do Direito são critérios maiores, às vezes até não escritos percebidos pela lógica ou pela indução.

Regulamentos são atos normativos do Poder Executivo, dotados de generalidade, impessoalidade, imperatividade e inovação. Produzidos mediante exercício do poder regulamentar (ou função estatal regulamentar), as formas mais comuns de regulamentos são os decretos regulamen-

tares, mas também podem tomar forma de resolução e outras modalidades, podendo desdobrar preceitos constitucionais de eficácia plena e de eficácia contida e atos legislativos primários (leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções).

RESPOSTA "D".

06 - (TER/SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – PONTUA/2011)

Os Princípios básicos da Administração Pública e do Direito Administrativo constituem regras de observância permanente e obrigatória ao Administrador. Podemos afirmar:

I. É dever do Administrador Público atuar segundo a lei, proibida sua atuação contra-lem e extralegem – princípio da legalidade ou legalidade estrita.

II. A Administração Pública está obrigada a policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica, em atendimento ao princípio da autotutela.

III. A Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá apenas aos princípios de observância obrigatória: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

IV. Segundo o princípio da finalidade, o administrador público não pode praticar nenhum ato que se desvie da finalidade de satisfazer o interesse público em detrimento de interesses privados.

Está(ão) CORRETO(S):

- A) Apenas o item I.
- B) Apenas o item III.
- C) Apenas os itens I, II e III.
- D) Apenas os itens I, II e IV.

Conforme podemos verificar, somente a afirmativa III está incorreta, pois, não existe o Princípio Administrativo da "moralidade" como sugestiona o elaborador da questão, e, em uma tentativa de ludibriar o candidato menos atento, inseriu juntamente com os demais princípios administrativos básicos e obrigatórios na atividade administrativa, tal invenção, tentando confundir com o **princípio da moralidade**.

O correto é que são os princípios básicos da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

RESPOSTA "D".

07 - (TRT - 16ª REGIÃO/MA – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2014) O Diretor Jurídico de uma autarquia estadual nomeou sua companheira, Cláudia, para o exercício de cargo em comissão na mesma entidade. O Presidente da autarquia, ao descobrir o episódio, determinou a imediata demissão de Cláudia, sob pena de caracterizar grave violação a um dos princípios básicos da Administração pública. Trata-se do princípio da

- A) **presunção de legitimidade.**
- B) **publicidade.**
- C) **motivação.**
- D) **supremacia do interesse privado sobre o público.**
- E) **impessoalidade.**

Impede o princípio da impessoalidade que o ato administrativo seja emanado com o objetivo de atender a interesses pessoais do agente público ou de terceiros, devendo ter a finalidade exclusivamente ao que dispõe a lei, de maneira eficiente e impessoal.

Por tal princípio temos que a Administração Pública tem que manter uma posição de neutralidade em relação aos seus administrados, não podendo prejudicar nem mesmo privilegiar quem quer que seja. Dessa forma a Administração pública deve servir a todos, sem distinção ou aversões pessoais ou partidárias, buscando sempre atender ao interesse público.

Ressalta-se ainda que o princípio da impessoalidade possui estreita relação com o também princípio constitucional da isonomia, ou igualdade, sendo dessa forma vedadas perseguições ou benesses pessoais.

Parte inferior do formulário

RESPOSTA: "E".

08 - (PM/RO – SARGENTO – PM/2014) Segundo o Direito Administrativo Brasileiro, julgue os itens subsequentes.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

- () CERTO
- () ERRADO

A Administração Pública é a atividade do Estado exercida pelos seus órgãos encarregados do desempenho das atribuições públicas. Em outras palavras é o conjunto de órgãos e funções instituídos e necessários para a obtenção dos objetivos do governo, ou seja, o atendimento dos anseios sociais.

A atividade administrativa, em qualquer dos poderes ou esferas, obedece aos *princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*, como impõe a norma fundamental do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assim dispõe em seu caput:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte".

RESPOSTA: "CERTO".

09 - (PG/DF - ANALISTA JURÍDICO – IADES/2011)

Prescreve o *caput* do artigo 37 da Constituição Federal que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

A) O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, adstrita aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar, sob pena de invalidade do ato. Assim, se a lei nada dispuser, não poderá a Administração agir, salvo em situações excepcionais. Ainda que se trate de ato discricionário, há de se observar o referido princípio.

B) Segundo a doutrina majoritária e decisão homodierna do STF, o rol de princípios previstos no artigo 37, *caput*, do texto constitucional é taxativo, ou seja, a Administração Pública, em razão da legalidade e taxatividade não poderá nortear-se por outros princípios que não os previamente estabelecidos no referido dispositivo.

C) A Constituição Federal de 1988 no artigo 37, § 1º, dispõe sobre a forma de como deve ser feita a publicidade dos atos estatais estabelecendo que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

D) O princípio da eficiência foi inserido positivamente na Constituição Federal via emenda constitucional.

E) O STF reiteradamente tem proclamado o dever de submissão da Administração Pública ao princípio da moralidade. Como exemplo, cita-se o julgado em que o Pretório Excelso entendeu pela vedação ao nepotismo na Administração, não se exigindo edição de lei formal a esse respeito, por decorrer diretamente de princípios constitucionais estabelecidos, sobretudo o da moralidade da Administração.

Sempre com atenção ao que exige o enunciado da questão, diante das alternativas apresentadas, o elaborador da questão exige que seja marcada a **alternativa incorreta**.

A alternativa "b" está errada, pois o artigo 37 "*caput*" da Constituição Federal nos apresenta os Princípios Básicos da Administração Pública, sendo considerados princípios explícitos na Constituição Federal, e isso não significa que serão os únicos exigidos durante a atividade administrativa.

A atividade administrativa deve ser sempre pautada pelos princípios básicos constantes expressamente no "*caput*" do artigo 37 da Constituição Federal, e ainda deve obediência aos demais princípios decorrentes deste, como exemplo:

- Princípio da Supremacia do Interesse Público: Tal Princípio, muito embora não se encontre expresso no enunciado do texto constitucional é de suma importância para a atividade administrativa, tendo em vista que, em decorrência do regime democrático adotado pelo Brasil, bem como o seu sistema representativo, temos que toda a atuação do Poder Público seja consubstanciada pelo interesse público e coletivo.

- Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público: Em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público são vedados ao administrador da coisa pública qualquer ato que implique em renúncia a direitos da administração, ou que de maneira injustificada e excessiva onerem a sociedade.

- Princípio da Autotutela: A Administração Pública pode corrigir de ofício seus próprios atos, revogando os irregulares e inoportunos e anulando os manifestamente ilegais, respeitado o direito adquirido e indenizando os prejudicados, cuja atuação tem a característica de autocontrole de seus atos, verificando o mérito do ato administrativo e ainda sua legalidade; entre outros mais existentes na prática da atividade administrativa.

RESPOSTA: "B".

10 - (DPE/RJ - TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA – FGV/2014) Os princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram o modo de agir da Administração Pública. Entre os princípios da Administração Pública, destaca-se:

A) impessoalidade, que diz que a pena não passará da pessoa do condenado e que os sucessores responderão pelos débitos do falecido apenas nos limites da herança.

B) moralidade, segundo o qual, no caso de aparente colisão, se deve analisar no caso concreto qual direito fundamental deve prevalecer, através da técnica da ponderação de interesses.

C) autotutela, segundo o qual qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito não será excluída da apreciação do Poder Judiciário, razão pela qual os atos da Administração Pública também estão sujeitos ao controle judicial.

D) publicidade, que prevê que a ampla publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou eleitoral.

E) continuidade dos serviços públicos, excetuado quando se permite a paralisação temporária da atividade, como no caso de necessidade de reparos técnicos.

O serviço público deve ser prestado de maneira contínua o que significa dizer que não é passível de interrupção. Isto ocorre justamente pela própria importância de que o serviço público se reveste diante dos anseios da coletividade.

É o princípio que orienta sobre a impossibilidade de paralisação, ou interrupção dos serviços públicos, e o pleno direito dos administrados a que não seja suspenso ou interrompido, pois se entende que a continuidade dos serviços públicos é essencial a comunidade, não podendo assim sofrer interrupções.

Entretanto, objetivando o atendimento ao Princípio Constitucional da Eficiência, é lícito à Administração Pública efetuar a paralisação temporária de suas atividades públicas, mediante prévio aviso aos usuários dos serviços públicos, para que sejam efetuadas melhorias no atendimento mediante reparos técnicos.

RESPOSTA: "E".

11 - (DPE/AM – DEFENSOR PÚBLICO – INSTITUTO CIDADES/2011)

Afirma-se, a respeito do princípio da eficiência da Administração Pública, que ele foi inserido na atual Constituição Federal com o intuito de:

- A) estabelecer um modelo gerencial de Administração
- B) fazer prevalecer o modelo burocrático de Administração
- C) valorizar a organização hierárquica.
- D) fazer prevalecer a valorização da rigidez da forma.
- E) restringir a participação popular de gestão.

A intenção do legislador constitucional de inserir o Princípio da Eficiência dentre os demais princípios básicos da Administração Pública, expressos na Constituição Federal em seu artigo 37 "caput", foi justamente de implantar um modelo de gerência dos recursos públicos, tornando a atividade administrativa mais eficiente, mais célere, mais econômica, com melhor gestão do dinheiro público, fazendo prevalecer a forma mais simples e eficaz da execução dos serviços públicos, estabelecendo de fato um modelo gerencial de Administração Pública.

RESPOSTA: "A".

12 - (TJ/CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/2014)
Com relação aos princípios que fundamentam a administração pública, assinale a opção correta.

- A) A publicidade marca o início da produção dos efeitos do ato administrativo e, em determinados casos, obriga ao administrado seu cumprimento.
- B) Pelo princípio da autotutela, a administração pode, a qualquer tempo, anular os atos eivados de vício de ilegalidade.
- C) O regime jurídico-administrativo compreende o conjunto de regras e princípios que norteia a atuação do poder público e o coloca numa posição privilegiada.
- D) A necessidade da continuidade do serviço público é demonstrada, no texto constitucional, quando assegura ao servidor público o exercício irrestrito do direito de greve.
- E) O princípio da motivação dos atos administrativos, que impõe ao administrador o dever de indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam a prática do ato, não possui fundamento constitucional.

O regime jurídico-administrativo é o conjunto de normas, regras e princípios de direito público, que norteiam a atuação administrativa do Estado executada por órgãos e entidades vinculadas e que compõe o Poder Público, e ainda norteia à atuação dos agentes administrativos em geral.

Tem seu embasamento na concepção de existência de **poderes especiais** passíveis de ser exercidos pela Administração Pública, por meio de seus órgãos e entidades, e exteriorizados por meio de seus agentes, que por sua vez é controlado ou limitado por imposições também especiais à atuação da Administração Pública, não existentes nas relações de direito privado.

RESPOSTA: "C".

13 - (TJ/RR – TÉCNICO JUDICIÁRIO - CESPE/2012)
Julgue os itens a seguir, que versam sobre organização administrativa.

Administração pública, em sentido objetivo ou material, consiste no conjunto de órgãos, agentes e pessoas jurídicas instituídas para a consecução dos objetivos do governo.

- () CERTO
- () ERRADO

A Administração Pública sob o aspecto material ou objetivo representa nada mais do que o conjunto de atividades que costumam ser consideradas próprias da função administrativa.

Assim, temos que o conceito adota como referência a atividade propriamente dita, o que é de fato realizado, e não quem as realizou.

A afirmativa da questão dispõe sobre o conceito de Administração Pública em seu aspecto formal e subjetivo, no qual leva em conta o conjunto de órgãos, pessoas jurídicas e agentes que o nosso ordenamento jurídico identifica como administração pública, não importando a atividade que exerça.

RESPOSTA: "ERRADO".

14 - (UFAL – ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – COPEVE-UFAL/2011)

Acerca dos princípios do Direito Administrativo, assinale a opção correta.

- A) O princípio da eficiência preconiza que a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, qualidade e rendimento funcional.
- B) O princípio da publicidade impõe a presença do nome do gestor público nos atos e obras do Poder Público.
- C) O princípio da autotutela é relacionado ao controle que a administração pública exerce sobre seus próprios atos, por meio do qual ela anula os atos ilegais, inconvenientes e inoportunos.
- D) O princípio da segurança jurídica possibilita, nos processos administrativos, a aplicação retroativa por parte da Administração Pública de nova interpretação.
- E) O princípio da moralidade administrativa é extraído dos critérios pessoais do administrador público.

Dentre as alternativas apresentadas na questão, a que está perfeitamente de acordo com o real significado é a alternativa "A", pois estamos diante dos atributos conferidos ao **Princípio da Eficiência**, que preza pela imposição exigível à Administração Pública de manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta ou põe a disposição dos administrados, evitando desperdícios e buscando a excelência na prestação dos serviços, além da execução dos serviços públicos com presteza, qualidade e rendimento funcional satisfatório.

Pelo Princípio da Eficiência, a Administração Pública tem o objetivo principal de atingir as metas, buscando boa prestação de serviço, da maneira mais simples, mais célere e mais econômica, melhorando o custo-benefício da atividade da administração pública, devendo ser prestada com perfeição e satisfação dos usuários.

RESPOSTA "A".

15 - (TRE/AP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011)

A conduta do agente público que se vale da publicidade oficial para realizar promoção pessoal atenta contra os seguintes princípios da Administração Pública:

- A) **razoabilidade e legalidade.**
- B) **eficiência e publicidade.**
- C) **publicidade e proporcionalidade.**
- D) **motivação e eficiência.**
- E) **impessoalidade e moralidade.**

O agente público ao utilizar-se de maneira incorreta dos meios oficiais de publicação para realizar promoção pessoal atenta claramente contra os princípios da Impessoalidade e Moralidade.

Pelo Princípio da Impessoalidade impede que o ato administrativo seja emanado com o objetivo de atender a interesses pessoais, seja do próprio agente público, ou de terceiros, devendo ter a finalidade exclusivamente ao que dispõe a lei, de maneira eficiente e impessoal, não sendo lícito ao agente público utilizar-se da máquina pública para se autopromover.

Ademais, pelo Princípio da Moralidade, trata especificamente da moral administrativa, onde se refere à ideia de probidade e boa-fé, sendo que a falta da moral comum impõe, nos atos administrativos a presença coercitiva e obrigatória da moral administrativa, que se constitui de um conjunto de regras e normas de conduta impostas ao administrador da coisa pública.

Assim o legislador constituinte utilizando-se dos conceitos da Moral e dos Costumes uma fonte subsidiária do Direito positivo, como forma de impor à Administração Pública, por meio de juízo de valor, um comportamento obrigatoriamente ético e moral no exercício de suas atribuições administrativas, através do pressuposto da moralidade.

Assim, no caso hipotético descrito no enunciado da questão, o administrador público ao subutilizar os meios de publicidade oficiais para realizar promoção pessoal, além de atentar contra o princípio da impessoalidade, ataca a boa-fé administrativa e a probidade, sendo assim um ato imoral, caracterizando ofensa ao princípio da Moralidade.

RESPOSTA: "E".

16 - (TRE/PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2012)

A eficiência, na lição de Hely Lopes Meirelles, é um dever que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. (Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 2003. p. 102).

Inferese-se que o princípio da eficiência

A) passou a se sobrepor aos demais princípios que regem a administração pública, após ter sua previsão inserida em nível constitucional.

B) deve ser aplicado apenas quanto ao modo de atuação do agente público, não podendo incidir quando se trata de organizar e estruturar a administração pública.

C) deve nortear a atuação da administração pública e a organização de sua estrutura, somando-se aos demais princípios impostos àquela e não se sobrepondo aos mesmos, especialmente ao da legalidade.

D) autoriza a atuação da administração pública dissonante de previsão legal quando for possível comprovar que assim serão alcançados melhores resultados na prestação do serviço público.

E) traduz valor material absoluto, de modo que alcançou status jurídico supra constitucional, autorizando a preterição dos demais princípios que norteiam a administração pública, a fim de alcançar os melhores resultados.

Diante do Princípio Constitucional da Eficiência, temos a imposição exigível à Administração Pública de manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta ou põe a disposição dos administrados, evitando desperdícios e buscando a excelência na prestação dos serviços, com modelo atual de administração gerencial.

Tem o objetivo principal de atingir as metas, buscando boa prestação de serviço, da maneira mais simples, mais célere e mais econômica, melhorando o custo-benefício da atividade da Administração Pública.

O administrador deve procurar a solução que melhor atenda aos interesses da coletividade, aproveitando ao máximo os recursos públicos, evitando dessa forma desperdícios, cuja atuação administrativa será considerada perfeita quando estiver em conformidade com os demais princípios constitucionais, não se sobrepondo a nenhum deles, mas principalmente ao Princípio da Legalidade, diante das normas positivas em que se fundamenta nosso ordenamento jurídico.

RESPOSTA: "C".

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988.	01
2 Direitos e garantias fundamentais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos.	06
3 Organização do Estado: União e Administração Pública.	42
4 Poder Executivo.	65
5 Poder Legislativo.	69
6 O controle externo e os sistemas de controle interno.	79
7 Defesa do Estado e das instituições democráticas: estado de defesa, estado de sítio, Forças Armadas e segurança pública	81
8 Ordem social: ciência e tecnologia; meio ambiente; e índios.	85

PROF. MA. BRUNA PINOTTI GARCIA OLIVEIRA

Advogada e pesquisadora. Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UNB. Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM (bolsista CAPES). Professora de curso preparatório para concursos e universitária da Universidade Federal de Goiás – UFG. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros, notadamente na área do direito eletrônico, dos direitos humanos e do direito constitucional.

1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

1) Fundamentos da República

O título I da Constituição Federal trata dos princípios fundamentais do Estado brasileiro e começa, em seu artigo 1º, trabalhando com os fundamentos da República Federativa brasileira, ou seja, com as bases estruturantes do Estado nacional.

Neste sentido, disciplina:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Vale estudar o significado e a abrangência de cada qual destes fundamentos.

1.1) Soberania

Soberania significa o poder supremo que cada nação possui de se autogovernar e se autodeterminar. Este conceito surgiu no Estado Moderno, com a ascensão do absolutismo, colocando o reino posição de soberano. Sendo assim, poderia governar como bem entendesse, pois seu poder era exclusivo, inabalável, ilimitado, atemporal e divino, ou seja, absoluto.

Neste sentido, Thomas Hobbes¹, na obra *Leviatã*, defende que quando os homens abrem mão do estado natural, deixa de predominar a lei do mais forte, mas para a consolidação deste tipo de sociedade é necessária a presença de uma autoridade à qual todos os membros devem render o suficiente da sua liberdade natural, permitindo que esta autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum. Este soberano, que à época da escrita da obra de Hobbes se consolidava no monarca, deveria ser o *Leviatã*, uma autoridade inquestionável.

1 MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. [s.c]: [s.n.], 1861.

No mesmo direcionamento se encontra a obra de Maquiavel², que rejeitou a concepção de um soberano que deveria ser justo e ético para com o seu povo, desde que sempre tivesse em vista a finalidade primordial de manter o Estado íntegro: “na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, contra a qual não há recurso, os fins justificam os meios. Portanto, se um príncipe pretende conquistar e manter o poder, os meios que empregue serão sempre tidos como honrosos, e elogiados por todos, pois o vulgo atenta sempre para as aparências e os resultados”.

A concepção de soberania inerente ao monarca se quebrou numa fase posterior, notadamente com a ascensão do ideário iluminista. Com efeito, passou-se a enxergar a soberania como um poder que repousa no povo. Logo, a autoridade absoluta da qual emana o poder é o povo e a legitimidade do exercício do poder no Estado emana deste povo.

Com efeito, no Estado Democrático se garante a soberania popular, que pode ser conceituada como “a qualidade máxima do poder extraída da soma dos atributos de cada membro da sociedade estatal, encarregado de escolher os seus representantes no governo por meio do sufrágio universal e do voto direto, secreto e igualitário”³.

Neste sentido, liga-se diretamente ao parágrafo único do artigo 1º, CF, que prevê que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. O povo é soberano em suas decisões e as autoridades eleitas que decidem em nome dele, representando-o, devem estar devidamente legitimadas para tanto, o que acontece pelo exercício do sufrágio universal.

Por seu turno, a soberania nacional é princípio geral da atividade econômica (artigo 170, I, CF), restando demonstrado que não somente é guia da atuação política do Estado, mas também de sua atuação econômica. Neste sentido, deve-se preservar e incentivar a indústria e a economia nacionais.

1.2) Cidadania

Quando se afirma no *caput* do artigo 1º que a República Federativa do Brasil é um Estado **Democrático** de Direito, remete-se à ideia de que o Brasil adota a democracia como regime político.

Historicamente, nota-se que por volta de 800 a.C. as comunidades de aldeias começaram a ceder lugar para unidades políticas maiores, surgindo as chamadas cidades-estado ou *polis*, como Tebas, Esparta e Atenas. Inicialmente eram monarquias, transformaram-se em oligarquias e, por volta dos séculos V e VI a.C., tornaram-se democracias. Com efeito, as origens da chamada democracia se encontram na Grécia antiga, sendo permitida a participação direta daqueles poucos que eram considerados cidadãos, por meio da discussão na *polis*.

2 MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 111.

3 BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição federal anotada**. São Paulo: Saraiva, 2000.

Democracia (do grego, *demo+kratos*) é um regime político em que o poder de tomar decisões políticas está com os **cidadãos**, de forma direta (quando um cidadão se reúne com os demais e, juntos, eles tomam a decisão política) ou indireta (quando ao cidadão é dado o poder de eleger um representante).

Portanto, o conceito de democracia está diretamente ligado ao de cidadania, notadamente porque apenas quem possui cidadania está apto a participar das decisões políticas a serem tomadas pelo Estado.

Cidadão é o **nacional**, isto é, aquele que possui o vínculo político-jurídico da nacionalidade com o Estado, **que goza de direitos políticos**, ou seja, que pode votar e ser votado (sufrágio universal).

Destacam-se os seguintes conceitos correlatos:

a) Nacionalidade: é o vínculo jurídico-político que liga um indivíduo a determinado Estado, fazendo com que ele passe a integrar o povo daquele Estado, desfrutando assim de direitos e obrigações.

b) Povo: conjunto de pessoas que compõem o Estado, unidas pelo vínculo da nacionalidade.

c) População: conjunto de pessoas residentes no Estado, nacionais ou não.

Depreende-se que a cidadania é um atributo conferido aos nacionais titulares de direitos políticos, permitindo a consolidação do sistema democrático.

1.3) Dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana é o valor-base de interpretação de qualquer sistema jurídico, internacional ou nacional, que possa se considerar compatível com os valores éticos, notadamente da moral, da justiça e da democracia. Pensar em dignidade da pessoa humana significa, acima de tudo, colocar a pessoa humana como centro e norte para qualquer processo de interpretação jurídico, seja na elaboração da norma, seja na sua aplicação.

Sem pretender estabelecer uma definição fechada ou plena, é possível conceituar dignidade da pessoa humana como o **principal valor** do ordenamento ético e, por consequência, jurídico que pretende colocar a pessoa humana como um **sujeito pleno de direitos e obrigações** na ordem internacional e nacional, cujo desrespeito acarreta a própria **exclusão de sua personalidade**.

Aponta Barroso⁴: “o princípio da dignidade da pessoa humana identifica um espaço de integridade moral a ser assegurado a todas as pessoas por sua só existência no mundo. É um respeito à criação, independente da crença que se professe quanto à sua origem. A dignidade relaciona-se tanto com a liberdade e valores do espírito como com as condições materiais de subsistência”.

O Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho, trouxe interessante conceito numa das decisões que relatou: “a dignidade consiste na percepção intrínseca de cada ser humano a respeito dos direitos e obrigações, de modo a assegurar, sob o foco de condições existenciais mínimas, a participação saudável e

ativa nos destinos escolhidos, sem que isso importe destilação dos valores soberanos da democracia e das liberdades individuais. O processo de valorização do indivíduo articula a promoção de escolhas, posturas e sonhos, sem olvidar que o espectro de abrangência das liberdades individuais encontra limitação em outros direitos fundamentais, tais como a honra, a vida privada, a intimidade, a imagem. Sobreleva registrar que essas garantias, associadas ao princípio da dignidade da pessoa humana, subsistem como conquista da humanidade, razão pela qual auferiram proteção especial consistente em indenização por dano moral decorrente de sua violação”⁵.

Para Reale⁶, a evolução histórica demonstra o domínio de um valor sobre o outro, ou seja, a existência de uma ordem gradativa entre os valores; mas existem os valores fundamentais e os secundários, sendo que o valor fonte é o da pessoa humana. Nesse sentido, são os dizeres de Reale⁷: “partimos dessa ideia, a nosso ver básica, de que a pessoa humana é o valor-fonte de todos os valores. O homem, como ser natural biopsíquico, é apenas um indivíduo entre outros indivíduos, um ente animal entre os demais da mesma espécie. O homem, considerado na sua objetividade espiritual, enquanto ser que só realiza no sentido de seu dever ser, é o que chamamos de pessoa. Só o homem possui a dignidade originária de ser enquanto deve ser, pondo-se essencialmente como razão determinante do processo histórico”.

Quando a Constituição Federal assegura a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, faz emergir uma nova concepção de proteção de cada membro do seu povo. Tal ideologia de forte fulcro humanista guia a afirmação de todos os direitos fundamentais e confere a eles posição hierárquica superior às normas organizacionais do Estado, de modo que é o Estado que está para o povo, devendo garantir a dignidade de seus membros, e não o inverso.

1.4) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

Quando o constituinte coloca os valores sociais do trabalho em paridade com a livre iniciativa fica clara a percepção de necessário equilíbrio entre estas duas concepções. De um lado, é necessário garantir direitos aos trabalhadores, notadamente consolidados nos direitos sociais enumerados no artigo 7º da Constituição; por outro lado, estes direitos não devem ser óbice ao exercício da livre iniciativa, mas sim vetores que reforcem o exercício desta liberdade dentro dos limites da justiça social, evitando o predomínio do mais forte sobre o mais fraco.

Por livre iniciativa entenda-se a liberdade de iniciar a exploração de atividades econômicas no território brasileiro, coibindo-se práticas de truste (ex.: monopólio). O constituinte não tem a intenção de impedir a livre inicia-

5 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista n. 259300-59.2007.5.02.0202**. Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira. Brasília, 05 de setembro de 2012j1. Disponível em: www.tst.gov.br. Acesso em: 17 nov. 2012.

6 REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 228.

7 Ibid., p. 220.

4 BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 382.

tiva, até mesmo porque o Estado nacional necessita dela para crescer economicamente e adequar sua estrutura ao atendimento crescente das necessidades de todos os que nele vivem. Sem crescimento econômico, nem ao menos é possível garantir os direitos econômicos, sociais e culturais afirmados na Constituição Federal como direitos fundamentais.

No entanto, a exploração da livre iniciativa deve se dar de maneira racional, tendo em vista os direitos inerentes aos trabalhadores, no que se consolida a expressão “valores sociais do trabalho”. A pessoa que trabalha para aquele que explora a livre iniciativa deve ter a sua dignidade respeitada em todas as suas dimensões, não somente no que tange aos direitos sociais, mas em relação a todos os direitos fundamentais afirmados pelo constituinte.

A questão resta melhor delimitada no título VI do texto constitucional, que aborda a ordem econômica e financeira: “Art. 170. A ordem econômica, fundada na **valorização do trabalho humano e na livre iniciativa**, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios [...]”. Nota-se no *caput* a repetição do fundamento republicano dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Por sua vez, são princípios instrumentais para a efetivação deste fundamento, conforme previsão do artigo 1º e do artigo 170, ambos da Constituição, o princípio da livre concorrência (artigo 170, IV, CF), o princípio da busca do pleno emprego (artigo 170, VIII, CF) e o princípio do tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País (artigo 170, IX, CF). Ainda, assegurando a livre iniciativa no exercício de atividades econômicas, o parágrafo único do artigo 170 prevê: “é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”.

1.5) Pluralismo político

A expressão pluralismo remete ao reconhecimento da multiplicidade de ideologias culturais, religiosas, econômicas e sociais no âmbito de uma nação. Quando se fala em pluralismo político, afirma-se que mais do que incorporar esta multiplicidade de ideologias cabe ao Estado nacional fornecer espaço para a manifestação política delas.

Sendo assim, pluralismo político significa não só respeitar a multiplicidade de opiniões e ideias, mas acima de tudo garantir a existência dela, permitindo que os vários grupos que compõem os mais diversos setores sociais possam se fazer ouvir mediante a liberdade de expressão, manifestação e opinião, bem como possam exigir do Estado substrato para se fazerem subsistir na sociedade.

Pluralismo político vai além do pluripartidarismo ou multipartidarismo, que é apenas uma de suas consequências e garante que mesmo os partidos menores e com poucos representantes sejam ouvidos na tomada de decisões políticas, porque abrange uma verdadeira concepção de multiculturalidade no âmbito interno.

2) Separação dos Poderes

A separação de Poderes é inerente ao modelo do Estado Democrático de Direito, impedindo a do poder e, por conseguinte, a tirania e a opressão. Resta garantida no artigo 2º da Constituição Federal com o seguinte teor:

*Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o **Legislativo**, o **Executivo** e o **Judiciário**.*

Se, por um lado, o Estado é uno, até mesmo por se legitimar na soberania popular; por outro lado, é necessária a divisão de funções das atividades estatais de maneira equilibrada, o que se faz pela divisão de Poderes.

O constituinte afirma que estes poderes são independentes e harmônicos entre si. Independência significa que cada qual possui poder para se autogerir, notadamente pela capacidade de organização estrutural (criação de cargos e subdivisões) e orçamentária (divisão de seus recursos conforme legislação por eles mesmos elaborada). Harmonia significa que cada Poder deve respeitar os limites de competência do outro e não se imiscuir indevidamente em suas atividades típicas.

A noção de separação de Poderes começou a tomar forma com o ideário iluminista. Neste viés, o Iluminismo lançou base para os dois principais eventos que ocorreram no início da Idade Contemporânea, quais sejam as Revoluções Francesa e Industrial. Entre os pensadores que lançaram as ideias que vieram a ser utilizadas no ideário das Revoluções Francesa e Americana se destacam Locke, Montesquieu e Rousseau, sendo que Montesquieu foi o que mais trabalhou com a concepção de separação dos Poderes.

Montesquieu (1689 – 1755) avançou nos estudos de Locke, que também entendia necessária a separação dos Poderes, e na obra *O Espírito das Leis* estabeleceu em definitivo a clássica divisão de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O pensador viveu na França, numa época em que o absolutismo estava cada vez mais forte.

O objeto central da principal obra de Montesquieu⁸ não é a lei regida nas relações entre os homens, mas as leis e instituições criadas pelos homens para reger as relações entre os homens. Segundo Montesquieu⁹, as leis criam costumes que regem o comportamento humano, sendo influenciadas por diversos fatores, não apenas pela razão.

Quanto à fonte do poder, diferencia-se, segundo Montesquieu¹⁰, do modo como se dará o seu exercício, uma vez que o poder emana do povo, apto a escolher mas inapto a governar, sendo necessário que seu interesse seja representado conforme sua vontade.

Montesquieu¹¹ estabeleceu como condição do Estado de Direito a separação dos Poderes em Legislativo, Judiciário e Executivo – que devem se equilibrar –, servindo o primeiro para a elaboração, a correção e a ab-rogação de leis, o segundo para a promoção da paz e da guerra e a garantia de segurança, e o terceiro para julgar (mesmo os próprios Poderes).

8 MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O Espírito das Leis**. Tradução Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 25.

9 Ibid., p. 26.

10 Ibid., p. 32.

11 Ibid., p. 148-149.

Ao modelo de repartição do exercício de poder por intermédio de órgãos ou funções distintas e independentes de forma que um desses não possa agir sozinho sem ser limitado pelos outros confere-se o nome de **sistema de freios e contrapesos** (no inglês, *checks and balances*).

3) Objetivos fundamentais

O constituinte trabalha no artigo 3º da Constituição Federal com os objetivos da República Federativa do Brasil, nos seguintes termos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

3.1) Construir uma sociedade livre, justa e solidária

O inciso I do artigo 3º merece destaque ao trazer a expressão "livre, justa e solidária", que corresponde à tríade liberdade, igualdade e fraternidade. Esta tríade consolida as três dimensões de direitos humanos: a primeira dimensão, voltada à pessoa como indivíduo, refere-se aos direitos civis e políticos; a segunda dimensão, focada na promoção da igualdade material, remete aos direitos econômicos, sociais e culturais; e a terceira dimensão se concentra numa perspectiva difusa e coletiva dos direitos fundamentais.

Sendo assim, a República brasileira pretende garantir a preservação de direitos fundamentais inatos à pessoa humana em todas as suas dimensões, indissociáveis e interconectadas. Daí o texto constitucional guardar espaço de destaque para cada uma destas perspectivas.

3.2) Garantir o desenvolvimento nacional

Para que o governo possa prover todas as condições necessárias à implementação de todos os direitos fundamentais da pessoa humana mostra-se essencial que o país se desenvolva, cresça economicamente, de modo que cada indivíduo passe a ter condições de perseguir suas metas.

3.3) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

Garantir o desenvolvimento econômico não basta para a construção de uma sociedade justa e solidária. É necessário ir além e nunca perder de vista a perspectiva da igualdade material. Logo, a injeção econômica deve permitir o investimento nos setores menos favorecidos, diminuindo as desigualdades sociais e regionais e paulatinamente erradicando a pobreza.

O impacto econômico deste objetivo fundamental é tão relevante que o artigo 170 da Constituição prevê em seu inciso VII a "redução das desigualdades regionais e sociais" como um princípio que deve reger a atividade econômica. A menção deste princípio implica em afirmar que as políticas públicas econômico-financeiras deverão se guiar pela busca da redução das desigualdades, fornecendo incentivos específicos para a exploração da atividade econômica em zonas economicamente marginalizadas.

3.4) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

Ainda no ideário de justiça social, coloca-se o princípio da igualdade como objetivo a ser alcançado pela República brasileira. Sendo assim, a república deve promover o princípio da igualdade e consolidar o bem comum. Em verdade, a promoção do bem comum pressupõe a prevalência do princípio da igualdade.

Sobre o bem de todos, isto é, o bem comum, o filósofo Jacques Maritain¹² ressaltou que o fim da sociedade é o seu bem comum, mas esse bem comum é o das pessoas humanas, que compõem a sociedade. Com base neste ideário, apontou as características essenciais do bem comum: redistribuição, pela qual o bem comum deve ser redistribuído às pessoas e colaborar para o desenvolvimento delas; respeito à autoridade na sociedade, pois a autoridade é necessária para conduzir a comunidade de pessoas humanas para o bem comum; moralidade, que constitui a retidão de vida, sendo a justiça e a retidão moral elementos essenciais do bem comum.

4) Princípios de relações internacionais (artigo 4º)

O último artigo do título I trabalha com os princípios que regem as relações internacionais da República brasileira:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

De maneira geral, percebe-se na Constituição Federal a compreensão de que a soberania do Estado nacional brasileiro não permite a sobreposição em relação à soberania dos demais Estados, bem como de que é necessário respeitar determinadas práticas inerentes ao direito internacional dos direitos humanos.

12 MARITAIN, Jacques. **Os direitos do homem e a lei natural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967, p. 20-22.

4.1) Independência nacional

A formação de uma comunidade internacional não significa a eliminação da soberania dos países, mas apenas uma relativização, limitando as atitudes por ele tomadas em prol da preservação do bem comum e da paz mundial. Na verdade, o próprio compromisso de respeito aos direitos humanos traduz a limitação das ações estatais, que sempre devem se guiar por eles. Logo, o Brasil é um país independente, que não responde a nenhum outro, mas que como qualquer outro possui um dever para com a humanidade e os direitos inatos a cada um de seus membros.

4.2) Prevalência dos direitos humanos

O Estado existe para o homem e não o inverso. Portanto, toda normativa existe para a sua proteção como pessoa humana e o Estado tem o dever de servir a este fim de preservação. A única forma de fazer isso é adotando a pessoa humana como valor-fonte de todo o ordenamento, o que somente é possível com a compreensão de que os direitos humanos possuem uma posição prioritária no ordenamento jurídico-constitucional.

Conceituar direitos humanos é uma tarefa complicada, mas, em síntese, pode-se afirmar que direitos humanos são aqueles inerentes ao homem enquanto condição para sua dignidade que usualmente são descritos em documentos internacionais para que sejam mais seguramente garantidos. A conquista de direitos da pessoa humana é, na verdade, uma busca da dignidade da pessoa humana.

4.3) Autodeterminação dos povos

A premissa dos direitos políticos é a autodeterminação dos povos. Neste sentido, embora cada Estado tenha obrigações de direito internacional que deve respeitar para a adequada consecução dos fins da comunidade internacional, também tem o direito de se autodeterminar, sendo que tal autodeterminação é feita pelo seu povo.

Se autodeterminar significa garantir a liberdade do povo na tomada das decisões políticas, logo, o direito à autodeterminação pressupõe a exclusão do colonialismo. Não se aceita a ideia de que um Estado domine o outro, tirando a sua autodeterminação.

4.4) Não-intervenção

Por não-intervenção entenda-se que o Estado brasileiro irá respeitar a soberania dos demais Estados nacionais. Sendo assim, adotará práticas diplomáticas e respeitará as decisões políticas tomadas no âmbito de cada Estado, eis que são paritários na ordem internacional.

4.5) Igualdade entre os Estados

Por este princípio se reconhece uma posição de paridade, ou seja, de igualdade hierárquica, na ordem internacional entre todos os Estados. Em razão disso, cada Estado possuirá direito de voz e voto na tomada de decisões políticas na ordem internacional em cada organização da qual faça parte e deverá ter sua opinião respeitada.

4.6) Defesa da paz

O direito à paz vai muito além do direito de viver num mundo sem guerras, atingindo o direito de ter paz social, de ver seus direitos respeitados em sociedade. Os direitos e liberdades garantidos internacionalmente não podem ser destruídos com fundamento nas normas que surgiram para protegê-los, o que seria controverso. Em termos de relações internacionais, depreende-se que deve ser sempre priorizada a solução amistosa de conflitos.

4.7) Solução pacífica dos conflitos

Decorrendo da defesa da paz, este princípio remete à necessidade de diplomacia nas relações internacionais. Caso surjam conflitos entre Estados nacionais, estes deverão ser dirimidos de forma amistosa.

Negociação diplomática, serviços amistosos, bons ofícios, mediação, sistema de consultas, conciliação e inquérito são os meios diplomáticos de solução de controvérsias internacionais, não havendo hierarquia entre eles. Somente o inquérito é um procedimento preliminar e facultativo à apuração da materialidade dos fatos, podendo servir de base para qualquer meio de solução de conflito¹³. Conceitua Neves¹⁴:

- "Negociação diplomática é a forma de autocomposição em que os Estados oponentes buscam resolver suas divergências de forma direta, por via diplomática";

- "Serviços amistosos é um meio de solução pacífica de conflito, sem aspecto oficial, em que o governo designa um diplomata para sua conclusão";

- "Bons ofícios constituem o meio diplomático de solução pacífica de controvérsia internacional, em que um Estado, uma organização internacional ou até mesmo um chefe de Estado apresenta-se como moderador entre os litigantes";

- "Mediação define-se como instituto por meio do qual uma terceira pessoa estranha à contenda, mas aceita pelos litigantes, de forma voluntária ou em razão de estipulação anterior, toma conhecimento da divergência e dos argumentos sustentados pelas partes, e propõe uma solução pacífica sujeita à aceitação destas";

- "Sistema de Consultas constitui-se em meio diplomático de solução de litígios em que os Estados ou organizações internacionais sujeitam-se, sem qualquer interferência pessoal externa, a encontros periódicos com o objetivo de compor suas divergências".

4.8) Repúdio ao terrorismo e ao racismo

Terrorismo é o uso de violência através de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população civil, de modo a incutir medo, terror, e assim obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, incluindo, antes, o resto da população do território.

13 NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito Internacional Público & Direito Internacional Privado**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 123.

14 Ibid., p. 123-126.

Racismo é a prática de atos discriminatórios baseados em diferenças étnico-raciais, que podem consistirem violência física ou psicológica direcionada a uma pessoa ou a um grupo de pessoas pela simples questão biológica herdada por sua raça ou etnia.

Sendo o Brasil um país que prega o pacifismo e que é assumidamente pluralista, ambas práticas são consideradas vis e devem ser repudiadas pelo Estado nacional.

4.9) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade

A cooperação internacional deve ser especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos humanos fundamentais internacionalmente reconhecidos.

Os países devem colaborar uns com os outros, o que é possível mediante a integração no âmbito de organizações internacionais específicas, regionais ou globais.

Em relação a este princípio, o artigo 4º se aprofunda em seu parágrafo único, destacando a importância da cooperação brasileira no âmbito regional: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". Neste sentido, o papel desempenhado no MERCOSUL.

4.10) Concessão de asilo político

Direito de asilo é o direito de buscar abrigo em outro país quando naquele do qual for nacional estiver sofrendo alguma perseguição. Tal perseguição não pode ter motivos legítimos, como a prática de crimes comuns ou de atos atentatórios aos princípios das Nações Unidas, o que subverteria a própria finalidade desta proteção. Em suma, o que se pretende com o direito de asilo é evitar a consolidação de ameaças a direitos humanos de uma pessoa por parte daqueles que deveriam protegê-los – isto é, os governantes e os entes sociais como um todo –, e não proteger pessoas que justamente cometeram tais violações.

"Sendo direito humano da pessoa refugiada, é obrigação do Estado asilante conceder o asilo. Entretanto, prevalece o entendimento que o Estado não tem esta obrigação, nem de fundamentar a recusa. A segunda parte deste artigo permite a interpretação no sentido de que é o Estado asilante que subjetivamente enquadra o refugiado como asilado político ou criminoso comum"¹⁵.

2 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, NACIONALIDADE, CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS.

O título II da Constituição Federal é intitulado "Direitos e Garantias fundamentais", gênero que abrange as seguintes espécies de direitos fundamentais: direitos individuais e coletivos (art. 5º, CF), direitos sociais (genericamente previstos no art. 6º, CF), direitos da nacionalidade (artigos 12 e 13, CF) e direitos políticos (artigos 14 a 17, CF).

Em termos comparativos à clássica divisão tridimensional dos direitos humanos, os direitos individuais (maior parte do artigo 5º, CF), os direitos da nacionalidade e os direitos políticos se encaixam na primeira dimensão (direitos civis e políticos); os direitos sociais se enquadram na segunda dimensão (direitos econômicos, sociais e culturais) e os direitos coletivos na terceira dimensão. Contudo, a enumeração de direitos humanos na Constituição vai além dos direitos que expressamente constam no título II do texto constitucional.

Os direitos fundamentais possuem as seguintes características principais:

a) **Historicidade:** os direitos fundamentais possuem antecedentes históricos relevantes e, através dos tempos, adquirem novas perspectivas. Nesta característica se enquadra a noção de dimensões de direitos.

b) **Universalidade:** os direitos fundamentais pertencem a todos, tanto que apesar da expressão restritiva do *caput* do artigo 5º aos brasileiros e estrangeiros residentes no país tem se entendido pela extensão destes direitos, na perspectiva de prevalência dos direitos humanos.

c) **Inalienabilidade:** os direitos fundamentais não possuem conteúdo econômico-patrimonial, logo, são intransferíveis, inegociáveis e indisponíveis, estando fora do comércio, o que evidencia uma limitação do princípio da autonomia privada.

d) **Irrenunciabilidade:** direitos fundamentais não podem ser renunciados pelo seu titular devido à fundamentalidade material destes direitos para a dignidade da pessoa humana.

e) **Inviolabilidade:** direitos fundamentais não podem deixar de ser observados por disposições infraconstitucionais ou por atos das autoridades públicas, sob pena de nulidades.

f) **Indivisibilidade:** os direitos fundamentais compõem um único conjunto de direitos porque não podem ser analisados de maneira isolada, separada.

g) **Imprescritibilidade:** os direitos fundamentais não se perdem com o tempo, não prescrevem, uma vez que são sempre exercíveis e exercidos, não deixando de existir pela falta de uso (prescrição).

h) **Relatividade:** os direitos fundamentais não podem ser utilizados como um escudo para práticas ilícitas ou como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade por atos ilícitos, assim estes direitos não são ilimitados e encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados como humanos.

15 SANTOS FILHO, Oswaldo de Souza. Comentários aos artigos XIII e XIV. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 83.

Dos direitos e deveres individuais e coletivos

O capítulo I do título II é intitulado “direitos e deveres individuais e coletivos”. Da própria nomenclatura do capítulo já se extrai que a proteção vai além dos direitos do indivíduo e também abrange direitos da coletividade. A maior parte dos direitos enumerados no artigo 5º do texto constitucional é de direitos individuais, mas são incluídos alguns direitos coletivos e mesmo remédios constitucionais próprios para a tutela destes direitos coletivos (ex.: mandado de segurança coletivo).

1) Brasileiros e estrangeiros

O *caput* do artigo 5º aparenta restringir a proteção conferida pelo dispositivo a algumas pessoas, notadamente, “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País”. No entanto, tal restrição é apenas aparente e tem sido interpretada no sentido de que os direitos estarão protegidos com relação a todas as pessoas nos limites da soberania do país.

Em razão disso, por exemplo, um estrangeiro pode ingressar com *habeas corpus* ou mandado de segurança, ou então intentar ação reivindicatória com relação a imóvel seu localizado no Brasil (ainda que não resida no país).

Somente alguns direitos não são estendidos a todas as pessoas. A exemplo, o direito de intentar ação popular exige a condição de cidadão, que só é possuída por nacionais titulares de direitos políticos.

2) Relação direitos-deveres

O capítulo em estudo é denominado “direitos e garantias deveres e coletivos”, remetendo à necessária relação direitos-deveres entre os titulares dos direitos fundamentais. Acima de tudo, o que se deve ter em vista é a premissa reconhecida nos direitos fundamentais de que não há direito que seja absoluto, correspondendo-se para cada direito um dever. Logo, o exercício de direitos fundamentais é limitado pelo igual direito de mesmo exercício por parte de outrem, não sendo nunca absolutos, mas sempre relativos.

Explica Canotilho¹⁶ quanto aos direitos fundamentais: “a ideia de deveres fundamentais é suscetível de ser entendida como o ‘outro lado’ dos direitos fundamentais. Como ao titular de um direito fundamental corresponde um dever por parte de um outro titular, poder-se-ia dizer que o particular está vinculado aos direitos fundamentais como destinatário de um dever fundamental. Neste sentido, um direito fundamental, enquanto protegido, pressuporia um dever correspondente”. Com efeito, a um direito fundamental conferido à pessoa corresponde o dever de respeito ao arcabouço de direitos conferidos às outras pessoas.

3) Direitos e garantias

A Constituição vai além da proteção dos direitos e estabelece garantias em prol da preservação destes, bem como remédios constitucionais a serem utilizados caso estes direitos e garantias não sejam preservados. Neste sentido, dividem-se em direitos e garantias as previsões do artigo 5º: os direitos são as disposições declaratórias e as garantias são as disposições assecuratórias.

16 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998, p. 479.

O legislador muitas vezes reúne no mesmo dispositivo o direito e a garantia, como no caso do artigo 5º, IX: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” – o direito é o de liberdade de expressão e a garantia é a vedação de censura ou exigência de licença. Em outros casos, o legislador traz o direito num dispositivo e a garantia em outro: a liberdade de locomoção, direito, é colocada no artigo 5º, XV, ao passo que o dever de relaxamento da prisão ilegal de ofício pelo juiz, garantia, se encontra no artigo 5º, LXV¹⁷.

Em caso de ineficácia da garantia, implicando em violação de direito, cabe a utilização dos remédios constitucionais.

Atenção para o fato de o constituinte chamar os remédios constitucionais de garantias, e todas as suas fórmulas de direitos e garantias propriamente ditas apenas de direitos.

4) Direitos e garantias em espécie

Preconiza o artigo 5º da Constituição Federal em seu *caput*:

Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].

O *caput* do artigo 5º, que pode ser considerado um dos principais (senão o principal) artigos da Constituição Federal, consagra o princípio da igualdade e delimita as cinco esferas de direitos individuais e coletivos que merecem proteção, isto é, vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Os incisos deste artigos delimitam vários direitos e garantias que se enquadram em alguma destas esferas de proteção, podendo se falar em duas esferas específicas que ganham também destaque no texto constitucional, quais sejam, direitos de acesso à justiça e direitos constitucionais-penais.

- Direito à igualdade Abrangência

Observa-se, pelo teor do *caput* do artigo 5º, CF, que o constituinte afirmou por duas vezes o princípio da igualdade:

Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].

17 FARIA, Cássio Juvenal. Notas pessoais tomadas em teleconferência.

Não obstante, reforça este princípio em seu primeiro inciso:

Artigo 5º, I, CF. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Este inciso é especificamente voltado à necessidade de igualdade de gênero, afirmando que não deve haver nenhuma distinção sexo feminino e o masculino, de modo que o homem e a mulher possuem os mesmos direitos e obrigações.

Entretanto, o princípio da isonomia abrange muito mais do que a igualdade de gêneros, envolve uma perspectiva mais ampla.

O direito à igualdade é um dos direitos norteadores de interpretação de qualquer sistema jurídico. O primeiro enfoque que foi dado a este direito foi o de direito civil, enquadrando-o na primeira dimensão, no sentido de que a todas as pessoas deveriam ser garantidos os mesmos direitos e deveres. Trata-se de um aspecto relacionado à igualdade enquanto liberdade, tirando o homem do arbítrio dos demais por meio da equiparação. Basicamente, estaria se falando na **igualdade perante a lei**.

No entanto, com o passar dos tempos, se percebeu que não bastava igualar todos os homens em direitos e deveres para torná-los iguais, pois nem todos possuem as mesmas condições de exercer estes direitos e deveres. Logo, não é suficiente garantir um direito à **igualdade formal**, mas é preciso buscar progressivamente a **igualdade material**. No sentido de igualdade material que aparece o direito à igualdade num segundo momento, pretendendo-se do Estado, tanto no momento de legislar quanto no de aplicar e executar a lei, uma postura de promoção de políticas governamentais voltadas a grupos vulneráveis.

Assim, o direito à igualdade possui dois sentidos notáveis: o de igualdade perante a lei, referindo-se à aplicação uniforme da lei a todas as pessoas que vivem em sociedade; e o de igualdade material, correspondendo à necessidade de discriminações positivas com relação a grupos vulneráveis da sociedade, em contraponto à igualdade formal.

Ações afirmativas

Neste sentido, desponta a temática das ações afirmativas, que são políticas públicas ou programas privados criados temporariamente e desenvolvidos com a finalidade de reduzir as desigualdades decorrentes de discriminações ou de uma hipossuficiência econômica ou física, por meio da concessão de algum tipo de vantagem compensatória de tais condições.

Quem é **contra** as ações afirmativas argumenta que, em uma sociedade pluralista, a condição de membro de um grupo específico não pode ser usada como critério de inclusão ou exclusão de benefícios. Ademais, afirma-se que elas desprivilegiam o critério republicano do mérito (segundo o qual o indivíduo deve alcançar determinado cargo público pela sua capacidade e esforço, e não por pertencer a determinada categoria); fomentariam o racismo e o ódio; bem como ferem o princípio da isonomia por causar uma discriminação reversa.

Por outro lado, quem é **favorável** às ações afirmativas defende que elas representam o ideal de justiça compensatória (o objetivo é compensar injustiças passadas, dívidas históricas, como uma compensação aos negros por tê-los feito escravos, *p. ex.*); representam o ideal de justiça distributiva (a preocupação, aqui, é com o presente. Busca-se uma concretização do princípio da igualdade material); bem como promovem a diversidade.

Neste sentido, as discriminações legais asseguram a verdadeira igualdade, por exemplo, com as ações afirmativas, a proteção especial ao trabalho da mulher e do menor, as garantias aos portadores de deficiência, entre outras medidas que atribuam a pessoas com diferentes condições, iguais possibilidades, protegendo e respeitando suas diferenças¹⁸. Tem predominado em doutrina e jurisprudência, inclusive no Supremo Tribunal Federal, que as ações afirmativas são válidas.

- Direito à vida Abrangência

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à vida. A vida humana é o centro gravitacional em torno do qual orbitam todos os direitos da pessoa humana, possuindo reflexos jurídicos, políticos, econômicos, morais e religiosos. Daí existir uma dificuldade em conceituar o vocábulo *vida*. Logo, tudo aquilo que uma pessoa possui deixa de ter valor ou sentido se ela perde a vida. Sendo assim, a vida é o bem principal de qualquer pessoa, é o primeiro valor moral inerente a todos os seres humanos¹⁹.

No tópico do direito à vida tem-se tanto o **direito de nascer/permanecer vivo**, o que envolve questões como pena de morte, eutanásia, pesquisas com células-tronco e aborto; quanto o **direito de viver com dignidade**, o que engloba o respeito à integridade física, psíquica e moral, incluindo neste aspecto a vedação da tortura, bem como a garantia de recursos que permitam viver a vida com dignidade.

Embora o direito à vida seja em si pouco delimitado nos incisos que seguem o *caput* do artigo 5º, trata-se de um dos direitos mais discutidos em termos jurisprudenciais e sociológicos. É no direito à vida que se encaixam polêmicas discussões como: aborto de anencéfalo, pesquisa com células tronco, pena de morte, eutanásia, etc.

Vedação à tortura

De forma expressa no texto constitucional destaca-se a vedação da tortura, corolário do direito à vida, conforme previsão no inciso III do artigo 5º:

18 SANFELICE, Patrícia de Mello. Comentários aos artigos I e II. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 08.

19 BARRETO, Ana Carolina Rossi; IBRAHIM, Fábio Zambitte. Comentários aos Artigos III e IV. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 15.

Artigo 5º, III, CF. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

A tortura é um dos piores meios de tratamento desumano, expressamente vedada em âmbito internacional, como visto no tópico anterior. No Brasil, além da disciplina constitucional, a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 define os crimes de tortura e dá outras providências, destacando-se o artigo 1º:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

- Direito à liberdade

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à liberdade, delimitada em alguns incisos que o seguem.

Liberdade e legalidade

Prevê o artigo 5º, II, CF:

Artigo 5º, II, CF. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

O princípio da legalidade se encontra delimitado neste inciso, prevendo que nenhuma pessoa será obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser que a lei assim determine. Assim, salvo situações previstas em lei, a pessoa tem liberdade para agir como considerar conveniente.

Portanto, o princípio da legalidade possui estrita relação com o princípio da liberdade, posto que, *a priori*, tudo à pessoa é lícito. Somente é vedado o que a lei expressamente estabelecer como proibido. A pessoa pode fazer tudo o que quiser, como regra, ou seja, agir de qualquer maneira que a lei não proíba.

Liberdade de pensamento e de expressão

O artigo 5º, IV, CF prevê:

Artigo 5º, IV, CF. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Consolida-se a afirmação simultânea da liberdade de pensamento e da liberdade de expressão.

Em primeiro plano tem-se a liberdade de pensamento. Afinal, "o ser humano, através dos processos internos de reflexão, formula juízos de valor. Estes exteriorizam nada mais do que a opinião de seu emitente. Assim, a regra constitucional, ao consagrar a livre manifestação do pensamento, imprime a existência jurídica ao chamado direito de opinião"²⁰. Em outras palavras, primeiro existe o direito de ter uma opinião, depois o de expressá-la.

No mais, surge como corolário do direito à liberdade de pensamento e de expressão o direito à escusa por convicção filosófica ou política:

Artigo 5º, VIII, CF. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Trata-se de instrumento para a consecução do direito assegurado na Constituição Federal – não basta permitir que se pense diferente, é preciso respeitar tal posicionamento.

Com efeito, este direito de liberdade de expressão é limitado. Um destes limites é o anonimato, que consiste na garantia de atribuir a cada manifestação uma autoria certa e determinada, permitindo eventuais responsabilizações por manifestações que contrariem a lei.

Tem-se, ainda, a seguinte previsão no artigo 5º, IX, CF:

Artigo 5º, IX, CF. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Consolida-se outra perspectiva da liberdade de expressão, referente de forma específica a atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação. Dispensa-se, com relação a estas, a exigência de licença para a manifestação do pensamento, bem como veda-se a censura prévia.

20 ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de direito constitucional*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

A respeito da censura prévia, tem-se não cabe impedir a divulgação e o acesso a informações como modo de controle do poder. A censura somente é cabível quando necessária ao interesse público numa ordem democrática, por exemplo, censurar a publicação de um conteúdo de exploração sexual infanto-juvenil é adequado.

O direito à resposta (artigo 5º, V, CF) e o direito à indenização (artigo 5º, X, CF) funcionam como a contrapartida para aquele que teve algum direito seu violado (notadamente inerentes à privacidade ou à personalidade) em decorrência dos excessos no exercício da liberdade de expressão.

Liberdade de crença/religiosa

Dispõe o artigo 5º, VI, CF:

*Artigo 5º, VI, CF. É inviolável a **liberdade de consciência e de crença**, sendo assegurado o **livre exercício dos cultos religiosos** e garantida, na forma da lei, a **proteção aos locais** de culto e a suas liturgias.*

Cada pessoa tem liberdade para professar a sua fé como bem entender dentro dos limites da lei. Não há uma crença ou religião que seja proibida, garantindo-se que a profissão desta fé possa se realizar em locais próprios.

Nota-se que a liberdade de religião engloba 3 tipos distintos, porém intrinsecamente relacionados de liberdades: a liberdade de crença; a liberdade de culto; e a liberdade de organização religiosa.

Consoante o magistério de José Afonso da Silva²¹, entra na liberdade de crença a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, além da liberdade de não aderir a religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o agnosticismo, apenas excluída a liberdade de embarçar o livre exercício de qualquer religião, de qualquer crença. A liberdade de culto consiste na liberdade de orar e de praticar os atos próprios das manifestações exteriores em casa ou em público, bem como a de recebimento de contribuições para tanto. Por fim, a liberdade de organização religiosa refere-se à possibilidade de estabelecimento e organização de igrejas e suas relações com o Estado.

Como decorrência do direito à liberdade religiosa, assegurando o seu exercício, destaca-se o artigo 5º, VII, CF:

*Artigo 5º, VII, CF. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de **assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva**.*

O dispositivo refere-se não só aos estabelecimentos prisionais civis e militares, mas também a hospitais.

Ainda, surge como corolário do direito à liberdade religiosa o direito à escusa por convicção religiosa:

*Artigo 5º, VIII, CF. Ninguém será privado de direitos por motivo de **crença religiosa** ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de **obrigação legal** a todos imposta e recusar-se a cumprir **prestação alternativa**, fixada em lei.*

Sempre que a lei impõe uma obrigação a todos, por exemplo, a todos os homens maiores de 18 anos o alistamento militar, não cabe se escusar, a não ser que tenha fundado motivo em crença religiosa ou convicção filosófica/política, caso em que será obrigado a cumprir uma prestação alternativa, isto é, uma outra atividade que não contrarie tais preceitos.

Liberdade de informação

O direito de acesso à informação também se liga a uma dimensão do direito à liberdade. Neste sentido, prevê o artigo 5º, XIV, CF:

*Artigo 5º, XIV, CF. É assegurado a todos o **acesso à informação** e resguardado o **sigilo da fonte**, quando necessário ao exercício profissional.*

Trata-se da liberdade de informação, consistente na liberdade de procurar e receber informações e ideias por quaisquer meios, independente de fronteiras, sem interferência.

A liberdade de informação tem um caráter passivo, ao passo que a liberdade de expressão tem uma característica ativa, de forma que juntas formam os aspectos ativo e passivo da exteriorização da liberdade de pensamento: não basta poder manifestar o seu próprio pensamento, é preciso que ele seja ouvido e, para tanto, há necessidade de se garantir o acesso ao pensamento manifestado para a sociedade.

Por sua vez, o acesso à informação envolve o direito de todos obterem informações claras, precisas e verdadeiras a respeito de fatos que sejam de seu interesse, notadamente pelos meios de comunicação imparciais e não monopolizados (artigo 220, CF). No entanto, nem sempre é possível que a imprensa divulgue com quem obteve a informação divulgada, sem o que a segurança desta poderia ficar prejudicada e a informação inevitavelmente não chegaria ao público.

Especificadamente quanto à liberdade de informação no âmbito do Poder Público, merecem destaque algumas previsões.

Primeiramente, prevê o artigo 5º, XXXIII, CF:

*Artigo 5º, XXXIII, CF. Todos têm direito a receber **dos órgãos públicos informações** de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.*

²¹ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

A respeito, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, CF, também conhecida como Lei do Acesso à Informação.

Não obstante, estabelece o artigo 5º, XXXIV, CF:

Artigo 5º, XXXIV, CF. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

*a) o **direito de petição** aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;*

*b) a obtenção de **certidões** em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.*

Quanto ao direito de petição, de maneira prática, cumpre observar que o direito de petição deve resultar em uma manifestação do Estado, normalmente dirimindo (resolvendo) uma questão proposta, em um verdadeiro exercício contínuo de delimitação dos direitos e obrigações que regulam a vida social e, desta maneira, quando “dificulta a apreciação de um pedido que um cidadão quer apresentar” (muitas vezes, embaraçando-lhe o acesso à Justiça); “demora para responder aos pedidos formulados” (administrativa e, principalmente, judicialmente) ou “impõe restrições e/ou condições para a formulação de petição”, traz a chamada insegurança jurídica, que traz desesperança e faz proliferar as desigualdades e as injustiças.

Dentro do espectro do direito de petição se insere, por exemplo, o direito de solicitar esclarecimentos, de solicitar cópias reprográficas e certidões, bem como de ofertar denúncias de irregularidades. Contudo, o constituinte, talvez na intenção de deixar clara a obrigação dos Poderes Públicos em fornecer certidões, trouxe a letra b) do inciso, o que gera confusões conceituais no sentido do direito de obter certidões ser dissociado do direito de petição.

Por fim, relevante destacar a previsão do artigo 5º, LX, CF:

*Artigo 5º, LX, CF. A lei só poderá restringir a **publicidade** dos atos processuais quando a defesa da **intimidade** ou o **interesse social** o exigirem.*

Logo, o processo, em regra, não será sigiloso. Apenas o será quando a intimidade merecer preservação (ex: processo criminal de estupro ou causas de família em geral) ou quando o interesse social exigir (ex: investigações que possam ser comprometidas pela publicidade). A publicidade é instrumento para a efetivação da liberdade de informação.

Liberdade de locomoção

Outra faceta do direito à liberdade encontra-se no artigo 5º, XV, CF:

*Artigo 5º, XV, CF. É livre a **locomoção no território nacional** em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.*

A liberdade de locomoção é um aspecto básico do direito à liberdade, permitindo à pessoa ir e vir em todo o território do país em tempos de paz (em tempos de guerra é possível limitar tal liberdade em prol da segurança). A liberdade de sair do país não significa que existe um direito de ingressar em qualquer outro país, pois caberá à ele, no exercício de sua soberania, controlar tal entrada.

Classicamente, a prisão é a forma de restrição da liberdade. Neste sentido, uma pessoa somente poderá ser presa nos casos autorizados pela própria Constituição Federal. A despeito da normativa específica de natureza penal, reforça-se a impossibilidade de se restringir a liberdade de locomoção pela prisão civil por dívida.

Prevê o artigo 5º, LXVII, CF:

*Artigo 5º, LXVII, CF. Não haverá **prisão civil por dívida**, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.*

Nos termos da Súmula Vinculante nº 25 do Supremo Tribunal Federal, “é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”. Por isso, a única exceção à regra da prisão por dívida do ordenamento é a que se refere à obrigação alimentícia.

Liberdade de trabalho

O direito à liberdade também é mencionado no artigo 5º, XIII, CF:

*Artigo 5º, XIII, CF. É livre o **exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão**, atendidas as **qualificações** profissionais que a lei estabelecer.*

O livre exercício profissional é garantido, respeitados os limites legais. Por exemplo, não pode exercer a profissão de advogado aquele que não se formou em Direito e não foi aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil; não pode exercer a medicina aquele que não fez faculdade de medicina reconhecida pelo MEC e obteve o cadastro no Conselho Regional de Medicina.

Liberdade de reunião

Sobre a liberdade de reunião, prevê o artigo 5º, XVI, CF:

*Artigo 5º, XVI, CF. Todos podem **reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização**, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido **prévio aviso** à autoridade competente.*

Pessoas podem ir às ruas para reunirem-se com demais na defesa de uma causa, apenas possuindo o dever de informar tal reunião. Tal dever remonta-se a questões de segurança coletiva. Imagine uma grande reunião de pessoas por uma causa, a exemplo da Parada Gay, que chega a aglomerar milhões de pessoas em algumas capitais: seria absurdo tolerar tal tipo de reunião sem o prévio aviso do poder público para que ele organize o policiamento e a assistência médica, evitando algazarras e socorrendo pessoas que tenham algum mal-estar no local. Outro limite é o uso de armas, totalmente vedado, assim como de substâncias ilícitas (Ex: embora a Marcha da Maconha tenha sido autorizada pelo Supremo Tribunal Federal, vedou-se que nela tal substância ilícita fosse utilizada).

Liberdade de associação

No que tange à liberdade de reunião, traz o artigo 5º, XVII, CF:

*Artigo 5º, XVII, CF. É plena a **liberdade de associação** para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.*

A liberdade de associação difere-se da de reunião por sua **perenidade**, isto é, enquanto a liberdade de reunião é exercida de forma sazonal, eventual, a liberdade de associação implica na formação de um grupo organizado que se mantém por um período de tempo considerável, dotado de estrutura e organização próprias.

Por exemplo, o PCC e o Comando vermelho são associações ilícitas e de caráter paramilitar, pois possuem armas e o ideal de realizar sua própria justiça paralelamente à estatal.

O texto constitucional se estende na regulamentação da liberdade de associação.

O artigo 5º, XVIII, CF, preconiza:

*Artigo 5º, XVIII, CF. A criação de **associações** e, na forma da lei, a de **cooperativas** independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.*

Neste sentido, associações são organizações resultantes da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objetivo comum; já cooperativas são uma forma específica de associação, pois visam a obtenção de vantagens comuns em suas atividades econômicas.

Ainda, tem-se o artigo 5º, XIX, CF:

Artigo 5º, XIX, CF. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

O primeiro caso é o de dissolução compulsória, ou seja, a associação deixará de existir para sempre. Obviamente, é preciso o trânsito em julgado da decisão judicial que assim determine, pois antes disso sempre há possibilidade de reverter a decisão e permitir que a associação continue em funcionamento. Contudo, a decisão judicial pode suspender atividades até que o trânsito em julgado ocorra, ou seja, no curso de um processo judicial.

Em destaque, a legitimidade representativa da associação quanto aos seus filiados, conforme artigo 5º, XXI, CF:

*Artigo 5º, XXI, CF. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para **representar** seus filiados judicial ou extrajudicialmente.*

Trata-se de caso de legitimidade processual extraordinária, pela qual um ente vai a juízo defender interesse de outra(s) pessoa(s) porque a lei assim autoriza.

A liberdade de associação envolve não somente o direito de criar associações e de fazer parte delas, mas também o de não associar-se e o de deixar a associação, conforme artigo 5º, XX, CF:

*Artigo 5º, XX, CF. Ninguém poderá ser **compelido a associar-se ou a permanecer associado**.*

- Direitos à privacidade e à personalidade**Abrangência**

Prevê o artigo 5º, X, CF:

*Artigo 5º, X, CF. São invioláveis a **intimidade**, a **vida privada**, a **honra** e a **imagem** das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.*

O legislador opta por trazer correlacionados no mesmo dispositivo legal os direitos à privacidade e à personalidade.

Reforçando a conexão entre a privacidade e a intimidade, ao abordar a proteção da vida privada – que, em resumo, é a privacidade da vida pessoal no âmbito do domicílio e de círculos de amigos –, Silva²² entende que “o segredo da vida privada é condição de expansão da personalidade”, mas não caracteriza os direitos de personalidade em si.

A união da intimidade e da vida privada forma a privacidade, sendo que a primeira se localiza em esfera mais estrita. É possível ilustrar a vida social como se fosse um grande círculo no qual há um menor, o da vida privada, e dentro deste um ainda mais restrito e impenetrável, o da intimidade. Com efeito, pela “*Teoria das Esferas*” (ou “*Teoria dos Círculos Concêntricos*”), importada do direito alemão, quanto mais próxima do indivíduo, maior a proteção a ser conferida à esfera (as esferas são representadas pela intimidade, pela vida privada, e pela publicidade).

“O direito à honra distancia-se levemente dos dois anteriores, podendo referir-se ao juízo positivo que a pessoa tem de si (honra subjetiva) e ao juízo positivo que dela fazem os outros (honra objetiva), conferindo-lhe respeitabilidade no meio social. O direito à imagem também possui duas conotações, podendo ser entendido em sentido objetivo, com relação à reprodução gráfica da pessoa, por meio de fotografias, filmagens, desenhos, ou em sentido subjetivo, significando o conjunto de qualidades cultivadas pela pessoa e reconhecidas como suas pelo grupo social”²³.

Inviolabilidade de domicílio e sigilo de correspondência

Correlatos ao direito à privacidade, aparecem a inviolabilidade do domicílio e o sigilo das correspondências e comunicações.

Neste sentido, o artigo 5º, XI, CF prevê:

*Artigo 5º, XI, CF. A casa é **asilo inviolável** do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

O domicílio é inviolável, razão pela qual ninguém pode nele entrar sem o consentimento do morador, a não ser EM QUALQUER HORÁRIO no caso de flagrante delito (o morador foi flagrado na prática de crime e fugiu para seu domicílio) ou desastre (incêndio, enchente, terremoto...) ou para prestar socorro (morador teve ataque do coração, está sufocado, desmaiado...), e SOMENTE DURANTE O DIA por determinação judicial.

22 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

23 MOTTA, Sylvio; BARCHET, Gustavo. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Quanto ao sigilo de correspondência e das comunicações, prevê o artigo 5º, XII, CF:

Artigo 5º, XII, CF. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

O sigilo de correspondência e das comunicações está melhor regulamentado na Lei nº 9.296, de 1996.

Personalidade jurídica e gratuidade de registro

Quando se fala em reconhecimento como pessoa perante a lei desdobra-se uma esfera bastante específica dos direitos de personalidade, consistente na personalidade jurídica. Basicamente, consiste no direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei.

Para ser visto como pessoa perante a lei mostra-se necessário o registro. Por ser instrumento que serve como pressuposto ao exercício de direitos fundamentais, assegura-se a sua gratuidade aos que não tiverem condição de com ele arcar.

Aborda o artigo 5º, LXXVI, CF:

Artigo 5º, LXXVI, CF. São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: a) o registro civil de nascimento; b) a certidão de óbito.

O reconhecimento do marco inicial e do marco final da personalidade jurídica pelo registro é direito individual, não dependendo de condições financeiras. Evidente, seria absurdo cobrar de uma pessoa sem condições a elaboração de documentos para que ela seja reconhecida como viva ou morta, o que apenas incentivaria a indigência dos menos favorecidos.

Direito à indenização e direito de resposta

Com vistas à proteção do direito à privacidade, do direito à personalidade e do direito à imagem, asseguram-se dois instrumentos, o direito à indenização e o direito de resposta, conforme as necessidades do caso concreto.

Com efeito, prevê o artigo 5º, V, CF:

Artigo 5º, V, CF. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

"A manifestação do pensamento é livre e garantida em nível constitucional, não aludindo a censura prévia em diversões e espetáculos públicos. Os abusos porventura ocorridos no exercício indevido da manifestação do pensamento são passíveis de exame e apreciação pelo Poder Judiciário com a consequente responsabilidade civil e penal de seus autores, decorrentes inclusive de publicações injuriosas na imprensa, que deve exercer vigilância e controle da matéria que divulga"²⁴.

24 BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

O direito de resposta é o direito que uma pessoa tem de se defender de críticas públicas no mesmo meio em que foram publicadas garantida exatamente a mesma repercussão. Mesmo quando for garantido o direito de resposta não é possível reverter plenamente os danos causados pela manifestação ilícita de pensamento, razão pela qual a pessoa ainda fará jus à indenização.

A manifestação ilícita do pensamento geralmente causa um dano, ou seja, um prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico.

Dano material é aquele que atinge o patrimônio (material ou imaterial) da vítima, podendo ser mensurado financeiramente e indenizado.

"**Dano moral** direto consiste na lesão a um interesse que visa a satisfação ou gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade (como a vida, a integridade corporal, a liberdade, a honra, o decoro, a intimidade, os sentimentos afetivos, a própria imagem) ou nos atributos da pessoa (como o nome, a capacidade, o estado de família)"²⁵.

Já o **dano à imagem** é delimitado no artigo 20 do Código Civil:

Artigo 20, CC. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

- Direito à segurança

O caput do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à segurança. Na qualidade de direito individual liga-se à segurança do indivíduo como um todo, desde sua integridade física e mental, até a própria segurança jurídica.

No sentido aqui estudado, o direito à segurança pessoal é o direito de viver sem medo, protegido pela solidariedade e liberto de agressões, logo, é uma maneira de garantir o direito à vida.

Nesta linha, para Silva²⁶, "efetivamente, esse conjunto de direitos aparelha situações, proibições, limitações e procedimentos destinados a assegurar o exercício e o gozo de algum direito individual fundamental (intimidade, liberdade pessoal ou a incolumidade física ou moral)".

Especificamente no que tange à segurança jurídica, tem-se o disposto no artigo 5º, XXXVI, CF:

25 ZANNONI, Eduardo. **El daño en la responsabilidad civil**. Buenos Aires: Astrea, 1982.

26 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**... Op. Cit., p. 437.

Artigo 5º, XXXVI, CF. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Pelo inciso restam estabelecidos limites à retroatividade da lei.

Define o artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

Artigo 6º, LINDB. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

- Direito à propriedade

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à propriedade, tanto material quanto intelectual, delimitada em alguns incisos que o seguem.

Função social da propriedade material

O artigo 5º, XXII, CF estabelece:

Artigo 5º, XXII, CF. É garantido o direito de propriedade.

A seguir, no inciso XXIII do artigo 5º, CF estabelece o principal fator limitador deste direito:

Artigo 5º, XXIII, CF. A propriedade atenderá a sua função social.

A propriedade, segundo Silva²⁷, "[...] não pode mais ser considerada como um direito individual nem como instituição do direito privado. [...] embora prevista entre os direitos individuais, ela não mais poderá ser considerada puro direito individual, relativizando-se seu conceito e significado, especialmente porque os princípios da ordem econômica são preordenados à vista da realização de seu fim: assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Se é assim, então a propriedade privada, que, ademais, tem que atender a sua função social, fica vinculada à consecução daquele princípio".

Com efeito, a proteção da propriedade privada está limitada ao atendimento de sua função social, sendo este o requisito que a correlaciona com a proteção da dignidade da pessoa humana. A propriedade de bens e valores em geral é um direito assegurado na Constituição Federal e, como todos os outros, se encontra limitado pelos demais princípios conforme melhor se atenda à dignidade do ser humano.

27 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

A Constituição Federal delimita o que se entende por função social:

Art. 182, caput, CF. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Artigo 182, § 1º, CF. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

*Artigo 182, § 2º, CF. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor*²⁸.

Artigo 186, CF. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento **racional e adequado**;
- II - utilização adequada dos **recursos naturais** disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as **relações de trabalho**;
- IV - exploração que favoreça o **bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores**.

Desapropriação

No caso de desrespeito à função social da propriedade cabe até mesmo desapropriação do bem, de modo que pode-se depreender do texto constitucional duas possibilidades de desapropriação: por desrespeito à função social e por necessidade ou utilidade pública.

A Constituição Federal prevê a possibilidade de desapropriação por desatendimento à função social:

Artigo 182, § 4º, CF. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- I - parcelamento ou edificação compulsórios;
- II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- III - **desapropriação** com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais²⁹.

28 Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados (Lei n. 10.257/2001 - Estatuto da cidade).

29 Nota-se que antes de se promover a desapropriação de imóvel urbano por desatendimento à função social é necessário tomar

Artigo 184, CF. Compete à União **desapropriar** por interesse social, para fins de reforma agrária, o **imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social**, mediante **prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária**, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até **vinte anos**, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei³⁰.

Artigo 184, § 1º, CF. As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em **dinheiro**.

No que tange à desapropriação por necessidade ou utilidade pública, prevê o artigo 5º, XXIV, CF:

Artigo 5º, XXIV, CF. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

Ainda, prevê o artigo 182, § 3º, CF:

Artigo 182, §3º, CF. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Tem-se, ainda o artigo 184, §§ 2º e 3º, CF:

Artigo 184, §2º, CF. O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a **ação de desapropriação**.

Artigo 184, §3º, CF. Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

A desapropriação por utilidade ou necessidade pública deve se dar mediante prévia e justa indenização em dinheiro. O Decreto-lei nº 3.365/1941 a disciplina, delimitando o procedimento e conceituando utilidade pública, em seu artigo 5º:

Artigo 5º, Decreto-lei n. 3.365/1941. Consideram-se casos de utilidade pública:

- a) a segurança nacional;
- b) a defesa do Estado;
- c) o socorro público em caso de calamidade;
- d) a salubridade pública;
- e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;
- f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica;

duas providências, sucessivas: primeiro, o parcelamento ou edificação compulsórios; depois, o estabelecimento de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo. Se ambas medidas restarem ineficazes, parte-se para a desapropriação por desatendimento à função social.

30 A desapropriação em decorrência do desatendimento da função social é indenizada, mas não da mesma maneira que a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, já que na primeira há violação do ordenamento constitucional pelo proprietário, mas na segunda não. Por isso, indeniza-se em títulos da dívida agrária, que na prática não são tão valorizados quanto o dinheiro.

g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;

h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos;

i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais;

j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo;

k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;

l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens moveis de valor histórico ou artístico;

m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;

n) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;

o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;

p) os demais casos previstos por leis especiais.

Um grande problema que faz com que processos que tenham a desapropriação por objeto se estendam é a indevida valorização do imóvel pelo Poder Público, que geralmente pretende pagar valor muito abaixo do devido, necessitando o Judiciário intervir em prol da correta avaliação.

Outra questão reside na chamada tredestinação, pela qual há a destinação de um bem expropriado (desapropriação) a finalidade diversa da que se planejou inicialmente. A tredestinação pode ser lícita ou ilícita. Será ilícita quando resultante de desvio do propósito original; e será lícita quando a Administração Pública dê ao bem finalidade diversa, porém preservando a razão do interesse público.

Política agrária e reforma agrária

Enquanto desdobramento do direito à propriedade imóvel e da função social desta propriedade, tem-se ainda o artigo 5º, XXVI, CF:

Artigo 5º, XXVI, CF. A **pequena propriedade rural**, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

Assim, se uma pessoa é mais humilde e tem uma pequena propriedade será assegurado que permaneça com ela e a torne mais produtiva.

A preservação da pequena propriedade em detrimento dos grandes latifúndios improdutivos é uma das diretrizes-guias da regulamentação da política agrária brasileira, que tem como principal escopo a realização da reforma agrária.

Parte da questão financeira atinente à reforma agrária se encontra prevista no artigo 184, §§ 4º e 5º, CF:

Artigo 184, §4º, CF. O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

Artigo 184, §5º, CF. São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Como a finalidade da reforma agrária é transformar terras improdutivas e grandes propriedades em atinentes à função social, alguns imóveis rurais não podem ser abrangidos pela reforma agrária:

Art. 185, CF. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Sobre as diretrizes da política agrícola, prevê o artigo 187:

Art. 187, CF. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

As terras devolutas e públicas serão destinadas conforme a política agrícola e o plano nacional de reforma agrária (artigo 188, *caput*, CF). Neste sentido, "a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional", salvo no caso de alienações ou concessões de terras públicas para fins de reforma agrária (artigo 188, §§ 1º e 2º, CF).

Os que forem favorecidos pela reforma agrária (homens, mulheres, ambos, qualquer estado civil) não poderão negociar seus títulos pelo prazo de 10 anos (artigo 189, CF).

Consta, ainda, que "a lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional" (artigo 190, CF).

Usucapião

Usucapião é o modo originário de aquisição da propriedade que decorre da posse prolongada por um longo tempo, preenchidos outros requisitos legais. Em outras palavras, usucapião é uma situação em que alguém tem a posse de um bem por um tempo longo, sem ser incomodado, a ponto de se tomar proprietário.

A Constituição regulamenta o acesso à propriedade mediante posse prolongada no tempo – usucapião – em casos específicos, denominados usucapião especial urbana e usucapião especial rural.

O artigo 183 da Constituição regulamenta a usucapião especial urbana:

Art. 183, CF. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Além dos requisitos gerais (*animus* e posse que seja pública, pacífica, ininterrupta e contínua), são exigidos os seguintes requisitos específicos:

a) Área urbana – há controvérsia. Pela teoria da localização, área urbana é a que está dentro do perímetro urbano. Pela teoria da destinação, mais importante que a localização é a sua utilização. Ex.: se tem fins agrícolas/pecuários e estiver dentro do perímetro urbano, o imóvel é rural. Para fins de usucapião a maioria diz que prevalece a teoria da localização.

b) Imóveis até 250 m² – Pode dentro de uma posse maior isolar área de 250m² e ingressar com a ação? A jurisprudência é pacífica que a posse desde o início deve ficar restrita a 250m². Predomina também que o terreno deve ter 250m², não a área construída (a área de um sobrado, por exemplo, pode ser maior que a de um terreno).

c) 5 anos – houve controvérsia porque a Constituição Federal de 1988 que criou esta modalidade. E se antes de 05 de outubro de 1988 uma pessoa tivesse há 4 anos dentro do limite da usucapião urbana? Predominou que só corria o prazo a partir da criação do instituto, não só porque antes não existia e o prazo não podia correr, como também não se poderia prejudicar o proprietário.

d) Moradia sua ou de sua família – não basta ter posse, é preciso que a pessoa more, sozinha ou com sua família, ao longo de todo o prazo (não só no início ou no final). Logo, não cabe *accessio temporis* por cessão da posse.

e) Nenhum outro imóvel, nem urbano, nem rural, no Brasil. O usucapiente não prova isso, apenas alega. Se alguém não quiser a usucapião, prova o contrário. Este requisito é verificado no momento em que completa 5 anos.

Em relação à previsão da usucapião especial rural, destaca-se o artigo 191, CF:

Art. 191, CF. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Além dos requisitos gerais (*animus* e posse que seja pública, pacífica, ininterrupta e contínua), são exigidos os seguintes requisitos específicos:

- a) Imóvel rural
- b) 50 hectares, no máximo – há também legislação que estabelece um limite mínimo, o módulo rural (Estatuto da Terra). É possível usucapir áreas menores que o módulo rural? Tem prevalecido o entendimento de que pode, mas é assunto muito controverso.
- c) 5 anos – pode ser considerado o prazo antes 05 de outubro de 1988 (Constituição Federal)? Depende. Se a área é de até 25 hectares sim, pois já havia tal possibilidade antes da CF/88. Se área for maior (entre 25 ha e 50 ha) não.
- d) Moradia sua ou de sua família – a pessoa deve morar na área rural.
- e) Nenhum outro imóvel.
- f) O usucapiente, com seu trabalho, deve ter tornado a área produtiva. Por isso, é chamado de usucapião “pro labore”. Dependerá do caso concreto.

Uso temporário

No mais, estabelece-se uma terceira limitação ao direito de propriedade que não possui o caráter definitivo da desapropriação, mas é temporária, conforme artigo 5º, XXV, CF:

*Artigo 5º, XXV, CF. No caso de iminente **perigo público**, a autoridade competente poderá **usar de propriedade particular**, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.*

Se uma pessoa tem uma propriedade, numa situação de perigo, o poder público pode se utilizar dela (ex: montar uma base para capturar um fugitivo), pois o interesse da coletividade é maior que o do indivíduo proprietário.

Direito sucessório

O direito sucessório aparece como uma faceta do direito à propriedade, encontrando disciplina constitucional no artigo 5º, XXX e XXXI, CF:

*Artigo 5º, XXX, CF. É garantido o direito de **herança**;*

*Artigo 5º, XXXI, CF. A **sucessão de bens de estrangeiros** situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.*

O direito à herança envolve o direito de receber – seja devido a uma previsão legal, seja por testamento – bens de uma pessoa que faleceu. Assim, o patrimônio passa para outra pessoa, conforme a vontade do falecido e/ou a lei determine. A Constituição estabelece uma disciplina específica para bens de estrangeiros situados no Brasil, assegurando que eles sejam repassados ao cônjuge e filhos brasileiros nos termos da lei mais benéfica (do Brasil ou do país estrangeiro).

Direito do consumidor

Nos termos do artigo 5º, XXXII, CF:

*Artigo 5º, XXXII, CF. O Estado promoverá, na forma da lei, a **defesa do consumidor**.*

O direito do consumidor liga-se ao direito à propriedade a partir do momento em que garante à pessoa que irá adquirir bens e serviços que estes sejam entregues e prestados da forma adequada, impedindo que o fornecedor se enriqueça ilicitamente, se aproveite de maneira indevida da posição menos favorável e de vulnerabilidade técnica do consumidor.

O Direito do Consumidor pode ser considerado um ramo recente do Direito. No Brasil, a legislação que o regulamentou foi promulgada nos anos 90, qual seja a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, que também estabeleceu no artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Artigo 48, ADCT. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

A elaboração do Código de Defesa do Consumidor foi um grande passo para a proteção da pessoa nas relações de consumo que estabeleça, respeitando-se a condição de hipossuficiente técnico daquele que adquire um bem ou faz uso de determinado serviço, enquanto consumidor.

Propriedade intelectual

Além da propriedade material, o constituinte protege também a propriedade intelectual, notadamente no artigo 5º, XXVII, XXVIII e XXIX, CF:

*Artigo 5º, XXVII, CF. Aos autores pertence o direito exclusivo de **utilização, publicação ou reprodução de suas obras**, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;*

Artigo 5º, XXVIII, CF. São assegurados, nos termos da lei:

- a) a proteção às **participações individuais em obras coletivas** e à **reprodução da imagem e voz humanas**, inclusive nas atividades desportivas;
- b) o direito de **fiscalização do aproveitamento econômico das obras** que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

*Artigo 5º, XXIX, CF. A lei assegurará aos autores de **inven-
tos industriais** privilégio temporário para sua utilização, bem
como proteção às criações industriais, à propriedade das mar-
cas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo
em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e
econômico do País.*

Assim, a propriedade possui uma vertente intelectual que deve ser respeitada, tanto sob o aspecto moral quanto sob o patrimonial. No âmbito infraconstitucional brasileiro, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, regulamenta os direitos autorais, isto é, "os direitos de autor e os que lhes são conexos".

O artigo 7º do referido diploma considera como obras intelectuais que merecem a proteção do direito do autor os textos de obras de natureza literária, artística ou científica; as conferências, sermões e obras semelhantes; as obras cinematográficas e televisivas; as composições musicais; fotografias; ilustrações; programas de computador; coletâneas e enciclopédias; entre outras.

Os direitos morais do autor, que são imprescritíveis, inalienáveis e irrenunciáveis, envolvem, basicamente, o direito de reivindicar a autoria da obra, ter seu nome divulgado na utilização desta, assegurar a integridade desta ou modificá-la e retirá-la de circulação se esta passar a afrontar sua honra ou imagem.

Já os direitos patrimoniais do autor, nos termos dos artigos 41 a 44 da Lei nº 9.610/98, prescrevem em 70 anos contados do primeiro ano seguinte à sua morte ou do falecimento do último coautor, ou contados do primeiro ano seguinte à divulgação da obra se esta for de natureza audiovisual ou fotográfica. Estes, por sua vez, abrangem, basicamente, o direito de dispor sobre a reprodução, edição, adaptação, tradução, utilização, inclusão em bases de dados ou qualquer outra modalidade de utilização; sendo que estas modalidades de utilização podem se dar a título oneroso ou gratuito.

"Os direitos autorais, também conhecidos como *copyright* (direito de cópia), são considerados bens móveis, podendo ser alienados, doados, cedidos ou locados. Ressalte-se que a permissão a terceiros de utilização de criações artísticas é direito do autor. [...] A proteção constitucional abrange o plágio e a contrafação. Enquanto que o primeiro caracteriza-se pela difusão de obra criada ou produzida por terceiros, como se fosse própria, a segunda configura a reprodução de obra alheia sem a necessária permissão do autor"³¹.

- Direitos de acesso à justiça

A formação de um conceito sistemático de acesso à justiça se dá com a teoria de Cappelletti e Garth, que apontaram três ondas de acesso, isto é, três posicionamentos básicos para a realização efetiva de tal acesso. Tais ondas foram percebidas paulatinamente com a evolução do Direito moderno conforme implementadas as bases da onda anterior, quer dizer, ficou evidente aos autores a emergência de uma nova onda quando superada a afirmação das premissas da onda anterior, restando parcialmente implementada (visto que até hoje enfrentam-se obstáculos ao pleno atendimento em todas as ondas).

31 MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais:** teoria geral, comentários aos artigos 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 1997.

Primeiro, Cappelletti e Garth³² entendem que surgiu uma onda de concessão de assistência judiciária aos pobres, partindo-se da prestação sem interesse de remuneração por parte dos advogados e, ao final, levando à criação de um aparato estrutural para a prestação da assistência pelo Estado.

Em segundo lugar, no entender de Cappelletti e Garth³³, veio a onda de superação do problema na representação dos interesses difusos, saindo da concepção tradicional de processo como algo restrito a apenas duas partes individualizadas e ocasionando o surgimento de novas instituições, como o Ministério Público.

Finalmente, Cappelletti e Garth³⁴ apontam uma terceira onda consistente no surgimento de uma concepção mais ampla de acesso à justiça, considerando o conjunto de instituições, mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados: "[...] esse enfoque encoraja a exploração de uma ampla variedade de reformas, incluindo alterações nas formas de procedimento, mudanças na estrutura dos tribunais ou a criação de novos tribunais, o uso de pessoas leigas ou paraprofissionais, tanto como juízes quanto como defensores, modificações no direito substantivo destinadas a evitar litígios ou facilitar sua solução e a utilização de mecanismos privados ou informais de solução dos litígios. Esse enfoque, em suma, não receia inovações radicais e compreensivas, que vão muito além da esfera de representação judicial".

Assim, dentro da noção de acesso à justiça, diversos aspectos podem ser destacados: de um lado, deve criar-se o Poder Judiciário e se disponibilizar meios para que todas as pessoas possam buscá-lo; de outro lado, não basta garantir meios de acesso se estes forem insuficientes, já que para que exista o verdadeiro acesso à justiça é necessário que se aplique o direito material de maneira justa e célere.

Relacionando-se à primeira onda de acesso à justiça, prevê a Constituição em seu artigo 5º, XXXV:

*Artigo 5º, XXXV, CF. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário **lesão ou ameaça a direito**.*

O princípio da inafastabilidade da jurisdição é o princípio de Direito Processual Público subjetivo, também cunhado como Princípio da Ação, em que a Constituição garante a necessária tutela estatal aos conflitos ocorrentes na vida em sociedade. Sempre que uma controvérsia for levada ao Poder Judiciário, preenchidos os requisitos de admissibilidade, ela será resolvida, independentemente de haver ou não previsão específica a respeito na legislação.

Também se liga à primeira onda de acesso à justiça, no que tange à abertura do Judiciário mesmo aos menos favorecidos economicamente, o artigo 5º, LXXIV, CF:

*Artigo 5º, LXXIV, CF. O Estado prestará **assistência jurídica integral e gratuita** aos que comprovarem insuficiência de recursos.*

32 CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça.** Tradução Ellen Grace Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1998, p. 31-32.

33 Ibid., p. 49-52

34 Ibid., p. 67-73

O constituinte, ciente de que não basta garantir o acesso ao Poder Judiciário, sendo também necessária a efetividade processual, incluiu pela Emenda Constitucional nº 45/2004 o inciso LXXVIII ao artigo 5º da Constituição:

*Artigo 5º, LXXVIII, CF. A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a **razoável duração do processo** e os **meios** que garantam a celeridade de sua tramitação.*

Com o tempo se percebeu que não bastava garantir o acesso à justiça se este não fosse célere e eficaz. Não significa que se deve acelerar o processo em detrimento de direitos e garantias assegurados em lei, mas sim que é preciso proporcionar um trâmite que dure nem mais e nem menos que o necessário para a efetiva realização da justiça no caso concreto.

- Direitos constitucionais-penais

Juiz natural e vedação ao juízo ou tribunal de exceção
Quando o artigo 5º, LIII, CF menciona:

*Artigo 5º, LIII, CF. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela **autoridade competente**, consolida o princípio do juiz natural que assegura a toda pessoa o direito de conhecer previamente daquele que a julgará no processo em que seja parte, revestindo tal juízo em jurisdição competente para a matéria específica do caso antes mesmo do fato ocorrer.*

Por sua vez, um desdobramento deste princípio encontra-se no artigo 5º, XXXVII, CF:

Artigo 5º, XXXVII, CF. Não haverá juízo ou tribunal de exceção.

Juízo ou Tribunal de Exceção é aquele especialmente criado para uma situação pretérita, bem como não reconhecido como legítimo pela Constituição do país.

Tribunal do júri

A respeito da competência do Tribunal do júri, prevê o artigo 5º, XXXVIII, CF:

Artigo 5º, XXXVIII. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;*
- b) o sigilo das votações;*
- c) a soberania dos veredictos;*
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.*

O Tribunal do Júri é formado por pessoas do povo, que julgam os seus pares. Entende-se ser direito fundamental o de ser julgado por seus iguais, membros da sociedade e não magistrados, no caso de determinados crimes que por sua natureza possuem fortes fatores de influência emocional.

Plenitude da defesa envolve tanto a autodefesa quanto a defesa técnica e deve ser mais ampla que a denominada ampla defesa assegurada em todos os procedimentos judiciais e administrativos.

Sigilo das votações envolve a realização de votações secretas, preservando a liberdade de voto dos que compõem o conselho que irá julgar o ato praticado.

A decisão tomada pelo conselho é soberana. Contudo, a soberania dos veredictos veda a alteração das decisões dos jurados, não a recorribilidade dos julgamentos do Tribunal do Júri para que seja procedido novo julgamento uma vez cassada a decisão recorrida, haja vista preservar o ordenamento jurídico pelo princípio do duplo grau de jurisdição.

Por fim, a competência para julgamento é dos crimes dolosos (em que há intenção ou ao menos se assume o risco de produção do resultado) contra a vida, que são: homicídio, aborto, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e infanticídio. Sua competência não é absoluta e é mitigada, por vezes, pela própria Constituição (artigos 29, X / 102, I, b) e c) / 105, I, a) / 108, I).

Anterioridade e irretroatividade da lei

O artigo 5º, XXXIX, CF preconiza:

*Artigo 5º, XXXIX, CF. Não há **crime** sem **lei anterior** que o defina, nem **pena** sem **prévia** cominação legal.*

É a consagração da regra do *nullum crimen nulla poena sine praevia lege*. Simultaneamente, se assegura o princípio da legalidade (ou reserva legal), na medida em que não há crime sem lei que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, e o princípio da anterioridade, posto que não há crime sem lei anterior que o defina.

Ainda no que tange ao princípio da anterioridade, tem-se o artigo 5º, XL, CF:

*Artigo 5º, XL, CF. A lei penal **não retroagirá**, salvo para **beneficiar** o réu.*

O dispositivo consolida outra faceta do princípio da anterioridade: se, por um lado, é necessário que a lei tenha definido um fato como crime e dado certo tratamento penal a este fato (ex.: pena de detenção ou reclusão, tempo de pena, etc.) antes que ele ocorra; por outro lado, se vier uma lei posterior ao fato que o exclua do rol de crimes ou que confira tratamento mais benéfico (diminuindo a pena ou alterando o regime de cumprimento, notadamente), ela será aplicada. Restam consagrados tanto o princípio da irretroatividade da lei penal *in pejus* quanto o da retroatividade da lei penal mais benéfica.

Menções específicas a crimes

O artigo 5º, XLI, CF estabelece:

*Artigo 5º, XLI, CF. A lei punirá qualquer **discriminação** atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.*

Sendo assim confere fórmula genérica que remete ao princípio da igualdade numa concepção ampla, razão pela qual práticas discriminatórias não podem ser aceitas. No entanto, o constituinte entendeu por bem prever tratamento específico a certas práticas criminosas.

Neste sentido, prevê o artigo 5º, XLII, CF:

*Artigo 5º, XLII, CF. A prática do **racismo** constitui crime **inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.*

A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Contra eles não cabe fiança (pagamento de valor para deixar a prisão provisória) e não se aplica o instituto da prescrição (perda de pretensão de se processar/punir uma pessoa pelo decurso do tempo).

Não obstante, preconiza ao artigo 5º, XLIII, CF:

*Artigo 5º, XLIII, CF. A lei considerará crimes **inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia** a prática da **tortura**, o **tráfico ilícito** de entorpecentes e drogas afins, o **terrorismo** e os definidos como crimes **hediondos**, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.*

Anistia, graça e indulto diferenciam-se nos seguintes termos: a anistia exclui o crime, rescinde a condenação e extingue totalmente a punibilidade, a graça e o indulto apenas extinguem a punibilidade, podendo ser parciais; a anistia, em regra, atinge crimes políticos, a graça e o indulto, crimes comuns; a anistia pode ser concedida pelo Poder Legislativo, a graça e o indulto são de competência exclusiva do Presidente da República; a anistia pode ser concedida antes da sentença final ou depois da condenação irreversível, a graça e o indulto pressupõem o trânsito em julgado da sentença condenatória; graça e o indulto apenas extinguem a punibilidade, persistindo os efeitos do crime, apagados na anistia; graça é em regra individual e solicitada, enquanto o indulto é coletivo e espontâneo.

Não cabe graça, anistia ou indulto (pode-se considerar que o artigo o abrange, pela doutrina majoritária) contra crimes de tortura, tráfico, terrorismo (TTT) e hediondos (previstos na Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990). Além disso, são crimes que não aceitam fiança.

Por fim, prevê o artigo 5º, XLIV, CF:

*Artigo 5º, XLIV, CF. Constitui crime **inafiançável e imprescritível** a ação de **grupos armados, civis ou militares**, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.*

Personalidade da pena

A personalidade da pena encontra respaldo no artigo 5º, XLV, CF:

*Artigo 5º, XLV, CF. Nenhuma pena **passará da pessoa do condenado**, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.*

O princípio da personalidade encerra o comando de o crime ser imputado somente ao seu autor, que é, por seu turno, a única pessoa passível de sofrer a sanção. Seria flagrante a injustiça se fosse possível alguém responder pelos atos ilícitos de outrem: caso contrário, a reação, ao invés de restringir-se ao malfeitor, alcançaria inocentes. Contudo, se uma pessoa deixou patrimônio e faleceu, este patrimônio responderá pelas repercussões financeiras do ilícito.

Individualização da pena

A individualização da pena tem por finalidade concretizar o princípio de que a responsabilização penal é sempre pessoal, devendo assim ser aplicada conforme as peculiaridades do agente.

A primeira menção à individualização da pena se encontra no artigo 5º, XLVI, CF:

*Artigo 5º, XLVI, CF. A lei regulará a **individualização da pena** e adotará, entre outras, as seguintes:*

- a) privação ou restrição da liberdade;*
- b) perda de bens;*
- c) multa;*
- d) prestação social alternativa;*
- e) suspensão ou interdição de direitos.*

Pelo princípio da individualização da pena, a pena deve ser individualizada nos planos legislativo, judiciário e executório, evitando-se a padronização a sanção penal. A individualização da pena significa adaptar a pena ao condenado, consideradas as características do agente e do delito.

A pena privativa de liberdade é aquela que restringe, com maior ou menor intensidade, a liberdade do condenado, consistente em permanecer em algum estabelecimento prisional, por um determinado tempo.

A pena de multa ou patrimonial opera uma diminuição do patrimônio do indivíduo delituoso.

A prestação social alternativa corresponde às penas restritivas de direitos, autônomas e substitutivas das penas privativas de liberdade, estabelecidas no artigo 44 do Código Penal.

Por seu turno, a individualização da pena deve também se fazer presente na fase de sua execução, conforme se depreende do artigo 5º, XLVIII, CF:

*Artigo 5º, XLVIII, CF. A pena será cumprida em **estabelecimentos distintos**, de acordo com a **natureza do delito**, a **idade** e o **sexo** do apenado.*

A distinção do estabelecimento conforme a natureza do delito visa impedir que a prisão se torne uma faculdade do crime. Infelizmente, o Estado não possui aparato suficiente para cumprir tal diretiva, diferenciando, no máximo, o nível de segurança das prisões. Quanto à idade, destacam-se as Fundações Casas, para cumprimento de medida por menores infratores. Quanto ao sexo, prisões costumam ser exclusivamente para homens ou para mulheres.

Também se denota o respeito à individualização da pena nesta faceta pelo artigo 5º, L, CF:

*Artigo 5º, L, CF. Às **presidiárias** serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus **filhos** durante o período de **amamentação**.*

Preserva-se a individualização da pena porque é tomada a condição peculiar da presa que possui filho no período de amamentação, mas também se preserva a dignidade da criança, não a afastando do seio materno de maneira precária e impedindo a formação de vínculo pela amamentação.

Vedação de determinadas penas

O constituinte viu por bem proibir algumas espécies de penas, consoante ao artigo 5º, XLVII, CF:

Artigo 5º, XLVII, CF. não haverá penas:

- a) de **morte**, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;*
- b) de **caráter perpétuo**;*
- c) de **trabalhos forçados**;*
- d) de **banimento**;*
- e) **cruéis**.*

Em resumo, o inciso consolida o princípio da humanidade, pelo qual o "poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem a constituição físico-psíquica dos condenados"³⁵.

Quanto à questão da pena de morte, percebe-se que o constituinte não estabeleceu uma total vedação, autorizando-a nos casos de guerra declarada. Obviamente, deve-se respeitar o princípio da anterioridade da lei, ou seja, a legislação deve prever a pena de morte ao fato antes dele ser praticado. No ordenamento brasileiro, este papel é cumprido pelo Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), que prevê a pena de morte a ser executada por fuzilamento nos casos tipificados em seu Livro II, que aborda os crimes militares em tempo de guerra.

Por sua vez, estão absolutamente vedadas em quaisquer circunstâncias as penas de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis.

No que tange aos trabalhos forçados, vale destacar que o trabalho obrigatório não é considerado um tratamento contrário à dignidade do recluso, embora o trabalho forçado o seja. O trabalho é obrigatório, dentro das condições do apenado, não podendo ser cruel ou menosprezar a capacidade física e intelectual do condenado; como o trabalho não existe independente da educação, cabe incentivar o aperfeiçoamento pessoal; até mesmo porque o trabalho deve se aproximar da realidade do mundo externo, será remunerado; além disso, condições de dignidade e segurança do trabalhador, como descanso semanal e equipamentos de proteção, deverão ser respeitados.

Respeito à integridade do preso

Prevê o artigo 5º, XLIX, CF:

*Artigo 5º, XLIX, CF. É assegurado aos presos o respeito à **integridade física e moral**.*

Obviamente, o desrespeito à integridade física e moral do preso é uma violação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Dois tipos de tratamentos que violam esta integridade estão mencionados no próprio artigo 5º da Constituição Federal. Em primeiro lugar, tem-se a vedação da tortura e de tratamentos desumanos e degradantes (artigo 5º, III, CF), o que vale na execução da pena.

No mais, prevê o artigo 5º, LVIII, CF:

*Artigo 5º, LVIII, CF. O civilmente identificado não será submetido a **identificação criminal**, salvo nas hipóteses previstas em lei.*

Se uma pessoa possui identificação civil, não há porque fazer identificação criminal, colhendo digitais, fotos, etc. Pensa-se que seria uma situação constrangedora desnecessária ao suspeito, sendo assim, violaria a integridade moral.

Devido processo legal, contraditório e ampla defesa

Estabelece o artigo 5º, LIV, CF:

*Artigo 5º, LIV, CF. Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o **devido processo legal**.*

Pelo princípio do devido processo legal a legislação deve ser respeitada quando o Estado pretender punir alguém judicialmente. Logo, o procedimento deve ser livre de vícios e seguir estritamente a legislação vigente, sob pena de nulidade processual.

Surgem como corolário do devido processo legal o contraditório e a ampla defesa, pois somente um procedimento que os garanta estará livre dos vícios. Neste sentido, o artigo 5º, LV, CF:

*Artigo 5º, LV, CF. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o **contraditório e ampla defesa**, com os meios e recursos a ela inerentes.*

O devido processo legal possui a faceta formal, pela qual se deve seguir o adequado procedimento na aplicação da lei e, sendo assim, respeitar o contraditório e a ampla defesa. Não obstante, o devido processo legal tem sua faceta material que consiste na tomada de decisões justas, que respeitem os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade.

Vedação de provas ilícitas

Conforme o artigo 5º, LVI, CF:

*Artigo 5º, LVI, CF. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por **meios ilícitos**.*

Provas ilícitas, por força da nova redação dada ao artigo 157 do CPP, são as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, ou seja, prova ilícita é a que viola regra de direito material, constitucional ou legal, no momento da sua obtenção. São vedadas porque não se pode aceitar o descumprimento do ordenamento para fazê-lo cumprir: seria paradoxal.

35 BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.

Presunção de inocência

Prevê a Constituição no artigo 5º, LVII:

*Artigo 5º, LVII, CF. Ninguém será considerado **culpado** até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.*

Consolida-se o princípio da presunção de inocência, pelo qual uma pessoa não é culpada até que, em definitivo, o Judiciário assim decida, respeitados todos os princípios e garantias constitucionais.

Ação penal privada subsidiária da pública

Nos termos do artigo 5º, LIX, CF:

*Artigo 5º, LIX, CF. Será admitida **ação privada nos crimes de ação pública**, se esta não for intentada no prazo legal.*

A chamada ação penal privada subsidiária da pública encontra respaldo constitucional, assegurando que a omissão do poder público na atividade de persecução criminal não será ignorada, fornecendo-se instrumento para que o interessado a proponha.

Prisão e liberdade

O constituinte confere espaço bastante extenso no artigo 5º em relação ao tratamento da prisão, notadamente por se tratar de ato que vai contra o direito à liberdade. Obviamente, a prisão não é vedada em todos os casos, porque práticas atentatórias a direitos fundamentais implicam na tipificação penal, autorizando a restrição da liberdade daquele que assim agiu.

No inciso LXI do artigo 5º, CF, prevê-se:

*Artigo 5º, LXI, CF. Ninguém será **preso** senão em **flagrante delito** ou por **ordem escrita e fundamentada** de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.*

Logo, a prisão somente se dará em caso de flagrante delito (necessariamente antes do trânsito em julgado), ou em caráter temporário, provisório ou definitivo (as duas primeiras independentes do trânsito em julgado, preenchidos requisitos legais e a última pela irreversibilidade da condenação).

Aborda-se no artigo 5º, LXII o dever de comunicação ao juiz e à família ou pessoa indicada pelo preso:

*Artigo 5º, LXII, CF. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão **comunicados** imediatamente ao **juiz** competente e à **família** do preso ou à pessoa por ele indicada.*

Não obstante, o preso deverá ser informado de todos os seus direitos, inclusive o direito ao silêncio, podendo entrar em contato com sua família e com um advogado, conforme artigo 5º, LXIII, CF:

*Artigo 5º, LXIII, CF. O preso será informado de seus **direitos**, entre os quais o de permanecer **calado**, sendo-lhe assegurada a **assistência** da família e de advogado.*

Estabelece-se no artigo 5º, LXIV, CF:

*Artigo 5º, LXIV, CF. O preso tem direito à **identificação** dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.*

Por isso mesmo, o auto de prisão em flagrante e a ata do depoimento do interrogatório são assinados pelas autoridades envolvidas nas práticas destes atos procedimentais.

Ainda, a legislação estabelece inúmeros requisitos para que a prisão seja válida, sem os quais cabe relaxamento, tanto que assim prevê o artigo 5º, LXV, CF:

*Artigo 5º, LXV, CF. A **prisão ilegal** será imediatamente **relaxada** pela autoridade judiciária.*

Desta forma, como decorrência lógica, tem-se a previsão do artigo 5º, LXVI, CF:

*Artigo 5º, LXVI, CF. Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a **liberdade provisória**, com ou sem fiança.*

Mesmo que a pessoa seja presa em flagrante, devido ao princípio da presunção de inocência, entende-se que ela não deve ser mantida presa quando não preencher os requisitos legais para prisão preventiva ou temporária.

Indenização por erro judiciário

A disciplina sobre direitos decorrentes do erro judiciário encontra-se no artigo 5º, LXXV, CF:

*Artigo 5º, LXXV, CF. O Estado indenizará o condenado por **erro judiciário**, assim como o que ficar **preso além do tempo** fixado na sentença.*

Trata-se do erro em que incorre um juiz na apreciação e julgamento de um processo criminal, resultando em condenação de alguém inocente. Neste caso, o Estado indenizará. Ele também indenizará uma pessoa que ficar presa além do tempo que foi condenada a cumprir.

5) Direitos fundamentais implícitos

Nos termos do § 2º do artigo 5º da Constituição Federal:

Artigo 5º, §2º, CF. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Daí se depreende que os direitos ou garantias podem estar expressos ou implícitos no texto constitucional. Sendo assim, o rol enumerado nos incisos do artigo 5º é apenas exemplificativo, não taxativo.

6) Tratados internacionais incorporados ao ordenamento interno

Estabelece o artigo 5º, § 2º, CF que os direitos e garantias podem decorrer, dentre outras fontes, dos **"tratados internacionais"** em que a República Federativa do Brasil seja parte".

Para o tratado internacional ingressar no ordenamento jurídico brasileiro deve ser observado um procedimento complexo, que exige o cumprimento de quatro fases: a negociação (bilateral ou multilateral, com posterior assinatura do Presidente da República), submissão do tratado assinado ao Congresso Nacional (que dará referendo por meio do decreto legislativo), ratificação do tratado (confirmação da obrigação perante a comunidade internacional) e a promulgação e publicação do tratado pelo Poder Executivo³⁶. Notadamente, quando o constituinte menciona os tratados internacionais no §2º do artigo 5º refere-se àqueles que tenham por fulcro ampliar o rol de direitos do artigo 5º, ou seja, tratado internacional de direitos humanos.

O §1º e o §2º do artigo 5º existiam de maneira originária na Constituição Federal, conferindo o caráter de primazia dos direitos humanos, desde logo consagrando o princípio da primazia dos direitos humanos, como reconhecido pela doutrina e jurisprudência majoritários na época. "O princípio da primazia dos direitos humanos nas relações internacionais implica em que o Brasil deve incorporar os tratados quanto ao tema ao ordenamento interno brasileiro e respeitá-los. Implica, também em que as normas voltadas à proteção da dignidade em caráter universal devem ser aplicadas no Brasil em caráter prioritário em relação a outras normas"³⁷.

Regra geral, os tratados internacionais comuns ingressam com força de lei ordinária no ordenamento jurídico brasileiro porque somente existe previsão constitucional quanto à possibilidade da equiparação às emendas constitucionais se o tratado abranger matéria de direitos humanos. Antes da emenda alterou o quadro quanto aos tratados de direitos humanos, era o que acontecia, mas isso não significa que tais direitos eram menos importantes devido ao princípio da primazia e ao reconhecimento dos direitos implícitos.

Por seu turno, com o advento da Emenda Constitucional nº 45/04 se introduziu o §3º ao artigo 5º da Constituição Federal, de modo que os tratados internacionais de direitos humanos foram equiparados às emendas constitucionais, desde que houvesse a aprovação do tratado em cada Casa do Congresso Nacional e obtivesse a votação em dois turnos e com três quintos dos votos dos respectivos membros:

*Art. 5º, § 3º, CF. Os **tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos** que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.*

36 VICENTE SOBRINHO, Benedito. **Direitos Fundamentais e Prisão Civil**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.

37 PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. Salvador: JusPodivm, 2009.

Logo, a partir da alteração constitucional, os tratados de direitos humanos que ingressarem no ordenamento jurídico brasileiro, versando sobre matéria de direitos humanos, irão passar por um processo de aprovação semelhante ao da emenda constitucional.

Contudo, há posicionamentos conflituosos quanto à possibilidade de considerar como hierarquicamente constitucional os tratados internacionais de direitos humanos que ingressaram no ordenamento jurídico brasileiro anteriormente ao advento da referida emenda. Tal discussão se deu com relação à prisão civil do depositário infiel, prevista como legal na Constituição e ilegal no Pacto de São José da Costa Rica (tratado de direitos humanos aprovado antes da EC nº 45/04), sendo que o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento pela supralegalidade do tratado de direitos humanos anterior à Emenda (estaria numa posição que paralisaria a eficácia da lei infraconstitucional, mas não revogaria a Constituição no ponto controverso).

7) Tribunal Penal Internacional

Preconiza o artigo 5º, CF em seu § 4º:

Artigo 5º, §4º, CF. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 4.388 de 25 de setembro de 2002. Ele contém 128 artigos e foi elaborado em Roma, no dia 17 de julho de 1998, regendo a competência e o funcionamento deste Tribunal voltado às pessoas responsáveis por crimes de maior gravidade com repercussão internacional (artigo 1º, ETPI).

"Ao contrário da Corte Internacional de Justiça, cuja jurisdição é restrita a Estados, ao Tribunal Penal Internacional compete o processo e julgamento de violações contra indivíduos; e, distintamente dos Tribunais de crimes de guerra da Iugoslávia e de Ruanda, criados para analisarem crimes cometidos durante esses conflitos, sua jurisdição não está restrita a uma situação específica"³⁸.

Resume Mello³⁹: "a Conferência das Nações Unidas sobre a criação de uma Corte Criminal Internacional, reunida em Roma, em 1998, aprovou a referida Corte. Ela é permanente. Tem sede em Haia. A corte tem personalidade internacional. Ela julga: a) crime de genocídio; b) crime contra a humanidade; c) crime de guerra; d) crime de agressão. Para o crime de genocídio usa a definição da convenção de 1948. Como crimes contra a humanidade são citados: assassinato, escravidão, prisão violando as normas internacionais, violação tortura, apartheid, escravidão sexual, prostituição forçada, esterilização, etc. São crimes de guerra: homicídio internacional, destruição de bens não justificada pela guerra, deportação, forçar um prisioneiro a servir nas forças inimigas, etc."

38 NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito Internacional Público & Direito Internacional Privado**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

39 MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

Remédios constitucionais

Remédios constitucionais são as espécies de ações judiciais que visam proteger os direitos fundamentais reconhecidos no texto constitucional quando a declaração e a garantia destes não se mostrar suficiente. Assim, o Poder Judiciário será acionado para sanar o desrespeito a estes direitos fundamentais, servindo cada espécie de ação para uma forma de violação.

1) Habeas corpus

No que tange à disciplina do habeas corpus, prevê a Constituição em seu artigo 5º, LXVIII:

Artigo 5º, LXVIII, CF. Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Trata-se de ação gratuita, nos termos do artigo 5º, LXXVII, CF.

a) Antecedentes históricos: A Magna Carta inglesa, de 1215, foi o primeiro documento a mencionar este remédio e o *Habeas Corpus Act*, de 1679, o regulamentou.

b) Escopo: ação que serve para proteger a liberdade de locomoção. Antes de haver proteção no Brasil por outros remédios constitucionais de direitos que não este, o *habeas-corpus* foi utilizado para protegê-los. Hoje, apenas serve à lesão ou ameaça de lesão ao direito de ir e vir.

c) Natureza jurídica: ação constitucional de cunho predominantemente penal, pois protege o direito de ir e vir e vai contra a restrição arbitrária da liberdade.

d) Espécies: preventivo, para os casos de ameaça de violação ao direito de ir e vir, conferindo-se um "salvo conduto", ou repressivo, para quando ameaça já tiver se materializado.

e) Legitimidade ativa: qualquer pessoa pode manejá-lo, em próprio nome ou de terceiro, bem como o Ministério Público (artigo 654, CPP). Impetrante é o que ingressa com a ação e paciente é aquele que está sendo vítima da restrição à liberdade de locomoção. As duas figuras podem se concentrar numa mesma pessoa.

f) Legitimidade passiva: pessoa física, agente público ou privado.

g) Competência: é determinada pela autoridade coatora, sendo a autoridade imediatamente superior a ela. Ex.: Delegado de Polícia é autoridade coatora, propõe na Vara Criminal Estadual; Juiz de Direito de uma Vara Criminal é a autoridade coatora, impetra no Tribunal de Justiça.

h) Conceito de coação ilegal: encontra-se no artigo 648, CPP:

Artigo 648, CPP. A coação considerar-se-á ilegal: I - quando não houver justa causa; II - quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei; III - quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo; IV - quando houver cessado o motivo que autorizou a coação; V - quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza; VI - quando o processo for manifestamente nulo; VII - quando extinta a punibilidade.

i) Procedimento: regulamentado nos artigos 647 a 667 do Código de Processo Penal.

2) Habeas data

O artigo 5º, LXXII, CF prevê:

Artigo 5º, LXXII, CF. Conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Tal como o *habeas corpus*, trata-se de ação gratuita (artigo 5º, LXXVII, CF).

a) Antecedente histórico: *Freedom of Information Act*, de 1974.

b) Escopo: proteção do acesso a informações pessoais constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, para o conhecimento ou retificação (correção).

c) Natureza jurídica: ação constitucional que tutela o acesso a informações pessoais.

d) Legitimidade ativa: pessoa física, brasileira ou estrangeira, ou por pessoa jurídica, de direito público ou privado, tratando-se de ação personalíssima – os dados devem ser a respeito da pessoa que a propõe.

e) Legitimidade passiva: entidades governamentais da Administração Pública Direta e Indireta nas três esferas, bem como instituições, órgãos, entidades e pessoas jurídicas privadas prestadoras de serviços de interesse público que possuam dados relativos à pessoa do impetrante.

f) Competência: Conforme o caso, nos termos da Constituição, do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "d"), do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, "b"), dos Tribunais Regionais Federais (art. 108, I, "c"), bem como dos juízes federais (art. 109, VIII).

g) Regulamentação específica: Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.

h) Procedimento: artigos 8º a 19 da Lei nº 9.507/1997.

3) Mandado de segurança individual

Dispõe a Constituição no artigo 5º, LXIX:

Artigo 5º, LXIX, CF. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

a) Origem: Veio com a finalidade de preencher a lacuna decorrente da sistemática do *habeas corpus* e das liminares possessórias.

b) Escopo: Trata-se de remédio constitucional com natureza subsidiária pelo qual se busca a invalidação de atos de autoridade ou a suspensão dos efeitos da omissão administrativa, geradores de lesão a direito líquido e certo, por ilegalidade ou abuso de poder. São protegidos todos os direitos líquidos e certos à exceção da proteção de direitos humanos à liberdade de locomoção e ao acesso ou retificação de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ambos sujeitos a instrumentos específicos.

c) Natureza jurídica: ação constitucional de natureza civil, independente da natureza do ato impugnado (administrativo, jurisdicional, eleitoral, criminal, trabalhista).

d) Espécies: preventivo, quando se estiver na iminência de violação a direito líquido e certo, ou reparatório, quando já consumado o abuso/ilegalidade.

e) Direito líquido e certo: é aquele que pode ser demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória, isto devido à natureza célere e sumária do procedimento.

f) Legitimidade ativa: a mais ampla possível, abrangendo não só a pessoa física como a jurídica, nacional ou estrangeira, residente ou não no Brasil, bem como órgãos públicos despersonalizados e universalidades/pessoas formais reconhecidas por lei.

g) Legitimidade passiva: A autoridade coatora deve ser autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Neste viés, o art. 6º, §3º, Lei nº 12.016/09, preceitua que "considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática".

h) Competência: Fixada de acordo com a autoridade coatora.

i) Regulamentação específica: Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009.

j) Procedimento: artigos 6º a 19 da Lei nº 12.016/09.

4) Mandado de segurança coletivo

A Constituição Federal prevê a possibilidade de ingresso com mandado de segurança coletivo, consoante ao artigo 5º, LXX:

Artigo 5º, LXX, CF. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

a) Origem: Constituição Federal de 1988.

b) Escopo: preservação ou reparação de direito líquido e certo relacionado a interesses transindividuais (individuais homogêneos ou coletivos), e devido à questão da legitimidade ativa, pertencente a partidos políticos e determinadas associações.

c) Natureza jurídica: ação constitucional de natureza civil, independente da natureza do ato, de caráter coletivo.

d) Objeto: o objeto do mandado de segurança coletivo são os direitos coletivos e os direitos individuais homogêneos. Tal instituto não se presta à proteção dos direitos difusos, conforme posicionamento amplamente majoritário, já que, dada sua difícil individualização, fica improvável a verificação da ilegalidade ou do abuso do poder sobre tal direito (art. 21, parágrafo único, Lei nº 12.016/09).

e) Legitimidade ativa: como se extrai da própria disciplina constitucional, aliada ao artigo 21 da Lei nº 12.016/09, é de partido político com representação no Congresso Nacional, bem como de organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos que atinjam diretamente seus interesses ou de seus membros.

f) Disciplina específica na Lei nº 12.016/09:

Art. 22, Lei nº 12.016/09. No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

§ 1º O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

§ 2º No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

5) Ação popular

Prevê o artigo 5º, LXXIII, CF:

Artigo 5º, LXXIII, CF. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

a) Origem: Constituição Federal de 1934.

b) Escopo: é instrumento de exercício direto da democracia, permitindo ao cidadão que busque a proteção da coisa pública, ou seja, que vise assegurar a preservação dos interesses transindividuais.

c) Natureza jurídica: trata-se de ação constitucional, que visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

d) Legitimidade ativa: deve ser cidadão, ou seja, aquele nacional que esteja no pleno gozo dos direitos políticos.

e) Legitimidade passiva: ente da Administração Pública, direta ou indireta, ou então pessoa jurídica que de algum modo lide com a coisa pública.

f) Competência: Será fixada de acordo com a origem do ato ou omissão a serem impugnados (artigo 5º, Lei nº 4.717/65).

g) Regulamentação específica: Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.

h) Procedimento: artigos 7º a 19, Lei nº 4.717/65.

6) Mandado de injunção

Regulamenta o artigo 5º, LXXI, CF:

Artigo 5º, LXXI, CF. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

a) Escopo: os dois requisitos constitucionais para que seja proposto o mandado de injunção são a existência de norma constitucional de eficácia limitada que prescreva direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania; além da falta de norma regulamentadores, impossibilitando o exercício dos direitos, liberdades e prerrogativas em questão. Assim, visa curar o hábito que se incutiu no legislador brasileiro de não regulamentar as normas de eficácia limitada para que elas não sejam aplicáveis.

b) Natureza jurídica: ação constitucional que objetiva a regulamentação de normas constitucionais de eficácia limitada.

c) Legitimidade ativa: qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, física ou jurídica, capaz ou incapaz, que titularize direito fundamental não materializável por omissão legislativa do Poder público, bem como o Ministério Público na defesa de seus interesses institucionais. Não se aceita a legitimidade ativa de pessoas jurídicas de direito público.

d) Competência: Supremo Tribunal Federal, quando a elaboração de norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "q", CF); ao Superior Tribunal de Justiça, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos da competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal (art. 105, I, "h", CF); ao Tribunal Superior Eleitoral, quando as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção (art. 121, §4º, V, CF); e aos Tribunais de Justiça Estaduais, frente aos entes a ele vinculados.

e) Procedimento: Regulamentado pela Lei nº 13.300/2016.

Direitos sociais

A Constituição Federal, dentro do Título II, aborda no capítulo II a categoria dos direitos sociais, em sua maioria normas programáticas e que necessitam de uma postura interventiva estatal em prol da implementação.

Os direitos assegurados nesta categoria encontram menção genérica no artigo 6º, CF:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Trata-se de desdobramento da perspectiva do Estado Social de Direito. Em suma, são elencados os direitos humanos de 2ª dimensão, notadamente conhecidos como direitos econômicos, sociais e culturais. Em resumo, os direitos sociais envolvem prestações positivas do Estado (diferente dos de liberdade, que referem-se à postura de abstenção estatal), ou seja, políticas estatais que visem consolidar o princípio da igualdade não apenas formalmente, mas materialmente (tratando os desiguais de maneira desigual).

Por seu turno, embora no capítulo específico do Título II que aborda os direitos sociais não se perceba uma intensa regulamentação destes, à exceção dos direitos trabalhistas, o Título VIII da Constituição Federal, que aborda a ordem social, se concentra em trazer normativas mais detalhadas a respeito de direitos indicados como sociais.

1) Igualdade material e efetivação dos direitos sociais

Independentemente da categoria de direitos que esteja sendo abordada, a igualdade nunca deve aparecer num sentido meramente formal, mas necessariamente material. Significa que discriminações indevidas são proibidas, mas existem certas distinções que não só devem ser aceitas, como também se mostram essenciais.

No que tange aos direitos sociais percebe-se que a igualdade material assume grande relevância. Afinal, esta categoria de direitos pressupõe uma postura ativa do Estado em prol da efetivação. Nem todos podem arcar com suas despesas de saúde, educação, cultura, alimentação e moradia, assim como nem todos se encontram na posição de explorador da mão-de-obra, sendo a grande maioria da população de explorados. Estas pessoas estão numa clara posição de desigualdade e caberá ao Estado cuidar para que progressivamente atinjam uma posição de igualdade real, já que não é por conta desta posição desfavorável que se pode afirmar que são menos dignos, menos titulares de direitos fundamentais.

Logo, a efetivação dos direitos sociais é uma meta a ser alcançada pelo Estado em prol da consolidação da igualdade material. Sendo assim, o Estado buscará o crescente aperfeiçoamento da oferta de serviços públicos com qualidade para que todos os nacionais tenham garantidos seus direitos fundamentais de segunda dimensão da maneira mais plena possível.

Há se ressaltar também que o Estado não possui apenas um papel direto na promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, mas também um indireto, quando por meio de sua gestão permite que os indivíduos adquiram condições para sustentarem suas necessidades pertencentes a esta categoria de direitos.

2) Reserva do possível e mínimo existencial

Os direitos sociais serão concretizados gradualmente, notadamente porque estão previstos em normas programáticas e porque a implementação deles gera um ônus para o Estado. Diferentemente dos direitos individuais, que dependem de uma postura de abstenção estatal, os direitos sociais precisam que o Estado assuma um papel ativo em prol da efetivação destes.

A previsão excessiva de direitos sociais no bojo de uma Constituição, a despeito de um instante bem-intencionado de palavras promovido pelo constituinte, pode levar à negativa, paradoxal – e, portanto, inadmissível – consequência de uma Carta Magna cujas finalidades não condigam com seus próprios prescritos, fato que deslegitima o Poder Público como determinador de que particulares respeitem os direitos fundamentais, já que sequer eles próprios, os administradores, conseguem cumprir o que consta de seu Estatuto Máximo⁴⁰.

⁴⁰ LAZARI, Rafael José Nadim de. **Reserva do possível e mínimo existencial:** a pretensão de eficácia da norma constitucional em

Tecnicamente, nos direitos sociais é possível invocar a cláusula da reserva do possível como argumento para a não implementação de determinado direito social – seja pela absoluta ausência de recursos (reserva do possível fática), seja pela ausência de previsão orçamentária nos termos do artigo 167, CF (reserva do possível jurídica).

O Ministro Celso de Mello afirmou em julgamento que os direitos sociais “não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado”⁴¹.

Sendo assim, a invocação da cláusula da reserva do possível, embora viável, não pode servir de muleta para que o Estado não arque com obrigações básicas. Neste viés, geralmente, quando invocada a cláusula é afastada, entendendo o Poder Judiciário que não cabe ao Estado se eximir de garantir direitos sociais com o simples argumento de que não há orçamento específico para isso – ele deveria ter reservado parcela suficiente de suas finanças para atender esta demanda.

Com efeito, deve ser preservado o mínimo existencial, que tem por fulcro limitar a discricionariedade político-administrativa e estabelecer diretrizes orçamentárias básicas a serem seguidas, sob pena de caber a intervenção do Poder Judiciário em prol de sua efetivação.

3) Princípio da proibição do retrocesso

Proibição do retrocesso é a impossibilidade de que uma conquista garantida na Constituição Federal sofra um retrocesso, de modo que um direito social garantido não pode deixar de o ser.

Conforme jurisprudência, a proibição do retrocesso deve ser tomada com reservas, até mesmo porque segundo entendimento predominante as normas do artigo 7º, CF não são cláusula pétrea, sendo assim passíveis de alteração. Se for alterada normativa sobre direito trabalhista assegurado no referido dispositivo, não sendo o prejuízo evidente, entende-se válida (por exemplo, houve alteração do prazo prescricional diferenciado para os trabalhadores agrícolas). O que, em hipótese alguma, pode ser aceito é um retrocesso evidente, seja excluindo uma categoria de direitos (ex.: abolir o Sistema Único de Saúde), seja diminuindo sensivelmente a abrangência da proteção (ex.: excluindo o ensino médio gratuito).

Questão polêmica se refere à proibição do retrocesso: se uma decisão judicial melhorar a efetivação de um direito social, ela se torna vinculante e é impossível ao legislador alterar a Constituição para retirar este avanço? Por um lado, a proibição do retrocesso merece ser tomada em conceito amplo, abrangendo inclusive decisões judiciais; por outro lado, a decisão judicial não tem por fulcro alterar a norma, o que somente é feito pelo legislador, e ele teria o direito de prever que aquela decisão judicial não está incorporada na proibição do retrocesso. A questão é polêmica e não há entendimento dominante.

face da realidade. Curitiba: Juruá, 2012, p. 56-57.

41 RTJ 175/1212-1213, Rel. Min. CELSO DE MELLO.

4) Direito individual do trabalho

O artigo 7º da Constituição enumera os direitos individuais dos trabalhadores urbanos e rurais. São os direitos individuais tipicamente trabalhistas, mas que não excluem os demais direitos fundamentais (ex.: honra é um direito no espaço de trabalho, sob pena de se incidir em prática de assédio moral).

Artigo 7º, I, CF. Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

Significa que a demissão, se não for motivada por justa causa, assegura ao trabalhador direitos como indenização compensatória, entre outros, a serem arcados pelo empregador.

Artigo 7º, II, CF. Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

Sem prejuízo de eventual indenização a ser recebida do empregador, o trabalhador que fique involuntariamente desempregado – entendendo-se por desemprego involuntário o que tenha origem num acordo de cessação do contrato de trabalho – tem direito ao seguro-desemprego, a ser arcado pela previdência social, que tem o caráter de assistência financeira temporária.

Artigo 7º, III, CF. Fundo de garantia do tempo de serviço.

Foi criado em 1967 pelo Governo Federal para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. O FGTS é constituído de contas vinculadas, abertas em nome de cada trabalhador, quando o empregador efetua o primeiro depósito. O saldo da conta vinculada é formado pelos depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8,0% do salário pago ao empregado, acrescido de atualização monetária e juros. Com o FGTS, o trabalhador tem a oportunidade de formar um patrimônio, que pode ser sacado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou da aposentadoria e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves.

Artigo 7º, IV, CF. Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Trata-se de uma visível norma programática da Constituição que tem por pretensão um salário mínimo que atenda a todas as necessidades básicas de uma pessoa e de sua família. Em pesquisa que tomou por parâmetro o preceito constitucional, detectou-se que “o salário mínimo do trabalhador brasileiro deveria ter sido de R\$ 2.892,47 em abril para que ele suprisse suas necessidades básicas e da família, segundo estudo divulgado nesta terça-feira, 07, pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)”⁴².

42 <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/salario-mini>

*Artigo 7º, V, CF. **Piso salarial** proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.*

Cada trabalhador, dentro de sua categoria de emprego, seja ele professor, comerciário, metalúrgico, bancário, construtor civil, enfermeiro, recebe um salário base, chamado de Piso Salarial, que é sua garantia de recebimento dentro de seu grau profissional. O Valor do Piso Salarial é estabelecido em conformidade com a data base da categoria, por isso ele é definido em conformidade com um acordo, ou ainda com um entendimento entre patrão e trabalhador.

*Artigo 7º, VI, CF. **Irredutibilidade do salário**, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.*

O salário não pode ser reduzido, a não ser que anão redução implique num prejuízo maior, por exemplo, demissão em massa durante uma crise, situações que devem ser negociadas em convenção ou acordo coletivo.

*Artigo 7º, VII, CF. **Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo**, para os que percebem remuneração variável.*

O salário mínimo é direito de todos os trabalhadores, mesmo daqueles que recebem remuneração variável (ex.: baseada em comissões por venda e metas);

*Artigo 7º, VIII, CF. **Décimo terceiro salário** com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.*

Também conhecido como gratificação natalina, foi instituída no Brasil pela Lei nº 4.090/1962 e garante que o trabalhador receba o correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração por mês trabalhado, ou seja, consiste no pagamento de um salário extra ao trabalhador e ao aposentado no final de cada ano.

*Artigo 7º, IX, CF. Remuneração do **trabalho noturno** superior à do diurno.*

O adicional noturno é devido para o trabalho exercido durante a noite, de modo que cada hora noturna sofre a redução de 7 minutos e 30 segundos, ou ainda, é feito acréscimo de 12,5% sobre o valor da hora diurna. Considera-se noturno, nas atividades urbanas, o trabalho realizado entre as 22:00 horas de um dia às 5:00 horas do dia seguinte; nas atividades rurais, é considerado noturno o trabalho executado na lavoura entre 21:00 horas de um dia às 5:00 horas do dia seguinte; e na pecuária, entre 20:00 horas às 4:00 horas do dia seguinte.

*Artigo 7º, X, CF. **Proteção do salário** na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.*

Quanto ao possível crime de retenção de salário, não há no Código Penal brasileiro uma norma que determina a ação de retenção de salário como crime. Apesar do artigo 7º, X, CF dizer que é crime a retenção dolosa de salário, o dispositivo é norma de eficácia limitada, pois depende de lei ordinária, ainda mais porque qualquer norma penal incriminadora é regida pela legalidade estrita (artigo 5º, XXXIX, CF).

mo-deveria-ter-sido-de-r-2-892-47-em-abril

*Artigo 7º, XI, CF. **Participação nos lucros, ou resultados**, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.*

A Participação nos Lucros e Resultado (PLR), que é conhecida também por Programa de Participação nos Resultados (PPR), está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Ela funciona como um bônus, que é ofertado pelo empregador e negociado com uma comissão de trabalhadores da empresa. A CLT não obriga o empregador a fornecer o benefício, mas propõe que ele seja utilizado.

*Artigo 7º, XII, CF. **Salário-família** pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.*

Salário-família é o benefício pago na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados de qualquer condição até a idade de quatorze anos ou inválido de qualquer idade, independente de carência e desde que o salário-de-contribuição seja inferior ou igual ao limite máximo permitido. De acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 19, de 10/01/2014, valor do salário-família será de R\$ 35,00, por filho de até 14 anos incompletos ou inválido, para quem ganhar até R\$ 682,50. Já para o trabalhador que receber de R\$ 682,51 até R\$ 1.025,81, o valor do salário-família por filho de até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade será de R\$ 24,66.

*Artigo 7º, XIII, CF. duração do trabalho normal não superior a **oito horas diárias e quarenta e quatro semanais**, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.*

*Artigo 7º, XVI, CF. Remuneração do **serviço extraordinário** superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.*

A legislação trabalhista vigente estabelece que a duração normal do trabalho, salvo os casos especiais, é de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, no máximo. Todavia, poderá a jornada diária de trabalho dos empregados maiores ser acrescida de horas suplementares, em número não excedentes a duas, no máximo, para efeito de serviço extraordinário, mediante acordo individual, acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa. Excepcionalmente, ocorrendo necessidade imperiosa, poderá ser prorrogada além do limite legalmente permitido. A remuneração do serviço extraordinário, desde a promulgação da Constituição Federal, deverá constar, obrigatoriamente, do acordo, convenção ou sentença normativa, e será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

*Artigo 7º, XIV, CF. Jornada de **seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento**, salvo negociação coletiva.*

O constituinte ao estabelecer jornada máxima de 6 horas para os turnos ininterruptos de revezamento, expressamente ressaltando a hipótese de negociação coletiva, objetivou prestigiar a atuação da entidade sindical. Entretanto, a jurisprudência evoluiu para uma interpretação restritiva de seu teor, tendo como parâmetro o fato de que o trabalho em turnos ininterruptos é por demais desgastante, penoso, além de trazer malefícios de ordem fisiológica para o trabalhador, inclusive distúrbios no âmbito psicossocial já que dificulta o convívio em sociedade e com a própria família.

*Artigo 7º, XV, CF. **Repouso semanal remunerado**, preferencialmente aos **domingos**.*

O Descanso Semanal Remunerado é de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, devendo ser concedido preferencialmente aos domingos, sendo garantido a todo trabalhador urbano, rural ou doméstico. Havendo necessidade de trabalho aos domingos, desde que previamente autorizados pelo Ministério do Trabalho, aos trabalhadores é assegurado pelo menos um dia de repouso semanal remunerado coincidente com um domingo a cada período, dependendo da atividade (artigo 67, CLT).

*Artigo 7º, XVII, CF. Gozo de **férias anuais remuneradas** com, pelo menos, um **terço** a mais do que o salário normal.*

O salário das férias deve ser superior em pelo menos um terço ao valor da remuneração normal, com todos os adicionais e benefícios aos quais o trabalhador tem direito. A cada doze meses de trabalho – denominado período aquisitivo – o empregado terá direito a trinta dias corridos de férias, se não tiver faltado injustificadamente mais de cinco vezes ao serviço (caso isso ocorra, os dias das férias serão diminuídos de acordo com o número de faltas).

*Artigo 7º, XVIII, CF. **Licença à gestante**, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de **cento e vinte dias**.*

O salário da trabalhadora em licença é chamado de salário-maternidade, é pago pelo empregador e por ele descontado dos recolhimentos habituais devidos à Previdência Social. A trabalhadora pode sair de licença a partir do último mês de gestação, sendo que o período de licença é de 120 dias. A Constituição também garante que, do momento em que se confirma a gravidez até cinco meses após o parto, a mulher não pode ser demitida.

*Artigo 7º, XIX, CF. **Licença-paternidade**, nos termos fixados em lei.*

O homem tem direito a 5 dias de licença-paternidade para estar mais próximo do bebê recém-nascido e ajudar a mãe nos processos pós-operatórios.

*Artigo 7º, XX, CF. Proteção do **mercado de trabalho da mulher**, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.*

Embora as mulheres sejam maioria na população de 10 anos ou mais de idade, elas são minoria na população ocupada, mas estão em maioria entre os desocupados. Acrescenta-se ainda, que elas são maioria também na população não economicamente ativa. Além disso, ainda há relevante diferença salarial entre homens e mulheres, sendo que os homens recebem mais porque os empregadores entendem que eles necessitam de um salário maior para manter a família. Tais disparidades colocam em evidência que o mercado de trabalho da mulher deve ser protegido de forma especial.

*Artigo 7º, XXI, CF. **Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço**, sendo no mínimo de **trinta dias**, nos termos da lei.*

Nas relações de emprego, quando uma das partes deseja rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho por prazo indeterminado, deverá, antecipadamente, notificar à outra parte, através do aviso prévio. O aviso prévio tem por finalidade evitar a surpresa na ruptura do contrato de trabalho, possibilitando ao empregador o preenchimento do cargo vago e ao empregado uma nova colocação no mercado de trabalho, sendo que o aviso prévio pode ser trabalhado ou indenizado.

*Artigo 7º, XXII, CF. **Redução dos riscos** inerentes ao trabalho, por meio de normas de **saúde, higiene e segurança**.*

Trata-se ao direito do trabalhador a um meio ambiente do trabalho salubre. Fiorillo⁴³ destaca que o equilíbrio do meio ambiente do trabalho está sedimentado na salubridade e na ausência de agentes que possam comprometer a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores.

*Artigo 7º, XXIII, CF. **Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas**, na forma da lei.*

Penoso é o trabalho acerbado, árduo, amargo, difícil, molesto, trabalhoso, incômodo, laborioso, doloroso, rude, que não é perigoso ou insalubre, mas penoso, exigindo atenção e vigilância acima do comum. Ainda não há na legislação específica previsão sobre o adicional de penosidade.

São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem excesso de limites de tolerância para: ruído contínuo ou intermitente, ruídos de impacto, exposição ao calor e ao frio, radiações, certos agentes químicos e biológicos, vibrações, umidade, etc. O exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário base do empregado (súmula 228 do TST), ou previsão mais benéfica em Convenção Coletiva de Trabalho, equivalente a 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo; 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio; 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

43 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 21.

O adicional de periculosidade é um valor devido ao empregado exposto a atividades perigosas. São consideradas atividades ou operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; e a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. O valor do adicional de periculosidade será o salário do empregado acrescido de 30%, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

O Tribunal Superior do Trabalho ainda não tem entendimento unânime sobre a possibilidade de cumulação destes adicionais.

*Artigo 7º, XXIV, CF. **Aposentadoria.***

A aposentadoria é um benefício garantido a todo trabalhador brasileiro que pode ser usufruído por aquele que tenha contribuído ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pelos prazos estipulados nas regras da Previdência Social e tenha atingido as idades mínimas previstas. Aliás, o direito à previdência social é considerado um direito social no próprio artigo 6º, CF.

*Artigo 7º, XXV, CF. **Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.***

Todo estabelecimento com mais de 30 funcionárias com mais de 16 anos tem a obrigação de oferecer um espaço físico para que as mães deixem o filho de 0 a 6 meses, enquanto elas trabalham. Caso não ofereçam esse espaço aos bebês, a empresa é obrigada a dar auxílio-creche a mulher para que ela pague uma creche para o bebê de até 6 meses. O valor desse auxílio será determinado conforme negociação coletiva na empresa (acordo da categoria ou convenção). A empresa que tiver menos de 30 funcionárias registradas não tem obrigação de conceder o benefício. É facultativo (ela pode oferecer ou não). Existe a possibilidade de o benefício ser estendido até os 6 anos de idade e incluir o trabalhador homem. A duração do auxílio-creche e o valor envolvido variarão conforme negociação coletiva na empresa.

*Artigo 7º, XXVI, CF. **Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.***

Neste dispositivo se funda o direito coletivo do trabalho, que encontra regulamentação constitucional nos artigos 8º a 11 da Constituição. Pelas convenções e acordos coletivos, entidades representativas da categoria dos trabalhadores entram em negociação com as empresas na defesa dos interesses da classe, assegurando o respeito aos direitos sociais;

*Artigo 7º, XXVII, CF. **Proteção em face da automação, na forma da lei.***

Trata-se da proteção da substituição da máquina pelo homem, que pode ser feita, notadamente, qualificando o profissional para exercer trabalhos que não possam ser desempenhados por uma máquina (ex.: se criada uma máquina que substitui o trabalhador, deve ser ele qualificado para que possa operá-la).

*Artigo 7º, XXVIII, CF. **Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.***

Atualmente, é a Lei nº 8.213/91 a responsável por tratar do assunto e em seus artigos 19, 20 e 21 apresenta a definição de doenças e acidentes do trabalho. Não se trata de legislação específica sobre o tema, mas sim de uma norma que dispõe sobre as modalidades de benefícios da previdência social. Referida Lei, em seu artigo 19 da preceitua que acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) é uma contribuição com natureza de tributo que as empresas pagam para custear benefícios do INSS oriundos de acidente de trabalho ou doença ocupacional, cobrindo a aposentadoria especial. A alíquota normal é de um, dois ou três por cento sobre a remuneração do empregado, mas as empresas que expõem os trabalhadores a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos precisam pagar adicionais diferenciados. Assim, quanto maior o risco, maior é a alíquota, mas atualmente o Ministério da Previdência Social pode alterar a alíquota se a empresa investir na segurança do trabalho.

Neste sentido, nada impede que a empresa seja responsabilizada pelos acidentes de trabalho, indenizando o trabalhador. Na atualidade entende-se que a possibilidade de cumulação do benefício previdenciário, assim compreendido como prestação garantida pelo Estado ao trabalhador acidentado (responsabilidade objetiva) com a indenização devida pelo empregador em caso de culpa (responsabilidade subjetiva), é pacífica, estando amplamente difundida na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho;

*Artigo 7º, XXIX, CF. **Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.***

Prescrição é a perda da pretensão de buscar a tutela jurisdicional para assegurar direitos violados. Sendo assim, há um período de tempo que o empregado tem para requerer seu direito na Justiça do Trabalho. A prescrição trabalhista é sempre de 2 (dois) anos a partir do término do contrato de trabalho, atingindo as parcelas relativas aos 5 (cinco) anos anteriores, ou de 05 (cinco) anos durante a vigência do contrato de trabalho.

*Artigo 7º, XXX, CF. Proibição de **diferença de salários**, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de **sexo, idade, cor ou estado civil**.*

Há uma tendência de se remunerar melhor homens brancos na faixa dos 30 anos que sejam casados, sendo patente a diferença remuneratória para com pessoas de diferente etnia, faixa etária ou sexo. Esta distinção atenta contra o princípio da igualdade e não é aceita pelo constituinte, sendo possível inclusive invocar a equiparação salarial judicialmente.

*Artigo 7º, XXXI, CF. Proibição de qualquer **discriminação** no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador **portador de deficiência**.*

A pessoa portadora de deficiência, dentro de suas limitações, possui condições de ingressar no mercado de trabalho e não pode ser preterida meramente por conta de sua deficiência.

*Artigo 7º, XXXII, CF. Proibição de **distinção** entre trabalho **manual, técnico e intelectual** ou entre os profissionais respectivos.*

Os trabalhos manuais, técnicos e intelectuais são igualmente relevantes e contribuem todos para a sociedade, não cabendo a desvalorização de um trabalho apenas por se enquadrar numa ou outra categoria.

*Artigo 7º, XXXIII, CF. proibição de **trabalho noturno, perigoso ou insalubre** a **menores de dezoito** e de **qualquer trabalho a menores de dezesseis** anos, salvo na condição de **aprendiz**, a partir de quatorze anos.*

Trata-se de norma protetiva do adolescente, estabelecendo-se uma idade mínima para trabalho e proibindo-se o trabalho em condições desfavoráveis.

*Artigo 7º, XXXIV, CF. Igualdade de direitos entre o trabalhador com **vínculo empregatício permanente** e o **trabalhador avulso**.*

Avulso é o trabalhador que presta serviço a várias empresas, mas é contratado por sindicatos e órgãos gestores de mão-de-obra, possuindo os mesmos direitos que um trabalhador com vínculo empregatício permanente.

A Emenda Constitucional nº 72/2013, conhecida como PEC das domésticas, deu nova redação ao parágrafo único do artigo 7º:

*Artigo 7º, parágrafo único, CF. São assegurados à categoria dos **trabalhadores domésticos** os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.*

5) Direito coletivo do trabalho

Os artigos 8º a 11 trazem os direitos sociais coletivos dos trabalhadores, que são os exercidos pelos trabalhadores, coletivamente ou no interesse de uma coletividade, quais sejam: associação profissional ou sindical, greve, substituição processual, participação e representação classista⁴⁴.

A liberdade de associação profissional ou sindical tem escopo no artigo 8º, CF:

*Art. 8º, CF. É **livre a associação profissional ou sindical**, observado o seguinte:*

*I - a lei **não poderá exigir autorização do Estado** para a fundação de **sindicato**, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;*

*II - é vedada a criação de mais de uma **organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica**, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;*

*III - ao sindicato cabe a **defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria**, inclusive em questões judiciais ou administrativas;*

*IV - a assembleia geral fixará a **contribuição** que, em se tratando de categoria profissional, será **descontada em folha**, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;*

*V - ninguém será obrigado a **filiar-se ou a manter-se filiado** a sindicato;*

*VI - é **obrigatória a participação** dos sindicatos nas **negociações coletivas** de trabalho;*

*VII - o **aposentado filiado** tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;*

*VIII - é vedada a **dispensa do empregado sindicalizado** a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.*

*Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de **sindicatos rurais e de colônias de pescadores**, atendidas as condições que a lei estabelecer.*

O direito de greve, por seu turno, está previsto no artigo 9º, CF:

*Art. 9º É assegurado o **direito de greve**, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.*

*§ 1º A lei definirá os **serviços ou atividades essenciais** e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.*

*§ 2º Os **abusos** cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.*

⁴⁴ LENZA, Pedro. **Curso de direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

A respeito, conferir a Lei nº 7.783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Enquanto não for disciplinado o direito de greve dos servidores públicos, esta é a legislação que se aplica, segundo o STF.

O direito de participação é previsto no artigo 10, CF:

*Artigo 10, CF. É assegurada a **participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos** em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.*

Por fim, aborda-se o direito de representação classista no artigo 11, CF:

*Artigo 11, CF. Nas empresas de mais de **duzentos** empregados, é assegurada a **eleição de um representante** destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.*

Nacionalidade

O capítulo III do Título II aborda a nacionalidade, que vem a ser corolário dos direitos políticos, já que somente um nacional pode adquirir direitos políticos.

Nacionalidade é o **vínculo jurídico-político** que **liga um indivíduo a determinado Estado**, fazendo com que ele passe a integrar o povo daquele Estado, desfrutando assim de direitos e obrigações.

Povo é o conjunto de nacionais. Por seu turno, povo não é a mesma coisa que população. População é o conjunto de pessoas residentes no país – inclui o povo, os estrangeiros residentes no país e os apátridas.

1) Nacionalidade como direito humano fundamental

Os direitos humanos internacionais são completamente contrários à ideia do apátrida – ou *heimatlos* –, que é o indivíduo que não possui o vínculo da nacionalidade com nenhum Estado. Logo, a nacionalidade é um direito da pessoa humana, o qual não pode ser privado de forma arbitrária. Não há privação arbitrária quando respeitados os critérios legais previstos no texto constitucional no que tange à perda da nacionalidade. Em outras palavras, o constituinte brasileiro não admite a figura do apátrida.

Contudo, é exatamente por ser um direito que a nacionalidade não pode ser uma obrigação, garantindo-se à pessoa o direito de deixar de ser nacional de um país e passar a sê-lo de outro, mudando de nacionalidade, por um processo conhecido como naturalização.

Prevê a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 15: "I) Todo homem tem direito a uma nacionalidade. II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade".

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos aprofunda-se em meios para garantir que toda pessoa tenha uma nacionalidade desde o seu nascimento ao adotar o critério do *jus solis*, explicitando que ao menos a pessoa terá a nacionalidade do território onde nasceu, quando não tiver direito a outra nacionalidade por previsões legais diversas.

"Nacionalidade é um direito fundamental da pessoa humana. Todos a ela têm direito. A nacionalidade de um indivíduo não pode ficar ao mero capricho de um governo, de um governante, de um poder despótico, de decisões unilaterais, concebidas sem regras prévias, sem o contraditório, a defesa, que são princípios fundamentais de todo sistema jurídico que se pretenda democrático. A questão não pode ser tratada com relativismos, uma vez que é muito séria"⁴⁵.

Não obstante, tem-se no âmbito constitucional e internacional a previsão do **direito de asilo**, consistente no direito de buscar abrigo em outro país quando naquele do qual for nacional estiver sofrendo alguma perseguição. Tal perseguição não pode ter motivos legítimos, como a prática de crimes comuns ou de atos atentatórios aos princípios das Nações Unidas, o que subverteria a própria finalidade desta proteção. Em suma, o que se pretende com o direito de asilo é evitar a consolidação de ameaças a direitos humanos de uma pessoa por parte daqueles que deveriam protegê-los – isto é, os governantes e os entes sociais como um todo –, e não proteger pessoas que justamente cometeram tais violações.

2) Naturalidade e naturalização

O artigo 12 da Constituição Federal estabelece quem são os nacionais brasileiros, dividindo-os em duas categorias: natos e naturalizados. Percebe-se que naturalidade é diferente de nacionalidade – naturalidade é apenas o local de nascimento, nacionalidade é um efetivo vínculo com o Estado.

Uma pessoa pode ser considerada nacional brasileira tanto por ter nascido no território brasileiro quanto por voluntariamente se naturalizar como brasileiro, como se percebe no teor do artigo 12, CF. O estrangeiro, num conceito tomado à base de exclusão, é todo aquele que não é nacional brasileiro.

a) Brasileiros natos

Art. 12, CF. São **brasileiros**:

I - **natos**:

a) os **nascidos na República Federativa do Brasil**, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no **estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira**, desde que qualquer deles esteja a **serviço da República Federativa do Brasil**;

c) os nascidos no **estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira**, desde que sejam **registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira**.

45 VALVERDE, Thiago Pellegrini. Comentários aos artigos XV e XVI. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 87-88.

Tradicionalmente, são possíveis dois critérios para a atribuição da nacionalidade primária – nacional nato –, notadamente: *ius soli*, direito de solo, o nacional nascido em território do país independentemente da nacionalidade dos pais; e *ius sanguinis*, direito de sangue, que não depende do local de nascimento mas sim da descendência de um nacional do país (critério comum em países que tiveram êxodo de imigrantes).

O brasileiro nato, primeiramente, é aquele que nasce no território brasileiro – critério do *ius soli*, ainda que filho de pais estrangeiros, desde que não sejam estrangeiros que estejam a serviço de seu país ou de organismo internacional (o que geraria um conflito de normas). Contudo, também é possível ser brasileiro nato ainda que não se tenha nascido no território brasileiro.

No entanto, a Constituição reconhece o brasileiro nato também pelo critério do *ius sanguinis*. Se qualquer dos pais estiver a serviço do Brasil, é considerado brasileiro nato, mesmo que nasça em outro país. Se qualquer dos pais não estiver a serviço do Brasil e a pessoa nascer no exterior é exigido que o nascido do exterior venha ao território brasileiro e aqui resida ou que tenha sido registrado em repartição competente, caso em que poderá, aos 18 anos, manifestar-se sobre desejar permanecer com a nacionalidade brasileira ou não.

b) Brasileiros naturalizados

Art. 12, CF. São **brasileiros**: [...]

II - **naturalizados**:

a) os que, na forma da lei, **adquiram a nacionalidade brasileira**, exigidas aos originários de **países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral**;

b) os **estrangeiros de qualquer nacionalidade**, residentes na República Federativa do Brasil há mais de **quinze anos ininterruptos e sem condenação penal**, desde que **requeiram a nacionalidade brasileira**.

A naturalização deve ser voluntária e expressa.

O Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815/1980, rege a questão da naturalização em mais detalhes, prevendo no artigo 112:

Art. 112, Lei nº 6.815/1980. São condições para a concessão da naturalização:

I - capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - ser registrado como permanente no Brasil;

III - **residência contínua** no território nacional, pelo **prazo mínimo de quatro anos**, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

IV - ler e escrever a língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando;

V - exercício de profissão ou posse de bens suficientes à manutenção própria e da família;

VI - bom procedimento;

VII - inexistência de denúncia, pronúncia ou condenação no Brasil ou no exterior por crime doloso a que seja cominada pena mínima de prisão, abstratamente considerada, superior a 1 (um) ano; e

VIII - boa saúde.

Destaque vai para o requisito da residência contínua. Em regra, o estrangeiro precisa residir no país por 4 anos contínuos, conforme o inciso III do referido artigo 112. No entanto, por previsão constitucional do artigo 12, II, "a", se o estrangeiro foi originário de país com língua portuguesa o prazo de residência contínua é reduzido para 1 ano. Daí se afirmar que o constituinte estabeleceu a naturalização ordinária no artigo 12, II, "b" e a naturalização extraordinária no artigo 12, II, "a".

Outra diferença sensível é que à naturalização ordinária se aplica o artigo 121 do Estatuto do Estrangeiro, segundo o qual "a satisfação das condições previstas nesta Lei não assegura ao estrangeiro direito à naturalização". Logo, na naturalização ordinária não há direito subjetivo à naturalização, mesmo que preenchidos todos os requisitos. Trata-se de ato discricionário do Ministério da Justiça. O mesmo não vale para a naturalização extraordinária, quando há direito subjetivo, cabendo inclusive a busca do Poder Judiciário para fazê-lo valer⁴⁶.

c) Tratamento diferenciado

A regra é que todo nacional brasileiro, seja ele nato ou naturalizado, deverá receber o mesmo tratamento. Neste sentido, o artigo 12, § 2º, CF:

Artigo 12, §2º, CF. A lei não poderá estabelecer **distinção entre brasileiros natos e naturalizados**, salvo nos casos previstos nesta **Constituição**.

Percebe-se que a Constituição simultaneamente estabelece a não distinção e se reserva ao direito de estabelecer as hipóteses de distinção.

Algumas destas hipóteses de distinção já se encontram enumeradas no parágrafo seguinte.

Artigo 12, § 3º, CF. São **privativos de brasileiro nato** os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas;

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

A lógica do dispositivo é a de que qualquer pessoa no exercício da presidência da República ou de cargo que possa levar a esta posição provisoriamente deve ser natural do país (ausente o Presidente da República, seu vice-presidente desempenha o cargo; ausente este assume o Presidente da Câmara; também este ausente, em seguida, exerce o cargo o Presidente do Senado; e, por fim, o Presidente do Supremo pode assumir a presidência na ausência dos anteriores – e como o Presidente do Supremo é escolhido num critério de revezamento nenhum membro pode ser naturalizado); ou a de que o cargo ocupado possui forte impacto em termos de representação do país ou de segurança nacional.

⁴⁶ FARIA, Cássio Juvenal. Notas pessoais tomadas em teleconferência.

Outras exceções são: não aceitação, em regra, de brasileiro naturalizado como membro do Conselho da República (artigos 89 e 90, CF); impossibilidade de ser proprietário de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e imagens, salvo se já naturalizado há 10 anos (artigo 222, CF); possibilidade de extradição do brasileiro naturalizado que tenha praticado crime comum antes da naturalização ou, depois dela, crime de tráfico de drogas (artigo 5º, LI, CF).

3) Quase-nacionalidade: caso dos portugueses

Nos termos do artigo 12, § 1º, CF:

Artigo 12, §1º, CF. Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

É uma regra que só vale se os brasileiros receberem o mesmo tratamento, questão regulamentada pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em 22 de abril de 2000 (Decreto nº 3.927/2001).

As vantagens conferidas são: igualdade de direitos civis, não sendo considerado um estrangeiro; gozo de direitos políticos se residir há 3 anos no país, autorizando-se o alistamento eleitoral. No caso de exercício dos direitos políticos nestes moldes, os direitos desta natureza ficam suspensos no outro país, ou seja, não exerce simultaneamente direitos políticos nos dois países.

4) Perda da nacionalidade

Artigo 12, § 4º, CF. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:

a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;

b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

A respeito do inciso I do §4º do artigo 12, a Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949 regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade, e a perda dos direitos políticos. No processo deve ser respeitado o contraditório e a iniciativa de propositura é do Procurador da República.

No que tange ao inciso II do parágrafo em estudo, percebe-se a aceitação da figura do polipátrida. Na alínea "a" aceita-se que a pessoa tenha nacionalidade brasileira e outra se ao seu nascimento tiver adquirido simultaneamente a nacionalidade do Brasil e outro país; na alínea "b" é reconhecida a mesma situação se a aquisição da nacionalidade do outro país for uma exigência para continuar lá permanecendo ou exercendo seus direitos civis, pois se assim não o fosse o brasileiro seria forçado a optar por uma nacionalidade e, provavelmente, se ver privado da nacionalidade brasileira.

5) Deportação, expulsão e entrega

A **deportação** representa a devolução compulsória de um estrangeiro que tenha entrado ou esteja de forma irregular no território nacional, estando prevista na Lei nº 6.815/1980, em seus artigos 57 e 58. Neste caso, não houve prática de qualquer ato nocivo ao Brasil, havendo, pois, mera irregularidade de visto.

A **expulsão** é a retirada "à força" do território brasileiro de um estrangeiro que tenha praticado atos tipificados no artigo 65 e seu parágrafo único, ambos da Lei nº 6.815/1980:

Art. 65, Lei nº 6.815/1980. É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.

Parágrafo único. É passível, também, de expulsão o estrangeiro que:

a) praticar fraude a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil;

b) havendo entrado no território nacional com infração à lei, dele não se retirar no prazo que lhe for determinado para fazê-lo, não sendo aconselhável a deportação;

c) entregar-se à vadiagem ou à mendicância; ou

d) desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro.

A **entrega** (ou *surrender*) consiste na submissão de um nacional a um tribunal internacional do qual o próprio país faz parte. É o que ocorreria, por exemplo, se o Brasil entregasse um brasileiro para julgamento pelo Tribunal Penal Internacional (competência reconhecida na própria Constituição no artigo 5º, §4º).

6) Extradicação

A extradicação é ato diverso da deportação, da expulsão e da entrega. Extradicação é um ato de cooperação internacional que consiste na entrega de uma pessoa, acusada ou condenada por um ou mais crimes, ao país que a reclama. O Brasil, sob hipótese alguma, extraditará brasileiros natos mas quanto aos naturalizados assim permite caso tenham praticado crimes comuns (exceto crimes políticos e/ou de opinião) antes da naturalização, ou, mesmo depois da naturalização, em caso de envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes (artigo 5º, LI e LII, CF).

Aplicam-se os seguintes princípios à extradicação:

a) Princípio da Especialidade: Significa que o estrangeiro só pode ser julgado pelo Estado requerente pelo crime objeto do pedido de extradicação. O importante é que o extraditado só seja submetido às penas relativas aos crimes que foram objeto do pedido de extradicação.

b) Princípio da Dupla Punibilidade: O fato praticado deve ser punível no Estado requerente e no Brasil. Logo, além do fato ser típico em ambos os países, deve ser punível em ambos (se houve prescrição em algum dos países, p. ex., não pode ocorrer a extradicação).

c) Princípio da Retroatividade dos Tratados: O fato de um tratado de extradição entre dois países ter sido celebrado após a ocorrência do crime não impede a extradição.

d) Princípio da Comutação da Pena (Direitos Humanos): Se o crime for apenado por qualquer das penas vedadas pelo artigo 5º, XLVII da CF, a extradição não será autorizada, salvo se houver a comutação da pena, transformação para uma pena aceita no Brasil.

Por ser tema incidente, vale observar a disciplina da Lei nº 6.815/1980 a respeito da extradição e de seu procedimento:

Art. 76. A extradição poderá ser concedida quando o governo requerente se **fundamentar em tratado**, ou quando prometer ao Brasil a **reciprocidade**.

Art. 77. **Não se concederá a extradição quando:**

I - **se tratar de brasileiro**, salvo se a aquisição dessa nacionalidade verificar-se após o fato que motivar o pedido;

II - o **fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente**;

III - o Brasil for **competente**, segundo suas leis, para **julgar o crime imputado** ao extraditando;

IV - a lei brasileira **impuser ao crime a pena de prisão igual ou inferior a 1 (um) ano**;

V - o extraditando estiver a **responder a processo ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato** em que se fundar o pedido;

VI - estiver **extinta a punibilidade pela prescrição** segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;

VII - o fato constituir **crime político**; e

VIII - o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante **Tribunal ou Juízo de exceção**.

§ 1º A exceção do item VII não impedirá a extradição quando o fato constituir, principalmente, **infração da lei penal comum, ou quando o crime comum, conexo ao delito político, constituir o fato principal**.

§ 2º Caberá, exclusivamente, **ao Supremo Tribunal Federal**, a apreciação do **caráter da infração**.

§ 3º O Supremo Tribunal Federal **poderá deixar de considerar crimes políticos os atentados contra Chefes de Estado ou quaisquer autoridades**, bem assim os atos de **anarquismo, terrorismo, sabotagem, sequestro de pessoa**, ou que importem **propaganda de guerra** ou de processos violentos para **subverter a ordem política ou social**.

Art. 78. São **condições** para concessão da extradição:

I - ter sido o **crime cometido no território do Estado requerente ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado**; e

II - existir **sentença final de privação de liberdade**, ou estar a **prisão do extraditando autorizada por Juiz, Tribunal ou autoridade competente do Estado requerente**, salvo o disposto no artigo 82.

Art. 79. Quando mais de um Estado requerer a extradição da mesma pessoa, pelo mesmo fato, terá **preferência o pedido daquele em cujo território a infração foi cometida**.

§ 1º Tratando-se de **crimes diversos**, terão **preferência**, sucessivamente:

I - o Estado requerente em cujo território haja sido cometido o **crime mais grave**, segundo a lei brasileira;

II - o que em **primeiro lugar houver pedido** a entrega do extraditando, se a gravidade dos crimes for idêntica; e

III - o **Estado de origem**, ou, na sua falta, o **domiciliar** do extraditando, se os pedidos forem simultâneos.

§ 2º Nos casos não previstos decidirá sobre a **preferência o Governo brasileiro**.

§ 3º **Havendo tratado ou convenção** com algum dos Estados requerentes, **prevalecerão suas normas** no que disserem respeito à preferência de que trata este artigo.

Art. 80. A extradição será requerida por via **diplomática** ou, quando previsto em **tratado**, **diretamente** ao Ministério da Justiça, devendo o pedido ser instruído com a **cópia autêntica ou a certidão da sentença condenatória ou decisão penal** proferida por juiz ou autoridade competente.

§ 1º O pedido deverá ser instruído com indicações precisas **sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias do fato criminoso, a identidade do extraditando e, ainda, cópia dos textos legais sobre o crime, a competência, a pena e sua prescrição**.

§ 2º O encaminhamento do pedido pelo Ministério da Justiça ou por via diplomática confere **autenticidade aos documentos**.

§ 3º Os documentos indicados neste artigo serão acompanhados **de versão feita oficialmente para o idioma português**.

Art. 81. O pedido, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em tratado, **será encaminhado pelo Ministério da Justiça ao Supremo Tribunal Federal**.

Parágrafo único. Não preenchidos os **pressupostos** de que trata o caput, o pedido será **arquivado** mediante decisão fundamentada do Ministro de Estado da Justiça, sem prejuízo de renovação do pedido, devidamente instruído, uma vez superado o óbice apontado.

Art. 82. O Estado interessado na extradição poderá, em caso de urgência e antes da formalização do pedido de extradição, ou conjuntamente com este, **requerer a prisão cautelar do extraditando por via diplomática** ou, quando previsto em **tratado**, ao Ministério da Justiça, que, após exame da presença dos **pressupostos formais de admissibilidade** exigidos nesta Lei ou em tratado, **representará ao Supremo Tribunal Federal**. (Redação dada pela Lei nº 12.878, de 2013)

§ 1º O pedido de **prisão cautelar** noticiará o crime cometido e deverá ser **fundamentado**, podendo ser apresentado por correio, fax, mensagem eletrônica ou qualquer outro meio que assegure a comunicação por escrito. (Redação dada pela Lei nº 12.878, de 2013)

§ 2º O pedido de prisão cautelar poderá ser apresentado ao **Ministério da Justiça** por meio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), devidamente instruído com a documentação comprobatória da existência de ordem de prisão proferida por Estado estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 12.878, de 2013)

§ 3º O **Estado estrangeiro** deverá, no prazo de **90 (noventa) dias** contado da data em que tiver sido cientificado da prisão do extraditando, **formalizar o pedido** de extradição. (Redação dada pela Lei nº 12.878, de 2013)

§ 4º Caso o pedido não seja formalizado no prazo previsto no § 3º, o extraditando deverá ser **posto em liberdade**, não se admitindo novo pedido de prisão cautelar pelo mesmo fato sem que a extradição haja sido devidamente requerida. (Redação dada pela Lei nº 12.878, de 2013)

Art. 83. Nenhuma extradição será concedida sem **prévio pronunciamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal** sobre sua **legalidade e procedência**, não cabendo recurso da decisão.

Art. 84. Efetivada a **prisão** do extraditando (artigo 81), o pedido será encaminhado ao **Supremo Tribunal Federal**.

Parágrafo único. A prisão perdurará **até o julgamento final** do Supremo Tribunal Federal, **não sendo admitidas** a liberdade vigiada, a prisão domiciliar, nem a prisão albergue.

Art. 85. Ao receber o pedido, o Relator designará **dia e hora para o interrogatório do extraditando** e, conforme o caso, dar-lhe-á **curador ou advogado**, se não o tiver, correndo do **interrogatório** o prazo de **dez dias** para a defesa.

§ 1º A defesa versará sobre a **identidade** da pessoa reclamada, defeito de forma dos documentos apresentados ou ilegalidade da extradição.

§ 2º Não estando o processo devidamente instruído, o Tribunal, a requerimento do Procurador-Geral da República, poderá **converter o julgamento em diligência** para suprir a falta no prazo improrrogável de **60 (sessenta) dias**, decorridos os quais o pedido será julgado independentemente da diligência.

§ 3º O prazo referido no parágrafo anterior correrá da **data da notificação** que o Ministério das Relações Exteriores fizer à Missão Diplomática do Estado requerente.

Art. 86. **Concedida a extradição**, será o fato comunicado através do Ministério das Relações Exteriores à Missão Diplomática do Estado requerente que, no prazo de **sessenta dias** da comunicação, deverá **retirar o extraditando** do território nacional.

Art. 87. **Se o Estado requerente não retirar** o extraditando do território nacional no prazo do artigo anterior, será ele **posto em liberdade**, sem prejuízo de responder a processo de **expulsão**, se o motivo da extradição o recomendar.

Art. 88. **Negada a extradição, não se admitirá novo pedido** baseado no mesmo fato.

Art. 89. Quando o extraditando estiver sendo **processado**, ou tiver sido condenado, no Brasil, por crime **punível com pena privativa de liberdade**, a **extradição será executada somente depois da conclusão do processo ou do cumprimento da pena**, ressalvado, entretanto, o disposto no artigo 67.

Parágrafo único. A entrega do extraditando ficará igualmente **adiada** se a efetivação da medida **puser em risco a sua vida** por causa de enfermidade grave comprovada por laudo médico oficial.

Art. 90. O Governo poderá entregar o extraditando **ainda que responda a processo ou esteja condenado por contravenção**.

Art. 91. **Não será efetivada a entrega** sem que o Estado requerente assumo o **compromisso**:

I - de **não ser o extraditando preso nem processado por fatos anteriores** ao pedido;

II - de **computar o tempo de prisão que, no Brasil, foi imposta** por força da extradição;

III - de **comutar em pena privativa de liberdade a pena corporal ou de morte**, ressalvados, quanto à última, os casos em que a lei brasileira permitir a sua aplicação;

IV - de **não ser o extraditando entregue**, sem consentimento do Brasil, **a outro Estado que o reclame**; e

V - de **não considerar qualquer motivo político, para agravar a pena**.

Art. 92. A entrega do extraditando, de acordo com as leis brasileiras e respeitado o direito de terceiro, será feita com os **objetos e instrumentos do crime encontrados em seu poder**.

Parágrafo único. Os objetos e instrumentos referidos neste artigo poderão ser **entregues independentemente da entrega do extraditando**.

Art. 93. O extraditando que, depois de entregue ao Estado requerente, **escapar à ação da Justiça e homiziar-se no Brasil, ou por ele transitar**, será **detido** mediante pedido feito diretamente por via diplomática, e **de novo entregue** sem outras formalidades.

Art. 94. Salvo motivo de ordem pública, poderá ser **permitido**, pelo Ministro da Justiça, o **trânsito**, no território nacional, de pessoas extraditadas por Estados estrangeiros, bem assim o da respectiva guarda, mediante apresentação de **documentos comprobatórios de concessão da medida**.

7) Idioma e símbolos

Art. 13, CF. A **língua portuguesa** é o **idioma oficial** da República Federativa do Brasil.

§ 1º São **símbolos** da República Federativa do Brasil a **bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais**.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter **símbolos próprios**.

Idioma é a língua falada pela população, que confere caráter diferenciado em relação à população do resto do mundo. Sendo assim, é manifestação social e cultural de uma nação.

Os símbolos, por sua vez, representam a imagem da nação e permitem o seu reconhecimento nacional e internacionalmente.

Por esta intrínseca relação com a nacionalidade, a previsão é feita dentro do capítulo do texto constitucional que aborda o tema.

Direitos políticos

Como mencionado, a nacionalidade é corolário dos direitos políticos, já que somente um nacional pode adquirir direitos políticos. No entanto, nem todo nacional é titular de direitos políticos. Os nacionais que são titulares de direitos políticos são denominados cidadãos. Significa afirmar que nem todo nacional brasileiro é um cidadão brasileiro, mas somente aquele que for titular do direito de sufrágio universal.

1) Sufrágio universal

A primeira parte do artigo 14, CF, prevê que "a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal [...]".

Sufrágio universal é a soma de duas capacidades eleitorais, a capacidade ativa – votar e exercer a democracia direta – e a capacidade passiva – ser eleito como representante no modelo da democracia indireta. Ou ainda, sufrágio universal é o direito de todos cidadãos de votar e ser votado. O voto, que é o ato pelo qual se exercita o sufrágio, deverá ser direto e secreto.

Para ter capacidade passiva é necessário ter a ativa, mas não apenas isso, há requisitos adicionais. Sendo assim, nem toda pessoa que tem capacidade ativa tem também capacidade passiva, embora toda pessoa que tenha capacidade passiva tenha necessariamente a ativa.

2) Democracia direta e indireta

Art. 14, CF. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;*
- II - referendo;*
- III - iniciativa popular.*

A democracia brasileira adota a modalidade semidireta, porque possibilita a participação popular direta no poder por intermédio de processos como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Como são hipóteses restritas, pode-se afirmar que a democracia indireta é predominantemente adotada no Brasil, por meio do sufrágio universal e do voto direto e secreto com igual valor para todos. Quanto ao voto direto e secreto, trata-se do instrumento para o exercício da capacidade ativa do sufrágio universal.

Por seu turno, o que diferencia o plebiscito do referendo é o momento da consulta à população: no plebiscito, primeiro se consulta a população e depois se toma a decisão política; no referendo, primeiro se toma a decisão política e depois se consulta a população. Embora os dois partam do Congresso Nacional, o plebiscito é convocado, ao passo que o referendo é autorizado (art. 49, XV, CF), ambos por meio de decreto legislativo. O que os assemelha é que os dois são "formas de consulta ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa"⁴⁷.

Na iniciativa popular confere-se à população o poder de apresentar projeto de lei à **Câmara dos Deputados**, mediante assinatura de 1% do eleitorado nacional, distribuído por 5 Estados no mínimo, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles. Em complemento, prevê o artigo 61, §2º, CF:

47 LENZA, Pedro. **Curso de direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Art. 61, § 2º, CF. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

3) Obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do voto

O alistamento eleitoral e o voto para os **maiores de dezoito anos** são, em regra, obrigatórios. Há facultatividade para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Artigo 14, § 1º, CF. O alistamento eleitoral e o voto são:

*I - **obrigatórios** para os maiores de dezoito anos;*

*II - **facultativos** para:*

- a) os analfabetos;*
- b) os maiores de setenta anos;*
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.*

No mais, esta obrigatoriedade se aplica aos nacionais brasileiros, já que, nos termos do artigo 14, §2º, CF:

*Artigo 14, §2º, CF. Não podem **alistar-se** como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.*

Quanto aos conscritos, são aqueles que estão prestando serviço militar obrigatório, pois são necessárias tropas disponíveis para os dias da eleição.

4) Elegibilidade

O artigo 14, §§ 3º e 4º, CF, descrevem as condições de elegibilidade, ou seja, os requisitos que devem ser preenchidos para que uma pessoa seja eleita, no exercício de sua capacidade passiva do sufrágio universal.

*Artigo 14, § 3º, CF. São **condições de elegibilidade**, na forma da lei:*

- I - a nacionalidade brasileira;*
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;*
- III - o alistamento eleitoral;*
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;*
- V - a filiação partidária;*
- VI - a idade mínima de:*

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;*
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;*
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;*
- d) dezoito anos para Vereador.*

*Artigo 14, § 4º, CF. São inelegíveis os **inalistáveis** e os **analfabetos**.*

Dos incisos I a III denotam-se requisitos correlatos à nacionalidade e à titularidade de direitos políticos. Logo, para ser eleito é preciso ser cidadão.

O domicílio eleitoral é o local onde a pessoa se alista como eleitor e, em regra, é no município onde reside, mas pode não o ser caso analisados aspectos como o vínculo de afeto com o local (ex.: Presidente Dilma vota em Porto Alegre – RS, embora resida em Brasília – DF). Sendo assim, para se candidatar a cargo no município, deve ter domicílio eleitoral nele; para se candidatar a cargo no estado, deve ter domicílio eleitoral em um de seus municípios; para se candidatar a cargo nacional, deve ter domicílio eleitoral em uma das unidades federadas do país. Aceita-se a transferência do domicílio eleitoral ao menos 1 ano antes das eleições.

A filiação partidária implica no lançamento da candidatura por um partido político, não se aceitando a filiação avulsa.

Finalmente, o §3º do artigo 14, CF, coloca o requisito etário, com faixa etária mínima para o desempenho de cada uma das funções, a qual deve ser auferida na data da posse.

5) Inelegibilidade

Atender às condições de elegibilidade é necessário para poder ser eleito, mas não basta. Além disso, é preciso não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade.

A inelegibilidade pode ser absoluta ou relativa. Na absoluta, são atingidos todos os cargos; nas relativas, são atingidos determinados cargos.

*Artigo 14, § 4º, CF. São inelegíveis os **inalistáveis** e os **analfabetos**.*

O artigo 14, §4º, CF traz duas hipóteses de inelegibilidade, que são absolutas, atingem todos os cargos. Para ser elegível é preciso ser alfabetizado (os analfabetos têm a faculdade de votar, mas não podem ser votados) e é preciso possuir a capacidade eleitoral ativa – poder votar (inalistáveis são aqueles que não podem tirar o título de eleitor, portanto, não podem votar, notadamente: os estrangeiros e os conscritos durante o serviço militar obrigatório).

*Artigo 14, §5º, CF. O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou **substituído no curso dos mandatos** poderão ser reeleitos para um único período subsequente.*

Descreve-se no dispositivo uma hipótese de inelegibilidade relativa. Se um Chefe do Poder Executivo de qualquer das esferas for substituído por seu vice no curso do mandato, este vice somente poderá ser eleito para um período subsequente.

Ex.: Governador renuncia ao mandato no início do seu último ano de governo para concorrer ao Senado Federal e é substituído pelo seu vice-governador. Se este se candidatar e for eleito, não poderá ao final deste mandato se reeleger. Isto é, se o mandato o candidato renuncia no início de 2010 o seu mandato de 2007-2010, assumindo o vice em 2010, poderá este se candidatar para o mandato 2011-2014, mas caso seja eleito não poderá se reeleger para o

mandato 2015-2018 no mesmo cargo. Foi o que aconteceu com o ex-governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, que assumiu em 2010 no lugar de Aécio Neves o governo do Estado de Minas Gerais e foi eleito governador entre 2011 e 2014, mas não pode se candidatar à reeleição, concorrendo por isso a uma vaga no Senado Federal.

*Artigo 14, §6º, CF. Para concorrerem a **outros** cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem **renunciar** aos respectivos mandatos até **seis meses** antes do pleito.*

São inelegíveis absolutamente, para quaisquer cargos, os chefes do Executivo que não renunciarem aos seus mandatos até seis meses antes do pleito eleitoral, antes das eleições. Ex.: Se a eleição aconteceu em 05/10/2014, necessário que tivesse renunciado até 04/04/2014.

*Artigo 14, §7º, CF. São **inelegíveis**, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.*

São inelegíveis absolutamente, para quaisquer cargos, cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos Chefes do Executivo ou de quem os tenha substituído ao final do mandato, a não ser que seja já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

*Artigo 14, §8º, CF. O **militar alistável** é elegível, atendidas as seguintes condições:*

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

São inelegíveis absolutamente, para quaisquer cargos, os militares que não podem se alistar ou os que podem, mas não preenchem as condições do §8º do artigo 14, CF, ou seja, se não se afastar da atividade caso trabalhe há menos de 10 anos, se não for agregado pela autoridade superior (suspensão do exercício das funções por sua autoridade sem prejuízo de remuneração) caso trabalhe há mais de 10 anos (sendo que a eleição passa à condição de inativo).

*Artigo 14, §9º, CF. **Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.***

O rol constitucional de inelegibilidades dos parágrafos do artigo 14 não é taxativo, pois lei complementar pode estabelecer outros casos, tanto de inelegibilidades absolutas como de inelegibilidades relativas. Neste sentido, a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, estabelece casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. Esta lei foi alterada por aquela que ficou conhecida como Lei da Ficha Limpa, Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010, principalmente em seu artigo 1º, que segue.

Art. 1º, Lei Complementar nº 64/1990. São *inelegíveis*:
I - para qualquer cargo:

a) os inalistáveis e os analfabetos;
b) os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura;

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

8. de redução à condição análoga à de escravo; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

9. contra a vida e a dignidade sexual; e (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

f) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatórios que houverem agido nessa condição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

i) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

k) o Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

m) os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

q) os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

II - para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:

1. os Ministros de Estado;
2. os chefes dos órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República;
3. o chefe do órgão de assessoramento de informações da Presidência da República;
4. o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
5. o Advogado-Geral da União e o Consultor-Geral da República;
6. os chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
7. os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica;
8. os Magistrados;
9. os Presidentes, Diretores e Superintendentes de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas e as mantidas pelo poder público;
10. os Governadores de Estado, do Distrito Federal e de Territórios;
11. os Interventores Federais;
12. os Secretários de Estado;
13. os Prefeitos Municipais;
14. os membros do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal;
15. o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;
16. os Secretários-Gerais, os Secretários-Executivos, os Secretários Nacionais, os Secretários Federais dos Ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes;

b) os que tenham exercido, nos 6 (seis) meses anteriores à eleição, nos Estados, no Distrito Federal, Territórios e em qualquer dos poderes da União, cargo ou função, de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal;

c) (Vetado);

d) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tiverem competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

e) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tenham exercido cargo ou função de direção, administração ou representação nas empresas de que tratam os arts. 3º e 5º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, quando, pelo âmbito e natureza de suas atividades, possam tais empresas influir na economia nacional;

f) os que, detendo o controle de empresas ou grupo de empresas que atuem no Brasil, nas condições monopolísticas previstas no parágrafo único do art. 5º da lei citada na alínea anterior, não apresentarem à Justiça Eleitoral, até 6 (seis) meses antes do pleito, a prova de que fizeram cessar o abuso apurado, do poder econômico, ou de que transferiram, por força regular, o controle de referidas empresas ou grupo de empresas;

g) os que tenham, dentro dos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições repassadas pelo poder público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social;

h) os que, até 6 (seis) meses depois de afastados das funções, tenham exercido cargo de Presidente, Diretor ou Superintendente de sociedades com objetivos exclusivos de operações financeiras e façam publicamente apelo à poupança e ao crédito, inclusive através de cooperativas e da empresa ou estabelecimentos que gozem, sob qualquer forma, de vantagens asseguradas pelo poder público, salvo se decorrentes de contratos que obedeçam a cláusulas uniformes;

i) os que, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica ou em empresa que mantenha contrato de execução de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens com órgão do Poder Público ou sob seu controle, salvo no caso de contrato que obedeça a cláusulas uniformes;

j) os que, membros do Ministério Público, não se tenham afastado das suas funções até 6 (seis) meses anteriores ao pleito;

l) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais;

III - para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea a do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresas que operem no território do Estado ou do Distrito Federal, observados os mesmos prazos;

b) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos ou funções:

1. os chefes dos Gabinetes Civil e Militar do Governador do Estado ou do Distrito Federal;

2. os comandantes do Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea;

3. os diretores de órgãos estaduais ou sociedades de assistência aos Municípios;

4. os secretários da administração municipal ou membros de órgãos congêneres;

IV - para Prefeito e Vice-Prefeito:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de 4 (quatro) meses para a desincompatibilização;

b) os membros do Ministério Público e Defensoria Pública em exercício na Comarca, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais;

c) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito;

V - para o Senado Federal:

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea a do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opere no território do Estado, observados os mesmos prazos;

b) em cada Estado e no Distrito Federal, os inelegíveis para os cargos de Governador e Vice-Governador, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

VI - para a Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa e Câmara Legislativa, no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

VII - para a Câmara Municipal:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização;

b) em cada Município, os inelegíveis para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização.

§ 1º Para concorrência a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.

§ 2º O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.

§ 3º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 4º A inelegibilidade prevista na alínea e do inciso I deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada. (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

§ 5º A renúncia para atender à desincompatibilização com vistas a candidatura a cargo eletivo ou para assunção de mandato não gerará a inelegibilidade prevista na alínea k, a menos que a Justiça Eleitoral reconheça fraude ao disposto nesta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010).

6) Impugnação de mandato

Encerrando a disciplina, o artigo 14, CF, aborda a impugnação de mandato.

Artigo 14, § 10, CF. O mandato eletivo poderá ser **impugnado** ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Artigo 14, § 11, CF. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

7) Perda e suspensão de direitos políticos

Art. 15, CF. É **vedada a cassação** de direitos políticos, cuja **perda ou suspensão** só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

O inciso I refere-se ao cancelamento da naturalização, o que faz com que a pessoa deixe de ser nacional e, portanto, deixe de ser titular de direitos políticos.

O inciso II trata da incapacidade civil absoluta, ou seja, da interdição da pessoa para a prática de atos da vida civil, entre os quais obviamente se enquadra o sufrágio universal.

O inciso III refere-se a um dos possíveis efeitos da condenação criminal, que é a suspensão de direitos políticos.

O inciso IV trata da recusa em cumprir a obrigação militar ou a prestação substitutiva imposta em caso de escusa moral ou religiosa.

O inciso V se refere à ação de improbidade administrativa, que tramita para apurar a prática dos atos de improbidade administrativa, na qual uma das penas aplicáveis é a suspensão dos direitos políticos.

Os direitos políticos somente são perdidos em dois casos, quais sejam cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado (o indivíduo naturalizado volta à condição de estrangeiro) e perda da nacionalidade brasileira em virtude da aquisição de outra (brasileiro se naturaliza em outro país e assim deixa de ser considerado um cidadão brasileiro, perdendo direitos políticos). Nos demais casos, há suspensão. Nota-se que não há perda de direitos políticos pela prática de atos atentatórios contra a Administração Pública por parte do servidor, mas apenas suspensão.

A cassação de direitos políticos, consistente na retirada dos direitos políticos por ato unilateral do poder público, sem observância dos princípios elencados no artigo 5º, LV, CF (ampla defesa e contraditório), é um procedimento que só existe nos governos ditatoriais e que é absolutamente vedado pelo texto constitucional.

8) Anterioridade anual da lei eleitoral

Art. 16, CF. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

É necessário que a lei eleitoral entre em vigor pelo menos 1 ano antes da próxima eleição, sob pena de não se aplicar a ela, mas somente ao próximo pleito.

Dos partidos políticos

O pluripartidarismo é uma das facetas do pluralismo político e encontra respaldo enquanto direito fundamental, já que regulamentado no Título II, "Dos Direitos e Garantias Fundamentais", capítulo V, "Dos Partidos Políticos".

O *caput* do artigo 17 da Constituição prevê:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana [...].

Consolida-se, assim a liberdade partidária, não estabelecendo a Constituição um limite de números de partidos políticos que possam ser constituídos, permitindo também que sejam extintos, fundidos e incorporados.

Os incisos do artigo 17 da Constituição indicam os preceitos a serem observados na liberdade partidária: caráter nacional, ou seja, terem por objetivo o desempenho de atividade política no âmbito interno do país; proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes, logo, o Poder Público não pode financiar campanhas eleitorais; prestação de contas à Justiça Eleitoral, notadamente para resguardar a mencionada vedação; e funcionamento parlamentar de acordo com a lei. Ainda, a lei veda a utilização de organização paramilitar por parte dos partidos políticos (artigo 17, §4º, CF).

O respeito a estes ditames permite o exercício do partidarismo de forma autônoma em termos estruturais e organizacionais, conforme o §1º do artigo 17, CF:

Art. 17, §1º, CF. É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Os estatutos que tecem esta regulamentação devem ser registrados no Tribunal Superior Eleitoral (artigo 17, §2º, CF).

Quanto ao financiamento das campanhas e o acesso à mídia, prevê o §3º do artigo 17 da CF:

Art. 17, §3º, CF. Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

3 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: UNIÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Da organização político administrativa

O artigo 18 da Constituição Federal tem caráter genérico e regulamenta a organização político-administrativa do Estado. Basicamente, define os entes federados que irão compor o Estado brasileiro.

Neste dispositivo se percebe o Pacto Federativo firmado entre os entes autônomos que compõem o Estado brasileiro. Na federação, todos os entes que compõem o Estado têm autonomia, cabendo à União apenas concentrar esforços necessários para a manutenção do Estado uno.

O pacto federativo brasileiro se afirmou ao inverso do que os Estados federados geralmente se formam. Trata-se de federalismo por desagregação – tinha-se um Estado uno, com a União centralizada em suas competências, e dividiu-se em unidades federadas. Difere-se do denominado federalismo por agregação, no qual unidades federativas autônomas se unem e formam um Poder federal no qual se concentrarão certas atividades, tornando o Estado mais forte (ex.: Estados Unidos da América).

No federalismo por agregação, por já vir tradicionalmente das bases do Estado a questão da autonomia das unidades federadas, percebe-se um federalismo real na prática. Já no federalismo por desagregação nota-se uma persistente tendência centralizadora.

Prova de que nem mesmo o constituinte brasileiro entendeu o federalismo que estava criando é o fato de ter colocado o município como entidade federativa autônoma. No modelo tradicional, o pacto federativo se dá apenas entre União e estados-membros, motivo pelo qual a doutrina afirma que o federalismo brasileiro é atípico.

Além disso, pelo que se desprende do modelo de divisão de competências a ser estudado neste capítulo, acabou-se esvaziando a competência dos estados-membros, mantendo uma concentração de poderes na União e distribuindo vasta gama de poderes aos municípios.

*Art. 18, caput, CF. A **organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.***

Ainda assim, inegável, pela redação do caput do artigo 18, CF, que o Brasil adota um modelo de Estado Federado no qual são considerados entes federados e, como tais, **autônomos**, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Esta autonomia se reflete tanto numa capacidade de auto-organização (normatização própria) quanto numa capacidade de autogoverno (administrar-se pelos membros eleitos pelo eleitorado da unidade federada).

*Artigo 18, §1º, CF. **Brasília é a Capital Federal.***

Brasília é a capital da República Federativa do Brasil, sendo um dos municípios que compõem o Distrito Federal. O Distrito Federal tem peculiaridades estruturais, não sendo nem um Município, nem um Estado, tanto é que o caput deste artigo 18 o nomeia em separado. Trata-se, assim, de unidade federativa autônoma.

*Artigo 18, §2º, CF. Os **Territórios Federais** integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.*

Apesar dos Territórios Federais integrarem a União, eles não podem ser considerados entes da federação, logo não fazem parte da organização político-administrativa, não dispõem de autonomia política e não integram o Estado Federal. São meras descentralizações administrativo-territoriais pertencentes à União. A Constituição Federal de 1988 aboliu todos os territórios então existentes: Fernando de Noronha tornou-se um distrito estadual do Estado de Pernambuco, Amapá e Roraima ganham o status integral de Estados da Federação.

*Artigo 18, §3º, CF. Os Estados **podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se** para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de **plebiscito**, e do **Congresso Nacional**, por lei complementar.*

*Artigo 18, §4º, CF. A **criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual**, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante **plebiscito**, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.*

Como se percebe pelos dispositivos retro, é possível criar, incorporar e desmembrar os Estados-membros e os Municípios. No caso dos Estados, exige-se plebiscito e lei federal. No caso dos municípios, exige-se plebiscito e lei estadual.

Ressalta-se que é aceita a subdivisão e o desmembramento no âmbito interno, mas não se permite que uma parte do país se separe do todo, o que atentaria contra o pacto federativo.

Art. 19, CF. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

*I - estabelecer **cultos religiosos ou igrejas**, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;*

*II - **recusar fé** aos documentos públicos;*

*III - criar **distinções** entre brasileiros ou preferências entre si.*

Embora o artigo 19 traga algumas vedações expressas aos entes federados, fato é que todo o sistema constitucional traz impedimento à atuação das unidades federativas e de seus administradores. Afinal, não possuem liberdade para agirem como quiserem e somente podem fazer o que a lei permite (princípio da legalidade aplicado à Administração Pública).

Repartição de competências e bens

O título III da Constituição Federal regulamenta a organização do Estado, definindo competências administrativas e legislativas, bem como traçando a estrutura organizacional por ele tomada.

Bens Públicos são todos aqueles que integram o patrimônio da Administração Pública direta e indireta, sendo que todos os demais bens são considerados particulares. Destaca-se a disciplina do Código Civil:

Artigo 98, CC. São públicos os bens de domínio nacional pertencentes as pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Artigo 99, CC. São bens públicos:

*I - os de **uso comum do povo**, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*

*II - os de **uso especial**, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*

*III - os **dominicais**, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Artigo 100, CC. Os bens públicos de **uso comum do povo** e os de **uso especial** são **inalienáveis**, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Artigo 101, CC. Os bens públicos **dominicais** podem ser **alienados**, observadas as exigências da lei.

Artigo 102, CC. Os bens públicos **não estão sujeitos a usucapião**.

Artigo 103, CC. O **uso comum** dos bens públicos pode ser **gratuito ou retribuído**, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Os bens da União estão enumerados no artigo 20 e os bens dos Estados-membros no artigo 26, ambos da Constituição, que seguem abaixo. Na divisão de bens estabelecida pela Constituição Federal denota-se o caráter residual dos bens dos Estados-membros porque exige-se que estes não pertençam à União ou aos Municípios.

Artigo 20, CF. São **bens da União**:

I - os que atualmente lhe **pertencem** e os que lhe vierem a ser **atribuídos**;

II - as **terras devolutas indispensáveis** à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III - os **lagos, rios** e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV - as **ilhas fluviais e lacustres** nas **zonas limítrofes** com outros países; as **praias marítimas**; as **ilhas oceânicas** e as **costeiras**, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

V - os **recursos naturais** da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI - o **mar territorial**;

VII - os **terrenos de marinha** e seus acrescidos;

VIII - os potenciais de **energia hidráulica**;

IX - os **recursos minerais**, inclusive os do subsolo;

X - as **cavidades** naturais subterrâneas e os **sítios** arqueológicos e pré-históricos;

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, **participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural**, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até **cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres**, designada como **faixa de fronteira**, é considerada fundamental para **defesa do território nacional**, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Artigo 26, CF. Incluem-se entre os **bens dos Estados**:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, **ressalvadas**, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da **União**;

II - as áreas, nas **ilhas oceânicas e costeiras**, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da **União, Municípios ou terceiros**;

III - as **ilhas fluviais e lacustres** não pertencentes à **União**;

IV - as **terras devolutas** não compreendidas entre as da **União**.

1) Competência organizacional-administrativa exclusiva da União

A Constituição Federal, quando aborda a competência da União, traz no artigo 21 a expressão "competete à União" e no artigo 22 a expressão "competete privativamente à União". Neste sentido, questiona-se se a competência no artigo 21 seria privativa. Obviamente, não seria compartilhada, pois os casos que o são estão enumerados no texto constitucional.

Com efeito, entende-se que o artigo 21, CF, enumera competências **exclusivas** da União. Estas expressões que a princípio seriam sinônimas assumem significado diverso. Exclusiva é a competência da União que não pode ser delegada a outras unidades federadas (somente pode ser exercida pela União); privativa é a competência da União que pode ser delegada (por exemplo, para os Estados, quando estes poderão elaborar lei específica sobre matérias que seriam de competência única da União).

O artigo 21, que traz as competências exclusivas da União, trabalha com questões organizacional-administrativas.

Artigo 21, CF. Compete à União:

I - manter **relações com Estados estrangeiros** e participar de **organizações internacionais**;

II - declarar a **guerra** e celebrar a **paz**;

III - assegurar a **defesa nacional**;

IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que **forças estrangeiras transitem** pelo território nacional ou nele **permaneçam** temporariamente;

V - decretar o **estado de sítio**, o **estado de defesa** e a **intervenção federal**;

VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de **material bélico**;

VII - emitir **moeda**;

VIII - administrar as **reservas cambiais** do País e **fiscalizar as operações** de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX - elaborar e executar **planos nacionais e regionais de ordenação do território** e de **desenvolvimento econômico e social**;

X - manter o **serviço postal** e o **correio aéreo nacional**;

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de **telecomunicações**, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de **radiodifusão** sonora, e de sons e imagens;

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os **potenciais hidroenergéticos**;

c) a **navegação** aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária;

d) os serviços de **transporte ferroviário e aquaviário** entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de **transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros**;

f) os portos **marítimos, fluviais e lacustres**;

XIII - organizar e manter **o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios**;

XIV - organizar e manter a **polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal**, bem como prestar **assistência financeira ao Distrito Federal** para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

XV - organizar e manter os serviços oficiais de **estatística, geografia, geologia e cartografia** de âmbito nacional;

XVI - exercer a **classificação**, para efeito indicativo, de **diversões públicas e de programas** de rádio e televisão;

XVII - conceder **anistia**;

XVIII - planejar e **promover** a defesa permanente contra as **calamidades públicas**, especialmente as **secas** e as **inundações**;

XIX - instituir **sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos** e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX - instituir diretrizes para o **desenvolvimento urbano**, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI - estabelecer princípios e diretrizes para o **sistema nacional de viação**;

XXII - executar os serviços de **polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras**;

XXIII - explorar os **serviços e instalações nucleares** de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de **minérios nucleares** e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda **atividade nuclear** em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante **aprovação do Congresso Nacional**;

b) sob regime de **permissão**, são autorizadas a comercialização e a utilização de **radioisótopos** para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

d) a responsabilidade civil por **danos nucleares** independe da existência de **culpa**;

XXIV - organizar, manter e executar a **inspeção do trabalho**;

XXV - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de **garimpagem**, em forma associativa.

Envolve a competência organizacional-administrativa da União a atuação regionalizada com vistas à redução das desigualdade regionais, descrita no artigo 43 da Constituição Federal:

Artigo 43, CF. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo **complexo geoeconômico e social**, visando a seu **desenvolvimento** e à **redução das desigualdades regionais**.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I - as **condições para integração** de regiões em desenvolvimento;

II - a **composição dos organismos regionais** que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os **incentivos regionais** compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de **tarifas, fretes, seguros e outros itens** de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - **juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias**;

III - **isenções, reduções ou diferimento temporário** de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o **aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água** represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a **recuperação de terras áridas** e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

2) Competência legislativa privativa da União

A competência legislativa da União é privativa e, sendo assim, pode ser delegada. As matérias abaixo relacionadas somente podem ser legisladas por atos normativos com abrangência nacional, mas é possível que uma lei complementar autorizar que determinado Estado regulamente questão devidamente especificada.

Artigo 22, CF. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito **civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho**;

II - **desapropriação**;

III - **requisições civis e militares**, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - **serviço postal**;

VI - **sistema monetário e de medidas**, títulos e garantias dos metais;

VII - política de **crédito, câmbio, seguros e transferência de valores**;

VIII - **comércio exterior e interestadual**;

IX - diretrizes da **política nacional de transportes**;

X - regime dos **portos, navegação** lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - **trânsito e transporte**;

XII - **jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia**;

XIII - **nacionalidade, cidadania e naturalização**;

XIV - **populações indígenas**;

XV - **emigração e imigração**, entrada, **extradição** e **expulsão** de estrangeiros;

XVI - organização do **sistema nacional de emprego** e condições para o exercício de profissões;

XVII - **organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios**, bem como organização administrativa destes

XVIII - sistema **estatístico**, sistema **cartográfico** e de **geologia** nacionais;

XIX - sistemas de **poupança, captação e garantia** da poupança popular;

XX - sistemas de **consórcios e sorteios**;

XXI - **normas gerais** de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das **polícias militares e corpos de bombeiros militares**;

XXII - competência da **polícia federal** e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - **seguridade social**;

XXIV - diretrizes e bases da **educação nacional**;

XXV - **registros públicos**;

XXVI - **atividades nucleares** de qualquer natureza;

XXVII - normas gerais de **licitação e contratação**, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

XXVIII - **defesa** territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e **mobilização** nacional;

XXIX - **propaganda comercial**.

Parágrafo único. **Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.**

3) Competência organizacional-administrativa compartilhada

União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios compartilham certas competências organizacional-administrativas. Significa que qualquer dos entes federados poderá atuar, desenvolver políticas públicas, nestas áreas. Todas estas áreas são áreas que necessitam de atuação intensa ou vigilância constantes, de modo que mediante gestão cooperada se torna possível efetivar o máximo possível os direitos fundamentais em casa uma delas.

Artigo 23, CF. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela **guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas** e conservar o **patrimônio público**;

II - cuidar da **saúde e assistência** pública, da proteção e garantia das **pessoas portadoras de deficiência**;

III - **proteger** os documentos, as obras e outros **bens de valor histórico, artístico e cultural**, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - **impedir a evasão, a destruição e a descaracterização** de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

VI - proteger o **meio ambiente** e **combater a poluição** em qualquer de suas formas;

VII - preservar **as florestas, a fauna e a flora**;

VIII - fomentar a **produção agropecuária** e **organizar o abastecimento alimentar**;

IX - promover **programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico**;

X - **combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização**, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as **concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais** em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar **política de educação para a segurança do trânsito**.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a **cooperação** entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o **equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional**.

4) Competência legislativa compartilhada

Além de compartilharem competências organizacional-administrativas, os entes federados compartilham competência para legislar sobre determinadas matérias. Entretanto, excluem-se do artigo 24, CF, os entes federados da espécie Município, sendo que estes apenas legislam sobre assuntos de interesse local.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:

I - direito **tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico**;

II - **orçamento**;

III - **juntas comerciais**;

IV - **custas dos serviços forenses**;

V - **produção e consumo**;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, **proteção do meio ambiente e controle da poluição**;

VII - proteção ao **patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico**;

VIII - **responsabilidade por dano** ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

O estudo das competências concorrentes permite vislumbrar os limites da atuação conjunta entre União, Estados e Distrito Federal no modelo Federativo adotado no Brasil, visando à obtenção de uma homogeneidade nacional, com preservação dos pluralismos regionais e locais.

O cerne da distinção da competência entre os entes federados repousa na competência da União para o estabelecimento de normas gerais. A competência legislativa dos Estados-membros e dos Municípios nestas questões é suplementar, ou seja, as normas estaduais agregam detalhes que a norma da União não compreende, notadamente trazendo peculiaridades regionais.

No caso do artigo 24, CF, a União dita as normas gerais e as normas suplementares ficam por conta dos Estados, ou seja, as peculiaridades regionais são normatizadas pelos Estados. As normas estaduais, neste caso, devem guardar uma relação de compatibilidade com as normas federais (relação hierárquica). Diferentemente da competência comum em que as leis estão em igualdade de condições, uma não deve subordinação à outra.

Entretanto, os Estados não ficam impedidos de criar leis regulamentadoras destas matérias enquanto a União não o faça. Sobrevindo norma geral reguladora, perdem a eficácia os dispositivos de lei estadual com ela incompatível.

5) Limitações e regras mínimas aplicáveis à competência organizacional-administrativa autônoma dos Estados-membros

Artigo 25, CF. Os Estados **organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem**, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as **competências que não lhes sejam vedadas** por esta Constituição.

§ 2º Cabe aos Estados **explorar diretamente**, ou mediante concessão, os **serviços locais de gás canalizado**, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir **regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões**, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

O documento que está no ápice da estrutura normativa de um Estado-membro é a Constituição estadual. Ela deve guardar compatibilidade com a Constituição Federal, notadamente no que tange aos princípios nela estabelecidos, sob pena de ser considerada norma inconstitucional.

A competência do Estado é residual – tudo o que não obrigatoriamente deva ser regulamentado pela União ou pelos Municípios, pode ser legislado pelo Estado-membro, sem prejuízo da já estudada competência legislativa concorrente com a União.

O §3º do artigo 25 regulamenta a conurbação, que abrange regiões metropolitanas (um município, a metrópole, está em destaque) e aglomerações urbanas (não há município em destaque), e as microrregiões (não conurbadas, mas limítrofes, geralmente identificadas por bacias hidrográficas).

A estrutura e a organização dos Poderes Legislativo e Executivo no âmbito do Estado-membro é detalhada na Constituição estadual, mas os artigos 27 e 28 trazem bases regulamentadoras que devem ser respeitadas.

Artigo 27, CF. O **número de Deputados à Assembleia Legislativa** corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º Será de **quatro anos** o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as **regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas**.

§ 2º O **subsídio** dos Deputados Estaduais será **fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa**, na razão de, no máximo, **setenta e cinco por cento** daquele estabelecido, em espécie, para os **Deputados Federais**, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

§ 3º Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu **regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria**, e prover os respectivos cargos.

§ 4º A lei disporá sobre a **iniciativa popular** no processo legislativo estadual.

Artigo 28, CF. A eleição do **Governador** e do **Vice-Governador de Estado**, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no **primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno**, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em **primeiro de janeiro do ano subseqüente**, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

§ 1º Perderá o mandato o Governador que assumir **outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta**, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

§ 2º Os **subsídios** do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por **lei de iniciativa da Assembleia Legislativa**, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

6) Limitações e regras mínimas aplicáveis à competência organizacional-administrativa autônoma dos Municípios

Os Municípios gozam de autonomia no modelo federativo brasileiro e, sendo assim, possuem capacidade de auto-organização, normatização e autogoverno.

Notadamente, mediante lei orgânica, conforme se extrai do artigo 29, *caput*, CF, o Município se normatiza, devendo esta lei guardar compatibilidade tanto com a Constituição Federal quanto com a respectiva Constituição estadual. O dispositivo mencionado traça, ainda, regras mínimas de estruturação do Poder Executivo e do Legislativo municipais.

Por exemplo, só haverá eleição de segundo turno se o município tiver mais de duzentos mil habitantes. Destaca-se, ainda, a exaustiva regra sobre o número de vereadores e a questão dos subsídios. Incidente, também a regra sobre o julgamento do Prefeito pelo Tribunal de Justiça.

O artigo 29-A, CF, por seu turno, detalha os limites de despesas com o Poder Legislativo municipal, permitindo a responsabilização do Prefeito e do Presidente da Câmara por violação a estes limites.

Artigo 29, CF. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de **quatro anos**, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no **primeiro domingo de outubro** do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do **art. 77**, no caso de Municípios com mais de **duzentos mil eleitores**;

III - **posse** do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia **1º de janeiro** do ano subsequente ao da eleição;

IV - para a composição das **Câmaras Municipais**, será observado o limite máximo de: (Vide ADIN 4307)

a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes;

b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes;

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes;

e) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes;

f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento sessenta mil) habitantes;

g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes;

h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes;

i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes;

j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes;

k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes;

l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes;

m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes;

n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes;

o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes;

p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes;

q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes;

r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes;

t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes;

u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes;

v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes;

w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e

x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

V - **subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais** fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI - o **subsídio dos Vereadores** será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes **limites máximos**:

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

VII - o total da **despesa** com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de **cinco por cento da receita do Município**;

VIII - **inviolabilidade** dos Vereadores por suas **opiniões, palavras e votos** no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

IX - **proibições e incompatibilidades**, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembleia Legislativa;

X - julgamento do **Prefeito** perante o **Tribunal de Justiça**;

XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da **Câmara Municipal**;

XII - cooperação das **associações** representativas no planejamento municipal;

XIII - **iniciativa popular** de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, **cinco por cento do eleitorado**;

XIV - **perda do mandato do Prefeito**, nos termos do art. 28, parágrafo único (assumir outro cargo).

Artigo 29-A, CF. O **total da despesa do Poder Legislativo Municipal**, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes **percentuais**, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito)

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

§ 1º A **Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento**, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

§ 2º Constitui **crime de responsabilidade** do Prefeito Municipal:

I - efetuar **repassé que supere os limites** definidos neste artigo;

II - **não enviar** o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a **menor em relação à proporção** fixada na Lei Orçamentária.

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do **Presidente da Câmara Municipal** o desrespeito ao § 1º deste artigo.

As competências legislativas e administrativas dos municípios estão fixadas no artigo 30, CF. Quanto à competência legislativa, é suplementar, garantindo o direito de legislar sobre assuntos de interesse local.

Artigo 30, CF. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de **interesse local**;

II - **suplementar** a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os **tributos de sua competência**, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir **distritos**, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os **serviços públicos de interesse local**, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a **cooperação** técnica e financeira da União e do Estado, programas de **educação infantil e de ensino fundamental**;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de **atendimento à saúde da população**;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle **do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano**;

IX - promover a proteção do **patrimônio histórico-cultural local**, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

A fiscalização dos Municípios se dá tanto no âmbito interno quanto no externo. Externamente, é exercida pelo Poder Legislativo com auxílio de Tribunal de Contas. A constituição, no artigo 31, CF, veda a criação de novos Tribunais de Contas municipais, mas não extingue os já existentes.

*Artigo 31, CF. A **fiscalização do Município** será exercida pelo **Poder Legislativo Municipal**, mediante controle externo, e pelos **sistemas de controle interno** do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos **Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios**, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, **só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.**

§ 3º As **contas dos Municípios** ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à **disposição de qualquer contribuinte**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É **vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.**

7) Peculiaridades da competência organizacional -administrativa do Distrito Federal e Territórios

O Distrito Federal não se divide em Municípios, mas em regiões administrativas. Se regulamenta por lei orgânica, mas esta lei orgânica aproxima-se do status de Constituição estadual, cabendo controle de constitucionalidade direto de leis que a contrariem pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

O Distrito Federal possui um governador e uma Câmara Legislativa, eleitos na forma dos governadores e deputados estaduais. Entretanto, não tem eleições municipais. O Distrito Federal tem 3 senadores, 8 deputados federais e 24 deputados distritais.

Quanto aos territórios, não existem hoje no país, mas se vierem a existir serão nomeados pelo Presidente da República.

*Artigo 32, CF. O Distrito Federal, **vedada sua divisão em Municípios**, reger-se-á por **lei orgânica**, votada em **dois turnos** com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por **dois terços** da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os **princípios** estabelecidos nesta **Constituição**.*

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as **competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios**.

§ 2º A eleição do **Governador e do Vice-Governador**, observadas as regras do art. 77, e dos **Deputados Distritais** coincidirá com a dos **Governadores e Deputados Estaduais**, para **mandato** de igual duração.

§ 3º Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no **art. 27**.

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das **polícias civil e militar** e do **corpo de bombeiros militar**.

*Artigo 33, CF. A lei disporá sobre a **organização administrativa e judiciária dos Territórios**.*

§ 1º Os Territórios poderão ser divididos em **Municípios**, aos quais se aplicará, no que couber, o disposto no Capítulo IV deste Título.

§ 2º As **contas** do Governo do Território serão submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

§ 3º Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado na forma desta Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais; a lei disporá sobre as eleições para a Câmara Territorial e sua competência deliberativa.

Da Intervenção

A intervenção consiste no afastamento temporário das prerrogativas totais ou parciais próprias da autonomia dos entes federados, por outro ente federado, prevalecendo a vontade do ente interventor. Neste sentido, necessária a verificação de:

a) Pressupostos materiais – requisitos a serem verificados quanto ao atendimento de uma das justificativas para a intervenção.

b) Pressupostos processuais – requisitos para que o ato da intervenção seja válido, como prazo, abrangência, condições, além da autorização do Poder Legislativo (artigo 36, CF).

A intervenção pode ser federal, quando a União interfere nos Estados e no Distrito Federal (artigo 34, CF), ou estadual, quando os Estados-membros interferem em seus Municípios (artigo 35, CF).

*Artigo 34, CF. A **União não intervirá** nos **Estados** nem no **Distrito Federal**, exceto para:*

*I - manter a **integridade nacional**;*

*II - repelir **invasão estrangeira** ou **de uma unidade** da Federação em outra;*

*III - pôr termo a grave **comprometimento da ordem pública**;*

*IV - garantir o **livre exercício de qualquer dos Poderes** nas unidades da Federação;*

*V - **reorganizar as finanças** da unidade da Federação que:*
a) *suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;*

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

*VI - prover a **execução de lei federal, ordem ou decisão judicial**;*

*VII - assegurar a observância dos seguintes **princípios** constitucionais:*

*a) **forma republicana, sistema representativo e regime democrático**;*

*b) **direitos da pessoa humana**;*

*c) **autonomia municipal**;*

*d) **prestação de contas** da administração pública, direta e indireta.*

*e) aplicação do **mínimo** exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do **ensino** e nas ações e serviços públicos de **saúde**”.*

Artigo 35, CF. O **Estado não** intervirá em seus **Municípios, nem a União** nos Municípios localizados em **Território Federal**, exceto quando:

I - **deixar de ser paga**, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas **contas devidas**, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o **mínimo** exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do **ensino** e nas ações e serviços públicos de **saúde**;

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de **princípios** indicados na Constituição Estadual, ou para prover **a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial**".

Artigo 36, CF. A decretação da intervenção **dependerá**:

I - no caso do art. 34, IV (livre exercício dos Poderes), de **solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto** ou impedido, ou de **requisição do Supremo Tribunal Federal**, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II - no caso de desobediência a **ordem ou decisão judiciária**, de **requisição do Supremo Tribunal Federal**, do **Superior Tribunal de Justiça** ou do **Tribunal Superior Eleitoral**;

III de provimento, pelo **Supremo Tribunal Federal**, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII (observância de **princípios constitucionais**), e no caso de **recusa à execução de lei federal**.

§ 1º O **decreto de intervenção**, que especificará **a amplitude, o prazo e as condições de execução** e que, se couber, **nomeará o interventor**, será submetido à **apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado**, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa, far-se-á **convocação extraordinária**, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII (execução de decisão/lei federal e violação de certos princípios constitucionais), ou do art. 35, IV (idem com relação à intervenção em municípios), **dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa**, o **decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado**, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º **Cessados os motivos** da intervenção, as **autoridades afastadas** de seus cargos a estes **voltarão**, salvo impedimento legal.

Administração Pública

1) Princípios da Administração Pública

Os valores éticos inerentes ao Estado, os quais permitem que ele consolide o bem comum e garanta a preservação dos interesses da coletividade, se encontram exteriorizados em princípios e regras. Estes, por sua vez, são estabelecidos na Constituição Federal e em legislações infraconstitucionais, a exemplo das que serão estudadas neste tópico, quais sejam: Decreto nº 1.171/94, Lei nº 8.112/90 e Lei nº 8.429/92.

Todas as diretivas de leis específicas sobre a ética no setor público partem da Constituição Federal, que estabelece alguns princípios fundamentais para a ética no setor público. Em outras palavras, é o texto constitucional do artigo 37, especialmente o *caput*, que permite a compreensão de boa parte do conteúdo das leis específicas, porque possui um caráter amplo ao preconizar os princípios fundamentais da administração pública. Estabelece a Constituição Federal:

Artigo 37, CF. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

São princípios da administração pública, nesta ordem:

Legalidade
Impessoalidade
Moralidade
Publicidade
Eficiência

Para memorizar: veja que as iniciais das palavras formam o vocábulo LIMPE, que remete à limpeza esperada da Administração Pública. É de fundamental importância um olhar atento ao significado de cada um destes princípios, posto que eles estruturam todas as regras éticas prescritas no Código de Ética e na Lei de Improbidade Administrativa, tomando como base os ensinamentos de Carvalho Filho⁴⁸ e Spitzcovsky⁴⁹:

a) **Princípio da legalidade**: Para o particular, legalidade significa a permissão de fazer tudo o que a lei não proíbe. Contudo, como a administração pública representa os interesses da coletividade, ela se sujeita a uma relação de subordinação, pela qual só poderá fazer o que a lei expressamente determina (assim, na esfera estatal, é preciso lei anterior editando a matéria para que seja preservado o princípio da legalidade). A origem deste princípio está na criação do Estado de Direito, no sentido de que o próprio Estado deve respeitar as leis que dita.

b) **Princípio da impessoalidade**: Por força dos interesses que representa, a administração pública está proibida de promover discriminações gratuitas. Discriminar é tratar alguém de forma diferente dos demais, privilegiando ou prejudicando. Segundo este princípio, a administração pública deve tratar igualmente todos aqueles que se encontrem na mesma situação jurídica (princípio da isonomia ou igualdade). Por exemplo, a licitação reflete a impessoalidade no que tange à contratação de serviços. O princípio da impessoalidade correlaciona-se ao princípio da finalidade, pelo qual o alvo a ser alcançado pela administração pública é somente o interesse público. Com efeito, o interesse particular não pode influenciar no tratamento das pessoas, já que deve-se buscar somente a preservação do interesse coletivo.

48 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

49 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

c) **Princípio da moralidade:** A posição deste princípio no artigo 37 da CF representa o reconhecimento de uma espécie de moralidade administrativa, intimamente relacionada ao poder público. A administração pública não atua como um particular, de modo que enquanto o descumprimento dos preceitos morais por parte deste particular não é punido pelo Direito (*a priori*), o ordenamento jurídico adota tratamento rigoroso do comportamento imoral por parte dos representantes do Estado. O princípio da moralidade deve se fazer presente não só para com os administrados, mas também no âmbito interno. Está indissociavelmente ligado à noção de bom administrador, que não somente deve ser conhecedor da lei, mas também dos princípios éticos regentes da função administrativa. **TODO ATO IMORAL SERÁ DIRETAMENTE ILEGAL OU AO MENOS IMPESSOAL**, daí a intrínseca ligação com os dois princípios anteriores.

d) **Princípio da publicidade:** A administração pública é obrigada a manter transparência em relação a todos seus atos e a todas informações armazenadas nos seus bancos de dados. Daí a publicação em órgãos da imprensa e a afixação de portarias. Por exemplo, a própria expressão concurso público (art. 37, II, CF) remonta ao ideário de que todos devem tomar conhecimento do processo seletivo de servidores do Estado. Diante disso, como será visto, se negar indevidamente a fornecer informações ao administrado caracteriza ato de improbidade administrativa.

No mais, prevê o §1º do artigo 37, CF, evitando que o princípio da publicidade seja deturpado em propaganda político-eleitoral:

*Artigo 37, §1º, CF. A **publicidade** dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter **caráter educativo, informativo ou de orientação social**, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

Somente pela publicidade os indivíduos controlarão a legalidade e a eficiência dos atos administrativos. Os instrumentos para proteção são o direito de petição e as certidões (art. 5º, XXXIV, CF), além do *habeas data* e - residualmente - do mandado de segurança. Neste viés, ainda, prevê o artigo 37, CF em seu §3º:

*Artigo 37, §3º, CF. A lei disciplinará as formas de **participação do usuário na administração pública direta e indireta**, regulando especialmente:*

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

e) **Princípio da eficiência:** A administração pública deve manter o ampliar a qualidade de seus serviços com controle de gastos. Isso envolve eficiência ao contratar pessoas (o concurso público seleciona os mais qualificados ao exercício do cargo), ao manter tais pessoas em seus cargos (pois é possível exonerar um servidor público por ineficiência) e ao controlar gastos (limitando o teto de remuneração), por exemplo. O núcleo deste princípio é a procura por produtividade e economicidade. Alcança os serviços públicos e os serviços administrativos internos, se referindo diretamente à conduta dos agentes.

Além destes cinco princípios administrativo-constitucionais diretamente selecionados pelo constituinte, podem ser apontados como princípios de natureza ética relacionados à função pública a probidade e a motivação:

a) **Princípio da probidade:** um princípio constitucional incluído dentro dos princípios específicos da licitação, é o dever de todo o administrador público, o dever de honestidade e fidelidade com o Estado, com a população, no desempenho de suas funções. Possui contornos mais definidos do que a moralidade. Diógenes Gasparini⁵⁰ alerta que alguns autores tratam veem como distintos os princípios da moralidade e da probidade administrativa, mas não há características que permitam tratar os mesmos como procedimentos distintos, sendo no máximo possível afirmar que a probidade administrativa é um aspecto particular da moralidade administrativa.

b) **Princípio da motivação:** É a obrigação conferida ao administrador de motivar todos os atos que edita, gerais ou de efeitos concretos. É considerado, entre os demais princípios, um dos mais importantes, uma vez que sem a motivação não há o devido processo legal, uma vez que a fundamentação surge como meio interpretativo da decisão que levou à prática do ato impugnado, sendo verdadeiro meio de viabilização do controle da legalidade dos atos da Administração.

Motivar significa mencionar o dispositivo legal aplicável ao caso concreto e relacionar os fatos que concretamente levaram à aplicação daquele dispositivo legal. Todos os atos administrativos devem ser motivados para que o Judiciário possa controlar o mérito do ato administrativo quanto à sua legalidade. Para efetuar esse controle, devem ser observados os motivos dos atos administrativos.

Em relação à necessidade de motivação dos atos administrativos vinculados (aqueles em que a lei aponta um único comportamento possível) e dos atos discricionários (aqueles que a lei, dentro dos limites nela previstos, aponta um ou mais comportamentos possíveis, de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade), a doutrina é unânime na determinação da obrigatoriedade de motivação com relação aos atos administrativos vinculados; todavia, diverge quanto à referida necessidade quanto aos atos discricionários.

50 GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Meirelles⁵¹ entende que o ato discricionário, editado sob os limites da Lei, confere ao administrador uma margem de liberdade para fazer um juízo de conveniência e oportunidade, não sendo necessária a motivação. No entanto, se houver tal fundamentação, o ato deverá condicionar-se a esta, em razão da necessidade de observância da Teoria dos Motivos Determinantes. O entendimento majoritário da doutrina, porém, é de que, mesmo no ato discricionário, é necessária a motivação para que se saiba qual o caminho adotado pelo administrador. Gasparini⁵², com respaldo no art. 50 da Lei n. 9.784/98, aponta inclusive a superação de tais discussões doutrinárias, pois o referido artigo exige a motivação para todos os atos nele elencados, compreendendo entre estes, tanto os atos discricionários quanto os vinculados.

2) Regras mínimas sobre direitos e deveres dos servidores

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios da administração pública estudados no tópico anterior, aos quais estão sujeitos servidores de quaisquer dos Poderes em qualquer das esferas federativas, e, em seus incisos, regras mínimas sobre o serviço público:

*Artigo 37, I, CF. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos **brasileiros que preencham os requisitos** estabelecidos em lei, assim como aos **estrangeiros, na forma da lei**.*

Aprofundando a questão, tem-se o artigo 5º da Lei nº 8.112/1990, que prevê:

Artigo 5º, Lei nº 8.112/1990. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei. [...]

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

Destaca-se a exceção ao inciso I do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990 e do inciso I do artigo 37, CF, prevista no artigo 207 da Constituição, permitindo que estrangeiros assumam cargos no ramo da pesquisa, ciência e tecnologia.

*Artigo 37, II, CF. A investidura em cargo ou emprego público depende de **aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos**, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para **cargo em comissão** declarado em lei de livre nomeação e exoneração.*

Preconiza o artigo 10 da Lei nº 8.112/1990:

Artigo 10, Lei nº 8.112/90. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.

No concurso de provas o candidato é avaliado apenas pelo seu desempenho nas provas, ao passo que nos concursos de provas e títulos o seu currículo em toda sua atividade profissional também é considerado. Cargo em comissão é o cargo de confiança, que não exige concurso público, sendo exceção à regra geral.

*Artigo 37, III, CF. O prazo de validade do concurso público será de **até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período**.*

*Artigo 37, IV, CF. Durante o **prazo improrrogável** previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será **convocado com prioridade** sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.*

Prevê o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990:

Artigo 12, Lei nº 8.112/1990. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

O edital delimita questões como valor da taxa de inscrição, casos de isenção, número de vagas e prazo de validade. Havendo candidatos aprovados na vigência do prazo do concurso, ele deve ser chamado para assumir eventual vaga e não ser realizado novo concurso.

51 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

52 GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Destaca-se que o §2º do artigo 37, CF, prevê:

*Artigo 37, §2º, CF. A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a **nulidade do ato e a punição da autoridade responsável**, nos termos da lei.*

Com efeito, há tratamento rigoroso da responsabilização daquele que viola as diretrizes mínimas sobre o ingresso no serviço público, que em regra se dá por concurso de provas ou de provas e títulos.

*Artigo 37, V, CF. As **funções de confiança**, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de **cargo efetivo**, e os **cargos em comissão**, a serem preenchidos por servidores de **carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei**, destinam-se apenas às atribuições de **direção, chefia e assessoramento**.*

Observa-se o seguinte quadro comparativo⁵³:

Função de Confiança	Cargo em Comissão
Exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.	Qualquer pessoa, observado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Com concurso público, já que somente pode exercê-la o servidor de cargo efetivo, mas a função em si não prescindível de concurso público.	Sem concurso público, ressalvado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Somente são conferidas atribuições e responsabilidade	É atribuído posto (lugar) num dos quadros da Administração Pública, conferida atribuições e responsabilidade àquele que irá ocupá-lo
Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento	Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
De livre nomeação e exoneração no que se refere à função e não em relação ao cargo efetivo.	De livre nomeação e exoneração

*Artigo 37, VI, CF. É garantido ao servidor público civil o direito à **livre associação sindical**.*

A liberdade de associação é garantida aos servidores públicos tal como é garantida a todos na condição de direito individual e de direito social.

*Artigo 37, VII, CF. O **direito de greve** será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.*

O Supremo Tribunal Federal decidiu que os servidores públicos possuem o direito de greve, devendo se atentar pela preservação da sociedade quando exercê-lo. Enquanto não for elaborada uma legislação específica para os funcionários públicos, deverá ser obedecida a lei geral de greve para os funcionários privados, qual seja a Lei nº 7.783/89 (Mandado de Injunção nº 20).

*Artigo 37, VIII, CF. A lei reservará **percentual** dos cargos e empregos públicos para as **pessoas portadoras de deficiência** e definirá os critérios de sua admissão.*

Neste sentido, o §2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990:

*Artigo 5º, Lei nº 8.112/90. Às **pessoas portadoras de deficiência** é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas **até 20% (vinte por cento)** das vagas oferecidas no concurso.*

53 <http://direitoemquadrinhos.blogspot.com.br/2011/03/quadro-comparativo-funcao-de-confianca.html>

Prossegue o artigo 37, CF:

*Artigo 37, IX, CF. A lei estabelecerá os casos de contratação por **tempo determinado** para atender a necessidade temporária de **excepcional interesse público**.*

A Lei nº 8.745/1993 regulamenta este inciso da Constituição, definindo a natureza da relação estabelecida entre o servidor contratado e a Administração Pública, para atender à "necessidade temporária de excepcional interesse público".

"Em se tratando de relação subordinada, isto é, de relação que comporta dependência jurídica do servidor perante o Estado, duas opções se ofereciam: ou a relação seria trabalhista, agindo o Estado *iure gestionis*, sem usar das prerrogativas de Poder Público, ou institucional, estatutária, preponderando o *ius imperii* do Estado. Melhor dizendo: o sistema preconizado pela Carta Política de 1988 é o do contrato, que tanto pode ser trabalhista (inserindo-se na esfera do Direito Privado) quanto administrativo (situando-se no campo do Direito Público). [...] Uma solução intermediária não deixa, entretanto, de ser legítima. Pode-se, com certeza, abonar um sistema híbrido, eclético, no qual coexistam normas trabalhistas e estatutárias, pondo-se em contiguidade os vínculos privado e administrativo, no sentido de atender às exigências do Estado moderno, que procura alcançar os seus objetivos com a mesma eficácia dos empreendimentos não-governamentais"⁵⁴.

*Artigo 37, X, CF. A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser **fixados ou alterados por lei específica**, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.*

*Artigo 37, XV, CF. O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos **são irredutíveis**, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.*

*Artigo 37, §10, CF. É vedada a **percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública**, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.*

Sobre a questão, disciplina a Lei nº 8.112/1990 nos artigos 40 e 41:

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

⁵⁴ VOGEL NETO, Gustavo Adolpho. **Contratação de servidores para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_39/Artigos/Art_Gustavo.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

§ 1º A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 62.

§ 2º O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 93.

§ 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 5º Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.

Ainda, o artigo 37 da Constituição:

*Artigo 37, XI, CF. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, **incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza**, não poderão exceder o **subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**, aplicando-se como limite, nos **Municípios**, o subsídio do **Prefeito**, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do **Governador** no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos **Deputados Estaduais e Distritais** no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos **Desembargadores do Tribunal de Justiça**, limitado a **noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal**, em espécie, dos **Ministros do Supremo Tribunal Federal**, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do **Ministério Público**, aos **Procuradores** e aos **Defensores Públicos**.*

*Artigo 37, XII, CF. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário **não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo**.*

Prevê a Lei nº 8.112/1990 em seu artigo 42:

*Artigo 42, Lei nº 8.112/90. Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos **Ministros de Estado**, por membros do Congresso Nacional e **Ministros do Supremo Tribunal Federal**. Parágrafo único. **Excluem-se do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 61.***

Com efeito, os §§ 11 e 12 do artigo 37, CF tecem aprofundamentos sobre o mencionado inciso XI:

*Artigo 37, § 11, CF. Não serão computadas, para efeito dos **limites remuneratórios** de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de **caráter indenizatório previstas em lei**.*

*Artigo 37, § 12, CF. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como **limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores**.*

Por seu turno, o artigo 37 quanto à vinculação ou equiparação salarial:

*Artigo 37, XIII, CF. É vedada a **vinculação ou equiparação** de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.*

Os padrões de vencimentos são fixados por conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes (artigo 39, caput e § 1º), sem qualquer garantia constitucional de tratamento igualitário aos cargos que se mostrem similares.

*Artigo 37, XIV, CF. Os **acréscimos pecuniários** percebidos por servidor público **não serão computados nem acumulados** para fins de concessão de **acréscimos ulteriores**.*

A preocupação do constituinte, ao implantar tal preceito, foi de que não eclodisse no sistema remuneratório dos servidores, ou seja, evitar que se utilize uma vantagem como base de cálculo de um outro benefício. Dessa forma, qualquer gratificação que venha a ser concedida ao servidor só pode ter como base de cálculo o próprio vencimento básico. É inaceitável que se leve em consideração outra vantagem até então percebida.

*Artigo 37, XVI, CF. É vedada a **acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas**.*

*Artigo 37, XVII, CF. A proibição de acumular **estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público**.*

Segundo Carvalho Filho⁵⁵, “o fundamento da proibição é impedir que o cúmulo de funções públicas faça com que o servidor não execute qualquer delas com a necessária eficiência. Além disso, porém, pode-se observar que o Constituinte quis também impedir a cumulação de ganhos em detrimento da boa execução de tarefas públicas. [...] Nota-se que a vedação se refere à acumulação remunerada. Em consequência, se a acumulação só encerra a percepção de vencimentos por uma das fontes, não incide a regra constitucional proibitiva”.

A Lei nº 8.112/1990 regulamenta intensamente a questão:

*Artigo 118, Lei nº 8.112/1990. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é **vedada a acumulação remunerada de cargos públicos**.*

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à **comprovação da compatibilidade de horários**.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

*Art. 119, Lei nº 8.112/1990. O servidor não poderá **exercer mais de um cargo em comissão**, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 9º, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.*

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.

Art. 120, Lei nº 8.112/1990. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

“Os artigos 118 a 120 da Lei nº 8.112/90 ao tratarem da acumulação de cargos e funções públicas, regulamentam, no âmbito do serviço público federal a vedação genérica constante do art. 37, incisos VXI e XVII, da Constituição da República. De fato, a acumulação ilícita de cargos públicos

55 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

constitui uma das infrações mais comuns praticadas por servidores públicos, o que se constata observando o elevado número de processos administrativos instaurados com esse objeto. O sistema adotado pela Lei nº 8.112/90 é relativamente brando, quando cotejado com outros estatutos de alguns Estados, visto que propicia ao servidor incurso nessa ilicitude diversas oportunidades para regularizar sua situação e escapar da pena de demissão. Também prevê a lei em comentário, um processo administrativo simplificado (processo disciplinar de rito sumário) para a apuração dessa infração – art. 133”⁵⁶.

*Artigo 37, XVIII, CF. A **administração fazendária e seus servidores** fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, **precedência sobre os demais setores administrativos**, na forma da lei.*

*Artigo 37, XXII, CF. As **administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão **recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada**, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.*

“O Estado tem como finalidade essencial a garantia do bem-estar de seus cidadãos, seja através dos serviços públicos que disponibiliza, seja através de investimentos na área social (educação, saúde, segurança pública). Para atingir esses objetivos primários, deve desenvolver uma atividade financeira, com o intuito de obter recursos indispensáveis às necessidades cuja satisfação se comprometeu quando estabeleceu o “pacto” constitucional de 1988. [...] A importância da Administração Tributária foi reconhecida expressamente pelo constituinte que acrescentou, no artigo 37 da Carta Magna, o inciso XVIII, estabelecendo a sua precedência e de seus servidores sobre os demais setores da Administração Pública, dentro de suas áreas de competência”⁵⁷.

*Artigo 37, XIX, CF. Somente por **lei específica** poderá ser criada **autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação**, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.*

*Artigo 37, XX, CF. Depende de **autorização legislativa**, em cada caso, a criação de **subsidiárias** das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.*

Órgãos da administração indireta somente podem ser criados por lei específica e a criação de subsidiárias destes dependem de autorização legislativa (o Estado cria e controla diretamente determinada empresa pública ou sociedade de economia mista, e estas, por sua vez, passam a gerir uma nova empresa, denominada subsidiária. Ex.: Transpetro, subsidiária da Petrobrás). “Abrimos um parêntese para observar que quase todos os autores que abordam o assunto afirmam categoricamente que, a despeito da referência no texto constitucional a ‘subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior’, somente empresas públicas e sociedades de economia mista podem ter subsidiárias, pois a relação de controle que existe entre a pessoa jurídica matriz e a subsidiária seria própria de pessoas com estrutura empresarial, e inadequada a autarquias e fundações públicas. OUSAMOS DISCORDAR. Parece-nos que, se o legislador de um ente federado pretendesse, por exemplo, autorizar a criação de uma subsidiária de uma fundação pública, NÃO haveria base constitucional para considerar inválida sua autorização”⁵⁸.

Ainda sobre a questão do funcionamento da administração indireta e de suas subsidiárias, destaca-se o previsto nos §§ 8º e 9º do artigo 37, CF:

*Artigo 37, §8º, CF. A **autonomia** gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser **ampliada mediante contrato**, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:*

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

*Artigo 37, § 9º, CF. O disposto no inciso XI aplica-se às **empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias**, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.*

Continua o artigo 37, CF:

*Artigo 37, XXI, CF. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

⁵⁶ MORGATO, Almir. **O Regime Disciplinar dos Servidores Públicos da União**. Disponível em: <http://www.canaldosconcursos.com.br/artigos/almirmorgado_artigo1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

⁵⁷ http://www.sindsefaz.org.br/parecer_administracao_tributaria_sao_paulo.htm

⁵⁸ ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. São Paulo: GEN, 2014.

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Licitação nada mais é que o conjunto de procedimentos administrativos (administrativos porque parte da administração pública) para as compras ou serviços contratados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, ou seja todos os entes federativos. De forma mais simples, podemos dizer que o governo deve comprar e contratar serviços seguindo regras de lei, assim a licitação é um processo formal onde há a competição entre os interessados.

*Artigo 37, §5º, CF. A lei estabelecerá os **prazos de prescrição** para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.*

A prescrição dos ilícitos praticados por servidor encontra disciplina específica no artigo 142 da Lei nº 8.112/1990:

*Art. 142, Lei nº 8.112/1990. A **ação disciplinar prescreverá**:*

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Prescrição é um instituto que visa regular a perda do direito de acionar judicialmente. No caso, o prazo é de 5 anos para as infrações mais graves, 2 para as de gravidade intermediária (pena de suspensão) e 180 dias para as menos graves (pena de advertência), contados da data em que o fato se tornou conhecido pela administração pública. Se a infração disciplinar for crime, valerão os prazos prescricionais do direito penal, mais longos, logo, menos favoráveis ao servidor. Interrupção da prescrição significa parar a contagem do prazo para que, retornando, comece do zero. Da abertura da sindicância ou processo administrativo disciplinar até a decisão final proferida por autoridade competente não corre a prescrição. Proferida a decisão, o prazo começa a contar do zero. Passado o prazo, não caberá mais propor ação disciplinar.

*Artigo 37, §7º, CF. A lei disporá sobre os **requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego** da administração direta e indireta que possibilite o acesso a **informações privilegiadas**.*

A Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

Neste sentido, conforme seu artigo 1º:

Artigo 1º, Lei nº 12.813/2013. As situações que configuram conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas, os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e as competências para fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses regulam-se pelo disposto nesta Lei.

3) Atos de improbidade administrativa

A Lei nº 8.429/1992 trata da improbidade administrativa, que é uma espécie qualificada de imoralidade, sinônimo de desonestidade administrativa. A improbidade é uma lesão ao princípio da moralidade, que deve ser respeitado estritamente pelo servidor público. O agente ímprobo sempre será um violador do princípio da moralidade, pelo qual "a Administração Pública deve agir com boa-fé, sinceridade, probidade, lhanza, lealdade e ética"⁵⁹.

A atual Lei de Improbidade Administrativa foi criada devido ao amplo apelo popular contra certas vicissitudes do serviço público que se intensificavam com a ineficácia do diploma então vigente, o Decreto-Lei nº 3240/41. Decorreu, assim, da necessidade de acabar com os atos atentatórios à moralidade administrativa e causadores de prejuízo ao erário público ou ensejadores de enriquecimento ilícito, infelizmente tão comuns no Brasil.

Com o advento da Lei nº 8.429/1992, os agentes públicos passaram a ser responsabilizados na esfera civil pelos atos de improbidade administrativa descritos nos artigos 9º, 10 e 11, ficando sujeitos às penas do art. 12. A existência de esferas distintas de responsabilidade (civil, penal e administrativa) impede falar-se em *bis in idem*, já que, ontologicamente, não se trata de punições idênticas, embora baseadas no mesmo fato, mas de responsabilização em esferas distintas do Direito.

Destaca-se um conceito mais amplo de agente público previsto pela lei nº 8.429/1992 em seus artigos 1º e 2º porque o agente público pode ser ou não um servidor público. Ele poderá estar vinculado a qualquer instituição ou órgão que desempenhe diretamente o interesse do Estado. Assim, estão incluídos todos os integrantes da administração direta, indireta e fundacional, conforme o preâmbulo da legislação. Pode até mesmo ser uma entidade privada que desempenhe tais fins, desde que a verba de **criação** ou **custeio** tenha sido ou seja pública em **mais de 50% do patrimônio ou receita anual**. Caso a verba pública que

⁵⁹ LENZA, Pedro. **Curso de direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

tenha auxiliado uma entidade privada a qual o Estado **não tenha concorrido para criação ou custeio**, também haverá sujeição às penalidades da lei. Em caso de **custeio/criação** pelo Estado que seja **inferior a 50%** do patrimônio ou receita anual, a legislação ainda se aplica. Entretanto, nestes dois casos, **a sanção patrimonial se limitará** ao que o ilícito repercutiu sobre a contribuição dos cofres públicos. Significa que se o prejuízo causado for maior que a efetiva contribuição por parte do poder público, o ressarcimento terá que ser buscado por **outra via** que não a ação de improbidade administrativa.

A legislação em estudo, por sua vez, divide os atos de improbidade administrativa em três categorias:

a) Ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito (artigo 9º, Lei nº 8.429/1992)

O grupo mais grave de atos de improbidade administrativa se caracteriza pelos elementos: **enriquecimento + ilícito + resultante de uma vantagem patrimonial indevida + em razão do exercício de cargo, mandato, emprego, função ou outra atividade nas entidades do artigo 1º da Lei nº 8.429/1992.**

O enriquecimento deve ser ilícito, afinal, o Estado não se opõe que o indivíduo enriqueça, desde que obedeça aos ditames morais, notadamente no desempenho de função de interesse estatal.

Exige-se que o sujeito obtenha vantagem patrimonial ilícita. Contudo, é dispensável que efetivamente tenha ocorrido dano aos cofres públicos (por exemplo, quando um policial recebe propina praticando ato de improbidade administrativa, mas não atinge diretamente os cofres públicos).

Como fica difícil imaginar que alguém possa se enriquecer ilicitamente por negligência, imprudência ou imperícia, todas as condutas configuram atos dolosos (com intenção). Não cabe prática por omissão.⁶⁰

b) Ato de improbidade administrativa que importe lesão ao erário (artigo 10, Lei nº 8.429/1992)

O grupo intermediário de atos de improbidade administrativa se caracteriza pelos elementos: causar **dano** ao erário ou aos cofres públicos + gerando **perda patrimonial ou dilapidação** do patrimônio público. Assim como o artigo anterior, o *caput* descreve a fórmula genérica e os incisos algumas atitudes específicas que exemplificam o seu conteúdo⁶¹.

Perda patrimonial é o gênero, do qual são espécies: desvio, que é o direcionamento indevido; apropriação, que é a transferência indevida para a própria propriedade; malbaratamento, que significa desperdício; e dilapidação, que se refere a destruição⁶².

O objeto da tutela é a preservação do patrimônio público, em todos seus bens e valores. O pressuposto exigível é a ocorrência de dano ao patrimônio dos sujeitos passivos.

Este artigo admite expressamente a variante culposa, o que muitos entendem ser inconstitucional. O STJ, no REsp nº 939.142/RJ, **apontou alguns aspectos da inconstitucionalidade do artigo. Contudo, "a jurisprudência do STJ consolidou a tese de que é indispensável a existência de dolo nas condutas descritas nos artigos 9º e 11 e ao menos de culpa nas hipóteses do artigo 10, nas quais o dano ao erário precisa ser comprovado. De acordo com o ministro Castro Meira, a conduta culposa ocorre quando o agente não pretende atingir o resultado danoso, mas atua com negligência, imprudência ou imperícia (REsp nº 1.127.143)"**⁶³. Para Carvalho Filho⁶⁴, não há inconstitucionalidade na modalidade culposa, lembrando que é possível dosar a pena conforme o agente aja com dolo ou culpa.

O ponto central é lembrar que neste artigo não se exige que o sujeito ativo tenha percebido vantagens indevidas, **basta o dano ao erário**. Se tiver recebido vantagem indevida, incide no artigo anterior. Exceto pela não percepção da vantagem indevida, os tipos exemplificados se aproximam muito dos previstos nos incisos do art. 9º.

c) Ato de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

Uma das alterações recentes à disciplina do ISS visou evitar a continuidade da guerra fiscal entre os municípios, fixando-se a alíquota mínima em 2%.

Com efeito, os municípios não poderão fixar dentro de sua competência constitucional alíquotas inferiores a 2% para atrair e fomentar investimentos novos (incentivo fiscal), prejudicando os municípios vizinhos.

Em razão disso, tipifica-se como ato de improbidade administrativa a eventual concessão do benefício abaixo da alíquota mínima.

d) Ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública (artigo 11, Lei nº 8.429/1992)

Nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429/1992, "constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições [...]". O grupo mais ameno de atos de improbidade administrativa se caracteriza pela **simples violação a princípios da administração pública**, ou seja, aplica-se a qualquer atitude do sujeito ativo que viole os ditames éticos do serviço público. Isto é, o legislador pretende a preservação dos princípios gerais da administração pública⁶⁵.

60 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

61 Ibid.

62 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

63 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Improbidade administrativa**: desonestidade na gestão dos recursos públicos. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/porta/stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=103422>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

64 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

65 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

O objeto de tutela são os princípios constitucionais. Basta a vulneração em si dos princípios, sendo dispensáveis o enriquecimento ilícito e o dano ao erário. Somente é possível a prática de algum destes atos com **dolo** (intenção), embora caiba a prática por ação ou omissão.

Será preciso utilizar razoabilidade e proporcionalidade para não permitir a caracterização de abuso de poder, diante do **conteúdo aberto** do dispositivo. Na verdade, trata-se de tipo subsidiário, ou seja, que se aplica quando o ato de improbidade administrativa não tiver gerado obtenção de vantagem.

Com efeito, os atos de improbidade administrativa **não são crimes de responsabilidade**. Trata-se de punição na esfera cível, não criminal. Por isso, caso o ato configure simultaneamente um ato de improbidade administrativa desta lei e um crime previsto na legislação penal, o que é comum no caso do artigo 9º, responderá o agente por ambos, nas duas esferas.

Em suma, a lei encontra-se estruturada da seguinte forma: inicialmente, trata das vítimas possíveis (sujeito passivo) e daqueles que podem praticar os atos de improbidade administrativa (sujeito ativo); ainda, aborda a reparação do dano ao lesionado e o ressarcimento ao patrimônio público; após, traz a tipologia dos atos de improbidade administrativa, isto é, enumera condutas de tal natureza; seguindo-se à definição das sanções aplicáveis; e, finalmente, descreve os procedimentos administrativo e judicial.

No caso do art. 9º, categoria mais grave, o agente obtém um enriquecimento ilícito (vantagem econômica indevida) e pode ainda causar dano ao erário, por isso, deverá não só reparar eventual dano causado mas também colocar nos cofres públicos tudo o que adquiriu indevidamente. Ou seja, poderá pagar somente o que enriqueceu indevidamente ou este valor acrescido do valor do prejuízo causado aos cofres públicos (quanto o Estado perdeu ou deixou de ganhar). No caso do artigo 10, não haverá enriquecimento ilícito, mas sempre existirá dano ao erário, o qual será reparado (eventualmente, ocorrerá o enriquecimento ilícito, devendo o valor adquirido ser tomado pelo Estado). Na hipótese do artigo 10-A, não se denota nem enriquecimento ilícito e nem dano ao erário, pois no máximo a prática de guerra fiscal pode gerar. Já no artigo 11, o máximo que pode ocorrer é o dano ao erário, com o devido ressarcimento. Além disso, em todos os casos há perda da função pública. Nas três categorias, são estabelecidas sanções de suspensão dos direitos políticos, multa e vedação de contratação ou percepção de vantagem, graduadas conforme a gravidade do ato. É o que se depreende da leitura do artigo 12 da Lei nº 8.929/1992 como §4º do artigo 37, CF, que prevê: "**Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário**, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

A única sanção que se encontra prevista na Lei nº 8.429/1992 mas não na Constituição Federal é a de **multa** (art. 37, §4º, CF). Não há nenhuma inconstitucionalidade disto, pois nada impediria que o legislador infraconstitucional ampliasse a relação mínima de penalidades da Constituição, pois esta não limitou tal possibilidade e porque a lei é o instrumento adequado para tanto⁶⁶.

Carvalho Filho⁶⁷ tece considerações a respeito de algumas das sanções:

- Perda de bens e valores: "tal punição só incide sobre os bens acrescidos após a prática do ato de improbidade. Se alcançasse anteriores, ocorreria confisco, o que restaria sem escora constitucional. Além disso, o acréscimo deve derivar de origem ilícita".

- Ressarcimento integral do dano: há quem entenda que engloba dano moral. Cabe acréscimo de correção monetária e juros de mora.

- Perda de função pública: "se o agente é titular de mandato, a perda se processa pelo instrumento de cassação. Sendo servidor estatutário, sujeitar-se-á à demissão do serviço público. Havendo contrato de trabalho (servidores trabalhistas e temporários), a perda da função pública se consubstancia pela rescisão do contrato com culpa do empregado. No caso de exercer apenas uma função pública, fora de tais situações, a perda se dará pela revogação da designação". Lembra-se que determinadas autoridades se sujeitam a procedimento especial para perda da função pública, ponto em que não se aplica a Lei de Improbidade Administrativa.

- Multa: a lei indica inflexibilidade no limite máximo, mas flexibilidade dentro deste limite, podendo os julgados nesta margem optar pela mais adequada. Há ainda variabilidade na base de cálculo, conforme o tipo de ato de improbidade (a base será o valor do enriquecimento ou o valor do dano ou o valor da remuneração do agente). A natureza da multa é de sanção civil, não possuindo caráter indenizatório, mas punitivo.

- Proibição de receber benefícios: não se incluem as imunidades genéricas e o agente punido deve ser ao menos sócio majoritário da instituição vitimada.

- Proibição de contratar: o agente punido não pode participar de processos licitatórios.

4) Responsabilidade civil do Estado e de seus servidores

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, uma vez que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera para o seu auto de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Afinal, quem pratica um ato ou incorre em omissão que gere dano deve suportar as consequências jurídicas decorrentes, restando-se o equilíbrio social.⁶⁸

66 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

67 Ibid.

68 GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

A responsabilidade civil, assim, difere-se da penal, podendo recair sobre os herdeiros do autor do ilícito até os limites da herança, embora existam reflexos na ação que apure a responsabilidade civil conforme o resultado na esfera penal (por exemplo, uma absolvição por negativa de autoria impede a condenação na esfera cível, ao passo que uma absolvição por falta de provas não o faz).

A responsabilidade civil do Estado acompanha o raciocínio de que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera para o seu auto de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Todos os cidadãos se sujeitam às regras da responsabilidade civil, tanto podendo buscar o ressarcimento do dano que sofreu quanto respondendo por aqueles danos que causar. Da mesma forma, o Estado tem o dever de indenizar os membros da sociedade pelos danos que seus agentes causem durante a prestação do serviço, inclusive se tais danos caracterizarem uma violação aos direitos humanos reconhecidos.

Trata-se de responsabilidade extracontratual porque não depende de ajuste prévio, basta a caracterização de elementos genéricos pré-determinados, que perpassam pela leitura concomitante do Código Civil (artigos 186, 187 e 927) com a Constituição Federal (artigo 37, §6º).

Genericamente, os elementos da responsabilidade civil se encontram no art. 186 do Código Civil:

Artigo 186, CC. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Este é o artigo central do instituto da responsabilidade civil, que tem como elementos: ação ou omissão voluntária (agir como não se deve ou deixar de agir como se deve), culpa ou dolo do agente (dolo é a vontade de cometer uma violação de direito e culpa é a falta de diligência), nexa causal (relação de causa e efeito entre a ação/omissão e o dano causado) e dano (dano é o prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico).

1) Dano - somente é indenizável o dano certo, especial e anormal. Certo é o dano real, existente. Especial é o dano específico, individualizado, que atinge determinada ou determinadas pessoas. Anormal é o dano que ultrapassa os problemas comuns da vida em sociedade (por exemplo, infelizmente os assaltos são comuns e o Estado não responde por todo assalto que ocorra, a não ser que na circunstância específica possuía o dever de impedir o assalto, como no caso de uma viatura presente no local - muito embora o direito à segurança pessoal seja um direito humano reconhecido).

2) Agentes públicos - é toda pessoa que trabalhe dentro da administração pública, tenha ingressado ou não por concurso, possua cargo, emprego ou função. Envolve os agentes políticos, os servidores públicos em geral (funcionários, empregados ou temporários) e os particulares em colaboração (por exemplo, jurado ou mesário).

3) Dano causado quando o agente estava agindo nesta qualidade - é preciso que o agente esteja lançando mão das prerrogativas do cargo, não agindo como um particular.

Sem estes três requisitos, não será possível acionar o Estado para responsabilizá-lo civilmente pelo dano, por mais relevante que tenha sido a esfera de direitos atingida. Assim, não é qualquer dano que permite a responsabilização civil do Estado, mas somente aquele que é causado por um agente público no exercício de suas funções e que exceda as expectativas do lesado quanto à atuação do Estado.

É preciso lembrar que não é o Estado em si que viola os direitos humanos, porque o Estado é uma ficção formada por um grupo de pessoas que desempenham as atividades estatais diversas. Assim, viola direitos humanos não o Estado em si, mas o agente que o representa, fazendo com que o próprio Estado seja responsabilizado por isso civilmente, pagando pela indenização (reparação dos danos materiais e morais). Sem prejuízo, com relação a eles, caberá ação de regresso se agiram com dolo ou culpa.

Prevê o artigo 37, §6º da Constituição Federal:

Artigo 37, §6º, CF. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Este artigo deixa clara a formação de uma relação jurídica autônoma entre o Estado e o agente público que causou o dano no desempenho de suas funções. Nesta relação, a responsabilidade civil será subjetiva, ou seja, caberá ao Estado provar a culpa do agente pelo dano causado, ao qual foi anteriormente condenado a reparar. Direito de regresso é justamente o direito de acionar o causador direto do dano para obter de volta aquilo que pagou à vítima, considerada a existência de uma relação obrigacional que se forma entre a vítima e a instituição que o agente compõe.

Assim, o Estado responde pelos danos que seu agente causar aos membros da sociedade, mas se este agente agiu com dolo ou culpa deverá ressarcir o Estado do que foi pago à vítima. O agente causará danos ao praticar condutas incompatíveis com o comportamento ético dele esperado.⁶⁹

A responsabilidade civil do servidor exige prévio processo administrativo disciplinar no qual seja assegurado contraditório e ampla defesa. Trata-se de **responsabilidade civil subjetiva ou com culpa**. Havendo ação ou omissão com culpa do servidor que gere dano ao erário (Administração) ou a terceiro (administrado), o servidor terá o dever de indenizar.

Não obstante, agentes públicos que pratiquem atos violadores de direitos humanos se sujeitam à **responsabilidade penal** e à **responsabilidade administrativa**, todas autônomas uma com relação à outra e à já mencionada responsabilidade civil. Neste sentido, o artigo 125 da Lei nº 8.112/90:

69 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

Artigo 125, Lei nº 8.112/1990. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

No caso da responsabilidade civil, o Estado é diretamente acionado e responde pelos atos de seus servidores que violem direitos humanos, cabendo eventualmente ação de regresso contra ele. Contudo, nos casos da responsabilidade penal e da responsabilidade administrativa aciona-se o agente público que praticou o ato.

São inúmeros os exemplos de crimes que podem ser praticados pelo agente público no exercício de sua função que violam direitos humanos. A título de exemplo, peculato, consistente em apropriação ou desvio de dinheiro público (art. 312, CP), que viola o bem comum e o interesse da coletividade; concussão, que é a exigência de vantagem indevida (art. 316, CP), expondo a vítima a uma situação de constrangimento e medo que viola diretamente sua dignidade; tortura, a mais cruel forma de tratamento humano, cuja pena é agravada quando praticada por funcionário público (art. 1º, §4º, I, Lei nº 9.455/97); etc.

Quanto à responsabilidade administrativa, menciona-se, a título de exemplo, as penalidades cabíveis descritas no art. 127 da Lei nº 8.112/90, que serão aplicadas pelo funcionário que violar a ética do serviço público, como advertência, suspensão e demissão.

Evidencia-se a independência entre as esferas civil, penal e administrativa no que tange à responsabilização do agente público que cometa ato ilícito.

Tomadas as exigências de características dos danos acima colacionadas, notadamente a anormalidade, considera-se que para o Estado ser responsabilizado por um dano, ele deve exceder expectativas cotidianas, isto é, não cabe exigir do Estado uma excepcional vigilância da sociedade e a plena cobertura de todas as fatalidades que possam acontecer em território nacional.

Diante de tal premissa, entende-se que a responsabilidade civil do Estado será **objetiva apenas no caso de ações, mas subjetiva no caso de omissões**. Em outras palavras, verifica-se se o Estado se omitiu tendo plenas condições de não ter se omitido, isto é, ter deixado de agir quando tinha plenas condições de fazê-lo, acarretando em prejuízo dentro de sua previsibilidade.

São casos nos quais se reconheceu a responsabilidade omissiva do Estado: morte de filho menor em creche municipal, buracos não sinalizados na via pública, tentativa de assalto a usuário do metrô resultando em morte, danos provocados por enchentes e escoamento de águas pluviais quando o Estado sabia da problemática e não tomou providência para evitá-las, morte de detento em prisão, incêndio em casa de shows fiscalizada com negligência, etc.

Logo, não é sempre que o Estado será responsabilizado. Há **excludentes da responsabilidade estatal**, notadamente: a) caso fortuito (fato de terceiro) ou força maior (fato da natureza) fora dos alcances da previsibilidade do dano; b) culpa exclusiva da vítima.

5) Exercício de mandato eletivo por servidores públicos

A questão do exercício de mandato eletivo pelo servidor público encontra previsão constitucional em seu artigo 38, que notadamente estabelece quais tipos de mandatos geram incompatibilidade ao serviço público e regulamenta a questão remuneratória:

*Artigo 38, CF. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no **exercício de mandato eletivo**, aplicam-se as seguintes disposições:*

*I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará **afastado** de seu cargo, emprego ou função;*

*II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe **facultado optar pela sua remuneração**;*

*III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo **compatibilidade**, será aplicada a norma do inciso anterior;*

*IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu **tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais**, exceto para promoção por merecimento;*

*V - para efeito de **benefício previdenciário**, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.*

6) Regime de remuneração e previdência dos servidores públicos

Regulamenta-se o regime de remuneração e previdência dos servidores públicos nos artigos 39 e 40 da Constituição Federal:

*Artigo 39, CF. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão **conselho de política de administração e remuneração de pessoal**, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998 e aplicação suspensa pela ADIN nº 2.135-4, destacando-se a redação anterior: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas").*

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

Artigo 40, CF. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§ 4º É vedada a adoção de **requisitos e critérios diferenciados** para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos **cargos acumuláveis** na forma desta Constituição, é **vedada a percepção de mais de uma aposentadoria** à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do **benefício de pensão por morte**, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º É assegurado o **reajustamento** dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º O **tempo de contribuição** federal, estadual ou municipal **será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.**

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de **tempo de contribuição fictício.**

§ 11. Aplica-se o **limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade**, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, **no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.**

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de **cargo em comissão** declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o **regime geral de previdência social.**

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o **limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social** de que trata o art. 201.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente **atualizados**, na forma da lei.

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o **limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social** de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para **aposentadoria voluntária** estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

§ 20. Fica **vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal**, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as **parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão** que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

7) Estágio probatório e perda do cargo

Estabelece a Constituição Federal em seu artigo 41, a ser lido em conjunto com o artigo 20 da Lei nº 8.112/1990:

Artigo 41, CF. São estáveis após **três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.**

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de **sentença judicial transitada em julgado**;

II - mediante **processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa**;

III - mediante **procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele **reintegrado**, e o eventual ocupante da vaga, se estável, **reconduzido** ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em **disponibilidade**, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a **avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.**

Art. 20, Lei nº 8.112/1990. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de **24 (vinte e quatro) meses**, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

I - **assiduidade**;

II - **disciplina**;

III - **capacidade de iniciativa**;

IV - **produtividade**;

V - **responsabilidade.**

§ 1º 4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

§ 3º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

§ 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

§ 5º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

O estágio probatório pode ser definido como um lapso de tempo no qual a aptidão e capacidade do servidor serão avaliadas de acordo com critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado. Não existe vedação para um servidor em estágio probatório exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.

Desde a Emenda Constitucional nº 19 de 1998, a disciplina do estágio probatório mudou, notadamente aumentando o prazo de 2 anos para 3 anos. Tendo em vista que a norma constitucional prevalece sobre a lei federal, mesmo que ela não tenha sido atualizada, deve-se seguir o disposto no artigo 41 da Constituição Federal.

Uma vez adquirida a aprovação no estágio probatório, o servidor público somente poderá ser exonerado nos casos do §1º do artigo 40 da Constituição Federal, notadamente: em virtude de **sentença judicial transitada em julgado**; mediante **processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa**; ou mediante **procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (sendo esta lei complementar ainda inexistente no âmbito federal).

8) Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

Prevê o artigo 42, CF:

*Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são **militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios**.*

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.

4 PODER EXECUTIVO.

O regime político envolve o modo como se institui e é exercido o poder no Estado de Direito, podendo ser autoritário ou democrático.

Nos regimes autoritários ou não democráticos, as decisões políticas não contam com qualquer tipo de manifestação da vontade do povo.

Nos regimes democráticos o povo participa na tomada das decisões políticas, diretamente (democracia direta), por meio de representantes (democracia indireta) e de ambas formas (democracia semidireta).

Já a forma de governo envolve a concentração de parcela considerável do poder num dos atores envolvidos no processo político. Se o poder é reservado por direito a uma categoria de pessoas, os nobres, tem-se monarquia; se o poder não é reservado a nenhuma pessoa específica tem-se República.

Na monarquia, o Estado se classifica pelo trinômio vitaliciedade, hereditariedade e irresponsabilidade. O poder pertence a uma pessoa entre os nobres que o recebe de seu ancestral que ocupava a mesma posição, geralmente um ascendente direto (ex.: pai é o rei e ao falecer o trono passa para seu primogênito). Hoje existem as chamadas monarquias constitucionais, nas quais o poder monárquico que não é absoluto, havendo formas de limitação e de atuação do povo no processo decisório. O mais comum é concentrar o exercício das funções de chefia de Estado na monarquia e das funções de chefia de governo ao representante do parlamento (Primeiro Ministro).

Na república, forma adotada no Brasil, o Estado não pertence a nenhum rei ou imperador, mas sim ao povo. O Estado pertence a todos, caracterizando-se pelo trinômio eletividade, temporariedade e responsabilidade. O representante será eleito por um prazo determinado e têm seus poderes limitados, sendo responsabilizados em caso de má governança.

Importante, ainda, a noção de sistema de Governo. Podem ser adotados o presidencialismo, quando há um governante – o Presidente da República, chefe do Executivo – que acumula as funções de chefe de governo (chefia do poder executivo) e de chefe de Estado (representante diplomático); ou parlamentarismo, sistema que separa as funções de chefe de governo e de chefe de Estado em duas autoridades diferentes.

Com efeito, tem-se que no Parlamentarismo as funções de chefe de Estado e chefe de governo se bifurcam em duas pessoas – o líder do parlamento é o chefe de governo e o monarca ou presidente é o chefe de Estado. No Presidencialismo ambas as funções são desempenhadas pelo Presidente.

1) Do Presidente e do Vice-Presidente da República

O Poder Executivo tem por função principal a de administrar a coisa pública, gerindo o patrimônio estatal em prol do interesse comum da população. Na esfera federal, este papel é desempenhado pelo Presidente da República e por seu Vice-Presidente, com auxílio dos Ministros de Estado. A propósito, disciplina o artigo 76 da Constituição:

*Artigo 76, CF. O Poder Executivo é exercido pelo **Presidente da República**, auxiliado pelos **Ministros de Estado**.*

Tendo em vista a adoção do sistema presidencialista de governo, o Presidente será eleito juntamente com seu Vice-Presidente após processo eleitoral com regras mínimas descritas no artigo 77 da Constituição:

*Artigo 77, CF. A **eleição** do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no **primeiro domingo de outubro**, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.*

§ 1º A eleição do Presidente da República **importará a do Vice-Presidente** com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a **maioria absoluta de votos**, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á **nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado**, concorrendo os **dois candidatos mais votados** e considerando-se eleito aquele que obtiver a **maioria dos votos válidos**.

§ 4º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer **morte, desistência ou impedimento legal de candidato**, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o **mais idoso**.

Eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse e prestarão compromisso perante o Congresso Nacional:

*Artigo 78, CF. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão **posse** em sessão do **Congresso Nacional**, prestando o **compromisso** de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.*

*Parágrafo único. Se, decorridos **dez dias da data fixada para a posse**, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de **força maior**, não tiver assumido o cargo, este será **declarado vago**.*

O Vice-Presidente tem a função de auxiliar o Presidente da República e poderá substituí-lo temporariamente, quando o Presidente estiver ausente do país, ou definitivamente, no caso de vacância do cargo.

*Artigo 79, CF. **Substituirá** o Presidente, no caso de **impedimento**, e **sucedê-lo-á**, no de **vaga**, o Vice-Presidente.*

*Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, **auxiliará o Presidente**, sempre que por ele convocado para **missões especiais**.*

É possível que tanto o Presidente quanto o Vice-Presidente fiquem impedidos ou deixem seus cargos vagos, questão regulada pelo artigo 80 da Constituição:

*Artigo 80, CF. Em caso de **impedimento** do Presidente e do Vice-Presidente, ou **vacância** dos respectivos cargos, serão **sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal**.*

Neste caso de vacância dupla, no entanto, a Presidência da República não será assumida em definitivo – caberá a realização de novas eleições para que se complete o período do mandato, indiretas se a vacância se der nos últimos dois anos de mandato, diretas se ocorrer nos dois primeiros anos de mandato, conforme artigo 81 da Constituição:

*Artigo 81, CF. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á **eleição noventa dias depois de aberta a última vaga**.*

§ 1º Ocorrendo a **vacância nos últimos dois anos** do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita **trinta dias depois** da última vaga, **pelo Congresso Nacional**, na forma da lei.

§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão **completar o período** de seus antecessores.

O mandato do Presidente da República tem a duração de quatro anos e sempre começa em 1º de janeiro do ano seguinte à eleição.

*Artigo 82, CF. O mandato do Presidente da República é de **quatro anos** e terá início em **primeiro de janeiro do ano seguinte** ao da sua eleição.*

Por fim, o artigo 83 da Constituição regulamenta a ausência do país por parte do Presidente e do Vice-Presidente.

*Artigo 83, CF. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, **ausentar-se do País por período superior a quinze dias**, sob pena de perda do cargo.*

2) Atribuições do Presidente e do Vice-Presidente da República

As atribuições do Presidente da República, substitutivamente exercíveis pelo Vice-Presidente da República e, em alguns casos, delegáveis aos Ministros de Estado e outras autoridades, estão descritas no artigo 84 da Constituição.

Artigo 84, CF. Compete **privativamente** ao Presidente da República:

- I - **nomear e exonerar os Ministros de Estado**;
- II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a **direção superior da administração federal**;
- III - **iniciar o processo legislativo**, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV - **sancionar, promulgar e fazer publicar as leis**, bem como expedir **decretos e regulamentos** para sua fiel execução;
- V - **vetar** projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI - **dispor**, mediante **decreto**, sobre:
 - a) **organização e funcionamento** da administração federal, quando **não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos**;
 - b) **extinção de funções ou cargos públicos**, quando vagos;
- VII - manter **relações com Estados estrangeiros** e acreditar seus representantes diplomáticos;
- VIII - **celebrar tratados, convenções e atos internacionais**, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
- IX - decretar o **estado de defesa** e o **estado de sítio**;
- X - decretar e executar a **intervenção federal**;
- XI - remeter **mensagem e plano de governo** ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
- XII - conceder **indulto** e **comutar penas**, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;
- XIII - exercer o **comando supremo das Forças Armadas**, **nomear os Comandantes** da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;
- XIV - **nomear**, após aprovação pelo Senado Federal, os **Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores**, os **Governadores de Territórios**, o **Procurador-Geral da República**, o presidente e os diretores do **banco central** e outros servidores, quando determinado em lei;
- XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os **Ministros do Tribunal de Contas da União**;
- XVI - nomear os **magistrados**, nos casos previstos nesta Constituição, e o **Advogado-Geral da União**;
- XVII - nomear **membros do Conselho da República**, nos termos do art. 89, VII;
- XVIII - **convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional**;
- XIX - **declarar guerra**, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;
- XX - **celebrar a paz**, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;
- XXI - conferir **condecorações e distinções honoríficas**;
- XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que **forças estrangeiras transitem** pelo território nacional ou nele **permaneçam** temporariamente;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o **plano plurianual**, o projeto de lei de **diretrizes orçamentárias** e as **propostas de orçamento** previstos nesta Constituição;

XXIV - **prestar**, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, **as contas** referentes ao exercício anterior;

XXV - **prover e extinguir os cargos públicos federais**, na forma da lei;

XXVI - **editar medidas provisórias** com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII - exercer **outras atribuições** previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República **poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte**, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

3) Da Responsabilidade Do Presidente da República

O Presidente da República pode cometer atos ilícitos considerados crimes de responsabilidade, conforme regulado pelo artigo 85 da Constituição.

Artigo 85, CF. São **crimes de responsabilidade** os atos do Presidente da República que **atentem contra a Constituição Federal** e, especialmente, contra:

- I - a existência da **União**;
 - II - o livre exercício do **Poder Legislativo**, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
 - III - o exercício dos direitos **políticos, individuais e sociais**;
 - IV - a **segurança interna** do País;
 - V - a **probidade** na administração;
 - VI - a lei **orçamentária**;
 - VII - o **cumprimento** das leis e das decisões judiciais.
- Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em **lei especial**, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

A propósito, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Ainda assim, o artigo 86 da Constituição traz regras mínimas sobre tal processo e julgamento. Neste sentido, o Senado Federal presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal julgará os crimes de responsabilidade, ao passo que o Supremo Tribunal Federal julgará as infrações comuns.

Artigo 86, CF. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a **julgamento perante o Supremo Tribunal Federal**, nas **infrações penais comuns**, ou perante o **Senado Federal**, nos **crimes de responsabilidade**.

§ 1º O Presidente ficará **suspenso** de suas funções:

- I - nas **infrações penais comuns**, se **recebida a denúncia ou queixa-crime** pelo Supremo Tribunal Federal;
- II - nos crimes de **responsabilidade**, após a **instauração do processo** pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de **cento e oitenta dias**, o julgamento não estiver concluído, **cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.**

§ 3º Enquanto não sobrevier **sentença condenatória, nas infrações comuns**, o Presidente da República **não estará sujeito a prisão.**

§ 4º O Presidente da República, **na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.**

4) Dos Ministros de Estado

O artigo 87 da Constituição Federal sintetiza as obrigações dos Ministros de Estado, bem como os requisitos para ocupação do cargo.

Artigo 87, CF. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre **brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.**

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I - exercer a **orientação, coordenação e supervisão** dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência **e referendar os atos e decretos** assinados pelo Presidente da República;

II - expedir **instruções** para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Presidente da República **relatório anual de sua gestão** no Ministério;

IV - praticar os atos pertinentes às **atribuições** que lhe forem **outorgadas** ou delegadas pelo Presidente da República.

Por seu turno, o artigo 88 da Constituição estabelece:

Artigo 88, CF. A lei disporá sobre a **criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.**

5) Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional

O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional são dois órgãos instituídos no âmbito do Executivo Federal, ambos com função consultiva.

Neste sentido, os artigos 89 e 90 regulamentam o Conselho da República, sua composição, suas funções e sua convocação. A título complementar, a Lei nº 8.041, de 05 de junho de 1990, dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho da República.

Artigo 89, CF. O **Conselho da República** é órgão superior de **consulta** do Presidente da República, e dele participam:

I - o **Vice-Presidente** da República;

II - o **Presidente da Câmara** dos Deputados;

III - o **Presidente do Senado Federal**;

IV - os **líderes** da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;

V - os **líderes** da maioria e da minoria no Senado Federal;

VI - o Ministro da **Justiça**;

VII - **seis cidadãos brasileiros natos**, com mais de **trinta e cinco anos** de idade, sendo **dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados**, todos com mandato de **três anos, vedada a recondução.**

Artigo 90, CF. Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre:

I - **intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio**;

II - as questões relevantes para a **estabilidade das instituições democráticas.**

§ 1º O Presidente da República poderá **convocar Ministro de Estado** para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.

§ 2º A **lei regulará** a organização e o funcionamento do Conselho da República.

Por sua vez, o Conselho de Defesa Nacional é regulado pelo artigo 91 da Constituição. A Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências.

Artigo 91, CF. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de **consulta** do Presidente da República nos **assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático**, e dele participam como membros natos:

I - o **Vice-Presidente** da República;

II - o **Presidente da Câmara** dos Deputados;

III - o **Presidente do Senado Federal**;

IV - o Ministro da **Justiça**;

V - o Ministro de **Estado da Defesa**;

VI - o Ministro das **Relações Exteriores**;

VII - o Ministro do **Planejamento**.

VIII - os **Comandantes** da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 1º Compete ao Conselho de Defesa Nacional:

I - **opinar** nas hipóteses de declaração de **guerra** e de celebração da **paz**, nos termos desta Constituição;

II - **opinar** sobre a decretação **do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal**;

III - **propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional** e opinar sobre seu efetivo **uso**, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

IV - estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de **iniciativas** necessárias a garantir a **independência nacional e a defesa do Estado democrático.**

§ 2º A **lei regulará** a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.

5 PODER LEGISLATIVO.

1) Do Congresso Nacional

O Legislativo Federal brasileiro adota um sistema bicameral, contando com uma casa representativa do Povo e uma casa representativa dos Estados-membros. No caso, a Câmara dos Deputados desempenha um papel de representação do povo; ao passo que o Senado Federal é responsável pela representação das unidades federadas da espécie Estados-membros.

No Congresso Nacional se desempenham as atividades legislativas e determinadas atividades fiscalizatórias. Uma legislatura tem a duração de quatro anos, ao passo que uma sessão legislativa tem duração de um ano, sendo esta dividida em dois períodos legislativos cada qual com duração de 6 meses. Por seu turno, o Deputado Federal tem mandato equivalente a uma legislatura (4 anos), ao passo que o Senador tem mandato equivalente a duas legislaturas (8 anos).

A respeito, destaca-se o artigo 44 da Constituição Federal:

*Artigo 44, CF. O Poder Legislativo é exercido pelo **Congresso Nacional**, que se compõe da **Câmara dos Deputados** e do **Senado Federal**.*

*Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de **quatro anos**.*

Por sua vez, o artigo 45 da Constituição Federal expõe como se dá a composição da Câmara dos Deputados:

*Artigo 45, CF. A Câmara dos Deputados compõe-se de **representantes do povo**, eleitos, pelo **sistema proporcional**, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.*

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que **nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados**.

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

Nota-se que na Câmara dos Deputados é adotado um sistema proporcional de composição – quanto maior a população de um Estado, maior o número de representantes que terá, respeitado o limite de setenta deputados; quanto menos a população de um Estado, menor o número de representantes que terá, respeitado o limite mínimo de oito deputados. O Distrito Federal recebe o mesmo tratamento de um Estado e por ser menos populoso possui a representação mínima – quatro deputados. Já os Territórios, se existentes, teriam cada qual 4 deputados. No total, a Câmara é composta por 513 deputados.

O artigo 46 da Constituição Federal disciplina a composição do Senado Federal nos seguintes termos:

*Artigo 46, CF. O Senado Federal compõe-se de representantes **dos Estados e do Distrito Federal**, eleitos segundo o princípio **majoritário**.*

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com **mandato de oito anos**.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será **renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços**.

§ 3º Cada Senador será eleito com **dois suplentes**.

O Senado Federal é composto por 81 Senadores, sendo que 78 representam cada um dos Estados brasileiros, que são 26, e 3 representam o Distrito Federal. O mandato do Senador é de duas legislaturas, ou seja, 8 anos. No entanto, a cada 4 anos sempre são eleitos Senadores, garantindo a alternância no Senado a cada novas eleições. Por isso, nunca vagam as 3 cadeiras no Senado Federal de um Estado para a mesma eleição; alternadamente, vagam 2 cadeiras ou 1 cadeira (ex.: nas eleições de 2014 vagou apenas 1 cadeira no Senado para cada unidade federativa com representação; nas eleições de 2010 vagaram 2 cadeiras).

Note que, diferente do que ocorre na Câmara dos Deputados, não há um maior número de representantes por ser a unidade federativa mais populosa, o número de cadeiras é fixo por Estado/Distrito Federal. Adota-se, assim, o princípio majoritário e não o princípio proporcional.

Finalmente, o artigo 47 da Constituição prevê:

*Art. 47, CF. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por **maioria dos votos**, presente a **maioria absoluta** de seus membros.*

Logo, em regra, o quórum de instalação de sessão é de maioria absoluta dos membros da Casa ou Comissão (metade mais um), ao passo que o quórum de deliberação é de maioria simples (metade mais um dos membros presentes).

2) Atribuições do Congresso Nacional

A União, como visto no capítulo anterior, possui competência para legislar sobre determinadas matérias, sendo esta competência por vezes privativa e por vezes concorrente. A atividade legislativa, por seu turno, em regra será desempenhada pelo Poder Legislativo, exercido pelo Congresso Nacional. Neste sentido, a disciplina do artigo 48 da Constituição.

*Artigo 48, CF. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, **dispor sobre todas as matérias de competência da União**, especialmente sobre:*

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

Contudo, a competência do Congresso Nacional não é exclusivamente legislativa, de forma que possuem funções atípicas de caráter administrativo, além da função típica de controle.

Artigo 49, CF. É da **competência exclusiva do Congresso Nacional**:

I - resolver definitivamente sobre **tratados, acordos ou atos internacionais** que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar **guerra**, a celebrar a **paz**, a permitir que **forças estrangeiras transitem** pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o **Presidente** e o **Vice-Presidente** da República a se **ausentarem do País**, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o **estado de defesa** e a **intervenção federal**, autorizar o **estado de sítio**, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - **sustar os atos normativos** do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de **delegação legislativa**;

VI - mudar temporariamente sua **sede**;

VII - fixar idêntico **subsídio** para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII - fixar os **subsídios** do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX - **julgar anualmente as contas prestadas** pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - **fiscalizar e controlar**, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os **atos do Poder Executivo**, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela **preservação de sua competência legislativa** em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de **concessão** e renovação de concessão de **emissoras** de rádio e televisão;

XIII - escolher **dois terços** dos **membros do Tribunal de Contas da União**;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a **atividades nucleares**;

XV - autorizar **referendo** e convocar **plebiscito**;

XVI - autorizar, em **terras indígenas**, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de **terras públicas** com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Com vistas à consecução destas tarefas, o artigo 50 da Constituição disciplina providências que podem ser tomadas por cada qual das Casas do Congresso Nacional:

Artigo 50, CF. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão **convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos** diretamente subordinados à Presidência da República para **prestarem**, pessoalmente, **informações** sobre assunto previamente determinado, importando **crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada**.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para **expor assunto de relevância de seu Ministério**.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar **pedidos escritos de informações** a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

3) Da Câmara dos Deputados

Delimitada a competência do Congresso Nacional, necessário definir a competência de cada uma de suas Casas, sendo que o artigo 51 da Constituição cumpre este papel em relação à Câmara dos Deputados.

Artigo 51, CF. Compete **privativamente à Câmara dos Deputados**:

I - **autorizar**, por dois terços de seus membros, a instauração de **processo** contra o **Presidente e o Vice-Presidente** da República e os **Ministros de Estado**;

II - proceder à **tomada de contas** do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu **regimento interno**;

IV - dispor sobre sua **organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção** dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva **remuneração**, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

V - eleger membros do **Conselho da República**, nos termos do art. 89, VII.

4) Do Senado Federal

Na mesma toada do artigo 51, o artigo 52 da Constituição delimita as competências da outra Casa do Congresso Nacional, o Senado Federal.

Artigo 52, CF. Compete **privativamente ao Senado Federal**:

I - **processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente** da República nos **crimes de responsabilidade**, bem como os **Ministros de Estado** e os **Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica** nos crimes da mesma natureza **conexos** com aqueles;

II - processar e julgar os **Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União** nos crimes de responsabilidade;

III - **aprovar** previamente, por voto secreto, após arguição pública, a **escolha de**:

a) **Magistrados**, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) **Ministros** do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) **Governador de Território**;

d) Presidente e diretores do **banco central**;

e) **Procurador-Geral da República**;

f) titulares de **outros cargos** que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após **arguição** em sessão secreta, a escolha dos **chefes de missão diplomática** de caráter permanente;

V - autorizar **operações externas** de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - **fixar**, por proposta do Presidente da República, **limites globais para o montante da dívida consolidada** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - **dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a **concessão de garantia da União** em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos **Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**;

X - **suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal**;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a **exoneração**, de ofício, do **Procurador-Geral da República** antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu **regimento interno**;

XIII - dispor sobre sua **organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção** dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva **remuneração**, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV - eleger **membros do Conselho da República**, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a **funcionalidade do Sistema Tributário Nacional**, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos **incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal**, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

5) Das reuniões

O artigo 57 da Constituição descreve os períodos de reuniões do Congresso Nacional e as hipóteses de sessão conjunta e de convocação extraordinária, além de outras situações práticas envolvidas no funcionamento do Legislativo Federal:

Artigo 57, CF. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de **2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro**.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o **primeiro dia útil subsequente**, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A sessão legislativa **não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias**.

§ 3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em **sessão conjunta** para:

I - **inaugurar** a sessão legislativa;

II - elaborar o **regimento comum** e regular a criação de **serviços comuns** às duas Casas;

III - receber o **compromisso** do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV - conhecer do **veto** e sobre ele deliberar.

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em **sessões preparatórias**, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 5º A **Mesa do Congresso Nacional** será **presidida pelo Presidente do Senado Federal**, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 6º A **convocação extraordinária** do Congresso Nacional far-se-á:

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de **estado de defesa ou de intervenção federal**, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o **compromisso e a posse** do Presidente e do Vice-Presidente da República;

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de **urgência ou interesse público relevante**, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional **somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado**, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

§ 8º Havendo **medidas provisórias** em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas **automaticamente incluídas na pauta da convocação**.

Vale destacar que durante o recesso o Congresso Nacional não fica isento de qualquer tipo de atividade, prevendo o artigo 58, CF em seu §4º:

Art. 58, §4º, CF. Durante o **recesso**, haverá uma **Comissão representativa do Congresso Nacional**, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

6) Das comissões

O Poder Legislativo não funciona exclusivamente com suas Casas, pois a elas seria inviável lidar razoavelmente, apreciando com a devida profundidade, todas as temáticas de competência deste Poder. Para a apreciação específica e aprofundada de cada uma das iniciativas legislativas são criadas Comissões. Tais Comissões servem, ainda, para o exercício de outras competências do Legislativo, como a investigatória e fiscalizatória.

As comissões podem ser temporárias ou permanentes, conforme o tipo de finalidade para a qual é instituída (ex.: a Comissão de Constituição e Justiça é necessariamente uma comissão permanente que serve para apreciar a constitucionalidade de todos os projetos que tramitam na Casa; a Comissão Parlamentar de Inquérito é necessariamente temporária, perdurando por prazo determinado fixado para a realização de investigação).

Vale destacar que uma Comissão pode ter o poder, nos termos do regimento, de aprovar o Projeto de Lei sem que ele nem sequer passe pelo Plenário.

Nestes termos, o artigo 58, caput e §§ 1º e 2º, CF:

Artigo 58, CF. O Congresso Nacional e suas Casas terão **comissões permanentes e temporárias**, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo **regimento** ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a **representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares** que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - **discutir e votar projeto de lei que dispensar**, na forma do regimento, a **competência do Plenário**, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar **audiências públicas** com entidades da sociedade civil;

III - convocar **Ministros de Estado** para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber **petições, reclamações, representações ou queixas** de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar **depoimento** de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar **programas de obras, planos** nacionais, regionais e setoriais de **desenvolvimento** e sobre eles emitir **parecer**.

Merece atenção especial o §3º do artigo 58, CF, que aborda as Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs:

Art. 58, §3º, CF. As **comissões parlamentares de inquérito**, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Com efeito, as CPIs possuem a particularidade de servirem para a investigação e fiscalização de questões de relevante interesse nacional, caracterizando-se por:

- Poderes instrutórios – podem apurar fatos tal como é feito pelo Poder Judiciário. A regra somente não vale para interceptação telefônica e afins, competência exclusiva de magistrado.

- Instituição por uma das Casas do Congresso ou por ambas, mediante requerimento de um terço de seus membros (1/3 dos membros da Câmara ou 1/3 dos membros do Senado ou 1/3 dos membros do Congresso Nacional, sendo a última hipótese para comissão conjunta).

- Apuração de fato certo – A constituição não indica o que é fato determinado, mas o regimento da Câmara dos Deputados, em seu artigo 35, conceitua como sendo “o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão”.

- Prazo determinado – o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito não pode se prolongar irrestritamente no tempo, sendo necessário fixar prazo para a duração da CPI, embora este prazo seja prorrogável.

- Finalidade de promover a responsabilização civil e criminal de infratores – no entanto, não é a Comissão que decidirá sobre tal responsabilização, mas o Poder Judiciário por seu órgão competente. O conteúdo da CPI será, então, encaminhado ao Ministério Público para que tome as devidas providências.

7) Imunidades e prerrogativas parlamentares

As imunidades e impedimentos parlamentares, ao lado de questões correlatas, encontram previsão constitucional dos artigos 53 a 56 da Constituição Federal.

Imunidades parlamentares são prerrogativas que asseguram aos membros do Legislativo ampla liberdade, autonomia e independência no exercício de suas funções, sendo estas tanto inerentes a um aspecto material (inviolabilidade propriamente dita) quanto correlatas a um aspecto formal (sujeição a processamento por foro especial – foro por prerrogativa de função).

A essência da imunidade parlamentar está descrita no caput do artigo 53, CF:

Art. 53, CF. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

Trata-se da faceta material da imunidade parlamentar, consistente na inviolabilidade civil e penal por opiniões, palavras e votos. Entende-se que o parlamentar tem irrestrita liberdade de expressão na defesa de seus posicionamentos políticos, sob pena de se caracterizar uma ruptura no próprio modelo democrático, que exige o debate de ideias.

Por seu turno, a principal imunidade parlamentar de caráter formal está descrita no §1º do artigo 53, CF:

Art. 53, §1º, CF. Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

Propriamente, é o denominado foro por prerrogativa de função. Não se trata de privilégio pessoal, que tem a ver com a pessoa do parlamentar, mas de privilégio do cargo, inerente ao cargo.

Ainda sobre a questão do julgamento, estendem os §§ 3º a 5º do mesmo dispositivo:

Art. 53, §3º, CF. Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

Art. 53, §4º, CF. O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

Art. 53, §5º, CF. A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

Outras imunidades encontram-se descritas nos demais parágrafos do artigo 53. Neste sentido, o §2º do artigo 53 da Constituição aborda o impedimento de prisão, salvo em caso de flagrante por crime inafiançável:

Art. 53, §2º, CF. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

Ainda, disciplina o §6º do artigo 53 que:

Art. 53, §6º, CF. Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Prevê o §7º do artigo 53:

Art. 53, §7º, CF. A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

Destaca-se a perenidade destas imunidades parlamentares descritas no artigo 53, porque o §8º do dispositivo assegura:

Art. 53, §8º, CF. As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

No entanto, ao lado das imunidades, a Constituição Federal prevê vedações em seu artigo 54:

Artigo 54, CF. Os Deputados e Senadores não poderão: I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer **cargo, função ou emprego remunerado**, inclusive os de que sejam demissíveis 'ad nutum', nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a **posse**:

a) ser **proprietários, controladores ou diretores de empresa** que goze de favor decorrente de **contrato com pessoa jurídica de direito público**, ou nela exercer **função remunerada**;

b) ocupar **cargo ou função** de que sejam **demissíveis 'ad nutum'**, nas entidades referidas no inciso I, 'a';

c) **patrocinar causa** em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, 'a';

d) ser **titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo**.

A consequência do desrespeito a estas proibições é a perda do mandato, conforme o artigo 55, I, CF. Existem outras causas de perda de mandato, também descritas no artigo 55 da Constituição:

Artigo 55, CF. **Perderá o mandato** o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das **proibições estabelecidas no artigo anterior**;

II - cujo procedimento for declarado **incompatível com o decoro parlamentar**;

III - que **deixar de comparecer**, em cada sessão legislativa, à **terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer**, salvo **licença ou missão** por esta autorizada;

IV - que **perder ou tiver suspensos os direitos políticos**;

V - quando o **decretar a Justiça Eleitoral**, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer **condenação criminal em sentença transitada em julgado**.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o **abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional** ou a **percepção de vantagens indevidas**.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a **perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta**, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos **incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação** de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A **renúncia** de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus **efeitos suspensos** até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.

Por fim, o artigo 56 da Constituição disciplina situações em que poderia se entender a princípio que caberia a perda de mandato, notadamente por incompatibilidade ou afastamento, mas que não geram esta consequência por previsão expressa.

Artigo 56, CF. **Não perderá o mandato** o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de **Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária**;

II - **licenciado** pela respectiva Casa por **motivo de doença**, ou para tratar, sem remuneração, de **interesse particular**, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º O **suplente** será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á **eleição** para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá **optar pela remuneração** do mandato.

Processo legislativo

Processo legislativo é o conjunto de atos que devem ser praticados para a adequada elaboração das espécies normativas. O desatendimento das normas de processo legislativo gera inconstitucionalidade formal. O artigo 59 da Constituição Federal traz o rol de espécies normativas, sendo que cada qual exige um processo legislativo específico.

Por seu turno, quanto a estas espécies normativas, o processo legislativo pode adotar um procedimento sumário, ordinário (é a regra, válida como base para todos os demais processos legislativos, aplicável às leis ordinárias) ou especial (ex.: emenda constitucional, lei delegada, lei complementar – estabelecem-se variações em relação ao procedimento ordinário).

Destaca-se que a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Artigo 59, CF. O processo legislativo compreende a **elaboração** de:

I - **emendas à Constituição**;

II - **leis complementares**;

III - **leis ordinárias**;

IV - **leis delegadas**;

V - **medidas provisórias**;

VI - **decretos legislativos**;

VII - **resoluções**.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

As leis ordinárias são denominadas na Constituição como "leis", de modo que o constituinte só utiliza a expressão "lei ordinária" quando quer trazer uma contraposição com a lei complementar. Tanto é assim que as leis ordinárias do país são denominadas apenas como leis (Lei nº X); enquanto que as leis complementares são denominadas como tais (Lei complementar nº Y).

A primeira lei ordinária foi elaborada a partir da promulgação da Constituição de 1946, enquanto que a primeira lei complementar foi elaborada a partir da promulgação da Constituição de 1967. Não há problemas com o fato de existirem leis anteriores à Constituição Federal de 1988, eis que se faz presente o fenômeno da recepção.

Após enumerar as espécies normativas no artigo 59, a Constituição Federal descreve as peculiaridades de cada uma delas. Somente os decretos legislativos e as resoluções não são regulamentados no texto constitucional, mas em regimento interno do Congresso Nacional e de suas Casas.

1) Emenda à Constituição

As emendas à Constituição se sujeitam aos limites do poder de reforma, já abordadas quando da temática poder constituinte (artigo 60, §4º, CF). A possibilidade de emenda à Constituição decorre do Poder Constituinte derivado, investido pelo Poder Constituinte originário quando da elaboração do texto constitucional. Sendo assim, a Constituição Federal pode ser modificada mediante o processo legislativo adequado.

Se desrespeitado o processo legislativo adequado, haverá inconstitucionalidade. Destaca-se que isso responde à seguinte pergunta: é possível norma constitucional inconstitucional? A resposta é sim, desde que esta norma constitucional decorra de uma reforma do texto da Constituição. Em hipótese alguma há norma constitucional inconstitucional na redação originária da Constituição, na norma que decorra do Poder Constituinte originário.

Em outras palavras, o procedimento da emenda à Constituição descrito no artigo 60 deve ser respeitado para que a reforma constitucional possa produzir efeitos e adquirir plena vigência.

Basicamente, o processo legislativo da emenda constitucional é muito parecido com o processo legislativo da lei ordinária, diferenciando-se nos seguintes aspectos:

a) Iniciativa – como se depreende dos incisos do *caput* do artigo 60, a iniciativa para a apresentação de proposta de emenda constitucional é, em regra, coletiva. Somente o Presidente da República pode, sozinho, apresentar uma PEC. Um deputado federal ou um Senador sozinhos não possuem este poder, precisam da anuência de pelo menos um terço da Casa. Nem ao menos uma Assembleia Legislativa pode apresentar a proposta sozinha, precisa que a maioria dos membros presentes em sessão de votação concorde e também necessita estar acompanhada de mais da metade das Assembleias Legislativas do país (14, no mínimo). A doutrina entende majoritariamente que cabe a iniciativa popular, mas não se trata de previsão expressa do artigo 60 da Constituição. Nota-se que o poder de iniciativa legislativa é bastante diverso do fixado para os projetos de leis.

Artigo 60, caput, CF. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço, do mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;*
- II - do Presidente da República;*
- III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.*

b) Quórum para aprovação – nos termos do §2º do artigo 60 da Constituição, “a proposta será discutida e votada em **cada Casa** do Congresso Nacional, em **dois turnos**, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, **três quintos dos votos** dos respectivos membros”. Com efeito, para a emenda à Constituição exige-se quórum especial para a aprovação – 3/5 do total dos membros de cada Casa – além da votação em dois turnos – cada Casa vota duas vezes.

c) Promulgação – segundo o §3º do artigo 60 da Constituição, “a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem”. Como as emendas constitucionais decorrem de um poder exclusivo conferido ao Congresso Nacional, o Poder Constituinte, não serão enviadas ao Presidente da República para sanção, promulgação e publicação. Sendo assim, são promulgadas e remetidas para publicação pelas Mesas das Casas.

d) Limitações ao poder de reforma – o poder de reforma à Constituição se sujeita a diversos limites temporais, materiais e circunstanciais, já estudados, descritos notadamente nos §§ 1º, 4º e 5º do artigo 60 da Constituição.

Artigo 60, §1º, CF. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Artigo 60, §4º, CF. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado;*
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico;*
- III - a separação dos Poderes;*
- IV - os direitos e garantias individuais.*

Artigo 60, §5º, CF. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

e) Não aplicação do princípio da primazia da deliberação principal – se um projeto de emenda constitucional for emendado na deliberação revisional, irá voltar para a Casa da deliberação principal e, se esta não concordar com a emenda, volta novamente para a Casa da deliberação revisional, até se decidir sobre qual a redação que irá prevalecer. Instaura-se um vai e volta sem fim.

2) Leis ordinárias

Lei é um ato normativo típico revestido de abstração e generalidade. Por ser ato primário e autônomo, se sujeita diretamente ao controle de constitucionalidade, verificando-se sua conformidade/contrariedade com a Constituição Federal.

a) Fase introdutória – Iniciativa

A iniciativa das leis encontra regulamentação notadamente no *caput* do artigo 61, CF:

*Artigo 61, caput, CF. A **iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.***

A iniciativa pode ser parlamentar quando de membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional; ou extraparlamentar nos demais casos.

Ainda, poderá ser genérica, quando permitir que a iniciativa seja exercida quanto a quaisquer projetos de leis (membro ou Comissão do Congresso ou das Casas, Presidente da República, iniciativa popular); ou específica, quando permitir que apenas se apresentem projetos com relação a determinadas matérias (Supremo Tribunal Federal, Tribunais Superiores, Procurador-Geral da República e, apesar da não menção expressa, Tribunal de Contas da União).

O *caput* do artigo 61 não faz esta distinção expressamente, mas ela pode ser depreendida do texto constitucional e se mostra de extrema importância prática. É necessário atenção ao fato de que quando o constituinte confere a iniciativa a determinado órgão, esta é somente dele, ou seja, trata-se de competência reservada (ex.: o artigo 93, CF confere ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa quanto ao Estatuto da Magistratura e somente por projeto de lei apresentado por este órgão é possível alterá-lo).

A princípio, não existe um prazo para se exercer o poder de iniciativa. Logo, em regra, a iniciativa é um ato discricionário. No entanto, há casos em que o constituinte obriga a iniciativa num prazo determinado, o que é muito comum no que tange a questões financeiras e orçamentárias, caso em que se denomina a iniciativa de vinculada.

- Iniciativa reservada do Presidente da República

O chefe do Poder Executivo federal possui iniciativa reservada quanto a determinados projetos de lei, ou seja, somente ele poderá apresentá-los perante o Congresso Nacional:

Artigo 61, §1º, CF. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

- Iniciativa popular

A iniciativa popular é modo de exercício da democracia direta (artigo 14, III, CF). O cidadão sozinho não pode apresentar projeto de lei, mas é possível fazê-lo em conjunto com outros cidadãos, conforme regulamenta o §2º do artigo 60 da Constituição:

*Artigo 61, §2º, CF. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à **Câmara dos Deputados** de projeto de lei subscrito por, **no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.***

Extraem-se três requisitos: a) projeto subscrito por ao menos 1% do eleitorado nacional; b) assinaturas distribuídas em ao menos 5 Estados; c) ao menos 0,3% de eleitores em cada Estado.

b) Fase constitutiva – Deliberação

- Deliberação principal e deliberação revisional

O Poder Legislativo brasileiro adota um sistema bicameral, de modo que a deliberação principal é feita por uma das Casas e a deliberação revisional é feita pela outra. O que vai definir se a deliberação principal será feita pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal é a porta de entrada do projeto de lei.

Salvo no caso de projeto proposto por Senador ou Comissão do Senado Federal, o projeto de lei começa na Câmara dos Deputados. Neste sentido, o *caput* do artigo 64 da Constituição prevê que:

Artigo 64, CF. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

Assim, em regra, o projeto vai seguir após a deliberação principal para a deliberação revisional no Senado Federal, quando será possível a apresentação de emendas. Logo, se na deliberação revisional se optar por uma emenda ao projeto de lei, ele volta para a Casa que fez a deliberação principal. Esta emenda será votada e, caso se opte por não aceitá-la, predomina a deliberação principal (princípio da primazia da deliberação principal).

A respeito, tem-se o artigo 65 da Constituição:

*Artigo 65, CF. O projeto de lei aprovado por uma Casa será **revisto pela outra**, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.*

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

- Atuação das Comissões

Com efeito, após a fase de iniciativa, introdutória, o projeto será deliberado. Entretanto, antes de ir para o Plenário e ser votado, o projeto passa pelas Comissões, o que acontece tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Aliás, parecer da Comissão de Constituição e Justiça e o parecer da Comissão de Finanças e Tributação possuem o caráter terminativo, ou seja, impedem a continuidade do projeto com sua remessa ao Plenário ou a outra Comissão.

Todas as Comissões que possuam pertinência temática com o projeto serão envolvidas, sendo que a Comissão de Constituição e Justiça delibera a respeito de todos eles.

- Quórum de instalação

O quórum para instalação da sessão do Senado ou da Câmara é de maioria absoluta, ou seja, presença de ao menos metade dos membros.

- Limitação ao poder de emenda – vedação ao aumento de despesa

O constituinte estabelece no artigo 63 da Constituição a vedação ao aumento de despesa em determinados projetos quando passarem pela deliberação no Congresso Nacional.

*Artigo 63, CF. Não será admitido **aumento da despesa** prevista:*

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

- Procedimento sumário

O procedimento sumário está descrito nos §§ 1º a 4º do artigo 64 da Constituição Federal, permitindo a solicitação de urgência na apreciação de projetos de iniciativa do Presidente da República, não somente os de iniciativa privativa, mas os de quaisquer matérias. Disciplina o §1º do artigo 64 da Constituição:

*Art. 64, §1º, CF. O Presidente da República poderá **solicitar urgência** para apreciação de projetos de sua iniciativa.*

Contudo, diante das medidas provisórias, este procedimento sumário acabou esvaziado.

Prevê o §2º do artigo 64 da Constituição o seguinte:

*Art. 64, §2º, CF. Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até **quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas** da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.*

Fica obstruída a pauta, impedindo-se a deliberação de qualquer outro projeto, salvo votação de medida provisória e projetos de Código. Disciplina, ainda o §4º do artigo 64 da Constituição:

Art. 64, §4º, CF. Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

Nos termos do artigo 64, §3º, CF,

*Art. 64, §3º, CF. A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no **prazo de dez dias**, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.*

Se a iniciativa é do Presidente da República, obviamente, a deliberação principal sempre será feita pela Câmara e a revisional pelo Senado, sendo que em caso de emenda voltará para a Câmara que deverá apreciar em 10 dias.

- Reapresentação de projeto

Se um projeto de lei for barrado na fase de deliberação, não poderá ser reapresentado na mesma sessão legislativa, salvo proposta de maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional:

*Artigo 67, CF. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir **objeto de novo projeto**, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da **maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional**.*

- Deliberação executiva – sanção e veto

Se não apresentadas emendas na deliberação revisional, o projeto segue para a deliberação executiva do Presidente da República. Se apresentadas emendas e votadas pela Casa da deliberação principal, também segue para esta deliberação executiva (não importa se a Casa da deliberação principal votar contra a emenda, porque prevalece a redação original anterior à emenda que foi dada pela casa que fez a deliberação principal – é o princípio da primazia da deliberação principal). Fala-se em deliberação executiva porque o Presidente da República tem o poder de vetar dispositivos de lei.

*Artigo 66, CF. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o **sancionará**.*

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, **vetá-lo-á total ou parcialmente**, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

§ 2º O **veto parcial** somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará **sanção**.

§ 4º O **veto será apreciado em sessão conjunta**, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

§ 5º Se o **veto não for mantido**, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na **ordem do dia da sessão imediata**, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

O veto é, assim, a manifestação discordante do Chefe do Poder Executivo que impede que um Projeto de Lei (em parte ou no todo) se torne lei a não ser que seja derrubado pelo Congresso Nacional.

O veto se caracteriza por ser: expresso (não existe veto tácito), motivado (deve acompanhar justificativa do Chefe do Executivo), formalizado (pela mensagem de veto, enviada em até 48 horas ao Congresso Nacional e publicada no Diário Oficial); supressivo (não pode acrescentar nada, só suprimir a redação integral do dispositivo ou do projeto); irretratável (formalizado, o veto é irretratável pelo Presidente da República, ou seja, ele não pode mudar de ideia); superável (o Congresso Nacional pode derrubar o veto em sessão conjunta pela maioria absoluta dos membros de cada Casa, sendo que a não apreciação do veto gera obstrução de pauta).

Por seu turno, a sanção, que é o ato de concordância do Chefe do Poder Executivo com o Projeto apresentado, pode ser expressa (Presidente diz que sanciona) ou tácita (decurso do prazo de 15 dias úteis sem que tenha ocorrido o veto).

c) Fase complementar – Promulgação e publicação

A promulgação é a verificação da regularidade do procedimento de elaboração, a sua autenticação e o reconhecimento de sua potencialidade para produzir efeitos no mundo jurídico. Na sanção expressa, promulgação e sanção coexistem no mesmo tempo e no mesmo instrumento (se o Presidente diz que sanciona, também promulga). Na sanção tácita e na rejeição de veto também é necessária a promulgação.

A obrigação de promulgar é do Presidente da República, mas se trata de obrigação transmissível, conforme o §7º do artigo 66 da Constituição:

*Art. 66, §7º, CF. Se a lei não for **promulgada** dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.*

Da promulgação decorre a executoriedade da lei, mas só da publicação decorre a notoriedade da lei. Para a lei ser obrigatória, não basta ter executoriedade, é preciso também notoriedade. A obrigação de publicar é de quem promulga.

3) Leis delegadas

Trata-se de espécie normativa em desuso. Nela, o Presidente da República possui iniciativa solicitadora perante o Congresso Nacional, que mediante resolução autoriza especificando o conteúdo e os termos do exercício da delegação. Durante a delegação não se inibe a atuação legislativa do Congresso Nacional.

*Artigo 68, CF. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá **solicitar a delegação ao Congresso Nacional**.*

§ 1º **Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:**

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

II - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;

III - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º A delegação ao Presidente da República terá a forma de **resolução do Congresso Nacional**, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

4) Leis complementares

A distinção das leis complementares em relação às leis ordinárias tem um aspecto formal, pois “as **leis complementares** serão aprovadas por **maioria absoluta**” (artigo 69, CF) – é preciso a maioria do total de membros, não bastando a maioria dos presentes; bem como um aspecto material, pois o campo material sujeito a lei complementar é estabelecido pelo próprio constituinte.

Existem 3 correntes em resposta ao questionamento de haver ou não hierarquia entre lei complementar e lei ordinária:

a) Lei complementar está acima de lei ordinária na qualidade de um gênero interposto entre a Constituição Federal e a lei ordinária (Manoel Gonçalves Ferreira Filho);

b) Lei complementar está no mesmo patamar de lei ordinária porque o constituinte estabelece uma divisão criteriosa entre as matérias que devem ser regulamentadas por cada qual das espécies (tributaristas, STF);

c) Lei complementar está no mesmo patamar de lei ordinária se for uma lei complementar não normativa, ou seja, se não tiver por fim regulamentar matéria a ser regulada por lei ordinária, mas está acima de lei ordinária se for uma lei complementar normativa (José Afonso da Silva).

5) Medidas provisórias

Trata-se de espécie normativa que permite ao Presidente da República legislar em situações de relevância e urgência. Veio para substituir os Decretos-leis a partir da Constituição de 1988 porque se entendia que estes seriam um vestígio da ditadura.

Com a Emenda Constitucional nº 32/2001, a medida provisória passou a ter limitações materiais, eis que esta emenda incluiu todos os parágrafos do artigo 62 da Constituição (apenas o *caput* constava em sua redação originária). Da mesma forma, com esta emenda se regularam detalhes do processo legislativo da medida provisória perante o Congresso Nacional.

Por seu turno, o *caput* do artigo 62 da Constituição descreve os requisitos para a adoção de medidas provisórias – relevância e urgência. São conceitos abertos que remetem a uma discricionariedade do Presidente da República. Em que pese a abertura dos conceitos, o Supremo Tribunal Federal tem aceito o controle judicial caso a medida provisória viole critérios de razoabilidade ou caracterizem desvio ou excesso de poder.

A vigência do texto da medida provisória é imediata, embora o Congresso Nacional vá apreciá-la futuramente.

Artigo 62, CF. Em caso de **relevância e urgência**, o Presidente da República poderá adotar **medidas provisórias**, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É **vedada** a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) **nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral**;

b) **direito penal, processual penal e processual civil**;

c) **organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros**;

d) **planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares**, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a **detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro**;

III – reservada a **lei complementar**;

IV – já disciplinada em **projeto de lei aprovado** pelo Congresso Nacional e **pendente de sanção ou veto** do Presidente da República.

§ 2º Medida provisória que implique **instituição ou majoração de impostos**, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no **exercício financeiro seguinte** se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem **convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período**, devendo o **Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes**.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º **contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional**.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de **juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais**.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até **quarenta e cinco dias** contados de sua publicação, entrará em **regime de urgência**, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando **sobrestadas**, até que se ultime a votação, todas as demais **deliberações legislativas da Casa** em que estiver tramitando.

§ 7º **Prorrogar-se-á** uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, **não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional**.

§ 8º As medidas provisórias terão sua **votação iniciada na Câmara dos Deputados**.

§ 9º Caberá à **comissão mista** de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir **parecer**, antes de serem **apreciadas, em sessão separada**, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. É **vedada a reedição**, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido **rejeitada** ou que tenha **perdido sua eficácia** por decurso de prazo.

§ 11. **Não editado o decreto legislativo** a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência **conservar-se-ão por ela regidas**.

§ 12. Aprovado **projeto de lei de conversão** alterando o texto original da medida provisória, esta **manter-se-á integralmente em vigor** até que seja sancionado ou vetado o projeto.

6 O CONTROLE EXTERNO E OS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO.

Poder Legislativo: Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária

Estabelece o *caput* do artigo 70 da Constituição:

Artigo 70, *caput*, CF. A **fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de **receitas**, será exercida pelo **Congresso Nacional**, mediante **controle externo**, e pelo **sistema de controle interno** de cada Poder.

A fiscalização contábil, financeira e orçamentária regulada pela Constituição recai sobre as receitas da União e demais entidades da administração direta e indireta nesta esfera. Tal fiscalização se dá mediante controle externo, a ser exercido pelo Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas da União, e mediante controle interno, consoante órgãos instituídos pelo próprio Poder fiscalizado em seu âmbito interno.

Para que se viabilize esta atividade de fiscalização é necessária a instituição de obrigação de prestar contas, regulada no próprio artigo 70, CF em seu parágrafo único:

Artigo 70, parágrafo único, CF. **Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.**

a) Controle externo – Tribunal de Contas da União

Com efeito, o principal órgão que colabora com o controle externo na fiscalização exercida pelo Congresso Nacional é o Tribunal de Contas da União. A composição do Tribunal de Contas da União está regulamentada no artigo 73 da Constituição Federal, conferindo-se a capacidade de auto-organização e autoadministração assegurada aos órgãos do Poder Judiciário:

Artigo 73, CF. O Tribunal de Contas da União, integrado por **nove Ministros**, tem sede no Distrito Federal, **quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional**, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre **brasileiros** que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - **mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos** de idade;

II - **idoneidade moral e reputação ilibada**;

III - **notórios conhecimentos** jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - **mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.**

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão **escolhidos**:

I - **um terço pelo Presidente da República**, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II - **dois terços pelo Congresso Nacional.**

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas **garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça**, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

§ 4º O **auditor**, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

Por seu turno, as atribuições do Tribunal de Contas da União encontram-se descritas no artigo 71 da Constituição, envolvendo notadamente o auxílio ao Congresso Nacional no controle externo (tanto é assim que o Tribunal não susta diretamente os atos ilegais, mas solicita ao Congresso Nacional que o faça):

Artigo 71, CF. O **controle externo**, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o **auxílio** do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - **apreciar as contas** prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante **parecer** prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - **julgar as contas** dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - **apreciar**, para fins de registro, a **legalidade dos atos de admissão de pessoal**, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - **realizar**, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, **inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial**, nas unidades administrativas dos Poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário**, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as **contas nacionais das empresas supranacionais** de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a **aplicação de quaisquer recursos** repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as **informações solicitadas pelo Congresso Nacional**, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - **aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei**, que estabelecerá, entre outras cominações, **multa proporcional** ao dano causado ao erário;

IX - **assinar prazo** para que o órgão ou entidade adote as **providências necessárias ao exato cumprimento da lei**, se verificada ilegalidade;

X - **sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal**;

XI - **representar** ao Poder competente sobre **irregularidades ou abusos** apurados.

§ 1º No caso de contrato, o **ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional**, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não **efetivar as medidas** previstas no parágrafo anterior, o **Tribunal decidirá a respeito**.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte **imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo**.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, **relatório de suas atividades**.

Após, o artigo 72 regulamenta a atuação da Comissão Mista Permanente de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

*Artigo 72, CF. A **Comissão mista permanente** a que se refere o art. 166, §1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá **solicitar à autoridade governamental responsável** que, no prazo de cinco dias, preste os **esclarecimentos** necessários.*

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão **solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo** sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º Entendendo o Tribunal **irregular a despesa**, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, **proporá ao Congresso Nacional sua sustação**.

b) Controle interno

O controle interno será exercido em todos os Poderes mediante sistema integrado entre os órgãos do controle interno, bem como entre estes e o Tribunal de Contas da União, cuja finalidade está descrita no artigo 74 da Constituição.

*Artigo 74, CF. Os Poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário** manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*

*I - avaliar o cumprimento das **metas** previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II - comprovar a **legalidade** e avaliar os **resultados**, quanto à eficácia e eficiência, da **gestão** orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III - exercer o **controle** das **operações** de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV - **apoiar o controle externo** no exercício de sua missão institucional.*

§ 1º Os **responsáveis** pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão **ciência ao Tribunal de Contas da União**, sob pena de **responsabilidade solidária**.

§ 2º Qualquer **cidadão, partido político, associação ou sindicato** é parte legítima para, na forma da lei, **denunciar irregularidades ou ilegalidades** perante o Tribunal de Contas da União.

70 Disciplina o referido dispositivo: "Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. § 1º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados: I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República; II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58".

c) Simetria quanto aos demais entes federados

O artigo 75 da Constituição estabelece normativa mínima a ser aplicada à fiscalização contábil, financeira e orçamentária das demais unidades federativas, respeitando uma simetria constitucional.

*Artigo 75, CF. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos **Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal**, bem como dos **Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios**.*

*Parágrafo único. As **Constituições estaduais** disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por **sete Conselheiros**.*

7 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: ESTADO DE DEFESA, ESTADO DE SÍTIO, FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA.

Estado de Defesa e o Estado de Sítio

O título V, intitulado "Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas", trabalha em seu capítulo I com o Estado de Defesa e o Estado de Sítio.

Estado de defesa e estado de sítio são duas situações excepcionais decretadas pelo Chefe do Executivo Federal, cumpridos determinados requisitos, visando preservar o próprio Estado e suas instituições democráticas.

O estado de defesa é decretado para preservar ou restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

O estado de sítio é decretado quando estado de defesa não resolveu o problema, quando o problema atinge todo o país, ou em casos de guerra.

A disciplina se encontra do artigo 136, CF ao artigo 141, CF, que seguem.

Seção I DO ESTADO DE DEFESA

Art. 136, CF. O Presidente da República pode, **ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional**, decretar **estado de defesa** para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a **ordem pública** ou a **paz social** ameaçadas por grave e iminente **instabilidade institucional** ou atingidas por **calamidades de grandes proporções na natureza**.

§ 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o **tempo de sua duração**, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as **medidas coercitivas** a vigorarem, dentre as seguintes:

*I - **restrições** aos direitos de:*

*a) **reunião**, ainda que exercida no seio das associações;*

*b) **sigilo de correspondência**;*

*c) **sigilo de comunicação** telegráfica e telefônica;*

II - ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

§ 2º O tempo de duração do estado de defesa **não será superior a trinta dias**, podendo ser **prorrogado uma vez**, por **igual período**, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

§ 3º Na **vigência** do estado de defesa:

I - a prisão por **crime contra o Estado**, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;

II - a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do **estado físico e mental do detido** no momento de sua autuação;

III - a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a **dez dias**, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;

IV - é vedada a **incomunicabilidade** do preso.

§ 4º Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de **vinte e quatro horas**, submeterá o ato com a respectiva **justificação ao Congresso Nacional**, que decidirá por **maioria absoluta**.

§ 5º Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, **extraordinariamente**, no prazo de cinco dias.

§ 6º O Congresso Nacional **apreciará** o decreto dentro de **dez dias** contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

§ 7º **Rejeitado** o decreto, **cessa** imediatamente o estado de defesa.

Da disciplina do Estado de Defesa no artigo 136, CF podem ser extraídos alguns aspectos relevantes.

Primeiro, a finalidade do Estado de Defesa, que é a preservação ou restabelecimento em locais restritos e determinados a ordem pública e a paz social que estejam ameaçados por grave instabilidade institucional ou calamidade de grande proporção.

Ainda, a especificidade que se percebe pela exigência de determinação do local e do prazo de vigência (que não pode exceder 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias), bem como pela delimitação de medidas.

Nota-se que a natureza das medidas cabíveis ora se voltam ao estado de defesa por instabilidade institucional (casos do inciso I do §1º, restringindo certos sigilos e o direito de reunião) e ora se voltam ao estado de defesa por calamidade (caso do inciso II do §1º, com uso temporário de bens e serviços públicos).

Por fim, destaca-se que a decretação do Estado de Defesa, embora seja feita pelo Presidente da República, não é um ato arbitrário porque ele deve ouvir a opinião do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional e depois submeter o decreto para aprovação pelo Congresso Nacional por maioria absoluta.

Seção II DO ESTADO DE SÍTIO

Art. 137, CF. O Presidente da República pode, ouvidos o **Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional**, solicitar ao **Congresso Nacional** autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I - **comoção grave** de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

II - declaração de **estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira**.

Parágrafo único. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

Art. 138, CF. O decreto do estado de sítio indicará sua **duração**, as **normas** necessárias a sua execução e as **garantias constitucionais que ficarão suspensas**, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o **executor** das medidas específicas e as áreas abrangidas.

§ 1º O estado de sítio, no caso do art. 137, I, não poderá ser decretado por mais de **trinta dias**, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior; no do inciso II, poderá ser decretado por todo o **tempo que perdurar a guerra** ou a agressão armada estrangeira.

§ 2º Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará **extraordinariamente** o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

§ 3º O Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

Art. 139, CF. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, **só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas**:

I - obrigação de **permanência em localidade** determinada;

II - **detenção em edifício** não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;

III - **restrições** relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;

IV - suspensão da liberdade de **reunião**;

V - **busca e apreensão** em domicílio;

VI - intervenção nas **empresas** de serviços públicos;

VII - **requisição** de bens.

Parágrafo único. Não se inclui nas restrições do inciso III a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa.

No Estado de Sítio também é necessária a oitiva do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, bem como a aprovação pelo Congresso Nacional. As hipóteses são de grave comoção nacional, ineficácia do estado de defesa e estado de guerra. Também há requisitos de especificidade quanto ao tempo, áreas abrangidas e medidas coercitivas a serem aplicados no Estado de Sítio. Entre as medidas coercitivas cabíveis no Estado de Sítio, estão as enumeradas no artigo 139, CF.

Seção III DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 140, CF. A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará **Comissão** composta de cinco de seus membros para acompanhar e **fiscalizar a execução das medidas** referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

Art. 141, CF. Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus **efeitos**, sem prejuízo da **responsabilidade** pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.

Parágrafo único. Logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.

O Congresso Nacional, mediante Comissão específica, exerce atividade fiscalizatória das medidas coercitivas. Praticados atos atentatórios serão punidos mesmo após cessado o estado de defesa ou de sítio.

Forças armadas

Já o capítulo II do título V aborda as forças armadas, que exercem a defesa do Estado.

CAPÍTULO II DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 142, CF. As Forças Armadas, constituídas pela **Marinha**, pelo **Exército** e pela **Aeronáutica**, são **instituições nacionais permanentes e regulares**, organizadas com base na **hierarquia** e na **disciplina**, sob a autoridade suprema do **Presidente da República**, e destinam-se à defesa da **Pátria**, à garantia dos **poderes constitucionais** e, por iniciativa de qualquer destes, da **lei** e da **ordem**.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as **normas gerais** a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

§ 2º **Não caberá habeas corpus** em relação a punições disciplinares militares.

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados **militares**, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

I - as **patentes, com prerrogativas, direitos e deveres** a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas;

II - o militar em atividade que tomar **posse em cargo ou emprego público civil permanente**, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea 'c', será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil **temporária, não eletiva**, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea 'c', ficará **agregado** ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;

IV - ao militar são **proibidas a sindicalização e a greve**;

V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar **filiado a partidos políticos**;

VI - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado **indigno do oficialato ou com ele incompatível**, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra;

VII - o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao **julgamento** previsto no inciso anterior;

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea 'c';

IX - (Revogado)

X - a lei disporá sobre o **ingresso nas Forças Armadas**, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

Art. 143, CF. O **serviço militar é obrigatório** nos termos da lei.

§ 1º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir **serviço alternativo** aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

§ 2º As **mulheres** e os **eclesiásticos** ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

As Forças Armadas são compostas por Marinha, Exército e Aeronáutica e o chefe delas é o Presidente da República. Por terem a finalidade de defender a pátria, a Constituição, a lei e a ordem, são permanentes, regulares e hierarquizadas, além de terem vedações como o direito de greve e o direito de sindicalização, bem como de filiação a partidos políticos. Pela natureza diversa dos crimes praticados por estes militares, serão julgados por órgão próprio e perdem a garantia do *habeas corpus*. O alistamento militar é obrigatório, ainda que seja dispensado, caso em que ficará como reservista. A mulher não precisa prestar o serviço militar obrigatório, mas pode ser convocada para a prestação de outros serviços para o Estado, assim como os eclesiásticos.

Direito à segurança pública

A segurança tem um duplo aspecto na Constituição Federal, a saber, o aspecto de direito e garantia individual e coletivo, por estar prevista no *caput*, do artigo 5º, da Constituição Federal (ao lado do direito à vida, da liberdade, da igualdade, e da propriedade), bem como o aspecto de direito social, por estar prevista no artigo 6º, da Constituição Federal. A segurança do *caput*, do artigo 5º, CF, todavia, se refere à "*segurança jurídica*". Já a segurança do artigo 6º, CF, se refere à "*segurança pública*", a qual encontra disciplinamento no artigo 144, da Constituição da República.

Ademais, enquanto a Lei Fundamental pátria preceitua que a educação e a saúde são "direitos de todos e dever do Estado", fala, por outro lado, que a segurança pública, antes mesmo de ser direito de todos, é um "dever do Estado". Com isso, isto é, ao colocar a segurança pública antes de tudo como um dever do Estado, e só depois como um direito de todos, denota o compromisso dos agentes estatais em prevenir a desordem, e, consequencialmente, evitar a justiça por próprias mãos.

Neste prumo, no art. 144, *caput*, da Constituição Federal, se afirma que "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]". Conforme enumera o próprio artigo 144, CF em seus incisos, os órgãos responsáveis pela garantia da segurança pública, compondo sua estrutura, são: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; e polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Os parágrafos do artigo 144 regulamentam cada um destes órgãos que devem garantir a segurança pública, com suas respectivas competências:

Artigo 144, § 1º, CF. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Artigo 144, § 2º, CF. A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Artigo 144, § 3º, CF. A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

Artigo 144, § 4º, CF. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Artigo 144, § 1º, CF. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Artigo 144, § 6º, CF. As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios". Sendo que, nos termos do artigo 42, CF, "os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são **militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios**". § 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. § 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.

Artigo 144, § 7º, CF. A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Artigo 144, § 8º, CF. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Artigo 144, § 9º, CF. A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

Artigo 144, § 10, CF. A **segurança viária**, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e

II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

8 ORDEM SOCIAL: CIÊNCIA E TECNOLOGIA; MEIO AMBIENTE; E ÍNDIOS.

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como **base o primado do trabalho**, e como **objetivo o bem-estar e a justiça sociais**.

Ordem social é a expressão que se refere à organização da sociedade, proporcionando o bem-estar e a justiça social. Neste sentido, invariavelmente seus vetores se ligam aos direitos econômicos, sociais e culturais, bem como aos direitos difusos e coletivos (notadamente ambiental).

CAPÍTULO IV DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no caput, estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.

Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.

Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCIT) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCIT.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades.

O capítulo IV aborda a questão da ciência e tecnologia no âmbito da ordem social. Em verdade, o desenvolvimento científico e tecnológico é decorrência do investimento em educação, afinal, a pesquisa é uma das principais vertentes da educação e permite a implementação prática do conhecimento obtido em prol da sociedade.

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Direitos transindividuais são aqueles que não possuem um titular determinado e pertencem à coletividade, sendo também denominados direitos difusos e coletivos.

Em verdade, é possível diferenciar os direitos difusos dos coletivos, no sentido de que os primeiros são muito mais heterogêneos e vagos, não cabendo determinar o grupo ou categoria de pessoas atingidas, enquanto que segundos são mais específicos, recaindo sobre um grupo de pessoas que pode ser identificado, embora não plenamente determinado.

Aos direitos difusos e coletivos são conferidos mecanismos de tutela específicos para sua proteção, bem como atribuída competência para tanto a órgãos determinados que exercerão um papel representativo. No Brasil, destacam-se instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública. Sem prejuízo, como visto, há remédios constitucionais que se voltam à proteção de interesses desta categoria, como o mandado de segurança coletivo e a própria ação popular, sem falar na ação civil pública e na ação de improbidade administrativa, também mencionadas no texto constitucional.

Mancuso⁷¹ utiliza o termo interesses difusos e coletivos para tratar dos direitos difusos e coletivos, explicando que interesses podem ser:

a) Individuais: são os interesses privados, de cunho egoístico;

b) Metaindividuais: são interesses que excedem a órbita de atuação individual e se projetam numa ordem coletiva, podendo ser coletivos ou difusos;

c) Coletivos: concernentes a uma realidade coletiva, como profissão, categoria ou família, isto é, caracterizando-se pelo exercício coletivo de interesses coletivos. Nota-se que pertencem a grupos ou categorias de pessoas determináveis, possuindo uma só base jurídica;

d) Difusos: abrange um número indeterminado de pessoas reunidas pelo mesmo fato, logo, a base é mais ampla que dos interesses difusos (fato, não Direito) e o número de pessoas é indeterminado (não determinável como nos coletivos). Em verdade, excedem o interesse público ou geral.

Quanto às espécies de direitos difusos e coletivos, pode-se afirmar que há uma coletivização da maioria dos direitos individuais anteriormente reconhecidos e afirmados, na medida do possível conforme a situação em concreto, bem como a percepção de direitos que são puramente difusos ou coletivos.

Neste sentido, quando são tutelados direitos de uma categoria de pessoas vulneráveis, como o idoso, a criança, o portador de deficiência e o consumidor, saindo da dimensão individual e olhando de uma maneira mais ampla para o grupo, tem-se o enquadramento de tradicionais direitos individuais como direitos difusos e coletivos.

Nada impede, por outro lado, o reconhecimento de categorias de direitos difusos e coletivos que surgem de maneira autônoma, sem partir de um direito individual específico previamente garantido. Neste viés, destaca-se a questão do direito ao meio ambiente equilibrado.

O constituinte demonstra especial interesse na proteção desta categoria autônoma de direitos que é o direito ambiental, regulamentando a questão no capítulo VI do título VIII, que aborda a ordem social. Não obstante, prevê a "defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação" como princípio da ordem econômica (artigo 170, VI, CF).

71 MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Interesses difusos:** conceito e legitimação para agir. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 82-87.

O direito ao meio ambiente saudável é um clássico direito difuso, pertencente a toda a sociedade e não somente às presentes, mas também às futuras gerações. Com razão, o dever de cuidado é compartilhado entre Estado (em todas suas esferas, numa cooperação inter-regional, como se extrai de prescrições do §1º do artigo 225, CF) e sociedade.

CAPÍTULO VIII DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, «ad referendum» do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Os povos indígenas teciam os fios de sua própria história no território brasileiro antes da chegada de um Estado colonizador e intervencionista, que veio a se mostrar inapto para cumprir com suas próprias obrigações. O Estado deveria ser restituidor e garante do direito étnico e do direito comunitário, permitindo aos povos indígenas restaurar sua ordem institucional e retomar os fios de sua história. Mostra-se necessário ver a nação como uma coalizão de povos, permitindo que cada qual resolva seus conflitos internamente⁷².

A questão indígena encontra regulamentação no Título VIII, que aborda a ordem social, capítulo VIII.

Com vistas a assegurar a defesa destes direitos, confere-se legitimidade para as comunidades e organizações indígenas de ingresso no Judiciário para defesa de seus interesses, com intervenção do Ministério Público em todos os feitos.

EXERCÍCIOS

1. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (art. 1º da CF).

Com base no enunciado acima é correto afirmar, exceto:

(A) são objetivos fundamentais da república federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(B) a soberania, a cidadania e o pluralismo político não são fundamentos da república federativa do Brasil.

(C) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

(D) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.

(E) construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos fundamentais da república federativa do Brasil.

2. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014) A Constituição brasileira inicia com o Título I dedicado aos "princípios fundamentais", que são as regras informadoras de todo um sistema de normas, as diretrizes básicas do ordenamento constitucional brasileiro. São regras que contêm os mais importantes valores que informam a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil.

Diante dessa afirmação, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Nas relações internacionais, a República brasileira rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios: autodeterminação dos povos, defesa da paz, igualdade entre os Estados, concessão de asilo político.

II - Os princípios não são dotados de normatividade, ou seja, possuem efeito vinculante, mas constituem regras jurídicas efetivas.

III - Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer, pois implica ofensa a todo o sistema de comandos.

72 SEGATO, Rita Laura. Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com os legisladores. *Revista de Direito da Universidade de Brasília*. Brasília, v. 1, ano 1, p. 65-92, jan./jun.2014.

IV - São princípios que norteiam a atividade econômica no Brasil: a soberania nacional, a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor; a propriedade privada.

V - A diferença de salários, de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil a qualquer dos trabalhadores urbanos e rurais fere o princípio da igualdade do caput do art. 5º da Constituição Federal.

- (A) Apenas I, II, III estão corretas.
- (B) Apenas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas III e V estão corretas.
- (D) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
- (E) Todas as afirmações estão corretas.

3. (DPE/GO - Defensor Público - UFG/2014) A propósito dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, reconhece-se que:

- (A) o pluralismo político está inserido entre seus objetivos.
- (B) a livre iniciativa é um de seus fundamentos e se contrapõe ao valor social do trabalho.
- (C) a dignidade é também do nascituro, o que desautoriza, portanto, a prática da interrupção da gravidez quando decorrente de estupro.
- (D) a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação, é um de seus objetivos.
- (E) o legislativo, o executivo e o judiciário, dependentes e harmônicos entre si, são poderes da união.

4. (DPE/DF - Analista - Assistência Judiciária - FGV/2014) Sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, à luz do texto constitucional de 1988, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a República Federativa do Brasil tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (B) a República Federativa do Brasil tem como objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (C) todo o poder emana do povo, que o exerce unicamente por meio de representantes eleitos.
- (D) entre outros, são princípios adotados pela República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, os seguintes: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (E) a autodeterminação dos povos, a não intervenção e a defesa da paz são princípios regedores das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

5. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014) O art. 5º da Constituição Federal trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, espécie do gênero direitos e garantias fundamentais (Título II). Assim, apesar de referir-se, de modo expresso, apenas a direitos e deveres, também consagrou as garantias fundamentais. (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático, São Paulo: Saraiva, 2009, 13ª. ed., p. 671).

Com base na afirmação acima, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos.

II - O rol dos direitos expressos nos 78 incisos e parágrafos do art. 5º da Constituição Federal é meramente exemplificativo.

III - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

IV - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

V - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

- (A) Apenas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas III e V estão corretas.
- (D) Apenas IV e V estão corretas.
- (E) Todas as questões estão corretas.

6. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014) Os remédios constitucionais são as formas estabelecidas pela Constituição Federal para concretizar e proteger os direitos fundamentais a fim de que sejam assegurados os valores essenciais e indisponíveis do ser humano.

Assim, é correto afirmar, exceto:

- (A) O *habeas corpus* pode ser formulado sem advogado, não tendo de obedecer a qualquer formalidade processual, e o próprio cidadão prejudicado pode ser o autor.
- (B) O *habeas corpus* é utilizado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O autor da ação constitucional de *habeas corpus* recebe o nome de impetrante; o indivíduo em favor do qual se impetra, paciente, podendo ser o mesmo impetrante, e a autoridade que pratica a ilegalidade, autoridade coatora.
- (D) Caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- (E) O *habeas corpus* será preventivo quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência, ou repressivo, quando for concreta a lesão.

7. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014) Ainda em relação aos outros remédios constitucionais analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - O *habeas data* assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

II - Será concedido *habeas data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

III - Em se tratando de registro ou banco de dados de entidade governamental, o sujeito passivo na ação de *habeas data* será a pessoa jurídica componente da administração direta e indireta do Estado.

IV - O mandado de injunção serve para requerer à autoridade competente que faça uma lei para tornar viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

V - O pressuposto lógico do mandado de injunção é a demora legislativa que impede um direito de ser efetivado pela falta de complementação de uma lei.

- (A) Todas as afirmações estão corretas.
- (B) Apenas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas II, III e V estão corretas.
- (E) Apenas IV e V estão corretas.

8. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014) O devido processo legal estabelecido como direito do cidadão na Constituição Federal configura dupla proteção ao indivíduo, pois atua no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade de condições com o Estado para defender-se.

Com base na afirmação acima, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

II - A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

III - São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

IV - Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

V - Não haverá prisão civil por dívida, nem mesmo a do depositário infiel.

- (A) Apenas I, II e IV estão corretas.
- (B) Apenas I, III e V estão corretas.
- (C) Apenas III e IV estão corretas.
- (D) Apenas IV e V estão corretas.
- (E) Todas as questões estão corretas.

9. (PC/MG - Investigador de Polícia - FUMARC/2014) Sobre a Lei Penal, é CORRETO afirmar que

- (A) não retroage, salvo para beneficiar o réu.
- (B) não retroage, salvo se o fato criminoso ainda não for conhecido.
- (C) retroage, salvo disposição expressa em contrário.
- (D) retroage, se ainda não houver processo penal instaurado.

10. (PC/MG - Investigador de Polícia - FUMARC/2014) Sobre as garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal, é CORRETO afirmar que

- (A) a Lei Penal é sempre irretroativa.
- (B) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
- (C) não haverá pena de morte em nenhuma circunstância.
- (D) os templos religiosos, entendidos como casas de Deus, possuem garantia de inviolabilidade domiciliar.

11. (PC/MG - Investigador de Polícia - FUMARC/2014) NÃO figura entre as garantias expressas no artigo 5º da Constituição Federal:

- (A) a obtenção de certidões em repartições públicas.
- (B) a defesa do consumidor, prevista em estatuto próprio.
- (C) o respeito à integridade física dos presos, garantido pela lei de execução penal.
- (D) a remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, posto que contido na legislação ordinária trabalhista.

12. (PC/MG - Investigador de Polícia - FUMARC/2014) A casa é asilo inviolável do indivíduo, podendo-se nela entrar, sem permissão do morador, EXCETO

- (A) em caso de desastre.
- (B) em caso de flagrante delito.
- (C) para prestar socorro.
- (D) por determinação judicial, a qualquer hora.

13. (Prefeitura de Florianópolis/SC - Administrador - FGV/2014) Em tema de direitos e garantias fundamentais, o artigo 5º da Constituição da República estabelece que é:

- (A) livre a manifestação do pensamento, sendo fomentado o anonimato;
- (B) assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, que substitui o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem;
- (C) assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
- (D) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, ressalvados os casos de censura ou licença;
- (E) direito de todos receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, sendo vedada a alegação de sigilo por imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado.

14. (TJ-RJ - Técnico de Atividade Judiciária - FGV/2014) A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- (A) sempre terão a natureza jurídica de lei, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- (B) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;
- (C) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, desde que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de três quintos dos respectivos membros;
- (D) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- (E) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna.

15. (OAB - Exame de Ordem Unificado - FGV/2014)

Pedro promoveu ação em face da União Federal e seu pedido foi julgado procedente, com efeitos patrimoniais vencidos e vincendos, não havendo mais recurso a ser interposto. Posteriormente, o Congresso Nacional aprovou lei, que foi sancionada, extinguindo o direito reconhecido a Pedro. Após a publicação da referida lei, a Administração Pública federal notificou Pedro para devolver os valores recebidos, comunicando que não mais ocorreriam os pagamentos futuros, em decorrência da norma em foco.

Nos termos da Constituição Federal, assinale a opção correta

- (A) A lei não pode retroagir, porque a situação versa sobre direitos indisponíveis de Pedro
- (B) A lei não pode retroagir para prejudicar a coisa julgada formada em favor de Pedro.
- (C) A lei pode retroagir, pois não há direito adquirido de Pedro diante de nova legislação.
- (D) A lei pode retroagir, porque não há ato jurídico perfeito em favor de Pedro diante de pagamentos pendentes.

16. (SP-URBANISMO - Analista Administrativo - Jurídico - VUNESP/2014)

João apresenta requerimento junto à Prefeitura do Município de São Paulo, pleiteando que lhe seja informado o número de licitações, na modalidade pregão, realizadas pela São Paulo Urbanismo desde 2010. O pleito de João

- (A) não encontra previsão expressa como direito fundamental na Constituição Federal, mas, todavia, deverá ser acolhido em virtude do texto constitucional prever que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito
- (B) é constitucionalmente previsto, pois é a todos assegurado, mediante o pagamento de taxa, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder
- (C) não encontra amparo constitucional, uma vez que a obtenção de certidões em repartições públicas será atendida apenas se o objeto do pedido for para defesa de direitos ou para esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (D) encontra amparo constitucional, pois todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (E) é constitucionalmente previsto, devendo ser respondido em 48 (quarenta e oito) horas, pois a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

17. (TCE/PI - Assessor Jurídico - FCC/2014) A teoria da reserva do possível

- (A) significa a inoponibilidade do arbítrio estatal à efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais.
- (B) gira em torno da legitimidade constitucional do controle e da intervenção do poder judiciário em tema de implementação de políticas públicas, quando caracterizada hipótese de omissão governamental.
- (C) considera que as políticas públicas são reservadas discricionariamente à análise e intervenção do poder judiciário, que as limitará ou ampliará, de acordo com o caso concreto.
- (D) é sinônima, em significado e extensão, à teoria do mínimo existencial, examinado à luz da violação dos direitos fundamentais sociais, culturais e econômicos, como o direito à saúde e à educação básica.
- (E) defende a integridade e a intangibilidade dos direitos fundamentais, independentemente das possibilidades financeiras e orçamentárias do estado.

18. (Prefeitura de Recife/PE - Procurador - FCC/2014) A Emenda Constitucional nº 72, promulgada em 2 de abril de 2013, tem por finalidade estabelecer a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Nos termos de suas disposições, a Emenda

- (A) determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal e à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
- (B) instituiu vedação ao legislador para conferir tratamento diferenciado aos trabalhadores domésticos, em relação aos trabalhadores urbanos e rurais.
- (C) não determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à proteção em face da automação e à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
- (D) determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à proteção em face da automação e ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (E) não determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal e ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

19. (MDIC - Agente Administrativo - CESPE/2014)

Com referência à CF, aos direitos e garantias fundamentais, à organização político-administrativa, à administração pública e ao Poder Judiciário, julgue os itens subsecutivos.

A CF prevê o direito de greve na iniciativa privada e determina que cabe à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

- Certo ()
- Errado ()

20. (TJ/MT - Juiz de Direito - FMP/2014) Assinale a alternativa correta.

- (A) O rol de direitos sociais nos incisos do art. 7º e seguintes é exaustivo.
- (B) É vedada a redução proporcional do salário do trabalhador sob qualquer hipótese.
- (C) É assegurado ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais do que o salário normal.
- (D) A licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, não está constitucionalmente prevista, mas é determinada pela CLT.
- (E) O direito à licença paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, não está constitucionalmente previsto, mas é determinado pela CLT.

21. (TRT/16ª REGIÃO/MA - Analista Judiciário - FCC/2014) Pietro, nascido na Itália, naturalizou-se brasileiro no ano de 2012. No ano de 2011, Pietro acabou cometendo um crime de roubo, cuja autoria foi apurada apenas no ano de 2013, sendo instaurada a competente ação penal, culminando com a condenação de Pietro, pela Justiça Pública, ao cumprimento da pena de 05 anos e 04 meses de reclusão, em regime inicial fechado, por sentença transitada em julgado. Neste caso, nos termos estabelecidos pela Constituição federal, Pietro

- (A) não poderá ser extraditado, tendo em vista a quantidade de pena que lhe foi imposta pelo Poder Judiciário.
- (B) não poderá ser extraditado, pois o crime foi cometido antes da sua naturalização.
- (C) poderá ser extraditado.
- (D) não poderá ser extraditado, pois não cometeu crime hediondo ou de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afim.
- (E) não poderá ser extraditado, pois a sentença condenatória transitou em julgado após a naturalização.

22. (PC/SP - Delegado de Polícia - VUNESP/2014) É privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Senador.
- (C) Juiz de Direito.
- (D) Delegado de Polícia.
- (E) Deputado Federal.

23. (PC/TO - Delegado de Polícia - Aroeira/2014) No caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, o condenado terá seus direitos políticos:

- (A) mantidos.
- (B) cassados.
- (C) perdidos.
- (D) suspensos.

24. (OAB XIII - Primeira Fase - FGV/2014) No que concerne às condições de elegibilidade para o cargo de prefeito previstas na CRFB/88, assinale a opção correta.

- (A) José, ex-prefeito, que renunciou ao cargo 120 dias antes da eleição poderá candidatar-se à reeleição ao cargo de prefeito.

(B) João, brasileiro, solteiro, 22 anos, poderá candidatar-se, pela primeira vez, ao cargo de prefeito.

(C) Marcos, brasileiro, 35 anos e analfabeto, poderá candidatar-se ao cargo de prefeito.

(D) Luís, capitão do exército com 5 anos de serviço, mas que não pretende e nem irá afastar-se das atividades militares, poderá candidatar-se ao cargo de prefeito.

25. (TJ/MT - Juiz - FMP-RS/2014) Assinale a alternativa correta a respeito dos partidos políticos.

(A) É vedado a eles o recebimento de recursos financeiros por parte de empresas transnacionais.

(B) É assegurado a eles o acesso gratuito à propaganda no rádio e na televisão, exceto aqueles que não possuam representação no Congresso Nacional.

(C) Os partidos devem, obrigatoriamente, ter caráter nacional.

(D) Os partidos devem, após cada campanha, apresentar ao Congresso Nacional a sua prestação de contas para aprovação.

(E) Em razão de sua importante função institucional, os partidos políticos possuem natureza jurídica de direito público.

26. (TJ/SE - Técnico Judiciário - Área Judiciária - CES-PE/2014) Julgue os itens seguintes, em relação à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

O poder constituinte dos estados, dada a sua condição de ente federativo autônomo, é soberano e ilimitado.

- Certo ()
- Errado ()

27. (TJ/SE - Técnico Judiciário - Área Judiciária - CES-PE/2014) Julgue os itens seguintes, em relação à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

A despeito de serem entes federativos, os territórios federais carecem de autonomia.

- Certo ()
- Errado ()

28. (TRT/23ª REGIÃO (MT) - Juiz Substituto - TRT 23ªR/2014) Sobre a administração pública, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e impessoalidade.

(B) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

(C) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, prece-dência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

(D) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos se estende a emprego e funções, não abrangendo, pois, sociedades de economia mista.

(E) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se, apenas, às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

29. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014) "A administração pública pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado". (MORAES, Alexandre de, Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2007, 22. ed., p. 310)

Com base no que determina a Constituição Federal a respeito da administração pública é correto afirmar, exceto:

- (A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.
- (B) A Administração pública direta e indireta obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (D) A Constituição Federal não veda a acumulação remunerada de cargos públicos.
- (E) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

30. (AGU - Administrador - IDECAN/2014) Com relação à competência privativa da União para legislar, é INCORRETO afirmar que compete privativamente à União legislar sobre

- (A) registros públicos.
- (B) comércio exterior e interestadual.
- (C) organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.
- (D) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- (E) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

31. (AGU - Administrador - IDECAN/2014) Considerando as regras constitucionais sobre a administração pública, analise as afirmativas.

I. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

II. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

III. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

32. (TJ/RJ - Juiz Substituto - VUNESP/2014) Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- (A) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, enquanto os Estados e o Distrito Federal atuarão exclusivamente nos ensinos fundamental e médio.
- (B) As pessoas físicas que praticarem condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente ficarão sujeitas às respectivas sanções penais e administrativas, e as pessoas jurídicas serão obrigadas, exclusivamente, a reparar os danos causados ao meio ambiente.
- (C) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- (D) É vedado às universidades e às instituições de pesquisa científica e tecnológica admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

33. (SEAP/DF - Analista Direito - IADES/2014) Acerca da organização do Estado, em consonância com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (B) É competência exclusiva da União proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- (C) É competência exclusiva dos estados impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- (D) Compete, exclusivamente, à União legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- (E) Compete, exclusivamente, aos estados legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.

34. (TRT/18ª REGIÃO/GO - Juiz do Trabalho - FCC/2014) O exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis da Administração direta

- (A) deve ser considerado inconstitucional, até que seja editada a lei definidora dos termos e limites em que possa ser exercido, a fim de preservar a continuidade da prestação dos serviços públicos.
- (B) deve ser considerado abusivo se exercido por servidores públicos em estágio probatório.
- (C) é constitucional, visto que previsto em norma da constituição federal com aplicabilidade imediata, não necessitando de regulamentação, nem de integração normativa, para que o direito nela previsto possa ser exercido.

(D) é constitucional, devendo, no entanto, observar a regulamentação legislativa da greve dos trabalhadores em geral, que se aplica, naquilo que couber, aos servidores públicos enquanto não for promulgada lei específica para o exercício desse direito.

(E) é constitucional e poderá ensejar convenção coletiva em que seja prevista a majoração dos vencimentos dos servidores públicos.

35. (TRT/18ª REGIÃO/GO - Juiz do Trabalho - FCC/2014) Certo Município editou lei municipal que disciplinou o horário de funcionamento de farmácias e drogarias. O sindicato dos empregados do comércio da região pretende impugnar judicialmente a referida norma, sob o argumento de que o Município não teria competência para legislar sobre a matéria, mesmo na ausência de lei federal e estadual sobre o tema. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão do sindicato

(A) não encontra fundamento constitucional, uma vez que cabe aos Municípios fixar o horário de funcionamento desses estabelecimentos, inserindo-se a matéria na sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

(B) não encontra fundamento constitucional, uma vez que, apesar da matéria se inserir na competência residual dos Estados, cabe aos Municípios suprir a ausência de lei estadual para atender as suas peculiaridades locais.

(C) encontra fundamento constitucional, uma vez que a ausência de norma federal disciplinando a matéria não poderia ser suprida por lei estadual, nem por lei municipal.

(D) encontra fundamento constitucional, uma vez que, inexistindo lei federal a respeito, apenas os Estados poderiam legislar sobre a matéria para atender as suas peculiaridades.

(E) encontra fundamento constitucional, uma vez que a matéria insere-se na competência residual dos Estados para legislar sobre as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.

36. (PC/SP - Delegado de Polícia - VUNESP/2014) Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) produção e consumo.
- (B) assistência jurídica e defensoria pública.
- (C) trânsito e transporte.
- (D) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (E) educação, cultura, ensino e desporto.

37. (PC/SP - Delegado de Polícia - VUNESP/2014) Os atos de improbidade administrativa importarão, nos termos da Constituição Federal, dentre outros,

- (A) a prisão provisória, sem direito à fiança.
- (B) a indisponibilidade dos bens.
- (C) a impossibilidade de deixar o país.
- (D) a suspensão dos direitos civis.
- (E) o pagamento de multa ao fundo de proteção social.

38. (OAB XIII - Primeira Fase - FGV/2014) José é cidadão do município W, onde está localizado o distrito de B. Após consultas informais, José verifica o desejo da população distrital de obter a emancipação do distrito em relação ao município de origem.

De acordo com as normas constitucionais federais, dentre outros requisitos para legitimar a criação de um novo Município, são indispensáveis:

- (A) lei estadual e referendo.
- (B) lei municipal e plebiscito.
- (C) lei municipal e referendo.
- (D) lei estadual e plebiscito.

39. (MPE/MG - Promotor de Justiça - MPE/2014) Assinale a afirmativa INCORRETA:

(A) O federalismo por agregação surge quando Estados soberanos cedem uma parcela de sua soberania para formar um ente único.

(B) O federalismo dualista caracteriza-se pela sujeição dos Estados federados à União.

(C) O federalismo centrípeto se caracteriza pelo fortalecimento do poder central decorrente da predominância de atribuições conferidas à União.

(D) No federalismo atípico, constata-se a existência de três esferas de competências: União, Estados e Municípios.

40. (TRT/23ª REGIÃO (MT) - Juiz Substituto - TRT 23ªR/2014) Sobre o processo legislativo, aponte a alternativa CORRETA:

(A) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República ou de Mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta de seus membros.

(B) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa por deliberação de, no mínimo, dois terços dos membros de uma das Casas Legislativas.

(C) São de iniciativa privativa do Presidente da República leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.

(D) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais superiores terão início no Senado Federal.

(E) As leis complementares serão aprovadas por maioria simples.

41. (TJ/RJ - Juiz Substituto - VUNESP/2014) No tocante às normas constitucionais referentes ao processo legislativo, assinale a alternativa correta.

(A) São de iniciativa privativa do Presidente da República, entre outras, as leis que disponham sobre organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

(B) É vedada a edição de medidas provisórias, entre outras, sobre matéria relativa a: direito eleitoral, direito civil, direito penal, direito processual penal, direito processual civil e organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

(C) Se a medida provisória não for apreciada em até cento e vinte dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

(D) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou, se o projeto for emendado ou rejeitado, voltará à Casa iniciadora.

42. (TRT/16ª REGIÃO/MA - Analista Judiciário - FCC/2014) Nos termos estabelecidos pela Constituição federal NÃO é atribuição constitucional do Tribunal de Contas da União

(A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

(B) julgar as contas do presidente da república.

(C) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando à câmara dos deputados e ao senado federal.

(D) apreciar, em regra, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta.

(E) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a união participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado consultivo.

43. (TRT/16ª REGIÃO/MA - Analista Judiciário - FCC/2014) Analise a seguinte situação hipotética: "Tício, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, é indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor este Tribunal Superior e ocupar a vaga do Ministro Fúlvio, aposentado neste ano de 2014". Antes de ser nomeado pelo Presidente da República o nome do Magistrado Tício deverá ser aprovado pela maioria

(A) absoluta do Senado Federal.

(B) absoluta do Congresso Nacional.

(C) simples do Senado Federal.

(D) simples do Congresso Nacional.

(E) absoluta do Supremo Tribunal Federal.

44. (DPE/DF - Analista - Assistência Judiciária - FGV/2014) Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário constataram a presença de mulheres detidas em cadeia pública masculina em uma unidade federativa brasileira. As detentas reclamavam da infraestrutura precária e confirmaram denúncias de que uma menina de 16 anos ficou detida na mesma unidade prisional estatal por 12 dias. Diante de tais circunstâncias político-administrativas, havendo a intervenção federal para assegurar a garantia dos direitos da pessoa humana, ela deverá ser decretada pelo Presidente da República:

(A) espontaneamente, sem necessidade de controle político do Congresso Nacional.

(B) após requisição do Superior Tribunal de Justiça.

(C) após prévia autorização do Congresso Nacional.

(D) após provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

(E) após anuência do Judiciário, a se fazer por decisão de seu Órgão Especial, com chancela final do Legislativo do Estado.

45. (Prefeitura de Recife/PE - Procurador- FCC/2014)

Ao analisar o funcionamento do bicameralismo brasileiro no âmbito do processo legislativo, Manoel Gonçalves Ferreira Filho apresenta a seguinte lição: "as Câmaras no processo legislativo brasileiro não estão em pé de igualdade" (cf. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 39. ed., 2013). Alude, assim, o autor ao caráter assimétrico, imperfeito ou desigual que informa a atuação das Casas do Congresso Nacional nos processos de

(A) apreciação dos vetos presidenciais e de elaboração das leis ordinárias e complementares.

(B) conversão de medida provisória em lei e de elaboração das leis ordinárias e complementares.

(C) revisão constitucional e de elaboração das leis ordinárias e complementares.

(D) conversão de medida provisória em lei e de elaboração das emendas constitucionais.

(E) elaboração das emendas constitucionais e de aprovação de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos com estatuta equivalente às emendas constitucionais.

46. (PC-SE - Escrivão substituto - IBFC/2014) Segundo a Constituição Federal, no capítulo "Do Poder Executivo", compete ao Presidente da República, exceto:

(A) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

(B) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

(C) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal

(D) Dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

47. (PC-SE - Agente de Polícia Judiciária - IBFC/2014)

Segundo a Constituição Federal, no capítulo "Do Poder Executivo", o Presidente e o Vice-Presidente da República poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país, sob pena de perda do cargo, por até:

(A) 15 dias.

(B) 30 dias.

(C) 45 dias.

(D) 60 dias.

48. (PC/PI - Delegado de Polícia – UESPI/2014) Considerando o que estabelecem as normas constitucionais sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A perda do cargo é a consequência inafastável para o Prefeito que assumir outro cargo ou função na Administração Pública, seja direta ou indireta.

(B) A vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, verificada nos últimos dois anos do mandato, ensejará a realização de eleição, pelo Congresso Nacional, para ambos os cargos vagos, a ser realizada trinta dias depois da última vaga.

(C) Do Conselho da República participam, também, seis cidadãos brasileiros, com mais de trinta e cinco anos de idade, nomeados pelo Presidente da República, todos com mandato de quatro anos, admitida uma única recondução.

(D) Os requisitos constitucionais para assumir o cargo de Ministro de Estado, auxiliar do Presidente da República, são os seguintes: ter mais de vinte e um anos de idade; estar no exercício dos direitos políticos; e ser brasileiro nato.

(E) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pela Câmara dos Deputados, sob a direção do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a necessária autorização prévia do Senado Federal.

49. (OAB XIII - Primeira Fase - FGV/2014) Imagine a hipótese na qual o avião presidencial sofre um acidente, vindo a vitimar o Presidente da República e seu Vice, após a conclusão do terceiro ano de mandato.

A partir da hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) O Presidente do Senado Federal assume o cargo e completa o mandato.

(B) O Presidente da Câmara dos Deputados assume o cargo e convoca eleições que realizar-se-ão noventa dias depois de abertas as vagas.

(C) O Presidente do Congresso Nacional assume o cargo e completa o mandato.

(D) O Presidente da Câmara dos Deputados assume o cargo e convoca eleições que serão realizadas trinta dias após a abertura das vagas, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

RESPOSTAS

1. Resposta: "B". Todas as alternativas descrevem características, atributos do Estado Democrático de Direito que é a República Federativa brasileira, notadamente: erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades (artigo 3º, III, CF); soberania, cidadania e pluralismo político (artigo 1º, I, II e V, CF); princípio da legalidade (artigo 5º, II, CF); liberdade de expressão (artigo 5º, IV, CF); construção de sociedade justa, livre e solidária (artigo 3º, I, CF). Sendo assim, incorreta a afirmação de que soberania, cidadania e pluralismo político não são fundamentos da República Federativa do Brasil, pois estão como tais enumerados no artigo 1º, CF, além de decorrerem da própria estrutura de um Estado Democrático de Direito.

2. Resposta: "D". O item "I" descreve alguns dos princípios que regem as relações internacionais brasileiras, enumerados no artigo 4º, CF, estando correto; o item "II" afasta a normatividade dos princípios, o que é incorreto, pois os princípios têm forma normativa e, inclusive, podem ser aplicados de forma autônoma se não houver lei específica a respeito ou se esta se mostrar inadequada, por isso mesmo, correta a afirmação do item "III"; os princípios descritos no item "IV" são alguns dos que regem a ordem econômica, enumerados no artigo 170, CF, restando correta; o item "V" traz um exemplo de violação ao princípio da igualdade material, assegurado no artigo 5º, CF e refletido em todo texto constitucional, estando assim correto. Logo, apenas o item "II" está incorreto.

3. Resposta: "D". O artigo 1º, CF traz os princípios fundamentais (fundamentos) da República Federativa do Brasil: "I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político". O princípio de "A" se encontra no inciso V; o de "B" no inciso IV; o de "C" no inciso III, pois viola a dignidade humana da mãe forçá-la a dar luz à um filho que resulte de estupro; o de "E" decorre dos incisos I e II e é previsão do artigo 2º, que dispõe que "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Somente resta a alternativa "D", que apesar de realmente trazer um objetivo da República Federativa brasileira – previsto no artigo 3º, IV, não tem a ver com os princípios fundamentais, mas sim com os objetivos.

4. Resposta: "C". A democracia brasileira adota a modalidade semidireta, porque possibilita a participação popular direta no poder por intermédio de processos como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Como são hipóteses restritas, pode-se afirmar que a democracia indireta é predominantemente adotada no Brasil, por meio do sufrágio universal e do voto direto e secreto com igual valor para todos. Contudo, não é a única maneira de se exercer o poder (artigo 14, CF e artigo 1º, parágrafo único, CF).

5. Resposta: "E". "I" está correta porque a principal diferença entre direitos e garantias é que os primeiros servem para determinar os bens jurídicos tutelados e as segundas são os instrumentos para assegurar estes (ex: direito de liberdade de locomoção – garantia do *habeas corpus*). "II" está correta, afinal, o próprio artigo 5º prevê em seu §2º que "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte", fundamento que também demonstra que o item "III" está correto. O item IV traz cópia do artigo 5º, X, CF, que prevê que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação"; o que faz também o item V com relação ao artigo 5º, VI, CF que diz que "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias". Sendo assim, todas afirmativas estão corretas.

6. Resposta: "D". O habeas corpus é garantia prevista no artigo 5º, LXVIII, CF: "conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder". A respeito dele, a lei busca torná-lo o mais acessível possível, por ser diretamente relacionado a um direito fundamental da pessoa humana. O objeto de tutela é a liberdade de locomoção; a propositura não depende de advogado; o que propõe a ação é denominado impetrante e quem será por ela beneficiado é chamado paciente (podendo a mesma pessoa ser os dois), contra quem é proposta a ação é a denominada autoridade coatora; e é possível utilizar *habeas corpus* repressivamente e preventivamente. Por sua vez, a Constituição Federal prevê no artigo 142, §2º que "não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares".

7. Resposta: "A". No que tange ao tema, destaque para os seguintes incisos do artigo 5º da CF: "LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania; LXXII - conceder-se-á *habeas data*: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo". Os itens "I" e "II" repetem o teor do artigo 5º, LXXII, CF. Já o item "III" decorre logicamente da previsão dos direitos fundamentais como limitadores da atuação do Estado, logo, as informações requeridas serão contra uma entidade governamental da administração direta ou indireta. Por sua vez, o item "IV" reflete o artigo 5º, LXXI, CF, do qual decorre logicamente o item "V", posto que a demora do legislador em regulamentar uma norma constitucional de aplicabilidade mediata, que necessita do preenchimento de seu conteúdo, evidencia-se em risco aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

8. Resposta: "A". Nos termos do artigo 5º, LIII, CF, "ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", restando o item "I" correto; pelo artigo 5º, LX, CF, "a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem", motivo pelo qual o item "II" está correto; e prevê o artigo 5º, LXVI, CF que "ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança", confirmando o item "IV". Por sua vez, o item "III" está incorreto porque "são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos" (artigo 5º, LVI, CF); e o item "V" está incorreto porque a jurisprudência atual ainda aceita a prisão civil do devedor de alimentos, sendo que o texto constitucional autoriza tanto esta quanto a do depositário infiel (artigo 5º, LXVII, CF).

9. Resposta: "A". Preconiza o artigo 5º, XL, CF: "XL - a lei penal **não retroagirá**, salvo para **beneficiar** o réu". Assim, se vier uma lei posterior ao fato que o exclua do rol de crimes ou que confira tratamento mais benéfico (diminuindo a pena ou alterando o regime de cumprimento, notadamente), ela será aplicada.

10. Resposta: "B". Neste sentido, prevê o artigo 5º, XLII, CF: "XLII - a prática do **racismo** constitui crime **inafiável e imprescritível**, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei", restando "B" correta. "A" é incorreta porque a lei penal retroage para beneficiar o réu; "C" é incorreta porque é aceita a pena de morte para os crimes militares praticados em tempo de guerra; "D" é incorreta porque igrejas não possuem inviolabilidade domiciliar.

11. Resposta: "D". Embora o direito previsto na alternativa "D" seja um direito fundamental, não é um direito individual, logo, não está previsto no artigo 5º, e sim no artigo 7º, CF, em seu inciso IX ("remuneração do trabalho noturno superior à do diurno").

12. Resposta: "D". A propósito, o artigo 5º, XI, CF dispõe: "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, **durante o dia**, por determinação judicial". Sendo assim, não cabe o ingresso por determinação judicial a qualquer hora, mas somente durante o dia.

13. Resposta: C. Dispõe o artigo 5º, CF em seu inciso XIV: "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional".

14. Resposta: "C". Estabelece o §3º do artigo 5º, CF: "Os **tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos** que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". Logo, é necessário o preenchimento de determinados requisitos para a incorporação.

15. Resposta: "B". No que tange à segurança jurídica, tem-se o disposto no artigo 5º, XXXVI, CF: "XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada". A coisa julgada se formou a favor de Pedro e não pode ser quebrada por lei posterior que altere a situação fático-jurídica, sob pena de se atentar contra a segurança jurídica.

16. Resposta: "D". Trata-se de garantia constitucional prevista no artigo 5º, XXXIII, CF: "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

17. Resposta: "B". A teoria da reserva do possível busca impedir que se argumente por uma obrigação infinita do Estado de atender direitos econômicos, sociais e culturais. No entanto, não pode ser invocada como muleta para impedir que estes direitos adquiram efetividade. Se a invocação da reserva do possível não demonstrar cabalmente que o Estado não tem condições de arcar com as despesas, o Poder Judiciário irá intervir e sanar a omissão.

18. Resposta: "C". A Emenda Constitucional nº 72/2013, que ficou conhecida no curso de seu processo de votação como PEC das domésticas, deu redação ao parágrafo único do artigo 7º, o qual estende alguns dos direitos enumerados nos incisos do caput para a categoria dos trabalhadores domésticos, quais sejam: "IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social". Os direitos descritos na alternativa "C" estão previstos nos incisos XXVII e XX do artigo 7º da Constituição, não estendidos aos empregados domésticos pela emenda.

19. Resposta: "Certo". O artigo 9º, CF disciplina o direito de greve: "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. § 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. § 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei".

20. Resposta: "C". "A" está incorreta porque o rol de direitos sociais do artigo 7º é apenas exemplificativo, não excluindo outros que decorram das normas trabalhistas, dos direitos humanos internacionais e das convenções e acordos coletivos; "B" está incorreta porque a redução proporcional pode ser aceita se intermediada por negociação coletiva, evitando cenário de demissão em massa; "D" está incorreta porque a licença-gestante encontra arcabouço constitucional, tal como a licença-paternidade, restando "E" também incorreta (artigo 7º, XVIII e XIX, CF. Sendo assim, "C" está correta, conforme disposto no artigo 7º: "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal" (artigo 7º, XVII, CF).

21. Resposta: "C". Nos termos do artigo 5º, LI, CF, "nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei". Embora a condenação tenha ocorrido após a naturalização, o crime comum foi praticado antes dela, permitindo a extradição de Pietro.

22. Resposta: "A". Conforme disciplina o artigo 12, § 3º, CF, "São privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de **Ministro do Supremo Tribunal Federal**; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa". O motivo da vedação é que em determinadas circunstâncias o Ministro do Supremo Tribunal Federal pode assumir substitutivamente a Presidência da República.

23. Resposta: "D". Os direitos políticos nunca podem ser cassados ou perdidos, mas no máximo suspensos. A condenação criminal transitada em julgado justifica a suspensão dos direitos políticos, o que é disposto no artigo 15, III, CF: "é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: [...] III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos".

24. Resposta: "B". Prevê o artigo 14, § 3º, CF: São condições de elegibilidade, na forma da lei: [...] VI - a idade mínima de: c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz", de modo que João preenche o requisito etário para a candidatura. "A" está errada porque a renúncia é exigida para cargo diverso (artigo 14, §6º, CF); "C" está errada porque o analfabeto não pode se eleger (artigo 14, §4º, CF); "D" está errada porque o afastamento neste caso é exigido (artigo 14, §8º, I, CF).

25. Resposta: "C". O artigo 17 da Constituição Federal regulamenta os partidos políticos e coloca o caráter nacional como preceito que deva necessariamente ser observado: "É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I - **caráter nacional**; II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III - prestação de contas à Justiça Eleitoral; IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei. § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. § 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. § 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei. § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar".

26. Resposta: "Errado". A soberania é elemento intrínseco ao Estado nacional, ou seja, à União. O Brasil, enquanto Estado Nacional, é soberano. Suas unidades federativas, por seu turno, não possuem o atributo da soberania, tanto que não podem dele se desvincularem (atitudes neste sentido podem gerar intervenção federal por atentarem contra o regime federativo). Logo, os Estados-membros possuem autonomia relativa, limitada ao previsto pela Constituição, e não possuem soberania.

27. Resposta: "Errado". Os Territórios, atualmente não existentes no país, se vierem a existir, possuem vinculação com a União e não a autonomia enquanto entes federativos. Somente são entes federativos a União, os Estados, O distrito Federal e os Municípios.

28. Resposta: "D". O artigo 37, caput da Constituição Federal colaciona os cinco princípios descritos na alternativa "A" como de necessária observância na Administração Pública em todas suas esferas e em todos os seus Poderes. Já a alternativa "B" repete previsão expressa do artigo 37, VI, CF; assim como a alternativa "C" traz a previsão do artigo 37, XVIII, CF; e a alternativa "E" repete o previsto no artigo 37, V, CF.

Somente resta a alternativa "D", que contraria o teor do artigo 37, XVII, CF: "A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público". Com efeito, as sociedades de economia mista não estão excluídas da proibição de acumulação remunerada de cargos, razão pela qual a alternativa é incorreta.

29. Resposta: "D". A alternativa "A" colaciona a exigência do artigo 37, II, CF; a alternativa "B" traz os clássicos princípios da Administração Pública previstos no *caput* do artigo 37; em "C" percebe-se o prazo de validade de um concurso público e sua possibilidade de prorrogação nos moldes exatos do artigo 37, III, CF; e "E" repete o teor do artigo 37, §5º, CF. Por sua vez, a vedação de acumulações ao servidor público está prevista no artigo 37, XVI, CF: "é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas".

30. Resposta: "E". A competência descrita em "E" é comum entre União, Estados e Distrito Federal: "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição". O artigo 22, CF descreve nos incisos XXV, VIII, XVI e I competências privativas da União que constam, nesta ordem, as alternativas "A", "B", "C" e "D".

31. Resposta: "A". O item I traz o teor do artigo 37, XII, CF: "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo". O item II corresponde ao artigo 37, XI, CF: "XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos". O item III refere-se ao inciso XIII do artigo 37, CF: "é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público". Logo, as três afirmativas estão corretas.

32. Resposta: "C". A alternativa "C" traz o teor do artigo 231, §2º, CF: "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes", restando correta. "A" está errada porque o artigo 211, §3º, CF prevê que "os Estados e o Distrito Federal atuarão **prioritariamente** no ensino fundamental e médio", não exclusivamente nestes. "B" está errada porque pessoas jurídicas se sujeitam também a sanções penais e administrativas (artigo 225, §3º, CF). "D" está incorreta porque nestes casos estrangeiros podem ser admitidos (artigo 207, §1º, CF).

33. Resposta: "A". A alternativa "A" traz competência descrita no artigo 23, V, CF: "Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência". Todas as demais estão incorretas: "B" competência concorrente entre todos os entes federados (artigo 24, III, CF); "C" competência concorrente entre todos os entes federados (artigo 24, IV, CF); "D" competência concorrente entre União, estados e DF (artigo 24, VII, CF); "E" competência concorrente entre União, estados e DF (artigo 24, IX, CF).

34. Resposta: "D". A greve é um direito do servidor público, previsto no inciso VII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, portanto, trata-se de um direito constitucional. Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça ao julgar o recurso no Mandado de Segurança nº

2.677, que, em suas razões, aduziu que “o servidor público, independente da lei complementar, tem o direito público, subjetivo, constitucionalizado de declarar greve”. Esse direito abrange o servidor público em estágio probatório, não podendo ser penalizado pelo exercício de um direito constitucionalmente garantido.

35. Resposta: “A”. Nos termos do artigo 30, I, CF, “Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local”. A questão é que o Município tem autonomia para legislar sobre temas de seu particularizado interesse e não de forma privativa. A mera alegação de que se faz necessária a existência de lei delimitando o interesse local do Município apresenta-se apenas como outra possibilidade de atuação. Nada impede a elaboração de legislação definindo o que seria de interesse do Município, mas em sua ausência, a Carta Constitucional conferiu-lhe autonomia para decidir o que seria de seu interesse.

36. Resposta: “C”. A competência privativa legislativa da União está descrita no artigo 22 da Constituição e a previsão da alternativa “C” é a do seu inciso XI. Sobre produção e consumo, a competência é legislativa concorrente entre União, estados e Distrito Federal (artigo 24, V, CF), assim como a de legislar sobre assistência jurídica e Defensoria Pública (artigo 24, XIII, CF), a de legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico (artigo 24, I, CF) e a de legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto (artigo 24, IX, CF).

37. Resposta: “B”. Nos moldes do artigo 37, §4º, CF, “os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a **indisponibilidade dos bens** e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”. Dentre as alternativas, somente “B” descreve previsão do dispositivo retro.

38. Resposta: “D”. Disciplina o artigo 18, §4º, CF: “§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o **desmembramento** de Municípios, far-se-ão por **lei estadual**, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante **plebiscito**, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei”.

39. Resposta: “B”. O federalismo dualista é caracterizado por uma rígida separação de competências entre o ente central (união) e os entes regionais (estados-membros). Sendo assim, não há uma relação mais intensa de submissão e sim de autonomia.

40. Resposta: “C”. O artigo 61, §1º, CF estabelece projetos de leis que somente podem ser propostos pelo Presidente da República, que são de sua iniciativa privativa, como os que “fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas” (inciso I). A alternativa “A” repete o artigo 60, caput, mas afirma que a maioria dos membros das Assem-

bleias Legislativas deve ser absoluta, quando na verdade basta a relativa. Quanto à emenda rejeitada ou havida por prejudicada, conforme o §5º do artigo 61 da CF, “não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa”, nem mesmo a deliberação de 2/3 dos membros altera isto, razão pela qual “B” está incorreta. “D” está incorreta porque a porta de entrada destes projetos de lei é a Câmara dos Deputados. “E” resta incorreta porque “as leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta” (artigo 69, CF), não maioria simples.

41. Resposta: “A”. A alternativa “A” está em consonância com o artigo 61, § 1º, CF: “São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: [...] II - disponham sobre: [...] d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”. A alternativa “B” está errada porque amplia o rol de vedações do artigo 62, §1º, CF; “C” está errada porque amplia o prazo de 45 dias do artigo 62, §6º, CF para 120 dias; “D” está errada porque no caso de rejeição pela Casa revisora há arquivamento (artigo 65, *caput*, CF).

42. Resposta: “A”. As atribuições do Tribunal de Contas da União estão descritas no artigo 71 da Constituição Federal, sendo a competência descrita na letra “A” prevista logo no inciso II: “Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - **julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta**, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório; IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II; V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo; VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município; VII - prestar as informações solicitadas pelo

Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas; VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário; IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade; X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal; XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados”.

43. Resposta: “C”. Nos termos do artigo 52, III, “a”, CF: “Compete privativamente ao Senado Federal: [...] III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de: a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição”; sendo que a respeito prevê o artigo 111-A, CF: “o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela **maioria absoluta do Senado Federal**” (grifo nosso).

44. Resposta: “D”. Prevê o artigo 36, CF: “A decretação da intervenção dependerá: [...] III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do artigo 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal”. Por seu turno, prevê o referido artigo 34, VII, CF: “VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) **direitos da pessoa humana**; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta”. No caso relatado no enunciado, há evidente desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

45. Resposta: “B”. Na apreciação e elaboração de leis e emendas constitucionais, no geral, ambas Casas do Congresso Nacional possuem a mesma força, seja quando deliberam de forma conjunta, seja quando deliberam de forma autônoma. Na deliberação conjunta, como no caso do veto (art. 66, §4º, CF) e da revisão constitucional (art. 3º, ADCT), a força dos membros é equivalente. Da mesma forma, em matéria de emenda constitucional e equivalentes, a deliberação tem a mesma força (art. 60, CF). Nos casos de leis ordinárias, conversão de medidas provisórias em leis e de leis complementares, quase sempre a deliberação principal se fará na Câmara dos Deputados, o que a coloca numa posição de destaque no sistema jurídico-constitucional.

46. Resposta: “C”. A incumbência descrita na assertiva “C” é privativa do Senado Federal: “Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: [...] X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

47. Resposta: “A”. Prevê o artigo 83, CF: “O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a **quinze dias**, sob pena de perda do cargo”.

48. Resposta: “B”. Disciplina, neste sentido, o artigo 81, §1º, CF: “Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. § 1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei”.

49. Resposta: “D”. Quem assume no lugar do Vice-Presidente, segundo a ordem prevista no artigo 80, CF, é sucessivamente, “o **Presidente da Câmara dos Deputados**, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal”. Como vagaram os dois cargos, Presidência e Vice-Presidência, “[...] far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga (artigo 81, *caput*, CF), mas “ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita **trinta dias** depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei” (artigo 81, §1º, CF).

ANOTAÇÕES

[illegible]

ANOTAÇÕES

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

1 Compreensão de texto escrito em língua espanhola.	01
2 Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.....	01

**1 COMPREENSÃO DE
TEXTO ESCRITO EM LÍNGUA INGLESA.
2 ITENS GRAMATICAIS RELEVANTES PARA A
COMPREENSÃO DOS CONTEÚDOS
SEMÂNTICOS.**

**COMPREENSÃO DE TEXTOS VERBAIS E
NÃO-VERBAIS**

No Brasil, de um modo geral, o inglês instrumental é uma das abordagens do ensino do Inglês que centraliza a língua técnica e científica focalizando o emprego de estratégias específicas, em geral, voltadas à leitura. Seu foco é desenvolver a capacidade de compreensão de textos de diversas áreas do conhecimento. O estudo da gramática restringe-se a um mínimo necessário normalmente associado a um texto atual ou similar que foi veiculado em periódicos. O conhecimento de uma boa quantidade de palavras também faz parte das técnicas que serão relacionadas abaixo.

Dependendo do objetivo de sua leitura, você terá que saber utilizar algum dos três níveis diferentes de compreensão:

1. *Compreensão Geral*: obtida através de uma leitura rápida, "uma passada de olho rápida no texto", para captarmos as informações gerais acerca dele, ou seja, aquilo que é de maior importância, seu tema geral, seu assunto principal.

2. *Compreensão de Pontos Principais*: exige que tenhamos maior atenção na busca das informações principais espalhadas pelo texto, observando cada parágrafo distintamente para identificar dados específicos que o autor quis destacar.

3. *Compreensão Detalhada*: requer um nível de leitura mais aprofundado que nos níveis anteriores. Exige a compreensão de detalhes do texto, minúcias, palavra por palavra, e demanda, assim, mais tempo e atenção do leitor. Para tanto, em alguns casos, será preciso reler várias vezes o texto.

Para obter um bom nível de acerto durante os níveis de compreensão, temos que por em prática algumas técnicas de auxílio à leitura que passaremos a ver agora.

a) *Background knowledge* (conhecimento prévio): para que um leitor consiga identificar e entender certas informações em qualquer tipo de texto, torna-se extremamente importante que ele possua algum conhecimento prévio sobre seu assunto. Podemos comparar esta situação com a de um estudante tentando fazer uma prova de redação. Se ele nunca tiver lido, discutido, estudado ou ouvido falar do

tema daquela redação, como poderá dissertar? Suas ideias podem até ir para o papel, mas correrá um grande risco de não ter o vocabulário necessário, consistência, profundidade, argumentos, conhecimento de causa, exemplos a citar, etc. sua redação será pobre. Da mesma maneira, se o leitor de um texto técnico em língua inglesa não tiver conhecimento de mundo, vivência, experiências variadas de vida, conhecimento prévio sobre o assunto, seu nível de compreensão será mais superficial.

Por isso, o ponto de partida para uma leitura eficiente está sempre em você. Mas também não adianta buscar apenas informação de coisas que te atraem, coisas que você gosta de saber. É preciso ampliar sua visão de mundo. Se você for mulher, busque saber algo sobre futebol também, sobre carros, sobre coisas do mundo masculino. Se você for homem, busque também conhecer assuntos do mundo feminino como cosméticos e vestuário. Busquem ambos interessar-se por assuntos relacionados a crianças, idosos, povos diferentes do seu, países variados, regiões do mundo sobre as quais que você normalmente não sabe nada. Leia jornais, revistas, sites da internet, pesquise coisas curiosas, assista a programas de TV jornalísticos, de variedades, de humor, de esportes, de ciência, de religião, de saúde, de entretenimento, converse com pessoas de opiniões, idades e classes sociais diferentes da sua, dê valor a todos os assuntos porque você nunca sabe qual tema será abordado num texto de uma prova. Esteja preparado para todos eles. Desta forma podemos agilizar sua compreensão acerca de um texto. Desta forma você terá mais prazer ao ler, pois compreenderá os mais variados textos. Desta forma você verá que é capaz de adquirir conhecimento em uma língua estrangeira. Desta forma poderemos minimizar seus problemas e aumentar suas chances de obter o sucesso.

b) *Skimming* (ler ou examinar superficialmente; desnatar; retirar aquilo de maior peso ou importância): é uma técnica que permite rapidez e eficiência na busca de algum direcionamento inicial acerca do texto. Realizar o *skimming* significa ler rapidamente o texto para saber o assunto principal trabalhado pelo autor. Esta atividade de leitura nos proporciona um nível de compreensão geral, visando nos dar uma visão global, aberta e ampla do texto. Ao realizarmos o *skimming*, não podemos nos deter em detalhes como palavras novas nem palavras das quais nos esquecemos. Estamos em busca do assunto principal e do sentido geral do texto.

c) *Prediction*: Com esta estratégia o leitor lança mão do seu próprio conhecimento, através das experiências de vida que possui, e da informação linguística e contextual. Após realizar o *skimming*, o leitor precisa concentrar-se para tentar ativar as informações que já possui sobre o tema e prever que tipos de palavras, frases ou argumentos podem estar presentes naquele texto. É um momento de reflexão. É a hora de buscar na memória tudo o que foi lido, estu-

dado, discutido, e visto na mídia a respeito daquele tema. Além do mais, esta é uma estratégia de leitura que também permite ao leitor prever o que vem a seguir em um texto. Trata-se do desenvolvimento sequenciado do pensamento. Isso só é possível porque quem escreve, o faz de maneira organizada, porque as pessoas pensam de maneira semelhante e porque alguns tipos de textos possuem estruturas previsíveis levando nós leitores a atingir certas formas de compreensão. Quanto mais experiente for o leitor, maior será sua capacidade de prever. Nesta etapa, passamos a associar o assunto do texto com as dicas tipográficas usadas pelo autor para transmitir significados.

d) *Grifo de palavras cognatas, das palavras já conhecidas pelo leitor e das repetidas*: Muito comuns entre as línguas inglesa e portuguesa, os cognatos são termos bastante parecidos tanto na escrita como no significado em ambas as línguas.

Grifar todas estas palavras em um texto é um recurso psicológico e técnico que visa mostrar e provar visualmente para o leitor que ele tem conhecimento de muitas das palavras daquele texto e de que, assim, ele é capaz de fazer uso dessas informações para responder às questões propostas. Trata-se de um recurso que usamos para dar mais relevância e importância às palavras que já sabemos em um texto, pois é nelas que nos apoiaremos para resolver exercícios e para entender os textos. É muito mais inteligente voltar nosso foco para as palavras que têm algum significado para nós do que destacar aquelas que não conhecemos. Além disso, ao grifar, você acaba relendo as informações de uma maneira mais lenta, o que faz com que perceba certos detalhes que não havia percebido antes. É uma forma de quantificar em porcentagem aproximada o quanto se sabe daquele texto. É preciso lembrar que há um número muito grande de palavras repetidas nos textos e isso facilita para o estudante, pois ele poderá grifar mais de uma vez a mesma palavra.

e) *Scanning*: esta técnica de leitura visa dar agilidade na busca por informações específicas. Muitas vezes, após ler um texto, nós queremos reencontrar alguma frase ou alguma palavra já lida anteriormente. Para efetuar esta busca não precisamos ler o texto inteiro de novo, podemos simplesmente ir direto ao ponto aonde podemos encontrar tal informação. Isso é o *scanning*, significa encontrar respostas de uma forma rápida e direta sem perder tempo relendo o texto todo. Esta técnica em geral deve ser aplicada após uma ou mais leituras completas do texto em questão. Assim o leitor diminuirá o risco de confundir informações, perder tempo ou de dar respostas erradas. Se desejar, o estudante pode ler o que os exercícios pedirão antes de fazer o *scanning*, pois assim ele irá selecionar mais facilmente o que for mais importante para responder àquelas questões direcionando-se melhor.

f) *Lexical Inference (inferência lexical)*: Inferir significa deduzir. Às vezes será preciso deduzir o sentido de um termo, decifrando o que ele quer dizer. Mas isso não pode ser feito de qualquer maneira. Para inferirmos bem, é necessá-

rio entender o significado daquela palavra desconhecida através do contexto no qual ela está inserida, observando as palavras vizinhas, as frases anteriores e posteriores, o parágrafo onde ela está, as noções gerais que temos do texto, etc. Precisamos observar o meio no qual a palavra está posta. Neste caso teremos de nos fazer valer de nossos conhecimentos de classes gramaticais (substantivos, adjetivos, preposições, verbo, etc.), de afixos, de singular e plural, **conhecimento sobre a estrutura de textos**, etc. Tudo isso em conjunto pode ajudar numa aproximação do sentido real daquele termo que não sabemos.

É preciso lembrar que estas estratégias serão mais ou menos eficazes dependendo do tamanho do vocabulário que você possui e também do seu nível de conhecimento gramatical.

Há estudos que relacionaram as palavras que mais aparecem em textos e livros técnicos em língua inglesa. Desses estudos foram feitas diferentes listas com as 318 palavras que mais caem nos textos, as 500 mais, as 700 mais, etc. Para facilitar seu estudo, incluímos aqui as 318 mais comuns para serem estudadas. Ao memorizar estas palavras você obterá um magnífico subsídio preparando-se para enfrentar qualquer texto.

Você verá que várias destas palavras já são conhecidas por você, assim, na verdade, terá que memorizar bem menos destas. Um número bem significativo delas está presente em qualquer tipo de texto. Quanto mais palavras você souber, mais poderá grifar! Apoie-se nelas e bom estudo!

001 although	embora
002 able	capaz
003 about	sobre, aproximadamente
004 above	acima
005 according to	de acordo com
006 after	depois, após
007 again	novamente, de novo
008 against	contra
009 age	idade
010 air	ar
011 all	tudo
012 almost	quase
013 alone	só, sozinho
014 along	ao longo de
015 already	já
016 also	também
017 always	sempre
018 among	entre (3 ou mais coisas)
019 an	um, uma
020 ancient	antigo
021 and	e
022 another	um outro
023 any	algum(a), qualquer
024 anything	qualquer coisa
025 arm	braço
026 army	exército
027 around	em torno de, perto de

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

028 art	arte	087 fear	medo
029 as	como, assim como	088 few	poucos(as)
030 at	em, às	089 fire	fogo
031 authority	autoridade	090 first	primeiro
032 away	distante, longe	091 five	cinco
033 back	de volta, atrás	092 foot/feet	pé/pés
034 because	porque	093 footnote	notas de rodapé
035 before	antes	094 for	para, por
036 behind	atrás	095 force	força, forçar
037 best	melhor (superlativo)	096 four	quatro
038 better	melhor (comparativo)	097 France	França
039 between	entre (2 coisas)	098 free	livre, grátis
040 beyond	além	099 French	francês
041 big	grande	100 friend	amigo(a)
042 black	preto(a)	101 from	de (origem)
043 blood	sangue	102 full	completo, cheio
044 body	corpo	103 general	geral
045 both	ambos(as)	104 girl	menina, garota
046 boy	menino, garoto	105 God	Deus
047 brother	irmão	106 gold	ouro
048 but	mas, porém, exceto	107 good	bom(ns), boa(s)
049 by	próximo a, perto de, por	108 government	governo
050 captain	capitão	109 great	grande, maravilhoso
051 care	cuidado	110 ground	chão
052 case	caso	111 half	metade
053 certain	certo	112 hand	mão/entregar
054 chapter	capítulo	113 he	ele (pessoa)
055 character	caráter, personalidade	114 head	cabeça, líder
056 child	criança	115 heart	coração
057 children	crianças	116 her	dela (pessoa)
058 church	igreja	117 here	aqui
059 city	cidade	118 high	alto
060 common	comum	119 him	ele, o (pessoa)
061 country	país, zona rural	120 himself	ele mesmo (pessoa)
062 course	curso	121 his	dele (pessoa)
063 day	dia	122 history	história
064 dead	morto	123 home	casa, lar
065 death	morte	124 horse	cavalo
066 different	diferente	125 hour	hora
067 door	porta	126 house	casa
068 down	para baixo	127 how	como
069 during	durante	128 however	entretanto
070 each	cada	129 human	humano
071 earth	terra (planeta)	130 hundred	cem, centena
072 either... or	ou... ou	131 idea	idéia
073 emperor	imperador	132 if	se
074 empire	império	133 ill	doente
075 end	fim	134 in	em, dentro (de)
076 enemy	inimigo	135 indeed	de fato, realmente
077 England	Inglaterra	136 into	para dentro de
078 enough	suficiente	137 it	ele(a) (coisa, animal)
079 even	mesmo	138 its	seu, sua, (coisa, animal)
080 ever	em qualquer momento, já	139 itself	a si mesmo (coisa, animal)
081 every	cada, todo	140 just	apenas, justo
082 eye	olho	141 kind	tipo, gentil
083 fact	fato	142 king	rei
084 family	família	143 knowledge	conhecimento
085 far	distanste, longe	144 land	terra
086 father	pai	145 large	largo, amplo, grande

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

146 law	lei	203 out	fora
147 (at) least	(pelo) menos	204 over	acima, encerrado
148 left	esquerdo(a)	205 part	parte
149 less	menos	206 peace	paz
150 life	vida	207 people	pessoas
151 light	luz, leve	208 perhaps	talvez
152 little	pouco(a)	209 period	período
153 long	longo	210 person	pessoa
154 longer	mais longo	211 place	lugar
155 love	amor	212 point	ponto
156 man/men	homem/homens	213 poor	pobre
157 manner	maneira	214 power	poder, força
158 many	muitos (as)	215 present	presente
159 master	mestre	216 prince	príncipe
160 matter	matéria	217 public	público
161 me	me, mim	218 quite	completamente, muito
162 miles	milhas	219 rather	preferencialmente
163 mind	mente	220 reason	razão
164 mine	meu(s), minha(s)	221 reign	reino
165 moment	momento	222 religion	religião
166 money	dinheiro	223 room	cômodo, quarto
167 more	mais	224 round	redondo
168 morning	manhã	225 same	mesmo(a)
169 most	mais	226 sea	mar
170 mother	mãe	227 second	segundo
171 Mr.	senhor	228 set	conjunto
172 Mrs.	senhora	229 seven	sete
173 much	muito(a)	230 several	vários(as)
174 my	meu(s), minha(s)	231 she	ela (pessoa)
175 myself	eu mesmo	232 short	pequeno(a), curto(a)(s)
176 name	nome	233 side	lado
177 nation	nação	234 sight	vista, visão
178 natural	natural	235 since	desde
179 nature	natureza	236 sir	senhor
180 near	próximo, perto	237 six	seis
181 neither...nor	nem...nem	238 small	pequeno(s), pequena(s)
182 never	nunca	239 so	então
183 new	novo(a)(s)	240 some	algum(a), alguns(mas)
184 next	próximo, a seguir	241 something	algo, alguma coisa
185 night	noite	242 sometimes	algumas vezes
186 no	não	243 son	filho
187 non	não	244 soon	logo, em breve
188 not	não	245 spirit	espírito
189 nothing	nada	246 state	estado, situação
190 now	agora	247 still	ainda
191 number	número	248 street	rua
192 of	de	249 strength	força
193 off	afastado, desligado	250 strong	forte
194 often	frequentemente	251 subject	assunto, sujeito
195 old	velho(s), velha(s)	252 such	tão
196 on	sobre, em cima	253 sure	certo (certeza)
197 once	uma vez	254 ten	dez
198 one	um, uma	255 than	do que
199 only	apenas, único, somente	256 that	aquele(a), esse(a)
200 or	ou	257 the	o, a, os, as
201 other	outro(a)	258 their	deles, delas
202 our	nosso(a), nossos(as)	259 them	eles, os
		260 themselves	eles mesmos

261 then	então, em seguida
262 there	lá
263 therefore	por esta razão
264 these	estes(as)
265 they	eles, elas
266 thing	coisa
267 thirty	trinta
268 this	este(a), isto
269 those	aquele(as), esses(as)
270 thousand	mil, milhar
271 three	três
272 through	através
273 time	tempo, momento, vez
274 to	para, em direção a
275 together	junto(a)(s)
276 too	também
277 towards	na direção de
278 town	cidade
279 true	verdade
280 truth	verdade
281 twenty	vinte
282 two	dois
283 under	sob
284 until/till	até (que)
285 up	para cima
286 upon	sobre
287 us	nos, a nós
288 very	muito
289 voice	voz
290 war	guerra
291 water	água
292 way	caminho, maneira, jeito
293 we	nós
294 well	bem
295 what	o que, qual, quais
296 when	quando
297 where	onde
298 whether	se
299 which	(o,a) qual, (os, as) quais
300 while	enquanto
301 white	branco
302 who/whom	quem, a quem
303 whole	complete, inteiro
304 whose	de quem, cujo(a)(s)
305 why	por que?
306 wife	esposa
307 with	com
308 within	dentro de
309 without	sem
310 woman/women	mulher/mulheres
311 word	palavra
312 world	mundo
313 year	ano
314 yes	sim
315 yet	ainda, já
316 you	você(s)
317 young	jovem
318 yours	seu(s), sua(s)

DICAS TIPOGRÁFICAS

Qualquer porção de linguagem, seja ela falada, escrita, gesticulada, desenhada etc., pode ser considerada texto. Assim, um texto pode constituir-se de uma frase, uma palavra, um sinal, uma imagem, ou alguma porção maior e mais longa como um romance ou uma novela. Por isso, a comunicação não envolve somente a linguagem verbal, como na escrita e na fala, mas também envolve a linguagem não-verbal. Este tipo de linguagem se desenvolve de maneira complexa na sociedade contemporânea e relaciona-se com outras linguagens como a moda, os gestos, a arte, os sinais, etc.

Além das técnicas mencionadas anteriormente, o leitor deve sempre se apoiar em informações universais como imagens, números e símbolos. Neste exemplo a imagem atesta que o uso do celular pode ser fatal. Baseado em nosso conhecimento de cotidiano, é um tema constantes no telejornal que o motorista não deve usar o telefone celular ao volante. Observando os números no texto fica fácil identificar o número de fatalidades por ano entre outras informações.

? ! , ; 4 / A a % = @ + ". Símbolos, cores, formatos, fotos, desenhos, tamanhos de letras utilizados, estilos de letras escolhidos, elementos de pontuação, algarismos, etc., ajudam-nos a desvendar muitas minúcias do conteúdo de um texto.

Esses elementos são conhecidos como *marcas*, *evidências* ou *dicas tipográficas* que os mais variados textos utilizam para comunicar. São elementos que transmitem informações além das palavras, complementando-as. Saber reconhecê-las e também extrair delas algum sentido complementar para o texto fornece um grande auxílio à leitura e à interpretação das ideias transmitidas.

SUBSTANTIVOS: FORMAÇÃO DO PLURAL: REGULAR, IRREGULAR E CASOS ESPECIAIS. GÊNERO. CONTÁVEIS E NÃO-CONTÁVEIS.

SUBSTANTIVOS

Substantivos, que no inglês são conhecidos como *nouns*, são palavras que dão nome a pessoas, lugares, coisas, conceitos, ações, sentimentos, etc. Também chamados de *nomes*, eles funcionam de muitas maneiras nas sentenças. Na maioria das vezes, posicionam-se como o sujeito de um verbo, funcionando como o ator ou agente dele.

Os nomes também podem receber uma ação quando funcionam como objeto do verbo. Quando atuam como sujeitos ou objetos, os substantivos podem ser apenas uma palavra, frases, ou cláusulas.

Exemplos:

-The plane crashed. (substantivo como sujeito da frase)

-He kicked the *dog*. (substantivo como objeto direto do verbo)

-To *bungee jump* is dangerous. (frase verbo-nominal agindo como substantivo na posição de sujeito)

-What we *thought* was the best thing to do. (cláusula nominal agindo como substantivo na posição de sujeito)

A maioria dos substantivos forma o plural com o acréscimo de -s. Por exemplo:

Singular	Plural
car	cars
cap	caps

Quando o nome termina em -y e é precedido por consoante, faz-se o plural com -ies.

a city	cities
a party	parties
a lady	ladies
a baby	babies

Se o substantivo termina em -s, -ss, -z, -sh, -ch, -x (exceção: *ox* => *oxen*), acrescentamos -es para formar o plural:

A bus	two buses
A fox	two foxes
A watch	two watches
A class	two classes
A whiz	two whizzes (dobra a última consoante)
A flash	two flashes

Acrescenta-se -es somente em alguns substantivos terminados em -o. Outros ganham apenas -s:

Potato	potatoes
Tomato	tomatoes
Hero	heroes
Photo	photos
Radio	radios
Video	videos
Shampoo	shampoos
Zoo	zoos
Kangaroo	kangaroos

Existem algumas formas irregulares de plural. Alguns exemplos comuns são:

woman	women
man	men
child	children

tooth	teeth
foot	feet
goose	geese
mouse	mice
louse	lice
person	people

Para alguns terminados em -f ou -fe, trocamos estas letras por -ves. Para outros, apenas usamos -s:

Leaf	leaves	
Knife	knives	
Wife		wives
Life	lives	
Roof	roofs	
Belief	beliefs	
Safe	safes	
Chief	chiefs	

Outros terminados em -f admitem plural de duas maneiras:

Dwarf	dwarfs/dwarves
Scarf	scarfs/scarves
Hoof	hoofs/hoooves

Alguns nomes têm a mesma forma tanto no singular quanto no plural:

A species	two species
A sheep	two sheep
A fish	two fish
A deer	two deer
A means	two means
A series	two series

Alguns nomes têm plural, mas usam verbo no singular:

news - The news is positive for the country.
 linguistics - Linguistics is the study of language.
 billiards - Billiards is played by many people around the world.

Outros nomes têm forma plural e usam verbo no plural também:

pants - These pants are too big for me.
 jeans - His jeans are dark brown.
 glasses - My glasses are old.
 pajamas - Her pajamas have holes.

Há vários substantivos que são somente usados no singular. Eles concordam com verbo e pronomes no singular, mesmo se transmitirem ideia de plural. Estes não podem ser precedidos pelos artigos indefinidos *a/an*, por isso, muitas vezes, utilizamos alguma expressão quantificadora antes deles. Veja:

I have *a piece of* information for you. (Eu tenho uma informação para você)

Can you give *a word of* advice? (Você pode me dar algum conselho?)

He bought beautiful *pieces of* furniture for the bedroom. (Ele comprou lindos móveis para o quarto)

I bring *some* news for your day. (Eu trago algumas notícias para o seu dia)

GÊNEROS DOS SUBSTANTIVOS

Em inglês, existem três tipos de gêneros para os substantivos: feminino, masculino e neutro. Os substantivos femininos, quando estiverem no singular, podem ser trocados pelo pronome "she". Os substantivos masculinos, quando no singular, podem ser trocados por "he".

Os substantivos neutros são usados para fazer referência a coisas ou animais, ou, ainda, para expressar uma ideia que sirva para ambos os sexos. Nesse último caso, podemos trocar o substantivo no singular pelo pronome pessoal "it". No caso do plural, para todos os substantivos utilizamos o pronome pessoal "they".

Exemplos:

My mother sent me a kiss. => *She sent me a kiss.* (Minha mãe/Ela mandou-me um beijo)

My brother loves soccer. => *He loves soccer.* (Meu irmão/ Ele ama futebol)

Is it a boy or a girl? (É menino ou menina?)

O gênero pode ser reconhecido em palavras de duas formas distintas:

Por anteposição ou posposição de palavras ou afixos: vários substantivos femininos são terminados pelo sufixo -ess, por exemplo.

Actor (ator) – *Actress* (atriz)

Prince (príncipe) – *Princess* (princesa)

Waiter (garçom) – *Waitress* (garçonete)

Por palavras diferentes: o masculino é determinado por uma palavra e o feminino, por outra:

Husband (esposo) – **wife** (esposa)

Brother (irmão) – **sister** (irmã)

Boy (garoto) – **girl** (garota)

Nephew (sobrinho) – **niece** (sobrinha)

Father (pai) – **mother** (mãe)

SUBSTANTIVOS CONTÁVEIS E NÃO CONTÁVEIS

Contáveis são aqueles substantivos que podemos enumerar e contar, ou seja, que podem possuir tanto forma singular quanto plural. Eles são chamados de *countable nouns* ou de *count nouns*, em inglês.

Por exemplo, podemos contar *pencil*. Podemos dizer *one pencil, two pencils, three pencils*, etc.

Incontáveis são os substantivos que não possuem forma no plural. Eles são chamados de *uncountable nouns*, de *non-countable nouns*, ou até de *non-count nouns*, em inglês. Podem ser precedidos por alguma unidade de medida ou quantificador. Em geral, eles indicam substâncias, líquidos, pós, conceitos, etc., que não podemos dividir em elementos separados. Por exemplo, não podemos contar "water". Podemos, sim, contar "**bottles of water**" ou "**liters of water**", mas não podemos contar a palavra "water".

Outros exemplos de substantivos incontáveis são: music, art, love, happiness, advice, information, news, furniture, luggage, rice, sugar, butter, water, milk, coffee, electricity, gas, power, money, etc.

Em geral, estudantes de língua inglesa têm dificuldade de saber quando um substantivo é contável e quando é não-contável. As dicas são sempre conferir a informação num bom dicionário e também tentar memorizar alguns dos mais comuns para agilizar o seu estudo. Nos dicionários, normalmente você encontra o símbolo [U] para identificar os *uncountable nouns* e [C] para os *countable nouns*.

Em várias situações precisamos de fazer o uso de determinantes/quantificadores em conjunto com substantivos contáveis e incontáveis.

Há determinantes específicos para os incontáveis: a little, little, less, much.

Exemplos:

I have **a little** time to exercise today. (Eu tenho **algum** tempo para me exercitar hoje)

She has **little** patience with her students. (Ela tem **pouca** paciência com seus alunos)

He demonstrates **less** aptitude. (Ele demonstra **menos** aptidão)

Judy and her husband have **much** money. (Judy e seu marido têm **muito** dinheiro)

E há alguns específicos para uso com substantivos contáveis: a few, few, fewer, many.

Exemplos:

There are **a few** coins in my wallet. (Há **algumas** moedas na minha carteira)

Few people went to the show. (**Poucas** pessoas foram ao show)

We can see **fewer** cars on the streets today. (Podemos ver **menos** carros nas ruas hoje)

He has **many** friends. (Ele tem **muitos** amigos)

Existe ainda o determinante **a lot of** que pode ser utilizado tanto para substantivos contáveis como incontáveis.

Exemplo:

I have **a lot of** money.

I have **much** money.

There are **a lot of** cars in the street tonight.
There are **many** cars in the street tonight.

Há dois tipos de pronomes possessivos: adjetivos e substantivos.

<u>Pronome Possessivo Adjetivo:</u>	<u>Tradução:</u>	<u>Pronome Possessivo Substantivo:</u>
My	meu(s)/minha(s)	Mine
Your	seu/sua	Yours
His	dele	His
Her	dela	Hers
Its	dele/dela (coisas ou animais)	Its
Our	nosso(s)/ nossa(s)	Ours
Your	seus/suas	Yours
Their	deles/delas	Theirs

Os pronomes possessivos adjetivos vem antes do substantivo.

Os pronomes possessivos substantivos podem vir após o substantivo ou podem substituir o substantivo a qual se referem assim reduzindo a frase.

Exemplos:

His kid is playing with **hers**. (O filho **dele** está brincando com o **dela**)

(**His** – pronome possessivo adjetivo, antes do substantivo kid. **Hers** – pronome possessivo substantivo, substituindo o substantivo kid, para evitar a repetição da mesma palavra várias vezes na mesma frase).

My friends went to the club with **yours**. (**Meus** amigos foram ao clube com os **seus**)

Our mother likes pizza. (**Nossa** mãe gosta de pizza)

Did you prefer **his** presentation or **hers**? (Você preferiu a apresentação **dele** ou a **dela**?)

MODIFICADORES DE SUBSTANTIVOS

Modifiers são palavras, locuções, frases, ou cláusulas que qualificam o significado de outras palavras. O termo é bem genérico: qualquer parte da fala que funciona como um adjetivo ou advérbio é um modificador.

Note: Nos exemplos abaixo, o *modifier* está em *itálico* e a palavra que ele modifica está sublinhada; a função do modificador está descrita entre parênteses.

Adjetivos — descrevem ou modificam nomes. Uma locução adjetiva ou cláusula adjetiva funciona da mesma maneira que uma simples palavra funcionaria.

Exemplo: The *yellow* balloon flew away over the *crying* child. (O adjetivo *yellow* modifica o substantivo balloon; *crying* modifica o nome child)

Artigos — são palavras que acompanham os substantivos e tem função de classifica-los.

Example: The *killer* selected a *knife* from an antique *collection*. (*The*, *a*, e *an* são artigos que especificam ou delimitam seus respectivos substantivos)

Advérbios— descrevem verbos, adjetivos, ou outros advérbios, completando a ideia de como, quanto ou quando. Uma locução adverbial ou cláusula adverbial funciona da mesma forma que um único advérbio funcionaria.

Exemplo: The woman *carefully* selected her best dress for the party. (*Carefully* é um advérbio que modifica o verbo selected)

MODIFICADORES DE SUBSTANTIVOS

Modifiers são palavras, locuções, frases, ou cláusulas que qualificam o significado de outras palavras. O termo é bem genérico: qualquer parte da fala que funciona como um adjetivo ou advérbio é um modificador.

Note: Nos exemplos abaixo, o *modifier* está em *itálico* e a palavra que ele modifica está sublinhada; a função do modificador está descrita entre parênteses.

Adjetivos — descrevem ou modificam nomes. Uma locução adjetiva ou cláusula adjetiva funciona da mesma maneira que uma simples palavra funcionaria.

Exemplo: The *yellow* balloon flew away over the *crying* child. (O adjetivo *yellow* modifica o substantivo balloon; *crying* modifica o nome child)

Artigos — são palavras que acompanham os substantivos e tem função de classifica-los.

Example: The *killer* selected a *knife* from an antique *collection*. (*The*, *a*, e *an* são artigos que especificam ou delimitam seus respectivos substantivos)

Advérbios— descrevem verbos, adjetivos, ou outros advérbios, completando a ideia de como, quanto ou quando. Uma locução adverbial ou cláusula adverbial funciona da mesma forma que um único advérbio funcionaria.

Exemplo: The woman *carefully* selected her best dress for the party. (*Carefully* é um advérbio que modifica o verbo selected)

**FORMAS POSSESSIVAS DOS NOMES.
MODIFICADORES DO NOME.**

CASOS POSSESSIVOS COM 'S

Quando falamos de posse, geralmente em inglês se usa os pronomes adjetivos ou possessivos. Porém em algumas situações nós queremos relacionar o objeto em questão diretamente ao nome de seu proprietário.

Exemplos:
The car of Maria.
(O carro de Maria)

The pen of João.
(A caneta de João)

Em Inglês, existe um "atalho" para este tipo de situação usando o **'s**.

Exemplos:
Maria's car.
João's pen.

ATENÇÃO: Não podemos confundir este **'s** possessivo com o **'s** (abreviação de is)

Exemplos:
João's a doctor.
(João é UM médico)

João's doctor.
(O médico de João)

Outros detalhes quanto ao **'s**.
Caso existam múltiplos "donos" o **'s** vai apenas no último.

Exemplo:
Kate and Cindy's parents.
(Os pais de Kate e Cindy)

Caso o "dono" seja terminado em S por conta de sua pluralidade, fazemos apenas o acréscimo do **'**.

Exemplos:
My brother's house.
(A casa do meu irmão [apenas um irmão])
My brothers' house.
(A casa dos meus irmãos [mais de um irmão])

O **'s** é muito usado para informação e grau de parentesco o que pode confundir um pouco o estudante, portanto faça a leitura com calma deste tipo de estrutura.

Exemplos:

Jack is my father's brother.
(Jack é o irmão de meu pai)

Peter is her brother's best friend.
(Peter é o melhor amigo do irmão dela).

William is David's last name.
(William é o sobre nome do David).

**ARTIGOS E DEMONSTRATIVOS: DEFINIDOS,
INDEFINIDOS E OUTROS DETERMINANTES.
DEMONSTRATIVO DE ACORDO COM A
POSIÇÃO, SINGULAR E PLURAL.
ARTIGOS**

Em geral, emprega-se o artigo definido *the* antes de substantivos com a finalidade de especificá-los.

Exemplo: **The** boy is late.

Às vezes, pode ocorrer a presença de um ou mais adjetivos entre o artigo *the* e o substantivo.

Exemplo: **The** little boy is late. Ou **The** little good boy is late.

Na língua inglesa, os artigos indefinidos são: *a* e *an*. Ambos são traduzidos como: *um* ou *uma*. O artigo indefinido no inglês não tem plural. Só podemos usar *a/an* antes de substantivos que estejam no singular. Utilizamos *a* antes de palavras iniciadas com som de consoante e *an* antes de palavras que iniciam com som de vogal.

Exemplos:
A cow.
An elephant.

Determinantes, também conhecidos como *quantificadores*, são usados antes de substantivos para fazer referência a algo específico ou a um grupo em geral.

Os determinantes/quantificadores gerais são:

-a, an, a few, a little, any, enough, every, few, little, many, much, no, other, several, some.

Exemplos (os substantivos quantificados estão sublinhados):

A woman sat under **an** umbrella. (Uma mulher sentou-se embaixo de um guarda-chuva)

There is not **enough** food to everyone. (Não há comida suficiente para todos)

ADJETIVOS: GRAU COMPARATIVO E SUPERLATIVO: REGULARES E IRREGULARES. INDEFINIDOS.

ADJETIVOS E COMPARATIVOS

Adjetivos são palavras ou grupo de palavras que indicam características dos substantivos, definindo-os, delimitando-os ou modificando-os.

Ao contrário do que ocorre na língua portuguesa, os adjetivos em inglês não possuem forma singular, plural, masculina nem feminina. Existe apenas a forma singular para ambos os sexos.

She is beautiful. => They are beautiful.

His car is red. => Their cars are red.

Anna is intelligent. Jack is intelligent.

Quando o(s) adjetivo(s) aparece(m) junto a um substantivo, tal adjetivo(s) deve(m) vir antes do substantivo:

This is a **big city**.

They live in a **huge white house**.

Marcos is a **soccer player**.

Os adjetivos em inglês também possuem graus diversos, assim como ocorre em português. Veja:

Grau Comparativo de Igualdade (as + adjetivo + as) = (tão/tanto... quanto)

Dereck is **as short as** Fred. (Dereck é tão baixo quanto Fred)

That motorcycle is **as fast as** this one. (Aquele moto é tão rápida quanto esta)

Julie is **as beautiful as** Sharon. (Julie é tão bela quanto Sharon)

Grau Comparativo de Superioridade (adjetivo curto + er + than) = (mais... do que...)

(strong): Tim is **stronger than** Peter. (Tim é mais forte do que Peter)

(tall): An elephant is **taller than** a lion. (Um elefante é mais alto que um leão)

(thin): Nancy is **thinner than** Sue. (Nancy é mais magra do que Sue)

Grau Comparativo de Superioridade (more + adjetivo longo + than) = (mais... do que...)

Dave is **more intelligent than** his brother. (Dave é mais inteligente que seu irmão)

He is **more careful than** his father as a driver. (Ele é mais cuidadoso que seu pai como motorista)

This house is **more comfortable than** the other. (Esta casa é mais confortável que a outra)

Grau Comparativo de Inferioridade (less + adjetivo + than) = (menos... do que...)

Christopher is **less famous than** Brad. (Christopher é menos famoso do que Brad)

Your city is **less hot than** mine. (Sua cidade é menos quente do que a minha)

This language is **less difficult than** the others. (Esta língua é menos difícil do que as outras)

Os graus de comparativo devem ser utilizados apenas quando estamos comparando duas pessoas ou duas coisas. Por outro lado os graus de superlativo (como veremos abaixo) são utilizados quando estamos comparando três ou mais pessoas ou coisas. Geralmente as frases se referem a uma totalidade (da classe, da cidade, etc.).

Passemos então a estudar, agora, o grau superlativo:

Grau Superlativo de Superioridade (the + adjetivo curto + est) = (o mais...)

(cheap): This is **the cheapest** restaurant in town. (Este é o restaurante mais barato da cidade)

(tall): Jennifer is **the tallest** girl in the group. (Jennifer é a garota mais alta do grupo)

(dry): This is **the driest** region of the state. (Esta é a região mais seca do estado)

Grau Superlativo de Superioridade (the most + adjetivo longo) = (o mais...)

This is **the most modern** TV set nowadays. (Este é o aparelho de TV mais moderno do momento)

He is **the most handsome** actor in the movies. (Ele é o ator mais bonito do cinema)

Messy is **the most famous** soccer player now. (Messy é o jogador de futebol mais famoso agora)

Grau Superlativo de Inferioridade (the least + adjetivo) = (o menos...)

This is **the least important** detail. (Este é o detalhe menos importante)

I'm always **the least nervous** during the tests. (Sempre sou o menos nervoso durante as provas)

That region is **the least safe** of the city. (Aquele região é a menos segura da cidade)

Há algumas adaptações que precisamos fazer na escrita dos adjetivos quando acrescentamos -er e -est para formarmos, consecutivamente, seus comparativos e superlativos. Observe:

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

Aos que já são terminados em -e, acrescentamos apenas -r (no comparativo) ou -st (no superlativo):

wide (largo)	wider	the widest
late (tarde)	later	the latest

Àqueles adjetivos curtos terminados em -y, substituímos o -y por -i e depois colocamos -er ou -est:

pretty (bonita)	prettier	the prettiest
dirty (sujo)	dirtier	the dirtiest

Quando o adjetivo for curto e terminar com a sequência *consoante+vogal+consoante*, dobra-se a última consoante antes de acrescentar -er ou -est:

thin (magro/fino)	thinner	the thinnest
fat (gordo)	fatter	the fattest

Vamos estudar agora alguns adjetivos que possuem formas irregulares:

Bad(mau)	worse	the worst
Good(bom)	better	the best
Far(longe)	farther	the farthest
Far	further	the furthest
Little(pouco)	less	the least
Many(muitos/as)	more	the most
Much(muito/a)	more	the most

*Os *adjetivos indefinidos* podem ser comparados aos *pronomes indefinidos*. Serão as mesmas palavras, mas com funções diferentes na frase. Reveja o tópico sobre *pronomes indefinidos* para mais detalhes.

Não existe uma regra para determinar-nos quando um adjetivo é curto ou longo, por exemplo se baseando no número de letras ou algo do tipo. O estudante deve se familiarizar com os adjetivos já os classificando entre longos e curtos.

ADJETIVOS INDEFINIDOS

Os *indefinite adjectives* são: *some*, *any* e *no*. Dependendo da frase, eles podem ser traduzidos como algum(a), nenhum(a). Pelo fato de serem adjetivos, perceba que sempre devem preceder um substantivo, qualificando-os. Vejamos o uso geral:

<u>Em afirmativas:</u>	<u>Em negativas:</u>	<u>Em interrogativas:</u>
I have some money.	I don't need any help.	Do you need any money?

Em casos mais específicos, podemos usar *some* também em perguntas quando se deseja ou se espera uma resposta afirmativa e também quando se oferece algo:

Would you like some coffee?
Do you need any help with your homework?

Casos especiais:

-O artigo indefinido *any* pode ser utilizado quando o verbo estiver na forma afirmativa e a frase contiver algum termo de sentido negativo como a palavra *never*. Veja:

He never buys any fruit. (Ele nunca compra fruta nenhuma)
She never met any celebrity. (Ela nunca encontrou nenhuma celebridade)

-O artigo indefinido *no* pode ser utilizado quando o verbo estiver na forma afirmativa. A frase não pode conter nenhuma outra palavra de sentido negativo:

I have no idea to give you. (Não tenho nenhuma ideia para te dar)

I have no job to do today. (Não tenho nenhum trabalho para fazer hoje)

I have no place to go on my vacation. (Não tenho nenhum lugar para ir durante minhas férias)

ADJETIVOS TERMINADOS EM -ED E -ING

Muitos adjetivos na língua inglesa possuem terminação -ed ou -ing.

Adjetivos com terminação **-ing** se referem a uma característica de uma coisa ou de uma pessoa.

Adjetivos com terminação **-ed** se referem ao que a pessoa está sentindo.

Exemplos:

My friend is **bored**. (Meu amigo está entediado).

My friend is **boring**. (Meu amigo é entediante).

This book is **confusing**. (Este livro é confuso [confunde quem o lê]).

I'm **confused** with this book. (Eu estou confuso com este livro).

De forma geral dizemos que algo ou alguém é "-ing" e isso nos faz sentir "-ed"

Michael Jordan is an **interesting** player. (Michael Jordan é um jogador interessante).

I'm **interested** in basketball. (Eu estou interessado em basketball).

Aqui temos uma lista dos adjetivos mais comuns, em sua forma -ed e -ing.

Alarmed – Alarming (alarmado - alarmante)

Aggravated – Aggravating (agravado - agravante)

Annoyed – Annoying (irritado - irritante)

Bored – Boring (entediado – entediante)

Challenged – Challenging (desafiado – desafiante)

Charmed – Charming (encantado – encantador)

Comforted – Comforting (conformado – conformante)

Confused – Confusing (confuso)

Convinced – Convincing (convencido – convincente)

Depressed – Depressing (depressivo – depressante)

Disappointed – Disappointing (desapontado – desapontante)

Disturbed – Disturbing (perturbado – perturbante)

Encouraged – Encouraging (encorajado – encorajante)

Fascinated – Fascinating (fascinado – fascinante)

Frightened – Frightening (assutado – assustador)

Frustrated – Frustrating (frustrado – frustrante)

Inspired – Inspiring (inspirado – inspirador)

Interested – Interesting (interessado – interessante)

Relaxed – Relaxing (relexado – relaxante)

Relieved – Relieving (aliviado – aliviante)

Shocked – Shocking (chocado – chocante)

Surprised – Surprising (surpreso – surpreendente)

Tired – Tiring (cansado – cansativo)

Worried – Worrying (preocupado – preocupante)

NUMERAIS CARDINAIS E ORDINAIS

CARDINAL	ORDINAL
1 one	1st first
2 two	2nd second
3 three	3rd third
4 four	4th fourth
5 five	5th fifth
6 six	6th sixth
7 seven	7th seventh
8 eight	8th eighth
9 nine	9th ninth
10 ten	10th tenth
11 eleven	11th eleventh
12 twelve	12th twelfth
13 thirteen	13th thirteenth
14 fourteen	14th fourteenth
15 fifteen	15th fifteenth
16 sixteen	16th sixteenth
17 seventeen	17th seventeenth
18 eighteen	18th eighteenth
19 nineteen	19th nineteenth
20 twenty	20th twentieth
21 twenty-one	21st twenty-first
22 twenty-two	22nd twenty-second
23 twenty-three	23rd twenty-third
30 thirty	30th thirtieth
40 forty	40th fortieth
50 fifty	50th fiftieth
60 sixty	60th sixtieth
70 seventy	70th seventieth
80 eighty	80th eightieth
90 ninety	90th ninetieth
100 one hundred	100th one hundredth
200 two hundred	200th two hundredth
1 000 one thousand	1 000th one thousandth
10 000 ten thousand	10 000th ten thousandth
100 000 one hundred thousand	100 000th one hundred thousandth
1 000 000 one million	1 000 000th one millionth

Exemplos

January is the first month of the year. (*Janeiro é o primeiro mês do ano*).

Michael is the third winner. (*Michael é o terceiro ganhador*).

John is the ninth student in the line. (*John é o nono aluno na fila*).

Os números ordinais também são usados em inglês para datas.

January 28th (Vigésimo oitavo dia do mês de janeiro).

**PRONOMES: PESSOAIS: SUJEITO E OBJETO.
POSSESSIVOS: SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS.
REFLEXIVOS. INDEFINIDOS. INTERROGATIVOS.
RELATIVOS.**

PRONOMES PESSOAIS

Há dois tipos de pronomes pessoais: sujeitos e objetos.

<u>Pronome Pessoal</u> <u>Sujeito:</u>	<u>Tradução:</u>	<u>Pronome</u> <u>Pessoal Objeto:</u>
I	eu	Me
You	você	You
He	ele	Him
She	ela	Her
It	ele/ela (para coisas ou animais)	It
We	nós	Us
You	vocês	You
They	eles/elas	Them

Os pronomes pessoais sujeitos vêm antes do verbo, como sujeito da frase. Os pronomes pessoais objetos vêm depois de verbo ou de preposição. Além de virem depois, o verbo principal da frase está fazendo uma ação relacionada ao pronome pessoal objeto em questão.

Exemplos:

She loves **him** a lot.

I saw **her** at the party yesterday.

We are going to meet **them** in front of the stadium.

They waited *for* **us** for two hours.

Can **you** send this e-mail *for* **me**, please?

Há dois tipos de pronomes possessivos: adjetivos e substantivos.

<u>Pronome</u> <u>Possessivo</u> <u>Adjetivo:</u>	<u>Tradução:</u>	<u>Pronome</u> <u>Possessivo</u> <u>Substantivo:</u>
My	meu(s)/minha(s)	Mine
Your	seu/sua	Yours
His	dele	His
Her	dela	Hers
Its	dele/dela (coisas ou animais)	Its

Our	nosso(s)/ nossa(s)	Ours
Your	seus/suas	Yours
Their	deles/delas	Theirs

Os pronomes possessivos adjetivos vem antes do substantivo.

Os pronomes possessivos substantivos podem vir após o substantivo ou podem substituir o substantivo a qual se referem assim reduzindo a frase.

Exemplos:

His kid is playing with **hers**. (O filho **dele** está brincando com o **dela**)

(**His** – pronome possessivo adjetivo, antes do substantivo kid. **Hers** – pronome possessivo substantivo, substituindo o substantivo kid, para evitar a repetição da mesma palavra várias vezes na mesma frase).

My friends went to the club with **yours**. (**Meus** amigos foram ao clube com os **seus**)

Our mother likes pizza. (**Nossa** mãe gosta de pizza)

Did you prefer **his** presentation or **hers**? (Você preferiu a apresentação **dele** ou a **dela**?)

PRONOME REFLEXIVO

Os **Pronomes Reflexivos** são usados quando a ação do verbo recai sobre o próprio sujeito. Assim, o pronome reflexivo vem logo após o verbo e concorda com o sujeito. Eles se caracterizam pelas terminações *-self* (nas pessoas do singular) e *-selves* (nas pessoas do plural).

myself (a mim mesmo, -me)

yourself [a ti, a você mesmo(a), -te,-se]

himself (a si, a ele mesmo, -se)

herself (a si, a ela mesma, -se)

itself [a si mesmo(a), -se] => para coisas ou animais

ourselves [a nós mesmos(as), -nos]

yourselves (a vós, a vocês mesmos(as), -vos,-se)

themselves (a si, a eles mesmos, a elas mesmas, -se)

Exemplos:

She is looking at **herself** in the mirror.

(Ela está olhando para si mesma no espelho)

He hurt **himself** with a knife.

(Ele machucou a si mesmo com a faca)

*O Pronome Reflexivo também é empregado certas vezes para dar ênfase à pessoa que pratica a ação dizendo que ele mesmo por si só praticou tal ação. Para tanto, podemos posicioná-lo logo após o sujeito ou no fim da frase. Este tipo de estrutura também é conhecida como *Emphatic pronouns*.

Exemplos:

Carlos himself did the homework.
(O próprio Carlos fez a tarefa.)

Marilyn herself wrote that message.
(A própria Marilyn escreveu aquela mensagem.)

*Os Pronomes Reflexivos podem ser precedidos pela preposição *by*. Nesse caso, dão o sentido de que alguém fez algo sozinho, sem ajuda ou companhia de ninguém.
Exemplo:

Did you go to the party by yourself? => Você foi à festa sozinho?

That old man wants to live by himself. => Aquele senhor quer viver sozinho.

PRONOMES INDEFINIDOS

Os pronomes indefinidos, também conhecidos como *Indefinite Pronouns* são utilizados para falar de lugares, coisas e pessoas indefinidos, de modo vago ou impreciso.

SOME (Algun, alguma, alguns, algumas):

É utilizado nas frases afirmativas e antes do substantivo.

There are **some** trees in the park.

Paul and Linda have **some** money.

(De modo vago estamos dizendo que existe uma quantidade razoável de árvores no parque e que Paul e Linda tem uma quantidade razoável de dinheiro.)

O **some** também é utilizado, principalmente nos restaurantes ou por um anfitrião, ao se oferecer uma comida, bebida ou serviço:

Would you like **some** water?

Would you like **some** privacy?

SOME – Formas compostas

Somebody = someone = alguém.

Somewhere = em algum lugar.

Something = alguma coisa / algo.

Sometime = alguma vez / alguma hora.

Exemplos:

There is **somebody** at the door. (Tem alguém na porta.)

Liz lives **somewhere** in Atlanta. (Liz vive em algum lugar em Atlanta.)

I need **something** from the drugstore. (Eu preciso de algo da farmácia.)

Let's have dinner **sometime** tonight. (Vamos jantar alguma hora hoje a noite.)

ANY (Algun, nenhum, qualquer)

Utilizamos **any** nas perguntas e respostas negativas, antes do substantivo.

Nas perguntas **any** se requiere a qualquer quantidade, por exemplo quando perguntando se você tem qualquer quantidade de dinheiro.

Do you have **any** money?

Nas negativas, **any** tem a função de nada, zero, vazio, etc. Não podemos fazer negativas em Inglês negando no auxiliar e em seguida com **no** quando queremos empregar esta função:

There aren't ~~no~~ fruits in the kitchen.

There aren't **any** fruits in the kitchen.

There are no fruits in the kitchen. ("Auxiliar no infinitivo + no" também é correto.)

ANY – Formas compostas

Anybody = anyone = Alguém, ninguém, qualquer um

Anywhere = Algum lugar, nenhum lugar, qualquer lugar

Anything = Alguma coisa, nenhuma coisa, qualquer coisa

Exemplos:

Is **anybody** out there? (Tem alguém aí?)

You can buy bread **anywhere** (Você consegue comprar pão em qualquer lugar.)

Do you have **anything** interesting? (Você tem alguma coisa interessante?)

EVERY – (Todo, toda) – **Formas compostas**

Everybody = everyone = todos, todas, todo mundo.

Everywhere = todos os lugares.

Everything = tudo.

Exemplos:

Everybody at the party is happy. (Todos na festa estão felizes.)

(O pronome everybody concorda com o verbo no singular.)

You can see pollution **everywhere** now. (Você consegue ver poluição em todos os lugares agora.)

I have to buy **everything** today. (Eu tenho que comprar tudo hoje.)

NO (Nenhum, nenhuma)

Deve ser usado sempre seguido de substantivo quando o verbo está na forma afirmativa, mas a idéia é negativa. (comentamos sobre isso na explicação do **any**)

Exemplos:

a) There are **no towels** here.

b) There is **no cream** in your cup.

NO – Formas compostas

Nobody = no one = ninguém.

No way = de modo algum.

Nowhere = em lugar algum.

Nothing = nada.

Exemplos:

Nobody helped me. (Ninguém me ajudou.)

No way you are going to that party. (De modo algum você irá para aquela festa.)

It is raining **nowhere**. (Está chovendo em lugar algum.)

Nothing makes him happy. (Nada o faz feliz.)

NONE (nenhum, nenhuma, ninguém ou nada)

Utilizado no começo ou no fim da frase, ele é utilizado quando o verbo está na forma afirmativa, mas a idéia é negativa. **None** é usado no lugar de um pronome ou substantivo.

Exemplos:

Do you have any money?

None.

None of them is my brother. (Nenhum deles é meu irmão.)

PRONOMES RELATIVOS

Os *Relative Pronouns* são usados quando queremos identificar ou adicionar alguém ou alguma coisa em uma oração; quando queremos informações que complementem a oração anterior. Podemos também dizer que os pronomes relativos unem duas orações, estabelecendo uma "relação" entre elas. Por isso, são chamados "relativos".

Who (quem, que): usado para pessoas.

Informações a serem unidas: That is the girl. She gave a kiss.

That is the girl **who** gave me a kiss. (Aquele é a garota que me deu um beijo)

Whom (que, quem, o qual, a qual): usado para pessoas, normalmente após preposição. Formal.

Informações a serem unidas: We need to talk to someone. The manager is the one.

The manager is the one **to whom** we need to talk. (O gerente é aquele com quem precisamos falar)

Which (que): usado para coisas e animais.

Informações a serem unidas: I watched a film. The film was fantastic.

The film **which** I watched was fantastic. (O filme que eu assisti foi fantástico)

Where (onde, em que, no qual, na qual): refere-se a lugares.

Informações a serem unidas: I stayed in a hotel. The hotel was very expensive.

The hotel **where** I stayed was very expensive. (O hotel onde eu fiquei era muito caro)

Whose (cujo, cuja, de quem): usado para indicar posse.

Informações a serem unidas: This is the boy. The boy's father is my boss.

This is the boy **whose** father is my boss. (Este é o garoto cujo pai é meu patrão)

That (que): talvez seja o mais usado. Refere-se a coisas e pessoas. Pode substituir *who* e *which*.

Informações a serem unidas: I saw a little girl. I saw the little girl a minute ago.

Where is the little girl **that** I saw a minute ago?

PRONOMES INTERROGATIVOS

Os Pronomes Interrogativos, *Question Words*, são utilizados para obtermos informações mais específicas a respeito de algo ou alguém. As perguntas formuladas com eles são conhecidas por *wh-questions* porque todos os pronomes interrogativos possuem as letras *wh*. Na grande maioria das vezes, os Interrogativos são posicionados antes de verbos auxiliares ou modais, no início de frases.

What – O que, que, qual (usado para questões com opções mais amplas de resposta):

What time is it now? (Que horas são agora?)

What are you doing here? (O que você está fazendo aqui?)

Where – Onde:

Where do you work? (Onde você trabalha?)

Where do your kids study? (Onde seus filhos estudam?)

When – Quando:

When did they move? (Quando eles se mudaram?)

When did you travel to Europe? (Quando você viajou para a Europa?)

Who – Quem:

Who is that girl? (Quem é aquela garota?)

Who arrived first in the race? (Quem chegou primeiro na corrida?)

Why – Por que:

Why did you cry? (Por que você chorou?)

Why are you late for class? (Por que você está atrasado para a aula?)

Whom – Quem (mais formal, geralmente antecedido de preposição):

With whom did you go to the park? (Com quem você foi ao parque?)

To whom were you speaking last night? (Com quem você estava falando ontem à noite?)

Whose – De quem:

Whose pen is this? (De quem é esta caneta?)

Whose mansion is that? (De quem é aquela mansão?)

Which – Qual, quais (usado para questões com opções limitadas de resposta):

Which of those girls is your sister? (Qual daquelas meninas é a sua irmã?)

Which color do you prefer: yellow or blue? (Qual cor você prefere: amarelo ou azul?)

Existem diversas formas compostas dos pronomes interrogativos. Podemos juntar outras palavras a eles antes dos verbos auxiliares, para especificar alguma informação. Veja:

What kind of movies do you like? (Que tipo de filmes você gosta?)

What sports do you practice? (Que esportes você pratica?)

What soccer team are you a fan of? (Para que time de futebol você torce?)

How often do you go to the gym? (Com que frequência você vai à academia?)

How long is the Amazon river? (Qual o comprimento do rio Amazonas?)

How much does this newspaper cost? (Quanto custa este jornal?)

How many brothers do you have? (Quantos irmãos você tem?)

How good are you at tennis? (O quanto você é bom em tênis?)

How old are you? (Quantos anos você tem?)

How far is São Paulo from Rio? (Qual a distância entre São Paulo e Rio?)

How deep is this river? (Quão profundo é este rio?)

Quando uma pergunta questiona sobre o sujeito da oração, não se usa verbo auxiliar. Assim, o pronome interrogativo inicia a pergunta seguido das outras palavras na ordem afirmativa. Observe:

Who knows? (Quem sabe?)

What happened? (O que aconteceu?)

Who likes to eat vegetables? (Quem gosta de comer vegetais?)

What broke the window? (O que quebrou a janela?)

Who speaks English in this room? (Quem fala inglês nesta sala?)

Why go now? (Por que ir agora?)

How many people survived the accident? (Quantas pessoas sobreviveram ao acidente?)

Which came first: the egg or the chicken?

Em muitos casos, as perguntas são finalizadas por preposições que complementam seu sentido:

Where are you **from**? (De onde você é?)

What is your city **like**? (Como é a sua cidade?)

Who did you play **against**? (Contra quem você jogou?)

Where did you send the letter **to**? (Para onde você enviou a carta?)

What is this **for**? (Para que é isto?)

VERBOS (MODOS, TEMPOS E FORMAS): REGULARES E IRREGULARES. AUXILIARES E IMPESSOAIS. MODAIS. TWO-WORD VERBS. VOZ ATIVA E VOZ PASSIVA. O GERÚNDIO E SEU USO ESPECÍFICO

Quanto à forma, podemos classificar os verbos ingleses em Regulares, Irregulares e Modais.

São chamados de regulares os verbos que geralmente seguem a mesma regra.

No caso do presente, verbos regulares são aqueles que recebem *S*:

Play – plays, sing – sings.

No caso do passado, verbos regulares são aqueles que recebem *ed*:

Play – played, cook – cooked.

Verbos irregulares são aqueles que não seguem uma mesma regra.

Tanto no caso do presente ou do passado, os verbos sofrem modificações individuais.

Presente:

have – has, do – does.

Passado:

Sing – sang, eat – ate.

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

Os verbos irregulares **não** têm uniformidade quanto à escrita do passado simples e do particípio. Confira os três últimos exemplos na tabela abaixo.

<i>Infinitivo</i>	<i>Simple Past tense</i>	<i>Past Participle</i>	<i>Tradução</i>
to accept	accepted	accepted	aceitar
to add	added	added	adicionar, somar
to arrive	arrived	arrived	chegar
to be	was, were	been	ser, estar
to begin	began	begun	começar, iniciar
to buy	bought	bought	comprar

Abaixo segue uma tabela dos verbos mais utilizados na língua inglesa. Assim como as palavras mais comuns (aquela lista não possui verbos) os verbos também são parte fundamental das frases. Quanto mais verbos o estudante souber – mais facilmente ele entenderá todas as frases de um texto.

#	Infinitive	Simple Past	Tradução
1	accept	Accepted	aceitar
2	agree	Agreed	concordar
3	answer	Answered	responder
4	appear	Appeared	aparecer
5	arrive	Arrived	chegar
6	ask	Asked	perguntar
7	attack	Attacked	atacar
8	bake	Baked	assar
9	be	was, were	ser, estar
10	become	Became	tornar-se
11	begin	Began	começar
12	believe	Believed	acreditar, crer
13	bet	Bet	apostar
14	bite	Bit	morder, picar
15	bleed	Bled	sangrar
16	borrow	Borrowed	pedir emprestado
17	break	Broke	quebrar, interromper
18	bring	Brought	trazer
19	build	Built	construir
20	burn	burned, burnt	queimar
21	buy	Bought	comprar
22	call	Called	ligar, chamar
23	cancel	Canceled	cancelar
24	carry	Carried	carregar
25	celebrate	Celebrated	celebrar, comemorar
26	change	Changed	trocar, mudar
27	chat	Chatted	bater papo
28	clap	clapped, clapt	bater palma

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

29	clean	Cleaned	limpar
30	climb	Climbed	subir, escalar
31	close	Closed	fechar
32	come	Came	vir, chegar
33	cook	Cooked	cozinhar
34	cost	Cost	custar
35	broadcast	Broadcast	transmitir
36	create	Created	criar
37	cry	Cried	chorar
38	cut	Cut	cortar
39	damage	Damaged	danificar, estragar
40	dance	Danced	dançar
41	date	Dated	sair para um encontro, namorar
42	decide	Decided	decidir
43	deliver	Delivered	entregar
44	depend	Depended	depender
45	dive	dived, dove	mergulhar
46	do	Did	fazer, executar
47	draw	Drew	desenhar
48	dream	dreamt, dreamed	sonhar
49	drink	Drank	beber
50	drive	Drove	dirigir (4 rodas)
51	eat	Ate	comer
52	end	Ended	terminar
53	enjoy	Enjoyed	apreciar, desfrutar, gostar
54	exercise	Exercised	exercitar-se, fazer exercícios
55	fall	Fell	cair
56	feed	Fed	alimentar(se), alguém
57	fight	Fought	lutar
58	find	Found	encontrar
59	finish	Finished	terminar
60	fish	Fished	pescar
61	fix	Fixed	consertar, arrumar
62	fly	Flew	voar
63	follow	Followed	seguir
64	forget	Forgot	esquecer(se)
65	fry	Fried	fritar
66	get	Got	conseguir, ganhar
67	get up	got up	levantar-se
68	give	Gave	dar, conceder
69	go	Went	ir
70	grow	Grew	crescer, cultivar
71	guess	Guessed	adivinhar, supor

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

72	happen	Happened	acontecer
73	hate	Hated	odiar
74	have	Had	ter, possuir
75	hear	Heard	ouvir
76	help	Helped	ajudar
77	hide	Hid	esconder, ocultar(se)
78	hit	Hit	bater
79	hunt	Hunted	caçar
80	hurt	Hurt	machucar
81	improve	Improved	melhorar, aperfeiçoar
82	interview	Interviewed	entrevistar
83	jog	Jog	caminhar (exercício físico)
84	jump	Jumped	pular, saltar
85	keep	Kept	guardar, manter, permanecer
86	kiss	Kissed	beijar
87	know	Knew	saber, conhecer
88	listen	Listened	escutar
89	live	Lived	viver, ao vivo
90	look	Looked	olhar, parecer
91	lose	Lost	perder
92	love	Loved	amar
93	make	Made	fazer, produzir, fabricar
94	marry	Married	casar
95	meet	Met	encontrar-se com
96	miss	Missed	sentir saudades, perder a hora
97	move	Moved	mexer, mudar-se
98	need	Needed	precisar, necessitar
99	offer	Offered	oferecer
100	open	Opened	abrir
101	paint	Painted	pintar
102	park	Parked	estacionar
103	pay	Paid	pagar
104	plant	Planted	plantar
105	play	Played	tocar instrumento, brincar
106	practice	Practiced	praticar, treinar
107	prefer	Preferred	preferir
108	pull	Pulled	puxar
109	push	Pushed	empurrar
110	quit	Quit	desistir, sair, abandonar
111	rain	Rained	chover

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

112	read	Read	ler
113	relax	Relaxed	relaxar, descansar
114	remember	Remembered	lembrar, recordar
115	repair	Repaired	reparar, consertar
116	repeat	Repeated	repetir
117	rescue	Rescued	resgatar, socorrer
118	respond	Responded	responder
119	rest	Rested	relaxar, descansar
120	review	Reviewd	revisar
121	ride	Rode	cavalgar (2 rodas)
122	run	Run	correr, administrar
123	save	Saved	salvar, economizar (dinheiro)
124	say	Said	dizer
125	see	Saw	ver
126	sell	Sold	vender
127	send	Sent	enviar
128	sing	Sang	cantar
129	sink	Sank	afundar, naufragar
130	sit	Sat	sentar
131	skate	Skated	patinar, andar de skate
132	ski	Skied	esquiar
133	sleep	Slept	dormir
134	smell	Smelt	cheirar
135	snow	Snowed	nevar
136	speak	Spoke	falar
137	spell	Spelled	soletrar
138	spend	Spent	gastar tempo ou dinheiro
139	spill	spilled, spilt	derramar líquido
140	start	Started	iniciar, começar
141	steal	Stole	roubar
142	stop	Stopped	parar, deter
143	study	Studied	estudar
144	suggest	Suggested	sugerir
145	swear	Swore	jurar, falar palavrão
146	sweat	sweat, sweated	suar
147	sweep	Swept	varrer
148	swim	Swam	nadar
149	take	Took	tomar, pegar
150	talk	Talked	falar
151	teach	Taught	ensinar
152	tell	Told	contar, dizer
153	thank	Thanked	agradecer
154	think	Thought	pensar, achar (opinião)

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

155	touch	Touched	tocar
156	travel	Traveled	viajar
157	try	Tried	tentar
158	turn	Turn	girar, rodar, virar
159	understand	Understood	entender, compreender
160	upset	Upset	ficar nervoso, com raiva
161	use	Used	usar
162	visit	Visited	visitar
163	wait	Waited	esperar
164	wake up	waked up, woke up	acordar
165	walk	Walked	caminhar, andar
166	want	Wanted	querer
167	wash	Washed	lavar
168	watch	Watched	assistir, vigiar
169	water	Watered	regar
170	wear	Wore	vestir
171	welcome	Welcomed	dar boas vindas
172	win	Won	ganhar, vencer
173	wish	Wished	desejar
174	work	Worked	trabalhar, funcionar
175	worry	Worried	preocupar-se
176	write	Wrote	escrever

TEMPOS VERBAIS

PRESENTE CONTÍNUO: indica algo que acontece no exato momento da fala. As frases neste tempo verbal mostram o que alguém **está fazendo** (gerúndio). Necessita do verbo *to be* (am, is, are) e mais algum outro verbo com terminação -ing (-ando, -endo, -indo, -ondo):

I **am writing** a book. (Eu estou escrevendo um livro)
 You **are reading**. (Você está lendo)
 He **is listening** to music. (Ele está escutando música)
 She **is making** lunch. (Ela está fazendo o almoço)
 It **is playing** with a ball. (Ele/Ela está brincando com uma bola.)
 We **are learning** together. (Nós estamos aprendendo juntos)
 You **are studying** English. (Vocês estão estudando Inglês)
 They **are traveling**. (Eles estão viajando)

*O pronome *it* é usado para coisas e animais. Pode referir-se a pessoas quando não se sabe o sexo.

Tudo o que foi descrito nestas frases está acontecendo agora, neste exato momento. Por isso usamos o presente contínuo. Para tornar todas estas frases negativas, basta posicionar a palavra *not* após o *to be*, ou fazer uma contração ente eles (am not, isn't, aren't).

I **am not writing** a book. (Apenas esta forma não pode ser contraída)
 You **aren't reading**.
 He **isn't listening** to music.
 She **isn't making** lunch.
 It **isn't playing** with a ball.
 We **aren't learning** together.
 You **aren't studying** English.
 They **aren't traveling**.

Agora, para transformarmos as frases em interrogações, devemos mudar a posição do *to be*. Precisamos posicioná-lo (am, is, are) antes dos sujeitos das frases. As outras palavras permanecem em suas posições originais. Claro que não podemos esquecer do ponto de interrogação. Veja:

Am I writing a book?
Are you reading?
Is he listening to music?
Is she making lunch?
Is It playing with a ball?
Are we learning together?
Are you studying English?
Are they traveling?

PASSADO CONTÍNUO: se você quiser colocar todas as frases que acabamos de estudar no passado, para relatar o que alguém **estava fazendo**, é muito simples. Basta trocar verbo *to be* que estava no presente pelo *to be* no passado (was, were). Apenas tenha atenção na hora de saber qual pessoa usará *was* e qual usará *were*. Exemplos:

I **was writing** a book.
 You **were reading**.
 He **was listening** to music.
 She **was making** lunch.
 It **was playing** with a ball.
 We **were learning** together.
 You **were studying** English.
 They **were traveling**.

Perceba que usamos *was* com I/He/She/It, e que usamos *were* com You/We/They. Agora, para formar a negativa (wasn't, weren't) e a interrogativa (Was I...?, Were you...?), basta proceder da mesma forma que vimos no caso do Presente Contínuo.

FUTURO CONTÍNUO: para relatar aquilo que alguém **estará fazendo** em um determinado momento no futuro, é só utilizar *will be* e mais qualquer outro verbo terminado em -ing.

I **will be writing** a book.
 You **will be reading**.
 He **will be listening** to music.
 She **will be making** lunch.
 It **will be playing** with a ball.
 We **will be learning** together.
 You **will be studying** English.
 They **will be traveling**.

Nas negativas, simplesmente posicionamos *not* logo após o auxiliar *will*, ou fazemos uma contração com eles (will+not= won't).

Para interrogar, faz-se a colocação do auxiliar *will* antes do sujeito das frases (Will I...?, Will you...?).

PRESENTE SIMPLES: este tempo verbal nos fala de situações que acontecem rotineiramente. Estas situações não acontecem no exato momento da fala, mas usualmente durante o dia a dia. Por exemplo, você pode dizer em português "eu trabalho". Essas suas palavras indicam algo rotineiro para você, não querem dizer que você esteja trabalhando agora, neste exato momento. É essa noção de que algo acontece no presente mas como uma rotina é o que o presente simples indica. Vamos ver a conjugação de alguns verbos no presente simples com frases afirmativas primeiro:

I work in the evening.
 You like to dance.
He sleeps a lot.
She cooks well.
It barks too much.
 We speak English fluently.
 You drive fast.
 They drink beer.

Perceba que basta seguir a ordem "sujeito + verbo no infinitivo sem *to* (+complemento)" para formar algumas sentenças. É a ordem natural das palavras em Português também. Assim, se você souber uma boa gama de verbos, poderá montar muitas frases para praticar.

Neste caso de sentenças afirmativas somente precisamos tomar cuidado com os detalhes em negrito e em sublinhado. Todas as vezes em que o sujeito da frase for a terceira pessoa do singular (he/she/it), devemos acrescentar um -s no final do verbo. Em algumas situações será um -es, e no caso do verbo *to have* a forma será *has*. Repito: só nas afirmativas com 3ª pessoa singular.

As negativas precisam fazer o uso dos verbos auxiliares *do* e *does*, acrescidos de *not* (do+not=don't / does+not=doesn't). *Doesn't* será usado somente com 3ª pessoa singular. Exemplos:

I don't work in the evening.
 You don't like to dance.
He *doesn't* sleep a lot.
She *doesn't* cook well.
It *doesn't* bark too much.
 We don't speak English fluently.
 You don't drive fast.
 They don't drink beer.

Para fazermos perguntas, posicionaremos *do* e *does* antes do sujeito da frase e acrescentaremos o ponto de interrogação.

Do I work in the evening?
 Do you like to dance?
 Does **he** sleep a lot?
 Does **she** cook well?
 Does **it** bark too much?
 Do we speak English fluently?
 Do you drive fast?
 Do they drink beer?

Ótimo. Agora, para finalizarmos o presente simples, passemos ao principal verbo inglês: o *to be*. A conjugação do presente do *to be* possui três formas: *am*, *is* e *are*. Este verbo significa duas coisas ao mesmo tempo: ser e estar. Mas como identificar se numa frase ele quer se referir ao verbo ser ou se ao verbo estar? Resposta: depende da frase, depende do contexto. Veja:

I am a teacher. (Eu sou um professor)
 You are a student. (Você é um aluno)
 He is late. (Ele está atrasado)
 She is early. (Ela está adiantada)
 It is tall. (Ele/Ela é alto/a)
 We are Brazilians. (Nós somos brasileiros)
 You are busy. (Vocês estão/são ocupados)
 They are happy. (Eles/Elas estão/são felizes)

Note que *am* é usado na primeira pessoa do singular, *is* na terceira do singular e *are* nas outras.

Para negarmos, usamos *not* logo após o *to be* ou fazemos contração entre eles.

I am not a teacher.
 You aren't a student.
 He isn't late.
 She isn't early.
 It isn't tall.
 We aren't Brazilians.
 You aren't busy.
 They aren't happy.

Finalizando, para transformarmos estas frases em interrogações, temos que por o *to be* antes dos sujeitos. Lembrete: ponto de interrogação! Assim:

Am I a teacher?
 Are you a student?
 Is he late?
 Is she early?
 Is it tall?
 Are we Brazilians?
 Are you busy?
 Are they happy?

PASSADO SIMPLES: indica alguma ação completa no passado, ou seja, algo já finalizado. O passado simples caracteriza-se pela adição da terminação *-ed* aos verbos REGULARES nas afirmativas. Nas interrogativas, usamos *Did* antes dos sujeitos das frases e, nas negativas, *did not* ou *didn't*. Vejamos:

I worked yesterday. (Eu trabalhei ontem)
 You answered my e-mail. (Você respondeu ao meu e-mail)
 He traveled a lot. (Ele viajou muito)
 She watched the movie. (Ela assistiu o filme)
 It barked all night. (Ele/Ela latiu a noite toda)
 We stayed here. (Nós ficamos aqui)
 You played very well. (Vocês jogaram muito bem)
 They parked far. (Eles estacionaram longe)

I didn't work yesterday. (Eu não trabalhei ontem)
 You didn't answer my e-mail. (Você não respondeu ao meu e-mail)
 He didn't travel a lot. (Ele não viajou muito)
 She didn't watch the movie. (Ela não assistiu o filme)
 It didn't bark all night. (Ele/Ela não latiu a noite toda)
 We didn't stay here. (Nós não ficamos aqui)
 You didn't play very well. (Vocês não jogaram muito bem)
 They didn't park far. (Eles não estacionaram longe)

Did I work yesterday? (Eu trabalhei ontem?)
 Did you answer my e-mail? (Você respondeu ao meu e-mail?)
 Did he travel a lot? (Ele viajou muito?)
 Did she watch the movie? (Ela assistiu o filme?)
 Did it bark all night? (Ele/Ela latiu a noite toda?)
 Did we stay here? (Nós ficamos aqui?)
 Did you play very well? (Vocês jogaram muito bem?)
 Did they park far? (Eles estacionaram longe?)

Quanto aos verbos irregulares, procederemos da mesma forma. A única diferença é nas afirmações, pois eles não recebem terminação *-ed*. É essencial memorizar as formas irregulares. Vejamos:

I went to the beach. (to go: ir)
 You left early. (to leave: sair, deixar)
 He drank too much. (to drink: beber)
 She had a sister. (to have: ter)
 It slept under the bed. (to sleep: dormir)
 We stood in line. (to stand: ficar de pé)
 You won together. (to win: vencer, ganhar)
 They cut the meat. (to cut: cortar)

Faz-se necessário, também revisar o passado do verbo *to be*. Ele será da seguinte forma:

I was tired.
 You were sad.
 He was late.
 She was early.
 It was beautiful.
 We were in São Paulo.
 You were elegant.
 They were at the bank.

Nas negativas: *wasn't* e *weren't*. E nas interrogativas: *Was I...?*, *Were you...?*, *Was he...?*, etc.

FUTURO SIMPLES: Usamos o futuro simples para dizer que algo vai acontecer ou deverá acontecer, para expressar ações que iremos fazer mas que não tínhamos planejado anteriormente, para fazer previsões sobre o futuro, uma vez que não temos certeza se essa previsão irá mesmo se concretizar ou não. Usamos também o futuro simples para promessas, ofertas e propostas. A estrutura é formado pela utilização do auxiliar *will* após o sujeito seguido de algum verbo. A negativa é obtida com *will not* ou com a contração *won't*. Para perguntar no futuro simples, é só colocar *will* antes do sujeito. Exemplos:

I **will buy** a car. (Eu vou comprar um carro.)
 You **will have** a baby. (Você vai ter um bebê.)
 He **will study** abroad. (Ele irá estudar no exterior.)
 She **will go** to the park. (Ela irá para o parque.)
 It **will stay** at the veterinarian. (Ele/ela* irá permanecer no veterinário.)

We **will make** a barbecue. (Nós iremos fazer um churrasco.)

You **will help** me later. (Você irá me ajudar depois.)

They **will be** partners. (Eles serão parceiros.)

FUTURO IMEDIATO: Utilizamos o futuro imediato para expressar algo que já foi planejado e por isso existe a certeza de que irá acontecer. Por ser algo que temos certeza que iremos fazer o futuro imediato acaba sendo usado frequentemente para expressar ações que acontecerão num futuro bem próximo, por isso chamado de imediato. A estrutura do futuro imediato é o sujeito + o verbo to be no presente (am, is, are) + **going to** + verbo principal + complemento.

I'm **going to** visit my mother tonight (Eu irei visitar minha mãe hoje a noite.)

Jack is **going to** swim tomorrow. (Jack irá nadar amanhã.)

It is **going to** rain in a few minutes. (Irá chover em alguns minutos.)

Como o futuro imediato é composto do *to be*, para fazermos frases interrogativas e negativas, basta utilizar as mesmas regras acrescentando *not* após o *to be*, ou colocando o mesmo antes do sujeito para a interrogativa.

Steve is **not** going to dance samba. (Steve não irá dançar samba.)

They **aren't** going to play soccer. (Eles não irão jogar futebol.)

Is he going to buy a new car? (Ele vai comprar um carro novo?)

Are you going to call Ann? (Você irá ligar pra Ann?)

Apenas em conversas e diálogos informais o **going to** pode ser substituído pela expressão/abreviação **gonna**:

I'm **gonna** study tonight. (Eu irei estudar hoje a noite.)

Are you **gonna** help me? (Você irá me ajudar?)

PRESENTE PERFEITO: formado pela utilização do auxiliar *have* ou *has* (*has* para he, she, it) mais a forma do particípio de outro verbo (conhecida como "a terceira forma do verbo"). Indica dois tipos de situações.

Quando a ação é contínua, que têm acontecido por um certo período e que ainda não acabaram, que continuam acontecendo.

I **have worked** here for five years. (Tenho trabalhado aqui há cinco anos)

She **has gone** to the club a lot lately. (Ela tem ido muito ao clube ultimamente)

Dave and Mike **have studied** together since 2010. (Dave e Mike têm estudado juntos desde 2010)

Quando descrevemos situações que já ocorreram, mas que não sabemos quando. O tempo é indefinido, não interessa, ou simplesmente não importa, pois o que importa é o fato acontecido.

Mike **has seen** the ocean for the first time. (Mike viu o oceano pela primeira vez)

Sheila and Susan **have** already **been** to New York. (Sheila e Susan já estiveram em Nova Iorque)

I **have** already **made my bed**. (Eu já arrumei minha cama)

As formas negativas podem ser:

I **haven't made** my bed. (Eu não arrumei minha cama)

Mike **hasn't seen** the ocean. (Mike não viu o oceano)

Sheila and Susan **haven't been** to New York. (Sheila e Susan não foram a Nova Iorque)

Se quisermos, podemos acrescentar no final da frase a palavra *yet*, que significa "ainda", para modificar um pouco o sentido da conversa:

(apenas nas negativas)

I **haven't made** my bed *yet*. (Eu ainda não arrumei minha cama)

Mike **hasn't seen** the ocean *yet*. (Mike ainda não viu o oceano)

Sheila and Susan **haven't been** to New York *yet*. (Sheila e Susan ainda não foram a Nova Iorque)

Para fazermos perguntas no present perfect, basta colocar *have* ou *has* antes do sujeito da frase. Às vezes, fazemos uso da palavra *ever*, que significa "alguma vez", em perguntas:

(o uso da palavra *ever* é opcional)

Have you bought Milk for the baby? (Você comprou leite para o bebê?)

Has he talked to the police officer? (Ele falou com o policial?)

Has Tina ever traveled to Salvador? (A Tina viajou a Salvador alguma vez?)

Have you ever seen a famous person? (Você alguma vez viu uma pessoa famosa?)

PRESENTE PERFEITO CONTÍNUO: formado pela utilização do auxiliar *have* ou *has* (*has* para he, she, it) mais o presente perfeito do verbo *be* e o gerúndio do verbo principal. Esta forma verbal enfatiza uma ação que começou no passado e que continua se repetindo até hoje.

I **have been playing tennis** for one hour. (Eu estou jogando tennis há uma hora)

Daniel **has been waiting** for two hours. (Daniel está esperando a duas horas)

Anna **has been teaching** in the university since April. (Anna tem lecionado na universidade desde Abril.)

As formas negativas serão:

She **has not been working** at that company for three years (Ela não trabalha naquela companhia a três anos).

I **haven't been watching** much television lately. (Eu não tenho assistido muita televisão ultimamente).

Roberto **hasn't been feeling** well in the past few days. (Roberto não tem se sentido bem nos últimos dias).

Para fazermos perguntas no present perfect continuos, basta colocar have ou has antes do sujeito da frase.

Has David **been doing** his homework everyday? (David está fazendo sua tarefa todos os dias?).

Have Donald and Mike **been training** for the race? (Donald e Mike estão treinando para aquela corrida?).

Have you **been playing** video games all day? (Você está jogando video games o dia inteiro?)

PASSADO PERFEITO: usado para dizer que alguma coisa ocorreu antes de outra no passado. Formado por *had* mais o particípio de algum verbo. Veja no próximo exemplo que há duas situações acontecendo, mas, aquela que aconteceu primeiro está usando o *past perfect*. E aquela que aconteceu em seguida está no passado simples. Ambas as orações estão unidas por *when*.

I **had** already **left** when my father **called** home. (Eu já tinha saído quando meu pai ligou para casa)

Não é extremamente necessário que haja duas orações. Pode have apenas uma. Veja;

David **had bought** meat for the barbecue this morning. (David tinha comprado carne para o churrasco hoje de manhã)

A negativa é formada com *had not* ou *hadn't*. Para perguntar, devemos posicionar o *had* antes do sujeito.

He **hadn't** gone to the bar. (Ele não tinha ido ao bar)

Had you brought me those documents? (Você tinha me trazido aqueles documentos?)

VERBOS AUXILIARES

Em perguntas você pode mudar o tempo verbal de uma frase simplesmente alterando o verbo auxiliar. Por exemplo:

Do you work? = Você trabalha?

Does He work? = Ele trabalha?

Did you work? = Você trabalhou?

Will you work? = Você vai trabalhar?

Os verbos auxiliares não possuem tradução nas frases:

Do **you play volleyball?** = Você joga vôlei?

A presença de um verbo auxiliar numa frase nos indica em que tempo verbal ela está (no presente, no passado ou no futuro), dependendo do auxiliar que foi usado. *Do* e *does* indicam tempo presente, *did* indica tempo passado, e *will* indica tempo futuro.

Suas formas negativas são don't (do not), didn't (did not) e won't (will not).

Para montarmos interrogações, basta posicionar o auxiliary desejado antes do sujeito da frase.

O auxiliar também pode facilitar as coisas nas respostas. Ele pode substituir o verbo e todos os seus complementos. Assim, se alguém faz um pergunta muito longa, você pode responder rapidamente:

Do you always go to work by car on weekdays? (Você sempre vai para o trabalho de carro nos dias da semana?).

Sua resposta pode ser, simplesmente, "Yes, I do".

Estas respostas curtas são conhecidas como *short answers*.

Os verbos auxiliares seguidos de um verbo principal são usados praticamente só em perguntas ou frases negativas:

Do you like pizza? (Você gosta de pizza?)

I don't like pizza (Eu não gosto de pizza)

Numa frase afirmativa diríamos:

I like pizza. (Eu gosto de pizza)

As formas *does* e *doesn't* são usadas quando o sujeito da frase no presente for terceira pessoa do singular (he, she, it).

I don't eat pizza. (Eu não como pizza)

You don't eat pizza. (Você não come pizza)

She doesn't eat pizza. (Ela não come pizza)

He doesn't eat pizza. (Ele não come pizza)

It doesn't eat pizza. (Ela/Ele não come pizza)

We don't eat pizza. (Nós não comemos pizza)

You don't eat pizza. (Vocês não comem pizza)

They don't eat pizza. (Eles não comem pizza)

Do I eat pizza? (Eu como pizza?)

Do you eat pizza? (Você come pizza?)

Does she eat pizza? (Ela come pizza?)

Does he eat pizza? (Ele come pizza?)

Does it eat pizza? (Ela/Ele come pizza?)

Do we eat pizza? (Nós comemos pizza?)

Do you eat pizza? (Vocês comem pizza?)

Do they eat pizza? (Eles comem pizza?)

VERBOS MODAIS

Os verbos modais são distintos dos regulares e irregulares pois possuem características próprias:

Não precisam de auxiliares na formação de negativas e interrogativas;

Sempre após os modais, usamos um verbo regular ou irregular no infinitivo, mas sem o "to";

Não sofrem alteração na terceira pessoa do singular do presente. Logo, nunca recebem "s", "es" ou "ies" para he/she/it.

São verbos modais: can, could, may, might, should, must, ought to.

May, Might (poder):

-May pode ser usado para pedir permissão:

May I open the window? (Posso abrir a janela?)

May I use your bathroom? (Posso usar seu banheiro?)

-May e Might podem indicar possibilidade mais certa ou probabilidade mais remota:

It may rain. (Pode chover) => may indica algo com mais certeza do que *might*.

It might rain. (Pode chover) => a probabilidade de chover é pequena.

He might come to the party, but I don't think he will. (Ele pode vir à festa, mas não creio que virá)

-May e might podem ser usados para exprimir um propósito, uma aspiração ou uma esperança:

May he rest in peace. (Que ele repouse em paz)

I hope that he might like this cake. (Espero que ele possa gostar deste bolo)

May all your dreams come true. (Que todos os seus sonhos se realizem)

-Para dizermos algo no passado e no futuro, ao invés de may e might, normalmente usamos os verbos "to be allowed to" ou "to be permitted to", que significam "ser permitido":

He will be allowed to leave prison. (Ser-lhe-á permitido sair da prisão)

I wasn't allowed to enter without a uniform. (Não me deixaram entrar sem um uniforme)

-May e might não são usados na interrogativa exprimindo probabilidade ou possibilidade. Usamos *to think*, *to be likely* e *can*:

Do you think he is listening for us? (Você acha que ele está nos ouvindo?)

Is it likely to happen? (É possível/provável que isso aconteça?)

Can this plan come true? (Poderá este plano se tornar realidade?)

-May e Might podem ser empregados na negativa, mas sem contração:

He may or may not agree with you. (Ele pode concordar ou não com você)

Must (precisar, dever, ter que):

-Must é usado no presente e no futuro. Must pode exprimir ordem, necessidade, obrigação, dever. É equivalente a *have to* (ter que):

I must go now. (Preciso ir agora)

You must obey your parents. (Você deve obedecer a seus pais)

You must follow your doctor's advice. (Você tem que seguir os conselhos do seu médico)

He has worked a lot; he must be tired. (Ele trabalhou muito; deve estar cansado)

-A forma negativa *mustn't* (*must not*) exprime uma proibição ou faz uma advertência:

Visitors must not feed the animals. (Visitantes estão proibidos de alimentar os animais)

You mustn't miss the 9:00 train. (Você não pode perder o trem das 9:00)

Can (poder):

-Pode ser usado para expressar talentos e habilidades no presente:

They can sing really well. (Eles podem cantar realmente muito bem)

I can speak English. (Eu sei falar Inglês)

-Pode ser usado para pedir permissão:

Can I drink water, teacher? (Posso ir beber água, professor?)

Can I see your homework? (Posso ver sua tarefa?)

-Há duas formas negativas, *can't* e *cannot*:

He can't dance at all. (Ele não sabe dançar nada)

Tim cannot control his feelings. (Tim não consegue controlar seus sentimentos)

Could (consequia, podia, poderia):

-Usamos *could* para expressar ideias como sendo o passado de *Can*:

When I was a teenager I could swim better. (Quando eu era adolescente eu podia nadar melhor)

I could run, now I can't anymore. (Eu podia correr, mas agora não consigo mais)

-Para pedir permissão, *could* é mais educado e formal que *Can*:

Could you help me? (Você poderia me ajudar?)

Could I borrow your cell phone? (Eu poderia pegar emprestado seu celular?)

Should e Ought to (deveria):

-Usamos para expressar nossa opinião, para dar sugestão ou conselho:

He should travel more. (Ele deveria viajar mais)

I ought to go right now. (Eu deveria ir imediatamente)

-As formas negativas são *Shouldn't* e *Ought not to*.
You *shouldn't* talk like that. (Você não deveria falar daquele jeito)
I *ought not to* see her. (Eu não deveria vê-la)

PHRASAL VERBS (VERBOS DE DUAS PALAVRAS)

O Inglês tem uma grande variedade de *two-word verbs* (verbos de duas palavras). Talvez o melhor termo para identificá-los seja *phrasal verbs* (verbos frasais), assim chamados pelo fato de serem compostos, possuindo mais de uma palavra, parecendo-se com um tipo de frase. Um *phrasal verb* é composto por um verbo regular ou irregular junto com alguma partícula, que pode ser uma preposição ou um advérbio, ou ambos. Os *phrasal verbs* têm significados novos, diferentes das palavras que os compõem lidas separadamente. Eles precisam ser entendidos como um grupo e não com suas palavras de forma isolada.

Para ver a diferença, considere o significado do verbo *to turn* segundo o Dicionário *Cambridge* e, em seguida, as sentenças com *phrasal verbs* derivados do mesmo verbo:

"*TURN verb [I/T] (GO AROUND) to move or cause something to move in a circle around a central point or line.*" = Mover ou fazer com que algo se movimente em círculos ao redor de um ponto ou de uma linha central.

Fred *turned on* the light. (Fred acendeu a luz)
Mary *turned down* the gas. (Mary diminuiu o gás)
Ralph *turned up* the stereo. (Ralph aumentou o volume do aparelho de som)
Susan *turned over* the pancake. (Susan virou a panqueca)
The committee *turned down* the request. (O comitê recusou o pedido)

Para entender como um *two-word verb* funciona, você tem que refletir sobre o significado básico de "turned". Geralmente, se for possível substituir o verbo e sua preposição por outra palavra, uma palavra que signifique exatamente a mesma coisa, então, o verbo é realmente um *two-word verb*. Poderíamos reescrever as frases da seguinte maneira:

Fred *put* the light in the "on" position. (Fred pôs a luz na posição "ligada")
Mary *lowered* the gas. (Mary reduziu o gás)
Ralph *raised* the volume on the stereo. (Ralph aumentou o volume do som)
Susan *flipped* the pancake. (Susan girou a panqueca)
The committee *refused* the request. (O comitê recusou o pedido)

Muitos *phrasal verbs* não têm objeto:

After their fight, Susan and Paul *made up*. (Após a briga, Susan e Paul fizeram as pazes)
During the wedding, the groom *passed out*. (Durante o casamento, o noivo passou mal)

Contudo, outros *phrasal verbs* pedem objeto:
They *put up with* the inconvenience. (Eles *toleraram* a inconveniência)

We *decided on* the rose wallpaper. (Nós *selecioneamos* o papel de parede rosa)

The scientists *wrote up* their research. (Os cientistas *escreveram* algo sobre sua pesquisa)

The traffic cop *wrote up* the offender. (O guarda de trânsito deu uma multa ao infrator)

Fred *flipped off* the policeman. (Fred fez um gesto ofensivo para o policial)

Quanto a posição do *phrasal verb*.

Quando falamos de substantivos a grande maioria dos *phrasal verbs* aceitam ser colocados de duas maneiras:

I'll *hang up* my coat. / I'll *hang* my coat *up*. (Eu vou pendurar o meu casaco)

O substantivo pode vir após o *phrasal verb* ou no meio dele.

Entretanto, quando falamos de pronomes, eles obrigatoriamente devem vir no meio do *phrasal verb*:

I'll hang it up (Eu vou pendurar [o meu casaco.])
Let's *help* him *out*. (Vamos ajudar ele.)

VOZ ATIVA E PASSIVA

Há duas vozes verbais: ativa e passiva

A voz ativa é a voz "normal" do verbo, pois é com ela que normalmente nos comunicamos. Nela o foco é o sujeito fazendo uma ação sobre o objeto. Observe os exemplos sob a ótica da ordem normal das palavras numa frase (Sujeito+verbo+objeto):

Cats eat fish. (Gatos comem peixes)

A voz passiva é menos comum de ser usada. Ela é mais formal. Nela o foco é sobre o objeto que está recebendo a ação. Neste caso o sujeito recebe muita pouca atenção ou as vezes nem aparece na frase. Se compararmos com a voz ativa, veremos uma inversão no posicionamento do sujeito e do objeto.

Fish are eaten by cats. (Peixes são comidos por gatos)

A voz passiva é comumente utilizada pelos meios de comunicação para a divulgação de crimes, uma vez que não se sabe a quantidade ou o sexo dos bandidos.

The bank was robbed last night (O banco foi roubado noite passada.)

É incorreto dizer "alguém" roubou o banco. Alguém? Apenas uma pessoa?

A estrutura da voz passiva é bem simples: sujeito + be + verbo principal no particípio.

O **be** deve ser conjugado conforme o tempo verbal da frase. Exemplo: **am, is, are** para o presente. **Was, were** para o passado, **will be** para o futuro, etc. Assim como o verbo principal também deve sofrer as modificações necessárias.

Por fim, a voz passiva existe em todos os tempos verbais.

Exemplos:

Simple present: It **is** made in Brazil. (É feito no Brasil)

Present continuous: It **is being** made in Brazil. (Está sendo feito no Brasil)

Present perfect: It **has been** made in Brazil. (Tem sido feito no Brasil)

Simple past: Parks are destroyed by our bad habits. (Parques são destruídos por nossos maus hábitos)

Simple past: Many people were called by this company. (Muitas pessoas foram chamadas por esta empresa)

A voz passiva também é utilizada para dar foto ao objeto mas por fim informando quem foi o autor da obra ou do acontecimento. Para isso nós utilizamos a preposição *by*.

Kennedy was killed **by** Lee Harvey Oswald. (Kennedy foi morto por Lee Harvey Oswald)

O USO DO GERUNDIO

O gerúndio no inglês é usado em algumas situações especiais. Abaixo nós iremos listar as mais comuns.

Após Preposições:

Exemplos:

She is not interested in living with us.

(Ela não está interessada em morar conosco.)

Read more about this by clicking here.

(Leia mais sobre isto clicando aqui.)

Após alguns verbos "especiais" (existem mais verbos, estes são os mais comuns): admit, avoid, consider, continue, deny, dislike, enjoy, escape, finish, forgive, imagine, include, keep, mention, miss, practice, recommend, resist, risk, suggest, try, understand, quit.

Exemplos:

I enjoy studying English.

(Eu aprecio estudar Inglês.)

I don't mind helping her.

(Eu não me importo de ajudar ela.)

Após algumas expressões (novamente estas são apenas as mais comuns): can't stand, it's worth, be used to, can't help, feel like, it's no good, look forward to, what about, how about, it's no use, in spite of.

Exemplos:

I can't stand watching this game.

(Eu não suporto assistir este jogo.)

I'm looking forward to meeting your parents.

(Eu estou ansioso para conhecer os seus pais.)

Para transformar um verbo em substantivo:

Exemplos:

Dancing is his favorite activity.

(Dançar é sua atividade favorita.)

Swimming is good for you.

(Nadar faz bem pra você.)

Atividades seguidas do verbo go:

Exemplos:

Let's go bowling this weekend.

(Vamos jogar boliche este fim de semana.)

They went jogging yesterday morning.

(Eles foram caminhar ontem de manhã.)

DISCURSO DIRETO E INDIRETO.

Podemos relatar o que alguém disse de duas maneiras:

a) Pelo discurso direto (direct speech): quando repetimos o que foi dito por alguém usando as mesmas palavras desta pessoa. Exemplo:

-He said: "I feel well".

-Ele disse: "Eu me sinto bem".

b) Pelo discurso indireto (indirect speech): quando contamos usando nossas próprias palavras o que foi dito por alguém. Exemplo:

-He said that he felt well.

-Ele disse que se sentia bem.

Ao reproduzir o que alguém disse de forma indireta precisamos efetuar algumas modificações na estrutura da frase. Veja algumas das mudanças mais frequentes:

Direct Speech:	Indirect Speech:
(Simple Present) He said: She works with me.	(Simple Past) He said (that) she worked with him.
(Present Continuous) She is working with me.	(Past Continuous) She was working with him.
(Past Continuous) She was working with me.	(Past Perfect Continuous) She had been working with him.
(Simple Future) She will work with me.	(Simple Conditional) She would work with him.

Outras trocas de palavras e expressões que devem ser feitas do discurso direto para o indireto são as seguintes:

Direct Speech:	Indirect Speech:
Today	That day
Yesterday	The day before
Last night	The night before
Now	Then
Here	There
Tomorrow	The next day
This	That
These	Those

-Quando se relata uma ordem ou comando de alguém, usa-se o infinitivo no discurso indireto.

He said: "Close the door". (Ele me disse: "Feche a porta")

He told me to close the door. (Ele me disse para fechar a porta)

He said: "Don't close the door". (Ele me disse: "Não feche a porta")

He told me not to close the door. (Ele me disse para não fechar a porta)

-Quando se relata uma pergunta, coloca-se a frase na forma afirmativa fazendo as devidas transformações:

She said: Where is Bill?

She asked where Bill was. (Ela perguntou onde Bill estava)

He said: "Is Mary here?"

He asked if Mary was there. (Ele perguntou se Mary estava lá)

-Should, Could, Must, Might e Would não alteram sua forma:

She said: "I could go".

She said that she could go. (Ela disse que ela poderia ir)

-Say é usado com ou sem objeto indireto precedido de *to*. No discurso indireto, *tell* é usado com objeto indireto precedido de *to*.

Bill said: "I love Ann". (Bill disse: "Eu amo Ana")

Bill said that he loved Ann. (Bill disse que amava Ana)

Bill said to Ann: "I love you". (Bill disse para Ana: "Eu te amo")

Bill told Ann that he loved her. (Bill disse para Ana que a amava)

-Em frases que apresentam sugestões o verbo introdutório do discurso indireto é *to suggest*. E a forma *let's* é alterada para *we should*.

He said: "Let's take a taxi".

He suggested (that) we should take a taxi.

SENTENÇAS CONDICIONAIS.

MODO CONDICIONAL

Passemos a falar, então, de sentenças Condicionais com a palavra *if* (tradução: se). Eles são normalmente usados para falar sobre possíveis eventos e seus efeitos. Existem quatro tipos principais:

-Zero Conditional: não é um condicional verdadeiro, pois ambos os eventos descritos vêm a ocorrer (*If/When+present tense; present tense*). Exemplos:

If I stay up late, I feel awful the next day. (Se eu fico acordado até tarde, sinto-me mau no outro dia)

When the moon passes between the earth and the sun, there is an eclipse. (Quando a lua passa entre a terra e o sol, há um eclipse)

-First Conditional: usado para falar sobre prováveis eventos no futuro se alguma coisa vier a acontecer (*If+present tense; future tense will*). Exemplos:

If I pass the exam, I will have a big party! (Se eu passar no exame, eu farei uma grande festa!)

If you don't stop talking, I will send you to the principal. (Se você não parar de falar, eu vou te enviar ao diretor)

-Second Conditional: usado para falar sobre situações improváveis ou impossíveis (*If+past tense; would, could, might*). Exemplos:"

If I won the lottery, I would give all the money to an orphanage. (Se eu ganhasse na loteria, eu daria todo dinheiro a um orfanato)

People might behave differently if they had the chance to repeat their lives. (As pessoas poderiam se comportar diferentemente se elas tivessem a chance de repetir suas vidas)

-Third Conditional: usado para especular sobre o passado (*If+past perfect; would have, could have, might have+past participle*). Exemplos:

If we had saved more money, we would have gone to Canada last year. (Se nós tivéssemos economizado mais dinheiro, nós teríamos ido ao Canadá ano passado)

If you had told me the truth, I wouldn't have asked the teacher. (Se você tivesse me dito a verdade, eu não teria perguntado ao professor)

ADVÉRBIOS: TIPOS: FREQUÊNCIA, MODO, LUGAR, TEMPO, INTENSIDADE, DÚVIDA, AFIRMAÇÃO. EXPRESSÕES ADVERBIAIS.

ADVÉRBIOS

Advérbios são palavras que modificam:

- Um verbo (He ate slowly. = Ele comeu lentamente) - Como ele comeu?

- Um adjetivo (He drove a very slow car. = Ele pilotou um carro muito lento) - Como era a rapidez do carro?

- Outro advérbio (She walked quite slowly down the aisle. = Ela andou bem lentamente pelo corredor) - Com que lentidão ela andou?

Advérbios frequentemente nos dizem quando, onde, por que, ou em quais condições alguma coisa acontece ou aconteceu. Os advérbios são geralmente classificados em:

Advérbios de Afirmação: certainly, certamente; indeed, sem dúvida; obviously, obviamente; yes, sim; surely, certamente; etc.

Advérbios de Dúvida: maybe, possivelmente; perhaps, talvez; possibly, possivelmente; etc.

Advérbios de Frequência: daily, diariamente; monthly, mensalmente; occasionally, ocasionalmente; often/frequently, frequentemente; yearly, anualmente; seldom/rarely, raramente; weekly, semanalmente; always, sempre; never, nunca; sometimes, às vezes; hardly ever, quase nunca, raramente; usually/generally, geralmente; etc.

Advérbios de Intensidade: completely, completamente; enough, suficientemente, bastante; entirely, inteiramente; much, muito; nearly, quase, aproximadamente; pretty, bastante; quite, completamente; slightly, ligeiramente; equally, igualmente; exactly, exatamente; greatly, grandemente; very, muito; sufficiently, suficientemente; too, muito, demasiadamente; largely, grandemente; little, pouco; merely, meramente; etc.

Advérbios de Lugar: anywhere, em qualquer lugar; around, ao redor; below, abaixo; everywhere, em todo lugar; far, longe; here, aqui; near, perto; nowhere, em nenhum lugar; there, lá; where, onde; etc.

Advérbios de Modo: actively, ativamente; wrongly, erroneamente; badly, mal; faithfully, fielmente; fast, rapidamente; gladly, alegremente; quickly, rapidamente; simply, simplesmente; steadily, firmemente; truly, verdadeiramente; well, bem; etc.

Advérbios de Negação: no, not, não.

Advérbios de Ordem: firstly, primeiramente; secondly, em segundo lugar; thirdly, em terceiro lugar; etc.

Advérbios de Tempo: already, já; always, sempre; early, cedo; immediately, imediatamente; late, tarde; lately, ultimamente; never, nunca; now, agora; soon, em breve, brevemente; still, ainda; then, então; today, hoje; tomorrow, amanhã; when, quando; yesterday, ontem; etc.

Advérbios Interrogativos: how, como; when, quando; where, onde; why, por que; etc.

Alguns exemplos:

She moved slowly and spoke quietly. (Ela se moveu lentamente e falou sussurrando)

She still lives there now. (Ela ainda mora lá agora)

It's starting to get dark now. (Está começando a ficar escuro agora)

She finished her tea first. (Primeiramente ela terminou seu chá)

She left early. (Ela saiu cedo)

Oscar is a very bright man. (Oscar é um homem muito brilhante)

The children behaved very badly. (As crianças se comportaram muito mal)

This apartment is too small for us. (Esse apartamento é pequeno demais para nós)

The coffee is too sweet. (O café está doce demais)

Jack is much taller than Peter. (Jack é muito mais alto do que Peter)

São Paulo is far bigger than Recife. (São Paulo é muito maior que Recife)

The test was pretty easy. (A prova estava um tanto fácil)

Duas ou mais palavras podem ser usadas em conjunto, formando, assim, as Locuções Adverbiais, como:

Locução Adverbial de Afirmação: by all means, certamente; in fact, de fato, na verdade; no doubt, sem dúvida; of course, com certeza, certamente, naturalmente; etc.

Locução Adverbial de Dúvida: very likely, provavelmente; etc.

Locução Adverbial de Frequência: again and again, repetidamente; day by day, dia a dia; every other day, dia sim, dia não; hardly ever, raramente; every now and then, once in a while, de quando em quando; etc.

Locução Adverbial de Intensidade: at most, no máximo; little by little, pouco a pouco; more or less, mais ou menos; next to nothing, quase nada; on the whole, ao todo; to a certain extent, até certo ponto; to a great extent, em grande parte; etc.

Locução Adverbial de Lugar: at home, em casa; at the seaside, à beira-mar; far and near, por toda parte; on board, a bordo; on shore, em terra firme; to and from, para lá e para cá; etc.

Locução Adverbial de Modo: arm in arm, de braços dados; at random, ao acaso; fairly well, razoavelmente; hand in hand, de mãos dadas; head over heels, de cabeça para baixo; just so, assim mesmo; neck and neck, emparelhados; on credit, a crédito.

Locução Adverbial de Negação: by no means, de maneira alguma; in no case, em hipótese alguma; none of that, nada disso; not at all, absolutamente; etc.

Locução Adverbial de Tempo: all of a sudden, subitamente; at first, a princípio; at present, atualmente; at once, imediatamente; from now on, doravante, daqui em diante; in after years, em anos vindouros; sooner or later, mais cedo ou mais tarde; up to now, até agora; in a jiffy, in a trice, in a twinkling of an eye, in two shakes of a dog's tail, in two ticks, em um momento, num abrir e fechar de olhos; etc.

Mais exemplos:

She has lived on the island all her life. (Ela viveu na ilha a vida toda)

She takes the boat every day. (Ela pega o barco todos os dias)

He ate too much and felt sick. (Ele comeu em excesso e ficou enjoado)

I like studying English very much. (Gosto muito de estudar Inglês)

PALAVRAS DE RELAÇÃO: PREPOSIÇÕES. CONJUNÇÕES. PREPOSIÇÕES

Preposições são palavras que usamos junto aos nomes e pronomes para mostrar sua relação com outros elementos da frase. Apresentamos as principais preposições e seu uso:

In: usamos com nomes de meses, anos, estações, partes do dia, cidades, estados, países, continentes.

I was Born in January.

He lived here in 2012.

The classes start in the summer.

He works in the morning/in the afternoon, in the evening.

I have a house in Belo Horizonte.

She lives in Paraná but works in Argentina.

Steven has worked in Europe since 2011.

On: usado para dias da semana, datas (mês+dia), datas comemorativas, ruas, praças e avenidas.

I go to the church on Saturdays and on Sundays.

Their baby was born on April 10TH.

I always have fun on New Year's Day.

The supermarket is on Brazil street.

The shopping mall is on Portugal square.

At: usado com horas, com palavra *night*, com endereços (rua+número), lugares numa cidade.

I got up at 7:00.

The store is at 456 Lincoln street.

He arrived late at night.

My father is at the airport now.

Na dúvida, algumas das seguintes sugestões podem ajudar, mas lembre-se: o uso das preposições nem sempre segue a regra geral. Confira sempre num dicionário as possibilidades de uso.

Use **in** para indicar "dentro de alguma coisa":

In the box

In the refrigerator

In a shop

In a garden

In France

Use **on** para indicar contato:

On a bookshelf

On a plate

On the grass

Use **at** para indicar um lugar definido. Nesse caso, seu sentido é o de "junto a", "na":

At the bus stop

At the top

At the bottom

Outras preposições, seus significados e exemplos com frases:

About: sobre, a respeito de: Tell me about your experiences.

Above: acima de: John's apartment is above mine.

Across: através de, do outro lado: The dog ran across the forest.

After: depois de: She always wakes up after 9:00.

Against: contra: The car crashed against the wall.

Among: entre (vários itens): The little boy was among many criminals.

Around: em volta de: They traveled all around the country.

Before: antes de: She always arrives before 7 o'clock.

Behind: atrás de: Tim sits behind Peter.

Below: abaixo de: Answer the questions below.

Beside/Next to: ao lado de: The microphone is beside/next to the monitor.

Besides: além de: Besides English, she can also speak Spanish.

Between: entre (dois itens): He was sitting between two beautiful girls.

Beyond: além de, após, atrás de: The lake is beyond the mountains.

But: exceto: Everybody went to the party, but Chris.
 By: por, junto, ao lado de: Let's sleep by the fireplace.
 Down: abaixo, para baixo: Their house is down the hill.
 Up: acima, para cima: Their house is halfway up the hill.
 During: durante: He was in the army during the war.
 For: a favor de: Who's not for us is against us.
 For: por, para, há (tempo): Do it for me! Fish is good for health. They've lived here for many years.
 From: de (origem): Where is he from?
 In front of: na frente de: Peter sits in front of the teacher in the classroom.
 Inside/outside: dentro de/fora de: Let the dog sleep inside/outside the house.
 Instead of: em vez de: You should study more instead of playing video-games.
 Into: para dentro, em: The plane disappeared into the cloud.
 Near: perto de: The post office is near here.
 Off: para fora (de uma superfície): Mark fell off his motorcycle.
 Out of: para fora de: Put these books out of the box.
 Over: sobre, acima de, por cima de, mais que: There were over 1.000 people in the show.
 Through: através de: The guys walked through the forest.
 Till/until: até (tempo): The message will arrive until tomorrow.
 To: para: Teresa will go to Italy next week.
 Towards: para, em direção a: The boy threw the rock towards the window.
 Under: em baixo de: The cat sleeps under the bed.
 With/without: com/sem: Come with me. I can't live without you.
 Within: dentro de: I will go there within a week.

CONJUNÇÕES

Uma conjunção é uma palavra ou grupo de palavras (locuções conjuntivas ou locuções adverbiais) que juntam duas partes de uma sentença ou que unem uma cláusula dependente subordinada a uma cláusula principal. As conjunções auxiliam na coesão textual, garantindo a interligação de ideias.

Inicialmente, podemos considerar as conjunções sob três aspectos básicos:

-Conjunções podem ser apenas uma palavra:

And, but, because, although, or, nor, for, yet, so, since, unless, however, though.

-Conjunções podem ser compostas de mais de uma palavra:

Provided that, as long as, in order to, in spite of.

-Conjunções podem ser correlativas, cercando um advérbio ou adjetivo:

So... that, neither... nor.

Além disso, as conjunções podem expressar diversos tipos de ideias:

-Tempo: after, as, while, when, before, until, till, next, meanwhile, finally.

-Acréscimo de ideias: and, also, furthermore, as well as, in other words, in addition to, besides, moreover, both... and, not only... but also.

-Alternativa: or, either... or.

-Negação: neither... nor.

-Condição: if, as long as, provided that, unless, whether.

-Causa ou razão: as, because, since, for.

-Consequência ou resultado: so, therefore, then, accordingly, thus, for this reason, as a result of, consequently, hence.

-Finalidade ou propósito: so that, so.

-Modo: as, as if, as though.

-Contraste: although, instead of, rather than, though, but, yet, even though, however, in spite of that, nevertheless, whereas, while, on the other hand.

-Comparação: like, alike, likewise, correspondingly, similarly, in the same way, in this manner.

Exemplos:

Jack **and** Jill went to the mountains.
 The water was warm, **but** I didn't enter.
 I went swimming **although** it was cold.
 Russia is a beautiful country. It's very cold, **though**.
 I don't care what you did **as long as** you love me.
 He is **so** strong **that** broke the brick with his fist.

DERIVAÇÃO DE PALAVRAS PELOS PROCESSOS DE PREFIXAÇÃO E SUFIXAÇÃO.

FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

A formação de palavras acontece graças à morfologia. Tal formação acontece para criar uma flexibilidade na língua, fazendo com que o orador possa fazer a transição de uma classe de palavras para outra sem tanto choque ao ouvinte. Conhecer o processo da formação das palavras ajuda o estudante de língua estrangeira com o processo lexical, ou seja, a habilidade de tentar compreender palavras desconhecidas de um texto por conta própria.

Assim como na língua portuguesa o processo de formação das palavras em Inglês também ocorre através dos prefixos e sufixos. Os prefixos são aqueles que vem no início da palavra e os sufixos são aqueles que vem no final. Os

sufixos possuem uma maior frequência na língua do que os prefixos. Os prefixos por sua vez normalmente não alteram a categoria gramatical da palavra, mas sim o seu sentido.

Exemplos:

<i>color – colorful</i>	<i>hope – hopeful</i>	<i>expensive – inexpensive</i>
<i>big – biggest</i>	<i>normal – abnormal</i>	<i>nice – nicer</i>

SEMÂNTICA / SINONÍMIA E ANTONÍMIA.

Sinônimas são palavras diferentes, mas que possuem significados quase idênticos ou semelhantes. O estado de ser sinônimo é chamado de sinonímia.

Antônimas são palavras com significados opostos ou quase opostos. O estado de ser antônimo é chamado de antonímia.

Estudos e prática mostram que aprender palavras combinadas com outras melhora nossa retenção. E também que é preciso muita, muita repetição. Ler em voz alta também ajuda.

A seguinte lista de antônimos (opostos) está apresentada por ordem alfabética, como grupos. Cada grupo geralmente vai das palavras mais fáceis às mais difíceis. Bom estudo e boa retenção!

Absence	presence
Accept	refuse
Accurate	inaccurate
Advantage	disadvantage
Alive	dead
Always	never
Ancient	modern
Answer	question, query
Approval	disapproval
Abundant	scarce
Admit	deny
Advance	retreat, retire
Artificial	natural
Arrival	departure
Ascend	descend
Attack	defense
Attractive	repulsive
Attention	inattention
Asleep	awake
Ally	enemy
Agree	disagree
Bad	good
Backward	forward, onward
Bend	straighten
Beautiful	ugly
Beginning	ending

Below	above
Bent	straight
Big	small, little
Blunt	sharp
Better	worse
Best	worst
Blame	praise
Bless	curse
Bitter	sweet
Borrow	lend
Bravery	cowardice
Build	destroy, demolish
Bold	timid, meek
Bright	dull
Broad	narrow
Clear	vague, cloudy
Careful	rush, careless
Calm	troubled
Capable	incapable
Captivity	freedom, liberty
Cheap	dear, expensive
Close	distant
Clever	stupid
Cold	hot
Combine	separate
Clockwise	anti-clockwise
Correct	incorrect
Conceal	reveal
Come	go
Common	rare
Comfort	discomfort
Courage	cowardice
Cruel	kind
Cunning	simple
Dainty	clumsy
Danger	safety
Dark	light
Deep	shallow
Decrease	increase
Definite	indefinite
Demand	supply
Despair	hope
Disappear	appear
Disease	health
Discourage	encourage
Dismal	cheerful
Doctor	patient
Dry	wet
Dull	clear, bright
Dusk	dawn
Early	late
Easy	difficult
Ebb	flow
East	West
Economise	waste
Encourage	discourage
Entrance	exit
Employer	employee
Empty	full

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

Excited	calm	Increase	decrease
End	beginning	Inhabited	uninhabited
Expand	contract	Inferior	superior
Expensive	inexpensive, cheap	Inside	outside
Export	import	Intelligent	unintelligent, stupid
Exterior	interior	Inhale	exhale
External	internal	Interior	exterior, outside
Fail	succeed	Interesting	uninteresting, dull
False	true	Internal	external
Foolish	wise	Intentional	accidental
Fast	slow	Join	separate
Few	many	Junior	senior
Famous	unknown	Justice	injustice
Forelegs	hind legs	King	queen
Fat	thin	Knowledge	ignorance
Find	lose	Laugh	cry
First	last	Lawful	unlawful
Freedom	captivity	Lazy	industrious, energetic
Fold	unfold	Land	sea
Frequent	seldom	Landlord	tenant
Forget	remember	Large	little, small
Found	lost	Last	first
Fresh	stale	Lawyer	client
Friend	enemy	Lecturer	student
Fortunate	unfortunate	Lender	borrower
Frank	secretive	Lengthen	shorten
Full	empty	Left	right
Generous	mean	Less	more
Gentle	rough	Light	dark, heavy
Gather	distribute	Like	dislike, unlike
Glad	sorry	Likely	unlikely
Gloomy	cheerful	Leader	follower
Giant	dwarf, pygmy	Little	large, much, big
Granted	refused	Lofty	lowly
Great	small, little	Long	short
Guardian	ward	Loud	soft
Guest	host	Loss	find, win
Guilty	innocent	Low	high
Happy	sad, miserable	Loyal	disloyal
Hard	soft	Mad	sane
Harmful	harmless	Master	servant
Hasten	dawdle	Mature	immature
Hate	love	Maximum	minimum
Healthy	unhealthy, ill, diseased	Me	you
Here	there	Merry	mirthless, sad
Heavy	light	Minority	majority
Height	depth	Miser	spendthrift
Hero	coward	Misunderstand	understand
Hill	valley	Narrow	wide
Horizontal	vertical	Near	far, distant
Hinder	aid, help	Neat	untidy
Honest	dishonest	New	old
Humble	proud	Night	day
Hunger	thirst	Noisy	quiet
Imitation	genuine	North	South
Immense	tiny, minute	Obedient	disobedient
Imprison	free	Odd	even
Include	exclude	Offer	refuse

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

Open	shut
Optimist	pessimist
Out	in
Parent	child
Past	present
Patient	impatient
Peace	war
Permanent	temporary
Please	displease
Plentiful	scarce
Possible	impossible
Poverty	wealth
Powerful	feeble, weak
Polite	impolite, rude
Private	public
Prudent	imprudent
Pretty	unsightly, ugly
Pure	impure
Qualified	unqualified
Rapid	slow
Regularly	irregularly
Rich	poor
Right	wrong, left
Rigid	pliable, soft
Rough	smooth
Satisfactory	unsatisfactory
Security	insecurity
Scatter	collect
Serious	trivial
Second-hand	new
Sense	nonsense
Shopkeeper	customer
Singular	plural
Simple	complicated
Slim	thick, stout
Solid	liquid
Sober	drunk
Speaker	listener
Sour	sweet
Sorrow	joy
Stand	lie
Straight	crooked
Strong	weak
Success	failure
Sunny	cloudy
Take	give
Tall	short
Tame	wild
Teacher	pupil
Thick	thin
Tight	slack, loose
Top	bottom
Transparent	opaque
Truth	untruth, lie
Up	down
Vacant	occupied
Valuable	valueless

Victory	defeat
Virtue	vice
Visible	invisible
Voluntary	compulsory
Vowel	consonant
With	without

QUESTÕES

As questões foram retiradas da prova de Inglês do Concurso Público de ingresso para provimento de cargos de Professor de Ensino Fundamental II e Ensino médio, Setembro de 2012. Caderno de Prova '109', Tipo '001' da Prefeitura Municipal de São Paulo. (As perguntas foram traduzidas para o Português pelo autor do material).

TEXTO -

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto abaixo.

Prolific, Elegant, Acerbic Writer
NYT, August 1, 2012
By CHARLES McGRATH

Gore Vidal, the elegant, acerbic all-around man of letters who presided with a certain relish over what he declared to be the end of American civilization, died (PREP 1) Tuesday (PREP 2) his home (PREP 3) the Hollywood Hills section of Los Angeles, where he moved in 2003, after years of living in Ravello, Italy. He was 86. The cause was complications of pneumonia, his nephew Burr Steers said by telephone.

Mr. Vidal was, at the end of his life, an Augustan figure who believed himself to be the last of a breed, and he was probably right. Few American writers have been more versatile or gotten more mileage from their talent. He published some 25 novels, two memoirs and several volumes of stylish, magisterial essays. He also wrote plays, television dramas and screenplays. For a while he was even a contract writer at MGM. And he could always be counted on for a spur-of-the-moment aphorism, putdown or sharply worded critique of American foreign policy. Perhaps more than any other American writer except Norman Mailer or Truman Capote, Mr. Vidal (VERB 1) great pleasure in being a public figure. He twice ran for office – in 1960, when he was the Democratic Congressional candidate for the 29th District in upstate New York, and in 1982, when he campaigned in California for a seat in the Senate – and (CONJ) he lost both times, he often conducted himself as a sort of unelected shadow president. He once said, "There is not one human problem that (MODAL 1) not be solved if people (MODAL 2) simply do as I advise."

(Adapted from http://www.nytimes.com/2012/08/01/books/gore-vidal-elegant-writer-dies-at-86.html?_r=1&nl=todaysheadlines&emc=tha2_20120801)

1. As preposições corretas para preencher os espaços **(PREP 1)**, **(PREP 2)** e **(PREP 3)** são respectivamente:

- (A) on - in - on
- (B) at - on - in
- (C) on - at - in
- (D) at - at - on
- (E) in - in - at

2. Em quais das alternativas abaixo "some" tem o mesmo significado de "He published **some** 25 novels?"

I. The following pages summarize some of the highlights of a truly eventful year.

II. This means a lot more tolerance than some would like to give.

III. Just as she was about to excuse herself and leave, a white woman of some seventy years came up to her.

IV. Some researchers have begun questioning whether an automatic system is the right choice for this task.

V. Some marine life was saved by teams of workers removing the heavy oil.

VI. Some question whether these are ethical practices.

VII. Some 200 different chemicals have been linked to mammary tumors in animals and people.

VIII. A few days later her car was found some twenty miles away.

- (A) III, VII e VIII.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, VI e VII.
- (D) III, IV e V.
- (E) II, III e VI.

3. O verbo correto para preencher o espaço **(VERB 1)** é:

- (A) gave.
- (B) took.
- (C) made.
- (D) did.
- (E) set.

4. A conjunção correta para preencher o espaço **(CONJ)** é:

- (A) but.
- (B) still.
- (C) yet.
- (D) despite.
- (E) although.

5. Os verbos modais corretos para preencher os espaços **(MODAL 1)** e **(MODAL 2)** são:

- (A) should - will.
- (B) must - might.
- (C) can - must.
- (D) could - would.
- (E) would - should.

6. De acordo com o texto, Gore Vidal:

- (A) lived in Ravello until his death in 2003.
- (B) lived in Los Angeles for 9 years.
- (C) moved to Ravello in 2003.
- (D) was proud to be an American.
- (E) travelled around the world during his lifetime.

7. Podemos deduzir a partir do texto que o autor:

- (A) also believes Gore Vidal was a unique writer.
- (B) does not agree with Gore Vidal's way of criticizing American foreign policy.
- (C) Normal Mailer and Truman Capote were not as well known as Gore Vidal.
- (D) Gore Vidal was a versatile writer but not very prolific.
- (E) Gore Vidal was, in fact, a humble man.

As questões de números 8 e 9 referem-se às frases abaixo.

*Forty-eight years is almost enough time **(VERB1)** a record. LARISA LATYNINA, a gymnast **(REL1)** career record of 18 Olympic medals was surpassed by Michael Phelps, **(REL2)** won gold in swimming the anchor leg in the 4 x 200 freestyle relay.*

(Adapted from http://www.nytimes.com/2012/08/01/sports/olympics/gymnast-larisa-latynina-is-elegant-reminder-ofolympics-history.html?nl=todaysheadlines&emc=tha3_20120801)

8. O verbo correto para preencher o espaço **(VERB1)** é:

- (A) to hold.
- (B) for hold.
- (C) for to hold.
- (D) to holding.
- (E) for to holding.

9. Os pronomes relativos corretos para preencher os espaços **(REL1)** e **(REL2)** são:

- (A) who - which.
- (B) that - that.
- (C) whose - that.
- (D) whose - who.
- (E) which - who.

GABARITO

A
B
E
D
B
A
A
D

EXERCÍCIOS COMPLEMENTARES

01. (BNDES – NÍVEL SUPERIOR – CESGRANRIO/2013)

Coworking: Sharing How We Work

In the past, when trying to find places to work, independent workers, small businesses, and organizations often had to choose between several scenarios, all with their attendant advantages and disadvantages: working from home; working from a coffee shop, library, or other public venue; or leasing an executive suite or other commercial space.

Is there a better way to work? Yes. Enter coworking.

Coworking takes freelancers, indie workers, and entrepreneurs who feel that they have been dormant or isolated working alone at home or who have been migrating from a coffee shop to a friend's garage or languishing in a sterile business center – to a space where they can truly roost.

"We can come out of hiding," a coworker tells us, "and be in a space that's comfortable, friendly, and has an aesthetic appeal that's a far cry from the typical cookie-cutter office environment."

For many, it might be puzzling to pay for a well-equipped space teeming with other people, even with the chance of free coffee and inspiration. You might ask yourself, "Well, why pay for a place to work when I'm perfectly comfortable at home and paying nothing?" Or, "Isn't the whole point of telecommuting or starting my own business a chance to avoid 'going to the office'?"

Coworking may sound like an unnecessary expense, but let's consider what you get from being a part of the space.

At its most basic level, coworking is the phenomenon of workers coming together in a shared or collaborative workspace or one or more of these reasons: to reduce costs by having shared facilities and equipment, to access a community of fellow entrepreneurs, and to seek out collaboration within and across fields. Coworking spaces offer an exciting alternative for people longing to escape the confines of their cubicle walls, the isolation of working solo at home, or the inconveniences of public venues.

The benefits and cost-savings in productivity and overall happiness and well-being reaped from coworking are also potentially huge. Enthusiasm and creativity become contagious and multiply when you diversity your work environment with people from different fields or backgrounds. At coworking spaces, members pass each other during the day, conversations get going, and miraculously idea-fusion happens with everyone benefitting from the shared thinking and brainstorming.

Differences matter. Coworking hinges on the belief that innovation and inspiration come from the cross-pollination of different people in different fields or specializations. Random opportunities and discoveries that arise from interactions with others play a large role in coworking.

To see this in action on a large scale, think about Google. Google made the culture of sharing and collaboration in the workplace legend. It deployed "grouplets" for initiatives that cover broader changes through the organization.

One remarkable story of a successful Google grouplet involved getting engineers to write their own testing code to reduce the incidence of bugs in software code. Thinking creatively, the grouplet came up with a campaign based on posting episodes discussing new and interesting testing techniques on the bathroom stalls. "Testing on the Toilet" spread fast and garnered both rants and raves. Soon, people were hungry for more, and the campaign ultimately developed enough inertia to become a de facto part of the coding culture. They moved out of the restrooms and into the mainstream.

Keith Sawyer, a professor of psychology and education at Washington University in St. Louis, MO, has written widely on collaboration and innovation. In his study of jazz performances, Keith Sawyer made this observation, "The group has the ideas, not the individual musicians." Some of the most famous products were born out of this mosh pit of interaction – in contrast to the romantic idea of a lone working genius driving change. According to Sawyer, more often than not, true innovation emerges from an improvised process and draws from trial-by-error and many inputs.

Unexpected insights emerge from the group dynamic. If increasing interaction among different peer groups within a single company could lead to promising results imagine the possibilities for solopreneurs, small businesses, and indie workers – if only they could reach similar levels of peer access as those experienced by their bigger counterparts. It is this potential that coworking tries to capture for its members.

Available: <http://workawesome.com> (adapted)

The expression indie workers, found in lines 10 and 90, refers to

(OBS: Os números das linhas na questão podem variar por conta da diagramação do material.)

- A) Retired civil servants.
- B) Lazy businessmen aiming for profit.
- C) Self-employed independent professionals.
- D) Expert employees at international organizations.
- E) Workaholic employers in large companies.

A questão pede que o candidato determine. A expressão "indie workers" se refere a. Indie é uma abreviação para independent, neste caso, trabalhadores independentes.

RESPOSTA: "C".

02. (ANVISA – ANALISTA ADMINISTRATIVO – CETRO/2013)

Alzheimer's disease

Alzheimer's disease (AD) is a form of dementia, which is a brain disorder. It damages nerve cells in the brain. This affects your ability to remember things, think clearly, and care for yourself. AD begins slowly, and symptoms get

worse with time. Eventually, a person with AD might need help in many areas, including eating and getting dressed. For some people in the early or middle stages of the disease, medicine might help symptoms, such as memory loss, from getting worse for a limited time. Other drugs may help people feel less worried or depressed. Dealing with Alzheimer's disease can be extremely difficult, but planning ahead and getting support can lighten the load. AD usually begins after age 60, and risk goes up with age. The risk is also higher if a family member has had AD. Scientists are working to better understand AD. Ongoing studies are looking at whether some things can help prevent or delay the disease. Areas that are being explored include exercise, eating omega-3 fatty acids, and keeping your brain active.

Available: www.womenshealth.gov

Read the sentence below and choose the alternative that presents a synonym to the underlined word.

"Ongoing studies are looking at whether some things can help prevent or delay the disease."

- A) Cut down.
- B) Suspended.
- C) Ended.
- D) Continuous.

A palavra "ongoing" quer dizer algo contínuo, em andamento. Cut down – cortar, diminuir. Suspended – suspenso. Ended – terminado. Continuous – contínuo.

RESPOSTA: "D".

03. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA – CESPE/2012)

Darkness and light

Caravaggio's art is made from darkness and light. His pictures present spotlight moments of extreme and often agonized human experience. A man is decapitated in his bedchamber, blood spurting from a deep gash in his neck. A woman is shot in the stomach with a bow and arrow at point-blank range.

Caravaggio's images freeze time but also seem to hover on the brink of their own disappearance. Faces are brightly illuminated. Details emerge from darkness with such uncanny clarity that they might be hallucinations. Yet always the shadows encroach, the pools of blackness that threaten to obliterate all. Looking at this picture is like looking at the world of flashes of lightning.

Caravaggio's life is like his art, a series of lightning flashes in the darkness of nights. He is a man who can never be known in full because almost all that he did, said and thought is lost in the irrecoverable past. He was one of the most electrifying original artists ever to have lived, yet we have only one solitary sentence from him on the subject

of painting – the sincerity of which is, in any case, questionable, since it was elicited from him when he was under interrogation for the capital crime of libel.

When Caravaggio emerges from the obscurity of the past he does so, like the characters in his own paintings, as a man in extremis. He lived much of his life as a fugitive, and that is how he is preserved in history – a man on the run, heading for the hills, keeping to the shadows. But he is caught, now and again, but the sweeping beam of a searchlight. Each glimpse is different. He appears in many guises and moods. Caravaggio throws stones at the house of his landlady and sings ribald songs outside her window. He has a fight with a waiter about the dressing on a plate of artichokes. His life is a series of intriguing and vivid tableaux – scenes that abruptly switch from low farce to high drama.

New York - London. W. W. Norton & Company, 2010 (adapted)

In line 5, "at point-blank range" means

- A) In a cold-blooded manner.
- B) Summarily.
- C) Without intention.
- D) Fatally.
- E) Within a short distance.

A questão pede que o candidato determine. Na linha cinco "at point-blank range" (à queima-roupa) significa. In a cold-blooded manner – de forma a sangue-frio. Summarily – sumariamente. Without intention – sem intenção. Fatally – fatalmente. Within a short distance – a uma curta distância.

RESPOSTA: "E".

NOÇÕES DE LÍNGUA ESPANHOLA

1 Compreensão de texto escrito em língua espanhola.	01
2 Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.....	01

1 COMPREENSAO DE TEXTO ESCRITO EM LINGUA ESPANHOLA. 2 ITENS GRAMATICAIIS RELEVANTES PARA A COMPREENSAO DOS CONTEUDOS SEMANTICOS..

Substantivos

Plural de Los Substantivos

Añadiendo una S:

- 1) caso el singular termine en vocal no acentuada (o en E acentuada, algunas veces).
 el perro - los perros
 el hombre - los hombres
 el café - los cafés

Añadiendo la sílaba ES:

- 2) Caso el singular termine en vocal tónica o consonante
 el jabalí - los jabalíes
 el rubí - los rubíes
 el reloj - los relojes
 el corazón - los corazones
 Se exceptúan:
 papá - papás
 mamá - mamás
 sofá - sofás

- 3) El plural es igual al singular cuando éste termina en S, Y si la palabra es grave o esdrújula:
 la tesis - las tesis
 la dosis - las dosis

- 4) Los sustantivos terminados en X conservan la misma forma en el plural :
 el fénix - los fénix
 la ónix - las ónix

- 5) Los sustantivos terminados en Z cambian esa letra en C y se agrega
 ES: el pez - los peces
 la raíz - las raíces
 la luz - las luces
 la paz - las paces
 la vez - las veces

- 6) Para los sustantivos terminados en Y, se agrega ES:
 el rey - los reyes
 la ley - las leyes

Flexiones Irregulares

hombre - mujer
 padrino - madrina
 toro, buey - vaca
 papá - mamá

caballero - dama
 caballo - yegua
 padre - madre
 marido - mujer
 yerno - nuera
 padrastro - madrastra
 carnero - oveja
 macho - hembra

Plural de Los Adjetivos

Los adjetivos forman el plural siguiendo las mismas reglas que rigen para los sustantivos.

mala - malas
 feliz - felices
 dulce - dulces
 baladi - baladies
 fácil - fáciles
 cordial - cordiales

Formación del Femenino

Si el masculino termina en vocal, se cambia ésta por una a; si termina en consonante se agrega una a.

esposo - esposa
 pariente - parienta
 tío - tía
 huésped - huésped
 león - leona
 aprendiz - aprendiz

Excepciones:

1ª) Terminados en INA
 gallo - gallina
 héroe - heroína
 rey - reina

2ª) Terminados en ESA
 abad - abadesa
 alcalde - alcaldesa
 barón - baronesa
 onde - condesa

3ª) Terminados em ISA
 poeta - poetisa
 sacerdote - sacerdotisa

4ª) Terminados em TRIZ
 actor - actriz
 emperador - emperatriz

ADJETIVOS

O adjetivo é a palavra que funciona como modificador direto do substantivo, qualificando-o. Concorde sempre com o substantivo que acompanha, sofrendo, assim, variação de gênero, número e grau.

Variação de gênero: **La camisa amarilla.**
(A camisa amarela.)

Variação de número: **Los alumnos estudiosos.**

(Os alunos estudiosos.)

Variação de grau: **Victor es más fuerte que Javier.**
(Victor é mais forte que Javier.)

Classificação dos Adjetivos (Clasificación de los Adjetivos)

Primitivos	Derivados
bueno (bom)	bondadoso (bondoso)

Simple (Simples)	Compuesto (Composto)
fuerte (forte)	multicolor (multicolor)

Patrios (Pátrios) ou Gentilicios (Gentílicos)
canadiense (canadense), chino (chinês)

Gênero dos Adjetivos (Género de los Adjetivos)

a) Os adjetivos masculinos terminados em **o** ou **e** mudam a terminação para **a** na formação do feminino.

feo (feio) - fea (feia)

grandote (grandalhão) - grandota (grandalhona)

b) Nos adjetivos masculinos terminados em **an**, **in**, **on**, **or** e nos gentílicos terminados em consoante, acrescenta-se **-a** na formação do feminino.

soñador (sonhador) - soñadora (sonhadora)

inglés (inglês) - inglesa (inglesa)

c) Os adjetivos invariáveis mantêm a mesma forma quando acompanham substantivos masculinos ou femininos.

Un hombre **feliz**. (Um homem feliz.) - Una mujer **feliz**. (Uma mulher feliz.)

hermano **menor** (irmão menor) - hermana **menor** (irmã menor)

Apócope

Chama-se apócope a supressão da letra ou da sílaba final em alguns adjetivos.

a) Os adjetivos **alguno**, **bueno**, **malo**, **ninguno**, **primero**, **postrero**, **tercero** e **uno** perdem a letra **o** final quando precedem um substantivo masculino singular:

Algún chico (algum menino)

Buen hombre (bom homem)

Mal tiempo (mau tempo)

Ningún libro (nenhum livro)

Primer lugar (primeiro lugar)

Postrer día (último dia)

Tercer piso (terceiro andar)

Un profesor (um professor)

b) O adjetivo **ciento** perde a sílaba final **to** quando precede substantivos plurais, masculinos ou femininos, mesmo que se interponha um adjetivo:

Cien hombres (cem homens)

Cien mujeres (cem mulheres)

Cien lindas muchachas (cem lindas mulheres)

c) O adjetivo **cualquiera** perde a letra **a** final quando precede substantivos singulares, masculinos ou femininos:

Cualquier libro (qualquer livro)

Cualquier carpeta (qualquer pasta*)

* material de escritório para guardar documentos.

O plural **CUALESQUIERA** também sofre apócope: **cualesquier** hombres / **cualesquier** mujeres.

d) O adjetivo **grande** perde a sílaba final **de** quando precede substantivos singulares, masculinos ou femininos:

Gran chico (grande menino)

Gran chica (grande menina)

e) O adjetivo **santo** perde a sílaba final **to** quando precede nomes próprios masculinos de santos, exceto diante de Domingo, Tomás, Tomé e Toribio:

San Juan

Número dos Adjetivos (Número de los Adjetivos)

Os adjetivos formam plural da mesma forma que os substantivos. manzana roja (maçã vermelha) - manzanas rojas (maças vermelhas) prueba fácil (prova fácil) - pruebas fáciles (provas fáceis)

Lembre-se:

Simples é a forma plural referente a **simple** (singular). una idea **simple** (uma ideia simples) - unas ideas **simples** (umas ideias simples)

ADVÉRBIOS - ADVERBIOS

O advérbio é uma palavra que pode modificar um verbo, um adjetivo ou a outro advérbio. É sempre invariável. Alguns, quando se referem ao substantivo, tomam caráter adjetivo. Os advérbios se dividem em:

Advérbios de Tempo (Adverbios de Tiempo)

ahora (agora)	mientras (enquanto) **	luego (depois)
anteayer (anteontem)	temprano (cedo)	entonces (então)
ayer (ontem)	mañana (manhã)	entretanto (enquanto isso) **
anoche (ontem à noite)	hoy (hoje)	aún (ainda) *
pronto (em pouco tempo)	aun (inclusive) *	anteanoche (anteontem à noite)
después (depois)	todavía (ainda) *	

* *todavía* = *aún* (sinônimos) e diferente de *aun*.

** *entretanto* = *mientras tanto* (enquanto isso - sinônimos).

Advérbios de Modo (Adverbios de Modo)

apenas (apenas)	como (como)
bien (bem)	entonces (então)
mejor (melhor)	inclusive (inclusive)
mal (pouco, insuficiente)	sólo (somente) *
peor (pior)	fácilmente (facilmente) **
así (assim)	

* *sólo*: somente / *solo* (adjetivo): sozinho

** e outros terminados em *mente*.

Advérbios de Lugar (Adverbios de Lugar)

abajo (abaixo)	delante (diante)
alrededor (ao redor)	detrás (atrás)
arriba (acima)	ahí (aí) *
cerca (cerca, perto)	allí (ali) *
lejos (longe)	aquí (aqui) *

* *aquí*: indica o lugar onde se encontra a pessoa que fala.

ahí: designa um lugar mais próximo que *allí*.

allí: distante da pessoa que fala.

Advérbios de Quantidade(Adverbios de Cantidad)

casi (quase)	poco (pouco)
mucho (muito) *	muy (muito) *
más (mais)	bastante (bastante)
menos (menos)	además (além disso)

* o advérbio **muy** é usado diante de adjetivos e advérbios:

muy fácil (muito fácil)
muy lejos (muito longe)

* o advérbio **mucho** é usado diante de substantivos e antes ou depois de verbos em qualquer forma:

Tengo mucho trabajo.

(Tenho muito trabalho)

Él mucho ha viajado.

(Ele muito viajou.)

¡Excepción!

Diante dos adjetivos **mejor**, **peor**, **mayor** e **menor**, e dos advérbios **más**, **menos**, **antes** e **después** usamos o advérbio **mucho**.

Advérbios de Afirmação(Adverbios de Afirmación)

ciertamente (certamente)	sí (sim)
seguramente (com segurança)	claro (claro)

Advérbios de Negação(Adverbios de Negación)

jamás (jamais)	nunca (nunca)
no (não)	tampoco (tampouco) *

* **Não** existe a forma *también* no para negar. Para isso, usa-se o *tampoco*.

Advérbios de Dúvida (Adverbios de Duda)

acaso (caso/se)	quizá (s) (talvez) *
probablemente (provavelmente)	tal vez (talvez)
posiblemente (posivelmente)	

* *Quizá(s)* se antepõe ao verbo. Quando a palavra seguinte começa por -s, se usa a forma *quizá* e **não** *quizás*. O verbo se conjuga no subjuntivo: *Quizá salga*.

Advérbios de Ordem (Adverbios de Orden)

antes (antes)	primeramente (primeiramente)
después (depois)	sucesivamente (sucessivamente)

A formação em **mente**:

Observe que o advérbio pode ser formado pelo acréscimo do sufixo **mente** ao adjetivo feminino. *lenta* - **lentamente**

Quando o adjetivo possui acento, ele o conserva. *fácil* - **fácilmente**

VERBO

Os verbos são palavras que atuam como núcleo da oração. Em espanhol, os verbos são classificados em três grupos, conforme a terminação:

- 1) Primeira conjugação: verbos cujo infinitivo termina em **-ar**, como: cantar, tomar, hablar.
- 2) Segunda conjugação: verbos cujo infinitivo termina em **-er**, como: beber, comer, poseer.
- 3) Terceira conjugação: verbos cujo infinitivo termina em **-ir**, como: vivir, asistir, permitir.

Cada uma das conjugações (-ar, -er, -ir) pode ser regular ou irregular.

Os modos verbais são três: **indicativo**, **subjuntivo** e **imperativo**.

Indicativo: Conjuga-se o modo indicativo nos seguintes tempos:

Presente

HABLAR	COMER	VIVIR
Hablo	Como	Vivo
Hablas	Comes	Vives
Habla	Come	Vive
Hablamos	Comemos	Vivimos
Habláis	Coméis	Vivís
Hablan	Comen	Viven

Usa-se para:

- Referir-se a hábitos ou costumes. Ex.: Me levanto todos los días a las seis de la mañana / Levanto-me todos os dias às seis da manhã.

- Falar de ações futuras. Ex.: Mañana tengo una reunión muy importante / Amanhã tenho uma reunião muito importante.

- Falar de acontecimentos passados. Ex.: El pintor Salvador Dalí nace en Figueres el 11 de mayo de 1904 / O pintor Salvador Dalí nasce em Figueres em 11 de maio de 1904.

- Dar instruções. Ex.: Para hablar por un teléfono público, primero colocas la tarjeta y luego marcas el número. Para falar em um telefone público, primeiro você coloca o cartão e depois disca os números.

Pretérito Imperfecto

HABLAR	COMER	VIVIR
Hablaba	Comía	Vivía
Hablabas	Comías	Vivías
Hablaba	Comía	Vivía
Hablábamos	Comíamos	Vivíamos
Hablabais	Comíais	Vivíais
Hablaban	Comían	Vivían

Usa-se para:

- Referir-se a ações passadas, de caráter duradouro ou repetitivo, que não têm um fim determinado no tempo. Ex.: Cuando era niña iba al colegio por la tarde. / Quando era criança, ia ao colégio à tarde.

- Descrever no passado. Ex.: En la época de mis abuelos la ciudad era tranquila y los días pasaban lentamente. / Na época de meus avós a cidade era tranquila e os dias passavam lentamente.

Pretérito Perfecto

HABLAR	COMER	VIVIR
Hablé	Comí	Viví
Hablaste	Comiste	Viviste
Habló	Comió	Vivió
Hablamos	Comimos	Vivimos
Hablatis	Comisteis	Viviteis
Hablaron	Comieron	Vivieron

Chamado também de indefinido, usa-se para:

- Referir-se a ações concluídas em um momento determinado no passado. Ex.: El papa Juan Pablo II falleció el año 2005 / O papa João Paulo II faleceu em 2005.

- Referir-se a ações únicas no passado. Ex.: Ayer fui al cine / Ontem fui ao cinema.

Futuro Simple

HABLAR	COMER	VIVIR
Hablaré	Comeré	Viviré
Hablarás	Comerás	Vivirás
Hablará	Comerá	Vivirá
Hablaremos	Comeremos	Viviremos
Hablaréis	Comeréis	Viviréis
Hablarán	Comerán	Vivirán

Usa-se para:

- Falar de ações futuras. Ex.: La próxima semana saldré de vacaciones / Na próxima semana sairei de férias.

- Falar de planos. Ex.: Cuando termine de estudiar buscaré empleo en una gran empresa / Quando terminar de estudar procurarei emprego em uma grande empresa.

Condicional Simple

HABLAR	COMER	VIVIR
Hablaría	Comería	Viviría
Hablarías	Comerías	Vivirías
Hablaría	Comería	Viviría
Hablaríamos	Comeríamos	Viviríamos
Hablarías	Comeríais	Viviríais
Hablarían	Comerían	Vivirían

O **condicional** expressa um fato irreal, mas possível ou provável de realizar no futuro. Corresponde em português ao futuro do pretérito. Ex.: Me **iría** contigo al cine, pero no tengo tiempo. / Eu **iría** contigo ao cinema, mas não tenho tempo.

Tiempos compuestos de Indicativo:

Os tempos compostos tem uma relação significativa com os tempos simples do indicativo dos quais derivam.

Compuesto Pretérito Perfecto

Ação iniciada no passado e que perdura até o presente, ou seja, quando o espaço de tempo expresso na frase ainda não está acabado. Se conjuga o verbo HABER no Presente do Indicativo + o Particípio do verbo principal.

Ejemplo: Este año casi no he **viajado**. (o ano não acabou) (Este ano quase não viajei.)

HABLAR	TEMER	PARTIR
he hablado	he temido	he partido
has hablado	has temido	has partido
ha hablado	ha temido	ha partido
hemos hablado	hemos temido	hemos partido
habéis hablado	habéis temido	habéis partido
han hablado	han temido	han partido

¡Atención!

Pretérito Indefinido Simple X Pretérito Perfecto Compuesto

Yo amé. (Eu amei.)

Yo he amado. (Eu amei.)

Se ao traduzirmos as frases acima encontramos a mesma tradução, qual seria então a real diferença entre esses dois pretéritos? O Pretérito Indefinido Simple indica uma ação passada e acabada. O Pretérito Perfecto Compuesto indica uma ação passada que guarda relação com o tempo atual. Sendo assim:

Yo amé. (Eu amei e não amo mais.)

Yo he amado. (Eu amei e ainda amo.)

Pretérito Pluscuamperfecto

Indica uma ação passada e terminada, anterior a outra, também passada. Se conjuga o verbo **HABER** no **Pretérito Imperfeito** + o **Particípio do verbo principal**.

Ejemplo: **Había salido** con ellos. (Havia/tinha saído com eles.)

HABLAR	TEMER	PARTIR
Había hablado	Había temido	Había partido
Habías hablado	Habías temido	Habías partido
Había hablado	Había temido	Había partido
Habíamos hablado	Habíamos temido	Habíamos partido
Habíais hablado	Habíais temido	Habíais partido
Habían hablado	Habían temido	Habían partido

Pretérito Anterior

Se usa muito pouco na língua escrita ou falada. Denota uma ação passada anterior, mas imediata no tempo. Este tempo foi substituído pelo pretérito indefinido ou pelo pretérito pluscuamperfecto em quase todos os usos. Ex.: Apenas hubo amanecido, se fue. (Apenas amanheceu, se foi)

HABLAR	TEMER	PARTIR
Hube hablado	Hube temido	Hube partido
Hubiste hablado	Hubiste temido	Hubiste partido
Hubo hablado	Hubo temido	Hubo partido
Hubimos hablado	Hubimos temido	Hubimos partido
Hubisteis hablado	Hubisteis temido	Hubisteis partido
Hubieron hablado	Hubieron temido	Hubieron partido

Futuro Perfecto Compuesto

Indica um fato futuro, acabado, anterior a outro, também futuro. Se conjuga o verbo **HABER** no **Futuro** + o **Particípio do verbo principal**.

Ejemplo: Para cuando nos mudemos ya **habrán terminado** las obras. (Quando nos mudarmos já terão terminado as obras.)

HABLAR	TEMER	PARTIR
Habré hablado	Habré temido	Habré partido
Habrás hablado	Habrás temido	Habrás partido
Habrá hablado	Habrá temido	Habrá partido
Habremos hablado	Habremos temido	Habremos partido
Habréis hablado	Habréis temido	Habréis partido
Habrán hablado	Habrán temido	Habrán partido

Condicional Compuesto

Indica uma ação futura a respeito de um momento do passado, mas anterior a outro momento que aparece na oração. Ex.: Me dijo que cuando yo llegara a casa, ya habría enviado el paquete(a ação habría enviado é futuro com relação a dijo, mas anterior a llegara)

Pode indicar também suposição ou probabilidade no passado. Ex.: En aquel tiempo, él ya habría cumplido treinta años. (Naquele tempo, ele já haveria completado trinta anos)

HABLAR	TEMER	PARTIR
Habría hablado	Habría temido	Habría partido
Habrías hablado	Habrías temido	Habrías partido
Habría hablado	Habría temido	Habría partido
Habríamos hablado	Habríamos temido	Habríamos partido
Habríais hablado	Habríais temido	Habríais partido
Habrían hablado	Habrían temido	Habrían partido

Modo Subjuntivo – Presente

HABLAR	TEMER	PARTIR
hable hables hable hablemos habléis hablen	tema temas tema temamos temáis teman	parta partas parta partamos partáis partan

As irregularidades no Presente do Modo Subjuntivo são as mesmas já apresentadas no Presente do Modo Indicativo.

Pretérito Imperfecto

Indica uma ação hipotética, que pode ou não ocorrer.

Ejemplo: Si quisiera acompañarte hasta Madrid, viajaría. (Se quisesse te acompanhar até Madrid, viajaria.)

HABLAR	TEMER	PARTIR
hablara hablaras hablara habláramos hablarais hablaran	temiera temieras temiera temiéramos temierais Temieran	partiera partieras partiera partiéramos partierais partieran

2ª FORMA	HABLAR	TEMER	PARTIR
	hablase hablases hablase hablásemos hablaseis hablasen	temiese temieses temiese temiésemos temieseis Temiesen	partiese partieses partiese partiésemos partieseis partiesen

Pretérito Perfecto Compuesto

Indica um fato duvidoso, hipotético, que pode ter se realizado no passado. Desejo de que algo já tenha ocorrido. Se conjuga o verbo **HABER** no **Presente do Subjuntivo** + o **Particípio do verbo principal**.

Ejemplos:

Que tú **hayas esperado** bastante. (Que tu tenhas esperado bastante.)

Espero que ellos **hayan llegado** temprano. (Espero que eles tenham chegado cedo.)

HABLAR	TEMER	PARTIR
haya hablado hayas hablado haya hablado hayamos hablado hayáis hablado hayan hablado	haya temido hayas temido haya temido hayamos temido hayáis temido hayan temido	haya partido hayas partido haya partido hayamos partido hayáis partido hayan partido

Pretérito Pluscuamperfecto

Refere-se a um passado que não se realizou.

Ejemplo: Si **hubiera tenido** tiempo habría salido. (Se houvesse tido tempo haveria saído.)

1ª Forma

HABLAR	TEMER	PARTIR
hubiera hablado hubieras hablado hubiera hablado hubiéramos hablado hubierais hablado hubieran hablado	hubiera temido hubieras temido hubiera temido hubiéramos temido hubierais temido hubieran temido	hubiera partido hubieras partido hubiera partido hubiéramos partido hubierais partido hubieran partido

2ª Forma

HABLAR	TEMER	PARTIR
hubiese hablado hubieses hablado hubiese hablado hubiésemos hablado hubieseis hablado hubiesen hablado	hubiese temido hubieses temido hubiese temido hubiésemos temido hubieseis temido hubiesen temido	hubiese partido hubieses partido hubi ese partido hubiésemos partido hubieseis partido hubiesen partido

Modo Imperativo

Indica órdenes, mandatos, ruegos y deseos. O modo imperativo só tem duas formas próprias: a segunda pessoa do singular e a segunda pessoa do plural, em afirmativo. As outras pessoas (em afirmativo ou em negativo) se conjugam no Presente do Subjuntivo.

Imperativo Afirmativo

	HABLAR	TEMER	PARTIR
Tú Él Nosotros Vosotros Ellos	habla hable hablemos hablad hablen	teme tema temamos temed teman	parte parta partamos partid Partan

Imperativo Negativo

Es el presente de subjuntivo en forma negativa.

	HABLAR	TEMER	PARTIR
Tú Él / usted Nosotros Vosotros Ellos / ustedes	No hables No hable No hablemos No habléis No hablen	No temas No tema No temamos No temáis No teman	No partas No parta No partamos No partáis No partan

	2ª p.singular - Tú	2ª p. plural - Vosotros
Decir	Di	Decid
Hacer	Haz	Haced
Ir	Ve	Id
Poner	Pon	Poned
Salir	Sal	Salid
Ser	Sé	Sed
Tener	Ten	Tened
Venir	Ven	Venid

Ejemplos:

<i>Imperativo</i>	<i>Afirmativo</i>	<i>Negativo</i>
Tú Él / usted Nosotros Vosotros Ellos / ustedes	¡Di la verdad! ¡Diga la ¡verdad! ¡Digamos la verdad! ¡Decid la verdad! ¡Digan la verdad!	¡No digas la verdad! ¡No diga la verdad! ¡No digamos la verdad! ¡No digáis la verdad! ¡No digan la verdad!

QUESTÕES

1- Completa las frases usando el presente de indicativo:

- Tú___ el café en la cocina. (preparar)
- Él___ por Madrid a pie. (pasear)
- Vosotros___ la lección. (estudiar)
- El profesor___ al alumno. (contestar)
- Nosotros___ en el restaurante. (comer)
- Los chicos___ diseños en la televisión. (asistir)
- Yo___ hoy por la tarde. (partir)

2- Completa las frases usando el pretérito indefinido:

- Ella___ un coche nuevo. (comprar)
- Tú___ muy bien. (cantar)
- Nosotros___ paz en el mundo. (desear)
- Él___ del dinero de su padre. (depender)
- Los conductores___ por la carretera. (correr)
- Ellos___ sus regalos. (abrir)
- La historia___ mi corazón. (partir)

3- Completa las frases usando el futuro simple:

- Mañana_____ en casa de mis suegros. (estar)
- Pepe_____ al piso inferior. (bajar)
- Vosotros_____ por teléfono al director. (llamar)
- Ellos_____ el periódico de la mañana. (leer)
- Yo_____ mucho vino blanco. (beber)
- Ustedes_____ a casa de sus amigos. (ir)
- Tú_____ una casa en la ciudad. (adquirir)

4- Completa las frases usando el presente de subjuntivo:

- a) No creo que Julián me___ esta tarde. (llamar)
- b) Quizá___ la casa para esos señores. (tú- vender)
- c) Ojalá el jefe me___ salir más temprano. (permitir)
- d) Es bueno que___ el piso este mes. (vosotros-alquilar)
- e) No es seguro que___ a Luisa. (nosotros-visitar)
- f) Posiblemente___ mañana por la mañana. (yo- viajar)
- g) Quiero que___ el recado. (tú-anotar)

5- Completa las frases usando el imperativo afirmativo:

- a) María, ___ la ventana, por favor. (cerrar)
- b) Niños, ___ los ejercicios lo más pronto posible. (hacer)
- c) Señora, ___ esta ficha con sus datos y enseguida___ la tasa de inscripción en el tercer piso. (rellenar- pagar)
- d) Hombre, ___ un poco de refresco. (beber)
- e) Señoras y señores, ___ con atención los detalles de esta catedral. (observar)
- f) Cariño, ___ conmigo. (quedarse)
- g) Amigos, esta fiesta la hice para vosotros. ___(comer), ___(beber) y ___(bailar), eso es lo único que tenéis que hacer.

6- Completa las frases usando el imperativo negativo:

- a) Javier, ___a los niños. (despertar)
- b) Hijo, ___ para mañana lo que puedes hacer hoy. (dejar)
- c) Presidente, ___ de los hambrientos. Ellos lo han elegido. (olvidarse)
- d) Ramón, ___ la tele ahora. Estamos estudiando. (poner)
- e) Niños, ___ tarde. (llegar)
- f) Señora, ___ la basura en el césped. (echar)
- g) Señoras y señores, ___ si van a conducir. (beber)

Respuestas:

1-

- a- preparas
- b- pasea
- c- estudiáis
- d- contesta
- e-comemos
- f- asisten
- g- parto

2-

- a- compró
- b- cantaste
- c- deseamos
- d- dependió
- e-corrieron
- f- abrieron
- g- partió

3-

- a- estaré
- b- bajará

- c- llamasteis
- d- leerán
- e- beberé
- f- irán
- g- adquirirás

4-

- a- llame
- b- vendas
- c- permita
- d- alquiléis
- e- visitemos
- f- viaje
- g-anotes

5-

- a- cierra
- b- haced/hagan
- c- rellene/pague
- d- bebe
- e- observen
- f- quédate
- g- comed/bebed/bailad

6-

- a- no despiertes
- b- no dejes
- c- no se olvide
- d- no pongas
- e- no lleguéis/lleguen
- f- no eche
- g- no beban

Los ejercicios siguientes hacen parte de las pruebas de los concursos públicos:

1- Las formas *había comprado* y *habéis hecho* son, respectivamente, de los tiempos compuestos que siguen:

- a) pretérito perfecto de indicativo y potencial perfecto.
- b) pretérito pluscuamperfecto de indicativo y pretérito perfecto de subjuntivo.
- c) pretérito pluscuamperfecto de indicativo y pretérito perfecto de indicativo.
- d) pretérito anterior y pretérito pluscuamperfecto de indicativo.

2- El verbo *decir*, conjugado en futuro imperfecto de subjuntivo, en la tercera persona del plural, es:

- a) dijeran.
- b) dijeren.
- c) diré.
- d) habré dicho.

3- La expresión *es decir* puede ser cambiada por cual equivalente:

- a) al principio.
- b) esto es.
- c) en primer lugar.
- d) a pesar de.

4- Las palabras "cercanas, este, consejero, quedarse, alzar" son:

- a) Adjetivo, Adverbio, Sustantivo, Verbo, Verbo.
- b) Adjetivo, Pronombre, Sustantivo, Verbo, Verbo.
- c) Adverbio, Pronombre, Sustantivo, Adjetivo, Verbo.
- d) Adjetivo, Pronombre, Verbo, Verbo, Verbo.

5- Elige la opción correcta para completar las frases:

I. _____ (anotar, nosotros) todo el contenido de la reunión.

II. Jóvenes, _____ (comprar) libros.

III. _____ (meter, tú) todo el dinero en el bolso.

IV. Chicos, _____ (persistir) en vuestros estudios.

- a) anotamos / compras / meted / persista.
- b) anotemos / compren / mete / persistid.
- c) anoten / comprad / metan / persiste.
- d) anotad / compre / meter / persistan.

6- Marque la alternativa en que todos los verbos estén en pretérito y en la misma persona:

- a) hace – tendré – intenté.
- b) recibí – he puesto – quiso.
- c) hace – he venido – puso.
- d) recibí – vine – pensé.

7- Elige la opción que completa el diálogo adecuadamente:

A. Mi marido y yo _____ en La Taberna todos los domingos. Y tú, ¿dónde _____?

B. _____ en Casa Verde, me encanta ese restaurante.

- a) almuerzamos, almuerzas, Almuerzo.
- b) almuerzamos, almorzas, Almuerzo.
- c) almorzamos, almuerzas, Almuerzo.
- d) almorzamos, almuerzas, Almuerzo.

8- Marca la alternativa en que el verbo sufre el mismo tipo de irregularidad que el verbo poner (puso):

- a) Ir.
- b) Ser.
- c) Querer.
- d) Salir.

9- Elige la respuesta correcta:

A. Juanito, me gustaría encontrar contigo y con Manolo, ¿dónde _____?

B. _____ en el Centro Comercial.

- a) estamos – Estáis.
- b) estáis – Estamos.
- c) es – Estoy.
- d) eres – Están.

10- ¿Cuál alternativa está incorrecta en cuanto a la conjugación del verbo vivir?

- a) Maruja y yo vivimos en España hace mucho tiempo.
- b) Eduardo ya no vive como un rey.
- c) Los grandes escritores viven para siempre por sus obras.
- d) ¿Por qué Ana y tú vivéis aburridas?

Respuestas:

1-c 2-b 3-b 4-b 5-b 6-d 7-c 8-c 9-b 10-d

LOS FALSOS AMIGOS

Hay algunas palabras que pueden inducir al estudiante brasileño a una comprensión equivocada de su significación. Son los vocablos **heterosemánticos**, los cuales tienen grafía igual, o casi igual, a palabras del portugués, pero con significados diferentes. Ejemplos:

La secretaria y el gerente de ventas trabajan en la misma **oficina**.

Aquella gata se pone rabiosa cuando uno se acerca a sus **cachorros**.

Mi nombre es Jair y mi **apellido** es Souza.

Los falsos amigos o falsos cognatos en español:

Almohada- travesseiro

Apellido- sobrenome

Berro- agrião

Bolsa- sacola

Bolsillo- bolso

Borracha- bêbada

Borrar- apagar

Brincar- pular, saltar

Carpa- barraca

Cachorros- filhotes

Cena- jantar

Cita- encontro

Cola- fila

Copos- flocos

Cuello- pescoço

Desquitarse- vingar-se

Embarazada- grávida

Escoba- vassoura

Escritorio- escrivaninha

Estante- prateleira

Estofado- ensopado

Exquisita- gostosa

Funda- fronha

Largo- longo

Latir- bater

Muela- dente molar

Oficina- escritório

Oso- urso

Pelado- careca

Pelo- cabelo

Pimpollos- botão

Polvo- poeira

Presunta- suposta

Regalo- presente

Rojo- vermelho

Saco- paletó

Salada- salgada

Salsa- molho

Se acercó- se aproximou

Se acordó- se lembrou

Sitio- lugar

Sótano- porão

Rato- momento

Rubio- loiro

Tirar- jogar
Vaso- copo
Zorro- raposa
Zurdo-canhoto

Ejercicios

1- Marca el heterosemántico:

- a) mujer.
- b) viaje.
- c) doler.
- d) bolso.

2- Señala la alternativa correcta para las traducciones de las palabras *la gente, se enojó y taller*:

- a) a gente – enojou-se – atelier.
- b) as pessoas – embraveceu – oficina.
- c) as pessoas – se embraveceu – escritório.
- d) a gente – enjou-se – oficina.

3 - Marque la alternativa en que hay una palabra de género opuesto a las demás:

- a) coraje – sangre – origen.
- b) sal – leche – miel.
- c) dolor – color – aprendizaje.
- d) huevo – cerdo – pano.

4- Respectivamente, los significados de las palabras *“embarazada, rico, empezar, desarrollo, llamar, exquisito”* son:

- a) grávida, gostoso, começar, desenvolvimento, chamar, delicioso.
- b) embaraçada, milionário, pesar, desenvolvimento, lhama, esquisito.
- c) grávida, rico, começar, desenvolvimento, chamar, agradável.
- d) embaraçada, rico, pesar, desenvolvimento, lhama, esquisito.

Respuestas:

1-D 2-B 3-C 4-A

Para que obtenha um bom desempenho na prova: primeiramente deve-se fazer uma leitura para conhecer o contexto, prestando atenção as palavras chaves e grifando as idéias principais. E ao responder as questões faça uma outra leitura, pois com isso você identificará com mais facilidade a resposta correta. Observar os falsos amigos que podem estar presente no texto.

Lea el texto atentamente y a continuación escoja la alternativa adecuada para cada una de las siguientes cuestiones.

China eliminará la ley que prohíbe tener más de un hijo

(José Reinoso - Pekín - 01/03/2008)

China eliminará gradualmente la política de hijo único (que fue puesta en marcha a finales de la década de 1970 para controlar la explosión demográfica), según ha asegurado Zhao Baige, viceministra de la Comisión Nacional de

Población y Planificación Familiar. “Queremos cambiarla poco a poco. No puedo decir cuándo o de qué manera, pero éste se ha convertido en un tema clave entre quienes toman las decisiones en el Gobierno”, ha declarado Zhao a la agencia Reuters.

El país asiático sufre un serio problema de envejecimiento de la población y una creciente disparidad de género, que ha provocado la alarma entre los expertos. Se estima que, de seguir la tendencia actual, en 15 años puede haber 30 millones de hombres más que de mujeres en edad de formar una familia, lo que podría provocar migraciones, tráfico de mujeres e inestabilidad social.

Las autoridades aseguran que los estrictos controles de natalidad han evitado más de 300 millones de nacimientos y han favorecido una elevación más rápida del nivel de vida del país.

Sin embargo, sus detractores afirman que, además de violar las libertades del individuo, han desembocado en numerosos abortos y esterilizaciones forzadas, y el abandono de muchas niñas, dada la preferencia de las familias por los varones.

En China, nacen 118 niños por cada 100 niñas, cuando el ratio normal en todo el mundo es entre 103 y 107 varones por cada 100 hembras. El 51,5% de los 1.314 millones de habitantes que tenía China en 2006 era varón.

La mayoría de las parejas en las ciudades sólo puede tener por ley un descendiente, mientras que en las zonas rurales se les permite dos si el primero es niña. Las minorías étnicas pueden tener dos o más. Zhao aseguró que el Gobierno está estudiando la cuestión con mucho cuidado para que cualquier decisión que se tome no provoque un alza repentina de la población.

El País, Edición impresa, 01/03/2008.

01- El texto afirma que, desde finales de 1970, en China:

- a) se lucha contra el exceso de nacimientos femeninos.
- b) quienes toman decisiones en el Gobierno, son claves para elaboración de leyes contra la expansión demográfica.
- c) la Comisión Nacional de Planificación Familiar quiere cambiar la situación gradualmente.
- d) se inició un control de expansión demográfica.

02- La frase de la viceministra de la Comisión Nacional de Población y Planificación Familiar (línea 3), afirma que “Queremos cambiarla poco a poco”. En la palabra **CAMBIARLA**, la partícula **LA**, se refiere a:

- a) la ley.
- b) China.
- c) la década de 1970.
- d) la explosión demográfica.

03- El texto afirma que los problemas importantes señalados por los especialistas son:

- a) aumento y envejecimiento del número de mujeres.
- b) incremento de envejecimiento de la población y desproporción de géneros.
- c) población en disparidad demográfica y envejecimiento en algunas regiones.
- d) desproporción demográfica y tráfico de mujeres como consecuencia del envejecimiento de la población.

04- Se estima que los problemas demográficos de China:

- a) pueden provocar éxodos humanos, desequilibrio social y comercio de mujeres.
- b) van a seguir la tendencia actual.
- c) deben provocar el control de natalidad de 300 millones de nacimientos.
- d) van a dificultar la elevación acelerada del nivel de vida.

05- En el tercer párrafo, línea 3, la expresión **SIN EM-BARGO**, puede sustituirse, sin cambiar el sentido de la frase por:

- a) sino.
- b) no obstante.
- c) sin duda.
- d) en consecuencia.

06- Las críticas a la política china de control de natalidad se basan en los siguientes principios:

- a) a la ausencia de derechos individuales, a la permisión de abortos, a la esterilización opcional y a la discriminación de los nacimientos femeninos.
- b) a la obligación del aborto, a la falta de decisión personal para la esterilización forzada y al abandono de las niñas.
- c) al abandono de las niñas, a incontables abortos, a la incumplimiento del derecho humano de la libertad individual y la castración impuesta.
- d) a la desconsideración de la libertad de decidir personalmente el número de hijos, al abandono de las recién nacidas, a la permisión de abortos y a la castración libre.

07- La legislación China establece que una pareja rural:

- a) solamente puede tener un descendiente, sea hombre o mujer.
- b) puede tener más de dos hijos, siempre que el primer descendiente sea mujer.
- c) se rige por la misma ley de las parejas de minorías étnicas.
- d) pueden tener como máximo dos hijos, cuando el primer descendiente sea mujer.

Respuestas: 01-D / 02-A / 03-B / 04-A / 05-B / 06-C / 07-D

EL uso de **muy y mucho**:

1- Se usa la palabra mucho antes o después de los verbos. Ejemplos:

El niño estudia **mucho**.

Se usa también la palabra mucho con sustantivos.

Ejemplos:

Yo tengo **muchos** libros.

2- Se usa la palabra muy antes de:

- a) adjetivos: muy alto, muy fácil, muy difícil, muy malo, etc.
- b) adverbios: muy bien, muy mal, muy tarde, muy cerca, etc.

ATENCIÓN:

Pero se usa **mucho** antes de:

- a) cuatro adjetivos: (**mejor, peor, mayor y menor**)
mucho mejor, mucho peor, mucho mayor, mucho menor

- b) cuatro adverbios: (**más, menos, antes y después**)
mucho más, mucho menos, mucho antes, mucho después

EJERCICIOS:

1) Completa las frases con muy o mucho:

- 1- No camines.....rápido.
- 2- Tú hablas.....
- 3- Hoy papá estámejor que ayer.
- 4- Tu casa está.....cerca de aquí.
- 5- Ahora Teresa nos escribe.....más.
- 6- Tienes los ojos.....hermosos.
- 7- Esto ahora está.....peor que ayer.
- 8- Estudias.....poco para los exámenes.
- 9- Mi escuela queda.....lejos.
- 10- Fernando come.....menos que tú.
- 11- Carlos es.....aplicado en el colegio.
- 12- Necesito una cosa.....menor.
- 13- Tu casa es.....mayor que la mía.
- 14- Ellos llegaron.....antes que nosotros.
- 15- Este edificio es.....alto.
- 16- Nosotros llegamos.....después.
- 17- Hoy me he levantado.....temprano.
- 18- Él se acostó.....tarde.
- 19- Tengo un piso.....amplio.
- 20- Mi familia me ayudó.....
- 21- Sé que este coche es.....caro, pero es.....
más cómodo que los otros.
- 22- Juana está.....cansada. Ella trabajó.....hoy.
- 23- Como todos los perezosos, Enrique siempre duerme.....
- 24- No creo que seas.....menos dedicado al estudio que los otros alumnos, pero, estoy seguro de que eres.....poco dedicado a las tareas para el hogar.
- 25- Aunque Rodrigo no tenga.....pelo, es considerado por las mujeres un hombre.....
atrayente.
- 26- Roberto y yo ejercemos funciones iguales. Sin embargo, yo gano.....menos que él.
- 27- Es.....importante que los niños beban.....
leche natural entera.
- 28- Hace.....años que me dedico con ahínco a una tarea.....linda.
- 29-mujeres todavía no están.....seguras de su derecho a la igualdad con los hombres.
- 30- Andrea no es una chica.....bella, pero tiene.....clase.
- 31- Reconozco que tu redacción está.....buena, pero también debo admitir que la mía está.....mejor.
- 32- Felizmente los médicos actuaron con.....prontitud y evitaron que Rafael perdiera.....sangre.
- 33- La prueba estaba.....difícil, sin embargo, logré responder correctamente acuestiones.
- 34- El inglés es un idioma.....interesante. Hay en él.....vocablos de origen latina.
- 35- Encontrar un gusano en la guayaba es algo.....malo, pero.....peor es encontrar sólo medio gusano en ella.

Respuestas: 1- muy 2- mucho 3- mucho 4- muy
5- mucho 6- muy 7- mucho
8- muy 9- muy 10- mucho 11- muy 12- mucho
13- mucho 14- mucho 15- muy
16- mucho 17- muy 18- muy 19- muy 20- mucho
21- muy/mucho 22- muy/mucho
23- mucho 24- mucho/muy 25- mucho/muy 26-
mucho 27- muy/mucha
28- muchos/muy 29- muchas/muy 30- muy/mucha
31- muy/mucho 32- mucha/mucha
33- muy/muchas 34- muy/muchos 35- muy/mucho.

Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009- ESAF

ESPANHOL

Hacienda acelera los embargos preventivos para cobrar las deudas

La recesión somete a las arcas del Estado a un doble perjuicio: los ingresos caen por la atonía de la actividad y, a la vez, los incumplimientos tributarios se disparan. El Ministerio de Economía y Hacienda de España admite que esa deuda está creciendo y se propone extremar las medidas para intentar cobrarla. La necesidad es acuciante: en un año en que el Gobierno prevé ingresar como mínimo 40.000 millones de euros menos de lo que proyectó inicialmente, cada euro recaudado cuenta.

Entre enero y agosto de este año se han adoptado medidas cautelares por valor de 753 millones, cantidad 24% superior a la de todo el ejercicio 2008, según datos de la Agencia Tributaria (AT), que tiene 37.000 millones de deuda pendiente, con datos a 31 de julio. De esa cantidad, una deuda de algo más de 12.000 millones cuenta con algún tipo de garantía para ser cobrada. La más incierta es la que está en vía ejecutiva (Hacienda intenta ya adoptar medidas como el embargo para cobrarla) y la que figura en período de notificación (la fase previa). Ambas partidas suman casi 16.000 millones hasta final de julio. Sólo con recuperar esas cantidades, el fisco ingresaría más dinero que con la subida de impuestos aprobada para 2010, que se acerca a 11.000 millones.

(El país.es, 12.10.09 Texto adaptado)

01- En el texto se dice que los cofres públicos españoles:

- a) sufren pérdidas.
- b) son independientes del sistema tributario.
- c) se destinan al pago de deudas del Estado.
- d) están inmunes a la depresión.
- e) recibirán recursos de 40 mil millones de euros.

02- De acuerdo con el texto, el monto de los incumplimientos tributarios:

- a) es similar al del ejercicio anterior.
- b) está en vía ejecutiva.
- c) tiene garantías de cobrarse.
- d) es mayor que el ingreso esperado con el alza de impuestos.
- e) ha menguado en lo que va de año.

03- Según el texto, la baja de los ingresos:

- a) se deriva de las medidas cautelares.
- b) es fruto de una fiscalización ineficiente.
- c) alcanza los 37 mil millones de euros.
- d) es semejante a la del año fiscal 2008.
- e) se debe a la debilidad de la actividad.

Ecuador busca repatriar USD 500 millones

Ecuador repatriaría la próxima semana 500 millones de dólares de sus reservas internacionales de corto plazo, como parte de las medidas que anunció para enfrentar el embate de la crisis global, informó hoy la ministra de Finanzas, Elsa Viteri.

Ecuador, el socio más pequeño de la OPEP, anunció en agosto pasado que repatriará 1.600 millones de dólares de la reserva internacional para aumentar el crédito productivo e irrigar dinero a la inversión. Esa decisión en relación con el dinero depositado en financieras del exterior, que a mediados de agosto se ubicó en 4.000 millones de dólares, fue justificada por el Gobierno con el argumento de que con su economía dolarizada desde el 2.000 no se requiere de reservas y se constituyen en ahorro nacional.

La economía del país, productor de petróleo, banana y flores y con 14 millones de habitantes, se contrajo un 1,06 por ciento en el segundo trimestre del 2009, frente a una expansión de un 8,28 por ciento en el mismo lapso del 2.008.

(El Universal, 16.10.09)

04- En el texto se dice que el gobierno ecuatoriano ha decidido:

- a) invertir recursos en sus reservas internacionales.
- b) inyectar dinero en la economía.
- c) repatriar sus reservas externas.
- d) expandir sus recursos financieros en un 8,28%.
- e) destinar fondos foráneos al sector productivo.

05- De acuerdo con el texto, el regreso de fondos depositados en el extranjero:

- a) justifica el uso oficial de la moneda estadounidense.
- b) busca fortalecer al país en la OPEP.
- c) desincentiva el producto interno bruto.
- d) reduce las reservas y el ahorro nacional.
- e) se explica por la expansión de la economía local.

06- Según el texto, la economía ecuatoriana:

- a) recibirá recursos extranjeros.
- b) se dolarizará.
- c) se ha recuperado este año.
- d) intenta capear la crisis global.
- e) encogió un 8,28% el año pasado.

Gobierno no se muestra seguro

Ni el propio Gobierno está seguro de que una rebaja en las tasas de interés –actualmente en 4%– pueda contribuir a frenar la acentuada revaluación (más del 18,8% en los últimos meses) que afecta a varios sectores de la economía.

Los empresarios achacan al actual nivel de las tasas de interés parte de la galopante apreciación del peso que le resta competitividad a las exportaciones colombianas. Consideran que esta diferencia de intereses está propiciando el ingreso de los llamados capitales golondrinas (de poca duración en la economía) que están debilitando el dólar.

El ministro de Hacienda, Óscar Iván Zuluaga no se mostró muy seguro de que el pretendido recorte sea una buena decisión en los actuales momentos en que la inflación sigue cediendo. Admitió, sin embargo, que con las medidas adoptadas "hemos evitado que se revalúe" el dólar.

(El espectador.com 19.10.09)

07- Según el texto, en materia de tasas de interés, los empresarios colombianos:

- a) abogan por la apreciación.
- b) muestran inseguridad.
- c) discrepan del gobierno.
- d) relacionan los tipos con la inflación.
- e) están conformes.

08- En el texto se dice que las tasas de interés que se practican actualmente:

- a) elevan la cotización del dólar.
- b) perjudican las exportaciones.
- c) deben mantenerse.
- d) impiden la apreciación del peso.
- e) acentúan la inflación.

Comercio Chile-China

De acuerdo a un informe de Aduanas, China se consolidó como el principal destino de las exportaciones chilenas con embarques por US\$ 8.257 millones –en un intercambio bilateral de US\$ 11.881 millones– y el único de los socios comerciales hacia donde nuestros envíos crecieron (6,3%) durante los primeros nueve meses de este año (los envíos totales menguaron un 35%). El incremento registrado en los embarques al gigante asiático fue muy superior a las caídas entre 20% y 68% anotadas en el resto de los países con los que Chile mantiene intercambio comercial, incluso socios tan importantes como la Unión Europea, Aladi y Nafta, destinos a los que Chile exportó productos por un monto menor a US\$ 6.700 millones.

Las exportaciones chilenas a Estados Unidos cayeron un 32% al pasar de US\$ 6.625 millones a US\$ 4.495 millones; mientras los envíos a Japón bajaron 45% de US\$ 3.493 millones a US\$ 1.501 millones. En relación a Europa, El informe de Aduanas mostró que la cantidad embarcada también disminuyó en los primeros nueve meses del año (49%) respecto del mismo lapso de 2.008, debido a La disminución de los envíos a Italia y Holanda.

(Diario Financiero, 20.10.09 (texto adaptado))

09- En el texto se dice que las exportaciones chilenas:

- a) se han reducido a US\$ 6.700 millones.
- b) rebasan las expectativas para el período.
- c) tuvieron un alza de 35%.
- d) se han diversificado.
- e) sólo crecieron hacia un destino.

10- De acuerdo con el texto, en el informe de Aduanas se dice que:

- a) el intercambio con China creció en ambas direcciones.
- b) los envíos a Estados Unidos se redujeron al 32%.
- c) Europa es la que compró menos productos chilenos.
- d) las exportaciones totales de Chile se contrajeron.
- e) el comercio exterior chileno da señales de recuperación.

Respostas: 01-A / 02-D / 03-E / 04-B / 05-A / 06-D / 07-C / 08-B / 09-E / 10-D

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF

ESPANHOL

La calle está tranquila

Zapatero ha declarado a Newsweek que para comprobar que España no se hunde «sólo hay que salir a la calle». Subraya así la paradoja de que no exista conflictividad social con cuatro millones de parados. Tiene razón en parte, aunque quizá debería preguntarse por qué la calle está tranquila y entonces su análisis no podría ser tan complaciente. Según publicamos hoy, la economía sumergida ha aumentado el 30% en el verano que ahora finaliza. Es el cálculo de los inspectores de Trabajo, que han estimado en 320 millones de euros la recaudación en multas para 2009, una cifra récord. Así pues, en el auge de la economía sumergida – de la que un país no puede sentirse orgulloso, sino todo lo contrario – está la explicación de la calma de la calle, puesto que los parados optan por las «chapuzas» para ir tirando. Aquí estaría la explicación de otro dato que Zapatero comentó, asombrado, ante el Comité Federal: sólo 28.000 parados sin ingresos han solicitado los 420 euros, cuando los posibles beneficiarios de esta medida son en torno a un millón. Como el subsidio lleva aparejada la obligación de asistir a cursos de formación, tal vez la mayoría de estos desempleados sin ingresos en realidad sí cobran por algún trabajo, aunque no declaran, ni cotizan. Ello quiere decir que la política social de Zapatero se vuelve contra él y contra los que él dice proteger. El empleo que se crea es clandestino por las rigideces del mercado laboral y al subir los impuestos aumentará la economía del dinero negro.

(El mundo, 22/09/09)

01- En el texto se dice que en España no hay conflictividad social:

- a) por la solidez institucional.
- b) gracias a las prestaciones públicas asistenciales.
- c) a pesar del desempleo.
- d) debido a la eficacia de la política laboral del gobierno.
- e) pese al aumento de la recaudación por multas.

02- De acuerdo con el texto, las actividades económicas marginales en España:

- a) disminuirán si suben los impuestos.
- b) han aumentado.
- c) elevarán las cotizaciones al tesoro.
- d) garantizan un aumento de los ingresos públicos.
- e) ocupan a cerca de un millón de parados.

03- Dentro del texto, la palabra «chapuzas» significa:

- a) pequeñas contravenciones.
- b) obras sin arte ni esmero.
- c) contratos temporales.
- d) cursos de reciclaje profesional.
- e) subsidios fraudulentos.

Período recesivo hasta 2010: UNAM

José Luis Calva Téllez, académico del Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), dijo que de aprobarse el paquete económico del presidente Felipe Calderón, habría una pérdida en 2010 de 200 mil empleos y una contracción del Producto Interno Bruto (PIB) de 1.8 por ciento. Para ese especialista, la inflación alcanzaría 6.1 por ciento anual a causa de las alzas de impuestos; y el déficit de la cuenta corriente se situaría en 12 mil millones de dólares.

Destacó que esos resultados negativos estarán influenciados aún por la recesión económica del país, por la carga fiscal que se enfrentaría con la aprobación del presupuesto económico como lo presentó el Ejecutivo federal ante el Congreso; y por la baja inversión que habrá por parte del sector privado. "La Secretaría de Hacienda y Crédito Público está esperando que la economía de Estados Unidos levante a México, pero en aquel país la recuperación se está enfocando a amortizar deudas y por consecuencia el consumo seguirá deprimido", indicó.

(Excélsior, 22/09/09)

04- En el texto, la locución "de aprobarse" tiene valor:

- a) condicional.
- b) concesivo.
- c) temporal.
- d) causal.
- e) imperativo.

05- De acuerdo con las declaraciones del académico de La UNAM, recogidas en el texto, en 2010:

- a) la inflación anual se elevará al 6,1%.
- b) igual el sector privado invierte menos.
- c) a lo mejor se expande el PIB.
- d) se enfocará la amortización de deudas.
- e) puede que desaparezcan empleos en México.

Los 17 mil chilenos con mayores ingresos entregan el 35% del impuesto a la renta

En Chile 1.329.297 personas pagan impuestos a la renta, ya sea bajo la modalidad de segunda categoría o de global complementario. A estas se suman otras 6.346.693 que si bien son formalmente contribuyentes para los registros del Servicio de Impuestos Internos (SII), en la práctica

están en el primer tramo impositivo, que es cero. De este 1,32 millón de chilenos, el 1,27% está en el tramo más alto de impuestos – con una tasa marginal del 40% – que es para quienes tienen ingresos de cerca de \$5,5 millones de pesos mensuales o más. En conjunto, pagan más tributos al año que los bancos o todo el sector comercio. De acuerdo con los datos del SII, este grupo es el responsable del 35,1% de la recaudación por impuesto a la renta; es decir, US\$ 908 millones del total de US\$ 2.589 millones que los contribuyentes chilenos aportan por este concepto.

Para el socio principal de Ernst & Young, Cristián Levefre, la cifra demuestra que el grueso del aporte de impuestos lo entregan quienes más dinero reciben. Según él, existe una discriminación entre los contribuyentes de los tramos altos. Los independientes – muchos de ellos empresarios – tienen opciones de desarrollar una planificación tributaria para reducir el pago y los dependientes no las tienen. A su juicio, Chile debería impulsar beneficios para este segmento, como los que hay en economías más desarrolladas, como EE.UU., Inglaterra y España, donde se deduce por pago de colegios e intereses de créditos hipotecarios.

(El Mercurio, 25/09/09)

06- Según el texto, el cobro del impuesto sobre la renta en Chile:

- a) se concentra en los mayores ingresos.
- b) incluye a la mayoría de la población.
- c) alcanza al 35% de los trabajadores.
- d) castiga a los autónomos.
- e) es menor entre los empleados bancarios.

07- En el texto se aconseja:

- a) aumentar los tributos al sector bancario.
- b) disminuir los intervalos impositivos.
- c) introducir deducciones por determinados pagos.
- d) reducir la tasa marginal de los tramos de impuestos.
- e) gravar más a los independientes.

08- En el contexto del texto, "a su juicio" conserva su sentido al sustituirse por:

- a) a su aire.
- b) en su prejuicio.
- c) a lo suyo.
- d) en su opinión.
- e) a regañadientes.

09- De acuerdo con el texto, los contribuyentes dependientes chilenos:

- a) se benefician con desgravaciones.
- b) están concentrados en los tramos impositivos intermedios.
- c) cotizan más que los bancos.
- d) planifican el pago de sus tributos.
- e) sufren discriminación.

Necesidad de préstamos

Los gobiernos latinoamericanos necesitarán entre 350 y 400 billones de dólares en préstamos en 2010 para reactivar sus economías tras la crisis financiera global, según la vicepresidenta del Banco Mundial para América Latina y

el Caribe, Pamela Fox. La obtención de préstamos no será fácil, incluso para proyectos de inversión, advirtió la funcionaria, debido a las dificultades para conseguir fondos que están restringidos por la enorme demanda internacional de las naciones desarrolladas para SUS paquetes de estímulo.

"A raíz de la crisis el papel del Estado ha crecido a niveles que eran inimaginables años atrás", dijo Fox, pero el Estado dispone de menos recursos, de forma tal que "este momento exige más de los ciudadanos que pagan impuestos, especialmente de aquéllos con más ingresos, que deberían tener que afrontar una mayor carga tributaria", indicó. La funcionaria destacó que según la Organización de Cooperación Económica y Desarrollo menos de un 4% de los ingresos públicos en América Latina provienen de pagos de impuestos personales, comparado con un 27% en las naciones industrializadas.

(El Nacional, 29/09/09)

10- Según el texto, la reactivación económica de América Latina tras la crisis financiera global:

- a) supondrá una mayor regulación de la intervención estatal.
- b) demandará entre 350 y 400 mil millones de dólares.
- c) recabará más de toda la ciudadanía.
- d) exigirá entre 350 y 400 millones de dólares.
- e) incidirá en los paquetes de estímulo de los países desarrollados.

Respostas: 01- **C** / 02- **B** / 03- **B** / 04- **A** / 05- **E** / 06- **A** / 07- **C** / 08- **D** / 09- **E** / 10- **D**

Analista de Finanças e Controle – 2012 - ESAF LÍNGUA ESPANHOLA

ING no cree que España logre sus objetivos de déficit ni en 2012 ni en 2013

El banco holandés ING cree que España no logrará sus objetivos de déficit fiscal ni en 2012 ni en 2013, cuando calcula que el desfase entre ingresos y gastos de las cuentas públicas roce el 5% del PIB, casi dos puntos más de lo previsto (6,1% del PIB, por encima del 5,3% previsto por el Gobierno este año y 4,9% en 2013, un desfase de casi 21.000 millones en comparación con el objetivo de España). Con estas previsiones, los expertos de ING no descartan que el país vaya a necesitar un rescate que pasará por pedir ayuda del Fondo Europeo de Estabilidad Financiera para sanear el sistema financiero.

"Con la sombría perspectiva económica y la crisis del sector inmobiliario, los bancos españoles podrían necesitar más capital que el previsto actualmente. El sistema bancario también sigue siendo vulnerable a las presiones de financiación", añade ING. Para el banco

holandés, el desequilibrio de las cuentas españolas se deberá principalmente a que los gobiernos autonómicos no cumplirán los objetivos de déficit fijados, del 1,5% del PIB, mientras que los ingresos del Estado serán menores de lo previsto por la recesión de la economía española, que persistirá al menos hasta finales de 2013, en términos interanuales.

(Texto adaptado de Cinco Días.com - Madrid - 24/04/2012. Disponible

en: http://www.cincodias.com/articulo/finanzas-personales/ing-cree-espanalogre-objetivos-deficit-2012-2013/20120424cdscdsfpe_1/)

01- De acuerdo con los expertos del banco holandés ING, El déficit fiscal previsto por las autoridades españolas:

- a) llegará a 21 mil millones de euros en 2012 y 2013.
- b) se logrará a duras penas.
- c) no se alcanzará.
- d) contribuirá al saneamiento del sistema financiero.
- e) supondrá ayudas externas superiores al 5% del PIB.

02- Según las previsiones de ING, el desfase entre ingresos y gastos de las cuentas públicas españolas en 2012 y 2013:

- a) será consecuencia de la recesión y de incumplimientos en las autonomías.
- b) superará en 5,3% lo previsto por el gobierno.
- c) exigirá financiación externa dentro del sistema europeo.
- d) se deberá a la crisis del sector inmobiliario.
- e) estará por debajo del 5% del PIB.

Europa ha fracasado en la política de empleo: OIT

Los gobiernos europeos han fracasado en la política de empleo, según reporta la Organización Internacional Del Trabajo (OIT) en su nuevo informe "Mundo del trabajo", donde señala que con sus programas de ahorro, los países europeos, sobre todo los del sur, no se han centrado en crear puestos de trabajo, sino en recortar el déficit. El autor principal del informe, Raymond Torres, apela en su análisis a los países a que emprendan "un cambio dramático" en el rumbo político. Agrega que la estrategia de los países europeos de reducir el déficit apuntaba a allanar el camino a una mayor inversión y crecimiento; "pero esas expectativas no se han cumplido", por su incapacidad de estimular la inversión privada.

El director de la investigación señala que "la intensa concentración de muchos países de la eurozona en La política de ahorro ha profundizado la crisis de empleo y podría conducir a más recesión en Europa". Por el contrario, aquellos países que apuestan por una política de fomentar el empleo arrojan mejores datos económicos. "Tenemos que observar bien esa experiencia y sacar conclusión de ello", añadió. Desde 2011 el desempleo vuelve a crecer.

Y especialmente problemático considera esta agencia de la ONU el desempleo juvenil y de larga duración. Para los países industrializados, la OIT no espera una recuperación en las cifras del desempleo hasta 2016, cuando habrá cifras como las de antes de la crisis de 2008.

La Jornada en línea 30.04.12 <http://www.jornada.unam.mx/>

Últimas/2012/04/30/103310864-acusa-oit-a-europa-de-fracasar-en-la-politica-de-empleo)

03- Según el texto, la política europea de empleo ha fracasado porque:

- a) se han incumplido los programas de austeridad.
- b) ha aumentado el desempleo juvenil.
- c) ha habido un cambio de modelo productivo.
- d) ha continuado alto el déficit fiscal.
- e) ha faltado incentivo a la inversión.

04- En las líneas 5 y 6 del texto (...no se han centrado en crear puestos de trabajo, sino en recortar el déficit), La palabra "sino" denota:

- a) idea de excepción.
- b) contraposición de ideas.
- c) adición de otro elemento.
- d) solamente.
- e) afrenta.

CGR imputó Responsabilidad Fiscal al Ex Gobernador Luis Alfredo Ramos y dos de sus ex secretarios

La Contraloría General de la República (CGR) imputó cargos de responsabilidad fiscal, por un presunto detrimento patrimonial superior a \$18 mil millones de pesos, contra el ex Gobernador de Antioquia, Luis Alfredo Ramos Botero, los ex secretarios de Infraestructura Física, Mauricio Restrepo Gutiérrez y María Cristina Mesa Zapata, 10 consorcios y uniones temporales que abarcan 20 empresas de obras civiles y la Fundación para el Buen Gobierno (hoy Fundación Cubo). La decisión se origina al verificar, en más de 22 indagaciones preliminares y procesos fiscales, que hubo deficiencias en la planeación contractual, demoras injustificadas en la ejecución de las obras contratadas y adiciones no justificadas, entre otras irregularidades.

De otra parte, es importante señalar que en desarrollo de las indagaciones preliminares y procesos de responsabilidad fiscal que se adelantaron en su momento sobre estos hechos, en las vigencias 2008 a 2010, se presentaron situaciones irregulares en la actuación de funcionarios de la CGR de la gerencia departamental de Antioquia de esa época, que fueron puestos en conocimiento de la Fiscalía General de la Nación, Regional Medellín.

(Adaptado de Contraloría General de la República de Colombia, 16.04.12)

05- En el texto se dice que la Contraloría General de Colombia:

- a) calculó pérdidas patrimoniales de \$18 mil millones de pesos, imputables al ex Gobernador de Antioquia.
- b) informó a la Fiscalía sobre la participación de funcionarios de la CGR en actos de cohecho.
- c) abrió 22 procesos contra el ex Gobernador de Antioquia y funcionarios de su gobierno.
- d) reconoció la implicación de funcionarios suyos en El desvío de recursos públicos.
- e) acusó al ex Gobernador y descubrió irregularidades en la actuación de funcionarios de la CGR.

Respostas: 01-D / 02-B / 03-A / 04-C / 05-A

ENGENHARIA – 2011 - CESGRANRIO

ESPANHOL

Texto I

Wikileaks y la transparencia energética

Las filtraciones de Wikileaks que están sacudiendo a la opinión pública mundial también hablan de energía y no, en este caso, para contar cotilleos sino para mostrar la inseguridad que rodea la geopolítica del gas, del petróleo y de la energía nuclear. Los negocios del gas que tanto perjudican a la seguridad europea, el descontrol en torno a la energía nuclear y la búsqueda de uranio, las cifras infladas del petróleo, los riesgos en torno a oleoductos y rutas de abastecimiento, el desastre de la cumbre de Copenhague sobre cambio climático, son algunas de las revelaciones de estos documentos del Departamento de Estado norteamericano que confirman y ratifican los riesgos de mantener un sistema energético dependiente al 100% de fuentes energéticas que no podemos controlar en absoluto, ni en sus costes, ni en sus precios ni en sus riesgos.

En Wikileaks también se puede leer cómo el Ministro del Petróleo de Arabia Saudí apoyó decididamente la energía solar para evitar la mala imagen de los países petroleros que se oponían a la reducción de emisiones en la cumbre de Copenhague. El mismo doble lenguaje que se utiliza con las energías renovables se aplica también a la lucha contra el cambio climático. El precio del CO2 se va a multiplicar hasta 2020 y su impacto en la economía va a ser mayor a partir de 2012, cuando los derechos de emisión no se repartían gratuitamente; mientras, tan sólo una décima parte de las empresas lo tienen en cuenta.

Cada vez es más evidente que la pasividad va a resultar más cara. La contaminación atmosférica ya provoca más muertes que la carretera y se extiende como una nueva epidemia invisible con costes cada vez mayores. En nuestras costas es frecuente ver cómo todos los años se repone la arena de las playas y los daños de sus paseos marítimos por los fenómenos cada vez más extremos del clima y de los mares. La Agencia Española de Meteorología ha anunciado un incremento de 6 grados de la temperatura en los próximos 60 años cuando el riesgo admitido tan solo es de 2 grados. ¿Alguien ha calculado el coste económico y de bienestar de un cambio tan espectacular? Ningún gobierno piensa en periodos de décadas y a pesar de que las evidencias crecen, se prefiere un discurso más complaciente o simplemente ignorar el riesgo del cambio climático. Los resultados de

la cumbre de Cancún esconden una nueva falta de transparencia y la misma codicia que está en el origen de la crisis financiera de 2008 y de la que en estos momentos ya se está gestando.

La crisis de 2008 tuvo su origen en la subida de los precios del crudo en el verano de 2004 que acabó provocando la subida de los tipos de interés y la ruina de las hipotecas basura. Seis años después el petróleo vuelve a encarecerse; ahora deberíamos estar advertidos. Todo el mundo parece saber el coste de las renovables pero nadie conoce el coste real de los combustibles fósiles y de la energía nuclear a

medio y largo plazo. (...) Y aún a costa de no difundir que los pequeños avances registrados, como la reducción de emisiones en el sector energético, se han debido a la mayor producción de renovables.

Urge resolver estas contradicciones: no se puede defender la creación de empleo a través de la economía verde con una regulación que los destruye y deslocaliza la industria nacional de renovables; no se puede defender las renovables en los discursos e imponer, a la vez, un mayor consumo de carbón y de gas. Es preciso pasar de una cultura energética que promueve el mayor consumo de combustibles fósiles a otra que se base en el ahorro de energía y de emisiones de CO₂. No se trata de crear nuevos impuestos, sino de incentivar fiscalmente los hábitos de ahorro sobre el despilfarro y promover de esta manera el uso racional de la energía. Hace años lo conseguimos con la cultura del agua y hoy nadie lo cuestiona. Hagamos lo mismo con la energía. Esa es la propuesta de corresponsabilidad de la Fundación Renovables, porque esa nueva cultura energética no corresponde en exclusiva al consumidor eléctrico sino a todos los consumidores de energía, en las empresas, el transporte, los hogares y las ciudades. Es una cuestión de equidad y de transparencia, la misma que nos hace creer firmemente que la sociedad civil no ha muerto.

Javier García Brea es presidente de la Fundación Renovables.

Fuente: El País

Disponible en: [http://calentamientoglobalclima.org/\(Adaptado\)](http://calentamientoglobalclima.org/(Adaptado))

01- El fragmento del Texto I que permite identificar una crítica explícita del autor es:

- (A) "El precio del CO₂ se va a multiplicar hasta 2020 (...)." (línea 25-26)
- (B) "Cada vez es más evidente que la pasividad va a resultar más cara." (línea 30-31)
- (C) "La contaminación atmosférica ya provoca más muertes que la carretera (...)." (línea 31-32)
- (D) "La Agencia Española de Meteorología ha anunciado un incremento de 6 grados de la temperatura en los próximos 60 años." (línea 38-40)
- (E) "La crisis de 2008 tuvo su origen en la subida de los precios del crudo en el verano de 2004 (...)." (línea 51-52)

02- La lectura del primer párrafo posibilita inferir que Wikileaks a veces tiene como objetivo reproducir:

- (A) descontrol
- (B) riesgos
- (C) chismes
- (D) inseguridad
- (E) filtraciones

03- Acerca de las palabras **costas** (línea 34) y **costa** (línea 59) se afirma que:

- (A) la primera tiene como idea fatiga o dispendio causado por algo.
- (B) la segunda se refiere a orilla, sea del mar, de un río o de un lago.

(C) la segunda forma parte de una locución equivalente a: *A expensas de, por cuenta de.*

(D) la última significa parte posterior del tronco de un animal y solo se usa en plural.

(E) poseen significados equivalentes con una simple diferencia de número.

04- De acuerdo con el autor:

(A) la contaminación atmosférica, además del gran número de muertes que ya ha provocado, sigue aumentando y presupone costes todavía mayores.

(B) la ruina de las hipotecas basura y la subida de los tipos de interés son los hechos que deflagraron las crisis de 2004 y 2008.

(C) los resultados de la cumbre realizada en Cancún han escondido las consecuencias negativas de la crisis financiera de 2008.

(D) el impacto del precio del CO₂ en la economía empezará en el año de 2012 y seguirá hasta 2020, a partir de la repartición de sus derechos gratuitos de emisión.

(E) es imprescindible la defensa de las renovables en los discursos y, a la vez, la imposición de un gran consumo de carbón y de gas.

05- El último párrafo posibilita inferir que el término **ahorro** (línea 71) en el texto significa el resultado de:

- (A) diferenciar, variar, desunir o desviar.
- (B) evitar un gasto o consumo mayor.
- (C) exceder de lo debido.
- (D) contravenir a lo razonable.
- (E) quebrantar un precepto.

06- El conector **sino** en "No se trata de crear nuevos impuestos, sino de incentivar fiscalmente los hábitos de ahorro sobre el despilfarro y promover de esta manera el uso racional de la energía" (línea 72-75) denota idea de:

- (A) concomitancia
- (B) coincidencia
- (C) espacio
- (D) explicación
- (E) adversidad

07- La historia del Texto II se desarrolla desde:

- (A) relato de experiencia
- (B) contra argumentación
- (C) elementos de fábulas
- (D) simultaneidad de hechos
- (E) crítica a la humanidad

08- El conocimiento acerca de las tiras cómicas y los elementos no verbales permiten afirmar que la conversación en el Texto II se establece entre el chico y:

- (A) un personaje que no forma parte de la tira.
- (B) el muñeco que tiene en las manos.
- (C) otro personaje en la propia tira.
- (D) sus amigos.
- (E) la conciencia ambiental.

09- En el segundo cuadro de la tira se identifica:

- (A) narración omnisciente en tercera persona.
- (B) oposición a lo que se dice el primer cuadro.
- (C) contradicción entre los elementos verbales.
- (D) remisión a otro texto de conocimiento general.
- (E) antagonismo en lo que se refiere a la totalidad de la historia.

10- Acerca de los Textos I y II se asevera que:

- (A) el segundo presenta lenguaje informal con exceso de jergas.
- (B) el enunciador del Texto I es neutro e imparcial.
- (C) los dos presentan foco descriptivo de los objetos.
- (D) la temática acerca del medio ambiente es común.
- (E) solamente el Texto II presenta una crítica explícita.

Respostas: 01-B / 02-C / 03-C / 04-A / 05-B / 06-E / 07-A / 08-C / 09-D / 10-D

ADMINISTRAÇÃO – 2011 - CESGRANRIO

ESPANHOL

Texto I

Lo que nos enseñan a los economistas

Muhammad Yunus

Discurso de aceptación del premio "Ayuda a la Auto-ayuda" de la Fundación Stromme. 26 de septiembre de 1997, Oslo, Noruega.

No me enseñaron a entender la iniciativa personal. Me enseñaron, como a todos los estudiantes de ciencias económicas, a creer que toda la gente, a medida que va creciendo, debe prepararse para conseguir empleo en el mercado laboral. Si Ud. No logra conseguir un puesto, se inscribe para recibir ayuda del gobierno. Pero no podía sustentar estas creencias cuando me enfrenté a la vida real de los pobres en Bangladesh. Para la mayoría de ellos, el mercado de trabajo no significaba mucho. Para sobrevivir, se concentraban en sus propias actividades económicas. Pero las instituciones políticas y económicas no se daban cuenta de su lucha. Eran rechazados por las instituciones formales, sin haber hecho nada para merecerlo.

Me asombraba ver como sufrían los pobres porque no podían conseguir una pequeña suma de capital de trabajo - la cantidad que necesitaban era inferior a un dólar por persona. Algunos de ellos sólo podían conseguir el dinero en condiciones muy injustas. Tenían que vender los bienes al prestamista al precio arbitrario que él decidía.

Creamos instituciones y políticas basadas en la manera en que hacemos suposiciones sobre nosotros y otros. Aceptamos el hecho que siempre habrá pobres entre nosotros. Por eso hemos tenido gente pobre entre nosotros. Si hubiéramos creído que la pobreza es inaceptable para nosotros, y que no debe pertenecer a un mundo civilizado, habríamos creado instituciones y políticas apropiadas para crear un mundo sin pobreza. Queríamos ir a la Luna - y fui-

mos a ella. Queríamos comunicarnos unos con otros muy rápidamente - por lo que hicimos los cambios necesarios en la tecnología de las comunicaciones.

Logramos lo que queremos lograr. Si no estamos logrando algo, mi primera sospecha recae sobre la intensidad de nuestro deseo de lograrlo.

Creo firmemente que podemos crear un mundo sin pobreza, si queremos. En ese mundo, el único lugar para ver la pobreza es en un museo. Cuando los escolares visiten el museo de pobreza, se horrorizarán al ver la miseria e indignidad de los seres humanos. Culparán a sus antepasados por tolerar esta condición inhumana de una manera masiva.

Grameen me ha enseñado dos cosas: primero, nuestra base de conocimientos sobre las personas y como actúan todavía es inadecuada; segundo, cada persona es muy importante. Cada persona tiene gran potencial. Ella sola puede influir en las vidas de otros en comunidades, y naciones - dentro y más allá de su propio tiempo. Cada uno de nosotros tenemos en nuestro interior mucho más de lo que hemos tenido oportunidad de explorar hasta ahora. A menos que creemos un ambiente favorable para descubrir los límites de nuestro potencial, nunca sabremos lo que tenemos dentro. Grameen me ha dado fe, una fe inquebrantable en la creatividad de los seres humanos. Esto me lleva a creer que los seres humanos no nacen para sufrir la desdicha del hambre y la pobreza. Sufren ahora, y sufrieron en el pasado porque ignoramos al tema.

Disponible en: <[http://isis.faces.ula.ve/computacion/emvi/textos/](http://isis.faces.ula.ve/computacion/emvi/textos/yunus-economia.htm)

yunus-economia.htm>. **Acceso en: 09 oct. 2011.**

01- "No me enseñaron a entender la iniciativa personal. Me enseñaron, como a todos los estudiantes de ciencias económicas, a creer que toda la gente, **a medida que** va creciendo, debe prepararse para conseguir empleo en el mercado laboral." (líneas 1-5) La locución conjuntiva destacada en el fragmento aporta, en ese contexto, un sentido:

- (A) causal
- (B) condicional
- (C) consecutivo
- (D) final
- (E) temporal

02- En el primer párrafo del Texto I el pronombre **usted** (Ud.) tiene valor de:

- (A) acercamiento
- (B) funcionalidad
- (C) discontinuidad
- (D) generalización
- (E) informalidad

03- En el título del Texto I es posible comprender que el pronombre **nos** se refiere a los:

- (A) concentrados en las actividades de ciencias económicas
- (B) economistas como aprendices
- (C) miembros del mercado laboral
- (D) electores del autor como ganador del premio
- (E) profesores de ciencias económicas

04- Una idea presente en el tercer párrafo es:

- (A) el mundo civilizado ha sido responsable por la situación actual de los pobres.
- (B) el mundo solo puede mejorar desde nuevas políticas públicas.
- (C) la injusta realidad existente en el mundo se debe a las instituciones políticas.
- (D) las clases políticas son las únicas capaces de extinguir las diferencias sociales.
- (E) los antepasados no tienen la responsabilidad de las condiciones inhumanas de hoy.

05- Muhammad Yunus hace algunos análisis relativos a su entorno y la que encuentra correspondencia de sentido en el texto es:

- (A) La vida en comunidades es la solución capaz de eliminar el hambre, la pobreza y las diferencias sociales en general.
- (B) Las iniciativas de los estudiantes de económicas que se preparan para el mercado de trabajo son incomprensibles.
- (C) Las condiciones inhumanas en las que vive gran parte de la población se tienen que transformar en cosa del pasado.
- (D) Los conocimientos que tenemos acerca de las personas aún hoy día actúan de forma inadecuada.
- (E) No se puede culpabilizar a los hombres en general por las diferencias sociales, sino a las clases políticas.

06- "Para sobrevivir, se concentraban en sus propias actividades económicas." (líneas 10-12) En el Texto I, en el pronombre **sus** se refiere a:

- (A) creencias
- (B) economistas
- (C) estudiantes de económicas
- (D) instituciones políticas
- (E) pobres de Bangladesh

Texto II

Los nadie

Eduardo Galeano

Sueñan las pulgas con comprarse un perro y sueñan los nadie con salir de pobres,
que algún mágico día llueva de pronto la buena suerte,
que llueva a cántaros la buena suerte;
pero la buena suerte no llueve ayer, ni hoy, ni mañana,
ni nunca.

Ni en lloviznita cae del cielo la buena suerte,
por mucho que los nadie la llamen,
aunque les pique la mano izquierda,
o se levanten con el pie derecho,
o empiecen el año cambiando de escoba.
Los nadie: los hijos de nadie, los dueños de nada.
Los nadie: los ningunos, los ninguneados, corriendo la liebre,
muriendo la vida, jodidos, rejodidos.
[...]

Que no hablan idiomas, sino dialectos.
Que no profesan religiones, sino supersticiones.
Que no hacen arte, sino artesanía.
Que no practican cultura, sino folklore.
Que no son seres humanos, sino recursos humanos.
Que no tienen cara, sino brazos.
Que no tienen nombre, sino número.
Que no figuran en la historia universal,
sino en la crónica roja de la prensa local.
Los nadie, que cuestan menos que la bala que los mata.

Disponible en: <<http://info.nodo50.org/Los-nadies.html>>. **Acceso en:** 09 oct. 2011. **Adaptado.**

07- Por medio del uso del modo subjuntivo en el Texto II, Galeano:

- (A) aporta sus dudas con relación a la condición de los nadie.
- (B) enseña sus propias ganas y asimismo opiniones acerca del tema.
- (C) expresa las condiciones reales contra las cuales combate.
- (D) indica lo que serían los deseos de los nadie.
- (E) niega los hechos producidos por la realidad.

08- A lo largo de un texto, los autores, en general, usan varias designaciones que se refieren a una misma expresión con la finalidad de evitar repeticiones innecesarias. En el Texto II, la única expresión por la cual **NO** se puede sustituir **los nadies** es:

- (A) hijos de nadie (línea 10)
- (B) dueños de nada (línea 10)
- (C) ningunos (línea 11)
- (D) ninguneados (línea 11)
- (E) corriendo la liebre (línea 11)

09- Entre las líneas 13 y 21 del Texto II se identifican diversas oposiciones que indican:

- (A) el menosprecio de los excluidos en lo que atañe a los ricos.
- (B) el poco valor que se le otorga a lo que viene de los excluidos sociales.
- (C) la contradicción entre lo que desean las clases dominantes y dominadas.
- (D) la legitimación de la lucha de los que desean cambiar algo.
- (E) los objetos que representan los resultados de las clases menos privilegiadas.

10- El Texto II presenta la idea de que:

- (A) la historia universal se cuenta para ilusionar y engañar a los excluidos.
- (B) la prensa local y la prensa roja ignoran a los desfavorecidos.
- (C) las supersticiones son insuficientes para cambiar la vida de la gente pobre.
- (D) los desfavorecidos cuentan con la lluvia para mejorar sus cosechas.

(E) los nadie aceptaron su destino y ya no esperan por mejores días.

Respostas: 01-E / 02-D / 03-B / 04-A / 05-C / 06-E / 07-D / 08-E / 09-B / 10-C

TÉCNICO(A) DE ARQUIVO – 2011 - CESGRANRIO

ESPANHOL

Texto I

Sindicatos europeos presentan su receta contra la crisis

Crisis en Europa

La Confederación Europea de Sindicatos (CES) presentó hoy su receta contra la crisis en Breslavia (Polonia), donde se celebra una reunión de ministros de Finanzas de la Unión Europea.

La CES ha convocado una manifestación para el sábado en la ciudad polaca, en la que calcula que participarán unos 40.000 trabajadores de toda Europa.

La "euro manifestación" recorrerá las calles de Breslavia para mostrar el desencanto con las medidas de austeridad y pedir a los titulares de Economía comunitarios medidas urgentes que permitan la creación de empleo en el continente.

"Después de dos años de una crisis devastadora, los líderes europeos deben apostar por la solidaridad y no dejar que los mercados financieros y a las agencias de calificación tomen el mando", explicó la secretaria general de la CES, Bernadette Ségol.

El presidente de la CES y secretario general de CCOO (España), Ignacio Fernández Toxo, lamentó las malas políticas desarrolladas por la Unión Europea (UE), especialmente "a partir de mayo de 2010", ya que "han puesto el acento en la reducción del déficit público, lo que a su vez está provocando una ralentización en la salida de la crisis y el aumento del desempleo", dijo.

Toxo presidirá la manifestación de mañana, que transcurrirá por la capital de la Silesia polaca mientras los ministros de Economía de la UE mantienen a escasos metros un encuentro informal para debatir el futuro del rescate a Grecia y las medidas para superar la crisis del euro.

"Es preciso resolver de forma urgente el segundo rescate griego y es preciso enviar un mensaje urgente al mundo financiero que deje claro que Europa está dispuesta a sostener la moneda única", explicó el sindicalista español, quien defendió que así se evitarán movimientos especulativos como los que provocaron "una situación dramática como la vivida en el pasado mes de agosto".

"Nos encontramos en un tiempo muy difícil y en ocasiones sentimos que estamos al borde del colapso", reconoció Ségol, que lamentó el aumento del paro, la precariedad laboral y la presión sobre los salarios y el sistema de relaciones laborales.

La CES recordó que sus recetas pasan por la solidaridad en Europa, incluyendo la activación de los eurobonos, el uso de los fondos estructurales disponibles a nivel europeo, la introducción de una tasa a las transacciones financieras, la creación de una base imponible justa y la lucha contra el fraude fiscal. (EFE)

Disponible en: <<http://laverdad.es/agencias/20110916/economia/sindicatos-europeos-presentan-receta-contra-201109161528>>.

Acceso en: 30 sept. 2011. Adaptado.

01- Además de la voz del autor, la noticia reúne voces de otras personas, cuya función sería aportarle al texto:

- (A) autoridad
- (B) cohesión
- (C) creatividad
- (D) oposición
- (E) realidad

02- En el quinto párrafo, se puede sustituir el término **ralentización** (línea 26), sin perjudicar el sentido del texto, por:

- (A) especulación
- (B) financiación
- (C) lentificación
- (D) restructuración
- (E) sindicalización

03- El Texto I aborda actitudes y comportamientos de personas y entidades. Con relación a eso, ¿cuál de las siguientes lecturas encuentra correspondencia de sentido en el texto?

(A) El presidente de los sindicatos, Ignacio Fernández Toxo, asevera que no se puede permitir de ninguna forma que los mercados financieros y las agencias de calificación sean los que manejen la situación.

(B) El secretario general de la CCOO afirma que los Fondos estructurales disponibles a nivel europeo y el Fondo de Fiscal son los principales responsables de la crisis que se ha instaurado en Europa.

(C) La Confederación Europea de Sindicatos (CES) propuso medidas de austeridad que impiden a los titulares de la Economía seguir con la creación de empleo en el continente.

(D) La secretaria general de la CES se compadece del aumento de los paros, de la calidad precaria de las condiciones de trabajo y también de la presión sobre los salarios y sobre el sistema de relaciones laborales.

(E) Los poloneses han hecho una manifestación en Breslavia en contra las medidas de austeridad y las medidas urgentes que permiten la creación de empleo en el continente.

04- En el tercer y cuarto párrafo del Texto I, se encuentran varias comillas. La justificación para su uso es:

- (A) 3er - destacan una palabra que forma parte del castellano.
- (B) 3er - determinan enumeración de elementos.
- (C) 4o - marcan la introducción de voz distinta a la del autor.
- (D) 4o - traducen un equívoco del autor.
- (E) En los dos párrafos porque señalan el discurso directo libre.

05- En el texto I, el conector **mientras** (línea 29) tiene sentido de:

- (A) adversidad
- (B) analogía
- (C) causa
- (D) comprobación
- (E) concomitancia

06- En el texto I, **a escasos metros** (líneas 30-31) es una locución:

- (A) causal
- (B) consecutiva
- (C) temporal
- (D) de lugar
- (E) de conformidad

07- Una de las conclusiones a la cual se puede llegar por medio del análisis de la viñeta es que:

- (A) el autor del chiste en un dado momento se dirige directamente hacia el lector.
- (B) el tema regional elegido dificulta la comprensión del texto.
- (C) la coherencia se construye por medio de elementos no verbales.
- (D) la última viñeta comprueba la compasión del banquero.
- (E) ambos los interlocutores utilizan el tratamiento formal.

08- En el Texto II, en "Ya sabes **lo** que dice nuestra publicidad", el **lo** se refiere a:

- (A) Entre "banco" y "cobran" solo hay una letra de diferencia.
- (B) Para nosotros tú eres lo más importante.
- (C) ¿Qué más quieren?
- (D) Queremos tu sangre, tus huesos, tu piel.
- (E) Te queremos a ti.

Respostas: 01-A / 02-C / 03-D / 04-C / 05-E / 06-D / 07-A / 08-B

Oficial Combatente – 2012 - CESP

Espanhol

La periodista Lydia Cacho abandona México tras las últimas amenazas

La periodista Lydia Cacho ha decidido abandonar México después de haber recibido varias amenazas de muerte en las últimas semanas. Cacho ha aclarado que su marcha es temporal. "Sólo Salí mientras hacemos estrategia de seguridad. Nadie me sacará de mi hogar".

El último suceso que empujó a la escritora a tomar esta decisión fue la amenaza recibida mientras se encontraba en su domicilio de Cancún. La página web de Amnistía Internacional

México cuenta que Cacho atendió una llamada al creer que se trataba de un compañero de trabajo que intentaba localizarla.

Ricardo González, portavoz de Artículo 19, ha confirmado que la periodista estará "momentáneamente fuera de México hasta que se den las condiciones para que pueda desarrollar su vida dentro con normalidad". La asociación que defiende los derechos de los

profesionales de la comunicación considera que el Estado ha respondido de manera "muy lenta y a cuentagotas" en este caso.

Artículo 19 asegura que la periodista cuenta con una amplia red de apoyo y que su estado anímico es bueno. "Ella es una persona muy fuerte, muy consciente de los riesgos que sufre, pero a la vez muy apegada a sus convicciones. Por eso sabe que esta lucha no es sólo por ella, sino también por muchos otros periodistas".

La activista empezó a recibir amenazas y agresiones después de publicar en el año 2005 el libro Los Demonios del Edén, en el que denunció una red de pornografía infantil que habría actuado con el conocimiento y la protección de políticos y empresarios de los estados de Quintana Roo y Puebla.

Internet: <<http://internacional.elpais.com>> (adaptado).

01- Según el texto, Lydia Cacho:

- A) es una periodista que fue amenazada cuando estaba en su oficina.
- B) afirmó que jamás regresará a México.
- C) recibió una llamada amenazadora por equívoco; en realidad, la amenaza iba dirigida a un compañero.
- D) está escondida en algún lugar de México.
- E) ejerce una profesión que está relacionada con la información y la investigación.

02- El vocablo "suceso" (R.5) podría sustituirse correctamente por:

- A) investigación.
- B) presunto.
- C) secuestro.
- D) hecho.
- E) éxito.

03- De acuerdo con el texto:

- A) Lydia Cacho muestra señales de arrepentimiento del trabajo que realiza.
- B) las amenazas que Lydia Cacho está recibiendo son recientes.

C) el Estado ha respondido rápida y eficazmente a la situación vivida por Lydia Cacho.

D) en 2005 Lydia Cacho publicó una obra en la que denuncia la ocurrencia de abuso infantil con el beneplácito de algunos políticos y empresarios.

E) Lydia Cacho se siente bastante abandonada por sus compañeros en su lucha.

Respostas: 01-E / 02-D / 03-D

PROFESSOR DE ESPANHOL – 2011 - CLICK

Espanhol

El daño del tabaco se manifiesta desde el primer cigarrillo

Un estudio detecta anomalías genéticas en todos los pulmones expuestos al humo los genes de los pulmones se alteran desde el primer momento en que entran en contacto con el humo del tabaco. Así lo ha descubierto un trabajo del Hospital Presbiteriano de Nueva York y la facultad de Medicina Cornell, que han analizado material de 121 personas. Entre ellas había fumadores habituales, ocasionales y no fumadores. Para medir su exposición al humo se buscaron los metabolitos de la nicotina en su orina. Y el resultado fue una relación directa: a más exposición, más alteraciones genéticas y esto es lo importante en este caso, que no había humo sin cambios.

"Hemos encontrado efectos directos en el funcionamiento de los genes de las células de la pared de los bronquios y alveolos incluso a los niveles más bajos de exposición" al humo, ha dicho Ronald Crystal, director del estudio. Lógicamente, "el efecto genético es mucho menor" entre quienes no fuman "que en los fumadores habituales, pero eso no implica que no haya consecuencias para su salud". "Esos defectos genéticos son como los canarios que se usaban en las minas para detectar el grisú", continúa su explicación Crystal. "En los no fumadores pía un poco; en los fumadores, gritan". Los autores creen que sus conclusiones son un claro apoyo para las regulaciones más restrictivas del tabaco de segunda mano (el que inhalan los no fumadores).

El trabajo lo ha publicado *American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine*.

<http://www.elpais.com/articulo/sociedad/dano/tabaco/manifiesta/primer/cigarrillo/elpepusoc/2010082>

Oelpepusoc_5/Tes

01- En el siguiente fragmento del artículo de periódico – "Los genes de los pulmones se alteran desde el primer momento en que entran en contacto con el humo del tabaco..."- la palabra destacada en negrito está:

a) mal empleada, pues debido a la palabra momento, lo correcto sería la apócope "primer"

b) mal empleada, pues la palabra momento en español es femenina

c) adecuadamente empleada, pues está acompañada por el artículo masculino en el singular

d) adecuadamente utilizada, pues acompaña el artículo masculino en el singular y la palabra momento

02- "Así lo ha descubierto un trabajo del Hospital Presbiteriano de Nueva York y la facultad de Medicina Cornell, que han analizado material de 121 personas" – Sería posible decir que el autor ha utilizado el Pretérito Perfecto del Indicativo en las dos situaciones destacadas porque:

a) al autor le gusta este tiempo del Pretérito ya que es compuesto.

b) el autor se refiere a un estudio y descubierta recientes, por eso emplea el Pasado Perfecto.

c) ha sido apenas una opción verbal más, una vez que cualquier tiempo del pasado desarrollaría la misma función.

d) el autor se refiere a un estudio y descubierta muy antiguos, por eso emplea el Pasado Perfecto.

03- La expresión señalada en el siguiente fragmento del texto equivaldría, en portugués, a:

"Los autores creen que sus conclusiones son un claro apoyo para las regulaciones más restrictivas **del tabaco de segunda mano** (el que inhalan los no fumadores)"

a) do cigarro mais barato.

b) do cigarro de menor qualidade.

c) do fumo restrito.

d) do fumo passivo.

04- "Hemos encontrado efectos directos en el funcionamiento de los genes de las células de la pared de los bronquios y alveolos *incluso* a los niveles más bajos de exposición" - La palabra destacada en negrito del fragmento podría ser perfectamente sustituida sin alteraciones en el significado de la oración por:

a) habría una perfecta sustitución con el empleo de "aun".

b) podrá ser sustituida por "por lo menos".

c) podría ser sustituida por "también".

d) habría una perfecta sustitución con el empleo de "aún".

En el texto, los personajes hablan, hablan entre ellos, exponer ideas. Cuando el narrador cuenta lo que decían, la narrativa inserta una línea que no es el suyo, cita habla de su compañero. Hay tres formas principales para reproducir el discurso de los personajes: el habla directa, indirecta y habla del discurso indirecto libre.

citación directa

"Lejos de los ojos..."

- ¡Padre mío! John Aguiar dijo con un tono de resentimiento que ha embrujado al Comandante.

- ¿Qué es? Preguntado esto.

John Aguiar no respondió. Frente y El Comandante ar-
rugou cuestionó el hijo ruptura silenciosa . No lea **más adi-
vinado algo desastroso ; desastroso , significaba para
los cálculos de la configuración política o asuntos polí-
tico- civil, como el mejor nombre.**

- ... Si usted comenzó diciendo Commander te des por
vencido .

- Que yo saliendo? Alegremente interrumpió el hijo .

**Machado de Assis . Cuentos . 26 Ed Sao Paulo , Áti-
ca, 2002 , p . 43 .**

El narrador introduce el discurso de los personajes, un
padre y su hijo, y luego , como quien pasa la palabra a ellos
y les permite hablar. Vemos que las partes introductorias
pertenecen al narrador (por ejemplo, Juan Aguiar dijo con
un tono de resentimiento que está embrujado Comandan-
te) y las líneas , los personajes, (por ejemplo, Mi padre).

El estilo directo es el recurso de citar el discurso de otro
en el que el narrador introduce el discurso del otro, y luego
reproduce literalmente su intervención .

Las comillas son:

- El discurso de los personajes es, en principio , anun-
ciada por un verbo (dijo y se detuvo y le preguntó si el niño
y empezó a decir que si el padre) llamado "verbo de decir"
(cómo reclutar, réplica, indicando , Get- operar declaran y
similares) que puede aparecer antes o después de la mitad
del discurso de los personajes (en nuestro caso, se produjo
después);

- El discurso de los personajes aparecen claramente
separado del narrador habla, entre comillas , dos puntos,
guiones o comas;

- Pronombres personales, tiempos verbales y palabras
que denotan el espacio y el tiempo (por ejemplo, los pro-
nombres demostrativos y adverbios de lugar y tiempo) se
utilizan en relación con el carácter de la persona, el mo-
mento en que habla dice "yo", el espacio en que se encuen-
tra aquí y es tiempo de hablar es ahora.

Estilo Indirecto

Observar un fragmento del mismo cuento de Machado
de Assis :

"Un día, Serafina Tavares recibió una carta diciéndole
que nunca volver a casa de su padre, por lo que has de-
mostrado en los últimos tiempos malo de la película que
había estado allí ."

Idem . Ibid, p. 48 .

En este caso el narrador menciona que Tavares dijo
Serafina, utiliza otro procedimiento: no reproduce literal-
mente las palabras de Tavares, pero se comunica con sus
palabras, lo que dice el personaje. El discurso de Tavares no
llega al lector directamente, sino por una indirecta, es decir,
a través de las palabras del narrador. Por esta razón, este
recurso se llama el estilo indirecto.

Entre las principales marcas de estilo indirecto son:

- Los informes de los personajes también se ha intro-
ducido por un verbo de decir;

- Los informes de los personajes son directamente
cláusula subordinada objetivo sustantivo del verbo que de-
cir y por lo tanto, se separan de la voz del narrador por una
partícula introductoria normalmente " que" o " si ";

- Pronombres personales, tiempos verbales y palabras
que denotan el espacio y el tiempo (como los pronombres
demostrativos y adverbios de lugar y tiempo) se utilizan y
se comparan con el narrador , cuando habla y el espacio
que se encuentra .

La aprobación de Estilo indirecto directo a voz

Pedro dijo:

- Voy a estar aquí mañana.

En el discurso directo, el personaje de Peter dice "yo";
"aquí" es el lugar donde el personaje es; "Mañana" es el **día
siguiente, cuando se habla**. Si pasamos esta frase al estilo
indirecto será:

Peter dijo que estaría allí al **día siguiente** .

En el estilo indirecto, el "yo" es porque va a haber al-
guien que habla el narrador; sería futuro anterior es: tiene
que ver con el tiempo pasado habla del narrador (dijeron)
el tiempo, y no el discurso del personaje, como se hará; no
es el espacio en el que el personaje (no el narrador) tenía
que ser; Al día siguiente es el día que viene después del
momento de su designado discurso del personaje .

En la transición de directo a indirecto, debe tenerse en
cuenta que las frases en estilo directo tiene las formas in-
terrogativas, exclamativas e imperativas que se convierten,
en el discurso indirecto, en las oraciones declarativas .

Ella me preguntó: ¿quién está ahí?

Ella preguntó quién estaba allí.

Las interjecciones y los vocativos desaparecen en el
discurso directo o estilo indirecto tiene su valor semántico
explícito, es decir , se traduce el significado que expresan.

El loro dijo: ¡Oh! Aquí viene el zorro.

El loro dijo admirado (explicación del valor semántico
de la interjección ¡oh!) Que la distancia llegó el zorro.

Si el discurso citado (el habla Personaje) incluye un "yo"
o "usted" que no se encuentran entre las personas que ci-
tan el discurso (discurso del narrador) , se convierten en
un "él", como el discurso citado contiene una "aquí" no se
corresponde con el lugar de su entrega citando el discurso
, se convierte en un "no".

Peter dijo que en París: - Aquí me siento bien.

I (el discurso citado persona que no está citando el dis-
curso) lo convierte; aquí (espacio discurso citado que es
diferente del lugar donde se pronunció el discurso citando
a) se convierte allí:

- Pedro dijo que se sentía bien allí.

Si la persona citada expresión, es decir, el discurso del personaje (yo, tú, él) tiene un correspondiente citando el discurso, que ocupa el estado que tiene en esta última.

María me dijo: - Te quiero .

El discurso de "usted", citado corresponde al " yo" de citar . Así que "usted" es "yo":

- María me dijo que me amaba .

Con respecto a los tiempos, el **más común es que el verbo es decir, en el tiempo presente o pasado . Cuando** el verbo es decir, en este discurso y el personaje está en el regalo presente, pasado o futuro , los tiempos siguen siendo el paso de estilo directo a indirecto. Si el verbo está en tiempo pasado que decir, los cambios que se producen en el discurso del personaje son las siguientes:

Discurso directo - Estilo indirecto
Presente - Pasado continuo
Perfect Present - pluscuamperfecto Pasado
Futuro - Future perfect

Joaquim dijo: - Comprar todo.
- Joaquim dijo que compró todo.

Joaquim dijo: - Yo compré todo.
- Joaquim dijo que había comprado todo.

Joaquim dijo - me voy a comprar todo.
- Joaquim dijo que compraría todo.
Discurso indirecto libre

"(...) Al día siguiente Fabiano volvió a la ciudad, pero cercana a la operación señaló que las operaciones de Vitória, como de costumbre, diferían del jefe. Nos quejamos y nos dieron la explicación habitual: la diferencia se deriva de los intereses .

No estaba satisfecho: había trampa. Fue duro, sí señor, se podía ver perfectamente que era horrible, pero la mujer tenía granos. Seguramente hubo un error en el libro blanco. No descubrió el error, y Fabiano perdió los estribos . Pasar toda una vida por lo que el muñón , la entrega de lo que se entregó a él! Lo que estaba en lo cierto? Trabajando como carta emancipación negro y nunca conseguir!

Graciliano Ramos. Vidas estéril.
28 Ed Sao Paulo Martins, 1971 , p . 136 .

En este texto, dos voces se mezclan: el narrador y Fabiano. No hay indicadores que aclaren exactamente donde el narrador comienza a hablar y dónde empieza el personaje. No hay duda de que el plazo inicial se traduce en que el narrador habla . Esto es cierto, ni siquiera se ajustaba (principio del párrafo segundo), es la voz del narrador que está al mando de la narrativa. En la oración no estaba en-

gañando, empieza a ser una mezcla de voces : desde el punto de vista de las marcas gramaticales, no hay ninguna pista a la conclusión de que la voz es que Fabiano se cita; desde el punto de vista del significado, sin embargo, uno puede pensar en un reclamo asignado.

Ahora tome este pasaje: "Fue duro, sí señor, se podía ver perfectamente que era horrible, pero la mujer tenía granos. Seguramente hubo un error en el papel blanco. "Por el contenido de verdad es una forma de decir, todo lo que nos lleva a imaginar donde la voz de Fabiano haciendo eco en el discurso del narrador. Es como si el narrador , sin abandonar su propio idioma hace de su discurso, fue incorporando las denuncias y sospechas del personaje, cuyo idioma pertenece a las expresiones de tipo bruto, sí señor y su esposa tenían granos. Incluso la repetición de palabras y presumiblemente algunos entonación exclamativa confirman esta inferencia .

Para entender mejor lo que es el discurso indirecto libre, nos enfrentamos a una línea de texto con la ley correspondiente y en el estilo indirecto:

- El discurso indirecto libre
Lo que estaba en lo cierto ?

- Discurso directo
Fabiano le preguntó : - Esta ley esto?

- Estilo Indirecto
Fabiano le preguntó si era correcto

Esta forma de citación del habla de otras personas tiene sus propias características que son a la vez el discurso directo e indirecto. Las características de discurso indirecto libre son:

- Allí verbos significan anunciando los discursos de los personajes ;
- Estos no son hechos de partículas como " que" y "es" no separados por puntuación ;
- El discurso indirecto libre contiene , ya que el discurso directo , frases e interjecciones interrogativas , imperativas y exclamativas y otros elementos expresivos ;
- Los pronombres personales y demostrativos , las palabras indicadoras de espacio y tiempo se utilizan de la misma manera como en el discurso indirecto. Por lo tanto , el verbo ser, en el ejemplo anterior , se produce en el tiempo imperfecto , no el presente (es) como en el discurso directo . Del mismo modo que el pronombre se produce en la forma que, como en el estilo indirecto .

Funciones de los diferentes modos de citar el discurso de otros

El efecto directo de la palabra crea un sentido de la verdad . Esto se debe a la fama o el oyente tiene la impresión de que cualquier persona que cita preservada la integridad del discurso citado , es decir , que reprodujo es auténtico. Es como si hubiera oído a la persona citada en sus propias palabras y por lo tanto con la misma carga de subjetividad.

Este tipo de servicio permite, por ejemplo, que utilizan variante de carácter lingüística con el fin de proporcionar señales para caracterizarlo. Sirva como ejemplo la siguiente sección, un diálogo entre los personajes del campo, un farmacéutico y un agricultor, cuyo discurso se transcribe en el discurso directo por el narrador:

Un viejo bronceado señaló por los suelos, el azul de la ventana abierta.

- ¿Cómo estás, Elesbão?
- Su bendición ...
- Lleno de enfermedades?
- Sí, señó.
- Por el dolor, las dificultades?
- Sí, señó.
- De los males ...

El farmacéutico se rió tímpano desmesurada. Usted es Brasil. Luego preguntó:

- Lo que me Elesbão?
- Para que necesitan un dólar y Duns Genor. Mi arroizinho Bío bien, bien canalizando así. Necesito algunos comestibles para coiêta. El suh brinda conmigo Nho Salim. Entonces yo le vendo arroiz mermo.
- ¿Hablas en serio, Elesbão?
- Así que sí, señó!
- ¿Cuánto se debe pro Nho Salim?
- Un poquito.

Oswaldo de Andrade. Zona Cero.

2ª Ed. Río de Janeiro, Civilización Brasileña, 1974, p. 7-8.

En cuanto al discurso indirecto, puede ser de dos tipos, cada uno de lo que crea un sentido diferente del propósito.

- Discurso reportado que analiza el contenido: elimina los elementos emocionales o afectivos en el discurso directo, así como preguntas, exclamaciones o formas imperativas, por lo que produce un efecto de sentido de la objetividad analítica. De hecho, el narrador le revela sólo el contenido del discurso del personaje, no de la manera que ella dice. Con esto se establece una distancia entre su posición y el carácter, allanando el camino para la replicación y el comentario. Este tipo de despersonalizar el estilo indirecto citado discurso en nombre de una objetividad analítica. De este modo se crea la impresión de que el narrador se analiza el discurso citado de una manera racional y sin ningún tipo de implicación emocional. El estilo indirecto en este caso no tiene que ver con la individualidad del hablante en la forma en que dice las cosas. Así es la forma preferida en los textos de carácter filosófico, la ciencia, la política, etc., Cuando se expone a las opiniones de los demás con el fin de criticarlos, rechazarlos o aceptarlas.

- Estilo Indirecto analizar la expresión, sirve para poner de relieve cómo **más decirlo que lo que se dice; Por ejemplo**, las palabras del vocabulario típicos del carácter antes mencionado, su manera de pronunciar ellos, etc. En este caso, las palabras resaltadas o frases entre comillas. Véase, en este ejemplo. Eca de Queiroz:

Descubierto ... de repente, una mañana, no debería traicionar Amaro, porque era su Papa Charlie. Y dijo al abad; la hizo sonrojar buena sesenta y cuatro años de edad (...).

El crimen del padre Amaro.

Puerto, Lello y el hermano, S. D., vol. I, p. 314.

Imaginemos, además, que una persona que desea denunciar la manera torpe que había sido contestada por un representante de una empresa, ha dicho lo siguiente:

En un momento dado, me dijo que si yo no estaba satisfecho, afirmando que era "el obispo" y que él ya no era "cuidar" a "tipinhos" como yo.

En ambos casos, las comillas se usan para resaltar ciertas formas de decir a los personajes típicos y citados para mostrar cómo interpreta el narrador. En el ejemplo de Eca de Queiroz, "porque él era el papá de su Charlie" contiene una expresión del carácter Amelia y muestra un cierto grado de ironía y malicia del narrador. En el segundo ejemplo, las citas de relieve la insatisfacción del narrador con la torpeza y el desprecio hacia los clientes del empleado.

El discurso indirecto libre está a medio camino de la subjetividad y la objetividad. Tiene muchas funciones. Por ejemplo, da verosimilitud a un texto que quieres expresar pensamientos, deseos, en fin, la vida interior de un personaje.

En resumen, esto demuestra una implicación con el personaje del narrador, las voces de ambos se mezclan como si fueran uno solo o, hablando de otra forma, como si el narrador se había puesto completamente la máscara del personaje, acercándolo al lector sin la intermediación de su marca.

Vea cómo en este pasaje: "El José tímida" Antonio Alcantara Machado, el narrador, haciendo uso del discurso indirecto libre, lleva al lector a compartir la vergüenza de carácter, fingiendo estar contaminados por ella:

(...) Más pronto no podía caminar. Llovizna, siempre garoava. Pero no había niebla tan felizmente. Decidido. ¿Le va el camino de la Lapa. Si usted encontrara a la mujer adecuada. Si usted no encuentra la paciencia. Habría buscar. Se va a casa. Después de todo, era un muggle. Cuando no pudo querido. Ahora querían era difícil.

Orange- de -china. En: Jabón Paulistanas.

Primero Ed Belo Horizonte, Itatiaia / São Paulo, Edusp, 1998, p. 184.

Podemos, tranquilamente, ser bem-sucedidos numa interpretação de texto. Para isso, devemos observar o seguinte:

- Ler todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto;
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura, vá até o fim, ininterruptamente;
- Ler, ler bem, ler profundamente, ou seja, ler o texto pelo menos umas três vezes;

- Ler com perspicácia, sutileza, malícia nas entrelinhas;
- Voltar ao texto tantas quantas vezes precisar;
- Não permitir que prevaleçam suas ideias sobre as do autor;
- Partir o texto em pedaços (parágrafos, partes) para melhor compreensão;
- Centralizar cada questão ao pedaço (parágrafo, parte) do texto correspondente;
- Verificar, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão;
- Quando duas alternativas lhe parecem corretas, procurar a mais exata ou a mais completa;
- Quando o autor apenas sugerir ideia, procurar um fundamento de lógica objetiva;
- Cuidado com as questões voltadas para dados superficiais;
- Não se deve procurar a verdade exata dentro daquela resposta, mas a opção que melhor se enquadre no sentido do texto;
- Às vezes a etimologia ou a semelhança das palavras denuncia a resposta;
- Procure estabelecer quais foram as opiniões expostas pelo autor, definindo o tema e a mensagem;
- O autor defende ideias e você deve percebê-las;
- Esclarecer o vocabulário;
- Entender o vocabulário;
- Viver a história;
- Ative sua leitura;
- Ver, perceber, sentir, apalpar o que se pergunta e o que se pede;
- Não se deve preocupar com a arrumação das letras nas alternativas;
- As perguntas são fáceis, dependendo de quem lê o texto ou como o leu;
- Cuidado com as opiniões pessoais, elas não existem;
- Sentir, perceber a mensagem do autor;
- Cuidado com a exatidão das questões em relação ao texto;
- Descobrir o assunto e procurar pensar sobre ele.

Vejamos dois textos e suas traduções para ampliação do vocabulário:

Texto I

El Impacto de Cambios en la Educación: las Nuevas Demandas

María Inés Abrile de Vollmer

La mayoría de los sistemas educativos ha iniciado procesos de reformas y transformaciones, como consecuencia de la aguda conciencia del agotamiento de un modelo tradicional que no ha sido capaz de conciliar el crecimiento cuantitativo con niveles satisfactorios de calidad y de equidad.

Hoy hablamos de un nuevo orden mundial competitivo basado en el conocimiento, en el cual la educación y la capacitación son el punto de apoyo de largo plazo más importante que tienen los gobiernos para mejorar la competitividad y para asegurar una ventaja nacional.

El funcionamiento óptimo de los sistemas educativos pasa a ser una prioridad esencial de los países. Enunciamos a continuación las principales demandas que los cambios plantean a los sistemas educativos y que se incorporan a las agendas de especialistas y de gobernantes:

- Preparar ciudadanas y ciudadanos capaces de convivir en sociedades marcadas por la diversidad, capacitándolos para incorporar las diferencias de manera que contribuyan a la integración y a la solidaridad, así como para enfrentar la fragmentación y la segmentación que amenazan a muchas sociedades en la actualidad.

- Formar recursos humanos que respondan a los nuevos requerimientos del proceso productivo y a las formas de organización del trabajo resultantes de la revolución tecnológica.

- Capacitar al conjunto de la sociedad para convivir con la racionalidad de las nuevas tecnologías, transformándolas en instrumentos que mejoren la calidad de vida.

Tradução:

O Impacto da Mudança na Educação: as novas demandas

Maria Inés Abrile de Vollmer

A maioria dos sistemas educativos tem iniciado processos de reformas e transformações, como consequência da aguda consciência do esgotamento de um modelo tradicional que não tem sido capaz de conciliar o crescimento quantitativo com os níveis satisfatórios de qualidade e de equidade.

Hoje falamos de uma nova ordem mundial competitiva baseada no conhecimento, no qual a educação e a capacitação são os pontos de apoio de longo prazo mais importante que têm os governos para melhorar a competitividade e para assegurar uma vantagem nacional.

O funcionamento ótimo dos sistemas educativos passa a ser uma prioridade essencial dos países. Enunciamos a seguir as principais demandas que as mudanças colocam aos sistemas educativos e que se incorporam para as agendas de especialistas e de governantes:

- Preparar cidadãos e cidadãs capazes de conviver em sociedades marcadas pela diversidade, capacitando-os para incorporar as diferenças de maneira que contribuam para a integração e para a solidariedade, assim como para enfrentar a fragmentação e a segmentação que ameaçam muitas sociedades na atualidade.

- Formar recursos humanos que respondam aos novos requerimentos do processo produtivo e às formas de organização do trabalho resultante da revolução tecnológica.

- Capacitar ao conjunto da sociedade para conviver com a racionalidade das novas tecnologias, transformando-as em instrumentos que melhorem a qualidade de vida.

Texto II**Dimensiones en la Formación del Profesorado****MARCOS SARASOLA / CECILIA VON SANDEN**

Nuestra idea de una visión integral de la formación docente toma en cuenta diferentes aspectos. Existe una dimensión cultural (inter-subjetiva), relacionada con la construcción colectiva de significados comunes que se van haciendo implícitos para una determinada comunidad hasta transformarse en supuestos básicos: cultura organizacional.

Existe una dimensión subjetiva que es la de la percepción de los educadores, cómo vive cada cual, con su propia historia su formación y su práctica. Existe una dimensión objetiva de la formación docente en la que ubicamos los diferentes currículos, metodologías, herramientas, medios auxiliares, tecnologías. Y, estas tres dimensiones, también están condicionadas por una cuarta: el contexto en el que se desarrollan (geográfico, social, económico, cultural, político), el sistema educativo y el centro de formación.

Una formación integral e integrada supone incidir en todas las dimensiones, ya que todas ellas están profundamente imbricadas. Todas las dimensiones están relacionadas, vinculadas, son parte de un todo y no se puede interpretar una sin las otras.

En este sentido, la formación debería ser integral, no por agregar materias nuevas y más contenidos, sino por el enfoque. Integral porque concibe al ser humano como una totalidad mente-cuerpo-emoción, y al aprendizaje como un proceso de construcción colectiva. Creemos, finalmente, que una comunidad educativa cimentada en personas desarrolladas plenamente, con capacidad de amar, es un apasionante desafío para la formación del profesorado.

Tradução:**Dimensões da Formação Docente****Marcos Sarasola / Cecilia Von Sanden**

Nessa ideia de uma visão integral da formação docente toma em conta diferentes aspectos. Existe uma dimensão cultural (inter-subjetiva), relacionada com a construção coletiva de significados comuns que se vão fazendo implícitos para uma determinada comunidade até se transformar em supostos básicos: cultura organizacional.

Existe uma dimensão subjetiva que é a da percepção dos educadores, como vive cada qual, com sua própria história, sua formação e sua prática. Existe uma dimensão objetiva da formação docente na que situamos os diferentes currículos, metodologias, ferramentas, recursos auxiliares e tecnologias. E estas três dimensões, também estão condicionadas por uma quarta: o contexto no qual se desenrolam (geográfico, social, econômico, cultural e político), do sistema educativo e do centro de formação.

Uma formação integral e integrada supõe incidir em todas as dimensões, já que todas elas estão profundamente ligadas. Todas as dimensões estão relacionadas, vinculadas, são parte de um todo e não se pode interpretar uma sem as outras.

Neste sentido, a formação deveria ser integral, não por agregar matérias novas e mais conteúdos, e sim pelo enfoque. Integral porque concebe ao ser humano como uma totalidade mente-corpo-emoção, e ao aprendizado como um processo de construção coletiva. Creemos, finalmente, que uma comunidade educativa construída em pessoas desenvolvidas plenamente, com capacidade de amar, é um apaixonante desafio para a formação docente.

Exercícios:

Traduzir para o Português o trecho a seguir:

Las Industrias de este País

Desearía visitar al Estado de San Pablo.

Me han dicho que es el mayor centro industrial sudamericano.

Sin duda. Y el Estado de Rio es el segundo,

Tenemos en Rio unas siete mil fábricas, siendo veinte grandes fabricas de tejidos.

El Estado de Rio posee también muchos establecimientos industriales. ¿Pero dónde están las fabricas cariocas, que no se ven?

Para verlas hay que recorrer todo el Estado de Rio, que es casi del tamaño de un país como Portugal, por ejemplo.

Sabe, amigo, cuanto más paseo en esta capital, más me siento maravillado.

Siempre encuentro nuevos barrios atrás de las montañas.

Cómo hay esas montañas, imaginamos que allí se acaba la ciudad.

No creía que Rio fuera tan grande.

Si, existen centenas de montañas y montes entre los barrios,

¿Cuántos son nichos barrios?

Llegan casi a doscientos, y algunos tienen doscientos a cuatrocientos mil habitantes.

Podría decirme cuales son los principales?

Como nó! Meyer, etc ,,,

As Indústrias deste País

Desejaria visitar o Estado de São Paulo.

Disseram-me que é o maior centro industrial sul-americano.

Sem dúvida, é o Estado do Rio o segundo.

Temos no Rio umas sete mil fábricas, sendo vinte grandes fábricas de tecidos.

O Estado do Rio possui também muitos estabelecimentos industriais.

Mas onde estão essas fábricas cariocas, que não se veem?

Para vê-las faz-se preciso percorrer todo o Estado do Rio, que é quase do tamanho de um país como Portugal, por exemplo.

Sabe, amigo, quanto mais passeio nesta capital, mais me sinto maravilhado. Sempre encontro novos bairros atrás das montanhas.

Não acreditava fosse tão grande o Rio.

Sim, existem centenas de montanhas e montes entre os bairros.

Quantos são ditos bairros?

Chegam quase a duzentos, e alguns têm de 200.000 a 400.000 habitantes.

Poderia dizer-me quais são os principais?

Pois, não! - Meyer, Penha, cascadura, Tijuca, Botafogo, Madureira, Copacabana, São Cristóvão, Jacarepaguá.

Traduzir para o Português:

Se cree usted que vendrá la Tercera Guerra Mundial?

Si no fuere posible amonizar a los intereses comerciales de las grandes potencias, habrá guerra.

El motivo de las luchas entre naciones es siempre el mismo.

¿Por qué atacó a Alemania el mundo (2ª Guerra)?

Las razones son simples: El pueblo alemán trabajaba activamente. Sus mercaderías eran mejores y más baratas.

Por eso inventaron que Alemania quería conquistar al mundo, ¿No estaban engañados los países, pensando que las guerras resuelven a sus problemas?

Tradução

Acredita você que virá a Terceira Guerra Mundial?

Se não for possível harmonizar os interesses comerciais das grandes potências, haverá guerra,

O motivo das lutas entre nações é sempre o mesmo,

Por que o mundo atacou a Alemanha (2ª Guerra)?

As razões são simples: O povo alemão trabalhava ativamente. As suas mercadorias eram melhores e mais baratas.

Por isso inventaram que a Alemanha queria conquistar o mundo.

Não estarão enganados os países, pensando que as guerras resolvem seus problemas?

Textos para Leitura

Trabaja

Trabaja, joven; sin cesar trabaja:

La frente honrada que en sudor se moja

Jamás ante otra frente se sonroja,

Ni se rindo servil a quien la ultraja,

Tarde la nieve de los años cuaja

Sobre quien lejos la indolencia arroja;

Su cuerpo al roble, por lo fuerte enoja;

Su alma del mundo al lodazal no haya,

El pan que da el trabajo es 'mas sabroso

Que la escondida miel que con empeño

Liba la abeja en el rosal frondoso.

Si comes use pan serás tú dueño,

Mas si del ocio ruedas al abismo,

Todo serlo podrás, menos tú mismo.

La Palabra

Naturaleza: gracias por este don supremo del verso, que me diste:

yo soy la mujer triste

a quien Caronte ya mostró su remo.

Qué fuera de mi vida sin la dulce palabra?

Como el óxido labra

sus arabescos ocres,

yo me grabé en los hombres, sublimes o mediocres.

Mientras vaciaba el pomo, caliente, de mi pecho.

no sentía el acecho.

Torvo y feroz, de la sirena negra.

Me salí de mi carne, goce el goce más alto:

oponer una frase de basalto

al genio oscuro que nos desintegra

María

Virgen sin mancha, como el sol hermosa,

Virgen más pura que la luz del alba,

Flor de las flores, del amor estrella;

Virgen María,

Madre de Dios y de los hombres madre,

Cielos y tierra en tu esplendor se fozan;

Hija de Adán, los serafines te alzan

Trono viviente,

Mística rosa del amor divino;

Cuya hermosura al contemplar el ángel

Besa tu sombra y remontando el vuelo,

Canta arrobado,

Así la alondra, con el sol de oriente,

Canta agitando, sin volar, sus alas;

Y sobre el nido, en éxtasis materno,

Ciérnese inmóvil,

"Toda eres bella" el serafín te canta,

"Toda eres pura" te saluda el ángel,

"Llena de gracia y del Señor bendita".

Todas las gentes.

Tuyu es el nombre que en la cuna el niño,

Oye el arrullo del amor materno;

Tuyo es el nombre que tu la lucha invoca

Todo el que triunfa,

R. del Valle Ruiz

Imigração

Quando o Imperador Don Pedro II libertou os escravos, a alta classe se revoltou, expulsando-o do Brasil.

Aqueles que deviam pagar ao trabalhador, preferiram importar italianos e outros.

Em séculos passados, portugueses e espanhóis descobriram inúmeras terras.

Eles foram os senhores do Novo Mundo.

Com o tempo foram perdendo os territórios descobertos e conquistados. Os países se tornaram independentes; as ilhas foram tomadas, umas foram vendidas.

Se nos Estados Unidos tantos lugares ainda conservam nomes espanhóis é porque aquilo era espanhol.

Europa é um continente tão pobre, que não pode nutrir os seus filhos, nem dar-lhes bastante trabalho.

Por isso são forçados a emigrar em milhões.

Sueño Y Despertar

He soñado que estabas a mi verá
y que tenía tus manos en las mías;
ya no recuerdo lo que me decías.
pero era dulce oírte, compañera.

Me mirabas de amor, con la sincera,
clara mirada de los bellos días
y se iban enredando mis poesías
en el perfume de tu cabellera,

Era tan dulce oírte, y era tanta
la maravilla de tu voz serena
que, al sentir mi sellar desvanecido.

Me desperté con llanto en la garganta,
y las carnes doliéndome de pena,
y el corazón doliéndome de olvido.

José María Souvirón

Texto I

Tobías

Un día estaba Tobías en la plaza, esperando el autobús, cuando se le acercó un muchacho muy joven que le dijo:

- Por favor, ¿puede usted darme fuego?

- Enciende del mío - le dijo Tobías, sin quitarse el cigarrillo de la boca.

El muchacho, a pesar de sus esfuerzos, no pudo llegar con su cigarrillo al de Tobías porque este era bastante alto. Al fin, tras inútiles esfuerzos, dijo:

- Lo siento, señor; pero no alcanzo su cigarrillo. ¿Puede bajarlo un poco, por favor?

- Más lo siento yo - respondió Tobías - ; cuando crezcas lo suficiente y consigas alcanzar, entonces podrás fumar.

Juan D. Luque Durán

1. Tobías estaba en

- a) la playa;
- b) una plaza;
- c) una finca;
- d) la carretera;
- e) la urbanización.

2. Tobías estaba esperando

- a) el tren;
- b) el taxi;
- c) el carro;
- d) el tranvía;
- e) el ómnibus.

3. Tobías le dijo al muchacho que

- a) no tenía fuego;
- b) comprara fósforos;
- c) no fumara cigarros;
- d) el tabaco hacía daño;
- e) prendiera de su cigarrillo.

4. Al muchacho le resultó:

- a) fácil alcanzar el cigarrillo de Tobías;
- b) oportuno llegar con su cigarrillo al de Tobías;
- c) posible obtener fuego porque Tobías se inclinó;
- d) agradable alzarse a la altura de la boca de Tobías;
- e) imposible prender el cigarrillo debido a su estatura.

5. Según Tobías, el muchacho podría fumar cuando

- a) se graduara;
- b) se jubilara;
- c) fuera más alto;
- d) tuviera suficiente plata;
- e) tuviera madurez y fuera más alto.

6. Con base en el texto, la intención de Tobías fue:

- a) loable;
- b) indigna;
- c) egoísta;
- d) excéntrica;
- e) reprochable.

7. La opción cuya secuencia no se completa es:

- a) mar, so, playa;
- b) iglesia, cura, misa;
- c) cocina, casa, paraguas;
- d) luna, noche, estrellas;
- e) farmacia, medicinas, enfermo.

8. La opción donde no aparece un par de antónimos

es:

- a) alto-bajo;
- b) venir-salir;
- c) llena-vacía;
- d) bella-hermosa;
- e) moderna-antigua.

9. En una escuela, solo no se ve:

- a) maestro, tiza, libras;
- b) alumnos, mapas, dibujos;
- c) reglas, cerdos, estantes;
- d) mesas, sillas, anteojos
- e) pupitres, lápices, cuadernos.

10. Coche es el mismo que

- a) barco;
- b) ómnibus;
- c) tranvía;
- d) aeroplano;
- e) diligencia.

11. Numere la columna de la derecha para la de la izquierda, según la contestación:

¿Qué día es hoy?

¿Quién ha escrito?

¿Cuál es su dirección?

¿A cuánto estamos hoy?

¿Cuándo cae el día del trabajo?

- () Se conmemora esta fiesta el primero de Mayo
- () Hoy es lunes
- () Calle Cuba, 25
- () Mi hermana
- () Estamos as do de Enero

La numeración correcta está en la opción:

- a) 3- 1- 5- 4- 2
- b) 1- 3- 4- 2- 5
- c) 5 - 1- 3- 2- 4
- d) 1- 3- 5- 4- 2
- e) 4- 2- 3- 1- 5

12. ¡Qué señor distinto!

La opción que mejor expresa el sentido de la frase es:

- a) El señor es muy distinguido;
- b) El señor se iguala a los demás;
- c) El señor tiene buenos modales;
- d) El señor se porta como un caballero;
- e) El señor no es igual a los demás caballeros.

13. En el comedor no se usan:

- a) mesa y silla;
- b) sábanas y cobijas;
- c) cuchillo y tenedor;
- d) mantel y servilleta;
- e) cuchara y cucharita.

14. En la cocina no se usa

- a) olla;
- b) fogón;
- c) panal;
- d) sartén;
- e) tenedor.

15. El calor que engalana a la naturaleza es el

- a) gris;
- b) rojo;
- c) verde;
- d) blanco;
- e) amarillo.

16. Cuando uno se va a bañar usa

- peine;
- jabón
- c) funda;
- d) navaja;
- e) mantel.

17. La fórmula de cortesía para despedirse es:

- a) ¡Permiso!
- b) Le presento mis saludos.
- c) ¡Mucho gusto, señorita!
- d) ¿Se conocen hace mucho?
- e) ¡Hasta la vista, señorita!

18. Solo no es animal salvaje

- a) oso;
- b) león;
- c) perro;
- d) tigre;
- e) zorro.

19. Cuando uno va a viajar al exterior, él previamente:

- a) zapatos;
- b) guantes;
- c) lápices;
- d) sombrero;
- e) pasaporte.

Texto II

Millonarios

Tómame de la mano. Vámonos a la lluvia, descalzos y ligeros de ropa, sin paraguas, con el cabello al viento y el cuerpo a la caricia oblicua, refrescante y menuda del agua.

Querían los vecinos! Puesto que somos jóvenes y los dos amamos y nos gusta la lluvia, vamos a ser felices con el gozo sencillo de un casal de gorrones que en la vía se arrulla

Más al lá están los campos y el camino de acacias y la quinta suntuosa de aquel pobre señor millonario y obeso que con todos sus oros, no podría comprarnos ni un grama del tesoro inefable y supremo que nos ha dado Dios: Ser flexibles, ser jóvenes, estar llenos de

Juana de Ibarbourou – Melo (Uruguay), 1895

20. Tómame de la mano...

La idea central contenida en esta frase es

- a) lejanía;
- b) altruismo;
- c) sumisión;
- d) imposición;
- e) compañerismo.

21. ... descalzos y ligeros de ropa, sin paraguas....
Este verso contiene la idea de:

- a) vanidad;
- b) seriedad;
- c) ansiedad;
- d) sencillez;
- e) ostentación.

22. Querían los vecinos!
La palabra subrayada indica que los vecinos

- a) se burlan de ellos;
- b) reprochan sus actos;
- c) miran a hurtadillas;
- d) envidian a la pareja;
- e) miran con curiosidad.

23. Los gorriones son

- a) peces;
- b) équidos;
- c) pájaros;
- d) insectos;
- e) reptiles.

24. ... pobre señor millonario.
El sentimiento que el señor inspira a la autora es:

- a) asco;
- b) envidia;
- c) repulsa;
- d) ternura;
- e) compasión.

25. Ser flexibles, ser jóvenes, estar llenos de amor.
Estas bienes son considerados

- a) regalo insuperable de Dios;
- b) atributos de quien es pobre;
- c) tesoro que cualquiera compra;
- d) característicos de los millonarios;
- e) riquezas materiales que nadie compra.

26. Todavía no he visto la quinta.
La opción que sustituye el término subrayado es:

- a) ya;
- b) aún;
- c) ahora;
- d) además;
- e) por supuesto.

27. Solo no están en el diminutivo las palabras de la opción

- a) amarillo - ardilla;
- b) pechuelo - jovenzuelo;
- c) avocilla - hermanita;
- d) ramillo - corazoncito;
- e) pimpollos - muchachito.

28. Solo no es un cuadrúpede:

- a) vaca;
- b) cebú;
- c) búfalo;
- d) bisonte;
- e) culebra.

29. Usted irá al club hoy?

Absolutamente!

Si se oye el dialogo arriba, es correcto afirmar que la contestación es de una persona que:

- a) jamás fue al club;
- b) no irá al club hoy;
- c) prensa en quizás ir al club;
- d) irá al club con toda seguridad;
- e) invita al amigo para ir al club.

Texto III

La Chispa

A quien no le gusta el vino
si es argentino de tradición!
... Déle a la Juana un besito...
solo un traguito para la ración!
Que beban agua... las plantas!
Elas aguantan la mojazón!

Marque A si lo que se afirma confirma el texto.

Marque B si lo que se afirma contraria el texto.

36. Solamente a los hombres argentinos les gusta el.

37. Las mujeres están prohibidas de beber.

38. A los hombres y mujeres en Argentina, les gusta el vino.

39. El autor prefiere el agua al vino.

40. La lechuza es un animal que

- a) vive en el acuario;
- b) canta por la mariana;
- c) simboliza la pereza;
- d) habita en los pantanos;
- e) simboliza la filosofía y el saber.

Gabarito

Questão 1	Questão 11	Questão 21	Questão 31
Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa E
Questão 2	Questão 12	Questão 22	Questão 32
Alternativa E	Alternativa E	Alternativa D	Alternativa D
Questão 3	Questão 13	Questão 23	Questão 33
Alternativa E	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D
Questão 4	Questão 14	Questão 24	Questão 34
Alternativa E	Alternativa C	Alternativa E	Alternativa C
Questão 5	Questão 15	Questão 25	Questão 35
Alternativa E	Alternativa C	Alternativa A	Alternativa A
Questão 6	Questão 16	Questão 26	Questão 36
Alternativa A	Alternativa B	Alternativa B	Alternativa B
Questão 7	Questão 17	Questão 27	Questão 37
Alternativa C	Alternativa E	Alternativa A	Alternativa B
Questão 8	Questão 18	Questão 28	Questão 38
Alternativa D	Alternativa C	Alternativa E	Alternativa A
Questão 9	Questão 19	Questão 29	Questão 39
Alternativa C	Alternativa E	Alternativa D	Alternativa B
Questão 10	Questão 20	Questão 30	Questão 40
Alternativa E	Alternativa E	Alternativa C	Alternativa E

Instrucción - Marque a opción correcta en las cuestiones de 01 a 19.

Texto I

La Adoración De Los Reyes

Desde la puesta del sol se alzaba el cántico de los pastores en torno de las hogueras, y desde la puesta del sol, guiados por aquella otra luz que apareció inmóvil sobre una colina, caminaban los tres Santos Reyes.

Jinetes en camellos blancos, iban los tres en la frescura apacible de la noche atravesando el destierro. Las estrellas fulguraban en el cielo, y la pedrería de las coronas reales fulguraba en sus frentes. Una brisa suave hacía flamear los recamados mantos: El de Gaspar era de púrpura de Corinto: El de Melchor era de púrpura de Tiro: El de Baltasar era de púrpura de Menfis. Esclavos negros, que caminaban a pie enterrando sus sandalias en la arena, guiaban los camellos con una mano puesta en el cabezal de cuero escarlata.

Ondulaban sueltos los corvos rendajes, y entre sus flecos de seda temblaban cascabeles de oro. Los Reyes Magos cabalgaban en fila: Baltasar el Egipcio iba adelante, y su barba luenga, que descendía por el pecho, era a veces esparcida sobre los hombros... Cuando estuvieron a las puertas de la ciudad, se arrodillaron los camellos, y los tres Reyes se apearon, y, despojándose las coronas, hicieron oración sobre las arenas.

Y Baltasar dijo:

- Es llegado el término de nuestra jornada...

Y Melchor dijo:

- Adoremos al que nació Rey de Israel...

Y Gaspar dijo:

- Los ojos le verán, y todo será purificado en nosotros!...

Entonces volvieron a montar en sus camellos y entraron en la ciudad por la Puerta Romana, y, guiados por la estrella, llegaron al establo donde había nacido el Niño. Allí los esclavos negros, como eran idólatras, y nada comprendían, llamaron con rudas voces:

Abrid! ... Abrid la puerta a nuestros señores!

Entonces los tres Reyes se inclinaron sobre los arzones y hablaron a sus esclavos. Y su cedió que los tres Reyes les decían en voz baja:

- ¡Cuidad de despertar al Niño!

Y aquellos esclavos, llenos de temeroso respeto, quedaron mudos, y los camellos, que permanecían inmóviles ante la puerta, llamaron blandamente con la pezuña, y casi al mismo tiempo aquella puerta de viejo y oloroso cedro se abrió sin ruido. Un anciano de calva sien y nevada barba asomó en el umbral: sobre el armiño de cabellera luenga y

nazarena temblaba el arco de una aureola... Su túnica era azul y bordada con estrellas con el cielo de Arabia en las noches serenas, y el manto era rojo, como el mar de Egipto, y el báculo en que se apoyaba era de oro, florecido en lo alto con tres lirios blancos de plata: Al verse en su presencia, los tres Reyes inclinaron. El anciano sonrió con el candor de un niño, y, franqueándoles la entrada, dijo con santa alegría:

- Pasad!

Ramón del Valle

" Desde la puesta del sol (...) "

El término subrayado puede ser reemplazado por

- a) el ocaso;
- b) la mañana;
- c) el levante;
- d) el mediodía;
- e) la medianoche.

2. "Jinetes en camellos blancos (...)"

Jinete es quien

- a) mercadea con camellos;
- b) desconoce la equitación;
- c) conduce una cabalgadura;
- d) conoce bien los camellos;
- e) cuida de las cabalgaduras.

3. Escarlata es el color

- a) del sol;
- b) del mar;
- c) de la arena;
- d) de la sangre;
- e) de los árboles.

4 - (...) alzaba los cánticos (...)

Alzar es lo mismo que

- a) bajar;
- b) cantar;
- c) levantar;
- d) edificar;
- e) construir.

5. (...) hacía flamear (...)

Flamear es lo mismo que

- a) ondear;
- b) quemar;
- c) alargar;
- d) extender;
- e) inflamar.

6. (...) temblaban cascabeles de oro (...)

Cascabel es

- a) un látigo;
- b) un cencerro;
- c) una culebra;
- d) una cascada;
- e) una cubierta.

Para las cuestiones 07 a 11 use es cuadro:

- a = báculo;
- b = pezuña;
- c = establo;
- d = hoguera;
- e = pedrera.

7. Los pastores, al conducir los animales, usan el _____
8. Las joyas son enriquecidas con _____
9. Para caletarse es común hacerse una _____
10. Los bueyes y los caballos duermen en el _____
11. Los pies de los bueyes, chivos y camellos son terminados por una _____.
12. (...) arrodillándose los camellos (...) Quedó dicho que los camellos
 - a) se ponían de pie;
 - b) salieron en disparada;
 - c) se quedaron inmóviles;
 - d) se bajaron hasta el suelo;
 - e) se erguieron lo más que pudieron.
13. Los tres Santos Reyes viajaban
 - a) por la mañana;
 - b) durante el día
 - c) sólo al anochecer;
 - d) durante la noche;
 - e) cuando el sol nacía.
14. Los esclavos negros conducían los camellos poniendo las manos en
 - a) la cola;
 - b) la cabeza;
 - c) el flanco;
 - d) las patas;
 - e) la corcovada.
15. "Un anciano de calva sien y nevada barba (...)"
 "(...) sobre el armiño de su cabellera (...)"
 El color sugerido arriba es el
 - a) rojo;
 - b) azul;
 - c) negro;
 - d) blanco;
 - e) amarillo,
16. Sólo no es correcto afirmar que
 - a) Melchor conducía los tres.
 - b) Baltasar iba adelante, en el cortejo
 - c) El manto de Melchor era de púrpura de Tiro.
 - d) Los Reyes llegaron al establo guiados por una estrella.
 - e) Gaspar, al llegar a la ciudad, también dijo una oración.

Texto II

La Fracción Del Pan

Camino de un pueblo distante de Jerusalén e sesenta estadias, avanzaban dos discípulos, en vuelto por la melancolía de una tarde primaveral:

Tardo el paso, la cabeza caída, turbios de lágrimas los ojos, iban hablando los dos caminantes de su tristeza y orfandad. Grandes cosas eran acontecidas en Israel. Un varón justo, poderoso en la obra y en la palabra había vivido entre ellos, embriagándoles con una visión maravillosa. Pero había sido crucificado y muerto. Y esté era el tercer día después de la muerte. En verdad, el Sepulcro estaba vacío. Pero al Maestro nadie le había visto aún. Y con la vaciedad del sepulcro los discípulos se sentían todavía más sus discípulos.

Ahora todo parecía un sueño.

Y he aquí que Jesús se encuentra de Pronto entre los dos, y anda el camino en su compañía. Pare embargados, los ajos no le conocen.

Y Jesús habla a los discípulos, y ellos le contestan, pero siguen sin conocerle.

Les recuerda decir de Moisés y las profecías. Les llama insensatos y tardas de corazón. Y ellos no le conocen aún.

Mas, arribados al lugar los discípulos, Jesús dió muestras de querer seguir más adelante. Y ellos le retenían por la fuerza, diciéndole: "Quédate con nosotros porque se ha hecho tarde y ha declinado el día".

"Y se entró con ellos, Y, estando sentado con ellos a la mesa tomo el pan y lo bendijo, y, después de partir les daba de él."

"Entonces fueran abiertos los ojos de ellos, y le reconocieran..."

Más tarde "contaban cómo le habían reconocido en el partir del pan",

Cómo podía ser esta manera de partir el pan de Jesús, en que alcanzaba a conocerle quien no le conocía; ni en la presencia, ni en la voz, ni en la palabra, ni en el reproche?

Debía ser como una bendición. ¡Las manos del Maestro dejando una porción en cada mano!

Eugénio DÓrs

17. "(...) y los tres Reyes se apearon, y despojándose las coronas (...)"

Se entiende que los Reyes sólo no demostraron

- a) bondad;
- b) vanidad;
- c) humildad;
- d) respecto;
- e) simplicidad.

18. Los esclavos negros no respetaron al niño de pronto, porque

- a) eran muy malos;
- b) se rebelaron contra los Reyes;
- c) no comprendían lo que se pasaba;
- d) cometieron un acto de desobediencia;
- e) eran portadores de un mensaje de guerra.

19. La comitiva de los Reyes fue recibida por:
a) un niño;
b) un viejo;
c) un joven;
d) una mujer;
e) un esclavo.
20. "Tardo el paso (...)" "(...) tardos de corazón"
Los términos subrayados significan, respectivamente
a) lento, torpes;
b) corto, torpes;
c) pesado, lentos;
d) perezoso, lentos;
e) pesado, pequeños.
21. "(...) arribados al lugar (...)"
Es decir que
a) habían llegado al destino;
b) estaban lejos del destino;
c) estaban cerca del destino;
d) estaban muy arriba de donde deseaban llegar;
e) no tenían confianza en la estrada que seguían..
22. "(...) de su tristeza y orfandad'
Orfandad, en el texto significa
a) una gran pérdida;
b) una gran soledad;
c) la pérdida del padre;
d) la pérdida de la madre;
e) la pérdida de los progenitores.
23. En el texto queda dicho que la vaciedad del sepulcro
a) derramó la fe por los demás;
b) ofuscó la fe de los discípulos;
c) alargó la fe de los discípulos;
d) no alteró la fe de ellos en nada;
e) confirmó de la fe era en sueño apenas.
24. No se refiere a los discípulos la opinión:
a) varón justo;
b) lardo el paso;
c) la cabeza caída;
d) turbios los ojos;
e) tardos de corazón,
25. "Ahora todo parecía un sueño"
Lo que está dicho quiere decir que:
a) todo en la vida as un sueño;
b) el pasado no decía nada a ellos;
c) los discípulos sólo sabían soñar;
d) no era fácil acreditar en lo que ocurría;
e) todo el pasado cayó en el olvido de los discípulos.
26. Los discípulos conocieron al Maestro por:
a) la voz;
b) el paso;
c) el ropaje;
d) el aspecto;
e) la actitud.
27. Numere las acciones de los discípulos según el orden en que aparecen en el texto:
a) Oyeron las palabras del Maestro.
b) Vieron a Jesús.
c) Fueron llevados a recordar el pasado.
d) Recibieron un reproche.
a) 2, 1, 3, 4
b) 2, 3, 1, 4
c) 3, 2, 1, 4
d) 4, 3, 1, 2
e) 4, 2, 3, 1
28. El Maestro de escuela sólo no usa en el aula:
a) tiza;
b) lápiz;
c) pizarra;
d) borrador;
e) periódico.
29. El alumno solo no lleva
a) regla;
b) libro;
c) pupitre;
d) estuche;
e) cuaderno,
30. La cocinera solo no usa
a) fogón;
b) sartén;
c) cuchara;
d) plancha;
e) cuchillo.
31. El sastre sólo no usa
a) tela;
b) aguja;
c) línea;
d) tijera;
e) cuchillo.
32. solo no es parte de una casa
a) techo;
b) pared;
c) tejado;
d) cadena;
e) ventana.
33. solo no es parte del cuerpo humano
a) cola;
b) cuello;
c) rodilla;
d) mejilla;
e) tobillo.
- Complete las cuestiones 34 a 37 / según el cuadro.
- A - lunes B - martes
C - jueves D - viernes
34. El día que precede al sábado es_____

35. El día de trabajo en la semana es_____
36. El _____es el segundo día de trabajo semanal.
37. A _____ sigue viernes.

Use el cuadro para las cuestiones 38 a 40.

- A - sombrero
C - falda
B - guantes

38. En la cabeza se lleva _____.
39. Son las mujeres que usan_____
40. Cuando hace frío se cubren las manos con_____

Gabarito

1-A	11-B	21 -A	31 - E
2-C	12-D	22-A	32 - D
3.D	13-D	23-C	33 -A
4-C	14-B	24-A	84.- D
5-A	15-D	25-D	35-A
6-B	16.A	26-E	36- B
7.A	17-B	27-A	87-G
8-E	18 C	20.C	38-A
9-D	19 B	29-C	39-C
10-C	20-A	30-D	40-B

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009

Hacienda acelera los embargos preventivos para cobrar las deudas

La recesión somete a las arcas del Estado a un doble perjuicio: los ingresos caen por la atonía de la actividad y, a la vez, los incumplimientos tributarios se disparan. El Ministerio de Economía y Hacienda de España admite que esa deuda está creciendo y se propone extremar las medidas para intentar cobrarla. La necesidad es acuciante: en un año en que el Gobierno prevé ingresar como mínimo 40.000 millones de euros menos de lo que proyectó inicialmente, cada euro recaudado cuenta.

Entre enero y agosto de este año se han adoptado medidas cautelares por valor de 753 millones, cantidad 24% superior a la de todo el ejercicio 2008, según datos de la Agencia Tributaria (AT), que tiene 37.000 millones de deuda pendiente, con datos a 31 de julio. De esa cantidad, una deuda de algo más de 12.000 millones cuenta con algún tipo de garantía para ser cobrada. La más incierta es la que está en vía ejecutiva (Hacienda intenta ya adoptar medidas como el embargo para cobrarla) y la que figura en periodo de notificación (la fase previa). Ambas partidas suman casi 16.000 millones hasta final de julio. Sólo con recuperar

esas cantidades, el fisco ingresaría más dinero que con la subida de impuestos aprobada para 2010, que se acerca a 11.000 millones.

(Elpais.es, 12.10.09 (Texto adaptado))

01- En el texto se dice que los cofres públicos españoles:

- a) sufren pérdidas.
b) son independientes del sistema tributario.
c) se destinan al pago de deudas del Estado.
d) están inmunes a la depresión.
e) recibirán recursos de 40 mil millones de euros.

02- De acuerdo con el texto, el monto de los incumplimientos tributarios:

- a) es similar al del ejercicio anterior.
b) está en vía ejecutiva.
c) tiene garantías de cobrarse.
d) es mayor que el ingreso esperado con el alza de impuestos.
e) ha menguado en lo que va de año.

03- Según el texto, la baja de los ingresos:

- a) se deriva de las medidas cautelares.
b) es fruto de una fiscalización ineficiente.
c) alcanza los 37 mil millones de euros.
d) es semejante a la del año fiscal 2008.
e) se debe a la debilidad de la actividad.

Ecuador busca repatriar USD 500 millones

Ecuador repatriaría la próxima semana 500 millones de dólares de sus reservas internacionales de corto plazo, como parte de las medidas que anunció para enfrentar el embate de la crisis global, informó hoy la ministra de Finanzas, Elsa Viteri. Ecuador, el socio más pequeño de la OPEP, anunció en agosto pasado que repatriará 1 600 millones de dólares de la reserva internacional para aumentar el crédito productivo e irrigar dinero a la inversión. Esa decisión en relación con el dinero depositado en financieras del exterior, que a mediados de agosto se ubicó en 4 000 millones de dólares, fue justificada por el Gobierno con el argumento de que con su economía dolarizada desde el 2000 no se requiere de reservas y se constituyen en ahorro nacional.

La economía del país, productor de petróleo, banano y flores y con 14 millones de habitantes, se contrajo un 1,06 por ciento en el segundo trimestre del 2009, frente a una expansión de un 8,28 por ciento en el mismo lapso del 2008.

(El Universal, 16.10.09)

04- En el texto se dice que el gobierno ecuatoriano ha decidido:

- a) invertir recursos en sus reservas internacionales.
b) inyectar dinero en la economía.

- c) repatriar sus reservas externas.
- d) expandir sus recursos financieros en un 8,28%.
- e) destinar fondos foráneos al sector productivo.

05- De acuerdo con el texto, el regreso de fondos depositados en el extranjero:

- a) lo justifica el uso oficial de la moneda estadounidense.
- b) busca fortalecer al país en la OPEP.
- c) desincentiva el producto interno bruto.
- d) reduce las reservas y el ahorro nacional.
- e) se explica por la expansión de la economía local.

06- Según el texto, la economía ecuatoriana:

- a) recibirá recursos extranjeros.
- b) se dolarizará.
- c) se ha recuperado este año.
- d) intenta capear la crisis global.
- e) encogió un 8,28% el año pasado.

Gobierno no se muestra seguro

Ni el propio Gobierno está seguro de que una rebaja en las tasas de interés –actualmente en 4%– pueda contribuir a frenar la acentuada revaluación (más del 18,8% en los últimos meses) que afecta a varios sectores de la economía. Los empresarios achacan al actual nivel de las tasas de interés parte de la galopante apreciación del peso que le resta competitividad a las exportaciones colombianas.

Consideran que esta diferencia de intereses está propiciando el ingreso de los llamados capitales golondrinas (de poca duración en la economía) que están debilitando el dólar. El ministro de Hacienda, Óscar Iván Zuluaga no se muestra muy seguro de que el pretendido recorte sea una buena decisión en los actuales momentos en que la inflación sigue cediendo. Admitió, sin embargo, que con las medidas adoptadas “hemos evitado que se revalúe” el dólar.

(Elespectador.com 19.10.09)

07- Según el texto, en materia de tasas de interés, los empresarios colombianos:

- a) abogan por la apreciación.
- b) muestran inseguridad.
- c) discrepan del gobierno.
- d) relacionan los tipos con la inflación.
- e) están conformes.

08- En el texto se dice que las tasas de interés que se practican

- actualmente:
- a) elevan la cotización del dólar.
- b) perjudican las exportaciones.
- c) deben mantenerse.
- d) impiden la apreciación del peso.
- e) acentúan la inflación.

Comercio Chile-China

De acuerdo a un informe de Aduanas, China se consolidó como el principal destino de las exportaciones chilenas con embarques por US\$ 8.257 millones –en un intercambio bilateral de US\$ 11.881 millones– y el único de los socios comerciales hacia donde nuestros envíos crecieron (6,3%) durante los primeros nueve meses de este año (los envíos totales menguaron un 35%). El incremento registrado en los embarques al gigante asiático fue muy superior a las caídas entre 20% y 68% anotadas en el resto de los países con los que Chile mantiene intercambio comercial, incluso socios tan importantes como la Unión Europea, Aladi y Nafta, destinos a los que Chile exportó productos por un monto menor a US\$ 6.700 millones.

Las exportaciones chilenas a Estados Unidos cayeron un 32% al pasar de US\$ 6.625 millones a US\$ 4.495 millones; mientras los envíos a Japón bajaron 45% de US\$ 3.493 millones a US\$ 1.501 millones. En relación a Europa, el informe de Aduanas mostró que la cantidad embarcada también disminuyó en los primeros nueve meses del año (49%) respecto del mismo lapso de 2008, debido a la disminución de los envíos a Italia y Holanda.

(Diario Financiero, 20.10.09 (texto adaptado))

09- En el texto se dice que las exportaciones chilenas:

- a) se han reducido a US\$ 6.700 millones.
- b) rebasan las expectativas para el período.
- c) tuvieron un alza de 35%.
- d) se han diversificado.
- e) sólo crecieron hacia un destino.

10- De acuerdo con el texto, en el informe de Aduanas se dice que:

- a) el intercambio con China creció en ambas direcciones.
- b) los envíos a Estados Unidos se redujeron al 32%.
- c) Europa es la que compró menos productos chilenos.
- d) las exportaciones totales de Chile se contrajeron.
- e) el comercio exterior chileno da señales de recuperación.

Respostas: 01-A / 02-D / 03-E / 04-B / 05-A / 06-D / 07-C / 08-B / 09-E / 10-D

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - 2009

‘La calle’ está tranquila

Zapatero ha declarado a Newsweek que para comprobar que España no se hunde «sólo hay que salir a la calle». Subraya así la paradoja de que no exista conflictividad social con cuatro millones de parados. Tiene razón en parte, aunque quizá debería preguntarse por qué la calle está tranquila y entonces su análisis no podría ser tan complaciente. Según publicamos hoy, la economía sumergida ha

aumentado el 30% en el verano que ahora finaliza. Es el cálculo de los inspectores de Trabajo, que han estimado en 320 millones de euros la recaudación en multas para 2009, una cifra récord. Así pues, en el auge de la economía sumergida – de la que un país no puede sentirse orgulloso, sino todo lo contrario – está la explicación de la calma de la calle, puesto que los parados optan por las «chapuzas» para ir tirando. Aquí estaría la explicación de otro dato que Zapatero comentó, asombrado, ante el Comité Federal: sólo 28.000 parados sin ingresos han solicitado los 420 euros, cuando los posibles beneficios de esta medida son en torno a un millón. Como el subsidio lleva aparejada la obligación de asistir a cursos de formación, tal vez la mayoría de estos desempleados sin ingresos en realidad sí cobran por algún trabajo, aunque no declaran, ni cotizan. Ello quiere decir que la política social de Zapatero se vuelve contra él y contra los que él dice proteger. El empleo que se crea es clandestino por las rigideces del mercado laboral y al subir los impuestos aumentará la economía del dinero negro.

(El mundo, 22/09/09)

01- En el texto se dice que en España no hay conflictividad social:

- a) por la solidez institucional.
- b) gracias a las prestaciones públicas asistenciales.
- c) a pesar del desempleo.
- d) debido a la eficacia de la política laboral del gobierno.
- e) pese al aumento de la recaudación por multas.

02- De acuerdo con el texto, las actividades económicas marginales en España:

- a) disminuirán si suben los impuestos.
- b) han aumentado.
- c) elevarán las cotizaciones al tesoro.
- d) garantizan un aumento de los ingresos públicos.
- e) ocupan a cerca de un millón de parados.

03- Dentro del texto, la palabra «chapuzas» significa:

- a) pequeñas contravenciones.
- b) obras sin arte ni esmero.
- c) contratos temporales.
- d) cursos de reciclaje profesional.
- e) subsidios fraudulentos.

Periodo recesivo hasta 2010: UNAM

José Luis Calva Téllez, académico del Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), dijo que de aprobarse el paquete económico del presidente Felipe Calderón, habría una pérdida en 2010 de 200 mil empleos y una contracción del Producto Interno Bruto (PIB) de 1.8 por ciento. Para ese especialista, la inflación alcanzaría 6.1 por ciento anual a causa de las alzas de impuestos; y el déficit de la cuenta corriente se situaría en 12 mil millones de dólares.

Destacó que esos resultados negativos estarán influenciados aún por la recesión económica del país, por la carga fiscal que se enfrentaría con la aprobación del presupuesto económico como lo presentó el Ejecutivo federal ante el Congreso; y por la baja inversión que habrá por parte del sector privado. “La Secretaría de Hacienda y Crédito Público está esperando que la economía de Estados Unidos levante a México, pero en aquel país la recuperación se está enfocando a amortizar deudas y por consecuencia el consumo seguirá deprimido”, indicó.

(Excélsior, 22/09/09)

04- En el texto, la locución “de aprobarse” tiene valor:

- a) condicional.
- b) concesivo.
- c) temporal.
- d) causal.
- e) imperativo.

05- De acuerdo con las declaraciones del académico de la UNAM, recogidas en el texto, en 2010:

- a) la inflación anual se elevará al 6,1%.
- b) igual el sector privado invierte menos.
- c) a lo mejor se expande el PIB.
- d) se enfocará la amortización de deudas.
- e) puede que desaparezcan empleos en México.

Los 17 mil chilenos con mayores ingresos entregan el 35% del impuesto a la renta

En Chile, 1.329.297 personas pagan impuestos a la renta, ya sea bajo la modalidad de segunda categoría o de global complementario. A estas se suman otras 6.346.693 que si bien son formalmente contribuyentes para los registros del Servicio de Impuestos Internos (SII), en la práctica están en el primer tramo impositivo, que es cero. De este 1,32 millón de chilenos, el 1,27% está en el tramo más alto de impuestos – con una tasa marginal del 40% –, que es para quienes tienen ingresos de cerca de \$5,5 millones de pesos mensuales o más. En conjunto, pagan más tributos al año que los bancos o todo el sector comercio. De acuerdo con los datos del SII, este grupo es el responsable del 35,1% de la recaudación por impuesto a la renta; es decir, US\$ 908 millones del total de US\$ 2.589 millones que los contribuyentes chilenos aportan por este concepto.

Para el socio principal de Ernst & Young, Cristián Levefre, la cifra demuestra que el grueso del aporte de impuestos lo entregan quienes más dinero reciben. Según él, existe una discriminación entre los contribuyentes de los tramos altos. Los independientes – muchos de ellos empresarios – tienen opciones de desarrollar una planificación tributaria para reducir el pago y los dependientes no las tienen. A su juicio, Chile debería impulsar beneficios para este segmento, como los que hay en economías más desarrolladas, como EE.UU., Inglaterra y España, donde se deduce por pago de colegios e intereses de créditos hipotecarios.

[illegible]

LÍNGUA PORTUGUESA

1-) (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC/SP – ADMINISTRADOR – VUNESP/2013) Assinale a alternativa correta quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) A má distribuição de riquezas e a desigualdade social está no centro dos debates atuais.

(B) Políticos, economistas e teóricos diverge em relação aos efeitos da desigualdade social.

(C) A diferença entre a renda dos mais ricos e a dos mais pobres é um fenômeno crescente.

(D) A má distribuição de riquezas tem sido muito criticado por alguns teóricos.

(E) Os debates relacionado à distribuição de riquezas não são de exclusividade dos economistas.

Realizei a correção nos itens:

(A) A má distribuição de riquezas e a desigualdade social está = estão

(B) Políticos, economistas e teóricos diverge = divergem

(C) A diferença entre a renda dos mais ricos e a dos mais pobres é um fenômeno crescente.

(D) A má distribuição de riquezas tem sido muito criticado = criticada

(E) Os debates relacionado = relacionados

RESPOSTA: "C".

2-) (COREN/SP – ADVOGADO – VUNESP/2013) Seguindo a norma-padrão da língua portuguesa, a frase – Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte. – recebe o acréscimo correto das vírgulas em:

(A) Um levantamento mostrou, que os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias, diárias dessa fonte.

(B) Um levantamento mostrou que, os adolescentes americanos consomem, em média 357 calorias diárias dessa fonte.

(C) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem, em média, 357 calorias diárias dessa fonte.

(D) Um levantamento, mostrou que os adolescentes americanos, consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte.

(E) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos, consomem em média 357 calorias diárias, dessa fonte.

Assinalei com um "X" onde há pontuação inadequada ou faltante:

(A) Um levantamento mostrou, (X) que os adolescentes americanos consomem (X) em média (X) 357 calorias, (X) diárias dessa fonte.

(B) Um levantamento mostrou que, (X) os adolescentes americanos consomem, em média (X) 357 calorias diárias dessa fonte.

(C) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem, em média, 357 calorias diárias dessa fonte.

(D) Um levantamento, (X) mostrou que os adolescentes americanos, (X) consomem (X) em média (X) 357 calorias diárias dessa fonte.

(E) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos, (X) consomem (X) em média (X) 357 calorias diárias, (X) dessa fonte.

RESPOSTA: "C".

3-) (TRT/RO E AC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2011) Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:

a) Destinam-se aos homens-placa um lugar visível nas ruas e nas praças, ao passo que lhes é suprimida a visibilidade social.

b) As duas tábuas em que se comprimem o famigerado homem-placa carregam ditos que soam irônicos, como "compro ouro".

c) Não se compara aos vexames dos homens-placa a exposição pública a que se submetem os guardadores de carros.

d) Ao se revogarem o emprego de carros-placa na propaganda imobiliária, poupou-se a todos uma demonstração de mau gosto.

e) Não sensibilizavam aos possíveis interessados em apartamentos de luxo a visão grotesca daqueles velhos carros-placa.

Fiz as correções entre parênteses:

a) Destinam-se (destina-se) aos homens-placa um lugar visível nas ruas e nas praças, ao passo que lhes é suprimida a visibilidade social.

b) As duas tábuas em que se comprimem (comprime) o famigerado homem-placa carregam ditos que soam irônicos, como "compro ouro".

c) Não se compara aos vexames dos homens-placa a exposição pública a que se submetem os guardadores de carros.

d) Ao se revogarem (revogar) o emprego de carros-placa na propaganda imobiliária, poupou-se a todos uma demonstração de mau gosto.

e) Não sensibilizavam (sensibilizava) aos possíveis interessados em apartamentos de luxo a visão grotesca daqueles velhos carros-placa.

RESPOSTA: "C".

4-) (TRE/PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV/2011) Assinale a palavra que tenha sido acentuada seguindo a mesma regra que distribuídos.

(A) sócio

(B) sofrê-lo

(C) lúcidos

(D) constituí

(E) órfãos

EXERCÍCIOS COMPLEMENTARES

Distribuímos = regra do hiato

(A) sócio = paroxítona terminada em ditongo

(B) sofrê-lo = oxítona (não se considera o pronome oblíquo. Nunca!)

(C) lúcidos = proparoxítona

(D) constituí = regra do hiato (diferente de "constitui" – oxítona: cons-ti-tui)

(E) órfãos = paroxítona terminada em "ão"

RESPOSTA: "D".

5-) (TRT/PE – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2012) A concordância verbal está plenamente observada na frase:

(A) Provocam muitas polêmicas, entre crentes e materialistas, o posicionamento de alguns religiosos e parlamentares acerca da educação religiosa nas escolas públicas.

(B) Sempre deverão haver bons motivos, junto àqueles que são contra a obrigatoriedade do ensino religioso, para se reservar essa prática a setores da iniciativa privada.

(C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem nos altos custos econômicos que acarretarão tal medida.

(D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem com o número de escolas públicas.

(E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.

(A) Provocam = provoca (o posicionamento)

(B) Sempre deverão haver bons motivos = deverá haver

(C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem = consiste.

(D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem = ocorre

(E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.

RESPOSTA: "E".

6-) (TRE/PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV/2011) Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, NÃO se deve usar Vossa Excelência para

(A) embaixadores.

(B) conselheiros dos Tribunais de Contas estaduais.

(C) prefeitos municipais.

(D) presidentes das Câmaras de Vereadores.

(E) vereadores.

(...) O uso do pronome de tratamento Vossa Senhoria (abreviado V. Sa.) para vereadores está correto, sim. Numa Câmara de Vereadores só se usa Vossa Excelência para o seu presidente, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (1991).

(Fonte: <http://www.linguabrasil.com.br/nao-tropece-detail.php?id=393>)

RESPOSTA: "E".

7-) (TRE/AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010)

... valores e princípios que sejam percebidos pela sociedade como tais.

Transpondo para a voz ativa a frase acima, o verbo passará a ser, corretamente,

(A) perceba.

(B) foi percebido.

(C) tenham percebido.

(D) devam perceber.

(E) estava percebendo.

... valores e princípios que sejam percebidos pela sociedade como tais = dois verbos na voz passiva, então teremos um na ativa: que a sociedade perceba os valores e princípios...

RESPOSTA: "A"

8-) (TRE/AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

(A) A sociedade deve reconhecer os princípios e valores que determinam as escolhas dos governantes, para conferir legitimidade a suas decisões.

(B) A confiança dos cidadãos em seus dirigentes devem ser embasados na percepção dos valores e princípios que regem a prática política.

(C) Eleições livres e diretas é garantia de um verdadeiro regime democrático, em que se respeita tanto as liberdades individuais quanto as coletivas.

(D) As instituições fundamentais de um regime democrático não pode estar subordinado às ordens indiscriminadas de um único poder central.

(E) O interesse de todos os cidadãos estão voltados para o momento eleitoral, que expõem as diferentes opiniões existentes na sociedade.

Fiz os acertos entre parênteses:

(A) A sociedade deve reconhecer os princípios e valores que determinam as escolhas dos governantes, para conferir legitimidade a suas decisões.

(B) A confiança dos cidadãos em seus dirigentes deve ser embasados (embasada) na percepção dos valores e princípios que regem a prática política.

(C) Eleições livres e diretas é (são) garantia de um verdadeiro regime democrático, em que se respeita (respeitam) tanto as liberdades individuais quanto as coletivas.

(D) As instituições fundamentais de um regime democrático não pode (podem) estar subordinado (subordinadas) às ordens indiscriminadas de um único poder central.

EXERCÍCIOS COMPLEMENTARES

(E) O interesse de todos os cidadãos estão (está) voltados (voltado) para o momento eleitoral, que expõem (ex-põe) as diferentes opiniões existentes na sociedade.

RESPOSTA: "A".

9-) (TRE/AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2010) A frase que admite transposição para a voz passiva é:

(A) O cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado.

(B) O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos.

(C) O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação.

(D) As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida (...).

(E) Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência.

(A) O cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado.

(B) O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos.

- Uma grande diversidade de fenômenos é unificada e explicada pelo conceito...

(C) O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação.

(D) As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida (...).

(E) Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência.

RESPOSTA: "B".

10-) (MPE/AM – AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO – FCC/2013) "Quando a gente entra nas serrarias, vê dezenas de caminhões parados", revelou o analista ambiental Geraldo Motta.

Substituindo-se Quando por Se, os verbos sublinhados devem sofrer as seguintes alterações:

(A) entrar – vira

(B) entrava – tinha visto

(C) entrasse – veria

(D) entraria – veria

(E) entrava – teria visto

Se a gente entrasse (verbo no singular) na serraria, veria = entrasse / veria.

RESPOSTA: "C".

11-) (TRE/AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2010) A pontuação está inteiramente adequada na frase:

a) Será preciso, talvez, redefinir a infância já que as crianças de hoje, ao que tudo indica nada mais têm a ver com as de ontem.

b) Será preciso, talvez redefinir a infância: já que as crianças, de hoje, ao que tudo indica nada têm a ver, com as de ontem.

c) Será preciso, talvez: redefinir a infância, já que as crianças de hoje ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.

d) Será preciso, talvez redefinir a infância? - já que as crianças de hoje ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.

e) Será preciso, talvez, redefinir a infância, já que as crianças de hoje, ao que tudo indica, nada têm a ver com as de ontem.

Devido à igualdade textual entre os itens, a apresentação da alternativa correta indica quais são as inadequações nas demais.

RESPOSTA: "E".

12-) (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – ALUNO SOLDADO COMBATENTE – FUNCAB/2012) No trecho: "O crescimento econômico, se associado à ampliação do emprego, PODE melhorar o quadro aqui sumariamente descrito.", se passarmos o verbo destacado para o futuro do pretérito do indicativo, teremos a forma:

A) puder.

B) poderia.

C) pôde.

D) poderá.

E) pudesse.

Conjugando o verbo "poder" no futuro do pretérito do Indicativo: eu poderia, tu poderias, ele poderia, nós poderíamos, vós poderíeis, eles poderiam. O sujeito da oração é crescimento econômico (singular), portanto, terceira pessoa do singular (ele) = poderia.

RESPOSTA: "B".

13-) (TRE/AP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011) Entre as frases que seguem, a única correta é:

a) Ele se esqueceu de que?

b) Era tão ruim aquele texto, que não deu para distribuí-lo entre os presentes.

c) Embora devessemos, não fomos excessivos nas críticas.

d) O juiz nunca negou-se a atender às reivindicações dos funcionários.

e) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

(A) Ele se esqueceu de que? = quê?

(B) Era tão ruim (ruim) aquele texto, que não deu para distribuí-lo (distribuí-lo) entre os presentes.

(C) Embora devêssemos (devêssemos), não fomos excessivos nas críticas.

(D) O juiz (juiz) nunca (se) negou a atender às reivindicações dos funcionários.

(E) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

RESPOSTA: "E".

EXERCÍCIOS COMPLEMENTARES

14-) (FUNDAÇÃO CASA/SP - AGENTE ADMINISTRATIVO - VUNESP/2011 - ADAPTADA) Observe as frases do texto:

I, Cerca de 75 por cento dos países obtêm nota negativa...

II,... à Venezuela, de Chávez, que obtém a pior classificação do continente americano (2,0)...

Assim como ocorre com o verbo "obter" nas frases I e II, a concordância segue as mesmas regras, na ordem dos exemplos, em:

(A) Todas as pessoas têm boas perspectivas para o próximo ano. Será que alguém tem opinião diferente da maioria?

(B) Vem muita gente prestigiar as nossas festas juninas. Vêm pessoas de muito longe para brincar de quadrilha.

(C) Pouca gente quis voltar mais cedo para casa. Quase todos quiseram ficar até o nascer do sol na praia.

(D) Existem pessoas bem intencionadas por aqui, mas também existem umas que não merecem nossa atenção.

(E) Aqueles que não atrapalham muito ajudam.

Em I, obtêm está no plural; em II, no singular. Vamos aos itens:

(A) Todas as pessoas têm (plural) ... Será que alguém tem (singular)

(B) Vem (singular) muita gente... Vêm pessoas (plural)

(C) Pouca gente quis (singular)... Quase todos quiseram (plural)

(D) Existem (plural) pessoas ... mas também existem umas (plural)

(E) Aqueles que não atrapalham muito ajudam (ambas as formas estão no plural)

RESPOSTA: "A".

15-) (CETESB/SP - ANALISTA ADMINISTRATIVO - RECURSOS HUMANOS - VUNESP/2013 - ADAPTADA) Considere as orações: ... sabíamos respeitar os mais velhos! / E quando eles falavam nós calávamos a boca!

Alterando apenas o tempo dos verbos destacados para o tempo presente, sem qualquer outro ajuste, tem-se, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

(A) ... soubemos respeitar os mais velhos! / E quando eles falaram nós calamos a boca!

(B) ... saberíamos respeitar os mais velhos! / E quando eles falassem nós calaríamos a boca!

(C) ... soubéssemos respeitar os mais velhos! / E quando eles falassem nós calaríamos a boca!

(D) ... saberemos respeitar os mais velhos! / E quando eles falarem nós calaremos a boca!

(E) ... sabemos respeitar os mais velhos! / E quando eles falam nós calamos a boca!

No presente: nós sabemos / eles falam.

RESPOSTA: "E".

16-) (UNESP/SP - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - VUNESP/2012) A correlação entre as formas verbais está correta em:

(A) Se o consumo desnecessário vier a crescer, o planeta não resistiu.

(B) Se todas as partes do mundo estiverem com alto poder de consumo, o planeta em breve sofrerá um colapso.

(C) Caso todo prazer, como o da comida, o da bebida, o do jogo, o do sexo e o do consumo não conhecesse distorções patológicas, não haverá vícios.

(D) Se os meios tecnológicos não tivessem se tornado tão eficientes, talvez as coisas não ficaram tão baratas.

(E) Se as pessoas não se propuserem a consumir conscientemente, a oferta de produtos supérfluos crescia.

Fiz as correções necessárias:

(A) Se o consumo desnecessário vier a crescer, o planeta não resistiu = resistirá

(B) Se todas as partes do mundo estiverem com alto poder de consumo, o planeta em breve sofrerá um colapso.

(C) Caso todo prazer, como o da comida, o da bebida, o do jogo, o do sexo e o do consumo não conhecesse distorções patológicas, não haverá = haveria

(D) Se os meios tecnológicos não tivessem se tornado tão eficientes, talvez as coisas não ficaram = ficariam (ou teriam ficado)

(E) Se as pessoas não se propuserem a consumir conscientemente, a oferta de produtos supérfluos crescia = crescerá

RESPOSTA: "B".

17-) (TJ/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA - VUNESP/2010) Assinale a alternativa que preenche adequadamente e de acordo com a norma culta a lacuna da frase: Quando um candidato trêmulo _____ eu lhe faria a pergunta mais deliciosa de todas.

(A) entrasse

(B) entraria

(C) entrava

(D) entrar

(E) entrou

O verbo "faria" está no futuro do pretérito, ou seja, indica que é uma ação que, para acontecer, depende de outra. Exemplo: Quando um candidato entrasse, eu faria / Se ele entrar, eu farei / Caso ele entre, eu faço...

RESPOSTA: "A".

18-) (TJ/SP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA - VUNESP/2010 - ADAPTADA)

Assinale a alternativa de concordância que pode ser considerada correta como variante da frase do texto - A maioria considera aceitável que um convidado chegue mais de duas horas ...

(A) A maioria dos cariocas consideram aceitável que um convidado chegue mais de duas horas...

(B) A maioria dos cariocas considera aceitáveis que um convidado chegue mais de duas horas...

(C) As maiorias dos cariocas considera aceitáveis que um convidado chegue mais de duas horas...

EXERCÍCIOS COMPLEMENTARES

(D) As maiorias dos cariocas consideram aceitáveis que um convidado chegue mais de duas horas...

(E) As maiorias dos cariocas consideram aceitável que um convidado cheguem mais de duas horas...

Fiz as indicações:

(A) A maioria dos cariocas consideram (ou considera, tanto faz) aceitável que um convidado chegue mais de duas horas...

(B) A maioria dos cariocas considera (ok) aceitáveis (aceitável) que um convidado chegue mais de duas horas...

(C) As (A) maiorias (maioria) dos cariocas considera (ok) aceitáveis (aceitável) que um convidado chegue mais de duas horas...

(D) As (A) maiorias (maioria) dos cariocas consideram (ok) aceitáveis (aceitável) que um convidado chegue mais de duas horas...

(E) As (A) maiorias (maioria) dos cariocas consideram (ok) aceitável que um convidado cheguem (chegue) mais de duas horas...

RESPOSTA: "A".

19-) (TJ/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA – VUNESP/2010) Assinale a alternativa em que as palavras são acentuadas graficamente pelos mesmos motivos que justificam, respectivamente, as acentuações de: década, relógios, suíços.

(A) flexíveis, cartório, tênis.

(B) inferência, provável, saída.

(C) óbvio, após, países.

(D) islâmico, cenário, propôs.

(E) república, empresária, graúda.

Década = proparoxítona / relógios = paroxítona terminada em ditongo / suíços = regra do hiato

(A) flexíveis e cartório = paroxítonas terminadas em ditongo / tênis = paroxítona terminada em "i" (seguida de "s")

(B) inferência = paroxítona terminada em ditongo / provável = paroxítona terminada em "l" / saída = regra do hiato

(C) óbvio = paroxítona terminada em ditongo / após = oxítona terminada em "o" + "s" / países = regra do hiato

(D) islâmico = proparoxítona / cenário = paroxítona terminada em ditongo / propôs = oxítona terminada em "o" + "s"

(E) república = proparoxítona / empresária = paroxítona terminada em ditongo / graúda = regra do hiato

RESPOSTA: "E".

20-) (POLÍCIA CIVIL/SP – AGENTE POLICIAL - VUNESP/2013) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

(A) A população, de um modo geral, está à espera de que, com o novo texto, a lei seca possa coibir os acidentes.

(B) A nova lei chega para obrigar os motoristas à repensarem a sua postura.

(C) A partir de agora os motoristas estarão sujeitos à punições muito mais severas.

(D) À ninguém é dado o direito de colocar em risco a vida dos demais motoristas e de pedestres.

(E) Cabe à todos na sociedade zelar pelo cumprimento da nova lei para que ela possa funcionar.

(A) A população, de um modo geral, está à espera (dá para substituir por "esperando") de que

(B) A nova lei chega para obrigar os motoristas à repensarem (antes de verbo)

(C) A partir de agora os motoristas estarão sujeitos à punições (generalizando, palavra no plural)

(D) À ninguém (pronome indefinido)

(E) Cabe à todos (pronome indefinido)

RESPOSTA: "A".

(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - VUNESP/2013 - ADAPTADO) Leia o texto, para responder às questões de números 21 e 22.

Veja, aí estão eles, a bailar seu diabólico "pas de deux" (*): sentado, ao fundo do restaurante, o cliente paulista acena, assovia, agita os braços num agônico polichinelo; encostado à parede, marmóreo e impassível, o garçom carioca o ignora com redobrada atenção. O paulista estrebucha: "Amigô?!", "Chefê?!", "Parceirô?!"; o garçom boceja, tira um fiapo do ombro, olha pro lustre.

Eu disse "cliente paulista", percebo a redundância: o paulista é sempre cliente. Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta "débito ou crédito?".[...] Como pode ele entender que o fato de estar pagando não garantirá a atenção do garçom carioca? Como pode o ignóbil paulista, nascido e criado na crua batalha entre burgueses e proletários, compreender o discreto charme da aristocracia?

Sim, meu caro paulista: o garçom carioca é antes de tudo um nobre. Um antigo membro da corte que esconde, por trás da carapinha entediada, do descaso e da gravata borboleta, saudades do imperador. [...] Se deixou de bajular os príncipes e princesas do século 19, passou a servir reis e rainhas do 20: levou gim tônicas para Vinicius e caipirinhas para Sinatra, uísques para Tom e leites para Nelson, recebeu gordas gorjetas de Orson Welles e autógrafos de Rockefeller; ainda hoje fala de futebol com Roberto Carlos e ouve conselhos de João Gilberto. Continua tão nobre quanto sempre foi, seu orgulho permanece intacto.

Até que chega esse paulista, esse homem bidimensional e sem poesia, de camisa polo, meia soquete e sapatênis, achando que o jacarezinho de sua Lacoste é um crachá universal, capaz de abrir todas as portas. Ah, paulishhhhta otááário, nenhum emblema preencherá o vazio que carrega no peito - pensa o garçom, antes de conduzi-lo à última mesa do restaurante, a caminho do banheiro, e ali esquecê-lo para todo o sempre.

EXERCÍCIOS COMPLEMENTARES

Veja, veja como ele se debate, como se debaterá amanhã, depois de amanhã e até a Quarta-Feira de Cinzas, mal-dizendo a Guanabara, saudoso das várzeas do Tietê, onde a desigualdade é tão mais organizada: "Ô, companheiro, faz meia hora que eu cheguei, dava pra ver um cardápio?!". Acalme-se, conterrâneo.

Acostume-se com sua existência plebeia. O garçom carioca não está aí para servi-lo, você é que foi ao restaurante para homenageá-lo.

(Antonio Prata, Cliente paulista, garçom carioca. Folha de S.Paulo, 06.02.2013)

(*) Um tipo de coreografia, de dança.

21-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP/2013) Assinale a alternativa contendo passagem em que o autor simula dialogar com o leitor.

(A) Acalme-se, conterrâneo. Acostume-se com sua existência plebeia.

(B) Ô, companheiro, faz meia hora que eu cheguei...

(C) Veja, aí estão eles, a bailar seu diabólico "pas de deux".

(D) Sim, meu caro paulista...

(E) Ah, paulishhhhta otáário...

Em "meu caro paulista", o autor está dirigindo-se a nós, leitores.

RESPOSTA: "D".

22-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP/2013) O contexto em que se encontra a passagem – Se deixou de bajular os príncipes e princesas do século 19, passou a servir reis e rainhas do 20 (2.º parágrafo) – leva a concluir, corretamente, que a menção a

(A) príncipes e princesas constitui uma referência em sentido não literal.

(B) reis e rainhas constitui uma referência em sentido não literal.

(C) príncipes, princesas, reis e rainhas constitui uma referência em sentido não literal.

(D) príncipes, princesas, reis e rainhas constitui uma referência em sentido literal.

(E) reis e rainhas constitui uma referência em sentido literal.

Pela leitura do texto infere-se que os "reis e rainhas" do século 20 são as personalidades da mídia, os "famosos" e "famosas". Quanto a príncipes e princesas do século 19, esses eram da corte, literalmente.

RESPOSTA: "B".

23-) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP/2013) O sentido de marmóreo (adjetivo) equivale ao da expressão de mármore. Assinale a alternativa contendo as expressões

com sentidos equivalentes, respectivamente, aos das palavras ígneo e pétreo.

(A) De corda; de plástico.

(B) De fogo; de madeira.

(C) De madeira; de pedra.

(D) De fogo; de pedra.

(E) De plástico; de cinza.

Questão que pode ser resolvida usando a lógica ou associação de palavras! Veja: a ignição do carro lembra-nos fogo, combustão... Pedra, petrificado. Encontrou a resposta?

RESPOSTA: "D".

RACIOCÍNIO LÓGICO

1 Estruturas lógicas.....	01
2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	01
3 Lógica sentencial (ou proposicional).....	06
3.1 Proposições simples e compostas.....	06
3.2 Tabelas verdade.....	06
3.3 Equivalências.....	06
3.4 Leis de De Morgan.....	06
3.5 Diagramas lógicos.....	06
4 Lógica de primeira ordem.....	23
5 Princípios de contagem e probabilidade.....	33
6 Operações com conjuntos.....	40
7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	44

1 ESTRUTURAS LÓGICAS.

Estruturas lógicas

1. Proposição

Proposição ou sentença é um termo utilizado para exprimir ideias, através de um conjunto de palavras ou símbolos. Este conjunto descreve o conteúdo dessa ideia.

São exemplos de **proposições**:

p: Pedro é médico.

q: $5 > 8$

r: Luíza foi ao cinema ontem à noite.

2. Princípios fundamentais da lógica

Princípio da Identidade: A é A. Uma coisa é o que é. O que é, é; e o que não é, não é. Esta formulação remonta a Parmênides de Eleia.

Princípio da não contradição: Uma proposição não pode ser verdadeira e falsa, ao mesmo tempo.

Princípio do terceiro excluído: Uma alternativa só pode ser verdadeira ou falsa.

3. Valor lógico

Considerando os princípios citados acima, uma proposição é classificada como verdadeira ou falsa.

Sendo assim o valor lógico será:

- a verdade (**V**), quando se trata de uma proposição verdadeira.

- a falsidade (**F**), quando se trata de uma proposição falsa.

4. Conectivos lógicos

Conectivos lógicos são palavras usadas para conectar as proposições formando novas sentenças.

Os principais conectivos lógicos são:

\sim	não
\wedge	e
\vee	Ou
\rightarrow	se...então
\leftrightarrow	se e somente se

5. Proposições simples e compostas

As proposições simples são assim caracterizadas por apresentarem apenas uma ideia. São indicadas pelas letras minúsculas: p, q, r, s, t...

As proposições compostas são assim caracterizadas por apresentarem mais de uma proposição conectadas pelos conectivos lógicos. São indicadas pelas letras maiúsculas: P, Q, R, S, T...

Obs: A notação Q(r, s, t), por exemplo, está indicando que a proposição composta Q é formada pelas proposições simples r, s e t.

Exemplo:

Proposições simples:

p: Meu nome é Raissa

q: São Paulo é a maior cidade brasileira

r: $2+2=5$

s: O número 9 é ímpar

t: O número 13 é primo

Proposições compostas:

P: O número 12 é divisível por 3 e 6 é o dobro de 12.

Q: A raiz quadrada de 9 é 3 e 24 é múltiplo de 3.

R(s, t): O número 9 é ímpar e o número 13 é primo.

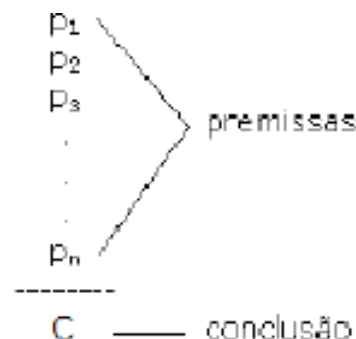
2 LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO: ANALOGIAS, INFERÊNCIAS, DEDUÇÕES E CONCLUSÕES.

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

ARGUMENTO

Argumento é uma relação que associa um conjunto de proposições ($p_1, p_2, p_3, \dots, p_n$), chamadas premissas ou hipóteses, e uma proposição C chamada conclusão. Esta relação é tal que a estrutura lógica das premissas acarretam ou tem como consequência a proposição C (conclusão).

O argumento pode ser representado da seguinte forma:



EXEMPLOS:

1. Todos os cariocas são alegres.

Todas as pessoas alegres vão à praia

Todos os cariocas vão à praia.

2. Todos os cientistas são loucos.

Einstein é cientista.

Einstein é louco!

Nestes exemplos temos o famoso silogismo categórico de forma típica ou simplesmente **silogismo**. Os silogismos são os argumentos que têm somente duas premissas e mais a conclusão, e utilizam os termos: **todo**, **nenhum** e **algum**, em sua estrutura.

ANALOGIAS

A analogia é uma das melhores formas para utilizar o raciocínio. Nesse tipo de raciocínio usa-se a comparação de uma situação conhecida com uma desconhecida. Uma analogia depende de três situações:

- os fundamentos precisam ser verdadeiros e importantes;
- a quantidade de elementos parecidos entre as situações deve ser significativo;
- não pode existir conflitos marcantes.

INFERÊNCIAS

A indução está relacionada a diversos casos pequenos que chegam a uma conclusão geral. Nesse sentido podemos definir também a indução fraca e a indução forte. Essa indução forte ocorre quando não existe grandes chances de que um caso discorde da premissa geral. Já a fraca refere-se a falta de sustentabilidade de um conceito ou conclusão.

DEDUÇÕES

ARGUMENTOS DEDUTIVOS E INDUTIVOS

Os argumentos podem ser classificados em dois tipos: **Dedutivos e Indutivos**.

1) O argumento será **DEDUTIVO** quando suas premissas fornecerem informações suficientes para comprovar a veracidade da conclusão, isto é, o argumento é dedutivo quando a conclusão é completamente derivada das premissas.

EXEMPLO:

Todo ser humano têm mãe.

Todos os homens são humanos.

Todos os homens têm mãe.

2) O argumento será **INDUTIVO** quando suas premissas não fornecerem o “apoio completo” para ratificar as conclusões. Portanto, nos argumentos indutivos, a conclusão possui informações que ultrapassam as fornecidas nas premissas. Sendo assim, não se aplica, então, a definição de argumentos válidos ou não válidos para argumentos indutivos.

EXEMPLO:

O Flamengo é um bom time de futebol.

O Palmeiras é um bom time de futebol.

O Vasco é um bom time de futebol.

O Cruzeiro é um bom time de futebol.

Todos os times brasileiros de futebol são bons.

Note que não podemos afirmar que todos os times brasileiros são bons sabendo apenas que 4 deles são bons.

Exemplo: (FCC) Considere que as seguintes afirma-

ções são verdadeiras:

“Toda criança gosta de passear no Metrô de São Paulo.”

“Existem crianças que são inteligentes.”

Assim sendo, certamente é verdade que:

(A) Alguma criança inteligente não gosta de passear no Metrô de São Paulo.

(B) Alguma criança que gosta de passear no Metrô de São Paulo é inteligente.

(C) Alguma criança não inteligente não gosta de passear no Metrô de São Paulo.

(D) Toda criança que gosta de passear no Metrô de São Paulo é inteligente.

(E) Toda criança inteligente não gosta de passear no Metrô de São Paulo.

SOLUÇÃO:

Representando as proposições na forma de conjuntos (diagramas lógicos – ver artigo sobre diagramas lógicos) teremos:

“Toda criança gosta de passear no Metrô de São Paulo.”
“Existem crianças que são inteligentes.”



Pelo gráfico, observamos claramente que se todas as crianças gostam de passear no metrô e existem crianças inteligentes, então **alguma criança que gosta de passear no Metrô de São Paulo é inteligente**. Logo, a alternativa correta é a opção B.

CONCLUSÕES

VALIDADE DE UM ARGUMENTO

Uma proposição é verdadeira ou falsa. No caso de um **argumento dedutivo** diremos que ele é **válido** ou **inválido**. Atente-se para o fato que todos os **argumentos indutivos** são **inválidos**, portanto não há de se falar em validade de argumentos indutivos.

A validade é uma propriedade dos argumentos que depende apenas da forma (estrutura lógica) das suas proposições (premissas e conclusões) e não do seu conteúdo.

Argumento Válido

Um argumento será **válido** quando a sua conclusão é uma **consequência obrigatória** de suas premissas. Em outras palavras, podemos dizer que quando um argumento é válido, a verdade de suas premissas deve garantir a verdade da conclusão do argumento. Isso significa que, se o argumento é válido, jamais poderemos chegar a uma conclusão falsa quando as premissas forem verdadeiras.

Exemplo: (CESPE) Suponha um argumento no qual as premissas sejam as proposições I e II abaixo.

I - Se uma mulher está desempregada, então, ela é infeliz.

II - Se uma mulher é infeliz, então, ela vive pouco.

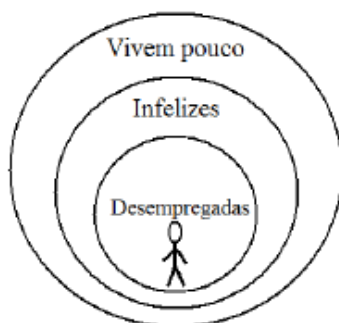
Nesse caso, se a conclusão for a proposição "Mulheres desempregadas vivem pouco", tem-se um argumento correto.

SOLUÇÃO:

Se representarmos na forma de diagramas lógicos (ver artigo sobre diagramas lógicos), para facilitar a resolução, teremos:

I - Se uma mulher está desempregada, então, ela é infeliz. = Toda mulher desempregada é infeliz.

II - Se uma mulher é infeliz, então, ela vive pouco. = Toda mulher infeliz vive pouco.



Com isso, qualquer mulher que esteja no conjunto das desempregadas (ver boneco), automaticamente estará no conjunto das mulheres que vivem pouco. Portanto, se a conclusão for a proposição "Mulheres desempregadas vivem pouco", tem-se um argumento correto (correto = válido!).

Argumento Inválido

Dizemos que um argumento é **inválido**, quando a verdade das premissas não é suficiente para garantir a verdade da conclusão, ou seja, quando a conclusão não é uma **consequência obrigatória** das premissas.

Exemplo: (CESPE) É válido o seguinte argumento: Se Ana cometeu um crime perfeito, então Ana não é suspeita, mas (e) Ana não cometeu um crime perfeito, então Ana é suspeita.

SOLUÇÃO:

Representando as premissas do enunciado na forma de diagramas lógicos (ver artigo sobre diagramas lógicos), obteremos:

Premissas:

"Se Ana cometeu um crime perfeito, então Ana não é suspeita" = "Toda pessoa que comete um crime perfeito não é suspeita".

"Ana não cometeu um crime perfeito".

Conclusão:

"Ana é suspeita". (Não se "desenha" a conclusão, apenas as premissas!)



O fato do enunciado ter falado apenas que "Ana não cometeu um crime perfeito", não nos diz se ela é suspeita ou não. Por isso temos duas possibilidades (ver bonecos). Logo, a questão está errada, pois não podemos afirmar, com certeza, que Ana é suspeita. Logo, o argumento é **inválido**.

EXERCÍCIOS:

(TJ-AC - Analista Judiciário - Conhecimentos Básicos - Cargos 1 e 2 - CESPE/2012) (10 a 13)

Considerando que as proposições lógicas sejam representadas por letras maiúsculas, julgue os próximos itens, relativos a lógica proposicional e de argumentação.

1. A expressão $[(P \rightarrow Q) \vee P] \rightarrow Q$ é uma tautologia.

- A) Certo
B) Errado

Resposta: B.

Fazendo a tabela verdade:

P	Q	$P \rightarrow Q$	$(P \rightarrow Q) \vee P$	$[(P \rightarrow Q) \vee P] \rightarrow Q$
V	V	V	V	V
V	F	F	V	V
F	V	V	V	V
F	F	F	F	F

Portanto não é uma tautologia.

2. As proposições "Luiz joga basquete porque Luiz é alto" e "Luiz não é alto porque Luiz não joga basquete" são logicamente equivalentes.

- A) Certo
B) Errado

Resposta: A.

São equivalentes por que "Luiz não é alto porque Luiz não joga basquete" nega as duas partes da proposição, a deixando equivalente a primeira.

3. A sentença "A justiça e a lei nem sempre andam pelos mesmos caminhos" pode ser representada simbolicamente por $P \wedge Q$, em que as proposições P e Q são convenientemente escolhidas.

- A) Certo
B) Errado

Resposta: B.

Não, pois \wedge representa o conectivo "e", e o "e" é usado para unir A justiça E a lei, e "A justiça" não pode ser considerada uma proposição, pois não pode ser considerada verdadeira ou falsa.

4. Considere que a tabela abaixo representa as primeiras colunas da tabela-verdade da proposição $(P \rightarrow Q) \wedge (\sim R)$.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Logo, a coluna abaixo representa a última coluna dessa tabela-verdade.

*
F
V
F
F
F
V
F
V

- A) Certo
B) Errado

Resposta: A.

Fazendo a tabela verdade:

P	Q	R	$(P \rightarrow Q) \wedge (\sim R)$
V	V	V	F
V	V	F	V
V	F	V	F
V	F	F	F
F	V	V	F
F	V	F	V
F	F	V	F
F	F	F	V

TJ-AC - Técnico Judiciário - Informática - CES-PE/2012)

João e Pedro integram o mesmo partido, mas são desafetos políticos. João está disputando a eleição para prefeito da cidade. Pedro é deputado e pretende disputar a eleição para presidente da República. Cada partido pode apresentar somente um candidato ao cargo de presidente.

Na análise da situação eleitoral do partido, um jornalista fez as seguintes afirmações:

— Se João for eleito prefeito, demonstrará força política e disputará a eleição presidencial da República.

— Se João disputar a eleição presidencial da República, Pedro não a disputará.

— Se João não for eleito prefeito, tornar-se-á presidente do partido e não apoiará a candidatura de Pedro à eleição para presidente da República.

— Se o presidente do partido não apoiar a candidatura de Pedro, ele não disputará a eleição para presidente da República.

Com base na situação descrita acima, julgue o item a seguir.

5. O argumento cujas premissas correspondem às quatro afirmações do jornalista e cuja conclusão é "Pedro não disputará a eleição presidencial da República" é um argumento válido.

- A) Certo
B) Errado
Resposta: A.

Argumento válido é aquele que pode ser concluído a partir das premissas, considerando que as premissas são verdadeiras então tenho que:

Se João for eleito prefeito ele disputará a presidência;

Se João disputar a presidência então Pedro não vai disputar;

Se João não for eleito prefeito se tornará presidente do partido e não apoiará a candidatura de Pedro à presidência;

Se o presidente do partido não apoiar Pedro ele não disputará a presidência.

(PRF - Nível Superior - Conhecimentos Básicos - Todos os Cargos - CESPE/2012)

Um jovem, visando ganhar um novo smartphone no dia das crianças, apresentou à sua mãe a seguinte argumentação: "Mãe, se tenho 25 anos, moro com você e papai, dou despesas a vocês e dependo de mesada, então eu não ajo como um homem da minha idade. Se estou há 7 anos na faculdade e não tenho capacidade para assumir minhas responsabilidades, então não tenho um mínimo de maturidade. Se não ajo como um homem da minha idade, sou tratado como criança. Se não tenho um mínimo de maturidade, sou tratado como criança. Logo, se sou tratado como criança, mereço ganhar um novo smartphone no dia das crianças".

Com base nessa argumentação, julgue os itens a seguir..

6. A proposição "Se estou há 7 anos na faculdade e não tenho capacidade para assumir minhas responsabilidades, então não tenho um mínimo de maturidade" é equivalente a "Se eu tenho um mínimo de maturidade, então não estou há 7 anos na faculdade e tenho capacidade para assumir minhas responsabilidades".

A) Certo

B) Errado

Resposta: B.

Equivalência de Condicional: $P \rightarrow Q = \sim Q \rightarrow \sim P$

Negação de Proposição: $\sim (P \wedge Q) = \sim P \vee \sim Q$

P	Q	R	$\sim P$	$\sim Q$	$\sim R$	$P \wedge \sim Q$	$(P \wedge \sim Q) \rightarrow \sim R$	$\sim P \wedge Q$	$R \rightarrow (\sim P \wedge Q)$
V	V	V	F	F	F	F	V	F	F
V	V	F	F	F	V	F	V	F	V
V	F	V	F	V	F	V	F	F	F
V	F	F	F	V	V	V	V	F	V
F	V	V	V	F	F	F	V	V	V
F	V	F	V	F	V	F	V	V	V
F	F	V	V	V	F	F	V	F	F
F	F	F	V	V	V	F	V	F	V

Portanto não são equivalentes.

7. Considere as seguintes proposições: "Tenho 25 anos", "Moro com você e papai", "Dou despesas a vocês" e "Dependo de mesada". Se alguma dessas proposições for falsa, também será falsa a proposição "Se tenho 25 anos, moro com você e papai, dou despesas a vocês e dependo de mesada, então eu não ajo como um homem da minha idade".

A) Certo

B) Errado

Resposta: A.

$(A \wedge B \wedge C \wedge D) \rightarrow E$

Ora, se A ou B ou C ou D estiver falsa como afirma o enunciado, logo torna a primeira parte da condicional falsa, (visto que trata-se da conjunção) tornando- a primeira parte da condicional falsa, logo toda a proposição se torna verdadeira.

8. A proposição "Se não ajo como um homem da minha idade, sou tratado como criança, e se não tenho um mínimo de maturidade, sou tratado como criança" é equivalente a "Se não ajo como um homem da minha idade ou não tenho um mínimo de maturidade, sou tratado como criança".

A) Certo

B) Errado

Resposta: A.

A = Se não ajo como um homem da minha idade,

B = sou tratado como criança,

C = se não tenho um mínimo de maturidade

A	B	C	$\sim A$	$\sim C$	$(\sim A \rightarrow B)$	$(\sim C \rightarrow B)$	$(\sim A \vee \sim C)$	$(\sim A \rightarrow B) \wedge (\sim C \rightarrow B)$	$(\sim A \vee \sim C) \rightarrow B$
V	V	V	F	F	V	V	F	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	V	V	F	V	V
V	F	F	F	V	V	F	V	F	F
F	V	V	V	F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	V	V	V	V	V	V
F	F	V	V	F	F	V	V	F	F
F	F	F	V	V	F	F	V	F	F

De acordo com a tabela verdade são equivalentes.

3 LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).

3.1 PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS.

3.2 TABELAS-VERDADE.

3.3 EQUIVALÊNCIAS.

3.4 LEIS DE DE MORGAN.

3.5 DIAGRAMAS LÓGICOS.

6. Tabela-Verdade

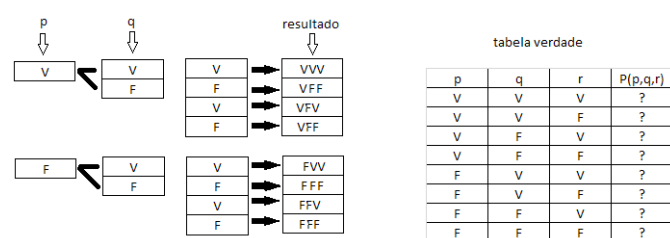
A tabela-verdade é usada para determinar o valor lógico de uma proposição composta, sendo que os valores das proposições simples já são conhecidos. Pois o valor lógico da proposição composta depende do valor lógico da proposição simples.

A seguir vamos compreender como se constrói essas tabelas-verdade partindo da árvore das possibilidades dos valores lógicos das proposições simples, e mais adiante veremos como determinar o valor lógico de uma proposição composta.

Proposição composta do tipo $P(p, q)$



Proposição composta do tipo $P(p, q, r)$



Proposição composta do tipo $P(p, q, r, s)$

A tabela-verdade possui $2^4 = 16$ linhas e é formada igualmente as anteriores.

⋮

Proposição composta do tipo $P(p_1, p_2, p_3, \dots, p_n)$

A tabela-verdade possui 2^n linhas e é formada igualmente as anteriores.

7. O conectivo não e a negação

O conectivo **não** e a **negação** de uma proposição **p** é outra proposição que tem como valor lógico **V** se **p** for falsa e **F** se **p** é verdadeira. O símbolo $\sim p$ (**não p**) representa a negação de **p** com a seguinte tabela-verdade:

P	$\sim P$
V	F
F	V

Exemplo:

$p = 7$ é ímpar

$\sim p = 7$ não é ímpar

P	$\sim P$
V	F

$q = 24$ é múltiplo de 5

$\sim q = 24$ não é múltiplo de 5

q	$\sim q$
F	V

8. O conectivo e a conjunção

O conectivo **e** e a **conjunção** de duas proposições **p** e **q** é outra proposição que tem como valor lógico **V** se **p** e **q** forem verdadeiras, e **F** em outros casos. O símbolo $p \wedge q$ (**p e q**) representa a conjunção, com a seguinte tabela-verdade:

P	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Exemplo

$p = 2$ é par

$q =$ o céu é rosa

$p \wedge q = 2$ é par e o céu é rosa

P	q	$p \wedge q$
V	F	F

$p = 9 < 6$

$q = 3$ é par

$p \wedge q: 9 < 6$ e 3 é par

P	q	$p \wedge q$
F	F	F

9. O conectivo ou e a disjunção

O conectivo **ou** e a **disjunção** de duas proposições **p** e **q** é outra proposição que tem como valor lógico **V** se alguma das proposições for verdadeira e **F** se as duas forem falsas. O símbolo $p \vee q$ (**p ou q**) representa a disjunção, com a seguinte tabela-verdade:

RACIOCÍNIO LÓGICO

P	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Exemplo:

$p = 2$ é par

$q =$ o céu é rosa

$p \vee q = 2$ é par **ou** o céu é rosa

P	q	$p \vee q$
V	F	V

10. O conectivo se... então... e a condicional

A condicional se **p** então **q** é outra proposição que tem como valor lógico **F** se p é verdadeira e q é falsa. O símbolo $p \rightarrow q$ representa a condicional, com a seguinte tabela-verdade:

P	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Exemplo:

P: $7 + 2 = 9$

Q: $9 - 7 = 2$

$p \rightarrow q$: **Se** $7 + 2 = 9$ **então** $9 - 7 = 2$

P	q	$p \rightarrow q$
V	V	V

$p = 7 + 5 < 4$

$q = 2$ é um número primo

$p \rightarrow q$: **Se** $7 + 5 < 4$ **então** 2 é um número primo.

P	q	$p \rightarrow q$
F	V	V

$p = 24$ é múltiplo de 3 $q = 3$ é par

$p \rightarrow q$: **Se** 24 é múltiplo de 3 **então** 3 é par.

P	q	$p \rightarrow q$
V	F	F

$p = 25$ é múltiplo de 2

$q = 12 < 3$

$p \rightarrow q$: **Se** 25 é múltiplo de 2 **então** $2 < 3$.

P	q	$p \rightarrow q$
F	F	V

11. O conectivo se e somente se e a bicondicional

A bicondicional **p** se e somente se **q** é outra proposição que tem como valor lógico **V** se p e q forem ambas verdadeiras ou ambas falsas, e **F** nos outros casos.

O símbolo $P \leftrightarrow Q$ representa a bicondicional, com a seguinte tabela-verdade:

P	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Exemplo

p = 24 é múltiplo de 3

q = 6 é ímpar

$p \leftrightarrow q$ = 24 é múltiplo de 3 **se, e somente se**, 6 é ímpar.

P	q	$p \leftrightarrow q$
V	F	F

12. Tabela-Verdade de uma proposição composta

Exemplo

Veja como se procede a construção de uma tabela-verdade da proposição composta $P(p, q) = ((p \vee q) \rightarrow (\sim p)) \rightarrow (p \wedge q)$, onde p e q são duas proposições simples.

Resolução

Uma tabela-verdade de uma proposição do tipo $P(p, q)$ possui $2^4 = 4$ linhas, logo:

p	q	$p \vee q$	$\sim p$	$(p \vee p) \rightarrow (\sim p)$	$p \wedge q$	$((p \vee p) \rightarrow (\sim p)) \rightarrow (p \wedge q)$
V	V					
V	F					
F	V					
F	F					

Agora veja passo a passo a determinação dos valores lógicos de P.

a) Valores lógicos de $p \vee q$

p	q	$p \vee q$	$\sim p$	$(p \vee p) \rightarrow (\sim p)$	$p \wedge q$	$((p \vee p) \rightarrow (\sim p)) \rightarrow (p \wedge q)$
V	V	V				
V	F	V				
F	V	V				
F	F	F				

RACIOCÍNIO LÓGICO

b) Valores lógicos de $\sim p$

p	q	$p \vee q$	$\sim p$	$(p \vee p) \rightarrow (\sim p)$	$p \wedge q$	$((p \vee p) \rightarrow (\sim p)) \rightarrow (p \wedge q)$
V	V	V	F			
V	F	V	F			
F	V	V	V			
F	F	F	V			

c) Valores lógicos de $(p \vee p) \rightarrow (\sim p)$

p	q	$p \vee q$	$\sim p$	$(p \vee p) \rightarrow (\sim p)$	$p \wedge q$	$((p \vee p) \rightarrow (\sim p)) \rightarrow (p \wedge q)$
V	V	V	F	F		
V	F	V	F	F		
F	V	V	V	V		
F	F	F	V	V		

d) Valores lógicos de $p \wedge q$

p	q	$p \vee q$	$\sim p$	$(p \vee p) \rightarrow (\sim p)$	$p \wedge q$	$((p \vee p) \rightarrow (\sim p)) \rightarrow (p \wedge q)$
V	V	V	F	F	V	
V	F	V	F	F	F	
F	V	V	V	V	F	
F	F	F	V	V	F	

e) Valores lógicos de $((p \vee p) \rightarrow (\sim p)) \rightarrow (p \wedge q)$

p	q	$p \vee q$	$\sim p$	$(p \vee p) \rightarrow (\sim p)$	$p \wedge q$	$((p \vee p) \rightarrow (\sim p)) \rightarrow (p \wedge q)$
V	V	V	F	F	V	V
V	F	V	F	F	F	V
F	V	V	V	V	F	F
F	F	F	V	V	F	F

13. Tautologia

Uma proposição composta formada por duas ou mais proposições **p, q, r, ...** será dita uma **Tautologia** se ela for **sempre verdadeira**, independentemente dos valores lógicos das proposições **p, q, r, ...** que a compõem.

Exemplos:

- Gabriela passou no concurso do INSS **ou** Gabriela **não** passou no concurso do INSS
- **Não é verdade** que o professor Zambeli parece com o Zé gotinha **ou** o professor Zambeli parece com o Zé gotinha.

Ao invés de duas proposições, nos exemplos temos uma única proposição, afirmativa e negativa. Vamos entender isso melhor.

Exemplo:

Grêmio cai para segunda divisão **ou** o Grêmio **não** cai para segunda divisão

Vamos chamar a primeira proposição de "**p**" a segunda de " **$\sim p$** " e o conetivo de "**V**"

Assim podemos representar a "frase" acima da seguinte forma: **$p \vee \sim p$**

Exemplo

A proposição $p \vee (\sim p)$ é uma tautologia, pois o seu valor lógico é sempre V, conforme a tabela-verdade.

p	$\sim p$	$p \vee q$
V	F	V
F	V	V

Exemplo

A proposição $(p \wedge q) \rightarrow (p \vee q)$ é uma tautologia, pois a última coluna da tabela-verdade só possui V.

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$(p \wedge q) \rightarrow (p \vee q)$
V	V	V	V	V
V	F	F	V	V
F	V	F	V	V
F	F	F	F	V

14. Contradição

Uma proposição composta formada por duas ou mais proposições p, q, r, \dots será dita uma **contradição** se ela for **sempre falsa**, independentemente dos valores lógicos das proposições p, q, r, \dots que a compõem

Exemplos:

- O Zorra total é uma porcaria e Zorra total **não** é uma porcaria
- Suelen mora em Petrópolis e Suelen **não** mora em Petrópolis

Ao invés de duas proposições, nos exemplos temos uma única proposição, afirmativa e negativa. Vamos entender isso melhor.

Exemplo:

Lula é o presidente do Brasil e Lula **não** é o presidente do Brasil

Vamos chamar a primeira proposição de " p " a segunda de " $\sim p$ " e o conetivo de " \wedge "

Assim podemos representar a "frase" acima da seguinte forma: $p \wedge \sim p$

Exemplo

A proposição $(p \wedge q) \wedge (p \wedge \sim q)$ é uma contradição, pois o seu valor lógico é sempre F conforme a tabela-verdade. Que significa que uma proposição não pode ser falsa e verdadeira ao mesmo tempo, isto é, o princípio da não contradição.

p	$\sim p$	$q \wedge (\sim q)$
V	F	F
F	V	F

15. Contingência

Quando uma proposição não é tautológica nem contradição, a chamamos de *contingência* ou *proposição contingente* ou *proposição indeterminada*.

A contingência ocorre quando há tanto valores V como F na última coluna da tabela-verdade de uma proposição. Exemplos: $P \wedge Q$, $P \vee Q$, $P \rightarrow Q$...

16. Implicação lógica

Definição

A proposição P implica a proposição Q , quando a condicional $P \rightarrow Q$ for uma **tautologia**.

O símbolo $P \Rightarrow Q$ (**P implica Q**) representa a implicação lógica.

Diferenciação dos símbolos \rightarrow e \Rightarrow

O símbolo \rightarrow representa uma operação matemática entre as proposições P e Q que tem como resultado a proposição $P \rightarrow Q$, com valor lógico V ou F.

O símbolo \Rightarrow representa a não ocorrência de **VF** na tabela-verdade de $P \rightarrow Q$, ou ainda que o valor lógico da condicional $P \rightarrow Q$ será sempre V, ou então que $P \rightarrow Q$ é uma tautologia.

Exemplo

A tabela-verdade da condicional $(p \wedge q) \rightarrow (p \leftrightarrow q)$ será:

p	q	$p \wedge q$	$P \leftrightarrow Q$	$(p \wedge q) \rightarrow (P \leftrightarrow Q)$
V	V	V	V	V
V	F	F	F	V
F	V	F	F	V
F	F	F	V	V

Portanto, $(p \wedge q) \rightarrow (p \leftrightarrow q)$ é uma tautologia, por isso $(p \wedge q) \Rightarrow (p \leftrightarrow q)$

17. Equivalência lógica

Definição

Há equivalência entre as proposições P e Q somente quando a bicondicional $P \leftrightarrow Q$ for uma tautologia ou quando P e Q tiverem a mesma tabela-verdade. $P \Leftrightarrow Q$ (**P é equivalente a Q**) é o símbolo que representa a equivalência lógica.

Diferenciação dos símbolos \leftrightarrow e \Leftrightarrow

O símbolo \leftrightarrow representa uma operação entre as proposições P e Q , que tem como resultado uma nova proposição $P \leftrightarrow Q$ com valor lógico V ou F.

O símbolo \Leftrightarrow representa a não ocorrência de **VF** e de **FV** na tabela-verdade $P \leftrightarrow Q$, ou ainda que o valor lógico de $P \leftrightarrow Q$ é sempre V, ou então $P \leftrightarrow Q$ é uma tautologia.

Exemplo

A tabela da bicondicional $(p \rightarrow q) \leftrightarrow (\sim q \rightarrow \sim p)$ será:

p	q	$\sim q$	$\sim p$	$p \rightarrow q$	$\sim q \rightarrow \sim p$	$(p \rightarrow q) \leftrightarrow (\sim q \rightarrow \sim p)$
V	V	F	F	V	V	V
V	F	V	F	F	F	V
F	V	F	V	V	V	V
F	F	V	V	V	V	V

Portanto, $p \rightarrow q$ é equivalente a $\sim q \rightarrow \sim p$, pois estas proposições possuem a mesma tabela-verdade ou a bicondicional $(p \rightarrow q) \leftrightarrow (\sim q \rightarrow \sim p)$ é uma tautologia.

Veja a representação:
 $(p \rightarrow q) \leftrightarrow (\sim q \rightarrow \sim p)$

EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS NOTÁVEIS

Dizemos que duas proposições são logicamente equivalentes (ou simplesmente equivalentes) quando os resultados de suas tabelas-verdade são idênticos.

Uma consequência prática da equivalência lógica é que ao trocar uma dada proposição por qualquer outra que lhe seja equivalente, estamos apenas mudando a maneira de dizê-la.

A equivalência lógica entre duas proposições, p e q , pode ser representada simbolicamente como: $p \equiv q$, ou simplesmente por $p = q$.

Começaremos com a descrição de algumas equivalências lógicas básicas.

Equivalências Básicas

1. $p \text{ e } p = p$

Ex: André **é inocente e inocente** = André é inocente

2. $p \text{ ou } p = p$

Ex: Ana foi ao cinema ou ao cinema = Ana foi ao cinema

3. $p \text{ e } q = q \text{ e } p$

Ex: O cavalo é forte e veloz = O cavalo é veloz e forte

4. $p \text{ ou } q = q \text{ ou } p$

Ex: O carro é branco ou azul = O carro é azul ou branco

5. $p \leftrightarrow q = q \leftrightarrow p$

Ex: Amo se e somente se vivo = Vivo se e somente se amo.

6. $p \leftrightarrow q = (pq) \text{ e } (qp)$

Ex: Amo se e somente se vivo = Se amo então vivo, e se vivo então amo

Para facilitar a memorização, veja a tabela abaixo:

$p \text{ e } p$	p
$p \text{ ou } p$	p
$p \text{ e } q$	$q \text{ e } p$
$p \text{ ou } q$	$q \text{ ou } p$
$p \leftrightarrow q$	$q \leftrightarrow p$
$p \leftrightarrow q$	$(p \rightarrow q) \text{ e } (q \rightarrow p)$

Equivalências da Condicional

As duas equivalências que se seguem são de fundamental importância. Estas equivalências podem ser verificadas, ou seja, demonstradas, por meio da comparação entre as tabelas-verdade. Fica como exercício para casa estas demonstrações. As equivalências da condicional são as seguintes:

1) Se p então q = Se não q então não p .

Ex: Se chove então me molho = Se não me molho então não chove

2) Se p então q = Não p ou q .

Ex: Se estudo então passo no concurso = Não estudo ou passo no concurso

Colocando estes resultados em uma tabela, para ajudar a memorização, teremos:

$p \rightarrow q$	$\sim q \rightarrow \sim p$
$p \rightarrow q$	$\sim p \vee q$

Equivalências com o Símbolo da Negação

Este tipo de equivalência já foi estudado. Trata-se, tão somente, das negações das proposições compostas! Lembremos:

Negativa de $(p \text{ e } q)$	$\sim p \text{ ou } \sim q$
Negativa de $(p \text{ ou } q)$	$\sim p \text{ e } \sim q$
Negativa de $(p \rightarrow q)$	$p \text{ e } \sim q$
Negativa de $(p \leftrightarrow q)$	$[(p \text{ e } \sim q) \text{ ou } (q \text{ e } \sim p)]$

É possível que surja alguma dúvida em relação a última linha da tabela acima. Porém, basta lembrarmos do que foi aprendido:

$$p \leftrightarrow q = (pq) \text{ e } (qp)$$

(Obs: a BICONDICIONAL tem esse nome: porque equivale a duas condicionais!)

Para negar a bicondicional, teremos na verdade que negar a sua conjunção equivalente.

E para negar uma conjunção, já sabemos, nega-se as duas partes e troca-se o E por OU. Fica para casa a demonstração da negação da bicondicional. Ok?

Outras equivalências

Algumas outras equivalências que podem ser relevantes são as seguintes:

1) $p \text{ e } (p \text{ ou } q) = p$

Ex: Paulo é dentista, e Paulo é dentista ou Pedro é médico = Paulo é dentista

2) $p \text{ ou } (p \text{ e } q) = p$

Ex: Paulo é dentista, ou Paulo é dentista e Pedro é médico = Paulo é dentista

Por meio das tabelas-verdade estas equivalências podem ser facilmente demonstradas.

Para auxiliar nossa memorização, criaremos a tabela seguinte:

$p \text{ e } (p \text{ ou } q)$	p
$p \text{ ou } (p \text{ e } q)$	p

NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS

Proposição	Negação da Proposição
$(A \text{ e } B)$	$\sim A \text{ ou } \sim B$
$(A \text{ ou } B)$	$\sim A \text{ e } \sim B$
$(A \rightarrow B)$	$A \text{ e } \sim B$
$(A \leftrightarrow B)$	1ª forma) $\sim(A \rightarrow B \text{ e } B \rightarrow A) = (A \text{ e } \sim B) \text{ ou } (B \text{ e } \sim A)$ 2ª forma) $A \text{ ou } B$
$(A \text{ ou } B)$	$A \leftrightarrow B$

Questões comentadas:

1. (PROCERGS - Técnico de Nível Médio - Técnico em Segurança do Trabalho - FUNDATEC/2012) A proposição "João comprou um carro novo ou não é verdade que João comprou um carro novo e não fez a viagem de férias." é:

- A) um paradoxo.
- B) um silogismo.
- C) uma tautologia.
- D) uma contradição.
- E) uma contingência.

Tautologia é uma proposição composta cujo resultado é sempre verdadeiro para todas as atribuições que se têm, independentemente dessas atribuições.

Rodrigo, posso estar errada, mas ao construir a tabela-verdade com a proposição que você propôs não vamos ter uma tautologia, mas uma contingência.

A proposição a ser utilizada aqui seria a seguinte: $P \vee \sim(P \wedge \sim Q)$, que, ao construirmos a tabela-verdade ficaria da seguinte forma:

P	Q	$\sim Q$	$(P \wedge \sim Q)$	$\sim(P \wedge \sim Q)$	$P \vee \sim(P \wedge \sim Q)$
V	V	F	F	V	V
V	F	V	V	F	V
F	V	F	F	V	V
F	F	V	F	V	V

2. (PM-BA - Soldado da Polícia Militar - FCC /2012)

A negação lógica da proposição: "Pedro é o mais velho da classe ou Jorge é o mais novo da classe" é

A) Pedro não é o mais novo da classe ou Jorge não é o mais velho da classe.

B) Pedro é o mais velho da classe e Jorge não é o mais novo da classe.

C) Pedro não é o mais velho da classe e Jorge não é o mais novo da classe.

D) Pedro não é o mais novo da classe e Jorge não é o mais velho da classe.

E) Pedro é o mais novo da classe ou Jorge é o mais novo da classe.

$p \vee q$ = Pedro é o mais velho da classe ou Jorge é o mais novo da classe.

$\sim p$ = Pedro não é o mais velho da classe.

$\sim q$ = Jorge não é o mais novo da classe.

$\sim(p \vee q) = \sim p \vee \sim q$ = Pedro não é o mais velho da classe ou Jorge não é o mais novo da classe.

3. (PC-MA - Farmacêutico Legista - FGV/2012)

Em frente à casa onde moram João e Maria, a prefeitura está fazendo uma obra na rua. Se o operário liga a britadeira, João sai de casa e Maria não ouve a televisão. Certo dia, depois do almoço, Maria ouve a televisão.

Pode-se concluir, logicamente, que

- A) João saiu de casa.
 - B) João não saiu de casa.
 - C) O operário ligou a britadeira.
 - D) O operário não ligou a britadeira.
 - E) O operário ligou a britadeira e João saiu de casa.
- "Se o operário liga a britadeira, João sai de casa e Maria não ouve a televisão", logo se Maria ouve a televisão, a britadeira não pode estar ligada.

(TJ-AC - Técnico Judiciário - Informática - CESPE/2012)

Em decisão proferida acerca da prisão de um réu, depois de constatado pagamento de pensão alimentícia, o magistrado determinou: "O réu deve ser imediatamente solto, se por outro motivo não estiver preso".

Considerando que a determinação judicial corresponde a uma proposição e que a decisão judicial será considerada descumprida se, e somente se, a proposição correspondente for falsa, julgue os itens seguintes.

4. Se o réu permanecer preso, mesmo não havendo outro motivo para estar preso, então, a decisão judicial terá sido descumprida.

- A) Certo
- B) Errado

A decisão judicial é "O réu deve ser imediatamente solto, se por outro motivo não estiver preso", logo se o réu continuar preso sem outro motivo para estar preso, será descumprida a decisão judicial.

5. Se o réu for imediatamente solto, mesmo havendo outro motivo para permanecer preso, então, a decisão judicial terá sido descumprida.

- A) Certo
- B) Errado

P = se houver outro motivo

Q = será solto

A decisão foi: Se não P então Q, logo $VV = V$

A questão afirma: Se P então Q, logo $FV = V$

Não contrariou, iria contrariar se a questão resultasse $V + F = F$

6. As proposições "Se o réu não estiver preso por outro motivo, deve ser imediatamente solto" e "Se o réu não for imediatamente solto, então, ele está preso por outro motivo" são logicamente equivalentes.

- A) Certo
- B) Errado

O réu não estiver preso por outro motivo = $\sim P$

Deve ser imediatamente solto = S

Se o réu não estiver preso por outro motivo, deve ser imediatamente solto = $P \rightarrow S$

Se o réu não for imediatamente solto, então, ele está preso por outro motivo = $\sim S \rightarrow P$

De acordo com a regra de equivalência $(A \rightarrow B) = (\sim B \rightarrow \sim A)$ a questão está correta.

7. A negação da proposição relativa à decisão judicial estará corretamente representada por "O réu não deve ser imediatamente solto, mesmo não estando preso por outro motivo".

- A) Certo
- B) Errado

"O réu deve ser imediatamente solto, se por outro motivo não estiver preso" está no texto, assim:

P = "Por outro motivo não estiver preso"

Q = "O réu deve ser imediatamente solto"

PQ, a negação $\sim(P \rightarrow Q) = P \wedge \sim Q$

P e $\sim Q$ = Por outro motivo estiver preso o réu não deve ser imediatamente solto"

8. (Polícia Civil/SP - Investigador - VUNESP/2014) Um antropólogo estadunidense chega ao Brasil para aperfeiçoar seu conhecimento da língua portuguesa. Durante sua estadia em nosso país, ele fica muito intrigado com a frase "não vou fazer coisa nenhuma", bastante utilizada em nossa linguagem coloquial. A dúvida dele surge porque

- A) a conjunção presente na frase evidencia seu significado.
- B) o significado da frase não leva em conta a dupla negação.

- C) a implicação presente na frase altera seu significado.
- D) o significado da frase não leva em conta a disjunção.
- E) a negação presente na frase evidencia seu significado.

$\sim(\sim p)$ é equivalente a p

Logo, uma dupla negação é equivalente a afirmar.
RESPOSTA: "B".

9. (Receita Federal do Brasil - Analista Tributário - ESAF/2012) A negação da proposição "se Paulo estuda, então Marta é atleta" é logicamente equivalente à proposição:

- A) Paulo não estuda e Marta não é atleta.
- B) Paulo estuda e Marta não é atleta.
- C) Paulo estuda ou Marta não é atleta.
- D) se Paulo não estuda, então Marta não é atleta.
- E) Paulo não estuda ou Marta não é atleta.

A negação de uma condicional do tipo: "Se A, então B" (AB) será da forma:

$\sim(A \rightarrow B) = A \wedge \sim B$

Ou seja, para negarmos uma proposição composta representada por uma condicional, devemos confirmar sua primeira parte ("A"), trocar o conectivo condicional (" \rightarrow ") pelo conectivo conjunção (" \wedge ") e negarmos sua segunda parte (" $\sim B$ "). Assim, teremos:

RESPOSTA: "B".

10. (ANVISA - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CENTRO/2012) Se Viviane não dança, Márcia não canta. Logo,

- A) Viviane dançar é condição suficiente para Márcia cantar.
- B) Viviane não dançar é condição necessária para Márcia não cantar.
- C) Viviane dançar é condição necessária para Márcia cantar.
- D) Viviane não dançar é condição suficiente para Márcia cantar.
- E) Viviane dançar é condição necessária para Márcia não cantar.

Inicialmente, reescreveremos a condicional dada na forma de condição suficiente e condição necessária:

"Se Viviane não dança, Márcia não canta"

1ª possibilidade: Viviane não dançar é condição suficiente para Márcia não cantar. Não há RESPOSTA: para essa possibilidade.

2ª possibilidade: Márcia não cantar é condição necessária para Viviane não dançar.. Não há RESPOSTA: para essa possibilidade.

Não havendo RESPOSTA, modificaremos a condicional inicial, transformando-a em outra condicional equivalente, nesse caso utilizaremos o conceito da contrapositiva ou contra posição: $p \rightarrow q \sim q \rightarrow \sim p$

"Se Viviane não dança, Márcia não canta" "Se Márcia canta, Viviane dança"

Transformando, a condicional "Se Márcia canta, Viviane dança" na forma de condição suficiente e condição necessária, obteremos as seguintes possibilidades:

1ª possibilidade: Márcia cantar é condição suficiente para Viviane dançar. Não há RESPOSTA: para essa possibilidade.

2ª possibilidade: Viviane dançar é condição necessária para Márcia cantar.

RESPOSTA: "C".

11. (BRDE - ANALISTA DE SISTEMAS - AOCP/2012) Considere a sentença: "Se Ana é professora, então Camila é médica." A proposição equivalente a esta sentença é

- A) Ana não é professora ou Camila é médica.
- B) Se Ana é médica, então Camila é professora.
- C) Se Camila é médica, então Ana é professora.
- D) Se Ana é professora, então Camila não é médica.
- E) Se Ana não é professora, então Camila não é médica.

Existem duas equivalências particulares em relação a uma condicional do tipo "Se A, então B".

1ª) Pela contrapositiva ou contraposição: "Se A, então B" é equivalente a "Se $\sim B$, então $\sim A$ "

"Se Ana é professora, então Camila é médica." Será equivalente a:

"Se Camila não é médica, então Ana não é professora."

2ª) Pela Teoria da Involução ou Dupla Negação: "Se A, então B" é equivalente a " $\sim A$ ou B"

"Se Ana é professora, então Camila é médica." Será equivalente a:

"Ana não é professora ou Camila é médica."

Ficaremos, então, com a segunda equivalência, já que esta configura no gabarito.

RESPOSTA: "A".

(PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Considerando que P e Q representem proposições conhecidas e que V e F representem, respectivamente, os valores verdadeiro e falso, julgue os próximos itens. (374 a 376)

12. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) As proposições Q e P ($\neg Q$) são, simultaneamente, V se, e somente se, P for F.

() Certo () Errado

Observando a tabela-verdade da proposição composta "P ($\neg Q$)", em função dos valores lógicos de "P" e "Q", temos:

P	Q	$\neg Q$	$P \rightarrow (\neg Q)$
V	V	F	F
V	F	V	V
F	V	F	V
F	F	V	V

Observando-se a 3 linha da *tabela-verdade* acima, $\neg Q$ e $\neg P$ ($\neg Q$) são, simultaneamente, V se, e somente se, $\neg P$ for F.

Resposta: CERTO.

13. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) A proposição $[P \vee Q] \rightarrow Q$ é uma tautologia.

() Certo () Errado

Construindo a tabela-verdade da proposição composta: $[P \vee Q] \rightarrow Q$, teremos como solução:

P	Q	$P \vee Q$	$(P \vee Q) \rightarrow Q$	$(p \wedge \sim q) \leftrightarrow (\sim p \vee q)$
V	V	V	$V \rightarrow V$	V
V	F	V	$V \rightarrow F$	F
F	V	V	$V \rightarrow V$	V
F	F	F	$F \rightarrow F$	V

$P(Q) = VFVV$

Portanto, essa *proposição composta* é uma *contingência* ou *indeterminação lógica*.

Resposta: ERRADO.

14. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) Se P for F e $P \vee Q$ for V, então Q é V.

() Certo () Errado

Lembramos que uma *disjunção simples*, na forma: " $P \vee Q$ ", será *verdadeira* (V) se, pelo menos, uma de suas partes for *verdadeira* (V). Nesse caso, se "P" for *falsa* e " $P \vee Q$ " for *verdadeira*, então "Q" será, necessariamente, *verdadeira*.

Resposta: CERTO.

(PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013)

P1: Se a impunidade é alta, então a criminalidade é alta.

P2: A impunidade é alta ou a justiça é eficaz.

P3: Se a justiça é eficaz, então não há criminosos livres.

P4: Há criminosos livres.

C: Portanto a criminalidade é alta.

Considerando o argumento apresentado acima, em que P1, P2, P3 e P4 são as premissas e C, a conclusão, julgue os itens subsequentes. (377 e 378)

15. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) O argumento apresentado é um argumento válido.

() Certo () Errado

Verificaremos se as verdades das premissas P1, P2, P3 e P4 sustentam a verdade da conclusão. Nesse caso, devemos considerar que todas as premissas são, necessariamente, *verdadeiras*.

P1: Se a impunidade é alta, então a criminalidade é alta.

(V)

P2: A impunidade é alta ou a justiça é eficaz. (V)

P3: Se a justiça é eficaz, então não há criminosos livres.

(V)

P4: Há criminosos livres. (V)

Portanto, se a premissa P4 – *proposição simples* – é verdadeira (V), então a 2ª parte da *condicional* representada pela premissa P3 será considerada falsa (F). Então, veja:

P1: Se a impunidade é alta, então a criminalidade é alta. (V)

P2: A impunidade é alta ou a justiça é eficaz. (V)

P3: Se a justiça é eficaz, então não há criminosos livres. (V)

2º (F)

P4: Há criminosos livres. (V)

1º (V)

Sabendo-se que a condicional P3 é verdadeira e conhecendo-se o valor lógico de sua 2ª parte como falsa (F), então o valor lógico de sua 1ª parte nunca poderá ser verdadeiro (V). Assim, a *proposição simples* —a justiça é eficaz— será considerada falsa (F).

Se a *proposição simples* —a justiça é eficaz— é considerada falsa (F), então a 2ª parte da *disjunção simples* representada pela premissa P2, também, será falsa (F).

P1: Se a impunidade é alta, então a criminalidade é alta. (V)

P2: A impunidade é alta ou a justiça é eficaz. (V)

4º (F)

P3: Se a justiça é eficaz, então não há criminosos livres. (V)

3º (F)

2º (F)

P4: Há criminosos livres. (V)

1º (V)

Sendo verdadeira (V) a premissa P2 (*disjunção simples*) e conhecendo-se o valor lógico de uma das partes como falsa (F), então o valor lógico da outra parte deverá ser, necessariamente, verdadeira (V). Lembramos que, uma *disjunção simples* será considerada verdadeira (V), quando, pelo menos, uma de suas partes for verdadeira (V).

Sendo verdadeira (V) a *proposição simples* —a impunidade é alta—, então, confirmaremos também como verdadeira (V), a 1ª parte da *condicional* representada pela premissa P1.

P1: Se a impunidade é alta, então a criminalidade é alta. (V)

6º (V)

P2: A impunidade é alta ou a justiça é eficaz. (V)

5º (F)

4º (F)

P3: Se a justiça é eficaz, então não há criminosos livres. (V)

3º (F)

2º (F)

P4: Há criminosos livres. (V)

1º (V)

Considerando-se como verdadeira (V) a 1ª parte da *condicional* em P1, então, deveremos considerar também como verdadeira (V), sua 2ª parte, pois uma verdade sempre implica em outra verdade.

Considerando a *proposição simples* —a criminalidade é alta— como verdadeira (V), logo a conclusão desse argumento é, de fato, verdadeira (V), o que torna esse argumento válido.

Resposta: CERTO.

16. (PC/DF – Agente de Polícia - CESPE/UnB/2013) A negação da proposição P1 pode ser escrita como “Se a impunidade não é alta, então a criminalidade não é alta”.

() Certo () Errado

Seja P1 representada simbolicamente, por:

A impunidade não é alta(p) então a criminalidade não é alta(q)

A negação de uma condicional é dada por:

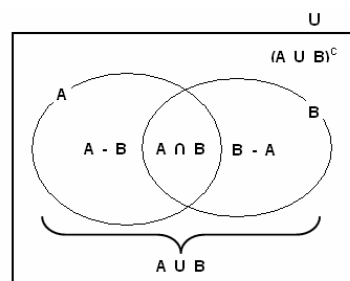
~(pq)

Logo, sua negação será dada por: ~P1 a impunidade é alta e a criminalidade não é alta.

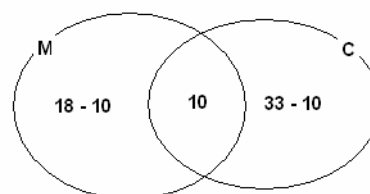
Resposta:ERRADO.

Diagramas Lógicos

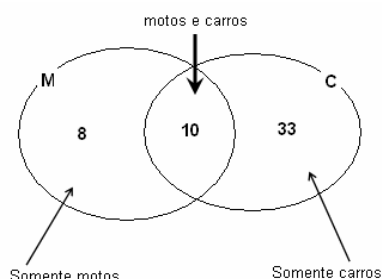
Os diagramas lógicos são usados na resolução de vários problemas. Uma situação que esses diagramas poderão ser usados, é na determinação da quantidade de elementos que apresentam uma determinada característica.



Assim, se num grupo de pessoas há 43 que dirigem carro, 18 que dirigem moto e 10 que dirigem carro e moto. Baseando-se nesses dados, e nos diagramas lógicos poderemos saber: Quantas pessoas têm no grupo ou quantas dirigem somente carro ou ainda quantas dirigem somente motos. Vamos inicialmente montar os diagramas dos conjuntos que representam os motoristas de motos e motoristas de carros. Começaremos marcando quantos elementos tem a intersecção e depois completaremos os outros espaços.



Marcando o valor da intersecção, então iremos subtraindo esse valor da quantidade de elementos dos conjuntos A e B. A partir dos valores reais, é que poderemos responder as perguntas feitas.

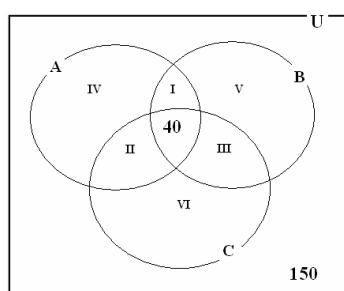


- a) Temos no grupo: $8 + 10 + 33 = 51$ motoristas.
- b) Dirigem somente carros 33 motoristas.
- c) Dirigem somente motos 8 motoristas.

No caso de uma pesquisa de opinião sobre a preferência quanto à leitura de três jornais. A, B e C, foi apresentada a seguinte tabela:

Jornais	Leitores
A	300
B	250
C	200
A e B	70
A e C	65
B e C	105
A, B e C	40
Nenhum	150

Para termos os valores reais da pesquisa, vamos inicialmente montar os diagramas que representam cada conjunto. A colocação dos valores começará pela intersecção dos três conjuntos e depois para as intersecções duas a duas e por último às regiões que representam cada conjunto individualmente. Representaremos esses conjuntos dentro de um retângulo que indicará o conjunto universo da pesquisa.



Fora dos diagramas teremos 150 elementos que não são leitores de nenhum dos três jornais.

Na região I, teremos: $70 - 40 = 30$ elementos.

Na região II, teremos: $65 - 40 = 25$ elementos.

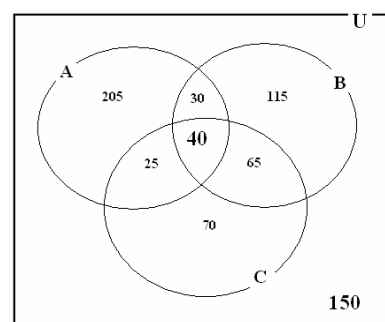
Na região III, teremos: $105 - 40 = 65$ elementos.

Na região IV, teremos: $300 - 40 - 30 - 25 = 205$ elementos.

Na região V, teremos: $250 - 40 - 30 - 65 = 115$ elementos.

Na região VI, teremos: $200 - 40 - 25 - 65 = 70$ elementos.

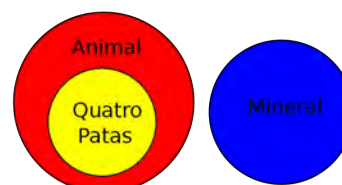
Dessa forma, o diagrama figura preenchido com os seguintes elementos:



Com essa distribuição, poderemos notar que 205 pessoas leem apenas o jornal A. Verificamos que 500 pessoas não leem o jornal C, pois é a soma $205 + 30 + 115 + 150$. Notamos ainda que 700 pessoas foram entrevistadas, que é a soma $205 + 30 + 25 + 40 + 115 + 65 + 70 + 150$.

Diagrama de Euler

Um diagrama de Euler é similar a um diagrama de Venn, mas não precisa conter todas as zonas (onde uma zona é definida como a área de intersecção entre dois ou mais contornos). Assim, um diagrama de Euler pode definir um universo de discurso, isto é, ele pode definir um sistema no qual certas intersecções não são possíveis ou consideradas. Assim, um diagrama de Venn contendo os atributos para Animal, Mineral e quatro patas teria que conter intersecções onde alguns estão em ambos animal, mineral e de quatro patas. Um diagrama de Venn, consequentemente, mostra todas as possíveis combinações ou conjunções.



Diagramas de Euler consistem em curvas simples fechadas (geralmente círculos) no plano que mostra os conjuntos. Os tamanhos e formas das curvas não são importantes: a significância do diagrama está na forma como eles se sobrepõem. As relações espaciais entre as regiões delimitadas por cada curva (sobreposição, contenção ou nenhuma) correspondem relações teóricas (subconjunto

intersecção e disjunção). Cada curva de Euler divide o plano em duas regiões ou zonas estão: o interior, que representa simbolicamente os elementos do conjunto, e o exterior, o que representa todos os elementos que não são membros do conjunto. Curvas cujos interiores não se cruzam representam conjuntos disjuntos. Duas curvas cujos interiores se interceptam representam conjuntos que têm elementos comuns, a zona dentro de ambas as curvas representa o conjunto de elementos comuns a ambos os conjuntos (intersecção dos conjuntos). Uma curva que está contido completamente dentro da zona interior de outro representa um subconjunto do mesmo.

Os Diagramas de Venn são uma forma mais restritiva de diagramas de Euler. Um diagrama de Venn deve conter todas as possíveis zonas de sobreposição entre as suas curvas, representando todas as combinações de inclusão / exclusão de seus conjuntos constituintes, mas em um diagrama de Euler algumas zonas podem estar faltando. Essa falta foi o que motivou Venn a desenvolver seus diagramas. Existia a necessidade de criar diagramas em que pudessem ser observadas, por meio de suposição, quaisquer relações entre as zonas não apenas as que são "verdadeiras".

Os diagramas de Euler (em conjunto com os de Venn) são largamente utilizados para ensinar a teoria dos conjuntos no campo da matemática ou lógica matemática no campo da lógica. Eles também podem ser utilizados para representar relacionamentos complexos com mais clareza, já que representa apenas as relações válidas. Em estudos mais aplicados esses diagramas podem ser utilizados para provar / analisar silogismos que são argumentos lógicos para que se possa deduzir uma conclusão.

Diagramas de Venn

Designa-se por diagramas de Venn os diagramas usados em matemática para simbolizar graficamente propriedades, axiomas e problemas relativos aos conjuntos e sua teoria. Os respectivos diagramas consistem de curvas fechadas simples desenhadas sobre um plano, de forma a simbolizar os conjuntos e permitir a representação das relações de pertença entre conjuntos e seus elementos (por exemplo, $4 \notin \{3,4,5\}$, mas $4 \in \{1,2,3,12\}$) e relações de continência (inclusão) entre os conjuntos (por exemplo, $\{1, 3\} \subset \{1, 2, 3, 4\}$). Assim, duas curvas que não se tocam e estão uma no espaço interno da outra simbolizam conjuntos que possuem continência; ao passo que o ponto interno a uma curva representa um elemento pertencente ao conjunto.

Os diagramas de Venn são construídos com coleções de curvas fechadas contidas em um plano. O interior dessas curvas representa, simbolicamente, a coleção de elementos do conjunto. De acordo com Clarence Irving Lewis, o "princípio desses diagramas é que classes (ou conjuntos) sejam representadas por regiões, com tal relação entre si que todas as relações lógicas possíveis entre as classes possam ser indicadas no mesmo diagrama. Isto é, o diagrama deixa espaço para qualquer relação possível entre as classes, e a relação dada ou existente pode então ser definida indicando se alguma região em específico é vazia

ou não-vazia". Pode-se escrever uma definição mais formal do seguinte modo: Seja $C = (C_1, C_2, \dots, C_n)$ uma coleção de curvas fechadas simples desenhadas em um plano. C é uma família independente se a região formada por cada uma das intersecções X_1, X_2, \dots, X_n , onde cada X_i é o interior ou o exterior de C_i , é não-vazia, em outras palavras, se todas as curvas se intersectam de todas as maneiras possíveis. Se, além disso, cada uma dessas regiões é conexa e há apenas um número finito de pontos de intersecção entre as curvas, então C é um diagrama de Venn para n conjuntos.

Nos casos mais simples, os diagramas são representados por círculos que se encobrem parcialmente. As partes referidas em um enunciado específico são marcadas com uma cor diferente. Eventualmente, os círculos são representados como completamente inseridos dentro de um retângulo, que representa o conjunto universo daquele particular contexto (já se buscou a existência de um conjunto universo que pudesse abranger todos os conjuntos possíveis, mas Bertrand Russell mostrou que tal tarefa era impossível). A ideia de conjunto universo é normalmente atribuída a Lewis Carroll. Do mesmo modo, espaços internos comuns a dois ou mais conjuntos representam a sua intersecção, ao passo que a totalidade dos espaços pertencentes a um ou outro conjunto indistintamente representa sua união.

John Venn desenvolveu os diagramas no século XIX, ampliando e formalizando desenvolvimentos anteriores de Leibniz e Euler. E, na década de 1960, eles foram incorporados ao currículo escolar de matemática. Embora seja simples construir diagramas de Venn para dois ou três conjuntos, surgem dificuldades quando se tenta usá-los para um número maior. Algumas construções possíveis são devidas ao próprio John Venn e a outros matemáticos como Anthony W. F. Edwards, Branko Grünbaum e Phillip Smith. Além disso, encontram-se em uso outros diagramas similares aos de Venn, entre os quais os de Euler, Johnston, Pierce e Karnaugh.

Dois Conjuntos: considere-se o seguinte exemplo: suponha-se que o conjunto A representa os animais bípedes e o conjunto B representa os animais capazes de voar. A área onde os dois círculos se sobrepõem, designada por intersecção A e B ou intersecção A-B, conteria todas as criaturas que ao mesmo tempo podem voar e têm apenas duas pernas motoras.



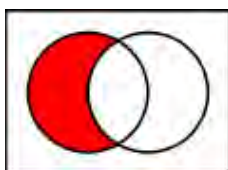
Considere-se agora que cada espécie viva está representada por um ponto situado em alguma parte do diagrama. Os humanos e os pinguins seriam marcados dentro do círculo A, na parte dele que não se sobrepõe com o círculo B, já que ambos são bípedes mas não podem voar. Os mosquitos, que voam mas têm seis pernas, seriam re-

presentados dentro do círculo B e fora da sobreposição. Os canários, por sua vez, seriam representados na intersecção A-B, já que são bípedes e podem voar. Qualquer animal que não fosse bípede nem pudesse voar, como baleias ou serpentes, seria marcado por pontos fora dos dois círculos.

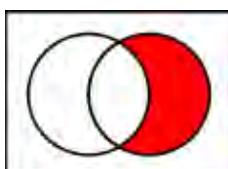
Assim, o diagrama de dois conjuntos representa quatro áreas distintas (a que fica fora de ambos os círculos, a parte de cada círculo que pertence a ambos os círculos (onde há sobreposição), e as duas áreas que não se sobrepõem, mas estão em um círculo ou no outro):

- Animais que possuem duas pernas e não voam (A sem sobreposição).
- Animais que voam e não possuem duas pernas (B sem sobreposição).
- Animais que possuem duas pernas e voam (sobreposição).
- Animais que não possuem duas pernas e não voam (branco - fora).

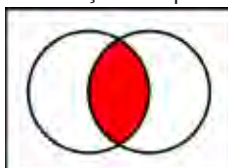
Essas configurações são representadas, respectivamente, pelas operações de conjuntos: diferença de A para B, diferença de B para A, intersecção entre A e B, e conjunto complementar de A e B. Cada uma delas pode ser representada como as seguintes áreas (mais escuras) no diagrama:



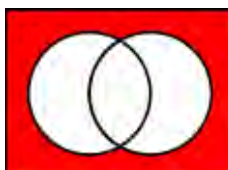
Diferença de A para B: $A \setminus B$



Diferença de B para A: $B \setminus A$

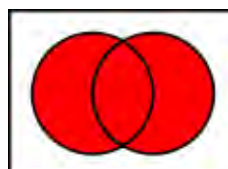


Intersecção de dois conjuntos: AB

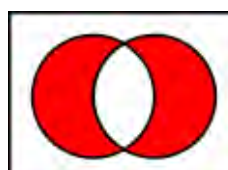


Complementar de dois conjuntos: $U \setminus (AB)$

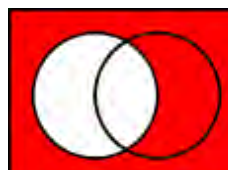
Além disso, essas quatro áreas podem ser combinadas de 16 formas diferentes. Por exemplo, pode-se perguntar sobre os animais que voam ou tem duas patas (pelo menos uma das características); tal conjunto seria representado pela união de A e B. Já os animais que voam e não possuem duas patas mais os que não voam e possuem duas patas, seriam representados pela diferença simétrica entre A e B. Estes exemplos são mostrados nas imagens a seguir, que incluem também outros dois casos.



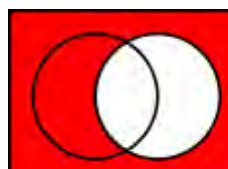
União de dois conjuntos: $A \cup B$



Diferença Simétrica de dois conjuntos: $A \Delta B$



Complementar de A em U: $A^c = U \setminus A$



Complementar de B em U: $B^c = U \setminus B$

Três Conjuntos: Na sua apresentação inicial, Venn focou-se sobretudo nos diagramas de três conjuntos. Alargando o exemplo anterior, poderia-se introduzir o conjunto C dos animais que possuem bico. Neste caso, o diagrama define sete áreas distintas, que podem combinar-se de 256 (2^8) maneiras diferentes, algumas delas ilustradas nas imagens seguintes.

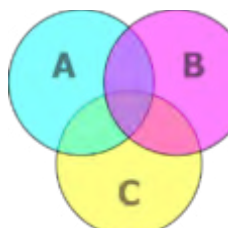
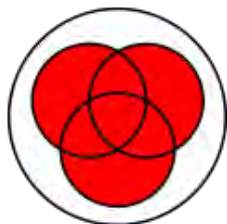
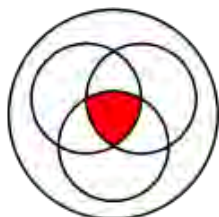


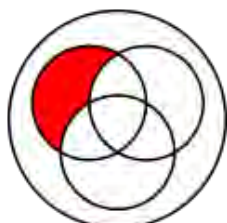
Diagrama de Venn mostrando todas as intersecções possíveis entre A, B e C.



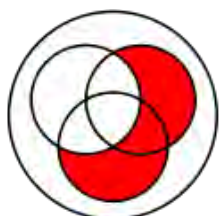
União de três conjuntos: $A \cup B \cup C$



Intersecção de três conjuntos: $A \cap B \cap C$



$A \setminus (B \cup C)$



$(B \cup C) \setminus A$

Proposições Categóricas

- Todo A é B
- Nenhum A é B
- Algum A é B e
- Algum A não é B

Proposições do tipo Todo A é B afirmam que o conjunto A é um subconjunto do conjunto B. Ou seja: A está contido em B. Atenção: dizer que Todo A é B não significa o mesmo que Todo B é A. Enunciados da forma Nenhum A é B afirmam que os conjuntos A e B são disjuntos, isto é, não tem elementos em comum. Atenção: dizer que Nenhum A é B é logicamente equivalente a dizer que Nenhum B é A.

Por convenção universal em Lógica, proposições da forma Algum A é B estabelecem que o conjunto A tem pelo menos um elemento em comum com o conjunto B. Contudo, quando dizemos que Algum A é B, pressupomos que nem todo A é B. Entretanto, no sentido lógico de algum,

está perfeitamente correto afirmar que "alguns de meus colegas estão me elogiando", mesmo que todos eles estejam. Dizer que Algum A é B é logicamente equivalente a dizer que Algum B é A. Também, as seguintes expressões são equivalentes: Algum A é B = Pelo menos um A é B = Existe um A que é B.

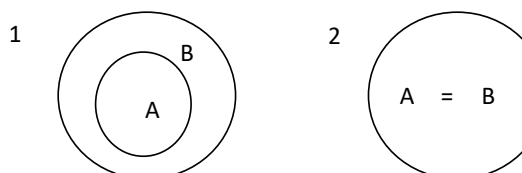
Proposições da forma Algum A não é B estabelecem que o conjunto A tem pelo menos um elemento que não pertence ao conjunto B. Temos as seguintes equivalências: Algum A não é B = Algum A é não B = Algum não B é A. Mas não é equivalente a Algum B não é A. Nas proposições categóricas, usam-se também as variações gramaticais dos verbos ser e estar, tais como é, são, está, foi, eram, ..., como elo de ligação entre A e B.

- Todo A é B = Todo A não é não B.
- Algum A é B = Algum A não é não B.
- Nenhum A é B = Nenhum A não é não B.
- Todo A é não B = Todo A não é B.
- Algum A é não B = Algum A não é B.
- Nenhum A é não B = Nenhum A não é B.
- Nenhum A é B = Todo A é não B.
- Todo A é B = Nenhum A é não B.
- A negação de Todo A é B é Algum A não é B (e vice-versa).
- A negação de Algum A é B é Nenhum A não é B (e vice-versa).

Verdade ou Falsidade das Proposições Categóricas

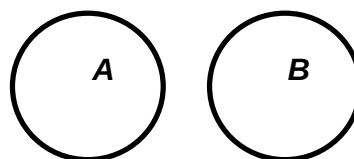
Dada a verdade ou a falsidade de qualquer uma das proposições categóricas, isto é, de Todo A é B, Nenhum A é B, Algum A é B e Algum A não é B, pode-se inferir de imediato a verdade ou a falsidade de algumas ou de todas as outras.

1. Se a proposição Todo A é B é verdadeira, então temos as duas representações possíveis:



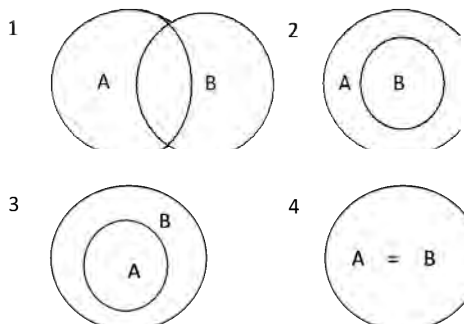
Nenhum A é B. É falsa.
Algum A é B. É verdadeira.
Algum A não é B. É falsa.

2. Se a proposição Nenhum A é B é verdadeira, então temos somente a representação:



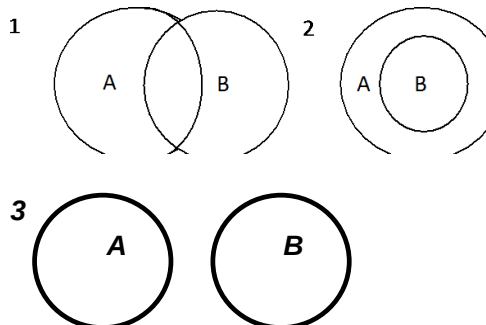
Todo A é B. É falsa.
 Algum A é B. É falsa.
 Algum A não é B. É verdadeira.

3. Se a proposição Algum A é B é verdadeira, temos as quatro representações possíveis:



Nenhum A é B. É falsa.
 Todo A é B. Pode ser verdadeira (em 3 e 4) ou falsa (em 1 e 2).
 Algum A não é B. Pode ser verdadeira (em 1 e 2) ou falsa (em 3 e 4) – é indeterminada.

4. Se a proposição Algum A não é B é verdadeira, temos as três representações possíveis:



Todo A é B. É falsa.
 Nenhum A é B. Pode ser verdadeira (em 3) ou falsa (em 1 e 2 – é indeterminada).
 Algum A é B. Ou falsa (em 3) ou pode ser verdadeira (em 1 e 2 – é indeterminada).

QUESTÕES

01. Represente por diagrama de Venn-Euler
 (A) Algum A é B
 (B) Algum A não é B
 (C) Todo A é B
 (D) Nenhum A é B

02. (Especialista em Políticas Públicas Bahia - FCC) Considerando "todo livro é instrutivo" como uma proposição verdadeira, é correto inferir que:
 (A) "Nenhum livro é instrutivo" é uma proposição necessariamente verdadeira.
 (B) "Algum livro é instrutivo" é uma proposição necessariamente verdadeira.

(C) "Algum livro não é instrutivo" é uma proposição verdadeira ou falsa.

(D) "Algum livro é instrutivo" é uma proposição verdadeira ou falsa.

(E) "Algum livro não é instrutivo" é uma proposição necessariamente verdadeira.

03. Dos 500 músicos de uma Filarmônica, 240 tocam instrumentos de sopro, 160 tocam instrumentos de corda e 60 tocam esses dois tipos de instrumentos. Quantos músicos desta Filarmônica tocam:

- (A) instrumentos de sopro ou de corda?
 (B) somente um dos dois tipos de instrumento?
 (C) instrumentos diferentes dos dois citados?

04. (TTN - ESAF) Se é verdade que "Alguns A são R" e que "Nenhum G é R", então é necessariamente verdadeiro que:

- (A) algum A não é G;
 (B) algum A é G.
 (C) nenhum A é G;
 (D) algum G é A;
 (E) nenhum G é A;

05. Em uma classe, há 20 alunos que praticam futebol mas não praticam vôlei e há 8 alunos que praticam vôlei mas não praticam futebol. O total dos que praticam vôlei é 15. Ao todo, existem 17 alunos que não praticam futebol. O número de alunos da classe é:

- (A) 30.
 (B) 35.
 (C) 37.
 (D) 42.
 (E) 44.

06. Um colégio oferece a seus alunos a prática de um ou mais dos seguintes esportes: futebol, basquete e vôlei. Sabe-se que, no atual semestre:

- 20 alunos praticam vôlei e basquete.
- 60 alunos praticam futebol e 55 praticam basquete.
- 21 alunos não praticam nem futebol nem vôlei.
- o número de alunos que praticam só futebol é idêntico ao número de alunos que praticam só vôlei.
- 17 alunos praticam futebol e vôlei.
- 45 alunos praticam futebol e basquete; 30, entre os 45, não praticam vôlei.

O número total de alunos do colégio, no atual semestre, é igual a:

- (A) 93
 (B) 110
 (C) 103
 (D) 99
 (E) 114

07. Numa pesquisa, verificou-se que, das pessoas entrevistadas, 100 liam o jornal X, 150 liam o jornal Y, 20 liam os dois jornais e 110 não liam nenhum dos dois jornais. Quantas pessoas foram entrevistadas?

- (A) 220
(B) 240
(C) 280
(D) 300
(E) 340

08. Em uma entrevista de mercado, verificou-se que 2.000 pessoas usam os produtos C ou D. O produto D é usado por 800 pessoas e 320 pessoas usam os dois produtos ao mesmo tempo. Quantas pessoas usam o produto C?

- (A) 1.430
(B) 1.450
(C) 1.500
(D) 1.520
(E) 1.600

09. Sabe-se que o sangue das pessoas pode ser classificado em quatro tipos quanto a antígenos. Em uma pesquisa efetuada num grupo de 120 pessoas de um hospital, constatou-se que 40 delas têm o antígeno A, 35 têm o antígeno B e 14 têm o antígeno AB. Com base nesses dados, quantas pessoas possuem o antígeno O?

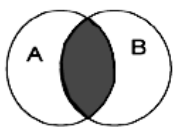
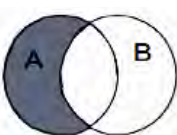
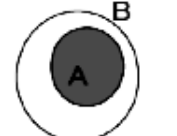
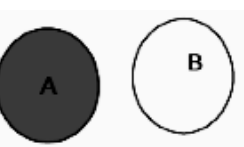
- (A) 50
(B) 52
(C) 59
(D) 63
(E) 65

10. Em uma universidade são lidos dois jornais, A e B. Exatamente 80% dos alunos leem o jornal A e 60% leem o jornal B. Sabendo que todo aluno é leitor de pelo menos um dos jornais, encontre o percentual que leem ambos os jornais.

- (A) 40%
(B) 45%
(C) 50%
(D) 60%
(E) 65%

Respostas

01.

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 

02. Resposta "B".



A opção A é descartada de pronto: "nenhum livro é instrutivo" implica a total dissociação entre os diagramas. E estamos com a situação inversa. A opção "B" é perfeitamente correta. Percebam como todos os elementos do diagrama "livro" estão inseridos no diagrama "instrutivo". Resta necessariamente perfeito que algum livro é instrutivo.

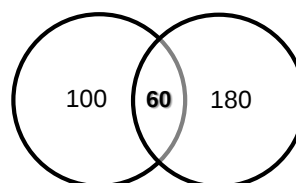
03. Seja C o conjunto dos músicos que tocam instrumentos de corda e S dos que tocam instrumentos de sopro. Chamemos de F o conjunto dos músicos da Filarmônica. Ao resolver este tipo de problema faça o diagrama, assim você poderá visualizar o problema e sempre comece a preencher os dados de dentro para fora.

Passo 1: 60 tocam os dois instrumentos, portanto, após fazermos o diagrama, este número vai no meio.

Passo 2:

- a) 160 tocam instrumentos de corda. Já temos 60. Os que só tocam corda são, portanto $160 - 60 = 100$
b) 240 tocam instrumento de sopro. $240 - 60 = 180$

Vamos ao diagrama, preenchamos os dados obtidos acima:



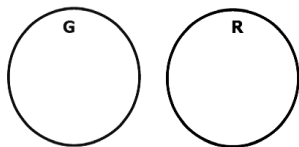
Com o diagrama completamente preenchido, fica fácil achar as respostas: Quantos músicos desta Filarmônica tocam:

- a) instrumentos de sopro ou de corda? Pelos dados do problema: $100 + 60 + 180 = 340$
b) somente um dos dois tipos de instrumento? $100 + 180 = 280$
c) instrumentos diferentes dos dois citados? $500 - 340 = 160$

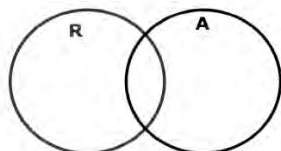
04. Esta questão traz, no enunciado, duas proposições categóricas:

- Alguns A são R
- Nenhum G é R

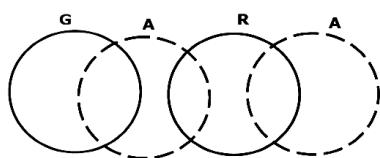
Devemos fazer a representação gráfica de cada uma delas por círculos para ajudar-nos a obter a resposta correta. Vamos iniciar pela representação do Nenhum G é R, que é dada por dois círculos separados, sem nenhum ponto em comum.



Como já foi visto, não há uma representação gráfica única para a proposição categórica do Alguns A são R, mas geralmente a representação em que os dois círculos se interceptam (mostrada abaixo) tem sido suficiente para resolver qualquer questão.



Agora devemos juntar os desenhos das duas proposições categóricas para analisarmos qual é a alternativa correta. Como a questão não informa sobre a relação entre os conjuntos A e G, então teremos diversas maneiras de representar graficamente os três conjuntos (A, G e R). A alternativa correta vai ser aquela que é verdadeira para quaisquer dessas representações. Para facilitar a solução da questão não faremos todas as representações gráficas possíveis entre os três conjuntos, mas sim, uma (ou algumas) representação(ões) de cada vez e passamos a analisar qual é a alternativa que satisfaz esta(s) representação(ões), se tivermos somente uma alternativa que satisfaça, então já achamos a resposta correta, senão, desenhamos mais outra representação gráfica possível e passamos a testar somente as alternativas que foram verdadeiras. Tomemos agora o seguinte desenho, em que fazemos duas representações, uma em que o conjunto A intercepta parcialmente o conjunto G, e outra em que não há intersecção entre eles.



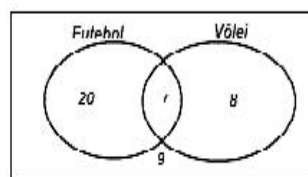
Teste das alternativas:

Teste da alternativa "A" (algum A não é G). Observando os desenhos dos círculos, verificamos que esta alternativa é verdadeira para os dois desenhos de A, isto é, nas duas representações há elementos em A que não estão em G. Passemos para o teste da próxima alternativa.

Teste da alternativa "B" (algum A é G). Observando os desenhos dos círculos, verificamos que, para o desenho de A que está mais à direita, esta alternativa não é verdadeira, isto é, tem elementos em A que não estão em G. Pelo mesmo motivo a alternativa "D" não é correta. Passemos para a próxima.

Teste da alternativa "C" (Nenhum A é G). Observando os desenhos dos círculos, verificamos que, para o desenho de A que está mais à esquerda, esta alternativa não é verdadeira, isto é, tem elementos em A que estão em G. Pelo mesmo motivo a alternativa "E" não é correta. Portanto, a resposta é a alternativa "A".

05. Resposta "E".



$$n = 20 + 7 + 8 + 9$$

$$n = 44$$

06. Resposta "D".

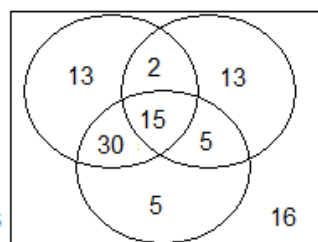
$$\begin{aligned} n(\text{FeB}) &= 45 \text{ e } n(\text{FeB} - \text{V}) = 30 \rightarrow n(\text{FeBeV}) = 15 \\ n(\text{FeV}) &= 17 \text{ com } n(\text{FeBeV}) = 15 \rightarrow n(\text{FeV} - \text{B}) = 2 \\ n(\text{F}) &= n(\text{só F}) + n(\text{FeB} - \text{V}) + n(\text{FeV} - \text{B}) + n(\text{FeBeV}) \\ 60 &= n(\text{só F}) + 30 + 2 + 15 \rightarrow n(\text{só F}) = 13 \end{aligned}$$

$$n(\text{só F}) = n(\text{só V}) = 13$$

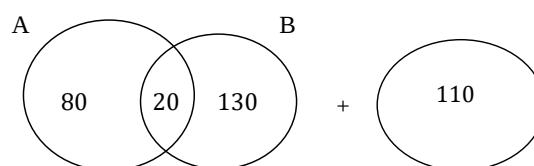
$$n(\text{B}) = n(\text{só B}) + n(\text{BeV}) + n(\text{BeF} - \text{V}) \rightarrow n(\text{só B}) = 65 - 20 - 30 = 15$$

$$n(\text{nem F nem B nem V}) = n(\text{nem F nem V}) - n(\text{só B}) = 21 - 15 = 6$$

$$\begin{aligned} \text{Total} &= n(\text{B}) + n(\text{só F}) + n(\text{só V}) + n(\text{FeV} - \text{B}) + n(\text{nem F nem B nem V}) \\ &= 65 + 13 + 13 + 2 + 6 = 99. \end{aligned}$$



07. Resposta "E".



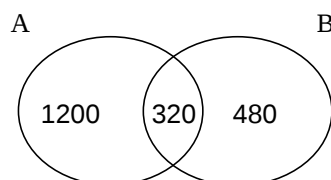
Começamos resolvendo pelo que é comum: 20 alunos gostam de ler os dois.

Leem somente A: $100 - 20 = 80$

Leem somente B: $150 - 20 = 130$

Totaliza: $80 + 20 + 130 + 110 = 340$ pessoas.

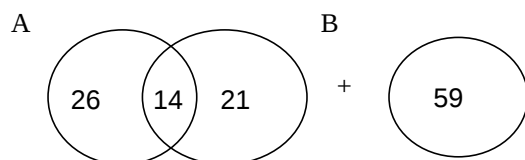
08. Resposta "D".



Somente B: $800 - 320 = 480$

Usam A = total - somente B = $2000 - 480 = 1520$.

09. Resposta "C".



Começa-se resolvendo pelo AB, então somente A = $40 - 14 = 26$ e somente B = $35 - 14 = 21$.

Somando-se A, B e AB têm-se 61, então o O são $120 - 61 = 59$ pessoas.

10. Resposta "A".

- Jornal A $\rightarrow 0,8 - x$

- Jornal B $\rightarrow 0,6 - x$

- Intersecção $\rightarrow x$

Então fica:

$$(0,8 - x) + (0,6 - x) + x = 1$$

$$-x + 1,4 = 1$$

$$-x = -0,4$$

$$x = 0,4.$$

Resposta "40% dos alunos leem ambos os jornais".

4 LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM.

O cálculo proposicional possui limitações com respeito a codificação de sentenças declarativas. De fato, o cálculo proposicional manipula de forma satisfatória componentes das sentenças como não, e, ou, se ... então, mas certos aspectos lógicos que aparecem em linguagens naturais ou artificiais são muito mais ricos. Por exemplo, como expressar coisas do tipo: "Existe..." e "Para todo..." na lógica proposicional?

Exemplo: Considere a seguinte sentença declarativa: Todo estudante é mais jovem do que algum instrutor. Na lógica proposicional podemos identificar esta sentença com uma variável proposicional p. No entanto, esta codificação não reflete os detalhes da estrutura lógica desta sentença. De que trata esta sentença?

- Ser um estudante.
- Ser um instrutor.
- Ser mais jovem do que alguém.

Para expressar estas propriedades utilizaremos predicados. Por exemplo, podemos escrever estudante (ana) para denotar que Ana é uma estudante. Da mesma forma podemos escrever instrutor (marcos) para denotar que Marcos é um instrutor. Por fim, podemos escrever jovem (ana, marcos) para denotar que Ana é mais jovem do que Marcos. Nestes exemplos, estudante, instrutor e jovem são exemplos de predicados. Ainda precisamos codificar as noções de "todo" e "algum". Para isto introduziremos o conceito de variável. Variáveis serão denotadas por letras latinas minúsculas do final do alfabeto: u, v, w, x, y, z (possivelmente acrescidas de sub-índices x_1, x_2, \dots). Variáveis devem ser pensadas como "lugares vazios" que podem ser preenchidos (ou instanciados) por elementos concretos, como João, Maria, etc. Utilizando variáveis podemos especificar o significado dos predicados estudante, instrutor e jovem de uma maneira mais formal:

- estudante (x): x é um estudante.
- instrutor (x): x é um instrutor.
- jovem (x, y): x é mais jovem do que y.

Note que o nome das variáveis não é importante. É equivalente a:

- estudante (x): x é um estudante.
- estudante(y): y é um estudante.

Para que possamos finalmente expressar em detalhes a sentença apresentada no exemplo precisamos codificar o significado de Todo e algum em Todo estudante é mais jovem do que algum instrutor. Os quantificadores e fazem este trabalho:

\forall significa para todo;

\exists significa existe.

Os quantificadores e estão sempre ligados a alguma variável:

\forall_x : para todo x;

\exists_x : existe um x (ou existe algum x).

Agora podemos finalmente codificar a sentença: Todo estudante é mais jovem do que algum instrutor. Da seguinte forma:

$$\forall_x (\text{estudante}(x) \rightarrow (\exists_y (\text{instrutor}(y) \wedge \text{jovem}(x, y))))$$

Note que predicados diferentes podem ter um número distinto de argumentos: os predicados estudante e instrutor admitem apenas um argumento e por isto são chamados de predicados unários, enquanto que o predicado jovem admite dois argumentos, e portanto é um predicado binário. O número de argumentos de um predicado é chamado sua aridade. Assim, os predicados unários têm aridade 1,

enquanto que os predicados binários têm aridade 2, etc. No cálculo de predicados são permitidos predicados com qualquer aridade finita.

Exemplo: Considere a sentença: Nem todos os pássaros podem voar. Escolhemos os seguintes predicados para expressar esta sentença:

- pássaro(x): x é um pássaro.
- voar (x): x pode voar.

Esta sentença pode ser codificada da seguinte forma:

$$\neg(\forall x (\text{pássaro}(x) \rightarrow \text{voar}(x)))$$

Exemplo: Uma outra maneira de expressar a mesma ideia da sentença anterior é dizer que: Existem alguns pássaros que não podem voar. Esta última sentença pode ser codificada da seguinte maneira:

$$\exists x (\text{pássaro}(x) \wedge \neg \text{voar}(x))$$

Posteriormente veremos que as duas codificações dadas são semanticamente equivalentes. De fato, existem transformações que convertem uma na outra.

O vocabulário da lógica de primeira ordem consiste de três conjuntos:

- Um conjunto P de símbolos de predicado;
- Um conjunto F de símbolos de função;
- Um conjunto C de constantes.

Onde cada símbolo de predicado e de função vem com sua aridade bem definida. Os predicados são casos especiais de função: enquanto as funções possuem contradomínio qualquer, os predicados têm contradomínio sempre igual a {V,F}. As constantes são funções de aridade 0.

Termos são definidos da seguinte forma:

- Qualquer variável é um termo;
- Se $c \in F$ é uma função de aridade 0 então c é um termo;
- Se t_1, \dots, t_n são termos e $f \in F$ é uma função de aridade $n > 0$ então $f(t_1, \dots, t_n)$ é um termo.
- Nada mais é termo.

Em BNF (Backus Naur form) temos:

$$t ::= x \mid c \mid f(t_1, \dots, t_n)$$

Onde x percorre o conjunto de variáveis V, c percorre os símbolos de função de aridade 0 de F e f percorre os elementos de aridade maior do que 0 de F.

Exemplo: Suponha que n, f e g são símbolos de função de aridade respectivamente igual a 0, 1 e 2. Então g (f (n), n) e f (g (n, f (n))) são termos, mas g(n) e f (f (n), n) não são termos por violarem as aridades dos símbolos. A escolha dos conjuntos P e F para símbolos de predicado e de função é definida a partir do que se pretende descrever.

Definimos o conjunto de fórmulas sobre o conjunto S = (F, P) indutivamente da seguinte forma:

- Se $p \in P$ é um símbolo de predicado de aridade $n > 0$, e se t_1, \dots, t_n são termos sobre F então $p(t_1, \dots, t_n)$ é uma fórmula.

- Se Φ é uma fórmula então $(\neg \Phi)$ é também uma fórmula.

- Se Φ e ψ são fórmulas então $(\Phi \wedge \psi)$, $(\Phi \vee \psi)$, $(\Phi \rightarrow \psi)$ e $(\Phi \leftrightarrow \psi)$ são fórmulas.

- Se Φ é uma fórmula e x é uma variável então $(\forall x \Phi)$ e $(\exists x \Phi)$ também são fórmulas.

- Nada mais é fórmula.

Em BNF temos:

$$\Phi ::= p(t_1, \dots, t_n) \mid (\neg \Phi) \mid (\Phi \wedge \Phi) \mid (\Phi \vee \Phi) \mid (\Phi \rightarrow \Phi) \mid (\Phi \leftrightarrow \Phi) \mid ((\forall x \Phi) \mid ((\exists x \Phi))$$

Onde p é um símbolo de predicado de aridade $n > 0$, t_i são termos sobre F e x é uma variável.

Adotaremos a seguinte prioridade de operadores:

1. \neg, \forall, \exists ;
2. \wedge, \vee ;
3. $\rightarrow, \leftrightarrow$.

Exemplo: Considere a seguinte sentença: Todo filho de meu pai é meu irmão. Podemos codificar esta fórmula de pelo menos duas formas distintas:

1. Representando a noção de "pai" como predicado: Neste caso escolhemos três predicados: filho, pai e irmão com os seguintes significados e aridades:

- filho (x, y): x é filho de y.
- pai (x, y): x é pai de y.
- irmão (x, y): x é irmão de y.

Uma possível codificação para a sentença dada utilizando estes predicados é:

$$\forall x \forall y (\text{pai}(x, \text{João}) \wedge \text{filho}(y, x) \rightarrow \text{irmão}(y, \text{João}))$$

Dizendo que: "para todo x e todo y, se x é o pai de João e se y é um filho de x então y é um irmão de João". Representando a noção de "pai" como função, que chamaremos de f: Neste caso, f(x) retorna o pai de x. Note que isto funciona apenas porque o pai de uma dado x é único e está sempre definido, e portanto f é realmente uma função. Uma possível codificação para esta sentença é dada por:

$$\forall x (\text{filho}(x, f(\text{João})) \rightarrow \text{irmão}(x, \text{João}))$$

Significando que "para todo x, se x é um filho do pai de João então x é um irmão de João. Esta codificação é menos complexa que a anterior porque envolve apenas um quantificador.

Especificações formais em geral exigem um domínio de conhecimento. Muitas vezes este conhecimento não está explicitado no domínio. Sendo assim, um especificador pode desconsiderar restrições importantes para um modelo ou implementação. Por exemplo, as codificações dadas no exemplo anterior podem parecer corretas, mas se x for igual a João? Se o domínio de relações de parentesco não é um conhecimento comum o especificador pode não notar que uma pessoa não pode ser irmão dela mesma.

A abrangência de \forall_x (respectivamente, \exists_x) em $\forall_x \Phi$ (respectivamente, $\exists_x \Phi$) é Φ . Uma ocorrência de uma variável ligada numa fórmula, é uma ocorrência de uma variável x , dentro do campo de abrangência de um quantificador \forall_x ou \exists_x . Uma ocorrência de uma variável livre é uma ocorrência de uma variável x não ligada.

Exemplo: Na fórmula $\exists_x (p(f(x), y) \rightarrow q(x))$, as duas ocorrências da variável x são ligadas, enquanto a ocorrência da variável y é livre. Na fórmula $\exists_x p(f(x), y) \rightarrow q(x)$ a primeira ocorrência da variável x é ligada, no entanto a segunda é livre.

Dada uma variável x , um termo t e uma fórmula Φ , definimos $\Phi [x/t]$ como sendo a fórmula obtida após substituir cada ocorrência livre de x em Φ por t .

Exemplo: Considere novamente a fórmula $\forall_x ((p(x) \rightarrow q(x)) \wedge s(x, y))$, que chamaremos simplesmente de Φ . Temos que $\Phi [x/f(x, y)] = \Phi$. De fato, todas as ocorrências de x em Φ são ligadas, e portanto a substituição $[x/f(x, y)]$ não tem nenhum efeito sobre esta fórmula.

Exemplo: Agora considere a fórmula $(\forall_x (p(x) \wedge q(x))) \rightarrow (\neg p(x) \vee q(y))$ que chamaremos simplesmente de Ψ . Neste caso temos uma ocorrência livre de x e, portanto $[x/f(x, y)]$ é igual a $(\forall_x (p(x) \wedge q(x))) \rightarrow (\neg p(f(x, y)) \vee q(y))$. As substituições podem produzir efeitos colaterais indesejados: Considere o termo $f(x, y)$ e a fórmula $\forall_y (p(x, y))$. Então $\forall_y (p(x, y)) [x/f(x, y)]$ resulta na fórmula $(\forall_y (p(f(x, y), y)))$ se fizermos uma substituição "ingênua". Observe que o termo resultante possui uma semântica diferente da esperada porque a variável y do termo $f(x, y)$ não corresponde a variável y quantificada universalmente na fórmula dada. Como resolve.

Dados um termo t , uma variável x e uma fórmula Φ , dizemos que t é livre para x em Φ se nenhuma ocorrência livre de x em Φ está no escopo de $(\forall_y$ ou \exists_y para qualquer variável y que ocorra em t .

Exemplo: Considere a fórmula $s(x) \wedge \forall_y (p(x) \rightarrow q(y))$, que possui duas ocorrências livres de x . A ocorrência de x mais a esquerda poderia, por exemplo, ser substituída pelo termo $f(y, y)$, no entanto a outra ocorrência não poderia ser substituída por este termo porque tal substituição acarretaria captura da variável y . Quando precisamos realizar uma substituição de um termo t que não está livre para uma variável x em uma fórmula Φ , o que fazemos é renomear as variáveis ligadas para evitar capturas:

Exemplo: No caso do exemplo anterior, a substituição de x por $f(y, y)$ em $s(x) \wedge \forall_y (p(x) \rightarrow q(y))$ pode ser resolvida renomeando a variável ligada y da fórmula para algum nome novo, por exemplo ω : $s(x) \wedge \forall_\omega (p(x) \rightarrow q(\omega))$. Agora a substituição pode ser realizada sem provocar captura de variáveis.

O ingrediente novo da lógica de primeira ordem não encontrado na lógica proposicional é a quantificação: dada uma sentença Φ qualquer, as novas construções $\forall x \Phi$ e $\exists x \Phi$ - leia "para todo x , Φ " e "para algum x , Φ ", respectivamente são introduzidas. $\forall x \Phi$ significa que Φ é verdadeiro para todo valor de x e $\exists x \Phi$ significa que há pelo menos um x tal que Φ é verdadeiro. Os valores das variáveis são tirados de um universo de discurso pré-determinado. Um refinamento da lógica de primeira ordem permite variáveis de diferentes tipos, para tratar de diferentes classes de objetos.

A lógica de primeira ordem tem poder expressivo suficiente para formalizar praticamente toda a matemática. Uma teoria de primeira ordem consiste em um conjunto de axiomas (geralmente finitos ou recursivamente enumerável) e de sentenças dedutíveis a partir deles. A teoria dos conjuntos de Zermelo-Fraenkel é um exemplo de uma teoria de primeira ordem, e aceita-se geralmente que toda a matemática clássica possa ser formalizada nela. Há outras teorias que são normalmente formalizadas na lógica de primeira ordem de maneira independente (embora elas admitam a implementação na teoria dos conjuntos) tais como a aritmética de Peano. Um cálculo de predicados consiste em:

- regras de formação (definições recursivas para dar origem a fórmulas bem-formadas ou FBFs).
- regras de transformação (regras de inferência para derivar teoremas).
- axiomas.

Os axiomas considerados aqui são os axiomas lógicos que fazem parte do cálculo de predicados. Além disso, os axiomas não-lógicos são adicionados em teorias de primeira ordem específicas: estes não são considerados como verdades da lógica, mas como verdades da teoria particular sob consideração. Quando o conjunto dos axiomas é infinito, requer-se que haja um algoritmo que possa decidir para uma fórmula bem-formada dada, se ela é um axioma ou não. Deve também haver um algoritmo que possa decidir se uma aplicação dada de uma regra de inferência está correta ou não. É importante notar que o cálculo de predicados pode ser formalizado de muitas maneiras equivalentes; não há nada canônico sobre os axiomas e as regras de inferência propostos aqui, mas toda a formalização dará origem aos mesmos teoremas da lógica (e deduzirá os mesmos teoremas a partir de um conjunto qualquer de axiomas não-lógicos).

Alfabeto

O alfabeto de 1ª ordem, Σ , tem a seguinte constituição: $\Sigma = X \cup \Sigma_C \cup \Sigma_F \cup \Sigma_R \cup \Sigma_L \cup \Sigma_P$, onde

$X = \{x, y, z, x_1, x_2, \dots, y_1, y_2, \dots, z_1, z_2, \dots\}$ é um conjunto enumerável de variáveis;

$\Sigma_C = \{a, b, c, a_1, a_2, \dots, b_1, b_2, \dots, c_1, c_2, \dots\}$ é um conjunto de símbolos chamados de constantes;

$\Sigma_F = \{F_1, F_2, \dots\}$ é um conjunto de símbolos ditos sinais funcionais;

$\Sigma_R = \{R_1, R_2, \dots\}$ é um conjunto de símbolos ditos sinais relacionais ou predicativos;

$\Sigma_L = \{\neg, \wedge, \vee, \rightarrow, \leftrightarrow, \forall, \exists\}$ é o conjunto de símbolos ditos sinais lógicos;

$\Sigma_P = \{(), \dots\}$ é o conjunto de símbolos de pontuação.

As constantes, sinais funcionais e sinais predicativos constituem a coleção de sinais ditos símbolos não lógicos. Há diversas variações menores listadas abaixo:

O conjunto de símbolos primitivos (operadores e quantificadores) varia frequentemente. Alguns símbolos primitivos podem ser omitidos, substituindo-os com abreviaturas adequadas; por exemplo $(p \leftrightarrow q)$ é uma abreviatura para $(p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$. No sentido contrário, é

possível incluir outros operadores como símbolos primitivos, como as constantes de verdade T para “verdadeiro” e o \perp para “falso” (estes são operadores de aridade 0). O número mínimo dos símbolos primitivos necessários é um, mas se nós nos restringirmos aos operadores listados acima, seria necessário três; por exemplo, o \neg , o \wedge , e o \forall bastariam.

Alguns livros mais velhos usam a notação $\Phi \supset \psi$ para $\Phi \rightarrow \psi$, $\sim \Phi$ para $\neg \Phi$, $\Phi \& \psi$ para $\Phi \wedge \psi$, e uma riqueza de notações para os quantificadores; por exemplo, $\forall x \Phi$ pode ser escrito como $(x)\Phi$. A igualdade é às vezes considerada como parte da lógica de primeira ordem; Neste caso, o símbolo da igualdade será incluído no alfabeto, e comportar-se-á sintaticamente como um predicado binário. Assim a LPO será chamada de lógica de primeira ordem com igualdade. As constantes são na verdade funções de aridade 0, assim seria possível e conveniente omitir constantes e usar as funções que tenham qualquer aridade. Mas é comum usar o termo “função” somente para funções de aridade 1. Na definição acima, as relações devem ter pelo menos aridade 1. É possível permitir relações de aridade 0; estas seriam consideradas variáveis proposicionais.

Há muitas convenções diferentes sobre onde pôr parênteses; por exemplo, se pode escrever $\forall x$ ou $(\forall x)$. Às vezes se usa dois pontos ou ponto final ao invés dos parênteses para criar fórmulas não ambíguas. Uma convenção interessante, mas incomum, é a “notação polonesa”, onde se omite todos os parênteses, e escreve-se o \wedge , \vee , e assim por diante na frente de seus argumentos. A notação polonesa é compacta e elegante, mas rara e de leitura complexa. Uma observação técnica é que se houver um símbolo de função de aridade 2 que representa um par ordenado (ou símbolos de predicados de aridade 2 que representam as relações de projeção de um par ordenado) então se pode dispensar inteiramente as funções ou predicados de aridade > 2 . Naturalmente o par ou as projeções necessitam satisfazer aos axiomas naturais.

Os conjuntos das constantes, das funções, e das relações compõem a assinatura e são geralmente considerados para dar forma a uma linguagem, enquanto as variáveis, os operadores lógicos, e os quantificadores são geralmente considerados para pertencer à lógica. Uma estrutura dá o significado semântico de cada símbolo da assinatura. Por exemplo, a linguagem da teoria dos grupos consiste de uma constante (elemento da identidade), de uma função de aridade 1 (inverso), de uma função de aridade 2 (produto), e de uma relação de aridade 2 (igualdade), que seria omitida pelos autores que incluem a igualdade na lógica subjacente.

Regras de Formação

As regras de formação definem os termos, fórmulas, e as variáveis livres como segue. O conjunto dos termos é definido recursivamente pelas seguintes regras:

- Qualquer constante é um termo (sem variáveis livres).
- Qualquer variável é um termo (cuja única variável livre é ela mesma).
- Toda expressão $f(t_1, \dots, t_n)$ de $n \geq 1$ argumentos (onde cada argumento t_i é um termo e f é um símbolo de função de aridade n) é um termo. Suas variáveis livres são as variáveis livres de cada um dos termos t_i .

- Cláusula de fechamento: Nada mais é um termo.

O conjunto das fórmulas bem-formadas (chamadas geralmente FBFs ou apenas fórmulas) é definido recursivamente pelas seguintes regras:

- Predicados simples e complexos: se P for uma relação de aridade $n \geq 1$ e os a_i são os termos então $P(a_1, \dots, a_n)$ é bem formada. Suas variáveis livres são as variáveis livres de quaisquer termos a_i . Se a igualdade for considerada parte da lógica, então $(a_1 = a_2)$ é bem formada. Tais fórmulas são ditas atômicas.

- Cláusula indutiva I: Se Φ for uma FBF, então $\neg \Phi$ é uma FBF. Suas variáveis livres são as variáveis livres de Φ .

- Cláusula indutiva II: Se Φ e ψ são FBFs, então $(\psi \wedge \Phi)$, $(\psi \vee \Phi)$, $(\psi \rightarrow \Phi)$, $(\psi \leftrightarrow \Phi)$ são FBFs. Suas variáveis livres são as variáveis livres de Φ e de ψ .

- Cláusula indutiva III: Se Φ for uma FBF e x for um variável, então $\forall x \Phi$ e $\exists x \Phi$ são FBFs, cujas variáveis livres são as variáveis livres de Φ com exceção de x . Ocorrências de x são ditas ligadas ou mudas (por oposição a livre) em $\forall x \Phi$ e $\exists x \Phi$.

- Cláusula de fechamento: Nada mais é uma FBF.

Na prática, se P for uma relação de aridade 2, nós escrevemos frequentemente “a P b” em vez de “P a b”; por exemplo, nós escrevemos $1 < 2$ em vez de $< (1 \ 2)$. Similarmente se f for uma função de aridade 2, nós escrevemos às vezes “a f b” em vez de “f (a b)”; por exemplo, nós escrevemos $1 + 2$ em vez de $+ (1 \ 2)$. É também comum omitir alguns parênteses se isto não conduzir à ambiguidade. Às vezes é útil dizer que “P(x) vale para exatamente um x”, o que costuma ser denotado por $\exists! x P(x)$. Isto também pode ser expresso por $\exists x (P(x) \wedge \forall y (P(y) \rightarrow (x = y)))$. Exemplos: A linguagem dos grupos abelianos ordenados tem uma constante 0, uma função unária $-$, uma função binária $+$, e uma relação binária \leq . Assim:

- $[0, x, y]$ são termos atômicos;

- $[+(x, y), +(x, +(y, -(z)))]$ são termos, escritos geralmente como $x + y$, $x + (y + (-z))$;

- $[=(+(x, y), 0), \leq (+(x, +(y, -(z))), +(x, y))]$ são fórmulas atômicas, escritas geralmente como $x + y = 0$, $x + y - z \leq x + y$;

- $[(\forall x \exists y \leq (+(x, y), z)) \wedge (\exists x = (+(x, y), 0))]$ é uma fórmula, escrita geralmente como $(\forall x \exists y (x + y \leq z)) \wedge (\exists x (x + y = 0))$.

Substituição: Se t é um termo e $\Phi(x)$ é uma fórmula que contém possivelmente x como uma variável livre, então $\Phi(t)$ se definido como o resultado da substituição de todas as instâncias livres de x por t , desde que nenhuma variável livre de t se torne ligada neste processo. Se alguma variável livre de t se tornar ligada, então para substituir t por x é primeiramente necessário mudar os nomes das variáveis ligadas de Φ para algo diferente das variáveis livres de t . Para ver porque esta condição é necessária, considere a fórmula $\Phi(x)$ dada por $\forall y y \leq x$ (“ x é maximal”). Se t for um termo sem y como variável livre, então $\Phi(t)$ diz apenas que t é maximal. Entretanto se t é y , a fórmula $\Phi(y)$ é $\forall y y \leq y$ que não diz que y é maximal. O problema de que a variável livre y de $t (=y)$ se transformou em ligada quando nós substituímos y por x em $\Phi(x)$. Assim, para construir $\Phi(y)$ nós devemos primeiramente mudar a variável ligada y de Φ para qualquer outra coisa, por exemplo a variável z , de modo que o $\Phi(y)$ seja então $\forall z z \leq y$. Esquecer desta condição é uma causa notória de erros.

Igualdade: Há diversas convenções diferentes para se usar a igualdade (ou a identidade) na lógica de primeira ordem. Esta seção resume as principais. Todas as convenções resultam mais ou menos no mesmo com mais ou menos a mesma quantidade de trabalho, e diferem principalmente na terminologia. A convenção mais comum para a igualdade é incluir o símbolo da igualdade como um símbolo lógico primitivo, e adicionar os axiomas da igualdade aos axiomas da lógica de primeira ordem. Os axiomas de igualdade são

$$x = x$$

$$x = y \rightarrow F(\dots, x, \dots) = F(\dots, y, \dots) \text{ para qualquer função } F$$

$$x = y \rightarrow (R(\dots, x, \dots) \rightarrow R(\dots, y, \dots)) \text{ para qualquer relação } R \text{ (incluindo a própria igualdade)}$$

A próxima convenção mais comum é incluir o símbolo da igualdade como uma das relações de uma teoria, e adicionar os axiomas da igualdade aos axiomas da teoria. Na prática isto é quase idêntico à da convenção precedente, exceto no exemplo incomum de teorias com nenhuma noção de igualdade. Os axiomas são os mesmos, e a única diferença é se eles serão chamados de axiomas lógicos ou de axiomas de teoria. Nas teorias sem funções e com um número finito de relações, é possível definir a igualdade em termos de relações, definindo os dois termos s e t como iguais se qualquer relação continuar inalterada ao se substituir s por t em qualquer argumento. Por exemplo, em teoria dos conjuntos com uma relação \in , nós definiríamos $s = t$ como uma abreviatura para $\forall x (s \in x \leftrightarrow t \in x) \wedge \forall x (x \in s \leftrightarrow x \in t)$. Esta definição de igualdade satisfaz automaticamente os axiomas da igualdade. Em algumas teorias é possível dar definições de igualdade ad hoc. Por exemplo, em uma teoria de ordens parciais com uma relação \leq nós poderíamos definir $s = t$ como uma abreviatura para $s \leq t \wedge t \leq s$.

Regras de Inferência

A regra de inferência modus ponens é a única necessária para a lógica proposicional de acordo com a formalização proposta aqui. Ela diz que se Φ e $\Phi \rightarrow \psi$ são ambos demonstrados, então pode-se deduzir ψ . A regra de inferência chamada Generalização Universal é característica da lógica de primeira ordem:

$$\text{Se } \vdash \Phi, \text{ então } \vdash \forall x \Phi$$

onde se supõe que Φ é um teorema já demonstrado da lógica de primeira ordem. Observe que a Generalização é análoga à regra da necessitação da lógica modal, que é:

$$\text{Se } \vdash P, \text{ então } \vdash \forall x P$$

Limitações: Apesar da Lógica de Primeira Ordem ser suficiente para formalizar uma grande parte da matemática, e também ser comumente usada em Ciência da Computação e outras áreas, ela tem as suas limitações. Suas limitações incluem limitações em sua expressividade e limitações com relação aos fragmentos das línguas naturais que pode descrever.

Expressividade: O teorema de Löwenheim–Skolem mostra que se uma teoria de primeira ordem tem um modelo infinito, então a teoria também tem modelos de todas as cardinalidades infinitas. Em particular, nenhuma teoria de primeira ordem com um modelo infinito pode ser categórica. Assim, não há uma teoria de primeira ordem cujo único modelo tem o conjunto dos números naturais como domínio, ou cujo único modelo tem o conjunto dos números reais como domínio. Várias extensões da Lógica de Primeira-Ordem, incluindo a Lógica de Ordem Superior e a Lógica Infinitária, são mais expressivas no sentido de que elas admitem axiomatizações categóricas dos números naturais ou reais. Essa expressividade tem um custo em relação às propriedades meta-lógicas; de acordo com o Teorema de Lindström, qualquer lógica que seja mais forte que a lógica de primeira ordem falhará em validar o teorema da compacidade ou em validar o teorema de Löwenheim–Skolem.

Formalizando as Línguas Naturais

A lógica de primeira ordem é capaz de formalizar vários quantificadores na língua natural, como “todas as pessoas que moram em Paris, moram na França”. Mas existem várias características que não podem ser expressas na lógica de primeira ordem. “Qualquer sistema lógico que é apropriado para analisar línguas naturais, precisa de uma estrutura muito mais rica que a lógica de primeira ordem” (Gamut 1991).

RACIOCÍNIO LÓGICO

Tipo	Exemplo	Comentário
Quantificadores sobre as propriedades	Se Rafael for satisfeito consigo mesmo, então ele tem pelo menos uma coisa em comum com Roberta	Requer quantificadores sobre os predicados, os quais não podem ser implementados com a lógica de primeira ordem (unicamente ordenada): $Z_j \rightarrow \exists X(X_j \wedge X_p)$
Quantificadores sobre as propriedades	Papai Noel tem todos os atributos de um sadista	Requer quantificadores sobre os predicados, os quais não podem ser implementados com a lógica de primeira ordem (unicamente ordenada): $\forall X(\forall x(Sx \rightarrow Xx) \rightarrow Xs)$
Predicado adverbial	Luiz está andando rápido	Não pode ser analisado como $W_j \wedge Q_j$; predicados adverbiais não são a mesma coisa que predicados de segunda ordem, como cores
Adjetivo Relativo	Jumbo é um elefante pequeno	Não podem ser analisados como $S_j \wedge E_j$; predicados adjetivados não são a mesma coisa que predicados de segunda ordem, como cores
Modificador do predicado adverbial	Anderson está andando muito rápido	-
Modificador do adjetivo relativo	Roberta é extremamente pequena	Uma expressão como “extremamente”, quando usado com um adjetivo relativo “pequena”, resulta em um novo adjetivo relativo: “extremamente pequena”
Preposições	Alberto está sentado ao lado de Danilo	A preposição “ao lado de” quando aplicada a Luiz, resulta em um predicado adverbial “ao lado de Luiz”

Axiomas e Regras

Os cinco axiomas lógicos mais as duas regras de inferência seguintes caracterizam a lógica de primeira ordem:

Axiomas:

- (A1) $\alpha \rightarrow (\beta \rightarrow \alpha)$
 (A2) $(\alpha \rightarrow (\beta \rightarrow \gamma)) \rightarrow ((\alpha \rightarrow \beta) \rightarrow (\alpha \rightarrow \gamma))$
 (A3) $(\neg \alpha \rightarrow \neg \beta) \rightarrow ((\neg \alpha \rightarrow \beta) \rightarrow \alpha)$
 (A4) $(\forall x. (\alpha \rightarrow \beta) \rightarrow (\alpha \rightarrow \forall x. \beta))$, onde x não é livre em α .
 (A5) $\forall x. \alpha \rightarrow \alpha$, $[t := x]$, onde t é livre para x em α .

Regras de Inferência

Modus Ponens: MP: $\frac{\alpha, \alpha \rightarrow \beta}{\beta}$

Generalização Universal: Gen: $\frac{\alpha}{\forall x. \alpha}$

Estes axiomas são na realidade esquemas de axiomas. Cada letra grega pode ser uniformemente substituída, em cada um dos axiomas acima, por uma FBF qualquer, e uma expressão do tipo $\alpha [t := x]$ denota o resultado da substituição de x por t na fórmula α .

Cálculo de Predicados

O cálculo de predicado é uma extensão da lógica proposicional que define quais sentenças da lógica de primeira ordem são demonstráveis. É um sistema formal usado para descrever as teorias matemáticas. Se o cálculo proposicional for definido por um conjunto adequado de axiomas e a única regra de inferência modus ponens (isto pode ser feito de muitas maneiras diferentes, então o cálculo de predicados pode ser definido adicionando-se alguns axiomas e uma regra de inferência “generalização universal”. Mais precisamente, como axiomas para o cálculo de predicado, teremos:

- Os axiomas circunstanciais do cálculo proposicional (A1, A2 e A3);
- Os axiomas dos quantificadores (A4 e A5);
- Os axiomas para a igualdade propostos em seção anterior, se a igualdade for considerada como um conceito lógico.

Uma sentença será definida como demonstrável na lógica de primeira ordem se puder ser obtida começando com os axiomas do cálculo de predicados e aplicando-se repetidamente as regras de inferência “modus ponens” e “generalização universal”. Se nós tivermos uma teoria T (um conjunto de sentenças, às vezes chamadas axiomas) então uma sentença Φ se define como demonstrável na teoria T se $a \wedge b \wedge \dots \rightarrow \Phi$ é demonstrável na lógica de primeira ordem (relação

de consequência formal), para algum conjunto finito de axiomas a, b, \dots da teoria T . Um problema aparente com esta definição de "demonstrabilidade" é que ela parece um tanto ad hoc: nós tomamos uma coleção aparentemente aleatória de axiomas e de regras de inferência, e não é óbvio que não tenhamos acidentalmente deixado de fora algum axioma ou regra fundamental.

O teorema da completude de Gödel nos assegura de que este não é realmente um problema: o teorema diz que toda sentença verdadeira em todos os modelos é demonstrável na lógica de primeira ordem. Em particular, toda definição razoável de "demonstrável" na lógica de primeira ordem deve ser equivalente à definição acima (embora seja possível que os comprimentos das derivações difira bastante para diferentes definições de demonstrabilidade). Há muitas maneiras diferentes (mas equivalentes) de definir provabilidade. A definição acima é um exemplo típico do cálculo no estilo de Hilbert, que tem muitos axiomas diferentes, mas poucas regras de inferência. As definições de demonstrabilidade para a lógica de primeira ordem nos estilos de Gentzen (dedução natural e cálculo de seqüentes) são baseadas em poucos ou nenhum axiomas, mas muitas regras de inferência.

Algumas Equivalências

$$\begin{aligned}\neg \forall x P(x) &\leftrightarrow \exists x \neg P(x) \\ \neg \exists x P(x) &\leftrightarrow \forall x \neg P(x) \\ \forall x \forall y P(x, y) &\leftrightarrow \forall y \forall x P(x, y) \\ \exists x \exists y P(x, y) &\leftrightarrow \exists y \exists x P(x, y) \\ \forall x P(x) \wedge \forall x Q(x) &\leftrightarrow \forall x (P(x) \wedge Q(x)) \\ \exists x P(x) \vee \exists x Q(x) &\leftrightarrow \exists x (P(x) \vee Q(x))\end{aligned}$$

Algumas Regras de Inferência

$$\begin{aligned}\exists x \forall y P(x, y) &\rightarrow \forall y \exists x P(x, y) \\ \forall x P(x) \vee \forall x Q(x) &\rightarrow \forall x (P(x) \vee Q(x)) \\ \exists x (P(x) \wedge Q(x)) &\rightarrow \exists x P(x) \wedge \exists x Q(x) \\ \exists x P(x) \wedge \forall x Q(x) &\rightarrow \exists x (P(x) \wedge Q(x)) \\ \forall x P(x) &\rightarrow P(c) \text{ (se } c \text{ for uma variável, então não deve ser quantificada em } P(x)). \\ P(c) &\rightarrow \exists x P(x) \text{ (x não deve aparecer livre em } P(c)).\end{aligned}$$

QUESTÕES

01. (CESGRANRIO - 2010 - Petrobrás) Dadas as sentenças A e B da lógica de primeira ordem, onde A é a sentença $\forall x (\neg p(x) \rightarrow q(x))$ e B é a sentença $\neg \exists x \neg p(x) \vee \forall x q(x)$, tem-se que

- (A) A é consequência da lógica de B .
- (B) B é consequência da lógica de A .
- (C) A é consequência da lógica de $\neg B$.
- (D) B é consequência da lógica de $\neg A$.
- (E) B é consequência da lógica de A .

02. (CESGRANRIO - 2010 - Petrobrás) Considere o conjunto $A = \{V, \wedge, \neg, \rightarrow, \leftrightarrow\}$ de conectivos lógicos da lógica sentencial. Por definição, um conjunto de operadores B é completo se somente se todos os operadores de A podem ser expressos em função do(s) operador(es) de B . Analise as afirmativas a seguir:

- I- $\{V, \wedge\}$ é um conjunto de operadores completo.
- II- $\{\neg, \wedge\}$ é um conjunto de operadores completo.
- III- $\{V, \rightarrow\}$ é um conjunto de operadores completo.
- IV- $\{\text{nand}\}$ é um conjunto de operadores completo.
- V- $\{\neg, \rightarrow\}$ é um conjunto de operadores completo.

Conclui-se que

- (A) uma das afirmativas acima é verdadeira e quatro são falsas.
- (B) duas das afirmativas acima são verdadeiras e três são falsas.
- (C) três das afirmativas acima são verdadeiras e duas são falsas.
- (D) quatro das afirmativas acima são verdadeiras e uma é falsa.
- (E) todas as afirmativas acima são verdadeiras.

03. (CESGRANRIO - 2010 - Petrobrás) Considere as premissas:

Premissa 1: as premissas 2 e 3 são verdadeiras.

Premissa 2: das premissas 3 e 4, uma delas é verdadeira e a outra, falsa.

Premissa 3: as premissas 1 e 4 são ambas verdadeiras ou ambas falsas.

Premissa 4: as premissas 1 e 3 são ambas falsas.

Sabendo-se que cada premissa acima é exclusivamente verdadeira ou exclusivamente falsa, são verdadeiras APENAS as premissas:

- (A) 1 e 2.
- (B) 1 e 3.
- (C) 2 e 3.
- (D) 2 e 4.
- (E) 3 e 4.

04. (CESPE - TRE-MG - Técnico Judiciário) Considere as sentenças apresentada a seguir.

G - O preço do combustível automotivo é alto.

M - Os motores dos veículos são econômicos.

I - Há inflação geral de preços.

C - O preço da cesta básica é estável.

Admitindo que os valores lógicos das proposições compostas $(M \vee \neg G) \rightarrow (C \wedge I)$, $I \rightarrow (\neg C \wedge G)$, $G \rightarrow M$ e $\neg C \vee M$ são verdadeiros, assinale a opção correta, considerando que, nessas proposições, os símbolos \vee e \wedge representam os conectivos "ou" e "e", respectivamente, e o símbolo \neg denota o modificador negação.

(A) os motores dos veículos são econômicos e não há inflação geral de preços.

(B) o preço da cesta básica não é estável e há inflação geral de preços.

(C) o preço do combustível automotivo é alto e os motores dos veículos não são econômicos.

(D) os motores dos veículos são econômicos e o preço da cesta básica não é estável.

(E) o preço da cesta básica é estável e o preço do combustível automotivo é alto.

05. (FCC - TRE-PI - Técnico Judiciário) Todos os advogados que trabalham numa cidade formaram-se na universidade X. Sabe-se ainda que alguns funcionários da prefeitura dessa cidade são advogados. A partir dessas informações, é correto concluir que, necessariamente,

(A) existem funcionários da prefeitura dessa cidade formados na universidade X.

(B) todos os funcionários da prefeitura dessa cidade formados na universidade X são advogados.

(C) todos os advogados formados na universidade X trabalham nessa cidade.

(D) dentre todos os habitantes dessa cidade, somente os advogados formaram-se na universidade X.

(E) existem funcionários da prefeitura dessa cidade que não se formaram na universidade X.

06. (CESPE - SECONT-ES - Auditor do Estado) Se a proposição simbolizada por $A \wedge B \rightarrow C$ for um argumento válido, então a proposição $A \wedge B \wedge (\neg C)$ será falsa.

() Certo () Errado

07. (CESPE - TRE-MA - Técnico Judiciário) Com base nas regras da lógica sentencial, assinale a opção que corresponde à negação da proposição "Mário é contador e Norberto é estatístico".

(A) Se Mário não é contador, então Norberto não é estatístico.

(B) Mário não é contador e Norberto não é estatístico.

(C) Se Mário não é contador, então Norberto é estatístico.

(D) Se Mário é contador, então Norberto não é estatístico.

(E) Se Mário é contador, então Norberto é estatístico.

08. (FCC - TCE-GO - Técnico de Controle Externo) São dadas as afirmações:

- Toda cobra é um réptil.

- Existem répteis venenosos.

Se as duas afirmações são verdadeiras, então, com certeza, também é verdade que

(A) Se existe uma cobra venenosa, então ela é um réptil.

(B) toda cobra é venenosa.

(C) algum réptil venenoso é uma cobra.

(D) qualquer réptil é uma cobra.

(E) Se existe um réptil venenoso, então ele é uma cobra.

09. (FCC - TCE-GO - Técnico de Controle Externo) No próximo domingo, Dona Marieta completará 100 anos de idade e sua bisneta Julieta resolveu presentear-lhe construindo a árvore genealógica de seus descendentes. Para tal, Julieta usou as seguintes informações:

- Dona Marieta teve 10 filhos, três dos quais não lhe deram netos e cada um dos demais lhe deu 3 netos;

- Apenas quatro dos netos de Dona Marieta não tiveram filhos, enquanto que cada um dos demais lhe deu 5 bisnetos;

- Dos bisnetos de Dona Marieta, apenas nove não tiveram filhos e cada um dos outros teve 2 filhos;

- Os tataranetos de Dona Marieta ainda não têm filhos.

Nessas condições, é correto afirmar que o total de descendentes de Dona Marieta é:

(A) 277

(B) 272

(C) 268

(D) 264

(E) 226

10. (CESGRANRIO - 2010 - Petrobrás) $x \leftrightarrow y$ possui a mesma tabela verdade que:

(A) $\neg x \rightarrow y$

(B) $\neg x \rightarrow \neg y$

(C) $(x \rightarrow y) \vee y$

(D) $(x \rightarrow y) \wedge (y \rightarrow x)$

(E) $(x \rightarrow y) \vee (\neg y \rightarrow x)$

Respostas

01. Resposta "A".

Sentenças:

(A) $\forall x(\neg p(x) \rightarrow q(x))$

(B) $\neg \exists x \neg p(x) \vee \forall x q(x)$

Para saber qual sentença manipular, é preciso lembrar algumas regras:

(1) $\neg \exists x p(x) = \forall x \neg p(x)$

(2) $\neg \forall x p(x) = \exists x \neg p(x)$

Para a sentença A ser "transformada", seria necessário introduzir uma negação dupla ($\neg \neg$). Observando a regra (1), percebe-se que a sentença B pode ser "transformada" sem a necessidade de utilização de uma negação dupla. Com isso, selecionamos a sentença B para efetuar a manipulação. Manipulando a sentença B:

$\neg \exists x \neg p(x) \vee \forall x q(x)$

$\forall x \neg \neg p(x) \vee \forall x q(x)$

$\forall x (\neg \neg p(x) \vee q(x))$

$\forall x (\neg \neg p(x) \vee q(x))$

Obs.:

$(\neg p(x) \vee q(x) = p(x) \rightarrow q(x))$

$\forall x (\neg p(x) \rightarrow q(x))$

Logo, a sentença A é consequência da lógica de B. É importante mencionar que não foram introduzidos elementos adicionais (negação dupla, por exemplo) na sentença original para se chegar ao resultado. Com isso, podemos afirmar que a sentença A é consequência da lógica (manipulação direta) de B.

$\forall x p(x) \wedge \forall x q(x) \leftrightarrow \forall x (p(x) \wedge q(x))$

$\exists x p(x) \vee \exists x q(x) \leftrightarrow \exists x (p(x) \vee q(x))$

São equivalências lógicas, ou seja, elas são bidirecionais. Dessa forma, pode-se concluir que a alternativa correta é a "A", $(B \rightarrow A)$.

02. Resposta "C".

Dizemos que um conjunto de operadores é completo se com eles pode exprimir as operações conjunção, disjunção e negação, que são: V , \wedge , \neg e nand (não é).

I - Verdadeiro;

II - Verdadeiro;

III - Falso;

IV - Verdadeiro;

V - Falso.

Na lógica, um grupo de conectivos tem a propriedade da completude funcional se todos outros conectivos possíveis podem ser definidos em função dele. Os conjuntos {nand}, {nor}, $\{V, \neg\}$, $\{V, \neg\}$ e $\{\neg, \neg\}$ possuem a propriedade da completude funcional. Demonstração da completude funcional em um conjunto:

Utilizando apenas a negação \neg e a implicação (\rightarrow) podemos gerar todas as outras operações.

Disjunção: $A \vee B \equiv \neg A \rightarrow B$

Conjunção: $A \wedge B \equiv \neg(A \rightarrow \neg B)$

Bi-implicação: $A \leftrightarrow B \equiv \neg((A \rightarrow B) \rightarrow \neg(B \rightarrow A))$

03. Resposta "D".

Premissa 1: as premissas 2 e 3 são verdadeiras. FALSO (apenas a premissa 2 é verdadeira a 3 é falsa);

Premissa 2: das premissas 3 e 4, uma delas é verdadeira e a outra é falsa. VERDADEIRA (a premissa 3 é falsa e a 4 é verdadeira);

Premissa 3: as premissas 3 e 4 são ambas verdadeiras ou ambas falsas. FALSO (premissa 3 é falsa e a 4 é verdadeira);

Premissa 4: as premissas 1 e 3 são ambas falsas. VERDADEIRA.

Normalmente ler as premissas em ordem inversa facilita a resposta.

Premissa 4: afirma que 1 e 3 são falsas, portanto 2 deverá ser verdadeira.

Premissa 3: contraditória com a P4 - Falsa.

Premissa 2: até aqui a 4 é verdadeira e a 3 falsa - Verdadeira.

Premissa 1: contraditória com a P4 - Falsa.

04. Resposta "A".

- Atribui-se verdadeiro para todas as sentenças simples, ou seja, G, M, I, C - são a princípio (V).

- Comece pela primeira sentença composta: $M \wedge \sim G$ então $C \wedge G$ - Por essa sentença conclui-se que atribuindo à sentença I como verdadeira essa sentença composta seria falsa e como a questão afirma que todas as compostas são verdadeiras, então I = Falsa e $\sim I = V$, daí a sentença seria verdadeira, ou seja: Não há inflação geral de preços.

- Na segunda sentença composta: I então $\sim C \wedge G$ - considerando I (falsa) o resultado era verdadeiro para a sentença independente de ser Falso ou Verdadeiro a 2ª parte - por isso não tinha ainda argumento válido.

- Na terceira sentença: G então M - se considerar M verdadeira então G pode ser falso ou Verdadeiro.

- Na quarta sentença: $\sim C \vee M$ - se considerar M verdadeira então $\sim C$ pode ser falso ou verdadeiro (mas como na primeira sentença já considera C como verdadeira), ou seja: Os motores dos veículos são econômicos.

O enunciado da questão diz:

1) Se $(M \vee \sim G)$ então $(C \wedge \sim I)$ que equivale a: Se $(Se G \text{ então } M)$ então $\sim(Se C \text{ então } I)$;

2) Se I então $(\sim C \wedge G)$ que;

3) Se G então M;

4) $\sim C \vee M$ que.

Precisa-se somente das proposições 1 e 3. Inicia-se pela proposição 3. Suponha que o G era verdadeiro, desta forma o M só poderia ser verdadeiro. Caso contrário a proposição se tornaria falsa.

Então para a proposição 1: Como a primeira parte é verdadeira a segunda só poderia ser verdadeira, ou seja $\sim(Se C \text{ então } I)$ também tinha que ser verdadeira. Como tem o " \sim " na frente, Se C então I tem que ser falsa. E para ser falsa I deve ser falso e C deve ser verdadeira. Desta forma descobre-se o valor real de cada proposição.

05. Resposta "A".

Quando temos a expressão "Todo" e "Todo", a resposta tem que obrigatoriamente ter a expressão "Todo" e não pode aparecer a expressão comum. Ex.: Todo indivíduo que fuma tem bronquite. Todo indivíduo que tem bronquite costuma faltar ao trabalho. Expressão comum: bronquite. Logo: Todo indivíduo que fuma costuma faltar ao trabalho.

Quando temos as expressões "Todo" e "Algum", na resposta prevalece o "Algum" e não pode aparecer a expressão comum. Na questão acima, descartamos a "B" e a "C", pois começam com "Todo". Depois descartamos "D" pois aparece a expressão comum "advogados". Depois descartamos a "E" pois aparece uma negação "não se formaram na universidade x". Resumo:

Todo e Todo = Todo

Todo e Nenhum = Nenhum

Algum e Todo = Algum

Algum e Nenhum = Algum Não

Se todos os advogados são formados na universidade X e se existem funcionários da prefeitura que são advogados, logo, certamente existem funcionários da prefeitura dessa cidade formados na universidade X. Com relação a letra "E", temos que não necessariamente os outro funcionários que não são advogados não se formaram na universidade X, pois nada garante que eles tenham se formado nesta universidade ou não, como deixa dúvida, esta não pode ser necessariamente correta.

06. Resposta "Certo".

Um argumento válido considere todas as premissas verdadeiras, e a conclusão terá que ser verdadeira.

$V \vee V$

$A \wedge B \rightarrow C$ (Argumento válido)

$A \wedge B \wedge (\sim C)$

$V \wedge V \wedge (\sim V)$

$V \wedge F = F$ (Falsa)

Nota-se que na proposição composta que a alternativa diz ser falsa só foi usado o conectivo E (\wedge), isto torna a questão fácil, ou seja, tanto o A, o B e a negação de C têm que ter valores verdadeiros para a proposição ser verdadeira (regra do conectivo E). Se a negação de C tem que ser verdade, logo, o C é falso. Se o C é falso, $A \wedge B$ não pode ser verdadeiro, pois V então F, que é o argumento válido trazido pela questão, é falso. Se a questão diz que o argumento é válido, ele realmente é válido, temos que acreditar nisso, logo, o valor de $A \wedge B$ tem que ser falso obrigatoriamente, senão o argumento não é válido. Se $A \wedge B$ tem que ser falso, significa que ou o A ou o B tem que ser falso (regra do E, um falso tudo falso). Sendo ou o A ou o B falso, torna a proposição $A \wedge B \wedge \sim C$ falsa.

07. Resposta "D".

A negativa de uma conjunção pode ser:

- uma condicional - afirma a 1ª parte e nega a 2ª parte = P então não Q.
- uma disjunção - Não P ou Não Q.

Mário é contador e Norberto é estatístico.

P e Q = P e não Q, portanto:

Se Mário é contador, então Norberto não é estatístico.

Considerando:

P: "Mário é contador".

Q: "Norberto é estatístico".

A negação de P \wedge Q é $\sim P$ "ou" $\sim Q$.

A partir daí basta transformar $\sim P$ "ou" $\sim Q$ em sua proposição equivalente: P "se então" $\sim Q$.

08. Resposta "A".

(A) Verdade, toda cobra é um réptil.

Se as duas afirmações são verdadeiras, então, com certeza, também é verdade que

- Se existe uma cobra venenosa (P), então ela é um réptil (Q). ($P \rightarrow Q = V$). Obs: segundo as afirmações "dadas" não se pode determinar se P é V ou F, no entanto isto não altera a correção da assertiva.

(B) Falsa = nem toda cobra é venenosa.

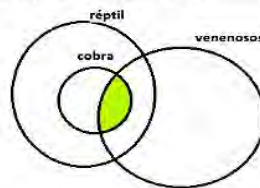
(C) Falsa = nem todo réptil venenoso é cobra (há lagartos venenosos, répteis e não são cobras).

No contexto geral, esta afirmação poderia ser considerada verdadeira, mas segundo as afirmações "dadas" pela questão ela é falsa, pois não é mencionada qualquer ligação entre o grupo das cobras e dos répteis venenosos; A cobra é um réptil; Alguns répteis são venenosos; mas embasando-se somente nestas duas afirmações não há como se garantir que Algum réptil venenoso é uma cobra.

(D) Falsa = nem todo réptil é uma cobra (Jacaré é réptil).

(E) Falsa = nem todo réptil venenoso é cobra (há lagartos venenosos, são répteis e não são cobras).

algum réptil venenoso é uma cobra



Um grande conjunto é o dos répteis, obrigatoriamente o conjunto das cobras, que é menor, estará totalmente dentro do conjunto dos répteis. Já o conjunto dos Venenosos existem 3 possibilidades:

1 - o conjunto dos venenosos estar totalmente dentro do conjunto dos répteis, mas não se mistura com o conjunto das cobras, ou seja, são dois conjuntos dentro do grande conjunto que é o dos répteis;

2 - o conjunto dos venenosos estar parcialmente dentro do conjunto dos répteis, mas não se mistura com o conjunto das cobras, ou seja, um conjunto (cobras) dentro do conjunto dos répteis e outro (venenosos) parcialmente dentro e fora (como na figura).

3 - o conjunto dos venenosos estar totalmente dentro do conjunto dos répteis, e parcialmente, também, dentro do conjunto das cobras.

4 - o conjunto dos venenosos estar totalmente dentro do conjunto dos répteis e totalmente dentro do conjunto das cobras.

Logo, a única coisa que conseguimos garantir dentre as alternativas é que "todas as cobras são répteis", elas podem ser ou não venenosas e os venenosos podem ou não ser répteis e podem ou não ser cobras.

09. Resposta "C".

Dona Marieta teve 10 filhos = 7 férteis e 3 inférteis.

Sete férteis tiveram 21 filhos = 17 férteis e 4 inférteis.

Dezessete férteis tiveram 85 filhos = 76 férteis e 9 inférteis.

Setenta e seis férteis tiveram 152 filhos = 152 férteis.

Descendentes = férteis + inférteis = 252 + 16 = 268 descendentes.

Seguindo os passos:

- Dona Marieta teve 10 filhos, três dos quais não lhe deram netos e cada um dos demais lhe deu 3 netos; dos 10 filhos de Dona Marieta 3 não lhe deram netos, enquanto que 7 lhe deram 3 netos "cada", então fazemos o seguinte cálculo: $7 \cdot 3 = 21$ netos.

- Apenas quatro dos netos de Dona Marieta não tiveram filhos, enquanto que cada um dos demais lhe deram 5 bisnetos; Sabemos que Dona Marieta teve 21 netos, mas, desses 21, quatro não tiveram filhos, enquanto que os outros 17 lhe deram 5 bisnetos cada: $17 \cdot 5 = 85$ bisnetos.

- Dos bisnetos de Dona Marieta, apenas nove não tiveram filhos e cada um dos outros tiveram 2 filhos; Dona Marieta teve 85 bisnetos, e desses 85 nove não tiveram filhos, o que implica que 76 tiveram 2 filhos "cada": $76 \cdot 2 = 152$ tataranetos.

- Os tataranetos de Dona Marieta ainda não têm filhos. Como os tataranetos não tiveram filhos, então somamos os filhos, netos, bisnetos e tataranetos: $10 + 21 + 85 + 152 = 268$.

10. Resposta "D".

Segundo Sérates (1997), a conjunção da sentença $x \rightarrow y$ com a sentença $y \rightarrow x$ resulta na sentença $x \leftrightarrow y$. Assim, $(x \rightarrow y) \wedge (y \rightarrow x)$ equivale a $x \leftrightarrow y$.

x se e somente se y : somente admite resposta verdadeira quando ambas possuem o mesmo sinal. Tabela verdade: tabela verdade de $x \leftrightarrow y$ e $y \leftrightarrow x$:

x	y	$x \leftrightarrow y$	x	y	$x \leftrightarrow y$	x	y	$y \leftrightarrow x$	"e"
V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	F	V	F	F	F
F	V	F	F	V	V	F	V	V	F
F	F	V	F	F	V	F	F	V	V

x se e somente se y é equivalente a y se x e x se y .

5 PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE.

ANÁLISE COMBINATÓRIA

Análise combinatória é uma parte da matemática que estuda, ou melhor, calcula o número de possibilidades, e estuda os métodos de contagem que existem em acertar algum número em jogos de azar. Esse tipo de cálculo nasceu no século XVI, pelo matemático italiano Niccollo Fontana (1500-1557), chamado também de Tartaglia. Depois, apareceram os franceses Pierre de Fermat (1601-1665) e Blaise Pascal (1623-1662). A análise desenvolve métodos que permitem contar, indiretamente, o número de elementos de um conjunto. Por exemplo, se quiser saber quantos números de quatro algarismos são formados com os algarismos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9, é preciso aplicar as propriedades da análise combinatória. Veja quais propriedades existem:

- Princípio fundamental da contagem
- Fatorial
- Arranjos simples
- Permutação simples
- Combinação
- Permutação com elementos repetidos

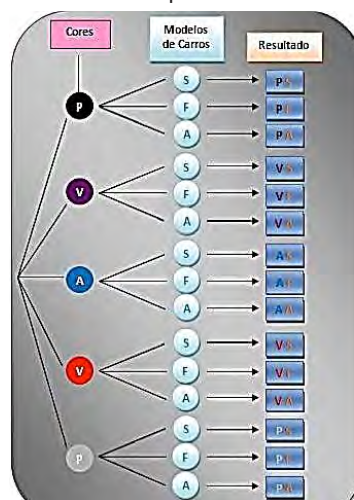
Princípio fundamental da contagem: é o mesmo que a Regra do Produto, um princípio combinatório que indica quantas vezes e as diferentes formas que um acontecimento pode ocorrer. O acontecimento é formado por dois estágios caracterizados como sucessivos e independentes:

- O primeiro estágio pode ocorrer de m modos distintos.
- O segundo estágio pode ocorrer de n modos distintos.

Desse modo, podemos dizer que o número de formas diferente que pode ocorrer em um acontecimento é igual ao produto $m \cdot n$.

Exemplo: Alice decidiu comprar um carro novo, e inicialmente ela quer se decidir qual o modelo e a cor do seu novo veículo. Na concessionária onde Alice foi há 3 tipos de modelos que são do interesse dela: Siena, Fox e Astra, sendo que para cada carro há 5 opções de cores: preto, vinho, azul, vermelho e prata. Qual é o número total de opções que Alice poderá fazer?

Resolução: Segundo o Princípio Fundamental da Contagem, Alice tem 3×5 opções para fazer, ou seja, ela poderá optar por 15 carros diferentes. Vamos representar as 15 opções na árvore de possibilidades:



Generalizações: Um acontecimento é formado por k estágios sucessivos e independentes, com $n_1, n_2, n_3, \dots, n_k$ possibilidades para cada. O total de maneiras distintas de ocorrer este acontecimento é $n_1 \cdot n_2 \cdot n_3 \cdot \dots \cdot n_k$.

Técnicas de contagem: Na Técnica de contagem não importa a ordem.

Considere $A = \{a; b; c; d; \dots; j\}$ um conjunto formado por 10 elementos diferentes, e os agrupamentos ab, ac e ca .

ab e ac são agrupamentos sempre distintos, pois se diferenciam pela natureza de um dos elementos.

ac e ca são agrupamentos que podem ser considerados distintos ou não distintos pois se diferenciam somente pela ordem dos elementos.

Quando os elementos de um determinado conjunto A forem algarismos, $A = \{0, 1, 2, 3, \dots, 9\}$, e com estes algarismos pretendemos formar, neste caso, os agrupamentos de 13 e 31 são considerados distintos, pois indicam números diferentes.

Quando os elementos de um determinado conjunto A forem pontos, $A = \{A_1, A_2, A_3, A_4, A_5, \dots, A_9\}$, e com estes pontos obter retas, neste caso os agrupamentos $\overline{A_1 A_2}$ e $\overline{A_2 A_1}$ são iguais, pois indicam a mesma reta.

Conclusão: Os agrupamentos...

1. Em alguns problemas de contagem, quando os agrupamentos se diferirem pela natureza de pelo menos um de seus elementos, os agrupamentos serão considerados distintos.

ac = ca, neste caso os agrupamentos são denominados combinações.

Pode ocorrer: O conjunto A é formado por pontos e o problema é saber quantas retas esses pontos determinam.

2. Quando se diferir tanto pela natureza quanto pela ordem de seus elementos, os problemas de contagem serão agrupados e considerados distintos.

ac ≠ ca, neste caso os agrupamentos são denominados arranjos.

Pode ocorrer: O conjunto A é formado por algarismos e o problema é contar os números por eles determinados.

Fatorial: Na matemática, o fatorial de um número natural n, representado por n!, é o produto de todos os inteiros positivos menores ou iguais a n. A notação n! foi introduzida por Christian Kramp em 1808. A função fatorial é normalmente definida por:

$$n! = \prod_{k=1}^n k \quad \forall n \in \mathbb{N}$$

Por exemplo, $5! = 1 \cdot 2 \cdot 3 \cdot 4 \cdot 5 = 120$

Note que esta definição implica em particular que $0! = 1$, porque o produto vazio, isto é, o produto de nenhum número é 1. Deve-se prestar atenção neste valor, pois este faz com que a função recursiva $(n + 1)! = n! \cdot (n + 1)$ funcione para $n = 0$.

Os fatoriais são importantes em análise combinatória. Por exemplo, existem n! caminhos diferentes de arranjar n objetos distintos numa sequência. (Os arranjos são chamados permutações) E o número de opções que podem ser escolhidos é dado pelo coeficiente binomial.

$$\binom{n}{k} = \frac{n!}{k!(n-k)!}$$

Arranjos simples: são agrupamentos sem repetições em que um grupo se torna diferente do outro pela ordem ou pela natureza dos elementos componentes. Seja A um conjunto com n elementos e k um natural menor ou igual a n. Os arranjos simples k a k dos n elementos de A, são os agrupamentos, de k elementos distintos cada, que diferem entre si ou pela natureza ou pela ordem de seus elementos.

Cálculos do número de arranjos simples:

Na formação de todos os arranjos simples dos n elementos de A, tomados k a k:

- n → possibilidades na escolha do 1º elemento.
- n - 1 → possibilidades na escolha do 2º elemento, pois um deles já foi usado.
- n - 2 → possibilidades na escolha do 3º elemento, pois dois deles já foi usado.
- .
- .
- .
- n - (k - 1) → possibilidades na escolha do kº elemento, pois l-1 deles já foi usado.

No Princípio Fundamental da Contagem ($A_{n,k}$), o número total de arranjos simples dos n elementos de A (tomados k a k), temos:

$$A_{n,k} = n(n-1) \cdot (n-2) \cdot \dots \cdot (n-k+1)$$

(é o produto de k fatores)

Multiplicando e dividindo por $(n-k)!$

$$A_{n,k} = \frac{n(n-1) \cdot (n-2) \cdot \dots \cdot (n-k+1) \cdot (n-k)!}{(n-k)!}$$

Note que $n(n-1) \cdot (n-2) \cdot \dots \cdot (n-k+1) \cdot (n-k)! = n!$

Podemos também escrever $A_{n,k} = \frac{n!}{(n-k)!}$

Permutações: Considere A como um conjunto com n elementos. Os arranjos simples n a n dos elementos de A, são denominados permutações simples de n elementos. De acordo com a definição, as permutações têm os mesmos elementos. São os n elementos de A. As duas permutações diferem entre si somente pela ordem de seus elementos.

Cálculo do número de permutação simples:

O número total de permutações simples de n elementos indicado por P_n , e fazendo $k = n$ na fórmula $A_{n,k} = n(n-1)(n-2) \cdot \dots \cdot (n-k+1)$, temos:

$$P_n = A_{n,n} = n(n-1)(n-2) \cdot \dots \cdot (n-n+1) = (n-1)(n-2) \cdot \dots \cdot 1 = n!$$

Portanto: $P_n = n!$

Combinações Simples: são agrupamentos formados com os elementos de um conjunto que se diferenciam somente pela natureza de seus elementos. Considere A como um conjunto com n elementos k um natural menor ou igual a n. Os agrupamentos de k elementos distintos cada um, que diferem entre si apenas pela natureza de seus elementos são denominados combinações simples k a k, dos n elementos de A.

Exemplo: Considere $A = \{a, b, c, d\}$ um conjunto com elementos distintos. Com os elementos de A podemos formar 4 combinações de três elementos cada uma: abc – abd – acd – bcd

Se trocarmos ps 3 elementos de uma delas:

Exemplo: abc, obteremos $P_3 = 6$ arranjos disdintos.

abc	abd	acd	bcd
acb			
bac			
bca			
cab			
cba			

Se trocarmos os 3 elementos das 4 combinações obtemos todos os arranjos 3 a 3:

abc	abd	acd	bcd
acb	adb	adc	bdc
bac	bad	cad	cbd
bca	bda	cda	cdb
cab	dab	dac	dbc
cba	dba	dca	dcb

(4 combinações) x (6 permutações) = 24 arranjos

Logo: $C_{4,3} \cdot P_3 = A_{4,3}$

Cálculo do número de combinações simples: O número total de combinações simples dos n elementos de A representados por $C_{n,k}$, tomados k a k, analogicamente ao exemplo apresentado, temos:

a) Trocando os k elementos de uma combinação k a k, obtemos P_k arranjos distintos.

b) Trocando os k elementos das $C_{n,k} \cdot P_k$ arranjos distintos.

Portanto: $C_{n,k} \cdot P_k = A_{n,k}$ ou

$$C_{n,k} = \frac{A_{n,k}}{P_k}$$

Lembrando que:

$$A_{n,k} = \frac{n!}{(n-k)!}, P_k = \frac{A_{n,k}}{P_k} e \binom{n}{k} = \frac{n!}{k!(n-k)!}$$

Também pode ser escrito assim:

$$C_{n,k} = \frac{A_{n,k}}{P_k} = \frac{n!}{k!(n-k)!} = \binom{n}{k}$$

Arranjos Completos: Arranjos completos de n elementos, de k a k são os arranjos de k elementos não necessariamente distintos. Em vista disso, quando vamos calcular os arranjos completos, deve-se levar em consideração os arranjos com elementos distintos (arranjos simples) e os elementos repetidos. O total de arranjos completos de n elementos, de k a k, é indicado simbolicamente por $A_{n,k}^*$ dado por: $A_{n,k}^* = n^k$

Permutações com elementos repetidos

Considerando:

α elementos iguais a a,
 β elementos iguais a b,
 γ elementos iguais a c, ...,
 λ elementos iguais a l,

Totalizando em $\alpha + \beta + \gamma + \dots + \lambda = n$ elementos.

Simbolicamente representado por $P_n^{\alpha, \beta, \gamma, \dots, \lambda}$ o número de permutações distintas que é possível formarmos com os n elementos:

$$P_n^{\alpha, \beta, \gamma, \dots, \lambda} = \frac{n!}{\alpha! \cdot \beta! \cdot \gamma! \cdot \dots \cdot \lambda!}$$

Combinações Completas: Combinações completas de n elementos, de k a k, são combinações de k elementos não necessariamente distintos. Em vista disso, quando vamos calcular as combinações completas devemos levar em consideração as combinações com elementos distintos (combinações simples) e as combinações com elementos repetidos. O total de combinações completas de n elementos, de k a k, indicado por $C_{n,k}^*$

$$C_{n,k}^* = C_{n+k-1,k} = \binom{n+k-1}{k}$$

QUESTÕES

01. Quantos números de três algarismos distintos podem ser formados com os algarismos 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8?

02. Organiza-se um campeonato de futebol com 14 clubes, sendo a disputa feita em dois turnos, para que cada clube enfrente o outro no seu campo e no campo deste. O número total de jogos a serem realizados é:

- (A) 182
- (B) 91
- (C) 169
- (D) 196
- (E) 160

03. Deseja-se criar uma senha para os usuários de um sistema, começando por três letras escolhidas entre as cinco A, B, C, D e E, seguidas de quatro algarismos escolhidos entre 0, 2, 4, 6 e 8. Se entre as letras puder haver repetição, mas se os algarismos forem todos distintos, o número total de senhas possíveis é:

- (A) 78.125
- (B) 7.200
- (C) 15.000
- (D) 6.420
- (E) 50

04. (UFTM) – João pediu que Cláudia fizesse cartões com todas as permutações da palavra AVIAÇÃO. Cláudia executou a tarefa considerando as letras A e ã como diferentes, contudo, João queria que elas fossem consideradas como mesma letra. A diferença entre o número de cartões feitos por Cláudia e o número de cartões esperados por João é igual a

- (A) 720
(B) 1.680
(C) 2.420
(D) 3.360
(E) 4.320

05. (UNIFESP) – As permutações das letras da palavra PROVA foram listadas em ordem alfabética, como se fossem palavras de cinco letras em um dicionário. A 73ª palavra nessa lista é

- (A) PROVA.
(B) VAPOR.
(C) RAPOV.
(D) ROVAP.
(E) RAOPV.

06. (MACKENZIE) – Numa empresa existem 10 diretores, dos quais 6 estão sob suspeita de corrupção. Para que se analisem as suspeitas, será formada uma comissão especial com 5 diretores, na qual os suspeitos não sejam maioria. O número de possíveis comissões é:

- (A) 66
(B) 72
(C) 90
(D) 120
(E) 124

07. (ESPCEX) – A equipe de professores de uma escola possui um banco de questões de matemática composto de 5 questões sobre parábolas, 4 sobre circunferências e 4 sobre retas. De quantas maneiras distintas a equipe pode montar uma prova com 8 questões, sendo 3 de parábolas, 2 de circunferências e 3 de retas?

- (A) 80
(B) 96
(C) 240
(D) 640
(E) 1.280

08. Numa clínica hospitalar, as cirurgias são sempre assistidas por 3 dos seus 5 enfermeiros, sendo que, para uma eventualidade qualquer, dois particulares enfermeiros, por serem os mais experientes, nunca são escalados para trabalharem juntos. Sabendo-se que em todos os grupos participa um dos dois enfermeiros mais experientes, quantos grupos distintos de 3 enfermeiros podem ser formados?

- (A) 06
(B) 10
(C) 12
(D) 15
(E) 20

09. Seis pessoas serão distribuídas em duas equipes para concorrer a uma gincana. O número de maneiras diferentes de formar duas equipes é

- (A) 10
(B) 15
(C) 20
(D) 25
(E) 30

10. Considere os números de quatro algarismos do sistema decimal de numeração. Calcule:

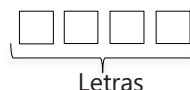
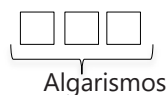
- a) quantos são no total;
b) quantos não possuem o algarismo 2;
c) em quantos deles o algarismo 2 aparece ao menos uma vez;
d) quantos têm os algarismos distintos;
e) quantos têm pelo menos dois algarismos iguais.

Resoluções

$$01. A_{7,3} \frac{7!}{(7-3)!} = \frac{7!}{4!} = \frac{7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4!}{4!} = 7 \cdot 6 \cdot 5 = 210$$

02. O número total de jogos a serem realizados é $A_{14,2} = 14 \cdot 13 = 182$.

03.



As três letras poderão ser escolhidas de $5 \cdot 5 \cdot 5 = 125$ maneiras.

Os quatro algarismos poderão ser escolhidos de $5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 = 120$ maneiras.

O número total de senhas distintas, portanto, é igual a $125 \cdot 120 = 15.000$.

04.

I) O número de cartões feitos por Cláudia foi

$$P_7^2 = \frac{7!}{2!} = 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 = 2520$$

II) O número de cartões esperados por João era

$$P_7^3 = \frac{7!}{3!} = 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 = 840$$

Assim, a diferença obtida foi $2.520 - 840 = 1.680$

05. Se as permutações das letras da palavra PROVA forem listadas em ordem alfabética, então teremos:

- $P_4 = 24$ que começam por A
 $P_4 = 24$ que começam por O
 $P_4 = 24$ que começam por P

A 73ª palavra nessa lista é a primeira permutação que começa por R. Ela é RAOPV.

06. Se, do total de 10 diretores, 6 estão sob suspeita de corrupção, 4 não estão. Assim, para formar uma comissão de 5 diretores na qual os suspeitos não sejam maioria, podem ser escolhidos, no máximo, 2 suspeitos. Portanto, o número de possíveis comissões é

$$C_{6,1} \cdot C_{4,4} + C_{6,2} \cdot C_{4,3} = \binom{6}{1} \cdot \binom{4}{4} + \binom{6}{2} \cdot \binom{4}{3} =$$

$$6 \cdot 1 + 15 \cdot 4 = 6 + 60 = 66$$

$$07. C_{5,3} \cdot C_{4,2} \cdot C_{4,3} = 10 \cdot 6 \cdot 4 = 240$$

08.

I) Existem 5 enfermeiros disponíveis: 2 mais experientes e outros 3.

II) Para formar grupos com 3 enfermeiros, conforme o enunciado, devemos escolher 1 entre os 2 mais experientes e 2 entre os 3 restantes.

III) O número de possibilidades para se escolher 1 entre os 2 mais experientes é

$$C_{2,1} = \binom{2}{1} = 2$$

IV) O número de possibilidades para se escolher 2 entre 3 restantes é

$$C_{3,2} = \binom{3}{2} = \frac{3!}{2! \cdot 1!} = \frac{3 \cdot 2!}{2! \cdot 1} = 3$$

V) Assim, o número total de grupos que podem ser formados é $2 \cdot 3 = 6$

$$09. \frac{C_{6,3}}{2} = \frac{20}{2} = 10$$

10.

$$a) 9 \cdot A_{10,3}^* = 9 \cdot 10^3 = 9 \cdot 10 \cdot 10 \cdot 10 = 9000$$

$$b) 8 \cdot A_{9,3}^* = 8 \cdot 9^3 = 8 \cdot 9 \cdot 9 \cdot 9 = 5832$$

$$c) (a) - (b): 9000 - 5832 = 3168$$

$$d) 9 \cdot A_{9,3} = 9 \cdot 9 \cdot 8 \cdot 7 = 4536$$

$$e) (a) - (d): 9000 - 4536 = 4464$$

Binômio de Newton

Denomina-se Binômio de Newton, a todo binômio da forma $(a + b)^n$, sendo n um número natural.

Exemplo:

$B = (3x - 2y)^4$ (onde $a = 3x$, $b = -2y$ e $n = 4$ [grau do binômio]).

Exemplos de desenvolvimento de binômios de Newton

:

$$a) (a + b)^2 = a^2 + 2ab + b^2$$

$$b) (a + b)^3 = a^3 + 3a^2b + 3ab^2 + b^3$$

$$c) (a + b)^4 = a^4 + 4a^3b + 6a^2b^2 + 4ab^3 + b^4$$

$$d) (a + b)^5 = a^5 + 5a^4b + 10a^3b^2 + 10a^2b^3 + 5ab^4 + b^5$$

Nota:

Não é necessário memorizar as fórmulas acima, já que elas possuem uma lei de formação bem definida, senão vejamos:

Vamos tomar, por exemplo, o item (d) acima:

Observe que o expoente do primeiro e últimos termos são iguais ao expoente do binômio, ou seja, igual a 5.

A partir do segundo termo, os coeficientes podem ser obtidos a partir da seguinte regra prática de fácil memorização:

Multiplicamos o coeficiente de a pelo seu expoente e dividimos o resultado pela ordem do termo. O resultado será o coeficiente do próximo termo. Assim por exemplo, para obter o coeficiente do terceiro termo do item (d) acima teríamos:

$5 \cdot 4 = 20$; agora dividimos 20 pela ordem do termo anterior (2 por se tratar do segundo termo) $20:2 = 10$ que é o coeficiente do terceiro termo procurado.

Observe que os expoentes da variável a decrescem de n até 0 e os expoentes de b crescem de 0 até n . Assim o terceiro termo é $10a^3b^2$ (observe que o expoente de a decresceu de 4 para 3 e o de b cresceu de 1 para 2).

Usando a regra prática acima, o desenvolvimento do binômio de Newton $(a + b)^7$ será:

$$(a + b)^7 = a^7 + 7a^6b + 21a^5b^2 + 35a^4b^3 + 35a^3b^4 + 21a^2b^5 + 7ab^6 + b^7$$

Como obtivemos, por exemplo, o coeficiente do 6º termo ($21a^2b^5$)?

Pela regra: coeficiente do termo anterior = 35. Multiplicamos 35 pelo expoente de a que é igual a 3 e dividimos o resultado pela ordem do termo que é 5.

Então, $35 \cdot 3 = 105$ e dividindo por 5 (ordem do termo anterior) vem $105:5 = 21$, que é o coeficiente do sexto termo, conforme se vê acima.

Observações:

1) o desenvolvimento do binômio $(a + b)^n$ é um polinômio.

2) o desenvolvimento de $(a + b)^n$ possui $n + 1$ termos.

3) os coeficientes dos termos equidistantes dos extremos, no desenvolvimento de $(a + b)^n$ são iguais.

4) a soma dos coeficientes de $(a + b)^n$ é igual a 2^n .

Fórmula do termo geral de um Binômio de Newton

Um termo genérico T_{p+1} do desenvolvimento de $(a+b)^n$, sendo p um número natural, é dado por

$$T_{p+1} = \binom{n}{p} a^{n-p} b^p$$

onde

$$\binom{n}{p} = C_{n,p} = \frac{n!}{p!(n-p)!}$$

é denominado Número Binomial e $C_{n,p}$ é o número de combinações simples de n elementos, agrupados p a p , ou seja, o número de combinações simples de n elementos de taxa p .

Este número é também conhecido como Número Combinatório.

CONCEITOS BÁSICOS DE PROBABILIDADE

Para que se possa realizar inferências sobre a população, é necessário que se trabalhe com amostragem probabilística. É o método que garante segurança quando investiga-se alguma hipótese. Normalmente os indivíduos investigados possuem a mesma probabilidade de ser selecionado na amostra.

Aleatória Simples: É o mais utilizado processo de amostragem. Prático e eficaz, confere precisão ao processo de amostragem. Normalmente utiliza-se uma tabela de números aleatórios e nomeia-se os indivíduos, sorteando-se um por um até completar a amostra calculada. Uma variação deste tipo de amostragem é a sistemática. Em um grande número de exemplos, o pesquisador depara-se com a população ordenada. Neste sentido, tem-se os indivíduos dispostos em sequência o que dificulta a aplicação exata desta técnica. Quando se trabalha com sorteio de quadras de casas por exemplo, há uma regra crescente para os números das casas. Em casos como este, divide-se a população pela amostra e obtém-se um coeficiente (y).

A primeira casa será a de número x , a segunda será a de número $x + y$; a terceira será a de número $x + 3 \cdot y$. Supondo que este coeficiente seja 6. O primeiro elemento será 3. O segundo será $3 + 6$. O terceiro será $3 + 2 \cdot 6$. O quarto será $3 + 3 \cdot 6$, e assim sucessivamente.

Aleatória Estratificada: Quando se deseja guardar uma proporcionalidade na população heterogênea. Estratifica-se cada subpopulação por intermédio de critérios como classe social, renda, idade, sexo, entre outros.

Conglomerado: Em corriqueiras situações, torna-se difícil coletar características da população. Nesta modalidade de amostragem, sorteia-se um conjunto e procura-se estudar todo o conjunto. É exemplo de amostragem por conglomerado, famílias, organizações e bairros.

A história da teoria das probabilidades, teve início com os jogos de cartas, dados e de roleta. Esse é o motivo da grande existência de exemplos de jogos de azar no estudo da probabilidade. A teoria da probabilidade permite que se calcule a chance de ocorrência de um número em um experimento aleatório.

Experimento Aleatório: É aquele experimento que quando repetido em iguais condições, podem fornecer resultados diferentes, ou seja, são resultados explicados ao acaso. Quando se fala de tempo e possibilidades de ganho na loteria, a abordagem envolve cálculo de experimento aleatório.

Espaço Amostral: É o conjunto de todos os resultados possíveis de um experimento aleatório. A letra que representa o espaço amostral, é S .

Exemplo: Lançando uma moeda e um dado, simultaneamente, sendo S o espaço amostral, constituído pelos 12 elementos: $S = \{K1, K2, K3, K4, K5, K6, R1, R2, R3, R4, R5, R6\}$

- Escreva explicitamente os seguintes eventos: $A = \{\text{caras e m número par aparece}\}$, $B = \{\text{um número primo aparece}\}$, $C = \{\text{coroas e um número ímpar aparecem}\}$.

- Idem, o evento em que:

a) A ou B ocorrem;

b) B e C ocorrem;

c) Somente B ocorre.

- Quais dos eventos A, B e C são mutuamente exclusivos.

Resolução:

- Para obter A , escolhemos os elementos de S constituídos de um K e um número par: $A = \{K2, K4, K6\}$; Para obter B , escolhemos os pontos de S constituídos de números primos: $B = \{K2, K3, K5, R2, R3, R5\}$; Para obter C , escolhemos os pontos de S constituídos de um R e um número ímpar: $C = \{R1, R3, R5\}$.

- (a) A ou $B = A \cup B = \{K2, K4, K6, K3, K5, R2, R3, R5\}$; (b) B e $C = B \cap C = \{R3, R5\}$; (c) Escolhemos os elementos de B que não estão em A ou C : $B \setminus (A \cup C) = \{K3, K5, R2\}$.

- A e C são mutuamente exclusivos, porque $A \cap C = \emptyset$.

Conceito de Probabilidade: Se em um fenômeno aleatório as possibilidades são igualmente prováveis, então a probabilidade de ocorrer um evento A é:

$$P(A) = \frac{\text{número de casos favoráveis}}{\text{número de casos possíveis}}$$

Por, exemplo, no lançamento de um dado, um número par pode ocorrer de 3 maneiras diferentes dentre 6 igualmente prováveis, portanto, $P = 3/6 = 1/2 = 50\%$

Dizemos que um espaço amostral S (finito) é equiprovável quando seus eventos elementares têm probabilidades iguais de ocorrência.

Num espaço amostral equiprovável S (finito), a probabilidade de ocorrência de um evento A é sempre:

$$P(A) = \frac{\text{número de elementos de } A}{\text{número de elementos de } S} = \frac{n(A)}{n(S)}$$

Exercícios resolvidos

01- (Unesp) Numa pesquisa feita com 200 homens, observou-se que 80 eram casados, 20 eram separados, 10 eram viúvos e 90 eram solteiros. Escolhido um homem ao acaso, a probabilidade de ele não ser solteiro é:

a) 0,65

b) 0,6

c) 0,55

d) 0,5

e) 0,35

02- A probabilidade de uma bola branca aparecer ao retirar-se uma única bola de uma urna contendo 4 bolas brancas, 3 vermelhas e 5 azuis, é:

- a) $1/3$
- b) $1/2$
- c) $1/4$
- d) $1/12$
- e) $1/5$

03- O número da chapa de um carro é par. A probabilidade de o algarismo das unidades ser zero é:

- a) $1/10$
- b) $1/2$
- c) $4/9$
- d) $5/9$
- e) $1/5$

04- (FUVEST) Ao lançar um dado muitas vezes, uma pessoa percebeu que a face "6" saía com o dobro da frequência da face "1" e que as outras faces saíam com a frequência esperada de um dado não viciado. Qual a frequência da face "1"?

- a) $1/3$
- b) $2/3$
- c) $1/9$
- d) $2/9$
- e) $1/12$

05- De uma urna que contém bolas numeradas de 1 a 100 será retirada uma bola. Sabendo-se que qualquer uma das bolas tem a mesma chance de ser retirada, qual a probabilidade de se retirar uma bola, cujo número é um quadrado perfeito ou um cubo perfeito?

- a) 0,14
- b) 0,1
- c) 0,12
- d) 0,16
- e) 0,2

Resoluções

01- Num total de 200 homens, para não ser solteiro, ele tem que ser casado, separado ou viúvo. Então, temos:

$80 + 20 + 10 = 110$ (soma de casados, separados e viúvos)

$$P(\text{não ser solteiro}) = \frac{110}{200} = 0,55$$

Alternativa c

02- Nesta urna temos um total de $4 + 3 + 5 = 12$ bolas e 4 são brancas, então:

$$P(\text{branca}) = \frac{4}{12} = \frac{1}{3}$$

Alternativa a

03- Para ser par a placa tem que terminar com 0, 2, 4, 6 ou 8; num total de 5 chances e para ser zero temos 1 chance somente, então:

$$P(\text{ser zero}) = \frac{1}{5}$$

Alternativa e

04- Quando lançamos uma dado a probabilidade esperada de sair qualquer número é $1/6$. Do enunciado para sair os números 2, 3 4 e 5 é $1/6$ para cada um deles e, se a probabilidade de sair o 1 é x , de sair o 6 é o dobro: $2x$. E a soma de todas as probabilidades é igual a 1 inteiro. Então:

$$x + \frac{1}{6} + \frac{1}{6} + \frac{1}{6} + \frac{1}{6} + 2x = 1$$

$$3x + \frac{4}{6} = 1 \text{ (o mmc é 6)}$$

$$\frac{18x+4}{6} = \frac{6}{6}$$

$$18x = 6 - 4$$

$$18x = 2$$

$$x = \frac{2}{18} = \frac{1}{9}$$

Alternativa c

05- Temos um total de 100 bolas cujos números vão de 1 a 100, então:

Quadrado perfeito: 1, 4, 9, 16, 25, 36, 49, 64, 81 e 100 (10 números).

Cubo perfeito: 1, 8, 27 e 64 (4 números).

Teríamos $10 + 4 = 14$ números (quadrado ou cubo perfeito), porém os números 1 e 64 aparecem no dois, portanto devem ser descontados. Logo, temos $14 - 2 = 12$.

$$P(\text{quadrado ou cubo perfeito}) = \frac{12}{100} = 0,12$$

Alternativa c

6 OPERAÇÕES COM CONJUNTOS.

1. (CHESF – Administração – Cesgranrio/2012) Para preencher vagas disponíveis, o departamento de pessoal de uma empresa aplicou um teste em 44 candidatos, solicitando, entre outras informações, que o candidato respondesse se já havia trabalhado:

I - em setor de montagem eletromecânica de equipamentos;

II - em setor de conserto de tubulações urbanas;

III - em setor de ampliações e reformas de subestações de baixa e de alta tensão.

Analisados os testes, o departamento concluiu que todos os candidatos tinham experiência em pelo menos um dos setores citados anteriormente e que tinham respondido afirmativamente:

-28 pessoas a RESPOSTA: I;

-4 pessoas somente a RESPOSTA: I;

-1 pessoa somente a RESPOSTA: III;

-21 pessoas as RESPOSTA: s I e II;

-11 pessoas as RESPOSTA: s II e III;

-13 pessoas as RESPOSTA: s I e III.

Com base nas informações anteriores, assinale a opção incorreta:

A) Apenas 10 candidatos tem experiência nos 3 setores.

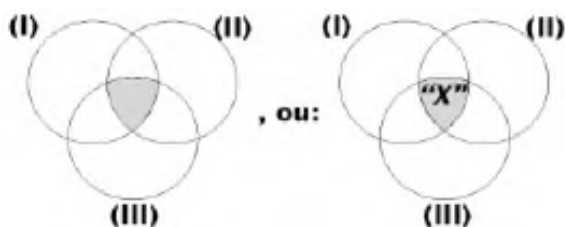
B)O Somente 36 candidatos tem experiência no setor de conserto de tubulações urbanas.

C) Apenas 15 candidatos tem experiência no setor de ampliações e reformas de subestações.

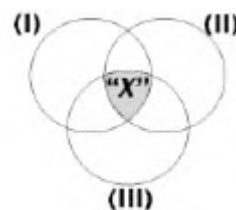
D) Somente 2 candidatos tem experiência apenas nos setores de montagem e de ampliações e reformas de subestações.

E) Somente 1 candidato tem experiência apenas nos setores de conserto de tubulações urbanas e de ampliações e reformas de subestações.

A representação dos três conjuntos, I, II e III, por diagrama s de Venn, pode ser dada por:

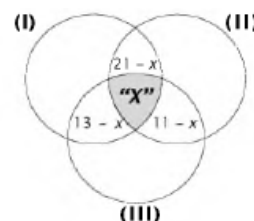


Convém indicar inicialmente por "x" o numero de elementos de $(I \cap II \cap III)$, isto e, o numero de candidatos que tinham experiência nos três setores classificados.

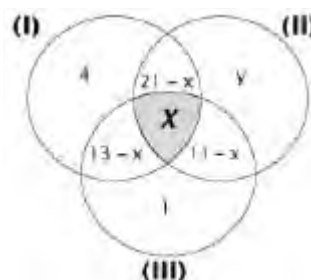


A seguir indicaremos o numero de elementos comuns de $(I \cap II)$, $(I \cap III)$ e $(II \cap III)$ por "x". Logo, os elementos excedentes a "x", são, respectivamente: $(21 - x)$; $(13 - x)$ e $(11 - x)$. Assim, então, podemos representar o que se segue:

$$\begin{cases} n(I \cap II) = 21 \text{ elementos} \\ n(I \cap III) = 13 \text{ elementos} \\ n(II \cap III) = 11 \text{ elementos} \end{cases}$$



Completando o restante do diagram a de Venn com os valores citados no enunciado, temos:



Para determinarmos os valores de "x" e "y", consideramos o primeiro dado do enunciado:

-28 pessoas a RESPOSTA: I.

Logo, podemos dizer que:

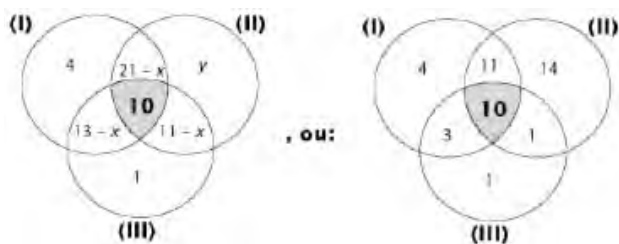
$$4 + (13 - x) + x + (21 - x) = 28 \quad 4 + 13 - x + x + 21 - x = 28 \quad 38 - x = 28 \quad -x = 28 - 38 \quad -x = -10 \quad x = 10 \text{ candidatos.}$$

De acordo com os dados da questão, a soma de todos os elementos contidos no diagrama de Venn acima e 44. Assim sendo, podemos determinar o valor de "y":

$$4 + (13 - 10) + 10 + (21 - 10) + (11 - x) + 1 + y = 44, \text{ e substituindo "x = 10", vem:}$$

$$30 + y = 44 \quad y = 44 - 30 \rightarrow y = 14 \text{ candidatos}$$

Concluímos, então, que o diagrama de Venn pode ser apresentado das seguintes formas abaixo:



Assim sendo, a única RESPOSTA: que discorda do diagrama de Venn acima e o item c, que afirma que somente 2 (e não 3!!!) candidatos tem experiência apenas nos setores de montagem e de ampliações e reformas de subestações. RESPOSTA: "C".

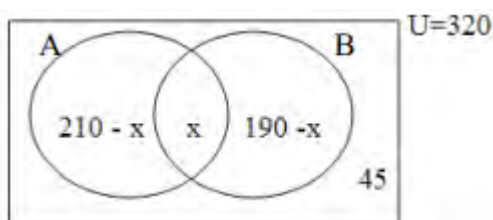
2. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013)

Numa pesquisa, sobre a preferência entre 2 produtos, foram entrevistadas 320 pessoas e chegou-se ao seguinte resultado: 210 preferiram o produto A, 190 preferiram o produto B e 45 nenhum dos dois. Portanto, o total de entrevistados que preferiram somente um dos produtos foi de:

- A) 150
- B) 125
- C) 35
- D) 85

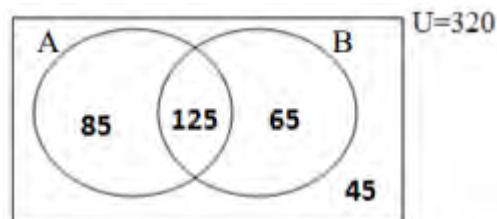
Devemos fazer o digrama, começando pelas interseções:

- Preferiram os dois produtos: x.
- Preferiram somente o produto A: 210 - x.
- Preferiram somente o produto B: 190 - x
- Não opinaram: 45 pessoas.
- Total: 320 pessoas.



$$\begin{aligned}
 210 - x + x + 190 - x + 45 &= 320 \\
 445 - x &= 320 \\
 -x &= 320 - 445 \\
 -x &= -125 \\
 x &= 125
 \end{aligned}$$

Substituindo o valor de x, teremos:



O total de entrevistados que preferiram somente um dos produtos (ou o A ou o B) foi de:

$$85 + 65 = 150$$

RESPOSTA: "A".

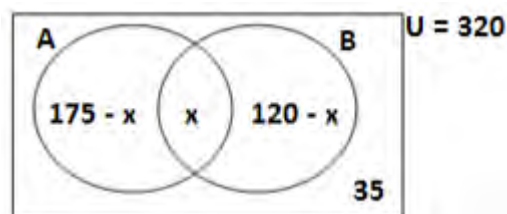
3. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013)

Numa pesquisa com 320 pessoas sobre a escolha entre dois produtos A e B constatou-se que: 175 escolheram o produto A, 120 escolheram o produto B e 35 não opinaram, podemos dizer então que:

- A) 20 pessoas escolheram os dois produtos.
- B) 110 pessoas escolheram somente o produto B.
- C) 155 pessoas escolheram somente o produto A.
- D) 275 pessoas gostam do produto A ou do produto B.
- E) Menos de 10 pessoas escolheram os dois produtos.

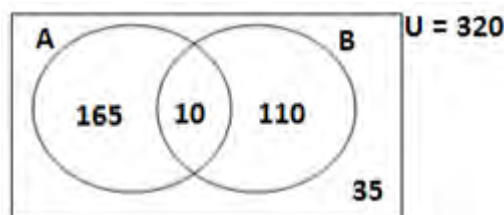
Devemos fazer o digrama, começando pelas interseções:

- Escolheram os dois produtos: x.
- Escolheram somente o produto A: 175 - x.
- Escolheram somente o produto B: 120 - x.
- Não opinaram: 35 pessoas.
- Total: 320 pessoas.



$$\begin{aligned}
 175 - x + x + 120 - x + 35 &= 320 \\
 330 - x &= 320 \\
 -x &= -10 \\
 x &= 10
 \end{aligned}$$

Substituindo o valor de x, teremos:



- 10 pessoas escolheram os dois produtos.
- 165 pessoas escolheram somente o produto A.
- 110 pessoas escolheram apenas o produto B.
- $165 + 10 + 110 = 285$ pessoas gostam do produto A ou do produto B.

RESPOSTA: "B".

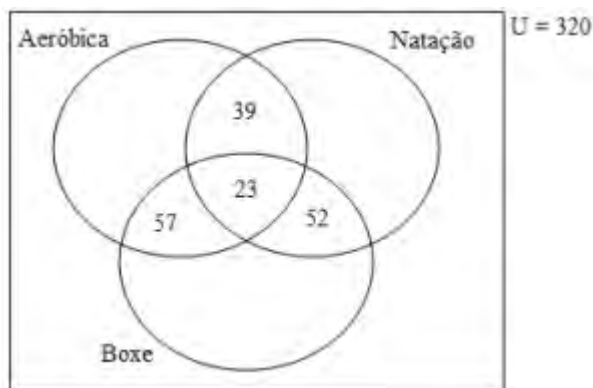
4. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013)

Dos 320 alunos de uma academia de ginástica, sabe-se que 170 praticam aeróbica, 148 praticam natação, 172 praticam boxe, 80 praticam aeróbica e boxe, 75 praticam natação e boxe, 62 praticam aeróbica e natação e 23 praticam os três. Nessas condições podemos afirmar que:

- A) 40 alunos praticam somente natação.
- B) 74 alunos praticam natação ou aeróbica.
- C) 91 alunos praticam aeróbica ou boxe.
- D) O total de alunos que não fazem aeróbica, boxe e natação é igual a 34.
- E) 51 alunos praticam somente boxe.

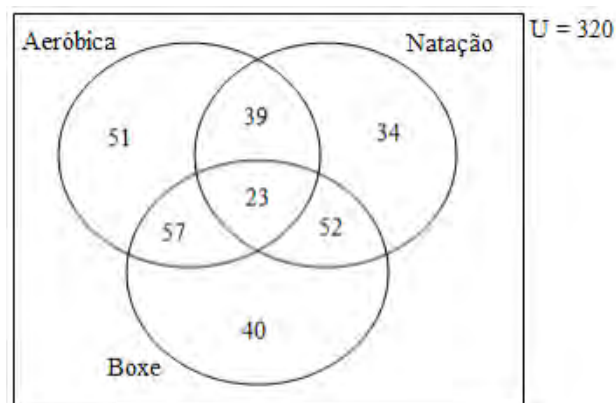
Devemos fazer o digrama, começando pelas interseções de dentro para fora:

- Praticam os três: 23 alunos
- Praticam somente aeróbica e natação = $62 - 23 = 39$ alunos.
- Praticam somente natação e boxe: $75 - 23 = 52$ alunos.
- Praticam somente aeróbica e natação: $80 - 23 = 57$ alunos.

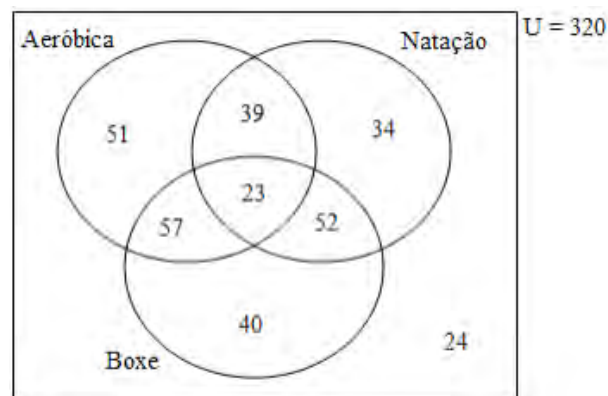


Prosseguindo, temos que:

- 170 praticam aeróbica: $170 - (39 + 23 + 57) = 51$ praticam somente aeróbica.
- 148 praticam natação: $148 - (39 + 23 + 52) = 34$ praticam somente natação.
- 172 praticam boxe: $172 - (57 + 23 + 52) = 40$ praticam somente boxe.



Somando todos os valores: $51 + 39 + 34 + 57 + 23 + 52 + 40 = 296$, como no total são 320 alunos, podemos concluir que $320 - 296 = 24$ alunos não praticam aeróbica, boxe, ou natação.



- praticam somente natação: 34 alunos
- praticam natação ou aeróbica: $51 + 39 + 34 + 57 + 23 + 52 = 256$ alunos.
- praticam aeróbica ou boxe: $51 + 39 + 57 + 23 + 52 + 40 = 262$ alunos.
- O total de alunos que não fazem aeróbica, boxe e natação é igual a 24.
- praticam somente boxe: 40 alunos

Essa questão não possui RESPOSTA: correta. Deveria ter sido anulada. O gabarito apontado pela IBFC foi a letra C.

5. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013)

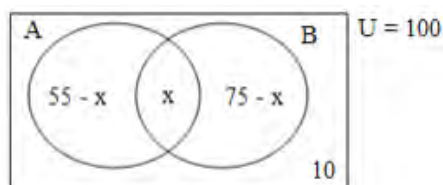
Dois candidatos A e B disputaram um cargo numa empresa. Os funcionários da empresa poderiam votar nos dois ou em apenas um deles ou em nenhum deles. O resultado foi o seguinte: 55% dos funcionários escolheram o candidato A, 75% escolheram o candidato B, 10% dos votos foram em branco. Pode-se afirmar então que o total de funcionários que escolheram somente um dentre os dois candidatos foi de:

- A) 50%
- B) 40%
- C) 90%
- D) 120%

RACIOCÍNIO LÓGICO

Mais uma vez devemos fazer o digrama, começando pelas interseções:

- Votaram nos dois candidatos: x %.
- Votaram somente no candidato A: $55 - x$ %.
- Escolheram somente o produto B: $75 - x$ %.
- Votos em branco: 10%
- Total: 100%



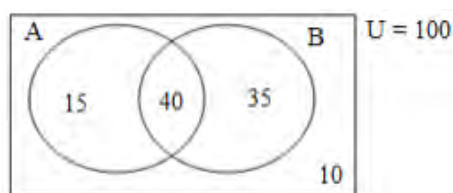
$$55 - x + x + 75 - x + 10 = 100$$

$$140 - x = 100$$

$$-x = -40$$

$$x = 40$$

Então:



Pode-se afirmar então que o total de funcionários que escolheram somente um dentre os dois candidatos foi de: $15\% + 35\% = 50\%$.

RESPOSTA: "A".

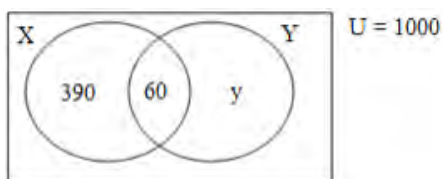
6. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013)

Uma pesquisa, envolvendo 1.000 pessoas, verificou que todas estavam contaminadas por um dos vírus X ou Y ou por ambos. Se havia 450 pessoas contaminadas pelo vírus X e, dessas, 60 estavam contaminadas por ambos os vírus, qual o número de pessoas contaminadas apenas pelo vírus Y?

- A) 390
- B) 490
- C) 510
- D) 550
- E) 610

Novamente devemos começar pela interseção: 60 pessoas estavam contaminadas pelos dois vírus.

Contaminadas somente pelo vírus X: $450 - 60 = 390$



$$390 + 60 + y = 1000$$

$$450 + y = 1000$$

$$y = 1000 - 450$$

$$y = 550$$

RESPOSTA: "D".

7. (HUB/EBSERH – Área administrativa - IBFC/2013)

Em uma escola, são praticados dois esportes – futebol e basquete – do seguinte modo: 54 alunos praticam apenas um esporte; 32 praticam futebol; 12 praticam ambos e 74 não praticam basquete. Qual é o total de alunos da escola?

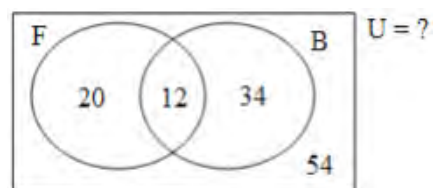
- A) 108.
- B) 120.
- C) 124.
- D) 128.
- E) 132.

- Praticam os dois: 12 alunos

- Praticam apenas futebol: $32 - 12 = 20$ alunos

- Se 54 alunos praticam apenas um esporte e 20 alunos praticam apenas futebol, então $54 - 20 = 34$ praticam apenas basquete.

- Os alunos que não praticam basquete são aqueles que praticam apenas futebol mais aqueles que não praticam nenhum dos dois esportes, logo, $20 + 74 = 94$ não praticam nenhum dos dois esportes.



$$U = 20 + 12 + 34 + 54$$

$$U = 120 \text{ alunos}$$

RESPOSTA: "B".

8. (ANVISA - Técnico Administrativo – CETRO/2013)

Considere as premissas:

P1: Todos os x são ¥ .

P2: Todos os ¥ são † .

P3: Quem é € não é † .

Assinale a RESPOSTA: que não é uma consequência lógica das três premissas apresentadas.

A) Os x não são € .

B) Os ¥ não são € .

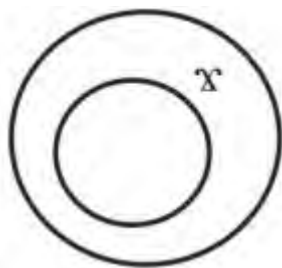
C) Os † não são € .

D) Os † são ¥ .

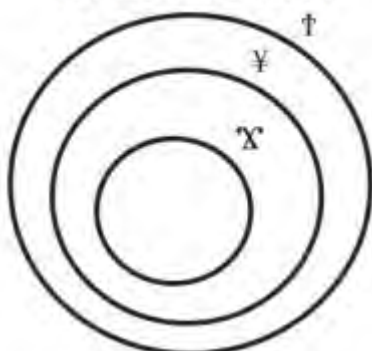
E) Os x são † .

Representando as premissas P1, P2 e P3 por diagramas lógicos, teremos:

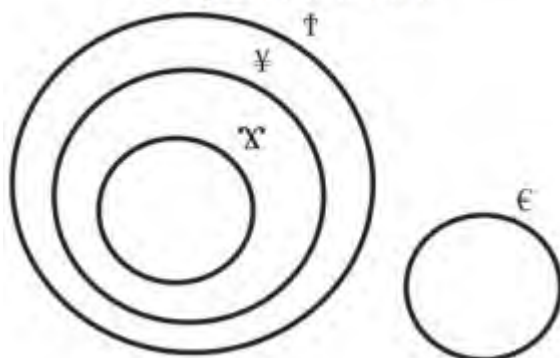
P1: Todos os x são y .



P2: Todos os y são t .



P3: Quem é e não é t .



Logo, podemos concluir que:

(a) Se todos os x são y e todos os y são t , portanto, Todos os x são t .

(b) Quem é e não é t , logo, também não será nem x , nem y .

RESPOSTA: "D".

9. (ANVISA - Técnico Administrativo – CETRO/2013)

Em um pote de doces, sabe-se que existe pelo menos um chiclete que é de hortelã. Sabe-se, também, que todos os doces do pote que são de sabor hortelã são verdes. Segue-se, portanto, necessariamente que

- A) todo doce verde é de hortelã.
- B) todo doce verde é chiclete.
- C) nada que não seja verde é chiclete.
- D) algum chiclete é verde.
- E) Algum chiclete não é verde.

Sejam as premissas:

P1: Existe pelo menos um chiclete que é de hortelã.

P2: Todos os doces do pote que são de sabor hortelã são verdes.

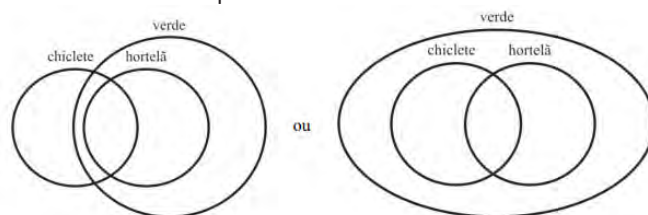
Portanto, representando as premissas P1 e P2 na forma de diagramas lógicos, obteremos a seguinte situação conclusiva:

P1: Existe pelo menos um chiclete que é de hortelã.



P2: Todos os doces do pote que são de sabor hortelã são verdes.

Podendo ser representada de duas formas:



Por esses diagramas, podemos concluir que:

(a) Nem todo chiclete é de hortelã e verde.

(b) algum chiclete é de hortelã e verde.

(c) todos os chicletes podem ser verdes ou não.

RESPOSTA: "D".

7 RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.

1. (TCU – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CESPE/2013) Efetuando as multiplicações 2×2 , 4×4 , 6×6 , 8×8 , ..., obtemos uma sequência de números representada a seguir pelos seus quatro primeiros elementos: (4, 16, 36, 64, ...).

Seguindo a mesma lógica, o 1000º elemento dessa sequência será 4.000.000 e o 1001º elemento será 4.008.004. Dessa forma, o 1002º elemento será

- A) 4.016.008.
- B) 4.008.036.
- C) 4.016.036.
- D) 4.008.016.
- E) 4.016.016.

Temos multiplicação de números pares.

Logo, $a_n = 2n \cdot 2n$

$a_n = 2n^2$

$a_n = 4n^2$

Então temos:

RESPOSTA: "E".

2. (TCE/SE – Técnico de Controle Externo – FCC/2012)

O robô A percorre um segmento de reta com medida par, em metros, em 20 segundos cada metro; um segmento de reta com medida ímpar, em metros, é percorrido em 30 segundos cada metro. O robô B percorre em 20 segundos cada metro os segmentos de medida ímpar, em metros. Os segmentos de medida par, em metros, o robô B percorre em 30 segundos.

Um percurso com segmentos de reta de 2 metros, 3 metros, 4 metros, 7 metros, 4 metros e 3 metros será percorrido pelo robô mais rápido, neste percurso, com uma vantagem, em segundos, igual a

- A) 10
- B) 20
- C) 30
- D) 35
- E) 40

A forma mais rápida de resolver a questão é começar fazendo a soma do total das distâncias pares e ímpares:

Vamos chamar de DSP a soma dos segmentos pares e de DSI a soma dos segmentos ímpares, assim temos:

$$DSP = 2 + 4 + 4 = 10$$

$$DSI = 3 + 7 + 3 = 13$$

Agora considerando a informação de que DSI é maior que DSP podemos concluir que o robô B, que é mais rápido nos segmentos ímpares, percorrerá o percurso em menor tempo.

A velocidade com que o robô A percorre os segmentos pares é igual à velocidade com que o robô B percorre os segmentos ímpares e vice-versa, dessa forma podemos concluir que se a distância dos segmentos ímpares fosse igual à distância dos segmentos pares os dois robôs percorreriam o percurso no mesmo tempo. Assim, podemos concluir que a forma mais rápida de calcular a diferença de tempo entre um robô e outro consiste em calcular a diferença entre DSI e DSP:

$$DSI - DSP = 3$$

E depois considerar que nessa distância de três metros o robô A é 10 segundos mais lento por metro, ou seja, a diferença total de tempo é igual a:

$$\text{Diferença de tempo} = (DSI - DSP) \cdot (30 - 20)$$

Sendo 30 o tempo que o robô A leva para percorrer o trecho ímpar e 20 o tempo que o robô B leva para percorrer o trecho ímpar.

$$\text{Diferença de tempo} = 3 \cdot 10 = 30$$

RESPOSTA: "C".

3. (MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) A figura abaixo mostra quatro cilindros que rolam uns contra os outros, sem deslizamento. Sabe-se que os diâmetros de A e D medem 4 e 8 centímetros respectivamente;

o diâmetro de B é quatro vezes o diâmetro de C; a soma dos diâmetros de A e D é a metade do diâmetro de B; e a velocidade de A é 180 rotações por minuto (r.p.m.). A velocidade de D, em r.p.m., é:

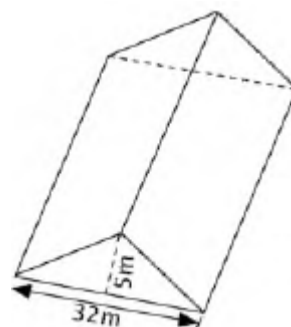
- A) 60;
- B) 90;
- C) 120;
- D) 180;
- E) 360.

Se os cilindros A e D somam 12 centímetros e o cilindro B tem o dobro desta soma, tem-se que B possui 24 centímetros de diâmetro. Logo, o cilindro C possui um quarto de 24 centímetros, ou seja, 6 centímetros. Quando um cilindro é maior que o anterior, deve-se dividir a velocidade deste pela razão. Quando um cilindro é menor que o anterior, deve-se multiplicar a velocidade deste pela razão.

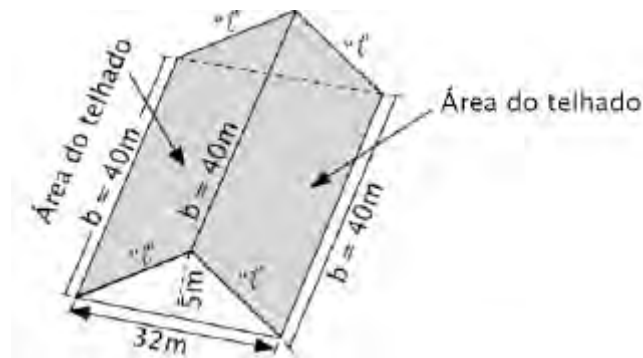
Cilindro	Diâmetro (cm)	Razão	Velocidade (RPM)
A	4		180
B	24	A/6	30
C	6	B=4C	120
D	8	0,75C	90

RESPOSTA: "B".

4. (MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) Uma empresa pretende construir um depósito de material em forma de um paralelepípedo, cuja base retangular tem 40 m de comprimento. A base e a altura das tesouras do telhado do depósito tem, respectivamente, 32 m e 5 m, conforme ilustra a figura ao lado. Considerando as informações acima e a figura apresentada, e correto afirmar que a área do telhado a ser coberta, em m², é:

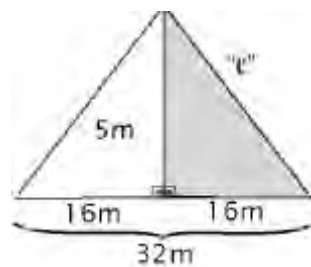


- A) inferior a 900;
- B) superior a 900 e inferior a 1.000;
- C) superior a 1.000 e inferior a 1.100;
- D) superior a 1.100 e inferior a 1.200;
- E) superior a 1.200.



Área do telhado = $2 \times (b \times l)$

Calculo do lado ("l") de um dos dois retângulos que compõem o telhado:



Aplicando o Teorema de Pitágoras em um dos triângulos retângulos formados pelas 2 tesouras, temos:

$$l^2 = 5^2 + 16^2 \quad l^2 = 25 + 256 \quad l^2 = 281 \quad l = \sqrt{281} \quad l = 16,76 \text{ m}$$

$$L = 2 \times 40 \times 16,76 = 1.340,8 \text{ M}^2$$

RESPOSTA: "E".

5. (MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) Dadas as matrizes $A = \begin{pmatrix} 2 & 3 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}$ e $B = \begin{pmatrix} 2 & 4 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}$, calcule o determinante do produto A.B.

- A) 8
- B) 12
- C) 9
- D) 15
- E) 6

Ao multiplicarmos uma matriz quadrada A de ordem 2 por outra matriz quadrada B, também de ordem 2, o resultado obtido será uma terceira matriz quadrada C, de mesma ordem:

$$C = A \cdot B \Rightarrow \underbrace{\begin{pmatrix} c_{11} & c_{12} \\ c_{21} & c_{22} \end{pmatrix}}_{\text{matriz C}} = \underbrace{\begin{pmatrix} 2 & 3 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}}_{\text{matriz A}} \times \underbrace{\begin{pmatrix} 2 & 4 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}}_{\text{matriz B}}$$

onde, c_{11} , c_{12} , c_{21} e c_{22} são os elementos da matriz C formados pela multiplicação entre as linhas da matriz A pelas colunas da matriz B.

$$A = \begin{pmatrix} 2 & 3 \\ 1 & 3 \end{pmatrix} \quad B = \begin{pmatrix} 2 & 4 \\ 1 & 3 \end{pmatrix}$$

$\begin{matrix} & \begin{matrix} c_{11} & c_{12} \end{matrix} \\ \begin{matrix} \downarrow & \downarrow \end{matrix} & \begin{matrix} \leftarrow & \leftarrow \end{matrix} \\ \begin{matrix} c_{21} & c_{22} \end{matrix} & \end{matrix}$

$$\begin{aligned}c_{11} &= 2.2 + 3.1 = 7 \\c_{12} &= 2.4 + 3.1 = 17 \\c_{21} &= 1.2 + 3.1 = 5 \\c_{22} &= 1.4 + 3.3 = 13\end{aligned}$$

$$C = \begin{pmatrix} 7 & 17 \\ 5 & 13 \end{pmatrix}$$

O determinante é o valor numérico de uma matriz de ordem quadrada. No caso de uma matriz de ordem 2, tem-se que o determinante é calculado pela "diferença entre os produtos dos elementos que se encontram, respectivamente, nas diagonais principais e secundárias":

$$C = \begin{pmatrix} 7 & 17 \\ 5 & 13 \end{pmatrix} \Rightarrow \det(C) = 7 \times 13 - 5 \times 17 \Rightarrow \det(C) = 91 - 85 \Rightarrow \det(C) = 6$$

RESPOSTA: "E".

6. (MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) Dado o sistema de equações lineares

$$\begin{cases} 2x + 3y - 4z = 3 \\ x - y + 5z = 6 \\ x + 2y + 3z = 7 \end{cases}$$

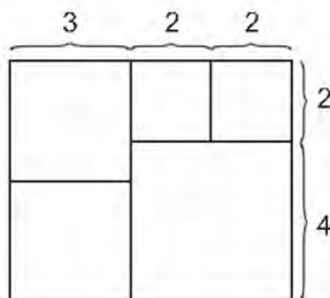
O valor de $x + y + z$ é igual a

- A) 8
- B) 16
- C) 4
- D) 12
- E) 14

$$\begin{array}{r} \begin{cases} 2x + 3y - 4z = 3 \\ x - y + 5z = 6 \\ x + 2y + 3z = 7 \end{cases} \\ + \\ \hline 4x + 4y + 4z = 16 \end{array} \Rightarrow (4x + 4y + 4z = 16) \div 4 \Rightarrow x + y + z = 4$$

RESPOSTA: "E".

7. (IBGE – Analista de sistemas - CESGRANRIO/2013) O carpinteiro José teve de dividir (sem sobras) uma placa retangular de dimensões 7 dm por 6 dm, em quadrados de lados expressos por um número inteiro de decímetros, de modo a obter o menor número de quadrados possível. Depois de vários ensaios, ele conseguiu resolver o problema, obtendo apenas 5 quadrados, cuja solução está indicada na Figura abaixo, com as medidas em decímetros.

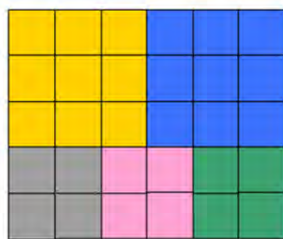


RACIOCÍNIO LÓGICO

Agora José tem de resolver o mesmo problema, porém no caso do retângulo de dimensões 6 dm por 5 dm. Nesse caso, o menor número de quadrados obtidos será

- A) 12
- B) 9
- C) 6
- D) 5
- E) 4

Questão de percepção mesmo. Raciocínio lógico puro.
Segue desenho



RESPOSTA: "D".

8. (IBGE – Analista de sistemas - CESGRANRIO/2013) Renato vai preencher cada quadrado da fila abaixo com um número, de forma que a soma de quaisquer três números consecutivos na fila (vizinhos) sempre seja 2.014.

745				287							N
-----	--	--	--	-----	--	--	--	--	--	--	---

O número que Renato terá de colocar no lugar de N é

- A) 287
- B) 745
- C) 982
- D) 1.012
- E) 1.032

Suponha soma 10 em três consecutivos.

5, 2, 3, 5, 2, 3. Veja que o "trio" se repete.

Veja que o 745 está no lugar do 5 no exemplo e o 287 está no lugar do 2 no exemplo.

Logo o trio é $745 + 287 + X = 2014$

$$X = 2014 - 745 - 287$$

$$X = 982$$

Tendo como base o exemplo dado, teremos

745, 287, 982, 745, 287, 982...

O N está na 11ª posição.

O 745 assume a 1ª, 4ª, 7ª, 10ª posição

287 assume a 2ª, 5ª, 8ª, 11ª posição. Será 287.

RESPOSTA: "A".

9. (Banco do Brasil – Escriturário - FCC/2013) – Depois de ter comprado 15 livros de mesmo preço unitário, Paulo verificou que sobraram R\$ 38,00 em sua posse, e faltaram R\$ 47,00 para comprar outro livro desse mesmo preço unitário. O valor que Paulo tinha inicialmente para comprar seus livros era, em R\$, de:

- A) 1.225,00.
- B) 1.305,00.
- C) 1.360,00.
- D) 1.313,00.
- E) 1.228,00.

Sejam V o valor que Paulo dispunha para comprar os livros e x o preço unitário do livro. Se comprando 15 livros sobram 38 reais, então:

$$V = 15x + 38$$

Se comprando 16 livros faltaram 47 reais, então:

$$V = 16x - 47$$

Igualando as equações, temos:

$$16x - 47 = 15x + 38$$

$$16x - 15x = 38 + 47$$

$$x = 85$$

Se cada livro custava 85 reais, para encontrar o valor que Paulo dispunha basta substituir x por 85 em qualquer uma das equações anteriores. Substituindo na primeira, por exemplo, temos:

$$V = 15x + 38$$

$$V = 15 \cdot 85 + 38$$

$$V = 1313$$

Portanto, Paulo possuía 1313 reais.

RESPOSTA: "D".

10. (Banco do Brasil – Escriturário - FCC/2013) Renato aplicou R\$ 1.800,00 em ações e, no primeiro dia, perdeu 1/2 do valor aplicado. No segundo dia Renato ganhou 4/5 do valor que havia sobrado no primeiro dia, e no terceiro dia perdeu 4/9 do valor que havia sobrado no dia anterior. Ao final do terceiro dia de aplicação, Renato tinha, em R\$,

A) 820,00.

B) 810,00.

C) 800,00.

D) 900,00.

E) 1.200,00.

Início: 1800

1º dia: Perdeu , ou seja, sobrou $1800 - 900 = 900$

2º dia: Ganhou , ou seja, ficou com $900 + 720 = 1620$

3º dia: Perdeu , ou seja, ficou com $1620 - 720 = 900$

Logo, ao final do terceiro dia Renato ficou com 900 reais.

RESPOSTA: "D".

EXERCÍCIOS COMPLEMENTARES

01. (Banco do Brasil - Assistente Técnico-Administrativo - FCC/2014)

Considere que há três formas de Ana ir para o trabalho: de carro, de ônibus e de bicicleta. Em 20% das vezes ela vai de carro, em 30% das vezes de ônibus e em 50% das vezes de bicicleta. Do total das idas de carro, Ana chega atrasada em 15% delas, das idas de ônibus, chega atrasada em 10% delas e, quando vai de bicicleta, chega atrasada em 8% delas. Sabendo-se que um determinado dia Ana chegou atrasada ao trabalho, a probabilidade de ter ido de carro é igual a

A) 20%.

B) 40%.

C) 60%.

D) 50%.

E) 30%.

Imagine que Ana vá ao trabalho 100 vezes. Como são 20% de carro, 30% de ônibus e 50% de bicicleta então temos:

20 idas de carro.

30 idas de ônibus

50 idas de bicicleta

Das 20 idas de carro Ana chega atrasada em 15% das vezes (3 idas).

Das 30 idas de ônibus Ana chega atrasada em 10% das vezes (3 idas).

Das 50 idas de bicicleta Ana chega atrasada em 8% das vezes (4 idas).

Assim, Ana chega atrasada em $3+3+4 = 10$ vezes.

Sabendo que Ana chegou atrasada a probabilidade de ela ter ido de carro é:

$P = 3/10 = 30\%$ que é a divisão das idades de carro atrasada pelo total de atrasos.

RESPOSTA: "E".

02. (Ministério da Fazenda - MI - Assistente Técnico administrativo - Cespe/UnB/2013) Sorteando-se um número de uma lista de 1 a 100, qual a probabilidade de o número ser divisível por 3 ou por 8?

A) 41%

B) 44%

C) 42%

D) 45%

E) 43%

A probabilidade de sair um número divisível por 3 (ou múltiplo de 3) é a probabilidade de ocorrer o evento $A = \{3; 6; 9; 12; 15; 18; 21; 24; 27; 30; 33; 36; 39; 42; 45; 48; 51; 54; 57; 60; 63; 66; 69; 72; 75; 78; 81; 84; 87; 90; 93; 96; 99\}$.

Como: $n(A) = 33$ múltiplos de 3 entre 1 e 100 e $n(S) = 100$ números naturais, então, tem-se:

$$\left\| P(A) = \frac{n(A)}{n(S)} \right\| \Rightarrow P(A) = \frac{33}{100}$$

A probabilidade de sair um múltiplo de 8 é a probabilidade de ocorrer o evento $B = \{8; 16; 24; 32; 40; 48; 56; 64; 72; 80; 88; 96\}$.

Como: $n(B) = 12$ múltiplos de 8 entre 1 e 100 e $n(S) = 100$ números naturais, então, tem-se:

$$\left\| P(B) = \frac{n(B)}{n(S)} \right\| \Rightarrow P(B) = \frac{12}{100}$$

Sendo $A = \{3; 6; 9; 12; 15; 18; 21; 24; 27; 30; 33; 36; 39; 42; 45; 48; 51; 54; 57; 60; 63; 66; 69; 72; 75; 78; 81; 84; 87; 90; 93; 96; 99\}$, e $B = \{8; 16; 24; 32; 40; 48; 56; 64; 72; 80; 88; 96\}$, então AB será dado por: $A \cap B = \{24, 48, 72, 96\}$

Portanto, a probabilidade de $P(A \cap B)$ será de:

$$\left\| P(A \cap B) = \frac{n(A \cap B)}{n(S)} \right\| \Rightarrow P(A \cap B) = \frac{4}{100}$$

Onde $n(A \cap B)$ representa os 3 múltiplos simultâneos de 3 e 8, compreendidos entre 1 e 100.

Então, $P(A \cap B) = P(A) + P(B) - P(A \cup B) =$

$$\frac{33}{100} + \frac{12}{100} - \frac{4}{100} = \frac{41}{100} = 41\%$$

RESPOSTA: "A".

(TCU – Analista de controle externo - UnB/Cespe/2014) Em geral, empresas públicas ou privadas utilizam códigos para protocolar a entrada e a saída de documentos e processos. Considere que se deseja gerar códigos cujos caracteres pertençam ao conjunto das 26 letras de um alfabeto, que possui apenas 5 vogais. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

03. (TCU – Analista de controle externo - UNB/CESPE/2014) Se os protocolos de uma empresa devem conter 4 letras, sendo permitida a repetição de caracteres, então podem ser gerados menos de 400.000 protocolos distintos.

() CERTA () ERRADA

Se os protocolos de uma empresa devem conter 4 letras, sendo permitida a repetição de caracteres, então podem ser gerados menos de 400.000 protocolos distintos.

Para cada "casa" citada anteriormente, podemos locar 26 letras, pois é permitida a repetição das letras, formando, assim:

$$26 \times 26 \times 26 \times 26 = 456.976 \text{ códigos distintos}$$

RESPOSTA: "ERRADA".

04. (TCU – Analista de controle externo - UnB/Cespe/2014) Se uma empresa decide não usar as 5 vogais em seus códigos, que poderão ter 1, 2 ou 3 letras, sendo permitida a repetição de caracteres, então é possível obter mais de 1000 códigos distintos.

() CERTA () ERRADA

Se uma empresa decide não usar as 5 vogais em seus códigos, que poderão ter 1, 2 ou 3 letras, sendo permitida a repetição de caracteres, então é possível obter mais de 1000 códigos distintos.

Como não serão permitidas as vogais, então teremos 21 letras para obtenção dos códigos.

Observação: será permitida a REPETIÇÃO das letras, excluindo as vogais.

21 letras (código formado por uma letra) = 21 códigos

21 x 21 (código formado por duas letras) = 441 códigos

21 x 21 x 21 = 9.261 códigos

Assim sendo, serão obtidos:

$$21 + 441 + 9.261 =$$

RESPOSTA: "ERRADA".

05. (TCU – Analista de controle externo - UnB/Cespe/2014) O número total de códigos diferentes formados por 3 letras distintas e superior a 15000.

() CERTA () ERRADA

O número total de códigos diferentes formados por 3 letras distintas e superior a 15000.

$$26 \times 25 \times 24 = 15600 \text{ códigos}$$

RESPOSTA: "CERTA".

(TRE/RJ – Técnico Judiciário - CESPE/UnB/2012) Nas eleições municipais de uma pequena cidade, 30 candidatos disputam 9 vagas para a câmara de vereadores. Na sessão de posse, os nove eleitos escolhem a mesa diretora, que será composta por presidente, primeiro e segundo secretários, sendo proibido a um mesmo parlamentar ocupar mais de um desses cargos. Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

06. (TRE/RJ – Técnico Judiciário - CESPE/UnB/2012) A quantidade de maneiras distintas de se formar a mesa diretora da câmara municipal é superior a 500.

() CERTA () ERRADA

Após serem escolhidos os 9 candidatos, esses formarão a mesa diretora, que será composta por um presidente, primeiro e segundo secretários, ou seja, por 3 desses integrantes. A escolha será feita pelo arranjo simples de 9 pessoas escolhidas 3 a 3, já que a ordem dos elementos escolhidos altera a formação da mesa diretora.

$$A_9^3 = 9.8.7 = 504 \text{ formas distintas da mesa da diretora}$$

RESPOSTA: "CERTA".

07. (TRE/RJ – Técnico Judiciário - CESPE/UnB/2012) A quantidade de maneiras distintas para se formar a câmara de vereadores dessa cidade é igual a $30!/(9! \times 21!)$.

() CERTA () ERRADA

Para a escolha dos 9 vereadores dos 30 candidatos, faremos uma combinação simples dos 30 candidatos escolhidos 9 a 9, pois aqui, a ordem de escolha não altera o agrupamento formado, já que, ao ser escolhidos, por exemplo, um agrupamento de 9 pessoas, essas mesmas pessoas não poderão ser escolhidas novamente, mesmo em outra ordem.

$$C_m^p = \frac{m!}{p!(m-p)!} = \frac{30!}{9!(30-9)!} = \frac{30!}{9!21!}$$

RESPOSTA: "CERTA".

08. (TRE/RJ – Técnico Judiciário - CESPE/UnB/2012) Sabendo-se que um eleitor vota em apenas um candidato a vereador, é correto afirmar que a quantidade de maneiras distintas de um cidadão escolher um candidato é superior a 50.

() CERTA () ERRADA

Só existem 30 candidatos, logo não tem como haver 50 formas distintas de escolher um candidato.

RESPOSTA: "ERRADA".

09. (VALEC - Assistente Administrativo - FEMPERJ/2012) Uma "capicua" é um número que escrito de trás para a frente é igual ao número original. Por exemplo: 232 e 1345431 são "capicuas". A quantidade de "capicuas" de sete algarismos que começam com o algarismo 1 é igual a:

- A) 400
- B) 520
- C) 640
- D) 1000
- E) 1200

Considerando-se os algarismos de 0 a 9 (0; 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9), podemos formar a seguinte quantidade de "capicuas" de sete algarismos, que inicia-se com o algarismo 1.

$$1 \times 10 \times 10 \times 10 \times 1 \times 1 \times 1 = 10 \times 10 \times 10 = 1000 \text{ capicuas}$$

RESPOSTA: "D".

10. (VALEC - Assistente Administrativo - FEMPERJ/2012) Uma rodovia tem 320 km. A concessionária da rodovia resolveu instalar painéis interativos a cada 10 km, nos dois sentidos da rodovia. Em cada sentido, o primeiro painel será instalado exatamente no início da rodovia, e o último, exatamente ao final da rodovia. Assim, a concessionária terá de instalar a seguinte quantidade total de painéis:

- A) 32
- B) 64
- C) 65
- D) 66
- E) 72

Tem-se a seguinte sequência numérica:

marco zero: 1º painel.

marco 10 km: 2º painel.

marco 20 km: 3º painel.

Marco 320 km : n-ésimo painel.

Obtendo-se a seguinte sequência numérica dada pela progressão aritmética (PA):

$$PA(0; 10; 20; \dots; 320) \begin{cases} a_1 = 0 \\ r = 10 \\ a_n = 320 \end{cases}$$

Sendo a fórmula que define o termo geral de uma PA dada por $a_n = a_1 + (n - 1) \cdot r$, teremos:

$$320 = 0 + (n - 1) \cdot 10 \rightarrow \frac{320}{10} = n - 1 \rightarrow n = 1 + 32 = 33$$

$n = 33$ painéis, em apenas um dos sentidos da rodovia. Para o sentido inverso têm-se mais 33 painéis o que totaliza:

$$33 + 33 = 66 \text{ painéis, ao todo.}$$

RESPOSTA: "D".

11. (VALEC - Assistente Administrativo - FEMPERJ/2012) Num certo ano, 10% de uma floresta foram desmatados. No ano seguinte, 20% da floresta remanescente foi desmatada e, no ano seguinte, a floresta remanescente perdeu mais 10% de sua área. Assim, a floresta perdeu, nesse período, a seguinte porcentagem de sua área original:

- A) 35,2%
- B) 36,4%
- C) 37,4%
- D) 38,6%
- E) 40,0%

Considerando-se o total inicial da floresta, antes do 1º desmatamento, igual a 100% teremos, após os desmatamentos sucessivos, o seguinte percentual de floresta desmatado:

1º ano: foram desmatados 10% do total (100%), logo, sobraram 90% de floresta não desmatada.

2º ano: foram desmatados 20% da floresta remanescente (90%), logo, sobraram 90% - 20% de 90%.

90% - 20% de 90%. = 90% - 18% = 72% de floresta não desmatada.

3º ano: foram desmatados 10% da floresta remanescente (72%), logo, sobraram 72% - 10% de 72%.

72% - 10% de 72%. = 72% - 7,2% = 64,8% de floresta não desmatada.

Portanto, foram desmatados 100% - 64,8% = 35,2%

RESPOSTA: "A".

12. (BRDE - Analista de sistemas - AOCP/2012) Quantos subconjuntos podemos formar com 3 bolas azuis e 2 vermelhas, de um conjunto contendo 7 bolas azuis e 5 vermelhas?

- A) 250
- B) 5040
- C) 210
- D) 350
- E) 270

Podemos interpretar esse enunciado da seguinte forma: "de um conjunto de 7 bolas azuis e 5 bolas vermelhas, quantos agrupamentos de 3 bolas azuis e 2 bolas vermelhas podemos formar?"

Nesse caso tem-se uma combinação simples de 7 bolas azuis escolhidas 3 a 3 permutando-se com a combinação simples de 5 bolas vermelhas escolhidas 2 a 2.

Lembramos que, formamos agrupamentos por combinação, quando a ordem dos elementos escolhidos não altera o agrupamento formado. Por exemplo, um agrupamento formado pelas bolas vermelhas V1 V2 V3 será idêntico a qualquer outro agrupamento formado por essas mesmas bolas, porém e outra ordem. Logo, a ordem desses elementos escolhidos não altera o próprio agrupamento.

$$C_7^3 \cdot C_5^2 = \frac{7}{3} \cdot \frac{6}{2} \cdot \frac{5}{1} \cdot \frac{5}{2} \cdot \frac{4}{1} = 35 \cdot 10 = 350 \text{ agrupamentos}$$

RESPOSTA: "D".

(PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) Conta-se na mitologia grega que Hércules, em um acesso de loucura, matou sua família. Para expiar seu crime, foi enviado a presença do rei Euristeu, que lhe apresentou uma série de provas a serem cumpridas por ele, conhecidas como Os doze trabalhos de Hércules. Entre esses trabalhos, encontram-se: matar o leão de Neméia, capturar a corça de Cerinéia e capturar o javali de Erimanto. Considere que a Hércules seja dada a escolha de preparar uma lista colocando em ordem os doze trabalhos a serem executados, e que a escolha dessa ordem seja totalmente aleatória. Além disso, considere que somente um trabalho seja executado de cada vez. Com relação ao número de possíveis listas que Hércules poderia preparar, julgue os itens subsequentes.

13. (PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) O número máximo de possíveis listas que Hercules poderia preparar e superior a $12 \times 10!$

() CERTA () ERRADA

O número máximo de possíveis listas que Hercules poderia preparar e superior a $12 \times 10!$.

"Considere que a Hercules seja dada a escolha de preparar uma lista colocando em ordem os doze trabalhos a serem executados, e que a escolha dessa ordem seja totalmente aleatória".

Seja a lista de tarefas dada a Hercules contendo as 12 tarefas representada a seguir. Lembrando que a ordem de escolha ficara a critério de Hercules.

Então, permutando (trocando) as tarefas de posição, vai gerar uma nova sequencia, ou seja, uma nova ordem da realização de suas tarefas, assim, o numero de possibilidades de Hercules começar e terminar suas tarefas será dada pela permutação dessas tarefas.

$12 \times 11 \times 10 \times 9 \times 8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1$ ou simplesmente:

$12! = 12 \times 11 \times 10!$

Como $12 \times 11 \times 10!$ e diferente de $12 \times 10!$.

RESPOSTA: "ERRADA".

14. (PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) O número máximo de possíveis listas contendo o trabalho "matar o leão de Neméia" na primeira posição é inferior a $240 \times 990 \times 56 \times 30$.

() CERTA () ERRADA

O número máximo de possíveis listas contendo o trabalho "matar o leão de Neméia" na primeira posição é inferior a $240 \times 990 \times 56 \times 30$.

Fixando a tarefa "matar leão de Neméia" na primeira posição, vão sobrar 11 tarefas para serem permutadas nas demais casas:

$X \cdot \dots = x \cdot 11!$

Sendo X a posição já ocupada pela tarefa "matar leão de Neméia".

Reagrupando os valores, temos:

$24 \times 990 \times 56 \times 30$.

Portanto, inferior a $240 \times 990 \times 56 \times 30$, tornando este item ERRADO.

RESPOSTA: "ERRADA".

15. (PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) O número máximo de possíveis listas contendo os trabalhos "capturar a corça de Cerinéia" na primeira posição e "capturar o javali de Erimanto" na terceira posição e inferior a $72 \times 42 \times 20 \times 6$.

() CERTA () ERRADA

O número máximo de possíveis listas contendo os trabalhos "capturar a corça de Cerinéia" na primeira posição e "capturar o javali de Erimanto" na terceira posição e inferior a $72 \times 42 \times 20 \times 6$.

Fixando as tarefas "capturar a corça de Cerinéia" na primeira posição e "capturar o javali de Erimanto" na terceira posição, restam 10 tarefas a serem permutadas nas demais posições, assim, temos que:

$X \cdot 1 \cdot x \cdot 2 \cdot 3 \cdot 4 \cdot 5 \cdot 6 \cdot 7 \cdot 8 \cdot 9 \cdot 10$

Sendo "X" as posições já ocupadas pelas tarefas "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto", ainda sobram 10 posições a serem permutadas.

Ou seja:

$10 \times 72 \times 42 \times 20 \times 6$

Portanto, teremos $10 \times 72 \times 42 \times 20 \times 6$, um valor superior e diferente de $72 \times 42 \times 20 \times 6$

RESPOSTA: "ERRADA".

16. (PM/CE - Soldado da Polícia Militar - Cespe/UnB/2013) O número máximo de possíveis listas contendo os trabalhos "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto" nas ultimas duas posições, em qualquer ordem, e inferior a $6! \times 8!$.

() CERTA () ERRADA

O número máximo de possíveis listas contendo os trabalhos "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto" nas ultimas duas posições, em qualquer ordem, e inferior a $6! \times 8!$.

Fixando as tarefas "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto" nas duas ultimas posições, e lembrando que essas tarefas podem ser permutadas entre si, pois são colocadas em qualquer ordem, assim, restaram 10 posições a serem permutadas.

$10 \cdot 9 \cdot 8 \cdot 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 \cdot x \cdot x$

Sendo "X" as posições já ocupadas pelas tarefas "capturar a corça de Cerinéia" e "capturar o javali de Erimanto", podendo ser permutadas entre si, ainda, sobram 10 posições a serem permutadas.

Ou seja:

$90 \times 8! \times 2$ que equivale a $180 \times 8!$

Sendo 180 um valor inferior a $6!$ ($6! = 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 720$), logo o valor $180 \times 8!$ será inferior a $6! \times 8!$, tornando este item CERTO.

RESPOSTA: "CERTA".

(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) Considere que em um escritório trabalham 11 pessoas: 3 possuem nível superior, 6 tem o nível médio e 2 são de nível fundamental. Será formada, com esses empregados, uma equipe de 4 elementos para realizar um trabalho de pesquisa. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes, acerca dessa equipe.

17. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) Se essa equipe for formada somente com empregados de nível médio e fundamental, então ela poderá ser formada de mais de 60 maneiras distintas.

() CERTA () ERRADA

Se essa equipe for formada somente com empregados de nível médio e fundamental, então ela poderá ser formada de mais de 60 maneiras distintas.

Das 11 pessoas, 3 são de nível superior(S), 3 nível médio(M), e 2 são de nível fundamental(F)

Sendo a equipe formada apenas pelos funcionários de escolaridade de nível Médio e Fundamental teremos apenas 3 possibilidades de formação das equipes:

1ª POSSIBILIDADE: Somente 1 funcionário de nível Fundamental e os demais de nível médio.

$$C_2^1 \cdot C_6^3 = 2!/1!(2-1)! \cdot 6!/3!(6-3)! = 40 \text{ equipes distintas}$$

2ª POSSIBILIDADE: com 2 funcionários de nível Fundamental e os demais de nível médio.

$$C_2^2 \cdot C_6^2 = 2!/2!(2-2)! \cdot 6!/2!(6-2)! = 15 \text{ equipes distintas}$$

3ª POSSIBILIDADE: Uma equipe formada por funcionários apenas de Nível Médio.

$$C_6^4 = 6!/4!(6-4)! = 15 \text{ equipes distintas}$$

Somando-se os resultados obtidos nas 3 possibilidades anteriores, encontramos:

$$40 + 15 + 15 = 70 \text{ equipes distintas}$$

Como o item afirma que a equipe poderá ser formada por mais de 60 maneiras distintas.

RESPOSTA: "CERTA".

18. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) Se essa equipe incluir todos os empregados de nível fundamental, então ela poderá ser formada de mais de 40 maneiras distintas.

() CERTA () ERRADA

Se essa equipe incluir todos os empregados de nível fundamental, então ela poderá ser formada de mais de 40 maneiras distintas.

1ª POSSIBILIDADE: Equipes contendo 2 funcionários de nível fundamental e os demais de nível Superior.

$$C_2^2 \cdot C_3^2 = 2!/2!(2-2)! \cdot 3!/2!(3-2)! = 3 \text{ equipes distintas}$$

2ª POSSIBILIDADE: Equipes contendo 2 funcionários nível fundamental e os demais de nível médio.

$$C_2^2 \cdot C_6^2 = 2!/2!(2-2)! \cdot 6!/2!(6-2)! = 15 \text{ equipes distintas}$$

3ª POSSIBILIDADE: Equipes contendo 2 funcionários de nível fundamental e os demais de nível médio ou superior.

$$C_2^2 \cdot C_6^1 \cdot C_3^1 = 2!/2!(2-2)! \cdot 6!/1!(6-1)! \cdot 3!/1!(3-1)! = 18 \text{ equipes distintas}$$

Somando-se os resultados obtidos nas 3 possibilidades, teremos:

$$3 + 15 + 18 = 36 \text{ equipes distintas}$$

Como o afirmado neste item, diz que existirão mais de 40 maneiras distintas para a formação das equipes.

RESPOSTA: "ERRADA".

19. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário - Cespe/UnB/2013) Formando-se a equipe com dois empregados de nível médio, e dois de nível superior, então essa equipe poderá ser formada de, no máximo, 40 maneiras distintas.

() CERTA () ERRADA

Formando-se a equipe com dois empregados de nível médio, e dois de nível superior, então essa equipe poderá ser formada de, no máximo, 40 maneiras distintas.

Formando-se as equipes com 2 empregados de nível Médio e 2 de Nível Superior, então teremos apenas 1 possibilidade de formação de equipes, já que excluímos todos os funcionários de nível Fundamental.

$$C_3^2 \cdot C_6^2 = 3!/2!(3-2)! \cdot 6!/2!(6-2)! = 45 \text{ equipes distintas}$$

De acordo com a afirmativa do item seriam de, no máximo, 40 equipes distintas.

RESPOSTA: "ERRADA".

20. (Banco do Brasil/TO - Escriturário - Cespe/UnB/2012) Considere que o BB tenha escolhido alguns nomes de pessoas para serem usados em uma propaganda na televisão, em expressões do tipo Banco do Bruno, Banco da Rosa etc. Suponha também, que a quantidade total de nomes escolhidos para aparecer na propaganda seja 12 e que, em cada inserção da propaganda na TV, sempre apareçam somente dois nomes distintos.

Nesse caso, a quantidade de inserções com pares diferentes de nomes distintos que pode ocorrer é inferior a 70.

Julgue o enunciado acima.

Com 12 nomes distintos entre si aparecendo de dois em dois, teremos uma combinação simples desses nomes para formarmos um total de possibilidades distintas.

$$C_{12}^2 = 12!/2!(12-2)! = 66 \text{ duplas de nomes distintos}$$

Portanto, é verdadeira.

21. (Banco do Brasil/TO - Escriturário - Cespe/UnB/2012) Há **exatamente 495 maneiras diferentes de se distribuírem 12 funcionários de um banco em 3 agências, de modo que cada agência receba 4 funcionários.**

Julgue o enunciado acima.

Sejam as agências A, B e C que deverão receber 4 dos 12 funcionários mencionados no item.

Para a primeira agência, A, temos uma escolha baseada em um agrupamento de 4 pessoas escolhidas dentre as 12 funcionários, possíveis a ocupar essas vagas, ou seja, uma combinação de 12 funcionários escolhidos 4 a 4.

Agência A:

$$C_{12}^4 = 12!/4!(12-4)! = 495$$

Maneiras distintas de escolhermos dentre 12 funcionários, 4 funcionários para ocupar uma das 4 vagas da agência A.

Fixando 4 funcionários na primeira agência, A, teremos, ainda, 8 funcionários que poderão ocupar 4 vagas na agência B. Portanto, para escolhermos esse novo agrupamento, teremos uma nova combinação, agora, de 8 funcionários, escolhidos 4 a 4.

Agência B:

$$C_8^4 = 8!/4!(8-4)! = 70$$

Maneiras distintas de escolhermos dentre 8 funcionários, 4 funcionários para ocupar 4 vagas da agência B.

Por último, ainda sobram 4 funcionários para ocupar as últimas 4 vagas da última agência C.

Portanto, teremos apenas um tipo de agrupamento formado por esses 4 funcionários.

Agência C:

$$C_4^4 = 4!/4!(4-4)! = 1$$

Pelo princípio multiplicativo, podemos permutar a escolha dos funcionários entre as 3 agências A, B e C, ou seja, teremos um total de possibilidades dada por:

$495 \times 70 \times 1 = 34.650$ maneiras distintas de locarmos esses funcionários nas 3 agências

Portanto, questão errada.

22. (USP – VESTIBULAR - FUVEST/2012) Considere **todas as trinta e duas sequências, com cinco elementos cada uma, que podem ser formadas com os algarismos 0 e 1. Quantas dessas sequências possuem pelo menos três zeros em posições consecutivas?**

- a) 3
- b) 5
- c) 8
- d) 12
- e) 16

Utilizando os algarismos 0 e 1 e, considerando as sequências com 5 elementos, temos:

I) 5 sequências com exatamente 3 zeros em posições consecutivas (00010, 00011, 01000 e 11000)

II) 2 sequências com exatamente 4 zeros em posições consecutivas (00001 e 10000)

III) 1 sequência com 5 zeros (00000)

Portanto, o número de sequências com pelo menos três zeros em posições consecutivas é $5 + 2 + 1 = 8$

RESPOSTA: "C".

23. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2012) De uma urna contendo **10 bolas coloridas, sendo 4 brancas, 3 pretas, 2 vermelhas e 1 verde, retiram-se de uma vez 4 bolas. Quantos são os casos possíveis em que aparecem exatamente uma bola de cada cor?**

Como a urna contém 4 bolas brancas, existem 4 maneiras possíveis de retirar uma bola branca; analogamente, 3 pretas, 2 vermelhas e 1 verde. Assim, pelo Princípio Fundamental da Contagem, o número de casos possíveis em que aparecem exatamente uma bola de cada cor é $4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 24$

RESPOSTA: "C".

24. (PC/SP - Escrivão de Polícia - VUNESP/2012) Um estudante deseja colorir o mapa da região Centro-Oeste (ilustrado abaixo) de modo que territórios adjacentes sejam de cores distintas. Por exemplo, já que Goiás e o distrito Federal têm fronteira em comum, terão de ser coloridos de forma diferente. Supondo que o estudante dispõe de quatro cores distintas e cada território seja de uma única cor, calcule de quantas maneiras ele pode colorir os territórios do mapa.



Obs.: a região externa à região Centro Oeste não será colorida; a palavra território refere-se à extensão considerável de terra, e não à competência administrativa.

Observe o número de possibilidades da cor de cada território, dispondo de 4 cores:

I) MT = 4

II) GO = 3 (diferente de MT)

III) DF = 3 (diferente de GO)

IV) MS = 2 (diferente de MT e GO)

Assim, pelo Princípio Fundamental da Contagem, o número de maneiras de colorir o mapa é $4 \cdot 3 \cdot 3 \cdot 2 = 72$

RESPOSTA: "72".

LEGISLAÇÃO DE INTERESSE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

1 Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40) e suas alterações.....	01
1.1 Crimes contra a incolumidade pública.....	01
1.2 Crimes contra a paz pública.	01
1.3 Crimes contra a fé pública.....	01
1.4 Crimes contra a administração pública.....	01
2 Direito de representação e processo de responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965).....	32
3 Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003).	35

**1 PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL
(DECRETO-LEI Nº 2.848/40) E SUAS
ALTERAÇÕES.**

**1.1 CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE
PÚBLICA.**

1.2 CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.

1.3 CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.

**1.4 CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA.**

**PARTE ESPECIAL
TÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A PESSOA
CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A VIDA**

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Feminicídio [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#)

VII - contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: [\(Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015\)](#)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#)

I - violência doméstica e familiar; [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#)

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#)

Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo: [\(Vide Lei nº 4.611, de 1965\)](#)

Pena - detenção, de um a três anos.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. [\(Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977\)](#)

§ 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio. [\(Incluído pela Lei nº 12.720, de 2012\)](#)

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#)

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#)

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#)

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima. [\(Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015\)](#)

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Parágrafo único - A pena é duplicada:

Aumento de pena

I - se o crime é praticado por motivo egoístico;

II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

Infanticídio

Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:
Pena - detenção, de dois a seis anos.

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: [\(Vide ADPF 54\)](#)
Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:
Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante: [\(Vide ADPF 54\)](#)

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debilmente mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Forma qualificada

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: [\(Vide ADPF 54\)](#)

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

CAPÍTULO II DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto;

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º Se resulta:

I - Incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

III perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

IV - deformidade permanente;

V - aborto;

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Lesão corporal seguida de morte

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Diminuição de pena

§ 4º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Substituição da pena

§ 5º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II - se as lesões são recíprocas.

Lesão corporal culposa

§ 6º Se a lesão é culposa: [\(Vide Lei nº 4.611, de 1965\)](#)

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Aumento de pena

§ 7º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se ocorrer qualquer das hipóteses dos §§ 4º e 6º do art. 121 deste Código. [\(Redação dada pela Lei nº 12.720, de 2012\)](#)

§ 8º - Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121. [\(Redação dada pela Lei nº 8.069, de 1990\)](#)

Violência Doméstica [\(Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004\)](#)

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: [\(Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006\)](#)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006\)](#)

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). [\(Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004\)](#)

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência. [\(Incluído pela Lei nº 11.340, de 2006\)](#)

§ 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou

agente descrito nos [arts. 142 e 144 da Constituição Federal](#), integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços. [\(Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015\)](#)

CAPÍTULO III DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo

Art. 130 - Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

§ 1º - Se é intenção do agente transmitir a moléstia:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 2º - Somente se procede mediante representação.

Perigo de contágio de moléstia grave

Art. 131 - Praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Perigo para a vida ou saúde de outrem

Art. 132 - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:

Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais. [\(Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998\)](#)

Abandono de incapaz

Art. 133 - Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:

Pena - detenção, de seis meses a três anos.

§ 1º - Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Aumento de pena

§ 3º - As penas cominadas neste artigo aumentam-se de um terço:

I - se o abandono ocorre em lugar ermo;

II - se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima.

III - se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos [\(Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

Exposição ou abandono de recém-nascido

Art. 134 - Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - detenção, de um a três anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - detenção, de dois a seis anos.

Omissão de socorro

Art. 135 - Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial [\(Incluído pela Lei nº 12.653, de 2012\)](#)

Art. 135-A. Exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial: [\(Incluído pela Lei nº 12.653, de 2012\)](#)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 12.653, de 2012\)](#)

Parágrafo único. A pena é aumentada até o dobro se da negativa de atendimento resulta lesão corporal de natureza grave, e até o triplo se resulta a morte. [\(Incluído pela Lei nº 12.653, de 2012\)](#)

Maus-tratos

Art. 136 - Expor a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa.

§ 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

§ 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos. [\(Incluído pela Lei nº 8.069, de 1990\)](#)

CAPÍTULO IV DA RIXA

Rixa

Art. 137 - Participar de rixa, salvo para separar os contendores:

Pena - detenção, de quinze dias a dois meses, ou multa.

Parágrafo único - Se ocorre morte ou lesão corporal de natureza grave, aplica-se, pelo fato da participação na rixa, a pena de detenção, de seis meses a dois anos.

CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia

Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º - É punível a calúnia contra os mortos.

Exceção da verdade

§ 3º - Admite-se a prova da verdade, salvo:

I - se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II - se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 141;

III - se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Difamação

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Exceção da verdade

Parágrafo único - A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

Injúria

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: [\(Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

Pena - reclusão de um a três anos e multa. [\(Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997\)](#)

Disposições comuns

Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I - contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro;

II - contra funcionário público, em razão de suas funções;

III - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.

IV - contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria. [\(Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

Parágrafo único - Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro.

Exclusão do crime

Art. 142 - Não constituem injúria ou difamação punível:

I - a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador;

II - a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

III - o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.

Parágrafo único - Nos casos dos ns. I e III, responde pela injúria ou pela difamação quem lhe dá publicidade.

Retratação

Art. 143 - O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena.

Parágrafo único. Nos casos em que o querelado tenha praticado a calúnia ou a difamação utilizando-se de meios de comunicação, a retratação dar-se-á, se assim desejar o ofendido, pelos mesmos meios em que se praticou a ofensa. [\(Incluído pela Lei nº 13.188, de 2015\)](#)

Art. 144 - Se, de referências, alusões ou frases, se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julga ofendido pode pedir explicações em juízo. Aquele que se recusa a dá-las ou, a critério do juiz, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa.

Art. 145 - Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo quando, no caso do art. 140, § 2º, da violência resulta lesão corporal.

Parágrafo único. Procede-se mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do inciso I do caput do art. 141 deste Código, e mediante representação do ofendido, no caso do inciso II do mesmo artigo, bem como no caso do § 3º do art. 140 deste Código. [\(Redação dada pela Lei nº 12.033, de 2009\)](#)

CAPÍTULO VI
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL
SEÇÃO I
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

Constrangimento ilegal

Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:
Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Aumento de pena

§ 1º - As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

§ 2º - Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º - Não se compreendem na disposição deste artigo:

I - a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II - a coação exercida para impedir suicídio.

Ameaça

Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante apresentação.

Sequestro e cárcere privado

Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado: [\(Vide Lei nº 10.446, de 2002\)](#)

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º - A pena é de reclusão, de dois a cinco anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos; [\(Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de quinze dias.

IV - se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos; [\(Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

V - se o crime é praticado com fins libidinosos. [\(Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Redução a condição análoga à de escravo

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: [\(Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003\)](#)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. [\(Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003\)](#)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: [\(Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003\)](#)

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; [\(Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003\)](#)

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. [\(Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003\)](#)

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: [\(Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003\)](#)

I - contra criança ou adolescente; [\(Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003\)](#)

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. [\(Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003\)](#)

Tráfico de Pessoas [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

IV - adoção ilegal; ou [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

V - exploração sexual. [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se: [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional. [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa. [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

SEÇÃO II DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO

Violação de domicílio

Art. 150 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

§ 1º - Se o crime é cometido durante a noite, ou em lugar ermo, ou com o emprego de violência ou de arma, ou por duas ou mais pessoas:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.

§ 2º - Aumenta-se a pena de um terço, se o fato é cometido por funcionário público, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades estabelecidas em lei, ou com abuso do poder.

§ 3º - Não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências:

I - durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência;

II - a qualquer hora do dia ou da noite, quando algum crime está sendo ali praticado ou na iminência de o ser.

§ 4º - A expressão «casa» compreende:

I - qualquer compartimento habitado;

II - aposento ocupado de habitação coletiva;

III - compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

§ 5º - Não se compreendem na expressão «casa»:

I - hospedaria, estalagem ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do n.º II do parágrafo anterior;

II - taverna, casa de jogo e outras do mesmo gênero.

SEÇÃO III DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA

Violação de correspondência

Art. 151 - Devassar indevidamente o conteúdo de correspondência fechada, dirigida a outrem:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Sonegação ou destruição de correspondência

§ 1º - Na mesma pena incorre:

I - quem se apossa indevidamente de correspondência alheia, embora não fechada e, no todo ou em parte, a sonega ou destrói;

Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica

II - quem indevidamente divulga, transmite a outrem ou utiliza abusivamente comunicação telegráfica ou radioelétrica dirigida a terceiro, ou conversação telefônica entre outras pessoas;

III - quem impede a comunicação ou a conversação referidas no número anterior;

IV - quem instala ou utiliza estação ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal.

§ 2º - As penas aumentam-se de metade, se há dano para outrem.

§ 3º - Se o agente comete o crime, com abuso de função em serviço postal, teleográfico, radioelétrico ou telefônico:

Pena - detenção, de um a três anos.

§ 4º - Somente se procede mediante representação, salvo nos casos do § 1º, IV, e do § 3º.

Correspondência comercial

Art. 152 - Abusar da condição de sócio ou empregado de estabelecimento comercial ou industrial para, no todo ou em parte, desviar, sonegar, subtrair ou suprimir correspondência, ou revelar a estranho seu conteúdo:

Pena - detenção, de três meses a dois anos.

Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.

SEÇÃO IV DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DOS SEGREDOS

Divulgação de segredo

Art. 153 - Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º Somente se procede mediante representação. [\(Parágrafo único renumerado pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 1º-A. Divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 2º Quando resultar prejuízo para a Administração Pública, a ação penal será incondicionada. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Violação do segredo profissional

Art. 154 - Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante apresentação.

Invasão de dispositivo informático [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita: [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

§ 1º Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

§ 2º Aumenta-se a pena de um sexto a um terço se da invasão resulta prejuízo econômico. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

§ 3º Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido: [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

§ 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

§ 5º Aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime for praticado contra: [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

I - Presidente da República, governadores e prefeitos; [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

II - Presidente do Supremo Tribunal Federal; [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

III - Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou de Câmara Municipal; ou [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

IV - dirigente máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

Ação penal [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

Art. 154-B. Nos crimes definidos no art. 154-A, somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas concessionárias de serviços públicos. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\) Vigência](#)

TÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO CAPÍTULO I DO FURTO

Furto

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 5º - A pena é de reclusão de três a oito anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior. [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 6º A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos se a subtração for de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração. [\(Incluído pela Lei nº 13.330, de 2016\)](#)

Furto de coisa comum

Art. 156 - Subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 1º - Somente se procede mediante representação.

§ 2º - Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.

CAPÍTULO II DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#) [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90](#)

Extorsão

Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade.

§ 2º - Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior. [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90](#)

§ 3º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente. [\(Incluído pela Lei nº 11.923, de 2009\)](#)

Extorsão mediante seqüestro

Art. 159 - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate: [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90](#) [\(Vide Lei nº 10.446, de 2002\)](#)

Pena - reclusão, de oito a quinze anos.. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 1º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha. [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90](#) [\(Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

Pena - reclusão, de doze a vinte anos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 2º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90](#)

Pena - reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 3º - Se resulta a morte: [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90](#)

Pena - reclusão, de vinte e quatro a trinta anos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 4º - Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços. [\(Redação dada pela Lei nº 9.269, de 1996\)](#)

Extorsão indireta

Art. 160 - Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

CAPÍTULO III DA USURPAÇÃO

Alteração de limites

Art. 161 - Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem:

Usurpação de águas

I - desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias;

Esbulho possessório

II - invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

§ 2º - Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada.

§ 3º - Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

Supressão ou alteração de marca em animais

Art. 162 - Suprimir ou alterar, indevidamente, em gado ou rebanho alheio, marca ou sinal indicativo de propriedade:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

CAPÍTULO IV DO DANO

Dano

Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Dano qualificado

Parágrafo único - Se o crime é cometido:

- I - com violência à pessoa ou grave ameaça;
- II - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave
- III - contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos; [\(Redação dada pela Lei nº 13.531, de 2017\)](#)

IV - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia

Art. 164 - Introduzir ou deixar animais em propriedade alheia, sem consentimento de quem de direito, desde que o fato resulte prejuízo:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, ou multa.

Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico

Art. 165 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Alteração de local especialmente protegido

Art. 166 - Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Ação penal

Art. 167 - Nos casos do art. 163, do inciso IV do seu parágrafo e do art. 164, somente se procede mediante queixa.

CAPÍTULO V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita

Art. 168 - Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Aumento de pena

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, quando o agente recebeu a coisa:

- I - em depósito necessário;
- II - na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial;
- III - em razão de ofício, emprego ou profissão.

Apropriação indébita previdenciária [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem deixar de: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

I - recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público; [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

II - recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços; [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

III - pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 2º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 3º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

I - tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios; ou [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

II - o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza

Art. 169 - Apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza:
Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Na mesma pena incorre:

Apropriação de tesouro

I - quem acha tesouro em prédio alheio e se apropria, no todo ou em parte, da quota a que tem direito o proprietário do prédio;

Apropriação de coisa achada

II - quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro no prazo de quinze dias.

Art. 170 - Nos crimes previstos neste Capítulo, aplica-se o disposto no art. 155, § 2º.

CAPÍTULO VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.

§ 1º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º.

§ 2º - Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I - vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

II - vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Defraudação de penhor

III - defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV - defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V - destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as consequências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

VI - emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

§ 3º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

Estelionato contra idoso

§ 4º **Aplica-se a pena em dobro se o crime for cometido contra idoso.** [\(Incluído pela Lei nº 13.228, de 2015\)](#)

Duplicata simulada

Art. 172 - Emitir fatura, duplicata ou nota de venda que não corresponda à mercadoria vendida, em quantidade ou qualidade, ou ao serviço prestado. [\(Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990\)](#)

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990\)](#)

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrerá aquele que falsificar ou adulterar a escrituração do Livro de Registro de Duplicatas. [\(Incluído pela Lei nº 5.474, de 1968\)](#)

Abuso de incapazes

Art. 173 - Abusar, em proveito próprio ou alheio, de necessidade, paixão ou inexperiência de menor, ou da alienação ou debilidade mental de outrem, induzindo qualquer deles à prática de ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Induzimento à especulação

Art. 174 - Abusar, em proveito próprio ou alheio, da inexperiência ou da simplicidade ou inferioridade mental de outrem, induzindo-o à prática de jogo ou aposta, ou à especulação com títulos ou mercadorias, sabendo ou devendo saber que a operação é ruinosa:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Fraude no comércio

Art. 175 - Enganar, no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor:

I - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

II - entregando uma mercadoria por outra:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 1º - Alterar em obra que lhe é encomendada a qualidade ou o peso de metal ou substituir, no mesmo caso, pedra verdadeira por falsa ou por outra de menor valor; vender pedra falsa por verdadeira; vender, como precioso, metal de ou outra qualidade:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 2º - É aplicável o disposto no art. 155, § 2º.

Outras fraudes

Art. 176 - Tomar refeição em restaurante, alojar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento:

Pena - detenção, de quinze dias a dois meses, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante representação, e o juiz pode, conforme as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações

Art. 177 - Promover a fundação de sociedade por ações, fazendo, em prospecto ou em comunicação ao público ou à assembléia, afirmação falsa sobre a constituição da sociedade, ou ocultando fraudulentamente fato a ela relativo:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, se o fato não constitui crime contra a economia popular.

§ 1º - Incorrem na mesma pena, se o fato não constitui crime contra a economia popular: [\(Vide Lei nº 1.521, de 1951\)](#)

I - o diretor, o gerente ou o fiscal de sociedade por ações, que, em prospecto, relatório, parecer, balanço ou comunicação ao público ou à assembléia, faz afirmação falsa sobre as condições econômicas da sociedade, ou oculta fraudulentamente, no todo ou em parte, fato a elas relativo;

II - o diretor, o gerente ou o fiscal que promove, por qualquer artifício, falsa cotação das ações ou de outros títulos da sociedade;

III - o diretor ou o gerente que toma empréstimo à sociedade ou usa, em proveito próprio ou de terceiro, dos bens ou haveres sociais, sem prévia autorização da assembléia geral;

IV - o diretor ou o gerente que compra ou vende, por conta da sociedade, ações por ela emitidas, salvo quando a lei o permite;

V - o diretor ou o gerente que, como garantia de crédito social, aceita em penhor ou em caução ações da própria sociedade;

VI - o diretor ou o gerente que, na falta de balanço, em desacordo com este, ou mediante balanço falso, distribui lucros ou dividendos fictícios;

VII - o diretor, o gerente ou o fiscal que, por interposta pessoa, ou conluiado com acionista, consegue a aprovação de conta ou parecer;

VIII - o liquidante, nos casos dos ns. I, II, III, IV, V e VII;

IX - o representante da sociedade anônima estrangeira, autorizada a funcionar no País, que pratica os atos mencionados nos ns. I e II, ou dá falsa informação ao Governo.

§ 2º - Incorre na pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa, o acionista que, a fim de obter vantagem para si ou para outrem, negocia o voto nas deliberações de assembléia geral.

Emissão irregular de conhecimento de depósito ou "warrant"

Art. 178 - Emitir conhecimento de depósito ou warrant, em desacordo com disposição legal:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Fraude à execução

Art. 179 - Fraudar execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante queixa.

CAPÍTULO VII DA RECEPÇÃO

Recepção

Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Recepção qualificada [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime: [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 2º - Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercício em residência. [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 3º - Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso: [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas. [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 4º - A recepção é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 5º - Na hipótese do § 3º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na recepção dolosa aplica-se o disposto no § 2º do art. 155. [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 6º Tratando-se de bens do patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, aplica-se em dobro a pena prevista no **caput** deste artigo. [\(Redação dada pela Lei nº 13.531, de 2017\)](#)

Receptação de animal

Art. 180-A. Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito ou vender, com a finalidade de produção ou de comercialização, semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes, que deve saber ser produto de crime: [\(Incluído pela Lei nº 13.330, de 2016\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 13.330, de 2016\)](#)

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: [\(Vide Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;
II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

Art. 182 - Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo: [\(Vide Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;
II - de irmão, legítimo ou ilegítimo;
III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:

I - se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;

II - ao estranho que participa do crime.

III - se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. [\(Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

TÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: [\(Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. [\(Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os representante: [\(Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

§ 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os representante. [\(Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

§ 3º Se a violação consistir no oferecimento ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, com intuito de lucro, direto ou indireto, sem autorização expressa, conforme o caso, do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor de fonograma, ou de quem os representante: [\(Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

§ 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º não se aplica quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, nem a cópia de obra intelectual ou fonograma, em um só exemplar, para uso privado do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto. [\(Incluído pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

Usurpação de nome ou pseudônimo alheio

Art. 185 - [\(Revogado pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

Art. 186. Procede-se mediante: [\(Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

I - queixa, nos crimes previstos no **caput** do art. 184; [\(Incluído pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

II - ação penal pública incondicionada, nos crimes previstos nos §§ 1º e 2º do art. 184; [\(Incluído pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

III - ação penal pública incondicionada, nos crimes cometidos em desfavor de entidades de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público; [\(Incluído pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

IV - ação penal pública condicionada à representação, nos crimes previstos no § 3º do art. 184. [\(Incluído pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003\)](#)

CAPÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção

Art 187. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

Falsa atribuição de privilégio

Art 188. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado

Art. 189. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho

Art. 190. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

Art. 191. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

**CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA AS
MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Violação do direito de marca

Art. 192. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos

Art. 193. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

Marca com falsa indicação de procedência

Art. 194. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

Art. 195. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

**CAPÍTULO IV
DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL**

Concorrência desleal

Art. 196. [\(Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996\)](#)

**TÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Atentado contra a liberdade de trabalho

Art. 197 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça:

I - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência;

II - a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de greve ou paralisação de atividade econômica:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta

Art. 198 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho, ou a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Atentado contra a liberdade de associação

Art. 199 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem

Art. 200 - Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Para que se considere coletivo o abandono de trabalho é indispensável o concurso de, pelo menos, três empregados.

Paralisação de trabalho de interesse coletivo

Art. 201 - Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem

Art. 202 - Invadir ou ocupar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, com o intuito de impedir ou embarçar o curso normal do trabalho, ou com o mesmo fim danificar o estabelecimento ou as coisas nele existentes ou delas dispor:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Frustração de direito assegurado por lei trabalhista

Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. [\(Redação dada pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998\)](#)

§ 1º Na mesma pena incorre quem: [\(Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998\)](#)

I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida; [\(Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998\)](#)

II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais. [\(Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998\)](#)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental. [\(Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998\)](#)

Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho

Art. 204 - Frustrar, mediante fraude ou violência, obrigação legal relativa à nacionalização do trabalho:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Exercício de atividade com infração de decisão administrativa

Art. 205 - Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

Aliciamento para o fim de emigração

Art. 206 - Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro. [\(Redação dada pela Lei nº 8.683, de 1993\)](#)

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 8.683, de 1993\)](#)

Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional

Art. 207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena - detenção de um a três anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998\)](#)

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem. [\(Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998\)](#)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental. [\(Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998\)](#)

TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS
CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

CAPÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária

Art. 209 - Impedir ou perturbar enterro ou cerimônia funerária:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

Violação de sepultura

Art. 210 - Violar ou profanar sepultura ou urna funerária:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Destruição, subtração ou ocultação de cadáver

Art. 211 - Destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Vilipêndio a cadáver

Art. 212 - Vilipendiar cadáver ou suas cinzas:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

TÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

[\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

[\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Estupro

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 2º Se da conduta resulta morte: [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Art. 214 - [\(Revogado pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Violação sexual mediante fraude [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima: [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Art. 216. [\(Revogado pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Assédio sexual [\(Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001\)](#)

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. [\(Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001\)](#)

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. [\(Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001\)](#)

Parágrafo único. [\(VETADO\)](#) [\(Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001\)](#)

§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

CAPÍTULO II

DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

[\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Sedução

Art. 217 - [\(Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

Estupro de vulnerável [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 2º [\(VETADO\)](#) [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 4º Se da conduta resulta morte: [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Corrupção de menores

Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Parágrafo único. [\(VETADO\)](#). [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem: [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável. [\(Redação dada pela Lei nº 12.978, de 2014\)](#)

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone: [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 2º Incorre nas mesmas penas: [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

I - quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no **caput** deste artigo; [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no **caput** deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

CAPÍTULO III

DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude

Art. 219 - [\(Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

Rapto consensual

Art. 220 - [\(Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

Diminuição de pena

Art. 221 - [\(Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

Concurso de rapto e outro crime

Art. 222 - [\(Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 223 - [\(Revogado pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Art. 224 - [\(Revogado pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Ação penal

Art. 225. Nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste Título, procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação. [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Parágrafo único. Procede-se, entretanto, mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável. [\(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Aumento de pena

Art. 226. A pena é aumentada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

I – de quarta parte, se o crime é cometido com o concurso de 2 (duas) ou mais pessoas; [\(Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

II – de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela; [\(Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

III – [\(Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

CAPÍTULO V DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

[\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Mediação para servir a lascívia de outrem

Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda: [\(Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005\)](#)

Pena - reclusão, de dois a cinco anos.

§ 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 1º Se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 2º - Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Casa de prostituição

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Rufianismo

Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

§ 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima: [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência. [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Art. 231. [\(Revogado pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 231-A. [\(Revogado pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 232 - [\(Revogado pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Promoção de migração ilegal

Art. 232-A. Promover, por qualquer meio, com o fim de obter vantagem econômica, a entrada ilegal de estrangeiro em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro: [Incluído pela Lei nº 13.445, de 2017](#) [Vigência](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. [Incluído pela Lei nº 13.445, de 2017](#) [Vigência](#)

§ 1º Na mesma pena incorre quem promover, por qualquer meio, com o fim de obter vantagem econômica, a saída de estrangeiro do território nacional para ingressar ilegalmente em país estrangeiro. [Incluído pela Lei nº 13.445, de 2017](#) [Vigência](#)

§ 2º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) se: [Incluído pela Lei nº 13.445, de 2017](#) [Vigência](#)

I - o crime é cometido com violência; ou [Incluído pela Lei nº 13.445, de 2017](#) [Vigência](#)

II - a vítima é submetida a condição desumana ou degradante. [Incluído pela Lei nº 13.445, de 2017](#) [Vigência](#)

§ 3º A pena prevista para o crime será aplicada sem prejuízo das correspondentes às infrações conexas. [Incluído pela Lei nº 13.445, de 2017](#) [Vigência](#)

**CAPÍTULO VI
DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR**

Ato obsceno

Art. 233 - Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Escrito ou objeto obsceno

Art. 234 - Fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem:

I - vende, distribui ou expõe à venda ou ao público qualquer dos objetos referidos neste artigo;

II - realiza, em lugar público ou acessível ao público, representação teatral, ou exibição cinematográfica de caráter obsceno, ou qualquer outro espetáculo, que tenha o mesmo caráter;

III - realiza, em lugar público ou acessível ao público, ou pelo rádio, audição ou recitação de caráter obsceno.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS**

(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Aumento de pena(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 234-A. Nos crimes previstos neste Título a pena é aumentada:(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

I - (VETADO);(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

II - (VETADO);(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

III - de metade, se do crime resultar gravidez; e (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

IV - de um sexto até a metade, se o agente transmite à vítima doença sexualmente transmissível de que sabe ou deveria saber ser portador. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 234-B. Os processos em que se apuram crimes definidos neste Título correrão em segredo de justiça. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 234-C. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

**TÍTULO VII
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA
CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO**

Bigamia

Art. 235 - Contrair alguém, sendo casado, novo casamento:

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

§ 1º - Aquele que, não sendo casado, contrai casamento com pessoa casada, conhecendo essa circunstância, é punido com reclusão ou detenção, de um a três anos.

§ 2º - Anulado por qualquer motivo o primeiro casamento, ou o outro por motivo que não a bigamia, considera-se inexistente o crime.

Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento

Art. 236 - Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único - A ação penal depende de queixa do contraente enganado e não pode ser intentada senão depois de transitar em julgado a sentença que, por motivo de erro ou impedimento, anule o casamento.

Conhecimento prévio de impedimento

Art. 237 - Contrair casamento, conhecendo a existência de impedimento que lhe cause a nulidade absoluta:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Simulação de autoridade para celebração de casamento

Art. 238 - Atribuir-se falsamente autoridade para celebração de casamento:

Pena - detenção, de um a três anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Simulação de casamento

Art. 239 - Simular casamento mediante engano de outra pessoa:

Pena - detenção, de um a três anos, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

Adulterio

Art. 240 - (Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005)

**CAPÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO**

Registro de nascimento inexistente

Art. 241 - Promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente:

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido

Art. 242 - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil: (Redação dada pela Lei nº 6.898, de 1981)

Pena - reclusão, de dois a seis anos. (Redação dada pela Lei nº 6.898, de 1981)

Parágrafo único - Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza: (Redação dada pela Lei nº 6.898, de 1981)

Pena - detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena. (Redação dada pela Lei nº 6.898, de 1981)

Sonegação de estado de filiação

Art. 243 - Deixar em asilo de expostos ou outra instituição de assistência filho próprio ou alheio, ocultando-lhe a filiação ou atribuindo-lhe outra, com o fim de prejudicar direito inerente ao estado civil:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

CAPÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material

Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: [\(Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País. [\(Redação dada pela Lei nº 5.478, de 1968\)](#)

Parágrafo único - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada. [\(Incluído pela Lei nº 5.478, de 1968\)](#)

Entrega de filho menor a pessoa inidônea

Art. 245 - Entregar filho menor de 18 (dezoito) anos a pessoa em cuja companhia saiba ou deva saber que o menor fica moral ou materialmente em perigo: [\(Redação dada pela Lei nº 7.251, de 1984\)](#)

Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 7.251, de 1984\)](#)

§ 1º - A pena é de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão, se o agente pratica delito para obter lucro, ou se o menor é enviado para o exterior. [\(Incluído pela Lei nº 7.251, de 1984\)](#)

§ 2º - Incorre, também, na pena do parágrafo anterior quem, embora excluído o perigo moral ou material, auxilia a efetivação de ato destinado ao envio de menor para o exterior, com o fito de obter lucro. [\(Incluído pela Lei nº 7.251, de 1984\)](#)

Abandono intelectual

Art. 246 - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Art. 247 - Permitir alguém que menor de dezoito anos, sujeito a seu poder ou confiado à sua guarda ou vigilância:

I - freqüente casa de jogo ou mal-afamada, ou conviva com pessoa viciosa ou de má vida;

II - freqüente espetáculo capaz de pervertê-lo ou de ofender-lhe o pudor, ou participe de representação de igual natureza;

III - resida ou trabalhe em casa de prostituição;

IV - mendigue ou sirva a mendigo para excitar a comiseração pública:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

CAPÍTULO IV DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes

Art. 248 - Induzir menor de dezoito anos, ou interdito, a fugir do lugar em que se acha por determinação de quem sobre ele exerce autoridade, em virtude de lei ou de ordem judicial; confiar a outrem sem ordem do pai, do tutor ou do curador algum menor de dezoito anos ou interdito, ou deixar, sem justa causa, de entregá-lo a quem legitimamente o reclame:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Subtração de incapazes

Art. 249 - Subtrair menor de dezoito anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos, se o fato não constitui elemento de outro crime.

§ 1º - O fato de ser o agente pai ou tutor do menor ou curador do interdito não o exime de pena, se destituído ou temporariamente privado do pátrio poder, tutela, curatela ou guarda.

§ 2º - No caso de restituição do menor ou do interdito, se este não sofreu maus-tratos ou privações, o juiz pode deixar de aplicar pena.

TÍTULO VIII DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA CAPÍTULO I DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio

Art. 250 - Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa.

Aumento de pena

§ 1º - As penas aumentam-se de um terço:

I - se o crime é cometido com intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio;

II - se o incêndio é:

- a) em casa habitada ou destinada a habitação;
- b) em edifício público ou destinado a uso público ou a obra de assistência social ou de cultura;
- c) em embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo;
- d) em estação ferroviária ou aeródromo;
- e) em estaleiro, fábrica ou oficina;

- f) em depósito de explosivo, combustível ou inflamável;
g) em poço petrolífero ou galeria de mineração;
h) em lavoura, pastagem, mata ou floresta.

Incêndio culposo

§ 2º - Se culposo o incêndio, é pena de detenção, de seis meses a dois anos.

Explosão

Art. 251 - Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa.

§ 1º - Se a substância utilizada não é dinamite ou explosivo de efeitos análogos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Aumento de pena

§ 2º - As penas aumentam-se de um terço, se ocorre qualquer das hipóteses previstas no § 1º, I, do artigo anterior, ou é visada ou atingida qualquer das coisas enumeradas no nº II do mesmo parágrafo.

Modalidade culposa

§ 3º - No caso de culpa, se a explosão é de dinamite ou substância de efeitos análogos, a pena é de detenção, de seis meses a dois anos; nos demais casos, é de detenção, de três meses a um ano.

Uso de gás tóxico ou asfixiante

Art. 252 - Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, usando de gás tóxico ou asfixiante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Modalidade Culposa

Parágrafo único - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Fabrico, fornecimento, aquisição posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante

Art. 253 - Fabricar, fornecer, adquirir, possuir ou transportar, sem licença da autoridade, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Inundação

Art. 254 - Causar inundação, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa, no caso de dolo, ou detenção, de seis meses a dois anos, no caso de culpa.

Perigo de inundação

Art. 255 - Remover, destruir ou inutilizar, em prédio próprio ou alheio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, obstáculo natural ou obra destinada a impedir inundação:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Desabamento ou desmoronamento

Art. 256 - Causar desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Modalidade culposa

Parágrafo único - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de seis meses a um ano.

Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento

Art. 257 - Subtrair, ocultar ou inutilizar, por ocasião de incêndio, inundação, naufrágio, ou outro desastre ou calamidade, aparelho, material ou qualquer meio destinado a serviço de combate ao perigo, de socorro ou salvamento; ou impedir ou dificultar serviço de tal natureza:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Formas qualificadas de crime de perigo comum

Art. 258 - Se do crime doloso de perigo comum resulta lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade; se resulta morte, é aplicada em dobro. No caso de culpa, se do fato resulta lesão corporal, a pena aumenta-se de metade; se resulta morte, aplica-se a pena cominada ao homicídio culposos, aumentada de um terço.

Difusão de doença ou praga

Art. 259 - Difundir doença ou praga que possa causar dano a floresta, plantação ou animais de utilidade econômica:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Modalidade culposa

Parágrafo único - No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a seis meses, ou multa.

CAPÍTULO II DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário

Art. 260 - Impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro:

I - destruindo, danificando ou desarranjando, total ou parcialmente, linha férrea, material rodante ou de tração, obra-de-arte ou instalação;

II - colocando obstáculo na linha;

III - transmitindo falso aviso acerca do movimento dos veículos ou interrompendo ou embarçando o funcionamento de telégrafo, telefone ou radiotelegrafia;

IV - praticando outro ato de que possa resultar desastre:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Desastre ferroviário

§ 1º - Se do fato resulta desastre:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos e multa.

§ 2º - No caso de culpa, ocorrendo desastre:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

§ 3º - Para os efeitos deste artigo, entende-se por estrada de ferro qualquer via de comunicação em que circulem veículos de tração mecânica, em trilhos ou por meio de cabo aéreo.

Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo

Art. 261 - Expor a perigo embarcação ou aeronave, própria ou alheia, ou praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar navegação marítima, fluvial ou aérea:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos.

Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo

§ 1º - Se do fato resulta naufrágio, submersão ou encalhe de embarcação ou a queda ou destruição de aeronave:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Prática do crime com o fim de lucro

§ 2º - Aplica-se, também, a pena de multa, se o agente pratica o crime com intuito de obter vantagem econômica, para si ou para outrem.

Modalidade culposa

§ 3º - No caso de culpa, se ocorre o sinistro:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

Atentado contra a segurança de outro meio de transporte

Art. 262 - Expor a perigo outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento:

Pena - detenção, de um a dois anos.

§ 1º - Se do fato resulta desastre, a pena é de reclusão, de dois a cinco anos.

§ 2º - No caso de culpa, se ocorre desastre:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Forma qualificada

Art. 263 - Se de qualquer dos crimes previstos nos arts. 260 a 262, no caso de desastre ou sinistro, resulta lesão corporal ou morte, aplica-se o disposto no art. 258.

Arremesso de projétil

Art. 264 - Arremessar projétil contra veículo, em movimento, destinado ao transporte público por terra, por água ou pelo ar:

Pena - detenção, de um a seis meses.

Parágrafo único - Se do fato resulta lesão corporal, a pena é de detenção, de seis meses a dois anos; se resulta morte, a pena é a do art. 121, § 3º, aumentada de um terço.

Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública

Art. 265 - Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços. [\(Incluído pela Lei nº 5.346, de 3.11.1967\)](#)

Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública [\(Redação dada pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

Art. 266 - Interromper ou perturbar serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico, impedir ou dificultar-lhe o restabelecimento:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

§ 1º - Incorre na mesma pena quem interrompe serviço telemático ou de informação de utilidade pública, ou impede ou dificulta-lhe o restabelecimento. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

§ 2º - Aplicam-se as penas em dobro se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

CAPÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia

Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos:

Pena - reclusão, de dez a quinze anos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

§ 2º - No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos.

Infração de medida sanitária preventiva

Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

Omissão de notificação de doença

Art. 269 - Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal

Art. 270 - Envenenar água potável, de uso comum ou particular, ou substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo:

Pena - reclusão, de dez a quinze anos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 1º - Está sujeito à mesma pena quem entrega a consumo ou tem em depósito, para o fim de ser distribuída, a água ou a substância envenenada.

Modalidade culposa

§ 2º - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

Corrupção ou poluição de água potável

Art. 271 - Corromper ou poluir água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos.

Modalidade culposa

Parágrafo único - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Art. 272 - Corromper, adulterar, falsificar ou alterar substância ou produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nociva à saúde ou reduzindo-lhe o valor nutritivo: [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

§ 1º-A - Incorre nas penas deste artigo quem fabrica, vende, expõe à venda, importa, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribui ou entrega a consumo a substância alimentícia ou o produto falsificado, corrompido ou adulterado. [\(Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

§ 1º - Está sujeito às mesmas penas quem pratica as ações previstas neste artigo em relação a bebidas, com ou sem teor alcoólico. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Modalidade culposa

§ 2º - Se o crime é culposos: [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Art. 273 - Falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais: [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem importa, vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribui ou entrega a consumo o produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

§ 1º-A - Incluem-se entre os produtos a que se refere este artigo os medicamentos, as matérias-primas, os insumos farmacêuticos, os cosméticos, os saneantes e os de uso em diagnóstico. [\(Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

§ 1º-B - Está sujeito às penas deste artigo quem pratica as ações previstas no § 1º em relação a produtos em qualquer das seguintes condições: [\(Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

I - sem registro, quando exigível, no órgão de vigilância sanitária competente; [\(Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

II - em desacordo com a fórmula constante do registro previsto no inciso anterior; [\(Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

III - sem as características de identidade e qualidade admitidas para a sua comercialização; [\(Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

IV - com redução de seu valor terapêutico ou de sua atividade; [\(Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

V - de procedência ignorada; [\(Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

VI - adquiridos de estabelecimento sem licença da autoridade sanitária competente. [\(Incluído pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Modalidade culposa

§ 2º - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Emprego de processo proibido ou de substância não permitida

Art. 274 - Empregar, no fabrico de produto destinado a consumo, revestimento, gaseificação artificial, matéria corante, substância aromática, anti-séptica, conservadora ou qualquer outra não expressamente permitida pela legislação sanitária:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Involúcro ou recipiente com falsa indicação

Art. 275 - Inculcar, em involúcro ou recipiente de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais, a existência de substância que não se encontra em seu conteúdo ou que nele existe em quantidade menor que a mencionada: [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores

Art. 276 - Vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo produto nas condições dos arts. 274 e 275.

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Substância destinada à falsificação

Art. 277 - Vender, expor à venda, ter em depósito ou ceder substância destinada à falsificação de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais: [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998\)](#)

Outras substâncias nocivas à saúde pública

Art. 278 - Fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Modalidade culposa

Parágrafo único - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Substância avariada

Art. 279 - [\(Revogado pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990\)](#)

Medicamento em desacordo com receita médica

Art. 280 - Fornecer substância medicinal em desacordo com receita médica:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa.

Modalidade culposa

Parágrafo único - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes

COMÉRCIO, POSSE OU USO DE ENTORPECENTE OU SUBSTÂNCIA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA FÍSICA OU PSÍQUICA. [\(Redação dada pela Lei nº 5.726, de 1971\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 6.368, 1976\)](#)

Art. 281. [\(Revogado pela Lei nº 6.368, 1976\)](#)

Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica

Art. 282 - Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único - Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Charlatanismo

Art. 283 - Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Curandeirismo

Art. 284 - Exercer o curandeirismo:

I - prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;

II - usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;

III - fazendo diagnósticos:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único - Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa.

Forma qualificada

Art. 285 - Aplica-se o disposto no art. 258 aos crimes previstos neste Capítulo, salvo quanto ao definido no art. 267.

**TÍTULO IX
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA**

Incitação ao crime

Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Apologia de crime ou criminoso

Art. 287 - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes: [\(Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013\)](#) [\(Vigência\)](#)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013\)](#) [\(Vigência\)](#)

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente. [\(Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013\)](#) [\(Vigência\)](#)

Constituição de milícia privada [\(Incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012\)](#)

Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código: [\(Incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012\)](#)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos. [\(Incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012\)](#)

TÍTULO X
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA
CAPÍTULO I
DA MOEDA FALSA

Moeda Falsa

Art. 289 - Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro:

Pena - reclusão, de três a doze anos, e multa.

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem, por conta própria ou alheia, importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.

§ 2º - Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 3º - É punido com reclusão, de três a quinze anos, e multa, o funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão que fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão:

I - de moeda com título ou peso inferior ao determinado em lei;

II - de papel-moeda em quantidade superior à autorizada.

§ 4º - Nas mesmas penas incorre quem desvia e faz circular moeda, cuja circulação não estava ainda autorizada.

Crimes assimilados ao de moeda falsa

Art. 290 - Formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas, notas ou bilhetes verdadeiros; suprimir, em nota, cédula ou bilhete recolhidos, para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização; restituir à circulação cédula, nota ou bilhete em tais condições, ou já recolhidos para o fim de inutilização:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Parágrafo único - O máximo da reclusão é elevado a doze anos e multa, se o crime é cometido por funcionário que trabalha na repartição onde o dinheiro se achava recolhido, ou nela tem fácil ingresso, em razão do cargo. [\(Vide Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

Petrechos para falsificação de moeda

Art. 291 - Fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Emissão de título ao portador sem permissão legal

Art. 292 - Emitir, sem permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - Quem recebe ou utiliza como dinheiro qualquer dos documentos referidos neste artigo incorre na pena de detenção, de quinze dias a três meses, ou multa.

CAPÍTULO II
DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos

Art. 293 - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

I - selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo; [\(Redação dada pela Lei nº 11.035, de 2004\)](#)

II - papel de crédito público que não seja moeda de curso legal;

III - vale postal;

IV - cautela de penhor, caderneta de depósito de caixa econômica ou de outro estabelecimento mantido por entidade de direito público;

V - talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo a arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável;

VI - bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem: [\(Redação dada pela Lei nº 11.035, de 2004\)](#)

I - usa, guarda, possui ou detém qualquer dos papéis falsificados a que se refere este artigo; [\(Incluído pela Lei nº 11.035, de 2004\)](#)

II - importa, exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda, fornece ou restitui à circulação selo falsificado destinado a controle tributário; [\(Incluído pela Lei nº 11.035, de 2004\)](#)

III - importa, exporta, adquire, vende, expõe à venda, mantém em depósito, guarda, troca, cede, empresta, fornece, porta ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, produto ou mercadoria: [\(Incluído pela Lei nº 11.035, de 2004\)](#)

a) em que tenha sido aplicado selo que se destine a controle tributário, falsificado; [\(Incluído pela Lei nº 11.035, de 2004\)](#)

b) sem selo oficial, nos casos em que a legislação tributária determina a obrigatoriedade de sua aplicação. [\(Incluído pela Lei nº 11.035, de 2004\)](#)

§ 2º - Suprimir, em qualquer desses papéis, quando legítimos, com o fim de torná-los novamente utilizáveis, carimbo ou sinal indicativo de sua inutilização:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 3º - Incorre na mesma pena quem usa, depois de alterado, qualquer dos papéis a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º - Quem usa ou restitui à circulação, embora rebo de boa-fé, qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem este artigo e o seu § 2º, depois de conhecer a falsidade ou alteração, incorre na pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 5º Equipara-se a atividade comercial, para os fins do inciso III do § 1º, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em vias, praças ou outros logradouros públicos e em residências. [\(Incluído pela Lei nº 11.035, de 2004\)](#)

Petrechos de falsificação

Art. 294 - Fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 295 - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

CAPÍTULO III DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação do selo ou sinal público

Art. 296 - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

I - selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município;

II - selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Incorre nas mesmas penas:

I - quem faz uso do selo ou sinal falsificado;

II - quem utiliza indevidamente o selo ou sinal verdadeiro em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio.

III - quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 2º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

I - na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório; [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

II - na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita; [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

III - em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Falsificação de documento particular [\(Redação dada pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Falsificação de cartão [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

Parágrafo único. Para fins do disposto no **caput**, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra

Art. 300 - Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Certidão ou atestado ideologicamente falso

Art. 301 - Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Falsidade material de atestado ou certidão

§ 1º - Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena - detenção, de três meses a dois anos.

§ 2º - Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se, além da pena privativa de liberdade, a de multa.

Falsidade de atestado médico

Art. 302 - Dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso:

Pena - detenção, de um mês a um ano.

Parágrafo único - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica

Art. 303 - Reproduzir ou alterar selo ou peça filatélica que tenha valor para coleção, salvo quando a reprodução ou a alteração está visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único - Na mesma pena incorre quem, para fins de comércio, faz uso do selo ou peça filatélica.

Uso de documento falso

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:

Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

Supressão de documento

Art. 305 - Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular.

CAPÍTULO IV DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins

Art. 306 - Falsificar, fabricando-o ou alterando-o, marca ou sinal empregado pelo poder público no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou usar marca ou sinal dessa natureza, falsificado por outrem:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Parágrafo único - Se a marca ou sinal falsificado é o que usa a autoridade pública para o fim de fiscalização sanitária, ou para autenticar ou encerrar determinados objetos, ou comprovar o cumprimento de formalidade legal:

Pena - reclusão ou detenção, de um a três anos, e multa.

Falsa identidade

Art. 307 - Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

Art. 308 - Usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia ou ceder a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro:

Pena - detenção, de quatro meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

Fraude de lei sobre estrangeiro

Art. 309 - Usar o estrangeiro, para entrar ou permanecer no território nacional, nome que não é o seu:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único - Atribuir a estrangeiro falsa qualidade para promover-lhe a entrada em território nacional: [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Art. 310 - Prestar-se a figurar como proprietário ou possuidor de ação, título ou valor pertencente a estrangeiro, nos casos em que a este é vedada por lei a propriedade ou a posse de tais bens: [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Adulteração de sinal identificador de veículo automotor [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Art. 311 - Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento: [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 1º - Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço. [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

§ 2º - Incorre nas mesmas penas o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial. [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

CAPÍTULO V [\(Incluído pela Lei 12.550, de 2011\)](#) DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO [\(Incluído pela Lei 12.550, de 2011\)](#)

Fraudes em certames de interesse público [\(Incluído pela Lei 12.550, de 2011\)](#)

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de: [\(Incluído pela Lei 12.550, de 2011\)](#)

I - concurso público; [\(Incluído pela Lei 12.550. de 2011\)](#)

II - avaliação ou exame públicos; [\(Incluído pela Lei 12.550. de 2011\)](#)

III - processo seletivo para ingresso no ensino superior; ou [\(Incluído pela Lei 12.550. de 2011\)](#)

IV - exame ou processo seletivo previstos em lei: [\(Incluído pela Lei 12.550. de 2011\)](#)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei 12.550. de 2011\)](#)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem permite ou facilita, por qualquer meio, o acesso de pessoas não autorizadas às informações mencionadas no caput. [\(Incluído pela Lei 12.550. de 2011\)](#)

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública: [\(Incluído pela Lei 12.550. de 2011\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei 12.550. de 2011\)](#)

§ 3º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por funcionário público. [\(Incluído pela Lei 12.550. de 2011\)](#)

TÍTULO XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante erro de outrem

Art. 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Inserção de dados falsos em sistema de informações [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento

Art. 314 - Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Excesso de exação

§ 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: [\(Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990\)](#)

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990\)](#)

§ 2º - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. ([Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003](#))

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Facilitação de contrabando ou descaminho

Art. 318 - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334):

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. ([Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990](#))

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: ([Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007](#)).

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Advocacia administrativa

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Violência arbitrária

Art. 322 - Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.

Abandono de função

Art. 323 - Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

§ 1º - Se do fato resulta prejuízo público:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 2º - Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado

Art. 324 - Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Violação de sigilo funcional

Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem: ([Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000](#))

I - permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública; ([Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000](#))

II - se utiliza, indevidamente, do acesso restrito. ([Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000](#))

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem: ([Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000](#))

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. ([Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000](#))

Violação do sigilo de proposta de concorrência

Art. 326 - Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - Detenção, de três meses a um ano, e multa.

Funcionário público

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. ([Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000](#))

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. ([Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980](#))

CAPÍTULO II
DOS CRIMES PRATICADOS POR
PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM
GERAL

Usurpação de função pública

Art. 328 - Usurpar o exercício de função pública:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se do fato o agente auferir vantagem:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Desobediência

Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

Desacato

Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Tráfico de Influência [\(Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995\)](#)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: [\(Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995\)](#)

Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. [\(Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995\)](#)

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003\)](#)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Descaminho

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria [\(Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

§ 1º Incorre na mesma pena quem: [\(Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

I - pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei; [\(Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

II - pratica fato assimilado, em lei especial, a descaminho; [\(Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

III - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem; [\(Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

IV - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos. [\(Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

§ 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. [\(Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial. [\(Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

Contrabando

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida: [\(Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. [\(Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

§ 1º Incorre na mesma pena quem: [\(Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

I - pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando; [\(Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

II - importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente; [\(Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

III - reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação; [\(Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

IV - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira; [\(Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

V - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira. [\(Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#) § 2º - Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. [\(Incluído pela Lei nº 4.729, de 14.7.1965\)](#)

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial. [\(Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014\)](#)

Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência

Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.

Inutilização de edital ou de sinal

Art. 336 - Rasgar ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Subtração ou inutilização de livro ou documento

Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Sonegação de contribuição previdenciária [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Art. 337-A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

I – omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços; [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

II – deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços; [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

III – omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 1º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 2º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que: [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

I – (VETADO) [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórias, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 3º Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais), o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

§ 4º O valor a que se refere o parágrafo anterior será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios da previdência social. [\(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000\)](#)

CAPÍTULO II-A

[\(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002\)](#)

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional

Art. 337-B. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional: [\(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002\)](#)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002\)](#)

Parágrafo único. A pena é aumentada de 1/3 (um terço), se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário público estrangeiro retarda ou omite o ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional. [\(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002\)](#)

Tráfico de influência em transação comercial internacional [\(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002\)](#)

Art. 337-C. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público estrangeiro no exercício de suas funções, relacionado a transação comercial internacional: [\(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002\)](#)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002\)](#)

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada a funcionário estrangeiro. [\(Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002\)](#)

Funcionário público estrangeiro [\(Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002\)](#)

Art. 337-D. Considera-se funcionário público estrangeiro, para os efeitos penais, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública em entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro. [\(Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002\)](#)

Parágrafo único. Equipara-se a funcionário público estrangeiro quem exerce cargo, emprego ou função em empresas controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais. [\(Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002\)](#)

CAPÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso

Art. 338 - Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, sem prejuízo de nova expulsão após o cumprimento da pena.

Denúnciação caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente: [\(Redação dada pela Lei nº 10.028, de 2000\)](#)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

Comunicação falsa de crime ou de contravenção

Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Auto-acusação falsa

Art. 341 - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: [\(Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. [\(Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001\)](#)

§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade. [\(Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001\)](#)

Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação: [\(Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001\)](#)

Pena - reclusão, de três a quatro anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001\)](#)

Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. [\(Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001\)](#)

Coação no curso do processo

Art. 344 - Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Exercício arbitrário das próprias razões

Art. 345 - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

Art. 346 - Tirar, suprimir, destruir ou danificar coisa própria, que se acha em poder de terceiro por determinação judicial ou convenção:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Fraude processual

Art. 347 - Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

Favorecimento pessoal

Art. 348 - Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

§ 1º - Se ao crime não é cominada pena de reclusão:

Pena - detenção, de quinze dias a três meses, e multa.

§ 2º - Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

Favorecimento real

Art. 349 - Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

Art. 349-A. Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional. [\(Incluído pela Lei nº 12.012, de 2009\).](#)

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano. [\(Incluído pela Lei nº 12.012, de 2009\).](#)

Exercício arbitrário ou abuso de poder

Art. 350 - Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder:

Pena - detenção, de um mês a um ano.

Parágrafo único - Na mesma pena incorre o funcionário que:

I - ilegalmente recebe e recolhe alguém a prisão, ou a estabelecimento destinado a execução de pena privativa de liberdade ou de medida de segurança;

II - prolonga a execução de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de executar imediatamente a ordem de liberdade;

III - submete pessoa que está sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;

IV - efetua, com abuso de poder, qualquer diligência.

Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança

Art. 351 - Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º - Se o crime é praticado a mão armada, ou por mais de uma pessoa, ou mediante arrombamento, a pena é de reclusão, de dois a seis anos.

§ 2º - Se há emprego de violência contra pessoa, aplica-se também a pena correspondente à violência.

§ 3º - A pena é de reclusão, de um a quatro anos, se o crime é praticado por pessoa sob cuja custódia ou guarda está o preso ou o internado.

§ 4º - No caso de culpa do funcionário incumbido da custódia ou guarda, aplica-se a pena de detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Evasão mediante violência contra a pessoa

Art. 352 - Evadir-se ou tentar evadir-se o preso ou o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra a pessoa:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da pena correspondente à violência.

Arrebatamento de preso

Art. 353 - Arrebatado preso, a fim de maltratá-lo, do poder de quem o tenha sob custódia ou guarda:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, além da pena correspondente à violência.

Motim de presos

Art. 354 - Amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.

Patrocínio infiel

Art. 355 - Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

Patrocínio simultâneo ou tergiversação

Parágrafo único - Incorre na pena deste artigo o advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.

Sonegação de papel ou objeto de valor probatório

Art. 356 - Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

Exploração de prestígio

Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

Violência ou fraude em arrematação judicial

Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito

Art. 359 - Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

CAPÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Contratação de operação de crédito

Art. 359-A. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Parágrafo único. Incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

I – com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

II – quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Art. 359-B. Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Art. 359-C. Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Ordenação de despesa não autorizada (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Art. 359-D. Ordenar despesa não autorizada por lei: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Prestação de garantia graciosa (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Art. 359-E. Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Não cancelamento de restos a pagar (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Art. 359-F. Deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Art. 359-G. Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Oferta pública ou colocação de títulos no mercado (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Art. 359-H. Ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 360 - Ressalvada a legislação especial sobre os crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado e contra a guarda e o emprego da economia popular, os crimes de imprensa e os de falência, os de responsabilidade do Presidente da República e dos Governadores ou Interventores, e os crimes militares, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 361 - Este Código entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1942.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940; 119º da Independência e 52º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Campos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.12.1940

2 DIREITO DE REPRESENTAÇÃO E PROCESSO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL NOS CASOS DE ABUSO DE AUTORIDADE (LEI Nº 4.898/1965).

LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965.

Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometem abusos, são regulados pela presente lei.

Art. 2º O direito de representação será exercido por meio de petição:

- a) dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar, à autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção;
- b) dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.

Parágrafo único. A representação será feita em duas vias e conterá a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver.

Art. 3º. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- a) à liberdade de locomoção;
- b) à inviolabilidade do domicílio;
- c) ao sigilo da correspondência;
- d) à liberdade de consciência e de crença;
- e) ao livre exercício do culto religioso;
- f) à liberdade de associação;
- g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;
- h) ao direito de reunião;
- i) à incolumidade física do indivíduo;
- j) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional. [\(Incluído pela Lei nº 6.657, de 05/06/79\)](#)

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;
- c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;
- e) levar à prisão e nela deter quem quer que se propoña a prestar fiança, permitida em lei;
- f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor;
- g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;
- h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal;
- i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade. [\(Incluído pela Lei nº 7.960, de 21/12/89\)](#)

Art. 5º Considera-se autoridade, para os efeitos desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

Art. 6º O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal.

§ 1º A sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens;
- d) destituição de função;
- e) demissão;
- f) demissão, a bem do serviço público.

§ 2º A sanção civil, caso não seja possível fixar o valor do dano, consistirá no pagamento de uma indenização de quinhentos a dez mil cruzeiros.

§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos [artigos 42 a 56 do Código Penal](#) e consistirá em:

- a) multa de cem a cinco mil cruzeiros;
- b) detenção por dez dias a seis meses;
- c) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.

§ 4º As penas previstas no parágrafo anterior poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

§ 5º Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.

Art. 7º recebida a representação em que for solicitada a aplicação de sanção administrativa, a autoridade civil ou militar competente determinará a instauração de inquérito para apurar o fato.

§ 1º O inquérito administrativo obedecerá às normas estabelecidas nas leis municipais, estaduais ou federais, civis ou militares, que estabeleçam o respectivo processo.

§ 2º não existindo no município no Estado ou na legislação militar normas reguladoras do inquérito administrativo serão aplicadas supletivamente, as disposições dos [arts. 219 a 225 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 \(Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União\)](#).

§ 3º O processo administrativo não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

Art. 8º A sanção aplicada será anotada na ficha funcional da autoridade civil ou militar.

Art. 9º Simultaneamente com a representação dirigida à autoridade administrativa ou independentemente dela, poderá ser promovida pela vítima do abuso, a responsabilidade civil ou penal ou ambas, da autoridade culpada.

Art. 10. Vetado

Art. 11. À ação civil serão aplicáveis as normas do Código de Processo Civil.

Art. 12. A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

Art. 13. Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de quarenta e oito horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.

§ 1º A denúncia do Ministério Público será apresentada em duas vias.

Art. 14. Se a ato ou fato constitutivo do abuso de autoridade houver deixado vestígios o ofendido ou o acusado poderá:

a) promover a comprovação da existência de tais vestígios, por meio de duas testemunhas qualificadas;

b) requerer ao Juiz, até setenta e duas horas antes da audiência de instrução e julgamento, a designação de um perito para fazer as verificações necessárias.

§ 1º O perito ou as testemunhas farão o seu relatório e prestarão seus depoimentos verbalmente, ou o apresentarão por escrito, querendo, na audiência de instrução e julgamento.

§ 2º No caso previsto na letra a deste artigo a representação poderá conter a indicação de mais duas testemunhas.

Art. 15. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao Procurador-Geral e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o Juiz atender.

Art. 16. Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo fixado nesta lei, será admitida ação privada. O órgão do Ministério Público poderá, porém, aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva e intervir em todos os termos do processo, interpor recursos e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Art. 17. Recebidos os autos, o Juiz, dentro do prazo de quarenta e oito horas, proferirá despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia.

§ 1º No despacho em que receber a denúncia, o Juiz designará, desde logo, dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, que deverá ser realizada, improrrogavelmente, dentro de cinco dias.

§ 2º A citação do réu para se ver processar, até julgamento final e para comparecer à audiência de instrução e julgamento, será feita por mandado sucinto que, será acompanhado da segunda via da representação e da denúncia.

Art. 18. As testemunhas de acusação e defesa poderão ser apresentada em juízo, independentemente de intimação.

Parágrafo único. Não serão deferidos pedidos de precatória para a audiência ou a intimação de testemunhas ou, salvo o caso previsto no artigo 14, letra "b", requerimentos para a realização de diligências, perícias ou exames, a não ser que o Juiz, em despacho motivado, considere indispensáveis tais providências.

Art. 19. A hora marcada, o Juiz mandará que o porteiro dos auditórios ou o oficial de justiça declare aberta a audiência, apregoando em seguida o réu, as testemunhas, o perito, o representante do Ministério Público ou o advogado que tenha subscrito a queixa e o advogado ou defensor do réu.

Parágrafo único. A audiência somente deixará de realizar-se se ausente o Juiz.

Art. 20. Se até meia hora depois da hora marcada o Juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de termos de audiência.

Art. 21. A audiência de instrução e julgamento será pública, se contrariamente não dispuser o Juiz, e realizar-se-á em dia útil, entre dez (10) e dezoito (18) horas, na sede do Juízo ou, excepcionalmente, no local que o Juiz designar.

Art. 22. Aberta a audiência o Juiz fará a qualificação e o interrogatório do réu, se estiver presente.

Parágrafo único. Não comparecendo o réu nem seu advogado, o Juiz nomeará imediatamente defensor para funcionar na audiência e nos ulteriores termos do processo.

Art. 23. Depois de ouvidas as testemunhas e o perito, o Juiz dará a palavra sucessivamente, ao Ministério Público ou ao advogado que houver subscrito a queixa e ao advogado ou defensor do réu, pelo prazo de quinze minutos para cada um, prorrogável por mais dez (10), a critério do Juiz.

Art. 24. Encerrado o debate, o Juiz proferirá imediatamente a sentença.

Art. 25. Do ocorrido na audiência o escrivão lavrará no livro próprio, ditado pelo Juiz, termo que conterá, em resumo, os depoimentos e as alegações da acusação e da defesa, os requerimentos e, por extenso, os despachos e a sentença.

Art. 26. Subscreverão o termo o Juiz, o representante do Ministério Público ou o advogado que houver subscrito a queixa, o advogado ou defensor do réu e o escrivão.

Art. 27. Nas comarcas onde os meios de transporte forem difíceis e não permitirem a observância dos prazos fixados nesta lei, o juiz poderá aumentá-las, sempre motivadamente, até o dobro.

Art. 28. Nos casos omissos, serão aplicáveis as normas do [Código de Processo Penal](#), sempre que compatíveis com o sistema de instrução e julgamento regulado por esta lei.

Parágrafo único. Das decisões, despachos e sentenças, caberão os recursos e apelações previstas no [Código de Processo Penal](#).

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.12.1965

3 ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI Nº 10.826/2003).

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS**

Art. 1º O Sistema Nacional de Armas – Sinarm, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.

Art. 2º Ao Sinarm compete:

I – identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro;

II – cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País;

III – cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal;

IV – cadastrar as transferências de propriedade, extravio, furto, roubo e outras ocorrências suscetíveis de alterar os dados cadastrais, inclusive as decorrentes de fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores;

V – identificar as modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo;

VI – integrar no cadastro os acervos policiais já existentes;

VII – cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais;

VIII – cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade;

IX – cadastrar mediante registro os produtores, atacadistas, varejistas, exportadores e importadores autorizados de armas de fogo, acessórios e munições;

X – cadastrar a identificação do cano da arma, as características das impressões de raiamento e de microestriamento de projétil disparado, conforme marcação e testes obrigatoriamente realizados pelo fabricante;

XI – informar às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal os registros e autorizações de porte de armas de fogo nos respectivos territórios, bem como manter o cadastro atualizado para consulta.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não alcançam as armas de fogo das Forças Armadas e Auxiliares, bem como as demais que constem dos seus registros próprios.

**CAPÍTULO II
DO REGISTRO**

Art. 3º É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente.

Parágrafo único. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei.

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; ([Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

§ 3º A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4º A empresa que comercializa armas de fogo, acessórios e munições responde legalmente por essas mercadorias, ficando registradas como de sua propriedade enquanto não forem vendidas.

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

§ 6º A expedição da autorização a que se refere o § 1º será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do requerimento do interessado.

§ 7º O registro precário a que se refere o § 4º prescinde do cumprimento dos requisitos dos incisos I, II e III deste artigo.

§ 8º Estará dispensado das exigências constantes do inciso III do caput deste artigo, na forma do regulamento, o interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma com as mesmas características daquela a ser adquirida. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

Art. 5º O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa. [\(Redação dada pela Lei nº 10.884, de 2004\)](#)

§ 1º O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será precedido de autorização do Sinarm.

§ 2º Os requisitos de que tratam os incisos I, II e III do art. 4º deverão ser comprovados periodicamente, em período não inferior a 3 (três) anos, na conformidade do estabelecido no regulamento desta Lei, para a renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo.

§ 3º O proprietário de arma de fogo com certificados de registro de propriedade expedido por órgão estadual ou do Distrito Federal até a data da publicação desta Lei que não optar pela entrega espontânea prevista no art. 32 desta Lei deverá renová-lo mediante o pertinente registro federal, até o dia 31 de dezembro de 2008, ante a apresentação de documento de identificação pessoal e comprovante de residência fixa, ficando dispensado do pagamento de taxas e do cumprimento das demais exigências constantes dos incisos I a III do caput do art. 4º desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#) [\(Prorrogação de prazo\)](#)

§ 4º Para fins do cumprimento do disposto no § 3º deste artigo, o proprietário de arma de fogo poderá obter, no Departamento de Polícia Federal, certificado de registro provisório, expedido na rede mundial de computadores - internet, na forma do regulamento e obedecidos os procedimentos a seguir: [\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

I - emissão de certificado de registro provisório pela internet, com validade inicial de 90 (noventa) dias; e [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

II - revalidação pela unidade do Departamento de Polícia Federal do certificado de registro provisório pelo prazo que estimar como necessário para a emissão definitiva do certificado de registro de propriedade. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

CAPÍTULO III DO PORTE

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I - os integrantes das Forças Armadas;

II - os integrantes de órgãos referidos nos [incisos I, II, III, IV e V do caput do art. 144 da Constituição Federal](#) e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP); [\(Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017\)](#)

III - os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei;

IV - os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço; [\(Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004\)](#)

V - os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI - os integrantes dos órgãos policiais referidos no [art. 51, IV](#), e no [art. 52, XIII, da Constituição Federal](#);

VII - os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII - as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX - para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X - integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário. [\(Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007\)](#)

XI - os tribunais do Poder Judiciário descritos no art. 92 da Constituição Federal e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. [\(Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012\)](#)

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI. [\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 1º-A ([Revogado pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

§ 1º-B. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam: ([Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014](#))

I - submetidos a regime de dedicação exclusiva; ([Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014](#))

II - sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento; e ([Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014](#))

III - subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno. ([Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014](#))

§ 1º-C. (VETADO). ([Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014](#))

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X do caput deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do caput do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça. ([Redação dada pela Lei nº 10.884, de 2004](#))

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16 (dezesseis), desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos: ([Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

I - documento de identificação pessoal; ([Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

II - comprovante de residência em área rural; e ([Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

III - atestado de bons antecedentes. ([Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

§ 6º O caçador para subsistência que der outro uso à sua arma de fogo, independentemente de outras tipificações penais, responderá, conforme o caso, por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido. ([Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

§ 7º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço. ([Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008](#))

Art. 7º As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.

§ 1º O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança privada e de transporte de valores responderá pelo crime previsto no parágrafo único do art. 13 desta Lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas e civis, se deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.

§ 2º A empresa de segurança e de transporte de valores deverá apresentar documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei quanto aos empregados que portarão arma de fogo.

§ 3º A listagem dos empregados das empresas referidas neste artigo deverá ser atualizada semestralmente junto ao Sinarm.

Art. 7º-A. As armas de fogo utilizadas pelos servidores das instituições descritas no inciso XI do art. 6º serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da instituição. ([Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012](#))

§ 1º A autorização para o porte de arma de fogo de que trata este artigo independe do pagamento de taxa. ([Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012](#))

§ 2º O presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exercam funções de segurança. ([Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012](#))

§ 3º O porte de arma pelos servidores das instituições de que trata este artigo fica condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. ([Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012](#))

§ 4º A listagem dos servidores das instituições de que trata este artigo deverá ser atualizada semestralmente no Sinarm. ([Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012](#))

§ 5º As instituições de que trata este artigo são obrigadas a registrar ocorrência policial e a comunicar à Polícia Federal eventual perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato. [\(Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012\)](#)

Art. 8º As armas de fogo utilizadas em entidades desportivas legalmente constituídas devem obedecer às condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, respondendo o possuidor ou o autorizado a portar a arma pela sua guarda na forma do regulamento desta Lei.

Art. 9º Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;

II – atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;

III – apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

§ 2º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

Art. 11. Fica instituída a cobrança de taxas, nos valores constantes do Anexo desta Lei, pela prestação de serviços relativos:

I – ao registro de arma de fogo;

II – à renovação de registro de arma de fogo;

III – à expedição de segunda via de registro de arma de fogo;

IV – à expedição de porte federal de arma de fogo;

V – à renovação de porte de arma de fogo;

VI – à expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.

§ 1º Os valores arrecadados destinam-se ao custeio e à manutenção das atividades do Sinarm, da Polícia Federal e do Comando do Exército, no âmbito de suas respectivas responsabilidades.

§ 2º São isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo as pessoas e as instituições a que se referem os incisos I a VII e X e o § 5º do art. 6º desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

Art. 11-A. O Ministério da Justiça disciplinará a forma e as condições do credenciamento de profissionais pela Polícia Federal para comprovação da aptidão psicológica e da capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 1º Na comprovação da aptidão psicológica, o valor cobrado pelo psicólogo não poderá exceder ao valor médio dos honorários profissionais para realização de avaliação psicológica constante do item 1.16 da tabela do Conselho Federal de Psicologia. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 2º Na comprovação da capacidade técnica, o valor cobrado pelo instrutor de armamento e tiro não poderá exceder R\$ 80,00 (oitenta reais), acrescido do custo da munição. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 3º A cobrança de valores superiores aos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo implicará o descredenciamento do profissional pela Polícia Federal. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

CAPÍTULO IV DOS CRIMES E DAS PENAS

Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Omissão de cautela

Art. 13. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrem o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.

Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente. [\(Vide Adin 3.112-1\)](#)

Disparo de arma de fogo

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável. [\(Vide Adin 3.112-1\)](#)

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

II – modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz;

III – possuir, deter, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI – produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

Comércio ilegal de arma de fogo

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

Tráfico internacional de arma de fogo

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 19. Nos crimes previstos nos arts. 17 e 18, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

Art. 20. Nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a pena é aumentada da metade se forem praticados por integrante dos órgãos e empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º desta Lei.

Art. 21. Os crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 são insuscetíveis de liberdade provisória. [\(Vide Adin 3.112-1\)](#)

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. O Ministério da Justiça poderá celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 23. A classificação legal, técnica e geral bem como a definição das armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos, permitidos ou obsoletos e de valor histórico serão disciplinadas em ato do chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do Comando do Exército. [\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta Lei.

§ 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei.

§ 3º As armas de fogo fabricadas a partir de 1 (um) ano da data de publicação desta Lei conterão dispositivo intrínseco de segurança e de identificação, gravado no corpo da arma, definido pelo regulamento desta Lei, exclusive para os órgãos previstos no art. 6º.

§ 4º As instituições de ensino policial e as guardas municipais referidas nos incisos III e IV do caput do art. 6º desta Lei e no seu § 7º poderão adquirir insumos e máquinas de recarga de munição para o fim exclusivo de suprimento de suas atividades, mediante autorização concedida nos termos definidos em regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores.

Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 1º As armas de fogo encaminhadas ao Comando do Exército que receberem parecer favorável à doação, obedecidos o padrão e a dotação de cada Força Armada ou órgão de segurança pública, atendidos os critérios de prioridade estabelecidos pelo Ministério da Justiça e ouvido o Comando do Exército, serão arroladas em relatório reservado trimestral a ser encaminhado àquelas instituições, abrindo-se-lhes prazo para manifestação de interesse. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 2º O Comando do Exército encaminhará a relação das armas a serem doadas ao juiz competente, que determinará o seu perdimento em favor da instituição beneficiada. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 3º O transporte das armas de fogo doadas será de responsabilidade da instituição beneficiada, que procederá ao seu cadastramento no Sinarm ou no Sigma. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 4º **(VETADO)** [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

§ 5º O Poder Judiciário instituirá instrumentos para o encaminhamento ao Sinarm ou ao Sigma, conforme se trate de arma de uso permitido ou de uso restrito, semestralmente, da relação de armas acauteladas em juízo, mencionando suas características e o local onde se encontram. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

Art. 26. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pelo Comando do Exército.

Art. 27. Caberá ao Comando do Exército autorizar, excepcionalmente, a aquisição de armas de fogo de uso restrito.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às aquisições dos Comandos Militares.

Art. 28. É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II, III, V, VI, VII e X do caput do art. 6º desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

Art. 29. As autorizações de porte de armas de fogo já concedidas expirar-se-ão 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei. [\(Vide Lei nº 10.884, de 2004\)](#)

Parágrafo único. O detentor de autorização com prazo de validade superior a 90 (noventa) dias poderá renová-la, perante a Polícia Federal, nas condições dos arts. 4º, 6º e 10 desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação, sem ônus para o requerente.

Art. 30. Os possuidores e proprietários de arma de fogo de uso permitido ainda não registrada deverão solicitar seu registro até o dia 31 de dezembro de 2008, mediante apresentação de documento de identificação pessoal e comprovante de residência fixa, acompanhados de nota fiscal de compra ou comprovação da origem lícita da posse, pelos meios de prova admitidos em direito, ou declaração firmada na qual constem as características da arma e a sua condição de proprietário, ficando este dispensado do pagamento de taxas e do cumprimento das demais exigências constantes dos incisos I a III do caput do art. 4º desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#) [\(Prorrogação de prazo\)](#)

Parágrafo único. Para fins do cumprimento do disposto no caput deste artigo, o proprietário de arma de fogo poderá obter, no Departamento de Polícia Federal, certificado de registro provisório, expedido na forma do § 4º do art. 5º desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

Art. 31. Os possuidores e proprietários de armas de fogo adquiridas regularmente poderão, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e indenização, nos termos do regulamento desta Lei.

Art. 32. Os possuidores e proprietários de arma de fogo poderão entregá-la, espontaneamente, mediante recibo, e, presumindo-se de boa-fé, serão indenizados, na forma do regulamento, ficando extinta a punibilidade de eventual posse irregular da referida arma. [\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

Parágrafo único. [\(Revogado pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

Art. 33. Será aplicada multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme especificar o regulamento desta Lei:

I – à empresa de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial ou lacustre que deliberadamente, por qualquer meio, faça, promova, facilite ou permita o transporte de arma ou munição sem a devida autorização ou com inobservância das normas de segurança;

II – à empresa de produção ou comércio de armamentos que realize publicidade para venda, estimulando o uso indiscriminado de armas de fogo, exceto nas publicações especializadas.

Art. 34. Os promotores de eventos em locais fechados, com aglomeração superior a 1000 (um mil) pessoas, adotarão, sob pena de responsabilidade, as providências necessárias para evitar o ingresso de pessoas armadas, ressalvados os eventos garantidos pelo inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.

Parágrafo único. As empresas responsáveis pela prestação dos serviços de transporte internacional e interestadual de passageiros adotarão as providências necessárias para evitar o embarque de passageiros armados.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

§ 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 36. É revogada a [Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997](#).

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

José Viegas Filho

Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2003

LEGISLAÇÃO DE INTERESSE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

ANEXO

[\(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008\)](#)

TABELA DE TAXAS

ATO ADMINISTRATIVO	R\$
I - Registro de arma de fogo:	
- até 31 de dezembro de 2008	Gratuito (art. 30)
- a partir de 1º de janeiro de 2009	60,00
II - Renovação do certificado de registro de arma de fogo:	
- até 31 de dezembro de 2008	Gratuito (art. 5º, § 3º)
- a partir de 1º de janeiro de 2009	60,00
III - Registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores	60,00
IV - Renovação do certificado de registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores:	
- até 30 de junho de 2008	30,00
- de 1º de julho de 2008 a 31 de outubro de 2008	45,00
- a partir de 1º de novembro de 2008	60,00
V - Expedição de porte de arma de fogo	1.000,00
VI - Renovação de porte de arma de fogo	1.000,00
VII - Expedição de segunda via de certificado de registro de arma de fogo	60,00
VIII - Expedição de segunda via de porte de arma de fogo	60,00

*

**EXERCÍCIOS COMPLEMENTARES
SOBRE: LÍNGUA PORTUGUESA**

01-) (TRF/4ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) Observam-se corretamente as regras de concordância verbal e nominal em:

a) O desenraizamento, não só entre intelectuais como entre os mais diversos tipos de pessoas, das mais sofisticadas às mais humildes, são cada vez mais comuns nos dias de hoje.

b) A importância de intelectuais como Edward Said e Tony Judt, que não se furtaram ao debate sobre questões polêmicas de seu tempo, não estão apenas nos livros que escreveram.

c) Nada indica que o conflito no Oriente Médio entre árabes e judeus, responsável por tantas mortes e tanto sofrimento, estejam próximos de serem resolvidos ou pelo menos de terem alguma trégua.

d) Intelectuais que têm compromisso apenas com a verdade, ainda que conscientes de que esta é até certo ponto relativa, costumam encontrar muito mais detratores que admiradores.

e) No final do século XX já não se via muitos intelectuais e escritores como Edward Said, que não apenas era notícia pelos livros que publicavam como pelas posições que corajosamente assumiam.

Fiz as correções entre parênteses:

a) O desenraizamento, não só entre intelectuais como entre os mais diversos tipos de pessoas, das mais sofisticadas às mais humildes, são (é) cada vez mais comuns (comum) nos dias de hoje.

b) A importância de intelectuais como Edward Said e Tony Judt, que não se furtaram ao debate sobre questões polêmicas de seu tempo, não estão (está) apenas nos livros que escreveram.

c) Nada indica que o conflito no Oriente Médio entre árabes e judeus, responsável por tantas mortes e tanto sofrimento, estejam (esteja) próximos (próximo) de serem (ser) resolvidos (resolvido) ou pelo menos de terem (ter) alguma trégua.

d) Intelectuais que têm compromisso apenas com a verdade, ainda que conscientes de que esta é até certo ponto relativa, costumam encontrar muito mais detratores que admiradores.

e) No final do século XX já não se via (viam) muitos intelectuais e escritores como Edward Said, que não apenas era (eram) notícia pelos livros que publicavam como pelas posições que corajosamente assumiam.

RESPOSTA: "D".

(TRF/2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012 - ADAPTADO) Atenção: As questões de números 02 e 03 baseiam-se nos Textos I e II, a seguir.

Texto I

**No Pão de Açúcar
De cada dia**

Dai-nos Senhor

A Poesia

De cada dia

(Andrade, Oswald. Pau-Brasil. Obras completas de Oswald de Andrade. São Paulo, Globo, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 63)

Texto II

O texto abaixo reproduz algumas afirmativas do Manifesto Pau-Brasil, que Oswald de Andrade, um dos mentores do movimento modernista brasileiro de 1922, lançou no Correio da Manhã em 18 de março de 1924.

A poesia existe nos fatos. Os casebres de açafraão e de ocre nos verdes da Favela, sob o sol cabralino, são fatos estéticos. O carnaval do Rio é o acontecimento religioso da raça. Pau-Brasil. Wagner submerge ante os cordões de Botafogo. Bárbaro e nosso. A formação étnica rica.

A poesia Pau-Brasil. Ágil e cândida. Como uma criança.

A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos.

Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. Ver com olhos livres.

Temos a base dupla e presente – a floresta e a escola. A raça crédula e dualista e a geometria, a álgebra e a química logo depois da mamadeira e do chá de erva-doce. Um misto de "dorme nenê que o bicho vem pegá" e de equações.

Obuses de elevadores, cubos de arranha-céus e a sábia preguiça solar. A reza. O Carnaval. A energia íntima. O sabiá. A hospitalidade um pouco sensual, amorosa.

(<http://www.lumiarte.com/luardeoutono/oswald/manifpaubr.html> acesso em 11/02/2012)

02-) (TRF/2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) Wagner submerge ante os cordões de Botafogo.

A afirmativa que exprime corretamente, com outras palavras, o sentido original da frase acima é:

(A) Os cordões de Botafogo superam Wagner.

(B) Wagner supera o que se faz nos cordões de Botafogo.

(C) Botafogo, com seus cordões, retoma a superioridade de Wagner.

(D) Diante dos cordões de Botafogo, Wagner será a superação.

(E) Para os cordões de Botafogo, Wagner é superior.

Pela leitura do texto e analisando a afirmativa do enunciado, entende-se que os cordões de Botafogo superam Wagner.

RESPOSTA: "A".

03-) (TRF/2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) ... o tema das mudanças climáticas pressiona os esforços mundiais para reduzir a queima de combustíveis.

A mesma relação entre o verbo grifado e o complemento se reproduz em:

(A) ... a Idade da Pedra não acabou por falta de pedras...

(B) ... o estilo de vida e o modo da produção (...) são os principais responsáveis...

(C) ... que ameaçam a nossa própria existência.

(D) ... e a da China triplicou.

(E) Mas o homem moderno estaria preparado...

O verbo grifado é transitivo direto (pressiona quem? o quê?):

A – acabou – intransitivo

B – são – verbo de ligação

C – ameaçam quem? – transitivo direto

D – triplicou = no contexto: intransitivo

E – estaria – verbo de ligação

RESPOSTA: "C".

04-) (TRF/2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2012) O verbo que, dadas as alterações entre parênteses propostas para o segmento grifado, deverá ser colocado no plural, está em:

(A) Não há dúvida de que o estilo de vida... (dúvidas)

(B) O que não se sabe... (ninguém nas regiões do planeta)

(C) O consumo mundial não dá sinal de trégua... (O consumo mundial de barris de petróleo)

(D) Um aumento elevado no preço do óleo reflete-se no custo da matéria-prima... (Constantes aumentos)

(E) o tema das mudanças climáticas pressiona os esforços mundiais... (a preocupação em torno das mudanças climáticas)

(A) Não há dúvida de que o estilo de vida... (dúvidas) = "há" permaneceria no singular

(B) O que não se sabe ... (ninguém nas regiões do planeta) = "sabe" permaneceria no singular

(C) O consumo mundial não dá sinal de trégua ... (O consumo mundial de barris de petróleo) = "dá" permaneceria no singular

(D) Um aumento elevado no preço do óleo reflete-se no custo da matéria-prima... Constantes aumentos) = "reflete" passaria para "refletem-se"

(E) o tema das mudanças climáticas pressiona os esforços mundiais... (a preocupação em torno das mudanças climáticas) = "pressiona" permaneceria no singular

RESPOSTA: "D".

05-) (TRF/1ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011) "Gosto de Ouro Preto", explicou Elizabeth ao poeta Robert Lowell...

No segmento acima, o verbo "gostar" está empregado exatamente com a mesma regência com que está empregado o verbo da seguinte frase:

(A) Os manifestantes de todas as idades desfilaram pelas ruas da cidade.

(B) Não junte este líquido verde com aquele abrasivo.

(C) A casa pertence aos Nemer desde 1982.

(D) Patrocinou o evento do último sábado.

(E) Encontraram com um comerciante essas anotações.

Regência do verbo "gostar": transitivo indireto.

A – desfilaram – intransitivo

B – junte – transitivo direto

C – pertence – transitivo indireto

D – patrocinou – transitivo direto

E – transitivo direto preposicionado

RESPOSTA: "C".

06-) (TRF/1ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - FCC/2011) As palavras estão corretamente grafadas na seguinte frase:

(A) Que eles viajem sempre é muito bom, mas não é boa a ansiedade com que enfrentam o excesso de passageiros nos aeroportos.

(B) Comete muitos deslises, talvez por sua espontaneidade, mas nada que ponha em cheque sua reputação de pessoa cortês.

(C) Ele era rabugento e tinha ojeriza ao hábito do sócio de descansar após o almoço sob a frondosa árvore do pátio.

(D) Não sei se isso influe, mas a persistência dessa mágoa pode estar sendo o grande impecilho na superação dessa sua crise.

(E) O diretor exitou ao aprovar a retenção dessa alta quantia, mas não quiz ser taxado de conivente na concessão de privilégios ilegítimos.

Fiz a correção entre parênteses:

(A) Que eles viajem sempre é muito bom, mas não é boa a ansiedade com que enfrentam o excesso de passageiros nos aeroportos.

(B) Comete muitos deslises (deslizes), talvez por sua espontaneidade, mas nada que ponha em cheque (xeque) sua reputação de pessoa cortês.

(C) Ele era rabugento e tinha ojeriza ao hábito do sócio de descansar (descansar) após o almoço sob a frondosa (frondosa) árvore do pátio.

(D) Não sei se isso influe (influi), mas a persistência dessa mágoa pode estar sendo o grande impecilho (empecilho) na superação dessa sua crise.

(E) O diretor exitou (hesitou) ao aprovar a retenção dessa alta quantia, mas não quiz (quis) ser taxado de conivente na concessão de privilégios ilegítimos.

RESPOSTA: "A".

07-) (TRF/4ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2010) A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes no segmento, está INCORRETA em:

a) continua a provocar irritação = continua a provocá-la.

b) a constituir um deslocamento = a lhe constituir.

c) batalhar [...] contra a leucemia = batalhar contra ela.

d) que treinavam a elite = que a treinavam.

e) gerou uma subdisciplina acadêmica = gerou-a.

a) continua a provocar irritação = continua a provocá-la.

b) a constituir um deslocamento = a lhe constituir. = constituí-lo

c) batalhar [...] contra a leucemia = batalhar contra ela.

d) que treinavam a elite = que a treinavam.

e) gerou uma subdisciplina acadêmica = gerou-a.

RESPOSTA: "B".

08-) (CETESB/SP – ESCRITURÁRIO - VUNESP/2013) Assinale a alternativa em que a concordância das formas verbais destacadas está de acordo com a norma-padrão da língua.

(A) Fazem dez anos que deixei de trabalhar em higienização subterrânea.

(B) Ainda existe muitas pessoas que discriminam os trabalhadores da área de limpeza.

(C) No trabalho em meio a tanta sujeira, havia altos riscos de se contrair alguma doença.

(D) Eu passava a manhã no subterrâneo: quando era sete da manhã, eu já estava fazendo meu serviço.

(E) As companhias de limpeza, apenas recentemente, começou a adotar medidas mais rigorosas para a proteção de seus funcionários.

Fiz as correções:

(A) Fazem dez anos = faz (sentido de tempo = singular)

(B) Ainda existe muitas pessoas = existem

(C) No trabalho em meio a tanta sujeira, havia altos riscos

(D) Eu passava a manhã no subterrâneo: quando era sete da manhã = eram

(E) As companhias de limpeza, apenas recentemente, começou = começaram

RESPOSTA: "C".

09-) (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – ALUNO SOLDADO COMBATENTE – FUNCAB/2012) Apenas uma das opções abaixo está correta quanto à concordância nominal. Aponte-a.

A) O Brasil apresenta bastante problemas sociais.

B) A situação ficou meia complicada depois das mudanças.

C) É necessário segurança para se viver bem.

D) Esses cidadãos estão quite com suas obrigações.

E) Os soldados permaneceram alertas durante a manifestação.

Fiz as correções:

A) O Brasil apresenta bastante = bastantes.

B) A situação ficou meia = meio

C) É necessário segurança para se viver bem.

D) Esses cidadãos estão quite = quites

E) Os soldados permaneceram alertas = alerta

RESPOSTA: "C".

10-) (TJ/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA – VUNESP/2010) Assinale a alternativa em que a frase – É ela que faz o interlocutor se emocionar... – está corretamente reescrita, tendo um pronome assumindo as mesmas relações de sentido expressas pela expressão destacada, de acordo com a norma-padrão.

(A) É ela que emociona-o.

(B) É ela que o emociona.

(C) É ela que emociona-lhe.

(D) É ela que emociona ele.

(E) É ela que ele emociona.

Como temos a presença do "que" (independente de sua função), devemos usar a próclise: É ela que o emociona.

RESPOSTA: "B".

11-) (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI/RJ – ORIENTADOR PEDAGÓGICO - FUNDAÇÃO BENJAMIN CONSTANT/2013) Assinale o item em que a vírgula foi usada para isolar o aposto.

(A) Ele já morou em Natal, em Fortaleza, em São Paulo.

(B) Os dois rapazes, Rodrigo e Paulo, eram primos.

(C) Com muito cuidado, a advogada analisou o documento.

(D) A igreja era pequena e pobre. Os altares, humildes.

(E) Você ainda não sabe, mocinha vaidosa, que a vida é difícil.

(A) Ele já morou em Natal, em Fortaleza, em São Paulo. = enumeração

(B) Os dois rapazes, Rodrigo e Paulo, eram primos. = explicação de um termo anterior (aposto)

(C) Com muito cuidado, a advogada analisou o documento. = advérbio

(D) A igreja era pequena e pobre. Os altares, humildes. = zeugma

(E) Você ainda não sabe, mocinha vaidosa, que a vida é difícil. = vocativo

RESPOSTA: "B".

12-) (BANCO DO BRASIL – MÉDICO DO TRABALHO – FCC/2012) Atente para as seguintes frases:

I. *Quem nos ensina a olhar são os pintores e fotógrafos, que andam em volta dos objetos à procura de novos ângulos.*

II. *Felizes as pessoas que, todos os dias, sabem encontrar companhia em tudo o que as cerca.*

III. *Em silêncio, nos oferecerão sua muda companhia.*

A supressão da(s) vírgula(s) acarretará mudança de sentido para o que está APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) III.

I. Quem nos ensina a olhar são **os pintores e fotógrafos que** andam em volta dos objetos à procura de novos ângulos. = agora teremos uma restrição (adjetiva restritiva)

II. Felizes as pessoas **que todos os dias sabem** encontrar companhia em tudo o que as cerca. = facultativo o uso da vírgula (advérbio)

III. Em silêncio, nos oferecerão sua muda companhia. = facultativo o uso da vírgula (advérbio)

RESPOSTA: "A".

13-) (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – ALUNO SOLDADO COMBATENTE – FUNCAB/2012) Apenas uma das frases abaixo foge à norma culta no que se refere à colocação pronominal. Aponte-a.

- A) Enviar-lhe-ei por Sedex os documentos solicitados.
- B) Quem se candidataria à prefeito nesse momento?
- C) O jogo que realiza-se hoje contará com a presença de políticos eminentes.
- D) Viu-se obrigado a tomar uma atitude que não desejava.
- E) Realizar-se-á uma nova eleição.

A) Enviar-lhe-ei por Sedex os documentos solicitados. = correta

B) Quem se candidataria à prefeito nesse momento? = correta

C) O jogo que realiza-se = o jogo que se realiza

D) Viu-se obrigado a tomar uma atitude que não desejava. = correta

E) Realizar-se-á uma nova eleição. = correta

RESPOSTA: "C".

14-) (BANCO DO BRASIL – MÉDICO DO TRABALHO – FCC/2012) *Ficava difícil se apoiar em algum chavão.*

O período acima passa de composto a simples caso se substitua o elemento sublinhado por

- (A) para algum chavão apoiá-lo.
- (B) que algum chavão o apoiasse.
- (C) apoiá-lo em algum chavão.
- (D) algum chavão vir a apoiá-lo.
- (E) o apoio em algum chavão.

Para que tenhamos um período simples é necessária a presença de um único verbo. Fazendo a alteração e mantendo o sentido da frase inicial, a alternativa "o apoio em algum chavão" é a que está escrita de maneira correta.

RESPOSTA: "E".

15-) (SEE/SP – PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA II E PROFESSOR II – LÍNGUA PORTUGUESA - FCC/2011) *...permite que os criadores tomem atitudes quando a proliferação de algas tóxicas ameaça os peixes.*

A transposição para a voz passiva da oração grifada acima teria, de acordo com a norma culta, como forma verbal resultante:

- (A) ameaçavam.
- (B) foram ameaçadas.
- (C) ameaçarem.
- (D) estiver sendo ameaçada.
- (E) forem ameaçados.

Quando a proliferação ameaça os peixes = voz ativa

Quando os peixes forem ameaçados pela proliferação... = voz passiva

RESPOSTA: "E".

16-) (COPERGÁS - TÉCNICO OPERACIONAL MECÂNICO - FCC/2011 - ADAPTADA)

... para desovar e criar seus filhotes até que sejam capazes de seguir para o oceano.

O verbo que se encontra conjugado nos mesmos tempo e modo que o grifado na frase acima está em:

- (A) ... *espaços que misturam água do mar e de rios em meio a árvores de raízes expostas.*
- (B) ... *que ela prejudique ainda mais a vida dos peixes e das pessoas.*
- (C) ... *Mario Barletta, que, com seu grupo, percorre os estuários da América do Sul.*
- (D) ... *que várias espécies de peixes precisam de redutos distintos no mangue ...*
- (E) ... *uma equipe da Universidade Federal de Pernambuco verificou que várias espécies de peixes ...*

(C) ... Mario Barletta, que, com seu grupo, percorre os estuários da América do Sul.

(D) ... que várias espécies de peixes precisam de redutos distintos no mangue ...

(E) ... uma equipe da Universidade Federal de Pernambuco verificou que várias espécies de peixes ...

"Sejam" está no presente do Subjuntivo.

(A) ... espaços que misturam = presente do Indicativo

(B) ... que ela prejudique = presente do Subjuntivo

(C) ... Mario Barletta, que, com seu grupo, percorre = presente do Indicativo

(D) ... que várias espécies de peixes precisam = presente do Indicativo

(E) ... uma equipe da Universidade Federal de Pernambuco verificou = pretérito perfeito do Indicativo

RESPOSTA: "B".

CIÊNCIAS HUMANAS

1 O Brasil político: nação e território.	01
1.1 Organização do Estado Brasileiro.	05
1.2 A divisão inter-regional do trabalho e da produção no Brasil.	10
1.3 A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles.	18
2 A evolução da estrutura fundiária e problemas demográficos no campo.	25
3 Os movimentos migratórios internos.	32
4 Integração entre indústria e estrutura urbana, rede de transportes e setor agrícola no Brasil.	37
5 O Brasil e a questão cultural.	41
6 A integração do Brasil ao processo de internacionalização da economia.	43
7 O século XX: urbanização da sociedade e a cultura de massas.	45
8 O mundo contemporâneo e as sociedades atuais (pós-1945).	49
9 Guerra Fria e descolonização.	51
10 Globalização e fragmentação em relação à nova ordem mundial.	60
11 Caracterização geral dos sistemas político-econômicos contemporâneos e suas áreas de influência e disputa.	63
12 Movimentos migratórios internacionais e crescimento demográfico.	66
13 O Oriente Médio e a questão islâmica.	69
14 As sociedades contemporâneas.	73

PROF. JAQUELINE LIMA DOS SANTOS

Pós Graduada em Nutrição Esportiva- Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu - Presidente Prudente-SP- turma de 2016 Artigo Publicado- Revisão Crítica da Terapia Nutricional na anorexia nervosa na fase da adolescência- Revista Conexão Saúde da Fibe (Faculdades Integradas de Bauru- SP)- 2014 Bacharel em Nutrição- Faculdades Esefap/Uniesp- Tupã- SP- turma de 2010

1 O BRASIL POLÍTICO: NAÇÃO E TERRITÓRIO.

O Brasil é um país autônomo e independente politicamente, possui um território dividido em estados, que nesse caso são vinte seis, além do distrito federal que representa uma unidade da federação que foi instituída com intuito de abrigar a capital do Brasil e também a sede do Governo Federal.

Foram vários os motivos que levaram o Brasil a realizar uma divisão interna do território, dentre eles os fundamentais foram os fatores históricos e político-administrativos. Esse processo teve início ainda no período colonial, momento esse que o Brasil estava dividido em capitânias hereditárias, dessa forma estados como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte são derivados de antigas capitânias estabelecidas no passado momento no qual vigorava esse tipo de divisão.

Um dos motivos que favorece a divisão interna do país é quanto ao controle administrativo do território, no qual subdivide as responsabilidades de fiscalizar em partes menores, uma vez que grandes extensões territoriais sem ocupação e ausência de estado podem provocar uma série de problemas, inclusive de perda de territórios para países vizinhos.

No fim do século XIX praticamente todos os estados já estavam com suas respectivas configurações atuais, porém alguns estados surgiram posteriormente, como o Mato Grosso do Sul (1977) e o Tocantins (1988), provocando uma remodelagem na configuração cartográfica e administrativa interna do país.

Estados significam unidades da federação brasileira. O Brasil possui leis próprias, pois está organizado politicamente e detém total autonomia. As leis são criadas em nível federal e são soberanas, no entanto, estados e municípios possuem leis próprias, mas que são subordinadas às leis nacionais, no caso, a Constituição Federal. Além da divisão em federações existem um dentro dos estados, a regionalização em município, que possui leis particulares que são submissas às leis federais, essa regionalização ainda pode ser dividida em distritos.

O Brasil possui 27 Unidades de Federação, sendo 26 Estados e 1 Distrito Federal. Os Estados são as maiores unidades de hierarquia organizacional político-administrativas do país, sendo chefiadas por um Governador, que possui o poder executivo nesses Estados. As localidades chamadas de Capital são onde se encontram as sedes de Governo, geralmente um município dentro do Estado onde haverá um maior desenvolvimento econômico devido o fluxo de importância política que o mesmo possui. Os Estados podem se

desmembrar, anexar-se a outros, formarem novos Estados, sendo feito de forma aprovada pela sua população, através de plebiscitos constitucionais, como foi visto no passado do Brasil, ocasionando no surgimento de novos Estados até possuir o formato que é visto hoje.

O Distrito Federal é onde se encontra a sede do governo brasileiro, no qual estão concentrados os três poderes federais (Executivo, Judiciário e Legislativo), localizado em Brasília, no Estado de Goiás, é o único município do Brasil a ser administrado por um Governador. É no Distrito Federal que está a Capital do país, daí sua importância política para o país, e sua administração ser realizada por um governador.

Os municípios são unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do país, chefiados pelos Prefeitos, que exercem o poder executivo dessas unidades. Hoje os municípios do Brasil estão divididos em 5.561 unidades. Dentro dos municípios podem ser encontrados alguns distritos, que são unidades administrativas dos mesmos. Os municípios pertencem aos Estados, e podem ser classificados como urbanos ou rurais, de acordo com a moradia de sua população, ou seja, se a maior parte da população de um município vive na cidade (área urbana) ele é considerado urbano, se a maior parte de sua população viver no campo (área rural) ele é considerado rural. Há municípios totalmente urbanos e municípios totalmente rurais no Brasil.

As Divisões Político-Administrativas do país são feitas a modo de uma melhor gestão política do território nacional, tanto para gerenciar as economias quanto para ministrar as populações. É o Governo Federal o responsável por repassar as verbas públicas para os Estados e Municípios. Texto adaptado de SAMPAIO. F. D. S

Nação e território.

O XIX foi o século de efervescência nacionalista na Europa, marcado pela implantação das instituições da Revolução Francesa e pelo desenvolvimento das forças produtivas via Revolução Industrial inglesa. A ruptura com o processo colonial no Novo Mundo se deriva dessas emanções dessas revoluções européias. Surge uma coleção de nações com variados processos genéticos e padrões de construção diferenciados. A combinação virtuosa das duas revoluções prospera pela união das treze colônias que origina os Estados Unidos da América do Norte.

A transumância européia ocupa terra dos índios e forma propriedades agrícolas familiares. A escassez relativa de mão-de-obra faz surgir um mercado de trabalho que valoriza salários. Após a Guerra Civil, os Estados Unidos consolidam um mercado interno dinâmico, que integra agropecuária e industrialização. Pouco depois, é sucedido pelo Haiti, que se torna independente após uma revolta escrava e um longo conflito com forças francesas. Bolívar é um revolucionário sintonizado com seu tempo histórico: sonha com uma república hispano-americana que solde os antigos vice-reinados. Afirmou, premonitivamente, que somente com essa união a América Latina poderia conviver em equilíbrio geopolítico com a América anglo-saxônica. Contudo, seu sonho de uma república hispano-americana é destruído pelas forças centrífugas localistas herdadas do período colonial. A América Latina dará origem a uma fragmentação com formas políticas quase todas precárias. Os conflitos locais, potencializados

pelas fragilidades institucionais herdadas de Espanha, não estabeleceram condições para a pronta constituição dos Estados Nacionais hispano-americanos. Em alguns casos, houve desorganização e longas disputas intercaudilhos. Foi demorada e marcada por retrocessos a formação do arcabouço dos Estados; diversas disputas fronteiriças se desdobraram em guerras entre essas nações em formação. O Novo Mundo fornece ao observador uma variedade de nacionalismos e especificidades nacionais cuja trajetória repele generalizações. A formação da nação brasileira tem um curso político radicalmente distinto das hispano-americanas. Igualmente, deriva de circunstâncias engendradas pela onda revolucionária europeia, porém é uma réplica lusitana inteiramente divorciada da retórica iluminista e da ideologia republicana. O império nacional brasileiro não permite a fragmentação da América lusa. Não incorpora o conteúdo, quer da industrialização, quer da modelização institucional, daquelas duas revoluções. O ideal republicano não prospera em meio século e somente se explicita com o Manifesto Republicano de 1871.

O Brasil independente preserva e revigora o instituto da escravidão e instala uma monarquia encabeçada pelo herdeiro da Coroa lusitana. A construção da nação, como um sistema aberto, é infensa a casualidades lineares, porém prenhe de anedotas históricas. Qualquer ensaio sobre esse tema é minado por limitações e não mapeia todas as circunstâncias interferentes. Mesmo com insuficiência de informação, o registro do processo singular que conduz à de formação da nação histórica é preliminar imprescindível para seu entendimento. A nação é acontecimento e o Estado Nacional, seu demiurgo. Os nacionalismos podem preceder, como discurso propiciatório, ou podem se suceder à formação da nação. O Estado Nacional pode ser pensado como um devir, como a efetivação de Estados potenciais ou latentes, de algo herdado do passado e afetado por circunstâncias presentes. O interesse deve estar no escrutínio do acontecimento e não na busca estéril de uma essência nacional. O Estado Nacional é quem condensa, explicita e formata a nacionalidade brasileira, não sendo, nesse articular, uma originalidade. O traço específico é não tratar do povo. Sob esses ângulos, a experiência brasileira fornece um exemplo pedagógico, pois entre a institucionalização do Estado Nacional e o delineamento da nação como território e povo, transcorreu-se quase um século. Pensar esse longo processo exige explicitar múltiplas linhas de influência, cujo embrião se desenvolve a partir da transferência da Corte e da preservação da mão-de-obra escrava, e cuja preliminar de nação apenas ocorre após a Proclamação da República. Nesse intervalo, são plasmadas as trajetórias socioeconômicas que formatarão o Brasil-nação e que subsistem até os dias atuais.

A nação, desde o início, se pretende eterna. Contudo, tem configurações e conteúdos variados no curso da história, que vão desde óbvias mutações territoriais ao desenvolvimento de seu povo. O sentimento de pertinência à nação varia e se torna, progressivamente, complexo. São interativas a percepção da nacionalidade, a exposição do orgulho nacional e a auto-estima do cidadão. Isso torna difícil falar de nacionalismo no singular. O escravagismo, uma forma colonial, fornece a base social e preside a dinâmica da economia cafeeira. A manutenção intacta do patrimônio das oligarquias fundamenta a montagem do café e a ocupação territorial da província fluminense. Foi a partir do Rio de Janeiro, como

pólo urbano, e da soldagem com o sistema mercantil que o café, em rápida expansão, integra significativamente o Brasil à divisão de trabalho mundial. Esse sucesso permite à elite política imperial anular a tendência centrífuga-separatista e consolidar a unidade territorial, em contraste com a fragmentação hispano-americana. É necessário sublinhar que o café foi um produto inexpressivo no comércio mercantilista colonial; seu mercado foi construído após a Revolução Industrial e a partir da produção cafeeira do Império brasileiro; não foi o resultado de práticas liberais ou liberalizantes.

Com a lente da boa vontade, um pesquisador pode encontrar verbos de um ou outro personagem e fragmentos periféricos de algum episódio que se articulem com o discurso do livre-câmbio. É comum a valorização liberal da Abertura dos Portos às Nações Amigas, que teria sido a fórmula modernizante que o visconde de Cairu sugeriu ao monarca português. Contudo, esse episódio tem uma inequívoca matriz geopolítica de subordinação à Inglaterra, que havia propiciado o deslocamento de D. João VI para o Brasil; em simultâneo, ficou mantido o tráfico escravagista no Atlântico Sul, o que permitiu a preservação, intacta, da estrutura patrimonial e social da América portuguesa. A sobrevida da escravidão faz do Império brasileiro um exemplo de alquimia conservadora, que preserva o passado e o imuniza a rupturas por quase um século. Para situar a formação inicial do Estado brasileiro, é necessário retroceder os ponteiros do relógio para o século XVIII.

A conquista do Eldorado pelo lusitano foi adiada, em relação à Espanha, por dois séculos. Os hispânicos se apropriaram da prata e do ouro dos impérios pré-colombianos e, em duas ou três décadas, já detinham Potosi, no altiplano boliviano, e as minas de Guanajuato, no México. Na América portuguesa, somente ao alvorecer do século XVIII serão mapeadas as jazidas de ouro do Brasil central. A busca e identificação de novas jazidas completam a negação das Tordesilhas e estabelecem o perímetro territorial de um Brasil gigante. A economia do ouro fará a ligação do interior do Brasil com a costa atlântica, especialmente pelo Rio de Janeiro; com o estuário do Rio da Prata, pela Bacia do Uruguai-Paraguai; com o Nordeste, pelo Vale do Rio São Francisco e com Salvador, pelo roteiro do Paraguai. O ouro somente manteve isolada a calha amazônica. Ao longo do século XVIII, o epicentro econômico do reino lusitano se deslocou e foi confirmado no Brasil. No Novo Mundo, a colônia lusa prosperou sem interrupção, enquanto Portugal estagnou e retrocedeu economicamente.

A corrida para o ouro das Geraes, naquele século, atraiu mais de seiscentos mil portugueses, predominantemente do gênero masculino. A escassez de mulheres estimula a mestiçagem com a índia e com a africana, em grande escala. Houve o despovoamento e a destruição da base produtiva portuguesa; afinal, Portugal não chegava a ter dois milhões de habitantes. Seu abastecimento urbano sempre dependeu do "trigo do mar" e da proteína do bacalhau, porém sua agricultura produzia algum alimento. A sangria de mão-de-obra para a colônia desarticulou a agropecuária portuguesa. O ouro do Brasil, tanto o captado fiscalmente quanto aquele transferido por retornados, sustentou o brilho e as obras improdutivas da Coroa, um enorme séquito de estipendiados e deu base ao abastecimento alimentar e manufatureiro do consumidor português, via importações saldadas com remessa de ouro colonial para o exterior.

Portugal, a partir de então, pouco produziu, à exceção de vinho, azeite de oliva e sal. A tentativa pombalina de promover o desenvolvimento manufatureiro e restaurar o comércio a partir das “drogas do sertão” ou seja, de extrativismo vegetal da Amazônia – fracassou. Portugal, no século XIX, mergulhou em um longo período de estagnação; a má assimilação do ouro do Brasil envenenou Portugal. Em contrapartida, o ouro fecundou a América portuguesa. Permitiu decuplicar a população colonial, pois, além do fluxo migratório lusitano, foi “importado” mais de um milhão de africanos, como escravos, para as Geraes. Surgiu uma rede de cidades no interior brasileiro. Vila Rica de Ouro Preto, nascida de garimpos, tinha, em meados do século XVIII, sessenta mil habitantes e uma completa infra-estrutura urbana, era sede de uma comarca com duzentos mil habitantes. Esse prodígio demográfico pode ser contrastado com Londres, que à época tinha aproximadamente a mesma população.

A Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro se consolidou como sede administrativa colonial de controle do ouro, principal porto importador de escravos e mercadorias, e se articulou com a sucessão de portos da costa brasileira. A extração de ouro em pó foi, simultaneamente, emissão monetária e demanda por escravos, alimentos, animais de trabalho, tecidos e manufaturas. Em busca de alimentos, a economia do ouro soldou e dinamizou diversas regiões da colônia. Inicialmente obteve gado em pé, do sertão nordestino e dos campos do Sul. Estimulou importantes criatórios de eqüinos para a logística colonial; ampliou a produção de farinha, aguardente, açúcar e carne desidratada para o mercado interno. O ouro integrou, pelo mercado interno, o espaço colonial e distribuiu suas benesses. O capital mercantil, alicerçado no tráfico de escravos, ganhou porte. Sediado no Rio e em outras cidades portuárias coloniais, deu origem a “grandes” empresas de capital mercantil.

Os glóbulos de capital colonial, pelo tráfico, se converteram, progressivamente, em dominantes no comércio de fumo, açúcar e cachaça. Pelo sistema logístico de navegação costeira trouxeram, do Sul e do Nordeste brasileiros, charque e alimentos para as minas. O comércio de escravos e todas essas mercadorias complementares foi chamado de “grande aventura”; estendeu suas operações para a Europa e a Ásia, negociando bens de luxo (entre eles, porcelana e tecidos), metais e armamentos necessários para o escambo com os fornecedores africanos de escravos. Esse grande comércio construiu e operou barcos, fundou e geriu companhias de seguros, realizou embarques compartilhados etc. Foi o estuário e o impulsor de uma vasta rede interna de comércio. Ao longo dessa rede, o ouro da colônia se acumulou, notadamente em suas grandes organizações. Certamente foram significativas as saídas de ouro brasileiro. O grande comércio, dispondo de açúcar e tabaco, pôde manter trocas equilibradas com a metrópole e não foi porta de saída de ouro do Brasil. É necessário sublinhar que parcela expressiva do ouro permaneceu na colônia, quer entesourada como reserva de valor quer como moeda do sistema liderado por esse comércio; foi o lastro de um peculiar sistema monetário e creditício que forneceu a base para o Brasil, como Estado Nacional Imperial, desenvolver a economia do café.

A crescente oferta brasileira de café a preços reduzidos criou o mercado mundial para esse produto como um bem-salário para as nações em industrialização. Simultaneamente,

ampliou o mercado interno para produtos de outras regiões brasileiras. É sabido que no acordo com os Farroupilhas – principal ameaça separatista – foi decisiva a reserva do recado interno para o charque daquela região. O café não tinha expressão no comércio mundial antes da Revolução Industrial. Em poucas décadas, o Império brasileiro era responsável por mais de 80% da produção de uma mercadoria que, em meados do século XIX, era o quarto produto em importância no comércio internacional. Na economia do café, o produtor, o transportador, o comercializador e o financiador foram nacionais, em contraste com o vinho do Porto, português, dominado por capitais ingleses.

A chave para entender a permanência da instituição escravagista e o sucesso da inserção brasileira no cenário econômico mundial residiu na herança de um sistema monetário creditício nacional, engendrado pela economia do ouro e preservado pela continuidade da extração do metal no século XIX. A formação de um cafezal exige sete anos entre o desmatamento e a primeira safra. O investimento em mão-de-obra escrava e compra de alimentos e ferramentas, antes de qualquer rendimento, exigiu financiamento de longo prazo. Instalar o cafezal é uma complexa decisão microeconômica que se combina, via casa Comissária, com um peculiar sistema mercantil-financeiro. O capitalismo, um sistema aberto e mundial que desloca e repõe seus limites sempre de forma a ampliar-se pragmaticamente, inscreveu a economia brasileira no comércio mundial e deu sobrevida ao estatuto escravagista colonial. O Brasil plasmou uma economia nacional muito antes de ser uma nação. Prescindiu de um discurso nacionalista e pôde manter à sombra a idéia de povo. Na sequência histórica, o Estado brasileiro surge sem ruptura com o passado colonial; é o resultado da transposição oceânica da Coroa portuguesa, impelida pelas Guerras Napoleônicas. Portugal, satélite da hegemonia inglesa, ao se transferir para o Novo Mundo no início do século XIX, constituiu o Rio de Janeiro como sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

Quando Junot invade Portugal, a Coroa, segundo planos longamente amadurecidos, estava preparada para se transferir para o Brasil, sob o amparo da frota inglesa. Foi tão completa a mudança que até mesmo a biblioteca real, com os poucos exemplares da primeira edição de *Os Lusíadas*, veio no bojo das naus. Com o transplante atlântico, a colônia recebeu toda a superestrutura do Estado português tradicional, que se depositou sobre alicerces burocráticos e jurídicos já sedimentados na colônia. O Brasil do século XVIII estava pronto para assumir-se politicamente como epicentro do mundo lusitano, dada a centralidade do ouro. A instalação da Coroa exigiu algumas modificações urbanas. Entre as inovações joaninas, é necessário sublinhar o reforço do papel da polícia no controle da cidade. No Rio, promovido a capital, a Coroa, sua corte e seu funcionalismo estipendiado promovem um choque de gasto público. Consolida-se a cidade como uma praça comercial importante. Dinamicamente, o Rio de D. João VI é a primeira “Brasília” do país. Nesse processo de desenvolvimento urbano, surge uma elite atualizada em consumir e fascinada pelo luxo importado. Como contraponto, surge um povo pobre urbano livre que opera parte dos serviços logísticos e comerciais. As famílias poderosas multiplicam os escravos urbanos domésticos, que convivem em simbiose com esse povo pobre. Complexas re-

lações de clientela e proteção se desenvolvem nesse ambiente urbano. É, definitivamente, encerrada a sangria de ouro pela fiscalidade lusa. São preservados, além da escravidão, o regime de sesmaria para a propriedade da terra e a ligação Igreja-Estado.

O catolicismo permanece religião oficial. A máquina da Igreja, como projeção do Estado, servirá de base, posteriormente, para a transmutação fundiária da terra em registro patrimonial negociável. Em resumo: a Coroa transferida, sedimentada e mais robusta, "recicla" as antigas elites, as incorpora à corte e afasta o risco da ruptura republicana. A transição para Estado Nacional aconteceu quando o herdeiro, seguindo conselho paternal de D. João VI, se recusa a obedecer à ordem das Cortes metropolitanas para retornar a Portugal. Com o "Fico", Pedro I afirmou, com o absoluto de sua autoridade, sua opção por permanecer no melhor território do reino. Foi uma suave transição para Estado Nacional independente: o luso colonial transmutou em brasileiro independente. Não houve, no Brasil, rancor contra a metrópole lusitana. Jamais, no passado, a elite colonial se sentiu excluída ou preterida pela Coroa. Foi prática portuguesa, em importante contraste com a regra hispânica, permitir o ascenso de coloniais na alta burocracia.

Antonio Vieira, Alexandre de Gusmão e José Bonifácio são, entre outros, bons exemplos da mobilidade de coloniais na hierarquia lusitana. Sem descontinuidade, o Brasil independente surgiu sem conflitos e salvo umas insignificantes manifestações sem tensão com os portugueses. Foi o "parto sem dor" de um Estado Nacional. Foi insignificante o ajuste fiscal; desde D. João VI que a Coroa "reciclava" os impostos arrecadados, com o gasto público simétrico na ex-colônia. A continuidade dinástica consolida a permanência, no Brasil, dos lusos enriquecidos, e reconfirma o país como destino principal do imigrante português, o que prevalecerá até os anos 50 do século XX. Tudo se passou como um desquite amigável. É possível uma leitura pela qual a "sessão européia" do Império português tivesse se separado da brasileira. Uma independência sem jorros de sangue ou episódios violentos é responsável pelo inequívoco déficit de heróis da história brasileira. Não foi necessária a explicitação de discurso favorável à secessão da colônia lusitana. Mantida a estrutura social e patrimonial, não houve nenhuma rotação de elites, cujo único temor provinha da Revolta de Santo Domingo, onde os ex-escravos derrotaram as tropas francesas e criaram a primeira república latinoamericana independente. Aqui, desde o início, as elites coloniais optaram por fidelidade ao governante bragantino.

Não prosperou nenhum sistema alternativo de fé ou explicação de mundo. Para a minúscula elite de riqueza e poder, tudo permaneceu o mesmo, com a vantagem de o imperador ser mais facilmente acessível do lado de cá do Atlântico, do que o rei, do outro lado. A sesmaria lusa foi convertida, posteriormente, em propriedade capitalista, pelo registro paroquial. A legitimidade da escravidão foi coberta por um manto de silêncio. Na construção nacional, o tema do povo com plenitude cidadã foi desconhecido. D. Pedro I disse que "tudo faria para o povo, e nada pelo povo". Para a elite imperial, não seria admissível, no Brasil, nem sequer o direito de ir e vir, o que no ultramar foi garantido desde os primeiros tempos de Portugal. O Estado Nacional, no Brasil Império, é o ponto de partida para uma longa marcha. No século XIX

será preservado um território virtual gigantesco, muito maior que o real ocupado. Sem assumir o povo, o Império priorizou o tema da unidade e integridade territorial. O Império deu continuidade à geopolítica portuguesa e concentrou atenção nos estuários. O Brasil nasceu com fronteira viva apenas no estuário do Prata. Nessa região, para preservar a livre navegação da bacia do Prata, o Brasil Império viveu episódios de conflito com os vizinhos; com o Paraguai houve o mais importante. Contudo, para o imaginário do brasileiro, nem os povos platinos e tampouco os paraguaios foram nossos inimigos, mas, sim, o Brasil lutou contra caudilhos e ditadores ambiciosos. Com a separação da Província Cisplatina, originando a nação uruguaia e a clarividência de permitir a livre navegação na calha amazônica, foi possível criar condições para uma suave negociação diplomática de limites quando da República Velha. O nacionalismo brasileiro geopolítico se desenvolveu sem fanfarras nem arrogância.

A mais freqüente e óbvia matriz de nacionalismo surge quando, sendo necessário para o Estado Nacional defender território e povo, é alavancado o temor, ou seja, o nacionalismo surge como escudo, alimenta a sensação de pertinência a um corpo especial, para o popular ameaçado em seus direitos. Isso dá origem a uma cronificação de sentimentos hostis e de rejeição. Isso jamais aconteceu com o Brasil, que se constituiu sem medos ou idiosincrasias. Praticamos uma variante de nacionalismo sem inimigos; que tende a desenvolver lentamente o apego a um território e decantar o orgulho com as características da cultura e qualidades de seu povo. A utopia européia da paz civilizada e civilizatória, inscrita pela Revolução Francesa, foi persistentemente violada por razões de Estado. Todavia, para a construção da identidade brasileira, não tendo havido inimigo, foi possível à cultura política brasileira renunciar desde sempre à xenofobia. O nacionalismo como ideologia, no Brasil, incorporou a virtude de ser pacífico e bom vizinho. Foi fácil creditar essa virtude ao brasileiro. A elite imperial sempre declamou a estabilidade política do Brasil em contraste com a difícil trajetória das protonações hispano-americanas, povoadas por caudilhos e sangrentos episódios internos. A Guerra da Secessão da América anglo-saxônica foi lida da mesma maneira.

Toda nação é ideologicamente plasmada por poucas idéias-força. É inspirada por acidente e configurações que, decantados e mitificados, são convertidos em manifestação de qualidades auto-atribuídas. O Brasil não "demonizou" o português; o único suave repúdio foi o desenvolvimento de um anedotário cujo denominador comum é a ingenuidade do luso, o que permite o corolário de exaltar a esperteza do brasileiro como outra qualidade nacional. O Brasil, até meados do século XX, foi o principal destino imigratório do português, e desse país veio para o Brasil o maior contingente de imigrantes. Foi sempre imediata a assimilação do lusitano, com o que foi possível incorporar ao brasileiro, além do ser pacífico, a qualidade de acolhedor. Por sua vez, o ascendente português esteve presente na maioria das famílias brasileiras. Já no século XX, ao repudiar as doutrinas e práticas racistas européias, o Brasil assumiu ser mestiço. A ideologização de uma coexistência sem atritos étnicos conduziu o discurso a agregar às qualidades do brasileiro a de não ter preconceitos. O povo nacional, que minimiza e cancela diferenças religiosas, regionais, culturais, étnicas, é especial nessa dimensão. O orgulho de ser mestiço o leva a perceber o Brasil como

a nação que mistura todos os seus vetores constitutivos e assimila, sem resistências culturais, as contribuições dos outros povos. Culturalmente, o Brasil foi sempre aberto a toda e qualquer contribuição cultural e sua criatividade reside na mistura de estilos. Sem arrogância, assume qualquer criação como derivada de matriz forasteira assimilada. A bossa nova se considera filha do jazz e claramente tem uma musicalidade única. Na gastronomia, o Brasil pratica a metamorfose: o cheeseburger do fast food se converteu no engenhoso em montar e trabalhoso em comer X-Tudo, que incorpora o importado e o transcende. O canibal metamorfoseado do indianismo brasileiro inspirou a idéia de um Brasil canibal, que culturalmente tudo digere, e produz, dinamicamente, sua civilização como resultado do ingerido. A figura de Macunaima, pensada como a entidade brasileira, por Mário de Andrade, resenha e projeta nossa cultura antropofágica.

Ao território irá ser adicionada a visão de povo, com o que se delineia uma idéia de Brasil-nação, que será decantada ao longo do século XX. A sociedade imperial brasileira, na qual a riqueza se expressava pelo número de escravos, não considerava o povo nem sequer como distração. A retórica republicana, antes da Primeira Guerra Mundial, não se desdobrou em políticas públicas de conteúdo social, a não ser que se interprete o Serviço Militar Obrigatório como uma política de formação da cidadania. A autoproclamada democracia minimiza a força popular como detentora de voto, pois, além de excluir o analfabeto, pratica uma sistemática que permitiu a fácil fraude eleitoral para quem controlasse o processo.

Por um caminho intelectual, o Brasil se havia assumido mestiço. Contudo, foi o olhar intelectual, após a decepção com a civilização européia, que percebeu e exaltou a adaptabilidade, o não-preconceito, o sincretismo e a criatividade da formação popular brasileira. Com orgulho, coleta e valoriza a contribuição africana, exalta formas de religiosidade supracatólica e estimula a musicalidade que mesclou melodias e ritmos das mais variadas origens. Assume a presença do açoriano no Maranhão e nas costas de Santa Catarina; valoriza a contribuição alemã, italiana, eslava, japonesa, judia, sírio-libanesa. Ao valorizar, acelera a integração e troca cultural com o que lhes antecedeu.

O Centro de Tradições Gaúchas, nas regiões de pequenas propriedades de procedência de colonos germano-italianos, serve de exemplo. Com o risco de todas as simplificações, é possível afirmar que o brasileiro sempre relativiza a história oficial, sendo baixa sua presença no imaginário brasileiro. Em contrapartida, os tipos populares são sempre presentes; o jangadeiro, o sertanejo, o caboclo, o gaúcho, o preto velho, o cangaceiro, a mulata, a garota de Ipanema, o malandro etc. O descendente de italiano é desde o meridional europeu pobre da fazenda de café até o pequeno produtor familiar de vinho nos vales do Rio Grande do Sul; o sírio-libanês se converte no "turquinho" do interior; o japonês é o "japa"; o português, o "portuga" etc. Essas figuras são conhecidas e cultivadas, preferencialmente aos heróis e às personalidades da história oficial. A paixão pelo futebol, esporte que socializa a infância brasileira, cria heróis nacionais; o grande jogador recolhe carinho e admiração irrestrita que superam os fundadores da nação. Ao esquadriñar a cultura popular, fica claro que no Brasil se incorpora sem resistência, mas há uma recusa a descartar. O traço dominante dessa cultura é a facilidade de

incorporar sem renunciar ao passado. Como o processo histórico brasileiro não incorporou, em sua plenitude, a maioria do povo brasileiro à modernidade econômica e à plenitude cidadã, é um ato de sabedoria existencial incorporar a novidade e é temerário renunciar ao que sabe ou possui. Texto adaptado de LESSA. C

1.1 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.

A Constituição Federal trata da organização do Estado brasileiro a partir do seu artigo 18, onde dispõe que "a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição."

Nos quatro parágrafos do artigo supracitado, a Constituição vai dispor sobre os territórios federais, dizendo que estes integram a União, e irá tratar também da incorporação, subdivisão, fusão e desmembramento de Estados e Municípios.

Estas disposições constitucionais tratam da base da organização do Estado brasileiro e o caput do artigo 18 da CF, revelando o tipo de estrutura que os legisladores constituintes elegeram para o nosso Estado: a Federação.

O conceito de Estado

Antes de adentrarmos no estudo da Federação, necessário é buscarmos o conceito de Estado, uma vez que aquela pressupõe a existência deste. Assim, segundo Celso Ribeiro Bastos, "Estado é a organização juridicamente soberana de um povo em um dado território"

Tendo à frente essa conceituação de Estado, mencionaremos agora as diversas formas pelas quais este se organiza e se estrutura. Há três regimes jurídicos distintos em que o Estado pode se configurar e se manifestar, resultando em diferentes formas de Estado, formas de governo e sistemas de governo.

Formas de Estado

As formas de Estado, que são as maneiras pelas quais este se estrutura dentro de seu território, com relação a sua descentralização político-administrativa, ensejariam a ocorrência de um Estado Unitário ou de um Estado Composto, sendo que neste último gênero se insere a espécie denominada de Estado Federal. Este último é que examinaremos logo adiante com maior riqueza de detalhes.

Formas de Governo

A Monarquia, oriunda do vocábulo grego monarchia, governo de um só, apresenta como elementos caracterizadores a vitaliciedade, a hereditariedade e a irresponsabilidade do Chefe de Estado, podendo ser absoluta ou relativa. Na primeira o poder está totalmente em mãos de um único governante, enquanto que na segunda há uma limitação do governante em face da existência de um texto constitucio-

nal que deve ser por ele obedecido. Esta última é também denominada de Monarquia Constitucional e encontra existência, por exemplo, no Japão, na Espanha, na Grã-Bretanha, e, ainda, existiu em nosso país na época do Brasil-Império. A República, da expressão em latim *res publica* (coisa pública), por sua vez, representa forma de governo bastante diferente da Monarquia, uma vez que é a verdadeira expressão do governo do povo, pelo povo e para o povo, caracterizando-se pela eletividade dos seus governantes, pela temporariedade de mandatos e responsabilidade do Chefe de Estado. Temos inúmeros exemplos de governos republicanos, tais como o Brasil, os Estados Unidos, a Alemanha etc.

Sistemas de governo

E, ainda, temos os sistemas de governo, que seriam os regimes estabelecidos para os relacionamentos entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, podendo ser o sistema presidencialista (exemplo: Brasil) ou o parlamentarista (exemplo: Portugal). No presidencialismo os poderes Executivo e Legislativo são independentes. O Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo. Ele é eleito pelo povo, direta ou indiretamente, por tempo determinado, não havendo possibilidade de destituição pelo Parlamento, a não ser em raras situações que possam culminar com um processo de impeachment. Já no Parlamentarismo há uma interdependência entre os poderes Legislativo e Executivo, onde a chefia de Estado é exercida pelo Presidente (na República) ou pelo Monarca (na Monarquia) e a chefia de governo é exercida pelo Primeiro Ministro. Este último não possui mandato por prazo certo, podendo ser destituído a qualquer tempo quando não mais gozar do apoio do Parlamento ou pela aprovação de moção de desconfiança. Neste sistema, há ainda a possibilidade de dissolução do Parlamento pelo chefe de Estado, com a convocação de novas eleições.

SISTEMA POLITICO – Democracia ou autocracia

O conceito de Estado Unitário

O Estado Unitário é caracterizado pela centralização do poder, pela existência de uma única unidade de emanção de poder político interno. A produção legislativa fica a cargo de um único poder central, com aplicação sobre todo o território nacional.

O conceito de Estado Federal

A Federação, que merecerá agora a maior parte da nossa atenção, é subespécie do Estado composto ou complexo, do qual fazem parte também a União pessoal (união de dois ou mais Estados sob o governo de um único monarca), a União Real (união de dois ou mais Estados sob a regência do mesmo monarca, mas cada reino mantendo a sua organização interna) e a Confederação (união de Estados soberanos, que conservam sua soberania, para consecução de fins comuns). Na Federação há a união de dois ou mais Estados que formam um novo ser estatal, onde este é soberano e aqueles possuem somente autonomia política.

Soberania e autonomia

Distinção entre soberania e autonomia: Um Estado soberano é aquele cujo poder não está limitado pelo Direito. A soberania de um Estado lhe coloca em posição de igualdade com outros Estados no cenário internacional, e, ao mesmo tempo, em posição de superioridade dentro do seu limite territorial com relação ao demais poderes internos. (Interno e externo)

A autonomia, por seu turno, é aquele conjunto de competências atribuídas a uma pessoa, que pode exercê-las dentro de certos limites. Uma unidade autônoma não é soberana, porque ela é limitada pelo Direito. Ela exerce os seus poderes dentro de uma moldura cujos limites são definidos pela Constituição de um Estado.

Soberania e autonomia

Origem da Federação

A origem da formação do Estado federal deita suas raízes na história da concepção dos Estados Unidos da América. Em 1776, as antigas treze colônias da Inglaterra na América do Norte, ao tornarem-se independentes, resolveram unir esforços para a criação de uma abrangente entidade central que pudesse representá-las e defendê-las em assuntos de interesse comum de todas as colônias, criando assim, em 1778, uma espécie de Confederação de Estados independentes. Esta união foi firmada por um documento denominado de Artigos da Confederação, que entrou em vigor a partir de 1781, cujo texto guardava semelhança com as Constituições dos Estados, as quais já dispunham sobre: separação de poderes, Congresso Bicameral e Declaração de Direitos.

No entanto, a Confederação não teve vida longa. Isto porque o liame que unia os Estados, independentes e soberanos, era muito vulnerável, e o poder central que fora criado não se mostrou capaz de atender os anseios das unidades confederadas, pois a unidade central existente era apenas uma assembléia de representantes dos Estados, sem autoridade sobre os indivíduos de cada Estado e desprovida de soberania.

Assim, em 14 de Maio de 1787, na cidade de Filadélfia, reunidos em uma convenção, para rever o pacto formado entre as antigas colônias, os Estados decidiram aprovar uma nova carta, a Constituição dos Estados Unidos da América.

A Constituição Federal do EUA, então, fixou as bases sobre a qual se assentaria o novo Estado federativo norte-americano, estabelecendo um novo pacto entre os Estados antes soberanos e independentes que, agora, abdicavam desses poderes em prol do novo poder central. Dentro dessa nova união, a Federação, os Estados gozavam somente de autonomia. As entidades que comporiam a Federação norte-americana, portanto, seriam o poder central (a União) e as unidades federadas (os Estados). "A supremacia do poder federal veio com a aceitação pelos Estados da Constituição Federal, impondo a superioridade da União, em face da legislação dos Estados, como também da legislação federal.

Traços comuns das federações

Embora cada Federação, atualmente, tenha as suas próprias características, todas elas, para que assim sejam classificadas, possuem alguns traços comuns, sem os quais o Estado se afastaria do conceito básico de Federação. Luiz Alberto David Araújo organizou, em excelente trabalho doutrinário^[4], esses característicos do Estado federal, procurando demonstrar todos os elementos que deve integrar o conceito genérico de Federação. Estas características comuns, portanto, podem assim ser elencadas:

- (1) a existência de pelo menos duas ordens jurídicas distintas, a central e a periférica;
- (2) autonomia das unidades federadas, revelada pela repartição constitucional de competências;
- (3) rigidez da Constituição Federal;
- (4) indissolubilidade do pacto federativo;
- (5) possibilidade de manifestação de vontade das unidades parciais, de maneira isonômica, por meio de representantes no Senado Federal;
- (6) a existência de um órgão guardião da Constituição;
- (7) possibilidade de intervenção federal nos Estados para a manutenção do pacto federativo.

Examinaremos agora cada uma dessas características:

(1) A co-existência do poder central com vontades parciais autônomas é o cerne do pacto federativo, é o objeto do acordo federalista. A Federação reconhece e pressupõe a convivência dessas distintas esferas de poderes, sem as quais não haveria sentido em se falar em Estado federal, pois aí estaríamos diante de outra forma de Estado.

(2) As unidades federadas devem ter a possibilidade de exercer certas competências com autonomia, ou seja, as vontades parciais devem ter o poder de se auto-organizar, de realizar, de se manifestar livremente sobre certos assuntos, sem a interferência da vontade central. Esta é a parcela de autonomia que, obrigatoriamente, os Estados federados devem possuir para seja caracterizada a Federação. E esta autonomia se verifica pela repartição de competências atribuídas pela Constituição Federal, variando somente o grau ou o critério de descentralização. Não se trata, portanto, de distribuição de competências pelo poder central, mas sim de competências concedidas pela Constituição Federal, para que não haja interferência de uma esfera de poder sobre a outra. Por isto, ainda, tampouco estas competências podem advir de leis ordinárias, para que não possam ser suprimidas ou modificadas ao talante do poder federal, o que quebraria a estabilidade do pacto federativo.

(3) O Estado Federal, necessariamente, possui como documento que o institui e o organiza a Constituição Federal. E esta é imprescindível, uma vez que ela é que determina as bases em que se assenta a Federação. É o acordo de vontades, contrato escrito, que regerá a vida de todas as partes envolvidas no pacto federativo. Desta premissa surge a outra característica comum a todas as federações, qual seja, a rigidez constitucional. Por isto, não basta a existência da Constituição, ela tem que ser rígida, assim conceituada como aquele documento que exige um processo mais solene e dificultoso para a sua alteração do que aquele previsto para as leis infraconstitucionais. Esta rigidez se constitui em garantia do pacto federal, de modo que este restará prote-

gido de uma tentativa de alteração, sem que realmente haja um forte desejo da sociedade nesse sentido. Inclusive, há autores que defendem que esta rigidez deve estar alçada à condição de cláusula pétrea, não podendo a Federação ser abolida em nenhuma hipótese.

(4) A indissolubilidade seria outro elemento sine qua non da Federação, pois a proibição dirigida aos seus membros de dela se retirar é parte intangível, implícita e integrante do pacto federativo. Seria impensável uma Federação em que qualquer um dos seus integrantes pudesse deixá-la a qualquer tempo. As unidades federadas, quando da aquiescência ao pacto federativo, deixam de ter soberania e, por via de consequência, também abdicam do poder de se afastar da Federação. Nisto reside a diferença nuclear entre esta e a Confederação, ou seja, nesta última os Estados ainda reservam para si o direito de secessão, o que não se verifica na federação.

(5) A possibilidade dos Estados membros de participar na formação da vontade central é ínsita ao pacto federal. Quando do nascimento do Estado federativo, os seus membros já exercem esta vontade ao criar o órgão central. Esta característica irá, necessariamente, permear todas as manifestações do governo central. Este age em nome de todos os componentes da federação e, por isto, a sua manifestação se dá com a participação ou aprovação dos Estados membros, que se perfaz com a eleição de representantes perante o Senado Federal. O órgão legislativo federal, portanto, deve contar com representantes do povo (Câmara do Deputados) e com representantes dos Estados (Senado). E esta participação das unidades federadas deve contar com número igual de representantes. Nenhum Estado pode ser privilegiado com mais representantes eleitos do que os outros e nenhum Estado pode ser prejudicado com um menor número deles, para que haja harmonia e equilíbrio no pacto federativo.

(6) Para controlar toda a distribuição de competências federativas e de modo a manter funcionando harmoniosamente a federação, mister se faz a existência de um órgão que dirimirá os conflitos que possam surgir neste relacionamento entre os membros do Estado Federal. Este órgão exercerá função das mais relevantes e por isso deve ser neutro, para que as ordens jurídicas, eventualmente em litígio, possam receber uma solução jurídica imparcial. Este órgão deve pertencer ao Poder Judiciário, posto que este é que enfeixa em suas mãos todas estas propriedades, capazes de estabelecer o equilíbrio desejado para o bom funcionamento do acordo de vontades das entidades federadas. Importante dizer que a atuação do órgão do Judiciário que exercerá esta função deverá basear suas decisões na Constituição Federal, que é o documento onde se encontram as diretrizes para a solução de todo e qualquer conflito federativo.

(7) Por derradeiro, temos outro importante característico comum da Federação, instrumento de defesa do próprio pacto federal em situações de maior gravidade: é o instituto jurídico-constitucional da intervenção federal. Por meio desta ao órgão central federal é permitido intervir em determinado Estado federado, para que sejam combatidas certas condutas ou omissões atentatórias ao pacto federativo. Assim, a União recebe poderes explícitos para agir em nome dos demais Estados e decreta a intervenção federal em um Estado, objetivando fazer cessar uma situação que esteja

ameaçando a Federação. Nesta hipótese, a autonomia do Estado membro fica temporariamente afastada, dando lugar à manifestação de poder da vontade central, até que cesse a situação que ensejou a intervenção. É bom dizer que se trata de situação anormal, rara e sujeita a verificação da ocorrência de diversos requisitos, tudo lastreado nos comandos previstos no Texto Constitucional que disciplinam a matéria.

Repartição constitucional de competências

Competências são os poderes conferidos à determinada pessoa ou entidade pelos quais ela tem a possibilidade de fazer prevalecer a sua vontade ou para realizar suas funções.

A Constituição Federal brasileira adota a técnica de repartição de competências entre as unidades federadas tendo em vista a predominância de interesses, cabendo, assim, à União as competências de caráter geral, aos Estados as de predominate interesse regional, enquanto que aos Municípios caberão as competências referentes aos assuntos de interesse local.

DIREITOS FUNDAMENTAIS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Direitos fundamentais são os considerados indispensáveis à pessoa humana, necessários para assegurar a todos uma existência digna, livre e igual.

A definição desses direitos denominados de fundamentais envolve diferentes aspectos. Numa acepção material, podemos afirmar que eles dizem respeito aos direitos básicos que o indivíduo, natural e universalmente, possui em face do Estado. Depois, em acepção formal, os direitos são considerados fundamentais quando o direito vigente em um país assim os qualifica, normalmente estabelecendo certas garantias para que estes direitos sejam respeitados por todos.

Tendo em vista a profusão de termos utilizados quando se fala sobre direitos fundamentais, causando uma certa confusão de significados, importante se faz apresentar algumas definições nesta seara.

Direitos fundamentais. Como já dissemos, em sua acepção formal, são aqueles direitos básicos do indivíduo e do cidadão, reconhecidos pelo direito positivo do Estado, que exige deste ou uma abstenção ou uma atuação no sentido de garanti-los. No Brasil, essa expressão engloba vários direitos, tais como: os individuais, os coletivos, os difusos, os sociais, os nacionais e os políticos.

Direitos do homem. Seriam os direitos referentes à condição do indivíduo enquanto ser humano, que, portanto, se estendem à toda humanidade, em todos os lugares, sem limitação temporal. Estes direitos se baseariam no conceito de direito natural, os quais não necessitariam de serem criados pelo direito positivo, mas tão somente de serem reconhecidos e declarados, em razão de serem verdadeiros direitos humanos, expressão esta utilizada como sinônima de direitos do homem.

Direitos do cidadão. Esta expressão abarca dois tipos de direitos: os direitos naturais, que seriam aqueles inerentes à própria existência humana; e os direitos civis, que pertencem ao ser humano enquanto participante de uma coletividade social civil.

Direitos políticos. Estes se constituem naqueles direitos decorrentes da cidadania, se subdividindo em direitos políticos positivos e negativos. Os primeiros concedem ao cidadão o poder de participar da vida política do país por meio de diferentes formas: o voto, o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de leis e por meio da propositura de ação popular. Os direitos políticos negativos, por seu turno, permitem ao cidadão se candidatar e ser votado nas eleições para cargos públicos, representando o povo, também conhecidos como direito de elegibilidade.

Não obstante todas essas conceituações, a expressão direitos fundamentais é a mais precisa. Primeiro, pela sua abrangência. O vocábulo direito serve para indicar tanto a situação em que se pretende a defesa do cidadão perante o Estado como os interesses jurídicos de caráter social, político ou difuso protegidos pela Constituição. De outro lado, o termo fundamental destaca a imprescindibilidade desses direitos à condição humana.

A história dos direitos fundamentais está diretamente ligada ao aparecimento do constitucionalismo, no final do século XVIII, que, entretanto, herdou da idade média as idéias de contenção do poder do Estado em favor do cidadão, sendo exemplo mais relevante neste sentido a célebre Magna Carta, escrita na Inglaterra, em 1215, pela qual o Rei João Sem Terra reconhecia alguns direitos dos nobres, limitando o poder do monarca.

Com a Revolução Francesa, em 1789, se acentuaram os movimentos e documentos escritos que buscavam garantir aos cidadãos os seus direitos elementares em face da atuação do poder público. Um dos documentos mais conhecidos neste sentido foi a denominada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, produto daquela revolução ocorrida em território francês.

Pouco antes disso, porém, outro documento entrava para a história, como resultado de outra revolução, a Americana. A Declaração de Virgínia, elaborada em 1776, procurava estabelecer os direitos fundamentais do povo norte-americano, tais como a liberdade, a igualdade, eleição de representantes etc.

Em 1948, logo após a 2ª Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas fazia editar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, estendendo para praticamente todo o mundo o respeito e a proteção aos direitos fundamentais do ser humano.

Paulo Bonavides, comentando sobre a importância das declarações dos direitos do homem, enaltecendo aquela nascida na França, em mais uma lição magistral, ensina que:

“Constatou-se então com irrecusável veracidade que as declarações antecedentes de ingleses e americanos podiam talvez ganhar em concretude, mas perdiam em espaço de abrangência, porquanto se dirigiam a uma camada social privilegiada (os barões feudais), quando muito a um povo ou a uma sociedade que se libertava politicamente, conforme era o caso das antigas colônias americanas, ao passo que a Declaração francesa de 1789 tinha por destinatário o gênero humano. Por isso mesmo, e pelas condições da época, foi a mais abstrata de todas as formulações solenes já feitas acerca da liberdade.

O teor de universalidade da Declaração recebeu, aliás, essa justificativa lapidar de Boutmy: Foi para ensinar o mundo que os franceses escreveram; foi para o proveito e comodidade de seus concidadãos que os americanos redigiram suas Declarações.

As gerações dos direitos fundamentais

O reconhecimento e a proteção dos direitos fundamentais do homem no mundo alcançou o seu estágio atual de uma forma lenta e gradual, passando por várias fases. Estas etapas da evolução desses direitos são chamadas de gerações, pois foram construídas em diferentes momentos históricos.

Essas gerações, numa primeira análise, representariam a conquista pela humanidade de três espécies de direitos fundamentais, amparada nos ideais divulgados especialmente na Revolução Francesa, os quais se resumiam no lema “liberdade, igualdade e fraternidade”. Coincidentemente, cada uma dessas expressões representaria uma geração de direitos a ser conquistada.

A primeira geração dos direitos fundamentais, então, corresponderia àqueles direitos básicos dos indivíduos relacionados a sua liberdade, considerada em seus vários aspectos. Esta geração encerra os postulados dos cidadãos em face da atuação do poder público, buscando controlar e limitar os desmandos do governante, de modo que este respeite as liberdades individuais da pessoa humana. Os direitos relativos a esta primeira geração significariam, portanto, uma limitação do poder público, um não fazer do Estado, uma prestação negativa em relação ao indivíduo.

A segunda geração, por sua vez, fundada no ideário da igualdade, significa uma exigência ao poder público no sentido de que este atue em favor do cidadão, e não mais para deixar de fazer alguma coisa. Esta necessidade de prestação positiva do Estado corresponderia aos chamados direitos sociais dos cidadãos, direitos não mais considerados individualmente, mas sim de caráter econômico e social, com o objetivo de garantir à sociedade melhores condições de vida. Esta geração de direitos guarda estreito vínculo com as condições de trabalho da população, que, com a evolução do capitalismo, se viu necessitada de regular e garantir as novas relações de trabalho, postulando, portanto, salário mínimo digno, limitação das horas de trabalho, aposentadoria, seguro social, férias remuneradas etc.

E, ainda, a terceira geração, que corresponderia ao terceiro elemento preconizado na Revolução Francesa, a fraternidade, representa a evolução dos direitos fundamentais para alcançar e proteger aqueles direitos decorrentes de uma sociedade já modernamente organizada, que se encontra envolvida em relações de diversas naturezas, especialmente aquelas relativas à industrialização e densa urbanização. Nesta situação, outros direitos precisavam ser garantidos, além daqueles normalmente protegidos, uma vez que essas novas relações devem ser consideradas coletivamente. Nesta terceira geração de direitos fundamentais, podemos mencionar: o direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o di-

reito à comunicação, os direitos dos consumidores e vários outros direitos especialmente aqueles relacionados a grupos de pessoas mais vulneráveis (a criança, o idoso, o deficiente físico etc).

Deve ser mencionada, por derradeiro, uma quarta geração de direitos fundamentais, identificada por vários autores, que decorreria da atual globalização desses direitos, tais como a democracia, o direito à informação e ao pluralismo.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Considerando a maneira como os direitos fundamentais nasceram, bem como os valores que busca garantir, eles podem ser analisados sob várias óticas e deles serem extraídas algumas características que lhe são comuns.

As características dos direitos fundamentais podem então ser assim resumidas: historicidade; universalidade; relatividade; e irrenunciabilidade.

1. Historicidade. Os direitos fundamentais são resultados de um longo processo histórico, de uma lenta evolução. Eles não nasceram em uma data específica e nem foram engendrados em um único país, embora alguns momentos da história e certos Estados podem ser mencionados como relevantes e que contribuíram fortemente para a sua origem e seu fortalecimento.

Em verdade, porém, esses direitos do ser humano deitam suas raízes mais longínquas no cristianismo, que contribuiu enormemente para que o homem fosse visto e tratado de forma isonômica, uma vez que a doutrina cristã prega que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, valorizando assim a criação divina e permitindo-lhe que adquirisse respeito e fosse tratado de forma digna.

Nessa evolução histórica, vieram as várias declarações de direitos do homem, como as já mencionadas Magna Charta Libertatum (1215), a Declaração americana (1776), a francesa (1789), e a Declaração da ONU (1948), que, certamente, influenciaram o surgimento das proteções jurídicas dos direitos fundamentais em outros países.

E essa evolução ainda se encontra em andamento, posto que à medida que a humanidade avança outros direitos necessitam ser garantidos e outras tantas violações desses direitos precisam ser coibidas. Por tudo isso é que se diz que a historicidade é uma característica dos direitos fundamentais.

2. Universalidade. A sentida dessa característica dos direitos fundamentais é que estes se destinam a todos os homens. A sua essência por si própria já rejeita a idéia de discriminação na aplicação e garantia desses direitos básicos. Um dos seus objetivos mesmo é de garantir que todos os homens tenham acesso aos direitos fundamentais, num tratamento isonômico que lhe peculiariza, que deve ser universal.

3. Relatividade. Esta característica decorre da idéia de que os direitos fundamentais não podem ser tidos como absolutos, de aplicação ilimitada. Ao se exercitar tais direitos, muitas vezes um deles conflitará com outro. O direito de propriedade, por exemplo, esbarra no direito público da desapropriação. O exercício do direito de informação pode encontrar óbice no direito à imagem. E assim por diante. Alexandre de Moraes diz que “quando houver conflito entre dois ou mais direitos ou garantias fundamentais, o intérprete deve utilizar-se do prin-

cípio da concordância prática ou da harmonização, de forma a coordenar e combinar os bens jurídicos em conflito, evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros, realizando uma redução proporcional ao âmbito de alcance de cada qual (contradição dos princípios), sempre em busca do verdadeiro significado da norma e da harmonia do texto constitucional com a sua finalidade precípua.

4. Irrenunciabilidade. Uma marca dos direitos fundamentais é que os seus destinatários não podem a eles renunciar. Têm a faculdade de escolher o momento de exercê-los, em certas hipóteses, mas nunca de dispor dos mesmos de forma definitiva. Texto adaptado de REBELLO. R. C

1.2 A DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO NO BRASIL.

Para onde vai o capitalismo no Brasil? Esta questão será aqui abordada com a preocupação de verificar o impacto dos deslocamentos do capital sobre cenário inter-regional. Pretendo esboçar uma tematização das mudanças que têm afetado a organização territorial do capitalismo brasileiro. Essa tarefa implica um olhar geopolítico que, por sua vez, supõe considerações de ordem geoeconômica.

O ponto de partida diz respeito à inflexão estratégica, no início dos anos de 1990, representada pela política de abertura da economia como alternativa ao modelo de “crescimento para dentro que se tinha como esgotado depois de meio século de relativo sucesso. O novo caminho foi em boa medida imposto pelas circunstâncias mundiais. Porém, representou também uma opção interna, assumida pelo governo e pela elite econômica. O conceito de “integração competitiva”, elaborado no âmbito do BNDES no final dos anos de 1980, forneceu a base intelectual para a mudança de rumo.

Tendo em vista esse processo, que constituiu pano de fundo para a análise a ser desenvolvida, a questão dos itinerários do capital será examinada em dois níveis. Em primeiro lugar, tratarei dos deslocamentos que se têm verificado em função de fatores primordialmente econômicos, ou seja, as mudanças na divisão inter-regional do trabalho associadas à dinâmica do mercado. Em segundo lugar, abordarei as mudanças induzidas ou condicionadas por fatores institucionais.

Ao se investigar as mudanças no sistema econômico brasileiro – encarado como um complexo de regiões relativamente articuladas em um mercado nacional –, convém distinguir entre tendências de mudança que já se observavam no antigo contexto semi-autárquico (na década de 1980 e mesmo antes) e transformações derivadas propriamente da abertura dos anos de 1990.

A industrialização do Brasil tomou corpo a partir dos anos 1930, com a interligação de mercados regionais até então bastante isolados uns dos outros em um mercado nacional protegido da concorrência externa. Deu-se um processo de concentração industrial que abafou aos poucos o parque industrial preexistente em diversas partes do país.

Estabeleceu-se, com isso, um esquema de divisão do trabalho centralizado no eixo Rio-São Paulo, mas que se inclinou cada vez mais para São Paulo.

Sabe-se que a primazia paulista derivou de condições excepcionais de crescimento ligadas ao “complexo cafeeiro” (Cano, 1990). Aprofundou-se pela dinâmica de aglomeração do mercado, mas contando também com um fator extra-mercado: a política cambial do Brasil, que, para controlar as importações, protegeu sobremaneira o setor industrial já implantado. Isso incrementou ainda mais a centralidade da economia de São Paulo em face das outras áreas menos desenvolvidas.

Esse movimento de concentração atingiu o auge por volta de 1960. Nessa época, a hegemonia paulista era retratada por todos os índices relevantes.

No tocante ao valor da transformação industrial, por exemplo, a participação de São Paulo alcançava 55% do total do país. A título de comparação, a participação de Minas Gerais era quase dez vezes menor, e declinante em relação à década anterior. Como a indústria mineira estava crescendo, mesmo moderadamente, a queda de sua posição relativa sinalizava para a vertiginosa expansão do parque paulista.

Na década de 1960, esse quadro começou a ser alterado, estabelecendo-se uma tendência à desconcentração que perduraria até o momento final de vigência do antigo modelo. Tal tendência resultou tanto de fatores de mercado quanto de fatores político-institucionais, combinados de maneira diferente segundo as heterogêneas realidades regionais do Brasil. Paralelamente ao caso especial de São Paulo, pelo menos três outros tipos de desenvolvimento regional se distinguiram na segunda metade do século XX.

Um deles corresponde a certas partes do país dinamizadas pelo desdobramento da economia paulista. O impulso foi dado pelo mercado, mas de fora para dentro. Foi o que sucedeu no Paraná, em Goiás e, posteriormente, no Mato Grosso do Sul, sem contar as áreas de Minas Gerais adjacentes a São Paulo (o sul de Minas e o Triângulo).

No outro extremo, temos o Nordeste e a Amazônia, vasta porção do território brasileiro situada em posição nitidamente periférica – em relação ao eixo industrial do Sudeste – e, portanto, com baixo potencial de crescimento segundo a lógica do mercado. Nesse caso, para se desenvolverem, seriam necessárias iniciativas no campo político-institucional. E essas viriam de fora, do governo federal, movido por razões estratégicas de cunho nacional. Assim, ambas foram definidas como “regiões-plano”, alvo de benefícios fiscais e de outros tipos de apoio, com a criação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e mais tarde da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Tais agências consolidaram uma linha de atuação do governo federal que remontava ao início do século, com a fundação do órgão de combate às secas (o atual DNOCS/ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), e que avançara nos anos de 1940, quando surgiram a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. O escopo original da Sudene e da Sudam era abrangente, mas, com o tempo, elas se fixaram sobretudo na concessão de incentivos fiscais como meio de viabilizar empreendimentos industriais e agropecuários no Nordeste e na Amazônia.

Temos, por fim, um terceiro tipo, correspondente aos Estados que buscaram fórmulas intermediárias no que diz respeito à equação mercado/Estado. Encaixam-se nesse padrão diversos Estados do Centro-Sul. Dispondo de certo potencial de expansão econômica, essa possibilidade foi buscada pelo manejo de recursos políticos e institucionais (planejamento, bancos de fomento, captação de investimentos privados, empreendimentos estatais em setores-chave etc.).

O fator diferencial, porém, foi a iniciativa interna do processo – em contraste com o modelo do Nordeste e da Amazônia –, pois o menor grau de atraso não justificaria, por si mesmo, ações estratégicas do governo federal. A dúvida recai sobre as condições para iniciar e levar adiante fórmulas consistentes de desenvolvimento, o que é uma variável importante na análise de cada caso. Aqui se trata, sobretudo, do grau de convergência dos vários segmentos da elite estadual em torno desse objetivo. O empresariado regional é um ator de peso nessa articulação interna, por suas redes de organização corporativa e por suas conexões com a esfera política.

Sendo frágeis esses elos, não se preenchem as condições para a iniciativa interna, e o mesmo ocorre na esfera político-partidária, quando os conflitos, por vezes violentos entre partidos e “caciques”, impedem um mínimo de continuidade administrativa entre os governos.

Observou-se em suma, na segunda metade do século XX, uma gradual redivisão do trabalho, em direção inversa à que se constituía na primeira metade. A dinâmica do mercado fomentou a desconcentração produtiva para novas áreas – agrícolas e eventualmente industriais. E a intervenção política suplementou essa tendência.

A divisão inter-regional do trabalho na fase recente

Quando foi adotada a política de liberalização, em 1990, o poder público já não dispunha de meios suficientes para seguir atendendo ao problema das disparidades econômicas regionais. O pilar institucional do processo de desconcentração viu-se bastante reduzido. Permaneceu contudo o pilar de mercado. Por certo, uma hipótese plausível era a de que o novo modelo iria produzir uma nova centralização das atividades e da riqueza, aprofundando o fosso entre o centro e a periferia em virtude do impulso concentrador do mercado. É verdade que este passou a ditar os rumos sem maior ingerência governamental. Porém, os seus rumos não implicam necessariamente um movimento de aglomeração. Ao contrário, a certa altura surge o problema das disfunções da aglomeração, aquilo que os economistas designam por “deseconomias externas”.

O caso de São Paulo ilustra bem esse ponto. Verifica-se um processo contínuo de deslocamento de atividades da capital e de sua área metropolitana para o interior do Estado, espalhando-se por zonas vizinhas de outros Estados. A hegemonia da capital paulista como centro financeiro e eixo do sistema empresarial brasileiro foi até reforçada com o tempo, mas sua posição como centro industrial reduziu-se bastante em termos relativos.

O mesmo verificou-se com os municípios contíguos. É menor que 25% a participação atual da área metropolitana de São Paulo na produção industrial do país.

O alcance desse deslocamento tem sido alvo de debate. O governo paulista adotou desde os anos de 1970 uma estratégia de interiorização, abrindo caminho para que a indústria se expandisse da capital e seu entorno para outras microrregiões do Estado. Cidades de porte médio, com condições favoráveis de infra-estrutura, base científica e tecnológica etc., absorveram uma parcela considerável desse movimento, com destaque para Campinas, São José dos Campos e Sorocaba.

Dada sua relativa proximidade da capital, teríamos aí, como apontou Azzoni (1986), um movimento de reconcentração numa área limitada do Estado de São Paulo, ainda que em círculo mais amplo do que o anterior?

A hipótese da reconcentração parece correta, mas não em área tão restrita, como mostra a análise esclarecedora de Diniz (1993). Este autor sugere, baseado na investigação de todos os pólos industriais do país, que tem ocorrido um processo de “desenvolvimento poligonal” na esteira da expansão das atividades para fora da Grande São Paulo. O impulso de desconcentração está retido dentro de um polígono cujo núcleo é o próprio interior de São Paulo e que se estende do centro de Minas Gerais (Belo Horizonte) até o nordeste do Rio Grande do Sul (Porto Alegre).

Nesta grande faixa, que atravessa as regiões Sudeste e Sul, encontra-se o setor mais moderno da indústria brasileira, tecnologicamente avançado, implantado principalmente em cidades de porte médio, tal como se observa nos principais países industrializados.

A indústria espalha-se, mas não se distancia demasiado do centro, o qual segue exercendo seu poder de gravitação. A abertura da economia e a reestruturação produtiva, com as mudanças tecnológicas envolvidas nesse processo, fortalecem a densidade econômica do polígono. Esta é ainda aprofundada pelo fato de que a produção das outras regiões depende muito da importação de bens (insumos, componentes) do Sudeste e do Sul, realidade que expressa a tendência concentradora do mercado.

O estudo de Diniz visava a identificar as aglomerações industriais relevantes que correspondem, em sua definição, às microrregiões homogêneas com mais de 10.000 pessoas ocupadas na indústria. Em 1970, observaram-se 33 aglomerações. Em 1990, seu número elevou-se a 90, das quais 68 eram consideradas dinâmicas (ou seja, com crescimento anual do emprego acima da média brasileira, que era de 3,5%). Destas, 20 se localizavam no interior de São Paulo, 11 em Minas Gerais, 8 em Santa Catarina, 6 no Rio Grande do Sul e 4 no Paraná, o que dá suporte à hipótese da reconcentração industrial no polígono aludido.

Alguns comentários ajudam a complementar esse quadro. Um deles se refere à tendência de interiorização da indústria paulista, que se concretizou em parte pela implantação de pólos tecnológicos em centros particularmente aptos a abrigá-los, como Campinas e São José dos Campos. Esse é um aspecto muito expressivo do mapa do capitalismo brasileiro, bastando recordar a importância atual da indústria aeronáutica para a balança comercial do país. Deve-se, porém, acrescentar que a expansão da in-

dústria de alta tecnologia não ficou confinada a São Paulo. Estendeu-se para os três Estados do Sul e também para Minas Gerais, aproveitando condições favoráveis do ponto de vista infra-estrutural e de base científica/tecnológica.

O pólo mineiro de alta tecnologia, apelidado de "Vale da Eletrônica", está situado em Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, próximo à fronteira com São Paulo. Constitui uma das facetas díspares da indústria mineira, a qual, por sua heterogeneidade, é uma espécie de retrato em miniatura do sistema produtivo brasileiro. O sul de Minas é uma área bastante desenvolvida, fortemente polarizada por São Paulo, assim como o Triângulo Mineiro. Já na parte central do Estado (a Zona Metalúrgica e o vale do rio Doce) predomina o segmento minero- siderúrgico – que foi objeto de grandes esforços, ao longo do século XX, como motor da recuperação econômica regional, em vista de seus abundantes recursos minerais, mas que corresponde hoje a um modelo ultrapassado de industrialização. De fato, a indústria mineira é muito concentrada na produção de bens intermediários (gusa, aço, cimento). Uma alternativa mais moderna para esta área central surgiu nos anos de 1970 com o pólo automobilístico da Fiat na área metropolitana de Belo Horizonte, que foi um projeto bem sucedido de descentralização desse segmento industrial, até então concentrado no ABC paulista.

Há em Minas duas outras zonas que também figuram no mapa industrial do Brasil, porém com características diametralmente opostas. O norte do Estado, sua parte mais pobre, experimentou uma escalada industrial com inúmeros projetos incentivados pela Sudene, que transformaram Montes Claros numa das aglomerações de maior crescimento proporcional no conjunto do país. A Zona da Mata, por sua vez, com seus antigos núcleos industriais de bens de consumo (têxteis, laticínios), oriundos da primeira onda de industrialização no Brasil, tem vivido longa fase de estagnação. Uma possibilidade de mudança foi aberta por meio da indústria automobilística (a fábrica da Mercedes Benz em Juiz de Fora), cujo efeito multiplicador é ainda incerto.

Outra região tradicional que perdeu substância é o Rio de Janeiro, berço da indústria brasileira, que decaiu não só relativamente, como São Paulo, mas passou por visível processo de desindustrialização. O Estado do Rio de Janeiro contribuía, em 1970, com 12% do valor da transformação industrial brasileira; quinze anos depois, em 1985, seu peso reduzira-se a menos de 8%. Tanto a área metropolitana quanto os demais pólos exibiram crescimento muito lento. Enquanto isso, o peso do setor petrolífero aumentou consideravelmente no produto estadual, e o recente estabelecimento do pólo automobilístico no sul do Estado abre uma etapa de renovação da indústria fluminense.

É interessante, ao mesmo tempo, observar o que ocorre nos Estados do Sul. Em Santa Catarina, especialmente, cujo sistema produtivo apresenta traços dignos de nota para a discussão dos rumos do capitalismo brasileiro. De um lado, a economia catarinense compreende um robusto setor agro-industrial, representado pelas processadoras de aves e suínos: Sadia, Perdigão, Chapeco

e Seara. Tais empresas mantêm um alto volume de exportação para diversas partes do mundo. Sadia e Perdigão formaram, em 2001, a trading company BRF International Foods para incrementar suas vendas ao exterior. De outro lado, tem-se o complexo metal-mecânico da região de Joinville. Uma de suas companhias, a Weg, está entre as principais fabricantes mundiais de motores elétricos e li- dera o setor na América Latina. Blumenau, por sua vez, contém um amplo parque industrial em que se salienta a produção têxtil. A estes centros e segmentos, tradicionais no Brasil, agrega-se a iniciativa do pólo tecnológico de Florianópolis, cuja eventual consolidação tornará mais moderno e diversificado o sistema industrial do Estado.

Uma visão adicional das mudanças no cenário econômico inter-regional é dada pela comparação diacrônica do PIB dos Estados brasileiros, que permite aferir, além da evolução industrial, também a expansão da atividade agrícola, com seu impacto no desenvolvimento do setor de serviços. Assim, cotejando os dados de 1985 e 1998, observamos as seguintes mudanças.

Vê-se que a participação de algumas unidades no PIB nacional aumentou bastante, com destaque para Mato Grosso (de 0,69% para 1,08%) e Ceará (de 1,72% para 2,06%).

Em pouco mais de dez anos, a parcela de Mato Grosso cresceu 56%, fato realmente notável que chama a atenção para o que acontece no Oeste do país. Trata-se do deslocamento da fronteira agrícola mediante o uso da tecnologia de aproveitamento do cerrado, que dinamizou toda a faixa central do Brasil, desde Minas Gerais, passando por Goiás, até Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para alcançar a região amazônica em Rondônia. A incorporação do cerrado foi alvo de forte empenho governamental e, desde meados da década de 1970, o Centro-Oeste vem atraindo investimentos privados bem como migrantes em grande número. A agricultura comercial (soja, milho, arroz etc.) desenvolve-se em grandes empresas e cooperativas. Em meados dos anos de 1980, iniciou-se a industrialização dos produtos agrícolas e pecuários (frigoríficos, laticínios), estimulada, de um lado, por facilidades fiscais concedidas pelos Estados e, de outro, de outro, pela oferta de infra-estrutura pelas Prefeituras, como contrapartida aos investimentos das empresas.

A expansão da fronteira Oeste traduz uma modalidade de desenvolvimento ancilar à economia do Sudeste, mais exatamente à área polarizada por São Paulo, tal como outrora ocorreu com a ocupação da fronteira do Paraná. Isso sobretudo por fatores logísticos, que podem eventualmente ser alterados: no futuro a rota de exportação talvez siga os rios da bacia amazônica até o Atlântico. Quanto aos capitais ali investidos, provêm não só do Sudeste, mas também da região Sul, a exemplo das empresas de arroz, ao passo que amadurecem gradualmente segmentos empresariais da própria região. Na organização corporativa do empresariado de Mato Grosso, a influência dos interesses externos é indicada pelo fato de que o atual presidente de sua Federação das Indústrias é o empresário Alexandre Furlan, do grupo Sadia.

A trajetória recente do Ceará, em que sobressai o desempenho de sua indústria, colocou este Estado na linha de frente da economia nordestina. A participação cearense no produto nacional é inferior à de Pernambuco (2,71%, em 1998) e à da Bahia (4,24%, em 1998), mas não por muito tempo, a julgar pelo dinamismo de sua produção. O caso do Ceará aponta para a eficiência do uso combinado de potencialidades de mercado e de mecanismos político-institucionais na promoção do desenvolvimento regional. Quanto aos fatores de mercado, há o aproveitamento de vantagens comparativas, como o baixo custo da mão-de obra, que despertou o interesse de empresas de outras partes do Brasil. Por exemplo, parte da produção de calçados do Rio Grande do Sul foi transferida para o Ceará. Há ainda a implantação de empreendimentos industriais e comerciais para atender ao vasto mercado consumidor do próprio Nordeste. Assim, grupos de atuação multiregional (ligados sobretudo aos ramos alimentício e têxtil) têm investido em vários Estados nordestinos com este objetivo. No plano institucional, o crescimento foi fomentado pelo recurso a volumosos incentivos fiscais da Sudene e por políticas do governo estadual. Além disso, a elite empresarial cearense envolveu-se ativamente nesse esforço. Tais aspectos levam a aproximar o Ceará do modelo intermediário de desenvolvimento, referido na seção anterior, que assinalou historicamente as experiências de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de outras unidades do Centro-Sul.

Tendo em vista os pontos analisados nesta seção, podemos tentar uma síntese do processo de redivisão do trabalho em curso no território brasileiro.

Prossegue o movimento de desconcentração industrial que marcou as últimas décadas do século XX, cujo efeito tem sido o de expandir os setores dinâmicos – a partir de São Paulo, que permanece como núcleo do sistema – para os diversos Estados do Sudeste e do Sul. Na região Sudeste, contudo, espaços tradicionais da economia brasileira (o Rio de Janeiro e a maior parte de Minas Gerais) se encontram em posição periférica em relação a este movimento de expansão. No setor agrícola, tanto o Sudeste quanto o Sul permanecem em lugar proeminente no Brasil, no que diz respeito às culturas de exportação e de abastecimento interno.

A região Nordeste ampliou gradualmente seu papel no mercado nacional como produtora de bens industriais de consumo e de bens intermediários, o que é ilustrado respectivamente pelas trajetórias do Ceará e da Bahia – nesta, sobretudo pelo desenvolvimento do setor petroquímico. No entanto, seu grau de competitividade depende muito de fatores político-institucionais (como incentivos fiscais), e, no contexto da liberalização da economia brasileira, a situação desvantajosa do Nordeste tende a se acentuar.

Na esteira do processo de expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, consolida-se a agricultura em escala empresarial, fazendo surgir atividades agroindustriais na região. Finalmente, na região Norte desenvolveram-se dois enclaves industriais de peso: o complexo mineral de Carajás, no Pará, e principalmente o pólo de Manaus, alicerçado nos incentivos da Zona Franca, que experimentou forte crescimento com a abertura comercial do país, na medida em que as indústrias ali instaladas se converteram em montadoras de bens com alto índice de componentes importados.

Privatizações e reestruturações patrimoniais

Esboçados os itinerários recentes do capitalismo no Brasil que resultam de impulsos do mercado, passo agora a tratar das mudanças de caráter institucional, derivadas de estratégias políticas, que têm influenciado os rumos do capital.

Nessa esfera, o processo mais importante é o de reformulação patrimonial, fruto das privatizações de empresas públicas, bem como das fusões e aquisições de empresas no setor privado. Exprime uma tendência de mercado, pois ocorre em toda parte, de acordo com a lógica do capitalismo. E, ao mesmo tempo, resulta de reformas institucionais: a reforma do Estado, em que as privatizações ocupam lugar central, e a abertura da economia, pautada pela “integração competitiva”, que acirra a concorrência e fomenta assim as aquisições e as fusões.

A política de desestatização responde a objetivos nacionais, mas produz consequências relevantes em escala regional econômicas, políticas e na esfera empresarial. A maior parte das companhias privatizadas pertencia à União, mas várias outras eram controladas por governos estaduais. Nesse caso, o efeito local é mais direto. Houve ganhos financeiros, mas os programas estaduais de privatização foram vinculados ao equacionamento das dívidas dos Estados com a União e, portanto, não emanaram de estratégias autônomas de reforma patrimonial e de desenvolvimento regional.

Dois segmentos destacam-se nas privatizações efetuadas pelos Estados. Primeiro, os bancos, alvo principal da preocupação do governo federal ao impor os acordos de escalonamento das dívidas. Segundo, as empresas estaduais de energia, transferidas quase todas para o setor privado. Além disso, foram também privatizadas as companhias de gás do Rio de Janeiro e de São Paulo, de navegação do Rio de Janeiro e de telecomunicações do Rio Grande do Sul.

Quanto às companhias sob controle acionário da União, as privatizações abrangeram certo número de setores cuja listagem dá uma boa idéia do padrão de envolvimento estatal na economia no decorrer do século XX.

A primeira onda de privatizações, de 1991 a 1994, envolveu as siderúrgicas Usiminas, Acesita e Açominas (MG), Cosinor (PE), Piratini (RS), Tubarão (ES), Cia. Siderúrgica Nacional (RJ) e Cosipa (SP). No mesmo período foram vendidas as empresas de fertilizantes Indag e Ultrafertil (SP), Fos-fertil e Arafertil (MG), Goiásfertil (GO). E ainda duas indústrias de material de transporte, a Celma (RJ) e a Mafersa (SP), logo no início do processo.

Entre 1992 e 1995, a União transferiu sua participação em quase trinta companhias petro-químicas para adquirentes privados. O mesmo ocorreu em 1994 com a Embraer, fabricante de aviões. No setor de mineração, foi vendido o controle da Caraiíba (BA) e da histórica Vale do Rio Doce, sediada no Rio de Janeiro, mas cujas operações industriais se dão em Minas Gerais, Espírito Santo e Pará. Na área energética, a União privatizou a Escelsa (ES), a Light (RJ) e a Gerasul (SC), porém ainda conserva parte substancial de seu patrimônio (Furnas, Eletronorte, CHESF, o complexo nuclear, etc.). Por fim, em 1998 teve lugar a maior rodada do programa de privatização, referente às empresas de telecomunicações.

Tendo em conta a base territorial de tais em- presas, pode-se fazer uma breve avaliação do impacto da sua desestatização para as respectivas regiões. Observa-se que o sistema de empresas públicas estava relativamente concentrado em alguns Estados. Em geral, os respectivos governos e as elites regionais detinham influência sobre as mesmas, de acordo com a rede federativa de com- posições políticas. Posições diretivas nas estatais eram recursos políticos valorizados no jogo de poder. E sua gestão não se pautava exclusivamente por critérios de mercado o que aliás condiz com a função de uma empresa pública. Algumas esta- tais eram consideradas verdadeiras agências de desenvolvimen- to das regiões em que atuavam, tal a sua importância para as atividades econômicas locais. A privatização cancela esse padrão, implica perda de acesso político de governos e elites aos recursos das antigas estatais que eles capturavam e esvazia o sentido desenvolvimentista da ação das em- presas, pautadas doravante por requisitos de produtividade, de lucro e de atendimento aos interesses dos acionistas.

Para ilustrar, pode-se citar o caso da Vale do Rio Doce, que desempenhou no eixo Minas Gerais/Espírito Santo um papel estratégico na exploração mineral, nos transportes (pela fer- rovia Vitória a Minas) e na abertura de outras frentes, como a indústria de celulose, em sua zona de atuação. A criação da Vale do Rio Doce, durante a Segunda Guerra Mundial, teve um significado especial para Minas Gerais, cujas elites há muito se opunham ao domínio de suas jazidas de ferro por grupos estrangeiros. E tais elites sempre foram bem repre- sentadas na direção da empresa, assim como as do Espírito Santo. Na maior parte de seus 45 anos de existência como estatal, a Vale do Rio Doce foi presidida por mineiros. A resis- tência nacionalista que culminou com a criação da Vale do Rio Doce tinha a ver com a preocupação em consolidar a siderur- gia nacional, daí o sentido também emblemático das usinas siderúrgicas federais para os mineiros. Algo de semelhante ocorreu na Bahia com a Petrobrás, empresa que teve forte pre- sença da elite baiana em seu início e que tem desempenha- do um papel de relevo na vida econômica desse Estado. Posteriormente, nos anos de 1970, a Bahia viria a abrigar um dos pólos petro- químicos planejados pelo governo federal, iniciativa que incorporou os principais grupos empresariais da região (Banco Econômico, Odebrecht, Mariani) como sócios de capitais de fora, estatais e privados.

Atualmente o impacto maior da Petrobrás se dá no Estado do Rio de Janeiro, com o incremento da exploração marítima. E o esforço de pesquisa e desenvolvimento tecnológico envolvido chama a atenção para uma das principais contribuições das companhias estatais em seu ambiente regional. Trata-se do estímulo que elas frequentemente deram a empreendimentos, às vezes pequenos, de alta tecnologia. Talvez o melhor exemplo seja o do setor de equipamentos de tele- comunicações. As te- les estatais fomentaram, ao longo do tempo, o surgimento de fornecedores nacionais, ensejando assim um processo virtuoso de desenvolvimento tecnológico. Porém, uma vez privatizadas, passando ao controle de grupos estrangeiros, as teles tendem a dar preferência a fornece- dores externos, dentro de acordos comerciais globais promovidos por suas matrizes. Nessas condições, os fabricantes brasileiros de equipamentos perdem o mercado, tendo de repassar o seu negócio para os referidos fornecedores globais.

Aqui nos deparamos com um efeito negativo da estra- tégia de privatização, na medida em que favorece a desna- cionalização da economia. Se a inovação de conhecimen- to é uma importante vantagem competitiva, talvez a mais decisiva na atualidade, a política brasileira de privatização tem sido bastante negligente a esse respeito. Na prática, representa mera realocação de ativos, com impacto limi- tado em termos de conhecimento inovador.

Sem dúvida, o risco de desqualificação tecnológica é um ponto-chave a ser focalizado em uma análise criteriosa do modelo econômico em curso. Tem sido enfatizado pelos re- presentantes da comunidade científica (preocupados além do mais com o corte acentuado de recursos públicos des- tinados à ciência e à tecnologia em virtude do ajuste fiscal), por vezes mais atentas do empresariado e até por algumas autoridades governamentais.

Na esfera empresarial, outro efeito possível das pri- vatizações é o fortalecimento corporativo e político do empresariado regional, desde que a ele se integrem efeti- vamente os novos controlado- res ou seus representantes locais de maior peso. Este seria um ganho, uma vez que os antigos dirigentes de estatais operavam em função de outras referências e com menor autonomia de ação classis- ta. No entanto, pode ocorrer a situação oposta, de uma burguesia invisível, ausente, como indicou Oliveira (1987) em sua análise do processo de modernização da Bahia.

Ao lado das privatizações, observa-se outra vertente de deslocamentos patrimoniais, constituí- da pelas aquisi- ções, pelas parcerias e pelas fusões entre empresas que, muitas vezes, são absorções disfarçadas. A última década testemunhou o ritmo vertiginoso desse tipo de movimen- tação, afetando o capitalismo em escala global. No Brasil, esse processo foi propiciado pela estratégia de abertura da economia. Cabe um paralelo com o que houve depois de 1964, quando o governo Castelo Branco, também vol- tado para um ambicioso pro- grama de reformas institu- cionais, provocou uma maciça concentração de empresas, à guisa de modernizar o sistema. Naquela época, tal como agora, houve um forte incentivo à concentração e à cen- tralização de capitais.

Muitas negociações ocorrem entre grupos nacionais, sendo frequente a aquisição de empresas locais ou regio- nais por concorrentes de atuação mais ampla no mercado brasileiro. Contudo, as compras de empresas nacionais por grupos multinacionais se acentuaram no período recente. Em contrapartida, deve-se também considerar a aquisi- ção de companhias estrangeiras por grupos brasileiros. E há casos de recuperação do controle de empresas desna- cionalizadas por empresários domésticos.

Uma pesquisa do BNDES, divulgada em meados de 2000, mostrou que a penetração do capital estrangeiro na indústria brasileira é palpável mas seletiva. Considerando os treze setores mais importantes da indústria, a partici- pação das em- presas nacionais nas vendas anuais caiu de 67%, em 1995, para estimados 62%, em 1999. O capital nacional domina absolutamente (com mais de 80% das vendas) os segmentos de couro e calça- dos, vestuá- rio, têxtil e metalurgia/siderurgia. Detêm entre 70% e 80% das vendas de papel/celulose, alimentos, bebidas e cimen- to. Abaixo de 55% estão os setores de máquinas e equi-

pamentos, químico e petroquímico, de informática e de material elétrico. Nestes últimos é que se observou a maior penetração externa. O padrão de desnacionalização da indústria é seletivo na medida em que afeta segmentos que requerem acesso à tecnologia de ponta, além daqueles historicamente dominados por multinacionais (tal como o farmacêutico). A indústria nacional segue dominando os ramos que utilizam a vantagem da mão-de-obra barata, os ramos de matéria-prima abundante os ramos oligopolizados, tais como os de bebidas e cimento (Indústria, 2000).

Sem pretender um levantamento sistemático, recorro a alguns exemplos para dar uma idéia da abrangência dos deslocamentos de capitais, tanto setorial quanto regionalmente.

O setor bancário foi um dos que mais se reformularam nos últimos anos. As privatizações fortaleceram os maiores grupos nacionais: Bradesco, Itaú e Unibanco. Mas também consolidaram a presença de conglomerados externos, principalmente o Santander e o ABN Amro. Este último, ao absorver o Banco Real, tornou-se o maior banco estrangeiro no Brasil, mas o Santander equilibrou o jogo quando venceu o leilão do Banespa. Atualmente a participação de bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional está próxima dos 50% em patrimônio líquido.

Um ramo em contínua reestruturação é o de hipermercados/supermercados. O grupo francês Carrefour absorveu redes menores em vários Estados e o mesmo fez o grupo nacional Pão de Açúcar, em aliança estratégica com o francês Casino. Ao mesmo tempo, nos Estados do Sul o grupo português Sonae tem avançado rapidamente, talvez com o intuito de se estender a outras partes do país. A rede Bompreço, dominante no Nordeste, foi adquirida pelo grupo varejista holandês Royal Ahold. O resultado é que, a esta altura, cinco redes detêm pelo menos 40% do faturamento do setor – pela ordem, Pão de Açúcar, Carrefour, Bompreço, Sonae e Sendas.

Embora em menor escala, transferências de controle vêm ocorrendo de modo expressivo na indústria alimentícia. Casos recentes em Minas Gerais foram o da Aymoré, uma das maiores fabricantes de biscoitos do país, e o da Forno de Minas, bem-sucedida produtora de pães de queijo. Ambas vendidas a companhias estrangeiras. Outra importante empresa mineira, a Granja Rezende, sediada em Uberlândia, passou ao controle da Sadia, permanecendo portanto no âmbito do capital nacional. Já a Arisco, de Goiás, foi vendida para a norte-americana Best Foods (a qual, aliás, foi absorvida em 2001 pelo conglomerado anglo-holandês Unilever). E a companhia francesa Bongrain adquiriu nos últimos tempos uma série de indústrias de queijos especiais – Polenghi, Skandia, Campo Lindo, Luna –, localizadas em São Paulo e no Sul de Minas, ficando com 60% do mercado desse ramo da indústria de laticínios.

O segmento de lácteos, por sinal, tem vivido uma profunda reestruturação patrimonial desde 1995. Marcas conhecidas de várias regiões passaram às mãos de multinacionais: a Fleischmann Royal comprou a Avaré; a Parmalat comprou a Bethania e a paranaense Batavo; a Danone comprou a Paulista; a holandesa Royal Numico comprou a Mococa; a argentina Mastellone comprou a Leite Sol; outra argentina, a Sancor-Milkaut, comprou os Laticínios Ivoti;

o grupo Perez Companq, também argentino, comprou a Prolane (ex-Queijo de Minas); o New Zealand Dairy Board comprou a Vigor. Das grandes produtoras de capital nacional, resta apenas a mineira Itambé, que, diante das circunstâncias, planeja uma parceria com sócio estratégico externo. Algumas aquisições, porém, têm sido feitas por companhias nacionais: a gaúcha Elegê foi comprada pela Avipal, e o Laticínio Palmeira dos Índios (marca Vale Dourado), forte no Nordeste, comprou duas fábricas da Fleischmann Royal, uma na Bahia e outra em Minas Gerais.

No ramo de processamento de aves e suínos de Santa Catarina, ao qual se fez referência em seção anterior, a Perdigão foi adquirida por fundos de pensão nacionais, a Seara faz parte do grupo argentino Bunge e o Frigorífico Chapecó passou ao controle do grupo Macri, também argentino, em sociedade com o BNDES. Por sinal, o grupo Macri tem feito forte investida no Brasil, pela aquisição de fábricas de biscoitos e massas, convertendo-se num dos principais produtores de macarrão do país.

Pelo seu porte na economia, o setor metalúrgico constituiu o exemplo mais notável da intensidade das reestruturações societárias. Na primeira metade da década de 1990, ocorreu a privatização das siderúrgicas estatais, arrematadas por consórcios nacionais. Posteriormente, estabeleceram-se novos arranjos, envolvendo capitais externos. Assim, a Aço Minas, cuja privatização resultou altamente problemática (sob a gestão temerária do grupo Mendes Júnior, que encabeçava seu bloco diretivo), recuperou-se com o ingresso, em 1997, de dois novos sócios, Gerdau e Nat Steel (de Cingapura). No ano seguinte, a Acesita, que vivia situação igualmente instável, foi adquirida pela Usinor (francesa), o que foi uma solução positiva para sua sobrevivência, uma vez que a Acesita é a maior produtora de aços especiais da América Latina e desempenhou papel de relevo no processo brasileiro de substituição de importações desde sua fundação nos anos de 1940. Com esta negociação, a Usinor assumiu também o comando da Cia. Siderúrgica de Tubarão, controlada pela Acesita desde algum tempo antes.

Outra empresa do mesmo ramo, a paulista Aços Villares, bastante tradicional, foi transferida, em agosto de 2000, para a Sidenor, espanhola (do País Basco), atualmente a maior produtora mundial de aços especiais. Meses antes, situação análoga deu-se com a compra da Consul, líder da produção brasileira de eletrodomésticos, com cinquenta anos de funcionamento, pela norte-americana Whirlpool. Pode-se mencionar ainda, entre as metalurgias brasileiras bem conhecidas, a compra da Metal Leve, da Brastemp e da Bombril por grupos externos.

Observa-se, nesse setor e em outros, uma tendência gradual de desnacionalização. Mas, ao mesmo tempo, verifica-se um fluxo inverso, de deslocamento de capitais brasileiros para aquisição de companhias em outros países. O desenvolvimento do Mercosul constitui-se em forte incentivo para esse movimento. Entre as notícias recentes, está a compra da argentina Morbe, fabricante de motores para máquinas de lavar, pela catarinense Weg, que assim começou a internacionalizar sua produção. A paulista Tigre, que detém 60% do mercado brasileiro de tubos e conexões, comprou três pequenas companhias no Chile (já possuía

naquele país uma fábrica própria) e mais o grupo argentino Santorelli, concretizando um plano de expansão no Cone Sul que lhe assegura atualmente 45% do mercado chileno e 23% do argentino. A Embraco, de Santa Catarina, possui unidades industriais na Itália e na Eslováquia.

Na discussão sobre a política de atração de capital estrangeiro, um ponto essencial se refere ao grau em que este contribui para qualificar a produção nacional e para incrementar as exportações.⁴ Um aspecto negativo sempre ressaltado é o de que sua penetração desequilibra a balança de pagamentos, pelo aumento da remessa de lucros e dividendos, sem contar as despesas de juros. Pois bem, a expansão de empresas nacionais para o exterior compensa em parte o desequilíbrio, ajudando a melhorar a balança. As razões da internacionalização, naturalmente, têm a ver com a posição das empresas no mercado global. Veja-se a decisão recente da CSN de comprar a siderúrgica Heartland Steel, com o fito de transferir parte de sua produção, de maior valor agregado, para os Estados Unidos. Essa decisão busca contornar os obstáculos protecionistas dos norte-americanos à exportação de aço do Brasil e de outros países.

O caso mais notório de expansão internacional é o do grupo Gerdau, originário do Rio Grande do Sul, que já em 1980 adquiria uma usina no Uruguai, estendendo-se depois para operações no Canadá, no Chile e na Argentina, culminando com a compra, em agosto de 1999, da AmeriSteel, produtora norte-americana de aço. Com essa aquisição, a Gerdau passou a efetuar quase metade de sua produção em usinas situadas fora do Brasil.

De modo geral, o empresário brasileiro sente-se na defensiva diante das investidas externas propiciadas pela abertura econômica do país. Há, de certo, os que dispõem de melhores condições para crescer com a abertura. Talvez o paradigma do grande capital nacional aberturista seja o grupo Gerdau, que tomou parte ativa na privatização de siderúrgicas estatais e, em seguida, lançou-se a empreendimentos internacionais. No entanto, para muitos dirigentes empresariais, a abertura tem sido um movimento de mão única, que resulta na desnacionalização da economia brasileira, mais do que um processo de integração de mão dupla. Essa visão é estimulada por anúncios frequentes de vendas de conhecidas empresas nacionais a grupos estrangeiros. Se muitas dessas empresas são antiquadas e pouco competitivas, muitas outras têm uma história dinâmica, de inovação tecnológica, e mesmo assim não conseguem se manter no novo cenário. Entre projeções otimistas e pessimistas, fica em aberto a questão das perspectivas do sistema empresarial nacional no cenário da economia globalizada.

Os impasses das políticas de desenvolvimento regional

A análise da experiência brasileira revela a sua correspondência com as teorias a respeito do desenvolvimento tardio, que acentuam o caráter politizado do processo em virtude mesmo do seu atraso em relação aos países centrais. Aventada por Trotski e Veblen, sistematizada por autores como Gerschenkron e Bendix, a noção de

que o atraso é uma variável explicativa de diferenças entre modelos de desenvolvimento iluminou notavelmente os estudos dos processos de mudança macro-histórica, no terreno comum que compartilham a história econômica, a política comparada, a economia do desenvolvimento e a sociologia histórica.⁵ A aplicação desta vertente de análise à América Latina foi inclusive aprofundada por meio das elaborações da Cepal e da exploração teórica da questão da dependência, em que se distinguiram Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Com efeito, o processo brasileiro de modernização caracterizou-se, a partir da Revolução de

1930, pelo manejo de instrumentos políticos e institucionais como meios de recuperação do atraso, sob a égide do poder central. Em outro plano, o do país como sistema de regiões, a mesma perspectiva teórica pode ajudar a esclarecer o tratamento dado à questão da heterogeneidade interna que o próprio processo de desenvolvimento nacional tornava mais acentuada e problemática em termos políticos e sociais.

No início deste artigo, foi sugerida uma tipologia de modelos de desenvolvimento regional que equacionam variavelmente a lógica de mercado e o emprego de mecanismos institucionais. A idéia básica, extraída de Gerschenkron, é a de que quanto maior o atraso relativo, maior a necessidade de utilizar recursos estratégicos para enfrentá-lo. Ou seja, menores as chances de contar, para tanto, com a mão invisível do mercado. O Brasil como nação teve de lidar com essa realidade ao longo do século XX. E, dentro do país, o Estado brasileiro, sob a ótica intervencionista que o inspirou de 1930 aos anos de 1980, tentou reproduzir esse padrão para atenuar os desequilíbrios regionais.

É interessante que a engenharia institucional construída para enfrentar essa questão evoluiu em momentos de intensificação da concentração da economia brasileira. Não por acaso, a Sudene e a Sudam foram criadas por presidentes – respectivamente Kubitschek e Castelo Branco – muito voltados para o estabelecimento no Brasil de um “capitalismo maduro”, como o definiu este último. Foi o modelo que pautou o regime de 1964: centralização de capitais, sob hegemonia de grandes interesses, numa triangulação que associava corporações multinacionais, grupos brasileiros e empresas estatais. No entanto, nas condições brasileiras, o problema do desenvolvimento desigual não podia ser ignorado. O Nordeste preocupava como foco de tensões sociais, e as regiões Norte e Centro-Oeste ocupavam lugar destacado na geopolítica do regime autoritário. Mais adiante, a desconcentração industrial foi encarada de modo sistemático, quando o governo Geisel canalizou volumosos projetos estatais para os Estados de desenvolvimento intermediário (os pólos petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul, a Açominas, as usinas nucleares no Rio de Janeiro etc.). Esse foi o ápice da atuação empresarial do Estado brasileiro.

Desde então o governo federal se retraiu como empreendedor. As superintendências de desenvolvimento regional, por sua vez, foram paulatinamente esvaziadas de sua função de planejamento, mantendo apenas o fluxo

de incentivos fiscais, que eventualmente viriam a sofrer sérios questionamentos de fraude e corrupção. A Sudene e a Sudam foram finalmente extintas em 2001, para dar lugar a novas agências cujas perspectivas ainda não estão claras.

O abandono por parte do governo federal de políticas ativas para equacionar a questão do desenvolvimento desigual deixou aos Estados a alternativa de enfrentar o problema por conta própria. A solução típica que se utilizou foi a de operar com mecanismos fiscais dentro da margem de autonomia que cabe aos Estados no arranjo federativo brasileiro. Estabeleceu-se uma intensa disputa por investimentos, sobretudo entre os Estados economicamente mais fortes, configurando a chamada "guerra fiscal".

O conflito fiscal que se observa entre os Estados tem causas bem definidas.⁶ Resulta de certas condições políticas e econômicas que emergiram, uma após outra, desde meados da década de 1980, cuja interação resultou potencialmente crítica. Houve, em primeiro lugar, o processo de desmontagem do regime autoritário de 1964, culminando com a Constituição de 1988, que estimulou uma espécie de anomia no que diz respeito ao quadro tributário no âmbito da Federação, ao atribuir a cada Estado o poder de fixar autonomamente as alíquotas do ICMS. Uma segunda causa é a política de liberalização adotada no Brasil em 1990, que não só resultou na mudança do papel do Estado em face dos desequilíbrios regionais, como provocou, pela abertura econômica, a escalada da guerra fiscal, na medida em que atraiu um fluxo crescente de capitais internacionais em busca de oportunidades de investimento no país. Muitas escaramuças entre Estados têm a ver com a disputa por projetos industriais de origem externa, sendo os mais visíveis os da indústria automobilística.

A expectativa de consolidação do Mercosul, junto com o quadro de relativa estabilidade proporcionado pelo Plano Real, ofereceram boas razões para as corporações multinacionais incluírem o Brasil em seus planos de expansão. Considera-se, em geral, que o leilão de incentivos fiscais promovido pelos governos estaduais não foi importante para que essas grandes empresas se definissem por novos projetos no Brasil. Elas o fariam de qualquer maneira por razões de mercado. E se instalariam em princípio na área economicamente central do país. Ora, é precisamente essa opção que o leilão de incentivos pretende alterar. Trata-se de cobrir com vantagens financeiras o custo da alocação de uma empresa em outra região que não aquela que ela escolheria por uma lógica de mercado.

Na origem estão as desigualdades regionais do país e a limitação de recursos internos para investimentos capazes de atenuar tais desigualdades. Tendo isso em conta, pode ser oportuno para cada

Estado, considerado isoladamente, entrar nesse jogo, sobretudo se suas chances de atrair investimentos sem incentivos são reduzidas. Para o país como um todo, contudo, as consequências são negativas. Ao lado das tensões políticas entre os Estados, cabe ponderar qual o impacto social das renúncias fiscais, promovidas por governos estaduais que nem sempre estão em condições de fazê-lo sem penalizar ainda mais suas populações.

Controvérsias entre Estados sobre medidas de renúncias fiscais têm ocorrido a propósito de variados setores produtivos, tanto da indústria quanto da agricultura. As

rivalidades atingiram alta temperatura desde o episódio Ford, em 1999, que colocou em rota de colisão o Rio Grande do Sul e a Bahia. O conflito logo envolveu São Paulo, cuja economia passava por mudanças significativas com a internacionalização, exigindo maior esforço de competição com outras áreas do país. A reação paulista, por sua vez, voltou-se contra os vizinhos Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, Estados que se engajaram nos anos de 1990 em esforços para atrair investimentos de montadoras de automóveis.

Além das tensões provocadas no âmbito das relações federativas, a excessiva ênfase dos Estados em incentivos financeiros tem se mostrado insuficiente para alcançar seus objetivos. Há pouco a Daimler-Chrysler anunciou o fechamento de sua fábrica no Paraná, comprometendo-se a de-volver ao governo a soma dos incentivos fiscais que recebeu. Ao mesmo tempo, é incerto o destino da fábrica da Mercedes Benz em Minas Gerais, que pertence ao mesmo grupo. Em época de produção flexível, de alta competição global e de intensa mobilidade de capitais, a expectativa de reter investimentos com benefícios artificiais não é sustentável.

Na medida em que a política de incentivos financeiros seja repensada, incentivos propriamente econômicos – concernentes ao escopo do mercado consumidor, à infra-estrutura, à base de pesquisa e desenvolvimento, à logística etc. – podem ser devidamente valorizados como recursos mais consistentes de atração de investimentos para uma dada região. Não se trata, no caso, de confiar na lógica do mercado em detrimento de fatores institucionais como meios de recuperação econômica. Trata-se, ao contrário, de não reduzir as ações de cunho político e institucional à mera concessão de incentivos fiscais, como tem acontecido.

Os Estados têm um papel a cumprir nesse sentido, assim como o governo federal, a despeito da relutância deste último em adotar estratégias de política industrial e de coordenação econômica inter-regional. Na área federal, a abordagem mais próxima desse objetivo durante os anos de 1990 foi representada pelos "eixos de desenvolvimento", que integram o programa Brasil em Ação. Esses eixos referem-se à infra-estrutura e à logística dos fluxos de produtos. Não visam, senão indiretamente, a focalizar os desequilíbrios regionais, mas abrem sólidas perspectivas para aprimorar a estrutura de produção e comércio através do território.

Por fim, papel mais ativo também cabe ao próprio empresariado, dado o cenário de enfraquecimento do setor público em face do capital. Os impasses das políticas de desenvolvimento regional no Brasil podem ser enfrentados por parcerias entre agentes públicos e privados, conforme o modelo da Terceira Itália, por exemplo, concretizado também em outros países. A estruturação de clusters - micro-regiões relativamente especializadas em certos segmentos produtivos - tem ganhado desta- que na agenda das elites econômicas. Ela corresponde a uma mudança da escala de iniciativas, do nível macro para o microregional, que se revela bastante promissor. A cooperação entre administrações locais, redes empresariais e instituições acadêmicas está apenas começando no Brasil e tem potencial para crescer em muitas áreas. Texto adaptado de DULCI. O. S

1.3 A ESTRUTURA URBANA BRASILEIRA E AS GRANDES METRÓPOLES.

A intensa urbanização que vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir de 1950, tem sido acompanhada por um processo de metropolização que, segundo IPEA (2010) consiste em um processo de integração de território a partir de uma cidade-núcleo, configurando um território ampliado, em que se compartilha um conjunto de funções de interesse comum. Ou seja, trata-se de “uma ocupação urbana contínua, que ultrapassa os limites físicos dos municípios”.

O processo de urbanização brasileiro começou na primeira metade do século XX e intensificou-se a partir de 1950, quando a indústria tornou-se o setor mais importante da economia nacional, momento que representa a passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial. Mas foi somente no final da década de sessenta que a população urbana superou a rural.

A transformação de país agrário e rural para país urbano industrial trouxe mudanças no cenário político econômico e social. Fazendeiros e grandes comerciantes exportadores perderam sua influência sobre o governo em favor das indústrias, banqueiros e diretores de grandes estatais. A cidade passa a ter predomínio sobre o campo, sendo que os principais interesses econômicos e a maior força de trabalho do país estão localizados no meio urbano. O meio rural torna-se subordinado às atividades industrial e bancária fornecendo mão-de-obra e gêneros alimentícios para o meio urbano. Era o Brasil moderno, urbano-industrial, se sobrepondo ao Brasil arcaico, gerando um desenvolvimento econômico e social com fortes desequilíbrios regionais e sociais.

Essa primeira fase do processo de metropolização, foi caracterizada por um modelo de crescimento urbano extensivo, gerando um desenho do território semelhante a uma mancha de óleo com um centro e uma periferia de forma tentacular em contínua expansão. Em geral, os tentáculos seguiram os eixos viários, onde existia uma pequena oferta de infra-estruturas básicas e serviços urbanos.

A expansão horizontal de uma cidade pode fazer com que ela se junte e misture a outro espaço urbano, de modo que seus limites geográficos mal possam ser distinguidos. Esse fenômeno chama-se conurbação.

A metropolização completou-se pela conurbação dos núcleos urbanos tradicionais à cidade central, ou seja, a união de várias cidades que funcionam, na prática, como uma única cidade.

Dessa forma o território, composto de várias urbanizações, com qualidades distintas de tempo, espaço e processos culturais, tornou-se um território com uma única urbanização em termos físicos, mas contendo inúmeras formas de ocupação urbana.

Assim, o modelo de organização do espaço baseava-se na existência de um centro e uma periferia, definindo uma forma específica de apropriação social, econômica e política do território. O centro concentrava as principais atividades econômicas, públicas ou privadas, as infra-estruturas urba-

nas e as áreas habitacionais de mais alto nível de renda. A periferia, formada por meio de invasões, loteamentos populares, conjuntos habitacionais, servia para abrigar a massa da população migrante, de baixa renda.

Além do controle sobre o meio rural vizinho, surge uma rede de hierarquização entre as cidades, ou seja, um sistema de relações econômicas e sociais em que umas se subordinam a outras. Ou seja, as cidades não estão isoladas e estabelecem relações entre elas de forma hierárquica, considerando a importância e a influência econômica, cultural e social, que uma cidade exerce sobre as demais cidades da região.

O crescimento da economia urbano-industrial e a consequente modernização do Brasil produziram uma divisão territorial do trabalho que subordina campo à cidade, bem como as cidades menores (com menos recursos, como população, equipamentos urbanos) às maiores.

Essas alterações da economia e da sociedade brasileira incentivaram o intenso movimento migratório da população. Entre o início da década de sessenta e o final dos anos oitenta, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas.

As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre as diferentes regiões do Brasil. Mas o destino fundamental dos migrantes que abandonavam o Nordeste e Minas Gerais era, particularmente, os grandes aglomerados metropolitanos, em formação por diversos municípios autônomos no Sudeste, principalmente, São Paulo.

Desse modo, as migrações definiram a tendência à concentração populacional nos grandes aglomerados metropolitanos, sendo decisivas para integrar territorialmente a sociedade brasileira na segunda metade do século XX.

As grandes cidades, principalmente as metrópoles, eram o objetivo dos migrantes na perspectiva de sua sobrevivência social.

Os grandes aglomerados metropolitanos eram vistos como lugares onde era possível viabilizar a articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social. Mudar de residência com a família para outro município ou estado era uma opção social consagrada pela sociedade, estimulada pela cultura e com a possibilidade de se obter algum êxito na melhoria de vida.

O período seguinte ao início do processo de metropolização do país foi caracterizado, pela verticalização de áreas residenciais bem localizadas relativamente às infra-estruturas e aos serviços. Os bairros tradicionais de baixa densidade e alta qualidade ambiental foram as principais vítimas da intensa verticalização.

Alimentado pelo crescimento imobiliário, significou um permanente e diferenciado processo de valorização e desvalorização da terra urbana para gerar novas centralidades. Esse mais recente modelo de metropolização afligiu fortemente os centros históricos, sendo abandonados por quase todas as atividades de prestígio do setor comercial e de serviços e deixando de ser áreas residenciais da classe alta.

Na periferia pobre criou-se um ambiente urbano precário, denso, quase sem serviços e equipamentos coletivos e com insuficiente infra-estrutura, criando enormes problemas de ambientais, como alagamentos, deslizamentos de morros, poluição de cursos d'água.

A forma de ocupação espacial das metrópoles criou uma distribuição espacial profundamente desigual em termos de moradia, renda, oferta de serviços e de infraestrutura urbana, e segurança ambiental. Um território urbanizado de modo fragmentado, com grandes problemas de adequação ambiental e pouco articulado com a ocupação urbana resultante.

Assim, a urbanização das áreas metropolitanas brasileiras tem assumido um padrão definido pela segmentação e diferenciação social, demográfica, econômica e ambiental, caracterizado pela baixa qualidade de vida urbana e pelo crescimento físico elevado, marcado pela expansão periférica. Esse processo ocasiona deficiências na infraestrutura urbana e nos equipamentos sociais, produzindo vazios urbanos, especulação imobiliária, entre outras.

Além disso, o processo de ocupação e expansão da metrópole explica a grande intensidade de deslocamentos pendulares ocorridos nas Regiões Metropolitanas (RMs), pois estes estão ligados ao crescimento de áreas do entorno metropolitano, que abrigam grande parte da população sem condições de residir nas áreas mais centrais e valorizadas.

Logo, verificam-se, nas metrópoles, um agravamento das condições de moradia das populações pobres e um consequente processo de "periferização" do crescimento metropolitano acompanhado de degradação ambiental provocado por loteamentos ilegais e ocupações em áreas protegidas.

A metrópole não é uma entidade política, mas é um território que faz sentido para inúmeros atores e atividades, dependendo de políticas integradas de desenvolvimento urbano e de ações articuladas, que seriam próprias de uma gestão compartilhada.

Regiões Metropolitanas do Brasil

Como vimos, a metropolização é um processo histórico que expressa a estrutura, a forma e a dinâmica socioespacial de uma região. Compreender a metropolização no Brasil de hoje é, segundo o IPEA (2010) compreender um pouco mais do funcionamento e da dinâmica do capitalismo contemporâneo, especialmente a partir da forma como nele se produz o espaço social urbano.

Para entender essa rede urbana, é importante observar que os critérios para classificar uma cidade não são rígidos, mas dependem da região em que ela se localiza. Assim, nas áreas mais industrializadas e com maior densidade urbana o nível de exigências para se considerar um centro urbano como metrópole é bem maior que nas áreas pouco povoadas.

Assim, algumas cidades consideradas apenas centros regionais em São Paulo poderiam ser capitais regionais se estivessem localizadas na Amazônia.

Com o crescimento acelerado das cidades e com o processo de conurbação que frequentemente ocorre, algumas questões de infraestrutura urbana - como os transportes, água, esgotos, uso do solo, etc. - são comuns ao conjunto de municípios e não devem ser tratadas isoladamente. Dessa forma, o Congresso Nacional aprovou, em 1973, a Lei que define áreas ou regiões metropolitanas como "um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomi-

camente a uma cidade central, com serviços públicos e infra-estrutura comuns." (Lei Federal nº 14 de 1973). Assim, as primeiras oito RMs¹ foram instituídas no período de maior centralização e concentração de poder e de recursos no nível da União, durante a ditadura militar, como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional.

A Constituição de 1988 estadualizou a prerrogativa de reconhecimento legal das metrópoles (Art. 25 parágrafo 3º): "Os Estados poderão, mediante lei complementar instituir regiões metropolitanas aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum".

A partir de 1995, os estados passaram a instituir novas Regiões Metropolitanas - RMs, ou a inserir novos municípios nas regiões existentes. Sem critérios muito claros, e, "muitas vezes movidos apenas pela esperança de políticos locais de algum benefício", cada estado criou ou expandiu RMs de forma particular, sendo hoje um conjunto extremamente diversificado de aglomerados, composto por grupos de municípios com fortes diferenças econômicas e/ou sociais entre si.

Apesar de transferida para os estados a competência para instituir regiões metropolitanas, não foram criados mecanismos institucionais que permitissem construir sistemas de governança adequados ao tratamento dos problemas comuns aos municípios metropolitanos. Em 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possuía 36 RMs criadas por lei federal ou estadual e 3 Regiões integradas de desenvolvimento (Rides). As Rides são regiões metropolitanas brasileiras que se situam em mais de uma unidade federativa: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina e Juazeiro e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

Em 2010, nos atuais 39 territórios metropolitanos, entre RMs e Rides, moravam cerca de 88 milhões de pessoas, ou seja, 46% da população brasileira, correspondendo a quase dois terços da população urbana do Brasil.

Apesar de legalmente instituídas, afirma que algumas dessas RMs não podem ser consideradas aglomerados urbanos metropolitanos, compreendidos como espaços urbanos caracterizados pela alta densidade populacional e concentração de atividades econômicas, onde circulam um volumoso fluxo de pessoas, mercadorias e serviços. Isso porque algumas Regiões Metropolitanas possuem menos de 1 (um) milhão de habitantes, como as RM de Aracaju, Lajes, Tubarão. Infelizmente a idéia de que integrar a região metropolitana é uma maneira de ampliar as oportunidades de carrear recursos para o município ainda predomina no Brasil.

Essa heterogeneidade entre Regiões Metropolitanas (as RM variam de dois à trinta e nove municípios) ocorre devido à ausência de qualquer instrumento legal nacionalmente aceito para a definição de RMs, ficando a cargo dos estados.

Na composição do órgão superior de decisão há duas posições: uma que adota o princípio da paridade de representação entre o poder executivo estadual e os municípios; e outra posição não leva em conta esse ponto de equilíbrio entre Estado e municípios.

Um aspecto comum a todas as regiões é que, apesar de existirem legalmente, na prática ainda não funcionam. Dentre as razões para tal podemos destacar a ausência de tradição de cooperação interinstitucional na formação política e administrativa brasileira, a visão imediatista dos gestores públicos e os conflitos nas relações entre os entes federativos principalmente estados e municípios, devido à dificuldade de acordo de entre forças políticas

Além disso, não existe motivação para identificar os problemas metropolitanos de interesse comum, exceto quando a gravidade da questão ou a pressão popular exige a articulação municipal.

Os governos locais devem ser responsáveis pela prestação de serviços públicos urbanos. No caso das regiões metropolitanas, o problema da prestação de serviços urbanos é mais complexo, devido ao alto adensamento populacional e a integração econômica.

"Em regiões metropolitanas, as escalas espaciais se ampliam e o adensamento populacional aumenta a exigência de recursos financeiros para investimento, requerendo coordenação e suporte financeiro federal e estadual, hoje praticamente inexistentes. O crescimento contínuo e acelerado da população e a proliferação de municípios, em geral desapearelhados tecnicamente para lidar com a complexidade da prestação desses serviços em ambiente metropolitano são fatores adicionais a retardar os investimentos para a cobertura das carências. Por outro lado, a manutenção dos serviços existentes dificilmente é financiada apenas pela cobrança de taxas específicas, absorvendo outros recursos do orçamento municipal".

Embora importante e necessária a cooperação intergovernamental, a solução para o déficit de infraestrutura urbana não se restringe à ação de governos. Ela exige uma estrutura de governança em que estejam presentes não apenas atores de todos os níveis de governo, mas também o setor privado, as organizações não governamentais e a sociedade civil.

Cabe refletir sobre qual papel tem a cada um desses atores nesse processo de gestão das Regiões Metropolitanas e quais, em face da situação apresentada, deveriam assumir, frente aos processos de desenvolvimento regional/nacional.

Território e Ambiente

O quadro urbano atual evidencia a ausência histórica de uma política de planejamento urbano-ambiental, fato que contribuiu para promover disfunções no processo de crescimento urbano. Entre os fatores geradores dessas disfunções destacam-se, as expansões desnecessárias da malha urbana, de acordo com o interesse dos diferentes mercados imobiliários (o formal e o informal), a expansão urbana dissociada da oferta de transporte público e a ausência de planos viários estruturantes.

Essa forma predominante de expansão e transformação do tecido urbano contribuiu para a consolidação de irracionalidades no uso e na ocupação do solo, transformando fundos de vale em avenidas, áreas protegidas em loteamentos, ocupando várzeas, desconsiderando o território e perpetuando as enchentes. A degradação ambiental

se tornou o aspecto mais relevante do padrão periférico de expansão urbana, dificultando o equacionamento de soluções por se vincularem às estratégias de sobrevivência das populações de menores recursos na metrópole.

As questões ambientais urbanas adquiriram visibilidade no decorrer das décadas de 80 e 90, impulsionadas pelos fóruns internacionais promovidos pelas Nações Unidas.

A Agenda 21, produto da conferência do Rio – ECO 92, e a Agenda Habitat estão pautando as políticas públicas de diversas cidades e metrópoles. Entre as diretrizes formuladas, destacam-se: a idéia de desenvolvimento sustentado; a necessidade de coordenação setorial; a descentralização de tomada de decisões; e a participação popular. Estas diretrizes articulam desenvolvimento econômico, social, urbano e proteção ambiental, indicando os componentes gerais para o entendimento da noção de desenvolvimento urbano sustentado.

Os aspectos relacionados à degradação ambiental proveniente do processo de expansão urbana são múltiplos e diversos, como a ocupação inadequada e o elevado índice de impermeabilização do solo e as consequentes alterações nos sistemas ambientais, o crescimento exponencial de favelas e das ocupações ilegais, a aceleração dos processos erosivos, poluição do ar, o comprometimento dos recursos hídricos e do solo, entre outros e afetam tanto o espaço físico quanto a saúde pública. A escala e a frequência com que estes fenômenos se multiplicam nas cidades revelam, a relação entre os processos de expansão urbana da cidade informal e o agravamento dos problemas socioambientais.

No contexto da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, trata-se nesse texto por ser a maior RM e o maior polo de riqueza nacional do país, a degradação ambiental decorre de transformações ocorridas desde o início de sua ocupação. Essas transformações foram provocadas ou induzidas por atividades agrícolas e industriais, que geraram uma paisagem completamente urbanizada e fragmentada. Destacam-se como fatores que contribuem para a degradação ambiental na RMSP, a produção e à disposição de resíduos sólidos e ausência ou a deficiência de rede de tratamento de esgotos, industriais e domésticos. Além disso, RMSP é a região metropolitana que apresenta o maior e mais grave problema de poluição do ar do País.

A região constitui um dos maiores aglomerados humanos do planeta, sediando a maior parte das indústrias e veículos do país. Nesse cenário de intensa pressão sobre os recursos naturais, as unidades de conservação são protegidas por legislação ambiental e constituem importante reserva de recursos naturais. A extinção e a degradação desses recursos, que já são escassos, podem trazer consequências catastróficas à qualidade de vida da população.

Na RMSP, a legislação sobre preservação ambiental impõe restrições ao uso e ocupação na região e engloba um conjunto áreas legais, sendo as principais como: Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Áreas de Preservação aos Mananciais (APMS), Áreas de Parques e Reservas Florestais, Áreas de Preservação Permanente (APP) e Parques Urbanos. As áreas verdes e de recursos hídrico são áreas protegidas pela legislação ambiental de âmbito federal, estadual e municipal, com exceção dos corredores e jardins privados.

Apesar da vasta legislação disponível, o processo de expansão urbana na RMSP pouco se pautou por preceitos adequados de zoneamento e de controle ambiental. Nesse contexto, a degradação ambiental pode ser considerada preocupante no que diz respeito não só aos recursos naturais, mas também à saúde pública e à qualidade de vida.

Na RMSP o maior conflito se refere, à baixa densidade de ocupação permitida, que não justifica investimentos em infra-estrutura básica e não garante proteção à qualidade da água. Parte da parcela da população de baixa renda vai se localizar exatamente nos lugares onde a propriedade privada da terra não vigora, ocupando áreas públicas, muitas delas localizadas em áreas de proteção de mananciais, produzindo o que alguns pesquisadores denominam "cidade informal" ou "cidade ilegal".

Dessa forma, a "cidade informal" tem sido a solução do ponto de vista do assentamento dos pobres na cidade e, ao mesmo tempo, geradora de problemas socioambientais que causam impactos ao ambiente com riscos significativos.

A população ocupa áreas de mata original, de florestas, ou as áreas de morros. Em São Paulo, a mancha urbana que se expande no sentido leste-oeste marca as barreiras naturais – Serra da Cantareira ao norte, lagos e represas ao sul –, que aos poucos vão cedendo lugar à construção de habitações precárias. Essa expansão ocorre basicamente por meio de ocupação ilegal do solo (loteamentos clandestinos e favelas), mas também por meio de ocupação legal, como parcelamento do solo para chácaras de lazer e residência de população de alta renda.

Logo, as leis de proteção ambiental não conseguem limitar a ocupação urbana das áreas onde estão localizados os mananciais e os remanescentes florestais da metrópole. Ao contrário, o que ocorre é uma urbanização periférica e descontínua, com degradação dos recursos hídricos e altas taxas de desmatamento. Com isso, a expansão horizontal das periferias urbanas tem provocado forte pressão ambiental, com desmatamento, poluição e degradação de recursos hídricos, acarretando um conseqüente conflito devido ao estabelecimento de assentamentos em áreas de proteção e preservação ambiental.

Esse padrão de expansão urbana e a falta de sincronia entre a escala de urbanização e a instalação de sistemas de infra-estrutura urbana são dois traços definidores da urbanização metropolitana, onde a dimensão ambiental dos problemas urbanos adquire a força de norteador de políticas públicas e projetos.

Foram significativos os processos de expansão urbana no interior das áreas ambientalmente protegidas, correspondentes a 22,8% de toda a expansão urbana ocorrida nos 21 municípios, dos 39 que compõem a RMSP, entre 1991 e 2000. Em termos de distribuição espacial, a população residente em APMs corresponde a 10,2% de toda a população residente nos 21 municípios conurbados da RMSP.

Os números revelam a impotência da legislação de proteção ambiental para controlar os processos de expansão urbana nas áreas ambientalmente protegidas existentes na RMSP.

As Leis de Proteção aos Mananciais criaram efeitos indesejáveis. Seus parâmetros e as condições de aplicação colaboraram para criar terra barata, sem interesse para o mercado imobiliário e localizada em áreas sem fiscalização pública

adequada. Para as autoras, essas áreas, em vez de constituírem uma reserva para a proteção dos mananciais, reuniram vantagens para a reprodução da expansão urbana ilegal.

Logo a expansão urbana e o crescimento populacional, principalmente por população de baixa renda, nas áreas protegidas por Lei fazem parte dos processos de periferização e a ocupação das áreas periurbanas da RMSP, marcados pela ausência de infra-estrutura urbana. Essa massa de população que vive em condições subumanas, tanto em relação à habitação, ao acesso à infra-estrutura, é duplamente penalizada no processo, num primeiro momento pela limitação de acesso à riqueza social produzida, e num segundo por ser tachada de imprudente, sem consciência ecológica por ocupar essas áreas.

Para evitar esse tipo de problema e responsabilidade e a generalização de soluções, sugere que a origem dos problemas ambientais urbanos deve ser diferenciada entre os problemas resultantes de obras e projetos realizados pelo poder público para estruturar o funcionamento das cidades e as questões associadas às estratégias de sobrevivência das populações com menos recursos nas cidades.

No primeiro caso, a autora alega que a falta de uma política de desenvolvimento urbano-ambiental conduz à deficiências no crescimento urbano, permitindo expansões desnecessárias da malha urbana de acordo com o interesse do mercado imobiliário e possibilitando a construção aleatória e, muitas vezes inadequada do sistema viário, ocupando fundos de vale e impermeabilizando áreas de várzea.

Por outro lado, a degradação ambiental associada às estratégias de sobrevivência das populações com menos recursos nas cidades tem origem nas condições socioeconômicas e na falta de opções de moradia acessíveis no mercado formal implicando a formulação de políticas sociais de inclusão urbana.

Portanto, algumas metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, revelam uma justaposição entre a morfologia social e a espacial que manifesta a relação entre a renda ou salário do trabalhador e de sua família e o preço do metro quadrado do solo urbano na metrópole.

Do ponto de vista das políticas urbanas, as verbas públicas são, preferencialmente, alocadas nos lugares capazes de viabilizar a reprodução do capital de modo a fortalecer o papel econômico da metrópole de São Paulo na rede mundial das cidades. Com isso deixa de privilegiar a massa de população pobre que vai ocupar essas áreas. Além disso, as restrições à ocupação dificultam ou impedem a instalação de redes de saneamento, como esgoto.

A legislação ambiental, em especial a de proteção aos mananciais, tem tido um efeito quase oposto ao originalmente pretendido. Ao invés de impedir o desmatamento e a ocupação dessas áreas, parece ter estimulado esses processos, talvez como decorrência da queda do preço da terra causada pelas restrições ambientais.

Não podemos deixar de afirmar que, apesar de 25 municípios da RMSP estarem total ou parcialmente incluídos em APMs não há uma proposta de ocupação sustentável oficial dessas áreas nesses municípios. Além disso, em geral, o planejamento chega depois da consolidação da ocupação.

As consequências dessa expansão territorial ambientalmente ilegal podem ser vistas atualmente em noticiários, como o desmoronamento de encostas ocupadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e alagamentos em cidades de diversos estados, como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina. Mas esses resultados não estão aparecendo somente agora. Em 1987, o desmoronamento de diversas encostas ocupadas por loteamentos ilegais na cidade de Petrópolis, após uma intensa chuva, resultou em tragédia devido ao número de desabrigados e mortos. Nos anos seguintes, as mortes por soterramento repetiram-se com frequência. Lá, como em muitas cidades, a ocupação ilegal de encostas que apresentam riscos geotécnicos se dá a olhos vistos.

A segurança da ocupação fica comprometida não apenas pela precariedade das construções, mas também pelo despejo de lixo nas encostas, pela ausência de obras de drenagem e pelo alagamento do terreno promovido pela infiltração de esgotos provenientes das fossas individuais.

Em vez de planejar a remoção da população, cujo custo é relativamente alto, os governos, acabam por incentivar a ocupação executando obras pontuais de iluminação pública e asfaltamento do acesso para a entrada do transporte coletivo.

Como visto, áreas de proteção ambiental costumam ser priorizadas para ocupação pela população pobre, seja nas favelas ou nos loteamentos irregulares e não é por ausência de legislação. A população que aí se instala não compromete apenas os recursos que são fundamentais a todos os moradores da cidade, como é o caso dos mananciais de água. Mas ela se instala sem contar com qualquer serviço público ou obras de infra-estrutura urbana. Em muitos casos, os problemas de drenagem, o risco de vida por desmoronamentos, obstáculos à instalação de rede de água e esgotos torna inviável ou extremamente cara a urbanização futura.

Portanto, o que ocorre mais frequentemente é a consolidação das ocupações ilegais em áreas de proteção ambiental devido ao custo inviável de sua remoção.

Isso com o caso do uso e ocupação do solo na Represa do Guarapiranga, em São Paulo, que serve a necessidade de água de um terço da população do município que, Desde que a terra perdeu valor para o mercado imobiliário legal devido a promulgação da lei de Proteção aos Mananciais (1975), passou a ser cada vez mais ocupada por loteamentos ilegais e favelas.

É a lei de mercado, e não a jurídica, que determina o cumprimento da legislação ambiental, sendo que, quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. Mesmo quando se trata de áreas públicas, priorizadas nos assentamentos de favelas, sua proteção contra a ocupação depende de sua localização em relação aos bairros onde atua o mercado imobiliário, legal, privado.

Mas a produção imobiliária privada também causa danos ao meio ambiente. São abundantes os exemplos de aterramento de mangues em todo o litoral do país para a construção de condomínios de lazer.

Há ainda alguns autores, como Monte-Mor (2010), que afirmam existir certo consenso se formando sobre a questão e a consciência ambiental e ecológica e suas transformações profundas na compreensão do processo de produção e na organização econômica e espacial da sociedade.

Entretanto, o impacto real dessa consciência crescente sobre o ambiente construído, em especial nas aglomerações metropolitanas, deixa ainda muito a desejar. As áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços mortos, do ponto de vista ecológico. Ainda que tomadas como focos principais da problemática, as metrópoles, as cidades e as áreas urbanas têm sido ainda pouco consideradas nos seus aspectos ambientais.

As possibilidades de pensar a diversidade cultural e biológica no contexto metropolitano e da urbanização extensiva parecem, no entanto, imensas. Mas, segundo Monte-Mor (2010) estamos tão imersos nas nossas crises urbanas que questões como a integração cidade-campo e as relações cidade/região ainda não são consideradas com a devida importância.

Além de normas e fiscalização do uso e ocupação do solo, faz-se necessário o comprometimento do poder público com a população de baixa renda, tanto no que tange à qualidade de vida dessa classe, quanto à qualidade de vida da população como todo. Isso coloca a importância da questão ambiental metropolitana no centro da questão ambiental e a discussão para além das cidades, atingindo o conjunto dos espaços urbanizados, mas, em especial as camadas populares.

Logo, volta-se mais uma vez à necessidade de políticas públicas integradas, englobando as questões ambientais, habitacionais e sociais, por exemplo, traduzindo para a Região Metropolitana os esforços para a conservação do ambiente e qualidade de vida da população.

Mobilidade Territorial

Nas metrópoles em que a indústria teve um papel dominante, a diversificação espacial dos lugares e a desarticulação dos sistemas rodoviários e viários somaram-se às novas questões introduzidas pelo rompimento da relação moradia-trabalho na cidade e na metrópole.

O deslocamento dos seres humanos é o mais importante fato determinante da estrutura territorial de nossas metrópoles, sendo suas condições e estrutura resultantes de sua atuação comandadas pelas classes sociais dominantes.

Um dos problemas que comprometem um melhor desempenho das atividades econômicas metropolitanas é a baixa capacidade de deslocamento das pessoas e das mercadorias em virtude das condições do sistema de transporte, caracterizado por uma infra-estrutura viária deficiente, uma situação precária do transporte público de passageiros e pouca fluidez no tráfego. Tais questões remetem necessariamente ao tipo de ordenamento territorial até então gerado nas metrópoles brasileiras. Além disso, uma urbanização dispersa sem transporte público eficiente é um caminho explosivo, do ponto de vista da qualidade de vida nas metrópoles e aglomerações urbanas.

No contexto urbano-metropolitano, os deslocamentos temporários se tornam mais que uma característica da vida metropolitana, passando a serem indicadores dessa articulação e do seu espaço de atividade. O deslocamento temporário é o movimento que ocorre para fins de trabalho ou estudo com retorno ao município de origem. O que chamamos de mobilidade ou deslocamento pendular está

ligado à expansão de uma determinada região que exerce uma influência de centralidade do mercado de trabalho, se referindo às pessoas que se deslocam com certa regularidade para trabalhar ou estudar em algum município que não seja o seu de residência. A mobilidade espacial faz parte da distribuição da população e assume uma importância cada vez maior com as mudanças socioespaciais observadas.

Assim, com as ofertas no mercado imobiliário em áreas mais afastadas e desvalorizadas, os trabalhadores pendulares utilizam como estratégia residir nos locais mais acessíveis, percorrendo maiores distâncias para chegar ao município de trabalho. A mobilidade é um princípio, e não um resultado do processo de metropolização. A heterogeneidade do espaço metropolitano construído obriga a mobilidade a rever seus determinantes, isto é, não se trata apenas de ligar pontos distantes, mas de alcançar lugares específicos e atraentes para a população.

“É preciso atentar para as dinâmicas populacionais, isto é, para o deslocamento do crescimento do município-sede para municípios adjacentes, pois esse movimento corresponde a novas formas de ocupação do território metropolitano, nas quais é patente que a nova escala assumida pela periferização habitacional criou dois padrões: o município-dormitório e o condomínio residencial fechado ou controlado”.

A mobilidade territorial nas RMs está, portanto, relacionada a um processo mais amplo de ocupação, estruturação e expansão da região, onde as questões relacionadas à moradia e ao emprego tomam consideráveis dimensões no processo de configuração e estruturação da área metropolitana.

Analisando os dados do Censo Demográfico de 2000, Ântico (2004) afirma que 7,4 milhões de pessoas trabalhavam ou estudavam em municípios diferentes daqueles onde residiam no Brasil ano 2000. Esse tipo de deslocamento era realizado, principalmente, por residentes nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A Região Metropolitana de São Paulo – RMSP concentrava 54,8% (1,1 milhão) dos que trabalhavam ou estudavam fora do município que residiam, caracterizando esse deslocamento populacional como um fenômeno urbano concentrado em grandes cidades.

Entre os residentes na RMSP que trabalhavam ou estudavam fora do município de residência, 91% o faziam em municípios situados na própria RMSP, 6% em outros UFs ou países e 3% em outros municípios do interior do Estado de São Paulo, revelando o grande dinamismo interno metropolitano desse fenômeno. A RMSP é marcada pela presença do contraste social, pela constituição de espaços fragmentados, ocorrendo, em partes específicas de seu território, o surgimento de áreas separadas, condomínios fechados, como Alphaville e Granja Viana, que, ainda segundo Ântico (2004), podem ser considerados exemplos de suburbanização de altas e médias rendas na RMSP.

Assim, a autora destaca que os deslocamentos pendulares na RMSP relacionam-se à espacialização das atividades econômicas e dos locais de moradia, gerando a configuração de locais com funções distintas, permeados pelo uso do solo desigual e pela divisão regional do trabalho metropolitano.

Os deslocamentos diários em direção a São Paulo indicam que esse município constitui-se como área de destino para grande parcela de residentes de todos os outros da RMSP. Desses deslocamentos, os maiores superam 20 mil pessoas e

têm origem em 11 municípios metropolitanos. Destacam-se os trajetos com origem em Osasco (80.762 indivíduos), Guarulhos (78.949) e São Bernardo do Campo (37.706). Somados, os fluxos desses três municípios com destino a São Paulo totalizam quase 200 mil pessoas – o que representa 20% de todos os deslocamentos metropolitanos.

De São Paulo originaram-se 37 trajetos em direção a todos os lugares da metrópole – com exceção de Rio Grande da Serra, o único município que não recebe residentes da capital.

Os deslocamentos numericamente mais significativos que partem de São Paulo são aqueles com classes de volume superiores a 10 mil pessoas e têm como destino Guarulhos e São Bernardo do Campo.

A intensa mobilidade na RMSP reforça a idéia de que São Paulo exerce uma importante centralidade na metrópole, tanto pela oferta de emprego e disponibilidade de serviços e equipamentos na área de educação saúde, de cultura, quanto pelo sistema de transportes metropolitanos, cuja responsabilidade é da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU).

As cidades da RMSP apresentam uma integração muito forte, não só pelas manchas urbanas interligadas pelos eixos viários, mas também pelos fluxos constantes de capitais, mercadorias, informações e pela própria população. O processo de integração entre as cidades demonstra novas características na configuração do tecido urbano. Em outras palavras, tem havido uma grande evasão populacional das capitais para as periferias metropolitana, evidente desde a década de oitenta, redefinindo as relações centro-periferia e aprofundando o processo de segregação espacial na metrópole.

A estruturação desse espaço tem sido fortemente condicionada pelos interesses do capital imobiliário, afiançados, muitas vezes, pelas políticas públicas. Consequentemente, tem ocorrido um intenso deslocamento da população, principalmente a mais pobre, à procura de imóveis adequados à sua renda.

Na Região Metropolitana, enquanto cresce a participação do transporte individual no total dos deslocamentos motorizados, a população de baixa renda continua dependendo dos sistemas de transporte coletivo para seus deslocamentos.

Assim, a população mais carente é mais dependente do transporte público e mais prisioneira das distâncias. Tempo e espaço acabam sendo relativizados, pois tudo depende do local em questão.

A integração regional é uma necessidade da rede urbana e fortes investimentos em rodovias são realizados, ao passo que poucos projetos tentam melhorar o transporte metropolitano. Novas formas de transporte também são organizadas, entretanto, a saturação das vias só tende a piorar – só a cidade de São Paulo ganha em média 800 carros novos por dia. O sistema viário não acompanha esse crescimento, resultando na saturação das vias e na crise de circulação das cidades. O sistema de circulação está saturado e não poupa ninguém. As pessoas perdem horas no trânsito diminuindo a qualidade de vida. Apesar disso as soluções sugeridas são exatamente as mesmas de 25 anos atrás, que geraram a si-

tuação atual. Ou seja conclui-se que estamos em um círculo vicioso que adota obras de engenharia megalomaniacas que geram um alívio momentâneo, entretanto só ataca as consequências do problema e não as causas.

Um projeto recente que visa trazer melhorias aos deslocamentos urbanos, de dimensões metropolitanas, é o trecho Sul do Rodoanel Metropolitano, na RMSP. O Rodoanel tem como um dos objetivos facilitar o transporte e o escoamento de cargas até o porto de Santos, diminuindo o movimento de caminhões dentro da RMSP.

Porém alguns autores questionam a verdadeira intenção da obra. Villaça (2010) considera o projeto excludente e direcionado à classe economicamente mais alta, que vive no Quadrante Sudoeste da cidade de São Paulo.

O projeto destaca o descongestionamento da Avenida Bandeirantes e da Marginal do rio Pinheiros, afirmando que beneficiaria toda a RMSP. Entretanto, todas as vias beneficiadas pelo projeto estão localizadas no Quadrante Sudoeste - Marginal Pinheiros, Av. Bandeirantes, Marginal do Tietê, Avenida Jornalista Roberto Marinho, Avenida Hélio Pellegrino, Av. 23 de maio, Avenida Marquês de São Vicente, Avenida Gastão Vidigal, Avenida Pedroso de Moraes e corredor das avenidas Ricardo Jafet e Abraão de Moraes.

Villaça (2010) afirma ainda que nesse Quadrante vivem cerca de 1/5 da população da cidade e 1/10 da Região Metropolitana, porém a maioria da população de mais alta renda. Fica, aqui, um convite à reflexão: "...e a metrópole? Afinal o discurso oficial diz que o Rodoanel é obra de interesse regional. Não houve melhoria nas vias do ABCD, região atingida pelo trecho sul? Nem de Guarulhos, municípios esses que somam população de mais de 2 milhões de habitantes? Nem de Osasco, Perus, Caieiras, Francisco Mourato, Itapevi, Jandira, Carapicuíba etc. etc (atingidos pelo trecho oeste)? Silêncio total. Essas regiões não fazem parte da cidade não são a cidade nem a metrópole."

A intensa mobilidade residencial dos pobres, a exclusão para as periferias, a mobilidade pendular, a infra-estrutura inadequada para atender as necessidades mínimas da população são, fenômenos típicos de uma metrópole fragmentada socialmente, que incorporou ao seu espaço as grandes desigualdades sociais.

A cidade é um resultado sócio-espacial de uma produção coletiva e precisa, ser compreendida em sua totalidade, entendendo a diversidade da dinâmica imobiliária e da produção da cidade como fragmentos. Reitera-se mais uma vez ausência de unidade e a falta de articulação entre as partes.

Desafio do Planejamento Metropolitano

Após essa discussão devemos distinguir quais problemas são metropolitanos. Como distingui-los dos municipais? Alves (2007) esclarece que os problemas metropolitanos pertencem "a uma classe de problemas que ultrapassa a jurisdição de um único município e que, para a sua resolução, seja necessária a interação direta com um ou mais municípios que constituem a região metropolitana. Essa interação deve ocorrer porque a resolução do problema também é de interesse do(s) outro(s), ou seja, são problemas comuns a mais de um município que compõe a região metropolitana."

E, como vimos, esses problemas podem estar relacionados à infraestrutura urbana, como o abastecimento de água pelos mananciais, ao transporte público, deslocamentos pendulares, questões habitacionais, entre outros.

Tão importante quanto à identificação dos problemas metropolitanos é o modo que serão tratados e solucionados. Isso porque, ao institucionalizar-se uma região metropolitana, cria-se uma imagem idealizada desta escala de poder como sendo poderosa o bastante para sanar todos os problemas regionais.

Atualmente, com os processos de homogeneização econômica nacional e internacional, a prática de urbanização modifica-se a partir da ação dos novos agentes econômicos que impulsionam a integração territorial.

A dialética espacial integração/desintegração das diferentes áreas da metrópole revela contradições sociais do processo de reprodução do espaço urbano. Esse processo revela a contradição da produção do espaço urbano entre produção social e apropriação privada. Não é a falta de planejamento que está por trás da crise metropolitana e do que se convencionou chamar de caos urbano, promovido pela desarticulação administrativa das RMs, mas a própria lógica do planejamento numa sociedade capitalista, dependente, como a brasileira.

Soluções tradicionais têm-se mostrado ineficientes e onerosas, demandando altos investimentos públicos de um Estado há muito falido em sua capacidade de promover e administrar o bem-estar coletivo. Faltam instrumentos de gestão condizentes às necessidades das RMs, pois, ao transpor fronteiras político-administrativas, os instrumentos tradicionais de planejamento urbano tornam-se superficiais.

Monte-Mór (2010) destaca que a altíssima densidade tendencial das áreas urbanas centrais dificulta possíveis soluções alternativas. Nesse sentido, é o próprio modelo territorial urbano e metropolitano que necessita ser revisto, em busca de alternativas múltiplas que garantam maior permeabilidade e integração entre o espaço natural e espaço social.

Ao analisar duas formas de gestão metropolitana, a compulsória e a voluntária assume que parece surgir uma tendência de mesclar as diferentes estratégias de organização metropolitana, promovendo uma gestão regional sustentável e efetiva.

Parece claro que a metropolização brasileira não pode mais ser pensada em si mesma, mas em suas contrapartidas de periferias próximas e distantes.

A idéia de integração entre diferentes políticas, planos e programas, defendida por autores como Lacerda et. al. (2000), Meyer e Grostein (2004), é básica para o sucesso de qualquer proposta de planejamento metropolitano, pelo seu potencial em termos de uma maior igualdade social. "Região metropolitana é o conjunto de problemas comuns a serem resolvidos por prestação de serviços comuns. Indo mais além, exige planejamento socioeconômico, territorial, controle do solo e ordem política institucional."

Uma nova proposta para o planejamento metropolitano deve ter como diretriz fundamental a requalificação do espaço urbano e natural, isto é, a agregação de valor àquilo que existe de específico, de irreprodutível, e que está vinculado à idéia de lugar e de suas qualidades.

No caso do planejamento metropolitano, a maior ênfase, está no processo de ordenamento territorial requerendo reconhecer o que existe de específico no espaço urbano como os espaços transitórios e os espaços de grande valor ambiental.

Esse reconhecimento do espaço metropolitano ocorre através de algumas ações que, segundo os autores, possibilitam a formulação e a prática de políticas integradas. Entre essas ações estão o reconhecimento de áreas urbanizáveis, que devem ser incorporadas à estrutura urbana construída; áreas de reabilitação compreendem áreas ocupadas por habitações populares e em condições precárias de construção ou antigas áreas industriais urbanas abandonadas ou vazias, constituindo-se como potencial para a criação de áreas urbanas de uso coletivo e de habitação; áreas de valor ambiental, como os cursos d'água e mangues, restingas, morros, mananciais, que devem ser resguardadas como recursos estratégicos para as gerações futuras através do processo de reabilitação e de reconversão; reconhecimento da mobilidade e articulação metropolitana como deslocamento de pessoas, informação e cargas; reconhecimento do acesso, disponibilidade e necessidade de redes de serviços e infraestrutura, como saneamento ambiental e energia.

Além dessa integração entre políticas públicas faz-se necessário a integração entre os diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal – tornando as forças cooperativas em vez de competitivas.

Assim, alguns instrumentos podem viabilizar organizações em Regiões Metropolitanas, como concessões, consórcios públicos e parcerias público-privada visando criar uma maior flexibilização nos sistemas, mas é necessária, primeiro, uma democratização do processo decisório desses serviços, tendo como premissas o fortalecimento do município e a criação de mecanismos de controle social. Nesse caso, o papel de articulação dos municípios das regiões metropolitanas se apresentará como primordial. Além disso, o Estado deve aperfeiçoar o seu papel de mantenedor do controle e da racionalidade dos sistemas.

Dessa forma, as políticas que sustentam as práticas urbanísticas nas RMs têm papel efetivo na meta de conduzir as cidades no percurso do desenvolvimento sustentado.

No entanto, as instituições criadas para gerir as regiões metropolitanas não foram capazes de resolver os problemas dessas áreas.

Entre 1998 e 2004, a Universidade de British Columbia coordenou o Projeto de Gerenciamento Participativo de Mananciais (GEPAM), em Santo André com o objetivo de melhorar a proteção e reabilitação de mananciais afetados por assentamentos humanos na região metropolitana de São Paulo. Uma das suas conclusões, segundo Laczynski (2010), foi que um município pode resolver parcialmente os problemas relacionados a assentamentos informais sozinho, sendo necessária a cooperação intergovernamental para promover a equidade e a sustentabilidade urbana em áreas metropolitanas.

Em 2005, a Lei nº 11.107 estabeleceu normas gerais para que os entes federados contratem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. Os consórcios podem ser formados pelos entes federativos – União, Estados e Municípios, e são uma forma para tentar solucionar e equacionar algumas questões metropolitanas relacionadas à gestão de serviços públicos.

No que se refere às metrópoles, faz-se necessário a elaboração de propostas que articulem os diversos espaços fragmentados e desarticulados visando torná-las capazes de gerar uma melhor qualidade de vida para seus habitantes de garantir uma maior inserção no mundo contemporâneo.

Para que isso aconteça, é essencial considerar nas propostas do planejamento do desenvolvimento metropolitano que a metrópole foi constituída por diversos processos resultantes da ação do homem sobre o meio urbano.

Cabe ao planejamento e ao projeto urbano recuperar suas funções urbanas metropolitanas e afastar as práticas que põem em risco a essência da vida metropolitana. A execução de qualquer objetivo que caminha nesse sentido está diretamente ligada à possibilidade de planejar e executar projetos em escala metropolitana.

O planejamento e o projeto urbano para a metrópole brasileira contemporânea estão nascendo de análises que levam em conta a complexidade dessas dinâmicas.

Como foi evidenciado, o modelo de urbanização das metrópoles brasileiras gerou um espaço urbano profundamente fragmentado, com grandes problemas de funcionamento e de adequação ambiental, bem como pouco articulado com a ocupação urbana resultante. Tal situação representa uma ameaça ao desenvolvimento metropolitano sustentável.

Assim, o desenvolvimento sustentável das metrópoles tem como condição básica um ordenamento territorial que facilite a mobilidade das pessoas e da informação e um meio ambiente que garanta a qualidade de vida à sua população. Para isso, é fundamental que os sistemas de transportes, de informação e os serviços de infra-estrutura sejam planejados em conjunto, abrangendo todo o território metropolitano, transformando o espaço metropolitano em um tecido urbano mais coeso.

Só dessa forma as metrópoles passariam a oferecer condições de crescimento às suas diversas atividades em harmonia com a melhoria da qualidade ambiental urbana e social da população metropolitana.

Frente à crise da civilização urbana, o desafio é o planejamento integrado de políticas ambientais, econômicas, sociais, habitacionais e de desenvolvimento urbano visando garantir qualidade de vida a todos. Texto adaptado de ROMANELLI, C.; ABIKO, A. K

2 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS NO CAMPO.

A estrutura fundiária brasileira é fruto de 500 anos de apropriação privada da terra, em detrimento do interesse público. No entanto, muitos autores, como por exemplo Martins (1994), consideram sua existência a partir da emergência da moderna propriedade da terra. Ou seja, foi com a Lei de Terras de 1850 que ocorre a mercantilização da propriedade fundiária, marcando o início do capitalismo na agricultura.

Em muitos países desenvolvidos, a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil seu caráter é patronal e resulta em uma herança histórica que tem como marca essencial o impedimento, o desprezo e a intolerância das elites pelas formas familiares de propriedade e uso da terra. As elites brasileiras tentam convencer a sociedade de que essa é uma questão sem importância, pois o "único caminho do campo só pode ser o da grande fazenda comassala".

Por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, a utilização da terra se faz, predominantemente, e de maneira acentuada, em benefício de uma pequena minoria, determinando e condenando milhões de seres humanos a uma vida sem perspectivas, ao se constituir como o maior e principal obstáculo ao desenvolvimento econômico, cultural e social do país.

Outro ponto que pode ser destacado é a distribuição da propriedade fundiária, em que, geralmente, a grande propriedade ocupa as terras mais favoráveis e uma considerável parcela da população rural não dispõe de terras suficientes para a sua manutenção em nível adequado. Há ainda outra parcela da população rural, que constitui a grande maioria que habita o campo, que não dispõe de terra, nem de recursos e possibilidades para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo, submetendo-se a procurar emprego a serviço dos grandes latifundiários, razões estas que muitas vezes determinam os baixos padrões do trabalhador rural brasileiro.

Sendo assim, pode-se dizer que a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do Brasil consiste e tem como traço essencial a concentração da propriedade fundiária. De um lado, grandes proprietários e fazendeiros; de outro, trabalhadores sem terra ou com insuficiente quantidade de terras, com desnível nas condições de vida e diferença profunda na posição relativa que ocupam frente às atividades agrárias.

Os grandes proprietários e fazendeiros são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização de terra constitui um negócio como outro qualquer. Já para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível.

De acordo com o autor acima, nessas condições, os procedimentos da agropecuária brasileira se justificam pela maior soma de rendas e/ou lucros no menor prazo possível, e com um mínimo de despesa, circunstâncias estas responsáveis pelo baixo nível de vida da população rural. Sendo assim, o papel que sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro é tão somente o de fornecer força de trabalho à minoria privilegiada da agropecuária brasileira.

A disponibilidade de força de trabalho fornecida aos grandes proprietários pela massa da população rural se formou e se constituiu por causa do monopólio da terra que, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles.

O que determina e fixa a remuneração do trabalho, nas condições atuais da economia rural, é o equilíbrio do mercado de mão de obra, ou seja, a relação da oferta e procura que nele se verifica. Seja onde e qual for, a grande exploração do tipo comercial tende a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência e agravando as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio.

Assim, nesses vários séculos de hegemonia do latifúndio e do capitalismo, as relações de trabalho no campo foram pautadas pela exploração, frequentemente reforçadas pela violência, o que garantiu uma mão de obra a custos mínimos, ampliando-se as possibilidades de acumulação de capitais, através da criação de valor excedente.

O conceito de questão agrária

Da colônia para o Brasil de hoje ocorreu, sem dúvida, um longo período histórico que trouxe modificações na organização colonial. No entanto, a utilização de terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, mas sim, essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população.

A questão agrária diz respeito ao fato de que a grande maioria da população rural brasileira se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência. Trata-se de considerável parcela da população rural que, devido à concentração da propriedade, não encontra alternativa para prover sua subsistência senão alhear a sua força de trabalho e pôr-se a serviço dos grandes proprietários.

No entanto, as condições em que se realiza esse fornecimento de força de trabalho configuram o essencial das relações de produção e trabalho vigentes na economia agrária brasileira. A questão agrária possui como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e, conseqüentemente, a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo inevitavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo e faz parte de sua lógica e de sua história.

Nessa conjuntura, a questão agrária é um dos elementos estruturais do modo capitalista de produção, cujo processo histórico de afirmação (acumulação primitiva ou originária) dá-se, em grande medida, com a expropriação do campesinato. No caso do Brasil, a forma como a terra está dividida apenas reflete a estrutura social e de classes, marcada por alta concentração de renda e por profundas desigualdades.

Expressão da questão agrária, além das questões relativas à posse, domínio, propriedade e concentração de terras, desdobra-se em outros conteúdos como: produção, abastecimento e segurança alimentar, modelos de desen-

volvimento da agropecuária e políticas agrícolas, processos de expropriação, expulsão e exclusão, violência e exploração contra camponeses e assalariados, resistência e luta pela distribuição de terras, reforma agrária e políticas sociais para o campo, relação campo e cidade, qualidade de vida e dignidade humana, dentre as várias configurações pontuais.

No Brasil, a grande propriedade oferece forte resistência ao fracionamento, o que lhe proporciona numa dupla vantagem: de um lado, maior número de braços à procura de ocupação; e de outro, um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem absorvidas e agrupadas pela grande exploração. Daí essa concentração excessiva da propriedade fundiária, com garantia de solidez e estabilidade. "É precisamente nas zonas e regiões de maior progresso e desenvolvimento que se observa um processo de concentração mais acentuado e de predomínio cada vez maior da grande exploração".

No sistema latifundiário brasileiro, mesmo com a promessa do aumento de produtividade atribuído ao agronegócio, pessoas passam fome, são subnutridas ou desnutridas, vivem na miséria absoluta, apesar de tantos hectares de áreas agricultáveis.

Nesse contexto, a estrutura fundiária, montada sobre o latifúndio, é estruturalmente violenta, no sentido de negar o outro, de impedir uma existência digna para a ampla maioria. É uma violência estrutural, que se manifesta de distintos modos e que, muitas vezes, passa despercebida, mas é cotidianamente sentida. O campo tem sido cenário de injustiças recorrentes, de negação de direitos sociais, mas é também onde ocorre a resistência popular, na forma de organizações e movimentos sociais que lutam pela terra e reforma agrária.

A reforma agrária é necessária para o desenvolvimento do país, mas há uma resistência em efetivá-la, o que levou a concluir que "talvez o Brasil seja o único e o último país de dimensões continentais que ainda resiste à Reforma Agrária, e que ainda tenta, enfim, a ela se opor".

Para os projetos políticos dos grupos hegemônicos, a reforma agrária pode até ter perdido a razão, mas, não obstante, continua sendo uma necessidade dos trabalhadores rurais, dentro de um desenvolvimento socioeconômico de outro tipo.

Não se deve, entretanto, entender reforma agrária apenas como uma mera distribuição de lotes, que é o que geralmente acontece, mas sim como uma mudança radical na estrutura política e social do campo, sobre o qual o pequeno agricultor tenha autonomia e consiga diminuir a influência dos grandes latifundiários, que, muitas vezes, apresentam-se como lideranças políticas das comunidades.

A reforma agrária é entendida como uma política social a fim de atingir a redução da desigualdade no meio rural. Isso significa dizer que ela envolve não só a distribuição racional de terra, mas também a modificação das relações de trabalho e do relacionamento do homem no meio. Enfim, pressupõe mudanças no meio rural de forma a oferecer condições de uma vida digna no campo.

É uma forma de distribuição de terra que busca o retorno e a permanência do homem no campo, através de infraestruturas básicas tais como: estradas rurais, rede de água

e energia elétrica, moradia, serviços públicos como saúde, educação e assistência técnica, bem como equipamentos ligados à produção agropecuária desenvolvida no lote, como armazéns, resfriadores de leite, maquinários, etc.

A reforma agrária deve ser entendida como uma verdadeira política de Estado, envolvendo ministérios, secretarias, instituições e verbas no orçamento. O foco tem que ser direcionado à pequena produção, à agricultura familiar, em contraponto à agricultura de grande extensão, revertendo-se o predomínio desta, mas sem abrir mão dos incrementos tecnológicos, das alternativas limpas e baratas, com a diminuição ou eliminação dos produtos químicos, observando-se o desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente. Nesses termos, a finalidade é a conquista da terra, de trabalho, de moradia, de onde se retira o sustento digno, garantindo-se a produção de alimentos.

No Brasil, a reforma agrária tem que ser um processo articulado por um movimento social que represente nacionalmente a luta por uma transformação na estrutura fundiária, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola. Na opinião de Veiga, para que ocorra uma verdadeira reforma agrária, é necessário que: exista uma grande massa de trabalhadores rurais impedidos de ter acesso à propriedade da terra. Só em situação desse tipo é que ganha força social a ideia de que a terra deve pertencer a quem trabalha e, portanto, deve ser distribuída para quem nela quer trabalhar, morar, produzir e viver. O segundo critério é a possibilidade de uma abertura democrática participativa de todos os segmentos que defendem os direitos das classes populares, como sindicatos, cooperativas, partidos políticos, movimentos sociais, que vão organizando os trabalhadores a fim de pressionar o Estado para distribuir terra. Além desses critérios, uma grande concentração de terras nas mãos de poucos "proprietários", ou um grande número de terras improdutivas ou devolutas, abre grandes possibilidades para que a luta pela terra culmine com uma distribuição de terra.

Nesse sentido, o Brasil apresenta todas as características para que ocorra uma reforma agrária legítima. Contudo, o que vem de fato ocorrendo é uma política brasileira de implantação de assentamentos rurais, caracterizada, como uma "reforma agrária em migalhas", pois, em diferentes casos, são pequenas áreas reformadas mediante pressão de movimentos sociais.

O que tem ocorrido com a reforma agrária é uma precária política de assentamentos rurais, porque grande parte dos assentamentos são frutos de regularização fundiária e não de desapropriação de terras para assentar pessoas que não tenham acesso a esta, mas concessão de títulos definitivos para posseiros que há muito tempo ocupavam essas áreas.

Assim sendo, pode-se afirmar, também, que o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, fundado nos princípios da modernização, dificultou ainda mais a realização de uma efetiva reforma agrária brasileira que tivesse a essência redistributiva.

Essa reforma agrária redistributiva deve consistir na ação do Estado, que num curto espaço de tempo redistribui para o campesinato uma quantidade significativa de terras privadas monopolizadas por grandes proprietários e grupos eco-

nômicos que não cumprem sua função social. Seu objetivo é democratizar a estrutura agrária de um país e promover o desenvolvimento nacional, pressupondo transformar relações de poder político e econômico responsáveis pela reprodução e concentração fundiária.

Os "diferentes" tipos da política agrária brasileira

Ao fazer uma breve retomada histórica sobre a política agrária brasileira, destaca-se o período posterior à gestão do Presidente José Sarney. Foi nesse governo que se criou o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), bem como ocorreu a indicação de José Gomes da Silva para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para José Gomes da Silva (1987), foi em 10 de outubro de 1985 que o então presidente anunciou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias, durante quatro anos, regularização fundiária, colonização e tributação da terra, formação dos camponeses, políticas de financiamento e de desenvolvimento tecnológico, cadastro de imóveis rurais, estudos e pesquisas, apoio jurídico, solução dos conflitos agrários, etc.

Porém, as propostas e projetos enfrentaram intensa reação das forças conservadoras, dentre as quais podemos citar a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a União Democrática Ruralista (UDR). O governo alterou suas metas e, após apresentar 12 versões para o Plano, desfigurou completamente o projeto inicial, que acabou não sendo implementado.

O PNRA foi aprovado depois de ser praticamente alterado por inteiro, onde quase nada ficou da proposta original, contando inclusive com a saída de José Gomes da Silva do INCRA:

A Reforma tinha uma aceitação muito grande entre a população como um todo. O que realmente aconteceu em termos de produto final foi que o poderio econômico, a competência e a ousadia da direita, auxiliada pela penetração dos grandes órgãos de formação de opinião pública (grande imprensa, principalmente), fizeram reverter essa tendência. Além disso, as hesitações do Governo ajudaram a contrar-reforma que avançou pelos flancos e encurralou o MIRAD/INCRA e as frágeis forças que os apoiavam. O resultado foi o debate representado pela decretação de um PNRA que não guardou relação com a 'Proposta.

No final do governo Sarney, haviam sido assentadas apenas 84.852 famílias, cerca de 6% da previsão inicial. A frustração com esse resultado contribuiu sobremaneira para o fortalecimento, crescimento e organização dos movimentos sociais do campo, assim como para a escalada de ocupações de terras.

No governo de Fernando Collor de Mello (março de 1990 a outubro 1992), foram iniciadas as reformas neoliberais, tendo como principal característica a não intervenção estatal no domínio privado, com o pretexto da modernização econômica e da globalização. Apesar de ter criado um programa fundiário chamado Programa da Terra (que segue proposto pelo Banco Mundial), com a meta de assentar 400

mil famílias, a reforma agrária foi extinta da pauta política, e intensificou-se a repressão contra o movimento dos sem-terra. O Ministério da Reforma Agrária foi extinto e nenhuma desapropriação de terras foi feita.

Na gestão de Itamar Franco (outubro de 1992 a 1994), foi lançado o Programa Emergencial de Reforma Agrária, prevendo o assentamento de 80 mil famílias em dois anos. Foram implantados 152 projetos de assentamentos, atingindo apenas 28% da meta estabelecida. Já o governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela presença do Estado na execução da política agrária, como também pelo fortalecimento da repressão aos trabalhadores, lideranças e organizações em luta pela terra, necessidade para o desenvolvimento nacional, aplicando-a apenas como política social compensatória e estimulando a Reforma Agrária de Mercado, orientada pelo Banco Mundial. Já a implantação dos assentamentos foi feita de forma desarticulada com as demais políticas públicas, necessárias ao desenvolvimento rural.

Contudo, com os massacres de Corumbiara⁵, no Estado de Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás⁶, no Estado do Pará, em 1996, e a marcha dos 100 mil trabalhadores rurais à Brasília, em 1997, houve a necessidade política do governo admitir a grande demanda por terra existente no Brasil. No entanto, ainda assim, a política fundiária desenvolvida por esse governo só aumentou os conflitos no campo.

Frente à ofensiva do governo Fernando Henrique Cardoso, os camponeses intensificaram seu processo de espacialização, mediante a realização da ocupação de latifúndios, prédios públicos, construção de acampamentos rurais, bloqueio de estradas, articulação da Via Campesina, destruição do cultivo de transgênicos etc.

Nesse período, a luta pela terra atingiu um patamar jamais visto, com centenas de ocupações realizadas. O governo cedeu às pressões dos ruralistas e editou uma medida provisória chamada de MP das Invasões, que dispõe para reforma agrária terras ditas "invasidas"⁷ com o intuito de eliminar os conflitos mediante a judicialização da questão agrária, bem como a criminalização e deslegitimação dos movimentos camponeses. Com o objetivo de dificultar as ocupações em acampamentos, que se proliferavam pelo país, o governo Fernando Henrique produziu um pacote de medidas chamadas à época de "anti-invasão". Dentre essas medidas, uma das mais importantes foi a MP 2.027/2000 a qual previa que o imóvel rural objeto de esbulho possessório não seria vistoriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, e que a entidade ou organização que, de qualquer forma, colaborasse com ocupação de terra não receberia qualquer tipo de recursos públicos. Tal MP foi atualizada pela MP 2.183/2001, dando a seguinte redação à Lei nº 8.629, de 25 fevereiro de 1993, no Art. 2º:

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 7o Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, sequestro ou manutenção de serviços públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 8o A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

De 1996 até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, foram criadas quatro linhas de crédito para o financiamento de terras a camponeses, a saber: Projeto São José (PSJ) e a Reforma Agrária Solidária (na escala local do Ceará); Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza mais conhecido como o Cédula da Terra (PCT); Programa Fundo de Terras e de Reforma Agrária – Banco da Terra (BT) e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR). Todas essas linhas de crédito foram influenciadas diretamente pelas diretrizes programáticas da política fundiária neoliberal, emanada do Banco Mundial.

Para concluir, as políticas neoliberais do governo FHC só fizeram aumentar o desemprego e os excluídos do campo. Ainda podemos destacar que a quantidade de terras distribuídas no governo FHC foi muito abaixo do esperado e a qualidade de assistência dos assentamentos foi ruim. Estes, não foram dotados de infraestrutura, créditos e demais políticas públicas destinadas a viabilizá-los enquanto unidades geradoras de emprego e renda, explicando-se o alto grau de evasão e a situação de penúria em que se encontraram muitos assentamentos.

Também podemos citar outras medidas que contribuíram para dificultar a realização da reforma agrária e a consolidação dos assentamentos, o processo de desmonte do INCRA (aprofundado, não só pela ineficiência de recursos financeiros, como também de recursos humanos) e o sucateamento de outros órgãos governamentais que atuavam nas ações de reforma agrária.

Mesmo diante dessa conjuntura adversa, no período em análise foram criados 3.923 assentamentos de reforma agrária, sendo, a grande maioria, resultante dos processos de ocupação de terras, beneficiando 389.959 famílias.

Embora FHC tenha dito que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, o que de fato aconteceu foi a redução do crescimento do número de famílias acampadas e a precariedade dos assentamentos implantados, que foram projetos incompletos, sem infraestrutura básica, e onde a maior parte deles também não recebeu crédito agrícola e investimento. Enquanto o governo vangloriava-se de ter promovido uma reforma agrária jamais vista ao longo da história brasileira, o movimento real, atestado pela correlação entre os números de ocupações, quantidade de assentamentos criados e famílias beneficiadas, atestava que a política de reforma agrária seguia impulsionada pela luta popular, em particular pelas ocupações de terras.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva representou a esperança de mudanças significativas na sociedade com a possibilidade de uma ampla reforma agrária.

No início, o governo confiou a formulação de um plano de reforma agrária a Plínio de Arruda Sampaio e equipe. O grupo propôs o assentamento de 1 milhão de famílias, em quatro anos, priorizando-se, como demanda imediata, 180 mil famílias acampadas. A proposta não foi aceita pelo governo, que anunciou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado no final de 2003, com números bem menores. No novo plano previa-se o assentamento de 400 mil famílias até o ano de 2006, regularização da posse de 500 mil famílias, crédito fundiário para 128 mil famílias e viabilidade econômica dos assentamentos.

De acordo com Carvalho Filho (2005), o II PNRA previa também os seguintes programas para viabilizar seus objetivos: novos assentamentos, cadastro de terras e regularização fundiária, recuperação dos atuais assentamentos, crédito fundiário, igualdade de gênero na reforma agrária, titulação e apoio ao etno desenvolvimento de áreas remanescentes de quilombos, reassentamento de ocupantes não-índios de áreas indígenas, atingidos por barragens e grande obras de infraestrutura e populações ribeirinhas. Esses programas visavam criar condições para melhorar a vida das famílias já assentadas e regularizar a situação das famílias que estavam na posse de pequenas glebas.

Vale destacar dois momentos importantes de mobilização do campesinato a fim de pressionar o governo para o cumprimento do II PNRA. O primeiro foi a Conferência Nacional da Terra e da Água, realizada de 22 a 25 de novembro de 2004, em Brasília, na qual milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem-terras, agricultores familiares e camponeses, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais e quebradeiras de coco babaçu reuniram-se para debater o tema da reforma agrária, democracia e desenvolvimento social.

Outra grande mobilização foi a realização, pelo MST, da Marcha Nacional pela Reforma Agrária. No dia 1º de maio de 2005, cerca de 12 mil sem-terra reuniram-se na cidade de Goiânia e partiram para percorrer, por 17 dias, cerca de 210 quilômetros até Brasília. Ao chegar à capital federal, um ato político foi realizado em frente ao Palácio do Planalto, enquanto uma comitiva entregava ao presidente da República uma carta com as reivindicações dos marchantes.

Depois de quatro anos do primeiro mandato, o governo divulgou, no final de janeiro de 2007, o documento Desenvolvimento Agrário como Estratégia: MDA Balanço 2003 - 2006, enaltecendo o cumprimento de 95,35% da meta "estabelecida no início da sua implementação", ou seja, nos quatro anos, assentou 381.419 famílias, das 400 mil programadas em uma de suas metas. Enfatizou, também, o crescimento do número de famílias assentadas em comparação ao governo anterior. Esse crescimento resultaria de uma ampliação significativa dos recursos, pois "foram aplicados mais de R\$ 4 bilhões na obtenção e regularização de terras". Nesse trecho, explicita-se a concepção de reforma agrária do governo. Sua contabilidade engloba a aquisição de terras correspondente às grandes propriedades improdutivas desapropriadas, a retomada de terras públicas griladas, a compra de terras, bem como a regularização fundiária. No entanto, a regularização fundiária deve ser o reconhecimento do direito de posse às famílias que utilizam as terras públicas por longo período.

No período de 2003 a 2005, somente 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas. A maioria das famílias foi assentada em assentamentos antigos, em assentamentos que já existiam, em terras públicas. Nesse contexto, os números apresentados pelo governo, como a maior reforma agrária de todos os tempos, não condizem com a realidade.

A apuração do DATALUTA revela que Lula cumpriu apenas 48,1% da meta de assentar 400 mil novas famílias ou, em dados absolutos, 192.257. Vale ressaltar que o ano de origem, adotado na análise do DATALUTA, é o ano de obtenção do assentamento, o que exclui os assentamentos criados pelo governo Lula, obtidos em outros governos.

Outro instrumento de acesso à terra para o campesinato, previsto no II PNRA, foi o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), cuja meta era o ingresso de 130 mil famílias. Herdado da política agrária do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), esse programa inspira-se nas diretrizes agrárias do Banco Mundial (BM). Para o governo Lula, esse é um instrumento complementar à reforma agrária tradicional, mas, na prática, é concorrente da Reforma Agrária de Mercado (RAM). Entre os seus princípios está a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, a substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável, a perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar, como negação do camponês, enquanto sujeito político de sua própria recriação.

Nesse sentido, a concepção de campo assume um caráter neoliberal ao passo que o mercado detém centralidade na criação e recriação do campesinato. Portanto, a reforma agrária assume um caráter mercantil, passando sua defesa a ser realizada com veemência pelos ruralistas, como alternativa pacífica, ágil, econômica e viável.

Segundo Carvalho Filho, que integrou o grupo responsável pela elaboração da proposta do II PNRA, a ação governamental deixou a desejar e não apresenta diferenças significativas quando comparada com aquela implementada pelo governo anterior.

Para o autor, das 125,5 mil famílias consideradas assentadas em 2005, apenas 45,7% foram em áreas de reforma agrária. O restante (54,3%) refere-se a assentamentos ou reordenação de assentamentos em terras públicas. Os dados também mostram que grande parte dos assentamentos ocorre em áreas de fronteira agrícola, seguindo o comportamento de governos anteriores.

Estudo recente demonstrou que parte significativa das famílias computadas na reforma agrária do governo foi assentada na Amazônia, justamente a região em que se localiza a maior quantidade de terras devolutas e de posseiros. Na prática, ocorreu, meramente, a concessão dos títulos de propriedades às famílias que, há décadas, ocupam terras públicas. Portanto, nesses casos não há alteração da estrutura de propriedade, pois o Estado somente reconhece a transferência de uma parcela das suas terras que sempre foram utilizadas por posseiros.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA): Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, elaborado no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, não contemplou a amplitude e profundidade dos anseios das organizações camponesas que lutam pela terra e pela reforma agrária. No entanto, inegavelmente, representa em parte, uma ruptura com a postura adotada pelo governo anterior, frente à questão agrária. Enquanto FHC, no setor agrário, agiu apenas em resposta às pressões dos movimentos sociais, o governo Lula, no seu II PNRA, estabeleceu metas a serem cumpridas até o final do mandato, no tocante às diferentes dimensões do campo. Reconheceu-se o protagonismo dos movimentos sociais do campo e estabeleceu-se uma interlocução entre o governo e os mesmos.

De acordo com o representante da CPT, Dom Tomas Balduino (2005), não houve o incentivo à criminalização ou repressão dos movimentos sociais, encontrando, no governo, maior abertura para apresentar demandas e cobrar iniciativas governamentais. Houve no governo Lula: aumento dos valores de crédito e investimento nos projetos de assentamento, assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária (ATES), recuperação de assentamentos antigos, educação no campo e fortalecimento do INCRA.

No entanto, a reforma agrária demorou a ser implantada e não se deu a ruptura com o modelo agroexportador, além da nomeação de Roberto Rodrigues, um dos representantes do agronegócio, para o Ministério da Agricultura.

Os dados referentes aos novos assentamentos, às regularizações fundiárias e ao georreferenciamento de imóveis rurais revelam o fraco desempenho do governo no programa de reforma agrária, contrariando os objetivos do II PNRA. "Ao contrário, a política do atual governo é pontual e não prioriza a desapropriação por interesse social como principal instrumento para obtenção de terras". Para o autor: Cerca de 170 mil famílias vivem em acampamentos à beira de rodovia ou em áreas ocupadas, à espera de um pedaço de chão, enquanto aproximadamente 840 mil estão cadastradas pelo INCRA como possíveis beneficiárias da reforma.

As grandes propriedades declaradamente improdutivas totalizam cerca de 133 milhões de hectares, ao passo que a estimativa de terras devolutas chega ao número aproximado de 172 milhões de hectares. As terras públicas cadastradas

por diferentes órgãos federais, e que poderiam ser destinadas ao assentamento de trabalhadores, somam 4,3 milhões de hectares. São, portanto, 311 milhões de hectares que poderiam ser disponibilizados à reforma agrária. Assim, a meta de assentar 400 mil famílias, prevista no II Plano Nacional de Reforma Agrária, é compatível com o estoque de terras disponível. No entanto, tal meta tornou-se inviável diante da política econômica neoliberal que o governo Lula herdou da gestão FHC e lhe deu continuidade, que drena os recursos orçamentários para o pagamento dos serviços da dívida pública federal.

No Poder Legislativo, no âmbito das duas casas (Câmara Federal e Senado), deu-se a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a CPMI da Terra, após pressão dos ruralistas e de parlamentares da oposição, contra a atuação dos movimentos sem-terra, principalmente o MST, e como forma de deslegitimar e enfraquecer qualquer atuação pró-reforma agrária.

Com mais de 75 mil páginas de documentos, o relator, Deputado Federal João Alfredo (inicialmente no PT e depois no PSol/CE), apresentou seu voto, denunciou os grandes danos do latifúndio e suas mazelas históricas, também legitimando os movimentos sociais, associações e cooperativas de reforma agrária. Contudo, de acordo com Celos: as forças ruralistas conseguiram rejeitar aquele relatório e aprovaram, por 13 votos a 8, no dia 29 de novembro de 2005, o relatório substituto, apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), integrante da bancada ruralista. O relatório vencedor deve ser tido como mais uma tentativa de criminalizar a atuação dos movimentos sociais que lutam pela terra, além de descaracterizar o sentido da questão agrária brasileira, ignorando seus aspectos sociais e políticos. Não abordou a reforma agrária, a violência nem mesmo a morte da missionária Dorothy Stang é mencionada e o trabalho escravo, por exemplo.

Adotando um tom preconceitoso e autoritário, chega a "acusar" o MST de ser socialista, esquerdista e revolucionário. O voto vencedor sugeriu (proposição legislativa) que a ocupação de terras fosse definida como ato terrorista e crime hediondo, além da figura penal do "esbulho possessório com fins políticos" e pediu os indiciamentos de cinco integrantes do MST e dos presidentes de suas entidades parceiras, a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e a Associação Nacional das Cooperativas Agrícolas (ANCA). Também sugeriu o fim dos repasses de verbas públicas para essas entidades.

Mas o relatório vencido não foi descartado e, recentemente, foi publicado, por iniciativa do Deputado João Alfredo e outros deputados e senadores, constituindo-se em importante material para o entendimento das questões que permeiam o meio rural.

Ainda, após essa CPMI da Terra, houve a criação da CPI das ONGs (é o nome dado para investigações sobre repasses de dinheiro ocorridos no primeiro mandato do governo Lula, entre 2003 e 2006, para ONGs ligadas tanto ao governo federal e ao Partido dos Trabalhadores, quanto à oposição) que está em funcionamento no Senado e a CPMI do MST, sendo esta uma comissão mista, com deputados e senadores, destinada a investigar o repasse de verbas públi-

cas a entidades que teriam ligação com o MST. A oposição tinha como objetivo investigar as denúncias de desvio desses recursos para financiar ocupações de propriedades rurais produtivas e prédios públicos. Essa CPMI foi encerrada no dia 17 de julho de 2010.

Historicamente, as ações políticas no campo brasileiro têm como meta responder quantitativamente à inserção subalternizada e dependente do país monopolista, desde a década de 1990 e sobretudo com os mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso que, com o discurso da necessidade de promoção e desenvolvimento rural, teve como eixos a valorização do agronegócio e a substituição da questão agrária por políticas de desenvolvimento rural sustentável com vistas à "redução" da pobreza.

A formação socioespacial e socioterritorial no Brasil tem negado o acesso à terra às famílias mais pobres. Durante várias épocas da história, os camponeses lutaram para entrar na terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas com a proposta de uma sociedade mais democrática e menos desigual.

Nesse sentido, a luta pela terra no Brasil é um processo contínuo desde os movimentos messiânicos, das Ligas Camponesas até o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contudo, todos os modelos de desenvolvimento rural adotados não avançaram no sentido de solucionar os problemas relativos à terra.

Assim, sem desprezar as dificuldades, a reforma agrária representa um exercício de cidadania e luta contra a pobreza, fome, desemprego, pela soberania e segurança alimentares e contra o desrespeito aos direitos humanos.

É uma necessidade dos trabalhadores rurais, dentro de um desenvolvimento socioeconômico de outro tipo, e à medida que a política pública de reforma agrária pode trazer trabalho e direitos de cidadania, ela deve ser administrada em favor dos que lutam por terra e por um país mais justo e igualitário.

Nesse sentido, como não se restringe ao campo, muito menos é uma necessidade apenas dos sem-terra, camponeses ou trabalhadores rurais, a luta pela reforma agrária traz a necessária interação com a cidade. Por essa razão, estudiosos do assunto e envolvidos nessa questão dizem que ela é travada fortemente no campo, mas é ganha nas cidades.

Faz-se necessária a implantação de um novo modelo, que requer uma outra decisão política, que envolva concepções de progresso, desenvolvimento da economia e sociedade, para que haja a perspectiva da implantação de uma proposta de reforma agrária capaz de modificar a estrutura fundiária, aumentar o produto e a renda da agricultura e garantir a equalização de oportunidades. Resta, no entanto, aos órgãos responsáveis pela política agrária encontrar formas alternativas e força de vontade política para isso. Texto adaptado de CARVALHO. L. H.

3 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS.

A imigração para o Brasil tornou-se mais intensa a partir de 1850, quando teve fim o tráfico de escravos. A maior parte dessa entrada de imigrantes no país teve relação com a demanda de mão de obra para a lavoura cafeeira por intermédio do Estado ou de fazendeiros. Antes de meados do século XIX, já havia ocorrido, embora em reduzido número, a vinda de imigrantes para o território brasileiro. Em 1808, teve início a imigração a partir da vinda da família real portuguesa e da abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

Em razão da fuga dos governantes de Portugal frente ao exército de Napoleão Bonaparte, o Brasil passou a ser, então, a nova sede do reino – e não se sabia por quanto tempo, visto que os franceses poderiam ocupar Portugal por período indeterminado. Instalando-se no território brasileiro, D. João VI passou a incentivar a vinda de açorianos (em 1808) e de suíços (em 1818), partindo de uma ideologia de “branqueamento” da área que era a nova sede da monarquia portuguesa. Após a independência do país, teve também lugar a vinda de alemães (nas décadas de 1820 e 1830), promovida por D. Pedro I. Entretanto, o contingente total dessa imigração, até a metade do século XIX, era expressivamente inferior à vinda de africanos como escravos.

Com as pressões da Inglaterra pelo fim do tráfico negreiro e com a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu o tráfico de escravos para o Brasil, os proprietários de terras, sobretudo os cafeicultores, que desenvolviam a atividade que predominou no país da segunda metade do século XIX aos primórdios do século XX, começaram a promover a vinda de imigrantes, a fim de substituir a mão de obra escrava. O período compreendido entre 1850 e 1934 representou o auge da imigração para o Brasil. A partir de 1834, houve significativa queda na imigração, o que se deveu, principalmente, à Constituição promulgada nesse ano, a qual instaurava algumas medidas restritivas à vinda de estrangeiros. De 1850 a 1880, entraram no território brasileiro cerca de 5 milhões de imigrantes. Desse total, cerca de 3 milhões se fixaram definitivamente.

A maior entrada de imigrantes se deu a partir da abolição da escravidão, em 1888, que impeliu o governo a procurar nova mão de obra no continente europeu e no Japão. Dessa forma, no espaço de tempo que se estende de 1888 até 1914-1918 (período da Primeira Guerra Mundial), teve lugar o maior contingente migratório. O Brasil, do final do século XIX ao início do século XX, foi um país que apresentou imigração bastante expressiva, não se comparando, porém, a países como Estados Unidos, por exemplo, que recebeu cerca de 40 milhões de estrangeiros. Como visto, tratou-se de uma imigração provocada, e não de uma imigração espontânea, uma vez que o movimento migratório foi resultado da propaganda do Brasil no exterior – a qual, muitas vezes, era ilusória. As despesas do imigrante na vinda para o Brasil geralmente eram custeadas pelo governo ou por proprietários de terras. Em seu país de origem, o imigrante e

sua família assinavam um contrato de trabalho. O proveito desse contrato, entretanto, era apenas do empregador. Os imigrantes firmavam negócio iludidos pela propaganda e sem ter conhecimento acerca do lugar em que iriam prestar serviços. Tal situação gerou conflitos e fugas de famílias das fazendas (visto que, de acordo com o contrato, o imigrante não teria permissão para se retirar antes do fim do acordo).

Além disso, houve emigração daqueles que tinham condições de custear a viagem de retorno ou mesmo a ida para outro país do continente americano. Depois da Primeira Guerra Mundial, com o desenvolvimento da indústria de São Paulo, que começava a destacar-se no cenário nacional e cujo mercado consumidor se estendia até a Região Nordeste, o movimento migratório de nordestinos para São Paulo e para outras áreas de cultivo do café cresceu, tornando-se mais significativo que a entrada de imigrantes vindos do exterior. Nesse contexto, a indústria paulista continuou crescendo, em detrimento de empresas têxteis da Região Nordeste. Houve, assim, um declínio de práticas tradicionais, como as atividades algodoeira e açucareira, que eram dependentes do mercado externo. Quando a Constituição de 1934 restringiu, por sistema de cotas, a imigração de estrangeiros para o Brasil, esta já não era imprescindível para atender às demandas de mão de obra da atividade cafeeira, uma vez que os números do movimento migratório de nordestinos já a ultrapassavam. O sistema de cotas relativo à imigração, fixado pelas Constituições brasileiras de 1934 e de 1937, estabelecia que, a cada ano, não poderiam entrar no país mais de 2% sobre o total de entradas de cada nacionalidade nas últimas cinco décadas. Foram, ainda, adotadas outras disposições restritivas, como a exigência de 80% de agricultores para cada nacionalidade e a seleção por critérios doutrinários (concepções políticas). Os movimentos migratórios para o Brasil (a partir do ano 1800) podem ser divididos em três fases, descritas adiante.

1ª fase (1800-1850) – O fluxo de imigrantes para o Brasil, nessa fase, é pequeno quando comparado com o período seguinte. Incentivava-se o tráfico de escravos, visto que se tratava de mão de obra gratuita. Tal contexto repelia a vinda de outros imigrantes.

2ª fase (1850-1930) – Nesse período, a imigração para o território brasileiro recebeu impulso. Entre os fatores determinantes para isso, podem-se citar a proibição do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queirós, em 1850), a iniciativa do governo imperial (até 1889) de prover as despesas de transporte do imigrante, o crescimento da cafeicultura e a abolição da escravatura (Lei Áurea, em 1888).

3ª fase (1930 até o presente) – Tal fase de imigração para o Brasil foi desestimulada por uma série de acontecimentos, entre os quais se podem citar os seguintes: a Revolução de 1930 no país, que fixou medidas restritivas à imigração (houve, inclusive, proibição em 1932); a Constituição de 1934, que estabeleceu cotas de imigrantes; a Segunda Guerra Mundial; a melhoria do padrão de vida de muitas populações do continente europeu. Nos anos 80 do século XX, o Brasil registrou, pela primeira vez, saldo migratório negativo: estima-se que pelo menos 1 milhão de pessoas, nesse período, tenham deixado o país em direção aos Estados Unidos, à Europa e a outros países do Mercosul.

Migrações inter-regionais

As migrações internas, entre áreas ou regiões do Brasil, vêm ocorrendo desde a época colonial, embora se tenham intensificado a partir do início do século XX, principalmente após a Primeira Guerra Mundial. Durante toda a sua história, a economia brasileira caracterizou-se pela existência de fases ou ciclos, nos quais um determinado produto despontava como o mais importante. Assim, houve a fase da cana-de-açúcar, nos séculos XVI e XVII; a mineração, no século XVIII; o surto da borracha, de 1870 a 1910; e o café, no final do século XIX e início do XX. O período áureo de cada produto, que era determinado pela sua valorização no mercado internacional, sempre necessitou de mão de obra, ocasionando, para a região que o produzia, deslocamentos de grandes contingentes humanos, oriundos de outras regiões do país.

Essas migrações inter-regionais, contudo, eram relativamente fracas, intensificando-se somente na segunda década do século XX. Com a abolição da escravidão, a mobilidade espacial da população aumentou, uma vez que o trabalhador livre ou assalariado pôde deslocar-se à vontade pelo território, ao contrário do escravo, que era considerado "objeto" de compra e venda. A precariedade das estradas que ligavam as diversas porções do país era tão grande que muitas vezes saía mais barato comprar escravos na África do que em uma região brasileira onde eles existissem em disponibilidade. Só na fase do café, especialmente a partir do final do século XIX, é que teve início a construção de uma rede de transportes mais extensa, iniciando-se com ferrovias, e, em seguida, já no século XX, predominando as rodovias. Essas novas estradas facilitaram bastante as migrações inter-regionais no Brasil.

As mais numerosas migrações inter-regionais da história brasileira foram as de populações nordestinas e mineiras para os grandes centros do Sudeste. Essas migrações tiveram início no final do século XIX, aceleraram-se no início do século XX e prosseguem até os dias atuais, embora já não tão intensamente como há algumas décadas. Esse movimento populacional, como foi visto, originou-se do crescimento econômico do Sudeste – no início, com o café; depois, com a indústria, mas também devido ao declínio econômico do Nordeste face à menor procura internacional de seus produtos agrícolas tradicionais de exportação e à estagnação de seu setor industrial. No final da década de 1950, estimulada pela absorção de mão de obra para a construção de Brasília, a população nordestina traçou uma nova corrente migratória com destino ao Planalto Central, que, na década seguinte, se tornou uma das principais correntes migratórias do país.

Na Região Sul, a modernização do espaço agrícola e a concentração fundiária também incrementaram a migração para a Região Centro-Oeste. São fatores que contribuíram para a expansão da fronteira agrícola do Sudeste para o Centro-Oeste e, posteriormente, para a Amazônia:

- a construção da malha rodoviária integrando as regiões brasileiras;
- o desenvolvimento de técnicas de correção dos solos lateríticos do cerrado;

- a assistência dos agrônomos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária);
- os financiamentos por parte dos governos estaduais e federal.

Inserir as regiões Norte e Centro-Oeste no processo produtivo do país consistia em políticas governamentais com o objetivo de ocupar o interior e estimular a redução das disparidades de desenvolvimento regional. Com essa proposta, foram criados órgãos de planejamento, visando promover a ocupação e o desenvolvimento das regiões mais estagnadas do país. Como exemplos de iniciativas nesse sentido, citam-se a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). A construção de grandes rodovias, como a Belém-Brasília, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, e a criação de projetos agropecuários e mineiros, como o Projeto Carajás, foram medidas adotadas para incorporar a Região Amazônica ao desenvolvimento nacional.

A instabilidade política e econômica registrada na década de 1980 foi indutora de novas mudanças no comportamento migratório inter-regional do país. A crise estimulou a desconcentração produtiva, interiorizando os parques industriais que buscavam força competitiva nos incentivos fiscais e na mão de obra mais barata, o que resultou no crescimento das migrações intrarregionais.

Nas últimas décadas, reduziu-se a atração de migrantes nordestinos para São Paulo. Na década de 1980, pela primeira vez na história, o município registrou um saldo migratório negativo: a diferença entre o número de pessoas que saíram e o número das que entraram, entre 1980 e 1991, foi da ordem de 750 mil. Grande parte do contingente populacional que deixou a metrópole se dirigiu às principais cidades do interior do estado, tais como Ribeirão Preto e Campinas. O restante realizou aquilo que os demógrafos chamam de "migração de retorno", voltando às cidades nordestinas de origem. Entre 1999 e 2004, por exemplo, 714 mil nordestinos retornaram à sua região.

Onde estão os migrantes

No Brasil, fatores como abertura de novos mercados de trabalho, favorecidos por novas mudanças na economia nacional e na internacional, reduziram o número de brasileiros que saíam de sua região de origem.

A guerra fiscal entre municípios e estados, a distribuição da indústria por regiões, o processo de urbanização e a inserção de cursos de qualificação profissional no interior do país criaram oportunidades de emprego, gerando novas situações que influenciam os movimentos migratórios. Apesar das mudanças no quadro de desenvolvimento regional, o Sudeste ainda continua sendo o principal destino das migrações internas, seguido pelo Nordeste e pelo Centro-Oeste. O Sudeste é também a região que possui o maior número de brasileiros oriundos de outras regiões, recebendo do Nordeste a maior parcela dessa população.

A Região Centro-Oeste, por sua vez, é a que apresenta o maior percentual de imigrantes nascidos em outras regiões (34,1%, segundo estimativas de 2012 do IBGE). A criação de órgão de planejamento regional, principalmente a partir da década de 1960, e de subsídios governamentais destinados a atividades agropecuárias, impulsionando o agronegócio, favoreceram a atração da população para o Centro-Oeste.

Migrações internas

Êxodo rural

O êxodo rural, também denominado migração campo-cidade, é um movimento horizontal que, no Brasil, intensificou-se a partir das décadas de 1940 e 1950, estimulado pelo grande surto industrial da Era Vargas e do Governo Juscelino Kubitschek. Para a Região Sudeste, deslocaram-se milhares de nordestinos em busca de emprego e de melhores condições de vida. Os chamados paus de arara foram largamente utilizados na década de 1950 para transportar os migrantes ou retirantes do Nordeste.

A estrutura agrária concentradora, os rigores climáticos e a carência de políticas geradoras de emprego e renda, capazes de absorver a mão de obra, devem ser apontados como fatores que impulsionavam o êxodo rural da população nordestina. Nas últimas décadas, a própria modernização do espaço agrário tem sido indutora do êxodo rural. Na Zona da Mata nordestina, o corte mecanizado da cana-de-açúcar e a automação das usinas estimulam o êxodo de trabalhadores rurais para o cinturão urbano de Recife. O êxodo rural tem muitas consequências para as cidades, destacando-se

- o desemprego e o subemprego, quando o mercado de trabalho é pequeno para a quantidade de mão de obra disponível;
- a falta de moradias, gerando preços elevados no aluguel ou na compra de habitações;
- a formação de favelas e de bairros operários, sem as benfeitorias da cidade;
- o desaparecimento do cinturão verde (chácaras e sítios que envolvem a cidade), devido à especulação imobiliária;
- as deficiências nos serviços públicos urbanos, como água encanada e esgoto, coleta de lixo e transportes coletivos;
- as crises de abastecimento no mercado urbano, com falta de gêneros alimentícios e de outros produtos;
- a marginalidade social, como delinquência, mendicância e prostituição.

Transumância

Transumância é um movimento migratório reversível determinado por condições climáticas (sazonalidade) com mudanças das estações ou secas temporárias. Um exemplo de transumância no Brasil é o caso dos nordestinos do agreste que se deslocam durante a estiagem com destino à Zona da Mata para a colheita e a moagem da cana-de-açúcar.

No início do período úmido, eles voltam para as suas roças. Esse movimento ficou conhecido em todo o Brasil por meio da letra da música "Asa Branca", cantada por Luiz Gonzaga.

A transumância também se encontra comumente associada à expressão "invernada". Em Minas Gerais, o queijo da Serra da Canastra é um produto resultante da transumância do gado, levado ao alto da serra no período invernal. No Ceará, com a estiagem prolongada, pecuaristas do sul do estado chegam a deslocar rebanhos para a Chapada do Araripe, provocando o desmatamento da cobertura florestal para a produção de pastagem, com o início da quadra chuvosa, retornam para a depressão sertaneja. Os boias-frias, que, em épocas de colheita, se locomovem para lugares em que trabalham, exercitam o movimento de transumância.

Movimento pendular

Movimento pendular é um movimento migratório diário típico dos grandes centros urbanos industriais, criando centros de dormitórios, nos quais os trabalhadores se deslocam dos subúrbios para as áreas industriais. Na atualidade, verifica-se que esse deslocamento ocorre entre distâncias cada vez maiores de origem em relação ao destino, revelando o avanço do processo de ocupação do espaço das aglomerações urbanas.

O movimento pendular se encontra em constante aumento, quer em número, quer em distância. A principal causa desses aumentos seria a melhoria nos sistemas de transporte. Vale ressaltar que a pauperização da massa trabalhadora obriga grande parte da população a residir em áreas periféricas, onde o mercado imobiliário oferece terrenos de valores mais acessíveis. Em algumas cidades, os municípios em torno da área metropolitana desenvolvem função de cidades-dormitório, pois os trabalhadores se deslocam diariamente para regiões geradoras de emprego e renda, retornando no final da jornada de trabalho.

Urbanização

O processo de urbanização ocorre quando a população residente no meio urbano cresce a taxas maiores que o crescimento da população rural. Tome-se como exemplo o Brasil: em 1960, 56% da população era rural, e 44%, urbana; em 2010, a população rural era de 16%, enquanto a urbana cresceu para 84%. Nesse caso, houve um aumento da urbanização no sentido demográfico. Urbanização é também a expansão do modo de vida urbano (valores socioculturais urbanos) e a instalação de equipamentos urbanos, como energia elétrica, água e esgotos, pavimentação, estradas, equipamentos transmissores de informação, transportes coletivos, escolas, hospitais, comércio e outros serviços. Quando esses equipamentos são instalados em zonas rurais, ao longo das rodovias, por exemplo, ocorre a expansão da urbanização. É importante lembrar que a urbanização possui limite. Em países onde a urbanização se acelerou nos séculos XVIII e XIX, já é comum o êxodo da cidade para o campo, seja espontâneo, buscando o que se definiu como "vida saudável", ou atraído por atividades econômicas que são estimuladas a se desenvolverem em meio rural para atender à sociedade urbana. Nesse caso, se a população rural passa a crescer mais que a urbana, há um processo chamado de ruralização.

Cidade e fenômeno urbano

Historicamente, o campo precedeu a cidade. As primeiras cidades apareceram há mais de 3 500 anos a.C. Contudo, o processo de urbanização moderno teve início há cerca de dois séculos (século XVIII), com a Revolução Industrial, desencadeada primeiro na Europa e, depois, nas demais áreas do mundo. Nos países com industrialização tardia, a urbanização é um fenômeno bem recente. De acordo com estimativas das Nações Unidas, em 2014, 54% da população mundial vivia em áreas urbanas, e a tendência é esse percentual aumentar cada vez mais. Deve-se ressaltar ainda que a Europa Ocidental, as Américas e a Oceania possuem taxas de urbanização mais altas do que a maior parte dos países da Ásia e da África, fato que caracteriza a urbanização como um fenômeno desigual. Definir o que é cidade não é tarefa fácil, devido à multiplicidade de aspectos que ela apresenta.

De forma simplificada, pode-se dizer que a cidade é uma concentração de pessoas e de atividades econômicas dos setores secundário e terciário; é todo aglomerado urbano que envolve características sociais, econômicas e culturais em um mesmo ambiente. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade deve possuir, pelo menos, um aglomerado de 10 mil habitantes. O número de habitantes das cidades, no mundo todo, deverá quase dobrar até o ano 2050, segundo projeções da ONU.

Rede urbana e hierarquia urbana

- Rede urbana ou malha urbana – Corresponde à distribuição das cidades pelo território e à sua interligação por meio dos grandes eixos rodoviários e ferroviários. A urbanização de uma sociedade origina uma rede urbana, isto é, um sistema integrado de cidades que vai dos pequenos locais às metrópoles. Desde o final do século XIX, muitos autores passaram a utilizar o conceito de rede urbana para se referir à crescente articulação existente entre as cidades, como resultado da expansão dos processos de industrialização e de urbanização. No mesmo período, na tentativa de apreender as relações que se estabelecem entre as cidades no interior de uma rede, a noção de hierarquia urbana também passou a ser utilizada.

- Hierarquia urbana – É a polarização que uma cidade exerce sobre a outra, ou seja, uma escala de subordinação entre as cidades. As pequenas cidades se subordinam às médias; e estas, por sua vez, às cidades grandes. A hierarquia urbana é estabelecida segundo o equipamento funcional que as cidades possuem, ou seja, segundo a capacidade que as cidades têm de oferecer bens e serviços. À medida que uma cidade consegue desenvolver e ampliar ou diversificar os produtos ou serviços para atender às necessidades de consumo da população, ela exercerá maior influência sobre uma região.

Aglomerados urbanos

- Metrópole – É o termo empregado para designar as cidades centrais, de áreas urbanas. É a cidade que possui os melhores equipamentos urbanos de um país (metrópole nacional) ou de uma região (metrópole regional). As metrópoles, por meio de fluxos de pessoas e de serviços, assumem importante posição na rede urbana da qual fazem parte. Por exemplo: Nova York (metrópole nacional dos EUA) e Fortaleza (metrópole da Região Nordeste do Brasil).

- Região metropolitana – É um conjunto de municípios contíguos integrados socioeconomicamente a uma cidade central ou principal e com serviços públicos de infraestrutura comuns. Geralmente, as regiões metropolitanas formam aglomerações urbanas, uma grande área urbanizada formada pela cidade-núcleo e pelas cidades adjacentes, exigindo planejamento comum em termos de abastecimento, circulação, educação, localização industrial, prestação de serviços etc. Por exemplo: Grande São Paulo (39 municípios), Grande Rio (21 municípios) etc.

Megacidades

O surgimento das chamadas megacidades – aglomerados urbanos com 10 milhões de habitantes ou mais – é consequência direta do processo de urbanização. Em 1975, só existiam cinco megacidades no mundo: Tóquio (Japão), Nova York (Estados Unidos), Xangai (China), Cidade do México (México) e São Paulo (Brasil). Atualmente, esses aglomerados já são 28, de acordo com a edição de 2014 do relatório Perspectivas da Urbanização Mundial, das Nações Unidas (veja os dez maiores na tabela a seguir), e as projeções indicam que o número aumentará para 41 até 2030. Ainda de acordo com dados da ONU, uma em cada oito pessoas no mundo vive em uma megacidade. Estimativas apontam também para uma proliferação de centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes. A razão desse aumento está no fato de que a população dos países em desenvolvimento cresce em um ritmo maior que a dos desenvolvidos.

Cidades globais

Com a internacionalização do capital e a modernização dos diversos meios de comunicação, as fronteiras entre nações e cidades se tornaram mais estreitas, fazendo com que algumas delas alcançassem o status de cidades globais, que constituem aglomerados urbanos dotados de boa infraestrutura (portos e aeroportos), de modo que são capazes de influenciar a circulação de pessoas, serviços, mercadorias e capital. Sua importância reside nos aspectos técnico, econômico-financeiro e de serviços especializados, e não no tamanho de sua população. As cidades globais apresentam capacidade de influenciar a economia globalizada, concentrando, em sua estrutura, escritórios de empresas multinacionais, redes bancárias relevantes na circulação do capital mundial, bolsas de valores, além de sediarem as principais organizações mundiais (ONU, FMI, Banco Mundial, OCDE e outras).

Megalópole

Megalópole é a aglomeração (conurbação) de várias metrópoles, formando uma gigantesca área urbanizada. Apresenta como características elevada concentração demográfica, alto nível de integração econômica, forte circulação de pessoas, mercadorias e serviços, esta favorecida por um sistema moderno de transporte e circulação, promovendo a circulação de metrópoles circunvizinhas. As megalópoles evidenciam as transformações socioespaciais proporcionadas pelos avanços tecnocientíficos do mundo globalizado. Podem-se citar como exemplos a megalópole do Japão – com a integração de Tóquio, Osaka e Kitakyushu – e as megalópoles dos Estados Unidos – BosWash (Boston, Nova York, Filadélfia, Baltimore e Washington), ChiPitts (Chicago, Detroit, Cleveland e Pittsburgh), SanSan (San Francisco, Los Angeles e San Diego).

Conurbação

Conurbação é a superposição ou o encontro de duas ou mais cidades que se desenvolvem uma ao lado da outra, de tal forma que acabam se unindo como se fossem apenas uma cidade. Pode-se citar como exemplo o que aconteceu entre São Paulo e os municípios vizinhos (Santo André, São Caetano, São Bernardo, Diadema e Guarulhos).

Problemas urbanos

É evidente que os problemas urbanos existem tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. A diferença entre esses problemas, porém, é bastante acentuada. A qualidade de vida nas grandes cidades de países em desenvolvimento vem sofrendo um processo de deterioração alarmante. A degradação do meio ambiente nos países desenvolvidos, especialmente em suas áreas urbanas, é uma consequência do desenvolvimento industrial.

A poluição das águas por detritos industriais, a poluição atmosférica por partículas sólidas e de gases lançados no ar pelas indústrias e pelos veículos, o lixo urbano, a poluição sonora e a visual são apenas alguns dos vários problemas que essas cidades enfrentam, apenas com uma diferença: em alguns países cuja industrialização aconteceu primeiro, existe tanto a consciência do problema como as tentativas para resolvê-lo. Já nos países em desenvolvimento, além de todos esses transtornos citados, há poucas tentativas de solução. Assim, avolumam-se as dificuldades de ordem socioeconômica, sendo transferida para as cidades a miséria originada no meio rural.

O problema de abastecimento de água, por exemplo, é um dos mais graves, pois milhares de pessoas em cidades grandes não possuem água tratada. O resultado é a disseminação da cólera, da hepatite e da desidratação e o aumento na taxa de mortalidade infantil. O abastecimento de alimentos é outro problema grave, pois faltam cinturões verdes ao redor de grandes cidades, sendo necessário que mercadorias sejam transportadas de grandes distâncias, encarecendo seu custo e tomando pouco acessível a aquisição de alimentos por grande parte da população.

O abastecimento de energia elétrica vem se tornando um impasse, devido à falta de investimentos nesse setor, que possui altíssimos custos de construção de represas e linhas de transmissão, que oneram as despesas familiares.

No transporte coletivo, apesar de uma relativa eficiência em algumas cidades grandes, a utilização, em muitas cidades, basicamente do meio rodoviário (ônibus) encarece sobremaneira esse serviço, que deveria ser acessível a todos.

A coleta de lixo, embora realizada com regularidade nas grandes cidades, amplia os lixões, que são verdadeiras fontes de contaminação, devido, sobretudo, ao chorume, que polui lençóis freáticos e fontes de abastecimentos de cidades. Somam-se a isso problemas de habitação, saúde, segurança, falta de escolas e de empregos, cenário que permite um retrato aproximado da vida em grandes cidades.

Urbanização do Brasil

O processo de urbanização do Brasil vem crescendo desde a década de 1940, paralelamente ao processo de industrialização. Nessa época, 69% da população brasileira se encontrava no campo, enquanto 31% estava nas cidades, que eram menores e em menor quantidade. Desde então, o quadro começou a se inverter, ou seja, a porcentagem de população no campo passou a diminuir, e consequentemente a urbana aumentou cada vez mais. Essa tendência permaneceu praticamente constante, uma vez que, durante os anos 1960, a população urbana já ultrapassava a rural, chegando, nos anos 1990, a uma situação totalmente invertida, com 25% de população rural e 75% de população urbana.

Até meados da década de 1960, a queda da população rural foi apenas relativa, ou seja, ela continuava a crescer, porém em uma velocidade menor que a da população urbana. Essas mudanças estão ligadas à transição do modelo agroexportador ao urbano-industrial, transição esta que envolve a urbanização. As migrações campo-cidade, regionais e inter-regionais, interferiram no processo de urbanização, relacionando-se com o modelo urbano-industrial. Primeiramente, os investimentos em atividades agrícolas tornaram-se menos frequentes, diminuindo a intensidade da produção e, portanto, dos empregos no campo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos meios de produção e da tecnologia foram incorporados pelas atividades rurais, diminuindo a necessidade de mão de obra.

No entanto, esse desenvolvimento só chegou aos grandes produtores com acesso a crédito bancário; pequenos e médios agricultores foram prejudicados por não acompanharem a maior produtividade. Esses processos criaram uma grande pressão demográfica sobre a terra, ou seja, havia muitas pessoas que não conseguiam mais encontrar meios de sobrevivência no campo, restando como opção de sobrevivência a ida para a cidade.

Por outro lado, os valores de uma sociedade urbano-industrial de cunho consumista foram divulgados por todo o território nacional pela televisão, pelo rádio e por outros meios de comunicação e propaganda a fim de criar um mercado de consumo interno que atendesse às necessidades do desenvolvimento econômico. Desse modo, a cidade se tornou também um modelo de modernidade e uma aspiração para um grande número de pessoas. Porém, foram poucas aquelas pessoas que, vindas do campo, conseguiram se inserir no mercado de consumo da classe média.

Entretanto, mesmo que essa última relação entre o modelo econômico e o êxodo rural seja verdadeira, não se pode considerá-la como elemento que explica o processo, pois, se assim fosse, como explicar o fato de milhões de pessoas permanecerem nas grandes cidades, mesmo vivendo em condições de miséria?

Brasil, um país urbano

O Brasil é atualmente um dos países mais urbanizados do mundo: 84,35% da população brasileira mora em áreas urbanas, de acordo com estatísticas oficiais. Essa realidade, apurada pelo Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não é necessariamente positiva. Países europeus possuem taxa de urbanização de 75%, em média. A diferença é que os europeus possuem mais e melhores recursos do que os municípios brasileiros e, assim, conseguem resolver vários dos problemas de habitação, saneamento básico, educação e saúde, mesmo para aqueles que moram no campo, o que garante um padrão de vida e de serviços melhor que o do Brasil, onde esses problemas continuam existindo.

Distribuição rural e urbana da população

O processo de urbanização da população brasileira ganhou intensidade a partir da década de 1940 com o desenvolvimento do setor industrial, ocorrido principalmente

na Região Sudeste. Até 1960, mais da metade da população brasileira ainda vivia nas zonas rurais, ao passo que, em 1970, pela primeira vez, a população urbana superou a população rural. Apesar disso, a Região Sudeste era a única, até 1970, que possuía população urbana superior à rural.

O processo de urbanização que se verifica no Brasil reflete as mudanças pelas quais o país passa, destacando-se, principalmente, a industrialização. Entretanto, não se pode considerar, de forma generalizada, que é somente a industrialização a causa do intenso processo de urbanização do Brasil e, principalmente, do Sudeste. Existem outros fatores:

- o crescimento natural da população urbana;
- o Estatuto do Trabalhador Rural;
- a absorção das pequenas e médias propriedades rurais pelos grandes proprietários, em um processo de concentração da terra, que provoca o deslocamento de famílias para as zonas urbanas;
- o desejo de melhores condições de vida (emprego, educação, conforto urbano), que também ocasiona a migração para as cidades;
- a estrutura fundiária injusta;
- a influência dos meios de comunicação em massa;
- condições de vida no campo: precárias relações de trabalho, desrespeito aos direitos trabalhistas;
- crises eventuais na agricultura, provocando dispensa de mão de obra;
- mecanização ou mudança de atividade (agricultura para pecuária, café para cana), liberando certo tipo de mão de obra;
- divisão da propriedade e surgimento de minifúndios, que absorvem pouca mão de obra;
- pressão demográfica (crescimento demográfico rural superior ao urbano);
- atração pela cidade, sinônimo de novo e de "civilização";
- ideologia da migração: "é melhor sair".

Rede e hierarquia urbanas do Brasil

A rede urbana brasileira, apesar de sua grandiosidade, continua marcada pela irregular distribuição geográfica e pela descontinuidade. Enquanto as regiões Sudeste e Sul dispõem de redes urbanas densas, bem hierarquizadas e com razoável grau de continuidade, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem redes urbanas de fraca densidade, mal hierarquizadas e espacialmente descontínuas.

Brasil – Problemas urbanos

Inchaço urbano

O êxodo rural, causado pela falta de políticas de estímulo à permanência do homem no campo, gera um aumento populacional nos grandes centros. As cidades não estão preparadas para receber os novos moradores. Surge, então, o que se chama de inchaço urbano, agravado pelas carências dessa população – baixa escolaridade e falta de especialização profissional e de recursos.

O crescimento desordenado dos centros urbanos brasileiros nas últimas décadas vem gerando graves problemas sociais e ambientais. A qualidade de vida nas cidades diminuiu consideravelmente nos anos 1990 por causa da falta de investimentos na infraestrutura de habitação, saúde, transportes, saneamento e educação.

Em grandes metrópoles, os problemas são difíceis de resolver. A falta de tratamento do lixo e dos dejetos sanitários, muitas vezes jogados diretamente nos rios e na orla marítima de grandes cidades brasileiras, faz com que surjam esgotos a céu aberto. As regiões de mananciais também são atingidas, o que prejudica o abastecimento de água. A violência urbana, a poluição, o trânsito caótico e a deficiência nos serviços urbanos fizeram com que mais de 60% dos moradores da capital paulista desejassem sair da cidade, segundo pesquisa feita em 2003.

Falta de moradias

No Brasil, há um déficit estimado de 6 milhões de residências, além de haver 2,5 milhões de moradias "subnormais", ou seja, sem condições mínimas para serem habitadas, e de quase 10% dos domicílios urbanos no Brasil serem localizados em terrenos irregulares, segundo estudo da Universidade de São Paulo (USP). Outro aspecto desse problema é a proliferação de favelas. Pelo Censo de 2010, o estado de São Paulo é o que tem mais favelas: 2087, quase 33% do total do país. A capital paulista é a cidade com o maior número (1020), seguida do Rio de Janeiro, com 763, entre elas, a favela da Rocinha, a maior do Brasil.

O crescimento desordenado ocasionou um redirecionamento da migração. Entre os anos 1950 e 1980, os deslocamentos ocorriam do Nordeste para o eixo Rio-São Paulo. A partir de 1990, o crescimento dessas metrópoles diminuiu e aumentou o das cidades médias. Texto adaptado de TAVARES. G. Q.

4 INTEGRAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA E ESTRUTURA URBANA, REDE DE TRANSPORTES E SETOR AGRÍCOLA NO BRASIL.

As transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, têm profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais. Entre esses, destacarei aqui o que tenho chamado, nos últimos anos, de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, ou seja, os territórios produtivos do agronegócio, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas.

Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio. Nas RPAs, as grandes corporações concernentes às redes agroindustriais são os maiores agentes produtores do espaço agrário e urbano. Como consequência de tais processos,

intensificam-se as relações campo-cidade e a urbanização, uma vez que as redes agroindustriais necessitam também de processos que se dão no espaço urbano próximo às áreas de produção agrícola e agroindustrial, incrementando o crescimento de cidades totalmente funcionais ao agronegócio, as quais passam a ter novas funções, tal como a de gestão desse agronegócio globalizado. Processa-se, em última instância, a produção de territórios especializados e corporativos inerentes a esse agronegócio.

Diante do exposto, os principais objetivos nesse texto são: debater a noção de Região Produtiva Agrícola; apresentar os elementos de identificação e caracterização da mencionada região; trazer o debate para a comunidade acadêmica no intuito de avançar nas formulações da noção exposta com vistas a aperfeiçoar o caminho analítico que vem sendo trilhado e, finalmente, incrementar a noção no contexto dos estudos geográficos atuais, na perspectiva de uma possível consolidação conceitual dessa ideia. Na minha compreensão, o estudo das RPAs não se limita a um campo de estudo da Geografia Agrária, mas demanda e perpassa vários campos, tais como da Geografia Econômica, da Geografia Urbana, da Geografia Regional, assim como da Economia Espacial, da Sociologia Rural etc. Consequentemente, a realização de estudos e pesquisas sobre as RPAs torna-se bastante complexa. Assim, há muito trabalho pela frente para podermos, de fato, avançar no caminho da construção teórico-conceitual para a elaboração do conceito e, especialmente, da metodologia visando à operacionalização de pesquisas com tais objetivos.

Para finalizar essa introdução, destaco que para o estudo das RPAs valorizo, de um lado, o diálogo com aqueles que estudam o espaço agrário brasileiro, e também com aqueles que estudam os espaços urbanos não metropolitanos e os processos de (re)estruturação urbana e regional, reconhecendo as respectivas contribuições para o desenvolvimento de noções, teorias e conceitos sobre os processos e dinâmicas socioespaciais emergentes no território brasileiro. Por outro lado, é importante reconhecer a existência de especificidades nas formas de produção e apropriação do espaço agrícola e urbano nas diferentes RPAs, importantes nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais com circuitos espaciais de produção globalizados, com poder de promover significativas (re)estruturações urbanas e regionais. Todas merecem atenção num país de grandes dimensões e diversidade regional como o Brasil.

Dessa maneira, os estudos que alicerçam este texto refletem um caminho que vem sendo trilhado e, ao mesmo tempo, mostra haver muito ainda a ser feito para podermos, efetivamente, conhecer melhor as mudanças em curso nos papéis desempenhados pelos espaços agrícolas, urbanos e regionais componentes das redes agroindustriais, à medida que se amplia o movimento de ocupação do território brasileiro, de forma mais articulada, à economia internacional.

A utilização desse recorte espacial baseado nas RPAs para o estudo do território nacional pode auxiliar a melhor entender a divisão territorial do trabalho hoje vigente no país, pois leva em conta o impacto da reestruturação produtiva da agropecuária e a organização das redes agroindustriais. Portanto, considera a base da organização de uma parte significativa do território brasileiro atual, resultado da herança histórica e das metamorfoses do presente, marcado pela velocidade das inovações.

O que são as Regiões Produtivas Agrícolas?

Como tese central, segundo tenho defendido, as transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, exercem profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais, entre os quais o ora denominado Regiões Produtivas Agrícolas. Na minha ótica, a reestruturação produtiva da agropecuária, entendida como processo promotor de transformações nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária (especialmente alterando a base técnica da produção, as relações sociais de produção e a estrutura fundiária), que atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos.

Estes passam, então, por um processo acelerado de reorganização, com incremento da urbanização e de processos de (re)estruturação urbana e regional, com a formação ou consolidação de RPAs, por todo o Brasil. As RPAs são os territórios produtivos do agronegócio globalizado. Dessa forma, são compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados, formando os focos dinâmicos da economia agrária, ou seja, são áreas de difusão de vários ramos do agronegócio, palco de circuitos superiores do agronegócio globalizado.

As RPAs compõem lugares propícios ao exercício dos capitais hegemônicos porquanto apresentam muitas novas possibilidades para a acumulação ampliada no setor, cada vez menos resistente às ingerências exógenas e aos novos signos do período histórico atual. Nas RPAs estão partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes commodities. Logo, encontram-se sob o comando de grandes empresas, nacionais e multinacionais, as mesmas que estão à frente das redes agroindustriais globalizadas, representando lugares funcionais dessas.

Como o agronegócio globalizado se realiza totalmente a partir da dialética entre a ordem global e a ordem local, as RPAs estão conectadas diretamente aos centros de poder e consumo em nível mundial e, assim, as escalas locais e regionais articulam-se permanentemente com a internacional e o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por 4 grandes empresas nacionais e multinacionais. Isso significa que nas RPAs temos novos espaços de fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades. Mas, em contrapartida, as horizontalidades são extremamente difundidas, como evidenciado pela expansão das atividades econômicas, pelo aumento da população e do mercado de trabalho, pela chegada dos novos agentes econômicos representativos das atividades modernas etc.

Nas RPAs a solidariedade organizacional imposta pelas empresas hegemônicas do agronegócio é preponderante sobre a solidariedade orgânica⁵, localmente e historicamente tecida, que fica extremamente comprometida. Processa-se, dessa forma e em última instância, a produção de territórios especializados e corporativos inerentes aos diversos circuitos da economia agrária e agroindustrial, notadamente relacionados ao circuito superior do agronegócio globalizado. Contudo, o fato de os circuitos superiores do

agronegócio serem hegemônicos nas RPAs não elimina a existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrária, tais como os formados a partir da agricultura camponesa não integrada ao agronegócio. Diante das demandas da produção agropecuária globalizada, as RPAs compõem-se tanto por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, quanto por espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também cidades de porte médio).

Esses formam nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais e são perpassados pelos circuitos espaciais locais e regionais dessas. Isso ocorre seja nos lugares de reserva. Inseridos mais recentemente à agropecuária globalizada, passíveis de serem exemplificados principalmente a partir de casos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seja nas regiões agrícolas que há mais tempo participam do circuito superior da economia agrária, fortemente concentradas nas Regiões Sudeste e Sul.

Entre os resultados da formação das RPAs, surge um aumento da dialética na organização do espaço brasileiro, denotando significativas fragmentações deste espaço, com permanentes processos de (re)estruturação urbana e regional. Dessa maneira, a reestruturação produtiva da agropecuária tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos, ainda em processo acelerado de reorganização, compondo novos arranjos territoriais fortemente alicerçados no agronegócio. Tal realidade acirra a refuncionalização desses arranjos e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica dos respectivos espaços. Do mesmo modo, as RPAs são os novos espaços de exclusão e de toda sorte de desigualdades socioespaciais.

Região Produtiva Agrícola: um híbrido de espaço agrário e de espaço urbano

A reestruturação produtiva da agropecuária cria demandas até então inexistentes nas áreas de difusão do agronegócio. Tais demandas incrementam o crescimento de uma série de atividades comerciais e de serviços especializados. Dessa forma, a difusão do agronegócio não apenas amplia e reorganiza a produção material (agropecuária e industrial), como é determinante para a expansão quantitativa e qualitativa do comércio e dos serviços, especialmente dos ramos associados ao circuito superior da economia agrária. O crescimento do terciário se deve ainda ao crescimento da população e à revolução do consumo, este último erigido sob os auspícios do consumo de massa associado à existência individual e das famílias.

Assim, a produção agrícola e agroindustrial intensiva exige que os espaços urbanos próximos ao espaço agrícola racionalizado se adaptem para atender às suas principais demandas, em virtude de fornecerem parte dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização. Nesse âmbito, citaria as casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos e fertilizantes; os escritórios de marketing e de consultoria contábil; os centros de pes-

quisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica e de transportes de cargas; os serviços de especialista em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública; os cursos técnicos de nível médio e os cursos superiores voltados ao agronegócio, entre tantas outras atividades.

Conforme evidenciamos, os espaços urbanos próximos às áreas de difusão do agronegócio passam a ter novas funções inerentes às demandas desse. Essas podem ser observadas pela expansão do consumo produtivo agrícola aquele associado diretamente às demandas da produção. Como resultado, temos o crescimento da economia urbana, a revelar que os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação do agronegócio se realizam totalmente em uníssono com o espaço urbano. Isso denota que a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio também se dá no espaço urbano, próximo e distante.

Dessa forma, os espaços urbanos das RPAs passam a se constituir como nós fundamentais na rede de relações desse agronegócio, seja em termos demográficos, econômicos ou espaciais. Em virtude de cada commodity ter diferentes demandas de produtos e serviços, esses espaços urbanos são cada vez mais especializados. O consumo produtivo do agronegócio ressalta demandas heterogêneas segundo as necessidades de produção (agrícola ou agroindustrial) de cada produto, nas diferentes etapas do processo produtivo, diferenciando, muitas vezes, os ramos dos comércios e dos serviços associados à expansão desse consumo.

Tal situação acontece, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas e, assim, criar muitos novos fluxos, materiais e de informação, próximos ou não, cujos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação buscam nexos distantes. As diferentes especializações e funções exercidas por cada um desses espaços urbanos não metropolitanos podem mais facilmente ser percebidas durante as diferentes etapas do processo produtivo, como, por exemplo, na safra e na entressafra. É no período de safra das principais culturas que podemos distinguir com maior nitidez a especialização das áreas de difusão do agronegócio. Esse é o momento mais dinâmico nas várias RPAs, afetando todos os setores econômicos.

O incremento das relações entre os diferentes setores econômicos associados à organização das redes agroindustriais é um importante caminho para a compreensão de como se processa uma série de novas relações entre o campo e a cidade. Quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais complexa a formação das redes agroindustriais e quanto mais globalizados seus circuitos espaciais de produção e seus círculos de cooperação, mais complexas se tornam as relações campo-cidade. Consequentemente, cria-se uma gama de novas relações sobre o território. Essas relações ajudam a transformar radicalmente as clássicas relações campo-cidade e levam esses dois espaços a emitir e a receber larga quantidade de fluxos de matéria e informação, de várias naturezas e magnitudes. O resultado é uma total reorganização do território brasileiro, agrícola, urbano e regional. Nas RPAs a oposição clássica entre a cidade e o campo torna-se bastante relativizada e a noção de complementaridade ganha mais força e importância. Tudo isso nos leva a

dizer que as próprias contradições do desenvolvimento do capitalismo estão soldando a união contraditória que separou no início da sua expansão: a indústria e a agricultura, a cidade e o campo.

Essas dinâmicas socioespaciais culminam, entre outros, em processos de (re)estruturação urbana e regional, com a organização de novos arranjos territoriais, entre os quais os ora denominados de RPAs. Em resumo: o agronegócio globalizado exerce papel fundamental para a expansão da urbanização e para a reestruturação urbana e regional, sendo a formação das RPAs um exemplo dessa reestruturação. É mesmo bastante visível no Brasil a existência de uma série de espaços urbanos não metropolitanos na confluência do padrão agrário atual, ajudando a soldar as RPAs.

Uso e ocupação do espaço agrário

A mudança dos sistemas técnicos agrícolas resulta no aumento da racionalização do espaço agrário, com expressivo aumento das suas respectivas densidades técnica e normativa. Isto significa uma substituição do meio natural pelo meio técnico e pelo meio técnico-científico-informacional no campo. Contribuem para o aumento dessa densidade técnica e normativa do espaço agrário os sistemas de objetos associados à eletrificação rural, à armazenagem, às telecomunicações, à reorganização dos recursos hídricos etc.

Da mesma forma, com a territorialização do capital monopolista no espaço agrário, processam-se marcantes mudanças no tocante à área plantada, com importante substituição das culturas alimentares pelas commodities, substituindo a policultura pela monocultura. Assim também, agrava-se a histórica concentração fundiária, um dos principais traços estruturantes da sociedade brasileira, e impõe-se uma nova dinâmica ao mercado de terras. Tudo isto promove decisivas transformações no espaço agrícola, nas formas de trabalho agrícola e no incremento da urbanização da sociedade e do território.

Ramos industriais representativos das redes agroindustriais

Uma característica da difusão do agronegócio é o estreitamento das relações entre a agropecuária e o setor industrial. Esse propicia o desenvolvimento de muitos ramos industriais, notadamente dos que fornecem os insumos e máquinas para a agricultura, assim como das indústrias que processam os produtos agropecuários agroindústrias, transformando-os em mercadorias padronizadas para o consumo de massa globalizado. Hoje, muitas das atividades implementadas no campo não são necessariamente agrícolas, mas industriais, visto que uma parte considerável das agroindústrias ou de outros ramos industriais inerentes às redes agroindustriais se localiza no campo, junto à produção de suas matérias-primas.

Essas indústrias têm o poder de criar muitas novas relações, próximas e distantes. Consequentemente, estabelecem uma gama de novas relações sobre o território, transformam radicalmente as tradicionais relações campo-cidade, e levam esses dois espaços emitir e a receber larga quantidade de

fluxos de matéria e de informação. O resultado é uma total reorganização do território brasileiro, urbano e agrário, onde se destaca a expansão do meio técnico-científico-informacional não só nas cidades, mas também no campo. Assim, faz-se indispensável levantar os dados das indústrias existentes associadas às redes agroindustriais.

Economia urbana

O estudo da economia urbana é útil para observarmos as novas funções exercidas pelas cidades, aqui incluindo as vinculadas ao agronegócio globalizado. Com a fluidez possível a partir da construção dos modernos sistemas de objetos, acirra-se a divisão territorial e social do trabalho agropecuário, intensificando as trocas de todas as naturezas, difundindo o comércio e os serviços, com profundos impactos na vida social e no território. Assim, conhecer a expansão do consumo, especialmente do consumo produtivo do agronegócio, e suas formas, intensidade, qualidade e natureza dos fluxos é importante para indicar o leque de novas relações entre a cidade e o campo, explicitando formas de organização interna dos espaços urbanos e as novas relações entre os diferentes elos das redes agroindustriais. Vale lembrar que para a difusão do consumo produtivo agrícola e agroindustrial devemos considerar os sistemas de objetos, os sistemas de ação e os fluxos correspondentes.

Mercado de trabalho e dinâmica populacional

O estudo do mercado de trabalho formal, em geral, e o agrícola, em particular, ajuda a compreender como vêm se dando as mudanças nas relações sociais de produção, já que a flexibilidade que rege o atual padrão produtivo reflete-se de forma incontestante no modo de organizar e gerir o trabalho. Diante desse novo quadro no mundo do trabalho, torna-se imprescindível compreender a evolução do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária, pois o surgimento de uma classe de trabalhadores agrícolas assalariados representa a materialização do movimento do capital no campo. Por estarem os regimes de exploração da terra diretamente associados à forma da sua apropriação, o acirramento da territorialização do capital nos espaços agrários é concomitante à diminuição da exploração indireta, com a gradativa diminuição da cessão da terra pelo proprietário mediante obtenção de rendas pré-capitalistas, como a da divisão (meia ou terça, por exemplo) da produção obtida, tornando inviável a permanência dos que não detêm a propriedade da terra. Como resultado da expansão do agronegócio, vários espaços agrários convertem-se em nós das redes agroindustriais globalizadas e o comportamento endógeno das relações sociais de produção é transformado.

Dessa forma, a mudança do padrão de produção acompanha-se de um aumento do mercado de trabalho agrícola em moldes capitalistas, as quais expropriam os pequenos proprietários e expulsam os que não detêm a propriedade da terra, promovendo o êxodo rural (migração ascendente) e aumentando o contingente de trabalhadores agrícolas não rurais, que passam a ser temporários. Em virtude de o agronegócio utilizar grande contingente de mão-de-obra especializada, de maneira geral em todas as RPAs é possível ob-

servar o acirramento da divisão social do trabalho no setor. O mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador especializado. Esse é um profissional de origem e vivência urbanas, que passa a ser o assalariado permanente dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital. Entre as consequências dessas mudanças, surgem novas dinâmicas populacionais, como a da migração descendente (da cidade maior para a cidade menor) de profissionais especializados no agronegócio, de origem e vivência urbanas.

Infraestrutura e equipamentos urbanos

A chegada de novos agentes econômicos associados às redes agroindustriais, muitas vezes grupos de capital multinacional, requer a ampliação e modernização das infraestruturas e equipamentos que darão suporte ao desenvolvimento das atividades e ampliarão a fluidez espacial, no campo e na cidade, expandindo as redes de relações nas quais se inserem as modernas regiões agrícolas.

Entre as principais variáveis associadas, ressalto o levantamento de informações sobre: rodovias; ferrovias; rodoviárias; porto; aeroporto e voos comerciais regulares; terminais intermodais; shopping centers; hotéis de alto padrão pertencentes a redes nacionais e internacionais; existência ou não de distritos industriais; espaços fixos e transitórios para a promoção de eventos (festas, feiras, convenções); supermercados e hipermercados pertencentes a redes nacionais ou internacionais; fixos associados à rede bancária e financeira; empresas do setor imobiliário, entre outros.

De acordo com o exposto, a partir das RPAs teríamos um recorte espacial para análise de algumas das mudanças ocorridas no território brasileiro, aumentando nossa capacidade de interpretar e de reconhecer os recortes atuais para melhor reconhecer o território. Uma vez que a globalização só se realiza com a fragmentação do território, a RPA ganha força como uma das possibilidades para percepção de tais processos. Estudar a RPA significa, diante do citado, a possibilidade de apreender o conjunto das relações fundamentais que dão os contornos dos territórios produtivos do agronegócio em sua gênese e desenvolvimento.

Com a aceleração contemporânea ou compressão tempo-espço, o campo apresentava-se como um espaço com menos rugosidades, possuidor de uma flexibilidade muito superior à apresentada pelas cidades e, assim sendo, como um locus preferencial de expansão dos capitais industriais e financeiros. Por tudo isso, nas áreas onde se expandem as redes agroindustriais, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional, com o incremento da urbanização, do número e do tamanho das cidades e a organização de RPAs, os territórios produtivos do agronegócio. Com a expansão dos sistemas de objetos voltados a dotar o território de fluidez para os investimentos produtivos, os fatores locais clássicos são redimensionados.

Ocorre, assim, uma verdadeira dispersão espacial da produção, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, a resultar em diferentes arranjos territoriais produtivos agrícolas, entre os quais as RPAs em todo o país, compostas também por espaços urbanos, es-

pecialmente cidades locais e mesmo por cidades de porte médio. Várias áreas foram plenamente incorporadas à produção, transformação e às trocas globalizadas de produtos agropecuários industrializados, ocupando um lugar privilegiado dentro da nova divisão do trabalho agropecuário e agroindustrial do Brasil, compondo nós ou manchas de modernas redes agroindustriais. Podemos concluir, então, ser impossível continuar simplesmente dividindo o Brasil entre urbano e rural. Uma divisão que melhor reflita a realidade contemporânea do país precisa levar em consideração os novos arranjos territoriais produtivos resultantes da reestruturação produtiva da agropecuária e da organização das redes agroindustriais.

Compreender toda sorte de fluxos implicados nas RPAs, notadamente por meio das categorias de análise basilares representadas pelos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação, sobretudo os associados ao circuito superior da economia do agronegócio globalizado, é um importante exercício de análise. Tal exercício permite, de um lado, a síntese das estratégias de ação e processos inerentes às principais empresas associadas aos conglomerados atuantes no agronegócio e, de outro lado, a dinâmica do território resultante dessas estratégias, ou seja, das novas especializações territoriais produtivas, evidenciando como se processam as dinâmicas territoriais inerentes ao setor. Logo, o estudo das RPAs compõe um dos caminhos possíveis de interpretação da produção do espaço de numerosas áreas do território brasileiro que têm em seu âmago a difusão do agronegócio e a organização das redes agroindustriais. Texto adaptado de ELIAS. D.

5 O BRASIL E A QUESTÃO CULTURAL.

A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental no resgate da identidade do país. É preciso, pois, abrir espaço para a expressão de nossas peculiaridades culturais (inclusive de corte regional), sem que isso se confunda com um nacionalismo estreito, mas sim articulado e aberto às culturas de todo o mundo. Trata-se, na linha de nossa melhor tradição cultural, de resgatar os traços peculiares de nossa identidade em formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo mundo. É essencial, nessas condições, realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania à produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de idéias e de formas de expressão artística.

Cultura significa cultivar, e vem do latim colere. Genericamente a cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem não somente em família, como também por fazer parte de uma sociedade como membro dela que é. Cultura na língua latina, entre os romanos tinha o sentido de agricultura, que se referia ao cultivo da terra para a produção, e ainda hoje é

conservado desta forma quando é referida a cultura da soja, a cultura do arroz, etc. Cultura também é definida em ciências sociais como um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, aprendidos de geração em geração através da vida em sociedade.

Seria a herança social da humanidade ou ainda de forma específica, uma determinada variante da herança social. Cultura em filosofia é explicada como o conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou o comportamento natural. Já em biologia a cultura é uma criação especial de organismos para fins determinados. Cultura na antropologia é compreendida como a totalidade dos padrões aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano. A principal característica da cultura é o mecanismo adaptativo que é a capacidade, que os indivíduos têm de responder ao meio de acordo com mudança de hábitos, mais até que possivelmente uma evolução biológica. A cultura é também um mecanismo cumulativo porque as modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte, onde vai se transformando perdendo e incorporando outros aspectos procurando assim melhorar a vivência das novas gerações.

A cultura brasileira é uma síntese da influência dos vários povos e etnias que formaram o povo brasileiro. Não existe uma cultura brasileira perfeitamente homogênea, e sim um mosaico de diferentes vertentes culturais que formam juntas, a cultura do Brasil. Naturalmente, após mais de três séculos de colonização portuguesa, a cultura do Brasil é, majoritariamente, de raiz lusitana. É justamente essa herança cultural lusa que compõe a unidade do Brasil: apesar do povo brasileiro ser um mosaico étnico, todos falam a mesma língua (o português) e, quase todos, são cristãos, com largo predomínio de católicos. Esta igualdade linguística e religiosa é um fato raro para um país de grande tamanho como o Brasil, especialmente em comparação com os países do Velho Mundo. O grande número de etnias gera um ambiente social no qual o povo absorve o pluralismo, o respeito às diferenças e a troca de experiências. Tal convivência pacífica resulta em manifestações culturais versáteis e cheias de originalidade. A diversidade também dá o tom no rico acervo arquitetônico, desde o colonial barroco até o modernismo da capital federal, Brasília.

A imigração no Brasil foi de extrema importância para a formação da cultura nacional. Características dos quatro cantos do mundo foram incorporadas ao longo dos cinco séculos desde a chegada dos portugueses, em 1500. Além das contribuições de índios, negros e portugueses, a expressiva vinda de imigrantes de todas as partes da Europa, do Oriente Médio e da Ásia influenciou a formação do povo brasileiro. A imigração de países vizinhos, como Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia, também contribuiu para a diversificação de costumes, hábitos e crenças, mas com um idioma comum.

Embora seja um país de colonização portuguesa, outros grupos étnicos deixaram influências profundas na cultura nacional, destacando-se os povos indígenas, os africanos, os italianos e os alemães. As influências indígenas e africanas deixaram marcas no âmbito da música, da culinária, do folclore, do artesanato, dos caracteres emocionais e das festas populares do Brasil, assim como centenas de empréstimos à língua portuguesa. É evidente que algumas regiões receberam maior contribuição desses povos: os estados do Norte têm forte influência das culturas indígenas, enquanto algumas regiões do

Nordeste têm uma cultura bastante africanizada, sendo que, em outras, principalmente no sertão, há uma intensa e antiga mescla de caracteres lusitanos e indígenas, com menor participação africana.

No Sul do país as influências de imigrantes italianos e alemães são evidentes, seja na língua, culinária, música e outros aspectos. Outras etnias, como os árabes, espanhóis, poloneses e japoneses contribuíram também para a cultura do Brasil, porém, de forma mais limitada. O substrato básico da cultura brasileira formou-se durante os séculos de colonização, quando ocorre a fusão primordial entre as culturas dos indígenas, dos europeus, especialmente portugueses, e dos escravos trazidos da África subsaariana. A partir do século XIX, a imigração de europeus não portugueses e povos de outras culturas, como árabes e asiáticos, adicionou novos traços ao panorama cultural brasileiro. Também foi grande a influência dos grandes centros culturais do planeta, como a França, a Inglaterra e, mais recentemente, dos Estados Unidos, países que exportam hábitos e produtos culturais para o resto do globo.

Diversidade Cultural

A diversidade cultural refere-se aos diferentes costumes de uma sociedade, entre os quais podemos citar: vestimenta, culinária, manifestações religiosas, tradições, entre outros aspectos. O Brasil, por conter um extenso território, apresenta diferenças climáticas, econômicas, sociais e culturais entre as suas regiões. Os principais disseminadores da cultura brasileira são os colonizadores europeus, a população indígena e os escravos africanos. Posteriormente, os imigrantes italianos, japoneses, alemães, poloneses, árabes, entre outros, contribuíram para a pluralidade cultural do Brasil. Nesse contexto, alguns aspectos culturais das regiões brasileiras serão abordados.

Região Nordeste

Entre as manifestações culturais da região estão danças e festas como o bumba meu boi, maracatu, caboclinhos, carnaval, ciranda, coco, terno de zabumba, marujada, reisado, frevo, cavallhada e capoeira. Algumas manifestações religiosas são a festa de Iemanjá e a lavagem das escadarias do Bonfim. A literatura de Cordel é outro elemento forte da cultura nordestina. O artesanato é representado pelos trabalhos de rendas. Os pratos típicos são: carne de sol, peixes, frutos do mar, buchada de bode, sarapatel, acarajé, vatapá, cururu, feijão-verde, canjica, arroz-doce, bolo de fubá cozido, bolo de massa de mandioca, broa de milho verde, pamonha, cocada, tapioca, pé de moleque, entre tantos outros.

Região Norte A quantidade de eventos culturais do Norte é imensa. As duas maiores festas populares do Norte são o Círio de Nazaré, em Belém (PA); e o Festival de Parintins, a mais conhecida festa do boi-bumbá do país, que ocorre em junho, no Amazonas. Outros elementos culturais da região Norte são: o carimbó, o congo ou congada, a folia de reis e a festa do divino.

A influência indígena é fortíssima na culinária do Norte, baseada na mandioca e em peixes. Outros alimentos típicos do povo nortista são: carne de sol, tucupi (caldo da mandioca cozida), tacacá (espécie de sopa quente feita com tucupi), jambu (um tipo de erva), camarão seco e pimenta-de-cheiro.

Região Centro-Oeste

A cultura do Centro-Oeste brasileiro é bem diversificada, recebendo contribuições principalmente dos indígenas, paulistas, mineiros, gaúchos, bolivianos e paraguaios. São manifestações culturais típicas da região: a cavallhada e o fogaréu, no estado de Goiás; e o cururu, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A culinária regional é composta por arroz com pequi, sopa paraguaia, arroz carreteiro, arroz boliviano, maria-isabel, empadão goiano, pamonha, angu, cural, os peixes do Pantanal - como o pintado, pacu, dourado, entre outros.

Região Sudeste

Os principais elementos da cultura regional são: festa do divino, festejos da páscoa e dos santos padroeiros, congada, cavallhadas, bumba meu boi, carnaval, peão de boiadeiro, dança de velhos, batuque, samba de lenço, festa de lemanjá, folia de reis, caiapó. A culinária do Sudeste é bem diversificada e apresenta forte influência do índio, do escravo e dos diversos imigrantes europeus e asiáticos. Entre os pratos típicos se destacam a moqueca capixaba, pão de queijo, feijão-tropeiro, carne de porco, feijoada, aipim frito, bolinho de bacalhau, picadinho, virado à paulista, cuscuz paulista, farofa, pizza, etc.

Região Sul

O Sul apresenta aspectos culturais dos imigrantes portugueses, espanhóis e, principalmente, alemães e italianos. As festas típicas são: a Festa da Uva (italiana) e a Oktoberfest (alemã). Também integram a cultura sulista: o fandango de influência portuguesa, a tirana e o anuo de origem espanhola, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a congada, o boi-de-mamão, a dança de fitas, boi na vara. Na culinária estão presentes: churrasco, chimarrão, camarão, pirão de peixe, marreco assado, barreado (cozido de carne em uma panela de barro), vinho. Texto adaptado de EMBACHER. A

6 A INTEGRAÇÃO DO BRASIL AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA.

A economia brasileira tem como uma de suas características básicas o elevado grau de internacionalização da estrutura produtiva, com ampla presença de empresas de capital estrangeiro exercendo papel de liderança em diversos setores econômicos. Esse não é de maneira alguma um fenômeno novo. O investimento direto estrangeiro (IDE) e o papel preponderante das empresas transnacionais (ETN) nos setores mais dinâmicos são aspectos constitutivos do próprio processo de industrialização brasileiro. Em especial no período do imediato pós-guerra até o final da década de 70, as filiais das ETN, articuladas pelo planejamento estatal com as empresas de capital nacional privado e público, fo-

ram fundamentais para o desenvolvimento e a consolidação de uma estrutura produtiva diversificada e convergente com a dos países mais desenvolvidos, ao menos no que tange ao peso dos diferentes setores na estrutura industrial.

Na década de 80, entretanto, a crise da dívida externa interrompeu o longo ciclo de crescimento da economia brasileira, que passou a conviver com uma volatilidade muito maior nas taxas de crescimento do PIB, além de um processo inflacionário crônico. Nesse contexto, o IDE recebido pelo país estacionou em patamares reduzidos, ao mesmo tempo em que as filiais estrangeiras se mantiveram em compasso de espera, sem grandes projetos de expansão. A retomada dos investimentos estrangeiros que ocorreu durante a década de 90 significou a volta de estratégias de expansão por parte das empresas transnacionais na economia brasileira. Motivadas pelas mudanças no cenário macroeconômico – liberalização dos fluxos de comércio e investimento, privatizações e estabilização, as ETN voltaram a realizar investimentos no Brasil. Por outro lado, os investimentos brasileiros no exterior sempre estiveram em um patamar pouco elevado. Somente mais recentemente os fluxos de saída de investimento direto passaram a ganhar importância, seguindo a tendência de aumento da importância dos países em desenvolvimento nos fluxos de realização de IDE. Da mesma maneira, passou a ser mais visível o movimento de várias empresas brasileiras se tornando multinacionais, algumas delas inclusive disputando a liderança global em seus setores de atuação.

Características gerais do recente processo de internacionalização produtiva da economia brasileira no período recente.

Depois da retração ocorrida na década de 80, os fluxos de IDE para a economia brasileira voltaram a se elevar na década de 90, em especial em sua segunda metade. De um patamar de cerca de US\$ 1,5 bilhão anual no início da década, os fluxos se intensificaram a partir de 1995. Entre 1995 e 2000, a taxa média de crescimento foi de quase 50% ao ano. Vale ressaltar que os fluxos de investimento permaneceram em patamar elevado mesmo após a crise asiática ocorrida em 1997, a crise russa de 1998 e mesmo a crise brasileira que resultou na desvalorização do real em 1999. A partir de 2001, as condições da economia mundial voltaram a se deteriorar, em especial com a crise ocorrida na economia dos Estados Unidos em decorrência do estouro da bolha das empresas "ponto.com", fato que se traduziu em redução drástica dos fluxos mundiais de investimento. O IDE direcionado ao Brasil caiu continuamente até 2003, quando atingiu US\$10,1 bilhões. A partir de 2004 o volume de IDE voltou a subir, atingindo US\$ 34,5 bilhões em 2007 e o recorde de US\$ 45 bilhões em 2008.

Em termos relativos, pode-se verificar que a participação dos fluxos de IDE recebidos pelo Brasil no total mundial e no total dos países em desenvolvimento acompanhou a tendência de aumento dos volumes absolutos até 1999, para então, entrar em tendência de queda, somente revertida a partir de 2007. Em 2008, a participação brasileira no total mundial atingiu 2,6% e no total dos países em desenvolvimento chegou a 7,3%.

É importante destacar também algumas mudanças importantes na composição dos fluxos de IDE recentes recebidos pela economia brasileira em relação a períodos anteriores. Em primeiro lugar vale destacar uma mudança acentuada na composição setorial dos fluxos. Em 1995, o setor industrial respondia por quase 67% do estoque de IDE no Brasil. Na segunda metade da década de 90, e início dos anos 2000, o IDE foi voltado basicamente para o setor de serviços, principalmente nos setores onde o processo de privatização foi mais importante como Telecomunicações, Energia Elétrica e Serviços Financeiros. Em 2000, o estoque de IDE no setor de serviços já respondia por 63,2% do total, superando a indústria, que passou a responder por 33% do total. Já com relação aos fluxos acumulados entre 2006 e 2008, o que chama atenção é o aumento dos investimentos direcionados ao setor agrícola e extrativo.

Enquanto o estoque em 2005 era de apenas 3,6% do total, entre 2006 e 2008, o fluxo direcionado a esses segmentos 5 5 atingiu quase 20% do total, fato que está associado à consolidação do Brasil enquanto grande produtor e fornecedor mundial de commodities agrícolas e minerais. A indústria mostrou um ligeiro aumento de participação, com 35%. No entanto, vale destacar algumas mudanças na composição dentro da indústria, com o aumento da participação relativa dos setores mais intensivos em recursos naturais como alimentos, metalurgia e papel e celulose em detrimento de setores como químico e automotivo. O setor de serviços, por sua vez, exibiu queda na participação relativa, com 45% do total, refletindo o menor aporte de recursos em relação ao período de privatizações e mesmo em relação ao período imediatamente posterior, dado que em grande medida, a própria geração de caixa passou a financiar novos investimentos das empresas recém-instaladas.

Esse fato explica por exemplo a baixa participação relativa do setor de telecomunicações no período 2006-2008 em relação ao aumento do estoque entre 2000 e 2005. Por outro lado, destaca-se o aumento da participação relativa do setor de construção, que representou 3,8% do total.

Finalmente, uma outra característica importante nos fluxos recentes de IDE diz respeito à participação das fusões e aquisições no total. No caso dos fluxos de IDE ocorridos 6 6 na segunda metade da década de 90 foi elevada a participação dos investimentos sob a forma de fusões e aquisições. O Brasil aparece como país da empresa adquirida e o valor total de investimentos recebidos. Como é possível observar, a relação entre as duas variáveis atinge índices bastante elevados principalmente no período de auge do processo de privatizações, na segunda metade da década de 1990.

Com o fim do processo de privatizações a participação das fusões e aquisições reduziu-se, representado uma parcela cada vez menor do total investido nos últimos anos, indicando que parte crescente do IDE tem sido direcionado para novos projetos de investimento.

Porém, talvez principal mudança a ser destacada do ponto de vista do processo de internacionalização da estrutura produtiva brasileira no período recente, está relacionado ao aumento dos volumes de investimento brasileiro direto realizado no exterior no período recente, enquanto o IDE atingiu patamares elevados a partir de meados da década

de 90, o IBDE passou a ganhar maior expressão somente a partir de 2004, mantendo uma tendência de crescimento, embora com flutuações importantes decorrentes do peso de algumas operações de aquisição no exterior.

Os dados de estoque registrados pelo Banco Central também apontam para a mesma tendência de elevação, apesar da pequena redução observada em 2007 em relação a 2006. De qualquer maneira os investimentos atingiram um volume de US\$ 104 bilhões em 2007.

Vale destacar, porém, que o aumento do investimento no exterior e o surgimento de empresas mais internacionalizadas não é um fenômeno apenas brasileiro, mas que vem ocorrendo para os países em desenvolvimento em geral (UNCTAD, 2007). Em 1990 os países em desenvolvimento representavam cerca de 5% do fluxo mundial de investimento direto realizado no exterior. Em 2007 a participação aumentou para 13%. Analisando a lista das 500 maiores empresas globais, levantada pela Fortune, também é possível perceber o avanço das empresas dos países em desenvolvimento.

Em 1990, apenas 19 empresas de nações em desenvolvimento figuravam na lista. Em 2008 esse número aumentou para 77. Nessa lista, aparecem com destaque empresas de países como Coreia do Sul e Taiwan, cujos processos de internacionalização ocorreram a partir dos anos 80, mas também países que passaram por um impulso no processo de internacionalização em período mais "tardio", com destaque para China (29 empresas), Índia (7 empresas), além do Brasil (5 empresas). Em termos relativos, a tabela 2 mostra que a participação brasileira nos fluxos mundiais de fato foi pequena em toda a década de 90 e início dos anos 2000. Mais recentemente, entretanto essa participação tem se elevado, seguindo a tendência dos países em desenvolvimento de aumentar sua participação nos fluxos totais realizados.

Outras informações que confirmam a importância do boom recente de investimentos brasileiros no exterior são os dados sobre as fusões e aquisições em que empresas do Brasil aparecem como compradoras. Considerando em primeiro lugar as informações sobre os valores transacionados, a comparação do acumulado entre 1996-2001 com o período 2002- 2006 mostra que subiu de US\$ 12,2 bilhões para US\$ 37,8 bilhões, o que representou um aumento de participação de 0,3% para 1,4% do total mundial.

Do ponto de vista macroeconômico, a conjuntura nacional e a situação internacional contribuíram para estimular investimentos brasileiros neste período. Em primeiro lugar, a desvalorização do dólar permitiu que ativos localizados no exterior se tornassem mais atrativos quando denominados em real. Este fator preço facilitou, sobretudo, a aquisição de empresas no exterior, principal modalidade no boom recente de IDE oriundo do Brasil. Em segundo lugar, houve uma melhoria significativa da condição financeira das empresas nacionais.

Por um lado, os resultados operacionais foram impulsionados pela retomada da demanda doméstica, em especial a partir de 2004. Por outro, os resultados não-operacionais foram impulsionados pela remuneração do mercado de títulos públicos, o que reforçou o caixa das empresas, ampliando a capacidade de auto-financiamento. Além disso, as condições de alavancagem de capital de terceiros se

aprofundaram, seja pelo melhor acesso ao crédito de longo prazo no mercado de capitais internacional, seja através do financiamento através de emissão primária de ações. Estes movimentos recentes capitalizaram as empresas nacionais justamente num momento de redução dos preços dos ativos localizados no exterior, sobretudo pelo efeito câmbio. Esta convergência de fatores conjunturais favoráveis teve efeito importante na expansão do IDE oriundo do Brasil.

A economia brasileira tem aumentado seu grau de internacionalização no período recente em especial através do aumento dos investimentos diretos realizados no exterior, uma vez que, enquanto receptora de investimentos, o país já possuía uma longa tradição. Este artigo buscou caracterizar esse processo, ressaltando o fato de que o movimento de internacionalização através do investimento direto por parte das empresas brasileiras as colocou em linha com um intenso movimento de transnacionalização de empresas de países em desenvolvimento.

Além da caracterização, buscou-se também destacar a importância desse fenômeno para o processo de integração econômica regional. Do ponto de vista dos investimentos recebidos, os dados analisados mostram que os investimentos das empresas estrangeiras voltadas para reorganizar as filiais e aumentar a especialização intra-regional não foram a regra geral. Ao contrário, a maior parte dos investimentos estiveram voltados para explorar o mercado interno, resultando em aumento de importações de fora da região. Mais recentemente, tem crescido os investimentos do tipo resource seeking, que procuram aproveitar as vantagens locais da economia brasileira para implementar estratégias de exportações para o mercado mundial. Com relação aos investimentos realizados pelas empresas brasileiras, embora o Mercosul e a América Latina tenham uma representatividade relativamente pequena no total dos fluxos analisados, em termos estratégicos, os investimentos na região são bastante importantes, uma vez que a abertura de filiais nos países vizinhos representa o primeiro passo em direção a uma estratégia internacional que vá além das exportações.

Esses investimentos levam a um maior envolvimento das empresas brasileiras com os mercados da região, uma vez que pressupõem uma interação mais direta com o mercado e com os fatores de produção dos países de destino. Em termos prospectivos, é possível esperar que os investimentos diretos sejam um vetor importante do processo de integração regional. Vale lembrar que, apesar do discurso a favor da integração econômica na América Latina, a integração "de facto" tem avançado de maneira lenta.

Mesmo no Mercosul, a união aduaneira teve impacto limitado sobre o processo de integração e complementação produtiva entre os países membros. Muitos especialistas veem a limitação aos avanços no fato da união aduaneira ser ainda incompleta. É fato, porém, que o movimento de integração regional, baseado na complementação produtiva e na especialização intra-setorial, não depende apenas das reduções das barreiras comerciais. Os fluxos de investimento direto também têm um peso importante e devem ser mecanismos cada vez mais importantes, tanto para aumento da competitividade dos países da região, como para a integração e aprofundamento da complementação produtiva intraregional.

Entretanto, o simples interesse privado não necessariamente leva a uma integração benéfica para todos os países da região. A coordenação e as políticas dos Estados devem ter um papel importante para estimular e aumentar os benefícios do processo de investimento privado. O aprofundamento da integração produtiva pressupõe a reorganização das atividades de inovação, da produção, da logística e dos mercados, levado a cabo pelos investimentos das empresas transnacionais de fora ou da própria região.

Nesse sentido, a coordenação das ações de política relacionadas a incentivos e regulação para o investimento e atuação das empresas regionais pode ter um impacto importante sobre a complementação produtiva. Também deve ser destacado a importância na coordenação para estimular e fomentar os investimentos na infra-estrutura regional. Esses investimentos podem ter um efeito importante sobre o fortalecimento dos vínculos da região e ao mesmo tempo sobre a competitividade em terceiros mercados. Por todos esses motivos, torna-se fundamental a incorporação destas questões na agenda de discussões das políticas de integração regional. Texto adaptado de SARTI. S; HIRATUKA. C.

7 O SÉCULO XX: URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E A CULTURA DE MASSAS.

O século XX foi marcado pela ascensão da indústria moderna e dos complexos urbanos. Em consonância com este processo, algumas formas de culturas foram se concretizando no espaço. Entre elas, a cultura de massa e a cultura local. Estes modelos culturais indicam movimentos inter-relacionados e interligados de apropriação e ocupação do território pelo homem impondo ao espaço, novas identidades oriundas de cada contexto histórico social. Entender a diferença entre cultura de massa e cultura local nos leva a entender como esses processos inter-relacionados se difundiram no espaço e como eles contribuem para o entendimento da relação de produção espaço-temporal. Temos percebido um fenômeno intrigante expandindo-se no seio da sociedade capitalista. Uma nova onda de inovações tecnocráticas, ideologias, atitudes, "memes" e modismos em geral, invade o cotidiano das pessoas agregando novas formas, imagens, símbolos, conceitos e preconceitos às concepções e valores culturais, ao passo em que não lhes oferece chance de resistência.

A diversidade cultural produzida ao longo do tempo pelos diversos grupos étnicos, juntamente de suas identidades, perspectivas, sabedorias, simbolismos, valores morais, éticos e artísticos, estão à mercê de um fenômeno intransigente que adentra as redes e circuitos sócio espaciais¹ e, consequentemente, o cotidiano das pessoas. Essa diversidade cultural, a verdadeira riqueza dos povos, corre risco eminente de ter suas estruturas reorganizadas e seus valores redefinidos, frente aos processos antagônicos de homogeneização e heterogeneização impelidos pela cultura de massificação presente na lógica capitalista de produção do século XXI. A cultura de massificação é o conjunto informal de ideias, atitudes, símbolos, mitos, técnicas e todo um bojo de valores cultu-

rais e morais, preferidos e adotados por uma geração, que, mantêm no consumo dos produtos da indústria cultural, mainstream, a realização para a insaciável sede humana por conforto, prazer e bem-estar. Como por exemplo na cultura "ocidental" de massa, onde toda produção artística digna de valor é transformada em mercadoria e explorada unicamente pelo viés econômico.

Assim como também as relações humanas, o ambiente natural e todo espaço constituído propriamente dito, são vítimas dessa forma escrupulosa de reprodução social imposta e garantida pela ideologia insidiosa do consumo exacerbado, que representa unicamente o interesse do grande capital em manter uma organização funcionalista e industrializada da sociedade, devidamente estruturada para a manutenção da lógica capitalista de produção. A cultura de massa ou mass culture, pop culture, entre outras denominações, é de fato surpreendente se observarmos a magnitude de sua complexidade e sua alta capacidade de abranger, transformar, e redefinir outras culturas. O significado corrente do termo, cultura para o consumo de massa, originou-se nos Estados Unidos e foi estabelecido no período após a Segunda Guerra Mundial, onde, até então, o termo remetia à "cultura popular" ou a educação e cultura das classes mais baixas. Na contra corrente encontra-se a cultura local ou a "cultura popular", berço de muitas singularidades e diversidades, a cultura local remete-nos as regionalidades com suas respectivas diferenciações ambientais, culturais, econômicas e política, produzindo uma riqueza de conhecimentos e sabedorias imensuráveis à percepção do leigo e despercebido indivíduo alienado pela cultura de massa. A cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade através da mudança. Apesar do fenômeno da cultura de massificação já estar presente no modo de vida capitalista há algum tempo, pelo menos desde meados do século XX, ou mais precisamente, após a segunda revolução industrial continua a expandir, transformar e redefinir espaços, sociedades e culturas sem vistas à interromper ou reverter seu curso. A segunda industrialização, que passa a ser a industrialização do espírito, e a segunda colonização que passa a dizer respeito à alma progridem no decorrer do século XX. Através delas operam as técnicas, que não mais unicamente votado à organização exterior, mas penetrando no domínio interior do homem e aí derramando mercadorias culturais. Ainda segundo ele "A alma é a nova África que começa a agitar os circuitos dos cinemas".

A ideia não reflete somente a realidade tortuosa da indústria moderna, mas também aponta uma problemática. Se a revolução industrial com suas técnicas e máquinas promoveu enormes impactos ao ambiente natural no qual foi contemplada, imaginemos quais são os impactos decorrentes desta industrialização da alma e do espírito. Quais serão seus efeitos no homem, na sua cultura e no seu espaço? Esta onda cultural, ideológica e informacional atua diretamente na profundidade no subconsciente humano, inundando-o, muitas vezes inconscientemente, de informações destina-

das a implementar a ideologia do consumo. Edgar Morin em seu clássico *Cultura de Massa* no século XX, Neurose, 1968, já havia observado os efeitos psicológicos e físicos da propaganda. De acordo com ele, "não há uma molécula de ar que não vibre com as mensagens que um aparelho ou um gesto tornam logo audíveis e visíveis". Não apenas nas ideias de MORIN vemos tais afirmações, mas em diversos outros estudos podemos observar os efeitos das técnicas utilizadas, principalmente, pelos meios privados de propaganda e marketing, nos elementos e células de todos os tipos, especialmente nas células humanas.

São diversos os meios e aparatos técnicos destinados a propagação deste "novo jeito de fazer as coisas", não cabe a nós aqui realizar o compendio de enumerá-los, mas podemos dizer, basicamente, que as novas possibilidades oriundas da internet alicerçadas pelo grande capital corporativo, assim como o google, facebook, youtube, conjuntamente com outros meios de comunicação em geral previamente consolidados como a TV e o Rádio, desempenham um papel crucial no estabelecimento, estruturação e manutenção desta cultura, que, por sua vez, é destinada ao consumo em massa de produtos e mercadorias culturais, movimentando um mercado e indústria multibilionários. Estes meios de comunicação propagadores atuam, por sua vez, na formação da opinião pública, possuindo grande capacidade para influenciar a população a manter a ordem e o sistema, em especial, a grande mídia com os telejornais ditando as verdades do cotidiano, e os filmes e novelas lançando os novos ditames da moda e dos novos padrões sociais. Portanto, os diversos povos conectados¹ que são integrados informacionalmente e globalizados, estão, por sua vez, vulneráveis frente ao fenômeno da universalização da cultura.

Não só estes indivíduos modernos e informatizados estão numa posição assim, pois mesmo indivíduos de populações tradicionais possuem ao menos rádio, televisão ou algum meio difusor informacional em suas casas e acabam contagiadas pela cultura de massa. Não generalizando, pois sabemos que ainda sobrevivem populações nativas "íntactas" em seus habitats naturais que não adotaram os padrões ocidentais desenvolvimentistas, seja pelas diferenças culturais, econômicas, ou por nem mesmo terem entrado em contato com o "homem branco" e o capitalismo. É o caso de muitos povos indígenas, africanos, orientais aborígenes, maoris, entre diversos outros espalhados pelo Planeta Terra, que ainda sobrevivem imersos em sua cultura local, enraizados em seu espaço vivido e suas territorialidades, arraigados em costumes e práticas culturais "ancestrais", construindo deste modo, o mais belo e diversos mosaico cultural. Ademais, o século XX tornou-se um marco para os cientistas sociais, sobretudo, àqueles que se interessaram e procuraram entender a complexa natureza da cultura dos povos, pois foi neste século em que a problemática cultural tomou ímpeto e espaço nos debates científico-filosóficos, especialmente, devido a consolidação da sociedade industrial originária da revolução industrial.

A problemática da cultura encontrada pelos cientistas, entre outros estudiosos do comportamento humano, restringiram-se na interpretação da relação, aparentemente antagonista, entre a cultura de massa global, massificante e desintegradora, ideia concebida e proposta pela clássica

escola de Frankfurt, representada por autores acima citados, como Theodor Adorno e Horkheimer, e a cultura local, original, transcendental, resultado da soma da experiência de diversas gerações, muitas vezes milenares, constituindo-se numa diversidade de práticas, ritos e costumes concebidos pelas sociedades humanas em sua constante e mútua relação com seu espaço vivido. Assim, as populações nativas ainda intactas e imersas em sua cultura "original", uma vez contactadas pela cultura "ocidental" de massa, tendem, quando não orientadas, a transformarem-se e redefinirem-se em meio ao seu contexto cultural.

INDÚSTRIA CULTURAL

A indústria cultural fundamentada na produção em escala de mercadorias e produtos culturais, montados à base de algumas receitas de êxito rápido, destinados a uma massa consumidora, surge no séc XX com a consolidação da sociedade industrial moderna. É no período após a Segunda Guerra Mundial que o termo indústria cultural é concebido pelos sociólogos Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) em seu tratado *A Dialética do Esclarecimento*, 1947, objetivando esclarecer a situação da cultura na era industrial. Para ambos a arte estaria sujeita às leis comerciais de oferta e demanda, ??? meramente o valor econômico. Teria se tornado mero produto de "escambo", mercadorias e produtos culturais.

A fórmula da produção industrial baseia-se numa série de modelos de sucesso padrões, são os filmes hollywoodianos, as telenovelas, os romances fúteis que invadem o imaginário dos consumidores, fazendo-os assimilar, todos os tipos de emoções possíveis. É o caso do cinema moderno que conjuga sentimentalismo, romance, erotismo, suspense, tragédia, comédia entre outros, numa mesma fórmula para seus roteiros. Assim, tem-se um mesclado de emoções que facilmente irão agradar a massa desprovida de senso crítico e que irão consumir estes produtos assimilando todas as atitudes, ideologias e perspectivas destes. E para a consequente reprodução desta lógica capitalista emblemática, se faz necessário o uso de um instrumento conscienciológico para despertar nas pessoas a paixão pelo consumo, que é por onde o sistema se reproduz.

A propaganda trabalha arduamente para conquistar novos "fiéis" e clientes para seus programas multimilionários de merchandising. É por meio deste consumo em massa que a indústria cultural mantém-se hegemônica, não abrindo espaço para as singularidades e particularidades das demais culturas. O poder hierarquizado presente na indústria cultural, permite a concentração e o monopólio informacional por parte da grande mídia¹ que, utiliza das técnicas de propaganda e publicidade para agregar o maior público possível, objetivando assim, máxima obtenção de lucro ou de poder ideológico, dependendo de seu objetivo em questão. Não é de hoje que as técnicas de propaganda e publicidade são utilizadas para diversos fins, sejam eles econômicos, políticos, em prol ou não do bem-estar da humanidade. Cremos saber, que o termo comunicação de massa em sua gênese, promovia um caráter democratizante da difusão informacional, do direito constituinte ao livre acesso

à informação de qualidade. Porém estes mesmos meios de comunicação, que possibilitariam a integração político-econômica, se mostraram também altamente eficazes na manutenção e no controle ideológico social exercido por diversos Estados, visando aumentar seus poderes coercitivos. Como exemplo, podemos citar o Estado Soviético de Lenin e Trotsky e o Terceiro Reich de Hitler e Goebbels. Estes dois Estados totalitários, com a diferença de que a URSS aplicava o socialismo, impuseram suas ideologias nacionalistas através da propaganda, especialmente pelo uso do cinema, onde muitas vezes disseminavam informações distorcidas e enganosas com intenção de direcionar as massas à luta de causas e "sonhos utópicos" de particulares. Atualmente, a lógica capitalista não difere tanto, somente que, além do Estado nacional, outros interesses ganham espaço nas comunicações de massa e na indústria cultural. São as grandes corporações e empresas privadas que geralmente operacionalizam os veículos publicitários e beneficiam-se de suas estratégias de manipulação através da mídia.

MÍDIA E GLOBALIZAÇÃO

Com a evolução do sistema capitalista, seguido da criação e evolução da chamada indústria cultural, a necessidade de exposição dos novos produtos cresce junto à evolução tecnológica. A humanidade passa a conhecer novas formas de se comunicar; primordialmente o jornal impresso, depois o rádio e a televisão; e, atualmente, a internet desempenha o papel como principal meio de comunicação em massa. Chamamos de mídia, todas as formas de divulgação informativa nas quais o receptor será influenciado a formar uma opinião, ter uma postura perante um acontecimento, assim como Mídia, palavra latina, já abreviada, significa "meios" no plural. Meios de comunicação, meios através dos quais circulam informações, mensagens, imagens; instrumentos e dispositivos através dos quais estabelecemos relações uns com os outros, e com o mundo. Portanto, a mídia serve de interlocutora entre produtores e consumidores, entre candidatos e eleitores, entre governo e população.

Assim, torna-se de total interesse que os detentores dos meios de produção, de qualquer tipo de produto, mas principalmente os produtos culturais, possuam acesso ou controle dos meios midiáticos. Com a evolução do capitalismo, os grandes conglomerados econômicos tornaram-se dependentes dos meios de comunicação, e cada vez mais, procuram se aliar, se aproximar da mídia, de forma que as informações a serem circuladas atendam de forma direta a seus interesses específicos, assim como explicita Milton Santos, A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimentos os elementos essenciais à continuidade do sistema.

Essa apropriação da informação possui um lado extremamente perverso e que possibilita a concentração da "verdade" em poucas mãos, ou seja, apenas as informações que condizem com a manutenção do atual sistema são veiculadas pela grande mídia, pois essa responde ou realmente é representante do grande capital. Milton Santos pontua tal perversidade como forma de acentuar as desigualdades que hoje vivemos: Todavia nas condições atuais, as técnicas da

informação são principalmente utilizadas por um produto de atores em função desses objetivos particulares, essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas aprofundando assim os processos de criação de desigualdades grifo nosso. É importante destacar o parêntese colocado por Milton Santos no trecho a cima citado, pois atualmente, a internet passa a representar um novo desafio para a mídia tradicional, a interpretação dos acontecimentos não precisa necessariamente passar por uma redação onde, os que ali trabalham tenham que seguir uma linha de pensamento correspondente com a da empresa na qual trabalha. A liberdade de expressão torna-se realmente efetiva, quando da internet, surgem as possibilidades de qualquer indivíduo construir um espaço onde a sua opinião, seus vídeos ou fotos possam ser publicados e ainda em uma curta relação de tempo, conseguir circulação e visibilidade para as informações postadas. Podemos citar as manifestações recentemente acontecidas no Brasil, inicialmente contrárias ao aumento do valor das passagens de ônibus, como exemplo na prática desse novo conceito de circulação informacional, não dependente dos meios tradicionais. Foi possível notar a mudança de postura de veículos tradicionais de um dia para o outro, pois na internet circulavam informações que contradiziam os noticiários em que os veículos da grande mídia estavam distribuindo em suas matérias.

Os veículos de comunicação tradicionais são em sua grande maioria particulares, ou seja, possuem uma postura condizente com a lógica capitalista, defendendo e representando diretamente os interesses do grande capital, pois é tanto através, como para ele que suas grandes produções e sua maior visibilidade se tornam possíveis e necessárias. O que nos remete mais uma vez ao trecho citado na página anterior de Milton Santos, enquanto o grande capital financia a circulação de informação que homogeneiza as necessidades, as opiniões e o conhecimento da população pautado em seu interesse, a mídia tradicional justifica tais necessidades, opiniões e conhecimento, criando personagens, símbolos e manipulando informações para que a cultura de massa, e os resultados da indústria cultural se perpetuem como sucesso de vendas.

O processo de monopólio informacional passa a ser ameaçado pela atual evolução da internet, que por atingir um grau democrático jamais vivido pela humanidade, representa uma ruptura com o tradicional. Atualmente 1,3 milhões de pessoas acessam o domínio youtube.com por minuto e o site de pesquisa google.com apresenta mais de 2 milhões de pesquisas também por minuto (pesquisa realizada pelo grupo Intel), indícios que cada vez mais pessoas buscam fontes de informação diversas, ou ainda, que o entretenimento e as informações oferecidos pela mídia tradicional não satisfazem o público completamente. Por vezes o consumo de tal entretenimento, poderia o satisfazer, mas é impossível de se responder se tal satisfação era reflexo do real contentamento com o conteúdo ou se era por apenas não existirem outras opções. A discussão a respeito de quais mudanças a internet implicaria na sociedade, é inevitável depois de tal discussão a respeito da circulação da informação no mundo.

O capital e as grandes empresas crescem e se aglutinam cada vez mais, formando aglomerados e grupos corporativos (vide as grandes fusões), fato esse que só se torna possível quando todo o globo está conectado entre si e toda a informação necessária para a manutenção de tais conglomerados circula de forma rápida. Tendo em vista que cada vez menos grupos detêm o poder de decisão dentro de cada "nicho" de produtos que circulam globalmente, poderíamos visualizar a globalização como um fator preponderante no processo de homogeneização cultural da humanidade (os mesmos produtos sendo consumidos por toda a população). Todo cidadão global, vive sob as normas dos interesses dos grupos que se apropriaram de cada cadeia produtiva em específico. Mas se voltarmos nosso olhar para o fato de que se as informações circulam de forma quase atemporal para as grandes empresas, ela pode e atualmente circula da mesma forma também para o resto da população, diversas expressões circulam o globo todo, podendo encontrar adeptos e similares de forma a fortalecer tais expressões, que antes se resumiam apenas ao seu próprio local.

A internet tornou possível que certas peculiaridades locais ganhassem visibilidade e se fortalecessem. No Brasil é fácil identificar exemplos de tal processo. O Maracatu, forma de dança e música típica do estado de Pernambuco que possui grande valor histórico e cultural, já não se limita apenas ao estado, de norte a sul do Brasil, o maracatu está difundido e com ele costumes e tradições típicas de Pernambuco passam a ser conhecidas e valorizadas. Alguns podem defender que tal processo de divulgação poderia empobrecer a expressão; contudo se quem se interessa por aprender a respeito do Maracatu possui o acesso a informação de qualidade e de forma fácil, o Maracatu pernambucano (tradicional), será a fonte de todos os grupos que desejam compreender a cultura e irão aprender diretamente os costumes tradicionais, assim o processo de empobrecimento se inverte e a expressão cultural representada pelo Maracatu se torna fortalecida. Assim também aconteceu com a capoeira, que depois de correr risco de ser extinguida no Brasil, hoje é um produto de exportação cultural e mantém características e costumes diretamente ligados aos escravos que aqui viveram.

Não cabe a nós no presente artigo definir quais serão os caminhos que serão tomados pela humanidade, porém podemos colaborar com tal discussão apresentando olhares diferentes a respeito das novas mídias e do processo de globalização por qual passamos. A globalização pode ser perversa e possui tal lado, mas enquanto a internet possuir um caráter democrático, tal perversidade pode ser vencida pelo pluralismo de ideias e pela organização de grupos e pessoas com pensamentos similares, que não se limita apenas ao ciberespaço mas esse impulsiona e facilita tais organização e a divulgação de opiniões e conhecimentos específicos. Milton Santos possui um olhar sobre o potencial do atual estágio técnico que possuímos que resumiria tal "vitória" das minorias sobre os grandes e tradicionais meios: O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos em todos os continentes. A isso se acrescenta graças aos progressos da informação a "mistura" de filosofias...Jun-

te-se a esses fatos a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, permitindo-lhe exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança.

Os meios tradicionais, portanto, o grande capital, buscam compreensão e controle sobre o potencial que as novas mídias, a internet em específico, podem possuir e que é desconhecido de todos ainda. Outros fatores também indicam que as facilidades e recursos que a internet potencialmente possui passam a demonstrar pontos frágeis como: como cada vez mais a capitalização de seu uso se afirma na atual sociedade, tornando maior a dependência que criamos dos detentores de sua distribuição, quanto mais depositamos informações em seus servidores, mais estamos aumentando os riscos de tais informações vazarem ou serem utilizadas em benefícios de outros.

Demonstrando a paridade quanto ao conhecimento de seus recursos e tal fragilidade no quesito de vazamento de informações pode-se citar o caso onde: informações confidenciais a respeito das decisões do governo dos Estados Unidos vazaram através de um portal da internet - wikileaks. com - e o governo dos Estados Unidos ainda não possui a situação esclarecida. O grau democrático no qual a internet atinge, aproxima-se de anárquico, pois a possibilidade da opinião de praticamente qualquer pessoa a respeito de qualquer assunto pode ser disseminada através da internet, o que possibilita que também falsas informações e ou informações que interessem ou favoreçam certos grupos sejam veiculadas de forma proposital. Texto adaptado de MARAGON. F; MACIEL. M. A. C; SANTOS. V. D. R. D.

8 O MUNDO CONTEMPORÂNEO E AS SOCIEDADES ATUAIS (PÓS-1945).

A pós-modernidade é caracterizada por inúmeras transformações nos mais variados aspectos da sociedade, nas ciências, no pensamento, na economia, na filosofia, nas artes e no modo de ser e agir do homem. Há o rompimento como os valores e metanarrativas que preponderaram durante toda a idade moderna. Em linhas gerais, pode-se dizer que a pós-modernidade possui como essência a ruptura com os paradigmas anteriormente estabelecidos.

Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes, e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900 – 1950). Ele nasce com a arquitetura e com a computação nos anos 50. Toma corpo com a arte Pop nos anos 60. Cresce ao entrar pela filosofia, durante os anos 70, com a crítica da cultura ocidental. E amadurece hoje, alastrando-se na moda, no cinema, na música e no cotidiano programado pela tecnociência (ciência + tecnologia invadindo o cotidiano com desde alimentos processados até microcomputadores) sem que ninguém saiba se é decadência ou renascimento cultural.

Diversos filósofos e sociólogos apontam no sentido de que a pós-modernidade começou a manifestar-se mais intensamente na década de 1950. O desenvolvimento da

computação, a crítica da cultura ocidental realizada pela filosofia, a explosão da bomba em Hiroxima e Nagasaki, o final da 2ª Guerra Mundial, a queda do Muro de Berlim, a falência da Guerra Fria, a queda do comunismo e do socialismo, o aparecimento de grupos econômicos expansionistas, a fragilização das barreiras geográficas, a globalização, a crise do capitalismo e a crítica consistente aos padrões éticos e estéticos são apenas alguns indícios de que o mundo que moldou/formou as gerações anteriores não é mais o mesmo.

A pós-modernidade surge, historicamente, com a explosão da bomba em Hiroxima e Nagasaki, situação esta que deixou todo o planeta perplexo diante do poder de destruição da ciência moderna. Neste contexto, apresentam-se algumas considerações sobre o marco histórico inicial da pós-modernidade. Simbolicamente o pós-modernismo nasceu às 8 horas e 15 minutos do dia 6 de agosto de 1945, quando a bomba atômica fez booom sobre Hiroxima. Ali a modernidade – equivalente à civilização industrial – encerrou seu capítulo no livro da História, ao superar seu poder criador pela sua força destruidora. Desde então, o apocalipse ficou mais próximo.

Ainda sobre as várias descobertas científicas e invenções que ocorreram no século XX, complementa-se: Um pouco antes, em 1953, a descoberta do DNA, o código da vida, impulsionaria o salto para a biologia molecular, hoje tão cortejada. O desenho do chip, em 1957, permitirá a redução dos computadores dinossauros aos micro-abelhas atuais. Nesse mesmo ano, o Sputnik soviético revoluciona a astronáutica e as telecomunicações. O selfservice, acoplado ao marketing e à publicidade em alta rotação, consagra o consumo massivo. A pílula, o rock, o motel, a minissaia – liberadores que emergem nos anos 60 – preparam a paisagem desolada da civilização industrial para a quermesse eletrônica pós-industrial.

Nessa esteira de análise, infere-se que a pós-modernidade representa uma condição sociocultural, filosófica, artística, estética, política e econômica que ganhou propulsão em meados dos anos de 1950, tendo como pano de fundo a crise das utopias, dos projetos e ideologias, a crise do socialismo, comunismo e do capitalismo, assim como o enfraquecimento das metanarrativas que estavam muito evidenciadas durante todo o século passado. Em continuidade ao raciocínio supra, a pós-modernidade é caracterizada por uma crise das utopias, ideologias e projetos, bem como das metanarrativas que dominaram todo o século XX. A sociedade pós moderna baseia-se no individualismo, no niilismo, no vazio, no consumismo e na ausência de valores e de sentido para a vida.

Desta forma, a sociedade do espetáculo tem como eixo central a descrença na racionalidade, a qual era amplamente sustentada na modernidade pelo Iluminismo. A ciência torna-se insuficiente para explicar todos os fenômenos da vida humana e deixa de ser a única forma realmente válida e eficaz de conhecimento e saber, uma vez que as antigas verdades ou metanarrativas são colocadas à prova e dão lugar à dúvida, aos questionamentos, à indagação constante, e, sobretudo, à descontinuidade de ideias, planos e objetivos, ao pluralismo teórico e ético, assim como a proliferação de paradigmas e projetos.

Esse movimento de desconstrução tem como elemento central a crítica consistente aos padrões éticos e estéticos que vigoraram no século passado, sendo considerada uma situação típica de sociedades pós-industriais centradas na tecnologia e informação.

A respeito das novas tecnologias da informação, estas promoveram alterações importantíssimas na seara da produção do conhecimento, do trabalho e das relações humanas. Em qualquer parte do mundo é possível assistir espetáculos esportivos, catástrofes ambientais e conflitos bélicos em tempo real, por milhares de pessoas. Através da internet foi possível superar os limites geográficos, expandindo-se as fronteiras tecnológicas do conhecimento. A variedade de informações disponíveis e o compartilhamento de documentos em ambiente virtual colaboraram para a constituição desta nova sociedade, uma sociedade pós-moderna.

A criação da world wide web constituiu-se num pré-requisito para a expansão da fronteira tecnológica do conhecimento. A alta versatilidade do hipertexto criava condições para o aumento da capacidade de compartilhamento de documentos de pesquisas no ambiente original internet, de acesso restrito, viabilizando a publicação em rede de novas plataformas de atuação, não necessariamente científicas. Imperioso ressaltar que além de todas as características acima delineadas, a pós-modernidade, ou modernidade líquida, é também uma combinação de estilos, comportamentos, tendências e pensamentos, o que a torna global e simultaneamente, indecifrável.

Entendemos ainda que o pós-modernismo é um ecletismo, isto é, mistura várias tendências e estilos sob o mesmo nome. Ele não tem unidade; é aberto, plural e muda de aspecto se passamos da tecnociência para as artes plásticas, da sociedade para a filosofia. Inacabado, sem definição precisa, eis por que as melhores cabeças estão batendo para saber se a "condição pós-moderna" – mescla de purpurina com circuito integrado – é decadência fatal ou renascimento hesitante, agonia ou êxtase. Ambiente? Estilo? Modismo? Charme? Para dor dos corações dogmáticos, o pós-modernismo por enquanto flutua no indecível. Com o escopo de promover um maior entendimento em relação às diferenças entre sociedade moderna e pós-moderna, em especial a distinção e ruptura de pensamentos, projetos e ideologias, Santos elaborou um quadro comparativo, o qual colacionamos abaixo:

MODERNISMO	PÓS-MODERNISMO
Cultura elevada	Cotidiano banalizado
Arte	Antiarte
Estetização	Desestetização
Interpretação	Apresentação
Obra/originalidade	Processo/pastiche
Forma/abstração	Conteúdo/figuração
Hermetismo	Fácil compreensão
Conhecimento superior	Jogo com a arte
Oposição ao público	Participação do público
Crítica cultural	Comentário cômico, social
Afirmação da arte	Desvalorização obra/autor

Conforme exposto, conclui-se que a sociedade do espetáculo ou pós-moderna baseia-se na desconstrução de valores e conceitos anteriormente sedimentados, no niilismo, no vazio e na ausência de sentido para a vida. O consumismo e a busca pelo prazer imediato também são elementos caracterizadores deste novo momento social. Acerca do paradigma pós-moderno finaliza-se que:

Enfim, o pós-modernismo ameaça encarnar hoje estilos de vida e de filosofia nos quais viceja uma ideia tida como arquissinistra: o niilismo, o nada, o vazio, a ausência de valores e de sentido para a vida. Mortos Deus e os grandes ideais do passado, o homem moderno valorizou a Arte, a História, o desenvolvimento, a Consciência Social para se salvar. Dando adeus a essas ilusões, o homem pós-moderno já sabe que não existe Céu nem sentido para a História, e assim se entrega ao presente e ao prazer, ao consumo e ao individualismo.

A pós-modernidade marca o início de uma nova forma de ser, pensar e agir. Há o rompimento com as metanarrativas que predominaram durante toda a idade moderna. Há uma fluidez nos conceitos, valores e pensamentos. Novos costumes são construídos enquanto outros são refeitos. O marco histórico da pós-modernidade se deu com a explosão da bomba atômica em Hiroxima e Nagasaki, situação na qual o mundo todo ficou perplexo diante do poderio científico desenvolvido pelo homem.

Nesta mesma década de 1950 o consumismo alcançou o ápice. A sobreposição do "ter sobre o ser" foi redimensionada. Com toda a plasticidade de conceitos e valores emergentes na pós-modernidade, a ética tem ganhado destaque no cenário atual.

De modo geral, a ética refere-se aos costumes, valores, princípios e normas de condutas humanas. Ocorre que a sociedade é mutável, ágil e inconstante e esses valores são flexibilizados a cada momento. Este é o grande desafio da ética. Adequar-se à esta nova sociedade que vem sendo erigida, sem perder de vistas a sua essência.

Princípios e valores acerca do que é bom e justo nem sempre são universais, porém, precisam ser adequados à cada sociedade e em sintonia com os costumes de cada povo em análise. Texto adaptado de MARQUES. S. S; MARQUES. S. M. S.

9 GUERRA FRIA E DESCOLONIZAÇÃO.

O fim da Guerra Fria foi um acontecimento importante para o continente africano. A maioria dos estados africanos atingira a independência nos anos-chave do conflito entre as superpotências e este fora o fator crucial nas relações internacionais de África durante trinta anos. Não é, pois, surpreendente que tal alteração tenha constituído um desafio radical à ordem instituída. O impacto desta mudança estrutural do sistema internacional, e da liberalização na Europa de Leste em particular, sentiu-se em quase todo o continente africano. Este foi um momento precioso que criou a possibilidade de virar uma página histórica dolorosa, especialmente para os estados da África Austral e do Corno de África que mais tinham sofrido com a dinâmica global do conflito entre o Ocidente e o Bloco de Leste. Com raras exceções, o resultado deste processo pautou-se por um grau considerável de mudança ou recomposição dos regimes políticos africanos.

As independências africanas ocorreram numa atmosfera protetora que promoveu a absorção das ex-colónias como membros inquestionáveis da sociedade internacional de estados soberanos. Pela primeira vez, a soberania do Estado era aceite na base jurídica de reconhecimento por parte dos outros estados soberanos e não na base empírica de capacidades de governação, defesa e extração fiscal que desde sempre constituía a prova crucial da viabilidade dos estados. Tal mudança de paradigma é imprescindível para compreender a viabilização dos estados africanos pós-coloniais, muitos dos quais minúsculos, sem saída para o mar, ou paupérrimos, e que nunca teriam emergido noutro momento histórico. Na segunda metade do século XX, pelo contrário, os estados africanos foram aceites como entidades soberanas com todas as prerrogativas formais dos outros estados. Tal incluiu o obrigatório assento na onu, no seio da qual os estados africanos e outras ex-colónias do Terceiro Mundo se afirmaram por vezes ruidosamente.

As superpotências reagiram a este novo grupo de atores na cena internacional com tentativas de sedução de potenciais aliados e a generosa distribuição de ajuda pública ao desenvolvimento (apd), as mais das vezes uma renda geoestratégica para compensar apoiantes da Guerra Fria. Apesar de a maioria dos estados africanos ter preferido a designação de não-alinhados, este período pautou-se por uma série de relações privilegiadas, ainda que instáveis, com

uma ou outra das superpotências. Para a China e o Bloco de Leste em particular, a tentativa de estabelecer tais relações incluiu, para além dos estados africanos, a ajuda financeira e militar aos movimentos de libertação de territórios ainda por descolonizar como Angola, Moçambique e as colónias anglófonas da África Austral. A presença dos Estados Unidos fez-se sentir através do apoio incondicional aos seus aliados «anticomunistas» na Etiópia, Libéria, Zaire e os estados controlados por minorias brancas na África Austral, ao passo que a França desenvolveu uma relação neocolonial de enorme complexidade com as suas ex-colónias que (entre outras consequências) ancorou a África de língua francesa no campo ocidental durante a Guerra Fria.

Neste contexto, o conflito global foi não apenas um fator estruturante das primeiras décadas pós-coloniais em África mas (e é este facto que importa sublinhar aqui) uma dimensão da vida política internacional que em larga medida serviu os interesses dos atores políticos que dominaram a cena africana. Ao afirmar isto não tenho qualquer intenção de subestimar o impacto negativo da Guerra Fria em África, especialmente no que diz respeito às guerras por procuração que a União Soviética e os Estados Unidos promoveram e/ou financiaram um pouco por todo o continente. Dito isto, a existência de competição feroz a nível internacional permitiu o acesso por parte dos estados africanos a várias fontes de patrocínio internacional, tanto ao nível de rendas como de apoio político-militar. Em geral, a pertença a um dos campos da Guerra Fria fortaleceu o estatuto internacional de estados africanos e, neste quadro, a vasta maioria conseguiu uma grande margem de manobra, subordinando de forma competente os recursos externos às agendas domésticas dos atores políticos dominantes.

O sistema internacional da Guerra Fria foi um dos dois pilares essenciais da política africana das décadas de 1960 e 1970. O outro pilar imprescindível foi o carácter da economia internacional durante estes anos e os seus efeitos na vida dos estados africanos. A África Subsariana beneficiou de uma conjuntura ideal durante quase trinta anos a partir do fim da II Guerra Mundial: o *boom* económico ininterrupto nas sociedades industrializadas resultou em preços internacionais consistentemente altos das matérias-primas minerais e agrícolas que África produzia. O resultado da expansão da base fiscal do Estado, aliada à breve mas importante dedicação «desenvolvimentista» das derradeiras administrações coloniais (cujo resultado foi a expansão exponencial da burocracia e das pretensões intervencionistas do Estado) e ao optimismo do nacionalismo africano, sagrou-se por uma série de tentativas de modernização das sociedades africanas por parte das lideranças pós-coloniais. Muita tinta se gastou a discernir diferenças entre as estratégias conservadoras (Quênia, Costa do Marfim) e as soluções radicais (o Gana ou, mais tarde, os regimes afrocomunistas).

Porém, uma análise retrospectiva demonstra que, se bem que existissem algumas diferenças, os regimes africanos pós-coloniais partilhavam características cruciais, incluindo, (1) o abandono rápido e fácil do pluralismo político e a adopção de sistemas políticos autoritários, (2) uma crença forte no papel do Estado em todas as áreas da economia e a multiplicação do número de funcionários públicos,

de companhias estatais, e do envolvimento do Estado em áreas anteriormente dominadas pelo sector privado, e (3) a penetração das instituições públicas formais, pretensamente impessoais, por grupos de interesses informais e agendas patrimoniais que procuram controlar a distribuição de bens materiais e de privilégios políticos. Estas três dimensões, que eram partilhadas por praticamente todos os estados em África, contêm um potencial bastante problemático. Mas no contexto prometedor aqui descrito, o *status* internacional dos estados africanos, e até algum crescimento económico, foram viáveis desde que estas condições se mantivessem estáveis.

Os problemas sérios da África pós-colonial começam no momento exato em que o pilar económico desta ordem de coisas implode. Em meados dos anos 1970, a crise petrolífera e a recessão que daí resulta iniciam um abalo brutal na economia mundial cujo resultado mais dramático é a bifurcação de destinos do Terceiro Mundo. Ao passo que vários estados da Ásia Oriental, por exemplo, se adaptaram às novas condições com uma destreza invejável, ao ponto de superarem o problema da pobreza, os estados africanos dependentes da exportação de matérias-primas e com recursos humanos não especializados foram devastados. Esta mudança sistémica é o fator crucial que estrutura as três décadas subsequentes da vida africana. Mas uma linha de raciocínio inteiramente determinista não é suficiente para explicar a seriedade do declínio económico dos estados africanos. É inegável que um reverso de fortuna tão rápido teria desafiado as capacidades dos melhores decisores, mas as reações africanas foram tragicamente inapropriadas. Os governantes africanos tiveram um papel preponderante na transformação de uma recessão (que atingiu todo o mundo, mas que mais cedo ou mais tarde quase todo o estado fora de África ultrapassaram) numa crise permanente de proporções épicas que iria desfigurar o continente até ao fim do século. A reação adequada à crise global, cujo impacto nas receitas dos estados africanos era inteiramente previsível, teria de consistir em cortes orçamentais e numa melhor gestão da coisa pública (de resto, medidas difíceis de implementar já que a legitimidade do Estado estava intimamente ligada à sustentação de redes clientelares). No entanto, os líderes africanos continuaram a esbanjar o dinheiro que tinham na expectativa ingénua de que em breve as coisas iriam «regressar ao normal». Ainda pior; quando os compromissos do Estado africano já não podiam ser cumpridos com os recursos disponíveis, os líderes africanos viraram-se para a banca internacional, agora carregada de petrodólares reciclados e, devido à crise económica, impossibilitada de emprestar aos seus clientes habituais no Ocidente. Estas dívidas e os juros acumulados rapidamente se revelaram impossíveis de pagar, e no início da década de 1980 quase todos os países africanos estavam à beira da bancarrota.

A transformação da economia mundial nos anos 1970 e no início da década de 1980 foi acompanhada a nível intelectual pelo abandono das ideias keynesianas em favor de uma visão neoclássica da economia. Este facto teve implicações imediatas para os estados africanos já que estes precisavam da ajuda das instituições financeiras internacionais (IFI) para impedir o seu naufrágio definitivo. Longe de aceitarem o

tipo de explicação popular entre os políticos e intelectuais africanos a chamada «teoria da dependência», segundo a qual a crise era o resultado da troca desigual estrutural que caracteriza a economia mundial o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a maioria dos doadores ocidentais culpavam a onnipresença do Estado africano e as elites africanas pelas políticas erráticas e autodestrutivas que haviam seguido nas décadas anteriores. Para mais, pela primeira vez desde o fim do colonialismo, introduziu-se a linguagem da condicionalidade nas relações internacionais dos estados africanos em detrimento do imperativo da soberania nacional.

As IFI só dariam auxílio financeiro se os dirigentes africanos se comprometessem a implementar reformas económicas importantes, os chamados programas de ajustamento estrutural (PAE) que tinham por fim desregulamentar e liberalizar as economias africanas, aumentar o papel do sector privado, abrir as economias africanas ao resto do mundo, e estabelecer a base para o desenvolvimento robusto do continente. Estas reformas seriam diretamente supervisionadas por funcionários das IFI, uma intrusão sem precedentes em assuntos domésticos dos estados africanos.

Este ensaio não se pode alongar excessivamente sobre a complexa questão dos PAE, mas algumas conclusões deste processo devem ser mencionadas. O impacto dos PAE foi muito ambíguo; apesar do tom draconiano das IFI e do facto de quase todos os países africanos expressarem apoio retórico, a maioria nunca os implementou de forma consistente; e aqueles que o fizeram não recolheram os benefícios que os arquitetos da reforma em Washington haviam pregado. Em todos os países, o dogmatismo de cortes de despesa imposto pelas IFI teve consequências trágicas, especialmente no que diz respeito à desindustrialização das economias africanas e às áreas da educação e da saúde. Apesar da hostilidade que as elites africanas sentiam para com qualquer reforma real do sistema que poderia pôr em causa o domínio que detinham, as reações iniciais de oposição foram rapidamente substituídas por uma postura astuciosa.

A retórica antiestado das IFI permitiu às elites africanas abandonar responsabilidades sociais para com as populações que o Estado, num contexto de declínio económico, já não podia e/ou não queria desempenhar. Assim, as elites continuaram a sobreviver, sem grandes problemas, à crise económica e política destes anos, e até a aumentar o controlo discricionário dos recursos disponíveis, mas o âmbito social das relações clientelares diminuiu drasticamente. Muita gente, que anteriormente beneficiara destas relações, mesmo que indiretamente, estava agora só e sem qualquer proteção perante as ondas de choque do colapso económico.

Para fins deste ensaio, o facto que importa reter é que esta evolução económica e a tomada das economias africanas pelo reformismo liberal ocidental, em si mesma uma dimensão crucial para a compreensão da África pós-Guerra Fria, precede o fim desta entre cinco a dez anos. Quando se discute este período, a decadência das economias estatizadas e a ascensão das agendas reformistas liberais do Ocidente tendem a ser menos enfatizadas do que os acontecimentos mais espetaculares da Guerra Fria, como o patrocínio soviético do Derg etíope, a força expedicionária

cubana em Angola ou a parceria tácita entre os Estados Unidos e a África do Sul em apoio das forças *contra* da Unita e da Renamo em Angola e em Moçambique. Não há dúvida de que a Guerra Fria continuou a ser uma presença bruta e inevitável na política do continente africano; por esta razão, governantes mal-amados como Mobutu, do Zaire, e Samuel Doe, da Libéria, continuaram a encontrar sustento exterior, e a França foi conseguindo proteger os seus estados clientes da austeridade das IFI. Durante a década de 1980 os estados africanos continuaram a solicitar, e a receber, apoios financeiros e políticos importantes com base na sua lealdade no conflito entre as superpotências. Mas à medida que a década foi passando, a disputa internacional foi perdendo vigor. Angola conseguiu evitar o FMI por causa do petróleo e não devido à generosidade soviética; a URSS deu a entender a Moçambique que não podia sustentar outra Cuba, e que fazer as pazes com os doadores ocidentais era o melhor caminho.

O fim da Guerra Fria propriamente dito teve um impacto imediato e repercussões dramáticas em toda a África. As tropas cubanas, que em fins de 1987 tinham travado a enorme batalha de Cuito Cuanavale, saíram de Angola dois anos depois, e a Namíbia libertou-se do jugo sul-africano. A África do Sul iniciou de modo irreversível a transição para uma democracia multirracial. Em 1992, a guerra civil de Moçambique terminou; Mengistu fora derrotado no ano anterior; a Eritreia obteve a independência no ano seguinte. Por todo o continente, ondas de instabilidade urbana e de ativismo da sociedade civil aumentaram a pressão em favor da liberalização política. O Benim foi pioneiro na criação das conferências soberanas nacionais que surgiram um pouco por toda a África francófona e que muitas vezes resultaram em eleições livres. Oposições enérgicas surgiram até em países onde a obediência e quietismo tinham sido a regra durante trinta anos. Houve um número restrito de casos, como a Zâmbia, onde dirigentes aparentemente onnipotentes perderam as eleições e deixaram o poder. E não foram apenas os ex-clientes da URSS que sofreram com esta inesperada sequência de eventos. Pela sua parte, as potências ocidentais já não sentiam a mesma necessidade de sustentar déspotas, pelo menos de forma explícita. Quando o Presidente Mitterrand apelou à democratização de África no discurso que proferiu durante a Cimeira Franco-Africana de La Baule, em 1991, toda a gente pressupôs que começara uma nova era.

O entusiasmo inicial, especialmente da parte de ativistas ocidentais, por esta aparente repetição da emancipação da Europa de Leste depressa se revelou prematuro. Em primeiro lugar, depois de um momento de desorientação, a maioria dos dirigentes africanos revelou-se mais do que capaz de lidar com as oposições fragmentadas e os desafios da rua (Zaire, Camarões, Quênia, Gabão, etc.). Embora uma versão qualquer de ato eleitoral se tenha tornado incontornável em todo o continente, o resultado mais frequente destas «eleições» foi e continua a ser a «restauração autoritária» dos líderes no poder. Em segundo lugar, e talvez de forma mais inesperada, mesmo em contextos em que ocorreram processos de circulação de elites (por exemplo, na Zâmbia, ou no Quênia a partir de 2002), os herdeiros do poder depressa revelaram não ter qualquer problema fundamental com o *status quo ante*, e até aprofundaram a pilhagem do erário

público. Em terceiro lugar, a atitude dos grandes doadores e das IFI continuou a pautar-se por uma postura irregular e comprometida, apesar de compromissos retóricos ambiciosos, no que diz respeito à reforma dos estados africanos. Se é verdade que o apoio patente a ditadores cessou, os estados ocidentais não abandonaram aliados ainda úteis aos ventos de mudança domésticos e internacionais.

Por último, há que colocar a questão incómoda das visões populares da democracia que caracterizam o continente africano desde o fim da Guerra Fria. Não há dúvida de que existem em África milhões de cidadãos que adoptaram sem qualquer reserva os valores e a linguagem dos direitos humanos e da primazia do indivíduo, e que em alguns países a política eleitoral produziu partidos bem organizados com linhas de apoio que transcendem a etnicidade. Contudo, tais casos são ainda exceções. Na maior parte dos países africanos, os críticos de regimes iliberais nos anos derradeiros da Guerra Fria e nas duas décadas subsequentes de lenta democratização não o fizeram de uma perspectiva liberal. A ideia de que o Estado é uma entidade impessoal com a capacidade institucional de disponibilizar bens públicos de forma não discriminatória, ou de que a esfera pública deve transcender a etnicidade dos cidadãos, tem uma base de apoio limitada nas sociedades africanas. Pelo contrário, a insatisfação popular em relação ao mundo dos políticos articula-se a partir do interior de um discurso partilhado (isto é, um discurso partilhado pelas elites e pelas massas) sobre o tipo de oportunidades clientelares que os poderosos deveriam disponibilizar aos seus apoiantes. Os homens do poder são, de acordo com esta mentalidade, criticados não devido ao facto de cometerem actos que observadores externos definiriam em termos de corrupção, mas precisamente porque estes políticos se tornaram demasiado gananciosos e egoístas e já não partilham com as suas hipotéticas comunidades de apoiantes o espólio dos recursos que sonegaram ao Estado.

Em suma, a questão prende-se mais com uma crise do patrimonialismo (muitos protestos são apelos ao regresso do patrimonialismo clássico das primeiras décadas de independência) do que com uma crítica de base da lógica de governação e dos seus valores, pelo que os projetos políticos que surgiram neste período não tentaram romper drasticamente com o passado recente. A regra foi a manutenção desconcertante dos métodos estabelecidos, mesmo quando as caras mudaram e um pluralismo residual se tornou parte da paisagem política.

De acordo com o politólogo Christopher Clapham, os estados africanos estão no fundo de qualquer escala convencional a nível global de poder, importância e prestígio. Este facto foi parcialmente obscurecido pela ordem internacional vigente durante a Guerra Fria porque esta dava às elites africanas o estatuto internacional e os meios financeiros e políticos para manterem estados minimamente funcionais. O processo de obtenção de recursos externos para a dominação e consolidação da ordem política interna não é de todo recente. Na sua notável contribuição para o estudo do Estado em África, Jean-François Bayart demonstra que tal processo, a que ele chama «extroversão», é a característica principal da inserção de África na economia mundial desde o início da época moderna.

Contudo, o fim da Guerra Fria inaugurou uma nova fase, menos generosa e previsível, em que os frutos recentes deste processo de extroversão respeito pela soberania e recursos financeiros na forma de APD ou de assistência militar já não eram dados adquiridos. No que diz respeito à soberania, a nova importância para alguns países ocidentais, instituições internacionais e ONG da promoção do modelo democrático e dos direitos humanos significou que o domínio doméstico, anteriormente inviolável, podia agora ser submetido ao escrutínio externo. Esta mudança depressa transcendeu a mera crítica severa do comportamento de alguns estados africanos para com as suas populações. Pelo menos no Ocidente (países como a China, a Rússia e a Índia nunca aceitaram esta nova postura), a visão dominante nas últimas duas décadas é a de que a soberania é um critério relativo e que os estados que cometem atrocidades podem sujeitar-se a intervenção externa por razões humanitárias. Este desenvolvimento normativo, apesar de não ter sido aplicado de forma consistente, foi um verdadeiro trauma para a maioria dos estados africanos, empiricamente muito fracos e que dependeram sempre de uma visão jurídica da soberania para defender o seu estatuto no sistema internacional.

Se os desenvolvimentos políticos deste período foram desprestigiantes, a situação económica foi ainda pior. Em primeiro lugar, o início dos anos 1990 trouxe uma queda vertiginosa da APD. A URSS e os países da Europa de Leste desapareceram completamente de África mas as outras potências também perderam muito interesse no continente. Os Estados Unidos, por exemplo, tinham sempre lidado com África através do prisma da Guerra Fria e o fim desta resultou, pelo menos a médio prazo, numa redução considerável do interesse e despesa americanos no continente (de resto, uma situação partilhada em muitos dos cenários da Guerra Fria, como o Afeganistão). A França revelou interesse em paragens mais lucrativas dos mercados emergentes e cada vez menos paciência para acartar o fardo da assistência económica às suas ex-colónias. O culminar desta postura foi o choque da desvalorização unilateral do franco CFA em 1994 e o fim da proteção internacional que a França havia dado aos países francófonos confrontados com o *diktat* das IFI. Em segundo lugar, e se bem que as IFI tenham moderado o lado mais militante das suas prescrições com apelos à boa governação e às instituições fortes, a visão que promoviam mantinha a tendência desregulatória da década de 1980.

A implementação dos PAE continuou a ser irregular e com resultados discutíveis, apesar de casos como o Gana e o Uganda serem apresentados como «boas experiências». Neste contexto, o reformismo do chamado «consenso de Washington», apesar de não ter convertido os intelectuais e políticos africanos (ou muitos críticos a nível internacional) à sua mensagem, era o único corpo de ideias com influência nas políticas públicas de África, e nenhuma alternativa intelectual influente se delineava para o destronar.

Em terceiro lugar, a tendência para a liberalização do comércio internacional, aliada ao protecionismo em sectores específicos nos países ocidentais, não foi um desenvolvimento positivo para as economias frágeis e não competitivas do continente africano. De modo mais lato, a transformação da economia mundial que veio a ser conhecida como

globalização a partir do início dos anos 1990, apesar de não ter causado mudanças de maior na África propriamente dita, consolidou inexoravelmente as desigualdades entre a África e o resto do mundo que haviam surgido nos anos precedentes (a revolução das tecnologias de informação, por exemplo, praticamente não tocou o continente africano durante os anos 1990).

A percentagem africana do comércio global em sectores legais, que em 1970 fora de cerca de seis por cento, caíra para menos de dois por cento vinte anos mais tarde, e esta queda parecia não ter fim. E óbvio que a realidade não é só está; a inserção de África nos sectores ilegais e/ou informais da economia mundial conheceu uma aceleração durante este período e áreas como o contrabando, a pirataria, o tráfico de droga e de órgãos humanos, a falsificação de remédios e o comércio de escravos, marfim, lixo tóxico, etc., tiveram um crescimento exponencial. Mas estas actividades desesperadas não compensaram de modo algum a deterioração geral dos termos de troca (veja-se, por exemplo, o caso da Guiné-Bissau).

Foi este processo de marginalização económica, empobrecimento das populações africanas e declínio institucional que a retórica de uma nova era não conseguiu reverter ou mesmo abrandar. Por todo o continente, a deliquescência do Estado, a aceleração da lógica predatória dos governantes, e a queda trágica dos indicadores de qualidade de vida devido a fenómenos como a epidemia de sida tiveram como consequência inevitável uma crise de legitimidade amplamente difundida. Em alguns casos, raros, o resultado feliz foi a substituição de governantes e a melhoria da qualidade de governação. Porém, a conclusão muito mais frequente desta crise de legitimidade foi a desestruturação caótica da ordem política anterior em favor da instabilidade sistémica, guerra civil e colapso do Estado. Estas tendências não são de modo algum mutuamente exclusivas. A primeira é típica de estados africanos onde o centro político existe mas a criminalidade, a privatização e dispersão de funções soberanas do Estado (como o ex-monopólio da violência com a criação de novas organizações securitárias, milícias privadas, etc.) e a banalização da violência se tornam permanentes. A segunda tendência caracterizou uma série de conflitos de larga escala, muito mortíferos e por vezes internacionalizados em países como o Congo, a Libéria, a Serra Leoa, Angola, o Sudão, etc. A terceira tendência de colapso do Estado é relativamente rara até hoje, a Somália é o único caso de um Estado sem um governo real mas vários estados estiveram próximos deste desfecho ou perderam controlo de vastas parcelas do seu território. A violência, muitas vezes com formas extremas, tornou-se um fator comum em muitas sociedades africanas, com uma linha ininterrupta de estados em guerra do mar Vermelho à África Austral em finais dos anos 1990. Nestes anos era (e continua a ser) costume criticar a imagem de África propagada pelos *media* ocidentais com a observação de que a sua visão era excessivamente pessimista e obcecada com imagens dantescas de destruição e de sofrimento. Não há dúvida de que a cobertura jornalística de África tem tendência para o simplismo, a condescendência, e os estereótipos do «coração das trevas», e que mesmo na época a que me estou a referir neste ensaio as imagens de guerra e

privação não refletiam a experiência de todo o continente. Dito isto, é inegável que os conflitos das últimas duas décadas foram cataclismos contemporâneos sem equivalência à escala global que consumiram as vidas de milhões de africanos e que desenraizaram muitos mais. Por conseguinte, estes eventos transformadores têm de ser colocados no centro de qualquer análise séria da história recente de África.

As origens e carácter dos conflitos que assombraram África nos últimos vinte anos são temas complexos e até faciosos as explicações académicas vão desde o «barbarismo» até à «racionalidade» económica e criminosa dos atores africanos e fora do âmbito deste ensaio. Para o nosso propósito, bastará sublinhar três elementos. O primeiro diz respeito aos aspectos que tendem a concentrar o interesse dos académicos. A maioria prefere estudar o aumento de violência política através do comportamento dos grupos rebeldes (Uganda, Serra Leoa, Libéria, etc.), esquecendo o facto de que as origens da violência rebelde se encontram no seio do próprio Estado que, na maior parte dos casos, foi a entidade que precipitou a brutalização da política doméstica. Para mais, a análise empírica das estratégias e valores políticos demonstra que não há grande diferença entre o comportamento de rebeldes e de atores políticos associados ao Estado. O fator crucial que os distingue é que os atores políticos estatais têm acesso aos benefícios do reconhecimento internacional (que, como já vimos, têm vindo a diminuir mas que são ainda substanciais) ao passo que os rebeldes não têm recurso a estes expedientes. Tanto uns como outros usam táticas semelhantes e sobrevivem através do mesmo tipo de economia política extrativa de carácter predatório, pertencendo conjuntamente, como notaram Roland Marchal e Christine Messiant, ao mesmo «sistema de guerra». Do mesmo modo, os exércitos africanos que intervieram nos conflitos dos seus vizinhos ao longo dos anos 1990 (em desrespeito flagrante pelas regras não intervencionistas das décadas anteriores) pautaram-se por uma dedicação à pilhagem, que atingiu níveis chocantes na República Democrática do Congo, mais frequentemente associada aos «senhores da guerra» mas na verdade característica de todos os atores político-militares no continente.

O segundo elemento a ter em mente é o facto de os detritos globais da Guerra Fria terem dado à costa nas praias africanas e o modo como estes afetaram os conflitos do continente. A partir de 1990, milhares de profissionais da violência originários da Europa de Leste, da Ásia Central e da África do Sul (e também de Israel, do Reino Unido, etc.) encontraram emprego, e às vezes fortunas pessoais consideráveis, a contrabandear armas, pilotar aviões, proporcionar serviços de segurança e, ocasionalmente, a lutar nas guerras esquecidas de África. Alguns destes esforços adquiriram as proporções épicas de verdadeiras máquinas de guerra, como é o caso das companhias privadas Sandline e Executive Outcomes. As atividades de traficantes de armas como o famoso Victor Bout estenderam-se a todos os cantos do continente, disponibilizando a preços irrisórios o armamento excedente do antigo Pacto de Varsóvia. A banalização de minas antipessoais, de metralhadoras e de espingardas automáticas, em particular, teve um efeito catastrófico.

O terceiro e último elemento é a centralidade dos recursos naturais para a conduta de muitas destas guerras civis. O argumento de que estas guerras aconteceram *por causa* dos recursos naturais, apesar de muito popular entre alguns analistas, é incorreto: em quase todos os casos de conflito, existiam bases muito sólidas de rancor e de marginalização que explicam o início da violência. Dito isto, não há dúvida de que recursos naturais como o petróleo, a madeira, os diamantes e outros minerais, incluindo produtos industriais essenciais mas praticamente desconhecidos do público em geral como a *columbite-tantalum* (coltan), se tornaram o fator central de vários conflitos. É difícil negar o facto de que em momentos cruciais da guerra do Congo (ou da Libéria, da Serra Leoa, etc.) os fatores político-militares estavam muito mais preocupados com acesso a recursos naturais do que com a atividade militar propriamente dita. Além disso, é através dos recursos naturais que os beligerantes dos conflitos africanos, tanto estatais como não estatais, constroem as redes internacionais de apoio que lhes fornecem assistência política e financeira essencial.

Já tive oportunidade de realçar que o interesse dos investidores internacionais em relação a África diminuiu muito desde o início dos anos 1970. Isto aconteceu tanto do ponto de vista do investimento industrial, que está na base do crescimento económico de outras regiões, como no que se refere a sectores económicos nos quais África ainda tinha uma margem competitiva há três décadas. Contudo, há uma exceção que importa explorar: esta falta de interesse geral não se aplica de modo algum às indústrias extrativas, particularmente no que diz respeito ao sector petrolífero mas também em algumas áreas da exploração mineira. O continente africano regrediu à situação típica da época pré-colonial e dos primeiros anos da presença europeia: a dicotomia entre vastos «espaços inúteis» que não despertam o interesse dos investidores nem do Estado africano, por um lado, e enclaves de extração muito específicos com ligações fortes à economia mundial, por outro. Neste contexto, importa salientar o crescimento exponencial do sector petrolífero *offshore* na África Ocidental e Central desde o início dos anos 1990.

A extração de recursos naturais numa zona de conflito, apesar de complicada, tem-se revelado uma atividade exequível, e os governos de países como Angola, Sudão e Nigéria podem contar com um fluxo contínuo de investimento direto estrangeiro na ordem das dezenas de milhares de milhões de dólares independentemente da situação política interna. Numa época em que os especialistas geopolíticos teciam grandes considerações sobre a irrelevância de África, interesses específicos ocidentais (e também asiáticos) mantiveram e até expandiram o seu envolvimento na África «útil». A economia política dos diamantes e de outras matérias-primas exportáveis sem o aval do Estado funciona de modo muito diferente das relações firma-Estado que caracterizam a produção petrolífera. Todavia, em contextos particulares as rendas que advêm destas matérias-primas foram essenciais para os esforços de guerra de grupos rebeldes como a Unita, em Angola, ou a Ruf, na Serra Leoa. Vários analistas realçam o paradoxo lastimável da maldição dos recursos naturais: são os países em vias de desenvolvimento mais ricos em matérias-primas que sofrem mais de pobreza, endividamento e guerra civil. Não há dúvida de que a presença destas

fontes de riqueza intensificou as ambições de inimigos em todo o continente e que o resultado para as populações foi um grande sofrimento. Mas para as elites em competição, estatais ou rebeldes, as matérias-primas foram e continuam a ser a base de poder e de enriquecimento individuais.

O resto do mundo não foi totalmente passivo perante estes desenvolvimentos preocupantes no continente africano. Pelo menos a nível retórico, a ameaça dos chamados «estados falhados» tornou-se uma fonte de inquietação para as grandes potências e as organizações internacionais. As Nações Unidas enviaram missões a Angola (três vezes), Namíbia, Moçambique, Ruanda, Burundi, Congo, Serra Leoa, Libéria, Chade, Sudão, Somália e Costa do Marfim, entre outros, e as organizações de segurança regionais intervieram em vários conflitos com a aprovação da comunidade internacional. Alguns destes esforços (em Moçambique e na Namíbia, por exemplo), correram bem, talvez pelo facto de os objetivos serem relativamente claros. Todavia, a tendência geral foi para resultados desapontadores ou mesmo negativos. Na sequência do envolvimento desastroso na Somália em 1992 e 1993, em que tanto a ONU como os Estados Unidos falharam a quase todos os níveis, houve uma falta de vontade generalizada de intervir em África com soldados ocidentais. Este desinteresse culminou no genocídio do Ruanda em 1994: apesar de muitos avisos prévios, a Administração Clinton e as chancelarias europeias não manifestaram vontade alguma de se envolver.

Em parte devido ao escândalo que daí resultou, os anos subsequentes assistiram a um crescimento substancial do intervencionismo externo nos conflitos africanos e a alguns sucessos ocasionais. Talvez o caso mais conhecido seja o da intervenção britânica na Serra Leoa que acabou com a longa guerra civil desse país. Porém, a maioria das operações de paz (por exemplo, a intervenção de forças da União Europeia no Congo e no Chade) foram pensadas a curto prazo, sem visão política nem financiamento adequado. A possibilidade de colocar alguns territórios africanos sob a égide de administrações internacionais como foi o caso da Bósnia-Herzegovina, do Kosovo e de Timor Leste nunca foi levada a sério, não só devido aos laivos imperialistas destes projetos, mas também devido à marginalidade relativa de África. Os estados falhados de África podem ser funestos para os africanos que neles vivem mas, apesar da retórica alarmista, a ameaça que colocam à paz dos países ocidentais tem-se revelado mínima. Ao passo que a postura discursiva da comunidade internacional perante os problemas de África se caracteriza por um humanitarismo retoricamente cada vez mais ambicioso e voluntarista, em termos práticos a capacidade e vontade política de estrangeiros para intervir de modo eficiente e duradouro nas «guerras dos outros não existe.

Até cerca de 2005, houve em África uma convergência retórica com o liberalismo ocidental que em parte se coaduna com a tese sobre o «fim da história» de Francis Fukuyama. Não é que de um minuto para outro toda a gente se tivesse tornado «liberal», longe disso. Mas é inegável que os pacotes ideológicos alternativos foram silenciados ou desapareceram por completo. Mesmo nestes anos existiam vários regimes professadamente iliberais, com destaque para o regime islamista que tomou o poder no Sudão em 1989.

No entanto, mais cedo ou mais tarde a grande maioria dos governos africanos rendeu-se à linguagem e rituais democráticos organizando eleições (mesmo que falsificassem os resultados), permitindo a criação de ONG e espaço para a sociedade civil (mesmo que as oprimissem e/ou cooptassem) e utilizando com entusiasmo a gíria do reformismo económico liberal (mesmo sem qualquer intenção de o implementar). Refiro-me aqui ao liberalismo enquanto discurso: de um ponto de vista empírico, a realidade política do continente era de uma profunda divergência do resto do sistema internacional como tive ocasião de explicar na secção anterior. Mesmo ao nível do ideário económico liberal, a visão do consenso de Washington nunca teve, em África e especialmente fora da África do Sul, convertidos influentes como os Chicago Boys no Chile de Pinochet. Apesar de tudo isto, houve durante estes quinze anos um verdadeiro monopólio ocidental de ideias sobre o desenvolvimento de África pelo que os fatores políticos africanos se viram constrangidos a prestar-lhe homenagem.

Os analistas ocidentais raramente colocaram a questão em termos explícitos, mas a lógica implícita desta visão ocidental resume-se do seguinte modo: Como é que podemos salvar África? Algumas vozes pensavam que a redenção não era possível: numa das suas capas semanais, a revista *The Economist* declarou que África era «o continente sem esperança. Os seguintes pressupostos eram largamente partilhados: África precisa de salvação; os africanos não podem fazê-lo sem ajuda externa; os ocidentais têm as soluções e a vontade samaritana de ajudar o continente perdido. Também difundida era a ideia de que as reformas necessárias seriam implementadas através de interlocutores privilegiados, indivíduos com intenções «verdadeiramente» reformistas que se prestariam a implementar nos seus países as reformas propostas pelo Ocidente. Talvez o exemplo mais óbvio seja o entusiasmo da Administração Clinton em relação aos chefes de Estado da Eritreia, Etiópia e Uganda, etc., entre os quais nenhum se revelou particularmente dócil ou reformista.

Além de nativos progressistas, esta visão pressupõe um papel direto para os próprios ocidentais. Durante estes anos, África tornou-se um «verdadeiro laboratório de iniciativas multilaterais» em áreas como a redução da dívida externa, o desenvolvimento, o sector da segurança, a gestão de crise, a capacidade de manutenção da paz e, claro, a «boa governação. Apesar de as IFI e de os doadores mais importantes serem fatores estruturais desta influência ocidental, a presença mais visível no terreno é a das ONG ocidentais, um processo que Paul Nugent define em termos da «invasão das siglas. A nível internacional, as ONG ocidentais desempenham um papel crucial nas campanhas a favor de África em áreas tão diferentes como a luta contra a sida, o perdão da dívida, o aumento da APD e a melhoria dos termos comerciais. Este ativismo pode ser interpretado de formas disparemas mas as continuidades com esforços missionários para a salvação de África e projetos humanitários de outras épocas é inegável e perturbante.

As elites africanas responderam com alguma eficiência ao clima do pós-Guerra Fria, adaptando-se à linguagem e a algumas das exigências deste novo mundo. Na sequência da antipatia inicial, as elites africanas compreenderam que

algumas destas inovações, pretensamente introduzidas para cercear o seu espaço de manobra (eleições, oposições, organismos da sociedade civil, etc.) podiam ser transformadas em mecanismo para o avanço dos interesses estabelecidos. Esta adaptação aos costumes dominantes da sociedade internacional ocorreu não apenas ao nível doméstico mas também no quadro internacional. Na sequência da substituição da Organização de Unidade Africana pela União Africana em 2002, os governos africanos criaram o Nepad (New Partnership for Africa's Development), um quadro estratégico de reforma com quatro objectivos principais: erradicação da pobreza, promoção do desenvolvimento sustentável e do crescimento económico, continuação da integração positiva de África na economia internacional, e melhoria da condição da mulher. O Nepad aceita o mundo como é, fazendo pequenas sugestões reformistas mas sem tendências revolucionárias, e está, por conseguinte, a anos-luz da fricção dos anos 1980, durante os quais os estados africanos (e a maioria dos intelectuais do continente) preferiram as explicações da escola da dependência à visão liberal das IFI. O Nepad assimila em larga medida a visão liberal. Mas mesmo se partirmos do princípio de que alguns decisores africanos se converteram a esta visão (isto foi claramente o caso da África do Sul, por exemplo) a explicação para a criação do Nepad prende-se com o estatuto hegemónico do liberalismo democrático ocidental até muito recentemente. A receita ocidental de «mercados abertos e eleições» tornara-se o único pacote disponível e a única linguagem legítima, e no contexto previamente delineado da crise africana, as rendas políticas e económicas do exterior eram mais importantes que nunca. Em suma, as elites africanas aceitaram tudo isto na esperança de receberem mais apoio.

Como ilustração deste breve momento histórico, que hoje está encerrado, é útil revisitar o ano de 2005 que o agora defunto G8 declarou o Ano de África. As várias atividades relacionadas com África organizadas ao longo do ano constituem exemplos particularmente claros do pensamento ocidental articulado pelos políticos, celebridades académicas e estrelas de rock de meia-idade que têm desempenhado um papel preponderante neste domínio. Muitas questões beneficiaram de um consenso quase absoluto: com raras exceções, criticou-se o declínio relativo da APD ocidental nos anos 1990 e defendeu-se o aumento exponencial de fundos para o grande empurrão necessário ao desenvolvimento de África. O projeto Milénio da ONU, um esforço de lóbi liderado pelo economista Jeffrey Sachs da Universidade de Columbia, foi particularmente influente. Sachs sugeriu um vasto número de medidas (mais de quatrocentas) para resolver a questão da pobreza em África, em áreas tão diversas como o acesso à água, a saúde, a educação e a luta contra doenças infectocontagiosas. O *sine qua non* destas medidas era, de acordo com Sachs, o duplicar da apd que o Ocidente disponibilizava aos governos africanos. O argumento de Sachs é que África está presa na «armadilha da pobreza»: porque não existe suficiente capital disponível no continente, as poupanças nunca acumulam, e a base para o crescimento não pode surgir. Um esforço paralelo com conclusões semelhantes foi organizado pelo então primeiro-ministro britânico, Tony Blair. Na sequência de três sessões plenárias com 17

delegados, esta «Comissão para África» sugeriu uma série de medidas, como o fim dos subsídios agrícolas no Ocidente, o fim do comércio ilícito de armas, o cancelamento de dívidas externas, e o aumento substancial de APD.

O então ministro das Finanças britânico (e hoje primeiro-ministro) Gordon Brown também apresentou a sua visão dos problemas de África na cimeira dos G8 que teve lugar em Gleneagles, na Escócia, em Julho de 2005. Esta cimeira é sem dúvida o zénite da dramaturgia caridosa do Ocidente para com África, assim como do seu domínio dos debates sobre o desenvolvimento africano. A visão de Gordon Brown era simples: a falta de meios financeiros é, por si só, um fator crucial do atraso de África. Esqueçamos por um momento o facto de isto ser falso (em muitos países, o que não falta é dinheiro: 40 por cento da riqueza privada de África, o equivalente a 145 por cento da sua dívida externa, estão fora do continente, mas a fuga de capitais, a cumplicidade dos centros financeiros como a City de Londres neste processo e as contradições hipócritas da luta ocidental contra a corrupção não figuraram nas preocupações de Gordon Brown). Mesmo levando a lógica de Brown e de outros à letra, todos estes esforços bem intencionados padeciam de uma completa ignorância da política africana e do carácter do Estado africano; não confrontaram as razões estruturais pelas quais alguns sistemas político-económicos falham na criação de crescimento económico ou de desenvolvimento; e, ainda mais importante, não colocaram questões de ordem sistémica sobre a inserção de África na economia internacional.

Estes silêncios não eram inocentes e estavam perfeitamente sintonizados com a tendência das principais vozes ocidentais para a despolitização dos debates sobre a pobreza africana. Alguns cépticos lamentaram que o destino de África é tornar-se um teatro para conversa vazia e gestos públicos» por parte de pseudobeneméritos e manifestaram desagrado pela marginalização dos africanos nos eventos que deveriam representá-los. De facto, a maioria das atividades do Ano de África tinha uma presença meramente simbólica de africanos e os concertos do Live 8 incluíram escassos artistas do continente. Mas muito poucos observadores notaram que a visão apregoada em Gleneagles já estava caduca quando os seus campeões das boas intenções a celebravam. A rápida ascensão dos interesses chineses em África não é a única razão para o declínio igualmente rápido do monopólio normativo ocidental no continente mas a história desta nova e poderosa presença proporciona um epitáfio lapidar às certezas de 2005.

Se bem que exista uma história de contactos intermitentes entre África e a China desde o século XV, e que os anos 1960 tenham visto alguns momentos ímpares de zelo revolucionário e colaboração terceiro-mundista, a China só se tornou um fator essencial para a política e economia de África no início da presente década. Desde então, o comércio entre a África e a China, que valia uns meros 10,5 mil milhões de dólares em 2000, passou para cerca de 107 mil milhões de dólares em 2008, fazendo da China o segundo parceiro comercial de África depois dos Estados Unidos. O envolvimento chinês em África é, em algumas dimensões, muito diferente do envolvimento tradicional dos países ocidentais. Como estes, o interesse principal dos chineses resi-

de nas matérias-primas do continente. Mas para além deste foco previsível, os investidores chineses de todos os tipos e dimensões (pequenos e grandes, privados e públicos) partem para África em grande número, cheios de entusiasmo, e envolvem-se em sectores económicos e países que os ocidentais abandonaram há mais de uma geração.

A diferença é também evidente no tom adoptado pela China. A China tem uma visão própria (que, da perspectiva ocidental, é antiquada) da primazia da soberania nacional, da não-intervenção e da igualdade dos estados soberanos e coloca esta linguagem no centro das suas relações bilaterais com os estados africanos. Ao contrário dos ocidentais, que gostam de dar lições aos africanos sobre direitos humanos, estratégia de desenvolvimento e «boa governação», a China não tece considerações sobre a ordem doméstica dos seus parceiros. Mesmo quando os estados africanos se encontram em deliquescência, a China trata-os como entidades normais. Nenhuma visão das relações com África podia ser mais diferente do coro de Gleneagles e da ênfase na pobreza e desespero do continente: onde o Ocidente vê desgraças, a China oficial prefere salientar a ideia de África como fronteira de sucesso e esperança futura.

As reacções africanas à nova presença chinesa são muito variadas e difíceis de categorizar. Há sem dúvida um forte elemento de cepticismo popular para com o apoio que os chineses dão a quem quer que esteja no poder, especialmente no caso de regimes tirânicos como o Sudão e o Zimbabué. Há também muitas dúvidas em relação à renitência chinesa de empregar africanos, incluindo em áreas não especializadas, e a preferência de importação de trabalhadores chineses para esse efeito. No entanto, a reacção mais frequente por parte das elites é sentirem-se lisonjeadas com a atenção que mais uma vez recebem das potências estrangeiras. Se bem que quase ninguém pense que isto representa uma nova Guerra Fria, com as mesmas possibilidades de triangulação para os estados africanos, muitos veem na presença chinesa a possibilidade de escapar à dependência total em relação ao Ocidente. A expectativa geral é de que tal atenção aumente o fluxo de recursos para África (apoio financeiro, é óbvio, mas também apoio político na forma de «respeito») e o espaço de manobra dos regimes africanos na esfera internacional, que foi muito debilitado durante os anos de hegemonia ocidental.

Isto não significa que a presença chinesa seja por definição anti-sistémica. Os empreendedores e as companhias estatais chineses são estimulados pela procura do lucro e não por motivações ideológicas, e adoptam uma postura pragmática e conciliatória em relação à presença ocidental. Para além disso, algumas das prioridades chinesas (por exemplo, investimento em infra-estruturas) são muito semelhantes às prioridades de Jeffrey Sachs e de organizações como a OCDE e o Banco Mundial. Não obstante, a presença chinesa tem o efeito inexorável de diluir aspectos importantes da agenda reformista que os doadores ocidentais têm promovido na última década. O consenso de Washington não aquece nem arrefece os chineses e os africanos. A ambiciosa política de APD da China não é coordenada com a OCDE e ao contrário do recente consenso atingido entre os países ocidentais, a China associa os fundos de ajuda a contratos

e outras oportunidades para as suas companhias. Do ponto de vista político, não é surpreendente que um Estado autoritário como a China sinta pouco entusiasmo pela agenda normativa pós-Guerra Fria do Ocidente. Por estas razões, a presença chinesa é vista por muitos africanos, se não como o golpe de misericórdia à predominância ocidental, pelo menos como um corretivo saudável dos seus excessos.

Apesar de ser um fenómeno recente, o envolvimento da China em África já teve um impacto notável na situação económica do continente. Devido ao aumento da procura por parte da China e de outros estados asiáticos em rápido crescimento, os preços das matérias-primas que África produz subiram substancialmente depois de vinte anos de declínio. Os termos de troca atingidos até meados de 2008 foram dos mais favoráveis de sempre, dando uma contribuição considerável para o crescimento da economia de África na ordem dos 5,5 por cento ao ano. Juntamente com alguns sucessos em sectores económicos como as telecomunicações e uma série de países estáveis e bem governados como o Gana e a Tanzânia, o interesse chinês por África desempenha um papel imprescindível na melhoria da imagem do continente ou, pelo menos, na criação de uma imagem com mais matizes do que a visão sinistra da década anterior.

No entanto, a história não acaba aqui. No contexto africano, a China utiliza uma linguagem algo paternalista de modernização, mas para além do lado inspirador da experiência chinesa (a China era um país pobre que conseguiu enriquecer, facto que fascina muitos africanos), não existem lições muito claras para África. As sociedades africanas não possuem os recursos humanos e as tecnologias de administração que lhes permitam emular o sucesso chinês, e do ponto de vista industrial (o salto crucial para a modernização de qualquer sociedade) a existência da própria China enquanto potência industrial vai barrar muitas opções ao continente africano ao longo das próximas décadas. Para mais, apesar de algumas particularidades já descritas, a presença chinesa não é de modo algum um corte radical com o interesse tradicional nas matérias-primas do continente. Antes pelo contrário, após um momento inicial em que a diferença chinesa é realçada, é interessante observar até que ponto os investidores chineses imitam os investidores ocidentais no modo como lidam com os problemas de segurança (por exemplo, em áreas de extração de recursos onde existem guerras de guerrilha, como o delta do Níger), corrupção, imprevisibilidade política, etc. Christopher Clapham tem toda a razão quando conclui que a China não está a transformar África em algo diferente do que ela é; antes, é a própria China, à medida que a sua presença em África se torna banal, que se integra, com algumas variações, nos padrões históricos da interação de África com as potências exteriores.

Da perspectiva ocidental, a ofensiva chinesa foi um desenvolvimento desnordeante. Os quinze anos de supremacia ocidental, cheios de pretensões moralizantes mas sem muitos compromissos concretos, não fizeram muito por África, responsabilidade que deve ser partilhada com a liderança (ou falta dela) do lado africano. No entanto, a rapidez desta erosão foi surpreendente. O Ocidente deixou de poder tomar África como um dado adquirido e tem agora de lidar com uma multiplicidade de rivais. Desde então, os or-

çamentos de APD têm aumentado, e, no caso dos Estados Unidos, um compromisso forte por parte da Administração Bush no campo da luta contra a Sida é uma medida louvável. Devido a fatores tão diversos como a riqueza petrolífera do continente, a ameaça terrorista e a competição com a China, os Estados Unidos colocam África pela primeira vez no centro das suas preocupações geopolíticas, ao ponto de criarem um comando militar para o continente, o Africom. Numa prova de que os tempos mudaram, depois de uma pausa de sete anos, a União Europeia organizou uma cimeira euro-africana em Lisboa em Dezembro de 2007 em que teve de aceitar a presença de Robert Mugabe do Zimbábue, que europeus e americanos tinham passado a década anterior a tentar marginalizar. As ideias dos doadores tradicionais continuam a ser muito influentes mas a grande questão do desenvolvimento de África está mais uma vez aberta a visões muito diferentes; o monopólio ocidental terminou.

Este ensaio procurou estabelecer que o fim da Guerra Fria foi um desenvolvimento importante para a política internacional e doméstica do continente africano. No entanto, esta mudança não teve um carácter transformador da perspectiva do declínio a longo prazo, previamente estabelecido e que não abrandou, das economias africanas e do carácter nefasto da vida política do continente. Pelo contrário, o fim da Guerra Fria coincidiu com o acelerar do declínio e marginalização de África no sistema internacional.

Apesar do tom relativamente pessimista deste ensaio, os últimos anos viram dinâmicas positivas, com várias economias a crescer e com alguns casos de lenta institucionalização da competição política. Vários conflitos que descrevi findaram, alguns de forma hesitante (Libéria, Serra Leoa) mas outros de modo inequívoco (Angola, Moçambique). As duas questões que surgem neste contexto menos sombrio são as seguintes: estas melhorias são transitórias ou representam uma verdadeira mudança estrutural na história que explorei ao longo deste ensaio? As dinâmicas positivas estão a ocorrer a nível continental ou estão confinadas a uma minoria de países?

Quanto à primeira questão, não há dúvida de que existem países onde se estão a operar mudanças por vezes radicais, especialmente em termos da capacidade do aparelho de Estado. O Ruanda pós-genocídio cresce de modo impressionante, mesmo que o estilo autoritário de Paul Kagame seja criticável. As eleições de Dezembro de 2008 no Gana demonstraram até que ponto este país deixou para trás os vícios do populismo e dos golpes de Estado. O Benim, Cabo Verde, o Botsuana e a Tanzânia também adquiriram reputações sólidas e têm hoje governos bem-intencionados e vidas políticas pacíficas.

Contudo, o argumento de que África virou a página é prematuro, mesmo se tivermos em conta os casos encorajadores acima referidos. É verdade que as estatísticas consolidadas até meados de 2008 apontam para um crescimento continental muito respeitável. Mas temos apenas que desagregar estes números para perceber que muito deste crescimento está concentrado nos países ricos em petróleo e outros produtores de matérias-primas valiosas. Isto não quer dizer que todo o crescimento económico em África tenha origem nas indústrias extrativas, mas que o crescimento

em sectores não extrativos é muito mais modesto do que se pensa. Algumas análises minimizam até que ponto as melhorias económicas dos últimos anos dependeram da procura externa, procura essa que se revelou frágil e facilmente reversível com a crise de 2008. A crise financeira mundial revelou de forma espetacular a limitação histórica das economias africanas. A baixa da procura de matérias-primas por parte dos países industrializados, e especialmente da Ásia, levou a quedas vertiginosas do preço internacional do petróleo, do urânio, do cobre, etc. A crise expôs, de forma dramática, um facto incontornável. A prosperidade relativa dos últimos cinco anos, que parecia em vias de enterrar alguns dos espectros das décadas perdidas, não passava de um momento ascendente no ciclo de dependência que há séculos assombra África, e de modo algum a transcendência desse ciclo. Do mesmo modo, a quebra que se seguiu é profundamente familiar. As implicações a médio prazo deste processo são claras: África continua dependente de flutuações do mercado internacional em relação às quais não tem qualquer capacidade de impacto; e os obstáculos à diversificação das economias africanas, para além da exportação de matérias-primas, são cada vez mais significativos. Este último facto é ampliado pelos limites do Estado africano enquanto tecnologia de administração e da fraca especialização da força de trabalho africana.

Quanto à segunda questão que coloquei se as dinâmicas positivas têm um impacto generalizado no continente não há dúvida de que as experiências optimistas vêm quase todas de menos de uma dezena de países. Os optimistas dirão que é o princípio de algo, mas mesmo que assim seja esta dinâmica ainda não se expandiu. A visão mais céptica apresentada neste ensaio, apesar de não se coadunar com as realidades de todos os países africanos, baseia-se nas tendências presentes na vasta maioria. É incorreto falar de África em termos excessivamente gerais e esquecer que existem histórias de sucesso relativo no continente. No entanto, também não é aceitável que se extrapole de forma abusiva a partir de tendências presentes em países e/ou sectores económicos específicos para construir um cenário continental radioso sem base na realidade.

O erro mais frequente no estudo da África pós-colonial é pensar em termos daquilo que África devia ser em vez de tentar explicar aquilo que realmente existe. Mas, mais cedo ou mais tarde, a divergência profunda da experiência estatal em África torna-se uma temática relevante. No mundo moderno existem estados de todos os tipos (liberais, autoritários, etc.) mas há uma série limitada de funções e atributos que lhes são comuns. As origens dos Estados modernos, com ênfase no papel da violência organizada, são quase sempre desagradáveis. Mas no contexto africano, o uso da violência não parece ter o mesmo efeito «construtivo» no aumento da extração fiscal, da qualidade da administração, ou do desenvolvimento de tecnologia. Esta divergência na experiência de Estado, aliada à debilitadora falta de coesão nacional e à fragilidade económica da maioria dos países africanos, tem implicações sérias para a capacidade de estabelecer, no futuro próximo, o tipo de sociedades que emergiram no século XX na América Latina, no Extremo Oriente e no Sudeste Asiático. Não é minha intenção sugerir que nada

pode mudar, longe disso, mas que mudanças de natureza sistêmica só podem acontecer quando as questões aqui abordadas forem resolvidas de forma satisfatória.

O futuro ainda não foi escrito e existem homens e mulheres em África, ainda que raramente em cargos de poder e influência, a tentar fazê-lo de forma corajosa e construtiva. Este ensaio procurou analisar alguns dos obstáculos com que eles se confrontam, assim como os limites que esses obstáculos impõem às hipóteses de sucesso. Tragicamente, apesar dos sonhos populares de «desenvolvimento» e da esperança de um futuro melhor serem fatores centrais na vida das populações africanas, estes impedimentos são, pelo menos a médio prazo, muito difíceis de evitar. Texto adaptado de OLIVEIRA. R. S. D

10 GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO EM RELAÇÃO À NOVA ORDEM MUNDIAL.

Com o fim da oposição capitalismo X socialismo, o mundo se defrontou com uma realidade marcada pela existência de um único sistema político-econômico, o capitalismo. Exceto por Cuba, China e Coreia do Norte, que ainda apresentavam suas economias fundamentadas no socialismo, o capitalismo é o sistema mundial desde o início da década de 90.

À fragmentação do socialismo somaram-se as profundas transformações que já vinham afetando as principais economias capitalistas desde a segunda metade do séc. XX, resultando na chamada nova ordem mundial.

As origens dessa nova ordem estão no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, no momento em que os Estados Unidos assumiram a supremacia do sistema capitalista. A supremacia dos EUA se fundamentava no segredo da arma nuclear, no uso do dólar como padrão monetário internacional, na capacidade de financiar a reconstrução dos países destruídos com a guerra e na ampliação dos investimentos das empresas transnacionais nos países subdesenvolvidos.

Durante a Segunda Guerra, os EUA atravessaram um período de crescimento econômico acelerado. Assim, quando o conflito terminou, sua economia estava dinamizada, e esse país assumia o papel de maior credor do mundo capitalista. Além disso, a conferência de Bretton Woods, que em 1944 estabeleceu as regras da economia mundial, determinou que o dólar substituiria o ouro como padrão monetário internacional.

Os EUA também financiaram a reconstrução da economia japonesa, visando criar um pólo capitalista desenvolvido na Ásia e, desse modo, também impedir o avanço do socialismo no continente.

A ascensão da economia japonesa foi acompanhada de uma expansão econômica e financeira do país em direção aos seus vizinhos da Ásia, originando uma região de forte dinamismo econômico.

Aceleração econômica e tecnológica

A tecnologia desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial estabeleceu um novo padrão de desenvolvimento tecnológico, que levou à modernização e a posterior automatização da indústria. Com a automatização industrial, aceleraram-se os processos de fabricação, o que permitiu grande aumento e diversificação da produção.

O acelerado desenvolvimento tecnológico tornou o espaço cada vez mais artificializado, principalmente naqueles países onde o atrelamento da ciência à técnica era maior. A retração do meio natural e a expansão do meio técnico-científico mostraram-se como uma faceta do processo em curso, na medida que tal expansão foi assumida como modelo de desenvolvimento em praticamente todos os países.

Favorecidas pelo desenvolvimento tecnológico, particularmente a automatização da indústria, a informatização dos escritórios e a rapidez nos transportes e comunicações, as relações econômicas também se aceleraram, de modo que o capitalismo ingressou numa fase de grande desenvolvimento. A competição por mercados consumidores, por sua vez, estimulou ainda mais o avanço da tecnologia e o aumento da produção industrial, principalmente nos Estados Unidos, no Japão, nos países da União Européia e nos novos países industrializados (NPI's) originários do "mundo subdesenvolvido" da Ásia.

A internacionalização do capital

Desde que surgiu, e devido à sua essência produzir para o mercado, objetivando o lucro e, conseqüentemente, a acumulação da riqueza o capitalismo sempre tendeu à internacionalização, ou seja, à incorporação do maior número possível de povos ou nações ao espaço sob o seu domínio.

No princípio, a Divisão Internacional do Trabalho funcionava através do chamado pacto colonial, segundo o qual a atividade industrial era privilégio das metrópoles que vendiam seus produtos às colônias.

Agora, para escapar dos pesados encargos sociais e do pagamento dos altos salários conquistados pelos trabalhadores de seus países, as grandes empresas industriais dos países desenvolvidos optaram pela estratégia de, em vez de apenas continuarem exportando seus produtos, também produzi-los nos países subdesenvolvidos, até então importadores dos produtos industrializados que consumiam. Dessa maneira, barateando custos, graças ao emprego de mão-de-obra bem mais barata, menos encargos sociais, incentivos fiscais etc., e, assim, mantendo, ou até aumentando, lucros, puderam praticar altas taxas de investimento e acumulação.

Grandes empresas de países desenvolvidos, também conhecidas como corporações, instalaram filiais em países subdesenvolvidos, onde passaram a produzir um elenco cada vez maior de produtos.

Por produzirem seus diferentes produtos em muitos países, tais empresas ficaram consagradas como multinacionais. Nesse contexto, opera-se pois, uma profunda alteração na divisão internacional do trabalho, porquanto muitos países deixam de ser apenas fornecedores de alimentos e matérias-primas para o mercado internacional para se tornarem produtores e até exportadores de produtos industrializados. O Brasil é um bom exemplo.

A globalização

Nos anos 80, a maior parte da riqueza mundial pertencia às grandes corporações internacionais. Por outro lado, os Estados desenvolvidos revelaram finanças arruinadas, depois de se mostrarem incapazes de continuar atendendo às onerosas demandas da sua população: aposentadoria, amparo à velhice, assistência médica, salário-desemprego, etc. Com o esgotamento do Estado do bem-estar Social (Welfare state), o neoliberalismo ganhou prestígio e força.

Agora, a lucratividade tem de ser obtida mediante vantagens sobre a concorrência, para o que é necessário oferecer ao mercado produtos mais baratos, preferentemente de melhor qualidade. Para tanto, urge reduzir custos de produção.

Então, os avanços tecnológicos, particularmente nos transportes e comunicações, permitiram que as grandes corporações adotassem um novo procedimento – a estratégia global de fabricação que consiste em decompor o processo produtivo e dispersar suas etapas em escala mundial, cada qual em busca de menores custos operacionais. A produção deixa de ser local para ser mundial, o que também ocorre com o consumo, uma vez que os mesmos produtos são oferecidos à venda nos mais diversos recantos do planeta. Os fluxos econômicos se intensificam extraordinariamente, promovidos sobretudo pelas grandes empresas, agora chamadas de transnacionais. A divisão internacional do trabalho fica subvertida, pois torna-se difícil identificar o lugar em que determinado artigo industrial foi produzido.

Após a derrocada do socialismo, a internacionalização do capitalismo atinge praticamente todo o planeta e se intensifica a tal ponto que merece uma denominação especial: globalização, marcada basicamente pela mundialização da produção, da circulação e do consumo, vale dizer, de todo o ciclo de reprodução do capital. Nessas condições, a eliminação de barreiras entre as nações torna-se uma necessidade, a fim de que o capital possa fluir sem obstáculos. Daí o enfraquecimento do Estado, que perde poder face às grandes corporações.

O “motor” da globalização é a competitividade. Visando à obtenção de produtos competitivos no mercado, as grandes empresas financiam ou promovem pesquisa, do que resulta um acelerado avanço tecnológico. Esse avanço implica informatização de atividades e automatização da indústria, incluindo até a robotização de fábricas. Em consequência, o desemprego torna-se o maior problema da atual fase do capitalismo.

Embora a globalização seja mais intensa na economia, ela também ocorre na informação, na cultura, na ciência, na política e no espaço. Não se pode pensar, contudo, que a globalização tende a homogeneizar o espaço mundial. Ao contrário, ela é seletiva. Assim, enquanto muitos lugares e grupos de pessoas se globalizam, outros, ficam excluídos do processo. Por esse motivo, a globalização tende a tornar o espaço mundial cada vez mais heterogêneo. Além disso, ela tem provocado uma imensa concentração de riqueza, aumentando as diferenças entre países e, no interior de cada um deles, entre classes e segmentos sociais.

De qualquer modo, para se entender melhor o espaço de hoje, com as profundas alterações causadas pela globalização, é preciso ter presente alguns conceitos essenciais:

- **Fábrica global** – A expressão indica que a produção e o consumo se mundializaram de tal forma que cada etapa do processo produtivo é desenvolvida em um país diferente, de acordo com as vantagens e as possibilidades de lucro que oferece.

- **Aldeia global** – Essa expressão reflete a existência de uma comunidade mundial integrada pela grande possibilidade de comunicação e informação. Com os diferentes sistemas de comunicação, uma pessoa pode acompanhar os acontecimentos de qualquer parte do mundo no exato momento em que ocorrem. Uma só imagem é transmitida para o mundo todo, uma só visão. Os avanços possibilitam a criação de uma opinião pública mundial. Nesse contexto de massificação da informação é que surgiu a Internet, uma rede mundial de comunicação por computador que liga a quase totalidade dos países. Estima-se que, hoje, mais de 100 milhões de pessoas estejam se comunicando pela Internet. Esse sistema permite troca de informações, com a transferência de arquivos de som, imagem e texto. É possível conversar por escrito ou de viva voz, mandar fotos e até fazer compras em qualquer país conectado.

- **Economia mundo** – Ao se difundir mundialmente, as empresas transnacionais romperam as fronteiras nacionais e estabeleceram uma relação de interdependência econômica com raízes muito profundas, inaugurando a chamada economia mundo.

- **Interdependência** – No sistema globalizado, os conceitos de conceitos descritos anteriormente envolvem a interdependência. Os países são dependentes uns dos outros, pois os governos nacionais não conseguem resolver individualmente seus principais problemas econômicos, sociais ou ambientais.

As novas questões relacionadas com a economia globalizada fazem parte de um contexto mundial, refletem os grandes problemas internacionais, e as soluções dependem de medidas que devem ser tomadas por um grande conjunto de países.

- **Países emergentes** – Alguns países, mesmo que subdesenvolvidos, são industrializados ou estão em fase de industrialização; por isso, oferecem boas oportunidades para investimentos internacionais. Entre os países emergentes destacam-se a China, a Rússia e o Brasil. Para os grandes investidores, esse grupo representa um atraente mercado consumidor, devido ao volume de sua população. Apesar disso, são países que oferecem grandes riscos, se for considerada sua instabilidade econômica ou política.

Com o objetivo de construir uma imagem atraente aos investidores, os países emergentes tentam se adequar aos padrões da economia global. Para isso, têm sempre em vista os critérios utilizados internacionalmente por quem pretende selecionar um país para receber investimentos:

- cultura compatível com o desenvolvimento capitalista;
- governo que administra bem os seus gastos;
- disponibilidade de recursos para crescer sem inflação e sem depender excessivamente de recursos externos;

- estímulo às empresas nacionais para aprimorarem sua produção;
- custo da mão-de-obra adequado à competição internacional;
- existência de investimentos para educar a população e reciclar os trabalhadores.

Regionalização: uma face da globalização

Aos agentes da globalização – as grandes corporações internacionais – interessa a eliminação das fronteiras nacionais, mais precisamente a remoção de qualquer entrave à livre circulação do capital. Por outro lado, ao Estado interessa defender a nacionalidade, cujo sentimento não desaparece facilmente junto à população; em muitos casos, inclusive, ele permanece forte. Por isso, embora enfraquecidos diante do poder do grande capital privado, os Estados resistem à idéia de perda do poder político sobre o seu território.

Os resultados desse jogo de interesses, face à acirrada competição internacional, é a formação de blocos, cada qual reunindo um conjunto de países, em geral, vizinhos ou próximos territorialmente. Os blocos ou alianças, constituídos por acordos ou tratados, representam pois uma forma conciliatória de atender aos interesses tanto dos países quanto da economia mundo.

A formação de blocos econômicos significa uma forma de regionalização do espaço mundial

Etapas da integração econômica

A integração de economias regionais obtém-se pela aproximação das políticas econômicas e da pertinente legislação dos países que fazem parte de uma aliança. Com isso, pretende-se criar um bloco econômico que possibilite um maior desenvolvimento para todos os membros da associação. Vejamos a seguir cada etapa do processo:

Primeira etapa: zona de livre comércio – criação de uma zona em que as mercadorias provenientes dos países membros podem circular livremente. Nessa zona, as tarifas alfandegárias são eliminadas e há flexibilidade nos padrões de produção, controle sanitário e de fronteiras.

Segunda etapa: união aduaneira – além da zona de livre comércio, essa etapa envolve a negociação de tarifas alfandegárias comuns para o comércio realizado com outros países.

Terceira etapa: mercado comum – engloba as duas fases anteriores e acrescenta a livre circulação de pessoa, serviços e capitais.

Quarta etapa: união monetária – essa fase pressupõe a existência de um mercado comum em pleno funcionamento. Consiste na coordenação das políticas econômicas dos países membros e na criação de um único banco central para emitir a moeda que será utilizada por todos.

Quinta etapa: união política – a união política engloba todas as anteriores e envolve também a unificação das políticas de relações internacionais, defesa, segurança interna e externa.

Os pólos de poder na economia globalizada

Na nova ordem mundial, a bipolaridade representada por Estados Unidos e União Soviética foram substituídas pela multipolaridade. Os pólos de poder econômico são União Européia, Nafta e Apec; os de importância secundária, Mercosul e Asean.

Apesar de a economia globalizada ser definida como multipolar, os principais dados referentes ao desempenho econômico internacional demonstram que existem três grandes pólos que lideram a economia do mundo: o bloco americano, o asiático e o europeu, que controlam mais de 80% dos investimentos mundiais.

O bloco americano, liderado pelos Estados Unidos, realiza grande parte de seus negócios na América Latina, sua tradicional área de influência: o bloco asiático, liderado pelo Japão, faz mais de 50% de seus investimentos no leste e no sudeste da Ásia; e a União européia concentra dois terços de sua atuação econômica nos países do leste europeu.

Pode-se observar, portanto, que a economia globalizada é, na verdade, tripolar. A influência econômica está nas mãos dos países que representam as sete maiores economias do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá. Por sua vez, no interior desses países são principalmente as grandes empresas transnacionais que têm condições de liderar o mercado internacional. Texto adaptado de OLIVEIRA. S. G.

11 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS SISTEMAS POLÍTICO-ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS E SUAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA E DISPUTA.

O capitalismo e o socialismo são dois tipos de sistema sócio-econômico bastante diferentes um do outro.

O capitalismo sistema mais antigo caracteriza-se por apresentar uma economia de mercado e uma sociedade de classes. O socialismo nascido com o objetivo de derrubar o capitalismo caracteriza-se por apresentar uma economia planificada e uma sociedade sem classes.

Com teorias opostas, esses dois sistemas econômicos acabou dividindo o mundo em dois, os países capitalistas e os países socialistas.

Capitalismo é um sistema sócio-econômico adotado por vários países, onde possuem propriedade privada dos meios de produção, como máquinas, matérias-primas, instalações, etc., a sua produção e a distribuição das riquezas são regidas pelo mercado, no qual, os preços são determinados pelo livre jogo da oferta e da procura.

Neste sistema o capitalista, que são os proprietários dos meios de produção, compra a força de trabalho de terceiros para produzir bens que, após serem vendidos, lhe permitem recuperar o capital investido e obter lucro.

O objetivo principal dos capitalistas é o lucro, que leva à acumulação de capital e ao crescimento de suas propriedades.

O capitalismo teve seu início na Europa e começou a brotar por volta do século XV com a decadência do sistema feudal, e começou a florescer por volta do século XIII, com o aparecimento da burguesia, classe social que possuía os meios de produção e com a expansão comercial, neste período várias cidades cresceram, foram abertas novas rotas marítimas, que permitiram o contato com novos centros comerciais, descoberta de metais preciosos no novo mundo e ampliação do comércio entre as cidades européias.

A expansão do capitalismo comercial, ocorreu entre os séculos VIII e XVII, com a difusão das idéias mercantilista, no qual estimulou os sentimentos nacionalistas, provocou o florescimento do comércio e criou condições para o surgimento do modo de produção capitalista.

As riquezas acumuladas durante o período mercantilista, deixaram de funcionar como capital comercial e capital usurário (empréstimos a juros), para assumir a forma de capital industrial.

O capitalismo toma seu grande impulso a partir da segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, e estendendo-se nos países da Europa Ocidental e posteriormente aos Estados Unidos.

A Revolução Industrial iniciou um processo ininterrupto de produção coletiva em massa, geração de lucros e acúmulo de capital. Na Europa Ocidental, a burguesia assume o controle econômico e político. As sociedades vão superando os tradicionais critérios da aristocracia, acabando com o privilégio de nascimento e a força do capital se impõe e começam a surgir as primeiras teorias econômicas.

Essas teorias conhecidas como liberalismo econômico defendia a livre iniciativa e a não interferência do Estado na economia.

Em pouco tempo, o liberalismo econômico mostrou suas primeiras imperfeições e as empresas passaram a enfrentar dificuldades para comercializar os seus produtos, pois o mercado consumidor não crescia na mesma proporção que a capacidade produtiva da indústria.

Para solucionar o problema os países industrializados lançaram-se à conquista de mercado externo para comercializar seus produtos. Com a repartição da África e a divisão do mundo inteiro em esferas de influência dos diferentes países industrializados completaram o quadro da expansão do capitalismo, na fase do imperialismo.

No século XIX a economia capitalista vivia a fase do capitalismo competitivo, onde cada ramo de atividade econômica era ocupada por um grande número de empresas, normalmente pequenas, que concorriam intensamente entre si. O Estado quase não interferia na economia, limitando-se apenas à política.

No século XX, a partir da primeira guerra mundial, o capitalismo passou por várias mudanças, primeiramente os Estados Unidos passa a liderar o mercado capitalista, o capitalismo deixou de ser competitivo para ser capitalismo monopolista, essa transformação deu-se através de dois processos principais:

Várias empresas foram a falência, as maiores compraram a menores e outras se unificaram (surge a sociedade anônima). As grandes empresas passaram a controlar sozinha um ramo de atividade.

Com as grandes crises econômicas ocorrida principalmente entre 1929 e 1933 o Estado passou a interferir na economia, exercendo influências decisiva em todas as atividades econômicas. Agora o Estado passou a controlar os créditos, os preços, as exportações e importações, mas sempre levando em conta os interesses das grandes empresas capitalistas.

O capitalismo do século XX passou a manifestar crises que se repetem a intervalos. O período que as separam tornam-se progressivamente mais curtas. O desemprego, as crises nos balanços de pagamentos, a inflação, a instabilidade do sistema monetário internacional e o aumento da concorrência entre os grandes competidores caracterizam as chamadas crises cíclicas do sistema capitalista.

Este sistema caracteriza em linhas gerais, pela propriedade privada ou particular dos meios de produção. As pessoas individualmente ou reunidas em sociedade, são donas dos meios de produção; pelo trabalho assalariado, onde quem não é dono é obrigado a trabalhar em troca de um salário; acumulação de capital, o dono do capital produz por menor custo e vende pelo maior preço possível, para obter lucro; a definição de preços é feita pelo mercado, com base na lei da oferta e da procura, é o mercado que orienta a economia;

a livre concorrência, onde todos são igualmente livres para produzir, comprar, vender, etc.; a interferência do Estado nos negócios é pequena; a sociedade capitalista divide-se em duas classes sociais básicas a dos capitalistas e a dos assalariados, onde os capitalistas são os donos dos meios de produção e os assalariados possui apenas a sua força de trabalho.

O capitalismo abrange cerca de 16% da população mundial, os Estados Unidos, Canadá, Japão, Israel, Austrália, Nova Zelândia e os países da

Europa Ocidental, são países superindustrializados e suas características principais são:

Possuem uma estrutura industrial completa, ou seja possuem em grande quantidade todos os tipos de indústria, tanto de bens de consumo como de bens de capital além de uma tecnologia avançada;

Sua população urbana é maior que a rural;

Sua agropecuária é em geral intensiva e moderna;

São países que exportam produtos manufaturados e importam produtos primários; Nesses países estão situadas as sedes das empresas conhecidas como multinacionais e os grandes bancos internacionais.

As sociedades dos países capitalistas desenvolvidos são chamados de sociedade de consumo. Esta expressão é usada porque os habitantes desses países usam intensamente todos os bens e serviços existentes no mundo moderno, esse intenso consumo leva a população a realizar grande desperdício. Pois a cada ano sob pressão da violenta propaganda, compram-se coisas novas e abandonam-se objetos ainda em boas condições de uso.

Esse consumo excessivo poderá provocar futuramente o esgotamento de matérias primas não renováveis como o petróleo.

Socialismo

Socialismo é um termo que, desde o início do século XIX, significa as teorias e ações políticas que apoiam um sistema econômico e político baseado na socialização dos sistemas de produção e no controle estatal parcial ou completo dos setores econômicos, opondo-se frontalmente aos princípios do capitalismo.

Embora o objetivo final dos socialistas fosse estabelecer uma sociedade comunista ou sem classes, eles tem se voltado cada vez mais para as reformas sociais realizadas no seio do capitalismo.

Com a Revolução Industrial aumentou a produção, os lucros e também a exploração do trabalho humano. Essa situação levou os trabalhadores a se revoltarem, no início eram revoltas isoladas, mas depois, os operários se organizaram em sindicatos para lutar pelos seus interesses.

A crescente inquietação social decorrente da industrialização, atraiu a atenção de vários pensadores humanistas, que propuseram reformas com a finalidade de acabar com as desigualdade econômicas e sociais.

Propuseram a tomada do poder pelos operários e a abolição da propriedade privada como as vias para implantação de uma sociedade socialista.

Porém coube aos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels lançarem as bases do chamado socialismo científico, regime que deveria ser implantado, não simplesmente com o objetivo de promover a justiça, mas como solução racional para as condições que apontavam na sociedade capitalista.

O socialismo seria alcançada quando a classe operaria, organizada, tomasse o poder e suprimisse a propriedade privada dos meios de produção. O movimento socialista ganhou força na Segunda metade do século XIX e internacionalizou-se nas primeiras décadas do século XX.

Graças a Karl Marx e a Friedrich Engels que o socialismo adquiriu um suporte teórico e prático.

Os socialistas ou social-democratas eram membros de partidos centralizados ou de base nacional organizados, de forma precária sob o estandarte da Segunda Internacional Socialista, que foi dissolvida com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa e se dividiram em os partidos dos bolcheviques de Lenin, que ficariam conhecidos como comunistas e os social democratas reformistas que foram dominantes do movimento socialista europeu.

Na União Soviética e mais tarde, nos países comunistas surgidos depois de 1945, o termo socialista fazia referência a uma fase de transição entre capitalismo e comunismo, onde os socialistas aceitaram todas as normas básicas da democracia liberal: eleições livres, os direitos fundamentais e liberdades públicas, o pluralismo político e a soberania do Parlamento.

No final da década de 50, os partidos socialistas da Europa Ocidental começaram a descartar o marxismo, aceitaram a economia mista, diminuíram os vínculos com os sindicatos e abandonaram a idéia de um setor nacionalizado em continua expansão. Esse movimento, chamado de revisionismo proclamava que os novos compromissos do socialismo eram com a redistribuição da riqueza de acordo com os princípios de igualdade e justiça social.

No final do século XX, o socialismo, perdeu tanto a perspectiva anti-capitalista original, que passou a aceitar que o capitalismo não pode ser controlado de um modo suficiente e muito menos abolido.

Em linhas gerais, podemos caracterizar o socialismo como um sistema onde não existe propriedades privada ou particular dos meios de produção, a economia é controlada pelo Estado com o objetivo de promover uma distribuição justa da riqueza entre todas as pessoas da sociedade, o trabalho é pago segundo a qualidade e a quantidade do mesmo.

Países socialistas

Os chamados países socialistas abrangem atualmente um terço da população mundial.

No início do século XX não havia nenhum país socialista, que adotasse uma economia planificada. O primeiro a fazê-lo foi a União Soviética em 1917, que acabou se dissolvendo na última década. Após a Segunda guerra mundial (1939 – 1945), outros países se tornaram socialistas, como a Iugoslávia, Polônia, China, Vietnã, Coreia do Norte, Cuba, Albânia, Bulgária, Romênia, Checoslováquia, Hungria, etc.

Socialismo uma economia planificada

O que existe em comum entre os países socialistas é a aplicação rigorosa da economia planificada, onde tornaram-se publicas todas as empresas desses países, que antes eram particulares.

Dessa forma, as decisões econômicas cabem ao Estado, por intermédio dos técnicos que elaboram os planos econômicos.

Porém existem diferenças econômicas entre esses países de economia planificada. Há nações super-industrializadas, por outro lado, há nações agrícolas e de pouca industrialização. Apesar dessas diferenças, os países de baixa industrialização possuem rendas nacionais bem distribuídas e sua população apresenta menos desigualdade sociais.

A dissolução da União Soviética provoca o fim do "socialismo real"

Na última década do século XX chegou ao fim, de forma inesperada, o modelo socialista criado pela União Soviética. O próprio país, herdeiro do antigo império russo, deixou de existir. Nos anos que se seguem cientistas políticos das mais diversas tendências se dedicaram a estudar as causas e consequências de um fato histórico e político de tanta relevância. Dentre os fatores explicativos do fim do chamado "socialismo real" da União Soviética destacam-se a incapacidade do país de acompanhar a revolução tecnológica contemporânea, especialmente na área da informática, a ausência de práticas democráticas e a frustração das expectativas de progresso material da população. As explicações sobre o colapso da União Soviética abrangem os demais países do leste europeu que, apesar de suas especificidades, partilharam das mesmas carências.

A crise econômica mundial das duas últimas décadas do século XX, que teve papel preponderante no colapso da União Soviética, afetou também os países europeus de governo socialista ou social-democrata. Na França, Suécia, Itália e Espanha os partidos socialistas e social-democratas foram responsabilizados pelo aumento do desemprego e do custo de vida. Políticos e ideólogos neoliberais conservadores apressaram-se em declarar a morte do socialismo, enquanto os líderes socialistas tentavam redefinir suas linhas de atuação e encontrar caminhos alternativos para a execução das idéias socialistas e a preservação do estado de bem-estar social.

Os principais desafios do próximo milênio para o socialismo europeu.

As características com as quais o socialismo europeu se prepara para fazer frente aos desafios do próximo milênio são: reconhecer que o controle estatal das atividades capitalistas deve se dar junto com o desenvolvimento correspondente das formas de regulamentação supranacionais a União Européia, à qual a maioria dos socialistas se opôs no início, é considerada como terreno controlador das novas economias interdependentes; criar um 'espaço social' europeu que possa ser precursor de um Estado do bem-estar europeu harmonizado; reforçar o poder do consumidor e do cidadão para compensar o poder das grandes empresas e do setor público; melhorar a posição da mulher na sociedade para superar a imagem e as práticas do socialismo tradicional, excessivamente centradas no homem, e enriquecer seu antigo compromisso em favor da igualdade entre os sexos; descobrir uma estratégia destinada a assegurar o crescimento econômico e a aumentar o emprego sem danificar o meio ambiente; organizar uma ordem mundial orientada de modo a reduzir o desequilíbrio existente entre as nações capitalistas desenvolvidas e os países em vias de desenvolvimento.

Capitalismo X socialismo causaram uma grande disputa econômica no mundo.

A competição pela liderança econômica do mundo foi muito serrada entre Estados Unidos um país capitalista e União Soviética um país socialista. Ambos queriam a manutenção e a expansão de áreas de influência de seus interesses.

Essa competição teve início na Segunda Guerra Mundial, em 1945, os Estados Unidos consolidaram sua oposição de superpotência capitalista, e a União Soviética, que tinha implantado o socialismo em 1917, surgia como nação forte e respeitada por todas as demais. No pós-guerra intensificaram-se as disputas entre Estado Unidos capitalista e Unido Soviética socialista pela liderança do mundo. Cada uma das superpotências procurou consolidar sua liderança sobre outros países e ampliar sua área de influência.

De um lado a potência socialista conseguem influenciar muitos países do leste europeu que deixam de ser capitalistas e se tornaram socialistas como a Iugoslávia que tomou-se socialista em 1945; a Albânia e a Bulgária, em 1946; a Po-

lônia e a Romênia, em 1947; a Checoslováquia, em 1948; a Hungria, em 1949; a República Democrática Alemã Oriental, em 1949. Também na Ásia, alguns países optaram pelo socialismo: o Vietnã do Norte, em 1945; a Coreia do Norte, em 1948; a China, em 1949; o Tibet, em 1950, como província da China e, depois, em 1953, independente.

Outros países optaram pelo socialismo nos anos 60, 70 e 80.

Por outro lado os Estados Unidos com receio do avanço do socialismo sobre os países da Europa ocidental que estava destruída devido a guerra e temendo perdê-los de sua área de influência, elaboraram um plano de ajuda econômica para que esses países pudessem recuperar sua economia. Os países europeus que mais receberam ajuda dos Estados foram: Reino Unido, França, Alemanha e Itália.

A partir de 1945 após o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, os Estados Unidos também prestou ajuda militar e economicamente ao Japão, aplicando vultosas somas de dinheiro para recuperar a economia japonesa e, assim, assegurar seu apoio.

Essa disputa pela superioridade internacional entre os Estados Unidos e a União Soviética, logo após a Segunda Guerra Mundial, gerou a Guerra Fria.

A Guerra Fria, foi uma disputa não declarada. Cada uma das nações procurava ampliar suas áreas de influência sobre o mundo. Foi também uma disputa ideológica, isto é, em que se defrontavam os dois tipos de organização econômica, política e social: o capitalismo e o socialismo.

Essa guerra fria gerou durante anos muitos acordos, tratados e apoio estabelecendo um clima de competição, entre as duas superpotências. Estas que rivalizaram-se em poder militar e econômico, procurando ultrapassar um ao outro. Os Estados Unidos combatiam o avanço do socialismo. A União Soviética procurava dificultar a expansão americana na formação de áreas de influências, além de difundir o socialismo.

Posteriormente, as superpotências passaram a dispor da bomba de hidrogênio. Sabiam que numa guerra nuclear não haveria vencidos nem vencedores. Essa realidade criou um novo equilíbrio, o equilíbrio de terror.

Em 1956 os Estados Unidos reconheceram as áreas de influência da União Soviética, fato que marcou o declínio da Guerra Fria. Contudo, não terminaram as disputas entre as duas superpotências. Tanto a OTAN tratado criado pelos capitalistas, quanto o Pacto de Varsóvia criado pelos socialistas constituíram, alianças militares que se opuseram. Esses tratados são resultados da disputa entre as duas superpotências e seus aliados pela preservação de seus interesses no mundo. O mundo pós-guerra formou um sistema de dependência no qual as duas superpotências tornaram-se os países centrais.

E muitas disputas ocorrem entre essas duas potências ao longo dos anos. Porém a União Soviética começa a perder campo, primeiramente em 1991 e dissolvido o Pacto de Varsóvia e em 21 de dezembro de 1991, a URSS deixou formalmente de existir. Onze das doze repúblicas que per-

maneceram concordaram em criar a chamada Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Gorbatchov renunciou em 25 de dezembro e no dia seguinte o Parlamento soviético proclamou a dissolução da URSS.

No momento os Estados Unidos lidera a economia Mundial predominando assim o sistema capitalista.

Tomando como critérios o regime político e o sistema econômico, formado pelas nações capitalistas desenvolvidas os Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental, Japão, Austrália e Nova Zelândia; A expansão do capitalismo sistema sócio-econômico que nasceu na Europa Ocidental e se difundiu por todo o planeta, criando um mundo unificado.

O capitalismo trouxe grande progresso material para a humanidade e desenvolveu a tecnologia moderna, mas também gerou enormes desigualdades entre pessoas e entre países.

Atualmente a economia mundial é manipulada pelos países capitalistas, principalmente pelo os

Estados Unidos, onde os países subdesenvolvidos ficam dependentes economicamente deles.

Para corrigir essas desigualdades, foram propostas novas formas de organização da sociedade, especialmente na economia. Nesse sentido, os países denominados socialistas procuram planejar as atividades econômicas de maneira que não ocorram diferenças sociais tão grandes entre as pessoas. Eles surgiram, portanto, como uma tentativa de superar as contradições do capitalismo.

Após a Segunda Guerra Mundial ocorrem muitas disputas entre os países capitalistas e os países socialistas, cada um querendo ampliar suas influências e se estabelecer no mercado mundial. Nesta disputa quem acabou vencendo foi o capitalismo que ainda é dirigido totalmente pelos Estados Unidos.

Atualmente os países socialistas como a ex- União Soviética, Europa Oriental, Cuba, Vietnã, entre outros vem sofrendo uma profunda crise na sua economias planificadas obrigando-os a passar por grandes transformações. Texto adaptado de PAIVA. A. D. A

12 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO.

O crescimento demográfico no mundo é caracterizado como o aumento do número de habitantes no planeta. Esse fenômeno é consequência do crescimento vegetativo, obtido através do saldo entre as taxas de natalidade (nascimentos) e de mortalidade (mortes). Quando a taxa de natalidade é superior à taxa de mortalidade, temos um crescimento vegetativo positivo, caso contrário, a taxa é negativa.

Somente no final do século XVII e início do século XVIII, o crescimento populacional no mundo se intensificou, visto que antes desse período a expectativa de vida era muito baixa, fato que elevava as taxas de mortalidade. Em 1930, a

Terra era habitadas por cerca de 2 bilhões de pessoas e, em 1960, esse número atingiu a marca de 3 bilhões, com média de crescimento populacional de 2% ao ano. Durante a década de 1980, a população mundial ultrapassou a marca de 5 bilhões de pessoas.

Atualmente, a taxa de crescimento populacional mundial, inferior a 1,2% ao ano, está em constante declínio. Porém, a expectativa de vida está em ascensão em virtude dos avanços na medicina, saneamento ambiental, maiores preocupações com a saúde, entre outros fatores. Sendo assim, o número de habitantes no mundo continua aumentando.

De acordo com dados divulgados em 2010 pelo Fundo de População das Nações Unidas (Fnuap), a população mundial é de 6,908 bilhões de habitantes. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), o contingente populacional do planeta atingirá a marca de 9 bilhões de habitantes em 2050, ou seja, um acréscimo de aproximadamente 2,1 milhões de habitantes, sendo a taxa de crescimento de 0,33% ao ano.

É importante ressaltar que o aumento populacional ocorre de forma distinta conforme cada continente do planeta. A África, por exemplo, registra crescimento populacional de 2,3% ao ano. A Europa, por sua vez, apresenta taxa de 0,1% ao ano. América e Ásia possuem taxa de 1,1% ao ano e a Oceania, 1,3% ao ano.

Fluxos populacionais e migrações internacionais

Os fluxos populacionais foram incrementados a partir do desenvolvimento do sistema de transporte (Rodoviário, hidroviário, ferroviário e aéreo) e das telecomunicações, que ofereceram maior mobilidade às pessoas em todo mundo. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), aproximadamente 175 milhões de pessoas vivem fora do país de origem.

Os fluxos populacionais entre países são denominados de migrações internacionais, essas podem ocorrer por atração ou por repulsão, a primeira geralmente acontece quando as pessoas vivem em países nos quais não há boas condições de vida e de trabalho, são atraídas rumo a países desenvolvidos, como Estados Unidos, países da Europa desenvolvida e Japão, a segunda são migrações onde o indivíduo deixa seu país devido a problemas políticos, perseguições, guerras, entre outros.

A maioria das migrações internacionais ocorre pela busca de trabalho, as principais correntes migratórias emergem de Latino-Americanos, Africanos e Asiáticos em direção aos EUA, Europa e Japão. Os trabalhadores migrantes enviam dinheiro para sua terra natal, algumas estimativas revelam que eles movimentam anualmente cerca de 58 bilhões de dólares, o Brasil, por exemplo, recebe anualmente cerca de 2,8 bilhões de dólares enviados por brasileiros que vivem no exterior.

Os brasileiros por vários motivos saem do país, o movimento de saída do país é chamado de emigração, o de entrada de estrangeiro é denominado de imigração. O que levam os brasileiros a sair do país rumo a outro, são as sucessivas crises econômicas, hoje existem cerca de 2 milhões de brasileiros vivendo no exterior de forma clandestina.

Outra modalidade de migração internacional é a de fluxo de refugiados, indivíduos que sofrem perseguições de ordem política, religiosa ou étnica. Na década de 1970, havia cerca de 2,5 milhões de refugiados, hoje esse número chega aos 25 milhões, decorrentes de acontecimentos geopolíticos como: o fim do socialismo, a diminuição de ajudas financeiras e humanitárias e principalmente pela expansão do fundamentalismo Islâmico.

São considerados migrantes refugiados cerca de 25 milhões de pessoas, que foram obrigados a deixar seus lares devido a problemas ambientais, como desmatamento, desertificação, erosão dos solos e desastres químicos e nucleares.

As origens dos refugiados são as mais variadas, mas geralmente possuem algumas características, como origem de países subdesenvolvidos, no qual a renda per capita média está abaixo de 500 dólares e há alto índice de analfabetismo, governos ditatoriais que violam os direitos humanos de determinada parcela da população, na forma de perseguições políticas e torturas, extermínio étnico e discriminações religiosas e culturais.

Por fim, existe um fluxo, agora sem agravante, que é o turístico, que são motivados pela busca de lazer, cultura e religião, esse processo motiva a comercialização de viagens em grande escala a custos mais reduzidos (pacotes de viagens), mas esse tipo de fluxo é privilégio de uma restrita parcela da população mundial.

Os principais países que atraem turistas são Alemanha, Japão e EUA, o volume do faturamento decorrente a atividade é de aproximadamente 4,5 trilhões de dólares, gerando cerca de 200 milhões de empregos em todo o mundo.

Movimentos migratórios no Brasil

Os movimentos migratórios são o descolamento populacional de uma região para outra. Existem os tipos simples de migração interna que são classificados em dois: Migração Pendular, que caracteriza o movimento da população da periferia ao centro de uma cidade, por exemplo. E a *Transumância*, que é o movimento migratório que ocorre em determinadas épocas do ano, como nas férias de julho e janeiro, por exemplo. Mas há também movimentos migratórios mais complexos, como a saída de uma população de determinada região para outra do país por motivos econômicos ou naturais.

POR QUE OCORREM OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL?

Em terrenos brasileiros, ao contrário de outros países, estes movimentos não se dão por conta de guerras, mas em sua quase totalidade por aspectos econômicos ou por causas naturais como as grandes secas que assolam a região nordeste do país. Um bom exemplo de movimentos migratórios no Brasil é o **êxodo rural**, que ocorre até os dias de hoje. Este processo é definido pela grande migração com origem do norte e nordeste para a região sudeste, em busca de melhores oportunidades de emprego e melhores condições de vida. O êxodo rural teve seu ápice na década de

60 e 70 com a intensa industrialização de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que ofereciam empregos em novas indústrias. E também na construção de Brasília, a qual os retirantes dessas regiões deram origem às cidades-satélites ao povoar as áreas em volta da capital federal.

Os aspectos demográficos do Brasil têm de ser analisados levando em consideração não só a população que reside em determinada região, mas o seu contínuo aumento ou diminuição devido aos processos migratórios. Atualmente, ao contrário do que se via no passado, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam um percentual maior de saída da população em direção a outras regiões e cidades do interior do que o percentual de chegada dos retirantes. Embora sejam cidades que continuem crescendo em aspecto populacional. Mas seja chegando ou saindo dessas cidades, o motivo da migração em mais de 90 % dos casos envolve aspecto econômico. Seja por melhores oportunidades de emprego ou pela falta delas.

Regiões bastante industrializadas e em constante crescimento, como a região Sudeste, estão mais propícias aos impactos do movimento migratório interno que vão de aumento da população até o aumento no índice de violência e de trabalhadores desempregados já que muitas vezes a oferta de empregos acaba tornando-se escassa diante de um alto contingente de migrantes numa cidade.

A população mundial, que hoje é de 6,1 bilhões de pessoas, deverá chegar a 9,3 bilhões em 2050, um crescimento de 50% e que deverá ocorrer, principalmente, nos países em desenvolvimento, que concentrarão, em 2050, 85% da população mundial. Enquanto a população diminuirá em 39 países com baixa fecundidade, concentrados sobretudo na Europa do Leste, os 49 países menos desenvolvidos quase triplicarão de tamanho, ao passarem de 668 milhões para 1,8 bilhão de habitantes.

Estas estimativas e projeções constam do relatório anual que o Fundo de População das Nações Unidas acaba de divulgar e que exibe as populações e os principais indicadores de cerca de 150 países. Segundo as projeções, o crescimento global se dará a uma taxa de 1,3%, o que significa um aumento de 77 milhões de pessoas a cada ano. Seis países respondem por metade desse crescimento: Índia, China, Paquistão, Nigéria, Bangladesh e Indonésia, sendo que a Índia, sozinha, é responsável por 21% do aumento total.

No Brasil, os últimos resultados do Censo Demográfico 2000 registram uma população de quase 170 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento de 1,63% ao ano, que é a mais baixa já observada no país, refletindo o declínio da fecundidade observado nos anos 90. A queda de fecundidade, aliada à redução da mortalidade infantil, no Brasil, vem modificando rapidamente a distribuição etária da população, principalmente em relação aos pesos relativos das populações jovem e idosa. As tendências e hipóteses, segundo as projeções populacionais, revelam que, para as próximas décadas, o crescimento da população de mais de 60 anos se dará tanto em termos relativos (como consequência da redução da população infanto-juvenil) como absolutos, devido ao aumento da expectativa de vida. A população de 30 a 59 anos de idade deverá cres-

cer, nas próximas décadas, em termos absolutos, mas a um ritmo mais reduzido a partir de 2020, o que representará uma forte pressão demográfica sobre o mercado de trabalho. Já o grupo de crianças, jovens e adultos jovens estará praticamente estabilizado a partir de 2005.

Fecundidade cai no conjunto dos países

Embora a fecundidade seja mais elevada nos países mais pobres, e entre as pessoas mais pobres desses países, ela caiu, no conjunto dos países em desenvolvimento, para menos de três filhos por mulher, o que representa metade da taxa de 1969, prevendo-se que venha a diminuir ainda mais, chegando a 2,17 filhos por mulher até 2045/2050. Nos países industrializados, a fecundidade é hoje de 1,6 filhos por mulher, o que significa estarem abaixo da linha de reposição e com uma população que envelhece rapidamente. Em alguns países podem chegar a ter redução de população, caso não haja migração.

Ao mesmo tempo, a esperança de vida mundial aumentou para uma média de 66 anos. Em 1950 era de 46 anos.

No Brasil, não só se manteve a tendência mundial de redução da taxa de fecundidade, que caiu de 2,7 filhos por mulher em 1992 para 2,3 filhos em 1999, como também se reduziram as diferenças regionais. Em 1992, as mulheres nordestinas tinham, em média, um filho a mais que as mulheres do Sudeste. Em 1999, esta diferença cai para a metade. Em 1992, o grupo de mulheres com nível de instrução mais baixo, de menos de quatro anos de estudo, tinha, em média, 3,6 filhos. Em 1999, esse número cai para 3,1 filhos. Desse modo, se reduzem as diferenças de nível de fecundidade segundo a posição social da mulher.

O desafio da urbanização

A crescente urbanização coloca grandes desafios aos governos e países. Segundo o relatório anual das Nações Unidas, cerca de 160 mil pessoas abandonam, todos os dias, as zonas rurais e vão para as cidades. Atualmente, quase metade dos habitantes do planeta vive em zonas urbanas. As consequências são o agravamento das condições de vida e a falta de infra-estrutura adequada para satisfazer as necessidades sempre crescentes nas cidades.

No Brasil, o Censo 2000 mostrou a continuidade desse processo de diminuição da população rural, com a taxa de urbanização passando de 75,59% em 1991 para 81,23% em 2000. O crescimento se deu, sobretudo, nas grandes cidades. Os municípios de mais de 100 mil habitantes que contavam, em 1991, com 70,8 milhões de pessoas, passaram para 86,5 milhões em 2000. Os municípios com mais de 500 mil, que contavam com 38,8 milhões de habitantes, alcançaram 46,9 milhões em 2000. Já os municípios, com populações entre 10 e 100 mil habitantes, apresentaram baixo crescimento entre os dois últimos censos.

Instrução da mãe é determinante na mortalidade dos filhos

Enquanto no conjunto dos países há enormes diferenças entre as taxas de mortalidade infantil - que variam de 4 mortes por mil, em países como Finlândia ou Bélgica, a mais

de 100 mortes por mil nascidos vivos em alguns países da África, sem falar no Afeganistão, onde a mortalidade infantil chega a 161 por mil - no Brasil, embora ainda haja grandes contrastes, a tendência é de redução das desigualdades regionais.

Os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste aparecem ainda com os menores níveis de mortalidade infantil, com valores próximos de 20 mortes por mil, em oposição à região Nordeste, que registra 53 óbitos de menores de um ano por 1000 nascidos vivos, mas a região Nordeste apresentou, ao mesmo tempo, os maiores declínios de mortalidade infantil no período 1992/1999, passando de 68,4 ‰ para 53,0 ‰.

As diferenças sociais, no entanto, são fatores determinantes e condicionantes das taxas de mortalidade. No grupo de mães com menos de quatro anos de estudo, a taxa de mortalidade infantil era de 93 por mil, em 1999, enquanto no grupo de mães com mais de oito anos de estudo, o número de mortes era de 29,7 por mil. Para o total do país, a taxa de mortalidade é de 34,6 ‰, muito próxima da meta de 33 ‰ estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança, para o ano 2000.

Analfabetismo diminui no Brasil, mas a definição de alfabetização fica mais exigente

Assim como as taxas de mortalidade infantil, as taxas de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais também são muito diferenciadas no mundo, variando de 0% nos países da Europa Ocidental e do Leste Europeu a taxas próximas de 50% em alguns países da África e Ásia.

No Brasil, a taxa é de 13,3% no total do país, para homens e mulheres, mas, desde o início dos anos 90, a definição de alfabetização ficou mais exigente, admitindo-se que o processo de alfabetização só se consolida de fato depois de quatro anos de estudo. Por este conceito, embora tenha havido uma redução de 7,5 pontos percentuais nesta taxa, que passou de 36,9% em 1992 para 29,4% em 1999, a proporção dos denominados analfabetos funcionais (os que não concluíram a 4ª série primária) ainda é muito alta em todas as regiões do país, sendo que no Nordeste a taxa é o dobro da encontrada nas regiões Sul e Sudeste (46,2% contra 22,3% e 21,8%, respectivamente).

Queda na fecundidade tem reflexos no mercado de trabalho

Em alguns países como o México e outros do Sudeste Asiático, a fecundidade teve uma queda tão acentuada nas últimas décadas que gerou uma numerosa população com idade entre 15 e 24, que está pronta a ingressar na população economicamente ativa sem estar sujeita à pressão de uma igualmente numerosa população de crianças, portanto dependentes. Este fenômeno é chamado de "dividendo demográfico" e dá a esses países a oportunidade de contar com uma geração teoricamente produtiva, preparada para satisfazer as necessidades de uma população teoricamente consumidora.

No mundo inteiro há mais de um bilhão de jovens com idades entre 15 e 24 anos.

No Brasil, a população de 15 a 24 anos é de 31.366.081 e a razão de dependência, que era de 64 pessoas não ativas para cada 100 pessoas em idade ativa, em 1992, também vem caindo e, em 1999, havia 55 pessoas não ativas para cada 100.

Um terço da população mundial não tem acesso à água salubre

À medida que as populações aumentam, as necessidades, em termos de recursos hídricos e de saneamento também crescem. Segundo o relatório da ONU, quase 60% dos 4,4 bilhões de pessoas, que vivem em países em desenvolvimento, carecem de saneamento básico e um terço não tem acesso ao fornecimento de água salubre.

No Brasil urbano, praticamente 90% dos domicílios tem acesso à água e o abastecimento é procedente de rede geral com canalização interna, mas o esgotamento sanitário ainda é uma questão a ser enfrentada pelo poder público, seja pelos prejuízos que causa à saúde da população, seja pelos efeitos degradantes sobre o meio ambiente. Atualmente, pouco mais da metade (52,5%) dos domicílios brasileiros está ligada à rede coletora e não necessariamente todos estão ligados à rede de tratamentos de esgotos, estando, muitas vezes, apenas conectados à rede.

Segundo o relatório anual da ONU, os efeitos da pobreza destroem o ambiente, mas os pobres encontram-se no final de uma longa sequência de causa e efeito, sendo antes os mensageiros da insustentabilidade que os seus agentes. A riqueza consome energia e produz resíduos a taxas muito superiores às da pobreza.

O crescimento demográfico e a crescente riqueza, acompanhada de mais consumo, mais poluição e mais resíduos, aliados à falta de capacidade para modificar essas circunstâncias, estão a exercer pressão crescente sobre o meio ambiente. Texto adaptado de NUNES. E. P.

13 O ORIENTE MÉDIO E A QUESTÃO ISLÂMICA.

As tensões no Oriente Médio perduram há séculos. O Oriente Médio é uma região em torno das costas sul e leste do Mar Mediterrâneo, que engloba os países situados na confluência de três continentes: a Europa, a Ásia e a África. Geógrafos e historiadores, normalmente discordam sobre o que podemos considerar como países que compõem o Oriente Médio, mas muitos consideram os seguintes países: Afeganistão, Arábia Saudita, Barein, Qatar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Omã, Síria, Sudão e Turquia. Há os países mais a leste, o Afeganistão e o Irã. Historicamente tem sido chamado de Oriente Próximo. O termo Oriente Médio define uma área de forma pouco específica, ou sem definição de fronteiras precisas.

Muitos povos da região têm como língua principal o árabe, por isso são chamados de árabes, mas há também os turcos, cujo idioma é o turco; os persas, do Irã, que falam farsi (ou persa) e os judeus, de Israel, que falam hebraico.

As principais religiões presentes no Oriente Médio

Em relação à questão religiosa, há três grandes importantes religiões que consideram e disputam locais sagrados, dividindo o território de maneira, muitas vezes, não amigável. O Oriente Médio abriga 18% de todos muçulmanos do mundo (90% da população total regional), 12 milhões de cristãos e 6,5 milhões de judeus.

Para melhor entendimento, temos que saber a origem dessas religiões.

O Judaísmo é seguido por aproximadamente 0,2% da população mundial, sendo considerada a primeira grande religião monoteísta, apesar de ter havido algumas manifestações neste sentido no antigo Egito. Os judeus são os descendentes dos antigos povos hebreus. O livro sagrado é o Velho Testamento ou Torá, Deus é Javé ou Jeová e o templo sagrado é chamado de Sinagoga. O Torá é composto pelos primeiros cinco livros da Bíblia. No Gênesis 14:13, Abraão aparece como o primeiro judeu, tendo sido descrito como um "hebreu". Já o nome "judeu" vem de Judá, um dos doze filhos de Jacó e umas das doze tribos de Israel. Inicialmente o nome "judeu" era para o membro de uma parte das doze tribos de Judá, mas quando o reino foi dividido, Israel no norte e Judá no sul, esse nome passou a se referir a qualquer um do reino de Judá, o que incluía as demais tribos. Atualmente, muitos acreditam que ser um judeu signifique ser um descendente de Abraão, independentemente de qual das doze tribos. Tudo começou com Abraão que deveria conduzir os hebreus de Ur para a terra prometida chamada de Canaã, atual Palestina. Segundo a tradição religiosa, Abraão era esposo de Sara, que era estéril e por isso ofereceu sua escrava egípcia chamada Agar e com ela, Abraão teria tido um filho chamado de Ismael, que deu origem aos povos árabes. Após alguns anos Sara teve Isaac cuja descendência seria o povo judeu/hebreu. Durante o domínio romano, os judeus organizaram diversas rebeliões, que foram duramente reprimidas. Em 70 d.C., após mais revoltas, os romanos expulsaram os judeus da Palestina, dispersando esse povo pelo mundo. Tal acontecimento ficou conhecido como Diáspora. Espalhados pelo mundo, mantiveram-se como nação, mesmo sem território, preservando a cultura, principalmente devido a fé.

Há grupos que consideram não haver necessidade de ser um seguidor das leis e costumes judaicos para ser considerado um judeu. Na verdade, é possível que um judeu não tenha nenhuma fé em Deus e ainda seja considerado judeu, de acordo com essa interpretação. Para outros embora a pessoa seja biologicamente judia, caso não tenha fé, não será considerada como tal.

Há cinco formas ou grupos principais do Judaísmo no mundo de hoje. Eles são o Judaísmo Ortodoxo, Conservador, Reformista, Reconstrucionista e Humanista. Para todos, Deus não possui um corpo físico e teria revelado os primei-

ros cinco livros da Bíblia hebraica a Moisés e teria se comunicado com o povo judaico através dos profetas. Aguardam o Messias, o ungido de Deus, para reunir os judeus mais uma vez na terra de Israel.

Consideram-se como o povo escolhido de Deus. Quando do nascimento de Jesus, muitos acreditaram ser ele o Messias que aguardavam. Portanto, o Cristianismo é uma dissidência do judaísmo e é a base também do Islamismo.

O Cristianismo é seguido por aproximadamente 31,5% da população mundial. Tem como livro sagrado o Velho e o Novo Testamento² que formam a Bíblia. O templo sagrado é chamado Igreja.

Foi no governo do imperador romano Otávio Augusto que nasceu Jesus Cristo. O cristianismo veio então, como uma forma de libertação, não só espiritual, mas também da situação injusta imposta pela sociedade. Após o século IV, ocorreu a conversão do então imperador romano Constantino, que criou condições favoráveis ao Cristianismo. Em 313 d.C., Constantino assinou o Édito de Milão, que estabelecia a liberdade religiosa, e, assim, a perseguição aos cristãos chegou ao fim. Existem ramos do Cristianismo: o catolicismo³, a Igreja Ortodoxa⁴, a Igreja Católica Copta⁵, a Igreja Ortodoxa Copta⁶ e o Protestantismo⁷, com diferentes concepções cada um deles, mas creem na existência de um Deus, criador do universo e em Jesus Cristo, elemento central da religião, considerado o redentor da humanidade.

Islã significa "rendição" ou "submissão" e se refere à obrigação do muçulmano de seguir a vontade de Alá, como chamam a Deus. Islamismo, muçulmanismo ou maometanismo refere-se a religião seguida por 23,2% da população mundial. É a que mais se expande mundialmente. O livro sagrado é o Corão ou Alcorão e o templo sagrado Mesquita.

Maomé deu origem ao Islamismo. Perseguido em Meca, acabou sendo expulso da cidade indo para a cidade de Yatrib. Esse fato ficou conhecido como Hégira, a fuga, e é o marco no calendário muçulmano, ficando estabelecido como o Ano 1 que corresponde ao ano 622 do calendário cristão. O embasamento do texto do Alcorão teria sido revelado a Maomé pelo próprio anjo Gabriel. O Alcorão trata, ainda, de diversos aspectos da vida, como também comportamentos sociais e até a maneira de se vestir. Maomé em pouco tempo converteu todos os povos da Península Arábica ao Islamismo que proporcionou a unificação dos povos. Em 632, Maomé morreu deixando o mundo árabe unificado politicamente e agrupado em torno da religião islâmica.

A cidade de Jerusalém, a principal do Oriente Médio, é disputada pelas três grandes religiões. O Islamismo tem o Domo da Rocha como um dos locais mais importante de onde Maomé teria subido aos céus. Na tradição judaica, o local teria sido onde Abraão preparou o sacrifício de Isaac. Já a Igreja do Santo Sepulcro, para o cristianismo, assinala o local tradicional da crucificação, do enterro e da ressurreição de Jesus Cristo. Para os judeus, o Muro das Lamentações, parte do Segundo Templo de Salomão, é o local mais sagrado de todos, onde rezam e fazem pedidos escritos em pequenos pedaços de papel, que são colocados nas frestas das pedras. O Muro data do século 2 a.C. e seria a única parte remanescente do Segundo Templo de Jerusalém, destruído pelos romanos no ano 70.

A origem dos conflitos

Há mais de 3 mil a.C., essa região, na encruzilhada da Europa, Ásia e África foi dominada por diversos reinos e impérios. O mapa do Oriente Médio que vemos hoje é apenas o mais recente capítulo de uma longa saga.

Dentre os povos que estiveram presentes, podemos destacar: os egípcios (a partir de 2500 a.C.), hititas (por volta de 1500 a.C.), israelitas (século 10 a.C.), assírios (século 8 a.C.), babilônios (século 7 a.C.), persas (século 6 a.C.), macedônios (século 4 a.C.), romanos (século 1), bizantinos (século 5), sassânidas e califado islâmico (século 7), seljúcidas, cruzados europeus e muçulmanos liderados por Saladino (século 12), império mongol (século 13), império otomano (século 16) e potências ocidentais, no início do século 20. Muitos dos povos citados não existem mais, inclusive o dos faraós, visto que quem habita o Egito nos dias atuais, são árabes.

O mundo conheceu o cristianismo quando grande parte dos povos estava sob o domínio romano. O império havia crescido de tal forma que quase impossibilitava a sua governabilidade. Foi dividido em dois no século 4, sendo Roma capital do Império Romano do Ocidente e Constantinopla, antiga Bizâncio e hoje Istambul, a capital do Império romano do Oriente.

No século 5, o Império Romano do Ocidente sucumbiu ante as invasões dos povos germanos (chamados bárbaros) à Europa, mas o Império Romano do Oriente, mais conhecido como Bizantino, ainda se manteria por mil anos. Embora falassem grego, os bizantinos se consideravam romanos.

Em 637 o Oriente Médio caiu na dependência de uma nova potência, o Islã, fundado pelo profeta Maomé, que chegou com uma novidade em relação aos líderes cristãos, sendo ao mesmo tempo líder político e religioso. Os exércitos de Maomé partiram da Arábia e avançaram sobre o Oriente Médio, África, Europa, Índia e China ao mesmo tempo, aliando a vanguarda da ciência ao maior poderio militar da Terra. A Espanha foi dominada pelos árabes por sete séculos e Portugal por quatro.

Não há entre os muçulmanos a distinção entre a lei religiosa e a lei do Estado. Há apenas uma única lei, a Sharia, que regula todos os aspectos da vida humana. Com a morte de Maomé, em 632, a comunidade islâmica se dividiu sobre quem seria seu primeiro sucessor, o califa. A maioria apoiou a escolha de Abu Bakr, companheiro e sogro de Maomé. Outros desaprovaram essa decisão, dizendo que a única liderança legítima era a que vinha da linhagem do primo e genro do profeta, Ali. Os partidários de Bakr ficaram conhecidos como sunitas, enquanto os de Ali foram chamados de xiitas. A palavra "Sunita" vem de sunnah, que se refere as palavras e ao exemplo do profeta Maomé. Já "xiita" vem de shia, ou seguidor (de Ali).

Os primeiros califas foram árabes e muçulmanos, ou seja, faziam parte do povo árabe e seguiam a fé islâmica. Não podemos confundir árabe e muçulmano. Somente 30% dos muçulmanos são árabes.

Com o passar dos séculos, o poder do califado foi exercido por dinastias diversas, como a dos omíadas, sediados em Damasco, hoje Síria e abássidas, com sede em Bagdá, no Iraque atual. Por vezes, essa unidade era ameaçada. Em 1096, o papa

Católico Urbano II resolveu dar um basta ao domínio muçulmano na Terra Santa e enviou a primeira de uma série de expedições, as Cruzadas, com a finalidade de reconquistá-la. Foi um banho de sangue. Ambos os lados acusam, até em nossos dias, o outro de inúmeras atrocidades, como saques, estupros, matanças e carnificinas.

Os cruzados, como os cristãos europeus eram chamados, transformaram as mesquitas em igrejas, trazendo humilhação aos muçulmanos e a expulsão dos judeus da cidade. O reino cruzado durou pouco. Os muçulmanos se reorganizaram em torno do general muçulmano curdo e não árabe, Saladino, que em 1187 entrou triunfante em Jerusalém, aceitou a rendição dos cristãos e permitiu a volta dos judeus. O período marca o apogeu dos cruzados. Enquanto a Europa encontrava-se sob as leis da Igreja Católica, com a imposição dos seus dogmas, os muçulmanos, principalmente os árabes, atingiram avançados estágios na matemática, medicina, astronomia e responsáveis pela tradução das obras dos filósofos gregos para o árabe. Estas traduções permitiram que os europeus redescobrissem os filósofos da Antiguidade, visto que os originais em latim encontravam-se em poder do clero católico.

Pouco depois, parte da região passou ao domínio dos mongóis, que com o tempo se converteram ao Islã.

No século 15 o mundo viu, com a formação de um novo império muçulmano, o dos turcos otomanos triunfarem. Tomaram a cidade de Constantinopla (ou seja, a capital do antigo Império Romano do Ocidente) em 1453 e ampliaram seus domínios até a África e a Europa. Os sultões otomanos se proclamaram califas, embora fossem turcos, não descendentes de Maomé e não árabes. Foram aceitos porque o mais importante era o revigoramento da supremacia da religião muçulmana.

Desde o declínio do Império Romano e por mais de mil anos, o Islã esteve na dianteira do progresso humano. Era a principal potência econômica e comercial do planeta, e como já dito, conhecedores e divulgadores da filosofia grega e romana, pioneiros nas experiências científicas e profundos conhecedores das artes, quando o ocidente encontrava-se submetido aos ditames e dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana que ditava a moral e vida. Os europeus promoveram o Renascimento no século 16. Os muçulmanos em contrapartida tornaram-se mais fechados a mudanças e muitos deles mais radicais religiosamente. A balança inverteu-se. O Islã era uma força em retirada e seus líderes se sentiam ameaçados pelos impérios ocidentais. O Ocidente promoveu novas mudanças, resultado das chamadas Revoluções Burguesas, como a Revolução Inglesa, a Francesa e posteriormente a Revolução Industrial, enquanto o Islã, numa inversão do curso da história, parecia estagnado.

Os séculos XIX e XX

O neocolonialismo ou imperialismo dos séculos XIX e XX trouxe humilhação para os muçulmanos, visto que todas as regiões islâmicas do norte da África e do Oriente Médio ficaram sobre o domínio de países europeus. Grande parte dessa região fazia parte do Império Otomano, que após a Primeira Grande Guerra Mundial, de 1914 a 1918, foi frag-

mentado, e países europeus passaram a dominar vários países. Quando estourou a guerra, em 1914, a maioria dos árabes manteve-se leal ao Império Otomano. Os curdos também tomaram o seu lado e, estimulados pelos otomanos, massacraram centenas de milhares de armênios cristãos, um acontecimento pouco divulgado. Foi um pavoroso genocídio promovido pelos turcos contra os armênios cristãos no início do século XX.

O Iraque (antiga Mesopotâmia) e Palestina (hoje Israel, Jordânia e Cisjordânia), ficaram sob domínio britânico. A Síria (atuais Síria e Líbano) coube aos franceses. O califado, símbolo da unidade política do Islã, por cerca de mil e trezentos anos, cedia lugar a estados-nações com leis e costumes importados do Ocidente. O islamismo havia ultrapassado os limites do mundo árabe, tendo alcançado, além dos persas e dos turcos, muitos outros povos na África e na Ásia, chegando até a Indonésia, hoje a maior de todas as nações muçulmanas, com mais de 100 milhões de habitantes.

No período entre guerras (1918 a 1939), franceses, ingleses e russos se aliaram contra o expansionismo alemão. Os turcos decidiram lutar do lado da Alemanha, sendo que os ingleses começaram a treinar tribos árabes de dentro do próprio Império Otomano contra os turcos usando táticas de guerrilha. Os britânicos e os franceses viram nos árabes uma boa oportunidade de enfraquecer o inimigo por dentro. Com armas e apoio logístico, os britânicos fizeram com que os árabes se revoltassem contra os turcos.

Motivo de polêmica entre historiadores, T.E. Lawrence, soldado e arqueólogo inglês que liderou a Revolta Árabe (1916-18) contra os turcos, ficou famoso, merecendo um filme – Lawrence da Arábia.

Com a derrota turca, fronteiras novas foram criadas. Até os nomes refletem essa artificialidade. Os franceses criaram o Líbano atual tomando parte da Síria, enquanto os britânicos traçaram as fronteiras da Transjordânia (atual Jordânia), do Iraque e do Kuwait. O interesse dos europeus provinha da posse do petróleo. Essa criação de nações com fronteiras artificiais, unindo povos com identidades muito distintas, trouxe fragilidade na manutenção da paz. Ao participar da Primeira Guerra Mundial, ao lado da aliada Alemanha, o fraco estado ofereceu pouca resistência aos aliados. Vencido, o Império Otomano é extinto em 1922, para dar lugar a uma república, a atual Turquia, fundada por um destacado militar otomano, Mustafá Kemal, apelidado “Ataturk” (que significa “pai dos turcos”). Ele instituiu a República, modernizando o país e separando a religião da política e abolindo o califado – que havia sido o símbolo da identidade muçulmana durante 13 séculos.

À medida que as novas nações árabes foram alcançando a sua independência, houve o crescimento do sentimento nacionalista e a reafirmação dos valores islâmicos. Esse nacionalismo era uma novidade na história dos impérios muçulmanos. Antes não importava se seus integrantes fossem árabes, persas, curdos, mas sim que fossem muçulmanos.

Em 1920 surgiu o Iraque, quando Faiçal foi expulso da Síria pelos franceses, os ingleses o nomearam como rei do Iraque, sem que ninguém o conhecesse. Seus descendentes governaram até 1958, quando o seu neto foi assassinado. Já em 1979 Sadam Hussein chegou ao poder, ficando até 2003

quando foi executado pelos estadunidenses. O Líbano e Síria conseguiram a independência da França em 1943. O Líbano, antes chamado de "Suíça do Oriente", mergulhou em uma guerra civil de 1975 a 1990. A Síria está em conflito desde 2011 com milhares de mortos. A Jordânia libertou-se da Inglaterra em 1946. O Egito em 1953 e em 1956 o presidente Gamal Abdel Nasser ficou no cargo até 1970, sucedido por Anwar Al Sadat assassinado em 1981. Enfim, os países árabes estão engatinhando em busca da democracia.

A Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, dividiu o mundo em dois blocos, o Eixo (Itália, Alemanha e Japão) e Aliados (Grã-Bretanha, França e URSS, mais tarde os EUA e Brasil inclusive).

Adolf Hitler, governante da Alemanha, afirmava que a culpa da derrota na Primeira Guerra Mundial, foi dos judeus. Com seus discursos de caráter nazista, levou as pessoas a acreditarem em suas teorias antijudaicas. A vitória dos aliados, em si, também foi uma grande vitória para os judeus. Com isso, eles conseguiram a liberdade dos campos de concentração. Quando os primeiros soldados aliados chegaram a esses campos e libertaram os judeus, ficaram muito surpresos com a situação desumana presenciada. Com o fim da guerra, houve uma comoção mundial pelo tratamento dado a eles, lembrando que ciganos, muçulmanos, homossexuais, entre outros, também foram alvo da fúria de Hitler.

Em 1948, foi criado o Estado de Israel, que acabou por gerar nova animosidade entre os países muçulmanos e os cristãos. O Ocidente, principalmente os Estados Unidos, passou a apoiar incondicionalmente o estado Judeu em sua luta contra os palestinos e outros povos árabes. Com o enriquecimento de alguns países árabes, com a exploração do petróleo e o surgimento de movimentos militantes entre os xiitas, aconteceram várias revoluções e o surgimento de regimes islâmicos fundamentalistas, caso do Irã. Além do apoio dos Estados Unidos a Israel, os fundamentalistas se ressentem da presença de tropas americanas em várias regiões e da influência cultural do Ocidente nos seus respectivos países, vista como danosa para a sua fé e seus valores tradicionais.

O Brasil teve importante participação na criação desse estado, visto que, em 1947, o brasileiro Oswaldo Aranha era o chefe da delegação brasileira na recém criada ONU – Organização das Nações Unidas. Ele presidiu a segunda Assembleia Geral que votou o plano para partição da Palestina, culminando então com a votação a favor de Israel. Graças a articulação dele, a votação foi adiada por três dias, dando tempo necessário para os favoráveis aos sionistas.

Em relação aos povos judeus e árabes, há algumas terminologias usadas que geram confusão. São povos semitas, ou seja, conjunto linguístico composto por uma família de vários povos, entre os quais árabes e hebreus (atuais judeus). A origem vem do Gênesis e refere-se a descendentes de Sem, filho de Noé. Antijudaísmo é a hostilidade ou oposição a religião judaica e seus praticantes e não a fatores raciais. Antissemitismo é a hostilização a judeus e árabes. O Nazismo abraçou o desejo de exterminá-los. Antissionismo é o termo aplicado principalmente a oposição política, religiosa ou moral ao estado judeu.

Após sua criação, Israel foi invadido pelos países vizinhos. Tinha início a primeira das seis guerras árabes-israelenses – e com ela o problema dos refugiados palestinos. Com o cessar-fogo, em 1949, Israel ficou com parte de Jerusalém e as zonas que seriam destinadas aos palestinos – Gaza e Cisjordânia – ficaram com Egito e Jordânia, dois países árabes, mas o Estado palestino não foi criado.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o presidente dos Estados Unidos George W. Bush implantou a doutrina do mundo dividido entre o "Eixo do Bem" (EUA e aliados) e "Eixo do Mal" (Coreia do Norte e Estados muçulmanos). Ocupações preventivas e batalhas foram realizadas, lembrando que a região do Oriente Médio é a principal fornecedora de petróleo, o que atrai o interesse de todas as potências mundiais. A Guerra ao Terror se desdobrou em três frentes: contra o Iraque e o Afeganistão, com a criação de sistema de controle maior das liberdades civis e de comunicação e ações realizadas pelo serviço secreto. Um exemplo dessas ações foi a execução de Osama Bin Laden em dois de maio de 2011, no Paquistão, portanto em território estrangeiro, lembrando que ele já estava afastado da liderança da Al-Qaeda por ser o homem mais caçado do mundo, sendo que sua morte foi mais simbólica, não alterando em nada a guerra ao terror.

Em 7 de outubro de 2001, portanto, pouco após o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque e ao Pentágono dos Estados Unidos, a rede de TV árabe Al Jazeera transmitiu um vídeo de Osama Bin Laden, onde ele falava da humilhação sofrida pelo Islã durante mais de 80 anos, em referência ao fato de, em 1918, o Império Turco-Otomano ter sido derrotado pelos europeus.

Podemos falar em Choque de Civilizações, teoria proposta por um cientista norte-americano, Samuel P. Huntington, segundo a qual as identidades culturais e religiosas dos povos serão a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria.

A unidade muçulmana da época medieval, não mais se concretizou. A situação dos cristãos que vivem em países muçulmanos não está confortável e muito menos a dos muçulmanos radicados em áreas cristãs ou judaicas.

Fica uma pergunta no ar, com os interesses econômicos envolvidos, com as diferenças religiosas e culturais, com um passado de confrontos e ressentimentos, será possível uma paz no Oriente Médio?

Repetindo a pergunta título do livro de Bernard Lewis, "O que deu errado no Oriente Médio?" Nesses séculos os problemas se agravaram, sem que haja uma luz no fim do túnel. As consequências dos conflitos ainda movimentam a geopolítica mundial.

O petróleo é utilizado como arma política. A chamada Primavera Árabe, ou seja, a onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte do continente africano fez com que a população mostrasse o descontentamento com os governos, mas não trouxe reais mudanças em geral. As organizações extremistas com a finalidade de acabar com a influência do Ocidente proliferaram-se, acarretando em milhares de mortes. A situação da Palestina, que nem

ao menos é considerada um Estado e, portanto seus cidadãos, são por muitas vezes tratados como terroristas em potencial, mostram a fragilidade como os problemas do Oriente Médio têm sido tratados.

A posição geográfica da região incrustada em três continentes, a dependência de água dos países vizinhos, o interesse internacional pelo petróleo, as fronteiras definidas de acordo com interesses dos países europeus que os colonizaram, os confrontos das três religiões presentes, como também as subdivisões delas, muitas vezes conflitantes, a criação do Estado de Israel em terras palestinas, são alguns dos problemas que se fazem presentes, consequentemente os conflitos ocorrem e continuaram a ocorrer. Texto adaptado de VAZ. A. O. A.

14 AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS.

As mudanças experimentadas pela sociedade contemporânea modificaram a forma de interpretar o mundo e, consequentemente, o consumo. O modo de vida produzido pela pós-modernidade desvencilha-se de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedente. O contemporâneo passa a ser marcado pelo fim dos padrões, da estabilidade, da segurança e das certezas. Surge o tempo da indefinição, do medo e da insegurança.

Para realizar estudos e análise da sociedade contemporânea é imprescindível compreender a linha de pensamento do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Autor de uma produção intelectual prodigiosa e reconhecido como o pensador dos tempos líquidos evidencia o problema gerado pela sociedade moderna. Na sua obra *"Vida para Consumo"* o autor esclarece os efeitos da evolução da sociedade de produtores estruturada na segurança estabilidade para a sociedade consumista, instável e líquida. Desta maneira, o autor relata como a sociedade de produtores foi basicamente direcionada para segurança e apostava nos desejos humanos em um ambiente confiável, ordenado, regular e transparente e como prova disso resistente ao tempo e ao apego as coisas seguras. Os desejos eram orientados para aquisição de posse e bens com grande visibilidade na sociedade, pois nessa época o tamanho dos bens era ligado como poder e *status*.

Consumir mercadorias pesadas e duráveis como imóveis e joias, para remeter ao *status* de posse, poder, conforto e principalmente respeito pessoal. Possuir uma grande quantidade de bens duráveis remetia a segurança contra as incertezas do destino. Desta maneira, a segurança era a maior posse da sociedade dos produtores e o prazer de desfrutar era postergado, ou seja, nada era imediato. Esse comportamento fazia sentido na sociedade dos produtores, que acreditava na prudência e na segurança, sobretudo na durabilidade em longo prazo. Mas a transição dessa concepção da *"sociedade dos produtores"* para a nova configuração da sociedade, apresenta uma mudança extremamente significativa no comportamento e nos desejos do indivíduo.

Bauman destaca que este ambiente existencial tornou-se conhecido como *"sociedade de consumidores"* e distingue-se por uma reconstrução das relações humanas a partir do padrão, e a semelhança, das relações entre consumidores e os objetos de consumo.

A passagem da sociedade de produtores para a de consumidores, em geral, pode ser apresentada de forma gradual, com a emancipação dos indivíduos das condições originais de não escolher, posteriormente para uma escolha limitada e finalmente para uma sociedade livre de responsabilidades, ou seja, indivíduo possui sua liberdade de escolher e decidir como e da maneira que atender suas necessidades naquele momento, ou seja, inicia a sociedade *"à la carte"*. O novo indivíduo consumista assume características líquidas e extrai a postergação do prazer de consumir e desloca-o para o imediato. O ponto durável das mercadorias é descartado por essa nova sociedade e não existe mais lealdade aos objetos que obtêm com a intenção de consumir. Os consumidores, segundo Bauman, são bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam desempenhar, suas obrigações sociais e proteger a autoestima.

O ponto social colocado pelo autor refere-se como as pessoas são forçadas a uma situação na qual têm de gastar o pouco de dinheiro ou os poucos recursos que dos quais dispõe com objetos de consumo sem sentido, e não com suas necessidades básicas, para evitar tal humilhação social e evitar a perspectiva de ser provocado e ridicularizado. A economia consumista possui como regra primária desenvolver e materializar os produtos e posteriormente encontrar alguma aplicação.

Nessa linha de pensamento o autor afirma que além do mercado cultivar o excesso de mercadorias e o anseio de cultivar os desejos, tal economia configura-se como economia do engano, que aposta na irracionalidade dos consumidores e não em suas estimativas sóbrias e bem informadas. Criar o excesso de mercadorias projeta o aumento das incertezas das escolhas para os indivíduos. Diante do consumo excessivo, a necessidade de mobilidade e visibilidade é cada vez maior, deflagrando uma constante reformulação das identidades como formas de assegurar os princípios de inclusão/exclusão elaborados pelo mercado. Para Bauman, não existe um não-consumidor, mas sim um consumidor falho. Essa instabilidade dos desejos e a insaciabilidade das necessidades harmonizaram-se bem com a nova liquidez do ambiente em que as atividades existenciais foram inscritas no futuro previsível, como na sociedade dos produtores.

Mas outro aspecto fundamental que Bauman esclarece sobre a sociedade de consumo é que os membros dessa sociedade são eles próprios mercadorias de consumo, e são a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade. Para Bauman, a formação pós-moderna da vida social suscita uma condição humana na qual predominam o desapego, a versatilidade em meio à incerteza e a vanguarda constante de um *"eterno recomeço"*. Assim, Bauman faz um diagnóstico instigan-

te deste modelo apressado e artificial que se apresenta na forma de sociedade de consumidores. A vida de consumo não pode ser outra coisa senão uma vida de aprendizado rápido, mas também precisa ser uma vida de esquecimento veloz. Muitas vezes esse contexto implica em sensação de inadequação, de deslocamento, de inconformidade com seu espaço e tempo.

É a origem da crise de identidade do ser que, de tão múltiplo, perdeu-se em si mesmo e luta para buscar-se. Tanta incerteza, contradição e multiplicidade do indivíduo, muitas vezes, levam alguns a estados tão severos de questionamento, sensação de inadequação e perda em si mesmo, que se tornam depressivos, criam medos e insegurança. Como proposto também por Canevacci (2005), antropólogo italiano, cunhou o conceito de multivíduo para definir o homem contemporâneo, que não é mais "índi" de indivisível, mas "multi", complexo, fugidio, fugaz. Não há mais uma única identidade, mas identidades no plural. Identidade móvel e flutuante, em trânsito, passageira. Personalidades múltiplas, limiares, boas e más, contraditórias, mas tão familiares.

Porém, estes conflitos de múltiplas personalidades não seguem uma ordem cronológica, não faz sentido facilmente e surgem de maneira aleatória. As incertezas não são as causas do medo, mas sim o ambiente dos perigos e das ameaças que casam medo, pois no desconhecido tudo pode acontecer. O surgimento desse medo apresenta de forma confusa, difusa e atinge todas as faixas sociais.

Todo esse clima é gerado pela configuração que a sociedade pós-moderna assumiu, ou seja, a esfera do desconhecido, a busca constante pelo novo, do incompreensível, do incontrolável. Desta maneira, o pior dos medos é a incapacidade de evitar a condição de estar com medo ou simplesmente não conseguir escapar dela. Nas palavras de Bauman (2008), em sua obra "*O Medo Líquido*", o medo se torna capaz de se impulsionar e se intensificar por si mesmo. Assim, o principal aspecto a ser ressaltado na obra "*Vida para Consumo*" é que o homem contemporâneo não vive imerso em certezas, padrões e modelos, mas sim no seu extremo oposto. A busca do indivíduo é por si em si mesmo, com suas ambiguidades e em sua história de vida. A sua completude, ainda que momentânea, o impulsiona para o "consumo" fanático das religiões, do trabalho excessivo dos *workaholics*, das superficiais relações interpessoais e, de fato, do consumismo exacerbado.

O resultado final esperado é o encontro com sua felicidade para atingir sua máxima plenitude. O autor recorre à promessa de felicidade enraizada no discurso líquido moderno e analisa se esse sentimento é, de fato, vivenciado pelos sujeitos consumidores no próprio processo que é tomado como valor nesse tipo de sociedade. Para ele, o que vigora como valor é justamente o motivo por meio do qual tal promessa não se confirma, já que o fascínio perdura apenas na ansiedade pela satisfação e, portanto, para cada vontade adquirida, implica a criação de uma nova.

Por isso, a ideia de felicidade só pode ser entendida por Bauman como um lugar ilusório em que o vasto empreendimento de novas promessas esmaece o excesso de decepções, fazendo com que a crença nessa busca não seja

perdida e permaneça re-atualizando a cultura consumista. Lipovetsky completa que a questão sobre a felicidade transformou-se em imperativo de euforia, criando vergonha ou mal-estar naqueles que dela se sentem excluídos. Desta maneira reina a "felicidade despótica", onde os indivíduos não são mais apenas infelizes, mas sentem a culpabilidade de não se sentir bem. O nível de cobrança para buscar a felicidade apresenta de maneira sofrida e praticamente uma obrigação, mesmo que essa sensação seja por instantes, ou como afirma Bauman, a sociedade pontilhista, o essencial é a intensidade daquele único momento.

A obsessão da sociedade dos consumidores é amenizar esses medos, diminuir o pavor das incertezas e mais profunda a felicidade é o núcleo central dessa jornada com a manipulação de identidades, mas com pouco sacrifício e o mínimo de esforço diário. Para isso, apenas uma ligeira mudança no ego permite que o indivíduo assuma uma nova personalidade, um novo conceito ou simplesmente transforma-se em um novo produto para ser inserido no mercado. A transformação da identidade permite descartar as que já foram construídas anteriormente e experimentar novas sensações e oportunidades infinitas até certo momento. Texto adaptado de SILVA. A

QUESTÕES

QUESTÃO 1

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – baseia-se em critérios, como porte e projeção nacional, que determinam centros urbanos possuem para categorizá-los como "metrópoles". Com base na informação acima, assinale a alternativa que aparecem apenas nomes de metrópoles.

- a) Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba e Goiânia.
- b) Rio Branco, Porto Velho, Campo Grande, Cuiabá e João Pessoa.
- c) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Natal, Campo Grande e Recife.
- d) Brasília, Rio de Janeiro, Vitória, Florianópolis, São Paulo e Porto Alegre.
- e) Rio de Janeiro, Goiânia, Teresina, São Luiz, São Paulo e Brasília.

QUESTÃO 2

A respeito das características gerais das metrópoles brasileiras, avalie as proposições a seguir.

- I. A característica marcante da metrópole é oferecer bens e serviços que só são encontrados nas metrópoles.
- II. As metrópoles exercem, além da influência econômica, influência política e cultural sobre as demais cidades da hierarquia urbana.
- III. A ocupação das metrópoles é bastante horizontalizada, se comparada a outras cidades brasileiras que não carregam esse título.
- IV. A variedade, o nível de especialização e a especificidade dos elementos oferecidos pelas metrópoles explicam a influência exercida por esses centros urbanos.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e IV.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) III e IV.

QUESTÃO 3

De acordo com a classificação do IBGE, as metrópoles recebem denominações de acordo com o seu tamanho e área de influência. Das metrópoles listadas abaixo qual/quais correspondem à categoria de grande metrópole nacional?

- a) Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.
- b) Brasília e Rio de Janeiro
- c) Rio de Janeiro e São Paulo
- d) Apenas São Paulo
- e) Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

QUESTÃO 4

Guerra Fria foi o nome dado a um conflito após a Segunda Guerra Mundial (1945) envolvendo dois países que adotavam sistemas político-econômicos opostos: capitalismo e socialismo. Os dois países protagonistas da Guerra Fria são:

- a) Estados Unidos e Japão.
- b) Inglaterra e União Soviética.
- c) União Soviética e Itália.
- d) Alemanha e França.
- e) Estados Unidos e União Soviética

QUESTÃO 5

O Pacto de Varsóvia, criado em 1955 e extinto em 1991, teve como principal objetivo:

- a) Reunir os países socialistas como a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental contra a OTAN.
- b) Consolidar a influência soviética sobre os países da Europa Oriental.
- c) Conter a influência soviética sobre os países da Europa Oriental.
- d) Consolidar a influência socialista na Europa Ocidental.
- e) Consolidar a influência capitalista na Europa Oriental.

QUESTÃO 6

Antes de se tornar um importante produto para a economia mundial, o café enfrentou problemas de ordem cultural. Portanto, em relação a este aspecto, é correto dizer que:

- a) Inicialmente, o café era visto como um estimulante pecaminoso pela população europeia. O fato de essa bebida ter sido originada no continente africano contribuiu para a permanência desse paradigma até meados do século XVI.
- b) O café não era bem aceito pela sociedade europeia pelo alto custo de seu consumo e pela falta de mão de obra na plantação dos cafezais no continente africano.
- c) Uma das hipóteses levantadas foi de que o café era visto como uma bebida ingerida somente pelos deuses gregos e que um ser humano comum não poderia consumi-lo.
- d) O preconceito contra a região em que o café foi originado contribuiu para que os europeus não ingerissem essa bebida. Porém, o principal bloqueio em relação a essa bebida no mercado europeu foi a resistência da mão de obra escrava para trabalhar nos cafezais na Europa.

QUESTÃO 7

Após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, os ministros militares julgaram inconveniente à segurança nacional o regresso do presidente João Goulart (então no estrangeiro) ao Brasil, a fim de tomar posse. Temendo a deflagração de uma guerra civil ou golpe militar, o Congresso contornou a crise aprovando um Ato Adicional à Constituição de 1946, para limitar os poderes do novo presidente. Por esse Ato Adicional:

- a. Foi instaurado o sistema parlamentarista de governo.
- b. O vice-presidente não seria mais considerado presidente do Congresso Nacional.
- c. Admitia-se a pena de morte para os casos de subversão.
- d. Instalava-se a Revolução de 1964
- e. Estabeleceu-se o Ato Institucional nº 5, e o Congresso entrou em recesso.

QUESTÃO 8

A renúncia de Jânio Quadros causou transtornos políticos que abalaram o Congresso Nacional. A solução encontrada, para a posse de João Goulart na presidência, em 1961:

- a. conseguiu harmonizar os interesses e afastar as dificuldades políticas, com Tancredo Neves, político da UDN, como primeiro-ministro.
- b. não teve a participação de militares; mas, apenas, do partido político mais forte, a UDN, sob a liderança de Tancredo Neves.
- c. não conseguiu desfazer as tensões políticas por inteiro, sobretudo a insatisfação de grupos da burguesia e de militares que temiam as propostas defendidas por Jango.
- d. não teve a participação de forças de esquerda, em razão das relações que o novo presidente tinha com o varguismo.
- e. teve amplo apoio dos militares mais expressivos politicamente e dos partidos políticos de ideologia liberal, como a UDN e o PSD.

QUESTÃO 9

A sociedade colonial brasileira "herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social. (...) As distinções essenciais entre fidalgos e plebeus tenderam a nivelar-se, pois o mar de indígenas que cercava os colonizadores portugueses tornava todo europeu, de fato, um gentil-homem em potencial. A disponibilidade de índios como escravos ou trabalhadores possibilitava aos imigrantes concretizar seus sonhos de nobreza. (...) Com índios, podia desfrutar de uma vida verdadeiramente nobre. O gentio transformou-se em um substituto do campesinato, um novo estado, que permitiu uma reorganização de categorias tradicionais. Contudo, o fato de serem aborígenes e, mais tarde, os africanos, diferentes étnica, religiosa e fenotipicamente dos europeus, criou oportunidades para novas distinções e hierarquias baseadas na cultura e na cor." (Stuart B. Schwartz, *SEGREDOS INTERNOS*).

A partir do texto, pode-se concluir que:

a) a diferenciação clássica e medieval entre clero, nobreza e campesinato, existente na Europa, foi transferida para o Brasil por intermédio de Portugal e constituiu-se no elemento fundamental da sociedade brasileira colonial.

b) a presença de índios e negros na sociedade brasileira levou ao surgimento de instituições como a escravidão, completamente desconhecida da sociedade europeia nos séculos XV e XVI.

c) os índios do Brasil, por serem em pequena quantidade e terem sido facilmente dominados, não tiveram nenhum tipo de influência sobre a constituição da sociedade colonial.

d) a diferenciação de raças, culturas e condição social entre brancos e índios, brancos e negros, tendeu a diluir a distinção clássica e medieval entre fidalgos e plebeus europeus na sociedade colonial.

e) a existência de uma realidade diferente no Brasil, como a escravidão em larga escala de negros, não alterou em nenhum aspecto as concepções medievais dos portugueses durante os séculos XVI e XVII.

QUESTÃO 10

A eleição, em 1950, de Getúlio Vargas para um novo mandato presidencial apresentou um dos momentos mais representativos do chamado Estado populista, porque Vargas:

a. fora eleito com o apoio do grande capital conservador, interessado em conter o avanço das camadas populares e a entrada de capital estrangeiro.

b. inverteu a política econômica que vinha sendo seguida pelo governo Dutra, liberando as importações e a remessa de lucros pelas empresas estrangeiras.

c. buscava apoio das massas populares para os seus programas econômicos, através de suas ligações com o movimento trabalhista.

d. esvaziou, em definitivo, o partido que lhe fazia oposição desde o Estado Novo, ao derrotar o candidato da UDN.

e. foi beneficiário do clima de conciliação nacional, reunindo todas as forças políticas, aterrorizadas pela Guerra Fria.

QUESTÃO 11

A formação dos Estados Nacionais da Europa ocidental, durante a Época Moderna (século XV ao XVIII), embora tenha seguido uma dinâmica própria em cada país, apresentou semelhanças em seu processo de constituição. Sobre essas semelhanças é incorreto afirmar:

a. politicamente, o regime instituído é a monarquia absoluta, da qual a França é o modelo clássico.

b. o clero e a nobreza tinham posição e prestígio assegurados pela posse de terras e estavam sempre juntos na defesa de seus interesses.

c. em termos sociais, esse período se caracterizou pela lenta afirmação da burguesia, que estava à frente de quase todos os empreendimentos da época.

d. para fortalecer o Estado, os reis adotaram um conjunto de medidas para acumular riquezas e desenvolver a economia nacional, denominado de mercantilismo.

e. a centralização do poder político na Itália ocorreu devido à grande influência da burguesia mercantil de Gênova e Veneza.

QUESTÃO 12

A ascensão de Hitler ao poder, no início dos anos trinta, ocorreu:

a) pelas mãos do exército alemão que quis desforrar-se das humilhações impostas pelo Tratado de Versalhes.

b) através de uma ação golpista cuja ponta de lança foram as forças paramilitares do partido nazista. c) em consequência de uma aliança entre os nazistas e os comunistas.

d) a partir de sua convocação pelo presidente Hindenburg, para chefiar uma coalizão governamental.

e) através de uma mobilização semelhante à que ocorreu na Itália, com a marcha de Mussolini sobre Roma.

QUESTÃO 13

Principalmente a partir do século XVI vários autores passaram a desenvolver teorias, justificando o poder real. São os legistas, que através de doutrinas leigas ou religiosas, tentam legalizar o absolutismo. Um deles é Maquiavel: afirma que a obrigação suprema do governante é manter o poder e a segurança do país que governa. Para isso deve usar de todos os meios disponíveis, pois que "os fins justificam os meios" professou suas ideias na famosa obra:

a) "Leviatã"

b) "Do direito da paz e da Guerra"

c) "República"

d) "Política Segundo as Sagradas Escrituras"

e) "O Príncipe"

QUESTÃO 14

A Segunda Guerra Mundial foi o maior conflito militar da história da humanidade, envolvendo países de quatro continentes. Os participantes se aliaram em dois grandes grupos, os Aliados e os Países do Eixo. Sobre este último é correto afirmar que os países que o compunham eram:

a) Alemanha, URSS e China.

b) Alemanha, Japão e Itália.

c) Itália, EUA e Japão.

d) Japão, URSS e Itália.

e) Alemanha, Itália e China.

QUESTÃO 15

Viver a democracia era o desejo de muitos grupos políticos existentes no Brasil dos anos 1930. No entanto, o governo de Getúlio Vargas seguia outros caminhos, enfrentando as oposições. Com a Constituição de 1937, Getúlio Vargas:

a) centralizou mais ainda o poder político, firmando o autoritarismo.

b) procurou modernizar a sociedade, multiplicando os partidos políticos.

c) refez a legislação sindical, garantindo as reivindicações operárias.

d) fortaleceu normas liberais, sem, contudo, deixar seu poder de centralizador.

e) trouxe ideias sociais mais avançadas, imitando modelos europeus

QUESTÃO 16

Uma das características a ser reconhecida no feudalismo europeu é:

- A sociedade feudal era semelhante ao sistema de castas.
- Os ideais de honra e fidelidade vieram das instituições dos hunos.
- Vilões e servos estavam presos a várias obrigações, entre elas, o pagamento anual de capitação, talha e banalidades.
- A economia do feudo era dinâmica, estando voltada para o comércio dos feudos vizinhos.
- As relações de produção eram escravocratas

QUESTÃO 17

A Revolução Científica, ocorrida na Europa Moderna entre os séculos XVI e XVII, caracterizou-se por:

- acentuar o espírito crítico do homem através do desenvolvimento da ciência experimental.
- reforçar as concepções antinaturalistas surgidas nos primórdios do Renascimento.
- comprovar a tese de um universo geocêntrico contrária à explicação tradicional aceita pela Igreja Medieval.
- negar os valores humanistas, fortalecendo assim as ideias racionalistas.
- confirmar os fundamentos lógicos e empiristas da filosofia escolástica em sua crítica aos dogmas católicos medievais.

QUESTÃO 18

O desenvolvimento da ciência moderna experimental, nos séculos XVI e XVII, ocasionou aquilo que Max Weber denominou "desencantamento do mundo", processo que, a longo prazo, invalidou as explicações fantásticas e mitológicas sobre fenômenos naturais, pestes, epidemias etc. e as substituiu por explicações racionais e prováveis experimentalmente. Um dos efeitos deste "desencantamento do mundo" foi:

- o retardamento do progresso tecnológico no século XVIII.
- a expansão da cosmovisão muçulmana nas nações europeias.
- o atraso do desenvolvimento urbano europeu.
- a proliferação de epidemias como cólera e leptospirose.
- o desenvolvimento tecnológico industrial, seguido do processo de higienização das cidades, bem como crescimento urbano e populacional da Europa.

QUESTÃO 19

Fascismo e nazismo têm em sua origem algumas causas comuns. Entre essas causas pode-se apontar:

- o ideário da "raça pura".
- conflitos entre burguesia e nobreza.
- crises econômico-sociais com as consequentes greves, tumultos e agitações que favoreceriam a tomada do poder pelas esquerdas.

d) as consequências do fracasso das ofensivas dos dois países contra a Tríplice Aliança, durante a Primeira Guerra Mundial.

e) A luta pelo poder entre partidos fortes da direita.

QUESTÃO 20

Na Primeira República (1889-1930) houve a reprodução de muitos aspectos da estrutura econômica e social constituída nos séculos anteriores. Noutros termos, no final do século XIX e início do XX, conviveram, simultaneamente, transformações e permanências históricas. (Francisco de Oliveira. Herança econômica do Segundo Império, 1985.) O texto sustenta que a Primeira República brasileira foi caracterizada por permanências e mudanças históricas. De maneira geral, o período republicano, iniciado em 1889 e que se estendeu até 1930, foi caracterizado:

- pela predominância dos interesses dos industriais, com a exportação de bens duráveis e de capital.
- por conflitos no campo, com o avanço do movimento de reforma agrária liderado pelos antigos monarquistas.
- pelo poder político da oligarquia rural e pela economia de exportação de produtos primários.
- pela instituição de uma democracia socialista graças à pressão exercida pelos operários anarquistas.
- pelo planejamento econômico feito pelo Estado, que protegia os preços dos produtos manufaturados.

GABARITO

1- A	2- B	3- D	4- E	5- B
6- A	7- A	8- C	9- D	10- C
11- E	12- D	13- E	14- B	15- A
16- C	17- A	18- E	19- C	20- C

ANOTAÇÕES

[illegible]